



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1904

Quarta-feira - 06 de Janeiro de 2016

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Água Doce.....	2	Gaspar .....	129	Palhoça .....	348
Alto Bela Vista.....	9	Grão Pará .....	131	Palmitos .....	349
Antônio Carlos .....	14	Guaraciaba .....	132	Passo de Torres.....	350
Arabutã .....	16	Guarujá do Sul .....	133	Penha.....	351
Arroio Trinta.....	22	Herval d'Oeste .....	136	Peritiba.....	352
Balneário Piçarras.....	41	Ibiam .....	137	Pinheiro Preto .....	353
Balneário Rincão .....	44	Ilhota .....	138	Ponte Serrada .....	356
Barra Velha.....	45	Imarui .....	139	Porto Belo.....	357
Bela Vista do Toldo.....	47	Imbituba .....	140	Presidente Nereu.....	382
Biguaçu .....	48	Iomerê .....	152	Rio do Sul.....	389
Blumenau .....	49	Ipumirim .....	153	Romelândia.....	393
Bom Jesus do Oeste .....	50	Irineópolis .....	155	Salto Veloso.....	394
Bom Retiro .....	53	Itá .....	157	Santa Rosa do Sul .....	396
Braço do Trombudo .....	54	Itaiópolis .....	158	Santa Terezinha do Progresso .....	397
Brunópolis .....	57	Itapoá .....	159	Santiago do Sul.....	399
Brusque.....	58	Jacinto Machado .....	243	São Bento do Sul.....	408
Caçador.....	59	Joaçaba .....	250	São Cristóvão do Sul.....	431
Campos Novos.....	66	Lages .....	254	São Domingos.....	432
Canelinha .....	67	Laguna .....	255	São João do Oeste .....	433
Canoinhas.....	68	Leoberto Leal.....	262	São João do Sul .....	438
Capinzal .....	76	Lindóia do Sul.....	263	São Joaquim .....	439
Catanduvas.....	81	Luzerna .....	264	São José.....	440
Caxambu do Sul.....	84	Macieira.....	266	São Lourenço do Oeste.....	443
Celso Ramos.....	85	Mafra .....	283	São Miguel do Oeste.....	446
Chapadão do Lageado .....	87	Maracajá .....	284	São Pedro de Alcântara.....	447
Chapecó .....	93	Maravilha.....	296	Seara .....	449
Cocal do Sul.....	96	Meleiro .....	298	Serra Alta .....	452
Concórdia .....	97	Modelo .....	299	Tigrinhos .....	453
Cordilheira Alta .....	100	Mondai .....	305	Timbó .....	454
Curitibanos .....	110	Monte Carlo .....	306	Treze Tilias .....	455
Dionísio Cerqueira .....	111	Morro da Fumaça .....	324	Trombudo Central.....	459
Ermo .....	112	Navegantes .....	325	Tunápolis .....	464
Faxinal dos Guedes.....	113	Nova Trento .....	338	União do Oeste .....	467
Forquilha .....	116	Novo Horizonte .....	339	Videira.....	471
Fraiburgo.....	118	Otacílio Costa.....	341	Xanxerê.....	475
Frei Rogério .....	121	Ouro .....	343	Xavantina .....	477
Galvão.....	126	Ouro Verde .....	345		
Garopaba.....	128	Paial .....	347		

### Consórcios

ARIS .....	478
CIGA .....	478

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Estreito - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3221 8800

[diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br](mailto:diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br)

# Água Doce

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº 80/2015

CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRA Nº. 80/2015 DE 23/12/2015

Pelo presente instrumento de contrato, o MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Praça João Macagnan, n. 322, Centro, Água Doce - SC, inscrito no CNPJ sob n. 82.939.398/0001-90, neste ato representado pelo seu Prefeito Sr. Novelli Sganzerla, brasileiro, casado, portador do CPF n. ...., doravante denominado CONTRATANTE, e a SETEP CONSTRUÇÕES S.A. estabelecida na Rua Francisco Martinhago, 258 – Bairro: Mina do Mato- Criciúma, CNPJ n. 83.665.141/0001-50, neste ato representado por seu Sócio, Sr. Ademir Locks, brasileiro, casado, portador do CPF n. 290.608.429-87 doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente contrato para execução de obras diversas no município de Água Doce, em decorrência do Processo Licitatório n. 72/2015 na Modalidade de Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia n. 3/2015 do tipo menor preço por lote, em regime de empreitada por preço unitário, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - O objeto desta licitação trata-se da realização de despesa pública para execução de obras diversas com pavimentação em paralelepípedos, C.A.U.Q e construção de galeria de águas pluviais, no município de Água Doce – com recursos do FUNDAM (proposta 12698), conforme descrito abaixo:

##### LOTE 2

Item 4 – Execução de pavimentação de via pública em C.A.U.Q, pavimentação de passeios públicos em blocos de concreto intertravados e drenagem pluvial, na Rua Tiradentes, Centro, conforme projetos técnicos de engenharia.

Valor: R\$ 485.572,44 (Quatrocentos e oitenta e cinco mil quinhentos e setenta e dois reais e quarenta e quatro centavos)

##### LOTE 3

Item 5 – Execução de galeria de águas pluviais, recapeamento em asfalto C.A.U.Q e pavimentação em paralelepípedos, na Avenida Independência e Rua Marechal Floriano Peixoto, Centro, conforme projetos técnicos de engenharia.

Valor: R\$ 836.570,42 (Oitocentos e trinta e seis mil quinhentos e setenta reais e quarenta e dois centavos)

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO, DO PRAZO E VIGÊNCIA

2.1 – O prazo para o início da execução da obra será a partir da data da emissão da autorização para início das obras (ordem de serviço) emitida pelo Município de Água Doce, e o prazo para a conclusão da obra é de acordo com o cronograma físico-financeiro, 10 (dez) meses contados a partir da emissão da autorização para início das obras (ordem de serviço) .

2.2 – Todos os materiais a serem empregados na obra deverão ser fornecidos pela Contratada, bem como todos os custos de aquisição deverão ser de encargo da Contratada. Todos os materiais deverão ser de primeira qualidade, obedecendo às especificações e normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

2.3 – A execução da obra e dos serviços deverá ser rigorosamente de acordo com as especificações e demais elementos técnicos relacionados no Contrato sendo que quaisquer alterações somente

poderão ser realizadas se constarem de propostas por escrito e aprovada por esta Municipalidade.

2.4 – O diário de obra deverá ser constituído em duas vias, sendo a primeira destinada à fiscalização do Município e a segunda à empresa, cujo termo de abertura se dará no início das obras, devendo ser visado, na oportunidade, pelo responsável técnico da empresa contratada e pelo Engenheiro responsável do Município.

2.5 – A CONTRATADA se obriga a executar os serviços objeto do presente Contrato em perfeita harmonia e concordância com o Projeto de Engenharia aprovado para a obra, bem como de conformidade com o Edital de Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia n. 3/2015 e os respectivos anexos, e a Proposta que apresentou e teve aceita neste certame licitatório, documentos estes que ficam fazendo parte integrante e inseparável do presente Contrato, como se aqui integral e expressamente estivessem reproduzidos.

2.6 – O andamento dos serviços obedecerá rigorosamente ao cronograma apresentado e aprovado pelo Município de Água Doce, sob a supervisão de Engenheiro responsável pela fiscalização, conforme projeto integrante deste contrato.

2.7 – Os serviços serão executados sob a forma de empreitada por preço global, de acordo com a proposta apresentada, obedecidas as normas técnicas e especificações contidas nos Anexos deste Edital.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇOS E PAGAMENTOS

3.1 – A Prefeitura Municipal de Água Doce pagará a CONTRATADA pela execução dos serviços contratados e efetivamente executados, de acordo com os preços correspondentes, não acarretando qualquer acréscimo nos valores contratados. O preço total ajustado para a execução do objeto constante da cláusula primeira será de R\$ 1.322.142,86 (Um milhão trezentos e vinte dois mil cento e quarenta e dois reais e oitenta e seis centavos), sendo com custos e despesas R\$ 828.854,45 (Oitocentos e vinte oito mil oitocentos e cinquenta e quatro reais e quarenta e cinco centavos), custo com pessoal de R\$ 380.906,26 (Trezentos e oitenta mil novecentos e seis reais e vinte seis centavos), e margem de lucro bruto de R\$ 112.382,15 (Cento e doze mil trezentos oitenta e dois reais e quinze centavos).

3.2 – Cada pagamento corresponderá:

- a) medições provisórias, cumulativas e medição final dos serviços, procedidas de acordo com as instruções para os serviços de medição de obras vigentes;
- b) as medições serão feitas a cada 60 (sessenta) dias;

3.3 – Para efeito da medição, serão consideradas as quantidades de serviços efetivamente executadas e atestadas pela fiscalização desta Municipalidade.

3.4 – As medições serão elaboradas pelo Setor de Engenharia desta Municipalidade, por solicitação através de ofício da Contratada com pelo menos três dias úteis de antecedência ao vencimento da parcela, que se dará em conformidade com os procedimentos a seguir descritos:

- a) A medição será na totalidade dos serviços executados no período

de trinta dias corridos, correspondentes a uma medição.

b) Após o recebimento do ofício solicitando a liberação da parcela, o Técnico Responsável desta Municipalidade procederá a vistoria na obra verificando a execução dos serviços previstos e executados. O fiscal encaminhará a solicitação de pagamento em formulário próprio, devidamente preenchido acompanhado da respectiva fatura da parcela, sendo encaminhada para emissão do "de acordo" da fiscalização desta Municipalidade.

c) Caso a fiscalização venha a constatar divergência quanto aos valores apurados, informará por escrito, à Contratada, que deverá apresentar nova medição corrigida, bem como as justificativas devidas e efetuar as correções requeridas.

d) O Município se reserva no direito de efetuar o pagamento, tão somente da quantidade de serviços efetivamente executados e atestados pela fiscalização desta Municipalidade. Em outras palavras: se eventualmente a proponente vencedora não cumprir com as metas de realização da obra – conforme previsão dos anexos integrantes do presente edital, o Município realizará o pagamento proporcional, relativamente à quantidade prestada.

e) A quantidade/etapa de serviços prestadas, será igual à totalidade dos serviços executados no período de sessenta dias corridos; ressalvando-se que a obra deverá ser prestada, dentro do prazo de 5 (cinco) períodos de 60 dias, ou seja: 10 meses.

f) A aprovação da medição se dará com o certificado do fiscal da obra no verso da fatura devidamente assinado e datado.

g) O encaminhamento de documentação referente à obra, será de acordo com 8.11.19, deste Contrato.

h) O pagamento e liquidação das notas fiscais ou notas fiscais-faturas, emitidas regularmente pela CONTRATADA, será feito através de crédito em conta, no banco indicado pela Contratada, em três parcelas mensais, de acordo com o cronograma físico-financeiro, constante no Anexo IV, do edital, mediante apresentação das medições correspondentes e a respectiva nota fiscal. Os pagamentos somente serão liberados mediante verificação da regularidade do prestador de serviços, ora proponente vencedor, perante os órgãos fazendários; bem como apresentação dos documentos comprobatórios do recolhimento do INSS, FGTS, ISS e demais tributos exigidos pela legislação pertinente em vigor, das respectivas competências; mediante apresentação da nota fiscal, bem como da folha de pagamento quitada dos empregados que atuaram na obra no período, GFIP quitada do mesmo período e pagamento da Previdência do período correspondente. No ato do pagamento a contratada deverá apresentar ainda, as GPS vinculadas a matrícula no INSS da obra, mensais, referentes aos empregados que trabalharam na mesma, bem como a CND (Certidão Negativa de Débito) da obra, sob pena de retenção e regularização de parte da contratante, com respectivo desconto nos pagamentos. A Contratada deverá apresentar ainda, declaração com firma reconhecida, que nenhuma pessoa trabalhou na obra no período, sem que estivesse contratada de acordo com a Legislação Trabalhista e Previdenciária em vigor no Brasil. Nos aspectos previdenciários será observado o que dispõe a legislação vigente. Junto com a última fatura da obra, a empresa deverá apresentar a Certidão Negativa de Débitos do INSS, referente à matrícula da obra. Caso o vencimento do prazo de liquidação da fatura ocorra fora do calendário semanal ou de expediente bancário, imediatamente posterior ao vencimento, não incidindo qualquer compensação financeira neste período.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO REAJUSTE

4.1 - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, que dispõe:

"Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

(...);

II - por acordo das partes:

(...);

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

(...)."

4.2 – Os preços somente serão revisados mediante ocorrência de fato que justifique a aplicação do artigo, inciso e alínea supracitado, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, com o objetivo de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, devidamente comprovado e aceito pela Administração.

#### CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

5.1 – Os recursos financeiros serão os provenientes de recursos próprios do Município e de Convênio FUNDAM (proposta 12698).

##### 5.2 – RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.3 – As despesas decorrentes do presente processo licitatório correrão por conta dos recursos orçamentários:

#### 17 – SECRETARIA DE URBANISMO

##### 01 – DEPARTAMENTO DE URBANISMO

1.017 – Pavimentação, abertura e conservação de vias urbanas

4.4.90.00.00.00.00.00 00.01.0034/135 – Aplicações Diretas

4.4.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/136 – Aplicações Diretas

#### CLÁUSULA SEXTA – PENALIDADES

6.1 – A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Contratante:

§ Advertência;

§ Multa de 10% sobre o valor da proposta;

§ Suspensão do direito de licitar junto à Administração por até dois (02) anos;

§ Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir o Município pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos; e,

§ Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza a Contratada.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO

7.1 – A inexecução e a rescisão do contrato serão reguladas pelo Art. 58, inciso II e Art. 77 a 80, seus parágrafos e incisos, da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

#### CLÁUSULA OITAVA – DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

8.1 – A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuará, pelo fornecimento de equipamento, materiais, mão de obra, assim como pelo cumprimento dos elementos técnicos recebidos, bem como quaisquer danos decorrentes da realização destes serviços, causados a esta Municipalidade ou a terceiros.

8.2 – A CONTRATADA não poderá sub empreitar o total dos serviços

a ela adjudicados, sendo-lhe, entretanto permitido fazê-lo parcialmente em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do Contrato, continuando a responder, porém, direta e exclusivamente, pela fiel observância das obrigações contratuais, sendo necessária a autorização prévia desta Municipalidade. Na eventualidade de sub contratação, a contratada responderá diretamente pelo cumprimento das obrigações trabalhistas, sociais e contratuais perante o Município de Água Doce, independente da origem ou da razão das responsabilidades. Na sub contratação, a contratada deverá exigir e apresentar ao Município todas as condições inerentes à habilitação no certame que deu origem a este contrato, como se a sub empreiteira interessada nele fosse.

8.3 – A CONTRATADA obriga-se a cumprir todas as exigências das Leis e Normas de Segurança e Higiene de Trabalho, fornecendo os adequados equipamentos de proteção individual a todos os que trabalharem, ou por qualquer motivo, permanecerem na obra.

8.4 – A CONTRATADA providenciará, às suas custas, verificações e provas de materiais fornecidos e de serviços executados, bem como os reparos, que se tornarem necessários, para que os trabalhos sejam entregues em perfeitas condições.

8.5 – A CONTRATADA providenciará, às suas custas, o fornecimento da placa indicativa da obra, bem como a aprovação pelos poderes competentes ou companhias concessionárias de serviços públicos, quando for o caso, de todos os componentes dos projetos.

8.5.1 – Manter em local visível ao público, placa de identificação da obra.

8.6 – A CONTRATADA se obriga a facilitar todas as atividades de fiscalização da obra que serão feitas por técnicos desta Municipalidade, fornecendo as informações e demais elementos necessários.

8.7 – A CONTRATADA providenciará a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) da execução dos serviços contratados, devendo apresentá-la ao Município, quitada.

8.8 – A CONTRATADA assumirá integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução da obra.

8.9 – A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

8.10 – A CONTRATADA deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V, do artigo 27, da Lei n. 8666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

8.11 – São também obrigações da empresa CONTRATADA, visando à execução dos serviços objeto deste edital:

8.11.1- Executar os serviços, sob o regime de empreitada por preço global, obedecendo fielmente aos projetos, memoriais descritivos, planilhas e especificações, Anexos do edital, que passam a fazer parte integrante do presente Contrato, como se transcritos fossem.

8.11.2 – Na execução dos serviços a contratada deverá observar os requisitos básicos de qualidade, utilidade, resistência e segurança, determinados nas normas técnicas elaboradas pela ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT.

8.11.3 – Arcar com todas as despesas decorrentes do fornecimento de materiais, mão de obra, despesas de mobilização,

desmobilização, instalação do canteiro de obras, transportes, pagamento de seguros, tributos, impostos, taxas e demais obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista e previdenciária.

8.11.4 – Cumprir fielmente os prazos de execução dos serviços nos termos avençados, executando-os sob sua inteira responsabilidade.

8.11.5 – Remover após a conclusão da obra, todo o equipamento utilizado e o material excedente, todo o entulho e as obras provisórias de qualquer espécie, entregando os serviços, o local e as áreas contíguas, rigorosamente limpas e em condições de uso imediato.

8.11.6 – A Contratada se obriga a fornecer as “ARTs” complementares.

8.11.7 – Manter Diário de Obra em local de fácil acesso da fiscalização da contratante.

8.11.8 – Designar em caráter permanente um engenheiro para dirigir a execução dos serviços.

8.11.9 – Manter no canteiro de obras, cópias dos seguintes documentos, dentre outros, conforme o caso: Projetos completos, com detalhes construtivos, especificações, memoriais descritivos e caderno de encargos, instruções e normas da Administração sobre obras públicas, planilha orçamentária do contrato e de medição, cronogramas, licenças e Alvarás, Ordem de Serviço, Diário de Obras, ARTs, manifestações por escrito de ocorrências, aos superiores e à contratada e medições realizadas.

8.11.10 – Cumprir as instruções exigidas no Memorial Descritivo.

8.11.11 – Atender às determinações que lhe forem feitas, no sentido de realizar na obra objeto do presente contrato e nas respectivas instalações, os reparos e consertos necessários devido a vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

8.11.12 – Entregar, após a conclusão da obra, e antes da assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, o “as built”- Como Construído, isto é, uma via completa do projeto, com as alterações que se fizerem necessárias durante o decorrer da obra ou serviço, inclusive aquelas relativas a locação, no caso de haver alterações.

8.11.13 – Responder pela solidez e segurança de toda construção (obra), após a assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, conforme previsto no artigo 618, do Código Civil (“... o empreiteiro de materiais e execução responderá, durante o prazo irredutível de cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como do solo”).

8.11.15 – Responsabilidade Civil e Criminal: Responsabilizar-se civil e criminalmente sobre fatos e atos cometidos por seus funcionários, bem como aqueles que ocorrerem aos mesmos na execução da obra no período contratual, isentando o município de qualquer responsabilidade, seja ela solidária ou subsidiária.

8.11.16 – A responsabilidade pelo controle de qualidade dos serviços, dos materiais e ambiental é integral da CONTRATADA, bem como as responsabilidades sobre as obrigações especificadas no Contrato.

8.11.17 – A CONTRATADA fica ciente de que a Contratante, sob a Supervisão do Engenheiro Fiscal, se reserva o direito de apresentar alterações ao projeto, podendo acarretar redução ou acréscimo no volume dos serviços, bem como mudanças das soluções de projeto.

8.11.18 – Anteriormente ao início da execução da obra, providenciar



o alvará municipal da obra, junto a Secretaria de Administração, e apresentar à Municipalidade, sempre que solicitado.

8.11.19 – Encaminhar Relatório/ Diário de Obras com os registros da execução da obra, ao Setor de Fiscalização de Obras Públicas, na Secretaria de Administração do Município de Água Doce, localizada na Praça João Macagnan, n.322, Centro, Água Doce- SC, a cada 30 (trinta) dias.

8.11.20 – A CONTRATADA estará obrigada a satisfazer os requisitos e atender a todas as exigências e condições a seguir estabelecidas:

a) Recrutar elementos habilitados e com experiência comprovada fornecendo à CONTRATANTE relação nominal dos profissionais, contendo identidade e atribuição/especificação técnica;

b) Executar a obra através de pessoas idôneas, assumindo total responsabilidade por quaisquer danos ou falta que venham a cometer no desempenho de suas funções, podendo o Contratante solicitar a substituição daqueles, cuja conduta seja julgada inconveniente;

c) Substituir os profissionais nos casos de impedimentos fortuitos, de maneira que não se prejudiquem o bom andamento e a boa prestação dos serviços;

d) Pagar seus empregados no prazo previsto em lei, sendo também de sua responsabilidade o pagamento de todos os tributos que, direta ou indiretamente, incidam sobre a prestação dos serviços contratados inclusive as contribuições previdenciárias fiscais e parafiscais, FGTS, PIS, emolumentos, seguros de acidentes de trabalho, etc, ficando excluída qualquer solidariedade do Município de Água Doce por eventuais autuações administrativas e/ou judiciais uma vez que a inadimplência da CONTRATADA, com referência às suas obrigações, não se transfere ao Município de Água Doce;

e) Disponibilizar, a qualquer tempo, toda documentação referente ao pagamento dos tributos, seguros, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários relacionados com o objeto do CONTRATO;

f) Respeitar as normas de segurança e medicina do trabalho, previstas na Consolidação das Leis do Trabalho e legislação pertinente;

g) Responsabilizar-se pela adoção das medidas necessárias à proteção ambiental e às precauções para evitar a ocorrência de danos ao meio ambiente e a terceiros, observando o disposto na legislação federal, estadual e municipal em vigor.

#### CLÁUSULA NONA – DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

9.1 – Fiscalizar e Emitir Laudo comprovando a execução dos Serviços pela Secretaria de Obras.

9.2 – Esclarecer as dúvidas que lhe forem apresentadas.

9.3 – Cumprir as condições de pagamento estabelecidas no contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

10.1 – A alteração do contrato dar-se-á nos termos do Art. 65, seus incisos e parágrafos da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

10.2 – Os atrasos na execução dos serviços tanto nos prazos parciais, como nos prazos de início e conclusão, somente serão justificáveis quando decorrerem de casos fortuitos ou de força maior ou de fatos de responsabilidade desta Municipalidade e serão considerados quando forem anotados no Diário de Obras.

10.3 – Na ocorrência de tais fatos ou casos, os pedidos de prorrogação referentes aos prazos parciais serão encaminhados por escrito à esta Municipalidade um dia após o evento, enquanto os pedidos de prorrogação do prazo final deverão ser encaminhados, por escrito, 10 (dez) dias antes de findar o prazo final e em ambos os casos com justificação circunstanciada, com documentos comprobatórios, análise e justificativa da fiscalização.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DA OBRA

11.1 – A fiscalização da obra será efetuada por esta Municipalidade, a qual caberá verificar se no seu desenvolvimento, estão sendo cumpridos, o termo de contrato, os projetos, especificações e demais requisitos, bem como autorizar os pagamentos de faturas, substituição de materiais, alterações de projetos, solucionar problemas executivos, assim como participar de todos os atos que se fizerem necessários para a fiel execução dos serviços Contratados.

11.2 – A fiscalização se efetivará no local da obra.

11.3 – A fiscalização atuará desde o início dos trabalhos até o recebimento definitivo das obras e será exercido no interesse exclusivo desta Municipalidade e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive de terceiros, por qualquer irregularidade.

11.4 – O documento hábil para a comprovação, registro e avaliação de todos os fatos e assuntos relacionados e referentes à execução da obra será o DIÁRIO DE OBRAS.

11.5 – Concluídos os serviços, se estiverem em perfeitas condições serão recebidos provisoriamente pela fiscalização e pelos responsáveis pelo seu acompanhamento, que lavrarão o TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO.

11.6 – A Contratada fica obrigada a manter as obras e serviços por sua conta e risco, até ser lavrado o Termo de Recebimento Definitivo, em perfeitas condições de conservação e funcionamento.

11.7 – Decorridos 30 (trinta) dias do Termo de Recebimento Provisório, se os serviços de correção das anormalidades porventura verificadas forem executadas e aceitas pela Comissão de Vistoria, e comprovado o pagamento de contribuição devida à Previdência Social relativa ao período de execução da obra, incluindo-se a CND do INSS referente à obra objeto deste edital, será lavrado o TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO.

11.7.1 – Definitivamente, pela equipe ou comissão técnica, mediante Termo de Entrega e Recebimento Definitivo, circunstanciado, assinado pelas partes, em até 30 (trinta) dias contados do recebimento provisório, período este de observação ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observando o disposto no art. 69 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

11.8 – Aceita a obra e serviços, a responsabilidade da Contratada pela qualidade, correção e segurança nos trabalhos, subsiste na forma da Lei.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

12.1 - Este Contrato vincula-se ao Edital de Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia n. 3/2015, Processo Licitatório n. 72/2015, para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, com as alterações posteriores, especialmente nas dúvidas, contradições e omissões

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E

**CASOS OMISSOS**

13.1 – O presente contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações.

Parágrafo único. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida Lei e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do Direito.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO**

14.1 – Para as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Joaçaba SC, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

14.2 – O presente Contrato somente surtirá seus jurídicos e legais efeitos após a sua publicação.

14.3 – E, por assim estarem acordes, assinam o presente Contrato em 02 (duas) vias, os representantes das partes contratantes, bem como as testemunhas abaixo identificadas.

Água Doce – SC, aos, 23 de dezembro de 2015

NOVELLI SGANZERLA	ADEMIR LOCKS
Prefeito Municipal	SETEP Construções S.A.
CONTRATANTE	CONTRATADA

CRISTIANO SAVARIS DA SILVA	GLÁUCIA REGINA VARASCHIN
CPF: 005.614.419-95	CPF: 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica  
SCHEILA MARA CORSO GIORDANI  
OAB 27419

**DECRETO N 001 2016**

DECRETO Nº 001/2016 - DE 04 DE JANEIRO DE 2016

“CONSTITUI COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce, Estado de Santa Catarina. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto no art. 51 da Lei nº 8.666/93 de 21/06/93 com suas alterações posteriores,

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica nos termos do § 4º, do artigo 51 da Lei nº 8.666/93 de 21/06/93, constituída a Comissão Permanente de Licitação do Município de Água Doce, composta pelos seguintes membros:

I – Gláucia Regina Varaschin, brasileira, solteira, funcionária pública efetiva do Município de Água Doce – SC, residente e domiciliada neste Município, CPF nº 006.597.239-21.

II – Luciani Cristina Alves, brasileira, solteira, funcionária pública do Município de Água Doce – SC, residente e domiciliada neste Município, CPF nº 024.141.529-23.

III – Cristiano Savaris da Silva, brasileiro, solteiro, funcionário público efetivo do Município de Água Doce – SC, residente e domiciliado neste Município, CPF nº 005.614.419-95.

IV – Carmen Ghisleni da Fonseca, brasileira, casada, funcionária pública efetiva do Município de Água Doce – SC, residente e domiciliada neste Município, CPF nº 483.324.539-68.

V – Vera Lúcia Daros Balestrin, brasileira, casada, funcionária pública efetiva do Município de Água Doce – SC, residente e domiciliada neste Município, CPF nº 027.692.789-32.

V – Joel Roque Piaia, brasileiro, casado, funcionário público efetivo do Município de Água Doce – SC, residente e domiciliada neste

Município, CPF nº 594.268.299-20.

Parágrafo único: A presidência da Comissão Permanente de Licitações, será exercida pelo senhor Cristiano Savaris da Silva, e a secretária será a senhorita Gláucia Regina Varaschin.

Art. 2º. A Comissão Permanente de Licitações executará suas atribuições em estrita obediência à Lei Federal n. 8666, de 21 de junho de 1993 e seus serviços têm prioridade sobre quaisquer outros.

Art. 3º. A Comissão de Licitações poderá ser representada no curso da sessão de licitações por no mínimo três membros.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Fica revogado o Decreto nº 161 de 30 de dezembro de 2014, bem como as demais disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 04 de janeiro de 2016.

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

**DECRETO N 171 2015**

DECRETO Nº 171/2015 - DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce – SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 17º da Lei nº 2329/14 de 09 de dezembro de 2014,

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei 2.329 de 09 de dezembro de 2014, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 68.500,00 (sessenta e oito mil e quinhentos reais) para a Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o “caput” deste artigo serão manutenção Departamento de Ensino

Art. 2º. Fica SUPLEMENTADO no orçamento vigente os elementos de despesas 3.3.90.00.00.0086/63 e 3.3.90.00.00.086/211 Aplicações Diretas

**05 SEC.DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE****01 DEPARTAMENTO DE ENSINO****12.361.0010.2.020 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ENSINO**

3.3.90.00.00.0086/63	Aplicações	Diretas.....
.....	.....	58.500,00

**12.365.0013.2.029 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL**

3.3.90.00.00.0086/211	Aplicações	Diretas.....
.....	.....	10.000,00

TOTAL .....	9.000,00
-------------	----------

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, será utilizado o provável excesso de arrecadação verificado na rubrica de Impostos -Educação

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 18 de dezembro de 2015  
NOVELLI SGANZERLA  
Prefeito Municipal

### DECRETO N 172 2015

DECRETO Nº 172/2015 - DE 21 DE DEZEMBRO DE 2015

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce – SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 17º da Lei nº 2329/14 de 09 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei 2.329 de 09 de dezembro de 2014, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 9.000,00 (nove mil reais), para a Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão manutenção Departamento de Ensino

Art. 2º. Fica SUPLEMENTADO no orçamento vigente os elementos de despesas 3.3.90.00.00.0086/63 Aplicações Diretas

05 SEC.DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

01 DEPARTAMENTO DE ENSINO

12.361.0010.2.020 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ENSINO

3.3.90.00.00.0086/63 Aplicações Diretas.....  
..... 9.000,00

TOTAL .....  
..... 9.000,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, será utilizado o provável excesso de arrecadação verificado na rubrica de Impostos -Educação

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 21 de dezembro de 2015  
NOVELLI SGANZERLA  
Prefeito Municipal

### DECRETO N 173 2015

DECRETO Nº 173/2015 - DE 21 DE DEZEMBRO DE 2015

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CRIA ELEMENTO DE DESPESA NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce – SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 17º da Lei nº 2.329 de 09 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.329 de 09 de dezembro de 2014, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 107.810,00 (cento e sete mil oitocentos e dez

reais), para a Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para manutenção do departamento de ensino.

Art. 2º. Fica criado no orçamento vigente os elemento de despesas 4.4.90..00.0086/218 Aplicações Diretas.

05 SEC.DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

02 DEPARTAMENTO DE ENSINO

12.361.0010.1.008 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA O TRANSPORTE ESCOLAR

4.4.90.00.00.0086/218 Aplicações Diretas.....  
.....107.810,00

TOTAL .....  
..... 107.810,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, será utilizado o superávit do exercício anterior

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 21 de dezembro de 2015  
NOVELLI SGANZERLA  
Prefeito Municipal

### PORTARIA 001/2016

PORTARIA Nº 001/2016 de 04 de janeiro de 2016

"DELEGA PODERES A SERVIDORES MUNICIPAIS JUNTO AS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS A SERVIDOR QUE MENCIONA"

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/98. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Fica conferido delegação de atribuições junto ao Fundo Municipal de Assistência SIMA - CNPJ nº 23.892.841/0001-56, para os servidores ELIAS VIECELLI, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF nº 560.164.689-91 ocupante do cargo efetivo de Técnico em Vigilância Sanitária, como Presidente do Fundo Municipal de Assistência, e a servidora EDIONE TERESINHA BALESTRIN FIOREZE, brasileira, casada, inscrito no CPF nº 789.392.089-00, matrícula nº 100, para representa-la junto as instituições financeiras, com poderes específicos de:

I- Solicitar saldos e extratos;

II- Sustar/Contraordenar cheques;

III- Cancelar Cheques;

IV- Baixar Cheques;

V- Efetuar resgates/aplicações financeiras;

VI- Efetuar pagamento por meio eletrônico;

VII- Solicitar saldos/extratos de investimentos;

VIII- Solicitar saldos/extratos de operações de crédito;

IX- Emitir comprovantes;

X- Efetuar transferências para mesma titularidade – meio eletrônico;

XI- Abrir contas de depósito;

XII- Efetuar transferências por meio eletrônico;

XIII- Autorizar aplicação em fundos de investimento;

XIV- Autorizar aplicações financeiras;

XV- Autorizar cancelamento de agendamento de aplicações;  
XVI- Autorizar cancelamento de agendamento de resgate de aplicações;  
XVII- Autorizar resgate de aplicações em fundos de investimento;  
XVIII- Autorizar resgate de aplicações financeiras;  
XIX- Cadastrar, alterar e desbloquear senhas;  
XX- Encerrar contas de depósito;  
XXI- Consultar obrigações do débito direto autorizado;  
XXII- Requisitar talonários de cheques;  
XXIII- Efetuar transferências/pagamentos, por qualquer meio;  
XXIV- Emitir cheques;  
XXV- Retirar cheques devolvidos;

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 04 de janeiro de 2016  
Novelli Sganzerla  
Prefeito

### **PORTARIA 002/2016**

PORTARIA Nº 002/2016 – DE 04 JANEIRO DE 2016

“NOMEIA PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE – SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei nº 10.520 de 17/07/02 e Lei nº 8.666/93 de 21/06/93 e demais normas legais aplicáveis à matéria,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º. Designar para atuarem como Pregoeiros em licitações na modalidade de pregão, no âmbito da Prefeitura Municipal de Água Doce, os servidores:

- a) Cristiano Savaris da Silva
- b) Gláucia Regina Varaschin

Parágrafo único. Em cada certame licitatório um pregoeiro irá atuar, ficando os demais fazendo parte da equipe de apoio.

Art. 2º. Ficam designados para atuarem como membros da Equipe de Apoio em licitações na modalidade de pregão, no âmbito da Prefeitura Municipal de Água Doce, os servidores:

- a) Vera Lúcia Daros Balestrin
- b) Joel Roque Piaia
- c) Carmem Ghisleni da Fonseca
- d) Luciani Cristina Alves

Art. 3º. A execução da presente Portaria não terá nenhum ônus para o Município.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário em especial a Portaria nº 320 de 30 de dezembro de 2014.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 04 de janeiro de 2016  
NOVELLI SGANZERLA  
Prefeito Municipal



# Alto Bela Vista

## PREFEITURA

**DECRETO Nº 2121, DE 04 DE JANEIRO DE 2016.**

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente na forma do art. 76 da Lei Complementar n.º 011, de 10 de janeiro de 2005;

DECRETA:

Art. 1º Ficam concedidas férias regulamentares aos Servidores Públicos Municipais em Cargo de Provimento em Comissão, conforme abaixo relacionado:

MAT.	SERVIDORES	PERÍODO AQUISITIVO		PERÍODO DE GOZO	
595	ADEMAR AMANT	03/01/2014	02/01/2015	04/01/2016	02/02/2016
597	FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA	09/01/2015	08/01/2016	04/01/2016	02/02/2016
604	SIDNEI FREIS	04/01/2014	03/01/2015	04/01/2016	02/02/2016
624	JANAINE SCHNEIDER	12/03/2015	11/03/2016	04/01/2016	18/01/2016
627	GREI SIMARA B. SCHWINGEL	22/12/2014	21/12/2015	04/01/2016	18/01/2016
664	FERNANDA S. KARTABIL	22/12/2014	21/12/2015	04/01/2016	18/01/2016
705	DIEGO MARCIANO FERRARI	26/01/2015	25/01/2016	04/01/2016	18/01/2016
676	LUCIDIO JOSÉ MUNCIO COMPAGNON	22/12/2014	21/12/2015	05/01/2016	02/02/2016
686	DINARTE RIBEIRO	07/04/2014	06/04/2015	06/01/2016	20/01/2016
702	CASSIANO MARTINAZZO	03/11/2014	02/11/2015	06/01/2016	20/01/2016

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 04 de janeiro de 2016.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

MARCELO CONTESSOTTO

Responsável pelas publicações

**PORTARIA 001 DE 04 DE JANEIRO DE 2016**

CONCEDER FÉRIAS Á SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente na forma do art. 79 e art. 76 da Lei Complementar n.º 011, de 10 de janeiro de 2005;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias coletivas aos Servidores Públicos Municipais em cargo de provimento efetivo de professores abaixo relacionados.

MAT.	SERVIDORES	PERÍODO AQUISITIVO		PERÍODO DE GOZO	
581	ALESSANDRA MANFÉ	22/12/2014	21/12/2015	04/01/2016	02/02/2016
197	ANDREIA ROSANA AULER RAIZER	05/01/2015	04/01/2016	04/01/2016	02/02/2016
333	DANIELI GOSSENHEIMER GONCALVES	07/02/2014	06/02/2015	04/01/2016	02/02/2016
8	DEISE OHLWEILER MATTES	01/01/2015	31/12/2015	04/01/2016	02/02/2016

724	ELISANE DA COSTA ALVES	05/02/2015	04/02/2016	04/01/2016	02/02/2016
334	ELISANE DA COSTA ALVES	05/01/2015	04/01/2016	04/01/2016	02/02/2016
491	FABIANA REGINA ROTH	22/12/2014	21/12/2015	04/01/2016	02/02/2016
377	GISELE KOLLER BIANQUI CASTRO	05/01/2015	04/01/2016	04/01/2016	02/02/2016
605	GISELE KOLLER BIANQUI CASTRO	22/12/2014	21/12/2015	04/01/2016	02/02/2016
34	ILIZANDRA BRITO DAHMER	05/01/2015	04/01/2016	04/01/2016	02/02/2016
614	ILIZANDRA BRITO DAHMER	22/12/2014	21/12/2015	04/01/2016	02/02/2016
42	JAIRO LUIZ BIASIO	01/01/2015	31/12/2015	04/01/2016	02/02/2016
385	JULIANA V. LERMEN STECKLING	24/01/2015	23/01/2016	04/01/2016	02/02/2016
54	JULIANA V. LERMEN STECKLING	22/12/2014	21/12/2015	04/01/2016	02/02/2016
753	JURIELA NISSOLA DE SIMAS	08/07/2015	07/07/2016	04/01/2016	02/02/2016
345	JUSSARA RETTORE REKSHAUSE	20/01/2015	19/01/2016	04/01/2016	02/02/2016
607	JUSSARA RETTORE REKSHAUSE	22/12/2014	21/12/2015	04/01/2016	02/02/2016
526	MARCIA P. FREISLEBEN BURGET	11/02/2014	10/02/2015	04/01/2016	02/02/2016
569	MARCIANO LAZZAROTTI	22/12/2014	21/12/2015	04/01/2016	02/02/2016
117	MARIANE G. SILVA DE VARGAS	14/02/2014	13/02/2015	04/01/2016	02/02/2016
343	MARIANE G. SILVA DE VARGAS	05/01/2015	04/01/2016	04/01/2016	02/02/2016
606	VANDA BOURCKHARDT GASTMANN	01/02/2013	26/01/2016	04/01/2016	02/02/2016
499	VANDA BOURCKHARDT GASTMANN	02/08/2014	01/08/2015	04/01/2016	02/02/2016
481	VANDA MARISE LAUTERT	22/12/2014	21/12/2015	04/01/2016	02/02/2016
30	VANDA MARISE LAUTERT	01/01/2015	31/12/2015	04/01/2016	02/02/2016
344	VANIA MARILDE LAUTERT	05/01/2015	04/01/2016	04/01/2016	02/02/2016
24	VANIA MARILDE LAUTERT	01/01/2015	31/12/2015	04/01/2016	02/02/2016

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, 04 de janeiro de 2016.  
CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MARCELO CONTESSOTTO  
Responsável pelas publicações

### **PORTARIA 002 DE 04 DE JANEIRO DE 2016**

CONCEDE PROGRESSÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS POR DESEMPENHO E EFICIÊNCIA.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do Art. 14, §1º, §2º e §3º da Lei Complementar nº 012, de 10 de janeiro de 2005; que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder Progressão de uma (01) referência pelo desempenho e eficiência dos Servidores Públicos Municipais, em função da Avaliação ocorrida no mês de novembro de 2015.

SERVIDORES	MÉDIA ARITMÉTICA DAS NOTAS
ALVARO ELISEO HARTMANN	9,5
ANA PAULA GONÇALVES DA SILVA	9,7
ANA PAULA PEREIRA DA SILVA	8,7

ANDERSON GRIEBLER	8,8
ANGELA RUCKERT	9,3
ADÃO GARCIA	9,4
ADILSON SCHWINGEL	9,3
ALESSANDRA MANFÉ	9,7
ALEX SANDRO VERGARA BORGES	9,1
ANDRÉIA ROSANA AULER RAIZER	9,3
APARECIDA ROSE DA COSTA PEREIRA	9,4
ARNALDO ARNILDO KRUG	8,8
BÍBIANE APARECIDA DA ROSA ARRUDA	9,2
CARLOS ALBERTO MALTAURO	9,5
CARLOS ALEXANDRE PEGORARO	8,7
CLAUDETE LANGNER	9,5
DANIELI GOSSENHEIMER GONÇALVES	9,1
EDSON GONÇALVES	9,7
ELENA ENGE RAUBER	9,5
ELICE MÜLLER	8,8
ELMAR HOFFMANN	9,6
ELOI VITOR ROSSET	9,4
ELISANE DA COSTA ALVES	8,7
EVANDRO LUIZ BENELLI	9,2
FABIANA REGINA ROTH	9,2
FLAVIO OHLWEILER	9,6
FRANCARLO GOUVEA	9,4
GISELE KOLLER BIANQUI CASTRO	8,8
GILIARD LINK	9,3
ILIZANDRA BRITO DAHMER	9,4
IVAIR CARLOS DA SILVA	9,0
IVANDRO SCHÖNELL	8,7
IVANÉDIO SCHÖNELL	9,3
IVONE APARECIDA GUILHERME HORN	9,3
JAIRO LUIZ BIASIO	9,4
JAQUELINE R. SCHNEIDER IFFERT	9,3
JARBAS RODRIGO PETRY	9,1
JOELSON ROBERTO WUADEN	9,4
JOSÉ LUIZ RETTORE	9,5
JULIANA VALÉRIA LERMEN STECKLING	9,5
JUSSARA RETTORE REKSHAUSE	9,4
JOSI VITORIA LERMEN FINGER	8,8
LAITIR ALBERTO LOHMANN	8,8
LAURINDO LAVRENZ	8,5
LAURI FISCHER	9,7
LISNÉIA RAQUEL PALLAS	9,0
LILIAN KRUG JUNG GASTMANN	9,0
LILIAN SCHWINGEL	9,1
LOIRACI CARMEN MAROLI	9,0
MAICO ROBERTO L. R. DA SILVA	9,7
MARCIA PAULINA FREISLEBEN BURGET	9,8
MARCIA SCHNEIDER NORDT	9,4
MARCIANO LAZZAROTTI	9,7
MARIANE GOSSENHEIMER SILVA DE VARGAS	9,0
MARLOIVA MARIA BIAVATI	9,4
MARCOS DAHMER	9,1
MARCELO CONTESSOTTO	9,4
MARINHO SERGIO CASTRO	9,3
MONIKE ZIELAK	8,7
NADIA ELIANE FISCHER RECH	9,2
NASSER KARTABIL	9,7
NEDIO LEONIR GASTMANN	9,1
NEUDI MAURO WEIRICH	9,1
OTÁVIO KEIBER	10,0
PAULO CESAR BRITO	9,8
ROSANGELA FREIS SCHWINGEL	9,7
ROSELI BOURCKHARDT HOFFMANN	9,2

SIDNEI CANCELLI	9,4
TARCISIO GOSENHEIMER	9,3
VANESSA DA SILVA COSTA BORSTEL	8,6
VANDA BOURCKHARDT GASTMANN	9,2
VANDA MARISE LAUTERT	9,2
VANIA MARILDE LAUTERT	9,7

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2016.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC, em 04 de janeiro de 2016.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MARCELO CONTESSOTTO

Responsável pelas publicações

### **PORTARIA 003 DE 04 DE JANEIRO DE 2016**

CONCEDE AFASTAMENTO PARA SERVIR NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM OUTRO ENTE DA FEDERAÇÃO.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do Art. 103, inciso I da Lei Complementar nº 011, de 10 de janeiro de 2005 e suas alterações; que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

RESOLVE:

Art. 1º - Concede Afastamento para Servir a Administração Pública em outro Ente da Federação a Servidora Pública, ROSANGELA FREIS SCHWINGEL, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR II – 20 HORAS em Língua Alemã, matrícula 482, a partir de 04 de janeiro de 2016 até 31 de dezembro de 2019, a pedido da servidora através do requerimento protocolado sob o nº 309 de 04 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC, em 04 de janeiro de 2016.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MARCELO CONTESSOTTO

Responsável pelas publicações

### **PORTARIA 004 DE 04 DE JANEIRO DE 2016**

CONCEDER FÉRIAS Á SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente na forma do art. 76 da Lei Complementar n.º 011, de 10 de janeiro de 2005;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias regulamentares aos Servidores Públicos Municipais em cargo de provimento efetivo, abaixo relacionados.

MAT.	SERVIDORES	PERÍODO AQUISITIVO		PERÍODO DE GOZO	
11	ADILSON SCHINGEL	01/01/2015	31/12/2015	04/01/2016	02/02/2016
138	ALEX SANDRO VERGARA BORGES	05/01/2015	04/01/2016	04/01/2016	18/01/2016
495	ALEX SANDRO VERGARA BORGES	04/05/2014	03/05/2015	04/01/2016	18/01/2016
478	ANDERSON GRIEBLER	05/04/2014	04/04/2015	05/01/2016	03/02/2016
647	ANDRÉ SCHNEIDER	14/10/2013	13/10/2014	04/01/2016	02/02/2016
645	ANELIZE STALBAUM	13/09/2014	12/09/2015	04/01/2016	02/02/2016



331	ANGELA RUCKERT	05/01/2015	04/01/2016	05/01/2016	03/02/2016
5	CARLOS MALTAURO	01/11/2014	31/10/2015	04/01/2016	02/02/2016
490	CLAUDETE LANGNER	06/04/2014	05/04/2015	04/01/2016	02/02/2016
279	DANIELA OHLWEILER TESSMANN	13/09/2014	12/09/2015	04/01/2016	02/02/2016
131	EDSON GONÇALVES	08/10/2014	22/10/2015	05/01/2016	19/01/2016
190	ELENA ENGE RAUBER	05/01/2015	04/01/2016	04/01/2016	02/02/2016
186	ELSI INES KRUGER	08/01/2014	07/01/2015	06/01/2016	04/02/2016
477	GILIARD LINK	05/04/2014	04/04/2015	04/01/2016	02/02/2016
473	IVONE APARECIDA GUILHERME HORN	05/04/2014	04/04/2015	04/01/2016	02/02/2016
25	JOSE LUIZ RETTORE	01/01/2014	31/12/2014	04/01/2016	02/02/2016
48	MAIRA ZAHLER	01/01/2015	31/12/2015	04/01/2016	02/02/2016
10	MARCIA A. REINISCH MALTAURO	06/01/2015	05/01/2016	04/01/2016	02/02/2016
471	MARCIA SCHNEIDER NORDT	05/04/2014	19/04/2015	04/01/2016	02/02/2016
133	MARCOS DAHMER	01/04/2014	31/03/2015	04/01/2016	02/02/2016
172	MONIKE ZIELAK	01/08/2014	31/07/2015	04/01/2016	02/02/2016
284	PAULO CESAR BRITO	05/11/2014	04/11/2015	04/01/2016	02/02/2016
588	SIDNEI CANCELLI	02/07/2014	01/07/2015	04/01/2016	02/02/2016
280	TARCISIO GOSSENHEIMER	20/09/2014	19/09/2015	04/01/2016	02/02/2016
524	VANESSA DA SILVA COSTA	03/01/2015	01/02/2016	04/01/2016	02/02/2016

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, 04 de janeiro de 2016.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MARCELO CONTESSOTTO

Responsável pelas publicações

### **PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 001/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2016

O Município de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que está aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão, na forma Presencial, com julgamento pelo Menor Preço Por Item, objetivando o Registro de Preços para possível aquisição de materiais de construção, destinados as unidades administrativas municipais, tudo conforme descrição detalhada no objeto do Edital, conforme as disposições da Lei Federal nº 10.520/02 e, no que couber com a Lei Federal nº 8.666/93. E que estará recebendo os envelopes contendo a proposta de preços e aqueles dos documentos de habilitação, até as 13h50, do dia 19 de janeiro de 2016, em sessão pública, com abertura para às 14h da mesma data. Íntegra do Edital e informações complementares, pelo telefone (49) 3455-9022 e na internet, no site <http://www.altobelavista.sc.gov.br>.

Alto Bela Vista, em 05 de janeiro de 2016.

Catia Tessmann Reichert

Prefeita Municipal.

**Antônio Carlos****PREFEITURA****CONTRATO Nº 001/2016****EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato nº. 001/2016; Contratante: MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS/SC; Contratada: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA; Objeto: O objeto do presente contrato é a prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pela CONTRATA, que disponibiliza: Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, Gestão de Obras, Gestão Tributária – Gestão do Simples Nacional, Gestão Tributária – Gestão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – GNOTA, Gestão Tributária – Registro Mercantil Integrado – REGIN. Valor: R\$ 10.860,00(dez mil e oitocentos e sessenta reais). Prazo: 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Antônio Carlos, 05 de janeiro de 2016.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

**CONVOCAÇÃO Nº 001/2016****CONVOCAÇÃO nº 001/2016**

Convoca os conselheiros tutelares titulares e suplementes para tomar posse na data que especifica.

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito deste Município de Antônio Carlos, no uso das suas atribuições legais, em especial o conferido pelo artigo 56, VI, da Lei Orgânica do Município de Antônio Carlos;

**RESOLVE:**

Artigo 1º. Convocar os Conselheiros Tutelares Titulares e Suplentes para tomarem posse no cargo de Conselho Tutelar no dia 10 de janeiro de 2016 as 10:00 no auditório da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, localizado na Rua 6 de novembro, 210, Centro, Antônio Carlos.

Artigo 2º. O Conselho Tutelar será composto pelos seguintes membros:

NOME	CPF	SITUAÇÃO	TOTAL VOTOS
ANDREZA SIMAS LOPES	035.198.779-70	SUPLENTE	149
BEATRIZ DE SÁ BIANCHETTI	025.194.659-21	TITULAR	152
CLEUZETE DA COSTA	032.497.889-88	TITULAR	333
GEISA GOEDERT	016.789.429-36	TITULAR	190
MARISA CRISTINA DE OLIVEIRA VEBER	037.831.579-00	SUPLENTE	94
MARTHA VALLADARES MESSIAS	699.045.457-15	SUPLENTE	48
PATRÍCIA AMARAL ALVES	496.441.739-53	SUPLENTE	26
PEDRO CASSIANO DOS SANTOS	089.841.949-21	TITULAR	153
ROMILDA MACHADO LUCCA	973.305.669-34	TITULAR	191
ROSANE APARECIDA FELTRIN	437.487.759-20	SUPLENTE	150

Artigo 3º. Os Conselheiros Tutelares acima nomeados deverão tomar posse conforme dispõe o artigo 1º desta convocação.

Antônio Carlos, 05 de janeiro de 2016.

Antônio Paulo Remor

PREFEITO MUNICIPAL

**DECRETO N 001/2016**

DECRETO Nº001/2016

PRORROGA O PRAZO DE VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO 005/2014 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos/SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica, e;

Considerando, a existência de interesse público na renovação do Processo Seletivo n.º 005/2014, uma vez que ainda existem situações que necessitarão da contratação temporária para ocupação de vagas temporariamente disponíveis;  
Considerando, a necessidade do preenchimento destas vagas é condição essencial para o bom funcionamento de diversos serviços prestados pela Administração Pública Municipal;

Considerando, a existência de previsão em Lei Municipal e no próprio edital n.º 005/2014 acerca da possibilidade de prorrogação da validade deste Processo Seletivo;

DECRETA:

Art. 1ª - Fica prorrogado por mais 1 (um) ano o prazo de validade do Processo Seletivo n.º 005/2014, contados a partir da data de homologação daquele certame;

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Antônio Carlos, 05 de janeiro de 2016.

Antônio Paulo Remor

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto, em 06 de janeiro de 2016.

**PORTARIA N 007/2016**

PORTARIA Nº 007/2016

Concede Férias a servidor ACT .

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, FÉRIAS, por 30 dias, a servidora RAQUEL MARIA ROSA ROTHSTEIN, ocupante do cargo temporário de AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE, a partir de 01 de fevereiro de 2016, relativo ao período aquisitivo de 08/03/2014 a 07/03/2015.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 05 de janeiro de 2016.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 06 de janeiro de 2016.

**PORTARIA N 008/2016**

PORTARIA Nº 008/2016

Concede Adicional de Titulação.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a lei Municipal nº 1250/2009,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, ADICIONAL DE TITULAÇÃO, por GRADUAÇÃO, a servidor efetivo ANA PAULA RICHARTZ, ocupante do cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO II, a partir do mês de janeiro de 2016.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 05 de janeiro de 2016.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 06 de janeiro de 2016.

**PORTARIA N 009/2016**

PORTARIA Nº 009/2016

Admite ACT.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Admitir IVAN DA CUNHA, para o cargo temporário de AUXILIAR ADMINISTRATIVO I, a partir de 05 de janeiro de 2016 a 04 de janeiro de 2017, em substituição a da titular do cargo Cristiany Kremer Prim, que entrará em licença sem vencimento.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 05 de janeiro de 2016.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 06 de janeiro de 2016.

# Arabutã

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO -PL Nº. 001/2015

MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº. 001/2016

O MUNICÍPIO DE ARABUTÃ torna público que se encontra aberta Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, pelo período de 06 de janeiro de 2016 a 19 de janeiro de 2016. Cópia do edital e demais esclarecimentos poderão ser obtidos junto à Diretoria de Administração e Fazenda, no horário de expediente, bem como através do telefone: (49) 3448-0048, site [www.arabuta.sc.gov.br](http://www.arabuta.sc.gov.br) e no e-mail: [administracao@arabuta.sc.gov.br](mailto:administracao@arabuta.sc.gov.br). Arabutã-SC, 05 de janeiro de 2016.

MARCELO MORCHE  
Prefeito em exercício

### AVISO DE LICITAÇÃO -PL Nº. 002/2015

MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 002/2016, PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2016.

O Município de Arabutã/SC torna público para conhecimento dos interessados que estará realizando Processo Licitatório para o Registro de preço de gêneros alimentícios da merenda escolar, conforme identificação constante do Formulário-Proposta, anexo I do Edital. O recebimento dos envelopes e demais documentos exigidos no Edital será realizado até às 08h do dia 19 de janeiro de 2016, sendo que na mesma data, às 08h30 em sessão pública, ocorrerá a abertura e julgamento dos mesmos. Íntegra do Edital e maiores informações poderão ser obtidas junto à Diretoria de Administração e Fazenda ou pelo telefone: (49)3448-0048 e-mail: [administracao@arabuta.sc.gov.br](mailto:administracao@arabuta.sc.gov.br) e pelo site: [www.arabuta.sc.gov.br](http://www.arabuta.sc.gov.br). Arabutã/SC, 05 de janeiro de 2016.

MARCELO MORCHE  
Prefeito em exercício

### AVISO DE LICITAÇÃO -PL Nº. 003/2015

MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 003/2016, PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2016.

O Município de Arabutã/SC torna público para conhecimento dos interessados que estará realizando Processo Licitatório para o Contratação de Serviços de Transporte Escolar (Linha 02 e Linha 11), em conformidade com as especificações, quantidades e preços máximos definidos no Formulário-Proposta. O recebimento dos envelopes e demais documentos exigidos no Edital será realizado até às 16h do dia 19 de janeiro de 2016, sendo que na mesma data, às 16h15 em sessão pública, ocorrerá a abertura e julgamento dos mesmos. Íntegra do Edital e maiores informações poderão ser obtidas junto à Diretoria de Administração e Fazenda ou pelo telefone: (49)3448-0048 e-mail: [administracao@arabuta.sc.gov.br](mailto:administracao@arabuta.sc.gov.br) e pelo site: [www.arabuta.sc.gov.br](http://www.arabuta.sc.gov.br). Arabutã/SC, 05 de janeiro de 2016.

MARCELO MORCHE  
Prefeito em exercício

### AVISO DE LICITAÇÃO -PL Nº. 004/2015

MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 004/2016, PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2016.

O Município de Arabutã/SC torna público para conhecimento dos interessados que estará realizando Processo Licitatório para o Registro de preços de combustíveis, lavagens, lubrificantes e graxas para a frota de máquinas e veículos do Município de Arabutã, conforme identificação constante do Formulário-Proposta em anexo I.O recebimento dos envelopes e demais documentos exigidos no Edital será realizado até às 13h30 do dia 19 de janeiro de 2016, sendo que na mesma data, às 14h em sessão pública, ocorrerá a abertura e julgamento dos mesmos. Íntegra do Edital e maiores informações poderão ser obtidas junto à Diretoria de Administração e Fazenda ou pelo telefone: (49)3448-0048 e-mail: [administracao@arabuta.sc.gov.br](mailto:administracao@arabuta.sc.gov.br) e pelo site: [www.arabuta.sc.gov.br](http://www.arabuta.sc.gov.br). Arabutã/SC, 05 de janeiro de 2016.

MARCELO MORCHE  
Prefeito em exercício

### AVISO DE LICITAÇÃO -PL Nº. 005/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA, MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 005/2016, TOMADA DE PREÇOS Nº. 001/2016. O Município de Arabutã/SC torna público para conhecimento dos interessados que estará realizando Processo Licitatório na modalidade TOMADA DE PREÇOS, tipo menor preço, para a contratação da execução de forma indireta, em regime de empreitada por preço unitário (material e mão de obra), para construção/reconstrução de pontes em concreto pré-moldado, em conformidade com as demais características constantes nos anexos que integram o presente Edital. O recebimento dos envelopes e demais documentos exigidos no Edital será realizado até as 08h do dia 22 de janeiro de 2016, sendo que na mesma data, às 08h30, em sessão pública, ocorrerá a abertura dos mesmos e julgamento. Íntegra do Edital e maiores informações poderão ser obtidas junto à Diretoria de Administração e Fazenda, pelo telefone (49)34480048, pelo site: [www.arabuta.sc.gov.br](http://www.arabuta.sc.gov.br) ou e-mail: [administracao@arabuta.sc.gov.br](mailto:administracao@arabuta.sc.gov.br). Arabutã-SC, 05 de janeiro de 2016. MARCELO MORCHE – Prefeito em exercício.

### EDITAL DE CHAMAMENTO PARA A INSCRIÇÃO E ATUALIZAÇÃO NO CADASTRO MUNICIPAL DE FORNECEDORES

MUNICÍPIO DE ARABUTÃ

EDITAL DE CHAMAMENTO PARA A INSCRIÇÃO E ATUALIZAÇÃO NO CADASTRO MUNICIPAL DE FORNECEDORES.

O MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se encontra a possibilidade geral e irrestrita, para proceder ao Registro e Atualização Cadastral dos Fornecedores da Administração Pública do Município. Cópia do edital e demais esclarecimentos poderão ser obtidos junto à Diretoria de Administração e Fazenda, no horário de expediente, bem como através do telefone: (49) 3448-0048 e no e-mail: [administracao@arabuta.sc.gov.br](mailto:administracao@arabuta.sc.gov.br). Arabutã-SC, 05 de janeiro de 2016.

MARCELO MORCHE  
Prefeito em exercício



**RETIFICAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO DO RESULTADO FINAL AO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 1/2015**

RETIFICAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO DO RESULTADO FINAL

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 1/2015,

DE 12 DE JUNHO DE 2015.

O MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, SC, inscrito no CNPJ sob nº 95.995.221/0001-53, com sede administrativa na Rua Lauro Müller, 210, Centro, Arabutã, SC, CEP 89740-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal em Exercício, senhor MARCELO MORCHE, torna público a RETIFICAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO DO RESULTADO FINAL AO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 1/2015, DE 12 DE JUNHO DE 2015 de Prova Escrita e Prática, para preenchimento de vagas do Poder Executivo Municipal.

Em face da constatação de erro no sistema de leitura ótica dos cartões respostas dos candidatos ao concurso público 01/2015 do Município de Arabutã SC, a empresa ASSCONPP retifica a Classificação do Resultado do referido concurso público.

Em vista das circunstâncias verificadas na mudança da classificação do resultado final, fica aberta o prazo legal de 2(dois) dias úteis quanto a nova classificação nos exatos termos do edital de concurso publico nº01/2015.

AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS											
Inscrição	Candidato	PORT.	C.GERAIS	MAT.		T.P.O.	PRÁTICA	Títulos	Total	Situação.	Class.
10	IVONE IVANEIDE AREND	2,00	1,00	1,50	0,00	4,50	8,00	0,00	6,25	APROVADO(A)	1º
93	ALECIR DRESSEL	2,00	1,50	1,00	0,00	4,50	7,50	0,00	6,00	APROVADO(A)	2º
40	LUCIANE DIETRICH	2,50	1,50	1,00	0,00	5,00	6,00	0,00	5,50	APROVADO(A)	3º
52	LOIVA FASSBINDER DUTKE-WICZ	3,50	1,00	0,50	0,00	5,00	5,50	0,00	5,25	APROVADO(A)	4º
25	VALIRIO DREHMER	2,00	2,00	1,50	0,00	5,50	5,00	0,00	5,25	APROVADO(A)	5º
37	PAULO BIBIANO FINGER	3,00	0,00	1,50	0,00	4,50	5,00	0,00	4,75	APROVADO(A)	6º
6	MARCOS FERNANDO BALLER	2,00	1,50	1,00	0,00	4,50	5,00	0,00	4,75	APROVADO(A)	7º
51	MARLEI LENI WEIRICH KOCHENBORGER	3,00	0,00	1,00	0,00	4,00	5,00	0,00	4,50	APROVADO(A)	8º
97	VALMOR WOMMER	1,00	1,00	0,50	0,00	2,50	8,00	0,00	5,25	REPROVADO(A)	--
135	VOLNEI DIAS DOS SANTOS	0,50	1,00	1,00	0,00	2,50	7,00	0,00	4,75	REPROVADO(A)	--
26	DARCI HAEFLIGER	1,50	0,50	0,00	0,00	2,00	7,00	0,00	4,50	REPROVADO(A)	--
171	NOEMI FASSBINDER FRITSCH	0,50	1,00	1,50	0,00	3,00	5,00	0,00	4,00	REPROVADO(A)	--
102	VILMAR GROSS	0,50	0,50	0,50	0,00	1,50	0,00	0,00	0,75	REPROVADO(A)	--
169	MARCOS ROBERTO ROCKE-NBACH	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
139	TIAGO REMONTI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
AUXILIAR ADMINISTRATIVO											
Inscrição	Candidato	PORT.	MAT.	C.GERAIS	ESP.	T.P.O.	PRÁTICA	Títulos	Total	Situação.	Class.
14	PAULO VINÍCIUS HASSEMER	1,84	2,30	2,07	2,79	9,00	0,00	0,00	9,00	APROVADO(A)	1º
5	EMANUELE AREND	1,38	2,07	2,07	2,17	7,69	0,00	0,00	7,69	APROVADO(A)	2º
43	ANDRE LUIZ TONET FRACASSO	1,15	2,07	1,84	2,17	7,23	0,00	0,00	7,23	APROVADO(A)	3º
132	ELIZABETH SIGRID WALL-MANN	1,84	1,15	1,38	2,79	7,16	0,00	0,00	7,16	APROVADO(A)	4º
143	ALAN FELIPIAK	1,15	2,07	1,38	2,48	7,08	0,00	0,00	7,08	APROVADO(A)	5º
76	RAÍ ALAN LAMB	1,15	1,61	1,38	2,79	6,93	0,00	0,00	6,93	APROVADO(A)	6º
13	EDUARDO LUCAS MORCHE	1,61	1,15	1,61	2,48	6,85	0,00	0,00	6,85	APROVADO(A)	7º
27	MAILA KREIBIN	1,61	1,15	1,84	2,17	6,77	0,00	0,00	6,77	APROVADO(A)	8º
38	JOANA CARINE GOLDMEYER	1,38	2,07	1,15	2,17	6,77	0,00	0,00	6,77	APROVADO(A)	9º
156	LUCIA LINO TEIXEIRA LÜCKE-MEIER	1,38	1,84	0,92	2,48	6,62	0,00	0,00	6,62	APROVADO(A)	10º
172	DAIANE WEIRICH RUCKS SCHWARZ	1,38	1,38	1,38	2,48	6,62	0,00	0,00	6,62	APROVADO(A)	11º
50	MARCIA CAPELLARI	1,38	1,38	1,61	2,17	6,54	0,00	0,00	6,54	APROVADO(A)	12º
2	INDIANARA TELLES DA SILVA SCHIMMELPFENNIG RÜBE-NICH	1,15	1,61	1,61	2,17	6,54	0,00	0,00	6,54	APROVADO(A)	13º

68	MARIELE CHRISTINE SCANDOLARA	1,15	1,38	1,15	2,79	6,47	0,00	0,00	6,47	APROVADO(A)	14º
67	ALEX FUELBER	1,38	1,84	0,92	2,17	6,31	0,00	0,00	6,31	APROVADO(A)	15º
148	AMANDA JUNG GUERINI	1,15	1,84	0,69	2,48	6,16	0,00	0,00	6,16	APROVADO(A)	16º
144	LUIZA HELENA BRAZ	2,30	0,23	1,38	2,17	6,08	0,00	0,00	6,08	APROVADO(A)	17º
154	MAIARA SCHNARMBERGER HORST	1,15	1,61	1,15	2,17	6,08	0,00	0,00	6,08	APROVADO(A)	18º
133	SUSANA DEUNER	1,15	0,92	1,15	2,79	6,01	0,00	0,00	6,01	APROVADO(A)	19º
167	JULIANO ELSINGA COROLES-QUI	1,61	1,61	0,92	1,86	6,00	0,00	0,00	6,00	APROVADO(A)	20º
141	FABIANE LÚCIA MOCELIN	1,38	1,38	0,69	2,48	5,93	0,00	0,00	5,93	APROVADO(A)	21º
109	ALEXANDRO RONEI HANN	1,15	0,92	1,38	2,48	5,93	0,00	0,00	5,93	APROVADO(A)	22º
108	MILENA JUNGES PEDROSO	1,61	1,61	2,07	0,62	5,91	0,00	0,00	5,91	APROVADO(A)	23º
57	SABRINA LOISA FINGER	1,61	0,92	1,15	2,17	5,85	0,00	0,00	5,85	APROVADO(A)	24º
134	LUANA VANESSA NORONHA	0,92	0,46	1,84	2,48	5,70	0,00	0,00	5,70	APROVADO(A)	25º
61	ALICE TEBALDI	1,61	0,92	0,92	2,17	5,62	0,00	0,00	5,62	APROVADO(A)	26º
30	CRISTIANE RAQUEL MICHA-ELSEN	1,15	0,69	1,61	2,17	5,62	0,00	0,00	5,62	APROVADO(A)	27º
42	LUCIANE PETRY	1,61	0,46	1,15	2,17	5,39	0,00	0,00	5,39	APROVADO(A)	28º
173	LISETE DE OLIVEIRA DA SILVA PINTO	1,38	1,15	0,69	2,17	5,39	0,00	0,00	5,39	APROVADO(A)	29º
128	DEISE DEZZANETTI	1,38	0,46	1,38	2,17	5,39	0,00	0,00	5,39	APROVADO(A)	30º
17	BRUNA TAÍS PATZLAFF COL-DEBELLA	1,15	0,69	1,38	2,17	5,39	0,00	0,00	5,39	APROVADO(A)	31º
12	CAMILA CRISTINA NESPOLO SCHWARZ	0,92	0,92	1,38	2,17	5,39	0,00	0,00	5,39	APROVADO(A)	32º
164	ANDREIA APARECIDA PEREIRA	0,69	1,15	1,61	1,86	5,31	0,00	0,00	5,31	APROVADO(A)	33º
147	ANA PAULA MARIAN WAGNER	1,15	0,92	0,69	2,48	5,24	0,00	0,00	5,24	APROVADO(A)	34º
152	NELSON ANTONIO FANIN	1,15	0,69	1,15	2,17	5,16	0,00	0,00	5,16	APROVADO(A)	35º
92	GLEIDE KELEN PETZOLD KRUETZMANN	0,92	1,15	1,15	1,86	5,08	0,00	0,00	5,08	APROVADO(A)	36º
11	LETÍCIA KATIA KICH	0,69	1,15	1,38	1,86	5,08	0,00	0,00	5,08	APROVADO(A)	37º
7	CAROLINE CRISTINE KUSSLER	0,69	0,92	1,61	1,86	5,08	0,00	0,00	5,08	APROVADO(A)	38º
140	VANDERLEI DA ROCHA	0,69	0,92	0,92	2,48	5,01	0,00	0,00	5,01	APROVADO(A)	39º
177	ALINE VIVIANE GOLDMEYER	1,15	0,92	0,92	1,86	4,85	0,00	0,00	4,85	REPROVADO(A)	--
77	MARCELO DA LUZ	0,69	1,84	0,46	1,86	4,85	0,00	0,00	4,85	REPROVADO(A)	--
31	VANUSA DA SILVA OLIVEIRA	1,84	0,92	1,15	0,93	4,84	0,00	0,00	4,84	REPROVADO(A)	--
120	WILLIAM FERNANDO OLIVEIRA	0,46	0,69	1,15	2,48	4,78	0,00	0,00	4,78	REPROVADO(A)	--
136	ADRIANO ADELAR KROHN	0,23	0,92	1,38	2,17	4,70	0,00	0,00	4,70	REPROVADO(A)	--
75	MARLA CRISTINA CAPITANI DA SILVA	1,38	1,15	1,15	0,93	4,61	0,00	0,00	4,61	REPROVADO(A)	--
81	WESLEI JEAN BURNIER	1,15	0,69	1,15	1,55	4,54	0,00	0,00	4,54	REPROVADO(A)	--
47	LUANA VANESSA KOCHENBORGER	0,92	0,46	1,61	1,55	4,54	0,00	0,00	4,54	REPROVADO(A)	--
88	MAICO CLEITON KICH	0,69	1,15	1,38	1,24	4,46	0,00	0,00	4,46	REPROVADO(A)	--
104	VITÓRIA KIEKOW DE OLIVEIRA	1,15	0,69	0,92	1,55	4,31	0,00	0,00	4,31	REPROVADO(A)	--
149	EVELYN CRISTINA PEREIRA DA SILVA	1,61	0,23	1,15	1,24	4,23	0,00	0,00	4,23	REPROVADO(A)	--
70	GREICI FERNANDA SONNTAG	1,15	0,23	0,92	1,86	4,16	0,00	0,00	4,16	REPROVADO(A)	--
129	CLEITON LUIS STEFFEN	0,46	1,15	0,92	1,55	4,08	0,00	0,00	4,08	REPROVADO(A)	--
32	GIOVANA MARCHIORO	0,69	0,46	0,46	1,24	2,85	0,00	0,00	2,85	REPROVADO(A)	--
178	FABIELA APARECIDA STEDILLE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
127	ALICE PARISENTI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
155	MARCELO FUHRMANN	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--

162	LEANDRO ROGERIO VEN- DRUSCOLO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
18	POLYANA MUTZENBERG FEIOCK	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
153	LEONARDO PAWEUKIEVICZ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--

## MÉDICO

Inscrição	Candidato	PORT.	MAT.	C.GERAIS	ESP.	T.P.O.	PRÁTICA	Títulos	Total	Situação.	Class.
29	ORLANDO VILI HANAUER FILHO	2,30	2,30	1,61	3,10	9,31	0,00	0,00	9,31	APROVADO(A)	1º
111	DAVID DLUGOVIT	2,07	1,61	1,38	2,79	7,85	0,00	0,00	7,85	APROVADO(A)	2º
126	BERNARDO DIAS CECHELLA	2,07	1,84	1,38	2,17	7,46	0,00	0,00	7,46	APROVADO(A)	3º
115	LUCIANO LEBARBENCHON MASSIGNAN	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
86	DANTE ESCÓRCIO TAVARES SILVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--

## PSICÓLOGO

Inscrição	Candidato	PORT.	MAT.	C.GERAIS	ESP.	T.P.O.	PRÁTICA	Títulos	Total	Situação.	Class.
174	ALFREDO ALVES FERREIRA	2,07	1,84	1,61	2,17	7,69	0,00	0,00	7,69	APROVADO(A)	1º
54	ANE CAROLINE DE OLIVEIRA DA LUZ	2,07	2,07	1,15	2,17	7,46	0,00	0,00	7,46	APROVADO(A)	2º
53	PATRÍCIA ALINE GOULART	1,84	1,61	1,38	2,48	7,31	0,00	0,00	7,31	APROVADO(A)	3º
16	JÉSSICA PAULA PINSSETTA	1,61	1,84	1,38	2,48	7,31	0,00	0,00	7,31	APROVADO(A)	4º
4	GÉSSICA REGINA BORGMANN	1,84	1,61	1,84	1,86	7,15	0,00	0,00	7,15	APROVADO(A)	5º
158	CRISTIANDREI SILVA GONÇAL- VES	1,84	1,61	1,15	2,48	7,08	0,00	0,00	7,08	APROVADO(A)	6º
160	ALINE APARECIDA ENGEL	1,84	1,15	1,61	2,17	6,77	0,00	0,00	6,77	APROVADO(A)	7º
142	FRANCIELE HOLSTAK LINK	1,84	1,84	1,15	1,55	6,38	0,00	0,00	6,38	APROVADO(A)	8º
9	MONIK KAROLYNE BEZERRA VIDAL	2,07	1,15	0,92	2,17	6,31	0,00	0,00	6,31	APROVADO(A)	9º
165	ANDRÉ GONÇALVES DE AN- DRADE	1,38	1,61	1,38	1,86	6,23	0,00	0,00	6,23	APROVADO(A)	10º
113	ANDRESSA BALBINOT LOCA- TELLI	1,15	0,92	1,61	2,48	6,16	0,00	0,00	6,16	APROVADO(A)	11º
74	DÉBORA AUERSWALD DE MORAIS	1,61	0,92	1,38	2,17	6,08	0,00	0,00	6,08	APROVADO(A)	12º
65	CAMILA SEIBT DE OLIVEIRA	1,61	2,07	0,46	1,86	6,00	0,00	0,00	6,00	APROVADO(A)	13º
28	PATRICIA PEROZA	1,61	1,15	0,69	2,48	5,93	0,00	0,00	5,93	APROVADO(A)	14º
34	GIZETE GEHRMANN	1,84	1,15	1,38	1,55	5,92	0,00	0,00	5,92	APROVADO(A)	15º
166	WANDA MARA MAYER	1,84	1,15	1,38	1,55	5,92	0,00	0,00	5,92	APROVADO(A)	16º
48	CHAIANE ZANATA	1,84	1,15	1,38	1,55	5,92	0,00	0,00	5,92	APROVADO(A)	17º
39	GISELI APARECIDA MATTÉ SCHUCK	0,92	1,15	1,61	2,17	5,85	0,00	0,00	5,85	APROVADO(A)	18º
157	CÍNTIA APARECIDA ZANELA	1,38	1,38	1,38	1,55	5,69	0,00	0,00	5,69	APROVADO(A)	19º
145	CLEIDE ROGOWSKI	1,84	0,46	1,15	2,17	5,62	0,00	0,00	5,62	APROVADO(A)	20º
55	CATIELI PALUDO	1,61	0,92	0,92	2,17	5,62	0,00	0,00	5,62	APROVADO(A)	21º
78	GABRIELLA FERNANDA WOJ- CIECHOSKI	1,61	0,92	1,15	1,86	5,54	0,00	0,00	5,54	APROVADO(A)	22º
131	CAMILA LORENZETTI	1,61	0,69	1,38	1,86	5,54	0,00	0,00	5,54	APROVADO(A)	23º
103	JAMILA KARINE BUSNELLO	1,61	0,69	1,61	1,55	5,46	0,00	0,00	5,46	APROVADO(A)	24º
170	KEILA RENATA OLKOWSKI	2,07	1,15	0,92	1,24	5,38	0,00	0,00	5,38	APROVADO(A)	25º
46	SANDRA FÁTIMA SIGNOR	1,84	0,46	1,15	1,86	5,31	0,00	0,00	5,31	APROVADO(A)	26º
79	ÂNGELA GOSENHEIMER KROMBAUER	1,38	1,38	0,69	1,86	5,31	0,00	0,00	5,31	APROVADO(A)	27º

151	EMANUELLY FRANCISCO BAHU	1,38	0,92	1,38	1,55	5,23	0,00	0,00	5,23	APROVADO(A)	28º
119	BRUNA FÁTIMA HILLESHEIM	1,15	0,92	1,61	1,55	5,23	0,00	0,00	5,23	APROVADO(A)	29º
1	GLAUCO OLAVO KESSLER	1,38	0,23	1,38	2,17	5,16	0,00	0,00	5,16	APROVADO(A)	30º
114	KENIA INES BRESSAN	1,61	0,46	1,38	1,55	5,00	0,00	0,00	5,00	APROVADO(A)	31º
69	DINARA SIGNOR KIEKOW	1,84	0,69	1,15	1,24	4,92	0,00	0,00	4,92	REPROVADO(A)	--
107	CRISTIAN FERNANDO TELES	1,38	1,38	0,92	1,24	4,92	0,00	0,00	4,92	REPROVADO(A)	--
33	MAURO VOLNEY GIULIATO	1,38	1,15	1,15	1,24	4,92	0,00	0,00	4,92	REPROVADO(A)	--
110	ANA LETICIA MANDRIK	1,38	0,69	1,15	1,55	4,77	0,00	0,00	4,77	REPROVADO(A)	--
63	MAIARA SCHWANKE	1,38	0,46	1,38	1,55	4,77	0,00	0,00	4,77	REPROVADO(A)	--
122	JHENIFFER IANE RECH	1,38	0,92	1,15	1,24	4,69	0,00	0,00	4,69	REPROVADO(A)	--
8	PATRICIA VIEIRA	1,38	0,46	0,92	1,55	4,31	0,00	0,00	4,31	REPROVADO(A)	--
45	JUSSARA CHIAMULERA DAS CHAGAS	1,15	0,46	0,92	1,55	4,08	0,00	0,00	4,08	REPROVADO(A)	--
168	CLEUNICE APARECIDA MARTINELLI	0,92	0,69	1,15	1,24	4,00	0,00	0,00	4,00	REPROVADO(A)	--
71	TÂNIA SIMON MANFÉ	1,15	0,92	0,92	0,93	3,92	0,00	0,00	3,92	REPROVADO(A)	--
159	KARINE LOPES DE OLIVEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--

Arabutã, SC, 04 de janeiro de 2016.

MARCELO MORCHE

Prefeito Municipal em Exercício

## RETIFICAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DOS CANDIDATOS A VAGA DE PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS DO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 1/2015

RETIFICAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO DO RESULTADO FINAL

DOS CANDIDATOS A VAGA DE PORTADORES DE NECESSIDADESE ESPECIAIS.

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 1/2015, DE 12 DE JUNHO DE 2015.

O MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, SC, inscrito no CNPJ sob nº 95.995.221/0001-53, com sede administrativa na Rua Lauro Müller, 210, Centro, Arabutã, SC, CEP 89740-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal em Exercício, senhor MARCELO MROCHE, torna público a RETIFICAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DOS CANDIDATOS A VAGA DE PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS DO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 1/2015, DE 12 DE JUNHO DE 2015.

Em face da constatação de erro no sistema de leitura ótica dos cartões respostas dos candidatos ao concurso público 01/2015 do Município de Arabutã SC, a empresa ASSCONPP retifica a Classificação do Resultado do referido concurso público.

Em vista das circunstâncias verificadas na mudança da classificação do resultado final, fica aberta o prazo legal de 2(dois) dias úteis quanto a nova classificação nos exatos termos do edital de concurso publico nº01/2015.

AUXILIAR ADMINISTRATIVO										
Inscrição	Candidato	PORT.	MAT.	C.GERAIS	ESP.	T.P.O.	Total	Situação.	Class.	
30	CRISTIANE RAQUEL MI-CHAESEN	1,15	0,69	1,61	2,17	5,62	5,62	APROVA-DO(A)	1º	
136	ADRIANO ADELAR KROHN	0,23	0,92	1,38	2,17	4,70	4,70	REPROVA-DO(A)	--	
129	CLEITON LUIS STEF-FEN	0,46	1,15	0,92	1,55	4,08	4,08	REPROVA-DO(A)	--	
PSICÓLOGO										
Inscrição	Candidato	PORT.	MAT.	C.GERAIS	ESP.	T.P.O.	Total	Situação.	Class.	
78	GABRIELLA FERNANDA WOICIE-CHOSKI	1,61	0,92	1,15	1,86	5,54	5,54	APROVA-DO(A)	1º	

Arabutã, SC, 04 de janeiro de 2016.

MARCELO MORCHE

Prefeito Municipal em Exercício



# RETIFICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 1/2015, DE 12 DE JUNHO DE 2015.

RETIFICAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO DO RESULTADO FINAL

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 1/2015, DE 12 DE JUNHO DE 2015.

O MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, SC, inscrito no CNPJ sob nº 95.995.221/0001-53, com sede administrativa na Rua Lauro Müller, 210, Centro, Arabutã, SC, CEP 89740-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal em Exercício, senhor MARCELO MORCHE, torna público a RETIFICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 1/2015, DE 12 DE JUNHO DE 2015.

Em face da constatação de erro no sistema de leitura ótica dos cartões respostas dos candidatos ao processo seletivo 01/2015 do Município de Arabutã SC, a empresa ASSCONPP retifica a Classificação do Resultado do referido processo seletivo.

Em vista das circunstâncias verificadas na mudança da classificação do resultado final, fica aberta o prazo legal de 2(dois) dias úteis quanto a nova classificação nos exatos termos do edital de processo seletivo nº01/2015.

## AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - MICRO ÁREA 07

Inscrição	Candidato	PORT.	MAT.	C.GERAIS	ESP.	T.P.O.	PRÁTICA	Títulos	Total	Situação.	Class.
12	NAIARA GIOVANA WEBER	1,38	1,38	0,92	1,86	5,54	0,00	0,00	5,54	APROVADO(A)	1º
3	ISOLDE DREHMER MULLER	1,38	0,92	1,84	1,24	5,38	0,00	0,00	5,38	APROVADO(A)	2º
5	VALMI NIED BENELLI	0,69	0,69	1,38	0,62	3,38	0,00	0,00	3,38	REPROVADO(A)	--
11	ELIZETE HILDA MÜLLER	0,69	0,69	0,46	0,62	2,46	0,00	0,00	2,46	REPROVADO(A)	--

## AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - MICRO ÁREA 10

Inscrição	Candidato	PORT.	MAT.	C.GERAIS	ESP.	T.P.O.	PRÁTICA	Títulos	Total	Situação.	Class.
9	JANAINA FUHRMANN WIESENHUTTER	1,15	1,15	1,38	2,17	5,85	0,00	0,00	5,85	APROVADO(A)	1º
13	ANDRESSA CLAUDIMARA GIORDANI VIEIRA	0,92	0,69	1,15	1,24	4,00	0,00	0,00	4,00	REPROVADO(A)	--

## AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - MICRO ÁREAS 01

Inscrição	Candidato	PORT.	MAT.	C.GERAIS	ESP.	T.P.O.	PRÁTICA	Títulos	Total	Situação.	Class.
7	PATRICIA SCHIMMELPFEN-NIG	1,15	1,61	0,92	2,17	5,85	0,00	0,00	5,85	APROVADO(A)	1º
16	VANESSA FASSBINDER	0,69	1,15	1,15	1,55	4,54	0,00	0,00	4,54	REPROVADO(A)	--

## AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - MICRO ÁREAS 05

Inscrição	Candidato	PORT.	MAT.	C.GERAIS	ESP.	T.P.O.	PRÁTICA	Títulos	Total	Situação.	Class.
14	CRISTIANE REBECA EBERT	0,92	1,15	0,92	1,55	4,54	0,00	0,00	4,54	REPROVADO(A)	--
15	GABRIEL FERNANDO VEN-DRUSCOLO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--

## AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - MICRO ÁREAS 06

Inscrição	Candidato	PORT.	MAT.	C.GERAIS	ESP.	T.P.O.	PRÁTICA	Títulos	Total	Situação.	Class.
8	MARIELI GROSSER LÖSCH	0,92	2,07	1,61	2,79	7,39	0,00	0,00	7,39	APROVADO(A)	1º
10	VILMAR BUTH	1,15	1,38	1,38	2,17	6,08	0,00	0,00	6,08	APROVADO(A)	2º
17	FERNANDA GOSSENHEIMER TOBIN	0,92	0,92	1,38	1,86	5,08	0,00	0,00	5,08	APROVADO(A)	3º
19	JORDAN JOSUÉ KUNTZ SCHLIECK	1,15	1,15	0,92	0,93	4,15	0,00	0,00	4,15	REPROVADO(A)	--

Arabutã, SC, 04 de janeiro de 2016.

MARCELO MORCHE

Prefeito Municipal em Exercício



# Arroio Trinta

## PREFEITURA

### **PREGÃO Nº 0001 2016 - MERENDA ESCOLAR - JANEIRO A ABRIL DE 2016**

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0001/2016 – MAT

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.826.462/0001-27, representado neste ato pelo Prefeito Municipal o Sr. ALCIDIR FELCHILCHER, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL visando à aquisição do objeto abaixo indicado. Os envelopes de proposta e documentação deverão ser entregues no Setor de Licitações, localizada na sede deste Município – Rua XV de Novembro nº 26, Centro, Arroio Trinta, SC. O credenciamento será feito até às 14h:00 do dia 18/01/2016 ou do primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente nesta data. A abertura da sessão às 14h:30m do mesmo dia. A presente licitação será do tipo MENOR PREÇO UNITÁRIO, consoante as condições estatuídas neste Edital, e será regida pela Lei Complementar 123/06, Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, bem como pela Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores nos casos omissos.

#### 1 - DO OBJETO

1.1- O presente pregão tem como objeto AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR PARA ALUNOS EDUCAÇÃO INFANTIL – CRECHE E ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL, PARA OS MESES DE JANEIRO A ABRIL DE 2016, DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA.

1.1.1 – Especificação dos itens no Anexo VI, págs 15 a 31, deste Edital.

#### 0.2 - Condições para entrega dos objetos deste Edital:

1.2.1 - As entregas deverão ser feitas pelas empresas vencedoras na Escola Municipal Profª Jacy Falchetti e no Centro Municipal de Educação Infantil Profª Fabiana Nunes Possato, conforme cronograma pré-estabelecido pela Secretaria Municipal de Educação, para os meses de janeiro a abril de 2016.

1.2.2 – As notas fiscais deverão ser emitidas conforme Pré empenho emitido pela Prefeitura Municipal e enviado para as empresas.

1.2.3 – Quando da emissão das notas fiscais, as empresas deverão citar no corpo da nota (complemento) o número do Pré empenho o qual foi fornecido às empresas.

1.2.4 – Todas as despesas com impostos, taxas, fretes, seguros, encargos sociais, trabalhistas e outros, correrão por conta da(s) proponente(s) vencedora(s);

1.2.5 - Todos os proponentes deverão anexar às propostas, a marca comercial dos itens cotados, para posterior conferência quando da entrega da mercadoria;

1.2.6 – As empresas interessadas em participar deste certame deverão trazer a proposta de preços salva em um Pen Drive ou CD, pois a mesma será transportada para o Sistema de Compras.

1.2.6.1 – O CD ou Pen Drive será devolvido ao Sr. Licitante este assim desejando.

1.2.6.2 – Uma via impressa da proposta, assinada e carimbada com carimbo CNPJ da Empresa ou outro carimbo de identificação, deve integrar o envelope da proposta

1.2.7 - Caso algum item não possa ser cotado, ou não há interesse por parte da empresa, favor mantê-lo na relação e deixá-lo em branco.

#### 2 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1 – Poderão participar deste certame empresas que satisfaçam as condições estabelecidas neste Edital e cujo ramo de atividade seja pertinente e compatível com o objeto da presente licitação.

2.1.1 – Não será permitida a contratação de terceiros para a referida prestação de serviços.

2.2 – Não poderão participar, direta ou indiretamente da licitação:

2.2.1 – Empresas que não atenderem às condições deste Edital;

2.2.2 – Empresas que tenham como sócio(s), servidor(es) ou dirigente(s) de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;

2.2.3 – Empresas que estejam sob falência ou Concordata ou que incidam em proibição legal de contratar com a Administração Pública;

2.2.4 – Empresas que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, sob pena de incidir no previsto no Parágrafo único do Art. 97 da Lei de Licitações, ou tenham sido suspensas de participar e impedidas de contratar com o Município de Arroio Trinta.

2.3 – A participação na licitação implica na aceitação integral e irrevogável dos termos e conteúdos deste Edital e seus anexos, a observância dos preceitos legais e regulamentos em vigor e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do certame.

#### 2.4 – DA PARTICIPAÇÃO DAS MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL.

2.4.1 – As microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedor individual que quiserem participar deste certame usufruindo os benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006, deverão observar o disposto nos subitens seguintes.

2.4.2 – A condição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, para efeito do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar 123/2006, deverá ser comprovada, mediante apresentação da seguinte documentação:

2.4.2.1 – Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial da sede do licitante onde conste o seu enquadramento como Empresa de Pequeno Porte ou Microempresa. As sociedades simples, que não registram seus atos na Junta Comercial, deverão apresentar certidão do Registro Civil de Pessoas Jurídicas atestando seu enquadramento nas hipóteses do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006. A Certidão deve estar atualizada.

2.4.2.2 – Declaração de enquadramento em conformidade com o art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, afirmando ainda que não se enquadram em nenhuma das hipóteses do § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, conforme o modelo do Anexo II, do presente Edital.

2.4.3 – A condição de microempreendedor individual, para efeito do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar 123/2006, deverá ser comprovada, mediante apresentação da seguinte documentação:

2.4.3.1 – Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCEI, disponibilizado no Portal de Microempreendedor ([www.portal-doempreendedor.gov.br](http://www.portal-doempreendedor.gov.br)).

2.4.4 – Os documentos para fins de comprovação da condição de microempresa e empresa de pequeno porte deverão ser apresentados FORA DOS ENVELOPES, no ato de CREDENCIAMENTO das empresas participantes.

2.4.5 – A empresa que não comprovar a condição de microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual não terá direito aos benefícios concedidos pela Lei Complementar 123/2006.

### 3 - DO CREDENCIAMENTO

3.1 - Quando a interessada for representada por pessoa que estatutariamente tenha poder para tal, esta deverá apresentar o ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, a alteração contratual referente à mudança de razão social, na hipótese de haver a referida mudança, bem como a última alteração, devidamente registrada, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores.

3.2 - Caso seja representada por procurador, este deverá apresentar procuração (podendo utilizar o ANEXO I como modelo) ou documento equivalente, com firma reconhecida do Outorgante, cópia do respectivo RG - Registro Geral e CPF/MF - Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda, DEVENDO APRESENTAR, TAMBÉM, A MESMA DOCUMENTAÇÃO CONSTANTE DO ITEM 3.1. DESTE CAPÍTULO, a fim de comprovar os poderes do outorgante.

3.3 – Declaração de Cumprimento Pleno dos Requisitos de Habilitação, conforme modelo (ANEXO V).

3.4 - Os documentos de credenciamento de que tratam os itens 2.4.2.1, 2.4.2.2, 2.4.3.1, 3.1, 3.2, 3.3, deverão ser apresentados FORA DOS ENVELOPES de documentação e proposta e ficarão retidos nos autos.

3.5 - Os documentos devem apresentar prazo de validade, e poderão ser entregues em original, por processo de cópia devidamente autenticada, ou cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais para autenticação pelo Pregoeiro/equipe de apoio. Não serão aceitas cópias de documentos obtidas por meio de aparelho fac-símile (FAX). Não serão aceitas cópias de documentos ilegíveis. Caso a validade não conste nos respectivos documentos, estes serão considerados válidos por um período de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua emissão.

3.6 – Havendo remessa via postal dos envelopes ou defeito no credenciamento pela ausência de algum dos documentos, a licitante não poderá participar da fase dos lances, permanecendo com sua proposta fixa, bem como não poderá se manifestar acerca da interposição de recurso quando declarado o vencedor.

3.7 – A proponente que enviar os envelopes via postal sem a remessa da Declaração referida no item 3.3 deste Edital, ficará automaticamente excluída do certame pela ausência de documento especial.

### 4 - DA PROPOSTA

4.1 Haverá tutorial específico no Site do Município, junto ao edital, que fornecerá instruções detalhadas para a elaboração das proposta através do programa PCO.

4.2 - A proposta deverá ser entregue em envelope fechado, contendo a seguinte indicação:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA/SC  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0001/2016 - MAT  
(RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE)  
ENVELOPE N.º 01 - "PROPOSTA DE PREÇOS"

4.3 - A proposta necessariamente deverá preencher os seguintes requisitos:

- a) Ser apresentada por via digital (arquivo "COT") em um Pen Drive ou CD, para ser transportada para o sistema de compras do Município. Uma via impressa deste arquivo deverá integrar o envelope da proposta de preços.
- b) Ter prazo de validade mínimo de 60 (sessenta) dias, contendo especificação detalhada do produto cotado, segundo às exigências mínimas apresentadas neste Edital. Não serão permitidas alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas.
- c) A via impressa da proposta de preços e seus anexos deverão ser digitados, assinados e carimbados com carimbo CNPJ da Empresa ou outro carimbo de identificação, mantendo-se a sequência dos itens;
- d) conter o Nome do Proponente (razão social), o nº do CNPJ, endereço completo, telefone e fax para Contato e, se existente, endereço eletrônico (e-mail) e nome de pessoas para contato, Inscrição Estadual e Inscrição Municipal se houver;
- e) suas folhas devem estar assinadas e rubricadas pelo seu representante legal;

- f) conter declaração de que os preços apresentados compreendem todas as despesas incidentes sobre o objeto licitado, tais como impostos, taxas, encargos sociais e trabalhistas, fretes, seguros, etc...;
- g) conter prazo de entrega dos gêneros alimentícios;
- h) conter discriminados em moeda corrente nacional o preço unitário, limitados a 02 (duas) casas decimais para os centavos;
- i) Discriminar a marca do produto cotado;

4.3 - Anexar à proposta, os dados bancários: nome do banco, nº da conta corrente, indicando a agência bancária para recebimento dos créditos (conforme modelo no ANEXO IV).

4.4 - Anexar à proposta os dados do representante legal da empresa (aquele que assina a proposta): nome completo, cargo ou função, número de identidade e número do CPF/MF (conforme modelo no ANEXO IV) deste Edital.

## 5 - DA HABILITAÇÃO

5.1 - Toda a documentação de habilitação deverá ser entregue em envelope fechado, contendo a seguinte indicação:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA/SC  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0001/2016 - MAT  
(RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE)  
ENVELOPE N.º 02 - "DOCUMENTAÇÃO"

5.2 - Para habilitação na presente licitação será exigida a entrega dos seguintes documentos:

- 5.2.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- 5.2.2 - Prova de Regularidade com a Fazenda Federal e Dívida Ativa da União;
- 5.2.3 - Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual;
- 5.2.4 - Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante;
- 5.2.5 - Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS - CRF);
- 5.2.6 - Prova de Regularidade com a Previdência Social (Certidão Negativa de Débito - CND emitida pelo INSS);
- 5.2.7 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ([www.tst.jus.br](http://www.tst.jus.br));
- 5.2.8 - Certidão Negativa de Falência e Concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, atualizada;
- 5.2.9 - Declaração de idoneidade;
- 5.2.10 - Declaração que tomou conhecimento de todas as condições deste Edital;
- 5.2.11 - Declaração da licitante de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º, da Constituição Federal, assinada por representante legal da empresa.

5.3 - Os documentos devem apresentar prazo de validade, e poderão ser entregues em original, por processo de cópia devidamente autenticada, ou cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais para autenticação pelo Pregoeiro/equipe de apoio. Não serão aceitas cópias de documentos obtidas por meio de aparelho fac-símile (FAX). Não serão aceitas cópias de documentos ilegíveis. Caso a validade não conste nos respectivos documentos, estes serão considerados válidos por um período de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua emissão.

5.4 - Caso as microempresas ou empresas de pequeno porte apresentem na fase de habilitação alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 02 (dois) dias úteis, para regularização da documentação e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, sendo que, em caso de não regularização da documentação dentro do prazo previsto, implicará decadência do direito à contratação (Lei Complementar nº 123/06, art. 43, §§ 1º e 2º), sendo considerada inabilitada para este Processo Licitatório.

## 6 - DAS OBRIGAÇÕES DA VENCEDORA

6.1 - Será de responsabilidade da licitante vencedora o fornecimento da mercadoria, objeto deste Edital.

6.2 - A licitante vencedora ficará obrigada a entregar os itens, objeto deste Edital, no preço e prazo estipulado na sua proposta.

## 7 - DO RECEBIMENTO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1 - No dia, hora e local designados no Edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes ao ato público, o Pregoeiro, juntamente com a Equipe de Apoio, executará a rotina de credenciamento, conforme disposto no Capítulo 3.

7.2 - Verificadas as credenciais e declarada aberta a sessão, o Pregoeiro solicitará e receberá os envelopes devidamente lacrados, a proposta e os documentos exigidos para habilitação.

7.3 - Em nenhuma hipótese serão recebidos envelopes contendo proposta e os documentos de habilitação fora do prazo estabelecido neste Edital.

7.4 - Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as propostas de preços, ocasião em que será procedida à verificação da conformidade das mesmas com os requisitos estabelecidos neste instrumento, com exceção do preço, desclassificando-se as incompatíveis.

7.5 - No curso da sessão, dentre as propostas que atenderem às exigências constantes do Edital, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços de até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer lances verbais e sucessivos, em valores distintos e



decrecentes.

7.6 - Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecerem lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

7.7 - A oferta dos lances deverá ser efetuada, por preço unitário, no momento em que for conferida a palavra ao licitante, na ordem decrescente dos preços.

7.8 - Dos lances ofertados não caberá retratação.

7.9 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da fase de lances e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante.

7.10 - O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pelo Pregoeiro, os licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

7.11 - Finalizada a fase de lances e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o Pregoeiro verificará a compatibilidade dos preços ofertados com os praticados no mercado, desclassificando as propostas dos licitantes que apresentarem preço excessivo, assim considerados aqueles acima do preço de mercado.

7.12 - O Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente que apresentou o menor preço unitário, para que seja obtido preço ainda melhor.

7.13 - Será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que tiver formulado a proposta de menor preço, para confirmação das suas condições habilitatórias.

7.14 - No caso de inabilitação do proponente que tiver apresentado a melhor oferta, serão analisados os documentos habilitatórios do licitante da proposta de segundo menor preço, e assim sucessivamente, até que um licitante atenda às condições fixadas neste instrumento convocatório.

7.15 - Verificado o atendimento das exigências habilitatórias, será declarada a ordem de classificação dos licitantes.

7.15.1 - Será declarado vencedor o licitante que ocupar o primeiro lugar.

7.16 - O Pregoeiro manterá em seu poder os envelopes com a documentação dos demais licitantes, pelo prazo de 10 (dez) dias, após a homologação da licitação, devendo as empresas retirá-los neste período, sob pena de inutilização dos mesmos.

7.17 - Da sessão pública será lavrada ata circunstanciada, devendo esta ser assinada pelo Pregoeiro e pela Equipe de Apoio.

7.18 - Todos os documentos e as propostas deverão ser rubricados pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e pelos representantes das licitantes que estiverem presentes.

## 8 - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

8.1 - A presente licitação será adjudicada à licitante que apresentar proposta de MENOR PREÇO UNITÁRIO, desde que atendidas as exigências deste Edital.

## 9 - DOS RECURSOS E PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

9.1 - Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

9.2 - Não sendo interpostos recursos, o Pregoeiro adjudicará o objeto do certame à empresa declarada vencedora, sendo submetido este resultado ao Prefeito Municipal para homologação.

9.3 - O(s) recurso(s), porventura interposto(s), não terá(ão) efeito suspensivo e será(ão) dirigido(s) ao Exmo. Prefeito Municipal, por intermédio do Pregoeiro, o qual poderá reconsiderar sua decisão, em 05 (cinco) dias ou, nesse período, encaminhá-lo(s) ao Prefeito Municipal, devidamente informado(s), para apreciação e decisão, no mesmo prazo.

9.4 - Decididos os recursos eventualmente interpostos, será o resultado da licitação submetido ao Exmo. Prefeito Municipal para o procedimento de homologação com a devida adjudicação, do objeto desta licitação à vencedora.

9.5 - A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente dentro do prazo de 05 (cinco) dias, a contar da convocação, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a adjudicatária às penalidades legalmente estabelecidas.

9.6 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei n.º 8.666/93, a inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão,

constituindo, também, motivo para o rompimento do ajuste, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

9.6.1 - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá a Administração aplicar ao contratado as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total dos serviços;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

9.7 - Na hipótese de atraso no cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela Contratada, a esta será aplicada multa de 1% (um por cento) sobre o valor total do Contrato, por dia de atraso, dobrável na reincidência.

9.8 - Nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002, o licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

## 10. CONDIÇÕES DE ENTREGA

10.1 - O prazo para a entrega do objeto licitado será a partir de 5 dias da emissão do documento de pré-empenho, emitido pela Prefeitura Municipal e conforme cronograma pré-estabelecido pela Secretaria Municipal de Educação deste Município. (ANEXO VII)

## 11 - DA DOTAÇÃO

11.1 - A despesa decorrente da aquisição objeto do presente certame correrá a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2016, conforme segue:

17 - 1 . 2009 . 10 . 306 . 10 . 2.25 . 1 . 339000 Aplicações Diretas

## 12 - DO PAGAMENTO

12.1 - O pagamento será feito por transferência bancária, em até 5 (cinco) dias após a entrega da mercadoria, acompanhados da respectiva Nota Fiscal/Fatura, apresentadas na Tesouraria da Prefeitura.

12.3 - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais/faturas deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação (item 5.2.1, deste Edital).

12.4 - Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

12.2 - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, consolidadas.

## 13 - DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

13.1 - Decairá do direito de impugnar os termos do Edital aquele que não fizer até 02 (dois) dias úteis da data designada para a realização do Pregão, apontando de forma clara e objetiva as falhas e/ou irregularidades que entende viciarem o mesmo.

13.2 - Caberá o Pregoeiro decidir, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sobre a impugnação interposta.

13.3 - Se procedente e acolhida a impugnação do edital, seus vícios serão sanados e nova data será designada para a realização do certame.

## 14 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao presente Edital.

14.2 - O resultado desta licitação estará à disposição dos interessados, na sala do Setor de Compras e Licitações, logo após sua homologação.

14.3 - O objeto deste Pregão poderá sofrer acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento), conforme o art. 65, §1º, da Lei 8.666/93.

14.4 - Detalhes não citados, referentes ao fornecimento, mas que a boa técnica leve a presumir a sua necessidade, não deverão ser omitidos, não sendo aceitas justificativas para sua não apresentação.

14.5 - O Prefeito, poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

14.7 - O Pregoeiro e a Equipe de Apoio prestarão os esclarecimentos necessários, bem como irão dirimir as dúvidas suscitadas, de segunda

a sexta-feira, das 12h:00m às 18h:00m, através dos telefones (49) 35356000 ou pessoalmente (Rua XV de Novembro, 26, Centro, Arroio Trinta, SC).

14.8 – São parte integrante deste Edital os seguintes anexos:

- a) ANEXO I – Procuração (modelo);
- b) ANEXO II – Declaração de Enquadramento de Microempresa e ou Empresa de Pequeno Porte (Modelo);
- c) ANEXO III – Identificação da Empresa;
- d) ANEXO IV – Dados Bancários e Dados do Representante Legal;
- e) ANEXO V - Declaração de Cumprimento Pleno aos Requisitos de Habilitação;
- f) ANEXO VI – Memorial Descritivo dos itens.
- g) ANEXO VII – Cronograma de Entrega;
- h) ANEXO VIII – Minuta do Contrato

Arroio Trinta - SC, 05 de janeiro de 2016.  
ALCIDR FELCHILCHER  
Prefeito Municipal

#### ANEXO I

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0001/2016

#### PROCURAÇÃO (MODELO)

(Apresentar no credenciamento, fora dos envelopes)

RAZÃO SOCIAL ....., CNPJ ....., ENDEREÇO COMPLETO ....., por meio de NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL ....., RG ....., CPF ..... E QUALIFICAÇÃO NA EMPRESA ....., constitui como suficiente PROCURADOR o Sr. NOME COMPLETO ....., RG..., CPF..., outorgando-lhe poderes gerais para representar a referida empresa na Licitação MODALIDADE ....., NÚMERO/ANO..., outorgando ainda poderes específicos para efetuar o credenciamento, efetuar lances, interpor recursos, assinar contratos e praticar todos os demais atos necessários e inerentes ao presente procedimento licitatório.

CIDADE/ESTADO, DATA \_\_\_\_\_

NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL  
E QUALIFICAÇÃO NA EMPRESA

#### ANEXO II

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0001/2016

#### DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (MODELO)

(Apresentar no credenciamento, fora dos envelopes)

\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_, do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da Lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

( ) MICROEMPRESA, conforme inciso I do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

( ) EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme inciso II do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes no § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Local \_\_\_\_\_, Data \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016.

Carimbo e assinatura do representante  
legal da empresa

Carimbo CNPJ:

#### ANEXO III

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0001/2016

#### IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA

(Apresentar dentro do envelope Proposta de Preços)

1. IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA:

**2. CONDIÇÕES DA PROPOSTA:**

Prazo de validade da proposta: \_\_\_\_\_  
(Item 4.2, Letra a, deste Edital)

Prazo de Entrega: \_\_\_\_\_  
(Item 1.2.1 deste Edital)

Local de Entrega: \_\_\_\_\_  
(Item 1.2.1 deste Edital)

**4. DECLARAÇÃO:**

Declaramos, para os devidos fins, que nesta proposta estão inclusos todas as despesas incidentes sobre o objeto licitado, tais como impostos, taxas, fretes, seguros e encargos sociais, trabalhistas e outros.

Local/Data \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura e Carimbo  
Representante da empresa

**ANEXO IV**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 0001/2016**  
(Apresentar dentro do envelope Proposta de Preços)

**1. DADOS BANCÁRIOS**

Nome do Banco: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_

Agência: \_\_\_\_\_ N.º da Conta Corrente: \_\_\_\_\_

Titular da Conta Corrente: \_\_\_\_\_

**2. DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL**

Nome completo: \_\_\_\_\_

Cargo ou Função: \_\_\_\_\_

Identidade N.º : \_\_\_\_\_

CPF/MF N.º : \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Telefone para Contato: \_\_\_\_\_

E-mail para Contato: \_\_\_\_\_

Cidade/Estado, Data: \_\_\_\_\_

Nome completo do Representante Legal e Qualificação  
na Empresa

Carimbo CNPJ da Empresa:

**ANEXO V**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 0001/2016 - MAT**

**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO PLENO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**  
(Apresentar no credenciamento, fora dos envelopes)

\_\_\_\_\_ (RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA) \_\_\_\_\_ CNPJ nº \_\_\_\_\_, sediada em \_\_\_\_\_ (ENDEREÇO COMERCIAL) \_\_\_\_\_, declara, sob as penas da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, que cumpre plenamente os requisitos para sua habilitação no presente processo licitatório.

Arroio Trinta (SC), \_\_\_\_ DATA \_\_\_\_

Nome completo do representante legal  
e qualificação na empresa

Carimbo CNPJ da empresa:

ANEXO VI  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0001/2016

## MEMORIAL DESCRITIVO DOS ITENS

AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR PARA ALUNOS EDUCAÇÃO INFANTIL – CRECHE E ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL, PARA OS MESES DE JANEIRO A ABRIL DE 2016, DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA.

ITEM	QUANT.	UN.	DESCRIÇÃO.	VLR. MAX. UNIT.	VLR. MAX. TOTAL
1	15	Kg	Abacate. Fruta de boa qualidade, sem defeitos sérios, fresco, aroma, cor e sabor próprios.	7,23	108,50
2	30	Kg	Achocolatado em Pó Solúvel Instantâneo. Ingredientes Básicos: açúcar e cacau em pó. Deverá conter cerca de 30% de cacau em pó, rico em vitaminas. A embalagem deve conter aproximadamente 1 kg, devidamente rotulada conforme órgão fiscalizador. Prazo de Validade: mínimo de 5 meses. Data de Fabricação: máximo de 30 dias.	8,42	252,70
3	40	Un	Açúcar Cristal Especial. Características técnicas: de primeira qualidade, constituído fundamentalmente por sacarose de cana-de-açúcar, sólido com cristais bem definidos, cor branca. Embalagem: intacta, acondicionada em pacotes de 5 kg, devidamente rotulada conforme órgão fiscalizador. Prazo de validade: mínimo de 10 meses. Data de fabricação: máximo de 30 dias.	15,69	627,60
4	5	Un	Açúcar de Baunilha. Características: cor e aroma próprios. Embalagem de 100g, devidamente rotulada conforme órgão fiscalizador.	1,33	6,65
5	10	Un	Açúcar Mascavo. De primeira qualidade, embalagem de 500 g, devidamente rotulada conforme órgão fiscalizador.	6,66	66,60
6	20	Un	Açúcar Refinado. Características técnicas: produto processado da cana-de-açúcar com moagem refinada. Não deve apresentar sujidade, umidade, bolor, rendimento insatisfatório, coloração e misturas e peso insatisfatório. Embalagem: deve estar intacta, acondicionada em pacotes de 5 kg, em polietileno leitoso ou transparente, atóxica, devidamente rotulada conforme órgão fiscalizador. Prazo de validade: mínimo de 10 meses. Data de fabricação: máximo de 30 dias.	16,42	328,33
7	80	Kg	Alface Crespa ou Lisa. Características: de primeira qualidade, folhas firmes, não poderá estar murcha, íntegra, adequadas para o consumo, com todas as partes comestíveis aproveitáveis, cor e sabor característicos. Não deverão estar danificados por lesões que afetem sua aparência e utilização. Isento de pontos amarelados ou apodrecidos, livre de sujidades, parasitas e larvas. Acondicionadas em embalagem de polietileno atóxico.	4,50	360,00
8	5	Kg	Alho Nacional. Características: de primeira qualidade, grão, firme, intacto, com cabeças inteiras e com todas as partes comestíveis aproveitáveis.	27,08	135,42
9	8	Kg	Amido de Milho. Produto amiláceo, extraído do milho. Não poderá apresentar umidade, fermentação ou ranço. Não deverá apresentar resíduos ou impurezas, bolor ou cheiro não característico. Embalagem: deve estar intacta, vedada, acondicionada em sacos plásticos reforçados ou caixas, com peso líquido de até 1 kg contendo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais. Prazo de validade: mínimo de 6 meses.	5,51	44,11
10	10	Un	Arroz Integral. Características técnicas: subgrupo parboilizado integral, classe: longo fino, tipo 1. O produto não deverá apresentar grãos disformes, percentuais de impurezas acima de 5% (grãos queimados, pedras, carunchos), cheiro forte, intenso e não característico. Embalagem: deve estar acondicionado em sacos plásticos de 1 kg, devidamente rotulada conforme órgão fiscalizador. Deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega.	4,05	40,53
11	65	Un	Arroz Parboilizado Tipo I. Características técnicas: grupo beneficiado, subgrupo parboilizado polido, classe: longo fino, Tipo I. O produto não deve apresentar grãos disformes, percentual de impurezas acima de 5% (grãos queimados, pedras, cascas e carunchos), cheiro forte, intenso e não característico. Com rendimentos após o cozimento de no mínimo 2,5 vezes a mais do peso antes da cocção, devendo também apresentar coloração branca, grãos íntegros e soltos após o cozimento. Embalagem de 5 kg de polietileno transparente resistente e intacto, devidamente rotulada conforme órgão fiscalizador. Prazo de validade: mínimo de 6 meses.	12,53	814,67
12	5	Un	Aveia em Flocos Finos. Rica em fibras e proteínas. Prazo de validade mínimo de 6 meses. Embalagem de 250g, devidamente rotulada conforme órgão fiscalizador.	3,84	19,18



13	870	Kg	Banana Caturra. Características: tamanho médio, apresentando-se mesclado (maduro e de vez) e de primeira qualidade.	2,65	2302,60
14	155	Kg	Batata Inglesa. Características: lavada, lisa, de primeira qualidade, sem lesões de origem física ou mecânica, não apresentarem rachaduras ou cortes na casca, livre de enfermidades, isenta de partes pútridas, com cor e sabor característicos.	4,68	724,88
15	380	Un	Bebida Láctea Fermentada. Elaborada a partir de soro de leite em pó reconstituído, leite pasteurizado e polpa de fruta. Embalagem em polietileno contendo 900 ml. Nos sabores: morango, coco, pêssego, abacaxi, maracujá. Refrigerado a no máximo 10º C. Prazo de validade 45 dias. Deverá constar registro no Ministério da Agricultura e estar devidamente rotulada.	3,65	1385,10
16	85	Kg	Beterraba. Características: de primeira qualidade, firme, tenra, razoavelmente macia, de cor vermelho-vivo e com pele lisa.	3,92	332,92
17	35	Un	Biscoito Cream Cracker com Gergelim. O produto deve apresentar-se íntegro, com sabor e odor agradáveis. Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico (vitamina B9). A embalagem deve conter aproximadamente 400 g, devidamente rotulada conforme órgão fiscalizador. Validade de 12 meses a partir da data de entrega do produto.	5,45	190,63
18	60	Un	Biscoito Doce, Sem Recheio, Tipo Laminado de Maisena. Não podendo apresentar biscoitos quebradiços em excesso. Sem lactose. Embalagem de 700g a 800 g, de polietileno, impermeáveis e lacrados, devidamente rotulada conforme órgão fiscalizador. Com prazo de validade de 8 meses.	7,62	457,20
19	60	Un	Biscoito Doce, Sem Recheio, Tipo Rosquinha de Chocolate. Características: o produto deve apresentar-se íntegro, com sabor e odor agradável. Embalagem com aproximadamente 650g, devidamente rotulada conforme órgão fiscalizador. Com prazo de validade de 8 meses.	7,46	447,80
20	70	Un	Biscoito Doce, Sem Recheio, Tipo Rosquinha de Leite. Características: o produto deve apresentar-se íntegro, com sabor e odor agradável. Sem lactose. Embalagem com 700g a 800g devidamente rotulada conforme órgão fiscalizador. Com prazo de validade de 8 meses.	7,46	522,43
21	60	Un	Biscoito Salgado Tipo Água e Sal. Textura crocante, deverá estar em perfeito estado de conservação, inteiros. Embalagem de aproximadamente 700g a 800 g, de polietileno transparente, impermeáveis e lacrados devidamente rotulada conforme órgão fiscalizador. Validade de 12 meses a partir da data de entrega do produto.	9,52	571,20
22	35	Kg	Brócolis Fresco. Características: boa qualidade, cor verde-escura, isenta de sujidades, insetos, parasitas, larvas e corpos estranhos. Embalados em sacos plásticos de polietileno transparente.	6,30	220,50
23	35	Un	Café Solúvel Granulado. Intensidade do sabor: forte. Embalagem de vidro contendo 200g, devidamente rotulada conforme órgão fiscalizador.	11,90	416,50
24	4	Un	Canela em Pó. Produto alimentício em pó fino, puro. Deve apresentar coloração marrom claro, cheiro aromático e sabor característico de canela. Embalagem plástica, pote com 30 g. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Registro no órgão competente.	2,48	9,91
25	4	Un	Canela em Rama. Produto íntegro, com características adequadas para o consumo. Embalagem contendo 100g, devidamente rotulada conforme órgão fiscalizador.	8,03	32,13
26	20	Un	Canjica de Milho Branca. Características: tipo 1, classe branca, subgrupo despelculada, de acordo com a Portaria nº 109, de 24/02/1989. O produto deve ser proveniente de matérias primas sãs, limpas, isentas de matérias terrosas, parasitos e de detritos animais ou vegetais. Cor branca, odor e sabor próprios. Embalagem primária: em sacos de polietileno transparente, contendo 500 g, devidamente rotulada conforme órgão fiscalizador. Data de fabricação: o produto deve ter sido fabricado no máximo de 30 dias antes da data de entrega. Prazo de validade: mínimo de 6 meses a partir da data da entrega.	2,67	53,40
27	25	Un	Canjiquinha de Milho (Quirera). Embalagem: deve estar intacta, acondicionadas em pacotes de polietileno transparente bem vedado, embalagem de 500 g, devidamente rotulada conforme órgão fiscalizador. Data de fabricação: 30 dias. Prazo de validade: mínimo 4 meses.	2,07	51,75
28	450	Kg	Caqui. Fruta in natura, íntegros, fresco, aroma, cor e sabor próprios. Grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Não deve apresentar quaisquer lesões de origem física, mecânica ou biológica.	4,50	2025,00
29	45	Kg	Carne bovina, Bife Bovino Coxão Mole. Características técnicas: Carne bovina, cortada em fatias (bife) de 60/70g, congelado a -12ºC ou menos, respeitando as recomendações do fabricante, sem gordura (percentual admitido de até 5% por peça), sem cartilagens e nervos. Carne de cor vermelha cereja, elástica, firme e com odor agradável. Embalagem: deve estar intacta. Acondicionada em sacos de polipropileno reforçado, com 1 Kg. A rotulagem deve conter: peso, data de processamento, data de validade, carimbo de inspeção estadual ou federal, procedência da carne, nome e/ou marca, lote e informações nutricionais. Prazo de validade: mínimo de 6 meses.	24,83	1117,50

30	95	Kg	Carne Bovina em Cubos, Músculo picado. Características: a carne deve ser músculo, apresentar-se com aspecto próprio, não amolecida e nem pegajosa, cor, cheiro e sabor próprio, sem manchas esverdeadas, congelado a -12°C ou menos, respeitando as recomendações do fabricante, conforme legislação sanitária e Ministério de Agricultura, contendo na embalagem o carimbo de inspeção estadual ou federal, nome e composição do produto, lote, data de fabricação e validade, número de registro no órgão oficial, e quantidade (peso). Sua apresentação deve ser em cubos de aproximadamente 3X3 cm, em embalagem intacta, acondicionada em sacos de polipropileno de 1 kg. Prazo de validade: mínimo de 6 meses. Data de fabricação: máximo de 30 dias.	16,00	1520,00
31	110	Kg	Carne Bovina Moída Magra. Características técnicas: carne moída de músculo bovino, congelada a -12°C ou menos, respeitando as recomendações do fabricante, ausente de aditivos (resíduos, CMS, nervos, cartilagens, miudezas). Carne de cor vermelha cereja, elástica, firme, não amolecida e nem pegajosa, sem manchas esverdeadas e com odor agradável. Embalagem: deve estar intacta, acondicionada em sacos de polipropileno de 1 kg, com a especificação do peso em cada pacote. A rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: peso, data de processamento, data de validade, carimbo de inspeção estadual ou federal, procedência da carne, nome e/ou marca, lote e informações nutricionais. Prazo de validade: mínimo de 6 meses. Data de fabricação: máximo de 30 dias.	15,97	1756,33
32	110	Kg	Carne de frango, Coxa e Sobre Coxa com Osso. Características técnicas: congelado a -12°C ou menos, respeitando as recomendações do fabricante, com pesagem média de 250g por peça. A carne deve ser firme e sem manchas, peça lisa e coloração clara, pele aderente e odor característico. Não poderá conter excesso de gelo. Embalagem: deve estar intacta. Prazo de validade: mínimo de 10 meses. Data de fabricação: máximo de 30 dias. A rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: peso, data de processamento, data de validade, carimbo de inspeção estadual ou federal, procedência da carne, nome e/ou marca, lote e informações nutricionais.	8,13	894,67
33	45	Kg	Carne de frango, Coxinhas das Asas Sem Tempero. Características Técnicas: a carne deve ser firme e sem manchas, peça lisa e coloração clara, pele aderente e odor característico, congelado a -12°C ou menos, respeitando as recomendações do fabricante. Não poderá conter excesso de gelo. Embalagem em polipropileno, deve ser de 1 kg e estar intacta. Prazo de validade: mínimo de 10 meses. Data de fabricação: máximo de 30 dias. A rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: peso, data de processamento, data de validade, carimbo de inspeção estadual ou federal, procedência da carne, nome e/ou marca, lote e informações nutricionais.	11,37	511,50
34	60	Kg	Carne de frango, Peito Com Pele e Osso. Características técnicas: congelado a -12°C ou menos, conforme recomendações do fabricante. A carne deve ser firme e sem manchas, peça lisa e coloração clara e odor característico. Não poderá conter excesso de gelo. Embalagem deve estar intacta. Prazo de validade: mínimo de 10 meses. Data de fabricação: máximo de 30 dias. A rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: peso, data de processamento, data de validade, carimbo de inspeção estadual ou federal, procedência da carne, nome e/ou marca, lote e informações nutricionais.	8,98	539,00
35	40	Kg	Carne Suína, Bisteca. Características técnicas: congelada a -12°C ou menos, respeitando as recomendações do fabricante. A espessura de cada bisteca deve ser de aproximadamente de 1,7cm peso de 150g a 250g cada. A carne deve ser firme e sem manchas esverdeadas, peça lisa e odor característico. Com pouca gordura, saborosa e macia. Embalagem: deve estar lacrada e intacta, contendo 1 kg. Prazo de validade: mínimo de 10 meses. Data de fabricação: máximo de 30 dias. A rotulagem deve conter: peso, data de processamento, data de validade, carimbo de inspeção estadual ou federal, procedência da carne, nome e/ou marca, lote e informações nutricionais, conforme legislação.	14,20	568,00
36	20	Kg	Carne Suína, Costela Picada. Características técnicas: deve ser firme e sem manchas esverdeadas, peça lisa e odor característico, possuir os ossos costais e músculos intercostais e pouca gordura. Congelada a -12°C ou menos, respeitando as recomendações do fabricante. Embalagem: deve estar lacrada e intacta, contendo 1 kg. Prazo de validade: mínimo de 10 meses. Data de fabricação: máximo de 30 dias. A rotulagem deve conter: peso, data de processamento, data de validade, carimbo de inspeção estadual ou federal, procedência da carne, nome e/ou marca, lote e informações nutricionais, conforme legislação.	14,17	283,33
37	45	Kg	Carne Suína, Íscas em Cubos. Características técnicas: cortada em cubos, deve ser firme e sem manchas esverdeadas, cor e odor característicos, com pouca gordura, saborosa e macia. Congelada a -12°C ou menos, respeitando as recomendações do fabricante. Embalagem: deve estar lacrada e intacta, contendo 1 kg. Prazo de validade: mínimo de 10 meses. Data de fabricação: máximo de 30 dias. A rotulagem deve conter: peso, data de processamento, data de validade, carimbo de inspeção estadual ou federal, procedência da carne, nome e/ou marca, lote e informações nutricionais, conforme legislação.	12,75	573,75
38	80	Kg	Cebola Branca. Características: íntegras e de primeira qualidade. Não deve apresentar quaisquer lesões de origem física, mecânica ou biológica.	4,19	335,20
39	75	Kg	Cenoura. Características: in natura, de tamanho médio, sãs, de primeira qualidade, coloração uniforme, isentas de sujidades, parasitas, larvas e corpos estranhos. Não deve apresentar quaisquer lesões de origem física, mecânica ou biológica.	4,05	303,75
40	55	Un	Cereal Matinal de Milho com Açúcar. Características: cereal de milho em flocos com açúcar, rico em vitaminas e sais minerais. Embalagem em caixa de 300g, devidamente rotulada conforme órgão fiscalizador.	5,41	297,73
41	15	Un	Chá Mate de Saquinho. Acondicionados em caixas de 40 g, contendo 25 saquinhos cada, devidamente rotuladas conforme órgão fiscalizador. Sabores: laranja, limão e doce de leite.	4,04	60,65

42	80	Kg	Chicória. Características: de primeira qualidade, folhas firmes, não poderá estar murcha, íntegra, adequada para o consumo, com todas as partes comestíveis aproveitáveis, cor e sabor característicos. Não deverá estar danificada por lesões que afetem sua aparência e utilização. Isento de pontos amarelados ou apodrecidos, livre de sujidades, parasitas e larvas. Acondicionadas em embalagem de polietileno atóxico.	4,50	360,00
43	40	Kg	Chuchu. Características: verde, tenro, firme, sem manchas na casca e no interior.	2,93	117,33
44	30	Un	Colorau. Condimento colorífico em pó de primeira, constituído de matéria prima de boa qualidade. Apresentar aspecto, cor, cheiro e sabor característico do produto, contendo no máximo 10% de sal, de acordo com as normas vigentes. Registro no MS. Embalagem de polietileno transparente, resistente, atóxica de 100g.	1,05	31,40
45	35	Kg	Couve Flor. Características: boa qualidade, fresco, de primeira. Tendo tamanho, aroma, cor e sabor próprios da espécie e variedades. Isento de aroma e sabor estranhos, sem rachaduras, corte, manchas, machucaduras, bolores ou outros defeitos que possam alterar a sua qualidade. Acondicionados em sacos plásticos.	6,50	227,50
46	3	Un	Cravo da Índia. Produto alimentício. O cravo deve ser constituído por botões florais de espécimes vegetais genuínos, são e limpos. Deve apresentar aspecto e cor característica, cheiro fortemente aromático característico de cravo da índia e sabor pungente. Ausente de sujidades, parasitas ou larvas. Embalagem plástica íntegra, atóxica, de 100g. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Registro no órgão competente.	1,32	3,97
47	12	Un	Crema de Leite. Embalagem UHT contendo 200g. Ingredientes: crema de leite, leite em pó desnatado, espessantes e estabilizante. Homogeneizado. Isento de glúten. Com 17 a 25% de gordura. Rótulo com indicação do fornecedor, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Registro no órgão competente.	1,85	22,24
48	50	Kg	Cuca com Farofa. A cuca não deve estar embatumada, seca ou queimada. Deve ser fresca, doce, leve, com coloração clara e uniforme e conter bastante farofa na cobertura.	10,27	513,33
49	35	Kg	Doce de Leite em Pasta. O doce de leite deverá ser fabricado com matérias-primas são e limpas e em perfeito estado de conservação. Não deve conter glúten. Deve apresentar selo do SIF. Pode conter os aditivos permitidos pela legislação. Consistência cremosa ou pastosa, sem cristais perceptíveis sensorialmente, cor castanho caramelado, sabor e odor doce característico. Embalagem: potes de polietileno resistente com tampa hermeticamente fechada com lacre de proteção, devidamente rotulada conforme órgão fiscalizador. Peso líquido de 900g. Data de fabricação: máximo de 30 dias antes da data de entrega. Prazo de validade: mínimo de 08 meses a partir da data da entrega.	11,10	388,50
50	40	Un	Ervilha Verde Congelada. Características: sabor, aroma e textura próprios, 100% natural. Congelado a -18°C. Embalagem de polietileno contendo 350g e as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais.	5,79	231,60
51	265	Un	Extrato de Tomate Concentrado. Características técnicas: deve ser preparado com frutos maduros, escolhidos, são, sem pele e sementes, massa mole, vermelha, cheiro e sabor próprios. O produto deve estar isento de fermentações e não indicar processamento defeituoso. Ingredientes: tomate, sal e açúcar. Embalagem: deve estar intacta, em sachês ou latas de 350g em perfeito estado. Prazo de validade: mínimo de 12 meses. Data de fabricação: máximo de 30 dias. A rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais.	3,68	974,32
52	3	Kg	Farinha de Mandioca Torrada. De primeira qualidade, fina, sem glúten. Embalagem de 1 kg, devidamente rotulada conforme órgão fiscalizador.	4,30	12,91
53	75	Kg	Farinha de Milho Amarela. Deve ser bem fina. Não deverá apresentar resíduos de impurezas, bolor ou cheiro não característico. Embalagem deve estar intacta, acondicionadas em pacotes de polietileno transparente bem vedado, embalagem de 1 kg, devidamente rotulada conforme órgão fiscalizador. Prazo de validade: mínimo de 4 meses. Data de fabricação: 30 dias Deve apresentar registro no Ministério da Saúde.	2,58	193,50
54	4	Kg	Farinha de Rosca. Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, água, gordura, fermento biológico e sal. Sem odor rançoso, cor e cheiro característicos. Embalagem de 1 kg em polietileno contendo data de fabricação e validade, devidamente rotulada conforme órgão fiscalizador.	6,03	24,13
55	30	Un	Farinha de Trigo Especial Tradicional. Farinha de trigo tipo 1, de cor branca, enriquecida com ferro e ácido fólico. Cada 100g deve fornecer, no mínimo, 4,2 mg de ferro e 150 mcg de ácido fólico. Não deverá apresentar resíduos, bolor ou cheiro não característico. Embalagem deve estar intacta, acondicionada em pacotes de 5 Kg, devidamente rotulada conforme órgão fiscalizador. Deve apresentar rotulagem com registro no Ministério da Saúde. Prazo de fabricação: máximo 30 dias.	11,27	338,00
56	5	Kg	Farinha de Trigo Integral. Não poderá estar úmida, fermentada, nem rançosa, mistura com outras farinhas, formação de grumos (umidade), resíduos ou impurezas, nem rendimento insatisfatório. Especificidade de uso: preparo de pães caseiros diversos, bolos e biscoitos. Embalagem: deve estar intacta, acondicionada em pacotes de papel, bem vedada, contendo 1 kg. Prazo de Validade: mínimo de 4 meses. Data de Fabricação: máximo de 30 dias. A rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais.	3,74	18,68

57	120	Kg	Feijão Preto. Características técnicas: feijão classe preto, novo, tipo 1, grupo 1 não torrado. Não poderá apresentar grãos disformes e ou torrados, impurezas (grãos partidos e pedras), bolor, mofo, caruncho, rendimento inadequado. Embalagem: deve estar intacta, acondicionada em embalagens de polietileno transparente, contendo 1 kg. Prazo de validade: mínimo de 5 meses. Data de fabricação: máximo de 30 dias. A rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais.	4,95	593,60
58	5	Un	Fermento Biológico Seco, Instantâneo. Embalagem: deve estar intacta, acondicionada em pacotes resistentes à vácuo de 125g. Prazo de validade: mínimo de 8 meses. Data de fabricação: máximo de 30 dias. A rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais.	4,66	23,28
59	18	Un	Fermento Químico em Pó. Aspecto de pó fino, cor branca. Embalagem: deve estar intacta, acondicionada em potes de 250 g. Prazo de Validade: mínimo de 8 meses. Data de Fabricação: máximo de 30 dias. A rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais.	5,57	100,32
60	25	Kg	Filé de Tilápia. Características: filé de tilápia in natura, congelado a -18°C ou menos e sem espinhos. Embalagem em polietileno de 1 kg, a rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais. Prazo de validade de 1 ano.	27,50	687,50
61	35	Un	Geleia de frutas. Sabores: uva, maçã, pêra, pêssego contendo polpa de fruta, consistência gelatinosa, em vidro de aproximadamente 600 gramas. A rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais, prazo de validade mínimo de 10 meses a contar da data da entrega.	9,38	328,13
62	10	Kg	Granola Tradicional. Composta de cereais como: aveia, trigo, centeio, cevada, amaranto, quinua ou um mix destes ingredientes; grãos como: castanhas (cajú, pará, nozes, amendoa, avelã, etc), semente de linhaça, girassol, gergelim, ou um mix destes ingredientes; frutas secas ou liofilizadas ou desidratadas; açúcar e gordura, o açúcar pode ser na forma de: mel, melado de cana, açúcar (cristal ou mascavo ou demerara) e a gordura normalmente é na forma de óleo. A rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais.	18,15	181,50
63	15	Un	Leite Condensado. Embalagem UHT contendo 395g. Ingredientes: leite integral e/ou leite em pó, açúcar e lactose. Rótulo com indicação do fornecedor, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Registro no órgão competente.	3,63	54,45
64	550	L	Leite Integral Longa Vida. Características técnicas: leite integral fluído, processado através do sistema Ultra High Temperature (UHT). O produto deve apresentar cor branca interior e sabor característico. Contendo 1 L. Embalagem: Tetra Pack ou Tetra Brick Aseptic. Deverá trazer informações gerais, data de fabricação e validade bem visíveis e claras. As caixas não podem estar amassadas e as bordas do fecho de vedação da embalagem devem estar perfeitas, sem orifícios ou defeitos que prejudiquem a qualidade e o valor nutricional do produto. O produto não deverá apresentar sinais de sujidade, corpos estranhos ao produto, cor não característica do produto, sabor ácido intenso ou problemas de vedação da embalagem. Prazo de validade: mínimo de 120 dias.	2,78	1530,83
65	850	L	Leite Integral Pasteurizado Tipo C. Características técnicas: leite integral fluído tipo C, fresco, in natura, com 3% de gordura. O produto deve apresentar cor branca interior e sabor característico. Embalagem em saquinho de 1 L, deve trazer informações gerais obrigatórias, data de fabricação e validade bem visíveis e claras. O produto não deverá apresentar sinais de sujidade, corpos estranhos ao produto, cor não característica do produto, sabor ácido intenso. Prazo de validade: mínimo 4 dias. Fabricação: máximo 1 dia.	2,21	1881,33
66	20	Un	Leite Semi-Desnatado Sem Lactose. Leite UHT semi-desnatado sem lactose (0%), indicado para crianças com intolerância a lactose. O produto deve apresentar cor branca interior e sabor característico. Contendo até 1 L. Embalagem em perfeito estado: acondicionada em embalagem Tetra Pack ou Tetra Brick Aseptic. Deverá trazer informações gerais, data de fabricação e validade bem visíveis e claras. O produto não deverá apresentar sinais de sujidade, corpos estranhos ao produto, cor não característica do produto, sabor ácido intenso ou problemas de vedação da embalagem.	4,46	89,27
67	20	Un	Lentilha. Classe graúda, tipo 1, conforme a Portaria nº 65, de 16/02/93. O produto deverá estar em bom estado de conservação, isento de processos de fermentação, mofo, odor estranho e substâncias nocivas à saúde. Deve possuir registro no Ministério da Agricultura. Cor, odor e sabor próprios. Embalagem deve ser limpa, resistente e estar intacta, em bom estado de conservação e higiene. Acondicionada em pacotes de polietileno incolor e transparente, bem vedados, contendo 500 g, devidamente rotulada conforme órgão fiscalizador. Prazo de fabricação: máximo 30 dias.	6,46	129,20
68	70	Kg	Lingüiça Toscana. Características: preparada com carne suína de altíssima qualidade, pouca gordura e temperos equilibrados. Embalagem de 1 kg, devidamente rotulada conforme órgão fiscalizador. Contendo prazo de fabricação e validade.	13,27	928,67
69	80	Un	Macarrão Cabelinho de Anjo. Características técnicas: macarrão tipo cabelinho de anjo, com ovos. Não deverá apresentar sujidade, bolor, manchas, fragilidade à pressão dos dedos. Embalagem: deve estar intacta, acondicionada em embalagem de polietileno bem vedado, de 500g. Pós-cozção a massa não poderá apresentar textura ou consistência de empapamento. Prazo de Validade: mínimo de 5 meses. Data de Fabricação: máximo de 30 dias. A rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais.	3,84	307,47



70	35	Kg	Macarrão Caseiro. Elaborado de forma artesanal no formato grosso furado tipo rigatone. Deve apresentar cor e cheiro próprios Congelado a -12°C ou menos. Embalagem de 500g em polietileno contendo: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais. Prazo de validade: mínimo de 2 meses.	9,20	322,00
71	60	Kg	Macarrão Parafuso. Características técnicas: macarrão tipo parafuso, massa de sêmola com ovos fortificada com ferro e ácido fólico. Não deverá apresentar sujidade, bolor, manchas, fragilidade à pressão dos dedos. Embalagem: deve estar intacta, acondicionada em embalagem de polietileno bem vedado, de até 1 kg. Prazo de validade: mínimo de 5 meses. Data de fabricação: máximo de 30 dias. A rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais.	5,32	319,40
72	750	Kg	Maçã Fuji Nacional. Fruto de tamanho médio, com características íntegras e de primeira qualidade. Fresco, limpo, coloração uniforme, aroma, cor e sabor típicos da espécie, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Não deve apresentar quaisquer lesões de origem física, mecânica ou biológica.	5,68	4260,00
73	4	Un	Maionese Tradicional. Isenta de glúten e de gordura trans. Embalagem em sachê de 472g, devidamente rotulada conforme órgão fiscalizador.	5,46	21,85
74	150	Kg	Mamão Formosa. Fruto com características íntegras e de primeira qualidade. Fresco, de vez (por amadurecer), limpo, coloração uniforme, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Aroma, cor e sabor típicos da espécie. Não deve apresentar quaisquer lesões de origem física, mecânica ou biológica.	4,95	742,00
75	30	Kg	Mandioca Descascada e Picada. Características: mandioca in natura, de primeira qualidade, descascada, picada, limpa, congelada e acondicionada em embalagem de polietileno, contendo 1 kg e as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais.	8,65	259,50
76	20	Un	Margarina Vegetal Sem Sal. Produto de consistência cremosa, aromatizada artificialmente e vitamínada, com 60 a 80% de lipídios, livre de gordura trans. Não deve apresentar massa não cremosa, cheiro desagradável, cor não característica do produto, pote violado. Embalagem: deve estar intacta, em pote de polietileno resistente, contendo 500g. Prazo de validade: mínimo de 6 meses. Data de fabricação: máximo de 30 dias. A rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais.	4,82	96,47
77	205	Kg	Melão. Características gerais: fruta de primeira qualidade, sem defeitos sérios, apresentando tamanho, cor e conformação uniforme, devendo ser bem desenvolvidas e maduras. Devem ser frescas, terem atingido o grau máximo ao tamanho, aroma, cor e sabor próprios da espécie e variedades. Não devem conter substâncias terrosas, sujidades ou corpos estranhos aderentes à superfície da casca. Isentos de umidade externa anormal, aroma e sabor estranhos. A polpa deve estar intacta e firme.	5,98	1226,58
78	420	Kg	Melancia. Características Gerais: fruta de primeira qualidade, sem defeitos sérios, apresentando tamanho, cor e conformação uniforme, devendo ser bem desenvolvidas e maduras. Devem ser frescas, terem atingido o grau máximo ao tamanho, aroma, cor e sabor próprios da espécie e variedades. Não devem conter substâncias terrosas, sujidades ou corpos estranhos aderentes à superfície da casca. Isentos de umidade externa anormal, aroma e sabor estranhos. A polpa deve estar intacta e firme. Deve estar madura com peso médio de 10 kg.	1,77	742,00
79	35	Kg	Milho Para Pipoca. Características: grupo duro, classe amarelo, tipo 1. Embalagem: pacotes de plástico atóxico, contendo 1 kg do produto. Livre de sujidades e contaminantes, insetos e fungos. Rótulo com dados de indicação do fabricante, produto, peso, data de fabricação e validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Registro no órgão competente	3,98	139,18
80	40	Un	Milho Verde Congelado. Características: sabor, aroma e textura próprios, 100% natural. Congelado a -18°C. Embalagem de polietileno contendo 350 g e as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais.	5,56	222,27
81	2	Un	Mingau de Arroz Instantâneo. Cereal infantil a base de arroz adicionado de probióticos, vitaminas e minerais. Características técnicas: farinha de arroz, açúcar, amido, sais minerais, vitaminas e aromatizante vanilina. Prazo de validade: mínimo de 6 meses. Data de fabricação: máximo 30 dias. Embalagem em sachê de 230g, devidamente rotulada conforme órgão fiscalizador.	5,89	11,77
82	4	Un	Mingau de Multicereais Instantâneo. Cereal infantil a base de trigo, milho e arroz adicionado de probióticos, vitaminas e minerais. Características técnicas: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, farinha de milho enriquecida com ferro e ácido fólico, farinha de arroz, sais minerais, vitaminas e aromatizante vanilina. Prazo de validade: mínimo de 6 meses. Data de fabricação: máximo 30 dias. Embalagem em sachê de 230g, devidamente rotulada conforme órgão fiscalizador.	5,89	23,55
83	50	Kg	Moranga Cabotiá. Características: de primeira qualidade, sem defeitos sérios, apresentando tamanho, cor e conformação uniforme, devendo ser bem desenvolvidas e maduras. Devem ser frescas, terem atingido o grau máximo ao tamanho, aroma, cor e sabor próprios da espécie e variedades. Não devem conter substâncias terrosas, sujidades ou corpos estranhos aderentes à superfície da casca. Isentos de umidade externa anormal, aroma e sabor estranhos. A polpa deve estar intacta e firme.	6,58	329,17
84	90	Un	Óleo de Soja Refinado. Características Técnicas: óleo de soja refinado, 100% natural. Não deve apresentar embalagem frágil, mistura de outros óleos, cheiro forte e intenso, volume insatisfatório. Embalagem: de 900 ml, não apresentar amassamento, vazamento e abaulamento. Prazo de validade: mínimo de 10 meses. Data de fabricação: máximo de 30 dias. A rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais.	4,40	395,70



85	3	Un	Orégano. Condimento de folhas secas, picadas e desidratadas. Embalagem com 10g, devidamente rotulada conforme órgão fiscalizador.	1,62	4,87
86	65	Dz	Ovos de Galinha. Características: vermelhos, tipo grande, frescos, selecionados, com embalagem primária atóxica em dúzias. Produto isento de rachaduras, estufamento, sem sujidades. Casca de ovo limpa, áspera, fosca, odor e aspectos característicos. Embalagem deverá estar devidamente rotulada contendo os dizeres tipo colonial, com registro nos órgãos de inspeção sanitária. O produto deverá apresentar validade mínima de 20 dias no momento da entrega.	5,55	360,75
87	110	Kg	Pão Francês. Ingredientes: farinha de trigo, fermento biológico e sal. Deve ser fresco, conter teor de sal inferior a 2%. Deve apresentar sabor, odor e cor característicos. Serão rejeitados pães queimados ou mal cozidos. Isento de gordura trans. Peso unitário 50 g.	9,30	1023,00
88	70	Kg	Pão Hot Dog. Produto obtido por processamento tecnológico adequado, preparado com farinha de trigo, fermento biológico, água, sal, gordura. Serão rejeitados pães queimados ou mal cozidos. Deve apresentar sabor, odor e cor característicos. Isento de gordura trans. Peso unitário 70 g.	10,77	753,67
89	45	Kg	Pão Integral. Deve ser fresco, macio, apresentar sabor, odor e cor característicos. Preparado com farinha de trigo, no mínimo, 20% integral. Serão rejeitados pães queimados ou mal cozidos. Isento de gordura trans. Peso unitário 50 g.	11,00	495,00
90	4	Un	Polvilho Azedo. Fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas. Pacote de polietileno atóxico, resistente, contendo peso líquido de 500 g, devidamente rotulado conforme órgão fiscalizador.	3,45	13,79
91	65	Kg	Pó para Gelatina. Com pouco açúcar. Fabricada com tecnologia adequada, aspecto, cor e cheiro característico. Isentos de sujidades. A embalagem deverá conter dados de informação nutricional, quantidade do produto. Embalagem de até 1 kg. Diluição mínima de 5 litros. Sabores: uva, morango, abacaxi, pêsego e limão. Prazo de validade mínimo de 6 meses e data de fabricação máximo 60 dias. A rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais.	9,65	627,25
92	50	Un	Pó para Pudim. Sabores: caramelo, coco, baunilha e morango. Acondicionados em embalagem de 35 g, contendo rotulagem, informações nutricionais e modo de preparo, sem umidade, sem sujidades. Validade mínima: de 10 meses fabricação: 30 dias. A rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais.	2,96	148,17
93	15	Kg	Presunto Cozido. Presunto cozido, sem capa de gordura, fatiado, elaborado com carne de pernil suíno. Com textura homogênea e macia e cor rosada. Em embalagem de 500g contendo no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais.	29,97	449,50
94	25	Kg	Queijo Mussarela Fatiado. De primeira qualidade. Ingredientes: leite pasteurizado, fermento lácteo, sal, coalho, cloreto de cálcio. A embalagem original deve ser a vácuo em saco plástico transparente e atóxico, limpo, não violado, resistente, que garanta a integridade do produto até o momento do consumo. A rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: peso, data de processamento, data de validade, ingredientes, carimbo de inspeção estadual ou federal, procedência, nome e/ou marca e informações nutricionais. O produto deverá apresentar validade mínima de 30 (trinta) dias a partir da data de entrega. Embalagem interfolhada de até 1 kg.	23,50	587,50
95	40	Kg	Repolho Branco. Hortalica de tamanho grande, com características íntegras e de primeira qualidade. Fresco, limpo, coloração uniforme, aroma, cor e sabor típicos da espécie. Isento de sujidades, insetos, parasitas, larvas e corpos estranhos aderidos à superfície externa. Não deve apresentar quaisquer lesões de origem física, mecânica ou biológica.	1,87	74,67
96	65	Un	Sagu. Grupo tapioca, tipo 1, classe pérola, tipo I. Produto amiláceo derivado da raiz de mandioca sob forma de grânulos esféricos. Características sensoriais (organolépticas): cor branca, aspecto, odor e sabor próprios. Embalagem: pacotes de polietileno contendo 500 g do produto, devidamente rotulada conforme órgão fiscalizador.	3,97	258,27
97	40	Kg	Sal Refinado Iodado. Pacote com até 1 kg, em polietileno transparente. Prazo de validade: 12 meses. Data de fabricação: 30 dias, devidamente rotulada conforme órgão fiscalizador.	1,43	57,07
98	55	Kg	Salsicha Tipo Hot-dog. À base de carnes íntegras de aves, suíno e bovino, sal e água, conservado em salmoura, contendo data de fabricação, validade e ingredientes. A rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais, respeitando as recomendações do fabricante.	9,44	519,02
99	200	Un	Suco Natural Concentrado. Sabor 100% natural da fruta, sem corantes e conservantes. Sabores: pêsego, maracujá, abacaxi e manga, em embalagem de 500 ml e validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega. Com armazenamento à temperatura ambiente. A rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais.	7,52	1503,33
100	55	Kg	Suco de Uva Concentrado. 100% natural. Embalado em garrafa PET de 1 kg, refrigerado a 7°C ou menos. A rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais.	18,35	1009,25
101	70	Kg	Tomate Longa Vida. Fruto fresco de tamanho médio, com características íntegras, apresentando-se mesclado (maduro e de vez) e de primeira qualidade. Limpo, coloração uniforme, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Não deve apresentar quaisquer lesões de origem física, mecânica ou biológica.	5,65	395,73

102	25	Kg	Tortéi de Abóbora. Massa composta de farinha de trigo, ovos e sal, com recheio de abóbora cabotiá cozida, queijo parmesão, farinha de rosca, noz-moscada e canela. No formato de pastel pequeno.	20,77	519,17
103	30	Kg	Vagem. Com características íntegras e de primeira qualidade, fresca, limpa, coloração verde uniforme, aroma, cor e sabor típicos da espécie. Não deve apresentar quaisquer lesões de origem física, mecânica ou biológica.	5,30	159,00
104	4	Un	Vinagre Branco. Vinagre de álcool em embalagem plástica de 900ml, devidamente rotulada conforme órgão fiscalizador.	1,67	6,68
105	25	Un	Vinagre Tinto. Características técnicas: Fermentado acético de álcool, acidez 4%. Embalagem: deve estar intacta, acondicionada em garrafas plásticas resistentes, contendo 2 L. Prazo de Validade: mínimo de 8 meses. Data de Fabricação: máximo de 30 dias. A rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais.	7,82	195,50

Obs.: A retirada dos itens licitados será feita através do cronograma pré-estabelecido pela Secretaria Municipal de Educação.

## ANEXO VII

### PREGÃO PRESENCIAL Nº 0001/2016 - MAT

### CRONOGRAMA DE DISTRIBUIÇÃO DOS ITENS DA LICITAÇÃO DE JANEIRO A ABRIL -2016

#### ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA JACY FALCHETTI

ITEM	PRODUTO	MEDIDA	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
01	Abacate	Kg	-	-	-	-	-	-
02	Achocolatado em Pó Solúvel Instantâneo	Kg	5	5	5	5	-	20
03	Açúcar Cristal Especial, pct 5 kg	Un	4	4	4	4	4	20
04	Açúcar Refinado, pct 5 kg	Un	4	4	4	4	4	20
05	Alface Crespa ou Lisa	Kg	4	4	4	4	4	20
06	Amido de Milho	Kg	1	1	1	1	1	5
07	Arroz Integral	Un	1	1	1	1	1	5
08	Arroz Parboilizado Tipo I, pct 5 kg	Un	10	10	10	10	10	50
09	Aveia em Flocos Finos, embalagem 250 g	Un	-	-	-	-	-	-
10	Banana Caturra	Kg	100	100	100	100	100	500
11	Batata Inglesa	Kg	25	25	25	25	20	120
12	Bebida Láctea Fermentada	Un	30	30	30	30	30	150
13	Biscoito Doce, Sem Recheio, Maisena, pct 700g a 800 g	Un	10	10	-	10	10	40
14	Biscoito Doce, Sem Recheio, Rosquinha de Chocolate, pct 650g	Un	-	15	15	15	15	60
15	Biscoito Doce, Sem Recheio, Rosquinha de Leite, pct 700g a 800g	Un	10	15	15	15	15	70
16	Biscoito Salgado Tipo Água e Sal, pct 700g a 800 g	Un	15	15	15	15	-	60
17	Brócolis Fresco	Kg	5	5	5	5	-	20
18	Café Solúvel Granulado, embalagem 200 g	Un	4	4	4	4	4	20
19	Canela em Rama, pct 100 g	Un	2	2	2	2	2	10
20	Canjica de Milho Branca, pct 500 g	Un	10	5	-	-	-	15
21	Canjiquinha de Milho (Quirera), pct 500 g	Un	4	4	4	4	4	20
22	Carne bovina, Bife Bovino Coxão Mole	Kg	6	6	6	6	6	30
23	Carne Bovina em Cubos, Músculo picado	Kg	15	15	15	15	-	60
24	Carne Bovina Moída Magra	Kg	20	20	20	15	5	80
25	Carne de frango, Coxa e Sobre Coxa com Osso	Kg	20	20	20	15	5	80
26	Carne de frango, Coxinhas das Asas Sem Tempero	Kg	-	-	-	-	-	-
27	Carne de frango, Peito Com Pele e Osso	Kg	15	10	10	10	5	50
28	Carne Suína, Bisteca	Kg	7	7	8	8	-	30
29	Carne Suína, Costela Picada	Kg	5	5	-	-	-	10
30	Carne Suína, Íscas em Cubos	Kg	-	5	5	5	5	20
31	Cebola Branca	Kg	15	15	15	15	10	70
32	Cenoura	Kg	10	10	10	10	10	50
33	Cereal Matinal de Milho com Açúcar, embalagem 300 g	Un	-	13	13	14	-	40
34	Chá Mate de Saquinho	Un	3	3	3	3	3	15
35	Chicória	Kg	-	-	5	5	5	15
36	Colorau, pct 100 g	Un	6	6	6	6	6	30
37	Couve Flor	Kg	-	-	5	-	5	10
38	Cravo da Índia, pct 100 g	Un	-	3	-	-	-	3
39	Crema de Leite, cx 200g	Un	2	-	3	-	-	5
40	Cuca com Farofa	Kg	-	12	-	13	-	25
41	Doce de Leite em Pasta, embalagem 900 g	Kg	6	6	6	6	6	30

42	Ervilha Verde Congelada, pct 350 g	Un	4	4	4	4	4	20
43	Extrato de Tomate Concentrado, embalagem 350 g	Un	25	25	25	25	20	120
44	Farinha de Mandioca Torrada	Kg	1	-	1	-	-	2
45	Farinha de Milho Amarela	Kg	10	10	-	10	-	30
46	Farinha de Trigo Especial Tradicional, pct 5 kg	Un	4	3	-	3	-	10
47	Farinha de Trigo Integral	Kg	-	1	1	1	-	3
48	Feijão Preto	Kg	-	-	-	20	10	30
49	Fermento Biológico Seco, Instantâneo	Un	1	1	1	1	-	4
50	Fermento Químico em Pó, embalagem 250 g	Un	3	3	2	2	-	10
51	Geleia de frutas, embalagem 600 g	Un	-	5	5	5	5	20
52	Leite Condensado, embalagem 395 g	Un	-	-	-	-	-	-
53	Leite Integral Longa Vida UHT	L	10	-	10	-	5	25
54	Leite Integral Pasteurizado Tipo C	L	100	100	100	100	55	455
55	Leite Semi-Desnatado Sem Lactose UHT	Un	-	-	-	-	-	-
56	Lentilha, pct 500 g	Un	2	2	2	2	-	8
57	Lingüiça Toscana	Kg	6	6	6	6	6	30
58	Macarrão Cabelinho de Anjo, pct 500 g	Un	15	15	10	-	-	40
59	Macarrão Parafuso	Kg	15	15	-	15	-	45
60	Maçã Fuji Nacional	Kg	70	70	70	70	20	300
61	Maionese Tradicional, embalagem 472 g	Un	1	-	1	-	-	2
62	Mamão Formosa	Kg	-	15	15	15	15	60
63	Mandioca Descascada e Picada	Kg	-	-	-	-	-	-
64	Manga	Kg	-	-	-	-	-	-
65	Margarina Vegetal Sem Sal, embalagem 500 g	Un	5	-	5	-	-	10
66	Melão	Kg	-	-	-	-	-	-
67	Milho Verde Congelado, pct 350 g	Un	6	6	6	6	6	30
68	Óleo de Soja Refinado	Un	15	10	10	10	5	50
69	Orégano, embalagem 10 g	Un	1	1	1	1	1	5
70	Ovos de Galinha	Dz	13	13	13	13	13	65
71	Pão Francês	Kg	13	14	14	14	-	55
72	Pão Hot Dog	Kg	-	14	13	13	-	40
73	Polvilho Azedo, pct 500 g	Un	-	-	-	-	-	-
74	Pó para Gelatina	Kg	-	10	10	10	10	40
75	Presunto Cozido	Kg	-	2,5	2,5	-	-	5
76	Queijo Mussarela Fatiado	Kg	2	2	2	2	2	10
77	Repolho Branco	Kg	-	5	5	5	5	20
78	Sagu, pct 500 g	Un	15	15	15	15	-	60
79	Sal Refinado Iodado	Kg	7	7	7	7	7	35
80	Salsicha Tipo Hot-dog, embalagem 2,5 kg	Un	4	4	4	4	4	20
81	Suco Natural Concentrado, embalagem 500 ml	Un	26	26	26	26	26	130
82	Suco de Uva Concentrado, embalagem 1 kg	Kg	10	10	10	10	-	40
83	Tomate Longa Vida	Kg	10	10	10	10	-	40
84	Tortéi de Abóbora	Kg	7	7	-	6	-	20
85	Vinagre Branco, embalagem 900 ml	Un	-	-	1	1	1	3
86	Vinagre Tinto, embalagem 2 litros	Un	3	3	4	3	2	15

## CRONOGRAMA DE DISTRIBUIÇÃO DOS ITENS DA LICITAÇÃO DE JANEIRO A ABRIL DE 2016

CMEI PROFESSORA FABIANA APARECIDA NUNES POSSATO

ITEM	PRODUTO	MEDIDA	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
01	Abacate	Kg	5	5	5	5	5	25
02	Achocolatado em Pó Solúvel Instantâneo	Kg	5	5	5	5	5	25
03	Açúcar Cristal Especial, pct 5 kg	Un	4	4	4	4	4	20
04	Açúcar Refinado, pct 5 kg	Un	5	5	5	5	5	25
05	Alface Crespa ou Lisa	Kg	4	4	4	4	4	20
06	Amido de Milho	Kg	1	1	1	1	1	5
07	Arroz Integral	Un	1	1	1	1	1	5
08	Arroz Parboilizado Tipo I, pct 5 kg	Un	10	10	10	10	10	50
09	Aveia em Flocos Finos, embalagem 250 g	Un	1	1	1	1	1	5
10	Banana Caturra	Kg	134	134	134	134	134	670
11	Batata Inglesa	Kg	26	26	26	26	26	130
12	Bebida Láctea Fermentada	Un	50	50	50	50	50	250
13	Biscoito Doce, Sem Recheio, Maisena, pct 700g a 800 g	Un	-	10	10	10	10	40

14	Biscoito Doce, Sem Recheio, Rosquinha de Chocolate, pct 650g	Un	14	14	14	14	14	70
15	Biscoito Doce, Sem Recheio, Rosquinha de Leite, pct 700g a 800g	Un	14	14	14	14	14	70
16	Biscoito Salgado Tipo Água e Sal, pct 700g a 800 g	Un	-	15	15	15	15	60
17	Brócolis Fresco	Kg	4	4	4	4	4	20
18	Café Solúvel Granulado, embalagem 200 g	Un	4	4	4	4	4	20
19	Canela em Rama, pct 100 g	Un	2	2	2	2	2	10
20	Canjica de Milho Branca, pct 500 g	Un	2	2	2	2	2	10
21	Canjiquinha de Milho (Quirera), pct 500 g	Un	4	4	4	3	-	15
22	Carne bovina, Bife Bovino Coxão Mole	Kg	5	5	5	5	5	25
23	Carne Bovina em Cubos, Músculo picado	Kg	14	14	14	14	14	70
24	Carne Bovina Moída Magra	Kg	20	20	20	20	10	90
25	Carne de frango, Coxa e Sobre Coxa com Osso	Kg	14	14	14	14	14	70
26	Carne de frango, Coxinhas das Asas Sem Tempero	Kg	5	5	5	5	-	20
27	Carne de frango, Peito Com Pele e Osso	Kg	14	14	14	14	14	70
28	Carne Suína, Bisteca	Kg	10	10	-	10	-	30
29	Carne Suína, Costela Picada	Kg	5	5	5	-	5	20
30	Carne Suína, Íscas em Cubos	Kg	10	-	10	10	-	30
31	Cebola Branca	Kg	14	14	14	14	14	70
32	Cenoura	Kg	14	14	14	14	14	70
33	Cereal Matinal de Milho com Açúcar, embalagem 300 g	Un	-	15	15	15	5	50
34	Chá Mate de Saquinho	Un	3	3	2	2	-	10
35	Chicória	Kg	-	5	5	5	-	15
36	Colorau, pct 100 g	Un	6	6	6	6	6	30
37	Couve Flor	Kg	-	3	3	4	-	10
38	Cravo da Índia, pct 100 g	Un	1	-	1	-	-	2
39	Crema de Leite, cx 200g	Un	2	-	3	-	-	5
40	Cuca com Farofa	Kg	-	8	8	9	-	25
41	Doce de Leite em Pasta, embalagem 900 g	Kg	4	4	4	4	4	20
42	Ervilha Verde Congelada, pct 350 g	Un	4	4	4	4	4	20
43	Extrato de Tomate Concentrado, embalagem 350 g	Un	32	32	32	32	32	160
44	Farinha de Mandioca Torrada	Kg	1	-	1	-	-	2
45	Farinha de Milho Amarela	Kg	10	10	10	10	-	40
46	Farinha de Trigo Especial Tradicional, pct 5 kg	Un	3	3	3	3	3	15
47	Farinha de Trigo Integral	Kg	1	1	-	1	-	3
48	Feijão Preto	Kg	-	-	15	15	-	30
49	Fermento Biológico Seco, Instantâneo	Un	1	1	1	1	-	4
50	Fermento Químico em Pó, embalagem 250 g	Un	2	2	2	2	2	10
51	Geleia de frutas, embalagem 600 g	Un	3	3	3	3	3	15
52	Leite Condensado, embalagem 395 g	Un	2	2	2	2	2	10
53	Leite Integral Longa Vida UHT	L	115	115	115	115	65	525
54	Leite Integral Pasteurizado Tipo C	L	140	140	140	140	140	700
55	Leite Semi-Desnatado Sem Lactose UHT	Un	2	2	2	2	2	10
56	Lentilha, pct 500 g	Un	-	4	4	4	-	12
57	Lingüiça Toscana	Kg	5	10	10	-	10	35
58	Macarrão Cabelinho de Anjo, pct 500 g	Un	10	10	10	10	-	40
59	Macarrão Parafuso	Kg	10	-	10	10	10	40
60	Maçã Fuji Nacional	Kg	105	105	105	105	105	525
61	Maionese Tradicional, embalagem 472 g	Un	1	-	1	-	-	2
62	Mamão Formosa	Kg	22	22	22	22	22	110
63	Mandioca Descascada e Picada	Kg	6	6	6	6	6	30
64	Manga	Kg	6	6	6	7	-	25
65	Margarina Vegetal Sem Sal, embalagem 500 g	Un	3	3	3	3	3	15
66	Melão	Kg	15	15	-	15	15	60
67	Milho Verde Congelado, pct 350 g	Un	6	6	6	6	6	30
68	Óleo de Soja Refinado	Un	-	13	13	12	12	50
69	Orégano, embalagem 10 g	Un	1	1	1	1	1	5
70	Ovos de Galinha	Dz	13	13	13	13	13	65
71	Pão Francês	Kg	17	17	17	17	17	85
72	Pão Hot Dog	Kg	-	9	9	9	8	35
73	Polvilho Azedo, pct 500 g	Un	2	-	2	1	-	5
74	Pó para Gelatina	Kg	-	10	10	10	-	30
75	Presunto Cozido	Kg	-	2,5	-	2,5	-	5
76	Queijo Mussarela Fatiado	Kg	2	2	2	2	2	10
77	Repolho Branco	Kg	4	4	4	4	4	20

78	Sagu, pct 500 g	Un	10	10	10	10	10	50
79	Sal Refinado Iodado	Kg	6	6	6	6	6	30
80	Salsicha Tipo Hot-dog, embalagem 2,5 kg	Un	3	3	3	3	3	15
81	Suco Natural Concentrado, embalagem 500 ml	Un	-	25	25	25	25	100
82	Suco de Uva Concentrado, embalagem 1 kg	Kg	8	8	8	8	8	40
83	Tomate Longa Vida	Kg	8	8	8	8	8	40
84	Tortéi de Abóbora	Kg	-	5	5	5	5	20
85	Vinagre Branco, embalagem 900 ml	Un	-	1	1	1	-	3
86	Vinagre Tinto, embalagem 2 litros	Un	3	3	3	3	3	15

## ANEXO VIII

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0001/2016 – MAT

MINUTA DO CONTRATO (MODELO)

(Será confeccionado pelo Jurídico da Prefeitura)

CONTRATO Nº ...../2016, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 00..../2016, PREGÃO PRESENCIAL Nº 0001/2016, AQUISIÇÃO DE ....., DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA.

Contrato de compra e venda de produtos, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA - SC, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 82.826.462/000-27, com se de a Rua XV de novembro, 26, em Arroio Trinta - SC, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr ALCIDIR FELCHILCHER, brasileiro, casado, portador do CPF sob nº ....., RG nº ..., residente e domiciliado na Rua ....., em Arroio Trinta – SC e de outro lado à empresa ....., pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob nº. ...., Inscrição Estadual nº ....., com sede na Rua ....., nº .... no município de ..... – Estado de ....., doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo Sr/Sra ....., ....., inscrito no CPF sob Nº ..... e Carteira de Identidade nº ....., residente e domiciliado na Rua ....., nº ....., na cidade de ..... – Estado de ....., que de acordo com o Processo Licitatório Nº 00../2016, Pregão Presencial nº 0001/2016, doravante denominado o processo e que se regerá pela Lei nº 10.520/02, Lei n.º 8666/93, consolidadas e demais normas legais celebram o presente Contrato, da seguinte forma:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O objeto do presente contrato é a AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR PARA ALUNOS EDUCAÇÃO INFANTIL – CRECHE E ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL, PARA OS MESES DE JANEIRO A ABRIL DE 2016, DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA.

Parágrafo único - Os produtos deverão ser entregues no período de Janeiro a abril de 2016, conforme cronograma pré-estabelecido pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SEGUNDA – O Município pagará mensalmente pelos produtos, conforme for retirado pela Secretaria Municipal de Educação e conforme a liberação dos Recursos Federais, num valor total de R\$ .....( ..... ), sendo que o valor da mesma, não será reajustado.

§ 1º - A contratada fica obrigada a aceitar nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93, atualizada.

§ 2º - Só haverá reajuste de valores nas condições do § 2º, Cláusula Terceira e na ocorrência de fato que justifique a aplicação do artigo 65, inciso II, alínea "d", da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, consolidadas.

CLÁUSULA TERCEIRA – O pagamento será feito por transferência bancária, mensalmente, mediante a apresentação da Nota Fiscal, até o 5.º dia útil de cada mês.

CLÁUSULA QUARTA – O prazo do presente contrato, terá seu início em .... de ..... de 2016 e terminará em .....de .... de 2016, ou até que os produtos forem totalmente entregues. O presente Contrato poderá ser alterado nos casos previstos no Artigo 57, II, da Lei Federal nº 8.666/93, ou prorrogado através de Termo Aditivo.

CLÁUSULA QUINTA - As despesas deste contrato correrá a conta de elementos do Orçamento de 2016, conforme segue:

17 - 1 . 2009 . 10 . 306 . 10 . 2.25 . 1 . 339000 Aplicações Diretas

CLÁUSULA SEXTA - A Contratada declara aceitar, integralmente, todos os processos de inspeção dos produtos, verificação e controle a serem adotadas pelo Contratante.

Parágrafo único - A existência e a atuação da fiscalização do Contratante em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada, no que concerne aos serviços contratados, e as suas consequências e implicações próximas ou remotas.

CLÁUSULA SÉTIMA - O descumprimento, total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecida, sujeitará a Contratada as sanções previstas na Lei nº 10.520/02, Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores, garantida previa e ampla defesa em processo administrativo.

CLÁUSULA OITAVA - O contratante poderá rescindir administrativamente o presente contrato nas hipóteses previstas na Lei nº 10.520/02, Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores, sem que caiba a Contratada direito a qualquer indenização, sem prejuízo das penalidades



pertinentes.

CLÁUSULA NONA - O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

CLÁUSULA DÉCIMA - A Contratada assume, como exclusivamente seus, os riscos das despesas decorrentes do transporte dos produtos, assim como, dos funcionários. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda, quaisquer prejuízos que sejam causados ao contratante ou a terceiros, bem como, pelos Seguros de Lei.

§ 1.º - Os danos e os prejuízos serão ressarcidos ao Contratante no prazo máximo de 48 (Quarenta e oito) horas, contados da notificação administrativa a Contratada, sob pena de multa.

§ 2.º - O Contratante não responderá por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária, e decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à Contratada.

§ 3.º - O contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinado.

§ 4.º - A Contratada manterá durante toda a execução do contrato as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação.

§ 5º - A contratante se responsabilizará pela substituição de produtos entregues fora do padrão de qualidade, ou deteriorados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Constituirá encargo exclusivo da Contratada o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos e despesas decorrentes da formalização deste contrato e da execução de seu objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Fica eleito o Foro da Comarca de Videira – SC, para dirimir as dúvidas que possam advir do presente contratação, com renúncia expressa, de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente em 03 cópias de iguais teor, que, depois de lido e achado conforme, e assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Arroio Trinta – SC, .... de ..... de 2016.

MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA  
CNPJ 82.826.462/0001-27  
Prefeito Municipal

.....  
CONTRATADO

Testemunhas:

# Balneário Piçarras

## PREFEITURA

### ATA 039/2015 PMBP

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA  
RESULTADO DE LICITAÇÃO E HABILITAÇÃO

Processo Administrativo nº 083/2015-PMBP

Pregão Presencial nº 043/2015-PMBP - SRP

Objeto: Este instrumento tem por objeto o Registro de preços visando a aquisição de Veículos para Secretarias Municipais, conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência, atendendo solicitações que encontram-se anexas ao Processo.

Empresas Participantes Habilitadas:

MARAMBAIA VEICULOS LTDA - R\$ 131.000,00

Balneário Piçarras(SC), 27 de novembro de 2015.

Leonel José Martins – Prefeito Municipal

### PORTARIA 414/2015

PORTARIA N.º 414/2015

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 89, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, REVOGA, o ato instituído pela Portaria nº 018/2014 de 03 de fevereiro de 2014, a conseguinte EXONERAÇÃO do cargo de DIRETOR DE ATENÇÃO PRIMÁRIA SAÚDE, com as atribuições pertinentes à retro citadas Secretaria Municipal de Saúde o senhor, RICARDO DE SOUZA PAULA, brasileiro, maior, solteiro, CPF nº 611.666.189-00, CI nº. 2088769 SSP-SC, com a imediata exoneração e com as prerrogativas e competência que lhe concede a legislação deste Município.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE e

CUMPRE-SE

Balneário Piçarras (SC), 18 de dezembro de 2015.

Leonel José Martins

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e publicada no mural do edifício sede da Prefeitura em 18 de dezembro de 2015.

Ana Lucia Wilvert

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

### PORTARIA 415/2015

PORTARIA N.º 415/2015

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 89, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, REVOGA, o ato instituído pela Portaria nº 079/2014 de 10 de março de 2015, a conseguinte EXONERAÇÃO do cargo de CHEFE DE REGULAÇÃO DE TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO, com as atribuições pertinentes à retro citadas Secretarias Municipal de Saúde a Senhora IONARA GOLFETTO, brasileira, maior, casada, inscrita no CPF nº 034.408.029-30 e C.I. nº 3.972.250 SSP/SC, com a imediata exoneração e com as prerrogativas e competência que lhe concede a legislação deste Município.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE e

CUMPRE-SE

Balneário Piçarras (SC), 21 de dezembro de 2015.

Leonel José Martins

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e publicada no mural do edifício sede da Prefeitura em 21 de dezembro de 2015.

Ana Lucia Wilvert

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

**PORTARIA 416/2015**

PORTARIA N.º 416/2015

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 89, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, NOMEIA para o cargo em comissão de DIRETOR DE ATENÇÃO PRIMÁRIA SAÚDE, com as atribuições pertinentes à retro citadas Secretarias o senhor, RICARDO DE SOUZA PAULA, brasileiro, maior, solteiro, CPF nº 611.666.189-00, CI nº. 2088769 SSP-SC, com a imediata posse e com as prerrogativas constitucionais de Agente Político.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE e

CUMPRA-SE

Balneário Piçarras (SC), 21 de dezembro de 2015.

Leonel José Martins

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e publicada no mural do edifício sede da Prefeitura em 21 de dezembro de 2015.

Ana Lucia Wilvert

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

**PORTARIA 417/2015**

PORTARIA N.º 417/2015

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 89, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, REVOGA, o ato instituído pela Portaria nº 092/2013 de 04 de janeiro de 2013, a conseguinte EXONERAÇÃO do cargo de ASSESSOR DE APOIO ADMINISTRATIVO, com as atribuições pertinentes AO Gabinete do Prefeito a senhora, LEONOR BALTAZAR SERPA, brasileiro, maior, casada, CPF nº 868.081.099-15 e C.I. nº. 28377538 SSP-SC, com a imediata exoneração e com as prerrogativas e competência que lhe concede a legislação deste Município.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE e

CUMPRA-SE

Balneário Piçarras (SC), 21 de dezembro de 2015.

Leonel José Martins

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e publicada no mural do edifício sede da Prefeitura em 21 de dezembro de 2015.

Ana Lucia Wilvert

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

**PORTARIA 418/2015**

PORTARIA N.º 418/2015

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 89, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, NOMEIA para o cargo em comissão de ASSESSOR DE APOIO ADMINISTRATIVO, com as atribuições pertinentes ao Gabinete do Prefeito a Senhora, LEONOR BALTAZAR SERPA, brasileira, maior, casada, portadora do CPF nº 868.081.099-15 e C.I. nº. 28387538 SSP-SC, com a imediata posse e com as prerrogativas constitucionais de Agente Político.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE e

CUMPRA-SE

Balneário Piçarras (SC), 22 de dezembro de 2015.

Leonel José Martins

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e publicada no mural do edifício sede da Prefeitura em 22 de dezembro de 2015.

Ana Lucia Wilvert

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

**PORTARIA 419/2015**

PORTARIA N.º 419/2015

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 89, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, e conseguinte EXONERAÇÃO A PEDIDO, do cargo efetivo de Técnica em Enfermagem, com carga horaria de 30 (trinta) horas semanais, com as atribuições pertinentes à Secretaria Municipal de Saúde, a senhora MARIA HELENA DE MELLO, brasileira, maior, portador do CPF nº 046.597.949-11 e CI nº. 3.837.202 SSP-SC, matrícula 2789, retroagindo seus efeitos para o dia 01 de dezembro de 2015.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE e

CUMPRA-SE

Balneárias Piçarras (SC), 22 de dezembro de 2015.

Leonel José Martins

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e publicada no mural do edifício sede da Prefeitura em 22 de dezembro de 2015.

Ana Lucia Wilvert

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

## Balneário Rincão

### PREFEITURA

**AVISO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 001/FMS/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE BALNEARIO RINCÃO  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE  
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 001/FMS/2016

Tipo: MENOR PREÇO.

Data e horário da sessão de abertura: 18/01/2016 às 10h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Balneario Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneario Rincão - SC.

Objeto: Contratação de empresa do ramo pertinente para fornecimento de medicamento para atendimento de "Processo Judicial", no Município de Balneário Rincão – SC., durante o ano de 2016.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras Materiais e Patrimônio do Município de Balneário Rincão, na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC, no horário das 08:00 as 17:00 horas, ou pelos telefones (\*\*\*48) 3468-7218, ou através do endereço eletrônico [licitacao.rincao@hotmail.com](mailto:licitacao.rincao@hotmail.com).

Balneário Rincão – SC, 18 de Janeiro de 2016.

Pregoeira

Gisele Ferreira.

**AVISO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 002/FMS/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE BALNEARIO RINCÃO  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE  
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 002/FMS/2016

Tipo: MENOR PREÇO.

Data e horário da sessão de abertura: 19/01/2016 às 10h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Balneario Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneario Rincão - SC.

Objeto: Contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de Equipamentos de Informática, para uso das Unidades ESF da Rede Municipal de Saúde do Município de Balneário Rincão/SC, conforme especificações previstas no Termo de Referencia e Minuta Contratual em Anexo.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras Materiais e Patrimônio do Município de Balneário Rincão, na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC, no horário das 08:00 as 17:00 horas, ou pelos telefones (\*\*\*48) 3468-7218, ou através do endereço eletrônico [licitacao.rincao@hotmail.com](mailto:licitacao.rincao@hotmail.com).

Balneário Rincão – SC, 18 de Janeiro de 2016.

Pregoeira

Gisele Ferreira.

### SAMAE - BALNEÁRIO RINCÃO

**AVISO DE PREGÃO 01/SAMAE/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO  
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO - SAMAE  
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 001/SAMAE/2016.

Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL

Data e horário da sessão de abertura: 18/01/2016 às 14:00 hrs.

Local: Samae de Balneario Rincão/SC, situado na Rua Paraná, 389, Centro, do Município de Balneario Rincão - SC.

Objeto: contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de um conjunto de motobomba com acoplamento de luva elástica e serviço de instalação mecânica, elétrica e civil para atender as necessidades do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Balneário Rincão/SC, durante 2016.

Fone/Fax: (48) 3468-7800 / e-mail: [licitacao.samaebr@gmail.com](mailto:licitacao.samaebr@gmail.com)

Balneário Rincão – SC 05 de janeiro de 2016.

Pregoeira

RENATA DAROS TORRES



# Barra Velha

## PREFEITURA

### 001/2016 PMBV

PREFEITURA DE BARRA VELHA  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contratada: POLARIS SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA Licitação:

Proc. Administrativo 001/2016 - Dispensa de Licitação 001/2016

Objeto: Serviços de pavimentação em lajota da Rua Ravache, incluindo fornecimento de material e mão de obra, incluindo fornecimento de material e mão de obra, incluindo o fornecimento de material e mão de obra, em Regime de Empreitada Global, mediante licitação Tipo Menor Preço Global, em estrita observância aos Memoriais e Planilhas anexos, partes integrantes deste Processo  
Valor do Contrato: R\$ 181.589,50 (cento e oitenta e um mil quinhentos e oitenta e nove reais e cinquenta centavos)

Data da assinatura: 05/01/2016

Data do vencimento: 05/03/2016

Barra Velha, 05 de janeiro de 2016

ROBERTO CARLOS IMME –

Pela Empresa Contratada

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO -

Prefeito

ROBERTO ANASTACIO MARTINS –

Pela Empresa Contratada

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO -

Prefeito

### INEX 001/2016 FUMTEC

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 001/2016 – FUNTEC

Inexigibilidade de Licitação nº 001/2016 - FUNTEC

Contratada: SERVIÇO SOCIAL DO COMERCIO SESC - SC

Objeto: Prestação de serviço para desenvolvimento do Projeto Esporte & Verão 2016 " do SESC para estímulo da prática esportiva diversão e entretenimento ao ar livre do dia 08 de janeiro a 31 de janeiro de 2016 na praia central de Barra Velha.

Contrato 001/2016

Valor do Contrato: R\$ 55.250,00

Fund. Legal: Art. 25, Inciso III, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Barra Velha, 05 de janeiro de 2016.

SERVIÇO SOCIAL DO COMERCIO SESC - SC

- Contratado

Claudemir Matias Francisco - Preito

### ATO 002/CP/ED/002/15

EDITAL Nº 002/2015 DE CONCURSO PÚBLICO

Ato 002/CP/ED/002/15

SEGUNDA RETIFICAÇÃO

DO EDITAL Nº 002/2015 DE CONCURSO PÚBLICO BARRA VELHA  
O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a Comissão Municipal de Concurso Público e o Instituto o Barriga Verde, torna público a segunda retificação do edital conforme segue:

1. Fica Incluído no cronograma do edital o prazo de entrega dos certificados da prova de títulos para os cargos de nível superior, que passa a ter o seguinte teor:

Prova de Títulos para os cargos de nível superior, enviar certificados até o dia:	21/01/16
---	----------

2. As demais normas do edital permanecem inalteradas.

Barra Velha, 04 de Janeiro de 2016

Claudemir Matias Francisco

Prefeito Municipal

### CONTRATO 001/2016 FUMTEC

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contratada: SERVIÇO SOCIAL DO COMERCIO - SESC AR/SC

Licitação: Proc. Administrativo 001/2016 - Inexigibilidade. nº 001/2016

Objeto: Prestação de serviço para desenvolvimento do Projeto Esporte & Verão 2016" do SESC para estímulo da prática esportiva diversão e entretenimento ao ar livre do dia 08 de janeiro a 31 de janeiro de 2016 na praia central de Barra Velha

Valor do Contrato: R\$ 55.250,00 (cinquenta e cinco mil duzentos e cinquenta reais)

Data da assinatura: 05/01/2016

Data do vencimento: 10/02/2016

Barra Velha, 05 de janeiro de 2016

### NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

Barra Velha 06 de novembro de 2015.

Ofício nº 47/2015 GAB – ADM

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

À Dra. ANA CAROLINA LUCENA CRAVO GOMES, brasileira, advogada, portadora da Carteira de Identidade RG n. 6311899-SSP e do CPF n. 319.530.408-29, residente e domiciliada na Rua Barão do Rio Branco, n. 760, Apto 1004, Centro, CEP: 89251-400– município de Jaraguá do Sul (SC).

Por meio desta, o Município de Barra Velha, pessoa jurídica de direito público interno, estabelecido na Av. Governador Celso Ramos, n. 200, Centro, Barra Velha – SC, CEP 88390-000, inscrito no CNPJ sob o n. 83.102.830/0001-57, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Administração e Finanças, NOTIFICA-O formalmente para que proceda a devolução do valor de R\$ 55.734,13 (cinquenta e cinco mil setecentos e trinta e quatro reais e treze centavos), ou comprovar já ter procedido à devolução, conforme apontado na instrução item 07 do Relatório Final realizado pela Comissão instaurada na Portaria n. 757, de 20 de julho de 2015, conforme documentos em anexo.

A devolução dos valores apurados deverá ser creditada na seguinte Conta Corrente:

Banco: Caixa Econômica Federal

Agência: 2816-9

Operação: 006

Conta Corrente: 1-0

RUI JOSÉ MACHADO JÚNIOR

Secretário de Administração e Finanças

**RESCISÃO CONTRATO 088/2014 PMBV**

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO 088/2014

Contratada: CCT CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA ME

Licitação: Proc. Administrativo 073/2014 - TP 008/2014

Objeto: Serviços de pavimentação em lajota da Rua Ravache, incluindo fornecimento de material e mão de obra, incluindo fornecimento de material e mão de obra, incluindo o fornecimento de material e mão de obra, em Regime de Empreitada Global, mediante licitação Tipo Menor Preço Global, em estrita observância aos Memoriais e Planilhas anexos, partes integrantes deste Processo

Valor do Contrato: R\$ 219.206,87 (duzentos e dezenove mil duzentos e seis reais e oitenta e sete centavos)

Data da assinatura: 16/10/2014

Barra Velha, 05 de janeiro de 2015

ROSÉLIO PEREIRA JUNIOR –

Pela Empresa Contratada

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO -

Prefeito

# Bela Vista do Toldo

## PREFEITURA

### 001.2015 - CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO

CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO (CMI)  
MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO

RESOLUÇÃO Nº 01/2015

Institui a Mesa Diretora do Conselho Municipal do Idoso - CMI.

O Conselho Municipal do Idoso – CMI de Bela Vista do Toldo/SC em REUNIÃO realizada no dia 16 de dezembro de 2015, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº 1.111/2015, resolve:

Art. 1º INSTITUIR a Mesa Diretora do Conselho Municipal do Idoso – CMI, eleita pela maioria absoluta dos votos da Assembleia Geral, biênio 2015/2017, para mandato de no mínimo dois anos, a qual ficou composta pelos seguintes Conselheiros:

I – Presidente: Rosita Maria Pereira Schimboski  
II – Vice-Presidente: Eugenia Mielke  
III – Secretário(a): Gabriela Araújo

Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Bela Vista do Toldo (SC), 16 de dezembro 2015.  
Rosita Maria Pereira Schimboski  
Presidente do Conselho Municipal do Idoso

### RESOLUÇÃO 008.2015 - CMAS

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS)  
MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO

RESOLUÇÃO Nº 08/2015

Institui a Mesa Diretora do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS de Bela Vista do Toldo/SC em REUNIÃO realizada no dia 03 de dezembro de 2015, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº 1.095/2015, resolve:

Art. 1º INSTITUIR a Mesa Diretora do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, eleita pela maioria absoluta dos votos da Assembleia Geral, biênio 2015/2017, para mandato de no mínimo dois anos, a qual ficou composta pelos seguintes Conselheiros:

I – Presidente: Maria Janete Machado de Souza  
II – Vice-Presidente: Sorlene da Glória Vieira Schermack  
III – Secretário(a): Aline Maria Koller Kuyavski

Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Bela Vista do Toldo (SC), 03 de dezembro 2015.  
Maria Janete Machado de Souza  
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 001-2016

Aviso de Licitações  
MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO/SC  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO 001/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2016

O município de Bela Vista do Toldo, estado de Santa Catarina, torna público e para o conhecimento dos interessados que fará realizar licitação, na modalidade de Pregão Presencial do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, onde o objeto é a Aquisição parcela de combustível Gasolina Comum, Óleo Diesel Comum e Óleo Diesel S-10, direto na bomba de combustível da proponente para atender a frota da Prefeitura Municipal e do seus Fundos Municipais para o Exercício de 2016, de acordo com o que se encontra definido na especificação e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

ENTREGA DE ENVELOPES

Até a 09h00min do dia 15/01/2016.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA:

Dia 15/01/2016 às 09h00min, na sede da Prefeitura Municipal De Bela Vista do Toldo/SC, à Rua Estanislau Schumann, 839, centro.

O edital estará disponível no site do Município de Bela Vista do Toldo/SC [www.pmbvt.sc.gov.br](http://www.pmbvt.sc.gov.br). Informações poderão ser solicitadas pelo email [compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br](mailto:compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br).

Bela Vista do Toldo, 06 de Janeiro de 2016.  
GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA  
Prefeito Municipal

# Biguaçu

## PREFEITURA

**PP 253/2015- PMB**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS- 253/2015 PMB

OBJETO: AQUISIÇÃO DE FILTROS, ÓLEOS E ADITIVOS, PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRA-ESTRUTURA.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 13:45 horas, do dia 19 janeiro, 2016, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 19 janeiro, 2016, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura [www.bigua.sc.gov.br](http://www.bigua.sc.gov.br)

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8019 e 3279-8022.

Para os licitantes que participarão deste certame, pedimos que seja utilizado a planilha eletrônica do programa Betha Auto-Cotação disponível no site [www.download.betha.com.br](http://www.download.betha.com.br) para uma maior agilidade no andamento do pregão.

Biguaçu, 5 de janeiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

# Blumenau

## PREFEITURA

**DECRETO Nº 10.865/2015**

DECRETO Nº 10.865, DE 05 DE JANEIRO DE 2016.

REVOGA O DECRETO Nº 10.864, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 59, VII, combinado com o artigo 75, I, "f", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Decreto nº 10.864, de 23 de dezembro de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, produzindo efeitos a contar de 31 de dezembro de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 05 de janeiro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

**EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 006/2014 - URB**

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO

Partes: COMPANHIA DE URBANIZAÇÃO DE BLUMENAU E:

AUTO MECÂNICA EJ LTDA EPP

CONTRATO Nº. 006/2014

Objeto: prestação de serviços de manutenção corretiva da frota de veículos leves, pelo período de 12 (doze) meses.

AUTO MECÂNICA ITANORTE LTDA EPP

CONTRATO Nº. 007/2014

Objeto: prestação de serviços de manutenção corretiva da frota de veículos pesados, pelo período de 12 (doze) meses.

MDM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.

CONTRATO Nº. 008/2014

Objeto: prestação de serviços de manutenção corretiva da frota de máquinas pesadas, pelo período de 12 (doze) meses.

Fundamentação Legal: Pregão Presencial nº. 025/2014 de 23 de outubro de 2014 e Termos de Contratos nº. 006, 007 e 008/2014.

Prazo: Fica prorrogado o prazo de vigência do presente instrumento, previsto na CLAÚSULA TERCEIRA, item 3.4 dos contratos primitivos, de 27/10/2015 para até 27/10/2016, nos termos do art. 57, II da Lei 8.666/93.

Data: 05 de janeiro de 2016.



# Bom Jesus do Oeste

## PREFEITURA

### **CONTRATO Nº. 136/2015**

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 136/2015

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: C.W. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM GERAL LTDA

Licitação: PROCESSO LICITATORIO Nº 2859/2014

Objeto: Termo Aditivo ao contrato nº. 006/2015 de recolhimento de resíduos sólidos no perímetro urbano do Município.

Vigência: 05 de Janeiro de 2016 a 31 de Dezembro de 2016.

Assinatura: 29 de Dezembro de 2015

Airton Antonio Reinehr

Prefeito Municipal

### **DECRETO Nº 4790/16 DE 04 DE JANEIRO DE 2016.**

DECRETO Nº. 4790/16 DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A ATUALIZAÇÃO DO VALOR MONETÁRIO DA BASE DE CÁLCULO DOS TRIBUTOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Elton Henrique da Silva, Prefeito Municipal em exercício no município de Bom Jesus Do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o Inciso VI, do Art.41, da Lei Orgânica Municipal, e Lei Municipal nº. 820/11, de 22 de Dezembro de 2011.

#### DECRETA:

Art.1º. – Ficam atualizados monetariamente pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), acumulado no período de dezembro de 2014 a novembro de 2015, no percentual de 10,68% (dez vírgula sessenta e oito por cento), a partir do dia 4 (cinco) de Janeiro de 2016, os valores definidos em Lei de composição das bases de cálculo dos tributos municipais.

Parágrafo Único - A Unidade de Referencia do Município – UFRM, para o exercício de 2016, será no valor de R\$ 3,7192

Art. 2º. Este decreto entrará em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º, do Decreto nº. 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus Do Oeste (SC),  
aos 04 de Janeiro de 2016.

Elton Henrique da Silva

Prefeito Municipal em exercício.

### **DECRETO Nº 4791/16 DE 04 DE JANEIRO DE 2016.**

DECRETO Nº. 4791/16 DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE O CALENDÁRIO FISCAL PARA O EXERCÍCIO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Elton Henrique da Silva, Prefeito Municipal em exercício no município de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferida na Lei Orgânica e o Código Tributário Municipal.

#### DECRETA

Art.1º. – Fica aprovado o calendário fiscal para o Exercício de 2016, definindo tributos, sua data de vencimento e parcelamento para recolhimento, na forma do anexo único deste Decreto.

Art.2º. – O pagamento dos tributos deverá ser realizado na rede bancária credenciada junto ao Município de Bom Jesus do Oeste;

Art.3º. – Após o prazo fixado para o recolhimento dos tributos municipais pelo Calendário Fiscal, para o exercício de 2016, os tributos não liquidados ficam sujeitos às penalidades previstas no Código Tributário Municipal, preconizadas na Lei Municipal nº. 820/11, de 22 de

Dezembro de 2011, bem como a devida inscrição do débito em dívida ativa.

Art. 4º. Este decreto entrará em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º, do Decreto nº. 4450, de 16 de setembro de 2013.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE (SC), AOS 04 DE JANEIRO DE 2016.

Elton Henrique da Silva

Prefeito Municipal em Exercício

ANEXO ÚNICO DO DECRETO Nº. 4791/16 DE 04 DE JANEIRO DE 2016

TIPO DE TRIBUTO	VENCIMENTO
TAXA DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO FUNCIONAMENTO E PERMANÊNCIA	Renovação 31 de Maio de 2016 e demais casos antes ou no ato do início da atividade.
IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA	*Para o ISSQN Homologado ou por Estimativa, mensalmente até o décimo quinto (15) dia do mês subsequente à ocorrência do fato gerador.  *Para o ISS Fixo até o decimo quinto (15) dia do mês a que se refere o débito.  Conforme preceitua o art. 216 da Lei nº. 820/11
IPTU, Taxa de Serviços Urbanos e Taxa de Coleta de Lixo e Resíduos Domí-ciliares.	Parcela Única: 31/05/2016 1a.Parcela – 31/05/2016 2a.Parcela – 30/06/2016 3a.Parcela – 29/07/2016 4º.Parcela – 31/08/2016
Taxa de Serviços Diversos	No ato da utilização do serviço
Taxa de Fiscalização Sanitária	Vencimento em 31/05/2016

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE (SC), 04 DE JANEIRO DE 2016.

Elton Henrique da Silva

Prefeito Municipal em exercício.

## **DECRETO Nº 4792/16 DE 04 DE JANEIRO DE 2016.**

DECRETO Nº. 4792/16 DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

CONCEDE DESCONTO NO PAGAMENTO DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO – IPTU 2016.

Elton Henrique da Silva, Prefeito Municipal em exercício no município de Bom Jesus Do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o Inciso VI, do Art.41, da Lei Orgânica Municipal, e Lei Municipal nº. 820/11, de 22 de Dezembro de 2011.

DECRETA:

Art.1º. – Fica concedido desconto de 30% (trinta pontos percentuais) para os contribuintes que efetuarem o pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) em cota única até o dia 31 de Maio de 2016, conforme autoriza o Art.134, da Lei Municipal nº. 820/11, de 22 de Dezembro de 2011.

§ 1º. – O prazo para o pagamento se dará conforme Decreto nº. 4791/16 de 04 de Janeiro de 2016.

§ 2º. – O desconto de que trata este artigo é concedido em caráter geral, beneficiando a todos os contribuintes.

Art. 2º. Este decreto entrará em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º, do Decreto nº. 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus Do Oeste (SC),  
aos 04 de Janeiro de 2016.

Elton Henrique da Silva

Prefeito Municipal em exercício.

**PORTARIA Nº 001/2016 DE 04 DE JANEIRO DE 2016.**

PORTARIA Nº 001/2016, DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

NOMEIA SRA. ROSEMERI BOTH BASSO AO CARGO EFETIVO DE ENFERMEIRA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ELTON HENRIQUE DA SILVA, Prefeito Municipal em Exercício de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR a Sra. ROSEMERI BOTH BASSO, portadora do CPF sob nº. 021.093.759-90, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social, para ocupar o cargo efetivo de Enfermeira, com carga horária de 40 horas semanais, aprovada em Concurso Público nº 001/2015, com direito a percepção da remuneração ao padrão constante na Lei 755/2010 de 08 de dezembro de 2010.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 04 de janeiro de 2016.

ELTON HENRIQUE DA SILVA  
Prefeito Municipal em Exercício

# Bom Retiro

## PREFEITURA

### EXTRATO CONTRATOS 01 A 06/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
AVISO DE PUBLICAÇÃO

#### Extrato Contrato 149/2015

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Bom Retiro

Contratado: Betha Sistemas Ltda.

Objeto: Fornecimento de licenças de uso, não exclusiva, mediante contratação de empresa para licenciamento de Software como Serviço do(s) aplicativos(s) Saúde Fly, com usuários ativos, em ambiente Web, conforme funcionalidades descritas no Anexo I.

Valor Total: R\$ 6.234,60 (Seis mil duzentos e trinta e quatro reais com sessenta centavos).

#### Extrato Contrato 01/2016

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Bom Retiro

Contratado: Consórcio Intermunicipal de Saúde – CIS/AMURES (Rateio Manutenção)

Objeto: Repasse de recursos para manutenção das atividades de funcionamento do Consórcio, conforme autoriza o inciso I, da Cláusula 36, do Contrato de Consórcio.

Valor Total: R\$ 81.684,04 (oitenta e um mil, seiscentos e oitenta e quatro reais e quatro centavos).

#### Extrato Contrato 02/2016

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Bom Retiro

Contratado: Consórcio Intermunicipal de Saúde – CIS/AMURES (Rateio Prestação Serviço)

Objeto: Repasse de recursos para atendimento da prestação de serviço prevista no Contrato de Programa celebrado entre o Município e o CIS/AMURES, observada a capacidade instalada do CIS-AMURES, de acordo com o Credenciamento de Prestadores de Serviço, assegurada a prestação de serviços de saúde em caráter suplementar e complementar, em conformidade com as diretrizes do SUS.

Valor Total: R\$ 247.815,96 (duzentos e quarenta e sete mil, oitocentos e quinze reais e noventa e seis centavos).

#### Extrato Contrato 03/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro

Contratado: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA

Objeto: Prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação, disponibilizando: Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC; Gestão de Obras; Gestão Tributária – Gestão do Simples Nacional; Gestão Tributária – Gestão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – GNOTA; Gestão Tributária – Registro Mercantil Integrado – REGIN.

Valor Total: R\$ 7.770,00 (sete mil e setecentos e setenta reais).

#### Extrato Contrato 04/2016 Pregão Presencial 24/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro

Contratado: Auto Posto VT Ltda.

Objeto: Aquisição de Combustíveis para Veículos da frota municipal, com abastecimento direto na bomba do Posto Vencedor, localizado no Perímetro do município de Bom Retiro para o exercício de 2016.

Valor Total: R\$ 660.760,00 (seiscentos e sessenta mil setecentos e sessenta reais)

#### Extrato Contrato 05/2016 Pregão Presencial 24/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro

Contratado: Auto Posto JS Ltda.

Objeto: Aquisição de Combustíveis para Veículos da frota municipal, com abastecimento direto na bomba do Posto Vencedor, localizado no Perímetro do município de Bom Retiro para o exercício de 2016.

Valor Total: R\$ 260.730,00 (duzentos e sessenta mil setecentos e trinta reais)

#### Extrato Contrato 06/2016 Pregão Presencial 17/2015 (FMS)

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro (FMS)

Contratado: Auto Posto VT Ltda.

Objeto: Aquisição de Combustível com vistas ao atendimento das necessidades dos veículos automotores que compõem a frota oficial do Fundo Municipal de Saúde de Bom Retiro/SC, com abastecimento direto na bomba do Posto Vencedor, localizado dentro do Perímetro do município de Bom Retiro no exercício de 2016.

Valor Total: R\$ 374.800,00 (trezentos e setenta e quatro mil e oitocentos reais)

Bom Retiro, 05 de janeiro de 2015.

Albino Gonçalves Padilha

Prefeito Municipal

## Braço do Trombudo

### PREFEITURA

**EXTRATO DE CONTRATO 01/2016 PMBT**

EXTRATO DE CONTRATO 01/2016 PMBT

Contratante: Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo

CNPJ 95.952.230/0001-67,

Sito a Praça da Independência, 25

Braço do Trombudo – SC.

Contratada: Rinnert &amp; Cia LTDA – Posto Rinnert

CNPJ: 05.572.506/0001-99

Sito a Rua Dom Pedro, 101, Centro

Braço do Trombudo -SC

Objeto: Registro de Preços para aquisição de combustível (gasolina, etanol e diesel) para abastecer a frota de todas as Secretarias da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo.

Vigência até 31.12..2016.

Data da assinatura: 04.01.2016

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO 02/2016 PMBT**

EXTRATO DE CONTRATO 02/2016 PMBT

Contratante: Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo

CNPJ 95.952.230/0001-67,

Sito a Praça da Independência, 25

Braço do Trombudo – SC.

Contratada: Walendowsky Distribuidora de Combustíveis LTDA

CNPJ: 01.602.498/0001-25

Sito a Rua Alberto Muller,5000, Limeira

Brusque -SC

Objeto: Registro de Preços para aquisição de diesel S500 (comum) e diesel S10 para abastecer a bomba da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo.

Vigência até 31.12..2016.

Data da assinatura: 04.01.2016

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº12/2015 PMBT

Página: 1/2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 12/2015

Número do Registro de Preços: 12/2015		Data do Registro: 06/04/2015		Válido até: 06/04/2016			
Objeto da Compra: Aquisição de paver para manutenção das calçadas do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	paver cinza de concreto 20,0 x 10,0 x 6cm FCK 35 MPA (15880)	M2	FRONZA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP (6859)	Frnzza	0	34,5000	1

Página: 2/2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 12/2015

Número do Registro de Preços: 12/2015		Data do Registro: 06/04/2015		Válido até: 06/04/2016		
Objeto da Compra: Aquisição de paver para manutenção das calçadas do município de Braço do Trombudo.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2015  
PROCESSO Nº 14/2015  
(6859) - FRONZA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP

Braço do Trombudo, 6 de Abril de 2015.

# Brunópolis

## PREFEITURA

### DECRETO 01/2016

DECRETO Nº 01/2016

DESIGNA MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

Ademil Antonio da Rosa, Prefeito Municipal de Brunópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 100, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Brunópolis;

RESOLVE

Art. 1º. No exercício 2016, a Comissão Permanente de Licitações será composta pelos seguintes servidores:

CLEOMAR DE OLIVEIRA, atuando como Presidente;  
JANE FERREIRA DA SILVA, exercendo o encargo de Secretário; e  
ROSA MARIA BETIOLO, Vogal.

Art. 2º. Eventual ausência de qualquer um dos membros titulares acima indicados será suprida pela atuação do servidor ADEJAIME JOSÉ KERN, que terá as mesmas atribuições dos substituídos quando em exercício das funções.

Art. 3º - Os titulares farão jus, durante a vigência do presente Decreto, ao recebimento da gratificação prevista na Lei Complementar nº 33/2010, salvo se já recebam outra gratificação ou exerçam função de confiança.

Parágrafo único. Ao suplente, quando no efetivo desempenho da função, se aplica o disposto no caput.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 01/2015.

Brunópolis, 04 de janeiro de 2016.

Ademil Antonio da Rosa  
Prefeito Municipal

José Thieres Alves Ribeiro  
Secretário de Administração, Planejamento e Fazenda  
Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios.

### DECRETO 02/2016

DECRETO Nº 02/2016

DESIGNA PREGOEIRO

Ademil Antonio da Rosa, Prefeito Municipal de Brunópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 100, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Brunópolis;

RESOLVE

Art. 1º. No exercício 2016, a função de PREGOEIRO será exercida pelo servidor JOSÉ THIERES ALVES RIBEIRO.

Art. 2º. Eventual ausência, impedimento ou impossibilidade do PREGOEIRO será suprida pela atuação do servidor JOÃO WEBER FILHO, nomeado PREGOEIRO SUBSTITUTO.

Art. 3º. A Comissão Permanente de Licitações auxiliará o PREGOEIRO nas atividades incumbidas pelo presente Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 02/2015.

Brunópolis, 04 de janeiro de 2016.

Ademil Antonio da Rosa  
Prefeito Municipal

José Thieres Alves Ribeiro  
Secretário de Administração, Planejamento e Fazenda  
Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios.

# Brusque

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 2567/2015, DE 16 DE OUTUBRO DE 2015

PORTARIA Nº 2567/2015, de 16 de outubro de 2015.

“Prorroga prazo para apresentação de relatório final referente ao Processo de Sindicância nº 004/2015, instaurado pela Portaria nº 2125/2015 e dá outras providências.”

O SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições e da delegação prevista no art. 1º do Decreto 7.056/13, RESOLVE:

Considerando as dificuldades técnicas junto ao equipamento de informática do setor, bem como o decurso de tempo para sua regularização;

Considerando a disponibilidade / agendamento da Sala de Comissões, onde agregam-se, mediante programação, todas as demais Comissões Municipais);

Art.1º - Prorrogar pelo prazo de 60 (sessenta) dias o procedimento da Comissão Processante do Processo de Sindicância, com base no art. 208 e 210, II, da Lei Complementar 147/2009, c/c Decreto nº 7.056/2013, considerando e tendente para apurar os fatos relatados na Denúncia/Despacho datado de 17 de agosto de 2015 encaminhado através do Departamento de Recursos Humanos, onde relata que, em tese, servidor(es) público(s) municipal(is) estariam agindo em conduta que praticadas se amoldam aos dispositivos da Lei Complementar 147/2009, e possam caracterizar, em tese, afronta aos artigos 175 (Ao servidor público é proibido:), V (referir-se de modo depreciativo ou desrespeitoso às autoridades públicas, aos cidadãos ou aos atos do Poder Público, no recinto da repartição), XIII (valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública), XIX (proceder de forma desidiosa), e Art. 188 (...), I (crime contra a Administração Pública), IV (improbidade administrativa) e IX (transgressão do Art. 175, incisos XIII a XIX), que estão previstos no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais; e Art. 147 (Ameaçar alguém, por palavra, escrito ou gesto, ou qualquer outro meio simbólico, de causar-lhe mal injusto e grave) do Decreto Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 – Código Penal;

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 16 de outubro de 2015.

CRISTIANO BITTENCOURT

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

### PORTARIA Nº 2828/2015, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2015

PORTARIA Nº 2828/2015, de 23 de novembro de 2015.

“Prorroga prazo para apresentação de relatório final referente ao Processo Administrativo Disciplinar nº 013/2015, instaurado pela Portaria nº1992/2015 e dá outras providências.”

O SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições e da delegação prevista no art. 1º do Decreto 7.056/13, RESOLVE:

Considerando as dificuldades técnicas junto ao equipamento de

informática do setor, bem como o decurso de tempo para sua regularização;

Considerando a disponibilidade / agendamento da Sala de Comissões, onde agregam-se, mediante programação, todas as demais Comissões Municipais);

Art.1º - Prorrogar pelo prazo de 60 (sessenta) dias o procedimento da Comissão Processante do Processo Administrativo Disciplinar com base no art. 208 e 210, II, da Lei Complementar 147/2009, c/c Decreto nº 7.056/2013, em desfavor do servidor LUIZ DANIEL DE BARROS SANCHEZ, vinculado(a) ao regime administrativo, ocupante do cargo de Motorista de Veículos Leves, lotado(a) na Secretaria de Saúde desta Municipalidade, portador(a) do CPF nº 747.657.870-87, matrícula nº 1000041155-01, para apurar os fatos constantes da Notificação de 02/07/2015, encaminhado pela Subprocuradoria Geral do Município, bem como do despacho de 28/07/2015, exarado pelo Diretor de Recursos Humanos desta Municipalidade, tendente a apurar a autoria dos atos infracionais em desfavor do(a) servidor(a) supra-mencionado(a), bem como em verificação de que as condutas praticadas se amoldam aos dispositivos da Lei Complementar 147/2009, e possam caracterizar, em tese, afronta aos artigos 174 (São deveres do servidor), I (exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo, emprego ou função), VI (observar as normas legais e regulamentares) e VII (cumprir as ordens superiores, salvo quando manifestamente ilegais) e IX (zelar pela economia do material e a conservação do patrimônio público); e 175 (Ao servidor público é proibido), IV (opor resistência injustificada ao andamento de documento, processo ou execução de serviço) e XIX (proceder de forma desidiosa), que estão previstos no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

Art.2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de publicação, revogando-se as disposições em contrário;

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 23 de novembro de 2015.

CRISTIANO BITTENCOURT

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

# Caçador

## PREFEITURA

### 2º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 08-2014-FMAS

2º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 08-2014-FMAS, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2014, RENOVAÇÃO CONTRATUAL E CONCESSÃO DE REAJUSTE IGP-M, LOCAÇÃO DE 01 AUTOMÓVEL, PARA LOCOMOÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO ACESSO SUAS/TRABALHO CONTRATADA: AUTOVIA LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 11.517.995/0001-89, com sede na Rua Abdalla João, nº 105, sala 03, na cidade de Caçador/SC, Este aditivo fica inteiramente vinculado ao Contrato nº 08/2014, O preço certo a ajustado para a totalidade do presente contrato é de R\$ 22.390,32 (vinte e dois mil, trezentos e noventa reais e trinta e dois centavos), a serem pagos mensalmente a quantia de R\$ 1.865,86 (um mil, oitocentos e sessenta e cinco reais e oitenta e seis centavos), O prazo de vigência do presente instrumento é de 12 (doze) meses, contados de 31 de dezembro de 2015 e findando dia 31 de dezembro de 2016, As demais cláusulas constantes no contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.

### 2º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 24-2013-FMAS

2º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 24-2013-FMAS, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 32/2013 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2013, RENOVAÇÃO CONTRATUAL E CONCESSÃO DE REAJUSTE IGP-M, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE SOFTWARE DE GESTÃO DA ASSISTENCIA SOCIAL, CONTRATADA: WIIDOO TECNOLOGIA – ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente cadastrada no CNPJ sob nº 15.156.966/0001-90, com sede nesta cidade de Itajaí, SC, Este aditivo fica inteiramente vinculado ao Contrato nº 24/2013, O preço certo a ajustado para a totalidade do presente contrato é de R\$ 33.406,92 (trinta e três mil, quatrocentos e seis reais e noventa e dois centavos), As demais cláusulas constantes no contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade. Conforme segue abaixo:

ITEM	QTDE	UN	ESPECIFICAÇÃO	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
2	12	MÊS	Licença de uso mensal	1.874,90	22.498,80
3	12	MÊS	Locação do servidor virtual	397,71	4.772,52
4	60	HR	Hora técnica para suporte após o período de implantação	102,26	6.135,60
TOTAL GERAL					33.406,92

### 3º ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 30-2014-FMAS

3º ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 30-2014-FMAS, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 30/2014 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2014, CANCELAMENTO DE ITEM, AQUISIÇÃO DE PASSAGENS INTERMUNICIPAIS E INTERESTADUAIS, empresa REUNIDAS TURISMO S.A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 04.176.082/0001-80, com sede na cidade de Caçador, SC, O presente Aditivo tem por objeto o cancelamento dos itens nº 34, 35, 37, 39 e 43, da Ata de Registro de Preço nº 30/2014 que originou o presente termo aditivo, mediante solicitação e justificativa emitida pela CONTRATADA e Parecer Jurídico Favorável nº 503/2015, As demais cláusulas constantes no contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.

### 3º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 05-2014-FMAS

3º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 05-2014-FMAS, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2014 – INEXIGIBILIDADE Nº 1/2014, RENOVAÇÃO CONTRATUAL E CONCESSÃO DE REAJUSTE IGP-M, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE ABRIGAMENTO EM RÉGIME DE INTERNATO, PERMANENTE OU DEFINITIVO DE PESSOAS IDOSAS E DEFICIENTES FÍSICOS, ORIUNDOS DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR, CONTRATADA: APADEFIC – ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E AMPARO AO DEFICIENTE FÍSICO E AO IDOSO CARENTE, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 79.318.119/0001-67 com sede na Rua Miguel Holowka, nº 39, na cidade de Porto Vitória/PR, Este aditivo fica inteiramente vinculado ao Contrato nº 05/2014 e seus aditamentos, O preço certo a ajustado para a totalidade do presente contrato é de R\$ 11.792,16 (onze mil, setecentos e noventa e dois reais e dezesseis centavos), a serem pagos mensalmente a quantia de R\$ 982,68 (novecentos e oitenta e dois reais e sessenta e oito centavos), O prazo de vigência do presente instrumento é de 12 (doze) meses, contados de 31 de dezembro de 2015 e findando dia 31 de dezembro de 2016, As demais cláusulas constantes no contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.



**4º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 04-2013 – FMAS**

4º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 04-2013 – FMAS, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2013 – INEXIGIBILIDADE Nº 03/2013, RENOVAÇÃO CONTRATUAL, OPERACIONALIZAÇÃO DE PROGRAMAS DE ESTÁGIO DE ESTUDANTES, CONTRATADA: CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA DO ESTADO DE SANTA CATARINA-CIEE/SC, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 04.310.564/0001-81, com sede na Rua Antonio Dib Mussi, nº 473, Centro, na cidade de Florianópolis, SC, Este aditamento contratual fica inteiramente vinculado ao Contrato nº 04/2013 datado de 18 de fevereiro de 2013, O preço certo e ajustado para a totalidade do presente contrato é de R\$ 84.992,64 (oitenta e quatro mil, novecentos e noventa e dois reais e sessenta e quatro centavos). O prazo de vigência da presente Renovação é de 12 (doze) meses, iniciando na data de seu vencimento, ou seja, dia 31 de dezembro de 2015 e findando dia 31 de dezembro de 2016

**4º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 31-010-FUNDEMA**

4º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 04-2013 – FMAS, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2013 – INEXIGIBILIDADE Nº 03/2013, RENOVAÇÃO CONTRATUAL, OPERACIONALIZAÇÃO DE PROGRAMAS DE ESTÁGIO DE ESTUDANTES, CONTRATADA: CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA DO ESTADO DE SANTA CATARINA-CIEE/SC, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 04.310.564/0001-81, com sede na Rua Antonio Dib Mussi, nº 473, Centro, na cidade de Florianópolis, SC, Este aditamento contratual fica inteiramente vinculado ao Contrato nº 04/2013 datado de 18 de fevereiro de 2013, O preço certo e ajustado para a totalidade do presente contrato é de R\$ 84.992,64 (oitenta e quatro mil, novecentos e noventa e dois reais e sessenta e quatro centavos). O prazo de vigência da presente Renovação é de 12 (doze) meses, iniciando na data de seu vencimento, ou seja, dia 31 de dezembro de 2015 e findando dia 31 de dezembro de 2016

**5º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 24-2010-FMAS**

5º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 24-2010-FMAS, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 22/2010 – DISPENSA Nº 05/2010, RENOVAÇÃO CONTRATUAL E CONCESSÃO DE REAJUSTE IGP-M, LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA INSTALAÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS, CONTRATADA/LOCADORA: MARLENÉ KUCZER, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob nº 296.501.789-53, residente nesta cidade de Caçador/SC; Este aditivo fica inteiramente vinculado ao Contrato nº 24/2010 e seus aditamentos, O preço certo e ajustado para a totalidade do presente contrato é de R\$ 7.343,31 (sete mil, trezentos e quarenta e três reais e trinta e um centavos), O prazo de vigência do presente instrumento é de 03 (TRÊS) meses, contados de 15 de dezembro de 2015 e findando dia 15 de março de 2016, As demais cláusulas constantes no contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.

**6º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 05-2010-FUNDEMA**

6º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 05-2010-FUNDEMA, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2009 – CONCORRÊNCIA Nº 01/2009, PRORROGAÇÃO DE PRAZO E VALOR, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS CIVIS DE AMPLIAÇÃO E OPERAÇÃO DO ATERRO SANITÁRIO DO MUNICÍPIO, CONTRATADA: MEIOESTE AMBIENTAL LTDA-EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 11.201.681/0001-72, com sede na cidade de Caçador/SC, Este aditivo fica inteiramente vinculado ao Contrato nº 05/2010, O prazo de vigência da presente prorrogação é de 03 (três) meses, iniciando no dia 20 de novembro de 2015 e findando dia 20 de fevereiro de 2016. O preço certo e ajustado para a totalidade do presente contrato é de R\$ 294.000,00 (duzentos e noventa e quatro mil reais). As demais cláusulas constantes no contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 19 – 2015 – FMAS**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 19 – 2015 – FMAS, PROCESSO LICITATÓRIO 18/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2015 – FMAS, REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E MATERIAIS DE LIMPEZA DESTINADOS À CASA LAR E CASA DE PASSAGEM DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR, empresa AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 05.919.156/0001-94, com sede na cidade de Chapecó, SC, O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais

Item	Quant.	Und	Produto	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
48	150	Und	Sardinha em óleo comestível, embalagem com 125 gr	Rubi	3,33	499,50
49	200	Und	Açúcar refinado branco pacote com 5 kg	Isabela	11,64	2.328,00
50	35	Und	Amido de milho embalagem com 1 Kg	Amafil	8,40	294,00
52	200	Und	Biscoito doce sortido amanteigados com farinha de trigo enriquecido com ferro e ácido fólico gordura vegetal hidrogenada, 400g	Prodasa	6,48	1.296,00
53	250	Und	Bolacha salgada cream craker embalagem com dupla proteção apresentação quadrado sem recheio pacote com 800g	Prodasa	8,20	2.050,00
54	800	Und	Café torrado e moído tradicional tipo exportação empacotado a vácuo extra forte, sem glúten, fabricação no Máximo 30 dias, embalagem com 500 gr	Cre moso	9,70	7.760,00
57	30	Und	Farinha de mandioca torrada embalagem com 01 kg	Monsil	4,95	148,50
58	45	Und	Farinha de milho (tipo biju) embalagem com 01 kg	Ipanema	3,95	177,75

60	50	Und	Farinha de trigo especial tipo 01 pacote com 5 kg	Gadenia	10,55	527,50
62	36	Und	Fermento em pó químico embalagem com 250 gr	Monopol	5,47	196,92
66	150	Und	Margarina livre de gluten embalagem com 500 gramas	Prime	3,90	585,00
69	350	Und	Óleo de soja embalagem com 900 ml	Coamo	3,52	1.232,00
71	150	Und	Preparado para caldo com seis tabletes com 63g diversos sabores	Apti	1,90	285,00
74	200	Und	Extrato de tomate Latas de 340 gramas, 1ª Qualidade. Produto resultante da concentração da polpa de tomates maduros, sem pele, sem semente, por processo tecnológico adequado. O Extrato de Tomate deverá ser preparado com frutos maduros, escolhidos, são, sem pele e sementes. Será tolerada a adição de 1% de açúcar e de 5% de cloreto de sódio. Ingredientes: tomates selecionados, açúcar e sal.	Dajuda	3,72	275,28
75	200	Und	Milho verde Milho verde em conserva; simples; grãos inteiros; imerso em líquido; tamanho e coloração uniformes; acondicionado em lata com peso líquido 200g, com validade mínima de 16 meses a contar da data de entrega; e suas condições deverão estar de acordo com a nta -31 (decreto 12.486 de 20/10/79).	Coamo	1,87	374,00
76	200	Und	Ervilha verde em conserva; simples; inteira; imersa em líquido; tamanho e coloração uniformes; acondicionada em lata com 200g; validade mínima de 16 meses a contar da data de entrega; sendo considerado como peso líquido o produto drenado; e suas condições deverão estar de acordo com a nta -31 (decreto 12.486 de 20/10/78).	Leo	1,80	360,00
79	100	Und	Sal iodado refinado embalagem com 01 kg	Garça	1,68	168,00
82	100	Und	Vinagre, matéria-prima maçã, tipo aromático, acidez 4,20, aspecto físico líquido, aspecto visual límpido e sem depósitos, embalagem com 750ml	Chemim	2,80	280,00
83	150	Und	Filtro para café caixa com 40 unidades número 103	Brigitta	3,20	480,00
84	40	Und	Fermento biológico seco instantâneo com levedura natural (Saccharomyces cerevisiae), agente de reidratação (monoestearato de sorbitana) com 125gr	Tok	4,47	178,80
85	30	Und	Colorífico com 100 gr	Pomme	1,65	495,00
87	500	CX	Copo descartáveis produzido conforme a ABNT NDR nº 14865, 180 ml, caixa com 2.500 un.	Coposul	112,00	56.000,00
92	30	Und	Absorvente higiênico com abas pacote com 8 unidades	Absolady	3,54	106,20
93	350	Und	Água sanitária, cloro ativo com alvejante desinfetante e bactericida, embalagem com 1litro	Flex	2,70	945,00
94	100	Und	Álcool em gel embalagem de 1 litros	Flops	5,95	595,00
95	200	Und	Álcool líquido 92.8 com 1litro	Flops	5,49	1.098,00
96	300	Und	Amaciante de roupa, aspecto físico líquido viscoso, composição tensoativo não iônico, coadjuvante, alcalinizante, aplicação amaciante artigos têxteis, líquido concentrado, solúvel em água, base neutra, com 2 litros	Brilha Sul	7,55	2.265,00
99	100	Und	Bolsa de algodão alvejada para limpeza com 0,70 x 0,80cm	Gabellei	7,50	750,00
100	350	Und	Desinfetante líquido para uso geral, com ação bactericida e germicida, embalagem 2 litros	Flex	5,55	1942,50
103	400	und	Detergente líquido com 500 ml (composição: linear alquil-benzeno sulfonado, hidróxido de sódio, trietanolamina, dietanolamida de ácido graxo de coco, azeite éster sulfato de sódio, sal inorgânico, decilpoliglucosídeo (C-10-C16), alquil amido propil Betânia, 5-cloro-2-metil isothiazolin-2-one, 2-metil-4isothiazolin-3-one, corante azul ácido 90, corante amarelo alimento 4, fragrância e água.		1,98	792,00
104	200	Und	Esponja de lavar louça dupla fase com 110mm x 70mm x 20mm	Batanin	1,98	396,00
105	60	Und	Esponja lã de aço pacote com 60g	Inove	3,19	191,40
109	100	Und	Luvras de borracha forrada para limpeza tamanhos P,M,G	Danny	6,00	600,00
110	50	Und	Luvras descartáveis em látex, para procedimento, lisa com pó bioabsorvível, embalagem: caixa com 100 unidades, tamanhos P,M,G	Descarpack	23,00	1.150,00
112	350	Und	Multiuso 500ml limpeza para pisos.	Pratik	8,15	2.852,50

113	100	Und	Odorizador de ambiente, erva doce, capim limão, citros embalagem de 400ml	Descarpack	12,36	1.236,00
114	100	Und	Pano de prato (copa)	Gabellei	7,50	750,00
116	500	Und	Papel toalha branco 100% celulose, não reciclado, inter-folha duas dobras com 1.250 folhas cada pacote 21x22,5 cm.	Guipel	8,90	4.450,00
117	400	Und	Pedra sanitária germicida e bactericida desodor	Sany	2,60	1.040,00
118	12	Und	Rodo de borracha dupla com 30cm e com cabo	Desafio	12,30	147,60
119	100	Und	Sabão em barra com 400g	Guaira	4,20	420,00
121	300	Und	Sabonete em barra com 90g	Sensus	1,70	510,00
122	96	Und	Saponáceo em pó com amoníaco tubo 300g composição soda caustica, éter, sulfato, sódio, hipodorito	Pratik	4,20	403,20
124	24	Und	Vassoura de nylon com capa plástica em polipropileno e cepa plástica rosqueável V 12 cerdas longas com cabo	Desafio	11,00	264,00
127	10	Und	Cera em pasta cor amarela, lata com 400 gr	Andreia	15,50	155,00
128	40	Und	Palha de aço para assoalho, embalagem com 25 gr	Reluz	2,75	110,00
VALOR TOTAL R\$						R\$ 99.160,65

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 20-2015-FMAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 20-2015-FMAS, PROCESSO LICITATÓRIO 18/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2015 – FMAS, REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E MATERIAIS DE LIMPEZA DESTINADOS À CASA LAR E CASA DE PASSAGEM DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR, empresa SUPERMERCADOS CEREAL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 83.054.924/0001-06, com sede na cidade de Caçador, SC, O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais

Item	Quant.	Und	Produto	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
01	60	Und	Abacaxi perola - de 1ª qualidade, tamanho grande, cor e formação uniforme, com polpa intacta e firme, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte. Acondicionado em embalagem caixa apropriada	Cereal	5,24	314,40
02	120	kg	Abobrinha - tamanho regular de 1ª qualidade s/ cortes produtos frescos e com grau de maturação intermediária, deverá apresentar odor agradável, consistência firme, 1ª qualidade, sem lesões de origem, sem rachaduras, sem danos físicos e mecânicos.	Cereal	3,10	372,00
03	60	Und	Acelga in natura, espécie comum.	Cereal	3,10	186,00
04	150	Und	Alface in natura, espécie cressa.	Cereal	2,00	300,00
05	10	Kg	Alho, aspecto físico em cabeça, tipo branco.	Cereal	13,40	134,00
06	350	Kg	Banana caturra tamanho médio em processo de amadurecimento	Cereal	1,85	647,50
07	200	Kg	Batata doce-tamanho regular de 1ª qualidade roxa de primeira qualidade, sem rama, tamanho e coloração uniformes, fresca compacta e firme, sem lesões de origem rachaduras e cortes, sem danos físicos e mecânicos oriundos de manuseios e transporte.	Cereal	2,75	550,00
08	400	Kg	Batata inglesa, boa qualidade tamanho médio casca lisa.	Cereal	3,50	1.400,00
09	200	Kg	Beterraba de tamanho regular de 1ª qualidade de ótima qualidade, fresca, compacta e firme, isenta de sujidades, tamanho e coloração uniformes, devendo ser vem desenvolvida.	Cereal	3,10	620,00
10	80	Und	Brócolis in natura apresentação pé	Cereal	3,00	240,00
11	60	Und	Cabutiá tamanho regular de 1ª qualidade s/cortes produtos frescos e com grau de maturação intermediária, deverá apresentar odor agradável, consistência firme, 1ª qualidade, sem lesões de origem, sem rachaduras, sem danos físicos e mecânicos.	Cereal	4,35	261,00
12	100	kg	Cebola em cabeça branca de primeira qualidade tamanho médio.	Cereal	3,60	360,00

13	200	kg	Cenoura, legume in natura, espécie comum	Cereal	2,75	550,00
14	150	und	Couve flor, in natura, espécie comum, aplicação alimentação humana	Cereal	3,55	532,50
15	150	und	Couve in natura, espécie comum/manteiga, apresentação em maço	Cereal	2,75	412,50
16	200	kg	Laranja pêra, cor alaranjada odor agradável e doce	Cereal	2,15	430,00
17	200	und	Tempero Verde maço, tipo cebolinha e salsinha	Cereal	2,50	500,00
18	200	kg	Tomate vermelho bem formado lisos livre de defeito	Cereal	3,50	700,00
19	200	und	Rúcula in natura, espécie comum, apresentação maço	Cereal	2,40	480,00
20	100	und	Repolho verde de boa qualidade tamanho médio in natura, espécie comum	Cereal	2,50	250,00
21	200	Kg	Pêra fruta in natura, espécie nacional	Cereal	8,50	1.700,00
22	80	Kg	Pimentão legume in natura, espécie verde	Cereal	4,25	340,00
23	300	Dz	Ovos de galinha tipo 02 vermelhos grandes, fresco, casca livre de rachaduras e sujeiras	Cereal	4,70	1.410,00
24	150	kg	Melancia in natura com cor e formação uniforme, polpa intacta, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte.	Cereal	1,50	225,00
25	150	und	Morango tamanho regular de 1ª qualidade s/ cortes, sem lesões produtos frescos e com grau de maturação intermediária, deverá apresentar odor agradável, consistência firme. Embalagem bandeja	Cereal	3,80	570,00
26	200	Kg	Morgota in natura, espécie ponkan	Cereal	4,40	880,00
27	200	und	Mamão formosa tamanho regular em processo de amadurecimento e livre de defeitos.	Cereal	4,10	820,00
28	200	Kg	Mandioca sem cortes de 1ª qualidade, tubérculo deve ter o aspecto alongado, cheiro e sabor próprios, com cozimento garantido, compacto e firme, isenta de material terroso, parasitas, mofo e sem partes arroxeadas sem folhas e talos.	Cereal	4,30	860,00
29	200	Kg	Maça fuji tamanho médio casca integra sem amassados	Cereal	4,50	900,00
30	60	Und	Bacon defumado, ingredientes carne suína com gordura, apresentação manta resfriado, embalado à vácuo ,embalagem com 500g	Do valle	18,50	1.110,00
31	60	Und	Banha de porco embalagem com 01kg	Afrib	5,40	324,00
32	250	Kg	Carne bovina in natura, tipo coxão mole, cortada em bifes e resfriada, aparado e passado no amaciador	Afrib	24,50	6.125,00
33	250	Kg	Carne bovina tipo in natura filé agulha (acém)	Afrib	13,20	3.300,00
35	250	Kg	Carne de Porco com osso tipo paleta	Afrib	8,10	2.025,00
36	140	Kg	Carne moída bovina in natura de 2ª moída na hora	Afrib	15,60	2.184,00
37	150	Kg	Frango inteiro congelado em kg	Canção	6,80	1.020,00
38	300	Kg	Frango tipo coxa e sobrecoxa, sem carcaça, sem tempero, congelada	Canção	6,60	1.980,00
39	150	Und	Mortadela defumada de carne mecanizada separada de aves e suínos, embalagem 01 kg sem cubos de gordura	Frimesa	10,30	1.545,00
40	150	Kg	Ossobuco, músculo de gado com osso	Do valle	12,30	1.845,00
41	300	Kg	Peito de frango, carne in natura, origem avícola, apresentação sem tempero, sem osso, congelado.	Canção	7,90	2.370,00
42	120	Kg	Peixe in natura, espécie tilápia, apresentação filé, características adicionais congelado sem espinhos	Dipefal	24,90	2.988,00
43	120	kg	Presunto cozido sem capara de gordura, ingredientes carne suína, embalagem com 200g	Frimesa	12,10	1.452,00
44	100	Kg	Queijo, ingredientes: sal, leite e condimentos, conservação 0 a 15, tipo colonial, prazo validade 30 dias	Colonial	24,10	2.410,00

45	200	Kg	Salsicha a granel, origem carne frango, bovina e suína, tipo tradicional, ingredientes proteína de soja, amido, sal, condimentos naturais, resfriada.	Anhambi	2,90	1.380,00
46	150	Und	Crema de leite, ingredientes gordura láctea - mínimo 35, apresentação pote plástico com 300g	Tirol	2,60	390,00
47	250	Und	Leite UHT integral longa vida – embalagem tetra pak, prazo de validade até 6 meses, deverá constar o registro no Ministério da Agricultura e apresentar laudo bromatológico – Data de fabricação máximo 30 dias – caixa com 12 unidades de 1 litro cada	Terra Viva	31,32	7.830,00
51	200	Und	Arroz Tipo 01, embalagem com 5Kg	Chines	11,43	2.286,00
55	200	Und	Chá diversos sabores com 25 saquinhos	Chileno	4,40	880,00
56	100	Und	Doce de frutas cremoso sem glúten com polpa de frutas, data de fabricação no Máximo de 30 dias, embalagem com 01kg	Aurea	9,50	950,00
59	100	Und	Farinha de milho tipo 1 (fubá) embalagem com 1kg	Negamaluca	1,86	186,00
61	400	Und	Feijão, tipo 1, preto, safra 2012 maquinado, embalado em saco plástico de 1 kg	Rei da Mesa	3,75	1.500,00
63	150	Und	Leite condensado ingredientes: Leite integral, açúcar, leite em pó integral, lactose embalagem 395 g	Frimesa	3,95	592,50
64	350	Und	Macarrão tipo talharim com ovos embalagem com 1Kg	Q Delicia	5,50	1.925,00
65	100	Und	Maionese tradicional sem gordura trans sem gluten com 500g	Soya	5,00	500,00
67	40	Und	Mel puro, embalagem 500 gr	Sulmel	10,20	408,00
68	150	Und	Milho para pipoca tipo 01 pacote com 500g	Super 10	3,35	502,50
70	288	Und	Pó para gelatina sabor artificial, colorido e aromatizado artificialmente 35g	Neilar	1,13	325,44
72	400	und	Preparo solido para refresco adoçado vários sabores pacote com 35g	Nutrinho	1,00	400,00
73	80	Und	Quirera embalagem com 1 Kg	Nega Maluca	2,35	188,00
77	200	Litros	Bebida láctea leite fermentado, preparado de frutas e cereais ( água, xarope de açúcar, polpa de frutas, soro de leite em pó, aromatizantes, acidulante ácido cítrico, corante naturais e conservador sorbato de potássio), xarope de açúcar e fermentos lácteos, embalagens 900ml	Pia	3,90	780,00
78	250	Und	Refrigerante, água gasosa, xarope, laranja, limão, cola, embalagem pet 2 lt	Da Serra	4,60	1.150,00
80	360	Und	Suco concentrado natural, sabores variados, industrializado, com alto teor de polpa de frutas, 100% natural, isento de corantes, conservantes e acidulantes, embalagem atóxica, 1 litro, para diluição em água.	Zotoneli	7,00	560,00
81	36	Und	Trigo para quibe, embalagem 500 gr	Pinduca	4,00	144,00
85	30	Und	Colorífico com 100 gr	Neilar	2,00	60,00
88	30	Und	Maço de fósforo com dez caixinhas cada	Gaboardi	2,91	87,30
89	300	Und	Saco de lixo reforçado, preto 12 micra, tamanho 75X90 capacidade 100 litros reforçada pacote com 05 unid.	Resina	4,90	1.470,00
90	450	Und	Saco de lixo reforçado, preto 07 micra, 30 litros reforçada pacote com 10 unid.	Resina	4,10	1.845,00
91	450	Und	Saco de lixo reforçado, preto 10 micra, tamanho 63X80 capacidade 50 litros reforçada pacote com 10 unid.	Resina	4,35	1.957,50
97	12	Und	Balde plástico reforçado com alça de plástico capacidade 20 litros	Arqplast	11,50	138,00
98	200	Und	Barbeador descartável 2 lâminas, embalagem com 2 unidades	Bic	5,20	1.040,00
101	50	Und	Desodorante antitranspirante, aerossol, sem álcool, embalagem 100 gr, feminino	SM	15,40	77,00



102	100	Und	Desodorante antitranspirante, aerossol, sem álcool, embalagem 100 gr, masculino	SM	15,40	1.540,00
106	36	Und	Inseticida contra insetos, apresentação lata 500 ml	SBP	10,25	369,00
108	80	Und	Lâmpada, material baquelite, cor branca, tipo rosca elíptica – 27 mm, formato cilíndrico, aplicação lâmpada até 250 watts	Osram	13,85	1.108,00
111	100	Und	Limpa vidros, frasco de 500ml.	Uau	8,60	860,00
115	600	pct	Papel higiênico extra macio, picotado folha dupla, pacote com 4 rolos 60 metros.	Bob	6,25	3.750,00
120	500	Und	Sabão em pó com branqueador óptico tensoativos aniônicos, tamponantes coadjuvantes, sinergista, corantes, fragrância, água, embalado em caixa com 1kg	Ype	7,80	3.900,00
123	150	Und	Shampoo aroma agradável 500ml	Sensus	9,20	1.380,00
125	50	Und	Velas de parafina, 15 X 1,5, 200 gr, apresentação maço com 8 unid	São Francisco	3,80	190,00
126	100	Und	Sacos para freezer tamanho 34cm x 48cm	SN	6,90	690,00
VALO TOTAL R\$						R\$ 91.655,14

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 21-2015-FMAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 21-2015-FMAS, REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E UTENSÍLIOS DESTINADOS A EQUIPE TÉCNICA DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E PROTEÇÃO ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2015 – FMAS, O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais

Item	Quant	Und	Produto	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	4	Und	Cadeira de balanço em vime	Favime	R\$ 269,00	R\$ 1.076,00
3	2	Unid	Mesa redonda de escritório em MDF, na cor nogal taurin, com pé metálico na cor preta, medindo 1,20 de diâmetro x 0,75m de altura x 0,25m de espessura.	Dismacenter	R\$ 199,00	R\$ 398,00
4	2	Unid	Cadeirinha para transporte de crianças té 36kg, utilização em veículos.	Tutti Baby	R\$ 199,00	R\$ 398,00
5	4	Unid	Cadeira giratória com assento e encosto confeccionado em compensado multilaminado anatômico, encosto com acabamento em plástico na parte de trás e na parte de baixo do assento, moldado com ar quente, revestido em couro ecológico ou couro sintético na cor preta, medida: altura do assento 53cm, largura de 58cm, profundidade de 59cm, altura do encosto de 38cm, largura do encosto de 46cm, largura do assento 48cm, profundidade do assento 44cm.	Martiflex	R\$ 199,00	R\$ 796,00
Valor Total						R\$ 2.668,00

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 22-015-FMAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 22-015-FMAS, REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E UTENSÍLIOS DESTINADOS A EQUIPE TÉCNICA DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E PROTEÇÃO ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2015 – FMAS, empresa VW COMÉRCIO ATACADISTA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 10.573.408/0001-06, com sede no Distrito de Ipomeia – Barão, sala nº 02, na cidade de Rio das Antas, SC, O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

Item	Quant	Und	Produto	Marca	Valor Unitário	Valor Total
2	4	Unid	Poltronas de um lugar em couro na cor preta.	Plaxmetal	R\$ 200,00	R\$ 800,00



# Campos Novos

## PREFEITURA

### **AVISO DE CHAMADA PÚBLICA Nº1/2016.**

CHAMADA PÚBLICA Nº01/2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Chamada Pública n.º 01/2016, para aquisição de gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural conforme §1º do art.14 da Lei n.º 11.947/2009 e Resolução FNDE n.º 04/2015.

A Prefeitura Municipal Campos Novos, pessoa jurídica de direito público, com sede à rua Expedicionário J.B de Almeida, nº323, inscrita no CNPJ sob n.º82.939.232/0001-74, representada neste ato pelo Prefeito em exercício, o Senhor Jairo Luft, no uso de suas prerrogativas legais e considerando o disposto no art.14, da Lei nº 11.947/2009 e na Resolução FNDE nº 04/2015, através da Secretaria Municipal de Educação, vem realizar Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, durante o período de 10 meses. Os interessados (Grupos Formais, Informais ou Fornecedores Individuais) deverão apresentar a documentação para habilitação e Projeto de Venda no período de 18 de Janeiro de 2016, às 13.30 horas até o dia 05 de fevereiro de 2016, das 13.30 horas às 17.30 horas.

Jairo Luft.

Prefeito Municipal.

### **AVISO PP 02/2016 AQUISIÇÃO DE MAT LABORATORIAL - SAUDE**

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2016

O Fundo Municipal de Saúde de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 18/01/2016 às 14:30 horas, na sala de reuniões da Prefeitura, Pregão Presencial do Tipo Menor Preço por item, tendo como objeto AQUISIÇÃO DE MATERIAIS LABORATORIAIS PARA USO NO LABORATORIO DA UNIDADE BASICA DE SAUDE CENTRAL DO MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS DURANTE O ANO DE 2016. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site [www.camposnovos.sc.gov.br](http://www.camposnovos.sc.gov.br), ou na sede do Fundo, localizado na Rua Nereu Ramos, nº 333, no horário das 13h00min às 16h00min horas diariamente.

Campos Novos, 06 de janeiro de 2.016.

Nelson Luiz de Paula

Secretario Municipal de Saúde

# Canelinha

## PREFEITURA

### EXTRATO EDITAL 01/2016 - FHC

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL DE CANELINHA

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 01/2016

MODALIDADE: Pregão Presencial nº 01/2016

OBJETO: O presente pregão tem por objeto, à aquisição parcelada, conforme necessidade de filmes de raios-x e ultrassonografia, destinados à manutenção das atividades da Fundação Hospitalar Municipal de Canelinha, conforme itens descritos no Anexo II, parte integrante do Edital. DATA DE ABERTURA: 18 de janeiro de 2016, às 08:00 horas. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cantório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site [www.canelinha.sc.gov.br](http://www.canelinha.sc.gov.br). Canelinha/SC, 05 de janeiro de 2016. MARILITA MICHELI GONÇALVES - Diretora Administrativa

### EXTRATO EDITAL 02/2016 - FHC

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL DE CANELINHA

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 02/2016

MODALIDADE: Pregão Presencial nº 02/2016

OBJETO: O presente Pregão tem por objeto, à aquisição parcelada, conforme necessidade de oxigênio medicinal e ar comprimido, destinados à manutenção das atividades da Fundação Hospitalar Municipal de Canelinha, conforme Anexo II, parte integrante deste Edital. DATA DE ABERTURA: 18 de janeiro de 2016, às 14:00 horas. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cantório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site [www.canelinha.sc.gov.br](http://www.canelinha.sc.gov.br). Canelinha/SC, 05 de janeiro de 2016. MARILITA MICHELI GONÇALVES - Diretora Administrativa

# Canoinhas

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº. 001/2016

PORTARIA Nº. 001/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município:

#### EXONERAR A PEDIDO

Art. 1º - Fica exonerado a pedido ARGOS JOSÉ BURGARDT, comissionado no cargo de Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, a partir de 07/01/2016, junto a Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 04 de janeiro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 04/01/2016.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### PORTARIA Nº. 002/2016

PORTARIA Nº. 002/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 13, inciso II da Lei 2.305 de 03/07/1990; resolve:

#### NOMEAR PARA EXERCER CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DAR OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Art. 1º - Fica nomeado DIOGO CARLOS SEIDEL, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, a partir de 07/01/2016, junto a Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 04 de janeiro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 04/01/2016.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### PORTARIA Nº. 003/2016

PORTARIA Nº. 003/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei Municipal nº 2.830/1997; CONSIDERANDO; a necessidade das alterações; resolve:

#### ALTERAR

Art. 1º - Fica alterado o cargo do profissional LUIS GUSTAVO VIEIRA DE BRITTO, para atuar como Supervisor I, a partir de 27/01/2016, junto a Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 04 de janeiro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 04/01/2016.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### PORTARIA Nº. 1114/2015

PORTARIA Nº. 1114/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

#### CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 10 (dez) dias a JUCELLI CRISTINA MOREIRA comissionada no cargo de Assessor de Comunicação, junto ao Gabinete, referente ao período aquisitivo de 2013/2014, a desfrutar no período de 28/12/2015 a 06/01/2016, conforme requerimento.

Art. 2º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias a MARILI WYTYCK efetiva no cargo de Servente Feminino, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período aquisitivo de 2014/2015, a desfrutar no período de 04/01/2016 a 02/02/2016, conforme requerimento.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 22 de dezembro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de

Administração, Finanças e Orçamento em 22/12/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº. 1115/2015**

PORTARIA Nº. 1115/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

**CONCEDER FÉRIAS**

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias a ERICA LEITHOLD RODRIGUES, efetiva no cargo de Professor, MAG III, 40 horas semanais no CEI Vinicius de Moraes, junto à Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 2015/2016, a desfrutar no período de 25/01/2016 a 23/02/2016, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 22 de dezembro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

HAMILTON WENDT  
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 22/12/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº. 1116/2015**

PORTARIA Nº. 1116/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e o artigo 103 da Lei n.º 2.305/1990, resolve:

**CONCEDER LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES**

Art. 1º - Fica concedido licença sem vencimento para tratar de interesses particulares ao servidor JOSÉ ZATTAR FILHO, efetivo no cargo de Auxiliar Geral de Manutenção, junto à Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, pelo prazo de até 02 (dois) anos consecutivos, a partir de 04/01/2016, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 22 de dezembro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 22/12/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº. 1117/2015**

PORTARIA Nº. 1117/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

**CONCEDER FÉRIAS**

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias a MARCELA APARECIDA ALVES, efetiva no cargo de Servente Feminino, 40 horas semanais, na EBM Reinaldo Kruger, junto à Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 2014/2015, a desfrutar no período de 28/12/2015 a 26/01/2016, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 28 de dezembro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

HAMILTON WENDT  
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 28/12/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº. 1118/2015**

PORTARIA Nº 1118/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 106 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

**CONCEDER LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA**

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Licença por motivo de doença em pessoa da família ao servidor RODRIGO GUDAS, efetivo no cargo de Agente Administrativo, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, no período de 30/12/2015 a 28/01/2016, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 28 de dezembro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 28/12/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº. 1119/2015**

PORTARIA Nº. 1119/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

**CONCEDER FÉRIAS**

Art. 1º - Ficam concedidos 10 (dez) dias a CARLOS EDUARDO VIEIRA comissionado no cargo de Assessor da Juventude, junto ao Gabinete, referente ao período aquisitivo de 2013/2014, a desfrutar no período de 11/01/2016 a 20/01/2016, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 28 de dezembro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 28/12/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº. 1120/2015**

PORTARIA Nº. 1120/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

**CONCEDER FÉRIAS**

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias a CLEVERSON SEBASTIÃO BUSKO, efetivo no cargo de Motorista, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2012/2013, a desfrutar no período de 20/01/2016 a 18/02/2016, conforme requerimento.

Art. 2º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias a FERNANDO CESAR PIONHIEVICZ, efetivo no cargo de Motorista, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2013/2014, a desfrutar no período de 20/01/2016 a 18/02/2016, conforme requerimento.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 28 de dezembro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

TELMA REGINA BLEY  
Secretária Municipal de Saúde

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 28/12/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº. 1121/2015**

PORTARIA Nº. 006/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

**CONCEDER FÉRIAS**

Art. 1º - Ficam concedidos 10 (dez) dias a DIOGO CARLOS SEIDEL comissionado no cargo de Supervisor I, junto a Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, referente ao período aquisitivo de 2013/2014, a desfrutar no período de 01/02/2016 a 10/02/2016, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 29 de dezembro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 29/12/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº. 1122/2015**

PORTARIA Nº. 1122/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

**CONCEDER FÉRIAS**

Art. 1º - Ficam concedidos 20 (vinte) dias a CARMEN NOERNBERG efetiva no cargo de Agente Administrativo, junto a Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, sendo 10 dias referente ao período aquisitivo de 2013/2014 e 10 dias referente ao período aquisitivo de 2014/2015, a desfrutar no período de 11/01/2016 a 30/01/2016, conforme requerimento.

Art. 2º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias a ROSILENE SCHULKA JAREMCZUK comissionada no cargo de Supervisor II, junto a Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, referente ao período aquisitivo de 2013/2014, a desfrutar no período de 04/01/2016 a 02/02/2016, conforme requerimento.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 29 de dezembro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 29/12/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento



**PORTARIA Nº. 1123/2015**

PORTARIA Nº. 1123/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:  
CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias a ELENICE SCHPANSKI, efetiva no cargo de Servente Feminino, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2013/2014, a desfrutar no período de 01/01/2016 a 30/01/2016, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 29 de dezembro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

TELMA REGINA BLEY

Secretária Municipal de Saúde

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 29/12/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº. 1124/2015**

PORTARIA Nº. 1124/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município:  
EXONERAR

Art. 1º - Fica exonerada ROSECLEA WAGNER CAVALET, comissionada no cargo eletivo de Conselheiro Tutelar, a partir de 09/01/2016, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme requerimento.

Art. 2º - Fica exonerada DAIANE KARINE WENDT, comissionada no cargo eletivo de Conselheiro Tutelar, a partir de 09/01/2016, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme requerimento.

Art. 3º - Fica exonerado SANDRO ANTONIO DE OLIVEIRA LIMA, comissionado no cargo eletivo de Conselheiro Tutelar, a partir de 09/01/2016, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme requerimento.

Art. 4º - Fica exonerada LUCIELI SIEMS, comissionada no cargo eletivo de Conselheiro Tutelar, a partir de 09/01/2016, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme requerimento.

Art. 5º - Fica exonerada MYRYAN EDUARDA DE MIRANDA BRANDES, comissionada no cargo eletivo de Conselheiro Tutelar, a partir de 09/01/2016, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme requerimento.

Art. 6 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 29 de dezembro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 29/12/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº. 1125/2015**

PORTARIA Nº 1125/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, e do artigo 85 da Lei nº. 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER LICENÇA PARA EXERCER MANDATO ELETIVO

Art. 1º - Fica concedida Licença Para Exercer Mandato Eletivo, ao servidor ROBERTO CARLOS FERREIRA DE MORAES, efetivo no cargo de Educador Social Masculino, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de 10/01/2016, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 29 de dezembro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 29/12/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº. 1126/2015**

PORTARIA Nº 1126/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, e do artigo 85 da Lei nº. 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER LICENÇA PARA EXERCER MANDATO ELETIVO

Art. 1º - Fica concedida Licença Para Exercer Mandato Eletivo, ao servidor CÉLIO GALESKI, efetivo no cargo de Motorista, junto à Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 01/01/2016, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 29 de dezembro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

TELMA REGINA BLEY

Secretária Municipal de Saúde

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 29/12/2015.



ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº. 1127/2015**

PORTARIA Nº 1127/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da lei Orgânica do Município, a Lei 3.280 de 19/02/2001 e a Lei 3.804 de 18/03/2005; Resolve: NOMEAR PARA EXERCER CARGO ELETIVO

Art. 1º. Fica nomeada para exercício de cargo eletivo LUCIMERI SANTI, para exercer o cargo de conselheira tutelar junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de 10/01/2016, conforme comunicação interna nº 296/SEMAS/2015.

Art. 2º. Fica nomeada para exercício de cargo eletivo DAIANE KARINE WENDT, para exercer o cargo de conselheira tutelar junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de 10/01/2016, conforme comunicação interna nº 296/SEMAS/2015.

Art. 3º. Fica nomeado para exercício de cargo eletivo ROBERTO CARLOS FERREIRA DE MORAES, para exercer o cargo de conselheira tutelar junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de 10/01/2016, conforme comunicação interna nº 296/SEMAS/2015.

Art. 4º. Fica nomeada para exercício de cargo eletivo ROSECLÉA WAGNER CAVALET, para exercer o cargo de conselheira tutelar junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de 10/01/2016, conforme comunicação interna nº 296/SEMAS/2015.

Art. 5º. Fica nomeada para exercício de cargo eletivo MYRIAN EDUARDA DE MIRANDA BRANDES, para exercer o cargo de conselheira tutelar junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de 10/01/2016, conforme comunicação interna nº 296/SEMAS/2015.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 29 de dezembro de 2015.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 29/12/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº. 1128/2015**

PORTARIA Nº. 1128/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve: CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 15 (quinze) dias de férias a MARILENE TEREZINHA PAULO ARTNER, efetiva no cargo de Datilógrafo, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2013/2014, a desfrutar no período de 04/01/2016 a 18/01/2016, conforme requerimento.

Art. 2º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias a ANA PAULA DA CUNHA, efetiva no cargo de Técnico em Enfermagem, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2012/2013, a desfrutar no período de 14/01/2016 a 12/02/2016, conforme requerimento.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 29 de dezembro de 2015.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

TELMA REGINA BLEY  
Secretária Municipal de Saúde

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 29/12/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PUBLICAÇÃO DA ANULAÇÃO DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº PMC 11/2015**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 243/2015  
CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 11/2015  
AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO

O Prefeito do Município de Canoinhas, no uso de suas atribuições legais, torna pública a anulação do CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº11/2015, que tem por objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS RELATIVOS AO TRANSPORTE DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO NUM PERÍODO DE 205 DIAS LETIVOS NO ANO DE 2016, PODENDO SER PRORROGADO POR IGUAIS E SUCESSIVOS PERÍODOS, POR NO MÁXIMO 60 MESES. Motivo: Contrato 01/2012 prorrogado até 31/12/2016. Assim, conforme autoriza o art. 49 da lei 8.666/93, fica a licitação ANULADA.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

**PUBLICAÇÃO DA ANULAÇÃO DA TOMADA DE PREÇO Nº PMC 43/2015**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 244/2015  
TOMADA DE PREÇOS N.º 43/2015  
AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO

O Prefeito do Município de Canoinhas, no uso de suas atribuições legais, torna pública a anulação do TOMADA DE PREÇOS N.º 43/2014, que tem por objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS À EDIFICAÇÃO DE 14 ABRIGOS PARA PASSAGEIROS EM DIVERSOS LOCAIS NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, COM O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA. Motivo: Adequações do projeto. Assim, conforme autoriza o art. 49 da lei 8.666/93, fica a licitação ANULADA.

Wilson Pereira  
Prefeito e. e.

**PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO Nº FMS 29/2015 (PRESENCIAL)**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/15

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 42/15

HOMOLOGAÇÃO: 05/01/16

CONTRATADO: SESI - SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE DROGARIA/FARMÁCIA, LOCALIZADO(A) NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS PARA O FORNECIMENTO PARCELADO DE MEDICAMENTOS CONSTANTES NA REVISTA DA ABCFARMA (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO COMÉRCIO FARMACÊUTICO) PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE NO ANO DE 2016.

VALOR DA DESPESA: R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) DATA: 05/01/16 - WILSON PEREIRA - Prefeito E.e..

**PUBLICAÇÃO DE CONVOCAÇÃO DE LEILOEIROS CREDENCIADOS PARA SORTEIO 1/2016**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CONVOCAÇÃO DE LEILOEIROS CREDENCIADOS PARA SORTEIO

A Prefeitura do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, CNPJ 83.102.380/0001-80, torna público para conhecimento dos interessados que está convocando os leiloeiros credenciados através do edital de Chamada Pública n.º 11/2013 a participarem do sorteio para escolha do Leiloeiro que conduzirá Leilão Público para venda de veículos, caminhões e máquinas inservíveis, mediante autorização Legislativa constante na Lei Municipal n.ºs 5.736/2015. O sorteio será público e será realizado às 10h30min do dia 22/01/2016, na Sala de Licitações da Prefeitura de Canoinhas, sito à rua Felipe Schmidt, 10, Centro, nesta cidade de Canoinhas-SC, com ou sem a presença dos Leiloeiros convocados. Informações pelo e-mail: licitação@pmc.sc.gov.br. ou fone (47) 3621 7705.

WILSON PEREIRA

Prefeito e. e.

**PUBLICAÇÃO DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº PMC 19/2014**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 199/2014

CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º PMC 19/2014

REEQUILÍBRIO ECONÔMICO DE VÁRIOS ITENS DO REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS, DESTINADOS ÀS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, SECRETARIAS E FUNDOS MUNICIPAIS, PELO PERÍODO DE 12 MESES.

O Município de Canoinhas/SC, inscrito no CNPJ sob n.º 83.102.384/0001-80, com sede a Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, através de seu Prefeito, torna público os valores reequilibrados dos seguintes itens, da empresa Rei das Embalagens. O reequilíbrio foi solicitado pelo fornecedor. A documentação para o cálculo do reequilíbrio encontra-se apenas ao Processo, disponível aos interessados.

Item	Produto	Preço Registrado	Preço Atualizado
1	açúcar	R\$ 1,56	R\$ 1,72
3	leite longa vida integral	R\$ 1,90	R\$ 2,39
5	leite longa vida sem lactose	R\$ 3,28	R\$ 3,52
26	floco de milho pré cozido	R\$ 1,29	R\$ 1,35
35	gelatina kg	R\$ 4,76	R\$ 5,15
37	pó para pudim morango	R\$ 5,44	R\$ 5,90
38	pó para pudim chocolate	R\$ 5,81	R\$ 6,30
39	pó para pudim baunilha	R\$ 5,49	R\$ 5,95
40	pó para pudim coco	R\$ 5,35	R\$ 5,80
41	pó para pudim sem leite	R\$ 0,55	R\$ 0,58
42	pó para pudim sem leite diet, s/ açúcar	R\$ 1,14	R\$ 1,22
51	creme de leite 200g	R\$ 1,16	R\$ 1,26
52	leite condensado 395g	R\$ 2,34	R\$ 2,56
53	doce de frutas kg	R\$ 4,15	R\$ 4,83
55	goiabada	R\$ 4,08	R\$ 6,21
60	extrato de tomate 850g	R\$ 3,85	R\$ 4,84
62	ervilha conserva 200g	R\$ 1,08	R\$ 1,12
63	milho verde lata 200g	R\$ 1,08	R\$ 1,12
83	óleo de soja	R\$ 2,59	R\$ 2,99

84	atum ralado ou pedaços 170g	R\$ 3,33	R\$ 4,95
86	sardinha óleo 125g	R\$ 1,96	R\$ 2,18
90	biscoito salgado integral kg	R\$ 4,71	R\$ 5,09
91	biscoito cream cracker kg	R\$ 4,71	R\$ 5,09
92	biscoito tipo maisena kg	R\$ 4,11	R\$ 4,72
93	rosquinha sabor coco kg	R\$ 4,38	R\$ 4,74
104	macarrão parafuso kg	R\$ 2,52	R\$ 2,68
105	macarrão tipo gravata kg	R\$ 4,07	R\$ 4,23
108	macarrão integral penne ou gravata kg	R\$ 2,99	R\$ 3,18
109	macarrão com ovos tipo aletria, ninho ou cabelo de anjo	R\$ 3,47	R\$ 3,87
110	macarrão com ovos tipo letrinhas kg	R\$ 2,52	R\$ 2,68
112	fermento em pó química 250 g	R\$ 2,36	R\$ 2,61
119	suco pronto com polpa de frutas 200 ml	R\$ 0,95	R\$ 1,12
171	café 500 gramas	R\$ 4,59	R\$ 4,89
182	macarrão c/ ovos tipo espaguete kg	R\$ 2,52	R\$ 2,68

Wilson Pereira  
Prefeito e. e.

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO Nº FMS 29/2015 (PRESENCIAL)

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS  
Quadro Comparativo de Pregos (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 42/2015  
Licitação.....: 29/2015 - PR  
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL  
Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE DROGARIA/FARMÁCIA, LOCALIZADO(A) NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS PARA O FORNECIMENTO PARCELADO DE MEDICAMENTOS CONSTANTES NA REVISTA DA ABCFARMA (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO COMÉRCIO FARMACEÚTICO) PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE NO ANO DE 2016.

Processo Administrativo: 1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Total dos Itens Vencedores: 200.000,00

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Prego Unitário	Prego Total	Situação	Classificação
Item.....: 1	- 887	- AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS - Unidade: UN						
13102	SESI - SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA		1,000	0,0000	200.000,0000	200.000,00	Venceu	0

Canoinhas, Em .....		Pregoeiro(a)
PAULO CESAR SAFANELLI - .....		SUPLENTE
ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHECK - .....		EQUIPE DE APOIO
MARCIANO FERNANDES CORREA - .....		EQUIPE DE APOIO - SUPLENTE
CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS - .....		28.754/SC
DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO - .....		CRC/SC 031639/O-0
JOSE CARLOS HERBST - .....		

# Capinzal

## PREFEITURA

### EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA 001/2016

EDITAL Nº 001, DE 05 DE JANEIRO DE 2016

Estabelece normas para a chamada pública destinada a prover vagas temporárias de excepcional interesse público na Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente e da Infraestrutura

Prefeito do Município de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e fundamentado no disposto na Lei nº 2.178, de 23 de setembro de 1999 e 3.149, de 30 de outubro de 2014,

Considerando a necessidade temporária de excepcional interesse público na Secretarias da Agricultura e Meio Ambiente e de Infraestrutura;

Considerando o esgotamento das listas de aprovados no processo seletivo originado pelo Edital 029/2014,

Torna público os procedimentos para a chamada pública destinada ao provimento de vagas temporárias para o ano de 2016 para os cargos constantes do inciso 1.2 deste edital.

#### 1. DA DATA E DAS VAGAS

0.1 A Chamada Pública realizar-se-á no dia 08 de janeiro de 2016 (sexta - feira), das 11h às 12h, na Diretoria de Recursos Humanos, sito à Rua Carmelo Zocoli, 155, Centro, no Centro Administrativo Municipal.

#### 1.2

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA		
Operador de Máquina Pesada	40h	R\$ 1.457,20

SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		
Operador de Máquina Leve	40h	R\$ 1.203,78

#### 2. DOS PROCEDIMENTOS

2.1 Os candidatos interessados deverão dirigir-se ao local indicado no item 1.1 deste Edital, munidos de cópia dos seguintes documentos:

2.1.1 Para o cargo de Operador de Máquina Pesada

- a) RG, CPF;
- b) Carteira Nacional de Habilitação, com categoria "C", no mínimo,
- c) Certidão de tempo de serviço, ou cópia da Carteira de Trabalho, comprovando tempo de serviço como Operador de Máquina Pesada.

2.1.2 Para o cargo de Operador de Máquina Leve

- a) RG, CPF;
- b) Carteira Nacional de Habilitação, com categoria "C", no mínimo,
- c) Certidão de tempo de serviço, comprovando a atuação como Operador de Máquina Leve

#### 3. CLASSIFICAÇÃO

3.1 Havendo dois ou mais candidatos para a mesma vaga, o desempate dar-se-á pelo maior tempo de serviço comprovado em documentos e, persistindo a igualdade, precederá o de maior idade.

Capinzal, em 05 de janeiro de 2016.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

**PMC CREDENCIAMENTO 0001/2016****EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2016**

O Secretário de Administração e Finanças, de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com o artigo 25 da Lei nº 8.666/93, e alterações posteriores, torna público a quem possa interessar que se encontra aberto edital de credenciamento de empresas para prestação de serviços de veiculação de publicidade compreendendo atos, programas educativos e campanhas institucionais do Poder Executivo do Município de Capinzal, até 31 de dezembro de 2016, os documentos serão recebidos a partir do dia 11/01/2016, em horário de expediente, FICANDO EM ABERTO ATÉ 31/12/2016, conforme condições a seguir:

**I - OBJETO**

Credenciamento de empresas para prestação de serviços de veiculação de publicidade compreendendo atos, programas educativos e campanhas institucionais do Poder Executivo do Município de Capinzal, até 31 de dezembro de 2016.

O presente edital fica permanentemente aberto para novas adesões.

**ENTREGA DE DOCUMENTOS:** Os documentos serão recebidos a partir do dia 11/01/2016, em horário de expediente, FICANDO EM ABERTO ATÉ 31/12/2016.

**INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:** Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.

No sítio: [www.capinzal.sc.gov.br](http://www.capinzal.sc.gov.br)

**HORÁRIO:** Das 13:30 às 17:30 horas.

**TELEFONE** No (0\_\_49)3555-8700, **FAX** No 3555-8744

Capinzal, 06 de janeiro de 2016.

**FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO**

Secretario de Administração e Finanças

**EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2016**

O Secretário de Administração e Finanças, de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com o artigo 25 da Lei nº 8.666/93, e alterações posteriores, torna público a quem possa interessar que se encontra aberto edital de credenciamento de empresas para prestação de serviços de veiculação de publicidade compreendendo atos, programas educativos e campanhas institucionais do Poder Executivo do Município de Capinzal, até 31 de dezembro de 2016, os documentos serão recebidos a partir do dia 11/01/2016, em horário de expediente, FICANDO EM ABERTO ATÉ 31/12/2016, conforme condições a seguir:

**I - OBJETO**

Credenciamento de empresas para prestação de serviços de veiculação de publicidade compreendendo atos, programas educativos e campanhas institucionais do Poder Executivo do Município de Capinzal, até 31 de dezembro de 2016, conforme segue:

**ITEM 01**

Contratação de empresas jornalísticas, categoria JORNAL LOCAL – empresas credenciadas à Associação dos Jornais do Interior de Santa Catarina (ADJORI), com comprovação de efetiva circulação no Município de Capinzal para publicação de mídia institucional nos seguintes parâmetros de remuneração:

PERIODICIDADE	SEMANAL
Página	R\$ em cm/col
Capa	21,06
Contracapa	17,05
Página Indeterminada em preto e branco	12,41
Página Indeterminada colorida	14,56

**ITEM 02**

Contratação de empresas de radiodifusão em amplitude modulada, categoria RÁDIO AM LOCAL E REGIONAL – credenciadas à Associação Catarinense de Emissoras de Rádio e Televisão (ACAERT), para veiculação de inserções institucionais diárias na faixa horária compreendida das 07:00h às 19:00h nos seguintes parâmetros de remuneração:

INSERÇÕES	15"	30"	45"	60"
Valor (R\$)	17,74	23,63	32,78	41,57

**OBSERVAÇÕES IMPORTANTES:**

1. Será de inteira responsabilidade do Município de Capinzal, através da Diretoria de Comunicação Social, a criação, produção e fornecimento de todas as peças e textos publicitários para veiculação nos veículos de comunicação contratados.
2. Para as emissoras de rádio contratadas, o material (textos) será fornecido pela Diretoria de Comunicação Social para gravação, com até doze (12) horas de antecedência a sua veiculação, devendo estes ser gravados com o locutor padrão da emissora.
3. As empresas jornalísticas contratadas deverão informar previamente à formalização do termo contratual, data e horário de fechamento das edições para orientar a entrega das peças publicitárias pela Diretoria de Comunicação Social.

1) LOCAL DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS: Centro Adm. Prefeito Silvio Santos

2) CONDIÇÃO DE PAGAMENTO: mensal

3) PERÍODO: da assinatura do contrato à 31/12/2016

4) PRAZO DE ENTREGA: após a assinatura do contrato

5) PRAZO DE RETIRA DOS SERVIÇOS: 31/12/2016

6) VALIDADE DA PROPOSTA: 60 dias



**II – DOCUMENTOS EXIGIDOS**

- a) Os documentos a seguir descritos deverão ser apresentados na Diretoria de Imprensa, Rua Carmelo Zocolli, 155, centro de Capinzal, Santa Catarina, CEP: 89.665.000.
- b) Documentos a serem apresentados:
- 1) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
  - 2) Certidão Conjunta Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
  - 3) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Estaduais;
  - 4) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Municipais, relativa ao Município da sede do licitante;
  - 5) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais, instituídos por Lei (CND ou CPD-EN do INSS);
  - 6) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF do FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais, instituídos por Lei;
  - 7) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.
- 8) Certidão Negativa de Falência e Concordata, expedida por distribuidor da sede do licitante;
- 9) Declaração de que a empresa licitante cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal ("proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;"), em observância à Lei Federal n. 9.854, de 27.10.99, que altera a Lei n. 8.666/93;
- 10) Certificado de registro no cadastro de fornecedores da Prefeitura Municipal de Capinzal;
- 11) Declaração que prestará os serviços conforme valores fixados neste edital, para o(s) item(s)....(mencionar os itens que pretende executar).

**III – AUTENTICAÇÃO:**

Todos os documentos deverão ser apresentados em originais, cópias autenticadas ou em cópias autenticadas por funcionário responsável pelo Cadastro de Fornecedores da Prefeitura de Capinzal, desde que sejam apresentados os originais, ou em órgão da imprensa oficial, inclusive os documentos cuja sua validade estiver vinculada a consulta na Internet. Nos casos em que não constar data de validade nas certidões, serão considerados 60 (Sessenta dias), contados desde a data de sua emissão.

**IV - DA HABILITAÇÃO**

- a) Os Documentos serão recebidos pela comissão de permanente de licitação, em um envelope fechado, contendo em sua parte externa frontal a seguinte inscrição: AO MUNICÍPIO DE CAPINZAL.

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2016

ENVELOPE DE DOCUMENTOS.

PROPONENTE: (NOME COMPLETO).

- 1) Serão considerados habilitados e credenciados, todos aqueles que apresentarem os documentos exigidos neste Edital, e, será fornecido o Termo de Credenciamento, conforme a minuta do Termo de credenciamento. (anexo I)

**V - DOS PREÇOS E FORMA DE PAGAMENTO**

- 1) Os serviços serão remunerados mensalmente, conforme os valores acima identificados.
- 2) os pagamentos correrão pela seguinte dotação orçamentária:

Conta	Reduzido	Fonte
3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas	07	0 - Manutenção dos serviços gerais da administração.

**VI - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- a) O Município de Capinzal reserva-se o direito de rejeitar os serviços que não atenderem ao que dispõe este edital, bem como, anulá-lo ou revogá-lo, por interesse público ou outra na forma da lei, sem que caiba direito a qualquer indenização aos proponente(s).
- b) Será desclassificado o proponente que não for o responsável direto pelos serviços a serem prestados.
- c) A empresa credenciada estará sujeita, por falhas, irregularidades ou pelo não cumprimento dos prazos estipulados, as seguintes penalidades:

- a) Multa de 0,5% do valor adjudicado, por dia de atraso.

- b) Advertência por escrito.

- c) Suspensão do direito de licitar com a Administração Municipal, pelo prazo de dois (02) anos, observadas as disposições legais.

- d) Declaração de inidoneidade para licitar na administração Municipal, publicada no Diário Oficial, observados os pressupostos legais vigentes.

**OBSERVAÇÃO:**

As penalidades poderão ser aplicadas simultânea, combinadas ou separadamente.

**VII) ESCLARECIMENTOS E ADITAMENTOS:**

- a) As informações complementares que se fizerem necessárias referentes ao Edital serão prestadas pela Comissão Permanente de Licitação, na Prefeitura Municipal de Capinzal, sito a Rua Carmelo Zocolli, 155, de Segunda a Sexta-feira, no horário de expediente, onde será fornecido cópia do mesmo.

- c) Esclarecimento de dúvidas sobre os documentos, serão atendidos mediante solicitação por escrito e encaminhada a Comissão de Licitações através de protocolo onde serão respondidas as questões consideradas pertinentes.

- d) Não serão levadas em consideração pela Comissão de Licitações, qualquer consulta, pleito ou reclamação, que não tenha sido formulada por escrito e devidamente protocoladas; em hipótese alguma serão aceitos entendimento verbais entre as partes.

- e) O presente edital fica permanentemente aberto para novas adesões.

ENTREGA DE DOCUMENTOS: Os documentos serão recebidos a partir do dia 11/01/2016, em horário de expediente, FICANDO EM ABERTO ATÉ 31/12/2016.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, Diretoria de Imprensa, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.

No sítio: [www.capinzal.sc.gov.br](http://www.capinzal.sc.gov.br)  
HORÁRIO: Das 13:30 às 17:30 horas.  
TELEFONE Nº (0\_\_49) 3555-8700/3555-8746 FAX Nº 3555-8744  
Capinzal, 06 de janeiro de 2016.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO  
Secretario de Administração e Finanças

ANEXO I  
(MINUTA DO TERMO DE CREDENCIAMENTO)

O Município de Capinzal credencia, nos termos do artigo 25 da Lei 8.333/93, com suas alterações posteriores, a empresa: \_\_\_\_\_, Pessoa Jurídica com inscrição no CNPJ nº \_\_\_\_\_, situada na \_\_\_\_\_ telefone \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, e-mail: \_\_\_\_\_ com objetivo de prestar os serviços a seguir descritos:

ITEM 01 ...

ITEM 02 ...

1) Os serviços serão remunerados mensalmente, conforme os valores acima identificados.

2) Os pagamentos correrão pela seguinte dotação orçamentária:

Conta	Reduzido	Fonte
3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas	07	0 - Manutenção dos serviços gerais da administração.

Assume as condições do presente Termo de Credenciamento, compromissando-se a:

1. Prestar os serviços acima descritos nas dependências.
2. Prestar contas à Secretaria de Administração e Finanças do Município de Capinzal, de todos os serviços efetuados.
3. Na execução das atividades objeto deste Termo de Credenciamento, assegurar aos beneficiários, os mesmos padrões técnicos dispensados aos demais usuários (clientes).
4. Encaminhar a Secretaria de Administração e Finanças, até o 10º (décimo) dia do mês subsequente da prestação dos serviços, prestação de contas, com relatório dos serviços executados, para conferência, aceitação e esclarecimento de possíveis dúvidas.
5. Não delegar ou transferir no todo ou em parte os serviços objeto deste Termo de credenciamento.
6. Apresentar, sempre que solicitado pela Secretaria de Administração e Finanças do Município de Capinzal, documentação necessária para a manutenção do credenciamento.
7. Cumprir com o devido zelo e sob as penas legais, os compromissos assumidos pelo presente Termo de Credenciamento.

Ainda, fica ciente que:

- a) Os valores pagos são fixos até o final do prazo de validade deste termo de Credenciamento.
  - b) que os valores a serem pagos pelos serviços prestados, serão depositados/creditados/transferidos, na conta da credenciada.
  - c) O Município de Capinzal, não se responsabilizará pelo pagamento de serviços prestados de forma diversa ao estabelecido neste Termo de Credenciamento;
  - d) O presente Credenciamento poderá ser rescindido pelo Credenciado ou revogado pelo Município de Capinzal, mediante notificação por escrito com antecedência de 30 (trinta) dias;
  - e) É competente ao Município de Capinzal, resolver os casos omissos, e fica eleito o Foro da comarca de Capinzal, Santa Catarina, para dirimir as questões relativas ao presente Termo;
- f) Faz parte integrante deste Termo o Edital nº 001/2016;
- g) O presente Termo de Credenciamento é VALIDO ATÉ dia 31/12/2016;

Capinzal, (SC) \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO  
Secretario de Administração e Finanças

TERMO DE RECEBIMENTO

Declaramos ter recebido no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, a íntegra do Edital de Credenciamento Nº 001/2016, bem como seus anexos.

EMPRESA: \_\_\_\_\_

REPRESENTANTE: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_ CI: \_\_\_\_\_

EMAIL: \_\_\_\_\_

TELEFONE: \_\_\_\_\_

CARIMBO E ASSINATURA

**PORTARIA 009/2016**

PORTARIA Nº 009, DE 04 DE JANEIRO DE 2016

Designa servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica designado o servidor Orlando Tholl, matrícula nº 410021/01, ocupante do cargo de provimento em comissão de Secretário interino da Saúde, nível CC - 5, conforme o Anexo IV – E, da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para responder interinamente como Secretário da Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 04 de janeiro de 2016

Capinzal – SC, em 04 de janeiro de 2016

ANDEVIR ISGANZELA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

**TERMO DE CONVOCAÇÃO EDITAL 029/2014**

TERMO DE CONVOCAÇÃO

PROCESSO SELETIVO EDITAL 029/2014

Nome: MARIA EDUARDA DA ROSA ULANOSKI CARVALHO

Cargo: MÉDICO

O MUNICÍPIO DE CAPINZAL, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Carmelo Zocolli, 155, inscrito no CNPJ sob nº 82.939.406/0001-07, representado neste ato, pela Diretora de Recursos Humanos da Secretaria da Administração e Finanças, Sra. Ticiane Paula Hachmann de Lacerda da Gama, residente à Linha Pellizzaro, nesta cidade, vem respeitosamente, perante Vossa Senhoria, CONVOCA-LO(A) para assumir a vaga na qual encontra-se classificado(a).

Conforme disposto no item 14.5 do Processo Seletivo originado pelo Edital nº 029/2014 o (a) mesmo(a) deverá apresentar na Diretoria de Recursos Humanos num prazo de até 05 (cinco) dias, a partir do recebimento deste, cópia dos documentos constantes do anexo I do Edital 029/2014.

O não-cumprimento dos requisitos estabelecidos nesta convocação em prazo hábil impede a contratação do candidato, passando o mesmo a ocupar o último lugar na lista dos classificados.

Ticiane Paula H. de L. da Gama

Diretora de Recursos Humanos

**TERMO DE CONVOCAÇÃO EDITAL 029/2014**

TERMO DE CONVOCAÇÃO

PROCESSO SELETIVO EDITAL 029/2014

Nome: LORENI LOPES DUARTE

Cargo: TÉCNICO EM ENFERMAGEM

O MUNICÍPIO DE CAPINZAL, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Carmelo Zocolli, 155, inscrito no CNPJ sob nº 82.939.406/0001-07, representado neste ato, pela Diretora de Recursos Humanos da Secretaria da Administração e Finanças, Sra. Ticiane Paula Hachmann de Lacerda da Gama, residente à Linha Pellizzaro, nesta cidade, vem respeitosamente, perante Vossa Senhoria, CONVOCA-LO(A) para assumir a vaga na qual encontra-se classificado(a).

Conforme disposto no item 14.5 do Processo Seletivo originado pelo Edital nº 029/2014 o (a) mesmo(a) deverá apresentar na Diretoria de Recursos Humanos num prazo de até 05 (cinco) dias, a partir do recebimento deste, cópia dos documentos constantes do anexo I do Edital 029/2014.

O não-cumprimento dos requisitos estabelecidos nesta convocação em prazo hábil impede a contratação do candidato, passando o mesmo a ocupar o último lugar na lista dos classificados.

Ticiane Paula H. de L. da Gama

Diretora de Recursos Humanos

# Catanduvas

## PREFEITURA

### AVISO DE EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 0001/2016

Aviso de Edital

Edital de Chamamento nº 0001/2016

Objeto: EDITAL DE CHAMAMENTO DE INTERESSADOS PARA RENOVACÃO OU INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE FORNECEDORES DO MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 05 de janeiro de 2016, no endereço <http://www.catanduvas.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvas – SC.

Informações: maiores informações, assim como cópia do Edital, poderão ser obtidas no site: [www.catanduvas.sc.gov.br](http://www.catanduvas.sc.gov.br) e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvas – SC, das 13h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-1144, Ramal 229.

Catanduvas – SC, 05 de janeiro de 2016.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

### DECRETO Nº 2.125 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2015

DECRETO Nº 2.125, de 28 de dezembro de 2015.

“ESTABELECE JORNADA ESPECIAL DE TRABALHO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas/SC, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso VIII do art. 103, da Lei Orgânica Municipal, e demais disposições legais,

CONSIDERANDO as atuais dificuldades financeiras enfrentadas em todos os âmbitos da Administração Pública;

CONSIDERANDO a necessidade de adoção de medidas de contenção de despesas públicas, visando o equilíbrio orçamentário financeiro,

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecida jornada especial de trabalho, em turno único das 13h00min às 19h00min, no âmbito da Secretaria Municipal de Infraestrutura, sem prejuízo da manutenção das atividades públicas essenciais e as situações de emergência.

Parágrafo único. A jornada de trabalho de que trata este artigo iniciar-se-á na data de 1º de janeiro de 2016, e terá duração por prazo indeterminado.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 2.110, de 28 de outubro de 2015.

Catanduvas (SC), 28 de dezembro de 2015.

Gisa Aparecida Giacomini

Prefeita

Registrado e publicado nesta data.

### DECRETO Nº 2.126 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015

DECRETO nº 2.126, de 30 de dezembro de 2015.

“ESTABELECE TURNO ÚNICO DE TRABALHO NAS ATIVIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita do Município de Catanduvas-SC, no uso das atribuições legais que lhe confere os incisos II e VIII do art. 103 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído TURNO ÚNICO DE TRABALHO nas atividades desenvolvidas no prédio da Prefeitura Municipal, das 13h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira.

Parágrafo único. O Turno Único de Trabalho de que trata o caput tem início em 1º de janeiro de 2016 e se estenderá até 31 de dezembro de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas/SC, 30 de dezembro de 2015.

Gisa Aparecida Giacomini

Prefeita

Registrado e publicado nesta data.

### LEI Nº 2.523/2015, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015

LEI Nº 2.523, de 30 de dezembro de 2015.

“AUTORIZA FIRMAR CONVÊNIO COM O MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO CAPS I – CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL TIPO I, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita do Município de Catanduvas/SC, no uso de suas atribuições que a Lei lhe confere, faz saber a todos os habitantes do município que o Legislativo aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com o Município de Água Doce (SC), através do Fundo Municipal de Saúde, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 82.939.398/0001-90, com sede na Prefeitura Municipal, sito na Praça João Macagnan, 322, Centro, Água Doce(SC), objetivando a prestação de serviços do CAPS I – Centro de Atenção Psicossocial Tipo I, para tratamento e recuperação de pacientes em sofrimento psíquico e dependentes químicos, da população do Município de Catanduvas(SC).

Art. 2º O convênio tem por objeto a prestação de serviços pelo Município de Água Doce(SC), de atendimento ambulatorial em saúde mental, por equipe multiprofissional, com ênfase no tratamento de adultos a partir dos 18 anos em sofrimento psiquiátrico, dependência química por alcoolismo/drogas e depressão grave, usuários do SUS – Sistema Único de Saúde e encaminhados para atendimento na modalidade de Centro de Atenção Psicossocial – CAPS I, e resritro à população do Município de Catanduvas(SC).

Art. 3º Caberá ao Município de Água Doce a estruturação do CAPS

I, com equipe multiprofissional composto por no mínimo 1 médico, 1 psiquiatra, 1 psicólogo, 1 assistente social, 1 enfermeiro, 1 terapeuta ocupacional, 1 técnico de enfermagem, 1 cozeiro, 1 agente de limpeza, 1 técnico administrativo, e 1 coordenador, aptos a realizar o atendimento na seguinte sistemática: Realização de entrevista de acolhimento dos pacientes e familiares; Elaboração e execução do Plano Terapêutico de cada paciente; Avaliação da necessidade do tratamento, de acompanhamento, intensivo, semi-intensivo e não intensivo; Orientação ao paciente e os familiares sobre a doença e sobre o seu funcionamento; Realização de grupos operativos, terapêuticos, oficinas com os pacientes e seus familiares; Realização de estudo de caso sobre pacientes em tratamento de forma integral por profissionais do serviço; Realização de visitas domiciliares aos pacientes que as necessitarem; Atendimento à família; Realização de atividades comunitárias; Realização e manutenção do cadastro dos pacientes que utilizam medicamentos especiais; Supervisão e capacitação das equipes de atenção básica, serviços e programas de saúde mental; Registro sistemático de todos os procedimentos feitos aos usuários em prontuário próprio; Reuniões de equipe; Atualizações e capacitações da equipe; Realização de atividades de ensino, pesquisa e extensão para escolares; Elaboração de normas e procedimentos, com a participação do Conveniente; Realização de assembleias de organização do serviço com pacientes, equipes, familiares, representante e Coordenação da Saúde Mental da Secretaria Municipal da Saúde.

§ 1º É de responsabilidade exclusiva e integral da Conveniada, a utilização de pessoal para a execução do objeto do convênio a ser firmado, incluindo encargos e direitos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais, comerciais, decorrentes e resultantes de vínculos trabalhistas e empregatícios, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para o Conveniente.

§ 2º O atendimento pelo Programa CAPS I deverá constituir-se em serviços ambulatoriais de atenção diária, que funcione segundo a lógica do espaço territorial abrangido, não podendo ser realizado em ambiente hospitalar.

§ 3º Sem prejuízo de acompanhamento, fiscalização e das normas determinadas pela legislação municipal sobre a execução do objeto deste contrato, tanto o Conveniente quanto o Conveniado, reconhecem a prerrogativa de controle e a autoridade normativa genérica da direção nacional do SUS - Sistema Único de Saúde, decorrentes da Lei Orgânica da Saúde.

Art. 4º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar o repasse da importância de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) mensais para a Conveniada, como pagamento dos serviços prestados no atendimento dos pacientes do município de Catanduvas(SC), dentro do Programa CAPS I – Centro de Atenção Psicossocial Tipo I.

§ 1º O repasse dos recursos será efetuado a partir do mês de março, inclusive, até o mês de dezembro de 2016, período em que vigorará o Contrato, podendo ser prorrogado por interesse das partes.

§ 2º Em caso de prorrogação, esta se fará mediante termo aditivo, por iguais e sucessivos períodos, sendo limitado o período total a sessenta (60) meses.

Art. 5º A presente medida está dispensada de licitação pública, em conformidade com o disposto na Lei 8.666 e alterações.

Art. 6º As despesas decorrentes do cumprimento da presente Lei, correrão à conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas/SC, 30 de dezembro de 2015.  
Gisa Aparecida Giacomini

Prefeita

Registrada e publicada nesta data.

## **LEI Nº 2.524/2015, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015**

LEI Nº 2.524, de 30 de dezembro de 2015.

“AUTORIZA CELEBRAR CONVÊNIO COM A APAE DE CATANDUVAS(SC), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

GISA APARECIDA GIACOMINI, Prefeita do Município de Catanduvas/SC, no uso de suas atribuições que a Lei lhe confere, faz saber a todos os habitantes do município que o Legislativo aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênio com vistas a proporcionar apoio financeiro com a APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CATANDUVAS(SC), entidade sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob nº 02.228.940/0001-68, com sede na Rua da Liberdade, s/nº, Centro, nesta cidade de Catanduvas-SC.

Parágrafo único. O convênio tem por objeto o repasse de doze (12) parcelas mensais, iguais e sucessivas de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) cada, para os meses de janeiro a dezembro de 2016.

Art. 2º O apoio financeiro de que trata a presente Lei, será destinado ao suporte de despesas de manutenção e custeio da entidade beneficiária.

Art. 3º A APAE deverá depositar o valor do repasse em conta bancária específica, e prestar contas, na forma da legislação vigente, no prazo de sessenta (60) dias a partir da data de liberação de cada parcela.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão à conta de dotações próprias do Orçamento vigente do Município.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas/SC, 30 de dezembro de 2015.  
Gisa Aparecida Giacomini  
Prefeita

Registrada e publicada nesta data.

## **LEI Nº 2.525/2015, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015**

LEI Nº 2.525, de 30 de dezembro de 2015.

“AUTORIZA CELEBRAR CONVÊNIO COM A AIDEC – ASSOCIAÇÃO DE INCENTIVO E DESENVOLVIMENTO RURAL DE CATANDUVAS(SC), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

GISA APARECIDA GIACOMINI, Prefeita do Município de Catanduvas/SC, no uso de suas atribuições que a Lei lhe confere, faz saber a todos os habitantes do município que o Legislativo aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênio com a AIDEC – Associação de Incentivo e Desenvolvimento Rural de Catanduvas(SC), pessoa jurídica de direito privado,



inscrita no CNPJ sob nº 06.112.554/0001-67, com sede na Rua Felipe Schmidt, 1.435, Centro, nesta cidade de Catanduvas-SC, com vistas a disponibilizar recursos financeiros na ordem de R\$ 4.600,00 (quatro mil e seiscentos reais), destinados ao desenvolvimento e manutenção das atividades da associação.

Parágrafo único. O valor será repassado em parcela única, e deverá ser depositado em conta bancária específica da Entidade, devendo esta prestar contas dos recursos repassados no prazo máximo de sessenta (60) dias após o recebimento dos recursos.

Art. 2º A presente medida é dispensada de licitação pública, em conformidade com o disposto na Lei 8.666 e suas alterações.

Art. 3º O prazo da vigência do convênio a ser firmado será de doze (12) meses, correspondendo o período compreendido em 1º de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Art. 4º Tal medida é do interesse público municipal, porquanto a Entidade Conveniada, no cumprimento de suas finalidades estatutárias, presta serviços para todos os agricultores rurais do município de Catanduvas-SC.

Art. 5º As despesas decorrentes do cumprimento da presente Lei, correrão à conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas/SC, 30 de dezembro de 2015.

Gisa Aparecida Giacomini  
Prefeita

Registrada e publicada nesta data.



# Caxambu do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO 04/2016

DECRETO N. 004/2016

"DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e, em conformidade com o Inciso XXV, do artigo 71, da Lei Orgânica do Município;

#### DECRETA:

Art. 1º . Fica exonerada a Servidora Pública Municipal, Senhorita MARINA CAVALLI, brasileira, solteira, portadora da Cédula de Identidade RG sob n. 4.559.332-9 e, inscrito no CPF/MF sob n. 063.257.239-61, ocupante do cargo de CHEFE DO SETOR , com lotação junto à Secretaria Municipal de Saúde do Município de Caxambu do Sul.

Art. 2º . Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º . Revogam-se às disposições em contrário.

Caxambu do Sul/SC, 05 de Janeiro de 2016

Registre-se e Publique-se

VILMAR FOPPA  
Prefeito Municipal

### EXTRATO CONTRATO 01/2016

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	01/2016
Contratante.:	MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL
Contratado.:	CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA)
Objeto .....	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO SENDO: DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA - DOM/SC; GESTÃO TRIBUTÁRIA - GESTÃO DO SIMPLES NACIONAL; GESTÃO TRIBUTÁRIA - REGISTRO MERCANTIL INTEGRADO - REGIN. Contratada: CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA.
Valor .....	R\$ 7.770,00 (sete mil setecentos e setenta reais).
Vigência .....	Início : 04/01/2016 Término : 31/12/2016.
CAXAMBU DO SUL, 04 de Janeiro de 2016.	
VILMAR FOPPA	

PREFEITO MUNICIPAL

### EXTRATO CONTRATO 02/2016

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	02/2016
Contratante.:	MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL
Contratado.:	IGE INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS LTDA
Objeto .....	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO E ASSESSORIA TÉCNICA DE SISTEMAS - ADMINISTRAÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS AOS MUNÍCEPES.
Valor .....	R\$ 4.440,00 (quatro mil quatrocentos e quarenta reais).
Vigência .....	Início : 04/01/2016 Término : 31/12/2016.
CAXAMBU DO SUL, 04 de Janeiro de 2016.	
VILMAR FOPPA	
PREFEITO MUNICIPAL	

### EXTRATO CONTRATO 03/2016

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	03/2016
Contratante.:	MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL
Contratado.:	T.O.S. OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA.
Objeto .....	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES E COMPACTÁVEIS (LIXO URBANO) GERADOS DENTRO DOS LIMITES DO MUNICÍPIO, NO PERÍMETRO URBANO, E NAS SEDES DAS LOCALIDADES DE LINHA ENGENHO VELHO E DOM JOSÉ NO MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL-SC, BEM COMO O LIXO HOSPITALAR PRODUZIDO PELAS UNIDADES DE SAÚDE, CONSULTÓRIOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS.
Valor .....	R\$ 257.747,52 (duzentos e cinquenta e sete mil setecentos e quarenta e sete reais e cinquenta e dois centavos)
Vigência .....	Início : 05/01/2016 Término : 31/12/2016.
CAXAMBU DO SUL, 05 de Janeiro de 2016.	
VILMAR FOPPA	
PREFEITO MUNICIPAL	

# Celso Ramos

## PREFEITURA

**EDITAIS: 01 E 09/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS/SC

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL 1/2016

PROCESSO: 1/2016

A Prefeitura Municipal de Celso Ramos, torna público que encontra-se aberto o Edital de PREGÃO PRESENCIAL, 1/2016, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando a: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL (GASOLINA COMUM, ÓLEO DIESEL COMUM E ÓLEO DIESEL S10) E ÓLEO LUBRIFICANTE CONFORME PORTARIA ANP n.º 129 de 30/07/99, COM FORNECIMENTO CONTÍNUO E FRACIONADO, CONFORME DEMANDA, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA FROTA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES OFICIAIS, VEÍCULOS DO TRANSPORTE ESCOLAR E MAQUINÁRIOS PESADOS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE CELSO RAMOS, BEM COMO AOS AUTOMÓVEIS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS. Entrega da documentação e proposta até as 14 horas do dia 18/01/2016, na SALA DE LICITAÇÕES.

Informações pelo fone 49-3547-1211 – setor de Licitações.

Celso Ramos, 06 de janeiro, 2016.

INES TEREZINHA PEGORARO SCHONS – PREFEITA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS/SC

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL 2/2016

PROCESSO: 2/2016

A Prefeitura Municipal de Celso Ramos, torna público que encontra-se aberto o Edital de PREGÃO PRESENCIAL, 2/2016, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando a: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EFETUAR A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BORRACHARIA E LAVAÇÃO DE ESCAVADEIRA HIDRAULICA/ROLO COMPACTADOR CONFORME DEMANDA, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA FROTA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES OFICIAIS, VEÍCULOS DO TRANSPORTE ESCOLAR E MAQUINÁRIOS PESADOS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE CELSO RAMOS, ASSIM COMO OS AUTOMÓVEIS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

Trata-se de licitação EXCLUSIVA para participação de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Empreendedores Individuais, conforme permite e obriga o inciso I do art. 48 da Lei nº 123/06.

Entrega da documentação e proposta até as 16 horas do dia 18/01/2016, na SALA DE LICITAÇÕES.

Informações pelo fone 49-3547-1211 – setor de Licitações.

Celso Ramos, 06 de janeiro, 2016.

INES TEREZINHA PEGORARO SCHONS – PREFEITA MUNICIPAL

**114/2015**

Página: 1/1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS**  
Relação dos Contratos

Seq. Contrato	Nr. Contrato/Aditivo	Assinatura	Vencimento	Proc/Ano	Outra Entidade	Valor do Contrato	Data Cancel.	Tipo	Fornecedor
265	114/2015	23/12/2015	31/12/2015	73/2015	Não	299.547,19			RODRIGUES & DA SILVA LTDA - EPP
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA IRREGULAR DE BASALTO COM DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DE TRECHO DA RUA OTAVIO DE MATTIA, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONTANTES DO TERMO DE REFERÊNCIA DESCRITO NOS ANEXOS DESTE EDITAL, CONFORME CONVÊNIO COM A CAIXA, SOB NÚMERO: 1018486-51/2014, DO MINISTÉRIO DO TURISMO.									
<b>Total: 1</b>									

# Chapadão do Lageado

## PREFEITURA

### INSCRITOS CONCURSO PÚBLICO EDITAL 01/2015

ROL DOS INSCRITOS

INSCRIÇÕES DEFERIDAS NUTRICIONISTA

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	RG	Data Nasc
1	241438	Camila Silva Oliveira	5231529	04/12/1990
2	265629	KetlynChristyn Ramos Hennich	4203030	04/07/1986
3	259304	MariliceBoneth	58201065	14/10/1973
4	254475	Shirlei Cristine Schultz	3123422	14/10/1976

### FONOAUDIÓLOGO

Nenhum candidato inscrito neste cargo. ENGENHEIRO AGRÔNOMO

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	RG	Data Nasc
1	242017	Carlos Alexandre Bolsoni	1334239	07/03/1965
2	261776	DalcioneiPazzin	2086121353	01/03/1987
3	246354	Jose Junior Souza	5279098	10/06/1991
4	268481	Katia Fernanda Dias Rodrigues	432242260	27/02/1988
5	265581	Kleber Adriano Ribeiro	55161836	08/03/1971
6	262318	Natanael Dos Santos Steinhauer	5155740	06/04/1991
7	255413	Newton Gama Netto	44497806	21/08/1988
8	267994	Ricardo Bilk	5142509	13/04/1991
9	251412	Walmir Vieira Wolff Junior	3783824	17/06/1981

### ENGENHEIRO CIVIL

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	RG	Data Nasc
1	265230	Edson Luiz Fronza	396001	16/05/1956
2	266667	JaisonInacio	4011711	16/06/1984
3	264461	Juliano Grah	5279954	18/11/1993
4	238885	Leandro Gross	40118657	25/01/1988

### TÉCNICO EM ENFERMAGEM

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	RG	Data Nasc
1	259082	Allan Junior Ferreira	43790496	06/05/1991
2	241077	Fernanda Rengel	04366875394	29/04/1989
3	248575	Jhon Lucas Silva De Oliveira	4371809	26/12/1994
4	264157	Karina Mendes	5354601	20/11/1995

### MÉDICO 20H

Nenhum candidato inscrito neste cargo. MÉDICO 40H

Nenhum candidato inscrito neste cargo. Chapadão do Lageado, 06 de janeiro de 2016.

### INSCRITOS EMPREGO PÚBLICO EDITAL 02/2015

ROL DOS INSCRITOS

INSCRIÇÕES DEFERIDAS ENFERMEIRO PADRÃO DO ESF

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	RG	Data Nasc
-----	---------	-----------	----	-----------

1	248049	Daiana Caide Lopes	45737088	09/12/1986
2	245809	Djonatan Cesar Correa	3533385	05/04/1984
3	256050	Gabriela Helena Cabral De Souza	6151762	03/06/1993
4	267969	GilvanaJastrombek	4071490	26/03/1983
5	247076	Julia Sebold	4573539	18/12/1985

Chapadão do Lageado, 06 de janeiro de 2016.

## INSCRITOS PROCESSO SELETIVO EDITAL 01/2015/SMECE

ROL DOS INSCRITOS

INSCRIÇÕES DEFERIDAS PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	RG	Data Nasc
1	259755	Adriane Wambomel	6257070	12/11/1993
2	256202	Andreia Doerner Sens	4724957	28/12/1985
3	248728	Andressa OtiliaManrich	5670143	05/04/1992
4	258189	Beatriz KarnoskiJasper	3674166	26/10/1976
5	257854	Camila Momm Chiquio	5142657	22/12/1994
6	247857	Catiane Aparecida Zappelini	4011758	11/10/1981
7	258351	Claudia Lopes Sypriani	3833271	30/07/1984
8	268354	Daniela Da Cruz	5081198	19/02/1994
9	257520	Deiseane Dos Santos	5670608	12/01/1993
10	259006	Denise Machado Klettenberg	4011444	01/03/1982
11	265133	Denise Pereira	50096885	03/12/1988
12	243892	Djessica Manrich	5670145	16/07/1994
13	266031	Edineia De Souza Bittencourt	4236131	11/02/1977
14	267647	Elisandra Sebold	5670778	18/11/1990
15	258391	Eloiza Da Silva Bettoly	5142831	07/06/1990
16	258362	Evilanea De Oliveira	4390872	14/08/1984
17	260576	Fernanda Cristina Medeiros	47247711	01/10/1987
18	259048	Franciele De Barros	3966044	23/08/1981
19	253976	Jaqueline Lehmkuhl Hasse	5009786	09/01/1989
20	257529	Jaqueline Maria Steinbach	4573854	17/08/1986
21	253797	Karina Kerschbaum	6257890	18/06/1996
22	265151	Katiana De Souza	4403493	24/06/1991
23	263195	Keli Regina Rengel	53544242	15/06/1992
24	240529	Kelli Schiestl	4317253	20/02/1984
25	243357	Kesia Silvia Demetrio	5670707	10/09/1997
26	259186	Lais Cristine Pereira Machado	5670731	04/02/1997
27	253994	Luana Franz De Oliveira	4725876	06/04/1989
28	242971	Luciana Espindola Bittencourt	4390432	07/03/1985
29	239238	Luciane Ventura	3163165	14/03/1976
30	262571	Luciani Da Silva Adamek	6937585	19/10/1988
31	252321	Maria Luiza Goedert Jeremias	22554297	26/04/1970
32	258166	Marinelma Raymundo	36742872	02/07/1983
33	265206	Mary Silvia Kersbaum Medeiros	35339535	29/07/1980
34	254945	Monique Rafaela Eduardo	5670794	06/12/1993
35	259235	Nara LigiaVieira Da Silva	5354296	11/12/1986
36	259140	Patricia Machado Hinckel	4932155	11/02/1988
37	249469	Patricia Marcirio	5142653	24/08/1991
38	257308	Patricia Pereira	50096710	27/04/1993
39	251151	Polyana Renata Weber	3741719	21/07/1990
40	266664	Rafaela Guimaraes	5279913	19/06/1992
41	239711	Renata Portes Dos Santos	51424282	07/01/1992

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	RG	Data Nasc
42	259162	Rita De Cassia Pereira	3890917	04/04/1974
43	244140	RosenildaHobus	3693417	22/07/1982
44	239502	Sabrina Cabral	45752966	20/02/1991
45	251350	Taine Rode Schröder	5670442	30/08/1993

## PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	RG	Data Nasc
1	242468	Adriana Nienkotter De Freyn	3161077	15/04/1979
2	259756	Adriane Wambomel	6257070	12/11/1993
3	252339	Aldo Jeremias	2121809	27/08/1967
4	248729	Andressa OtiliaManrich	5670143	05/04/1992
5	249214	Angelica Silveira Sypriany Pereira	5748985	07/07/1992
6	258190	Beatriz KarnoskiJasper	3674166	26/10/1976
7	257855	Camila Momm Chiquio	5142657	22/12/1994
8	258352	Claudia Lopes Sypriani	3833271	30/07/1984
9	264323	Claudinei Da Silveira	2259908	07/05/1975
10	268355	Daniela Da Cruz	5081198	19/02/1994
11	257521	Deiseane Dos Santos	5670608	12/01/1993
12	259007	Denise Machado Klettenberg	4011444	01/03/1982
13	265134	Denise Pereira	50096885	03/12/1988
14	243893	DjessicaManrich	5670145	16/07/1994
15	261771	Edineia De Souza Bittencourt	4236131	11/02/1977
16	267648	Elisandra Sebold	5670778	18/11/1990
17	258392	Eloiza Da Silva Bettoly	5142831	07/06/1990
18	258363	Evilanea De Oliveira	4390872	14/08/1984
19	260577	Fernanda Cristina Medeiros	47247711	01/10/1987
20	259049	Franciele De Barros	3966044	23/08/1981
21	257530	Jaqueline Maria Steinbach	4573854	17/08/1986
22	238675	Juliete Amaral	51428369	26/07/1989
23	240530	KelliSchiestl	4317253	20/02/1984
24	259187	Lais Cristine Pereira Machado	5670731	04/02/1997
25	242972	Luciana Espindola Bittencourt	4390432	07/03/1985
26	239239	Luciane Ventura	3163165	14/03/1976
27	253350	MarcianeLuckmann Franca	1032485	30/03/1967
28	258167	Marinelma Raymundo	36742872	02/07/1983
29	265207	Mary Silvia Kersbaum Medeiros	35339535	29/07/1980
30	254946	Monique Rafaela Eduardo	5670794	06/12/1993
31	259236	Nara LigiaVieira Da Silva	5354296	11/12/1986
32	249470	PatriciaMarcirio	5142653	24/08/1991
33	251152	Polyana Renata Weber	3741719	21/07/1990
34	266665	Rafaela Guimaraes	5279913	19/06/1992
35	259163	Rita De Cassia Pereira	3890917	04/04/1974
36	244141	RosenildaHobus	3693417	22/07/1982
37	239503	Sabrina Cabral	45752966	20/02/1991
38	251351	Taine Rode Schröder	5670442	30/08/1993

## PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS - GEOGRAFIA

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	RG	Data Nasc
1	259141	Patricia Machado Hinckel	4932155	11/02/1988

## PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS – MATEMÁTICA



Seq	Nº INSC	CANDIDATO	RG	Data Nasc
1	267984	Guilherme Pereira	5670810	18/08/1995
2	260311	Janderson Machado	5471963	18/05/1994
3	258712	Nayara Schneider	5670760	08/03/1994

## PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS E ANOS FINAIS - INGLÊS

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	RG	Data Nasc
1	260897	Djenifer Liana Xavier	6050718	10/03/1995
2	253977	Jaqueline Lehmkuhl Hasse	5009786	09/01/1989
3	266694	Juliana Maria Longen	37416073	20/07/1978
4	253995	Luana Franz De Oliveira	4725876	06/04/1989

## PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS E ANOS FINAIS - ARTES

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	RG	Data Nasc
1	249213	Angelica Silveira Sypriany Pereira	5748985	07/07/1992
2	258274	Debora Grach	5670444	10/03/1995
3	248552	Maira Weiss	4932829	24/06/1995
4	253349	MarcianeLuckmann Franca	1032485	30/03/1967
5	254244	Simone Cordeiro Dos Santos	4011946	07/04/1983

## PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS E ANOS FINAIS – EDUCAÇÃO FÍSICA

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	RG	Data Nasc
1	265953	Alisson Borges Dos Santos	5670467	20/07/1994
2	262528	Carina Sypriani	5473800	31/08/1987
3	242187	Deivid Dioni Monteiro	4573880	17/04/1992
4	246650	Hugo Filipe Klaumann	3512795	12/08/1985
5	249016	Milene Ramos	4052393	23/11/1977
6	244525	Samara Cabral	5142561	15/07/1996
7	242633	Vanessa De Souza	3674771	14/08/1982

## PROFESSOR DE INFORMÁTICA

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	RG	Data Nasc
1	260310	Janderson Machado	5471963	18/05/1994
2	268178	Jean Fabricio Paul	4932532	30/09/1993

## PROFESSOR DE LIBRAS

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	RG	Data Nasc
1	256203	Andreia Doerner Sens	4724957	28/12/1985
2	238674	Juliete Amaral	51428369	26/07/1989
3	260318	Neuza Sebold De Ameida	2253770	20/10/1967
4	257309	Patricia Pereira	50096710	27/04/1993

## PROFESSOR DE ENSINO RELIGIOSO

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	RG	Data Nasc
1	262527	Carina Sypriani	5473800	31/08/1987
2	264322	Claudinei Da Silveira	2259908	07/05/1975
3	258273	Debora Grach	5670444	10/03/1995
4	262239	Douglas Rafael Stupp	5987062	10/07/1989
5	268002	Guilherme Pereira	5670810	18/08/1995
6	243358	Kesia Silvia Demetrio	5670707	10/09/1997
7	239712	Renata Portes Dos Santos	51424282	07/01/1992

8	257608	Rodrigo Reis Silveira	4486020	16/06/1991
9	244524	Samara Cabral	5142561	15/07/1996
10	253192	Tatiani Becker	52795020	08/01/1989

## SEGUNDO PROFESSOR

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	RG	Data Nasc
1	252340	Aldo Jeremias	2121809	27/08/1967
2	240926	Carolina Becker	6856258	11/07/1998
3	262715	Luciani Da Silva Adamek	6937585	19/10/1988
4	248553	Maira Weiss	4932829	24/06/1995
5	252322	Maria Luiza Goedert Jeremias	22554297	26/04/1970
6	260319	Neuza Sebold De Ameida	2253770	20/10/1967

## ORIENTADOR SOCIAL

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	RG	Data Nasc
1	248573	Alexsandra Inacio	5670917	09/03/1996
2	265954	Alisson Borges Dos Santos	5670467	20/07/1994
3	240927	Carolina Becker	6856258	11/07/1998
4	247858	Catiane Aparecida Zappellini	4011758	11/10/1981
5	262240	Douglas Rafael Stupp	5987062	10/07/1989
6	251983	Elis Regina Da Rosa	4320644	07/05/1983
7	252128	Elisete De Oliveira Klettenberg	3674570	22/07/1975
8	260178	Fernanda Franz	5279854	10/01/1989
9	241402	JuceliHerdBilk	31616240	21/10/1980
10	253798	Karina Kerschbaum	6257890	18/06/1996
11	265152	Katiana de Souza	4403493	24/06/1991
12	267555	Kruisten Passig	5877552	31/05/1996
13	267397	Leonardo Martins	6682934	09/12/1995
14	258926	Lucimara Da Silva De Oliveira	24759350	12/03/1969
15	267736	Natalia Anacleto	6730978	01/12/1997
16	258713	Nayara Schneider	5670760	08/03/1994
17	241377	Raquel Francisco	3674760	18/11/1979
18	245145	Rubens Momm	5670618	21/11/1994
19	252967	Schalana De Oliveira Klettenberg	5670745	27/08/1997
20	253193	Tatiani Becker	52795020	08/01/1989
21	260285	Taynara Gabriela Damann	6050686	14/01/1998
22	262957	Vera Lucia Bittencourt	3833263	31/08/1980

## PSICÓLOGO

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	RG	Data Nasc
1	242941	Ana Paula Klaumann	4745834	25/05/1993
2	244454	Bianca Caroline Stein	52799565	17/07/1992
3	251984	Elis Regina Da Rosa	4320644	07/05/1983
4	249638	Tamara Furlan Capelin	4100109836	04/09/1993

Chapadão do Lageado, 06 de janeiro de 2016.

**CÂMARA MUNICIPAL****ATA DA SESSÃO DE ELEIÇÃO DA MESA DIRETORA PARA O ANO DE 2016 - 22-12-2015**

ATA DA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA, DO SEGUNDO PERÍODO LEGISLATIVO, DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA, DA QUINTA LEGISLATURA. Aos 22 (vinte e dois) dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quinze (2.015), às 19h00min, na sala das sessões da Câmara Municipal, realizou-se a presente sessão ordinária presidida pelo Vereador Nibar da Silva e secretariado pelos vereadores Cleusa Francisco Schneider e André Sebold respectivamente 1º e 2º Secretários. A Presidência após verificar o livro de presença e havendo número legal, em nome da Lei e invocando a proteção divina declarou abertos os trabalhos da presente sessão. Feita a leitura da ata sessão anterior, foi colocada em votação sendo aprovada por unanimidade. LEITURA DAS CORRESPONDÊNCIAS: Relatório de atividades da UCAVI, executadas no ano de 2015. HORA DO EXPEDIENTE DOS SENHORES VEREADORES. INDICAÇÕES: Não Houve. REQUERIMENTOS: Não Houve. REABERTOS OS TRABALHOS: ORDEM DO DIA: Não Houve. Não havendo projetos para deliberação, em cumprimento as leis internas dessa Casa Legislativa a Presidência procedeu com a Chamada Nominal dos Senhores Vereadores e estando todos presentes havendo quórum de maioria absoluta dos membros da Câmara declarou abertos os trabalhos de Eleição da Mesa Diretora para o ano e exercício de 2016. Em seguida solicitou aos candidatos previamente escolhidos para fazerem seus registros junto a Mesa, assim sendo suspendeu a sessão por alguns minutos para confeccionar as cédulas de votação. REABERTOS OS TRABALHOS: Após convidar um representante de cada bancada partidária para vistoriarem a urna estando rubricada e preparadas as cédulas com o nome dos candidatos nos respectivos cargos, registrada a candidatura de chapa 01 (um) composta da seguinte forma: Presidente: André Sebold, Vice – Presidente: Alcides Francisco Montibeller, 1.º (primeiro) Secretário: Amilton Carlos Westphal, 2.º (segunda) Secretária: Cleusa Francisco Schneider e chapa 02 (dois) composta da seguinte forma: Presidente: Marcos Aurélio Jasper, Vice – Presidente: Marcelo Leandro Marquez, 1.º (primeiro) Secretário: Maurício de Andrade, 2.º (segundo) Secretário: Ivan Carlos Pereira. Na sequência deu-se início ao processo de votação onde os Vereadores após assinarem a folha de votação exerceram o direito do voto, assim sendo a Presidência passou os trabalhos ao Vice que na qual o convidou para também exercer o direito do voto. Assumindo novamente os trabalhos tendo terminada a votação de todos os Vereadores a Presidência convidou um representante de cada bloco parlamentar para acompanharem a apuração dos votos, sendo assim terminada a contagem dos votos a Presidência declarou vencedora a Chapa de nº01 com Maioria absoluta de 05 (cinco) votos contra 04 (quatro) votos da chapa nº02, declarando empossados os Vereadores eleitos em seus respectivos cargos para a Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Chapadão do Lageado em 2016: Presidente: André Sebold, Vice – Presidente: Alcides Francisco Montibeller, 1.º (primeiro) Secretário: Amilton Carlos Westphal, 2.º (segunda) Secretária: Cleusa Francisco Schneider. HORA DAS EXPLICAÇÕES PESSOAIS DOS SENHORES VEREADORES: Por ordem dos inscritos fizeram o uso da Tribuna os Vereadores: Maurício de Andrade, Ivan Carlos Pereira, André Sebold e Nibar da Silva. Todos os discursos, Procedimento de Eleição da Mesa Diretora de 2016, intervenções e demais comentários encontram-se gravados na sua devida íntegra, em CD – Compact Disc, parte integrante desta Ata, nos arquivos da Câmara Municipal. NÃO HAVENDO MAIS NENHUM ASSUNTO A SER TRATADO, A PRESIDÊNCIA EM NOME DA LEI E INVOCANDO A PROTEÇÃO DIVINA, declarou encerrados os trabalhos da presente sessão, de encerramento da 3.º (terceira) sessão legislativa da quinta legislatura. Do que para constar, é lavrada a presente ata após lida e achada conforme, vai devidamente assinada:

# Chapecó

## PREFEITURA

### DECRETO Nº. 31.912, DE 05 DE JANEIRO DE 2016.

DECRETO Nº. 31.912, DE 05 DE JANEIRO DE 2016.

Dispõe sobre a nomeação dos Membros dos Conselhos Tutelares do município de Chapecó – Santa Catarina e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó e mais o que estabelece a Lei 8.069 de 13 de julho de 1990 e a Lei nº 6.296 de 19 de julho de 2012 e suas alterações posteriores,

DECRETA :

Art. 1º Ficam nomeados, a partir de 10 de janeiro de 2016, os Conselheiros Tutelares a seguir relacionados, conforme processo de escolha, objeto do Edital CMDCA 001/2015, para comporem os Conselhos Tutelares das regiões Norte e Sul do município de Chapecó, com mandato de 04 (quatro) anos:

I - Conselho Tutelar da Região Norte:

a) TITULARES:

- 1 - DILCE ROSA DIOTO;
- 2 - CÁSSIA ROBERTA GEHLEN;
- 3 - ELIANA OLGA MORO ESPINDOLA;
- 4 - SANDRA SIMONE RANNO;
- 5 - ELIANE MARIA APARECIDA DE FAVERI WERLANF.

II - Conselho Tutelar da Região Sul:

a) TITULARES:

- 1 - LAURITA CANOVA;
- 2 - MARIA ELIZABETE LOPES;
- 3 - FABIANE DE CONTO MAGRIN;
- 4 - LUCILEI LONGO BARRO;
- 5 - MARINEZ MARTINS DA SILVA.

III - Conselheiros Tutelares Suplentes:

- a) MARLOIVA DE FÁTIMA GOULART;
- b) IVÂNIA MARIA HERMES;
- c) TÂNIA REGINA ROSA;
- d) LARISSA MUNIZ PINTO CORREA;
- e) TAIS CRISTINA DA SILVA;
- f) IDETE VITCOSKI ZIMMER;
- g) MARIA DE LOURDES SOLDI;
- h) LILIAN KELIN MARTA FÁVERO;
- i) PAULO AUGUSTO GALÃO;
- j) IRLENE TEREZINHA WURZIUS;
- k) ISALETE CONSOLADORA DOS SANTOS;
- l) PROTÁSIO FELICIANO DOS SANTOS;
- m) MARINA NOEMIA ALBERTI BALDISSERA;
- n) SANDRA LUCIA PERETTO;
- o) ROSIMAR DE FÁTIMA FERREIRA;
- p) CRISTIANE SANTANA DOS SANTOS;
- q) JUCILENE LUCATELLI.

Art. 2º Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados recursos orçamentários próprios.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial dos Decretos nº. 24.542, de 17 de agosto de 2011 e nº. 27.141, de 03 de janeiro de 2013.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,

em 05 de janeiro de 2016.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2016

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2016

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber:

I. Ficam CONVOCADOS, para tomar posse, nos respectivos cargos, junto a Gerência de Gestão de Pessoal da Prefeitura Municipal de Chapecó, sito à Avenida Getúlio Vargas nº 957-S, os candidatos abaixo, conforme se especifica a seguir:

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO CONCURSO Nº 001/2015

##### CARGO: AUXILIAR DE ENFERMAGEM

Nº CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME
49º	8195	ELIANA DA SILVA
50º	5894	MARIA SOLECI REIS
51º	7711	NERI JOÃO KUHN
52º	1073	PATRICIA PACASSO
53º	2473	MIRIAN SANSIGOLO
54º	1108	MARCIA SALETE DAL ALBA
55º	4889	RENI DA ROSA GETELINA
56º	578	VIVIANE SCORTEGAGNA STACKE
57º	3451	DIANA PATRICIA BARANZELLI
58º	5301	MARINES MARIA RITTER

##### CARGO: MEDICO DERMATOLOGISTA

Nº CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME
01º	1215	DIEGO LEONARDO BET
02º	622	ELISA GRANDO

##### CARGO: MEDICO UROLOGISTA

Nº CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME
01º	1789	JULIANO FERNEDA
02º	3294	MARCELO ZENI

II. Em caso de não comparecimento do candidato convocado no prazo de 30 (tinta) dias a contar da data de publicação deste edital, este perderá o direito a posse;

III. A posse, o exercício e o estágio probatório, dar-se-ão nas condições da legislação específica;

IV. Este edital de convocação entrará em vigor na data de sua publicação.

V. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Chapecó, em 05 de janeiro de 2016

LUCIANO JOSE BULIGON

Prefeito Municipal

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 002/2016**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 002/2016

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber:

I. Ficam CONVOCADOS, para tomar posse, nos respectivos cargos, junto a Gerência de Gestão de Pessoal da Prefeitura Municipal de Chapecó, sito à Avenida Getúlio Vargas nº 957-S, os candidatos abaixo, conforme se especifica a seguir:

EDITAL DE CONVOCAÇÃO CONCURSO Nº 001/2014		
CARGO: AUXILIAR DE CONSULTORIO DENTARIO		
Nº CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME
09º	549	MIRIAN FICAGNA RODRIGUES

II. Em caso de não comparecimento do candidato convocado no prazo de 30 (tinta) dias a contar da data de publicação deste edital, este perderá o direito a posse;

III. A posse, o exercício e o estágio probatório, dar-se-ão nas condições da legislação específica;

IV. Este edital de convocação entrará em vigor na data de sua publicação.

V. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Chapecó, em 05 de janeiro de 2016

LUCIANO JOSE BULIGON

Prefeito Municipal

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 003/2016**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 003/2016

O Prefeito de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber:

I. Ficam CONVOCADOS, para tomar posse, para contratação sob regime celetista, nos respectivos cargos e áreas de atuação, junto ao Setor de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde da Secretaria da Saúde de Chapecó, sito à Rua Marechal Floriano Peixoto, Ala Norte Arená Condá, Centro, os candidatos abaixo, conforme se especifica a seguir:

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2015		
Cargo: Agente de Combate as Endemias		
Classificação	Nº Inscrição	Nome do Candidato
22º	068	NEIDES DE LURDES FERNANDES
23º	027	DIRLEI DE OLIVEIRA LAZARETTI
24º	010	ANA PAULA DIAS
25º	173	SUIANE OLIVEIRA DE QUADROS
26º	069	CARLINE DALARIVA
27º	164	MARIZETE DOMINGUES DE ARRUDA
28º	047	ROSA DE OLIVEIRA WOLSKI
29º	083	MARCELO ZANROSSO
30º	029	JUPIARA NASCIMENTO FERNANDEZ
Cargo: Agente Comunitário de Saúde – Área: Leste (urbana)		
Classificação	Nº Inscrição	Nome do Candidato
8º	230	KATYUSA ESTEFENAM ELFE
Cargo: Agente Comunitário de Saúde – Área: Leste (rural)		
Classificação	Nº Inscrição	Nome do Candidato
1º	240	ELISABETE APARECIDA POPPE
Cargo: Agente Comunitário de Saúde – Área: Marechal Bormann (rural)		
Classificação	Nº Inscrição	Nome do Candidato
3º	067	SIMONE MARIA PEDROSO DA SILVA
Cargo: Agente Comunitário de Saúde – Área: Saic		
Classificação	Nº Inscrição	Nome do Candidato
3º	034	ALINE FERNANDES
4º	012	LEDI TEREZINHA STORMOVKI
5º	103	LUANA VEIGA
Cargo: Agente Comunitário de Saúde – Área: Seminário		
Classificação	Nº Inscrição	Nome do Candidato
4º	191	RICARDO ANTONIO DALMOLIN
Cargo: Agente Comunitário de Saúde – Área: São Pedro		
Classificação	Nº Inscrição	Nome do Candidato
2º	237	PALOMA TALIS PEREIRA DA SILVA

3º	142	EUGENIA BLASI PAZ
Cargo: Agente Comunitário de Saúde – Área: Efapi		
Classificação	Nº Inscrição	Nome do Candidato
7º	087	SOLEICI ELIZABETE CAVALHEIRO
8º	098	ILIANE CRISTINA SIGNOR

II. Em caso de não comparecimento do candidato convocado no prazo de 10 (dez) dias a contar da data de publicação deste edital, este perderá o direito a vaga;

III. A contratação dar-se-á nas condições da legislação específica;

IV. Este edital de convocação entrará em vigor na data de sua publicação.

V. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Chapecó-SC, 05 de janeiro de 2016.

LUCIANO JOSE BULIGON

Prefeito Municipal

## RESUMO DE DECRETOS 06/01/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CHAPECÓ
--

### RESUMO DE DECRETOS

NÚMERO	DATA DO ATO	ASSUNTO
31902	04/01/2016	Exoneração, a pedido, de JUCELI DOS SANTOS
31903	04/01/2016	Concede Adicional por Titulação ao membro do magistério público municipal DAIANA KAGINSKI
31904	04/01/2016	Concede Adicional por Titulação ao membro do magistério público municipal ANA CRISTINA DOS SANTOS BORÇA
31905	04/01/2016	Exoneração, a pedido, de GEOVANI PICOLI
31906	04/01/2016	Nomeação de CLAUDIA LANZARIN
31907	04/01/2016	Exoneração de LUCIANO GUOLO CHIARELOTTO
31908	04/01/2016	Nomeação de LUCIANO GUOLO CHIARELOTTO
31909	04/01/2016	Exoneração, a pedido, de IURY FANFA
31910	04/01/2016	Exoneração, a pedido, de EDSON DE MARCHI
31911	04/01/2016	Exoneração, a pedido, de LUCILEI SOLIVO
31913	05/01/2016	Exoneração de NEIVA SALETE GOMES

## CÂMARA MUNICIPAL

### TERMO DE POSSE AUTOMÁTICA DO VICE-PRESIDENTE NA PRESIDÊNCIA DA MESA DIRETORA DA CÂMARA DE VEREADORES DE CHAPECÓ, ESTADO DE SANTA CATARINA

Termo de Posse Automática do Vice-Presidente na Presidência da Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Chapecó, Estado de Santa Catarina

Em virtude da renúncia do Vereador Presidente, Valdemir Antônio Stobe, ocorrido no dia quatro de janeiro de dois mil e dezesseis, assumiu automaticamente a Presidência da Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Chapecó, o Vereador Vice-Presidente, João Maria Marques Rosa, no dia cinco de janeiro de dois mil e dezesseis, o qual deverá concluir o mandato até o dia trinta e um de dezembro de dois mil e dezesseis. Em correspondência encaminhada a Mesa Diretora, o Vereador Valdemir Antônio Stobe, renunciou, por motivos particulares, conforme preveem os artigos 27, inciso III e 28 do Regimento Interno da Casa. Chapecó-SC, em cinco de janeiro de dois mil e dezesseis.



# Cocal do Sul

## SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE COCAL DO SUL

### EXTRATO DE CONTRATO 47/2015

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

CONVÊNIO COM A FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

COCAL DO SUL - SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 47/2015 – 1º ADITIVO AO CONTRATO 37/2015

DATA: 28/DEZEMBRO/2015

CONTRATADO: JAZIDA DE AREÃO RECCO EIRELI - ME

OBJETO: ADITIVO DE PRAZO DE CONTRATO PARA ENTREGA DE 1.000 M3 DE AREÃO À GRANEL DE PRIMEIRA CATEGORIA, CARREGADO EM CAMINHÃO BASCULANTE A SER ENTREGUE EM LOCAIS DIVERSOS NO MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL, ONDE ESTA AUTARQUIA EXECUTA A IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE REDES E RAMAIS DE ÁGUA.

VALOR: R\$ 19.900,00 (DEZENOVE MIL E NOVECENTOS REAIS)

PRAZO DO CONTRATO: ATÉ DIA 29/02/2016

DATA: 04/JANEIRO/2016

CARLA CRISTINA POSSAMAI DELLA

DIRETORA DO SAMAE

# Concórdia

## PREFEITURA

### ADENDO 01 AO EDITAL TOMADA DE PREÇO C&S Nº 4/2015 PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

ADENDO 01 AO EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº 4/2015 PMC  
COMPRAS E SERVIÇOS (REPUBLICADO)

O MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, SC, por intermédio do Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, leva ao conhecimento dos interessados que o edital de licitação em referência, cujo objeto é a contratação de empresa para prestação de serviços técnicos de elaboração de Plano Diretor e instrumentos complementares para urbanização do entorno do Lago em Concórdia – PDULC, de acordo com o Termo de Referência constante no Anexo "A" do Edital, foi alterado.

Os prazos para protocolo dos envelopes e a abertura da licitação ficam alterados na seguinte forma:

Envelope 01 – DOCUMENTAÇÃO, dos interessados não cadastrados até às 16h00min do dia 12/02/2016.

Envelope 01 – DOCUMENTAÇÃO dos interessados cadastrados junto ao Município de Concórdia ou junto ao SICAF até as 10h00min do dia 15/02/2016.

O Envelope 02 – Proposta Técnica e Envelope 03 – Proposta de preços dos interessados cadastrados e não cadastrados, até a data de 15/02/2016 às 10h00min.

A abertura dos envelopes se dará às 14h00min do dia 15/02/2016. Informações complementares: o Edital e a alteração em questão, em inteiro teor, estão à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2164.

Concórdia, SC, 29 de dezembro de 2015.

LEONIR GRIGOLLO

Secretário Municipal de Agricultura,  
Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente

### AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2016-PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2016 – PMC

Objeto: Aquisição de cestas alimentação para os servidores públicos municipais ativos e inativos com base na Lei Municipal nº 4.750, de 28 de abril de 2015 e Decreto nº 5.973 de 28 de abril de 2015, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 20/01/2016.

Abertura: dia 21/01/2016 às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2167.

Concórdia, SC, 05 de janeiro de 2015.

DILCE LURDES GEHLEN

Secretária Municipal de Administração, em exercício

### AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL O&S Nº 1/2016-PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2016- PMC

Obras e Serviços de Engenharia

Objeto: contratação de empresa do ramo de construção civil em regime de empreita global (material e mão de obra) para adequação da edificação onde estava instalado o CRAS - Centro de Referência de Assistência Social Delfina Frigo Saretta, conforme especificações constantes nos anexos "A", "B" e "C" do edital.

Tipo: Menor Preço Global.

Recebimento das propostas: até as 10h00min do dia 20/01/2016.

Abertura: dia 20/01/2016, às 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2164.

Concórdia, SC, 05 de janeiro de 2016.

MARGARETE POLETTO DALLA COSTA

Secretária Municipal De Desenvolvimento  
Social, Cidadania e Habitação, em exercício.

### COMUNICAÇÃO DE DEFERIMENTO PARCIAL DE RECURSO E CONVOCAÇÃO PARA ADEQUAÇÕES TOMADA DE PREÇOS Nº 21/2015 – PMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

TOMADA DE PREÇOS Nº 21/2015 – PMC

Objeto: Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, em regime de empreitada por preço global (material e mão-de-obra) para execução de obra de construção da Escola Básica Municipal Frei Lency.

### COMUNICAÇÃO DE DEFERIMENTO PARCIAL DE RECURSO E CONVOCAÇÃO PARA ADEQUAÇÕES

Em cumprimento ao disposto no artigo 109, § 1º e 4º da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações, a Presidente da Comissão Permanente de Licitações torna público que na data de 05/01/2016 o recurso administrativo interposto pela licitante: BALBINOT CONSTRUÇÕES EIRELLI EPP foi julgado PARCIALMENTE PROCEDENTE. De consequência, a manutenção do resultado final da fase de classificação proferido na sessão do dia 07/12/2015, publicada no DOM/SC edição 1886 em 08/12/2015, fica condicionada à adequação da proposta de preços por parte da licitante vencedora, a qual terá um prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da intimação através da veiculação desta publicação. Importante frisar que a recusa da licitante vencedora em fazer o evidenciado acima, cumprirá à Comissão Permanente de Licitação a DESCLASSIFICAÇÃO de sua proposta de preços. Apresentada a planilha, e estando ela em

acordo com as exigências do edital e condição apresentada acima, deverá ser dado prosseguimento a este processo, efetuando-se a adjudicação e posterior homologação do presente certame. Fica a disposição das licitantes, se tiverem interesse na consulta e cópia dos pareceres, os quais devem ser solicitados e retirados junto à diretoria de compras.

Concórdia, SC, 05 de janeiro de 2016.  
CAMILA CRISTINA M. V. NOGUEIRA  
Presidente da Comissão de Licitações

**COMUNICAÇÃO DE INTERPOSIÇÃO RECURSAL  
TOMADA DE PREÇO Nº 3/2015 - FMS**  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA - SC  
TOMADA DE PREÇOS Nº 3/2015 - FMS

Objeto: Contratação dos serviços de Coleta, Transporte, Tratamento e Disposição Final dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) gerados pelas unidades do Fundo Municipal de Saúde, de acordo com o Memorial Descritivo constante no Anexo "A" deste Edital.

**COMUNICAÇÃO DE INTERPOSIÇÃO RECURSAL**

Para fins do disposto no § 3º do art. 109 da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações, comunicamos à licitante ATITUDE AMBIENTAL LTDA que a licitante SERVIOESTE SOLUÇÃO AMBIENTAIS LTDA, interpôs recurso na data de 30 de dezembro 2015. Desejando, V. Sª poderá impugná-lo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da publicação deste aviso, estando os autos abertos à consulta desde já.

Concórdia, SC, 05 de janeiro de 2016.  
JACIELE TOCHETTO  
Presidente da CPL

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 01/2016**  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 01/2016**

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos referente à 11ª parcela do Convênio Alimentação Escolar - PNAE - Pré Escola, no valor de R\$ 17.460,00 (dezesete mil quatrocentos e sessenta reais).

Concórdia SC, 05 de janeiro de 2016.  
Joaquim Pedro de B. Bicca Neto Segundo  
Secretário Municipal de Finanças

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 02/2016**  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 02/2016**

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos referente à 11ª parcela do Convênio Alimentação Escolar - PNAE - Creche, no valor de R\$ 38.400,00 (trinta e oito mil e quatrocentos reais).

Concórdia SC, 05 de janeiro de 2016.  
Joaquim Pedro de B. Bicca Neto Segundo  
Secretário Municipal de Finanças

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 03/2016**  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 03/2016**

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos referente à 11ª parcela do Convênio Alimentação Escolar - PNAE - Ensino Fundamental, no valor de R\$ 34.406,00 (trinta e quatro mil quatrocentos e seis reais).

Concórdia SC, 05 de janeiro de 2016.  
Joaquim Pedro de B. Bicca Neto Segundo  
Secretário Municipal de Finanças

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 04/2016**  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 04/2016**

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos referente à 11ª parcela do Convênio Alimentação Escolar - PNAE - EJA, no valor de R\$ 330,00 (trezentos e trinta reais).

Concórdia SC, 05 de janeiro de 2016.  
Joaquim Pedro de B. Bicca Neto Segundo  
Secretário Municipal de Finanças

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 05/2016**  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 05/2016**

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos referente à 11ª parcela do Convênio Alimentação Escolar - PNAE - Atendimento Educacional Especializado, no valor de R\$ 960,00 (novecentos e sessenta reais).

Concórdia SC, 05 de janeiro de 2016.  
Joaquim Pedro de B. Bicca Neto Segundo  
Secretário Municipal de Finanças

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 06/2016**  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

## EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 06/2016

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos referente à 9ª parcela proveniente do Convênio FNDE/PNATE - Transporte Escolar - Ensino Médio, no valor de R\$ 6.734,57 (seis mil setecentos e trinta e quatro reais e cinquenta e sete centavos).

Concórdia SC, 05 de janeiro de 2016.  
Joaquim Pedro de B. Bicca Neto Segundo  
Secretário Municipal de Finanças

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 07/2016**  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

## EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 07/2016

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos referente à 9ª parcela do proveniente do Convênio FNDE/PNATE - Transporte Escolar - Ensino Fundamental, no valor de R\$ 11.060,94 (onze mil sessenta reais e noventa e quatro centavos).

Concórdia SC, 05 de janeiro de 2016.  
Joaquim Pedro de B. Bicca Neto Segundo  
Secretário Municipal de Finanças

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 08/2016**  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

## EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 08/2016

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos referente à 9ª parcela do proveniente do Convênio FNDE/PNATE - Transporte Escolar - Educação Infantil, no valor de R\$ 756,06 (setecentos e cinquenta e seis reais e seis centavos).

Concórdia SC, 05 de janeiro de 2016.  
Joaquim Pedro de B. Bicca Neto Segundo  
Secretário Municipal de Finanças

**EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS O&S Nº 1/2016-PMC**  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SCEDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 1/2016 – PMC  
Obras e Serviços de Engenharia

Objeto: contratação de empresa em regime de empreitada por preço unitário para execução de pavimentação asfáltica em CAUQ (Concreto Asfáltico Usinado à Quente) em área interna ao Parque de Exposições Senador Atílio Francisco Xavier Fontana, neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo “D” do Edital.

O recebimento dos Envelopes 01 – DOCUMENTAÇÃO será efetuado na seguinte forma:

INTERESSADOS CADASTRADOS JUNTO AO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA OU JUNTO AO SICAF: ATÉ 25/01/2016, ÀS 10h00min.  
INTERESSADOS NÃO CADASTRADOS: ATÉ 22/01/2016, às 16h00min.

O recebimento do Envelope 02 – PROPOSTA deverá ser efetuado na seguinte forma:

INTERESSADOS CADASTRADOS E NÃO CADASTRADOS: ATÉ 25/01/2016, às 10h00min.

Abertura: dia 25/01/2016, às 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link “Licitações”. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2164.

Concórdia, SC, 05 de janeiro de 2016.  
MAURI MARAN  
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

# Cordilheira Alta

## PREFEITURA

### DECRETO N. 006/2016

DECRETO Nº006/2016, DE 04 DE JANEIRO DE 2016

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder à Servidora municipal Sra. MICHELE ENDLER, Diretor Geral de Contabilidade e Planejamento, lotada na Secretaria municipal de Administração, Fazenda e Planejamento, 20 (vinte) dias de férias relativas ao período aquisitivo de 11/03/2014 a 10/03/2015, que serão gozadas a partir do dia 04/01/2016.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de janeiro de 2016.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 04 de janeiro de 2016.

ALCEU MAZZIONI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO  
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

MICHELE ENDLER Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2016

### DECRETO N. 007/2016

DECRETO Nº007/2016, DE 04 DE JANEIRO DE 2016

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder ao Servidor municipal Sr. OSCAR BORSOI, Técnico de Apoio Administrativo, lotado na Secretaria municipal de Saúde e Assistência Social, 30 (trinta) dias de férias relativas ao período aquisitivo de 01/02/2015 a 31/01/2015, que serão gozadas a partir do dia 04/01/2016.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de janeiro de 2016.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 04 de janeiro de 2016.

ALCEU MAZZIONI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO  
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

OSCAR BORSOI Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2016

### DECRETO N. 008/2016

DECRETO Nº008/2016, DE 04 DE JANEIRO DE 2016

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder ao Servidor municipal Sr. VALDEMAR NECKER DE MOURA, Motorista, lotado na Secretaria municipal de Saúde e Assistência Social, 10 (dez) dias de férias relativas ao período aquisitivo de 02/07/2015 a 01/07/2014, que serão gozadas a partir do dia 04/01/2016.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de janeiro de 2016.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 04 de janeiro de 2016.

ALCEU MAZZIONI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO  
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

VALDEMAR DE MOURA Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2016



**DECRETO N. 009/2016**

DECRETO Nº009/2015, DE 04 DE JANEIRO DE 2016

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder ao Servidor municipal Sr. JULIANO BRUSTOLIN, ocupante do cargo de Médico Especialista Geriatria, lotado na Secretaria municipal de Saúde e Assistência Social, 15 (quinze) dias de férias relativas ao período aquisitivo de 01/02/2014 a 31/01/2015, que serão gozadas a partir do dia 04/01/2016.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de janeiro de 2016.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 04 de janeiro de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

JULIANO BRUSTOLIN Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2016

**DECRETO N. 009/2016**

DECRETO Nº009/2016, DE 04 DE JANEIRO DE 2016

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder ao Servidor municipal Sr. JULIANO BRUSTOLIN, ocupante do cargo de Médico Especialista Geriatria, lotado na Secretaria municipal de Saúde e Assistência Social, 15 (quinze) dias de férias relativas ao período aquisitivo de 01/02/2014 a 31/01/2015, que serão gozadas a partir do dia 04/01/2016.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de janeiro de 2016.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 04 de janeiro de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

JULIANO BRUSTOLIN Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2016

**DECRETO N. 010/2016**

DECRETO Nº010/2016, DE 04 DE JANEIRO DE 2016

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder à Servidora municipal Sra. ADRIANA BORMAN ARNDT, ocupante do cargo de Assistente Técnico de Secretaria, lotada na Secretaria municipal de Saúde e Assistência Social, 15 (quinze) dias de férias relativas ao período aquisitivo de 01/07/2014 a 30/06/2015, que serão gozadas a partir do dia 04/01/2016.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de janeiro de 2016.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 04 de janeiro de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

ADRIANA BORMAN ARNDT Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2016

**DECRETO N. 011/2016**

DECRETO Nº011/2016, DE 04 DE JANEIRO DE 2016

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder à Servidora municipal Sra. ANA PAULA BIESSEK, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria municipal de Saúde e Assistência Social, 10 (dez) dias de férias relativas ao período aquisitivo de 11/02/2014 a 10/02/2015, que serão gozadas a partir do dia 04/01/2016.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de janeiro de 2016.



Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 04 de janeiro de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

ANA PAULA BIESSEK Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2016

### **DECRETO N. 012/2016**

DECRETO Nº012/2016, DE 04 DE JANEIRO DE 2016

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder à Servidora municipal Sra. JOSIANE MATOS CARNEIRO, ocupante do cargo de Enfermeira lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, 20 (vinte) dias de férias relativas ao período aquisitivo de 15/02/2014 a 14/02/2015, que serão gozadas a partir do dia 04/01/2016.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de janeiro de 2016.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 04 de janeiro de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

JOSIANE MATOS CARNEIRO Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2016

### **DECRETO N. 013/2016**

DECRETO Nº013/2016, DE 04 DE JANEIRO DE 2016

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder ao Servidor municipal Sr. IVONEI BREANSINI, ocupante do cargo de Motorista lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, 10 (dez) dias de férias relativas ao período aquisitivo de 27/06/2014 a 26/06/2015, que serão gozadas a partir do dia 04/01/2016.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de janeiro de 2016.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 04 de janeiro de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

IVONEI BREANSINI Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2016

### **DECRETO N. 014/2016**

DECRETO Nº014/2016, DE 04 DE JANEIRO DE 2016

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder ao Servidor municipal Sr. JULCIONIR CUNICO, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio, 20 (vinte) dias de férias relativas ao período aquisitivo de 11/02/2014 a 10/02/2015, que serão gozadas a partir do dia 04/01/2016.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de janeiro de 2016.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 04 de janeiro de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

JULCIONIR CUNICO Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2016

**DECRETO N. 015/2016**

DECRETO Nº015/2016, DE 04 DE JANEIRO DE 2016

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder ao Servidor municipal Sr. FABIANO MORESCO , ocupante do cargo de Motorista , lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura 15 (quinze) dias de férias relativas ao período aquisitivo de 03/04/2014 a 02/04/2015, que serão gozadas a partir do dia 04/01/2016.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de janeiro de 2016.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 04 de janeiro de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

FABIANO MORESCO Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2016

**DECRETO N. 016/2016**

DECRETO Nº016/2016, DE 04 DE JANEIRO DE 2016

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder ao Servidor municipal Sr. OSNI COLPANI , ocupante do cargo de Operador de Máquinas , lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura 30 (trinta) dias de férias relativas ao período aquisitivo de 15/09/2014 a 14/09/2015, que serão gozadas a partir do dia 04/01/2016.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de janeiro de 2016.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 04 de janeiro de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

OSNI COLPANI Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2016

**DECRETO N. 017/2016**

DECRETO Nº017/2016, DE 04 DE JANEIRO DE 2016

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder à Servidora municipal Sra. ALCINEI APARECIDA B. ZANETTINI , ocupante do cargo de Assessor de Secretaria , lotado na Secretaria Municipal de Cultura e Esportes 15 (quinze) dias de férias relativas ao período aquisitivo de 11/04/2014 a 31/03/2015, que serão gozadas a partir do dia 04/01/2016.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de janeiro de 2016.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 04 de janeiro de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

ALCINEI APARECIDA B. ZANETTINI Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2016

**DECRETO N. 018/2016**

DECRETO Nº018/2016, DE 04 DE JANEIRO DE 2016

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder à Servidora municipal Sra. DIVA CORREA FIGUEIRÓ , ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais , lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social 30 (trinta) dias de férias relativas ao período aquisitivo de 02/02/2014 a 01/02/2015, que serão gozadas a partir do dia 07/01/2016.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de janeiro de 2016.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 04 de janeiro de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

DIVA CORREA FIGUEIRÓ Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2016

### **DECRETO N. 019/2016**

DECRETO Nº019/2016, DE 04 DE JANEIRO DE 2016

“DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder à Servidora municipal Sra. TATIANA RIBEIRO DE OLIVEIRA ocupante do cargo de Assistente de Gabinete Odontológico, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, 15 (quinze) dias de férias relativas ao período aquisitivo de 15/03/2013 a 14/03/2014, , que serão gozadas a partir do dia 07/01/2016.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de janeiro de 2016.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 04 de janeiro de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

TATIANA RIBEIRO DE OLIVEIRA Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2016

### **DECRETO N. 020/2016**

DECRETO Nº020/2016, DE 04 DE JANEIRO DE 2016

“DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder à Servidora municipal Sra. MARGA ANGELA MOCELLIN GIACOMIN ocupante do cargo de Técnico em Apoio Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento, 15 (quinze) dias de férias relativas ao período aquisitivo de 07/02/2014 a 06/02/2015, , que serão gozadas a partir do dia 11/01/2016.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de janeiro de 2016.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 04 de janeiro de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

MARGA ANGELA MOCELLIN GIACOMIN Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2016

### **DECRETO N. 021/2016**

DECRETO Nº021/2016, DE 04 DE JANEIRO DE 2016

“DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder à Servidora municipal Sra. NILVETE APARECIDA SARTOR ATUATTI, ocupante do cargo de Técnico em Apoio Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio, 15 (quinze) dias de férias relativas ao período aquisitivo de 07/02/2014 a 06/02/2015, , que serão gozadas a partir do dia 11/01/2016.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de janeiro de 2016.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 04 de janeiro de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

NILVETE APARECIDA SARTOR ATUATTI Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2016

**DECRETO N. 022/2016**

DECRETO Nº022/2016, DE 04 DE JANEIRO DE 2016

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder ao Servidor municipal Sr. CLAUDIR ANTONIO POSSA, ocupante do cargo de Assessor de Secretaria, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, 10 (dez) dias de férias relativas ao período aquisitivo de 14/04/2014 a 13/04/2015, que serão gozadas a partir do dia 11/01/2016.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de janeiro de 2016.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 04 de janeiro de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

CLAUDIR ANTONIO POSSA Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2016

**DECRETO N. 023/2016**

DECRETO Nº023/2016, DE 04 DE JANEIRO DE 2016

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder à Servidora municipal Sra. LICIANE MAGNANTI PASA, ocupante do cargo de Gerente de Cultura, lotada na Secretaria Municipal de Cultura e Esporte, 20 (vinte) dias de férias relativas ao período aquisitivo de 23/01/2015 a 22/01/2016, que serão gozadas a partir do dia 11/01/2016.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de janeiro de 2016.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 04 de janeiro de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

LICIANE MAGNANTI PASA Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2016

**DECRETO N. 024/2016**

DECRETO Nº024/2016, DE 04 DE JANEIRO DE 2016

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder ao Servidor municipal Sr. VALDEMAR NECKER DE MOURA, ocupante do cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, 20 (vinte) dias de férias relativas ao período aquisitivo de 02/07/2013 a 01/07/2014, que serão gozadas a partir do dia 14/01/2016.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de janeiro de 2016.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 04 de janeiro de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

VALDEMAR NECKER DE MOURA Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2016

**DECRETO N. 025/2015**

DECRETO Nº025/2016, DE 04 DE JANEIRO DE 2016

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder à Servidora municipal Sra. SIDYANE MARIA DE-BASTIANI ZAMIANI, ocupante do cargo de Assistente de Serviços de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, 30 (trinta) dias de férias relativas ao período aquisitivo de 16/06/2013 a 15/06/2014, que serão gozadas a partir do dia 18/01/2016.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será

paga no mês de janeiro de 2016.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 04 de janeiro de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

SIDYANE MARIA DEBASTIANI ZAMIANI Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2016

### **DECRETO N. 026/2016**

DECRETO Nº026/2016, DE 04 DE JANEIRO DE 2016

“DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder à Servidora municipal Sra. RAFAELA REGINA PACIFICO DEZEN, ocupante do cargo de Gerente de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, 15 (quinze) dias de férias relativas ao período aquisitivo de 02/01/2014 a 01/01/2015, que serão gozadas a partir do dia 19/01/2016.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de janeiro de 2016.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 04 de janeiro de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

RAFAELA REGINA PACIFICO DEZEN Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2016

### **DECRETO N. 027/2016**

DECRETO Nº027/2016, DE 04 DE JANEIRO DE 2016

“DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder à Servidora municipal Sra. TATIANA RIBEIRO DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Assistente de Gabinete Odontológico, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, 15 (quinze) dias de férias relativas ao período aquisitivo de 15/03/2014 a 14/03/2015, que serão gozadas a partir do dia 22/01/2016.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de janeiro de 2016.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 04 de janeiro de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

TATIANA RIBEIRO DE OLIVEIRA Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2016

### **DECRETO N. 028/2016**

DECRETO Nº028/2016, DE 04 DE JANEIRO DE 2016

“DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder à Servidora municipal Sra. MICHELE ENDLER, Diretor Geral de Contabilidade e Planejamento, lotada na Secretaria municipal de Administração, Fazenda e Planejamento, 10 (dez) dias de férias relativas ao período aquisitivo de 11/03/2015 a 10/03/2016, que serão gozadas a partir do dia 25/01/2016.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de janeiro de 2016.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 04 de janeiro de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

MICHELE ENDLER Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2016



**DECRETO N. 029/2016**

DECRETO Nº029/2016, DE 04 DE JANEIRO DE 2016

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder à Servidora municipal Sra. CARMEM A. TRESSOLDI WARKEN, ocupante do cargo de Técnico de Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, 30 (trinta) dias de férias relativas ao período aquisitivo de 01/02/2014 a 31/01/2015, que serão gozadas a partir do dia 25/01/2016.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de janeiro de 2016.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 04 de janeiro de 2016.

ALCEU MAZZIONI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO  
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

CARMEM A. TRESSOLDI WARKEN Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2016

**DECRETO N. 030/2016**

DECRETO Nº030/2016, DE 04 DE JANEIRO DE 2016

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder ao Servidor municipal Sr. AFRÂNCIO ELSO CAMPAGNOLLO, ocupante do cargo de Assistente Técnico de Secretaria, lotado na Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento, 10 (dez) dias de férias relativas ao período aquisitivo de 11/02/2014 a 12/03/2015, que serão gozadas a partir do dia 25/01/2016.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de janeiro de 2016.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 04 de janeiro de 2016.

ALCEU MAZZIONI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO  
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

AFRÂNCIO ELSO CAMPAGNOLLO Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2016

**DECRETO N. 031/2016**

DECRETO Nº031/2016, DE 04 DE JANEIRO DE 2016

"DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no inciso IV do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a partir do dia 29 de Janeiro de 2016, a Sra. DAIANE FÁVERO, ocupante do cargo de Coordenadora Pedagógica do Ensino Fundamental, lotada na Secretaria de Educação.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto estão consignadas no Orçamento Municipal vigente.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 04 de janeiro de 2016.  
ALCEU MAZZIONI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO  
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

**DECRETO N. 032/2016**

DECRETO Nº032/2016, DE 04 DE JANEIRO DE 2016

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder à Servidora municipal Sra. CACHTIUZE MAGNANTI, ocupante do cargo de Assistente Técnico de Secretaria, lotada na Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento, 20 (vinte) dias de férias relativas ao período aquisitivo de 02/03/2015 a 01/03/2016, que serão gozadas a partir do dia 01/02/2016.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de janeiro de 2016.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.



Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 04 de janeiro de 2016.  
ALCEU MAZZIONI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO  
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

CACHTIUZE MAGNANTI Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2016

### **DECRETO N. 033/2016**

DECRETO Nº033/2016, DE 04 DE JANEIRO DE 2016

“DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE CONSELHEIRA TUTELAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 Da Lei Orgânica Municipal:

DECRETA:

Art. 1º. Exonerar por término de mandato a partir de 10 de janeiro de 2016, a Sra. NÁDIA TEREZINHA MAZZETTO, ocupante do cargo eletivo de Conselheira Tutelar.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação do presente decreto estão consignadas no orçamento municipal.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário,

Cordilheira Alta SC, 04 de janeiro de 2016.  
ALCEU MAZZIONI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO  
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

### **DECRETO N. 034/2016**

DECRETO Nº034/2016, DE 04 DE JANEIRO DE 2016

“DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE CONSELHEIRA TUTELAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 Da Lei Orgânica Municipal:

DECRETA:

Art. 1º. Exonerar por término de mandato a partir de 10 de janeiro de 2016, a Sra. ANA PAULA RIGON SACHET, ocupante do cargo eletivo de Conselheira Tutelar.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação do presente decreto estão consignadas no orçamento municipal.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário,

Cordilheira Alta SC, 04 de janeiro de 2016.  
ALCEU MAZZIONI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO  
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

### **DECRETO N. 035/2016**

DECRETO Nº035/2016, DE 04 DE JANEIRO DE 2016

“DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE CONSELHEIRA TUTELAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 Da Lei Orgânica Municipal:

DECRETA:

Art. 1º. Exonerar por término de mandato a partir de 10 de janeiro de 2016, a Sra. JOSIANI TRUCOLLO AIRES, ocupante do cargo eletivo de Conselheira Tutelar.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação do presente decreto estão consignadas no orçamento municipal.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário,

Cordilheira Alta SC, 04 de janeiro de 2016.  
ALCEU MAZZIONI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO  
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

**DECRETO N. 036/2016**

DECRETO Nº036/2016, DE 04 DE JANEIRO DE 2016

“DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no inciso IV do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e em especial o disposto na Lei Municipal nº895/2010 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o Conselho Tutelar do Município de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, a partir de 10 de janeiro de 2016, tendo a seguinte composição:

CONSELHEIRAS TUTELARES:

1. NADIA TERESINHA MAZZETTO TOZZO
2. ÉRICA SOARES VARIANI
3. JOSIANI TRUCOLLO AIRES
4. DAIANE PIZZATTO GABRIEL
5. ERALDO MARCONI

Art. 2º O Conselho Tutelar é um órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento da Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 3º As Conselheiras nomeadas cumprirão o mandato de 04 (quatro) sendo de 10/01/2016 até 09/01/2020, cumprindo as definições da Lei nº 12.696/2012 e lei Municipal nº 895/2010 e alterações através da Lei nº 1002/2012 .

Art. 4º Este decreto entra em vigor da data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 04 de janeiro de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

# Curitibanos

## PREFEITURA

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 4/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 4/2016

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Global, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO DE BLOCOS DE AUTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO PARA USO DO AGENTE DE TRÂNSITO. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 17:30 horas do dia 19/01/2016, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitibanos, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizada qualquer outra forma de protocolo.

A partir das 18:00 horas do dia 19/01/2016, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos.

Os inteiros teores deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos, no horário de expediente e na pagina da Prefeitura [www.curitibanos.sc.gov.br](http://www.curitibanos.sc.gov.br). Curitibanos, 5 de Janeiro de 2016.

José Antonio Guidi                      Diego Sebem Wordell  
Prefeito Municipal                      Pregoeiro

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 1/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 1/2016

O Fundo Municipal de Assistência Social de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Global, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a AQUISIÇÃO DE CESTA BÁSICA PARA O ANO DE 2016 PARA DISTRIBUIÇÃO À PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE TEMPORÁRIA, CONFORME PREVISTO NA LEI MUNICIPAL 5.147/2013 E ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 20/01/2016, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860. A partir das 14:00 horas do dia 20/01/2016, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na pagina da Prefeitura [www.curitibanos.sc.gov.br](http://www.curitibanos.sc.gov.br). Curitibanos, 05 de Janeiro de 2016.

João Carlos Martins dos Santos                      Diego Sebem Wordell  
Presidente do Fundo                      Pregoeiro

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 1/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 1/2016

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a AQUISIÇÃO DE ADUBOS E FERTILIZANTES PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL E SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE E OBRAS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 17:30 horas do dia 18/01/2016, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860. A partir das 18:00 horas do dia 18/01/2016, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na pagina da Prefeitura [www.curitibanos.sc.gov.br](http://www.curitibanos.sc.gov.br). Curitibanos, 4 de Janeiro de 2016.

José Antonio Guidi                      Diego Sebem Wordell  
Prefeito Municipal                      Pregoeiro

# Dionisio Cerqueira

## PREFEITURA

### LICITAÇÕES 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA

#### AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberta ao Pregão n. 003/2016. Objeto: Aquisição de combustíveis para uso nos veículos, caminhões, ônibus e máquinas da Frota Municipal . Entrega da documentação e propostas até as 08:30 horas do dia 18/01/2016 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413.

Dionísio Cerqueira, 06/01/20156

Flavio Berté - – Prefeito Municipal Exercício

# Ermo

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO Nº 01/2016

#### AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, torna público que encontra-se aberto a Concorrência Pública nº 01/2016, para exploração do serviço de táxi no Município de Ermo, com prazo para entrega de habilitação e proposta até às 09: 00 hs do dia 21/01/2016. Cópia do Edital e outras informações poderão ser obtidas junto ao departamento de compras da Prefeitura Municipal de Ermo, sito à Rod SC 448, Km 06, Centro, das 07:00 às 12:00 hs

Aldoir Cadorin – Prefeito Municipal.

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 23/2016

EXTRATO DO CONTRATO nº 23/2016

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ermo

CONTRATADO: NÉRIA REGINA LEONARDO GOBATO OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar, destinados á alimentação escolar para o exercício de 2016 no Município de Ermo/SC.

PRAZO: 04/01/2016 à 31/12/2016.

VALOR ESTIMADO: R\$ 5.460,00 (cinco mil e quatrocentos e sessenta reais).

Data da assinatura: 04/01/2016.

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 24/2016

EXTRATO DO CONTRATO nº 24/2016

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ermo

CONTRATADO: Evandro Bitencourt

OBJETO: Assessoria jurídica nas demandas em que o Município de Ermo atuar, no pólo ativo ou passivo, em qualquer juízo, instância ou tribunal, seja na fase administrativa ou judicial, bem como cobrança de dívida ativa tributária municipal, durante o exercício de 2016.

PRAZO: 04/01/2016 à 31/12/2016.

VALOR ESTIMADO: R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais).

Data da assinatura: 04/01/2016.

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 25/2016

EXTRATO DO CONTRATO nº 25/2016

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ermo

CONTRATADO: Dílson de Oliveira Silva & Cia Ltda Me

OBJETO: Aquisição de materiais de copa, cozinha e limpeza para serem utilizados na Secr. de Adm. e Finanças e Secr. de Obras, Viação, Transporte e Serviços Urbanos, durante o exercício de 2016.

PRAZO: 04/01/2016 à 31/12/2016.

VALOR ESTIMADO: R\$ 48.056,90 (quarenta e oito mil e cinquenta e seis reais e noventa centavos).

Data da assinatura: 04/01/2016.

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 26/2016

EXTRATO DO CONTRATO nº 26/2016

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ermo

CONTRATADO: RAC – Saneamento e Tecnologia Ambiental para Disposição e Tratamento de Resíduos Ltda

OBJETO: Contratação de empresa especializada para destinação final de resíduos sólidos urbanos (domiciliares e comerciais), em aterro sanitário devidamente regularizado nos órgãos competentes, estimado em 30 toneladas por mês durante o ano de 2016.

PRAZO: 04/01/2016 à 31/12/2016.

VALOR ESTIMADO: R\$ 45.000,00 (QUARENTA E CINOC MIL REAIS)

Data da assinatura: 04/01/2016.

# Faxinal dos Guedes

## PREFEITURA

### CONTRATO 00012016 CIGA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

#### EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0001/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes

Contratado: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Objeto: Contratação de empresa para prestar serviços de tecnologia da informação e comunicação em gestão pública.

Valor: R\$ 10.140,00 (dez mil cento e quarenta reais)

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0001/2016, na Modalidade dispensa de Licitação nº 0001/2016.

Faxinal dos Guedes, SC, em 05 de janeiro de 2016.

GENARO COSTA KESKE

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

### CONTRATO 00012016 CIS AMOSC

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

#### EXTRATO DE CONTRATO

Dispensa nº 0001/2016

Contratante: O Município de Faxinal dos Guedes

Contratado: CIS-AMOSC

Objeto: Prestação de serviços de saúde especializados de referência e de maior complexidade a nível ambulatorial para a população do município de Faxinal dos Guedes, integrante da associação dos municípios do Alto Irani - AMAI, em conformidade com as diretrizes do SUS, assegurando o estabelecimento de um sistema de referência e contra- referência.

Contrato n.º 0001/2016

Valor: R\$ 285.000,00 (duzentos e oitenta e cinco mil reais).

Amparo Legal: Art. 24, inciso XXIV, da Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0001/2016, na Modalidade Dispensa de Licitação nº 0001/2016.

Faxinal dos Guedes, SC, em 05 de janeiro de 2016.

ANGELA CRISTINA TRINDADE

SECRETÁRIA MUNICIPL DE SAÚDE PÚBLICA

### CONTRATO AVULSO 0012016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

#### EXTRATO DE CONTRATO AVULSO

Contrato avulso n.º 001/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes

Contratado: Sati Telecom Ltda

Objeto: Locação de central Siemens para ramais e central para telefonista.

Valor: R\$ 7.980,00 (sete mil novecentos e oitenta reais)

Faxinal dos Guedes, SC, em 05 de janeiro de 2016.

GENARO COSTA KESKE

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

### CREDENCIAMENTO 00012016 LABORATÓRIOS

Estado de Santa Catarina

Município de Faxinal dos Guedes

#### CREDENCIAMENTO SAÚDE 0001/2016

Credenciamento de pessoas jurídicas, da área de saúde na especialidade de laboratório clínico.

Edital: Completo e demais esclarecimentos, de segunda a sexta feira em horário comercial no depto de Compras e Licitações do Município de Faxinal dos Guedes, Avenida Rio Grande do Sul, 458 Centro – fone (49) 3436 – 4300.

Amparo legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações.

Faxinal dos Guedes, SC, em 05 de janeiro de 2016.

ANGELA CRISTINA TRINDADE

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA

### CREDENCIAMENTO 00022016 FISIOTERAPIA

Estado de Santa Catarina

Município de Faxinal dos Guedes

#### CREDENCIAMENTO SAÚDE 0002/2016

Credenciamento de pessoas jurídicas, para a contratação de entidades prestadoras de serviços de assistência à saúde, na área ambulatorial, para o conjunto total de procedimentos de Reabilitação Física.

Edital: Completo e demais esclarecimentos, de segunda a sexta feira em horário comercial no depto de Compras e Licitações do Município de Faxinal dos Guedes, Avenida Rio Grande do Sul, 458 Centro – fone (49) 3436 – 4300.

Amparo legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações.

Faxinal dos Guedes, SC, em 05 de janeiro de 2016.

ANGELA CRISTINA TRINDADE

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA



**EDITAL DE CHAMAMENTO 00012016**

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO  
DE FORNECEDORES E PRESTADORES DE SERVIÇOS PARA CADASTRAMENTO Nº 0001/2016

O Prefeito Municipal em exercício de Faxinal dos Guedes, no uso de suas atribuições legais, em especial o art. 34, § 1º da Lei 8.666/93 e suas posteriores alterações e em virtude da realização freqüente de licitações, efetua chamamento público de fornecedores e prestadores de serviços, eventualmente interessados em cadastrar-se ou atualizar o cadastro existente junto a Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes.

Para tanto, os interessados deverão apresentar os seguintes documentos:

- Requerimento da empresa para inscrição no Cadastro Municipal de Fornecedores;
- Contrato social e suas respectivas alterações, além dos documentos específicos, em caso de sociedades por ações;
- Cédula de identidade e CPF, no caso de pessoa física;
- Registro comercial, no caso de empresa individual;
- Cartão do CNPJ;
- Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- Prova de inscrição junto ao cadastro municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- Certidão negativa do FGTS;
- Certidão negativa de débito com a fazenda municipal;
- Certidão negativa de débito com a fazenda estadual;
- Certidão de Regularidade Fiscal RFB/PGFN;
- Certidão negativa de falência, concordata e recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física;
- Certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT);
- Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício;
- Comprovante de registro ou inscrição na entidade profissional competente (CREA, CRM, CRO etc.);
- Comprovante de enquadramento como micro empresa ou empresa de pequeno porte, para os fins da Lei Complementar 123, se for o caso.

O Certificado de Registro Cadastral será emitido, tendo prazo de validade até 31 de dezembro do ano vigente.

As pessoas físicas ou jurídicas cadastradas no Município de Faxinal dos Guedes se obrigam pelas informações que prestarem e documentos que apresentarem, responsabilizando-se ainda pela manutenção das certidões e documentos que tenham prazo de validade e desde que perdurem os requisitos exigidos neste edital.

A íntegra deste chamamento público se encontra site [www.faxinal.sc.gov.br](http://www.faxinal.sc.gov.br) no Mural Público Municipal.

Faxinal dos Guedes – SC, Janeiro de 2016.

GENARO COSTA KESKE

Prefeito Municipal em exercício

**EXTRATO ADITIVO 2 CONCEITO CONTABILIDADE**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

**EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO**

Contratante: Município de Faxinal dos Guedes

Contratada: Conceito Contabilidade S/S Ltda.

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de assessoria e consultoria na área contábil, financeira, orçamentária e patrimonial, na orientação aos técnicos municipais que atuam nestas áreas. Assessoria e consultoria para implementação das novas normas de contabilidade aplicadas ao setor público – nb-casp. Orientação na elaboração e acompanhamento das peças de planejamento (ppa, ldo e loa). As orientações serão presenciais, sendo 12 horas semanais, por telefone, e mail e se for o caso com pareceres e orientações por escrito.

Número do Contrato: 0001/2014

Primeiro Termo Aditivo: Prorroga Prazo de Vigência.

Amparo Legal: O Instrumento Contratual é Originário do Processo Licitatório nº 0090/2013 na Modalidade Pregão Presencial nº 0038/2013 do Município de Faxinal dos Guedes, e, com base na Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes.

Faxinal dos Guedes, SC, em 04 de janeiro de 2016

GENARO COSTA KESKE

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

**EXTRATO DISPENSA 00012016 CIGA**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

**EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Dispensa Nº 0001/2016

Contratante: O Município de Faxinal dos Guedes

Contratado: Consorcio de Informática na Gestão Pública Municipal.

Objeto: Contratação de empresa para prestar serviços de tecnologia da informação e comunicação em gestão publica.

Valor: R\$ 10.140,00 ( dez mil cento e quarenta reais)

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0001/2016, na Modalidade dispensa de Licitação nº 0001/2016.

Faxinal dos Guedes, SC, em 05 de janeiro de 2016.

GENARO COSTA KESKE

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

**EXTRATO DISPENSA 00012016 CIS AMOSC**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

**EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Dispensa nº 0001/2015

Contratante: Município de Faxinal dos Guedes

Contratado: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA- CIS -AMOSC

Objeto: Prestação de serviços de saúde especializados de referência e de maior complexidade a nível ambulatorial para a população do município de Faxinal dos Guedes, integrante da associação dos municípios do Alto Irani - AMAI, em conformidade com as diretrizes do SUS, assegurando o estabelecimento de um sistema de referência e contra- referência.

Contrato n.º 0001/2016

Valor: R\$ 285.000,00 (duzentos e oitenta e cinco mil reais).

Amparo Legal: Art. 24, inciso XXIV, da Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0001/2016, na Modalidade Dispensa de Licitação nº 0001/2016.

Faxinal dos Guedes, SC, em 05 de janeiro de 2016.

ANGELA CRISTINA TRINDADE

SECRETÁRIA MUNICIPL DE SAÚDE PÚBLICA

**EXTRATO RETIFICAÇÃO 2 CRECHE BARRA GRANDE**

ESTADO DE SANTA CATARINA – PREFEITURA MUNICIPAL DE FAXINAL DOS GUEDES

AVISO DE EDITAL E RETIFICAÇÃO DE EDITAL – CONCORRÊNCIA PÚBLICA 0003/2015 – PROCESSO LICITATÓRIO 0068/2015.

O MUNICÍPIO de Faxinal dos Guedes, leva ao conhecimento dos interessados que o edital de CONCORRÊNCIA PUBLICA 0003/2015, que trata da “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE ESCOLA PROINFANCIA PROJETO 2 CONVENCIONAL, CONFORME RESOLUÇÃO/CD/FNDE Nº 13/2012, NO DISTRITO DA BARRA GRANDE - INCLUINDO MATERIAIS E MÃO DE OBRA”, está sendo republicado a fim de atender o requisito de publicação conforme Lei 8.666/93. Faz-se também a publicação da retificação.

FICAM RETIFICADOS:

1. PLANILHA DE QUANTITATIVOS
2. VALOR TOTAL DE REFERÊNCIA

As datas para o recebimento dos envelopes de documentos e da proposta passam a ser até dia 25/01/2016 às 09:00 horas e abertura de envelopes para dia 25/01/2016 as 09:15 horas.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Os interessados poderão adquirir o edital na íntegra de segunda a sexta feira no horário de expediente da prefeitura junto ao setor de licitações situado na AV. Rio Grande do Sul, 458 centro, Faxinal dos Guedes - SC ou através do site [www.faxinal.sc.gov.br](http://www.faxinal.sc.gov.br).

Permanecem inalteradas as demais cláusulas.

Faxinal dos Guedes, 05 de janeiro de 2016.

# Forquilha

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 56/PMF/2015-REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 143/PMF/2015

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 143/2015 PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços 56/2015 – PMF - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRAR PREÇO para a aquisição de material gráfico para atendimento as diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 02/10/2016

2ª Publicação

### ATA DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 188/PMF/2015

MUNICÍPIO DE FORQUILHA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

ATA DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 188/PMF/2015

PRIMEIRA ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE FORQUILHA PARA ABERTURA, PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS 188/PMF/2015, QUE TEM POR OBJETIVO RECEBER PROPOSTAS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DA ADAPTAÇÃO E REFORMA DE 751,89 M² DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL WALDEMAR CASAGRANDE, NA RUA FRANCISCO RONCHI, BAIRRO OURO NEGRO, MUNICÍPIO DE FORQUILHA/SC.

Às nove horas do dia cinco do mês de janeiro do ano de dois mil e dezesseis, na Sala de reuniões, da Prefeitura Municipal de Forquilha, na Avenida 25 de julho, 3400, nesta cidade de Forquilha, Estado de Santa Catarina, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações do Município para abertura, processamento e julgamento do EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 188/PMF/2015. Aberto os trabalhos pelo Presidente, Sr. Valdecir Tiscoski, o mesmo informou que as empresas CONSTRUÇÕES VITÓRIA LTDA, FBB ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA, CONSTRUTORA NELGUI LTDA, BF CONSTRUÇÕES LTDA e PONTO CERTO CONSTRUÇÕES EIRELI EPP protocolaram tempestivamente seus envelopes no Setor de Protocolo desta Prefeitura. Determinada a abertura dos envelopes nº. 01 da HABILITAÇÃO, as empresas CONSTRUÇÕES VITÓRIA LTDA, CONSTRUTORA NELGUI LTDA, BF CONSTRUÇÕES LTDA e PONTO CERTO CONSTRUÇÕES EIRELI EPP apresentaram a Certidão de Microempresa expedida pela Junta Comercial, podendo valer-se da Lei Federal nº. 123/06. A empresa FBB ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA, apresentou a certidão de Microempresa expedida pela Junta Comercial, porém não atendia o item 3.1.4.1. do edital, não podendo se beneficiar da Lei Federal nº 123/06. A comissão analisou os documentos de habilitação, juntamente com o Engº. Sr. Leandro Arns Back, e certificaram-se que as empresas licitantes apresentaram suas documentações em conformidade com o

disposto do edital, portanto foram habilitadas para a próxima fase – da Proposta de Preços (envelope 02). Fica estabelecido o prazo recursal de cinco dias úteis para interposição de recursos, para então estabelecer data para abertura dos envelopes nº. 02 – propostas de preço. Os envelopes da proposta foram rubricados pela comissão de licitação e pelos participantes. A presente Ata será publicada no Diário Oficial dos Municípios ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)). Nada mais havendo a tratar, os membros da Comissão Permanente de Licitações deram por encerrada a reunião e ordenaram que se lavrasse a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos Membros da Comissão Permanente de Licitações e presentes que desejarem.

Forquilha, 05 de janeiro de 2015.

VALDECIR TISCOSKI

Presidente da Comissão de Licitação

MAGALI DA ROSA

Membro da Comissão

RENATA PEREIRA

Membro da Comissão

LEANDRO ARNS BACK

Engenheiro Civil

CONSTRUTORA NELGUI LTDA

Nelson Guidi

PONTO CERTO CONSTRUÇÕES EIRELI

Barbara Arns Back

**DECRETO Nº. 01, DE 04 DE JANEIRO DE 2016.**

DECRETO Nº. 01, DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

CONSTITUI E NOMEIA A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, ADOTA O PREGÃO PRESENCIAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA, DESIGNA PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO PARA LICITAÇÕES NA CITADA MODALIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com o disposto nas Leis Federais nos 8.666/93, 8.883/94 e 10.520/2002, com suas respectivas alterações:

**DECRETA:**

Art. 1º Fica constituída a COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL, composta por 03 (três) membros, que procederá ao recebimento e julgamento dos processos licitatórios do Município de Forquilha.

Art. 2º Para comporem a Comissão ficam designados os seguintes membros: Valdecir Tiscoski, Renata Pereira Fritzen, Tainara Silveira Redivo, Erika de Luca Tiscoski Back, Magali da Rosa e Kend Bernardo Trombim Rampinelli.

§ 1º A Comissão será presidida por Valdecir Tiscoski.

§ 2º O Presidente da Comissão designará para cada processo os membros que a comporão, dentre eles o Secretário.

Art. 3º À Comissão de Licitação compete, privativamente:

- I – Deliberar sobre a conveniência da aquisição de bens e serviços;
- II – Receber todas as propostas para a participação em licitação pública;
- III – Proceder ao julgamento das propostas.

Art. 4º À Comissão de Licitação fará a gerência do processo licitatório nas seguintes modalidades:

- I – Concorrência;
- II – Tomada de Preço;
- III – Convite;
- IV – Concurso, e.
- V – Leilão.

Art. 5º O presidente, ora nomeado fica autorizado a baixar todos os atos necessários para a fiel execução do processo licitatório, devendo, a Secretária, elaborar atas e relatórios de todas as reuniões e atos praticados.

Art. 6º Os membros da presente Comissão não serão remunerados pelos serviços prestados.

Art. 7º A Administração Pública Direta do Município de Forquilha poderá adotar, nos casos que entender cabíveis, a modalidade de licitação denominada Pregão.

Parágrafo único. Competirá ao Secretário Municipal de Administração e Finanças a escolha da modalidade licitatória.

Art. 8º Nos casos em que for adotada, a modalidade Pregão será realizada na forma presencial ou eletrônico.

Art. 9º A Licitação na modalidade Pregão é juridicamente condicionada aos princípios constitucionais da Administração Pública, entre eles os da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo, bem assim, aos princípios correlatos da celeridade, finalidade, razoabilidade, proporcionalidade, competitividade e economicidade; além de ser condicionada aos ditames da Lei Federal nº. 10.520/2002 e, subsidiariamente, à Lei Federal nº. 8.666/1993.

Parágrafo único. As normas disciplinadoras do Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público e a segura contratação.

Art. 10. Fica designado como pregoeira a servidora Erika de Luca Tiscoski Back.

Art. 11. A equipe de apoio à pregoeira será composta pelos seguintes servidores: Valdecir Tiscoski, Renata Pereira Fritzen, Tainara Silveira Redivo, Magali da Rosa e Kend Bernardo Trombim Rampinelli. Parágrafo único. Os membros da equipe de apoio atuarão nos procedimentos licitatórios de acordo com suas respectivas funções administrativas.

Art. 12. Substituirá a Pregoeira, em suas ausências, o servidor Valdecir Tiscoski.

Art. 13. O Pregoeiro e a Equipe de Apoio, investidos nas respectivas funções por 1(um) ano, exercerão todas as atribuições definidas pela Lei Federal nº. 10.520/2002.

Art. 14. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 15. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Forquilha/SC, 04 de janeiro de 2016.  
VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 04 de janeiro de 2016.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO  
Secretário de Administração e Finanças

# Fraiburgo

## PREFEITURA

### **AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0001\_2016-FMS**

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0001/2016 - FMS  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0001/2016-FMS

O MUNICÍPIO DE FRAIBURGO através do Fundo Municipal de Saúde do Município de Fraiburgo - SC, neste ato representado pela Secretária Municipal, torna público a Dispensa de Licitação nº 0001/2016 para a locação de um imóvel localizado à rua Getulio Vargas nº 170 no bairro Santo Antônio nesta cidade, para funcionamento da Unidade Básica de Saúde, com vigência de janeiro a março de 2016. Fundamento Legal: Art. 24 Inciso X da Lei 8.666/93 e alterações posteriores. Valor total: R\$ 3.510,00 (três mil, quinhentos e dez reais), e será pago em 3 (três) parcelas mensais de R\$ 1.170,00 (um mil, cento e setenta reais) em favor do Sr. Antonio Both, portador do CPF nº 629.046.639-91. Justificativa: Instalações adequadas para atender as finalidades precípua da Administração e o preço compatível com o valor de mercado.

Fraiburgo(SC), 05 de janeiro de 2016.

Nilce Pinz – Secretária Municipal

### **AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0001\_2016**

Aviso da Inexigibilidade de Licitação Nº 0001/2016

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0003/2016 – PMF

Objeto: Prestação de serviços relativos ao abrigamento dos menores TALITA RIBEIRO, brasileira, nascida em 01 de março de 2001 na cidade de Monte Carlo-SC e MAURICIO KAUÃ RODRIGUES, brasileiro, nascido em 16 de julho de 2008 nesta cidade, para o período de janeiro a dezembro de 2016. Contratada: ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE PROFESSORA GEORGETE, inscrita no CNPJ de nº 79.368.858/0001-63. Valor Total: R\$ 21.120,00 (vinte e um mil e cento e vinte reais) e será pago em 12 (doze) parcelas mensais de R\$ 1.760,00 (um mil, setecentos e sessenta reais). Fundamento legal . Artigo 25, Caput da Lei 8.666/93

Fraiburgo(SC), 05 de janeiro de 2016.

Ivo Biazolo – Prefeito Municipal

### **AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0001\_2016 - SF**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0001/2016 – SF

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0001/2016 – SF

A Autarquia Municipal de Saneamento de Fraibugo – SANEFRAI torna público a Inexigibilidade de Licitação nº 0001/2016, cujo objeto é a locação de dois poços artesianos para abastecimento de água do bairro São Miguel, de propriedade do Sr. APARICIO DIAS DE MORAIS, inscrito no CPF sob o nº 075.554.079-49, no valor total de R\$ 35.976,00 (trinta e cinco mil, novecentos e setenta e seis reais), que será pago em 12 (doze) parcelas mensais de R\$ 2.998,00 (dois mil novecentos e noventa e oito reais). Vigência do Contrato: janeiro a dezembro de 2016. Fundamento Legal: Art. 25, caput, da Lei 8.666/93.

Fraiburgo (SC), 05 de janeiro de 2016.

Eloi Regalin – Presidente da SANEFRAI

### **PORTARIA Nº 0003/2016**

PORTARIA Nº. 0003, DE 05 DE JANEIRO DE 2016.

Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar o servidor IDENIR SAVIAN, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº. 296.626.489-68, nomeado no cargo de provimento em comissão de CHEFE DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 05 de janeiro de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 05 de janeiro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

### **PORTARIA Nº 0004/2016**

PORTARIA Nº. 0004, DE 05 DE JANEIRO DE 2016.

Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar o servidor JESSÉ DA CRUZ, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº. 050.532.759-71, nomeado no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE DEPARTAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 05 de janeiro de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 05 de janeiro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento



**PORTARIA Nº 0005/2016**

PORTARIA Nº. 0005, DE 05 DE JANEIRO DE 2016.

Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

## RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar a pedido a servidora SIRLEI ANTUNES DE OLIVEIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº. 052.032.839-66, nomeada no cargo de provimento efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 04 de janeiro de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 05 de janeiro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 0006/2016**

PORTARIA Nº. 0006, DE 05 DE JANEIRO DE 2016.

Nomeia Servidor Público Municipal

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0110, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores; e em conformidade com a comunicação interna nº 52/2015, do Presidente da Ortfrai;

## RESOLVE:

Art. 1º Nomear JESSÉ DA CRUZ, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 050.532.759-71, no cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 06 de janeiro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 05 de janeiro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 0007/2016**

PORTARIA Nº. 0007, DE 05 DE JANEIRO DE 2016.

Nomeia Servidor Público Municipal

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0110, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores; e em conformidade com a comunicação interna nº 0002/2016, do Gabinete do Prefeito;

## RESOLVE:

Art. 1º Nomear IDENIR SAVIAN, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 296.626.489-68, no cargo de provimento em comissão

de DIRETOR GERAL DE GESTÃO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 06 de janeiro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 05 de janeiro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 0008/2016**

PORTARIA Nº 0008, DE 05 DE JANEIRO DE 2016.

Nomeia Servidor Público Municipal

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 109/2010; e em conformidade com a Lei Complementar 110/2010; e em conformidade com a Lei Complementar 046/2003; e em conformidade com a Lei Municipal 2143/2012, e alterações posteriores;

## RESOLVE:

Art. 1º Nomear TAYLOR MARTELLO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 051.606.909-80, no cargo de Agente Político de SECRETÁRIO MUNICIPAL, lotado na Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 06 de janeiro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 05 de janeiro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 0009/2016**

PORTARIA Nº 0009, DE 05 DE JANEIRO DE 2016.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

## RESOLVE:

Art. 1º – Rescindir a pedido, o contrato de PATRICIA DE ALMEIDA DIAS DE ANDRADE, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 000.181.749-30, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 05 de janeiro de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 05 de janeiro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal



ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**RESOLUÇÃO CMDCA Nº 22-2016**

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE  
DO MUNICIPIO DE FRAIBURGO-SC

**RESOLUÇÃO Nº22**

Dispõe sobre a Posse dos Conselheiros Tutelares.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 12.696 de 2012, resolve:

Art. 1º – Conforme orientações do CONANDA o Conselho Municipal dos Direitos da Crianças e Adolescente – CMDCA decide realizar a Diplomação e Posse do Conselheiros Tutelares que será realizada em 10 de janeiro de 2016, às 9h30m no auditório da Prefeitura Municipal de Fraiburgo.

Art.2ª – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Fraiburgo(SC), 05 de janeiro de 2016.

Dulcinei Bilibio

Presidente do CMDCA

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**PORTARIA Nº 02/2016**

PORTARIA Nº 02/2016

DISPÕE SOBRE O HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO PODER LEGISLATIVO E A JORNADA DE TRABALHO DOS SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL, NO PERÍODO DE 04 A 31 DE JANEIRO DE 2016, NA FORMA QUE ESPECIFICA.

ORACIR FERREIRA DE DEUS, Presidente da Câmara Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em especial o artigo 34, inciso II, do Regimento Interno, determina:

Art. 1º. Fica alterado o horário de funcionamento da Câmara Municipal de Fraiburgo, tanto para o expediente interno como o externo, no período de 04 a 31 de janeiro de 2016, conforme discriminação adiante:

De: Segunda à Sexta-Feira	Das 13h00min às 18h00min
---------------------------	--------------------------

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 04 de janeiro de 2016, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, 05 de janeiro de 2016.

ORACIR FERREIRA DE DEUS

Presidente da Câmara Municipal

ADILSON JOSÉ DIAS

Gestor Público Legislativo

# Frei Rogério

## PREFEITURA

### EXTRATO PORTARIAS DEZEMBRO 2015

#### EXTRATO PORTARIAS MÊS DE DEZEMBRO DE 2015

Número	Assunto	Resumo	Data
225/2015	Contrato de Trabalho	Rescinde a partir de 04/12/2015 o contrato de trabalho de CARLA ALBUQUERQUE nomeada através da Portaria 023/2015, para exercer o cargo de Professora de Artes.	01/12/2015
226/2015	Contrato de Trabalho	Rescinde a partir de 04/12/2015 o contrato de trabalho de CLARICE ROCHA NOVACOSKI nomeada através da Portaria 050/2015, para exercer o cargo de Professora.	01/12/2015
227/2015	Contrato de Trabalho	Rescinde a partir de 04/12/2015 o contrato de trabalho de VERONICA APARECIDA DA SILVA STUPP nomeada através da Portaria 074/2015, para exercer o cargo de Professora.	01/12/2015
228/2015	Contrato de Trabalho	Rescinde a partir de 04/12/2015 o contrato de trabalho de IVANILDE APARECIDA RICHTER nomeada através da Portaria 075/2015, para exercer o cargo de Professora.	01/12/2015
229/2015	Contrato de Trabalho	Rescinde a partir de 04/12/2015 o contrato de trabalho de ANNA BEATRIZ CAETANO nomeada através da Portaria 128/2015, para exercer o cargo de Professora de Informática.	01/12/2015
230/2015	Contrato de Trabalho	Rescinde a partir de 04/12/2015 o contrato de trabalho de MARIA CRISTINA CHEFFER CAETANO nomeada através da Portaria 005/2015, para exercer o cargo de Professora.	01/12/2015
231/2015	Contrato de Trabalho	Rescinde a partir de 04/12/2015 o contrato de trabalho de LORAIDES ALLINE MACIEL nomeada através da Portaria 008/2015, para exercer o cargo de Professora.	01/12/2015
232/2015	Contrato de Trabalho	Rescinde a partir de 04/12/2015 o contrato de trabalho de MARIANE CORREA DOS SANTOS LUCAS nomeada através da Portaria 029/2015, para exercer o cargo de Professora.	01/12/2015
233/2015	Contrato de Trabalho	Rescinde a partir de 04/12/2015 o contrato de trabalho de CAROLINA MELLO DE ANDRADE nomeada através da Portaria 052/2015, para exercer o cargo de Professora.	01/12/2015
234/2015	Contrato de Trabalho	Rescinde a partir de 04/12/2015 o contrato de trabalho de ELISANGELA DE LORENZI MACHRY nomeada através da Portaria 202/2015, para exercer o cargo de Professora.	01/12/2015
235/2015	Contrato de Trabalho	Rescinde a partir de 04/12/2015 o contrato de trabalho de DELECIO FAQUIM FILHO nomeado através da Portaria 024/2015, para exercer o cargo de Professor de Artes.	01/12/2015
236/2015	Contrato de Trabalho	Rescinde a partir de 04/12/2015 o contrato de trabalho de DANIEL MELLO, nomeado através da Portaria 030/2015, para exercer o cargo de Professor de Educação Física.	01/12/2015
237/2015	Contrato de Trabalho	Rescinde a partir de 04/12/2015 o contrato de trabalho de DANIEL MELLO nomeado através da Portaria 054/2015, para exercer o cargo de Professor de Educação Física.	01/12/2015
238/2015	Contrato de Trabalho	Rescinde a partir de 04/12/2015 o contrato de trabalho de MAURICIO WEBBER BATISTA nomeado através da Portaria 084/2015, para exercer o cargo de Professor de Informática.	01/12/2015
239/2015	Contrato de Trabalho	Rescinde a partir de 04/12/2015 o contrato de trabalho de DELECIO FAQUIM FILHO nomeado através da Portaria 028/2015, para exercer o cargo de Professor de Artes.	01/12/2015
240/2015	Contrato de Trabalho	Rescinde a partir de 04/12/2015 o contrato de trabalho de MARIA ELIZA RIBEIRO VACARIO, nomeada através da Portaria 130/2015, para exercer o cargo de Servente/Merendeira.	01/12/2015
241/2015	Contrato de Trabalho	Rescinde a partir de 15/12/2015 o contrato de trabalho de GRAZIELLA FURLAN PEREIRA nomeada através da Portaria 031/2015, para exercer o cargo de Professora.	01/12/2015
242/2015	Designar	Designa HIDEKI IWASAKI, Vice Prefeito Municipal para responder e assinar pelos atos da Prefeitura Municipal de Frei Rogério no período de 05 dias devido a problemas de Saúde conforme atestado Médico protocolado sob o número 564/2015.	07/12/2015

243/2015	Exonerar	Rescinde a partir de 11/12/2015 o contrato de trabalho de SCHEILA DE OLIVEIRA PEPE nomeada através da Portaria 026/2015, para exercer o cargo de Professora.	08/12/2015
244/2015	Exonerar	Rescinde a partir de 11/12/2015 o contrato de trabalho de GUMO ADRIANO RIBEIRO nomeado através da Portaria 159/2015, para exercer o cargo de Professor.	08/12/2015
245/2015	Nomeia Comissão, Conselho, etc	Ficam nomeados os servidores abaixo denominados para comporem a "Comissão do Concurso Público edital 002/2015 com a função de receber e examinar os documentos e procedimentos para a realização do mesmo".	17/12/2015
246/2015	Férias Normais e Coletivas	Concede férias aos servidores relacionados, a partir de 04/01/2016 a 02/02/2016 - 30 dias de acordo com o período aquisitivo cumprido, conforme demonstra os recibos de férias.	21/12/2015
247/2015	Férias Normais e Coletivas	Concede férias aos servidores relacionados, no período de 04/01/2016 a 02/02/2016 - 30 dias de acordo com o período aquisitivo cumprido, conforme demonstra os recibos de férias.	22/12/2015
248/2015	Férias Normais e Coletivas	Concede férias aos servidores relacionados, no período de 04/01/2016 a 02/02/2016 - 30 dias de acordo com o período aquisitivo cumprido, conforme demonstra os recibos de férias.	22/12/2015

Frei Rogério, 05 de janeiro de 2016.

MAGNA ADRIANE RIBEIRO

Diretora de Departamento - RH

## PRIMEIRO TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 028/2015

PRIMEIRO TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO Nº 028/2015.

PRIMEIRO TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA NAS ÁREAS, CONTÁBIL, FINANCEIRA, ORÇAMENTÁRIA, E PATRIMONIAL PARA A ORIENTAÇÃO DOS TÉCNICOS MUNICIPAIS QUE ATUAM NESTAS ÁREAS.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Adolfo Soletti, 750, na cidade de Frei Rogério- SC, inscrito no CNPJ nº 01 616 039 0001 09, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Senhor, OSNY BATISTA ALBERTON, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade de Frei Rogério, SC, portador do CPF n. 569 572 629 87, denominado para este instrumento particular simplesmente de CONTRATANTE.

CONTRATADA: ASCENCE CONSULTORES ASSOSSIADOS LTDA - EPP, pessoa jurídica de direito privado, com sede, na cidade de Xanxerê-SC, Rua da Consolação, n.º 317, sala 3, inscrita no CNPJ nº 17 301 930 0001 88, neste ato representada pelo Sócio/administrador, senhor, REINALDO VALENTINI, Brasileiro, residente e domiciliado na Rua Candido Teston, n.º 1387 na Cidade de Xaxim- SC, portador do CPF nº 584 236 929 72, denominada para este instrumento particular simplesmente de CONTRATADA, celebram o presente termo de aditamento ao contrato para a Prestação de Serviços, conforme as cláusulas e condições adiante estabelecidas:

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 8.666 de 21/06/93, atualizada pela Lei nº 8.883 de 08/06/94; Processo Licitatório nº 02/2015, na Modalidade Convite nº 01/2015 e demais normas pertinentes.

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - O PRESENTE INSTRUMENTO TEM POR OBJETIVO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE CONSULTORIA NAS ÁREAS, CONTÁBIL, FINANCEIRA, ORÇAMENTÁRIA, E PATRIMONIAL PARA A ORIENTAÇÃO DOS TÉCNICOS MUNICIPAIS QUE ATUAM NESTAS ÁREAS, COM VISTAS A IMPLEMENTAÇÃO DAS NOVAS NORMAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO (NBCASP), CONSULTORIA EM CONJUNTO COM A EQUIPE TÉCNICA AS FINANÇAS PÚBLICAS À LUZ DAS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO, DESTACANDO A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO COM ENFOQUE NA ELABORAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL (PPA), A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (LDO) E A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA).

1.2 - A EMPRESA, CONTRATADA, DEVERÁ PRESTAR SUPORTE TÉCNICO NAS SEGUINTE MODALIDADES:

1.2.1 - SUPORTE TÉCNICO PRESENCIAL, NAS DEPENDÊNCIAS DA PREFEITURA, ATRAVÉS DE UM DOS RESPONSÁVEIS TÉCNICOS, COM FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS INDICADOS NA EQUIPE TÉCNICA DA LICITANTE, COM DURAÇÃO DE NO MÍNIMO 24 (VINTE E QUATRO) HORAS MENSIS, EM HORÁRIO COMERCIAL, DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA.

1.2.2 - O SUPORTE TÉCNICO PRESENCIAL PREVISTO NO SUBITEM ANTERIOR DEVERÁ SER REALIZADO EM 02 (DUAS) VISITAS POR MÊS.

1.3 - EM CASO EXCEPCIONAL O SUPORTE TÉCNICO PRESENCIAL PODERÁ SER SOLICITADO A QUALQUER TEMPO PELO MUNICÍPIO, QUE DEVERÁ COMUNICAR A EMPRESA CONTRATADA COM UM PRAZO MÍNIMO DE 72 (SETENTA E DUAS) HORAS DE ANTECEDÊNCIA, PARA COMPARECIMENTO JUNTO A PREFEITURA, SENDO QUE PARA ESTES SERVIÇOS EXCEDENTES SERÁ COBRADO O VALOR PROPORCIONAL À HORA TÉCNICA DO VALOR PROPOSTO.

1.4 - A EMPRESA CONTRATADA DEVERÁ EFETUAR SUPORTE TÉCNICO ATRAVÉS DE TELEFONE, FAX, E-MAIL, SEM LIMITE DE CONSULTAS, DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA, EMITINDO PARECER TÉCNICO EM, NO MÁXIMO, 48 (QUARENTA E OITO) HORAS CONTADAS DA SOLICITAÇÃO.

1.5 - EFETUAR SUPORTE TÉCNICO POR MEIO DE ACESSO REMOTO AOS SISTEMAS INFORMATIZADOS DO MUNICÍPIO, DURANTE O HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DA PREFEITURA.

### CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1 – Levando em consideração o interesse público, e por acordo entre as partes fica prorrogado por mais 12 meses o prazo de vigência deste instrumento, prazo este que se inicia no dia 01 de janeiro de 2016, com termino previsto para o dia 31 de dezembro do mesmo ano, podendo ainda o mesmo ser prorrogado de comum acordo, caso haja interesse das parte, prevalecendo o interesse público, obedecendo sempre o disposto no artigo 57, inciso II, da Lei nº 8666/93

2.2. Este contrato poderá ser aditado atendendo às disposições da Lei 8.666/93 e interesse publico.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

3.1 – Em decorrência da prorrogação do prazo de vigência deste instrumento, o município pagará para a contratada o valor total de R\$ 37.471,20, (trinta e sete mil, quatrocentos e setenta e um reais e vinte centavos) a serem pagos em 12 (doze) parcelas mensais de R\$ 3.122,60 (três mil, cento e vinte e dois reais e sessenta centavos) até o dia 31 de dezembro de 2016.

Parágrafo único: Os preços previstos nesta cláusula não sofrerão reajustes ate o dia 31 de dezembro de 2016. Após esse período, no caso de prorrogação, os preços deverão ser reajustados de acordo a variação do INPC/IBGE, acumulado nos ultimo 12 (doze) meses

#### CLAUSULA QUARTA –DO EMBASAMENTO LEGAL:

O Presente aditivo é realizado com fundamento no artigo 57, inciso II, e artigo 65, ambos da Lei 8.666/93.

#### 4 - CLÁUSULA QUINTA – DA DEMAIS CLAUSULAS:

As demais cláusulas do contrato que a este deu origem permanecem inalteradas

E, por estarem justas e acertadas, as partes assinam o presente instrumento em (03) três vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que se produzam os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato, por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Frei Rogério (SC), 29 de dezembro de 2015  
MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO  
CONTRATANTE

ASCENCE CONSULTORES ASSOSSIADOS LTDA - EPP  
CONTRATADA

Testemunhas:

1. Genésio Rinaldi  
CPF: 384 587 809 68

2. ALGUEM DA EMPRESA

### **PRIMEIRO TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 081/2015**

PRIMEIRO TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO Nº 081/2015

PRIMEIRO TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM:

O MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO E A EMPRESA:  
ENGELIX LIMPEZA URBANA LTDA – EPP

O MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO, pessoa jurídica de direito publico interno, com sede administrativa na Rua Adolfo Soletti, 750 inscrito no CNPJ sob Nº 01.616.039/0001-09, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Senhor, OSNY BATISTA ALBERTON, inscrito no Cadastro de Pessoa Física sob o nº 569.572.629-87 doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a EMPRESA ENGELIX LIMPEZA URBANA LTDA – EPP, pessoa jurídica, de direito privado, com sede na Rua Doralice Ramos de Pinho, n º 1.280, na Cidade de São José - SC, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 01 942 016 0001 86, neste ato representada pelo Sócio/Administrador, senhor, EDERSON ANTONIO DE CEZARO, inscrito no Cadastro de Pessoa Física sob o nº 542 904 149 15, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, tem justo e contratado nos termos da adjudicação no Processo de Licitação N º 012/2015, na modalidade de Pregão Presencial nº 006/2015, ao qual se vincula em todos seus termos e anexos.

#### CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1. Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços de coleta de resíduos sólidos domiciliares originados de atividades domésticas em residências urbanas (Lei nº 12.305 de 02/08/2010, art. 13º, inc. I, alíneas “a” e “d”), tais como: papéis, papelão, plásticos, metais diversos, vidros, tecidos, couros, embalagens e matéria orgânica, com caminhões coletores compactadores, próprios ou locados pela empresa, no município de Frei Rogério, conforme Roteiro e Frequência constantes no Anexo II (Plano de Trabalho), parte integrante do presente contrato, através de mão de obra especializada, obedecendo às normas trabalhistas, ambientais e de segurança do trabalho vigentes.

1.2. Os veículos, no mínimo 2 (dois), deverão ser mantidos em perfeitas condições de funcionamento. Estão compreendidos nesta exigência o funcionamento de velocímetro, pintura, limpeza, constituindo obrigação contratual a higienização semanal dos equipamentos.

1.3. A prestação de serviços será gerenciada e fiscalizada pela Contratante.

1.3.1. Entende-se por gerenciamento todos os atos relativos ao bom cumprimento do presente contrato.

1.4. É vedado o armazenamento provisório em vias públicas e/ou logradouros, para posterior carga no veículo transportador, por tempo superior a 15 (quinze) minutos.

1.5. Toda e qualquer mudança em roteiro ou cronograma de coleta, deverá ser realizado somente após o consentimento da Contratante.

1.6. A Contratante poderá alterar o cronograma de coleta com aviso prévio de 07 (sete) dias.

1.7. Somente será permitida coleta e transporte de resíduos sólidos urbanos de classe residencial (Lei nº 12.305/10).

1.8. Os resíduos coletados deverão ser depositados no aterro sanitário do COINCO, no local apropriado, no mesmo dia da coleta e no horário

de funcionamento do aterro, atendendo as orientações do CONTRATANTE e da empresa terceirizada prestadora dos serviços de manutenção e disposição final que opera no aterro sanitário.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO:

2.1. Levando em consideração o interesse público, e por acordo entre as partes fica prorrogado por mais 12 meses o prazo de vigência deste instrumento, prazo este que se inicia no dia 01 de janeiro de 2016, com termino previsto para o dia 31 de dezembro do mesmo ano, podendo ainda o mesmo ser prorrogado de comum acordo, caso haja interesse das partes, prevalecendo o interesse público, obedecendo sempre o disposto no artigo 57, inciso II, da Lei nº 8666/93

2.2. Este contrato poderá ser aditado atendendo às disposições da Lei 8.666/93 e interesse público.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO E REAJUSTE DE PREÇOS:

3.1. Em decorrência do aditamento do prazo de vigência deste contrato, o município contratante passara a pagar à contratada a importância de R\$ 271,83 (duzentos e setenta e um reais e oitenta e três centavos) por tonelada de resíduos sólidos urbanos, classe residencial, coletados no município e depositados no aterro do COINCO.

Parágrafo Único: Os preços previstos nesta cláusula não sofrerão reajustes até o dia 31 de dezembro de 2016. Após esse período, no caso de prorrogação, os preços deverão ser reajustados de acordo a variação do IGP-DI, acumulado nos últimos 12 (doze) meses

#### CLÁUSULA QUARTA –DO EMBASAMENTO LEGAL:

O Presente aditivo é realizado com fundamento no artigo 57, inciso II, e artigo 65, ambos da Lei 8.666/93.

#### 4 - CLÁUSULA QUINTA – DA DEMAIS CLAUSULAS:

As demais cláusulas do contrato que a este deu origem permanecem inalteradas

E, por estarem justas e acertadas, as partes assinam o presente instrumento em (03) três vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que se produzam os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato, por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Frei Rogério (SC), 29 de dezembro de 2015

MUNICÍPIO DE FREI ROGERIO

Contratante

ENGELIX LIMPEZA URBANA LTDA - EPP

Contratada

#### ASSESSORIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO

O presente contrato cumpre com as exigências legais, estando em acordo com a Lei Federal No. 8.666/93, pelo que, de acordo com o artigo 38 parágrafo único da referida Lei o dou como aprovado.

VALMOR ÂNGELO TAGLIARI

Assessor jurídico – OAB 21 301

Testemunhas:

1)- Genesio Rinaldi

CPF: 384 587 809 68

2)- Janaina Bueno

CPF: 998.462.099 91

#### PRIMEIRO TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 106/2015

PRIMEIRO TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 106/2015, DATADO DE 15 DE OUTUBRO DE 2015, QUE ENTRE SI CELEBRAM :

O MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO E

KATIA REGINA DA SILVA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE ASSESSORIA EM PROJETOS PARA CAPTAÇÃO DE RECURSOS E PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS MESMOS, JUNTO AO GOVERNO FEDERAL E ESTADUAL.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Adolfo Soletti, 750, na cidade de Frei Rogério- SC, inscrito no CNPJ nº 01 616 039 0001 09, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Senhor, OSNY BATISTA ALBERTON, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade de Frei Rogério, SC, portador do CPF n. 569 572 629 87, denominado para este instrumento particular simplesmente de CONTRATANTE.

CONTRATADA: KATIA REGINA DA SILVA, pessoa física, inscrita no Cadastro nacional de Pessoas Físicas, \_ CPF, sob o nº 847 929 149 49, residente na Rua Francisco Goetten, 370, na cidade de São Cristóvão do Sul-SC, neste ato representada pela mesma, denominada para este instrumento particular simplesmente de CONTRATADA, celebram o presente termo de aditamento ao contrato para a Prestação de Serviços, conforme as cláusulas e condições adiante estabelecidas:

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 8.666 de 21/06/93, artigo 65,

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - O PRESENTE INSTRUMENTO TEM POR OBJETIVO A CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA E OU JURÍDICA, COM EXPERIÊNCIA COMPROVADA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA, PARA ATENDIMENTO DAS EXIGÊNCIAS DOS GOVERNOS DAS ESFERAS FEDERAL E ESTADUAL NO QUE DIZ RESPEITO TANTO AO CADASTRAMENTO DE PROJETOS PARA OBTENÇÃO DE RECURSOS, INCLUINDO AS EMENDAS PARLAMENTARES, QUANTO AS PRESTAÇÕES DE CONTA DOS MESMOS, PARA ACOMPANHAMENTO DIRETO JUNTO AOS ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS PELA ADMINISTRAÇÃO E REPASSE DOS CONTRATOS/CONVÊNIOS CELEBRADO ENTRE OS ÓRGÃO E ENTIDADES DOS GOVERNOS FEDERAL E ESTADUAL E O MUNICÍPIO DE FREI ROGERIO, SUAS SECRETARIAS E FUNDOS, NO PERÍODO DE 15 DE OUTUBRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2016, COM CARGA HORARIO DE NO MINIMO 20 (VINTE) HORAS SEMANAIS.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA**

2.1 – Por acordo entre as partes fica prorrogado para o dia 28 de fevereiro de 2016 o prazo de vigência deste instrumento, em decorrência da não realização de concurso público para preenchimento do cargo, na área de atuação do objeto deste.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR**

3.1 – em virtude da prorrogação do prazo conforme clausula anterior o Município pagará a contratada o valor de 9.600,00 (nove mil e seiscentos reais) em duas parcelas mensais de 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais), e que serão efetuados até o 10º dia do mês subsequente a prestação dos serviços.

**CLÁUSULA QUARTA –DO EMBASAMENTO LEGAL:**

O Presente aditivo é realizado com fundamento no artigo 65, da Lei 8.666/93.

**4 - CLÁUSULA QUINTA – DA DEMAIS CLAUSULAS:**

As demais cláusulas do contrato que a este deu origem permanecem inalteradas

E, por estarem justas e acertadas, as partes assinam o presente instrumento em (03) três vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que se produzam os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato, por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Frei Rogério (SC), 31 de dezembro de 2015

MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO

Contratante

KATIA REGINA DA SILVA

contratada

**ASSESSORIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO**

O presente contrato cumpre com as exigências legais, estando em acordo com a Lei Federal No. 8.666/93, pelo que, de acordo com o artigo 38 parágrafo único da referida Lei o dou como aprovado.

VALMOR ÂNGELO TAGLIARI

Assessor jurídico – OAB 21 301

Testemunhas:

1)

2)



# Galvão

## CÂMARA MUNICIPAL

### 3º ADITIVO AO CONTRATO 005/2014

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE GALVÃO/SC

Extrato de 3º Aditivo ao Contrato n. 005/2014

Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE GALVÃO

CNPJ: 80.641.533/0001-91

Contratada: BETHA SISTEMAS LTDA

CNPJ: 00.456.865/0001-67

Objeto: Licença de uso dos sistemas de Compras e Licitações, Contabilidade Pública, Folha de Pagamento, Tesouraria e Transparência.

Vigência: 07/01/2016 à 06/03/2017 (14 - quatorze meses)

Data da Assinatura: 04/01/2016.

Signatários: Joarez Antonio Canan – pela Contratante e Ernesto Muniz de Souza Jr – pela Contratada.

Galvão SC, 04 de Janeiro de 2016.

Joarez Antonio Canan - Presidente da Câmara de Vereadores

### 3º ADITIVO AO CONTRATO 007/2013

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE GALVÃO/SC

Extrato do 3º Aditivo ao Contrato n. 007/2013

Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE GALVÃO

CNPJ: 80.641.533/0001-91

Contratada: INSTITUTO FAE S/C LTDA

CNPJ: 04.844.284/0001-53

Objeto: Prestação de Serviços de Assessoria Contábil, Consultoria Administrativa, com Emissão de Pareceres e Orientações Técnicas e Legais, Acompanhamento das Remessas de Informações aos Órgãos Superiores de Fiscalização.

Valor: R\$ 31.935,00 (Trinta e Um Mil Novecentos e Trinta e Cinco Reais).

Vigência: 02/01/2016 à 31/12/2016 (12 - doze meses)

Data da Assinatura: 04/01/2016.

Signatários: Joarez Antonio Canan – pela Contratante e Edgar Antonio Felipe – pela Contratada.

Galvão SC, 04 de Janeiro de 2016.

Joarez Antonio Canan - Presidente da Câmara de Vereadores

### CONTRATO 001/2016

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE GALVÃO/SC

Extrato de Contrato n. 001/2016

Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE GALVÃO

CNPJ: 80.641.533/0001-91

Contratada: CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA)

CNPJ: 09.427.503/0001-12

Objeto: Contratação dos serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores: Promoção do governo eletrônico no Poder Legislativo municipal de Santa Catarina; Inclusão digital das Câmaras de Vereadores; Disponibilização de informações e serviços ao cidadão; Acompanhamento on-line dos projetos de lei e demais atos normativos

em tramitação nas Câmaras de Vereadores; Divulgação das potencialidades econômicas e culturais dos municípios; Promoção da gestão transparente do Poder Legislativo municipal; Economia dos recursos públicos.

Valor: R\$ 2.808,00 (Dois Mil Oitocentos e Oito Reais).

Vigência: 02/01/2016 à 31/12/2016 (12 - doze meses)

Data da Assinatura: 04/01/2016.

Signatários: Joarez Antonio Canan – pela Contratante e Gilsoni Luardi Albino – pela Contratada.

Galvão SC, 02 de Janeiro de 2015.

Joarez Antonio Canan - Presidente da Câmara de Vereadores

### CONTRATO 002/2016

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE GALVÃO/SC

Extrato de Contrato n. 002/2016

Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE GALVÃO

CNPJ: 80.641.533/0001-91

Contratada: FAE SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS LTDA

CNPJ: 07.753.029/0001-93

Objeto: Locação do software denominado Sistema de Controle Interno; Adequação e compatibilização das verificações à estrutura administrativa da Câmara Municipal; Prestação de serviços técnicos especializados no treinamento operacional do sistema locado; Atualização permanente do software e respectivas verificações.

Valor: R\$ 2.400,00 (Dois Mil e Quatrocentos Reais)

Vigência: 02/01/2016 à 31/12/2016 (12 - doze meses)

Data da Assinatura: 04/01/2016.

Signatários: Joarez Antonio Canan – pela Contratante e Edson Antonio Valgoi – pela Contratada.

Galvão SC, 04 de Janeiro de 2016.

Joarez Antonio Canan - Presidente da Câmara de Vereadores

### CONTRATO 003/2016

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE GALVÃO/SC

Extrato de Contrato n. 003/2016

Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE GALVÃO

CNPJ: 80.641.533/0001-91

Contratada: INFO DIGITALE - SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS PARA GESTÃO DOCUMENTAL LTDA – ME

CNPJ: 86.731.494/0001-08

Objeto: Locação de Sistema de informática GEDOC (Gerenciador eletrônico de Documentos); Publicação e Hospedagem da Legislação (GedocNet LE) - Hospedagem da base de dados;

Valor: R\$ 4.288,68 (Quatro Mil Duzentos e Oitenta e Oito Reais e Sessenta e Oito Centavos)

Vigência: 02/01/2016 à 31/12/2016 (12 – Doze meses)

Data da Assinatura: 04/01/2016.

Signatários: Joarez Antonio Canan – Contratante e José da Silva – pela Contratada.

Galvão SC, 04 de Janeiro de 2016.

Joarez Antonio Canan - Presidente da Câmara de Vereadores

**CONTRATO 004/2016**

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE GALVÃO/SC

Extrato de Contrato n. 004/2016

Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE GALVÃO

CNPJ: 80.641.533/0001-91

Contratada: CPNET COMÉRCIO E SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA

CNPJ: 06.349.207/0001-52

Objeto: Prestação de Serviço de Conexão com a Internet, Fibra Óptica, para a Câmara de Vereadores de Galvão, com a Disponibilização de 08 Mbs (Oito Megabites) de Tráfego.

Valor: R\$ 1.558,80 (Um Mil Quinhentos e Cinquenta e Oito Reais)

Vigência: 02/01/2016 à 31/12/2016.

Data da Assinatura: 04/01/2016

Signatários: Joarez Antonio Canan – pela Contratante e Vitor Vale-rius – pela Contratada.

Galvão SC, 04 de Janeiro de 2016.

Joarez Antonio Canan - Presidente da Câmara de Vereadores

**CONVÊNIO 001/2016**

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE GALVÃO/SC

Extrato de Convênio n. 001/2016

Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE GALVÃO

CNPJ: 80.641.533/0001-91

Contratada: ACANOR - Associação Das Câmaras Municipais Do No-roeste De Santa Catarina

CNPJ: 04.961.523/0001-55

Objeto: Assessoramento e a Cooperação Técnico-financeira entre a ACANOR e a Câmara de Vereadores de Galvão.

Valor: R\$ 10.200,00 (Dez Mil e Duzentos Reais)

Vigência: 02/01/2016 à 31/12/2016 (12 - doze meses)

Data da Assinatura: 04/01/2016.

Signatários: Joarez Antonio Canan – pela Contratante e Nereu Bru-no Fritzen – pela Contratada

Galvão SC, 04 de Janeiro de 2016.

Joarez Antonio Canan - Presidente da Câmara de Vereadores

# Garopaba

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 001/2016 - IPREGOBA

ESTADO DE SANTA CATARINA

INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE GAROPABA - IPREGOBA

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 001/2016. CONTRATANTE: INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE GAROPABA – IPREGOBA. CONTRATADO: SMI PRIME – CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS LTDA; CNPJ: 11.882.190/0001-34; Objeto: O presente CONTRATO estabelece as condições para contratação de serviço técnico de controladoria e assessoria especializada no mercado financeiro, prestado por pessoa jurídica à Regime Próprio de Previdência Social Municipal, fornecendo o suporte técnico necessário nas questões relacionadas aos investimentos financeiros, nos termos da Resolução BACEN 3.922/2010 e suas respectivas alterações, conforme discriminado no Anexo I, parte indissociável deste instrumento contratual. Valor: R\$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais). Data da Assinatura: 05/01/2016.

# Gaspar

## CÂMARA MUNICIPAL

### RESOLUÇÃO Nº 01/2016

RESOLUÇÃO Nº 01/2016

Exonera servidora que especifica.

A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Gaspar, no uso de suas atribuições contidas no art. 39, inciso VII, da Lei Orgânica do Município de Gaspar,

Considerando a nova composição da Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Gaspar para a Sessão Legislativa de 2016;

Considerando o Ofício Interno nº 01/2016, que indica o Senhor Fernando Neves como Assessor da Presidência, cargo de provimento em comissão ocupado pela servidora Senhora Janete da Silva; e

Considerando o exame demissional anexo a esta Resolução;

RESOLVE:

Art. 1º Fica exonerada, em 5 de janeiro de 2016, a servidora Janete da Silva, CPF nº 304.232.289-00, Registro Geral nº 523.124, CTPS nº 15432 - Série 0015-SC, PIS/PASEP nº 100.912.611-01, do cargo de Assessor da Presidência do quadro de servidores da Câmara de Vereadores de Gaspar, deixando de exercer as atribuições do referido cargo a partir de 6 de janeiro de 2016, inclusive.

Art. 2º As despesas originadas deste ato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: Órgão: 01 – Câmara de Vereadores de Gaspar; Unidade: 01 – Câmara de Vereadores de Gaspar; Função: 01 – Legislativa; Subfunção: 031 – Ação Legislativa; Programa: 01 – Processo Legislativo; Atividade: 2.2002 – Folha de Pagamento e Encargos Sociais; Modalidade: 3.1.90 – Aplicações diretas; Dotação: 3.1.90.11 – Vencimentos e Salários.

Art. 3º A presente Resolução entra em vigor nesta data.

Gabinete da Presidência da Câmara de Vereadores de Gaspar, em 5 de janeiro de 2016.

#### MESA DIRETORA

Giovano Borges	José Amarildo Rampelotti
Presidente	Vice-Presidente
Ciro André Quintino	José Hilário Melato
1º Secretário	2º Secretário

### RESOLUÇÃO Nº 02/2016

RESOLUÇÃO Nº 02/2016

Nomeia Fernando Neves para o cargo de Assessor da Presidência.

A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Gaspar, no uso de suas atribuições contidas no art. 39, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o disposto na Lei Municipal nº 3.303, de 16 de março de 2011, que "Cria o cargo de Assessor da Presidência, reduz o número de vagas e altera as atribuições do cargo de Assessor Parlamentar, no quadro de servidores públicos da Câmara de Vereadores de Gaspar";

Considerando o teor do Ofício Interno nº 01/2016 subscrito pelo Vereador Giovano Borges, Presidente da Câmara de Vereadores de Gaspar para a Sessão Legislativa de 2016, indicando o Senhor Fernando Neves para ocupar o cargo de Assessor da Presidência; e

Considerando que está a contento a documentação apresentada pelo Vereador, referente à pessoa por ele indicada para ocupar o cargo de provimento em comissão de Assessor da Presidência;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Fernando Neves, portador do CPF nº 920.220.909-00, Registro Geral nº 3.237.710, CTPS nº 3060876 - Série 002-0-SC, PIS/PASEP 125.43124.32-4, para o cargo de provimento em comissão de Assessor da Presidência do quadro de servidores da Câmara de Vereadores de Gaspar, com a carga horária de 30 horas semanais e remuneração na forma da lei, mediante posse e efetivo exercício a partir de 6 de janeiro de 2016.

Art. 2º As despesas originadas deste ato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: Órgão: 01 – Câmara de Vereadores de Gaspar; Unidade: 01 – Câmara de Vereadores de Gaspar; Função: 01 – Legislativa; Subfunção: 031 – Ação Legislativa; Programa: 01 – Processo Legislativo; Atividade: 2.2002 – Folha de Pagamento e Encargos Sociais; Modalidade: 3.1.90 – Aplicações diretas; Dotação: 3.1.90.11 – Vencimentos e Salários.

Art. 3º A presente Resolução entra em vigor nesta data.

Gabinete da Presidência da Câmara de Vereadores de Gaspar, em 5 de janeiro de 2016.

#### MESA DIRETORA

Giovano Borges	José Amarildo Rampelotti
Presidente	Vice-Presidente
Ciro André Quintino	José Hilário Melato
1º Secretário	2º Secretário

### RESOLUÇÃO Nº 03/2016

RESOLUÇÃO Nº 03/2016

Nomeia Janete da Silva para o cargo de Assessor de Gabinete.

A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Gaspar, no uso de suas atribuições contidas no art. 39, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando a promulgação da Lei Municipal nº 3.348, de 28 de setembro de 2011, cuja publicação se deu no Diário Oficial dos Municípios nº 838, de 4 de outubro de 2011, que "Cria o cargo de provimento em comissão de Assessor de Gabinete, altera as atribuições dos cargos de provimento em comissão de Assessor Parlamentar e de Assessor de Imprensa, altera a carga horária e vencimento do cargo de Assessor de Imprensa, e altera a denominação do cargo de Assessor Técnico-Legislativo, no quadro de servidores públicos da Câmara de Vereadores de Gaspar"; Considerando a solicitação do Vereador José Hilário Melato através do Ofício GV-Melato nº 001/2016, anexo a esta Resolução, pelo qual solicita a nomeação da Senhora Janete da Silva para o cargo

de Assessor de Gabinete; e

Considerando que está a contento a documentação apresentada pelo Vereador referente à pessoa por ele indicada para ocupar o cargo de Assessor de Gabinete;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Janete da Silva, portadora do CPF nº 304.232.289-00, Registro Geral nº 523.124, CTPS nº 15432 - Série 0015-SC, PIS/PASEP 100.912.611-01, para o cargo de provimento em comissão de Assessor de Gabinete do quadro de servidores da Câmara de Vereadores de Gaspar, com a carga horária de 30 horas semanais e remuneração na forma da lei, mediante posse e efetivo exercício a partir de 6 de janeiro de 2016.

Art. 2º As despesas originadas deste ato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: Órgão: 01 – Câmara de Vereadores de Gaspar; Unidade: 01 – Câmara de Vereadores de Gaspar; Função: 01 – Legislativa; Subfunção: 031 – Ação Legislativa; Programa: 01 – Processo Legislativo; Atividade: 2.2002 – Folha de Pagamento e Encargos Sociais; Modalidade: 3.1.90 – Aplicações diretas; Dotação: 3.1.90.11 – Vencimentos e Salários.

Art. 3º A presente Resolução entra em vigor nesta data.

Gabinete da Presidência da Câmara de Vereadores de Gaspar, em 5 de janeiro de 2016.

**MESA DIRETORA**

Giovano Borges	José Amarildo Rampelotti
Presidente	Vice-Presidente
Ciro André Quintino	José Hilário Melato
1º Secretário	2º Secretário

# Grão Pará

## PREFEITURA

### QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

JUSTIFICATIVA À QUEBRA

DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS

Nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93, e suas posteriores alterações, fica justificada a Quebra da Ordem Cronológica de Pagamentos, por se tratar o pagamento da despesa abaixo relacionada de condição imprescindível ao prosseguimento das ações governamentais, principalmente, no que tange à colocação de seixo rolado nas Estradas do Município de Grão-Pará.

Importante salientar que o Município de Grão-Pará, no mês de janeiro, foi atingido por fortes enxurradas, o que o levou a decretar Situação de Emergência, por meio do Decreto Municipal nº 01/2015, homologada pelo Governo do Estado de Santa Catarina, por meio do Decreto nº 22, de 29 de janeiro de 2015, publicado no Diário Oficial do Estado, de 30 de janeiro de 2015, e devidamente reconhecida pela União, por meio da Portaria nº 10, de 30 de janeiro de 2015, publicada no Diário Oficial da União, de 02 de fevereiro de 2015.

Com as enxurradas, as estradas vicinais do Município e muitas pontes, galerias, e respectivas cabeceiras, foram danificadas/destruídas. Além disso, houve deslizamento de solo em vários locais, impedindo o tráfego pelas referidas estradas.

Os trabalhos da Secretaria Municipal dos Transportes e Obras foram intensos nos últimos meses para recuperação, principalmente, das rodovias municipais. Isso acarretou um significativo aumento nas despesas mensais do Município, sem o correspondente financeiro, o que não estava previsto para este exercício.

No entanto, o Poder Executivo Municipal não poderia deixar de realizar as despesas necessárias, para recuperação da malha viária municipal, o que contempla relevantes razões de interesse público. Em virtude disso, o Município encontra-se com sérias dificuldades financeiras.

No entanto, não poderia deixar de adquirir uma peneira de ferro para o britador, com vistas à seleção de seixo rolado, anteriormente, à sua britagem, fazendo com que somente o seixo de maior tamanho seja britado, gerando, dessa forma, economia aos cofres deste Município.

Por essas razões e para atender ao interesse público primário, faz-se necessário o pagamento de despesa a ser saldada mediante a quebra da ordem cronológica de pagamentos, consoante adiante descrito:

Fornecedor: Coenco Engenharia e Construções Ltda

Empenho: 4699

Valor: R\$ 7.928,00

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 05 de janeiro de 2016.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal



# Guaraciaba

## PREFEITURA

### HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 116.2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 89/2015

PROCESSO Nº 116/2015 HOMOLOGAÇÃO: 04/01/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARACIABA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL PARA ABASTECIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS, MÁQUINAS, CAMINHÕES ÔNIBUS DO TRANSPORTE ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA PARA O ANO DE 2016.

CONTRATADO: POSTO BALBINOT LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 890.720,00 (oitocentos e noventa mil setecentos e vinte reais)

CONTRATADO: AUTO POSTO BALBINOT LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 165.680,00 (cento e sessenta e cinco mil seiscentos e oitenta reais)

CONTRATADO: COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS GUARACIABA LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 95.186,00 (noventa e cinco mil cento e oitenta e seis reais)

### MINUTA EDITAL DE PREGÃO 01.16 REGISTRO DE PREÇOS AQUISIÇÃO MADEIRA SERRADA EUCALIPTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº01/2016.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 06/16, Edital de Pregão Presencial Nº 01/16. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para Aquisição de Madeira Serrada (Eucalipto); recebimento de propostas até às 09 horas do dia 18/01/16; a abertura do Edital será às 09 horas do dia 18/01/16, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site [www.guaraciaba.sc.gov.br](http://www.guaraciaba.sc.gov.br)

Guaraciaba em 05 de janeiro de 2016.

Roque Luiz Meneghini,  
Prefeito Municipal

### MINUTA EDITAL DE PREGÃO 02.16 AQUISIÇÃO DE ALMOÇOS NA LINHA OURO VERDE E GUATAPAREMA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº02/2016.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 07/16, Edital de Pregão Presencial Nº 02/16, Objeto: Aquisição de Almoços na Linha Ouro Verde e Guataparema; recebimento de propostas até às 10:00 horas do dia 18/01/16; a abertura do Edital será às 10:00 horas do dia 18/01/16, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone:

0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site [www.guaraciaba.sc.gov.br](http://www.guaraciaba.sc.gov.br)

Guaraciaba em 05 de janeiro 2016.

Roque Luiz Meneghini,  
Prefeito Municipal

### MINUTA EDITAL DE PREGÃO 03.16 AQUISIÇÃO DE MARMITAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº03/2016.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 08/16, Edital de Pregão Presencial Nº 03/16. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para Aquisição de Marmitas; recebimento de propostas até às 08:00 horas do dia 19/01/16; a abertura do Edital será às 08:00 horas do dia 19/01/16, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site [www.guaraciaba.sc.gov.br](http://www.guaraciaba.sc.gov.br)

Guaraciaba em 05 de janeiro 2016.

Roque Luiz Meneghini,  
Prefeito Municipal

### MINUTA EDITAL DE PREGÃO 04.16 AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº04/2016.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 09/16, Edital de Pregão Presencial Nº 04/16, Sistema de Registro de Preços - Tipo Menor Preço por Item. Objeto: Aquisição de Tubos de Concreto; recebimento de propostas até às 11 horas do dia 18/01/16; a abertura do Edital será às 11 horas do dia 18/01/16, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site [www.guaraciaba.sc.gov.br](http://www.guaraciaba.sc.gov.br)

Guaraciaba em 06 de janeiro de 2016.

Roque Luiz Meneghini,  
Prefeito Municipal

# Guarujá do Sul

## PREFEITURA

### AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - PL 01 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE GUARUJÁ DO SUL  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATORIO Nº. 01/2016 – DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Nº. 01/2016

O Fundo Municipal de Saúde do município de Guarujá do Sul, com fundamento no Artigo 24 Inciso X da Lei nº. 8666/93, comunica a Locação de Apartamento em alvenaria, com área de 108,00 m², situado na Rua Governador Jorge Lacerda, 577, Apartamento 302, Condomínio Residencial Boa Vista, Centro, Guarujá do Sul, para ser utilizado como residência do medico vinculado ao Programa " Mais Médicos " do Governo federal, conforme Lei 2.345/2014

Fornecedor: CLEOMAR LUIS CONTE

Valor total R\$ 7.800,00

Vigência: 31/12/2016

Guarujá do Sul, 04 de janeiro de 2016.

ROSSMERI KAIBER VERGUTZ

Responsável FMS

### AVISO DE INEXIGIBILIDADE - PREF PL 01

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE GUARUJÁ DO SUL  
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE  
PROCESSO LICITATORIO Nº. 01/2016 - INEXIGIBILIDADE Nº. 01/2016

O município de Guarujá do Sul, com fundamento no Artigo 25 Inciso I e II da Lei nº. 8666/93 comunica a Aquisição de materiais didáticos que compõem o Sistema de Ensino Aprende Brasil, composto por Livros Didáticos Integrados; Portal Aprende Brasil; Acompanhamento, Assessoramento Pedagógico e Sistema de Gestão das Informações Educacionais para atender a Rede Municipal de Ensino do município de Guarujá do Sul.

Fornecedor: EDITORA POSITIVO LTDA

Valor total R\$ 169.221,52

Vigência: 31/12/2016

Guarujá do Sul, 05 de janeiro de 2016.

Jose Carlos Foiatto;

Prefeito Municipal.

### DECRETO ADMINISTRATIVO 003/2016

Decreto Administrativo nº 003/2016.

Finda Turno único e contém outras providências.

José Carlos Foiatto, Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas e, de acordo com o Inciso VII, Art. 63, Seção II da Lei Orgânica do Município promulgada em 05 de abril de 1990, e Art. 222 da Lei Municipal n.º 1.048/91 de 11 de dezembro de 1991 (Estatuto Unificado dos Servidores Públicos Civil do Município):

#### D E C R E T A:

Art. 1º A partir de 06 de janeiro de 2016, finda o Turno Único na jornada de trabalho dos Servidores lotados na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, adotado através do Decreto nº

0133/2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, SC, em, 05 de janeiro de 2016.

64º ano da Fundação e 54º ano da Instalação

JOSÉ CARLOS FOIATTO

Prefeito Municipal

- Certifico que o presente Decreto Administrativo foi publicado e registrado nesta Secretaria em data supra.

Cláudio Inácio Weschenfelder

Secretário de Administração e Fazenda

### DECRETO MUNICIPAL 001/2016

Decreto Administrativo 001/2016.

Altera Nomeação de parte dos membros integrantes da Comissão Permanente de Licitações e adota outras providências.

O Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas e, em especial o Artigo 51, Seção IV, Capítulo II da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores:

#### D e c r e t a:

Art. 1º Para o Exercício de 2016, a Comissão Permanente de Licitações nas modalidades de CONVITE, TOMADA DE PREÇOS, CONCORRÊNCIA PÚBLICA E LEILÃO do Município de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, incumbidas nos trabalhos de processamento, avaliação e julgamento da: habilitação preliminar, avaliação de pedidos de inscrição em registro cadastral, a sua alteração ou cancelamento, e das propostas, passa a ser integrada pelos seguintes servidores:

Membros Titulares

I - Claudio Inacio Weschenfelder

II – Janice Ines Riffel

III- Claudenice Caramori

Parágrafo único A presidência da Comissão será exercida pelo servidor indicado no inciso I deste artigo.

Art. 2º Integrarão a Comissão de que trata este Decreto, na condição de suplentes, os seguintes servidores:

Membros Suplentes

I – Janice Fátima Eberhardt

II – Guilherme Stefanello

Parágrafo único. O membro suplente será convocado a atuar na Comissão na ausência do titular.

Art. 3º Os servidores nomeados através deste Decreto exercerão suas funções pelo prazo de 01 (um) ano.

Parágrafo Único. O membro titular da Comissão Permanente de Licitação poderá ser reconduzido à função respeitando-se o disposto no artigo 51, § 4º da Lei nº 8.666/93.

Art. 4º As funções de membro da Comissão Permanente de Licitação serão exercidas no horário de expediente da administração, não sendo remunerada.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, SC,  
em, 04 de janeiro de 2016.  
64º ano da Fundação e 54º ano da Instalação  
José Carlos Foiatto  
Prefeito Municipal

- Certifico que o presente Decreto Administrativo foi publicado e registrado nesta Secretaria em data supra.

Cláudio Inácio Weschenfelder  
Secretário de Administração e Fazenda

### DECRETO MUNICIPAL 002/2016

Decreto Administrativo nº. 002/2016

Fixa o Valor das diárias, para o exercício de 2016, e adota outras providências.

O Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas e em especial o Art. 3º da Lei Municipal 2.296/2013 de 09 de setembro de 2013:

#### RESOLVE:

Art. 1º Os valores das diárias que tem como desígnio cobrir despesas de alimentação e pousadas, dos servidores públicos municipais, para o Exercício de 2016, fica acrescida em 10,5443% decorrente da variação do IGP-M, acumulada no Exercício de 2015, entre os meses de janeiro a dezembro, conforme Tabela de Valores, em anexo, parte integrante do presente Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, SC,  
em, 04 de janeiro de 2015.  
64º ano da Fundação e 54º ano da Instalação.  
José Carlos Foiatto  
Prefeito Municipal

- Certifico que o presente Decreto Administrativo foi publicado e registrado nesta Secretaria em data supra.

Cláudio Inácio Weschenfelder  
Secretário de Administração e Fazenda

### TABELA PARA BASE DE CÁLCULO QUE FIXA VALORES DAS DIÁRIAS EXERCÍCIO 2016

CARGOS	Distrito Federal	Capitais de Estados	Até 150 km	Acima de 150 Km
Prefeito e Vice Prefeito	R\$ 733,32	R\$ 432,46	R\$ 112,69	R\$ 338,43
Secretários Municipais, Cargos Comissionados e de Confiança, Contador, Tesoureiro, Auditor	R\$ 507,67	R\$ 263,21	R\$ 71,38	R\$ 169,16
Demais Funcionários	R\$ 319,14	R\$ 169,16	R\$ 52,60	R\$ 131,58

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, SC,  
em, 04 de janeiro de 2016.  
64º ano da Fundação e 54º ano da Instalação  
JOSÉ CARLOS FOIATTO  
Prefeito Municipal

- Certifico que o presente Decreto Administrativo foi publicado e

registrado nesta Secretaria em data supra.

Cláudio Inácio Weschenfelder  
Secretário de Administração e Fazenda

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO 001/2016

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 01/2016.

JOSÉ CARLOS FOIATTO, Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos termos da legislação vigente, e em consonância com O Estatuto Unificados dos Servidores Públicos Civis deste município, com a Lei de Cargos e Salários dos servidores da administração Direta do Município, e os ditames do Edital de nº 001/2015 Concurso Público, e em conformidade com o Decreto nº. 054/2015 datado em 07/04/2015, de homologação e Publicação do Resultado Final classificatórios dos candidatos aprovados para provimento dos cargos relacionados no Edital 001/2015, de Concurso Público:

TORNA PÚBLICO:

1 A CONVOCAÇÃO DO CANDIDATO APROVADO/CLASSIFICADO, abaixo relacionado, para na data de 11 de Janeiro de 2016, as 07h30min, comparecer junto a Unidade dos Recursos Humanos do Poder Executivo Municipal de Guarujá do Sul, sito a Rua Paraná, 338, Centro, para sua nomeação.

CARGO	NOME	
Operador de Máquinas e Equipamentos	Clairton Idacir Schneider	40 h/s

2 O não comparecimento do candidato será considerado como desistência ao cargo, podendo a Administração municipal convocar o candidato classificado para o mesmo cargo, em ordem imediatamente posterior.

3 O não atendimento dos requisitos para investidura, estabelecidos no Edital de Concurso Público, e os demais requisitos eliminará a candidato a nomeação e posse.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, SC,  
em 05 de Janeiro de 2016. 64º ano da Fundação e 54º ano da Instalação.

JOSÉ CARLOS FOIATTO  
Prefeito Municipal

- Registre-se e Publique-se.

### EXTRATO DE CONTRATO - FMS 03 E 04

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 03/2016

PROCESSO LICITATORIO Nº.01/2016 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº.01/2016

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

CONTRATADO: ASS BEN SOCIAL EDUCACIONAL E CULTURAL - APRISCO

OBJETO: Contratação de Associação que forneça o abrigo de crianças e adolescentes "0" até "11" anos "364" dias de idade, em regime de internação, equivalente a 4 vagas, vítimas de maus tratos, de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, encaminhadas pelo Conselho Tutelar, Ministério Público e Poder Judiciário, em atendimento ao termo de Ajustamento de Conduta – TAC firmado como o Ministério Público de Santa Catarina sob Nº 06.2010.003757-0 e Processo de Fiscalização de TAC Nº 09.2012.00000174-5.

VALOR TOTAL: R\$ 158.400,00  
VIGENCIA: 31/12/2016.

Guarujá do Sul, SC, 04 de janeiro de 2016.  
Adelise de Oliveira,  
Gestora do FMAS.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL  
EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº. 04/2016  
PROCESSO LICITATORIO Nº.05/2016 – INEXIGIBILIDADE  
Nº.01/2016  
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL  
CONTRATADO: ALTAMIRO PEREIRA DO AMARAL EIRELI ME  
OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviço de  
acolhimento a idosa carente ( Luiza Canton ) do Município de Gua-  
rujá do Sul, para ano de 2016, com acompanhamento psicológico,  
assistência social, enfermeiro, alimentação e vestuário, conforme  
determinação judicial proveniente dos Autos nº. 065.10.001524-1  
Ministério Público / Comarca São Jose do Cedro - SC.  
VALOR TOTAL: R\$ 12.000,00  
VIGENCIA: 31/12/2016.

Guarujá do Sul, SC, 04 de janeiro de 2016.  
Adelise de Oliveira,  
Gestora do FMAS.

# Herval d'Oeste

## PREFEITURA

### CONTRATO DE TRABALHO Nº 060 \_ LACIRA REGINA PALAVECINI

CONTRATO DE TRABALHO Nº 060

Entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE,(SC), sito à Rua Nereu Ramos, nº 389 neste ato, representado por seu Prefeito, Nelson Guindani, CPF 501.589.459-72, doravante designada simplesmente EMPREGADORA e LACIRA REGINA PALAVECINI, portadora da Carteira Profissional nº 55575, Série nº 00019-SC, a seguir chamado apenas EMPREGADO PÚBLICO, é celebrado o presente CONTRATO DE TRABALHO, que terá vigência a Por Prazo Indeterminado, de acordo com as condições a seguir especificadas:

1 - Fica o EMPREGADO admitido no quadro de funcionários da EMPREGADORA para exercer as funções de AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE, junto a Secretaria Municipal de Saúde, Programa Saúde da Família, mediante a remuneração de R\$ 1.054,86 (um mil, cinquenta e quatro reais e oitenta e seis centavos), por mês.

2 - Fica ajustado nos termos do que dispõe o § 1º do artigo 469, da Consolidação das Leis do Trabalho, que o EMPREGADO PÚBLICO, acatará ordem emanada da EMPREGADORA para a prestação de serviços.

3 - No ato da assinatura deste contrato, o EMPREGADO PÚBLICO, compromete-se a cumprir o que prevê a Lei F. 11.350/2006, bem como a Lei Complementar 174/2005, e a violação das regras previstas na legislação acima mencionada, implicará em sanção, cuja graduação dependerá da gravidade da mesma, culminado com a rescisão do contrato.

4 - Em caso de dano causado pelo EMPREGADO, fica a EMPREGADORA, autorizada a efetivar o desconto da importância correspondente ao prejuízo, o qual fará, com fundamento no § 1º do artigo 462 da Consolidação das Leis do Trabalho, já que essa possibilidade fica expressamente prevista em Contrato.

E por estarem de pleno acordo, as partes contratantes, assinam o presente Contrato de Experiência em duas vias, ficando a primeira em poder da EMPREGADORA, e a segunda com o EMPREGADO, que dela dará o competente recibo.

Empregador Responsável pelo RH

Herval d'Oeste/SC, 04 de Janeiro de 2016.

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/ LACIRA REGINA PALAVECINI

### PORTARIA Nº 1327/2015

PORTARIA Nº 1327/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

CONCEDER 12 (doze) dias de Licença Prêmio, à servidora SIRLEY DE FÁTIMA MIGUELÃO (Matr. 729), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços de Saúde, Nível – 8, Referência "E", Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, nos termos do artigo 103, da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 19 de agosto de 2014 a 18 de agosto de 2015, para serem gozadas a contar de 30 de dezembro de 2015 a 10 de janeiro de 2016.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 23 de Dezembro de 2015.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

# Ibiam

## PREFEITURA

### **PREGÃO PRESENCIAL 001/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM - SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº001/2016

A Prefeitura Municipal de Ibiam/SC torna publico que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial, para aquisição de uma MINI CARREGADEIRA USADA para o Município de Ibiam-SC. Entrega dos envelopes: até 19/01/2016, até as 08hs30min. Abertura dos envelopes: 19/01/2016 às 09hs:00min. Forma de Julgamento: Menor Preço Global Por Item. Base legal: Lei 8666/93 e suas alterações e LC 123/06 e C147/14. O Edital e seus esclarecimentos poderão ser obtidos :site [www.ibiam.sc.gov.br](http://www.ibiam.sc.gov.br). Ibiam, 05 de Janeiro de 2016. Eliaz Gregório Giusti Prefeito Municipal de Ibiam em exercício.

### **RESOLUÇÃO Nº 025/16 - CODEMI**

RESOLUÇÃO Nº025/2016

O CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE IBIAM - CODEMI, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Complementar Nº 025, de 24 de novembro de 2011.

CONSIDERANDO a deliberação da reunião ordinária, visitaçao "in loco" e análise dos documentos do dia 22 de Dezembro de 2015.

RESOLVE:

Art.1º - Aprovar a concessão de estímulos econômicos ao Senhor Nédson Trevisol Pocera constituído 10(dez) horas de Motoniveladora, 10(dez) horas de Retroescavadeira, 100(cem) km de Caçamba e 05(cinco) horas de Rolo.

Art.2º A prestação de contas será de acordo com o art. 6º do Decreto nº 2561/2013 e nº 2707/2014.

Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e CUMPRA-SE.

Ibiam, 05 de Janeiro de 2016.

Elcir Antonio Barth da Costa

Presidente do Conselho CODEMI

Homologada em: .05./01./2016.

Eliaz Gregorio Giusti

Prefeito Municipal em Exercício



# Ilhota

## PREFEITURA

### AVISO LICITAÇÃO PRG 056 - 2015 FME - REGISTRO DE PREÇO - MERENDA ESCOLAR

PROCESSO Nº. 338/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 56/2015 – FME

REGISTRO DE PREÇO

Fundo Municipal de Educação

SETOR	DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
-------	--------------------------------------

TIPO	MENOR PREÇO - TOTAL POR ITEM
------	------------------------------

OBJETO	REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR, conforme Anexo I do Edital.
--------	---

ENTREGA DOS ENVELOPES – PROPOSTA DE PREÇOS, HABILITAÇÃO e CREDENCIAMENTO: até o dia 19/01/16 às 09:30 horas, Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 19/01/16 às 09:30 horas, após o credenciamento dos representantes.

REGIMENTO: Lei Nº. 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações, Decreto nº 3.555/2000, Decreto nº 7.892/2013 e Decreto nº 8.538/2015 e subsidiariamente a Lei Complementar Nº. 123/2006 e a Lei Nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

**MAIORES INFORMAÇÕES:**O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site [www.ilhota.sc.gov.br](http://www.ilhota.sc.gov.br) e departamento de Compras e Licitações da PMI – Rua Dr. Leoberto Leal, 160 – Centro – Ilhota – SC, ou informações pelo e-mail: [licitacao@ilhota.sc.gov.br](mailto:licitacao@ilhota.sc.gov.br) - Telefone: (0xx47) 3343-8800 ramal 815.

Horário de Expediente da Prefeitura: Das 08h às 12h e das 13:30h às 17:30h.

OBSERVAÇÃO: Do dia 04/01/2016 à 15/01/2016 a prefeitura estará fechada, mas o setor de licitações manterá expediente normal, das 08:00 horas às 12 horas e das 13:30 horas às 17:30 horas. Caso algum interessado necessite de atendimento presencial nesse período, basta ligar no Telefone: (0xx47) 3343-8824, ou agendar a data para atendimento no email: [licitacao@ilhota.sc.gov.br](mailto:licitacao@ilhota.sc.gov.br) e [alex.compras@ilhota.sc.gov.br](mailto:alex.compras@ilhota.sc.gov.br).

ALEX MIRANDA

PREGOEIRO OFICIAL

Ilhota, 06 de janeiro de 2016.

### AVISO LICITAÇÃO PRG 057 - 2015 MULTIENTIDADES - REGISTRO DE PREÇO - MAT. PARA COPA E COZINHA

PROCESSO Nº. 339/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 57/2015 – MULTIENTIDADES

REGISTRO DE PREÇO

Prefeitura Municipal de Ilhota

Fundo Municipal de Saúde

Fundo Municipal de Educação

Fundo Municipal de Assistência Social

Fundo Municipal de Esporte

Fundação Municipal Cultural

SETOR	DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
-------	--------------------------------------

TIPO	MENOR PREÇO - TOTAL POR ITEM
------	------------------------------

OBJETO	REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE COPA E COZINHA, conforme Anexo I do Edital.
--------	--

ENTREGA DOS ENVELOPES – PROPOSTA DE PREÇOS, HABILITAÇÃO e CREDENCIAMENTO: até o dia 20/01/16 às 09:30 horas, Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 20/01/16 às 09:30 horas, após o credenciamento dos representantes.

REGIMENTO: Lei Nº. 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações, Decreto nº 3.555/2000, Decreto nº 7.892/2013 e Decreto nº 8.538/2015 e subsidiariamente a Lei Complementar Nº. 123/2006 e a Lei Nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

**MAIORES INFORMAÇÕES:**O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site [www.ilhota.sc.gov.br](http://www.ilhota.sc.gov.br) e departamento de Compras e Licitações da PMI – Rua Dr. Leoberto Leal, 160 – Centro – Ilhota – SC, ou informações pelo e-mail: [licitacao@ilhota.sc.gov.br](mailto:licitacao@ilhota.sc.gov.br) - Telefone: (0xx47) 3343-8800 ramal 815.

Horário de Expediente da Prefeitura: Das 08h às 12h e das 13:30h às 17:30h.

OBSERVAÇÃO: Do dia 04/01/2016 à 15/01/2016 a prefeitura estará fechada, mas o setor de licitações manterá expediente normal, das 08:00 horas às 12 horas e das 13:30 horas às 17:30 horas. Caso algum interessado necessite de atendimento presencial nesse período, basta ligar no Telefone: (0xx47) 3343-8824, ou agendar a data para atendimento no email: [licitacao@ilhota.sc.gov.br](mailto:licitacao@ilhota.sc.gov.br) e [alex.compras@ilhota.sc.gov.br](mailto:alex.compras@ilhota.sc.gov.br).

DANIEL CHRISTIAN BOSI

PREFEITO MUNICIPAL

Ilhota, 06 de janeiro de 2016.

# Imarui

## PREFEITURA

### **AVISO DE CONCURSO PÚBLICO PMI N. 001/2016**

EXTRATO DO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N. ° 001/2016

O Prefeito de Imaruí, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, torna pública a abertura das instruções especiais destinadas à realização de Concurso Público para provimento de vagas para do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Imaruí, que se regerá pelas normas estabelecidas no Edital 001/2016 e seus anexos. As inscrições on line serão de 06/01/2016 a 04/02/2016 e as provas estão previstas para o dia 21/02/2016. O concurso contemplará vagas para cargos de nível alfabetizado, ensino fundamental, ensino médio e ensino superior. Os detalhes sobre os cargos, jornada de trabalho, vagas, salário mensal, pré-requisitos e outras determinações, constam do inteiro teor do edital 001/2016, que encontra-se divulgado no site [www.imarui.sc.gov.br](http://www.imarui.sc.gov.br) e [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br).

Imaruí (SC), 05 de janeiro de 2016.

Manoel Viana de Sousa

Prefeito Municipal

### **AVISO DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PMI N. 001/2016**

EXTRATO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. ° 001/2016

O Prefeito de Imaruí, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, torna pública a abertura das instruções especiais destinadas à realização de Processo Seletivo Simplificado para provimento de vagas temporárias para do quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Educação de Imaruí-SC, que se regerá pelas normas estabelecidas no Edital 001/2016 e seus anexos. As inscrições on line serão de 06/01/2016 a 17/01/2016 e as provas estão previstas para o dia 31/01/2016. O Processo Seletivo contemplará vagas para cargos de nível alfabetizado, ensino fundamental, ensino médio e ensino superior. Os detalhes sobre os cargos, jornada de trabalho, vagas, salário mensal, pré-requisitos e outras determinações, constam do inteiro teor do edital 001/2016, que encontra-se divulgado no site [www.imarui.sc.gov.br](http://www.imarui.sc.gov.br) e [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br).

Imaruí (SC), 05 de janeiro de 2016.

Manoel Viana de Sousa

Prefeito Municipal

# Imbituba

## PREFEITURA

### EDITAL SEAGP Nº 002/2016

EDITAL SEAGP Nº 002/2016

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PUBLICO Nº 02/2011.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público nº 002/2011, divulgado através do Edital nº 002/2011, de 28 de outubro de 2011, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 02/2011, de 08 de Fevereiro de 2012, que homologou os resultados do referido Concurso.

#### RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público nº 002/2011, para comparecer a Gerencia de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública – GGP/SEAGP, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 06 de Janeiro a 05 de Fevereiro de 2016, no horário das 08:00hs às 13:00, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 05 de janeiro de 2016.

Andreza Barcelos Carvalho  
Gerente de Gestão de Pessoas

EDITAL SEAGP Nº 002/2016

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

Técnico em enfermagem  
Aline Matos de Lima

### EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº. 01/2016 (SAÚDE)

PREFEITURA DE IMBITUBA

SEMUSA

PROCESSO Nº 01/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2016

A Prefeitura de Imbituba, por meio de seu Pregoeiro Oficial e através do Fundo Municipal de Saúde, comunica, que realizará às 08:00 horas, do dia 18 de janeiro de 2016, licitação na modalidade de Pregão Presencial, pelo sistema de Registro de Preços, do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a possível "Aquisição de Material Odontológico de Consumo para uso da Secretaria Municipal de Saúde".

O Edital encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 07:00 às 13:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site [www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br) – link Portal da Transparência.

Imbituba, 06 de janeiro de 2016.

Maria Martins dos Passos Souza  
Secretária Municipal de Saúde

### EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE REVOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 08/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que fica revogado o Processo Licitatório nº 09/2015, na modalidade de Pregão Presencial, pelo Sistema de Registro de Preços, de nº 08/2015, pois o processo foi caracterizado como deserto.

Imbituba, 05 de Janeiro de 2016.

Dilson Petrassem Junior  
Pregoeiro Oficial

### EXTRATO FMS 2014/04 A02

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato FMS 2014/04 A02

Contratada LABORATÓRIO DE PRÓTESE DENT. TERCEIRA DENTIÇÃO LTDA.

CNPJ 12.628.416/0001-38

Objeto: Prorrogação de prazo até dia 31 de Dezembro de 2016

Prazo 31/12/2016 Valor R\$128.700,00

Fundamento: Processo nº. 11/2014 Pregão 10/2014

Imbituba, 15 de Dezembro de 2015.

Maria Martins dos Passos Souza  
Secretária Municipal de saúde  
Contratante

Laboratório de Protese Dent. Terceira Dentição Ltda  
Jose dos Passos Pacheco  
Contratada

**EXTRATO SEMUSA 2014/16 A02**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato SEMUSA 2014/16 A02  
Contratada SÃO LUCAS SAUDE CENTRO MULTIPROFISSIONAL LTDA.  
CNPJ 10.597.903/0001-55  
Objeto: Prorrogação de prazo até dia 31 de Dezembro de 2016  
Prazo 31/12/2016 Valor R\$: 38.631,60  
Fundamento: Processo nº. 33/2014 Dispensa 27/2014

Imbituba, 15 de Dezembro de 2015.  
Maria Martins dos Passos Souza  
Secretária Municipal de saúde  
Contratante

São Lucas Centro Multiprofissional Ltda  
Jose dos Passos Pacheco  
Contratada

**EXTRATO SEMUSA 2014/34 A02**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato SEMUSA 2014/34 A02  
Contratada CARVALHO SERVIÇOS DE DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA  
CNPJ 17.031.296/0001-00  
Objeto: Prorrogação de prazo até dia 31 de Dezembro de 2016  
Prazo 31/12/2016 Valor R\$ Conforme a PPI da assistência vigente, a série histórica e a tabela de procedimentos do SUS.  
Fundamento: Processo nº. 45/2014 Inexibilidade 07/2014

Imbituba, 15 de Dezembro de 2015.  
Maria Martins dos Passos Souza  
Secretária Municipal de saúde  
Credenciante

Carvalho Serviços de Diagnostico por Imagem Ltda  
Representante Legal  
Credenciada

**EXTRATO: 2015/003 A01**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: SUS 2015/003 A01  
Contratada ASSOCIAÇÃO BENEDITA DA DIVINA PROVIDÊNCIA-ABENP  
CNPJ 02.765.097/0016-37  
Objeto: Prorrogação de prazo até dia 31 de Dezembro de 2016  
Prazo 31/12/2016

Imbituba, 15 de Dezembro de 2015.  
Maria Martins dos Passos Souza  
Secretária Municipal de saúde  
Contratante

ABENP-Hospital São Camilo  
Celia Volpato  
Representante legal  
Contratado

**EXTRATO: DEMUTRAM 2013/04 A03**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: DEMUTRAM 2013/04 A03  
Contratada: VOGTEC EQUIPAMENTOS LTDA  
CNPJ 09.131.598/0001-22  
Objeto Prorrogação do prazo do contrato original para até 31/12/2016  
Prazo:31/12/2016 Valor R\$ 14.400,00  
Fundamento: Processo nº10/2013 Pregão Presencial 10/2013

Imbituba, 09 de dezembro de 2015  
Rui Geraldo Rodrigues  
Secretário municipal de  
agricultura, pesca e infraestrutura-  
SEAPI- Contratante

Vogtec Equipamentos Ltda  
Representante legal  
Contratada

**EXTRATO: FMS 2013/53 A03**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: FMS 2013/53 A03  
Contratada ZINATA COLETAS DE LIXO LTDA  
CNPJ 06.179.264/0001-30  
Objeto: Prorrogação de prazo até dia 31 de Dezembro de 2016  
Prazo 31/12/2016  
Fundamento: Processo nº. 49/2013 Pregão 34/2013

Imbituba, 15 de Dezembro de 2015.  
Maria Martins dos Passos Souza  
Secretária Municipal de saúde  
Contratante

Zinata Coleta de lixo Ltda  
Representante legal  
Contratada

**EXTRATO: FMS 2014/22 A02**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: FMS 2014/22 A02  
Contratada DONTOTEC ASSISTENCIA E EQUIPAMENTO ODONTOLOGICO LTDA ME.  
CNPJ 83.124.982/0001-50  
Objeto: Prorrogação de prazo do contrato Original para até dia 31 de Dezembro de 2016  
Prazo 31/12/2016 Valor R\$ 58.800,00  
Fundamento: Processo nº. 25/2014 Pregão 22/2014

Imbituba, 15 de Dezembro de 2015.  
Maria Martins dos Passos Souza  
Secretária Municipal de saúde  
Contratante

Dontotec assist. e equip. odontológico Ltda me  
Representante legal  
Contratada

**EXTRATO: FMS 2010/012 A010**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: FMS 2010/012 A010

Contratada JULIANA PEREIRA SOARES

CPF 048.322.819-25

Objeto: Prorrogação de prazo até dia 31 de abril de 2016

Prazo 31/04/2016

Fundamento: Processo nº. 23/2010 Dispensa 02/2010

Imbituba, 16 de Dezembro de 2015.

Maria Martins dos Passos Souza

Secretária Municipal de saúde

Contratante

Juliana Pereira Soares

Representante legal

Contratada

**EXTRATO: FMS 2010/40 A09**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: FMS 2010/40 A09

Contratada GILBERTO SIMÕES DE BONA

CPF 379.153.809-82

Objeto: Prorrogação de prazo até dia 31 de junho de 2016

Prazo 31/06/2016 Valor R\$: 2.452,10

Fundamento: Processo nº. 37/2010 Dispensa 03/2010

Imbituba, 15 de Dezembro de 2015.

Maria Martins dos Passos Souza

Secretária Municipal de saúde

Contratante

Gilberto Simões de Bona

Representante legal

Contratada

**EXTRATO: FMS 2011/04 A09**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: FMS 2011/04 A09

Contratada ADELIR PEREIRA DOS SANTOS

CPF 507.258.749-53

Objeto: Prorrogação de prazo até dia 31 de Dezembro de 2016

Prazo 31/12/2016

Fundamento: Processo nº. 05/2011 Dispensa 01/2011

Imbituba, 15 de Dezembro de 2015.

Maria Martins dos Passos Souza

Secretária Municipal de saúde

Contratante

Adelir Pereira dos Santos

Representante legal

Contratada

**EXTRATO: FMS 2011/45 A04**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: FMS 2011/45 A04

Contratada VOLNEI SOARES.

CPF 457.741.339-87

Objeto: Prorrogação de prazo até dia 31 de dezembro de 2016

Prazo 31/12/2016

Fundamento: Processo nº. 42/2011 Dispensa 02/2011

Imbituba, 15 de Dezembro de 2015.

Maria Martins dos Passos Souza

Secretária Municipal de saúde

Contratante

Volnei Soares

Representante legal

Contratada

**EXTRATO: FMS 2012/19 A07**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: FMS 2012/19 A07

Contratada HARLEY PAMPLONA DUTRA

CPF 096.447.929-04

Objeto: Prorrogação de prazo até dia 31 de Dezembro de 2016

Prazo 31/12/2016

Fundamento: Processo nº. 25/2012 Dispensa 01/2012

Imbituba, 15 de Dezembro de 2015.

Maria Martins dos Passos Souza

Secretária Municipal de saúde

Contratante

Harley Pamplona Dutra

Representante legal

Contratada

**EXTRATO: FMS 2012/26 A06**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: FMS 2012/26 A06

Contratada JOAO CARLOS MICHELS

CPF 343.500.209-34

Objeto: Prorrogação de prazo do contrato original até dia 31 de Dezembro de 2016

Prazo 31/12/2016

Fundamento: Processo nº. 29/2012 Dispensa 02/2012 DL

Imbituba, 15 de Dezembro de 2015.

Maria Martins dos Passos Souza

Secretária Municipal de saúde

Contratante

Joao Carlos Michels

Representante legal

Contratada

**EXTRATO: FMS 2013/01 A04**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: FMS 2013/01 A04

Contratada MANOEL FRANCELINO

CPF 888.378.589-49

Objeto: Prorrogação de prazo do contrato original até dia 31 de Dezembro de 2016

Prazo 31/12/2016

Fundamento: Processo nº. 4/2013 Dispensa 1/2013DL

Imbituba, 15 de Dezembro de 2015.

Maria Martins dos Passos Souza

Secretária Municipal de saúde

Contratante

Manoel Francelino  
Representante legal  
Contratada

**EXTRATO: FMS 2013/39 A03**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: FMS 2013/39 A03  
Contratada CENTRAL DE PESQUISAS E MARKETING LTDA ME  
CNPJ 02.295.493/0001-60  
Objeto: Prorrogação de prazo até dia 31 de Dezembro de 2016  
Prazo 31/12/2016 Valor R\$ 24.500,00  
Fundamento: Processo nº. 26/2013 Pregão 21/2013

Imbituba, 15 de Dezembro de 2015.  
Maria Martins dos Passos Souza  
Secretária Municipal de saúde  
Contratante

Central de Pesquisas e  
Marketing Ltda me  
Representante legal  
Contratada

**EXTRATO: FMS 2013/40 A05**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: FMS 2013/40 A05  
Contratada CLAUDIO DOS SANTOS  
CPF 299.864.869-04  
Objeto: Prorrogação de prazo até dia 31 de Dezembro de 2016  
Prazo 31/12/2016  
Fundamento: Processo nº. 35/2013 Dispensa 4/2013

Imbituba, 15 de Dezembro de 2015.  
Maria Martins dos Passos Souza  
Secretária Municipal de saúde  
Contratante

Claudio dos Santos  
Representante legal  
Contratada

**EXTRATO: FMS 2013/41 A05**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: FMS 2013/41 A05  
Contratada ADALBERTO BARRETO RAIMUNDO  
Cpf 081.681.059-15  
Objeto: Prorrogação de prazo do contrato original até dia 31 de Dezembro de 2016  
Prazo 31/12/2016 Fundamento: Processo nº. 36/2013 Dispensa 5/2013DL

Imbituba, 15 de Dezembro de 2015.  
Maria Martins dos Passos Souza  
Secretária Municipal de saúde  
Contratante

Adalberto Barreto Raimundo  
Representante legal  
Contratada

**EXTRATO: FMS 2014/01 A03**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: FMS 2014/01 A03  
Contratada ADELIR PEREIRA DOS SANTOS  
CPF 290.249.009-72  
Objeto: Prorrogação de prazo até dia 31 de Dezembro de 2016  
Prazo 31/12/2016 Valor R\$ 36.078,84  
Fundamento: Processo nº. 01/2014 Dispensa 1/2014DL

Imbituba, 15 de Dezembro de 2015.  
Maria Martins dos Passos Souza  
Secretária Municipal de saúde  
Contratante

Adelir Pereira dos Santos  
Representante legal  
Contratada

**EXTRATO: FMS 2014/02 A02**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: FMS 2014/02 A02  
Contratada ZINATA COLETAS DE LIXO LTDA  
CNPJ 06.179.264/0001-30  
Objeto: Prorrogação de prazo até dia 31 de dezembro de 2016  
Prazo 31/12/2016 Valor R\$ 106.440,00  
Fundamento: Processo nº. 04/2014 Pregão:03/2014

Imbituba, 15 de Dezembro de 2015.  
Maria Martins dos Passos Souza  
Secretária Municipal de saúde  
Contratante

Zinata Coletas de Lixo Ltda  
Representante legal  
Contratada

**EXTRATO: FMS 2014/19 A03**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: FMS 2014/19 A03  
Contratada OMEGA COMUNICAÇÃO LTDA ME  
CNPJ 10.761.785/0001-79  
Objeto: Prorrogação de prazo até dia 31 de Dezembro de 2016  
Prazo 31/12/2016 Valor R\$ 10.000,00  
Fundamento: Processo nº. 122/2013 Concorrência 05/2013

Imbituba, 15 de Dezembro de 2015.  
Maria Martins dos Passos Souza  
Secretária Municipal de saúde  
Contratante

Omega Comunicação Ltda me  
Joao Antônio de Souza Domingos  
Procurador  
Contratada



**EXTRATO: PMI SANEAMENTO/SEDURB 2015/48 A/01**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: PMI SANEAMENTO/SEDURB 2015/48 A/01  
Contratada SERRANA ENGENHARIA LTDA  
CNPJ: 83.073.536/0001-64  
Objeto: Prorrogação do prazo do contrato original para até 31 de dezembro de 2016  
Prazo: 31/12/2016  
Fundamento: Processo nº. 03/2014 Concorrência 02/2014

Imbituba, 18 de dezembro de 2015.  
Secretaria Municipal de Desenvolvimento  
Urbano Sustentável-SEDURB  
Engº Eduardo dos Passos Nunes  
Servidor publico efetivo  
Contratante

Serrana Engenharia Ltda  
Representante legal  
Contratada

**EXTRATO: PMI SEAGP 2011/216 A/07**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: PMI SEAGP 2011/216 A/07  
Contratada: TECOMNI LTDA ME.  
CNPJ: 13.794.058/0001-04  
Objeto: É OBJETO DESTES TERMOS ADITIVO A PRORROGAÇÃO PARA ATÉ 16 DE NOVEMBRO 2016  
Valor: R\$ 53.398,39 Prazo: 16/11/2016  
Fundamento: Processo nº. 183/2011 Carta Convite 22/2011

Imbituba, 28 de dezembro de 2015.  
Nicolau Corsino Bento  
Secretário municipal da SEAGP  
Contratante

Tecomni Ltda Me.  
Representante legal  
Contratada

**EXTRATO: PMI SEAGP 2013/103 A04**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: PMI SEAGP 2013/103 A04  
Contratada: OMEGA COMUNICAÇÃO LTDA ME  
CNPJ 10.761.785/0001-79  
Objeto Prorrogação do prazo do contrato original para até 31 de dezembro de 2016  
Prazo:31/12/2016 Valor R\$ 137.580,00  
Fundamento: Processo nº103/2013 Tomada de Preço 01/2013

Imbituba, 18 de dezembro de 2015  
Nicolau Corsino Bento  
Secretário municipal de  
Administração e Gestão Pública  
Contratante

Omega Comunicação Ltda me  
Representante legal  
Contratada

**EXTRATO: PMI SEAGP 2013/84 A/04**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: PMI SEAGP 2013/84 A/04  
Contratada: EMPRESA CENTRAL DE PESQUISAS E MARKETING LTDA ME  
CNPJ 02.295.493/0001-60  
Objeto Prorrogação do prazo do contrato original para até 31 de dezembro de 2016  
Prazo:31/12/2016 Valor R\$ 52.495,80  
Fundamento: Processo nº 46/2013 Pregão 34/2013

Imbituba, 11 de dezembro de 2015  
Nicolau Corsino Bento  
Secretário municipal de  
Administração e Gestão Pública  
Contratante

Central de Pesquisas e Marketing Ltda epp  
Representante legal  
Contratada

**EXTRATO: PMI SEAGP 2014/40 A03**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: PMI SEAGP 2014/40 A03  
Contratada: SÃO LUCAS SAUDE CENTRO MULTIPROFISSIONAL LTDA  
CNPJ 10.597.903/0001-55  
Objeto Prorrogação do prazo do contrato original para até 31 de dezembro de 2016  
Prazo:31/12/2016 Valor R\$ 72.434,25  
Fundamento: Processo nº33/2014 Dispensa 27/2014

Imbituba, 18 de dezembro de 2015  
Nicolau Corsino Bento  
Secretário municipal de  
Administração e Gestão Pública  
Contratante

São Lucas Centro de Saude  
Multiprofissional Ltda  
Representante legal  
Contratada

**EXTRATO: PMI SEAGP 2014/54 A04**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: PMI SEAGP 2014/54 A04  
Contratada: OMEGA COMUNICAÇÃO LTDA ME  
CNPJ 10.761.785/0001-79  
Objeto Prorrogação do prazo do contrato original para até 31 de dezembro de 2016  
Prazo:31/12/2016 Valor R\$ 242.500,00  
Fundamento: Processo nº122/2013 Concorrência: 05/2013

Imbituba, 18 de dezembro de 2015  
Nicolau Corsino Bento  
Secretário municipal de  
Administração e Gestão Pública  
Contratante

Omega Comunicação Ltda me  
Representante legal  
Contratada

**EXTRATO: PMI SEAGP 2015/150 A/01**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEAGP 2015/150 A/01

Contratada GP AUTO LOCADORA LTDA ME

CNPJ 08.296.316/0001-84

Objeto: Prorrogação do prazo do contrato original para até 31 de dezembro de 2016

Valor: R\$ 82.560,00 Prazo: 31/12/2016

Fundamento: Processo nº. 81/2015 Pregão 49/2015

Imbituba, 21 de dezembro de 2015.

Nicolau Corsino Bento

Secretário municipal de

Administração e Gestão Pública

Contratante

GP Autolocadora Ltda me

Representante legal

Contratada

**EXTRATO: PMI SEAGP 2015/151 A/01**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEAGP 2015/151 A/01

Contratada LOCA AUTO LOCADORA DE VEICULOS LTDA

CNPJ 04.649.441/0001-70

Objeto: Prorrogação do prazo do contrato original para até 31 de dezembro de 2016

Valor: R\$ 63.592,08 Prazo: 31/12/2016

Fundamento: Processo nº. 81/2015 Pregão 49/2015

Imbituba, 21 de dezembro de 2015.

Nicolau Corsino Bento

Secretário municipal de

Administração e Gestão Pública

Contratante

Loca Auto Locadora de Veiculos Ltda

Representante legal

Contratada

**EXTRATO: PMI SEAGP 2015/157 A01**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEAGP 2015/157 A01

Contratada: LEANDRO E CAROL LTDA

CNPJ 11.264.946/0001-81

Objeto Prorrogação do prazo do contrato original para até 31 de dezembro de 2016

Prazo: 31/12/2016 Valor R\$ 24.000,00

Fundamento: Processo nº98/2015 Dispensa 21/2015

Imbituba, 18 de dezembro de 2015

Nicolau Corsino Bento

Secretário municipal de

Administração e Gestão Pública

Contratante

Imobiliaria Leandro e Carol

Representante legal

Contratada

**EXTRATO: PMI SEAGP 2015/18 A02**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEAGP 2015/18 A02

Contratada: PERICIAL GESTÃO CONTABEL E PATRIMONIAL EIRELI ME

CNPJ 11.528.194/0001-19

Objeto Prorrogação do prazo do contrato original para até 31 de dezembro de 2016

Prazo: 31/12/2016 Valor R\$ 24.000,00

Fundamento: Processo nº156/2014 Pregão 96/2014

Imbituba, 11 de dezembro de 2015

Nicolau Corsino Bento

Secretário municipal de

Administração e Gestão Pública

Contratante

Pericial Gestão Contabil e Patrimonial Eireli me

Representante legal

Contratada

**EXTRATO: PMI SEAGP 2015/248 A/02**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEAGP 2015/248 A/02

Contratada TIM CELULARES S/A

CNPJ: 04.206.050/0001-80

Objeto: Prorrogação do prazo do contrato original para até 31 de dezembro de 2016

Valor: R\$ 137.016,00 Prazo: 31/12/2016

Fundamento: Processo nº. 152/2014 Pregão 92/2014

Imbituba, 01 de dezembro de 2015.

Nicolau Corsino Bento

Secretário municipal de

Administração e Gestão Pública

Contratante

Tim Celular S/A

Representante legal

Contratada

**EXTRATO: PMI SEAGP 2015/33 A/01**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEAGP 2015/33 A/01

Contratada COLONIA DE PESCADORES Z 13

CNPJ: 82.909.227/0001-19

Objeto: Prorrogação do prazo do contrato original para até 31 de dezembro de 2016

Valor: R\$ 9.6000,00 Prazo: 31/12/2016

Fundamento: Processo nº. 18/2015 Dispensa 05/2015

Imbituba, 11 de dezembro de 2015.

Nicolau Corsino Bento

Secretário municipal de

Administração e Gestão Pública

Locatário

Colonia de Pescadores Z 13

Representante legal

Locador

**EXTRATO: PMI SEAPI 2015/134 A001**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: PMI SEAPI 2015/134 A001  
Contratada: FAZENDA ITAPEVA LTDA  
CNPJ 00.647.391/0001-30  
Objeto Acréscimo de 25%(vinte e cinco por cento) sobre o valor do contrato original  
Valor R\$ 50.523,75  
Fundamento: Processo nº175/2014 Dispensa 105/2014

Imbituba, 23 de dezembro de 2015.  
Rui Geraldo Rodrigues  
Secretário municipal de  
agricultura, pesca e infraestrutura-  
SEAPI- Contratante

Fazenda Itapeva Ltda  
Representante legal  
Contratada

**EXTRATO: PMI SEAPI 2015/31 A01**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: PMI SEAPI 2015/31 A01  
Contratada: ITAPIRUBA COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRU-  
ÇÃO  
LTDA  
CNPJ 08.397.388/0001-18  
Objeto Prorrogação do prazo do contrato original para até 31 de dezembro de 2016  
Prazo:31/12/2016 Valor R\$ 184,800,00  
Fundamento: Processo nº76/2013 Pregão Presencial 53/2013

Imbituba, 09 de dezembro de 2015  
Rui Geraldo Rodrigues  
Secretário municipal de  
agricultura, pesca e infraestrutura-  
SEAPI- Contratante

Itapiruba Comércio de  
Materiais de Construção Ltda  
Representante legal  
Contratada

**EXTRATO: PMI SEAPI 2015/32 A01**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: PMI SEAPI 2015/32 A01  
Contratada: ITAPIRUBA COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRU-  
ÇÃO  
LTDA  
CNPJ 08.397.388/0001-18  
Objeto Prorrogação do prazo do contrato original para até 31 de dezembro de 2016  
Prazo:31/12/2016 Valor R\$ 236.000,00  
Fundamento: Processo nº15/2015 Dispensa 10/2015

Imbituba, 09 de dezembro de 2015  
Rui Geraldo Rodrigues  
Secretário municipal de  
agricultura, pesca e infraestrutura-  
SEAPI- Contratante

Itapiruba Comércio de  
Materiais de Construção Ltda  
Representante legal  
Contratada

**EXTRATO: PMI SEAPI 2015/77 A01**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: PMI SEAPI 2015/77 A01  
Contratada: ITAPIRUBA COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRU-  
ÇÃO  
LTDA  
CNPJ 08.397.388/0001-18  
Objeto Prorrogação do prazo do contrato original para até 31 de dezembro de 2016  
Prazo:31/12/2016 Valor R\$ 144.00,00  
Fundamento: Processo nº175/2014 Dispensa 105/2014

Imbituba, 09 de dezembro de 2015  
Rui Geraldo Rodrigues  
Secretário municipal de  
agricultura, pesca e infraestrutura-  
SEAPI- Contratante

Itapiruba Comércio de  
Materiais de Construção Ltda  
Representante legal  
Contratada

**EXTRATO: PMI SEDESTH 2012/21 A 04**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: PMI SEDESTH 2012/21 A 04  
Contratada SERGIO DA CRUZ LOPES  
CPF: 040.218.190-53  
Objeto: Prorrogação do prazo do contrato original para até 31 de dezembro de 2016  
Valor: R\$5.400,00 Prazo: 31/12/2016  
Fundamento: Processo nº. 09/2011 Dispensa 02/2012

Imbituba, 10 de dezembro de 2015.  
Paulo Juchem Sefton  
Secretário Municipal da setec  
Contratante

Sergio da Cruz Lopes  
Representante legal  
Contratada

**EXTRATO: PMI SEDUC 2015/44 A01**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: PMI SEDUC 2015/44 A01  
Contratada: IMOBILIARIA LEANDRO E CAROL LTDA.  
CNPJ 11.264.946/0001-81  
Objeto: É OBJETO DESTES TERMOS ADITIVO A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL PARA ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2016  
Valor: R\$140.000,00 Prazo: 31/12/2016  
Fundamento: Processo nº. 32/2015 Dispensa: 07/2015

Imbituba, 09 de Dezembro de 2015.  
Michela da Silva Freitas  
Secretária municipal de educação  
Locataria

Imobiliaria Leandro E Carol Ltda  
Representante legal  
Locador

**EXTRATO: PMI SEFAZ 2015/191 A/00**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEFAZ 2015/191

Contratada: CAIXA ECONOMICA FEDERAL

C.N.P.J00.360.305/0001-04

Objeto: CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO BANCÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COBRANÇA DE TRIBUTOS: IPTU (IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA), ISSQN (IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA) EM TODOS OS NÍVEIS, TAXAS DIVERSAS, CONTRIBUIÇÕES. DÍVIDA ATIVA, ITBI (IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS) E TODAS AS DEMAIS QUE ESTÃO NA COMPETÊNCIA DA MUNICIPALIDADE

Prazo: 31/12/2016 Valor: R\$ 192.000,00

Fundamento: Processo nº. 151/2015 Dispensa 30/2015

Imbituba, 30 de Dezembro de 2015.

Ivan Vitorio

Secretário Municipal da Fazenda

Contratante

Assinatura da CAIXA

Nome: Robert Kennedy Lara da Costa

Assinatura da CAIXA

Nome: Jeison Andre Buss

**EXTRATO: PMI SEINFRA 2013/72 A03**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEINFRA 2013/72 A03

Contratada: DALTON GONÇALVES-ME

CNPJ 17.581.400/0001-30

Objeto Prorrogação do prazo do contrato original para até 31 de dezembro de 2016

Prazo:31/12/2016 Valor R\$ 41.760,00

Fundamento: Processo nº48/2013 Pregão 36/2013

Imbituba, 09 de dezembro de 2015.

Rui Geraldo Rodrigues

Secretário municipal de

agricultura, pesca e infraestrutura-

SEAPI- Contratante

Dalton Golçaves-me

Representante legal

Contratada

**EXTRATO: PMI SEINFRA 2013/97 A03**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEINFRA 2013/97 A03

Contratada: IMUNIZADORA IMBITUBA LTDA EPP

CNPJ 06.354.091/0001-40

Objeto Prorrogação do prazo do contrato original para até 31 de dezembro de 2016

Prazo:31/12/2016 Valor R\$ 31.200,00

Fundamento: Processo nº06/2013 Pregão Presencial 05/2013

Imbituba, 19 de dezembro de 2014

Rui Geraldo Rodrigues

Secretário municipal de

agricultura, pesca e infraestrutura-

SEAPI- Contratante

Imunizadora Imbituba Ltda epp

Representante legal

Contratada

**EXTRATO: PMI SEINFRA/SEDUC 2015/03 A01**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEINFRA/SEDUC 2015/03 A01

Contratada: EMPRESA GERH SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA-EPP

CNPJ 04.821.033/0001-53

Objeto Prorrogação do prazo do contrato original para até 31 de dezembro de 2016

Prazo:31/12/2016 Valor R\$ 1.449.000,00

Fundamento: Processo nº05/2014 Pregão 05/2014

Imbituba, 09 de dezembro de 2015

Rui Geraldo Rodrigues

Secretário municipal de

agricultura, pesca e infraestrutura-

SEAPI- Contratante

Empresa, Gerh Serviços

Empresariais Ltda-epp

Representante legal

Contratada

**EXTRATO: SDR-NORTE 2014/192 A03**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: SDR-NORTE 2014/192 A03

Contratada: ANA CAROLINA SPEACK RIBEIRO

CPF 023.332.549-20

Objeto Prorrogação do prazo do contrato para até 16 de Dezembro de 2016

Prazo:31/12/2016 Valor R\$ 29.820,72

Fundamento: Processo nº76/2014 Dispensa 15/2014

Imbituba, 09 de dezembro de 2015.

Rui Geraldo Rodrigues

Secretário municipal de

agricultura, pesca e infraestrutura-

SEAPI- locatário

Ana Carolina Speack

Representante legal

locador

**EXTRATO: SDR-OESTE 2013/31 A04**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: SDR-OESTE 2013/31 A04

Contratada: DJALMA CARGNIN JUNIOR

CPF 057.570.329-60

Objeto Prorrogação do prazo do contrato para até 16 de Dezembro de 2016

Prazo:31/12/2016

Fundamento: Processo nº33/2013 Dispensa 07/2013

Imbituba, 09 de dezembro de 2015.

Rui Geraldo Rodrigues

Secretário municipal de

agricultura, pesca e infraestrutura-

SEAPI- Contratante

Djalma Cargnin Junior

Representante legal

Contratada

**EXTRATO: SDR-SUL 2011/186 A05**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: SDR-SUL 2011/186 A05  
Contratada: VERA LUCIA QUERINO  
CPF 691.252.369-20  
Objeto Prorrogação do prazo do contrato para até 16 de setembro de 2016  
Prazo:16/09/2016  
Fundamento: Processo nº157/2011 Dispensa 43/2011

Imbituba, 09 de dezembro de 2015.  
Rui Geraldo Rodrigues  
Secretário municipal de  
agricultura, pesca e infraestrutura-  
SEAPI- locador

Vera Lucia Querino  
Representante legal  
locatária

**EXTRATO: SEASH 2013/06 A05**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: SEASH 2013/06 A05  
Contratada: VERA LUCIA VALDOMIRO MEDEIROS THIESEN  
C.PF 017.424.419-39  
Objeto: Prorrogação de prazo do contrato original para até 31/12/2016  
Valor R\$10.800,00 Prazo 31/12/2016  
Fundamento: Processo nº. 10/2013 Dispensa 02/2013

Imbituba, 10 de dezembro 2015.  
Selma Elias Whestphal  
Secretária Municipal da Seast  
Locatária

Vera Lucia Valdomiro Medeiros Theisen  
Representante Legal  
Locador

**EXTRATO: SEASH 2013/14 A04**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: SEASH 2013/14 A04  
Contratada: SILVIA CRISTINA AGOSTINHO PITTIGLIANI  
CPF 691.255.709-00  
Objeto: Prorrogação de prazo do contrato original para até 31/12/2016  
Valor R\$26.953,52 Prazo 31/12/2016  
Fundamento: Processo nº. 19/2013 Dispensa 05/2013

Imbituba, 10 de dezembro 2015.  
Selma Elias Whestphal  
Secretária Municipal da Seast  
Contratante

Silvia Agostinho Pittigliani  
Representante Legal  
Contratada

**EXTRATO: SEAST 2014/18 A02**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: SEAST 2014/18 A02  
Contratada: VALDINETE VIEIRA BENTO MARQUES  
CPF 764.565.289-68  
Objeto: Prorrogação de prazo do contrato original para até 31/12/2016  
Valor:R\$501,18 Prazo:31/12/2016  
Fundamento: Processo nº. 18/2014 Outra Modalidade: 01/2014

Imbituba, 10 de dezembro 2015.  
Selma Elias Whestphal  
Secretária Municipal da Seast  
Credenciante

Valdinete Vieira Bento Marques  
Representante Legal  
Credenciada

**EXTRATO: SEMUSA 2014/26 A02**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: SEMUSA 2014/26 A02  
Contratada: TECOMNI LTDA ME  
CNPJ 13.794.058/0001-04  
Objeto: Prorrogação de prazo até dia 31 de Dezembro de 2016  
Prazo 31/12/2016  
Fundamento: Processo nº. 33/2014 Carta Convite 02/2014

Imbituba, 15 de Dezembro de 2015.  
Maria Martins dos Passos Souza  
Secretária Municipal de saúde  
Contratante

Tecomni Ltda me  
Representante legal  
Contratada

**EXTRATO: SEMUSA 2014/37 A01**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: SEMUSA 2014/37 A01  
Contratada: FISIOLIFE CENTRO DE REABILITAÇÃO LTDA  
CNPJ 05.745.766/001-19  
Objeto: Prorrogação de prazo até dia 31 de Dezembro de 2016  
Prazo 31/12/2016  
Fundamento: Processo nº. 48/2014 Inexibilidade 08/2014

Imbituba, 18 de Dezembro de 2015.  
Maria Martins dos Passos Souza  
Secretária Municipal de saúde  
Contratante

Fisiolife Centro de Reabilitação Ltda  
Representante legal  
Contratada

**EXTRATO: SEMUSA 2015/02 A01**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: SEMUSA 2015/02 A01  
Contratada: JOÃO PEREIRA BARBOSA  
CPF 155.488.999-53  
Objeto: Prorrogação de prazo até dia 31 de Dezembro de 2016



Prazo 31/12/2016  
Fundamento: Processo nº. 01/2015 Dispensa 01/2015

Imbituba, 15 de Dezembro de 2015.  
Maria Martins dos Passos Souza  
Secretária Municipal de saúde  
Contratante

Joao Pereira Barbosa  
Representante legal  
Contratado

**EXTRATO: SEMUSA 2015/11 A01**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: SEMUSA 2015/11 A01  
Contratada SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE IMBITUBA  
CNPJ 82.539.891/0001-13  
Objeto: Prorrogação de prazo até dia 31 de Dezembro de 2016  
Prazo 31/12/2016  
Fundamento: Processo nº. 14/2015 Dispensa 03/2015

Imbituba, 15 de Dezembro de 2015.  
Maria Martins dos Passos Souza  
Secretária Municipal de saúde  
Locatário

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Imbituba  
Representante legal  
Locador

**EXTRATO: SEMUSA 2015/15 A01**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: SEMUSA 2015/15 A01  
Contratada JOSE DOS PASSOS PACHECO  
CPF 299.865.169-00  
Objeto: Prorrogação de prazo até dia 31 de Dezembro de 2016  
Prazo 31/12/2016  
Fundamento: Processo nº. 21/2015 Dispensa 04/2015

Imbituba, 15 de Dezembro de 2015.  
Maria Martins dos Passos Souza  
Secretária Municipal de saúde  
Locatário

Jose dos Passos Pacheco  
Representante legal  
Locador

**EXTRATO: SEMUSA 2015/40 A01**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: SEMUSA 2015/40 A01  
Contratada DAVID DA SILVEIRA SABINO  
CPF 062.067.629+98  
Objeto: Prorrogação de prazo até dia 31 de Dezembro de 2016  
Prazo 31/12/2016  
Fundamento: Processo nº. 44/2015 Dispensa 05/2015

Imbituba, 15 de Dezembro de 2015.  
Maria Martins dos Passos Souza  
Secretária Municipal de saúde  
Locatário

David da Silveira Sabino  
Representante legal  
Locador

**EXTRATO: SEMUSA 2015/79 A00**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: SEMUSA 2015/79 A00  
Contratada: ITAPIRUBÁ COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA.  
CNPJ: 08.397.388/0001-18  
Objeto: FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE BÁSICA DE MIRIM-IMBITUBA/SC  
Prazo: 23/06/2016 Valor: R\$ 284.970,35  
Fundamento: Processo nº. 42/2015 Tomada De Preço 01/2015

Imbituba, 23 de Dezembro de 2015.  
Maria Martins dos Passos Souza  
Servidora Publica Municipal/Gerente Geral De Saúde  
Contratante

Itapirubá Comercio de Materiais de Construção Ltda  
Representante legal  
Contratada

**EXTRATO: SEMUSA 2013/10 A03**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: SEMUSA 2013/10 A03  
Contratada SAO PEDRO CLINICA E FISIOTERAPIA LTDA ME  
CNPJ 16.651.719/0001-22  
Objeto: Prorrogação de prazo até dia 31 de Dezembro de 2016  
Prazo 31/12/2016  
Fundamento: Processo nº. 06/2013 Inexibilidade 01/2013

Imbituba, 15 de Dezembro de 2015.  
Maria Martins dos Passos Souza  
Secretária Municipal de saúde  
Credenciante

São Pedro Clinica e Fisioterapia Ltda me  
Representante legal  
Credenciada

**EXTRATO: SEMUSA 2013/43 A03**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: SEMUSA 2013/43 A03  
Contratada OMEGA COMUNICAÇÃO LTDA ME  
CNPJ 10.761.785/0001-79  
Objeto: Prorrogação de prazo até dia 31 de Dezembro de 2016  
Prazo 31/12/2016 Valor R\$ 30.000,00  
Fundamento: Processo nº. 14/2013 Tomada de Preço 01/2013

Imbituba, 21 de Dezembro de 2015.  
Maria Martins dos Passos Souza  
Secretária Municipal de saúde  
Contratante

Omega Comunicação Ltda me  
Representante Legal  
Contratada



**EXTRATO: SEMUSA 2013/57 A03**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: SEMUSA 2013/57 A03  
Contratada CDI IMAGEM LTDA  
CNPJ 10.409.163/0001-86  
Objeto: Prorrogação de prazo até dia 31 de Dezembro de 2016  
Prazo 31/12/2016.  
Fundamento: Processo nº. 48/2013 Inexibilidade 04/2013

Imbituba, 15 de Dezembro de 2015.  
Maria Martins dos Passos Souza  
Secretária Municipal de saúde  
Credenciante

CDI Imagem Ltda  
Representante legal  
Credenciada

**EXTRATO: SEMUSA 2014/21 A02**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: SEMUSA 2014/21 A02  
Contratada MUCCI&RIO DIAGNÓSTICOS CLINICOS S/S  
CNPJ 07.150.735/0003-02  
Objeto: Prorrogação de prazo até dia 31 de Dezembro de 2016  
Prazo 31/12/2016 Valor R\$ Conforme a PPI da assistência vigente,  
a série histórica e a tabela de procedimentos do SUS.  
Fundamento: Processo nº. 20/2014 Inexibilidade 02/2014

Imbituba, 15 de Dezembro de 2015.  
Maria Martins dos Passos Souza  
Secretária Municipal de saúde  
Contratante

Mucci & Rio Analises e Diagnosticos Clinicos s/s  
Representante legal  
Contratada

**EXTRATO: SEMUSA 2014/30 A/02**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: SEMUSA 2014/30 A/02  
Contratada COLONIA DE PESCADORES Z-13  
CNPJ 82.909.227/0001-19  
Objeto: Prorrogação de prazo do contrato até dia 31 de Dezembro de 2016  
Prazo 31/12/2016 Valor R\$ 14.400,00  
Fundamento: Processo nº. 25/2014 Pregão 22/2014

Imbituba, 15 de Dezembro de 2015.  
Maria Martins dos Passos Souza  
Secretária Municipal de saúde  
Contratante

Colonia de Pescadores Z-13  
Representante legal  
Contratada

**EXTRATO: SEMUSA 2014/31 A02**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: SEMUSA 2014/31 A02  
Contratada CENTRO MEDICO DE DIAGNOSTICO ANATOMOPATOLOGICO E CIATOPATOLOGICO CONÇALVES LTDA  
CNPJ 95.780.466/0001-63  
Objeto: Prorrogação de prazo até dia 31 de Dezembro de 2016  
Prazo 31/12/2016 Valor R\$ Conforme a PPI da assistência vigente,  
a série histórica e a tabela de procedimentos do SUS.  
Fundamento: Processo nº. 40/2014 Inexibilidade 05/2014

Imbituba, 15 de Dezembro de 2015.  
Maria Martins dos Passos Souza  
Secretária Municipal de saúde  
Credenciante

Centro Medico de Diagnostico Anatomopatologico e  
Ciatopatologico golçalves Ltda  
Representante legal  
Credenciada

**EXTRATO: SEMUSA 2014/32 A02**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: SEMUSA 2014/32 A02  
Contratada LABORATÓRIO DE ANÁLISE BETONCINI LTDA  
CNPJ 83.479.964/001-91  
Objeto: Prorrogação de prazo até dia 31 de Dezembro de 2016  
Prazo 31/12/2016 Valor R\$ Conforme a PPI da assistência vigente,  
a série histórica e a tabela de procedimentos do SUS.  
Fundamento: Processo nº. 40/2014 Inexibilidade 05/2014

Imbituba, 15 de Dezembro de 2015.  
Maria Martins dos Passos Souza  
Secretária Municipal de saúde  
Credenciante

Laboratório de Analise Betoncini  
Representante legal  
Credenciada

**EXTRATO: SEMUSA 2014/33 A02**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: SEMUSA 2014/33 A02  
Contratada LABORATÓRIO CENTRAL DE IMBITUBA LTDA  
CNPJ 75.483.495/0001-56  
Objeto: Prorrogação de prazo até dia 31 de Dezembro de 2016  
Prazo 31/12/2016 Valor R\$ Conforme a PPI da assistência vigente,  
a série histórica e a tabela de procedimentos do SUS.  
Fundamento: Processo nº. 40/2014 Inexibilidade 05/2014

Imbituba, 15 de Dezembro de 2015.  
Maria Martins dos Passos Souza  
Secretária Municipal de saúde  
Credenciante

Laboratório Central de Imbituba Ltda  
Representante legal  
Credenciada

**EXTRATO: SEMUSA 2014/35 A02**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: SEMUSA 2014/35 A02

Contratada CENTRO DE FISIOTERAPIA SAÚDE E BELEZA LTDA

CNPJ 11.310.107/0001-52

Objeto: Prorrogação de prazo até dia 31 de Dezembro de 2016

Prazo 31/12/2016 Valor R\$ Conforme a PPI da assistência vigente, a série histórica e a tabela de procedimentos do SUS.

Fundamento: Processo nº. 42/2014 Inexibilidade 06/2014

Imbituba, 15 de Dezembro de 2015.

Maria Martins dos Passos Souza

Secretária Municipal de saúde

Credenciante

Centro de Fisioterapia Saude e Beleza Ltda

Representante legal

Credenciada

**EXTRATO: SEMUSA 2014/36 A02**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: SEMUSA 2014/36 A02

Contratada ESPAÇO VITALITTA CLINICA IINTEGRADA LTDA

CNPJ 11.278.867/000-20

Objeto: Prorrogação de prazo até dia 31 de Dezembro de 2016

Prazo 31/12/2016 Valor R\$ Conforme a PPI da assistência vigente, a série histórica e a tabela de procedimentos do SUS.

Fundamento: Processo nº. 42/2014 Inexibilidade 06/2014

Imbituba, 15 de Dezembro de 2015.

Maria Martins dos Passos Souza

Secretária Municipal de saúde

Credenciante

Espaço Vitalitta Clinica Intregada Ltda

Representante legal

Credenciada

**LEI Nº 4.650, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.**

LEI Nº 4.650, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

Desafeta Bens móveis do Patrimônio Público da Câmara Municipal de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Presidente da Câmara Municipal autorizado a desafetar os bens móveis, constantes do Anexo I da presente Lei, utilizados até esta data nas dependências da Câmara Municipal de Imbituba, transferindo-os para o patrimônio da Prefeitura Municipal de Imbituba.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação oficial.

Imbituba, 15 de dezembro de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Chefe de Gabinete

**ANEXO I – LEI Nº 4.650, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015 - BENS DESAFETADOS**

Nº do Patrimônio	Descrição Reduzida	Valor de Aquisição: R\$
403	Projeto Data-Show	4.300,00
51	Copiadora Sharp	16.920,00
402	Notebook Compaq	5.790,80
740	Impressora HP	167,00
742	Impressora HP	167,00
743	Impressora HP	167,00
744	Impressora HP	167,00
745	Impressora HP	167,00
746	Impressora HP	167,00
747	Impressora HP	167,00
748	Notebook Lenovo	2.603,71
749	Notebook Lenovo	2.603,71
774	Nobreak	545,00
518	Micromputador dual core	2.950,00
519	Micromputador dual core	2.950,00
520	Micromputador dual core	2.950,00
521	Micromputador dual core	2.950,00
522	Micromputador dual core	2.950,00
789	Computador com teclado	480,00
398	Micromputador	1.835,00
385	Micromputador	1.835,00

# Iomerê

## PREFEITURA

### TERMO ADITIVO Nº 015/60

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA SINAL DE INTERNET QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA INFOPASA TELECOMUNICAÇÕES LTDA - EPP – CT15FMS/008.  
TA15/060

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, através do Fundo Municipal da Saúde, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. Pedro Penso nº 530, Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 10.423.190/0001-03, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. LUCIANO PAGANINI, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado INFOPASA TELECOMUNICAÇÕES LTDA - EPP, pessoa jurídica de direito privado, situada na rua Germano Decker, nº 78, Bairro Universitário na cidade de Videira/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 03.656.613/0001-70, doravante denominado simplesmente de CONTRATADO, RESOLVEM, de comum acordo, ADITAR o contrato nº CT15FMS/008, o que fazem nos seguintes termos:

Art. 1º - As partes, de comum acordo, e em conformidade com o artigo 65, da Lei nº 8.666/93, no Processo Licitatório Pregão nº 0015/2015, conforme cláusula terceira resolvem prorrogar o prazo de vigência que passa a ser até 29 de fevereiro de 2016.

Art. 2º - Ficam mantidas as demais cláusulas contidas no contrato CT15FMS/008.

E, por estarem justos e acordados, firmam o presente termo aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza os efeitos legais.

Iomerê (SC), 30 de dezembro de 2015.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ	INFOPASA TELECOMUNICAÇÕES LTDA - EPP
CONTRATANTE	CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

Paula Pasqual  
OAB/SC 16164

# Ipumirim

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº. 003/2016 DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

CONTRATA PESSOAL EM CARATER TEMPORARIO NO CARGO DE MÉDICA VETERINARIA DE INSPEÇÃO SANITÁRIA PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PUBLICO

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 004/2002, que Dispõe sobre a Contratação de Pessoal por Tempo Determinado para Atender a Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público. Em especial ao art.2º, bem como convenio com o Ministério da Agricultura e Abastecimento, por intermédio da Delegacia Federal de Agricultura de Santa Catarina, conforme processo protocolizado na DFA/SC sob nº. 21050.00074/98-81

CONTRATA

MARIANA CANTON, sob a Matrícula 2454, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 3.942.719 e do CPF 046.195.199-10, para ocupar o cargo em caráter temporário de Médico Veterinário de Inspeção Sanitária, constante no Anexo Único da Lei Complementar 004/2002., nível salarial MEDICO VETERINARIO INSPECAO SANITARIA, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 44 horas semanais, lotação: Inspeção Federal - SIF - Empresa JBS, para o período de 04/01/2016 a 30/12/2016.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 04/01/2016.

Ipumirim - SC, 04 de janeiro de 2016.

VALDIR ZANELLA  
Prefeito de Ipumirim

Paulo Roberto de Bortoli  
Agente de Recursos Humanos.

### PORTARIA Nº. 004/2016 DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

CONTRATA PESSOAL EM CARATER TEMPORARIO NO CARGO DE AGENTE DE INSPEÇÃO SANITARIA PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PUBLICO.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 004/2002, que Dispõe sobre a Contratação de Pessoal por Tempo Determinado para Atender a Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público. Em especial ao art.2º, bem como convenio com o Ministério da Agricultura e Abastecimento, por intermédio da Delegacia Federal de Agricultura de Santa Catarina, conforme processo protocolizado na DFA/SC sob nº. 21050.00074/98-81

CONTRATA

SANDRA ZAVASCHI ZATTA, sob a Matrícula 2455, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº.

1876967-5 e do CPF 923.745.149-00, para ocupar o cargo em caráter temporário de Agente de Inspeção Sanitária, constante no Anexo Único da Lei Complementar 004/2002, nível salarial AGENTE DE INSPECAO SANITARIA, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 44 horas semanais, lotação: Inspeção Federal - SIF - Empresa JBS, para o período de 04/01/2016 a 31/12/2016.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 04/01/2016.

Ipumirim - SC, 04 de Janeiro de 2016.

Valdir Zanella  
Prefeito de Ipumirim

Paulo Roberto de Bortoli  
Agente de Recursos Humanos.

### PORTARIA Nº. 005/2016 DE 05 DE JANEIRO DE 2016.

CONCEDE FERIAS A SERVIDOR EFETIVO A PEDIDO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A JULIANO BABINSKI, matrícula 1720-5, férias de 20 dias, relativas ao período aquisitivo de 10/2014 a 09/2015 e gozo de 11/01/2016 a 30/01/2016 e, conforme previsto no art. 127, § 1º da Lei Complementar 01/2002, 10 dias convertidos em pecúlio relativo ao período de 31/01/2016 a 09/02/2016.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 11/01/2016.

Ipumirim - SC, 05 de janeiro de 2016.

Valdir Zanella  
Prefeito de Ipumirim

Paulo Roberto de Bortoli  
Agente de Recursos Humanos.

**PORTARIA Nº. 006/2016 DE 05 DE JANEIRO DE 2016.**

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR NO CARGO POLITICO DE SECRETARIO DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

**CONCEDE:**

A GILMAR BIFFI, matrícula 1.330-5, férias de 30 dias, relativas ao período aquisitivo de 2015 a 2016 e gozo de 07/01/2016 a 06/02/2016 .

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 07/01/2016.

Ipumirim - SC, 05 de janeiro de 2016.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

Paulo Roberto de Bortoli

Agente de Recursos Humanos.

# Irineópolis

## CÂMARA MUNICIPAL

### PORTARIA Nº 16-2016 CONCEDER FERIAS A SERVIDORA

Portaria Nº 16/2015

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

SANDRA RENATE PIEKARZEWICZ MAYDL, Presidente da Câmara Municipal de Irineópolis, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo Regimento Interno desta Casa e de conformidade com o artigo 41, inciso II da Lei Orgânica Municipal.

#### RESOLVE:

Conceder a Servidora, SORAIA LOPES BINDER, Assessora Parlamentar, o gozo das férias pelo período de 04/01/2016 à 23/01/2016, de acordo com o artigo 101 da Lei Complementar nº 001/97, retornando as atividades normais em 24/01/2016, convertendo 1/3 em abono pecuniário.

Referente ao período aquisitivo de 13/05/2014 à 13/05/2015.

Gabinete da Presidência, em 16 de Dezembro de 2015.

Sandra Renate Piekarszewicz Maydl
-----------------------------------

Presidente da Mesa
--------------------

## HOSPITAL BOM JESUS

### CONTRATO Nº 10/2015

EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/2015

TOMADA DE PREÇOS N.º 03/2015

CONTRATO Nº 10/2015

Contrato de prestação de serviços que entre si celebram o Hospital Municipal Bom Jesus de Irineópolis e o Dr. Alberto Aurélio Posenatto.

O Hospital Municipal Bom Jesus de Irineópolis, pessoa jurídica de direito público, situada na Rua Paraná, nº 168, centro, neste município de Irineópolis, estado de Santa Catarina, neste ato representado pela Sra. Wianey de Cássia Oliveira G. T. dos Santos, brasileira, casada, no exercício do cargo de Presidente do HMBJ, residente e domiciliada à Avenida 22 de Julho, nº 1080, no centro do município de Irineópolis – SC, inscrita no CPF sob o nº 811.060.769-15, e o Dr. Alberto Aurélio Posenatto, brasileiro, casado, portador de CPF: 442.988.200-25, residente a Rua Benjamin Constant, 580 – Centro, União da Vitória, PR, de ora em diante denominada de Contratada, acordam e ajustam firmar o presente contrato nos termos da lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993, e legislação pertinente, assim como pelas condições do Procedimento de Licitação nº 07/2015, modalidade Tomada de Preços para compras e serviços, pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidade das partes.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A presente licitação tem por objeto a "CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL MÉDICO PARA ASSUMIR A RESPONSABILIDADE TÉCNICA DO HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS".

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A execução do presente Contrato dar-se-á sob a forma de execução indireta.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA RELAÇÃO JURÍDICA DO CONTRATADO

A prestação dos serviços ora contratados não implica vínculo empregatício nem exclusividade de colaboração entre o CONTRATANTE e o CONTRATADO.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO

O CONTRATANTE pagará a contratada pelos serviços efetivamente prestados, a importância de R\$ 1.159,36 (Um mil, cento e cinquenta e nove reais e trinta e seis centavos) mensais, a ser paga até o 10º dia útil do mês subsequente, mediante a apresentação da nota fiscal.

#### CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

- Projeto Atividade 3.3.90.00.00.00.00 0247 (7) – Manutenção do Hospital Municipal Bom Jesus.

#### CLÁUSULA SEXTA - DO CRITÉRIO DE REAJUSTE

Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- O contratado, por seus funcionários ou pessoal contratado, obriga-se a realizar a prestação dos serviços em compatibilidade com o Contrato, bem como é de sua inteira responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente Contrato, ficando o Contratante isento de qualquer vínculo empregatício com os mesmos, inclusas as sociais, bem como todas as obrigações tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do Contrato.
- É responsável também em arcar com eventuais prejuízos, indenizações e demais responsabilidades, causados à Contratante e/ou a terceiros, provocados, por ineficiência, negligência, imperícia, imprudência ou irregularidades cometidas na execução do contrato.
- O contratado se obriga a facilitar todas as atividades de fiscalização e vistoria na entrega do objeto, cabendo fornecer as informações e demais elementos necessários.
- O contratado obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.
- Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor, quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial,



encargos sociais, trabalhistas, providenciárias, tributários, fiscais e comerciais.

- O Contratado deverá disponibilizar um contato telefônico, de preferência celular, 24 horas para consultas e contato;
- O Contratado deverá disponibilizar, em tempo permanente, um canal da rede mundial de computadores;
- O Contratado deverá responsabilizar-se por todas as despesas de locomoção, hospedagem, estadias para exercer as tarefas contratadas;
- O Contratado prestará seus serviços, conforme solicitado pelo Hospital Municipal Bom Jesus.

#### CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- O Hospital Municipal Bom Jesus por seus responsáveis fornecerá, informações úteis, boas e necessárias, a perfeita execução do objeto deste Contrato, bem como, efetuarão o respectivo pagamento na data e condições aqui estabelecidas.

#### CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLENTO CONTRATUAL

Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a CONTRATANTE, poderá, garantida a previa defesa, aplicar à CONTRATADA, as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei 8.666/93 e suas alterações.

A proponente que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente:

- a) advertência;
- b) multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor da nota de empenho, por dia de atraso, injustificado na execução da mesma, observado o prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis;
- c) multa de 02%% (dois por cento) sobre o valor da nota de empenho, pela recusa injustificada do adjudicatário em executá-la;
- d) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 5 (cinco) anos;
- e) declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado as detentoras da Ata o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

Fica o CONTRATADO sujeito às penalidades previstas na Lei n.º 8.666/93, por infração de qualquer cláusula ou condição deste contrato, assegurado o direito à defesa.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

Constituem motivo para rescisão do presente contrato o não cumprimento de qualquer de suas cláusulas ou condições, bem como os motivos previstos na legislação referente a licitações e contratos administrativos.

§ 1.º O CONTRATADO reconhece desde já os direitos do CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista na legislação referente a licitações e contratos administrativos.

§ 2.º Em caso de rescisão contratual, se a interrupção das atividades em andamento puder causar prejuízo à população, será observado o prazo de 30 (trinta) dias para ocorrer à resolução.

§ 3.º O presente contrato rescinde todos os demais ajustes anteriores celebrados entre o CONTRATANTE e o CONTRATADO que tenham como objeto a prestação de serviços de assistência à saúde.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS RECURSOS PROCESSUAIS

Os recursos processuais cabíveis contra os atos de aplicação de penalidades e rescisão contratual pelo CONTRATANTE são aqueles estabelecidos na lei federal de licitações e contratos administrativos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

A contratação dos serviços objeto desta licitação terá vigência de

1 (um) ano a partir da data de sua assinatura, podendo o contrato ser prorrogado de acordo com o disposto no art. 57 da Lei n.º 8.666/93, bem como limites orçamentários.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS ALTERAÇÕES

Qualquer alteração do presente contrato será objeto de Termo Aditivo, na forma da legislação referente a licitações e contratos administrativos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

Uma vez firmado, o presente contrato terá seu extrato publicado no Órgão Oficial do Município, pela CONTRATANTE, dando-se cumprimento ao disposto no Artigo 61, parágrafo 1º da Lei n.º 8.666/93

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Porto União - SC, para dirimir questões decorrentes deste contrato, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X do artigo 29 da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional n. 19/98.

E, para que este Contrato passe a produzir seus jurídicos e legais efeitos, leva a chancela das partes, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o firmam.

Irineópolis (SC), 21 de dezembro de 2015.

Wianey de Cássia O. G. T. dos Santos Presidente Hospital Municipal Bom Jesus Contratante	Alberto Aurélio Posenatto CRM/SC 6824 Contratado
Testemunhas:	
Cleci Moreira	Silvana Rodrigues da Silva
CPF: 029.476.939-06	CPF: 063.4660799-95

#### EXTRATO DE CONTRATO Nº 10/2015

HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº 10/2015

Contratante: Hospital Municipal Bom Jesus

Contratada: Alberto Aurélio Posenatto

Objeto: Contratação de profissional médico para assumir a responsabilidade técnica do Hospital Municipal Bom Jesus .

Valor: R\$ 13.912,32 ( Treze mil, novecentos e doze reais e trinta e dois centavos).

Vigência: 21/12/2015 a 21/01/2016.

Lei: 10.520/02 e 8.666/93 consolidada.

WIANEY DE CASSIA OLIVEIRA GODOY TELES DOS SANTOS  
Presidente HMBJ

#### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO Nº 13/2015.

HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/2015

TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2015

Expirado o prazo recursal, torna público a HOMOLOGAÇÃO do Processo Licitatório em epígrafe e a ABJUDICAÇÃO de: ALBERTO AU-  
RÉLIO POSENATTO.

Irineópolis, 21 de dezembro de 2015.

WIANEY DE CASSIA OLIVEIRA GODOY TELES DOS SANTOS  
Presidente Hospital Municipal Bom Jesus.

# Itá

## PREFEITURA

### EXTRATO ADITIVO TATIM

Aditivo Nº ..... : 2AD 83/2014

Contratante...: MUNICIPIO DE ITA

Contratada....: LEONARDO TATIM & ADVOGADOS ASSOCIADOS

Valor ..... : 24.000,00 (vinte e quatro mil reais)

Vigência ..... : Início: 01/01/2016 Término: 31/12/2016

Licitação ..... : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 1/2014

Objeto ..... : Termo aditivo tem sua fundamentação legal prevista no inciso II, do art. 57, da Lei 8.666/93, bem como no Edital de Licitação, na minuta do contrato que compõem o Edital e ainda no respectivo contrato.

JAIRO LUIZ SARTORETTO

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

### EXTRATO DISTRATO CONTRATO 113/2015

DISTRATO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 113/2015

Contratante...: MUNICIPIO DE ITA

Contratada....: GENI FRIES

Data: 30/12/2015

Objeto ..... : Considerando que o objeto do presente contrato de locação de imóvel se destinava ao cumprimento de acordo celebrado nos autos da Reintegração de Posse nº 0000327-30.2014.8.24.0124 e que através do Agravo de Instrumento nº 2015.071350-5 a tentativa da família de retornar ao imóvel pertencente a este Município restou exitosa; Fica rescindido o Contrato Administrativo nº 113/2015, perdendo a partir desta data todos os seus efeitos.

JAIRO LUIZ SARTORETTO

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

# Itaiópolis

## FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS

### **AVISO DE LICITAÇÃO Nº 01/2016**

Processo Licitatório nº 01/2016, Pregão Presencial nº 01/2016; Objeto: Aquisição de 01 veículo tipo mini van, zero km, com 07 lugares para transporte de pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS). Entrega dos Envelopes; Até às 14:00 horas do dia 20 de janeiro de 2016; Abertura dos Envelopes: às 14:15 horas do dia 20 de janeiro de 2016, na Secretaria Municipal de Saúde de Itaiópolis-SC. O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no Fundo Municipal de Saúde, Av. Tancredo Neves, 234 de 2ª à 6ª das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas ou no site [www.itaioplis.sc.gov.br](http://www.itaioplis.sc.gov.br) - Fone 047 3652 1787. Itaiópolis, 05/01/2016. Eliseu Alexandre Gabardo, Secretário Municipal da Saúde.

# Itapoá

## PREFEITURA

### PREGÃO Nº 60/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 60/2015

REGISTRO DE PREÇOS Nº 26/2015

PROCESSO Nº 93/2015

O Município de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais TORNA PÚBLICO que, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo Menor Preço por Item, que será redigida pela Lei Federal Nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal Nº 877/2009, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal Nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar Nº 123/06, Lei Complementar nº 147/2014, e Leis Municipais, consoante condições e especificações estabelecidas no presente Edital, e para conhecimento dos interessados, que até às 09h:00min receberá o protocolo dos envelopes no órgão tributário, e que às 09h:30min do dia 19 de janeiro de 2016, na sala do Departamento de Licitações, a Pregoeira Oficial do Município Sra. Fernanda Cristina Rosa, realizará a abertura dos envelopes devidamente protocolados, juntamente com credenciamento, indispensável à participação no certame para a Aquisição de material de limpeza e produtos de higiene para atender ao Abrigo Provisório, Centro de Referência da Assistência Social, aos Benefícios Eventuais e demais serviços e programas desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos, e poderá ser retirado através do site [www.itapoa.sc.gov.br](http://www.itapoa.sc.gov.br) no link "pregão", ou extrato no site [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), ou até mesmo na Secretaria de Administração e Finanças – Licitações e Contratos das 08h00min às 14h00min.

Itapoá, 04 de dezembro de 2015.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

PREFEITO MUNICIPAL

ALESSANDRA SILVEIRA OLIVEIRA

SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

### LEI MUNICIPAL Nº 635/2015 ESTIMA RECEITA E FIXA DESPESA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO 2016.

LEI MUNICIPAL Nº 635/2015

Data: 23 de dezembro de 2015

ESTIMA RECEITA E FIXA DESPESA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes, que a Câmara Municipal de Itapoá aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Esta Lei estima a receita e fixa a despesa do Município de Itapoá/SC, para o exercício financeiro de 2016, nos termos do art. 165, parágrafo 5º, da Constituição Federal, da Lei 4320/64, da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2016, compreendendo os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos, autarquias e entidades da administração municipal direta e indireta.

Art. 2º. A receita total estimada nos orçamentos fiscal e de seguridade social, já com as devidas deduções legais, representa o montante de R\$ 81.322.170,00 (oitenta e um milhões, trezentos e vinte e dois mil, cento e setenta reais).

I - O orçamento fiscal prevê uma receita de R\$ 66.969.500,00 (sessenta e seis milhões, novecentos e sessenta e nove mil e quinhentos reais);

II - O orçamento da seguridade social prevê uma receita de R\$ 14.352.670,00 (catorze milhões, trezentos e cinquenta e dois mil, seiscentos e setenta reais).

Parágrafo Único - A receita pública se constitui pelo ingresso de caráter não devolutivo auferido pelo Ente Municipal, para a alocação e cobertura das despesas públicas. Todo ingresso orçamentário constitui uma receita pública, podendo ser classificada em receita corrente, ou corrente intra-orçamentária ou de capital, arrecadada na forma da legislação vigente.

Art. 3º. A despesa total do município está fixada em R\$ 81.322.170,00 (oitenta e um milhões, trezentos e vinte e dois mil, cento e setenta reais), sendo R\$ 53.021.894,25 (cinquenta e três milhões, vinte e um mil, oitocentos e noventa e quatro reais e vinte e cinco centavos) do orçamento fiscal, e R\$ 28.300.275,75 (vinte e oito milhões, trezentos mil, duzentos e setenta e cinco reais e cinquenta centavos) do orçamento da seguridade social.

Art. 4º. A receita estimada e a despesa fixada para o exercício financeiro de 2016, serão evidenciadas através dos seguintes anexos:

I. Demonstrativo de Receitas / Despesas, por Categorias Econômicas (Anexo 01, da Lei 4.320/64);

II. Demonstrativo da Receita Segundo as Categorias Econômicas (Anexo 02, da Lei 4.320/64)

III. Demonstrativo da Despesa por Unidade Orçamentária Segundo as Categorias Econômicas (Anexo 02, da Lei 4.320/64).

IV. Demonstrativo do Programa de Trabalho por Órgão e Unidade (Anexo 06 da Lei 4.320/64)

V. Demonstrativo de Funções, Sub-Funções e Programas por Projetos Atividades (Anexo 07 da Lei 4.320/64);

VI. Demonstrativo de Funções, Sub-Funções e Programas conforme o vínculo com recursos (Anexo 08, da Lei 4.320/64);

VII. Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 09, da Lei 4.320/64);

VIII. Quadro de Detalhamento da Despesa QDD;

IX. Demonstrativo das Receitas e Despesas dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social; (art. 165, § 5º da CF)

Art. 5º. O poder executivo, por aprovação do Legislativo, através de Lei Específica poderá abrir créditos adicionais especiais por superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, ou anulação de dotação, ou excesso de arrecadação, ou contratação de convênio, ou produto de operação de crédito autorizada.

Art. 6º. Fica o Poder Executivo autorizado a:

I. Remanejar dotações de um grupo de natureza da despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais;

II. Utilizar os recursos vinculados à conta de reserva de contingência, observando o limite e a ocorrência de cada evento de riscos fiscais especificados no Anexo de Riscos Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias;

III. Realizar abertura de créditos suplementares, por conta do superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, na forma do artigo 43, inciso I da Lei 4320/64;

IV. Realizar abertura de créditos suplementares até 20% do total do orçamento fixado por esta Lei, provenientes de excesso de arrecadação de recursos ordinários, quando o saldo positivo das diferenças, acumuladas mês a mês, entre a arrecadação prevista e a realizada for efetivamente comprovada, considerando-se ainda, a tendência do exercício, na forma do artigo 43 da Lei 4320/64;

V. Abrir no curso da execução do orçamento de 2016, créditos adicionais suplementares para cobrir despesa vinculada à destinação

de recurso específico, cujo recebimento no exercício tenha excedido a previsão de arrecadação e execução, bem como as fontes não previstas, inclusive a de operação de crédito;

§ 1º - As apurações do superávit financeiro e do excesso de arrecadação previstas neste artigo, serão realizadas em cada destinação de recurso identificada nos orçamentos da Receita e Despesa para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, conforme exigência contida no artigo 8º, parágrafo único e artigo 50, inciso I da LRF.

§ 2º - O controle da execução orçamentária será realizado de forma a preservar o equilíbrio de caixa para cada uma das destinações de recursos, conforme disposto nos artigos 8º, 42 e 50, inciso I da LRF.

Art. 7º. Esta Lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 2016.

Itapoá (SC), 23 de dezembro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

## **ANEXO DA LM 635/2015 - ORÇAMENTOS FISCAIS E SEGURIDADE SOCIAL**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ - SC
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2016

### **ORÇAMENTO FISCAL**

UNIDADE GESTORA	RECEITA	DESPESA
PREFEITURA MUNICIPAL	51.576.500,00	22.254.003,35
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	15.253.000,00	27.712.890,90
FUNREBOM	140.000,00	260.000,00
CÂMARA MUNICIPAL		2.800.000,00
TOTAL	66.969.500,00	53.026.894,25

### **ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL**

UNIDADE GESTORA	RECEITA	DESPESA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2.914.710,00	15.232.315,75
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	274.960,00	1.889.960,00
FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA	2.000,00	12.000,00
IPESI	11.161.000,00	11.161.000,00
TOTAL	14.352.670,00	28.295.275,75

## **LEI MUNICIPAL Nº 636/2015 ALTERA OS ANEXOS I, II E III, DA LEI MUNICIPAL Nº 458/2013, DE 02 DE JULHO DE 2013, QUE DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ PARA O PERÍODO DE 2014 A 2017.**

LEI MUNICIPAL Nº 636/2015

Data: 23 de dezembro de 2015

ALTERA OS ANEXOS I, II e III, DA LEI MUNICIPAL Nº 458/2013, de 02 DE JULHO DE 2013, QUE DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ PARA O PERÍODO DE 2014 A 2017.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes, que a Câmara Municipal de Itapoá aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam alterados os anexos I, II e III, da Lei Municipal nº 458/2013, de 02 de julho de 2013, que passarão a vigorar com a redação dos anexos que acompanham esta Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, e altera a Lei Municipal nº 458/2013, de 02 de julho de 2013.

Itapoá (SC), 23 de dezembro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

Planilhas do Plano Plurianual (PPA) 2014 – 2017 (Anexos I, II e III)

**ANEXO I DA LM 635/2015 - DEMONSTRATIVO DE RECEITAS E DESPESAS SEGUNDO CATEGORIA****MUNICÍPIO DE ITAPOÁ**

Pág 1 / 2

## Planejamento e Orçamento

## Anexo I - Demonstrativo de Receitas e Despesas Segundo Categoria

Econômica

Entidade: Consolidado

Ano LOA: 2016

Anexo 1 da Lei 4.320/64 - Adendo II Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

<b>Receitas</b>	<b>R\$</b>	<b>Despesas</b>	<b>R\$</b>
<b>RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>		<b>DESPESA ORÇAMENTÁRIA</b>	
Receitas Correntes	81.473.170,00	Despesas Correntes	70.756.657,00
Receita Tributária	26.555.000,00	Pessoal e Encargos Sociais	43.090.718,55
Receita de contribuições	3.752.000,00	Juros e Encargos da Dívida	0,00
Receita patrimonial	6.230.000,00	Outras Despesas Correntes	27.665.938,45
Receita agropecuária	0,00		
Receita industrial	0,00		
Receita de serviços	0,00		
Transferências correntes	41.826.670,00		
Outras receitas correntes	3.109.500,00		
Receitas correntes intra-orçamentárias	3.759.000,00		
Receita tributária - intra-orçamentária	0,00		
Receita de contribuições - intra-orçamentárias	3.664.000,00		
Receita patrimonial - intra-orçamentária	0,00		
Receita agropecuária - operações intraorç	0,00		
Receita industrial - intra-orçamentária	0,00		
Receita de serviços - intra-orçamentárias	0,00		
Transferência corrente - intra-orçamentária	0,00		
Outras receitas correntes - intra-orçamentárias	95.000,00		
(r) Deduções da receita	(3.925.000,00)		
(r) Deduções da receita corrente	(3.925.000,00)		
(r) Receita tributária	0,00		
(r) Receita de contribuições	0,00		
(r) Receita patrimonial	0,00		
(r) Receita agropecuária	0,00		
(r) Receita industrial	0,00		
(r) Receita de serviços	0,00		
(r) Dedução da receita de transferências correntes	(3.925.000,00)		
(r) Outras receitas correntes	0,00		
(r) Receitas correntes intra-orçamentárias	0,00		
(r) Receita tributária - intra-orçamentária	0,00		
(r) Receita de contribuições - intra-orçamentárias	0,00		
(r) Receita patrimonial - intra-orçamentária	0,00		
(r) Receita agropecuária - operações intraorç	0,00		
(r) Receita industrial - intra-orçamentária	0,00		
(r) Receita de serviços - intra-orçamentárias	0,00		
(r) Transferência corrente - intra-orçamentária	0,00		
(r) Outras receitas correntes - intra-orçamentárias	0,00		
<b>Total das Receitas Correntes</b>	<b>81.307.170,00</b>	<b>Total das Despesas Correntes</b>	<b>70.756.657,00</b>
<b>Déficit</b>	<b>0,00</b>	<b>Superávit</b>	<b>10.550.513,00</b>
<b>Soma</b>	<b>81.307.170,00</b>	<b>Soma</b>	<b>81.307.170,00</b>
<b>Superávit do Orçamento Corrente</b>	<b>10.550.513,00</b>	<b>Déficit do Orçamento Corrente</b>	<b>0,00</b>
Receitas de capital	15.000,00	Despesas de Capital	2.419.513,00
Operações de crédito	0,00	Investimentos	2.419.513,00
Alienação de bens	15.000,00	Inversões Financeiras	0,00
Amortizações de empréstimos	0,00	Amortização da Dívida	0,00
Transferências de capital	0,00		
Outras receitas de capital	0,00		
Receitas de capital intra-orçamentárias	0,00		
Operações de crédito - intra-orçamentária	0,00		
Alienação de bens	0,00		
Amortização de empréstimos	0,00		
Transferência de capital - intra-orçamentária	0,00		
Outras receitas capital	0,00		
(r) Deduções da receita de capital	0,00		
(r) Operações de crédito	0,00		
(r) Alienação de bens	0,00		
(r) Amortizações de empréstimos	0,00		
(r) Transferências de capital	0,00		
(r) Outras receitas de capital	0,00		
(r) Receitas de capital intra-orçamentárias	0,00		
(r) Operações de crédito - intra-orçamentária	0,00		
(r) Alienação de bens	0,00		
(r) Amortização de empréstimos	0,00		
(r) Transferência de capital - intra-orçamentária	0,00		
(r) Outras receitas capital	0,00		
<b>Total das Receitas de Capital</b>	<b>15.000,00</b>	<b>Total das Despesas de Capital</b>	<b>2.419.513,00</b>
<b>Déficit</b>	<b>2.404.513,00</b>	<b>-(Reserva de contingência</b>	<b>200.000,00</b>
		<b>+Reserva do RPPS)</b>	<b>7.946.000,00</b>
		<b>Superávit</b>	<b>0,00</b>
<b>Resumo</b>			
Receitas Correntes	81.307.170,00	Despesas Correntes	70.756.657,00
Receitas de Capital	15.000,00	Despesas de Capital	2.419.513,00
		Reserva de Contingência	200.000,00
		Reserva do RPPS	7.946.000,00



**MUNICIPIO DE ITAPOÁ**

Planejamento e Orçamento

Anexo I - Demonstrativo de Receitas e Despesas Segundo Categoria

Econômica

Entidade: Consolidado

Ano LOA: 2016

Pág 2 / 2

<b>Subtotal</b>	81.322.170,00	<b>Subtotal</b>	81.322.170,00
<b>Déficit</b>	0,00	<b>Superavit</b>	0,00
<b>Total</b>	81.322.170,00	<b>Total</b>	81.322.170,00

ORDENADOR DA DESPESA  
Secretário

CONTADOR  
Contador

## ANEXO I DA LM 636/2015

Pág 1 / 7

**MUNICÍPIO DE ITAPOÁ**  
Planejamento e Orçamento  
Receitas do PPA por Ano

Entidade: Consolidado

Ano PPA: 2014 - 2017 Atualizado Até: 23/12/2015 Grau a listar: 10



Conta	Descrição Conta	Tipo	2014	2015	2016	2017	Total
4000000000000000	Receita Orcamentaria	S	60.150.740,00	84.594.100,00	85.247.170,00	69.632.000,27	299.624.010,27
4100000000000000	Receitas Correntes	S	57.830.740,00	82.022.100,00	81.473.170,00	66.946.310,27	288.272.320,27
4110000000000000	Receita Tributaria	S	15.035.000,00	30.273.000,00	26.555.000,00	17.404.891,83	89.267.891,83
4111000000000000	Impostos	S	14.035.000,00	29.145.000,00	25.250.000,00	16.247.266,82	84.677.266,82
4111200000000000	Impostos sobre o Patrimonio e a Renda	S	8.335.000,00	11.145.000,00	12.150.000,00	9.648.804,33	41.278.804,33
4111202000000000	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	S	6.090.000,00	6.545.000,00	6.585.000,00	7.049.936,23	26.269.936,23
4111202000100000	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	A	3.190.000,00	3.580.000,00	3.470.000,00	3.692.823,74	13.932.823,74
4111202000200000	IPTU Territorial	A	2.900.000,00	2.965.000,00	3.115.000,00	3.357.112,49	12.337.112,49
4111204000000000	Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	S	200.000,00	400.000,00	1.365.000,00	231.524,99	2.196.524,99
4111204310000000	Retido nas Fontes - Trabalho	A	200.000,00	400.000,00	1.365.000,00	231.524,99	2.196.524,99
4111208000000000	Imposto sobre Transmissão "inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis	A	2.045.000,00	4.200.000,00	4.200.000,00	2.367.343,11	12.812.343,11
4111300000000000	Impostos sobre a Producao e a Circulacao	S	5.700.000,00	18.000.000,00	13.100.000,00	6.598.462,49	43.398.462,49
4111305000000000	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	S	5.700.000,00	18.000.000,00	13.100.000,00	6.598.462,49	43.398.462,49
4111305010000000	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	A	5.700.000,00	18.000.000,00	13.100.000,00	6.598.462,49	43.398.462,49
4112000000000000	Taxas	S	1.000.000,00	1.078.000,00	1.275.000,00	1.157.625,01	4.510.625,01
4112100000000000	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	S	870.000,00	720.000,00	652.000,00	1.007.133,76	3.249.133,76
4112117000000000	Taxa de Fiscalizacao de Vigilancia Sanitaria	A	75.000,00	75.000,00	67.000,00	86.821,88	303.821,88
4112125000000000	Taxa de Licença para Funcionamento de Estabelecimentos Comerciais, Indústrias e Prestadoras de Serv.	A	265.000,00	265.000,00	285.000,00	306.770,63	1.121.770,63
4112132000000000	Taxa de Aprovação do Projeto de Construção Civil	A	530.000,00	380.000,00	300.000,00	613.541,25	1.823.541,25
4112200000000000	Taxas pela Prestacao de Serviços	S	130.000,00	358.000,00	623.000,00	150.491,25	1.261.491,25
4112221000000000	Taxas de Serviços Cadastrais	A	0,00	0,00	480.000,00	0,00	480.000,00
4112299000000000	Outras Taxas pela Prestacao de Serviços	S	130.000,00	358.000,00	143.000,00	150.491,25	781.491,25
4112299000100000	Outras Taxas P Prest de Serviços Gleba	A	10.000,00	3.000,00	3.000,00	11.576,25	27.576,25
4112299000200000	Outras Taxas P Prestacao de Serviços Prefeitura	A	60.000,00	235.000,00	0,00	69.457,50	364.457,50
4112299000300000	Outras Taxas pela Prestacao de Serviços Funreborn	A	60.000,00	120.000,00	140.000,00	69.457,50	389.457,50
4113000000000000	Contribuição de Melhoria	S	0,00	50.000,00	30.000,00	0,00	80.000,00

IPM - Informática Ltda

Identificador: WPL071101-718-XSKJFZ-189680618 - Emitido por: WILMARA JAQUELINE MADEIRA PITTA

05/01/2016 09:03

**MUNICÍPIO DE ITAPOÁ**  
Planejamento e Orçamento  
Receitas do PPA por Ano  
Entidade: Consolidado

Ano PPA: 2014 - 2017 Atualizado Até: 23/12/2015 Grau a listar: 10



Conta	Descrição Conta	Tipo	2014	2015	2016	2017	Total
4113004000000000	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras Complementares	A	0,00	50.000,00	30.000,00	0,00	80.000,00
4120000000000000	Receita de Contribuições	S	2.514.000,00	3.070.000,00	3.752.000,00	2.910.269,25	12.246.269,25
4121000000000000	Contribuições Sociais	S	1.334.000,00	1.470.000,00	1.952.000,00	1.544.271,75	6.300.271,75
4121029000000000	Contrib. Regime Próprio Previd. Serv. Público	S	1.334.000,00	1.470.000,00	1.952.000,00	1.544.271,75	6.300.271,75
4121029070000000	Contribuição do Servidor Ativo para o Regime Próprio de Previdência	S	1.326.000,00	1.461.000,00	1.933.000,00	1.535.010,75	6.255.010,75
4121029070100000	Contrib de Servidor Ativo Civil - Câmara	A	26.000,00	26.000,00	33.000,00	30.098,25	115.098,25
4121029070200000	Contrib. Serv. Ativo Civil - Prefeitura	A	1.300.000,00	1.435.000,00	1.900.000,00	1.504.912,50	6.139.912,50
4121029090000000	Contribuição do Servidor Inativo para o Regime Próprio de Previdência	A	8.000,00	9.000,00	19.000,00	9.261,00	45.261,00
4123000000000000	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	A	1.180.000,00	1.600.000,00	1.800.000,00	1.365.997,50	5.945.997,50
4130000000000000	Receita Patrimonial	S	3.529.000,00	4.170.000,00	6.230.000,00	4.085.258,63	18.014.258,63
4131000000000000	Receitas Imobiliárias	S	4.000,00	0,00	0,00	4.630,50	8.630,50
4131100000000000	Aluguéis	A	4.000,00	0,00	0,00	4.630,50	8.630,50
4132000000000000	Receitas de Valores Mobiliários	S	3.245.000,00	3.810.000,00	5.800.000,00	3.756.493,13	16.611.493,13
4132500000000000	Remuneração de Depósitos Bancários	S	245.000,00	500.000,00	400.000,00	283.618,13	1.428.618,13
4132502000000000	Remuneração de Depósitos de Recursos Não Vinculados	S	245.000,00	500.000,00	400.000,00	283.618,13	1.428.618,13
4132502990000000	Remuneração de Outros Depósitos de Recursos Não Vinculados - Outros	A	245.000,00	500.000,00	400.000,00	283.618,13	1.428.618,13
4132800000000000	Remuner. Invest. Regime Próprio Prev. Servid.	S	3.000.000,00	3.310.000,00	5.400.000,00	3.472.875,00	15.182.875,00
4132810000000000	Remuneração Investimentos do Regime Próprio de Previdência do Servidor em Renda Fixa	A	3.000.000,00	3.310.000,00	5.400.000,00	3.472.875,00	15.182.875,00
4133000000000000	Receita de Concessões e Permissões	S	280.000,00	360.000,00	430.000,00	324.135,00	1.394.135,00
4133100000000000	Receita de Concessões e Permissões - Serviços	S	280.000,00	360.000,00	430.000,00	324.135,00	1.394.135,00
4133199000000000	Outras Rec. Concessões Permissões - Serviços	A	280.000,00	360.000,00	430.000,00	324.135,00	1.394.135,00
4170000000000000	Transferências Correntes	S	33.502.240,00	38.878.960,00	41.826.670,00	38.783.030,58	152.990.900,58
4172000000000000	Transferências Intergovernamentais	S	33.496.240,00	38.876.960,00	41.824.670,00	38.776.084,83	152.973.954,83
4172100000000000	Transferências da União	S	17.244.240,00	21.118.000,00	22.236.710,00	19.962.363,33	80.561.313,33
4172101000000000	Participação na Receita da União	S	9.565.000,00	10.275.000,00	13.651.000,00	11.072.683,10	44.563.683,10

IPM - Informática Ltda

Identificador: WPL071101-718-KSKJFZ-18980618 - Emitido por: WILMARIA JACQUELINE MADEIRA PITTA

05/01/2016 09:03

**MUNICÍPIO DE ITAPOÁ**  
Planejamento e Orçamento  
Receitas do PPA por Ano  
Entidade: Consolidado

Ano PPA: 2014 - 2017 Atualizado Até: 23/12/2015 Grau a listar: 10



Conta	Descrição Conta	Tipo	2014	2015	2016	2017	Total
417210102000000	Cota-parte do Fundo de Participação dos Municípios	A	9.550.000,00	10.250.000,00	13.650.000,00	11.055.318,74	44.505.318,74
417210105000000	Cota-parte do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural	A	15.000,00	25.000,00	1.000,00	17.364,36	58.364,36
417212200000000	Transferência da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais	S	4.290.700,00	6.556.000,00	3.756.000,00	4.967.021,59	19.569.721,59
417212220000000	Cota-parte da Compensação Financeira de Recursos Minerais - Cfem	A	700,00	1.000,00	1.000,00	810,34	3.510,34
417212240000000	Cota-parte Royalties pelo Excedente da Produção do Petróleo - Lei Nº 9.478/97, Artigo 49, I e II	A	4.100.000,00	6.400.000,00	3.600.000,00	4.746.262,50	18.846.262,50
417212270000000	Cota-parte do Fundo Especial do Petróleo - Fep	A	190.000,00	155.000,00	155.000,00	219.948,75	719.948,75
417213300000000	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - Sus - Repasses Fundo a Fundo	S	2.062.000,00	2.405.000,00	2.663.710,00	2.387.022,76	9.517.732,76
417213300010000	Piso de Atencao Basico	A	350.000,00	408.000,00	408.000,00	405.168,75	1.571.168,75
417213300020000	Vigilancia Sanitaria	A	10.000,00	10.000,00	12.000,00	11.576,25	43.576,25
417213300030000	Epidemiologia e Controle de Doencas-e	A	29.000,00	29.000,00	51.710,00	33.571,13	143.281,13
417213300040000	Farmacia Basica	A	59.000,00	78.000,00	78.000,00	68.299,88	283.299,88
417213300050000	Programa Saude da Familia-psf	A	428.000,00	428.000,00	428.000,00	495.463,50	1.779.463,50
417213300060000	Media Alta Complexidade-mac	A	0,00	300.000,00	300.000,00	0,00	600.000,00
417213300070000	Agentes Comunitarios de Saude-pacs	A	396.000,00	422.000,00	461.370,00	458.419,50	1.737.789,50
417213300080000	Pse - Programa Saúde na Escola	A	34.000,00	34.000,00	34.000,00	39.359,25	141.359,25
417213300090000	Pmaq - Progr Melh Acesso e Qualidade	A	306.000,00	306.000,00	387.600,00	354.233,25	1.353.833,25
417213300100000	Média / Alta Complexidade	A	450.000,00	150.000,00	263.030,00	520.931,25	1.383.961,25
417213300110000	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - Sus - Repasses Fundo a Fundo	A	0,00	240.000,00	240.000,00	0,00	480.000,00
417213400000000	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - Fnas	S	108.400,00	251.000,00	224.000,00	125.486,55	708.886,55
417213400010000	Apoio a Pessoa Idosa-api	A	4.400,00	4.400,00	4.400,00	5.093,55	18.293,55
417213400030000	Prog. Erracad. Trabalho Infantil-peti	A	18.000,00	0,00	0,00	20.837,25	38.837,25
417213400050000	Igd - Suas	A	18.000,00	18.000,00	18.000,00	20.837,25	74.837,25
417213400060000	Bolsa Familia	A	14.000,00	15.600,00	15.600,00	16.206,75	61.406,75
417213400070000	Pbf - Piso Basico Fixo	A	54.000,00	78.000,00	78.000,00	62.511,75	272.511,75
417213400080000	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - Fnas	A	0,00	135.000,00	108.000,00	0,00	243.000,00
417213500000000	Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - Fnde	S	1.151.140,00	1.554.000,00	1.923.000,00	1.332.588,46	5.960.728,46

IPM - Informática Ltda

Identificador: WPL071101-718-KSKJFZ-18980818 - Emitido por: WILMARIA JACQUELINE MADEIRA PITTA

05/01/2016 09:03

**MUNICÍPIO DE ITAPOÁ**  
Planejamento e Orçamento  
Receitas do PPA por Ano  
Entidade: Consolidado  
Ano PPA: 2014 - 2017 Atualizado Até: 23/12/2015 Grau a listar: 10



Conta	Descrição Conta	Tipo	2014	2015	2016	2017	Total
0	Transferências do Salário-educação	A	945.000,00	1.270.000,00	1.600.000,00	1.093.955,63	4.908.955,63
41721350100000							
0	Transferências Diretas do Fnde Referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - Pnae	S	180.200,00	245.000,00	286.000,00	208.604,04	919.804,04
41721350300000							
0	Transferências Diretas do Fnde Referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - Pnae	A	113.000,00	142.000,00	140.000,00	130.811,63	525.811,63
41721350302000							
0	Transferências Pnae - Pnap	A	22.000,00	44.000,00	48.000,00	25.467,75	139.467,75
41721350303000							
0	Transferências Pnae - Pnac	A	35.000,00	46.000,00	90.000,00	40.516,88	211.516,88
41721350304000							
0	Progr Nac. Alimentação Escolar - Eja	A	10.200,00	13.000,00	8.000,00	11.807,78	43.007,78
41721350400000							
0	Transferências Diretas do Fnde Referentes ao Progr. Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar-pnae	A	25.940,00	39.000,00	37.000,00	30.028,79	131.968,79
41721360000000							
0	Transferência Financeira do Icms - Desoneração - L.c. Nº 87/96	S	17.000,00	17.000,00	19.000,00	19.679,62	72.679,62
41721360001000							
0	Transf. Financeira Icms Deson.-lc 87/	A	17.000,00	17.000,00	19.000,00	19.679,62	72.679,62
41721990000000							
0	Outras Transferências da União	A	50.000,00	60.000,00	0,00	57.881,25	167.881,25
41722000000000							
0	Transferências dos Estados	S	5.957.000,00	6.088.960,00	6.587.960,00	6.895.972,12	25.509.892,12
41722010000000							
0	Participação na Receita dos Estados	S	5.310.000,00	5.428.000,00	5.956.000,00	6.146.988,73	22.840.988,73
41722010100000							
0	Cota-parte do Icms	A	4.300.000,00	4.190.000,00	4.700.000,00	4.977.787,49	18.167.787,49
41722010200000							
0	Cota-parte do IPVA	A	920.000,00	1.190.000,00	1.200.000,00	1.065.014,99	4.375.014,99
41722010400000							
0	Cota Parte do IPI	A	45.000,00	46.000,00	55.000,00	52.093,12	198.093,12
41722011300000							
0	Cota-parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	A	45.000,00	2.000,00	1.000,00	52.093,13	100.093,13
4172233300000000							
0	Transferência de Recursos do Estado para Programas de Saúde - Repasse Fundo a Fundo	S	272.000,00	215.000,00	251.000,00	314.874,01	1.052.874,01
4172233300010000							
0	Prog. de Assistência Farmaceutica Basica	A	67.000,00	67.000,00	67.000,00	77.560,88	278.560,88
4172233300020000							
0	Cofinanciamento da Atencao Basica	A	60.000,00	99.000,00	99.000,00	69.457,50	327.457,50
4172233300030000							
0	Nasi Sc - Cofinanciamento da Atencao Bas	A	96.000,00	0,00	36.000,00	111.132,00	243.132,00
4172233300040000							
0	Média / Alta Complexidade	A	49.000,00	49.000,00	49.000,00	56.723,63	203.723,63
4172299000000000							
0	Outras Transferências dos Estados	S	375.000,00	425.960,00	380.960,00	434.109,38	1.616.029,38
4172299000100000							
0	Transferencia dos Estados Transp Escolar	A	361.000,00	375.000,00	330.000,00	417.902,63	1.483.902,63
4172299000200000							
0	Repasse Fundo a Fundo para Programas de Assistência Social	A	14.000,00	20.800,00	20.800,00	16.206,75	71.806,75
4172299000300000							
0	Feas - Cofinan de Benefícios Eventuais	A	0,00	3.460,00	3.460,00	0,00	6.920,00

IPM - Informática Ltda

Identificador: WPL071101-718-KSKJFZ-18980618 - Emitido por: WILMARJA JACQUELINE MADEIRA PITTA

05/01/2016 09:03

**MUNICÍPIO DE ITAPOÁ**  
Planejamento e Orçamento  
Receitas do PPA por Ano  
Entidade: Consolidado  
Ano PPA: 2014 - 2017 Atualizado Até: 23/12/2015 Grau a listar: 10



Conta	Descrição Conta	Tipo	2014	2015	2016	2017	Total
417229900040000	Feas - Proteção Social Básica	A	0,00	26.700,00	26.700,00	0,00	53.400,00
417240000000000	Transferências Multigovernamentais	S	10.295.000,00	11.690.000,00	13.000.000,00	11.917.749,38	46.902.749,38
417240100000000	Transferências de Recursos do FUNDEB	A	10.295.000,00	11.690.000,00	13.000.000,00	11.917.749,38	46.902.749,38
417500000000000	Transferências de Pessoas	A	6.000,00	2.000,00	2.000,00	6.945,75	16.945,75
419000000000000	Outras Receitas Correntes	S	3.250.500,00	5.630.140,00	3.109.500,00	3.762.859,98	15.752.999,98
419100000000000	Multas e Juros de Mora	S	1.965.500,00	3.315.140,00	1.369.500,00	2.275.311,88	8.925.451,88
419110000000000	Multas e Juros de Mora dos Tributos	S	1.057.000,00	1.635.500,00	92.500,00	1.223.609,60	4.008.609,60
419113800000000	Multas e Juros de Mora do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	A	40.000,00	60.000,00	42.000,00	46.304,98	188.304,98
419113900000000	Multas e Juros de Mora do Imposto sobre a Transmissão Inter-vivos de Bens Imóveis - ITBI	A	1.000,00	1.500,00	2.500,00	1.157,62	6.157,62
419114000000000	Multas e Juros de Mora do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	A	21.000,00	24.000,00	24.000,00	24.310,12	93.310,12
419119900000000	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	S	995.000,00	1.550.000,00	24.000,00	1.151.836,88	3.720.836,88
419119901000000	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	A	995.000,00	1.550.000,00	24.000,00	1.151.836,88	3.720.836,88
419130000000000	Mul. e Jur. Mora da Dívida Ativa dos Tributos	S	816.500,00	1.612.000,00	1.147.000,00	945.200,79	4.520.700,79
419131100000000	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	A	645.000,00	1.200.000,00	1.000.000,00	746.668,11	3.591.668,11
419131300000000	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	A	1.500,00	2.000,00	5.000,00	1.736,43	10.236,43
419139900000000	Multas Jur. Mora Div.ativa de Outros Tributos	A	170.000,00	410.000,00	142.000,00	196.796,25	918.796,25
419190000000000	Multas de Outras Origens	S	92.000,00	67.640,00	130.000,00	106.501,49	396.141,49
419191500000000	Multas Previstas na Legislação de Trânsito	A	92.000,00	67.640,00	130.000,00	106.501,49	396.141,49
419200000000000	Indenizações e Restituições	S	0,00	50.000,00	50.000,00	0,00	100.000,00
419220000000000	Restituições	S	0,00	50.000,00	50.000,00	0,00	100.000,00
419221000000000	Comp.fín.regime Geral e Proprio Prev.serv.	S	0,00	50.000,00	50.000,00	0,00	100.000,00
419221001000000	Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Prev. dos Serv. - Principal	A	0,00	50.000,00	50.000,00	0,00	100.000,00
419300000000000	Receita da Dívida Ativa	S	910.000,00	1.880.000,00	1.350.000,00	1.053.438,72	5.193.438,72
419310000000000	Receita da Dívida Ativa Tributária	S	910.000,00	1.880.000,00	1.350.000,00	1.053.438,72	5.193.438,72
419311100000000	Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	S	910.000,00	1.880.000,00	1.350.000,00	1.053.438,72	5.193.438,72
419311300000000	Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	A	795.000,00	1.650.000,00	1.250.000,00	920.311,86	4.615.311,86
419311300000000	Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	A	15.000,00	20.000,00	10.000,00	17.364,36	62.364,36

IPM - Informática Ltda

Identificador: WPL071101:718-XSKJFZ-18980618 - Emitido por: WILMARJA JACQUELINE MADEIRA PITTA

05/01/2016 09:03



**MUNICÍPIO DE ITAPOÁ**  
Planejamento e Orçamento  
Receitas do PPA por Ano  
Entidade: Consolidado  
Ano PPA: 2014 - 2017 Atualizado Até: 23/12/2015 Grau a listar: 10



Conta	Descrição Conta	Tipo	2014	2015	2016	2017	Total
0	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos	S	100.000,00	210.000,00	90.000,00	115.762,50	515.762,50
4193199000000000	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos - Principal	A	100.000,00	210.000,00	90.000,00	115.762,50	515.762,50
0	Receitas Correntes Diversas	S	375.000,00	385.000,00	340.000,00	434.109,38	1.534.109,38
4199000000000000	Rec. de Onus Sucumbencia de Acoes Judiciais	S	75.000,00	200.000,00	90.000,00	86.821,88	451.821,88
0	Receita de Honorarios de Advogados	A	75.000,00	200.000,00	90.000,00	86.821,88	451.821,88
4199002010000000	Outras Receitas	A	300.000,00	185.000,00	250.000,00	347.287,50	1.082.287,50
0	Outras Receitas	A	0,00	180.000,00	250.000,00	347.287,50	777.287,50
4199099000010000	Outras Receitas	A	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
0	Receitas de Capital	S	10.000,00	22.000,00	15.000,00	11.576,25	58.576,25
4200000000000000	Alienacao de Bens	S	10.000,00	17.000,00	15.000,00	11.576,25	53.576,25
0	Alienacao de Bens Moveis	S	10.000,00	17.000,00	15.000,00	11.576,25	53.576,25
4221000000000000	Alienacao de Veiculos	S	10.000,00	12.000,00	15.000,00	11.576,25	48.576,25
0	Alienacao de Veiculos	A	10.000,00	12.000,00	15.000,00	11.576,25	48.576,25
4221500000000000	Alienacao de Outros Bens Moveis	A	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
0	Alienacao de Outros Bens Moveis	A	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
4221900000000000	Outras Receitas de Capital	S	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
0	Outras Receitas	A	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
4259000000000000	Receitas Correntes Intra-orcamentarias	S	2.310.000,00	2.550.000,00	3.759.000,00	2.674.113,75	11.293.113,75
0	Receita de Contribicoes	S	2.250.000,00	2.510.000,00	3.664.000,00	2.604.656,25	11.028.656,25
4720000000000000	Contribicoes Sociais	S	2.250.000,00	2.510.000,00	3.664.000,00	2.604.656,25	11.028.656,25
0	Contrib. P/ Plano de Seg Social Serv. Publico	S	2.250.000,00	2.510.000,00	3.664.000,00	2.604.656,25	11.028.656,25
4721000000000000	Contribuicao Patronal de Servidor Ativo Civil	A	2.200.000,00	2.450.000,00	3.630.000,00	2.546.775,00	10.826.775,00
0	Contribuição Previdenciária em Regime de Parcelamento de Débitos	A	50.000,00	60.000,00	34.000,00	57.881,25	201.881,25
4721029150000000	Outras Receitas Correntes	S	60.000,00	40.000,00	95.000,00	69.457,50	264.457,50
0	Multas e Juros de Mora	S	60.000,00	40.000,00	95.000,00	69.457,50	264.457,50
4791000000000000							

**MUNICÍPIO DE ITAPOÁ**

Planejamento e Orçamento

Receitas do PPA por Ano

Entidade: Consolidado

Ano PPA: 2014 - 2017 Atualizado Até: 23/12/2015 Grau a listar: 10



Conta	Descrição Conta	Tipo	2014	2015	2016	2017	Total
4791200000000000	Multas e Juros de Mora das Contribuições	S	60.000,00	40.000,00	95.000,00	69.457,50	264.457,50
4791229000000000	Multas e juros de mora da contribuição para o RPPS	S	60.000,00	40.000,00	95.000,00	69.457,50	264.457,50
4791229010000000	Multa e Juros de Mora sobre Contribuição Patronal para o Regime Próprio de Previdência	A	60.000,00	40.000,00	95.000,00	69.457,50	264.457,50
9000000000000000	(r)deducoes da Receita	S	(2.969.400,00)	(3.143.600,00)	(3.925.000,00)	(3.437.451,69)	(13.475.451,69)
9100000000000000	(r)deducoes da Receita Corrente	S	(2.969.400,00)	(3.143.600,00)	(3.925.000,00)	(3.437.451,69)	(13.475.451,69)
9170000000000000	(r)dedução da Receita de Transf.correntes	S	(2.969.400,00)	(3.143.600,00)	(3.925.000,00)	(3.437.451,69)	(13.475.451,69)
9172000000000000	(r)dedução da Receita de Transferencia Intergovernamental	S	(2.969.400,00)	(3.143.600,00)	(3.925.000,00)	(3.437.451,69)	(13.475.451,69)
9172100000000000	(r)dedução da Receita de Transferencia da Uniao	S	(1.916.400,00)	(2.058.400,00)	(2.734.000,00)	(2.218.472,56)	(8.927.272,56)
9172101000000000	(r)dedução da Receita de Participacao na Receita da Uniao	S	(1.913.000,00)	(2.055.000,00)	(2.730.200,00)	(2.214.536,63)	(8.912.736,63)
9172101020000000	(r)dedução da Receita do Fundo de Participação dos Munic	A	(1.910.000,00)	(2.050.000,00)	(2.730.000,00)	(2.211.063,75)	(8.901.063,75)
9172101050000000	(r)dedução da Receita do Imposto sobre a Propriedade Terr	A	(3.000,00)	(5.000,00)	(200,00)	(3.472,88)	(11.672,88)
9172136000000000	(r)dedução de Receita para a Formacao do FUNDEB - lcms Desoneracao - Lei Complementar 87/96	S	(3.400,00)	(3.400,00)	(3.800,00)	(3.935,93)	(14.535,93)
9172136000100000	(r)transf. Financeira lcms Deson.-lc 87/	A	(3.400,00)	(3.400,00)	(3.800,00)	(3.935,93)	(14.535,93)
9172200000000000	(r)dedução da Receita de Transferencia do Estado	S	(1.053.000,00)	(1.085.200,00)	(1.191.000,00)	(1.218.979,13)	(4.548.179,13)
9172201000000000	(r)dedução da Receita de Participacao na Receita do Estad	S	(1.053.000,00)	(1.085.200,00)	(1.191.000,00)	(1.218.979,13)	(4.548.179,13)
9172201010000000	(r)dedução da Receita do lcms	A	(860.000,00)	(838.000,00)	(940.000,00)	(995.557,50)	(3.633.557,50)
9172201020000000	(r)dedução da Receita da Cota-parte do IPVA	A	(184.000,00)	(238.000,00)	(240.000,00)	(213.003,00)	(875.003,00)
9172201040000000	(r)dedução da Receita do Ipi/exportacao	A	(9.000,00)	(9.200,00)	(11.000,00)	(10.418,63)	(39.618,63)
0		<b>Total:</b>	<b>57.181.340,00</b>	<b>81.450.500,00</b>	<b>81.322.170,00</b>	<b>66.194.548,58</b>	<b>286.148.558,58</b>

**ANEXO II DA LM 635/2015 - RECEITA SEGUNDO CATEGORIA ECONÔMICA**

**MUNICÍPIO DE ITAPOÁ**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo 02 - Receita Segundo Categoria Econômica  
Entidade: Consolidado  
Ano LOA: 2016

Pág 1 / 6

Anexo 2, Lei 4320/64, Port. SOF n.º 8 de 04/02/1985 - Adendo III  
Código Especificação

Código	Especificação	Desdobramen o	Fonte	Cat. Econômica 81.473.170,00
10000000000000	Receitas Correntes			
11000000000000	Receita Tributaria		26.555.000,00	
11100000000000	Impostos		25.250.000,00	
11120000000000	Impostos sobre o Patrimonio e a Renda		12.150.000,00	
11120200000000	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana		6.585.000,00	
11120200010000	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	3.470.000,00		
01000000	Recursos ordinarios	1.752.687,00		
01010000	Receitas de impostos e de transf. de imp	816.848,00		
01020100	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	900.465,00		
11120200020000	IPTU Territorial	3.115.000,00		
01000000	Recursos ordinarios	1.578.386,50		
01010000	Receitas de impostos e de transf. de imp	733.271,00		
01020100	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	803.342,50		
11120400000000	Imp.s/ a renda e proventos de qualquer natureza		1.365.000,00	
11120431000000	Irrf retido nas fontes - trabalho	1.365.000,00		
01000000	Recursos ordinarios	689.461,50		
01010000	Receitas de impostos e de transf. de imp	321.321,00		
01020100	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	354.217,50		
11120800000000	Imp. s/trans.inter vivos de bens imóveis - ITBI	4.200.000,00		
01000000	Recursos ordinarios	2.121.420,00		
01010000	Receitas de impostos e de transf. de imp	988.680,00		
01020100	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	1.089.900,00		
11130000000000	Impostos s/ a produção e a circulação		13.100.000,00	
11130500000000	Imposto s/ serviços de qualquer natureza - issqn		13.100.000,00	
11130501000000	Imposto s/ serviços de qualquer natureza - issqn	13.100.000,00		
01000000	Recursos ordinarios	6.616.810,00		
01010000	Receitas de impostos e de transf. de imp	3.083.740,00		
01020100	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	3.399.450,00		
11200000000000	Taxas		1.275.000,00	
11210000000000	Taxas pelo exercício do poder de polícia		652.000,00	
11211700000000	Taxa fiscalizacao vigilância sanitária	67.000,00		
01020200	VIGILÂNCIA SANITÁRIA MUNICIPAL	67.000,00		
11212500000000	Tx.lic.func.estabelecimento de comércio, ind. e prest.serviços	285.000,00		
01000000	Recursos ordinarios	285.000,00		
11213200000000	Taxa aprovação de projeto de construção civil	300.000,00		
01000000	Recursos ordinarios	300.000,00		
11220000000000	Taxas pela prestação de serviços		623.000,00	
11222100000000	Taxas de serviços cadastrais	480.000,00		
01000000	Recursos ordinarios	480.000,00		
11229900000000	Outras taxas de prestação de serviços		143.000,00	
11229900010000	Outras Taxas P Prest de Servicos Gleba	3.000,00		
01000000	Recursos ordinarios	3.000,00		
11229900030000	Outras Taxas pela Prestacao de Servicos Funrebom	140.000,00		
01002500	Funrebom	140.000,00		
11300000000000	Contribuições de melhoria		30.000,00	
11300400000000	Cont.melh. p/ pavimentação e obras complementares	30.000,00		
01000000	Recursos ordinarios	30.000,00		
12000000000000	Receita de contribuições		3.752.000,00	
12100000000000	Contribuições sociais		1.952.000,00	
12102900000000	Contribuição regime próprio previdência do servidor		1.952.000,00	
12102907000000	Contribuição servidor ativo civil p/ RPPS		1.933.000,00	
12102907010000	Contrib de Servidor Ativo Civil - Camara	33.000,00		

IPM - Informática Ltda

Identificador: WPL241101-718-SYPBLE-189678296 - Emitido por: WILMARA JAQUELINE MADEIRA PITTA

05/01/2016 08:24



**MUNICÍPIO DE ITAPOÁ**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo 02 - Receita Segundo Categoria Econômica  
Entidade: Consolidado  
Ano LOA: 2016

Pág 2 / 6

Código	Especificação	Desdobramen o	Fonte	Cat. Econômica
01030000	Contribuicao para rpps	33.000,00		
12102907020000	Contrib. Serv. Ativo Civil - Prefeitura	1.900.000,00		
01030000	Contribuicao para rpps	1.900.000,00		
12102909000000	Contribuição servidor inativo civil p/ RPPS	19.000,00		
01030000	Contribuicao para rpps	19.000,00		
12300000000000	Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública - COSIP	1.800.000,00		
01080000	Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	1.800.000,00		
13000000000000	Receita patrimonial		6.230.000,00	
13200000000000	Receitas de valores mobiliários		5.800.000,00	
13250000000000	Remuneração de depósitos bancários		400.000,00	
13250200000000	Remuneração depósito de recursos não vinculados		400.000,00	
13250299000000	Remuneração dep. recur. não vinculados-outros	400.000,00		
01000000	Recursos ordinarios	400.000,00		
13280000000000	Remuneração investimentos regime próprio previdência - RPPS		5.400.000,00	
13281000000000	Remuneração investimentos RPPS - renda fixa	5.400.000,00		
01030000	Contribuicao para rpps	5.400.000,00		
13300000000000	Receita de concessões e permissões		430.000,00	
13310000000000	Receita de concessões e permissões		430.000,00	
13319900000000	Outras receitas de concessões e permissões - energia elétrica	430.000,00		
01002600	Saneamento básico	430.000,00		
17000000000000	Transferências correntes		41.826.670,00	
17200000000000	Transferências intergovernamentais		41.824.670,00	
17210000000000	Transferências da união		22.236.710,00	
17210100000000	Participação na receita da união		13.651.000,00	
17210102000000	Cota-parte do fundo participação dos municípios-fpm (alínea b cf/88 - 22,05%)	13.650.000,00		
01000000	Recursos ordinarios	6.894.615,00		
01010000	Receitas de impostos e de transf. de imp	3.213.210,00		
01020100	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	3.542.175,00		
17210105000000	Cota-parte do imposto s/ propriedade territorial rural - ITR	1.000,00		
01000000	Recursos ordinarios	505,10		
01010000	Receitas de impostos e de transf. de imp	235,40		
01020100	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	259,50		
17212200000000	Tranferência da compensação financeira pela exploração de recursos naturais		3.756.000,00	
17212220000000	Cota-parte da compensação financeira de recursos minerais	1.000,00		
01000000	Recursos ordinarios	1.000,00		
17212240000000	Cota-parte royalties pelo excedente produção de petróleo lei n.º 9478/97	3.600.000,00		
01000000	Recursos ordinarios	3.600.000,00		
17212270000000	Cota-parte do fundo especial do petróleo - fep	155.000,00		
01390000	Fundo Especial do Petróleo	155.000,00		
17213300000000	Transferência de recursos sistema único de saúde - SUS		2.663.710,00	
17213300010000	Piso de Atencao Basico	408.000,00		
02380200	ATENÇÃO BÁSICA - PAB FIXO	408.000,00		
17213300020000	Vigilancia Sanitaria	12.000,00		
02381000	VIGILÂNCIA EM SAÚDE SANITÁRIA	12.000,00		
17213300030000	Epidemiologia e Controle de Doencas-e	51.710,00		
02380900	VIGILÂNCIA EM SAÚDE EPIDEMIOLÓGICA	51.710,00		
17213300040000	Farmacia Basica	78.000,00		
02381100	ASSIST FARMACÊUTICA BÁSICA FEDERAL	78.000,00		
17213300050000	Programa Saude da Familia-psf	428.000,00		
02380300	ATENÇÃO BÁSICA - PSF	428.000,00		
17213300060000	Media Alta Complexidade-MAC SE	300.000,00		
02380800	MAC SE	300.000,00		



**MUNICIPIO DE ITAPOÁ**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo 02 - Receita Segundo Categoria Econômica  
Entidade: Consolidado  
Ano LOA: 2016

Pág 3 / 6

Código	Especificação	Desdobramen o	Fonte	Cat. Econômica
17213300070000	Agentes Comunitarios de Saude-pacs	461.370,00		
02380400	ATENÇÃO BÁSICA - PACS	461.370,00		
17213300080000	Pse - Programa Saúde na Escola	34.000,00		
02380500	ATENÇÃO BÁSICA - PSE PROG SAÚDE ESCOLAR	34.000,00		
17213300090000	Pmaq - Progr Melh Acesso e Qualidade	387.600,00		
02380600	ATENÇÃO BÁSICA PMAQ	387.600,00		
17213300100000	Média / Alta Complexidade - SAMU	263.030,00		
02380700	MAC/SAMU	263.030,00		
17213300110000	NASF COFINANCIAMENTO FEDERAL	240.000,00		
02380100	NASF COFINANCIAMENTO ATENÇÃO BÁSICA	240.000,00		
17213400000000	Transferências e recursos do fundo nacional de assistência social - fnas		224.000,00	
17213400010000	Apoio a Pessoa Idosa-api	4.400,00		
02350300	APOIO À PESSOA IDOSA - API	4.400,00		
17213400050000	Igd - Suas	18.000,00		
02350500	IGD - SUAS	18.000,00		
17213400060000	Bolsa Familia	15.600,00		
02350400	BOLSA FAMÍLIA	15.600,00		
17213400070000	Pbf - Piso Basico Fixo	78.000,00		
02350100	PBF - PISO BÁSICO FIXO	78.000,00		
17213400080000	SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS - SCFV	108.000,00		
02350200	SERV CONV E FORTAL VÍNCULO - SCFV	108.000,00		
17213500000000	Transferências de recursos do fnde		1.923.000,00	
17213501000000	Transferências do salário-educação	1.600.000,00		
02360000	Salário-Educação	1.600.000,00		
17213503000000	Transferências diretas do fnde referentes ao pnae		286.000,00	
17213503010000	Transferência PNAE FUNDAMENTAL	140.000,00		
02370100	PNAE - FUNDAMENTAL	140.000,00		
17213503020000	Tmasferências Pnae - Pnap	48.000,00		
02370200	PNAE - PRÉ ESCOLAR	48.000,00		
17213503030000	Transferências Pnae - Pnac	90.000,00		
02370300	PNAE - CRECHE	90.000,00		
17213503040000	Progr Nac. Alimentação Escolar - Eja	8.000,00		
02370400	PNAE - EJA	8.000,00		
17213504000000	Transferências diretas do fnde referentes ao pnate	37.000,00		
02370500	PROG NAC TRANSP ESCOLAR FEDERAL	37.000,00		
17213600000000	Transferência financeira do ICMS desoneração - lc n.º 87/96		19.000,00	
17213600010000	Transf. Financeira lcms Deson.-lc 87/	19.000,00		
01000000	Recursos ordinarios	9.596,90		
01010000	Receitas de impostos e de transf. de imp	4.472,60		
01020100	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	4.930,50		
17220000000000	Transferências dos estados		6.587.960,00	
17220100000000	Participação na receita dos estados		5.956.000,00	
17220101000000	Cota-parte do ICMS	4.700.000,00		
01000000	Recursos ordinarios	2.373.970,00		
01010000	Receitas de impostos e de transf. de imp	1.106.380,00		
01020100	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	1.219.650,00		
17220102000000	Cota-parte do IPVA	1.200.000,00		
01000000	Recursos ordinarios	606.120,00		
01010000	Receitas de impostos e de transf. de imp	282.480,00		
01020100	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	311.400,00		
17220104000000	Cota-parte do IPI s/ exportação	55.000,00		
01000000	Recursos ordinarios	27.780,50		



**MUNICÍPIO DE ITAPOÁ**  
Planejamento e Orçamento  
**Anexo 02 - Receita Segundo Categoria Econômica**  
Entidade: Consolidado  
Ano LOA: 2016

Pág 4 / 6

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Cat. Econômica
01010000	Receitas de impostos e de transf. de imp	12.947,00		
01020100	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	14.272,50		
17220113000000	Cota-parte da contribuição de intervenção no domínio econômico	1.000,00		
01070000	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	1.000,00		
17223300000000	Transferências de recursos do estado para programas de saúde		251.000,00	
17223300010000	Prog. de Assistencia Farmaceutica Basica Estadual	67.000,00		
02670300	ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA ESTADUAL	67.000,00		
17223300020000	Cofinanciamento da Atencao Basica	99.000,00		
02670100	COFINANCIAMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA	99.000,00		
17223300030000	NASF ESTADUAL	36.000,00		
02670500	NASF ESTADUAL	36.000,00		
17223300040000	Média / Alta Complexidade	49.000,00		
02670200	MAC / ESTADUAL	49.000,00		
17229900000000	Outras transferências dos estados		380.960,00	
17229900010000	Transferencia dos Estados Transp Escolar	330.000,00		
02660100	Programa Nac Transporte Escolar - Estadual	330.000,00		
17229900020000	Repasse Fundo a Fundo para Programas de Assistência Social	20.800,00		
02650100	feas fundo estadual de assistência social	20.800,00		
17229900030000	Feas - Cofinan de Benefícios Eventuais	3.460,00		
02650200	feas cofinanciamento de benefícios eventuais	3.460,00		
17229900040000	Feas - Proteção Social Básica	26.700,00		
02650300	FEAS PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	26.700,00		
17240000000000	Transferências multigovernamentais		13.000.000,00	
17240100000000	Transferências recursos do FUNDEB	13.000.000,00		
02180000	Transf. de recursos do fundeb	13.000.000,00		
17500000000000	Transferências de pessoas	2.000,00		
01090000	FIA Imposto de Renda	2.000,00		
19000000000000	Outras receitas correntes		3.109.500,00	
19100000000000	Multas e juros de mora		1.369.500,00	
19110000000000	Multas e juros de mora dos tributos		92.500,00	
19113800000000	Multas e juros de mora do IPTU	42.000,00		
01000000	Recursos ordinarios	21.214,20		
01010000	Receitas de impostos e de transf. de imp	9.886,80		
01020100	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	10.899,00		
19113900000000	Multa e juros de mora - ITBI	2.500,00		
01000000	Recursos ordinarios	1.262,75		
01010000	Receitas de impostos e de transf. de imp	588,50		
01020100	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	648,75		
19114000000000	Multa e juros de mora - ISS	24.000,00		
01000000	Recursos ordinarios	12.122,40		
01010000	Receitas de impostos e de transf. de imp	5.649,60		
01020100	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	6.228,00		
19119900000000	Multas e juros de mora de outros tributos		24.000,00	
19119901000000	Multas e juros mora de outros tributos	24.000,00		
01000000	Recursos ordinarios	24.000,00		
19130000000000	Multa e juros de mora dívida ativa dos tributos		1.147.000,00	
19131100000000	Multas e juros de mora - IPTU	1.000.000,00		
01000000	Recursos ordinarios	505.100,00		
01010000	Receitas de impostos e de transf. de imp	235.400,00		
01020100	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	259.500,00		
19131300000000	Multas e juros de mora - ISS	5.000,00		
01000000	Recursos ordinarios	2.525,50		





**MUNICÍPIO DE ITAPOÁ**  
Planejamento e Orçamento  
**Anexo 02 - Receita Segundo Categoria Econômica**  
Entidade: Consolidado  
Ano LOA: 2016

Pág 5 / 6

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Cat. Econômica
01010000	Receitas de impostos e de transf. de imp	1.177,00		
01020100	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	1.297,50		
19139900000000	Multa e juros de mora dívida ativa de outros tributos	142.000,00		
01000000	Recursos ordinarios	142.000,00		
19190000000000	Multas de outras origens		130.000,00	
19191500000000	Multas previstas na legislação de trânsito	130.000,00		
01100000	Convênio de Trânsito - Militar	45.500,00		
01110000	Convênio de Trânsito - Civil	45.500,00		
01120000	CONVÊNIO TRÂNSITO PREFEITURA	39.000,00		
19200000000000	Indenizações e restituições		50.000,00	
19220000000000	Restituições		50.000,00	
19221000000000	Compensações financeiras regime geral e próprio de previdência do servidor		50.000,00	
19221001000000	Compensações financeiras entre RGPS x RPPS - principal	50.000,00		
01030000	Contribuicao para rpps	50.000,00		
19300000000000	Receita da dívida ativa		1.350.000,00	
19310000000000	Receita da dívida ativa tributária		1.350.000,00	
19311100000000	Receita da dívida ativa - IPTU	1.250.000,00		
01000000	Recursos ordinarios	622.375,00		
01010000	Receitas de impostos e de transf. de imp	298.250,00		
01020100	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	329.375,00		
19311300000000	Receita da dívida ativa - ISS	10.000,00		
01000000	Recursos ordinarios	5.051,00		
01010000	Receitas de impostos e de transf. de imp	2.354,00		
01020100	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	2.595,00		
19319900000000	Receita da dívida ativa de outros tributos		90.000,00	
19319901000000	Receita da dívida ativa de outros tributos - principal	90.000,00		
01000000	Recursos ordinarios	90.000,00		
19900000000000	Receitas diversas		340.000,00	
19900200000000	Receita de ônus sucumbência de ações judiciais		90.000,00	
19900201000000	Receita de honorários de advogados	90.000,00		
01002800	Rec ordin honorarios de sucumbencia	90.000,00		
19909900000000	Outras receitas		250.000,00	
19909900010000	Outras Receitas	250.000,00		
01000000	Recursos ordinarios	250.000,00		
20000000000000	Receitas de capital			15.000,00
22000000000000	Alienação de bens		15.000,00	
22100000000000	Alienação de bens móveis		15.000,00	
22150000000000	Alienação de veículos		15.000,00	
22150000010000	Alienacao de Veiculos	15.000,00		
01890000	alienacoes de bens destinados a outros	15.000,00		
70000000000000	Receitas correntes intra-orçamentárias			3.759.000,00
72000000000000	Receita de contribuições - intra-orçamentárias		3.664.000,00	
72100000000000	Contribuições sociais - intra-orçamentárias		3.664.000,00	
72102900000000	Contribuições previdenciárias do regime próprio		3.664.000,00	
72102901000000	Contribuição patronal de servidor ativo civil	3.630.000,00		
01030000	Contribuicao para rpps	3.630.000,00		
72102915000000	Contribuição previdenciária em regime de parcelamento de débitos	34.000,00		
01030000	Contribuicao para rpps	34.000,00		
79000000000000	Outras receitas correntes - intra-orçamentárias		95.000,00	
79100000000000	Multas juros de mora		95.000,00	
79120000000000	Multas e juros de mora das contribuições		95.000,00	
79122900000000	Multas e juros de mora da contribuição para o RPPS		95.000,00	



**MUNICIPIO DE ITAPOÁ**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo 02 - Receita Segundo Categoria Econômica  
Entidade: Consolidado  
Ano LOA: 2016

Pág 6 / 6

Código	Especificação	Desdobramen o	Fonte	Cat. Econômica
79122901000000	Multas e juros de mora das contribuições patronais	95.000,00		
01030000	Contribuicao para rpps	95.000,00		
9100000000000000	(r) Deduções da receita corrente			(3.925.000,00)
9170000000000000	(r) Dedução da receita de transferências correntes		(3.925.000,00)	
9172000000000000	(r) Dedução da receita de transferências intergovernamentais		(3.925.000,00)	
9172100000000000	(r) Dedução da receita de transferências da união		(2.734.000,00)	
9172101000000000	(r) Dedução da receita de participação na receita da união		(2.730.200,00)	
9172101020000000	(r) Dedução da receita do fundo de participação dos municípios - fpm	(2.730.000,00)		
01000000	Recursos ordinarios	(2.730.000,00)		
9172101050000000	(r) Dedução da receita do imposto s/ a propriedade territorial rural - ITR	(200,00)		
01000000	Recursos ordinarios	(200,00)		
9172136000000000	(r) Dedução da receita do ICMS desoneração - Ic 87/96		(3.800,00)	
9172136000100000	(r)transf. Financeira lcms Deson.-lc 87/	(3.800,00)		
01000000	Recursos ordinarios	(3.800,00)		
9172200000000000	(r) Dedução da receita de transferência dos estados		(1.191.000,00)	
9172201000000000	(r) Dedução da receita de transferência dos estados		(1.191.000,00)	
9172201010000000	(r) Dedução da receita do ICMS	(940.000,00)		
01000000	Recursos ordinarios	(940.000,00)		
9172201020000000	(r) Dedução da receita da cota-parte do IPVA	(240.000,00)		
01000000	Recursos ordinarios	(240.000,00)		
9172201040000000	(r) Dedução da receita do IPI - exportação	(11.000,00)		
01000000	Recursos ordinarios	(11.000,00)		
			<b>Total</b>	<b>81.322.170,00</b>

\_\_\_\_\_  
ORDENADOR DA DESPESA  
Secretário

\_\_\_\_\_  
CONTADOR  
Contador

## ANEXO III DA LM 635/2015



**MUNICÍPIO DE ITAPOÁ**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo 02 - Despesa Seg. Cat. Econômica(Órg. Unid.)  
Entidade: Consolidado  
Ano LOA: 2016 Listar Analíticas: Não

Pág 1 / 10

Anexo 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Órgão: 1 - Câmara Municipal de Vereadores

Unidade: 1 - Câmara Municipal de Vereadores

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
30000000000000	Despesas Correntes			2.785.000,00
31000000000000	Pessoal e Encargos Sociais		2.120.000,00	
31900000000000	Aplicações Diretas	2.040.000,00		
31910000000000	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades	80.000,00		
33000000000000	Outras Despesas Correntes		665.000,00	
33500000000000	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	5.000,00		
33900000000000	Aplicações Diretas	660.000,00		
40000000000000	Despesas de Capital			15.000,00
44000000000000	Investimentos		15.000,00	
44900000000000	Aplicações Diretas	15.000,00		
			<b>Total Unidade</b>	2.800.000,00
			<b>Total Órgão</b>	2.800.000,00

Órgão: 2 - Controle Interno

Unidade: 1 - Controladoria

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
30000000000000	Despesas Correntes			122.500,00
31000000000000	Pessoal e Encargos Sociais		120.000,00	
31900000000000	Aplicações Diretas	109.000,00		
31910000000000	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades	11.000,00		
33000000000000	Outras Despesas Correntes		2.500,00	
33900000000000	Aplicações Diretas	2.500,00		
40000000000000	Despesas de Capital			500,00
44000000000000	Investimentos		500,00	
44900000000000	Aplicações Diretas	500,00		
			<b>Total Unidade</b>	123.000,00
			<b>Total Órgão</b>	123.000,00

Órgão: 3 - Gabinete do Prefeito

Unidade: 1 - Gabinete do Prefeito

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
30000000000000	Despesas Correntes			1.534.290,00
31000000000000	Pessoal e Encargos Sociais		1.295.000,00	
31900000000000	Aplicações Diretas	1.215.000,00		
31910000000000	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades	80.000,00		
33000000000000	Outras Despesas Correntes		239.290,00	
33500000000000	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	10.000,00		
33900000000000	Aplicações Diretas	221.050,00		
33930000000000	Aplicação direta decorrente de operação de órgãos, fundos e entidades dos OFSS com consórcio público do qual o ente participe	8.240,00		
40000000000000	Despesas de Capital			14.040,00
44000000000000	Investimentos		14.040,00	
44900000000000	Aplicações Diretas	14.040,00		
			<b>Total Unidade</b>	1.548.330,00

Unidade: 2 - Gabinete do Vice - Prefeito

IPM - Informática Ltda

Identificador: WPL181101-718-NLKOGT-189679108 - Emitido por: WILMARA JAQUELINE MADEIRA PITTA

05/01/2016 08:38



**MUNICIPIO DE ITAPOÁ**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo 02 - Despesa Seg. Cat. Econômica(Órg. Unid.)  
Entidade: Consolidado  
Ano LOA: 2016 Listar Analíticas: Não

Pág 2 / 10

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
300000000000000000	Despesas Correntes			262.900,00
310000000000000000	Pessoal e Encargos Sociais		253.000,00	
319000000000000000	Aplicações Diretas	209.400,00		
319100000000000000	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre	43.600,00		
330000000000000000	Órgãos, Fundos e Entidades		9.900,00	
339000000000000000	Outras Despesas Correntes			
339000000000000000	Aplicações Diretas	9.900,00		
400000000000000000	Despesas de Capital			100,00
440000000000000000	Investimentos		100,00	
449000000000000000	Aplicações Diretas	100,00		
<b>Total Unidade</b>				263.000,00
Unidade: 3 - Fundo da Defesa Civil				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
300000000000000000	Despesas Correntes			4.000,00
330000000000000000	Outras Despesas Correntes		4.000,00	
339000000000000000	Aplicações Diretas	4.000,00		
400000000000000000	Despesas de Capital			1.000,00
440000000000000000	Investimentos		1.000,00	
449000000000000000	Aplicações Diretas	1.000,00		
<b>Total Unidade</b>				5.000,00
<b>Total Órgão</b>				1.816.330,00
Órgão: 4 - Procuradoria Juridica				
Unidade: 1 - Dpto Juridico				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
300000000000000000	Despesas Correntes			635.000,00
310000000000000000	Pessoal e Encargos Sociais		515.000,00	
319000000000000000	Aplicações Diretas	460.000,00		
319100000000000000	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre	55.000,00		
330000000000000000	Órgãos, Fundos e Entidades		120.000,00	
339000000000000000	Outras Despesas Correntes			
339000000000000000	Aplicações Diretas	120.000,00		
400000000000000000	Despesas de Capital			5.000,00
440000000000000000	Investimentos		5.000,00	
449000000000000000	Aplicações Diretas	5.000,00		
<b>Total Unidade</b>				640.000,00
<b>Total Órgão</b>				640.000,00
Órgão: 5 - Secretaria de Administracao e Financas				
Unidade: 1 - Departamento de Administracao				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
300000000000000000	Despesas Correntes			3.080.903,35
310000000000000000	Pessoal e Encargos Sociais		1.650.000,00	
319000000000000000	Aplicações Diretas	1.509.000,00		
319100000000000000	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre	141.000,00		
330000000000000000	Órgãos, Fundos e Entidades		1.430.903,35	
335000000000000000	Outras Despesas Correntes			
335000000000000000	Transferências a Instituições Privadas sem Fins	185.000,00		
339000000000000000	Lucrativos			
339000000000000000	Aplicações Diretas	1.245.903,35		
400000000000000000	Despesas de Capital			50.000,00

IPM - Informática Ltda

Identificador: WPL181101-718-NLKOGT-189679108 - Emitido por: WILMARA JAQUELINE MADEIRA PITTA

05/01/2016 08:38



**MUNICIPIO DE ITAPOÁ**  
**Planejamento e Orçamento**  
**Anexo 02 - Despesa Seg. Cat. Econômica(Órg. Unid.)**  
 Entidade: Consolidado  
 Ano LOA: 2016 Listar Analíticas: Não

Pág 3 / 10

44000000000000	Investimentos		50.000,00	
44900000000000	Aplicações Diretas	50.000,00		
			<b>Total Unidade</b>	3.130.903,35
Unidade: 2 - Departamento de Finanças				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
30000000000000	Despesas Correntes			2.915.000,00
31000000000000	Pessoal e Encargos Sociais		1.660.000,00	
31900000000000	Aplicações Diretas	1.495.000,00		
31910000000000	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades	165.000,00		
33000000000000	Outras Despesas Correntes		1.255.000,00	
33900000000000	Aplicações Diretas	1.255.000,00		
40000000000000	Despesas de Capital			5.000,00
44000000000000	Investimentos		5.000,00	
44900000000000	Aplicações Diretas	5.000,00		
			<b>Total Unidade</b>	2.920.000,00
			<b>Total Órgão</b>	6.050.903,35
Órgão: 6 - Secretaria de Planejamento e Urbanismo				
Unidade: 1 - Departamento de Planejamento				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
30000000000000	Despesas Correntes			638.000,00
31000000000000	Pessoal e Encargos Sociais		630.000,00	
31900000000000	Aplicações Diretas	572.000,00		
31910000000000	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades	58.000,00		
33000000000000	Outras Despesas Correntes		8.000,00	
33900000000000	Aplicações Diretas	8.000,00		
40000000000000	Despesas de Capital			5.000,00
44000000000000	Investimentos		5.000,00	
44900000000000	Aplicações Diretas	5.000,00		
			<b>Total Unidade</b>	643.000,00
Unidade: 2 - Departamento de Urbanismo				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
30000000000000	Despesas Correntes			89.150,00
31000000000000	Pessoal e Encargos Sociais		76.000,00	
31900000000000	Aplicações Diretas	75.000,00		
31910000000000	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades	1.000,00		
33000000000000	Outras Despesas Correntes		13.150,00	
33900000000000	Aplicações Diretas	13.150,00		
40000000000000	Despesas de Capital			3.150,00
44000000000000	Investimentos		3.150,00	
44900000000000	Aplicações Diretas	3.150,00		
			<b>Total Unidade</b>	92.300,00
			<b>Total Órgão</b>	735.300,00
Órgão: 7 - Secretaria de Desenvol., Indústria e Comércio				
Unidade: 1 - Departamento de Desenvolvimento				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
30000000000000	Despesas Correntes			94.000,00
31000000000000	Pessoal e Encargos Sociais		80.000,00	



**MUNICÍPIO DE ITAPOÁ**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo 02 - Despesa Seg. Cat. Econômica(Órg. Unid.)  
Entidade: Consolidado  
Ano LOA: 2016 Listar Analíticas: Não

Pág 4 / 10

00				
319000000000	Aplicações Diretas	79.000,00		
00				
319100000000	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre	1.000,00		
00	Órgãos, Fundos e Entidades			
330000000000	Outras Despesas Correntes		14.000,00	
00				
339000000000	Aplicações Diretas	14.000,00		
00				
400000000000	Despesas de Capital			1.000,00
00				
440000000000	Investimentos		1.000,00	
00				
449000000000	Aplicações Diretas	1.000,00		
00				
			<b>Total Unidade</b>	95.000,00
Unidade: 2 - Departamento de Indústria e Comércio				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
300000000000	Despesas Correntes			91.000,00
00				
310000000000	Pessoal e Encargos Sociais		77.000,00	
00				
319000000000	Aplicações Diretas	76.000,00		
00				
319100000000	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre	1.000,00		
00	Órgãos, Fundos e Entidades			
330000000000	Outras Despesas Correntes		14.000,00	
00				
339000000000	Aplicações Diretas	14.000,00		
00				
400000000000	Despesas de Capital			1.000,00
00				
440000000000	Investimentos		1.000,00	
00				
449000000000	Aplicações Diretas	1.000,00		
00				
			<b>Total Unidade</b>	92.000,00
			<b>Total Órgão</b>	187.000,00
Órgão: 8 - Secretaria de Esporte e Lazer				
Unidade: 1 - Dpto de Esporte				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
300000000000	Despesas Correntes			525.000,00
00				
310000000000	Pessoal e Encargos Sociais		290.000,00	
00				
319000000000	Aplicações Diretas	287.000,00		
00				
319100000000	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre	3.000,00		
00	Órgãos, Fundos e Entidades			
330000000000	Outras Despesas Correntes		235.000,00	
00				
339000000000	Aplicações Diretas	235.000,00		
00				
400000000000	Despesas de Capital			121.510,00
00				
440000000000	Investimentos		121.510,00	
00				
449000000000	Aplicações Diretas	121.510,00		
00				
			<b>Total Unidade</b>	646.510,00
Unidade: 2 - Dpto de Lazer				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
300000000000	Despesas Correntes			86.010,00
00				
330000000000	Outras Despesas Correntes		86.010,00	
00				
339000000000	Aplicações Diretas	86.010,00		
00				
400000000000	Despesas de Capital			4.010,00
00				
440000000000	Investimentos		4.010,00	
00				
449000000000	Aplicações Diretas	4.010,00		
00				
			<b>Total Unidade</b>	90.020,00
			<b>Total Órgão</b>	736.530,00
Órgão: 9 - Secretaria de Agricultura e Pesca				





**MUNICIPIO DE ITAPOÁ**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo 02 - Despesa Seg. Cat. Econômica(Órg. Unid.)  
Entidade: Consolidado  
Ano LOA: 2016 Listar Analíticas: Não

Pág 5 / 10

Unidade: 1 - Dpto de Agricultura				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
3000000000000000	Despesas Correntes			396.270,00
3100000000000000	Pessoal e Encargos Sociais		278.000,00	
3190000000000000	Aplicações Diretas	268.900,00		
3191000000000000	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades	9.100,00		
3300000000000000	Outras Despesas Correntes		118.270,00	
3390000000000000	Aplicações Diretas	118.270,00		
4000000000000000	Despesas de Capital			4.230,00
4400000000000000	Investimentos		4.230,00	
4490000000000000	Aplicações Diretas	4.230,00		
			<b>Total Unidade</b>	400.500,00
Unidade: 2 - Dpto de Pesca				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
3000000000000000	Despesas Correntes			153.980,00
3100000000000000	Pessoal e Encargos Sociais		67.000,00	
3190000000000000	Aplicações Diretas	55.650,00		
3191000000000000	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades	11.350,00		
3300000000000000	Outras Despesas Correntes		86.980,00	
3390000000000000	Aplicações Diretas	86.980,00		
4000000000000000	Despesas de Capital			20.520,00
4400000000000000	Investimentos		20.520,00	
4490000000000000	Aplicações Diretas	20.520,00		
			<b>Total Unidade</b>	174.500,00
			<b>Total Órgão</b>	575.000,00
Órgão: 10 - Secretaria Turismo, Meio Ambiente e Cult				
Unidade: 1 - Departamento de Turismo				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
3000000000000000	Despesas Correntes			323.000,00
3100000000000000	Pessoal e Encargos Sociais		145.000,00	
3190000000000000	Aplicações Diretas	134.000,00		
3191000000000000	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades	11.000,00		
3300000000000000	Outras Despesas Correntes		178.000,00	
3390000000000000	Aplicações Diretas	178.000,00		
4000000000000000	Despesas de Capital			197.060,00
4400000000000000	Investimentos		197.060,00	
4490000000000000	Aplicações Diretas	197.060,00		
			<b>Total Unidade</b>	520.060,00
Unidade: 2 - Departamento de Meio Ambiente				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
3000000000000000	Despesas Correntes			461.260,00
3100000000000000	Pessoal e Encargos Sociais		240.000,00	
3190000000000000	Aplicações Diretas	225.000,00		
3191000000000000	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades	15.000,00		
3300000000000000	Outras Despesas Correntes		221.260,00	



**MUNICIPIO DE ITAPOÁ**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo 02 - Despesa Seg. Cat. Econômica(Órg. Unid.)  
Entidade: Consolidado  
Ano LOA: 2016 Listar Analíticas: Não

Pág 6 / 10

33900000000000	Aplicações Diretas	221.260,00		
00				
40000000000000	Despesas de Capital			12.410,00
00				
44000000000000	Investimentos		12.410,00	
00				
44900000000000	Aplicações Diretas	12.410,00		
00				
			<b>Total Unidade</b>	473.670,00
Unidade: 3 - Dpto de Cultura				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
30000000000000	Despesas Correntes			210.050,00
00				
31000000000000	Pessoal e Encargos Sociais		110.000,00	
00				
31900000000000	Aplicações Diretas	103.000,00		
00				
31910000000000	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre	7.000,00		
00	Órgãos, Fundos e Entidades			
33000000000000	Outras Despesas Correntes		100.050,00	
00				
33900000000000	Aplicações Diretas	100.050,00		
00				
40000000000000	Despesas de Capital			5.100,00
00				
44000000000000	Investimentos		5.100,00	
00				
44900000000000	Aplicações Diretas	5.100,00		
00				
			<b>Total Unidade</b>	215.150,00
Unidade: 4 - FMMA - Fundo Municipal do Meio Ambiente				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
30000000000000	Despesas Correntes			10,00
00				
33000000000000	Outras Despesas Correntes		10,00	
00				
33900000000000	Aplicações Diretas	10,00		
00				
40000000000000	Despesas de Capital			50,00
00				
44000000000000	Investimentos		50,00	
00				
44900000000000	Aplicações Diretas	50,00		
00				
			<b>Total Unidade</b>	60,00
			<b>Total Órgão</b>	1.208.940,00
Órgão: 11 - Secretaria de Obras e Serviços Públicos				
Unidade: 1 - Dpto de Obras				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
30000000000000	Despesas Correntes			4.166.000,00
00				
31000000000000	Pessoal e Encargos Sociais		1.730.000,00	
00				
31900000000000	Aplicações Diretas	1.585.000,00		
00				
31910000000000	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre	145.000,00		
00	Órgãos, Fundos e Entidades			
33000000000000	Outras Despesas Correntes		2.436.000,00	
00				
33900000000000	Aplicações Diretas	2.436.000,00		
00				
40000000000000	Despesas de Capital			157.650,00
00				
44000000000000	Investimentos		157.650,00	
00				
44900000000000	Aplicações Diretas	157.650,00		
00				
			<b>Total Unidade</b>	4.323.650,00
Unidade: 2 - Dpto de Serviços Públicos				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
30000000000000	Despesas Correntes			1.845.000,00
00				
33000000000000	Outras Despesas Correntes		1.845.000,00	
00				
33900000000000	Aplicações Diretas	1.845.000,00		
00				
40000000000000	Despesas de Capital			627.350,00
00				



**MUNICIPIO DE ITAPOÁ**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo 02 - Despesa Seg. Cat. Econômica(Órg. Unid.)  
Entidade: Consolidado  
Ano LOA: 2016 Listar Analíticas: Não

Pág 7 / 10

44000000000000	Investimentos		627.350,00	
44900000000000	Aplicações Diretas	627.350,00		
			<b>Total Unidade</b>	2.472.350,00
Unidade: 3 - Fundo Municipal de Saneamento Básico				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
30000000000000	Despesas Correntes			3.149.000,00
33000000000000	Outras Despesas Correntes		3.149.000,00	
33900000000000	Aplicações Diretas	3.149.000,00		
40000000000000	Despesas de Capital			36.000,00
44000000000000	Investimentos		36.000,00	
44900000000000	Aplicações Diretas	36.000,00		
			<b>Total Unidade</b>	3.185.000,00
			<b>Total Órgão</b>	9.981.000,00
Órgão: 12 - Fundo Municipal da Infância e Adolescência				
Unidade: 1 - Fundo Municipal da Infância e Adolescência				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
30000000000000	Despesas Correntes			11.500,00
33000000000000	Outras Despesas Correntes		11.500,00	
33900000000000	Aplicações Diretas	11.500,00		
40000000000000	Despesas de Capital			500,00
44000000000000	Investimentos		500,00	
44900000000000	Aplicações Diretas	500,00		
			<b>Total Unidade</b>	12.000,00
			<b>Total Órgão</b>	12.000,00
Órgão: 13 - Fundo Municipal de Educacao				
Unidade: 1 - Ensino Fundamental				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
30000000000000	Despesas Correntes			19.059.350,90
31000000000000	Pessoal e Encargos Sociais		14.754.000,00	
31900000000000	Aplicações Diretas	13.382.000,00		
31910000000000	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre	1.372.000,00		
00	Órgãos, Fundos e Entidades			
33000000000000	Outras Despesas Correntes		4.305.350,90	
33900000000000	Aplicações Diretas	4.305.350,90		
40000000000000	Despesas de Capital			580.020,00
44000000000000	Investimentos		580.020,00	
44900000000000	Aplicações Diretas	580.020,00		
			<b>Total Unidade</b>	19.639.370,90
Unidade: 2 - Ensino Infantil				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
30000000000000	Despesas Correntes			5.457.110,00
31000000000000	Pessoal e Encargos Sociais		4.287.000,00	
31900000000000	Aplicações Diretas	3.697.000,00		
31910000000000	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre	590.000,00		
00	Órgãos, Fundos e Entidades			
33000000000000	Outras Despesas Correntes		1.170.110,00	
33900000000000	Aplicações Diretas	1.170.110,00		
40000000000000	Despesas de Capital			30.020,00
44000000000000	Investimentos		30.020,00	



**MUNICIPIO DE ITAPOÁ**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo 02 - Despesa Seg. Cat. Econômica(Órg. Unid.)  
Entidade: Consolidado  
Ano LOA: 2016 Listar Analíticas: Não

Pág 8 / 10

00				
449000000000	Aplicações Diretas	30.020,00		
00			<b>Total Unidade</b>	5.487.130,00
Unidade: 3 - Ensino Fundamental / Eja				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
300000000000	Despesas Correntes			781.390,00
00				
310000000000	Pessoal e Encargos Sociais		683.390,00	
00				
319000000000	Aplicações Diretas	608.390,00		
00				
319100000000	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre	75.000,00		
00	Órgãos, Fundos e Entidades			
330000000000	Outras Despesas Correntes		98.000,00	
00				
339000000000	Aplicações Diretas	98.000,00		
00				
400000000000	Despesas de Capital			7.000,00
00				
440000000000	Investimentos		7.000,00	
00				
449000000000	Aplicações Diretas	7.000,00		
00			<b>Total Unidade</b>	788.390,00
Unidade: 4 - Ensino Médio				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
300000000000	Despesas Correntes			710.000,00
00				
330000000000	Outras Despesas Correntes		710.000,00	
00				
335000000000	Transferências a Instituições Privadas sem Fins	30.000,00		
00	Lucrativos			
339000000000	Aplicações Diretas	680.000,00		
00			<b>Total Unidade</b>	710.000,00
Unidade: 5 - Ensino Superior				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
300000000000	Despesas Correntes			938.000,00
00				
330000000000	Outras Despesas Correntes		938.000,00	
00				
339000000000	Aplicações Diretas	938.000,00		
00			<b>Total Unidade</b>	938.000,00
Unidade: 6 - Ensino Especial				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
300000000000	Despesas Correntes			150.000,00
00				
330000000000	Outras Despesas Correntes		150.000,00	
00				
335000000000	Transferências a Instituições Privadas sem Fins	150.000,00		
00	Lucrativos			
			<b>Total Unidade</b>	150.000,00
			<b>Total Órgão</b>	27.712.890,90
Órgão: 14 - Fundo Municipal de Saude				
Unidade: 1 - Fundo Municipal de Saúde				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
300000000000	Despesas Correntes			15.008.305,75
00				
310000000000	Pessoal e Encargos Sociais		10.970.328,55	
00				
317100000000	Transferências a Consórcios Públicos	10.000,00		
00				
319000000000	Aplicações Diretas	10.310.328,55		
00				
319100000000	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre	650.000,00		
00	Órgãos, Fundos e Entidades			
330000000000	Outras Despesas Correntes		4.037.977,20	
00				
335000000000	Transferências a Instituições Privadas sem Fins	56.000,00		
00	Lucrativos			
337100000000	Transferências a Consórcios Públicos	221.277,20		
00				
339000000000	Aplicações Diretas	3.760.700,00		
00				
400000000000	Despesas de Capital			224.010,00



**MUNICÍPIO DE ITAPOÁ**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo 02 - Despesa Seg. Cat. Econômica(Órg. Unid.)  
Entidade: Consolidado  
Ano LOA: 2016 Listar Analíticas: Não

Pág 9 / 10

00				
440000000000	Investimentos		224.010,00	
00				
449000000000	Aplicações Diretas	224.010,00		
00				
			<b>Total Unidade</b>	15.232.315,75
			<b>Total Órgão</b>	15.232.315,75
Órgão: 15 - Fundo Municipal de Assistência Social				
Unidade: 1 - Fundo Municipal de Assistência Social				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
300000000000	Despesas Correntes			1.829.677,00
00				
310000000000	Pessoal e Encargos Sociais		1.060.000,00	
00				
319000000000	Aplicações Diretas	980.000,00		
00				
319100000000	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre	80.000,00		
00	Órgãos, Fundos e Entidades			
330000000000	Outras Despesas Correntes		769.677,00	
00				
339000000000	Aplicações Diretas	769.677,00		
00				
400000000000	Despesas de Capital			60.283,00
00				
440000000000	Investimentos		60.283,00	
00				
449000000000	Aplicações Diretas	60.283,00		
00				
			<b>Total Unidade</b>	1.889.960,00
			<b>Total Órgão</b>	1.889.960,00
Órgão: 16 - Ipesi-inst.prev.soc.serv.pub.mun.itapoa				
Unidade: 1 - Ipesi				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
300000000000	Despesas Correntes			3.164.000,00
00				
330000000000	Outras Despesas Correntes		3.164.000,00	
00				
339000000000	Aplicações Diretas	3.164.000,00		
00				
400000000000	Despesas de Capital			51.000,00
00				
440000000000	Investimentos		51.000,00	
00				
449000000000	Aplicações Diretas	51.000,00		
00				
900000000000	Reserva de Contingência			7.946.000,00
00				
990000000000	Reserva de Contingência		7.946.000,00	
00				
999000000000	Reserva de Contingência	7.946.000,00		
00				
			<b>Total Unidade</b>	11.161.000,00
			<b>Total Órgão</b>	11.161.000,00
Órgão: 17 - Funrebom-fund.mun.c.bombeiros				
Unidade: 1 - Dpto do Funrebom				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
300000000000	Despesas Correntes			80.000,00
00				
330000000000	Outras Despesas Correntes		80.000,00	
00				
339000000000	Aplicações Diretas	80.000,00		
00				
400000000000	Despesas de Capital			180.000,00
00				
440000000000	Investimentos		180.000,00	
00				
449000000000	Aplicações Diretas	180.000,00		
00				
			<b>Total Unidade</b>	260.000,00
			<b>Total Órgão</b>	260.000,00
Órgão: 26 - Reserva de Contingencia				
Unidade: 1 - Reserva de Contingencia				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
900000000000	Reserva de Contingência			200.000,00
00				
990000000000	Reserva de Contingência		200.000,00	
00				



**MUNICIPIO DE ITAPOÁ**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo 02 - Despesa Seg. Cat. Econômica(Órg. Unid.)  
Entidade: Consolidado  
Ano LOA: 2016 Listar Analíticas: Não

Pág 10 / 10

999900000000 00	Reserva de Contingência	200.000,00		
			<b>Total Unidade</b>	200.000,00
			<b>Total Órgão</b>	200.000,00
			<b>Total</b>	81.322.170,00



## ANEXO III DA LM 636/2015



**MUNICIPIO DE ITAPOÁ**  
Planejamento e Orçamento  
PPA - Demonstrativo da Despesa  
PPA: 2014 - 2017 Entidade: Consolidado  
Atualizado até: 23/12/2015

Pág 1 / 14

Dotação	2014	2015	2016	2017
Programa 0001 - Gestão do poder legislativo				
Ação 2001 - Manutenção da Câmara Municipal				
1.1.0001.0031.0001.2001.01000000	2.099.000,00	2.650.000,00	2.800.000,00	2.315.250,00
1.1.0001.0031.0001.2001.01002800	0,00	150.000,00	0,00	0,00
<b>Total Ação</b>	<b>2.099.000,00</b>	<b>2.800.000,00</b>	<b>2.800.000,00</b>	<b>2.315.250,00</b>
<b>Total Programa</b>	<b>2.099.000,00</b>	<b>2.800.000,00</b>	<b>2.800.000,00</b>	<b>2.315.250,00</b>
Programa 0002 - Gestão de políticas públicas				
Ação 1001 - Parceria C/ Estado P/ Implantação da Cia Polícia Militar				
3.1.0004.0122.0002.1001.01000000	100,00	100,00	100,00	0,00
<b>Total Ação</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>0,00</b>
Ação 2004 - Manutenção do Gabinete do Prefeito				
3.1.0004.0122.0002.2004.01000000	327.000,00	340.000,00	20.990,00	382.016,25
3.1.0004.0122.0002.2004.03000000	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total Ação</b>	<b>327.000,00</b>	<b>340.000,00</b>	<b>20.990,00</b>	<b>382.016,25</b>
Ação 2005 - Folha de Pagamento do Gabinete do Prefeito				
3.1.0004.0122.0002.2005.01000000	509.000,00	1.165.000,00	1.295.000,00	589.231,12
<b>Total Ação</b>	<b>509.000,00</b>	<b>1.165.000,00</b>	<b>1.295.000,00</b>	<b>589.231,12</b>
Ação 2006 - Contratação de Estagiários				
3.1.0004.0122.0002.2006.01000000	260.000,00	200.000,00	175.000,00	300.982,50
<b>Total Ação</b>	<b>260.000,00</b>	<b>200.000,00</b>	<b>175.000,00</b>	<b>300.982,50</b>
Ação 2007 - Ciga - Consórcio de Informática na Gestão Pública				
3.1.0004.0122.0002.2007.01000000	5.500,00	5.500,00	8.240,00	6.366,93
<b>Total Ação</b>	<b>5.500,00</b>	<b>5.500,00</b>	<b>8.240,00</b>	<b>6.366,93</b>
Ação 2008 - Convênio com a Secretaria de Segurança Pública				
3.1.0004.0122.0002.2008.01000000	50.000,00	55.000,00	49.000,00	57.881,25
3.1.0004.0122.0002.2008.03000000	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total Ação</b>	<b>50.000,00</b>	<b>55.000,00</b>	<b>49.000,00</b>	<b>57.881,25</b>
Ação 2010 - Manutenção do Gabinete do Vice-prefeito				
3.2.0004.0122.0002.2010.01000000	25.064,45	10.000,00	10.000,00	28.992,33
<b>Total Ação</b>	<b>25.064,45</b>	<b>10.000,00</b>	<b>10.000,00</b>	<b>28.992,33</b>
Ação 2011 - Folha de Pagamento do Gabinete do Vice-prefeito				
3.2.0004.0122.0002.2011.01000000	203.000,00	249.000,00	253.000,00	234.997,87
<b>Total Ação</b>	<b>203.000,00</b>	<b>249.000,00</b>	<b>253.000,00</b>	<b>234.997,87</b>
<b>Total Programa</b>	<b>1.379.664,45</b>	<b>2.024.600,00</b>	<b>1.811.330,00</b>	<b>1.600.468,25</b>
Programa 0003 - Gestão gerencial e administrativa				
Ação 2002 - Manutenção da Controladoria Interna				
2.1.0004.0124.0003.2002.01000000	5.000,00	5.000,00	3.000,00	5.788,12
<b>Total Ação</b>	<b>5.000,00</b>	<b>5.000,00</b>	<b>3.000,00</b>	<b>5.788,12</b>
Ação 2003 - Folha de Pagamento da Controladoria Interna				
2.1.0004.0124.0003.2003.01000000	148.500,00	250.000,00	120.000,00	171.907,31
<b>Total Ação</b>	<b>148.500,00</b>	<b>250.000,00</b>	<b>120.000,00</b>	<b>171.907,31</b>
Ação 2009 - Subvenção Social				
5.1.0004.0122.0003.2009.01000000	55.000,00	110.000,00	5.000,00	63.669,37
5.1.0004.0122.0003.2009.03000000	0,00	0,00	0,00	0,00
5.1.0004.0122.0003.2009.03002700	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total Ação</b>	<b>55.000,00</b>	<b>110.000,00</b>	<b>5.000,00</b>	<b>63.669,37</b>
Ação 2015 - Manutenção do Departamento de Administração				
5.1.0004.0122.0003.2015.01390000	0,00	0,00	155.000,00	0,00
5.1.0004.0122.0003.2015.01000000	690.600,00	2.012.308,05	1.115.903,35	1.330.150,00
5.1.0004.0122.0003.2015.01004200	1.000.000,00	0,00	0,00	1.157.625,00
5.1.0004.0122.0003.2015.01440000	190.000,00	155.000,00	0,00	219.948,75
5.1.0004.0122.0003.2015.01890000	10.000,00	12.000,00	15.000,00	11.576,25
5.1.0004.0122.0003.2015.03000000	0,00	0,00	0,00	0,00
5.1.0004.0122.0003.2015.03002700	0,00	0,00	0,00	0,00
5.1.0004.0122.0003.2015.03440000	0,00	0,00	0,00	0,00
5.1.0004.0122.0003.2015.03890000	0,00	0,00	0,00	0,00
5.1.0004.0122.0003.2015.06240000	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total Ação</b>	<b>1.890.600,00</b>	<b>2.179.308,05</b>	<b>1.285.903,35</b>	<b>2.719.300,00</b>
Ação 2016 - Folha de Pagamento do Departamento de Administração				
5.1.0004.0122.0003.2016.01000000	1.225.000,00	1.640.000,00	1.650.000,00	1.418.090,62
<b>Total Ação</b>	<b>1.225.000,00</b>	<b>1.640.000,00</b>	<b>1.650.000,00</b>	<b>1.418.090,62</b>
Ação 2017 - Convênio da Legislação do Trânsito				
5.1.0004.0122.0003.2017.01100000	0,00	0,00	45.500,00	0,00
5.1.0004.0122.0003.2017.01110000	0,00	0,00	45.500,00	0,00
5.1.0004.0122.0003.2017.01120000	0,00	0,00	39.000,00	0,00
5.1.0004.0122.0003.2017.01540000	32.200,00	23.674,00	0,00	37.275,52
5.1.0004.0122.0003.2017.01550000	32.200,00	23.674,00	0,00	37.275,52
5.1.0004.0122.0003.2017.01560000	27.600,00	20.292,00	0,00	31.950,45
5.1.0004.0122.0003.2017.03540000	0,00	0,00	0,00	0,00
5.1.0004.0122.0003.2017.03550000	0,00	0,00	0,00	0,00
5.1.0004.0122.0003.2017.03560000	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total Ação</b>	<b>92.000,00</b>	<b>67.640,00</b>	<b>130.000,00</b>	<b>106.501,49</b>
Ação 2018 - Manutenção do Departamento de Finanças				
5.2.0004.0122.0003.2018.01000000	840.000,00	940.000,00	80.000,00	1.041.862,50

IPM - Informática Ltda

Identificador: WPL481101-718-OHQWKE-189680801 - Emitido por: WILMARA JAQUELINE MADEIRA PITTA

05/01/2016 09:06



**MUNICIPIO DE ITAPOÁ**  
Planejamento e Orçamento  
PPA - Demonstrativo da Despesa  
PPA: 2014 - 2017 Entidade: Consolidado  
Atualizado até: 23/12/2015

Pág 2 / 14

Dotação	2014	2015	2016	2017
<b>Total Ação</b>	<b>840.000,00</b>	<b>940.000,00</b>	<b>80.000,00</b>	<b>1.041.862,50</b>
Ação 2019 - Folha de Pagamento do Departamento de Finanças				
5.2.0004.0122.0003.2019.01000000	1.153.000,00	1.755.000,00	1.660.000,00	1.334.741,62
<b>Total Ação</b>	<b>1.153.000,00</b>	<b>1.755.000,00</b>	<b>1.660.000,00</b>	<b>1.334.741,62</b>
Ação 2169 - PASEP E TARIFAS BANCÁRIAS				
5.2.0004.0122.0003.2169.01000000	0,00	0,00	1.050.000,00	0,00
<b>Total Ação</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.050.000,00</b>	<b>0,00</b>
Ação 2170 - PARCELAMENTO DA DÍVIDA PREVIDENCIÁRIA RPPS				
5.2.0004.0122.0003.2170.01000000	0,00	0,00	130.000,00	0,00
<b>Total Ação</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>130.000,00</b>	<b>0,00</b>
Ação 2174 - Convênio com o Lar dos Idosos				
5.1.0004.0122.0003.2174.01000000	0,00	0,00	5.000,00	0,00
<b>Total Ação</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.000,00</b>	<b>0,00</b>
Ação 2175 - Cov com a Assoc Proteção da Reserva do mangue da Barra do Saí (APREMAI)				
5.1.0004.0122.0003.2175.01000000	0,00	0,00	5.000,00	0,00
<b>Total Ação</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.000,00</b>	<b>0,00</b>
Ação 2176 - Conv Ass Moradores de Itapoá - Centro (AMIC)				
5.1.0004.0122.0003.2176.01000000	0,00	0,00	5.000,00	0,00
<b>Total Ação</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.000,00</b>	<b>0,00</b>
Ação 2177 - Conv Ass Itapoense de Surf (AIS)				
5.1.0004.0122.0003.2177.01000000	0,00	0,00	5.000,00	0,00
<b>Total Ação</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.000,00</b>	<b>0,00</b>
Ação 2178 - Conv Ass Comunitária do Pontal e Figueira (ACOPOF)				
5.1.0004.0122.0003.2178.01000000	0,00	0,00	5.000,00	0,00
<b>Total Ação</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.000,00</b>	<b>0,00</b>
Ação 2179 - Conv com o Marumbi Futebol Clube do Pontal (MFC)				
5.1.0004.0122.0003.2179.01000000	0,00	0,00	5.000,00	0,00
<b>Total Ação</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.000,00</b>	<b>0,00</b>
Ação 2180 - Con Ass Com Itapema do Norte (ACOIN)				
5.1.0004.0122.0003.2180.01000000	0,00	0,00	5.000,00	0,00
<b>Total Ação</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.000,00</b>	<b>0,00</b>
Ação 2181 - Con Ass Catadores e Carroceiros de Itapoá (ACCI)				
5.1.0004.0122.0003.2181.01000000	0,00	0,00	5.000,00	0,00
<b>Total Ação</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.000,00</b>	<b>0,00</b>
Ação 2182 - Conv Liga Itapoense de Futebol (LITA)				
5.1.0004.0122.0003.2182.01000000	0,00	0,00	5.000,00	0,00
<b>Total Ação</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.000,00</b>	<b>0,00</b>
Ação 2183 - Conv Ass Protetora de Animais de Itapoá (ASOPAI)				
5.1.0004.0122.0003.2183.01000000	0,00	0,00	5.000,00	0,00
<b>Total Ação</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.000,00</b>	<b>0,00</b>
Ação 2184 - Conv Grupo de Salvamento Aquático de Itapoá (GSAI)				
5.1.0004.0122.0003.2184.01000000	0,00	0,00	5.000,00	0,00
<b>Total Ação</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.000,00</b>	<b>0,00</b>
Ação 2185 - Conv Ass Cultural, Esportiva, Recreativa e Assistencial dos Moradores da Gleba I de Itapoá (ACERANGI)				
5.1.0004.0122.0003.2185.01000000	0,00	0,00	5.000,00	0,00
<b>Total Ação</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Programa</b>	<b>5.409.100,00</b>	<b>6.946.948,05</b>	<b>6.173.903,35</b>	<b>6.861.861,03</b>
Programa 0004 - Planejamento urbanístico				
Ação 1002 - Implantação do Projeto de Revitalização da Av do Comércio				
6.2.0004.0451.0004.1002.01000000	50.100,00	50.000,00	100,00	0,00
<b>Total Ação</b>	<b>50.100,00</b>	<b>50.000,00</b>	<b>100,00</b>	<b>0,00</b>
Ação 1003 - Pavimentação da Av. Brasil				
6.2.0004.0451.0004.1003.01000000	100,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total Ação</b>	<b>100,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Ação 1004 - Pavimentação da Av. Ana Maria Rodrigues de Freitas				
6.2.0004.0451.0004.1004.01000000	100,00	0,00	0,00	0,00
6.2.0004.0451.0004.1004.02240700	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2.0004.0451.0004.1004.03000000	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2.0004.0451.0004.1004.03004200	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total Ação</b>	<b>100,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Ação 1005 - Pavimentação da Av. Zilda Arns Neumann				
6.2.0004.0451.0004.1005.01000000	100,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total Ação</b>	<b>100,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Ação 1006 - Pavimentação e Calçadas Adjacentes da Av. Beira Mar 04				
6.2.0004.0451.0004.1006.01000000	100,00	0,00	0,00	0,00
6.2.0004.0451.0004.1006.02830100	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total Ação</b>	<b>100,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Ação 1039 - Construção da Praça da Av das Nações, no Baileário Itapoá				
6.2.0015.0451.0004.1039.01000000	200.000,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total Ação</b>	<b>200.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Ação 2020 - Manutenção do Departamento de Planejamento				
6.1.0004.0451.0004.2020.01000000	90.000,00	100.000,00	13.000,00	104.186,25



**MUNICIPIO DE ITAPOÁ**  
Planejamento e Orçamento  
PPA - Demonstrativo da Despesa  
PPA: 2014 - 2017 Entidade: Consolidado  
Atualizado até: 23/12/2015

Pág 3 / 14

Dotação	2014	2015	2016	2017
<b>Total Ação</b>	<b>90.000,00</b>	<b>100.000,00</b>	<b>13.000,00</b>	<b>104.186,25</b>
Ação 2021 - Folha de Pagamento do Departamento de Planejamento				
6.1.0004.0451.0004.2021.01000000	186.000,00	535.000,00	630.000,00	215.318,25
<b>Total Ação</b>	<b>186.000,00</b>	<b>535.000,00</b>	<b>630.000,00</b>	<b>215.318,25</b>
Ação 2022 - Manutenção do Departamento de Urbanismo				
6.2.0004.0451.0004.2022.01000000	70.000,00	100.000,00	16.000,00	81.033,75
<b>Total Ação</b>	<b>70.000,00</b>	<b>100.000,00</b>	<b>16.000,00</b>	<b>81.033,75</b>
Ação 2023 - Folha de Pagamento do Departamento de Urbanismo				
6.2.0004.0451.0004.2023.01000000	185.000,00	70.000,00	76.000,00	214.160,62
<b>Total Ação</b>	<b>185.000,00</b>	<b>70.000,00</b>	<b>76.000,00</b>	<b>214.160,62</b>
Ação 2024 - Implantação de Ações Desenvolvidas pelo Projeto Orla				
6.2.0004.0451.0004.2024.01000000	20.000,00	0,00	0,00	23.152,50
<b>Total Ação</b>	<b>20.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>23.152,50</b>
Ação 2025 - Calçadas e Acessibilidade para o Pedestre				
6.2.0004.0451.0004.2025.01000000	100,00	100,00	100,00	115,76
<b>Total Ação</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>115,76</b>
Ação 2162 - Elaboração de Projeto e Implantação de Acessibilidade				
6.2.0015.0451.0004.2162.01000000	0,00	100,00	100,00	0,00
<b>Total Ação</b>	<b>0,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Programa</b>	<b>801.600,00</b>	<b>855.200,00</b>	<b>735.300,00</b>	<b>637.967,13</b>
Programa 0005 - Assistência social				
Ação 1034 - Construção do Abrigo Provisório				
15.1.0008.0243.0005.1034.01000000	100.000,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total Ação</b>	<b>100.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Ação 1043 - Construção Cozinha Industrial				
15.1.0008.0244.0005.1043.01000000	0,00	10.000,00	0,00	0,00
<b>Total Ação</b>	<b>0,00</b>	<b>10.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Ação 2122 - Manutenção do Fmas				
15.1.0008.0244.0005.2122.01000000	104.000,00	220.000,00	192.100,00	120.393,00
15.1.0008.0244.0005.2122.02350400	0,00	0,00	15.132,00	0,00
15.1.0008.0244.0005.2122.02630100	14.000,00	15.600,00	0,00	16.206,75
15.1.0008.0244.0005.2122.03000000	0,00	0,00	0,00	0,00
15.1.0008.0244.0005.2122.06530000	0,00	0,00	0,00	0,00
15.1.0008.0244.0005.2122.06630000	0,00	0,00	0,00	0,00
15.1.0008.0244.0005.2122.06630100	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total Ação</b>	<b>118.000,00</b>	<b>235.600,00</b>	<b>207.232,00</b>	<b>136.599,75</b>
Ação 2123 - Manutenção do Cras				
15.1.0008.0244.0005.2123.01000000	7.000,00	7.000,00	6.078,00	8.103,37
15.1.0008.0244.0005.2123.02350200	0,00	0,00	108.000,00	0,00
15.1.0008.0244.0005.2123.02350500	0,00	0,00	17.460,00	0,00
15.1.0008.0244.0005.2123.02520400	0,00	26.700,00	0,00	0,00
15.1.0008.0244.0005.2123.02520500	0,00	135.000,00	0,00	0,00
15.1.0008.0244.0005.2123.02630200	18.000,00	18.000,00	0,00	20.837,25
15.1.0008.0244.0005.2123.02650300	0,00	0,00	26.700,00	0,00
15.1.0008.0244.0005.2123.06630200	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total Ação</b>	<b>25.000,00</b>	<b>186.700,00</b>	<b>158.238,00</b>	<b>28.940,62</b>
Ação 2124 - Manutenção do Abrigo Provisório				
15.1.0008.0243.0005.2124.01000000	50.000,00	100.000,00	99.349,00	57.881,25
15.1.0008.0243.0005.2124.02520200	14.000,00	20.800,00	0,00	16.206,75
15.1.0008.0243.0005.2124.02650100	0,00	0,00	20.800,00	0,00
15.1.0008.0243.0005.2124.06520000	0,00	0,00	0,00	0,00
15.1.0008.0243.0005.2124.06520200	0,00	0,00	0,00	0,00
15.1.0008.0243.0005.2124.06530000	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total Ação</b>	<b>64.000,00</b>	<b>120.800,00</b>	<b>120.149,00</b>	<b>74.088,00</b>
Ação 2125 - Manutenção do Conselho Tutelar				
15.1.0008.0243.0005.2125.01000000	18.000,00	16.000,00	0,00	20.837,25
<b>Total Ação</b>	<b>18.000,00</b>	<b>16.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>20.837,25</b>
Ação 2126 - Manutenção do Centro de Convivência do Idoso				
15.1.0008.0241.0005.2126.01000000	30.000,00	30.000,00	10.240,00	34.728,75
<b>Total Ação</b>	<b>30.000,00</b>	<b>30.000,00</b>	<b>10.240,00</b>	<b>34.728,75</b>
Ação 2127 - Benefícios Eventuais				
15.1.0008.0244.0005.2127.01000000	70.000,00	158.000,00	170.736,00	81.033,75
15.1.0008.0244.0005.2127.02520300	0,00	3.460,00	0,00	0,00
15.1.0008.0244.0005.2127.02650200	0,00	0,00	3.460,00	0,00
15.1.0008.0244.0005.2127.06520300	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total Ação</b>	<b>70.000,00</b>	<b>161.460,00</b>	<b>174.196,00</b>	<b>81.033,75</b>
Ação 2128 - Programa de Atendimento Domiciliar ao Idoso/deficiente				
15.1.0008.0241.0005.2128.01000000	10.000,00	10.000,00	8.699,00	11.576,25
15.1.0008.0241.0005.2128.02350300	0,00	0,00	4.400,00	0,00
15.1.0008.0241.0005.2128.02470000	4.400,00	4.400,00	0,00	5.093,55
15.1.0008.0241.0005.2128.06470000	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total Ação</b>	<b>14.400,00</b>	<b>14.400,00</b>	<b>13.099,00</b>	<b>16.669,80</b>
Ação 2129 - Manutenção e Desenvolvimento das Ações dos Conselhos				
15.1.0008.0244.0005.2129.01000000	5.000,00	10.000,00	8.698,00	5.788,12

IPM - Informática Ltda

Identificador: WPL481101-718-OHQWKE-189680801 - Emitido por: WILMARA JAQUELINE MADEIRA PITTA

05/01/2016 09:06



**MUNICIPIO DE ITAPOÁ**  
Planejamento e Orçamento  
PPA - Demonstrativo da Despesa  
PPA: 2014 - 2017 Entidade: Consolidado  
Atualizado até: 23/12/2015

Pág 4 / 14

Dotação	2014	2015	2016	2017
15.1.0008.0244.0005.2129.02350400	0,00	0,00	468,00	0,00
15.1.0008.0244.0005.2129.02350500	0,00	0,00	540,00	0,00
<b>Total Ação</b>	<b>5.000,00</b>	<b>10.000,00</b>	<b>9.706,00</b>	<b>5.788,12</b>
<b>Ação 2130 - Programa Ação Direta com as Famílias - Paif</b>				
15.1.0008.0244.0005.2130.02350100	0,00	0,00	78.000,00	0,00
15.1.0008.0244.0005.2130.02520100	54.000,00	78.000,00	0,00	62.511,75
15.1.0008.0244.0005.2130.06520100	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total Ação</b>	<b>54.000,00</b>	<b>78.000,00</b>	<b>78.000,00</b>	<b>62.511,75</b>
<b>Ação 2131 - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - Peti</b>				
15.1.0008.0243.0005.2131.01000000	1.000,00	0,00	0,00	1.157,62
15.1.0008.0243.0005.2131.02500000	18.000,00	0,00	0,00	20.837,25
15.1.0008.0243.0005.2131.06500000	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total Ação</b>	<b>19.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>21.994,87</b>
<b>Ação 2132 - Programa de Medida Sócia Educativa - Pmse</b>				
15.1.0008.0244.0005.2132.01000000	5.000,00	15.000,00	13.100,00	5.788,12
<b>Total Ação</b>	<b>5.000,00</b>	<b>15.000,00</b>	<b>13.100,00</b>	<b>5.788,12</b>
<b>Ação 2143 - Folha de Pagamento do Fmas</b>				
15.1.0008.0244.0005.2143.01000000	525.000,00	1.200.000,00	1.060.000,00	607.753,12
15.1.0008.0244.0005.2143.02520100	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total Ação</b>	<b>525.000,00</b>	<b>1.200.000,00</b>	<b>1.060.000,00</b>	<b>607.753,12</b>
<b>Ação 2146 - Implantação de Convênio com a Cozinha Comunitária do Bairro Samambaia</b>				
15.1.0008.0244.0005.2146.01000000	24.000,00	24.000,00	0,00	24.000,00
<b>Total Ação</b>	<b>24.000,00</b>	<b>24.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>24.000,00</b>
<b>Ação 2165 - REPASSE À ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL</b>				
15.1.0008.0241.0005.2165.01000000	0,00	0,00	41.000,00	0,00
<b>Total Ação</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>41.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Ação 2173 - Apoio à Associação de Moradores do Bairro São José</b>				
15.1.0008.0244.0005.2173.01000000	0,00	0,00	5.000,00	0,00
<b>Total Ação</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Programa</b>	<b>1.071.400,00</b>	<b>2.101.960,00</b>	<b>1.889.960,00</b>	<b>1.120.733,90</b>
<b>Programa 0006 - Itapoá turística "viva esta cidade"</b>				
<b>Ação 1018 - Construção e Ampliação de Estrutura Turística</b>				
10.1.0023.0695.0006.1018.01000000	130.000,00	310.000,00	198.000,00	150.491,25
10.1.0023.0695.0006.1018.02240500	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.0023.0695.0006.1018.03000000	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total Ação</b>	<b>130.000,00</b>	<b>310.000,00</b>	<b>198.000,00</b>	<b>150.491,25</b>
<b>Ação 1019 - Construção de Pórtico</b>				
10.1.0023.0695.0006.1019.01000000	100,00	0,00	0,00	115,76
<b>Total Ação</b>	<b>100,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>115,76</b>
<b>Ação 1020 - Urbanização das 3 Pedras</b>				
10.1.0023.0695.0006.1020.01000000	100,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total Ação</b>	<b>100,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Ação 2051 - Manutenção do Departamento de Turismo</b>				
10.1.0023.0695.0006.2051.01000000	67.000,00	110.000,00	52.000,00	77.560,87
<b>Total Ação</b>	<b>67.000,00</b>	<b>110.000,00</b>	<b>52.000,00</b>	<b>77.560,87</b>
<b>Ação 2052 - Folha de Pagamento do Departamento de Turismo</b>				
10.1.0023.0695.0006.2052.01000000	74.000,00	95.000,00	145.000,00	85.664,25
<b>Total Ação</b>	<b>74.000,00</b>	<b>95.000,00</b>	<b>145.000,00</b>	<b>85.664,25</b>
<b>Ação 2053 - Divulgação Turística</b>				
10.1.0023.0695.0006.2053.01000000	10.000,00	10.100,00	5.050,00	11.576,25
<b>Total Ação</b>	<b>10.000,00</b>	<b>10.100,00</b>	<b>5.050,00</b>	<b>11.576,25</b>
<b>Ação 2054 - Realização e Apoio a Eventos Turísticos</b>				
10.1.0023.0695.0006.2054.01000000	40.000,00	69.900,00	40.000,00	34.728,75
<b>Total Ação</b>	<b>40.000,00</b>	<b>69.900,00</b>	<b>40.000,00</b>	<b>34.728,75</b>
<b>Ação 2157 - Apoio ao Evento Clube Trilheiros Italama</b>				
10.1.0023.0695.0006.2157.01000000	0,00	1,00	50.010,00	0,00
<b>Total Ação</b>	<b>0,00</b>	<b>1,00</b>	<b>50.010,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Ação 2172 - Apoio ao CTG Fronteira do Litoral</b>				
10.1.0023.0695.0006.2172.01000000	0,00	0,00	30.000,00	0,00
<b>Total Ação</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>30.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Programa</b>	<b>321.200,00</b>	<b>595.001,00</b>	<b>520.060,00</b>	<b>360.137,13</b>
<b>Programa 0007 - Desburocratização do sistema ambiental</b>				
<b>Ação 1021 - Construção e Ampliação de Estruturas para Rotas Ecológicas</b>				
10.2.0018.0541.0007.1021.01000000	23.000,00	26.150,00	2.000,00	26.625,37
<b>Total Ação</b>	<b>23.000,00</b>	<b>26.150,00</b>	<b>2.000,00</b>	<b>26.625,37</b>
<b>Ação 1022 - Desassoreamento e Dragagem de Rios</b>				
10.2.0018.0541.0007.1022.01000000	5.000,00	5.000,00	100,00	5.788,12
<b>Total Ação</b>	<b>5.000,00</b>	<b>5.000,00</b>	<b>100,00</b>	<b>5.788,12</b>
<b>Ação 1023 - Implantação de Parques Ecológicos</b>				
10.2.0018.0541.0007.1023.01000000	150,00	150,00	100,00	173,63
<b>Total Ação</b>	<b>150,00</b>	<b>150,00</b>	<b>100,00</b>	<b>173,63</b>
<b>Ação 1044 - Construção de Cerca nos Limites do Parque Carijós</b>				
10.2.0018.0541.0007.1044.01000000	0,00	50.000,00	100,00	0,00

IPM - Informática Ltda

Identificador: WPL481101-718-OHQWKE-189680801 - Emitido por: WILMARA JAQUELINE MADEIRA PITTA

05/01/2016 09:06



**MUNICIPIO DE ITAPOÁ**  
Planejamento e Orçamento  
PPA - Demonstrativo da Despesa  
PPA: 2014 - 2017 Entidade: Consolidado  
Atualizado até: 23/12/2015

Pág 5 / 14

Dotação	2014	2015	2016	2017
<b>Total Ação</b>	<b>0,00</b>	<b>50.000,00</b>	<b>100,00</b>	<b>0,00</b>
Ação 2055 - Elaboração e Execução de Projetos				
10.2.0018.0541.0007.2055.01000000	4.000,00	20.100,00	11.000,00	4.630,50
<b>Total Ação</b>	<b>4.000,00</b>	<b>20.100,00</b>	<b>11.000,00</b>	<b>4.630,50</b>
Ação 2056 - Manutenção do Departamento de Meio Ambiente				
10.2.0018.0541.0007.2056.01000000	35.700,00	162.100,00	210.000,00	41.327,21
10.2.0018.0541.0007.2056.03000000	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total Ação</b>	<b>35.700,00</b>	<b>162.100,00</b>	<b>210.000,00</b>	<b>41.327,21</b>
Ação 2057 - Folha de Pagamento do Departamento de Meio Ambiente				
10.2.0018.0541.0007.2057.01000000	170.300,00	220.000,00	240.000,00	197.143,53
<b>Total Ação</b>	<b>170.300,00</b>	<b>220.000,00</b>	<b>240.000,00</b>	<b>197.143,53</b>
Ação 2058 - Controle de Zoonose de Animais				
10.2.0018.0542.0007.2058.01000000	9.000,00	10.000,00	0,00	10.418,62
<b>Total Ação</b>	<b>9.000,00</b>	<b>10.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>10.418,62</b>
Ação 2059 - Manutenção e Reforma de Estruturas para Rotas Ecológicas				
10.2.0018.0541.0007.2059.01000000	3.150,00	0,00	0,00	3.646,51
<b>Total Ação</b>	<b>3.150,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.646,51</b>
Ação 2060 - Projetos Integrados de Educação Ambiental				
10.2.0018.0541.0007.2060.01000000	4.000,00	10.000,00	2.050,00	4.630,50
<b>Total Ação</b>	<b>4.000,00</b>	<b>10.000,00</b>	<b>2.050,00</b>	<b>4.630,50</b>
Ação 2061 - Educação para Conservação da Biodiversidade				
10.2.0018.0541.0007.2061.01000000	2.000,00	2.000,00	0,00	2.315,25
<b>Total Ação</b>	<b>2.000,00</b>	<b>2.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.315,25</b>
Ação 2062 - Educação Ambiental para Grupos em Situação de Vulnerabilidade				
10.2.0018.0541.0007.2062.01000000	2.000,00	8.000,00	0,00	2.315,25
<b>Total Ação</b>	<b>2.000,00</b>	<b>8.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.315,25</b>
Ação 2063 - Manutenção e Segurança Estrutural de Parques				
10.2.0018.0541.0007.2063.01000000	12.000,00	17.000,00	3.000,00	13.891,50
10.2.0018.0541.0007.2063.03430100	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total Ação</b>	<b>12.000,00</b>	<b>17.000,00</b>	<b>3.000,00</b>	<b>13.891,50</b>
Ação 2064 - Monitoramento do Processo Erosivo				
10.2.0018.0541.0007.2064.01000000	8.000,00	8.000,00	100,00	9.261,00
<b>Total Ação</b>	<b>8.000,00</b>	<b>8.000,00</b>	<b>100,00</b>	<b>9.261,00</b>
Ação 2065 - Monitoramento e Controle da Qualidade Ambiental				
10.2.0018.0541.0007.2065.01000000	3.000,00	23.000,00	5.100,00	3.472,87
<b>Total Ação</b>	<b>3.000,00</b>	<b>23.000,00</b>	<b>5.100,00</b>	<b>3.472,87</b>
Ação 2066 - Recomposição da Mata Ciliar dos Rios do Município				
10.2.0018.0541.0007.2066.01000000	5.000,00	8.100,00	0,00	5.788,12
<b>Total Ação</b>	<b>5.000,00</b>	<b>8.100,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.788,12</b>
Ação 2144 - Implantação do Plano de Manejo do Parque Carijós				
10.2.0018.0541.0007.2144.01000000	400,00	400,00	100,00	0,00
<b>Total Ação</b>	<b>400,00</b>	<b>400,00</b>	<b>100,00</b>	<b>0,00</b>
Ação 2160 - Implantação do Parque Linear de Preservação do Rio Saí Mirim e Saí Guaçu				
10.2.0018.0541.0007.2160.01000000	0,00	1,00	20,00	0,00
<b>Total Ação</b>	<b>0,00</b>	<b>1,00</b>	<b>20,00</b>	<b>0,00</b>
Ação 2166 - MANUTENÇÃO DO FMMA				
10.4.0018.0541.0007.2166.01000000	0,00	0,00	60,00	0,00
<b>Total Ação</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>60,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Programa</b>	<b>286.700,00</b>	<b>570.001,00</b>	<b>473.730,00</b>	<b>331.427,98</b>
Programa 0008 - Resgatando nossa cultura				
Ação 1024 - Estruturação da Casa da Cultura				
10.3.0013.0392.0008.1024.01000000	30.000,00	0,00	0,00	34.728,75
<b>Total Ação</b>	<b>30.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>34.728,75</b>
Ação 1025 - Implantação do Museu Histórico				
10.3.0013.0391.0008.1025.01000000	5.000,00	5.000,00	0,00	5.788,12
<b>Total Ação</b>	<b>5.000,00</b>	<b>5.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.788,12</b>
Ação 2067 - Manutenção do Departamento de Cultura				
10.3.0013.0392.0008.2067.01000000	78.000,00	122.000,00	39.000,00	90.294,75
10.3.0013.0392.0008.2067.03000000	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total Ação</b>	<b>78.000,00</b>	<b>122.000,00</b>	<b>39.000,00</b>	<b>90.294,75</b>
Ação 2068 - Folha de Pagamento do Departamento de Cultura				
10.3.0013.0392.0008.2068.01000000	129.000,00	163.000,00	110.000,00	149.333,62
<b>Total Ação</b>	<b>129.000,00</b>	<b>163.000,00</b>	<b>110.000,00</b>	<b>149.333,62</b>
Ação 2069 - Manutenção da Casa da Cultura				
10.3.0013.0392.0008.2069.01000000	10.000,00	30.000,00	5.000,00	11.576,25
<b>Total Ação</b>	<b>10.000,00</b>	<b>30.000,00</b>	<b>5.000,00</b>	<b>11.576,25</b>
Ação 2070 - Promoção e Apoio a Eventos Culturais				
10.3.0013.0392.0008.2070.01000000	30.000,00	95.000,00	56.000,00	34.728,75
10.3.0013.0392.0008.2070.03000000	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total Ação</b>	<b>30.000,00</b>	<b>95.000,00</b>	<b>56.000,00</b>	<b>34.728,75</b>
Ação 2071 - Escola de Diversidade Cultural				
10.3.0013.0392.0008.2071.01000000	5.000,00	13.000,00	100,00	5.788,12



**MUNICÍPIO DE ITAPOÁ**  
Planejamento e Orçamento  
PPA - Demonstrativo da Despesa  
PPA: 2014 - 2017 Entidade: Consolidado  
Atualizado até: 23/12/2015

Pág 6 / 14

Dotação	2014	2015	2016	2017
<b>Total Ação</b>	<b>5.000,00</b>	<b>13.000,00</b>	<b>100,00</b>	<b>5.788,12</b>
Ação 2072 - Valorização do Artista e Artesão Local				
10.3.0013.0392.0008.2072.01000000	5.000,00	20.000,00	5.050,00	5.788,12
<b>Total Ação</b>	<b>5.000,00</b>	<b>20.000,00</b>	<b>5.050,00</b>	<b>5.788,12</b>
Ação 2073 - Resgate da Cultura Local				
10.3.0013.0392.0008.2073.01000000	5.000,00	15.000,00	0,00	5.788,12
<b>Total Ação</b>	<b>5.000,00</b>	<b>15.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.788,12</b>
<b>Total Programa</b>	<b>297.000,00</b>	<b>463.000,00</b>	<b>215.150,00</b>	<b>343.814,60</b>
Programa 0009 - Administração e execução de obras e serviços públicos				
Ação 1026 - Estação Rodoviária				
11.1.0015.0451.0009.1026.01000000	0,00	100,00	100,00	0,00
<b>Total Ação</b>	<b>0,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>0,00</b>
Ação 1027 - Ciclovias				
11.1.0015.0451.0009.1027.01000000	100,00	100,00	100,00	115,76
<b>Total Ação</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>115,76</b>
Ação 1028 - Pavimentação de Ruas				
11.1.0015.0451.0009.1028.01000000	350.000,00	400.000,00	100,00	405.168,75
<b>Total Ação</b>	<b>350.000,00</b>	<b>400.000,00</b>	<b>100,00</b>	<b>405.168,75</b>
Ação 1038 - Elaboração de Um Plano Municipal de Manutenção e Pavimentação das Vias Públicas				
11.1.0015.0451.0009.1038.01000000	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00
<b>Total Ação</b>	<b>15.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>15.000,00</b>
Ação 2074 - Manutenção do Departamento de Obras				
11.1.0015.0451.0009.2074.01000000	400.100,00	900.000,00	742.350,00	606.711,23
11.1.0015.0451.0009.2074.01004200	400.000,00	0,00	0,00	463.050,00
<b>Total Ação</b>	<b>800.100,00</b>	<b>900.000,00</b>	<b>742.350,00</b>	<b>1.069.761,23</b>
Ação 2075 - Folha de Pagamento do Departamento de Obras				
11.1.0015.0451.0009.2075.01000000	580.000,00	810.000,00	1.730.000,00	671.422,50
<b>Total Ação</b>	<b>580.000,00</b>	<b>810.000,00</b>	<b>1.730.000,00</b>	<b>671.422,50</b>
Ação 2076 - Ensaibramento de Vias Públicas				
11.1.0015.0451.0009.2076.01070000	0,00	0,00	1.000,00	0,00
11.1.0015.0451.0009.2076.01000000	200.000,00	750.000,00	750.000,00	231.525,00
11.1.0015.0451.0009.2076.01004200	200.000,00	0,00	0,00	231.525,00
11.1.0015.0451.0009.2076.01160000	45.000,00	2.000,00	0,00	52.093,13
11.1.0015.0451.0009.2076.03000000	0,00	0,00	0,00	0,00
11.1.0015.0451.0009.2076.03160000	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total Ação</b>	<b>445.000,00</b>	<b>752.000,00</b>	<b>751.000,00</b>	<b>515.143,13</b>
Ação 2077 - Aquisição e Manutenção de Veículos, Maquinários e Equipamentos				
11.1.0015.0451.0009.2077.01000000	300.000,00	900.000,00	900.000,00	347.287,50
11.1.0015.0451.0009.2077.01004200	800.000,00	0,00	0,00	926.100,00
11.1.0015.0451.0009.2077.03000000	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total Ação</b>	<b>1.100.000,00</b>	<b>900.000,00</b>	<b>900.000,00</b>	<b>1.273.387,50</b>
Ação 2078 - Manutenção do Departamento de Serviços Públicos				
11.2.0015.0452.0009.2078.01000000	400.000,00	1.050.000,00	582.350,00	463.050,00
11.2.0015.0452.0009.2078.01004200	500.000,00	0,00	0,00	578.812,50
<b>Total Ação</b>	<b>900.000,00</b>	<b>1.050.000,00</b>	<b>582.350,00</b>	<b>1.041.862,50</b>
Ação 2079 - Folha de Pagamento do Departamento de Serviços Públicos				
11.2.0015.0452.0009.2079.01000000	580.000,00	810.000,00	0,00	671.422,50
<b>Total Ação</b>	<b>580.000,00</b>	<b>810.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>671.422,50</b>
Ação 2080 - Estruturação e Manutenção do Cemitério da Jaca				
11.2.0015.0452.0009.2080.01000000	30.000,00	100.000,00	90.000,00	34.728,75
11.2.0015.0452.0009.2080.03000000	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total Ação</b>	<b>30.000,00</b>	<b>100.000,00</b>	<b>90.000,00</b>	<b>34.728,75</b>
Ação 2081 - Rede Pública de Iluminação				
11.2.0015.0452.0009.2081.01080000	0,00	0,00	1.800.000,00	0,00
11.2.0015.0452.0009.2081.01170000	1.180.000,00	1.600.000,00	0,00	1.365.997,50
11.2.0015.0452.0009.2081.03170000	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total Ação</b>	<b>1.180.000,00</b>	<b>1.600.000,00</b>	<b>1.800.000,00</b>	<b>1.365.997,50</b>
Ação 2147 - Ensaibramento das Ruas Joaquim Peres, Valter Crisanto e José da Silva Pacheco				
11.1.0015.0451.0009.2147.01000000	100.000,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total Ação</b>	<b>100.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Ação 2161 - Horas Máquinas				
11.1.0015.0451.0009.2161.01000000	0,00	8.000,00	200.000,00	0,00
<b>Total Ação</b>	<b>0,00</b>	<b>8.000,00</b>	<b>200.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Programa</b>	<b>6.080.200,00</b>	<b>7.330.200,00</b>	<b>6.796.000,00</b>	<b>7.064.010,12</b>
Programa 0010 - Saneamento básico				
Ação 2082 - Manutenção do Fmsb				
11.3.0017.0512.0010.2082.01000000	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.788,12
<b>Total Ação</b>	<b>5.000,00</b>	<b>5.000,00</b>	<b>5.000,00</b>	<b>5.788,12</b>
Ação 2083 - Limpeza Pública Urbana				
11.3.0017.0512.0010.2083.01000000	300.000,00	1.451.898,00	800.000,00	347.287,50
11.3.0017.0512.0010.2083.01002600	100.000,00	0,00	0,00	115.762,50
11.3.0017.0512.0010.2083.01004200	400.000,00	0,00	0,00	463.050,00
11.3.0017.0512.0010.2083.03002600	0,00	0,00	0,00	0,00





**MUNICIPIO DE ITAPOÁ**  
Planejamento e Orçamento  
PPA - Demonstrativo da Despesa  
PPA: 2014 - 2017 Entidade: Consolidado  
Atualizado até: 23/12/2015

Pág 7 / 14

Dotação	2014	2015	2016	2017
<b>Total Ação</b>	<b>800.000,00</b>	<b>1.451.898,00</b>	<b>800.000,00</b>	<b>926.100,00</b>
Ação 2084 - Manejo de Resíduos Sólidos				
11.3.0017.0512.0010.2084.01000000	445.000,00	1.850.000,00	1.950.000,00	613.541,25
11.3.0017.0512.0010.2084.01002600	120.000,00	0,00	0,00	138.915,00
11.3.0017.0512.0010.2084.01004200	700.000,00	0,00	0,00	810.337,50
<b>Total Ação</b>	<b>1.265.000,00</b>	<b>1.850.000,00</b>	<b>1.950.000,00</b>	<b>1.562.793,75</b>
Ação 2085 - Implantação do Plano de Drenagem de Águas Pluviais				
11.3.0017.0512.0010.2085.01000000	150.000,00	10.000,00	0,00	173.643,75
11.3.0017.0512.0010.2085.01002600	50.000,00	0,00	0,00	57.881,25
11.3.0017.0512.0010.2085.01004200	100.000,00	0,00	0,00	115.762,50
<b>Total Ação</b>	<b>300.000,00</b>	<b>10.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>347.287,50</b>
Ação 2086 - Manutenção e Preservação do Rio Sai Mirim				
11.3.0017.0512.0010.2086.01002600	10.000,00	160.000,00	100.000,00	11.576,25
11.3.0017.0512.0010.2086.03002600	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total Ação</b>	<b>10.000,00</b>	<b>160.000,00</b>	<b>100.000,00</b>	<b>11.576,25</b>
Ação 2156 - Drenagem e Manejo das Águas Pluviais Urbanas				
11.3.0017.0512.0010.2156.01000000	0,00	190.000,00	0,00	0,00
11.3.0017.0512.0010.2156.01002600	0,00	200.000,00	330.000,00	0,00
<b>Total Ação</b>	<b>0,00</b>	<b>390.000,00</b>	<b>330.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Programa</b>	<b>2.380.000,00</b>	<b>3.866.898,00</b>	<b>3.185.000,00</b>	<b>2.853.545,62</b>
Programa 0011 - Programa de atenção às crianças e adolescentes				
Ação 2087 - Capacitação de Conselheiros do Fia				
12.1.0008.0243.0011.2087.01000000	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.157,62
<b>Total Ação</b>	<b>1.000,00</b>	<b>1.000,00</b>	<b>1.000,00</b>	<b>1.157,62</b>
Ação 2088 - Manutenção do Fia				
12.1.0008.0243.0011.2088.01000000	5.000,00	5.000,00	2.000,00	5.788,12
<b>Total Ação</b>	<b>5.000,00</b>	<b>5.000,00</b>	<b>2.000,00</b>	<b>5.788,12</b>
Ação 2089 - Ação Direta com Crianças e Adolescentes				
12.1.0008.0243.0011.2089.01000000	5.000,00	9.000,00	7.000,00	5.788,12
12.1.0008.0243.0011.2089.01090000	0,00	0,00	2.000,00	0,00
<b>Total Ação</b>	<b>5.000,00</b>	<b>9.000,00</b>	<b>9.000,00</b>	<b>5.788,12</b>
<b>Total Programa</b>	<b>11.000,00</b>	<b>15.000,00</b>	<b>12.000,00</b>	<b>12.733,86</b>
Programa 0012 - Programa de incentivo ao agricultor familiar e ao pescador artesanal				
Ação 1014 - Aquisição de Veículos, Equipamentos e Maquinários para a Agricultura				
9.1.0020.0608.0012.1014.01000000	100,00	100,00	100,00	115,76
9.1.0020.0608.0012.1014.02240600	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.0020.0608.0012.1014.03000000	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total Ação</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>115,76</b>
Ação 1015 - Construção, Ampliação e Estruturação de Mercado de Peixe				
9.2.0020.0608.0012.1015.01000000	10.000,00	15.000,00	6.900,00	11.576,25
<b>Total Ação</b>	<b>10.000,00</b>	<b>15.000,00</b>	<b>6.900,00</b>	<b>11.576,25</b>
Ação 1016 - Construção de Barracão para Oficina e Manutenção de Embarcação				
9.2.0020.0608.0012.1016.01000000	100,00	5.000,00	10.000,00	0,00
<b>Total Ação</b>	<b>100,00</b>	<b>5.000,00</b>	<b>10.000,00</b>	<b>0,00</b>
Ação 1017 - Desassoreamento e Abertura do Canal do Rio Sai Mirim				
9.2.0020.0608.0012.1017.01000000	20.000,00	30.000,00	20.000,00	0,00
<b>Total Ação</b>	<b>20.000,00</b>	<b>30.000,00</b>	<b>20.000,00</b>	<b>0,00</b>
Ação 1040 - Construção do Mercado Público Municipal no Balneário Itapema do Norte				
9.1.0020.0608.0012.1040.01000000	0,00	20.000,00	100,00	0,00
<b>Total Ação</b>	<b>0,00</b>	<b>20.000,00</b>	<b>100,00</b>	<b>0,00</b>
Ação 2038 - Manutenção do Departamento de Agricultura				
9.1.0020.0608.0012.2038.01000000	65.000,00	100.000,00	58.500,00	75.245,62
9.1.0020.0608.0012.2038.03000000	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total Ação</b>	<b>65.000,00</b>	<b>100.000,00</b>	<b>58.500,00</b>	<b>75.245,62</b>
Ação 2039 - Folha de Pagamento do Departamento de Agricultura				
9.1.0020.0608.0012.2039.01000000	167.000,00	265.000,00	278.000,00	193.323,37
<b>Total Ação</b>	<b>167.000,00</b>	<b>265.000,00</b>	<b>278.000,00</b>	<b>193.323,37</b>
Ação 2040 - Implantação de Feiras Agrícolas				
9.1.0020.0608.0012.2040.01000000	3.000,00	9.000,00	12.000,00	0,00
9.1.0020.0608.0012.2040.03000000	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total Ação</b>	<b>3.000,00</b>	<b>9.000,00</b>	<b>12.000,00</b>	<b>0,00</b>
Ação 2041 - Transporte de Calcário e Aquisição de Adubos e Sementes				
9.1.0020.0608.0012.2041.01000000	10.000,00	13.000,00	8.000,00	11.576,25
<b>Total Ação</b>	<b>10.000,00</b>	<b>13.000,00</b>	<b>8.000,00</b>	<b>11.576,25</b>
Ação 2042 - Horas Máquina				
9.1.0020.0608.0012.2042.01000000	25.000,00	30.000,00	10.000,00	17.364,37
<b>Total Ação</b>	<b>25.000,00</b>	<b>30.000,00</b>	<b>10.000,00</b>	<b>17.364,37</b>
Ação 2043 - Convênios Municipais de Agricultura				
9.1.0020.0608.0012.2043.01000000	20.000,00	20.000,00	0,00	23.152,50
<b>Total Ação</b>	<b>20.000,00</b>	<b>20.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>23.152,50</b>
Ação 2044 - Melhoria ao Acesso às Propriedades Rurais				
9.1.0020.0608.0012.2044.01000000	100,00	100,00	0,00	115,76
<b>Total Ação</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>0,00</b>	<b>115,76</b>

IPM - Informática Ltda

Identificador: WPL481101-718-OHQWKE-189680801 - Emitido por: WILMARA JAQUELINE MADEIRA PITTA

05/01/2016 09:06



**MUNICÍPIO DE ITAPOÁ**  
Planejamento e Orçamento  
PPA - Demonstrativo da Despesa  
PPA: 2014 - 2017 Entidade: Consolidado  
Atualizado até: 23/12/2015

Pág 8 / 14

Dotação	2014	2015	2016	2017
<b>Ação 2045 - Serviço de Inspeção Municipal - Sim</b>				
9.1.0020.0608.0012.2045.01000000	2.000,00	4.000,00	3.000,00	2.315,25
<b>Total Ação</b>	<b>2.000,00</b>	<b>4.000,00</b>	<b>3.000,00</b>	<b>2.315,25</b>
<b>Ação 2046 - Convênio com Laboratório</b>				
9.1.0020.0608.0012.2046.01000000	4.000,00	4.000,00	0,00	4.630,50
<b>Total Ação</b>	<b>4.000,00</b>	<b>4.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>4.630,50</b>
<b>Ação 2047 - Manutenção do Departamento de Pesca</b>				
9.2.0020.0608.0012.2047.01000000	33.000,00	65.000,00	39.600,00	38.201,62
<b>Total Ação</b>	<b>33.000,00</b>	<b>65.000,00</b>	<b>39.600,00</b>	<b>38.201,62</b>
<b>Ação 2048 - Folha de Pagamento do Departamento de Pesca</b>				
9.2.0020.0608.0012.2048.01000000	36.000,00	48.000,00	67.000,00	41.674,50
<b>Total Ação</b>	<b>36.000,00</b>	<b>48.000,00</b>	<b>67.000,00</b>	<b>41.674,50</b>
<b>Ação 2049 - Convênios Municipais de Pesca</b>				
9.2.0020.0608.0012.2049.01000000	20.000,00	20.000,00	0,00	23.152,50
<b>Total Ação</b>	<b>20.000,00</b>	<b>20.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>23.152,50</b>
<b>Ação 2050 - Desenvolvimento da Pesca Artesanal</b>				
9.2.0020.0608.0012.2050.01000000	10.000,00	20.000,00	10.000,00	11.576,25
<b>Total Ação</b>	<b>10.000,00</b>	<b>20.000,00</b>	<b>10.000,00</b>	<b>11.576,25</b>
<b>Ação 2149 - Festa do Agricultor</b>				
9.1.0020.0608.0012.2149.01000000	0,00	15.000,00	10.000,00	0,00
9.1.0020.0608.0012.2149.03000000	20.000,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total Ação</b>	<b>20.000,00</b>	<b>15.000,00</b>	<b>10.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Ação 2150 - Implantação de Hortas Comunitárias e Viveiros de Mudas</b>				
9.1.0020.0608.0012.2150.01000000	0,00	6.000,00	0,00	0,00
<b>Total Ação</b>	<b>0,00</b>	<b>6.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Ação 2151 - Incentivo à Agricultura Familiar</b>				
9.1.0020.0608.0012.2151.01000000	0,00	7.000,00	6.800,00	0,00
<b>Total Ação</b>	<b>0,00</b>	<b>7.000,00</b>	<b>6.800,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Ação 2152 - Apoio ao Turismo Rural</b>				
9.1.0020.0608.0012.2152.01000000	0,00	7.000,00	3.000,00	0,00
<b>Total Ação</b>	<b>0,00</b>	<b>7.000,00</b>	<b>3.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Ação 2153 - Apoio à Festa do Pescador</b>				
9.2.0020.0608.0012.2153.01000000	0,00	15.000,00	10.000,00	0,00
<b>Total Ação</b>	<b>0,00</b>	<b>15.000,00</b>	<b>10.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Ação 2167 - CONTRATAÇÃO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA</b>				
9.2.0020.0608.0012.2167.01000000	0,00	0,00	11.000,00	0,00
9.1.0020.0608.0012.2167.01000000	0,00	0,00	11.000,00	0,00
<b>Total Ação</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>22.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Programa</b>	<b>445.300,00</b>	<b>718.200,00</b>	<b>575.000,00</b>	<b>454.020,50</b>
<b>Programa 0013 - Assistência médica e saúde preventiva</b>				
<b>Ação 1033 - Construção / Ampliação e Reforma de Unidades Básicas de Saúde</b>				
14.1.0010.0301.0013.1033.01020000	20,00	20,00	0,00	23,15
14.1.0010.0301.0013.1033.01020100	0,00	0,00	20,00	0,00
14.1.0010.0301.0013.1033.02640300	0,00	0,00	0,00	0,00
14.1.0010.0301.0013.1033.02640800	0,00	0,00	0,00	0,00
14.1.0010.0301.0013.1033.03020000	0,00	0,00	0,00	0,00
14.1.0010.0301.0013.1033.06640300	0,00	0,00	0,00	0,00
14.1.0010.0301.0013.1033.06640600	0,00	0,00	0,00	0,00
14.1.0010.0301.0013.1033.06640800	0,00	0,00	0,00	0,00
14.1.0010.0301.0013.1033.06700000	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total Ação</b>	<b>20,00</b>	<b>20,00</b>	<b>20,00</b>	<b>23,15</b>
<b>Ação 2111 - Manutenção da Saúde Bucal</b>				
14.1.0010.0301.0013.2111.02380200	0,00	0,00	25.000,00	0,00
14.1.0010.0301.0013.2111.02640300	24.000,00	25.000,00	0,00	27.783,00
<b>Total Ação</b>	<b>24.000,00</b>	<b>25.000,00</b>	<b>25.000,00</b>	<b>27.783,00</b>
<b>Ação 2112 - Programa de Assistência Farmacêutica Básica</b>				
14.1.0010.0301.0013.2112.01020000	150.000,00	800.000,00	0,00	173.643,75
14.1.0010.0301.0013.2112.01020100	0,00	0,00	550.000,00	0,00
14.1.0010.0301.0013.2112.02381100	0,00	0,00	78.000,00	0,00
14.1.0010.0301.0013.2112.02670100	67.000,00	67.000,00	0,00	77.560,88
14.1.0010.0301.0013.2112.02670200	59.000,00	78.000,00	0,00	68.299,88
14.1.0010.0301.0013.2112.02670300	0,00	0,00	67.000,00	0,00
14.1.0010.0301.0013.2112.03020000	0,00	0,00	0,00	0,00
14.1.0010.0301.0013.2112.06670100	0,00	0,00	0,00	0,00
14.1.0010.0301.0013.2112.06670200	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total Ação</b>	<b>276.000,00</b>	<b>945.000,00</b>	<b>695.000,00</b>	<b>319.504,51</b>
<b>Ação 2113 - Manutenção das Unidades Básicas de Saúde da Família</b>				
14.1.0010.0301.0013.2113.01020000	48.000,00	170.000,00	0,00	0,00
14.1.0010.0301.0013.2113.01020100	0,00	0,00	30.000,00	0,00
14.1.0010.0301.0013.2113.02380100	0,00	0,00	140.000,00	0,00
14.1.0010.0301.0013.2113.02380200	0,00	0,00	160.000,00	0,00
14.1.0010.0301.0013.2113.02380300	0,00	0,00	138.000,00	0,00
14.1.0010.0301.0013.2113.02380500	0,00	0,00	34.000,00	0,00
14.1.0010.0301.0013.2113.02380600	0,00	0,00	206.000,00	0,00



**MUNICIPIO DE ITAPOÁ**  
Planejamento e Orçamento  
PPA - Demonstrativo da Despesa  
PPA: 2014 - 2017 Entidade: Consolidado  
Atualizado até: 23/12/2015

Pág 9 / 14

Dotação	2014	2015	2016	2017
14.1.0010.0301.0013.2113.02640100	60.000,00	99.000,00	0,00	69.457,50
14.1.0010.0301.0013.2113.02640200	26.000,00	110.000,00	0,00	30.098,25
14.1.0010.0301.0013.2113.02640300	0,00	160.000,00	0,00	0,00
14.1.0010.0301.0013.2113.02640400	100.000,00	218.000,00	0,00	115.762,50
14.1.0010.0301.0013.2113.02640600	34.000,00	34.000,00	0,00	39.359,25
14.1.0010.0301.0013.2113.02640700	206.000,00	206.000,00	0,00	238.470,75
14.1.0010.0301.0013.2113.02670100	0,00	0,00	99.000,00	0,00
14.1.0010.0301.0013.2113.02670500	0,00	0,00	36.000,00	0,00
14.1.0010.0301.0013.2113.06640100	0,00	0,00	0,00	0,00
14.1.0010.0301.0013.2113.06640200	0,00	0,00	0,00	0,00
14.1.0010.0301.0013.2113.06640400	0,00	0,00	0,00	0,00
14.1.0010.0301.0013.2113.06640600	0,00	0,00	0,00	0,00
14.1.0010.0301.0013.2113.06640700	0,00	0,00	0,00	0,00
14.1.0010.0301.0013.2113.06660300	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total Ação</b>	<b>474.000,00</b>	<b>997.000,00</b>	<b>843.000,00</b>	<b>493.148,25</b>
<b>Ação 2114 - Manutenção do Centro de Reabilitação</b>				
14.1.0010.0301.0013.2114.01020000	40.000,00	50.000,00	0,00	46.305,00
14.1.0010.0301.0013.2114.01020100	0,00	0,00	50.000,00	0,00
14.1.0010.0301.0013.2114.02650300	30.000,00	49.000,00	0,00	34.728,75
14.1.0010.0301.0013.2114.02670200	0,00	0,00	49.000,00	0,00
<b>Total Ação</b>	<b>70.000,00</b>	<b>99.000,00</b>	<b>99.000,00</b>	<b>81.033,75</b>
<b>Ação 2115 - Manutenção do Pa 24 Horas</b>				
14.1.0010.0301.0013.2115.01020000	155.995,00	515.000,00	0,00	137.757,37
14.1.0010.0301.0013.2115.01020100	0,00	0,00	215.000,00	0,00
14.1.0010.0301.0013.2115.02380700	0,00	0,00	143.000,00	0,00
14.1.0010.0301.0013.2115.02380800	0,00	0,00	300.000,00	0,00
14.1.0010.0301.0013.2115.02650100	35.000,00	100.000,00	0,00	40.516,87
14.1.0010.0301.0013.2115.02650200	100.000,00	300.000,00	0,00	115.762,50
14.1.0010.0301.0013.2115.03020000	0,00	0,00	0,00	0,00
14.1.0010.0301.0013.2115.06650100	0,00	0,00	0,00	0,00
14.1.0010.0301.0013.2115.06650200	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total Ação</b>	<b>290.995,00</b>	<b>915.000,00</b>	<b>658.000,00</b>	<b>294.036,74</b>
<b>Ação 2116 - Repasse ao Cis / Amunesc</b>				
14.1.0010.0301.0013.2116.01000000	0,00	0,00	0,00	0,00
14.1.0010.0301.0013.2116.01020000	142.000,00	160.000,00	0,00	164.382,75
14.1.0010.0301.0013.2116.01020100	0,00	0,00	231.277,20	0,00
<b>Total Ação</b>	<b>142.000,00</b>	<b>160.000,00</b>	<b>231.277,20</b>	<b>164.382,75</b>
<b>Ação 2117 - Plantões Médicos</b>				
14.1.0010.0301.0013.2117.01020000	800.000,00	1.400.000,00	0,00	926.100,00
14.1.0010.0301.0013.2117.01020100	0,00	0,00	1.000.000,00	0,00
14.1.0010.0301.0013.2117.02650200	200.000,00	0,00	0,00	231.525,00
14.1.0010.0301.0013.2117.02650300	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total Ação</b>	<b>1.000.000,00</b>	<b>1.400.000,00</b>	<b>1.000.000,00</b>	<b>1.157.625,00</b>
<b>Ação 2118 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde</b>				
14.1.0010.0301.0013.2118.01020000	517.000,00	1.463.707,15	0,00	598.492,12
14.1.0010.0301.0013.2118.01020100	0,00	0,00	1.513.970,00	0,00
14.1.0010.0301.0013.2118.02640800	0,00	0,00	0,00	0,00
14.1.0010.0301.0013.2118.03020000	0,00	0,00	0,00	0,00
14.1.0010.0301.0013.2118.03880000	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total Ação</b>	<b>517.000,00</b>	<b>1.463.707,15</b>	<b>1.513.970,00</b>	<b>598.492,12</b>
<b>Ação 2119 - Manutenção da Vigilância Epidemiológica</b>				
14.1.0010.0305.0013.2119.01020000	4.980,00	5.000,00	0,00	5.764,97
14.1.0010.0305.0013.2119.01020100	0,00	0,00	5.000,00	0,00
14.1.0010.0305.0013.2119.02380900	0,00	0,00	51.710,00	0,00
14.1.0010.0305.0013.2119.02660100	29.000,00	29.000,00	0,00	33.571,13
14.1.0010.0305.0013.2119.06660100	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total Ação</b>	<b>33.980,00</b>	<b>34.000,00</b>	<b>56.710,00</b>	<b>39.336,10</b>
<b>Ação 2120 - Manutenção da Vigilância Sanitária</b>				
14.1.0010.0304.0013.2120.01020200	0,00	0,00	67.000,00	0,00
14.1.0010.0304.0013.2120.01660000	15.000,00	75.000,00	0,00	17.364,38
14.1.0010.0304.0013.2120.02381000	0,00	0,00	12.000,00	0,00
14.1.0010.0304.0013.2120.02660200	10.000,00	10.000,00	0,00	11.576,25
14.1.0010.0304.0013.2120.03660000	0,00	0,00	0,00	0,00
14.1.0010.0304.0013.2120.06660200	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total Ação</b>	<b>25.000,00</b>	<b>85.000,00</b>	<b>79.000,00</b>	<b>28.940,63</b>
<b>Ação 2121 - Convênio com Entidade Protetora de Animais</b>				
14.1.0010.0304.0013.2121.01020000	56.000,00	56.000,00	0,00	41.674,50
14.1.0010.0304.0013.2121.01020100	0,00	0,00	56.000,00	0,00
<b>Total Ação</b>	<b>56.000,00</b>	<b>56.000,00</b>	<b>56.000,00</b>	<b>41.674,50</b>
<b>Ação 2141 - Manutenção e Desenvolvimento das Ações do Cms</b>				
14.1.0010.0301.0013.2141.01020000	5.000,00	15.000,00	0,00	5.788,12
14.1.0010.0301.0013.2141.01020100	0,00	0,00	15.000,00	0,00
<b>Total Ação</b>	<b>5.000,00</b>	<b>15.000,00</b>	<b>15.000,00</b>	<b>5.788,12</b>
<b>Ação 2142 - Folha de Pagamento do Fms</b>				
14.1.0010.0301.0013.2142.01020000	5.287.556,80	8.865.000,00	0,00	6.121.007,90



**MUNICIPIO DE ITAPOÁ**  
Planejamento e Orçamento  
PPA - Demonstrativo da Despesa  
PPA: 2014 - 2017 Entidade: Consolidado  
Atualizado até: 23/12/2015

Pág 10 / 14

Dotação	2014	2015	2016	2017
14.1.0010.0301.0013.2142.01020100	0,00	0,00	8.584.328,55	0,00
14.1.0010.0301.0013.2142.01660000	60.000,00	0,00	0,00	69.457,50
14.1.0010.0301.0013.2142.02380100	0,00	0,00	100.000,00	0,00
14.1.0010.0301.0013.2142.02380200	0,00	0,00	223.000,00	0,00
14.1.0010.0301.0013.2142.02380300	0,00	0,00	290.000,00	0,00
14.1.0010.0301.0013.2142.02380400	0,00	0,00	461.370,00	0,00
14.1.0010.0301.0013.2142.02380600	0,00	0,00	181.600,00	0,00
14.1.0010.0301.0013.2142.02380700	0,00	0,00	120.030,00	0,00
14.1.0010.0301.0013.2142.02640200	70.000,00	130.000,00	0,00	81.033,75
14.1.0010.0301.0013.2142.02640300	326.000,00	223.000,00	0,00	377.385,75
14.1.0010.0301.0013.2142.02640400	328.000,00	210.000,00	0,00	379.701,00
14.1.0010.0301.0013.2142.02640500	396.000,00	422.000,00	0,00	458.419,50
14.1.0010.0301.0013.2142.02640700	100.000,00	100.000,00	0,00	115.762,50
14.1.0010.0301.0013.2142.02650100	115.000,00	50.000,00	0,00	133.126,88
14.1.0010.0301.0013.2142.02650300	19.000,00	0,00	0,00	21.994,88
14.1.0010.0301.0013.2142.06640500	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total Ação</b>	<b>6.701.556,80</b>	<b>10.000.000,00</b>	<b>9.960.328,55</b>	<b>7.757.889,66</b>
<b>Ação 2158 - Implantação, Estruturação e Manutenção do Caps</b>				
14.1.0010.0303.0013.2158.01020000	0,00	200.000,00	0,00	0,00
14.1.0010.0303.0013.2158.01020100	0,00	0,00	10,00	0,00
<b>Total Ação</b>	<b>0,00</b>	<b>200.000,00</b>	<b>10,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Programa</b>	<b>9.615.551,80</b>	<b>16.394.727,15</b>	<b>15.232.315,75</b>	<b>11.009.658,28</b>
<b>Programa 0014 - Previdência social do servidor municipal</b>				
<b>Ação 2134 - Benefícios de Aposentadoria</b>				
16.1.0009.0272.0014.2134.01030000	2.500.000,00	2.000.000,00	2.500.000,00	2.894.062,50
<b>Total Ação</b>	<b>2.500.000,00</b>	<b>2.000.000,00</b>	<b>2.500.000,00</b>	<b>2.894.062,50</b>
<b>Ação 2135 - Outros Benefícios Previdenciários</b>				
16.1.0009.0272.0014.2135.01030000	600.000,00	500.000,00	500.000,00	694.575,00
<b>Total Ação</b>	<b>600.000,00</b>	<b>500.000,00</b>	<b>500.000,00</b>	<b>694.575,00</b>
<b>Ação 2136 - Manutenção do Ipesi</b>				
16.1.0009.0272.0014.2136.01030000	120.441,00	150.000,00	185.000,00	139.425,51
16.1.0009.0272.0014.2136.03030000	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total Ação</b>	<b>120.441,00</b>	<b>150.000,00</b>	<b>185.000,00</b>	<b>139.425,51</b>
<b>Ação 2137 - Capacitação de Servidores e Conselheiros</b>				
16.1.0009.0272.0014.2137.01030000	15.000,00	15.000,00	15.000,00	17.364,39
16.1.0009.0272.0014.2137.03030000	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total Ação</b>	<b>15.000,00</b>	<b>15.000,00</b>	<b>15.000,00</b>	<b>17.364,39</b>
<b>Ação 2138 - Reserva de Contingência do Ipesi</b>				
16.1.0099.0997.0014.2138.01030000	3.412.559,00	4.730.000,00	7.946.000,00	3.950.463,60
<b>Total Ação</b>	<b>3.412.559,00</b>	<b>4.730.000,00</b>	<b>7.946.000,00</b>	<b>3.950.463,60</b>
<b>Ação 2168 - Preparação para Aposentadoria e Acolhimento do Inativo</b>				
16.1.0009.0272.0014.2168.01030000	0,00	0,00	15.000,00	0,00
<b>Total Ação</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>15.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Programa</b>	<b>6.648.000,00</b>	<b>7.395.000,00</b>	<b>11.161.000,00</b>	<b>7.695.891,00</b>
<b>Programa 0015 - Corpo de bombeiros militar de itapoá</b>				
<b>Ação 2139 - Manutenção do Funrebom</b>				
17.1.0006.0182.0015.2139.01000000	120.000,00	120.000,00	120.000,00	138.915,00
17.1.0006.0182.0015.2139.01002500	60.000,00	120.000,00	140.000,00	69.457,50
17.1.0006.0182.0015.2139.03000000	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total Ação</b>	<b>180.000,00</b>	<b>240.000,00</b>	<b>260.000,00</b>	<b>208.372,50</b>
<b>Total Programa</b>	<b>180.000,00</b>	<b>240.000,00</b>	<b>260.000,00</b>	<b>208.372,50</b>
<b>Programa 0016 - Esporte promovendo a integração da sociedade</b>				
<b>Ação 1007 - Construção de Ginásio de Esporte no Pontal e Barra do Saí</b>				
8.1.0027.0812.0016.1007.01000000	100,00	50,00	0,00	0,00
<b>Total Ação</b>	<b>100,00</b>	<b>50,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Ação 1008 - Construção de Ginásio de Esporte Multiuso</b>				
8.1.0027.0812.0016.1008.01000000	100,00	50,00	0,00	0,00
<b>Total Ação</b>	<b>100,00</b>	<b>50,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Ação 1009 - Construção e Revitalização de Praças Esportivas e de Lazer</b>				
8.1.0027.0813.0016.1009.01000000	100,00	0,00	0,00	115,76
8.1.0027.0813.0016.1009.03000000	0,00	0,00	0,00	0,00
8.2.0027.0812.0016.1009.01000000	0,00	50,00	20,00	0,00
<b>Total Ação</b>	<b>100,00</b>	<b>50,00</b>	<b>20,00</b>	<b>115,76</b>
<b>Ação 1010 - Construção, Ampliação e Adequação de Estruturas Esportivas</b>				
8.1.0027.0812.0016.1010.01000000	10.000,00	80.000,00	35.000,00	11.576,25
<b>Total Ação</b>	<b>10.000,00</b>	<b>80.000,00</b>	<b>35.000,00</b>	<b>11.576,25</b>
<b>Ação 1011 - Construção de Complexo de Quadra Esportiva na Av. das Nações</b>				
8.1.0027.0812.0016.1011.01000000	100,00	50.000,00	10,00	0,00
<b>Total Ação</b>	<b>100,00</b>	<b>50.000,00</b>	<b>10,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Ação 1012 - Desapropriação de Imóvel</b>				
8.1.0027.0812.0016.1012.01000000	100,00	50,00	0,00	115,76
<b>Total Ação</b>	<b>100,00</b>	<b>50,00</b>	<b>0,00</b>	<b>115,76</b>
<b>Ação 1013 - Projeto Verão</b>				
8.1.0027.0813.0016.1013.01000000	40.000,00	0,00	0,00	0,00

IPM - Informática Ltda

Identificador: WPL481101-718-OHQWKE-189680801 - Emitido por: WILMARA JAQUELINE MADEIRA PITTA

05/01/2016 09:06



**MUNICIPIO DE ITAPOÁ**  
Planejamento e Orçamento  
PPA - Demonstrativo da Despesa  
PPA: 2014 - 2017 Entidade: Consolidado  
Atualizado até: 23/12/2015

Pág 11 / 14

Dotação	2014	2015	2016	2017
8.1.0027.0813.0016.1013.03000000	0,00	0,00	0,00	0,00
8.2.0027.0813.0016.1013.01000000	0,00	60.000,00	40.000,00	46.305,00
<b>Total Ação</b>	<b>40.000,00</b>	<b>60.000,00</b>	<b>40.000,00</b>	<b>46.305,00</b>
<b>Ação 1035 - Cobertura da Quadra de Esporte do Bairro Samambaia</b>				
8.1.0027.0812.0016.1035.01000000	100.000,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total Ação</b>	<b>100.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Ação 1041 - Construção de Um Complexo Esportivo no Balneário Mariluz</b>				
8.1.0027.0812.0016.1041.01000000	0,00	50,00	0,00	0,00
<b>Total Ação</b>	<b>0,00</b>	<b>50,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Ação 1042 - Construção de Pista de Skate no Bairro Samambaia</b>				
8.1.0027.0812.0016.1042.01000000	0,00	54.800,00	31.000,00	0,00
<b>Total Ação</b>	<b>0,00</b>	<b>54.800,00</b>	<b>31.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Ação 1046 - Cobertura da Quadra de Esportes do Samambaia</b>				
8.1.0027.0812.0016.1046.01000000	0,00	0,00	50.000,00	0,00
<b>Total Ação</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>50.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Ação 2030 - Manutenção do Departamento de Esporte</b>				
8.1.0027.0812.0016.2030.01000000	63.000,00	110.000,00	121.500,00	72.930,37
<b>Total Ação</b>	<b>63.000,00</b>	<b>110.000,00</b>	<b>121.500,00</b>	<b>72.930,37</b>
<b>Ação 2031 - Folha de Pagamento do Departamento de Esporte</b>				
8.1.0027.0812.0016.2031.01000000	150.000,00	220.000,00	290.000,00	173.643,75
<b>Total Ação</b>	<b>150.000,00</b>	<b>220.000,00</b>	<b>290.000,00</b>	<b>173.643,75</b>
<b>Ação 2032 - Incentivo à Prática de Atividades Físicas</b>				
8.1.0027.0812.0016.2032.01000000	60.000,00	98.000,00	55.000,00	69.457,50
8.1.0027.0812.0016.2032.02240800	0,00	0,00	0,00	0,00
8.1.0027.0812.0016.2032.06240400	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total Ação</b>	<b>60.000,00</b>	<b>98.000,00</b>	<b>55.000,00</b>	<b>69.457,50</b>
<b>Ação 2033 - Realização e Apoio a Eventos Esportivos</b>				
8.1.0027.0812.0016.2033.01000000	30.000,00	58.000,00	17.000,00	34.728,75
8.1.0027.0812.0016.2033.03000000	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total Ação</b>	<b>30.000,00</b>	<b>58.000,00</b>	<b>17.000,00</b>	<b>34.728,75</b>
<b>Ação 2034 - Manutenção e Reforma de Estruturas Esportivas</b>				
8.1.0027.0812.0016.2034.01000000	20.000,00	45.000,00	23.000,00	23.152,50
<b>Total Ação</b>	<b>20.000,00</b>	<b>45.000,00</b>	<b>23.000,00</b>	<b>23.152,50</b>
<b>Ação 2035 - Incentivo ao Esporte Amador e Profissional</b>				
8.1.0027.0812.0016.2035.01000000	30.000,00	62.000,00	24.000,00	34.728,75
<b>Total Ação</b>	<b>30.000,00</b>	<b>62.000,00</b>	<b>24.000,00</b>	<b>34.728,75</b>
<b>Ação 2036 - Manutenção do Departamento de Lazer</b>				
8.2.0027.0812.0016.2036.01000000	25.000,00	0,00	0,00	0,00
8.2.0027.0813.0016.2036.01000000	0,00	50.000,00	32.000,00	28.940,62
<b>Total Ação</b>	<b>25.000,00</b>	<b>50.000,00</b>	<b>32.000,00</b>	<b>28.940,62</b>
<b>Ação 2037 - Folha de Pagamento do Departamento de Lazer</b>				
8.2.0027.0812.0016.2037.01000000	61.500,00	0,00	0,00	0,00
8.2.0027.0813.0016.2037.01000000	0,00	31.000,00	0,00	71.193,93
<b>Total Ação</b>	<b>61.500,00</b>	<b>31.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>71.193,93</b>
<b>Ação 2148 - Implantação de Convênio com a Liga Municipal de Futebol</b>				
8.1.0027.0812.0016.2148.01000000	40.000,00	40.000,00	0,00	20.000,00
<b>Total Ação</b>	<b>40.000,00</b>	<b>40.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>20.000,00</b>
<b>Ação 2154 - Gincama Esportiva, de Lazer e Cultural em Comemoração ao Aniversário de Itapoá</b>				
8.2.0027.0813.0016.2154.01000000	0,00	15.000,00	10.000,00	0,00
<b>Total Ação</b>	<b>0,00</b>	<b>15.000,00</b>	<b>10.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Ação 2155 - Incentivo à Prática de Lazer e Esporte</b>				
8.2.0027.0813.0016.2155.01000000	0,00	35.000,00	8.000,00	0,00
<b>Total Ação</b>	<b>0,00</b>	<b>35.000,00</b>	<b>8.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Programa</b>	<b>630.000,00</b>	<b>1.009.050,00</b>	<b>736.530,00</b>	<b>586.888,94</b>
<b>Programa 0017 - Procuradoria jurídica</b>				
<b>Ação 2012 - Manutenção da Procuradoria Jurídica</b>				
4.1.0002.0061.0017.2012.01000000	80.000,00	100.000,00	35.000,00	92.610,00
<b>Total Ação</b>	<b>80.000,00</b>	<b>100.000,00</b>	<b>35.000,00</b>	<b>92.610,00</b>
<b>Ação 2013 - Folha de Pagamento da Procuradoria Jurídica</b>				
4.1.0002.0061.0017.2013.01000000	267.500,00	515.000,00	515.000,00	309.664,68
<b>Total Ação</b>	<b>267.500,00</b>	<b>515.000,00</b>	<b>515.000,00</b>	<b>309.664,68</b>
<b>Ação 2014 - Honorários de Sucumbência</b>				
4.1.0002.0061.0017.2014.01002800	75.000,00	50.000,00	90.000,00	86.821,88
4.1.0002.0061.0017.2014.03002800	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total Ação</b>	<b>75.000,00</b>	<b>50.000,00</b>	<b>90.000,00</b>	<b>86.821,88</b>
<b>Ação 2145 - Implantação do Programa de Defesa do Consumidor</b>				
4.1.0002.0061.0017.2145.01000000	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total Ação</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Programa</b>	<b>422.500,00</b>	<b>665.000,00</b>	<b>640.000,00</b>	<b>489.096,56</b>
<b>Programa 0018 - Desenvolvimento econômico do município</b>				
<b>Ação 2026 - Manutenção do Departamento de Desenvolvimento</b>				
7.1.0011.0334.0018.2026.01000000	15.000,00	20.000,00	15.000,00	17.364,37



**MUNICÍPIO DE ITAPOÁ**  
Planejamento e Orçamento  
PPA - Demonstrativo da Despesa  
PPA: 2014 - 2017 Entidade: Consolidado  
Atualizado até: 23/12/2015

Pág 12 / 14

Dotação	2014	2015	2016	2017
<b>Total Ação</b>	<b>15.000,00</b>	<b>20.000,00</b>	<b>15.000,00</b>	<b>17.364,37</b>
Ação 2027 - Folha de Pagamento do Dpto de Desenvolvimento				
7.1.0011.0334.0018.2027.01000000	137.500,00	33.000,00	80.000,00	159.173,43
<b>Total Ação</b>	<b>137.500,00</b>	<b>33.000,00</b>	<b>80.000,00</b>	<b>159.173,43</b>
Ação 2028 - Manutenção do Departamento de Indústria e Comércio				
7.2.0022.0661.0018.2028.01000000	15.000,00	30.000,00	15.000,00	17.364,37
<b>Total Ação</b>	<b>15.000,00</b>	<b>30.000,00</b>	<b>15.000,00</b>	<b>17.364,37</b>
Ação 2029 - Folha de Pagamento do Departamento de Indústria e Comércio				
7.2.0022.0661.0018.2029.01000000	137.500,00	126.000,00	77.000,00	159.173,43
<b>Total Ação</b>	<b>137.500,00</b>	<b>126.000,00</b>	<b>77.000,00</b>	<b>159.173,43</b>
<b>Total Programa</b>	<b>305.000,00</b>	<b>209.000,00</b>	<b>187.000,00</b>	<b>353.075,60</b>
Programa 0019 - Reserva de contingência				
Ação 9001 - Reserva de Contingência				
26.1.0099.0999.0019.9001.01000000	180.000,00	200.000,00	200.000,00	208.372,50
<b>Total Ação</b>	<b>180.000,00</b>	<b>200.000,00</b>	<b>200.000,00</b>	<b>208.372,50</b>
<b>Total Programa</b>	<b>180.000,00</b>	<b>200.000,00</b>	<b>200.000,00</b>	<b>208.372,50</b>
Programa 0020 - Fundo municipal da defesa civil				
Ação 2140 - Manutenção do Fundo da Defesa Civil				
3.3.0006.0182.0020.2140.01000000	30.000,00	50.000,00	5.000,00	34.728,75
<b>Total Ação</b>	<b>30.000,00</b>	<b>50.000,00</b>	<b>5.000,00</b>	<b>34.728,75</b>
<b>Total Programa</b>	<b>30.000,00</b>	<b>50.000,00</b>	<b>5.000,00</b>	<b>34.728,75</b>
Programa 0021 - Educação fundamental e infantil				
Ação 1029 - Desapropriação de Imóvel				
13.1.0012.0361.0021.1029.01010000	200.000,00	10,00	10,00	231.525,00
<b>Total Ação</b>	<b>200.000,00</b>	<b>10,00</b>	<b>10,00</b>	<b>231.525,00</b>
Ação 1030 - Construção / Ampliação e Reformas				
13.1.0012.0361.0021.1030.01010000	267.740,00	480.000,00	50.010,00	309.942,51
13.1.0012.0361.0021.1030.02220300	0,00	0,00	0,00	0,00
13.1.0012.0361.0021.1030.02220400	0,00	0,00	0,00	0,00
13.1.0012.0361.0021.1030.02220500	0,00	0,00	0,00	0,00
13.1.0012.0361.0021.1030.02360000	0,00	0,00	500.000,00	0,00
13.1.0012.0361.0021.1030.02580000	170.000,00	286.000,00	0,00	196.796,25
13.1.0012.0361.0021.1030.06580000	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total Ação</b>	<b>437.740,00</b>	<b>766.000,00</b>	<b>550.010,00</b>	<b>506.738,76</b>
Ação 1031 - Desapropriação de Imóvel				
13.2.0012.0365.0021.1031.01010000	10,00	10,00	10,00	11,57
<b>Total Ação</b>	<b>10,00</b>	<b>10,00</b>	<b>10,00</b>	<b>11,57</b>
Ação 1032 - Construção / Ampliação e Reformas				
13.2.0012.0365.0021.1032.01010000	267.740,00	320.000,00	20,00	309.942,51
13.2.0012.0365.0021.1032.02220300	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2.0012.0365.0021.1032.02580000	170.000,00	504.000,00	0,00	196.796,25
<b>Total Ação</b>	<b>437.740,00</b>	<b>824.000,00</b>	<b>20,00</b>	<b>506.738,76</b>
Ação 1045 - Cobertura da Quadra de Esporte da Escola Frei Valentim				
13.1.0012.0361.0021.1045.01010000	0,00	0,00	4.000,00	0,00
<b>Total Ação</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>4.000,00</b>	<b>0,00</b>
Ação 2090 - Manutenção da Secretaria de Educação				
13.1.0012.0361.0021.2090.01010000	225.393,75	501.784,80	250.010,00	261.054,55
13.1.0012.0361.0021.2090.03010000	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total Ação</b>	<b>225.393,75</b>	<b>501.784,80</b>	<b>250.010,00</b>	<b>261.054,55</b>
Ação 2091 - Folha de Pagamento dos Profissionais da Secretaria de Educação				
13.1.0012.0361.0021.2091.01010000	1.210.000,00	2.055.000,00	2.723.000,00	1.400.726,25
13.1.0012.0361.0021.2091.03004200	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total Ação</b>	<b>1.210.000,00</b>	<b>2.055.000,00</b>	<b>2.723.000,00</b>	<b>1.400.726,25</b>
Ação 2092 - Material de Distribuição Gratuita				
13.1.0012.0361.0021.2092.01010000	120.000,00	60.000,00	60.000,00	138.915,00
<b>Total Ação</b>	<b>120.000,00</b>	<b>60.000,00</b>	<b>60.000,00</b>	<b>138.915,00</b>
Ação 2093 - Merenda Escolar				
13.1.0012.0361.0021.2093.01010000	210.000,00	210.000,00	191.000,00	243.101,25
13.1.0012.0361.0021.2093.02370100	0,00	0,00	140.000,00	0,00
13.1.0012.0361.0021.2093.02600100	113.000,00	142.000,00	0,00	130.811,63
13.1.0012.0361.0021.2093.06600100	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total Ação</b>	<b>323.000,00</b>	<b>352.000,00</b>	<b>331.000,00</b>	<b>373.912,88</b>
Ação 2094 - Transporte Escolar Municipal				
13.1.0012.0361.0021.2094.01010000	500.000,00	740.000,00	300.000,00	578.812,50
13.1.0012.0361.0021.2094.02370500	0,00	0,00	30.000,00	0,00
13.1.0012.0361.0021.2094.02610100	19.000,00	30.000,00	0,00	21.994,87
13.1.0012.0361.0021.2094.02610200	28.000,00	30.000,00	0,00	32.413,50
13.1.0012.0361.0021.2094.02660100	0,00	0,00	30.000,00	0,00
13.1.0012.0361.0021.2094.06610100	0,00	0,00	0,00	0,00
13.1.0012.0361.0021.2094.06610200	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total Ação</b>	<b>547.000,00</b>	<b>800.000,00</b>	<b>360.000,00</b>	<b>633.220,87</b>
Ação 2095 - Manutenção do Ensino Fundamental				
13.1.0012.0361.0021.2095.01010000	1.182.000,00	3.500.000,00	2.600.330,90	1.368.312,75
13.1.0012.0361.0021.2095.02360000	0,00	0,00	654.000,00	0,00

IPM - Informática Ltda

Identificador: WPL481101-718-OHQWKE-189680801 - Emitido por: WILMARA JAQUELINE MADEIRA PITTA

05/01/2016 09:06





**MUNICIPIO DE ITAPOÁ**  
Planejamento e Orçamento  
PPA - Demonstrativo da Despesa  
PPA: 2014 - 2017 Entidade: Consolidado  
Atualizado até: 23/12/2015

Pág 13 / 14

Dotação	2014	2015	2016	2017
13.1.0012.0361.0021.2095.02580000	351.000,00	290.000,00	0,00	406.326,37
13.1.0012.0361.0021.2095.02620100	0,00	0,00	0,00	0,00
13.1.0012.0361.0021.2095.03010000	0,00	0,00	0,00	0,00
13.1.0012.0361.0021.2095.06580000	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total Ação</b>	<b>1.533.000,00</b>	<b>3.790.000,00</b>	<b>3.254.330,90</b>	<b>1.774.639,12</b>
<b>Ação 2096 - Folha de Pagamento dos Profissionais da Educação Fundamental</b>				
13.1.0012.0361.0021.2096.01010000	302.700,00	1.080.000,00	2.318.000,00	350.413,08
13.1.0012.0361.0021.2096.02360000	6.035.900,00	7.265.000,00	9.713.000,00	6.987.308,73
13.1.0012.0361.0021.2096.03010000	0,00	0,00	0,00	0,00
13.1.0012.0361.0021.2096.06180000	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total Ação</b>	<b>6.338.600,00</b>	<b>8.345.000,00</b>	<b>12.031.000,00</b>	<b>7.337.721,81</b>
<b>Ação 2097 - Gestão Financeira Democrática das Escolas - Pdde</b>				
13.1.0012.0361.0021.2097.01010000	51.000,00	72.000,00	80.000,00	59.038,87
<b>Total Ação</b>	<b>51.000,00</b>	<b>72.000,00</b>	<b>80.000,00</b>	<b>59.038,87</b>
<b>Ação 2098 - Manutenção do Ensino Infantil</b>				
13.2.0012.0365.0021.2098.01010000	353.500,00	1.400.000,00	300.000,00	409.220,43
13.2.0012.0365.0021.2098.02360000	0,00	0,00	446.000,00	0,00
13.2.0012.0365.0021.2098.02580000	254.000,00	190.000,00	0,00	294.036,76
13.2.0012.0365.0021.2098.02620200	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2.0012.0365.0021.2098.03010000	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2.0012.0365.0021.2098.06220200	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2.0012.0365.0021.2098.06580000	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2.0012.0365.0021.2098.06620000	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total Ação</b>	<b>607.500,00</b>	<b>1.590.000,00</b>	<b>746.000,00</b>	<b>703.257,19</b>
<b>Ação 2099 - Material de Distribuição Gratuita</b>				
13.2.0012.0365.0021.2099.01010000	100.000,00	35.000,00	35.000,00	115.762,50
<b>Total Ação</b>	<b>100.000,00</b>	<b>35.000,00</b>	<b>35.000,00</b>	<b>115.762,50</b>
<b>Ação 2100 - Transporte Escolar Municipal</b>				
13.2.0012.0365.0021.2100.01010000	80.000,00	220.000,00	109.100,00	92.610,00
13.2.0012.0365.0021.2100.02370500	0,00	0,00	2.000,00	0,00
13.2.0012.0365.0021.2100.02610100	2.000,00	3.000,00	0,00	2.315,26
<b>Total Ação</b>	<b>82.000,00</b>	<b>223.000,00</b>	<b>111.100,00</b>	<b>94.925,26</b>
<b>Ação 2101 - Folha de Pagamento dos Profissionais da Educação Infantil</b>				
13.2.0012.0365.0021.2101.01010000	482.900,00	225.000,00	1.000.000,00	559.017,11
13.2.0012.0365.0021.2101.02180000	4.047.100,00	4.425.000,00	3.287.000,00	4.685.024,15
<b>Total Ação</b>	<b>4.530.000,00</b>	<b>4.650.000,00</b>	<b>4.287.000,00</b>	<b>5.244.041,26</b>
<b>Ação 2102 - Merenda Escolar das Creches</b>				
13.2.0012.0365.0021.2102.01010000	50.000,00	35.000,00	45.000,00	57.881,25
13.2.0012.0365.0021.2102.02370300	0,00	0,00	90.000,00	0,00
13.2.0012.0365.0021.2102.02600300	35.000,00	46.000,00	0,00	40.516,88
<b>Total Ação</b>	<b>85.000,00</b>	<b>81.000,00</b>	<b>135.000,00</b>	<b>98.398,13</b>
<b>Ação 2103 - Merenda Escolar da Pré-escola</b>				
13.2.0012.0365.0021.2103.01010000	75.000,00	75.000,00	100.000,00	86.821,87
13.2.0012.0365.0021.2103.02370200	0,00	0,00	48.000,00	0,00
13.2.0012.0365.0021.2103.02600200	22.000,00	44.000,00	0,00	25.467,75
<b>Total Ação</b>	<b>97.000,00</b>	<b>119.000,00</b>	<b>148.000,00</b>	<b>112.289,62</b>
<b>Ação 2104 - Gestão Financeira Democrática das Escolas - Pdde</b>				
13.2.0012.0365.0021.2104.01010000	21.000,00	17.000,00	25.000,00	24.310,12
<b>Total Ação</b>	<b>21.000,00</b>	<b>17.000,00</b>	<b>25.000,00</b>	<b>24.310,12</b>
<b>Ação 2105 - Transporte Escolar Municipal Eja</b>				
13.3.0012.0366.0021.2105.01010000	40.000,00	40.000,00	40.000,00	46.305,00
<b>Total Ação</b>	<b>40.000,00</b>	<b>40.000,00</b>	<b>40.000,00</b>	<b>46.305,00</b>
<b>Ação 2106 - Folha de Pagamento dos Profissionais do Eja</b>				
13.3.0012.0366.0021.2106.01010000	245.000,00	600.000,00	683.390,00	283.618,12
13.3.0012.0366.0021.2106.02180000	212.000,00	0,00	0,00	245.416,50
13.3.0012.0366.0021.2106.06460000	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total Ação</b>	<b>457.000,00</b>	<b>600.000,00</b>	<b>683.390,00</b>	<b>529.034,62</b>
<b>Ação 2107 - Manutenção do Eja</b>				
13.3.0012.0366.0021.2107.01010000	20.000,00	30.000,00	43.000,00	23.152,50
13.3.0012.0366.0021.2107.06460000	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total Ação</b>	<b>20.000,00</b>	<b>30.000,00</b>	<b>43.000,00</b>	<b>23.152,50</b>
<b>Ação 2108 - Merenda Escolar do Eja</b>				
13.3.0012.0366.0021.2108.01010000	0,00	5.000,00	10.000,00	0,00
13.3.0012.0366.0021.2108.02370400	0,00	0,00	8.000,00	0,00
13.3.0012.0366.0021.2108.02600400	10.200,00	13.000,00	0,00	11.807,78
<b>Total Ação</b>	<b>10.200,00</b>	<b>18.000,00</b>	<b>18.000,00</b>	<b>11.807,78</b>
<b>Ação 2133 - Convênio com a Apae</b>				
13.6.0012.0367.0021.2133.01010000	45.000,00	43.910,00	0,00	48.620,25
<b>Total Ação</b>	<b>45.000,00</b>	<b>43.910,00</b>	<b>0,00</b>	<b>48.620,25</b>
<b>Ação 2159 - Convênio de Educação Ambiental C/ Reserva Volta Velha</b>				
13.1.0012.0361.0021.2159.01010000	0,00	100.000,00	0,00	0,00
<b>Total Ação</b>	<b>0,00</b>	<b>100.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Ação 2164 - SUBVENÇÃO SOCIAL EDUCAÇÃO ESPECIAL</b>				
13.6.0012.0367.0021.2164.01010000	0,00	0,00	150.000,00	0,00



**MUNICÍPIO DE ITAPOÁ**  
Planejamento e Orçamento  
PPA - Demonstrativo da Despesa  
PPA: 2014 - 2017 Entidade: Consolidado  
Atualizado até: 23/12/2015

Pág 14 / 14

Dotação	2014	2015	2016	2017
<b>Total Ação</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>150.000,00</b>	<b>0,00</b>
Ação 2193 - Projeto Ampliação da Jornada Escolar				
13.1.0012.0361.0021.2193.01010000	0,00	0,00	10,00	0,00
<b>Total Ação</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>10,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Programa</b>	<b>17.518.183,75</b>	<b>25.112.714,80</b>	<b>26.064.890,90</b>	<b>20.276.147,67</b>
Programa 0022 - Ensino médio e superior				
Ação 2109 - Transporte Escolar Municipal Ensino Médio				
13.4.0012.0362.0022.2109.01000000	135.000,00	135.000,00	375.000,00	156.279,37
13.4.0012.0362.0022.2109.02370500	0,00	0,00	5.000,00	0,00
13.4.0012.0362.0022.2109.02610100	4.940,00	6.000,00	0,00	5.718,66
13.4.0012.0362.0022.2109.02610200	333.000,00	345.000,00	0,00	385.489,13
13.4.0012.0362.0022.2109.02660100	0,00	0,00	300.000,00	0,00
13.4.0012.0362.0022.2109.03000000	0,00	0,00	0,00	0,00
13.4.0012.0362.0022.2109.06610100	0,00	0,00	0,00	0,00
13.4.0012.0362.0022.2109.06610200	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total Ação</b>	<b>472.940,00</b>	<b>486.000,00</b>	<b>680.000,00</b>	<b>547.487,16</b>
Ação 2110 - Manutenção do Transporte Universitário				
13.5.0012.0364.0022.2110.01000000	710.000,00	1.100.000,00	938.000,00	821.913,75
13.5.0012.0364.0022.2110.03000000	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total Ação</b>	<b>710.000,00</b>	<b>1.100.000,00</b>	<b>938.000,00</b>	<b>821.913,75</b>
Ação 2163 - Convênio com a APP da Escola Estadual Nereu Ramos				
13.4.0012.0362.0022.2163.01000000	0,00	300.000,00	30.000,00	0,00
<b>Total Ação</b>	<b>0,00</b>	<b>300.000,00</b>	<b>30.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Programa</b>	<b>1.182.940,00</b>	<b>1.886.000,00</b>	<b>1.648.000,00</b>	<b>1.369.400,91</b>
<b>Total Geral</b>	<b>57.294.340,00</b>	<b>81.448.500,00</b>	<b>81.322.170,00</b>	<b>66.187.602,83</b>

## ANEXO IV DA LM 635/2015



**MUNICIPIO DE ITAPOÁ**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo 06 - Programa de Trabalho (por Órgão e Unidade Orçamentária)  
Entidade: Consolidado  
Ano LOA: 2016

Pág 1 / 8

Anexo 6 da Lei 4.320/64 - Adendo V da Portaria SOF nr.º 8, de 04/02/1985

**01 - Câmara Municipal de Vereadores****001 - Câmara Municipal de Vereadores**

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
01	Legislativa			2.800.000,00	2.800.000,00
01.031	Acao Legislativa			2.800.000,00	2.800.000,00
01.031.0001	Gestão do poder legislativo			2.800.000,00	2.800.000,00
01.031.0001.2001	Manutenção da Câmara Municipal			2.800.000,00	2.800.000,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.800.000,00</b>	<b>2.800.000,00</b>
<b>Total Órgão</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.800.000,00</b>	<b>2.800.000,00</b>

**02 - Controle Interno****001 - Controladoria**

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
04	Administração			123.000,00	123.000,00
04.124	Controle Interno			123.000,00	123.000,00
04.124.0003	Gestão gerencial e administrativa			123.000,00	123.000,00
04.124.0003.2002	Manutenção da Controladoria Interna			3.000,00	3.000,00
04.124.0003.2003	Folha de Pagamento da Controladoria Interna			120.000,00	120.000,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>123.000,00</b>	<b>123.000,00</b>
<b>Total Órgão</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>123.000,00</b>	<b>123.000,00</b>

**03 - Gabinete do Prefeito****001 - Gabinete do Prefeito**

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
04	Administração		100,00	1.548.230,00	1.548.330,00
04.122	Administracao Geral		100,00	1.548.230,00	1.548.330,00
04.122.0002	Gestão de políticas públicas		100,00	1.548.230,00	1.548.330,00
04.122.0002.1001	Parceria C/ Estado P/ Implantação da Cia Polícia Militar		100,00		100,00
04.122.0002.2004	Manutenção do Gabinete do Prefeito			20.990,00	20.990,00
04.122.0002.2005	Folha de Pagamento do Gabinete do Prefeito			1.295.000,00	1.295.000,00
04.122.0002.2006	Contratação de Estagiários			175.000,00	175.000,00
04.122.0002.2007	Ciga - Consórcio de Informática na Gestão Pública			8.240,00	8.240,00
04.122.0002.2008	Convênio com a Secretaria de Segurança Pública			49.000,00	49.000,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>100,00</b>	<b>1.548.230,00</b>	<b>1.548.330,00</b>

**002 - Gabinete do Vice - Prefeito**

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
04	Administração			263.000,00	263.000,00
04.122	Administracao Geral			263.000,00	263.000,00
04.122.0002	Gestão de políticas públicas			263.000,00	263.000,00
04.122.0002.2010	Manutenção do Gabinete do Vice-prefeito			10.000,00	10.000,00
04.122.0002.2011	Folha de Pagamento do Gabinete do Vice-prefeito			253.000,00	253.000,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>263.000,00</b>	<b>263.000,00</b>

**003 - Fundo da Defesa Civil**

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
06	Segurança Pública			5.000,00	5.000,00
06.182	Defesa Civil			5.000,00	5.000,00
06.182.0020	Fundo municipal da defesa civil			5.000,00	5.000,00
06.182.0020.2140	Manutenção do Fundo da Defesa Civil			5.000,00	5.000,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.000,00</b>	<b>5.000,00</b>
<b>Total Órgão</b>		<b>0,00</b>	<b>100,00</b>	<b>1.816.230,00</b>	<b>1.816.330,00</b>

**04 - Procuradoria Juridica****001 - Dpto Juridico**

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
02	Judiciária			640.000,00	640.000,00
02.061	Ação Judiciária			640.000,00	640.000,00
02.061.0017	Procuradoria jurídica			640.000,00	640.000,00
02.061.0017.2012	Manutenção da Procuradoria Jurídica			35.000,00	35.000,00
02.061.0017.2013	Folha de Pagamento da Procuradoria Jurídica			515.000,00	515.000,00
02.061.0017.2014	Honorários de Sucumbência			90.000,00	90.000,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>640.000,00</b>	<b>640.000,00</b>
<b>Total Órgão</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>640.000,00</b>	<b>640.000,00</b>

**05 - Secretaria de Administracao e Financas****001 - Departamento de Administracao**

IPM - Informática Ltda

Identificador: WPL281101-718-DTHFDR-189678976 - Emitido por: WILMARA JAQUELINE MADEIRA PITTA

05/01/2016 08:36



**MUNICIPIO DE ITAPOÁ**  
**Planejamento e Orçamento**  
**Anexo 06 - Programa de Trabalho (por Órgão e Unidade Orçamentária)**  
 Entidade: Consolidado  
 Ano LOA: 2016

Pág 2 / 8

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
04	Administração			3.130.903,35	3.130.903,35
04.122	Administracao Geral			3.130.903,35	3.130.903,35
04.122.0003	Gestão gerencial e administrativa			3.130.903,35	3.130.903,35
04.122.0003.2009	Subvenção Social			5.000,00	5.000,00
04.122.0003.2015	Manutenção do Departamento de Administração			1.285.903,35	1.285.903,35
04.122.0003.2016	Folha de Pagamento do Departamento de Administração			1.650.000,00	1.650.000,00
04.122.0003.2017	Convênio da Legislação do Trânsito			130.000,00	130.000,00
04.122.0003.2174	Convênio com o Lar dos Idosos			5.000,00	5.000,00
04.122.0003.2175	Cov com a Assoc Proteção da Reserva do mangue da Barra do Sai (APREMAI)			5.000,00	5.000,00
04.122.0003.2176	Conv Ass Moradores de Itapoá - Centro (AMIC)			5.000,00	5.000,00
04.122.0003.2177	Conv Ass Itapoaense de Surf (AIS)			5.000,00	5.000,00
04.122.0003.2178	Conv Ass Comunitária do Pontal e Figueira (ACOPOF)			5.000,00	5.000,00
04.122.0003.2179	Conv com o Marumbi Futebol Clube do Pontal (MFC)			5.000,00	5.000,00
04.122.0003.2180	Con Ass Com Itapema do Norte (ACOIN)			5.000,00	5.000,00
04.122.0003.2181	Con Ass Catadores e Carroceiros de Itapoá (ACCI)			5.000,00	5.000,00
04.122.0003.2182	Conv Liga Itapoaense de Futebol (LITA)			5.000,00	5.000,00
04.122.0003.2183	Conv Ass Protetora de Animais de Itapoá (ASOPAI)			5.000,00	5.000,00
04.122.0003.2184	Conv Grupo de Salvamento Aquático de Itapoá (GSAI)			5.000,00	5.000,00
04.122.0003.2185	Conv Ass Cultural, Esportiva, Recreativa e Assistencial dos Moradores da Gleba I de Itapoá (ACERANGI)			5.000,00	5.000,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.130.903,35</b>	<b>3.130.903,35</b>
<b>002 - Departamento de Financas</b>					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
04	Administração			2.920.000,00	2.920.000,00
04.122	Administracao Geral			2.920.000,00	2.920.000,00
04.122.0003	Gestão gerencial e administrativa			2.920.000,00	2.920.000,00
04.122.0003.2018	Manutenção do Departamento de Finanças			80.000,00	80.000,00
04.122.0003.2019	Folha de Pagamento do Departamento de Finanças			1.660.000,00	1.660.000,00
04.122.0003.2169	PASEP E TARIFAS BANCÁRIAS			1.050.000,00	1.050.000,00
04.122.0003.2170	PARCELAMENTO DA DÍVIDA PREVIDENCIÁRIA RPPS			130.000,00	130.000,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.920.000,00</b>	<b>2.920.000,00</b>
<b>Total Órgão</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>6.050.903,35</b>	<b>6.050.903,35</b>
<b>06 - Secretaria de Planejamento e Urbanismo</b>					
<b>001 - Departamento de Planejamento</b>					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
04	Administração			643.000,00	643.000,00
04.451	Infra-Estrutura Urbana			643.000,00	643.000,00
04.451.0004	Planejamento urbanístico			643.000,00	643.000,00
04.451.0004.2020	Manutenção do Departamento de Planejamento			13.000,00	13.000,00
04.451.0004.2021	Folha de Pagamento do Departamento de Planejamento			630.000,00	630.000,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>643.000,00</b>	<b>643.000,00</b>
<b>002 - Departamento de Urbanismo</b>					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
04	Administração		100,00	92.100,00	92.200,00
04.451	Infra-Estrutura Urbana		100,00	92.100,00	92.200,00
04.451.0004	Planejamento urbanístico		100,00	92.100,00	92.200,00
04.451.0004.1002	Implantação do Projeto de Revitalização da Av do Comércio		100,00		100,00
04.451.0004.2022	Manutenção do Departamento de Urbanismo			16.000,00	16.000,00
04.451.0004.2023	Folha de Pagamento do Departamento de Urbanismo			76.000,00	76.000,00
04.451.0004.2025	Calçadas e Acessibilidade para o Pedestre			100,00	100,00
15	Urbanismo			100,00	100,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana			100,00	100,00
15.451.0004	Planejamento urbanístico			100,00	100,00
15.451.0004.2162	Elaboração de Projeto e Implantação de Acessibilidade			100,00	100,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>100,00</b>	<b>92.200,00</b>	<b>92.300,00</b>
<b>Total Órgão</b>		<b>0,00</b>	<b>100,00</b>	<b>735.200,00</b>	<b>735.300,00</b>
<b>07 - Secretaria de Desenvolv., Indústria e Comércio</b>					
<b>001 - Departamento de Desenvolvimento</b>					
Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total



**MUNICIPIO DE ITAPOÁ**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo 06 - Programa de Trabalho (por Órgão e Unidade Orçamentária)  
Entidade: Consolidado  
Ano LOA: 2016

Pág 3 / 8

11	Trabalho			95.000,00	95.000,00
11.334	Fomento ao Trabalho			95.000,00	95.000,00
11.334.0018	Desenvolvimento econômico do município			95.000,00	95.000,00
11.334.0018.2026	Manutenção do Departamento de Desenvolvimento			15.000,00	15.000,00
11.334.0018.2027	Folha de Pagamento do Dpto de Desenvolvimento			80.000,00	80.000,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>95.000,00</b>	<b>95.000,00</b>
<b>002 - Departamento de Indústria e Comércio</b>					
<b>Código</b>	<b>Especificação</b>	<b>Op. Especiais</b>	<b>Projetos</b>	<b>Atividades</b>	<b>Total</b>
22	Indústria			92.000,00	92.000,00
22.661	Promoção Industrial			92.000,00	92.000,00
22.661.0018	Desenvolvimento econômico do município			92.000,00	92.000,00
22.661.0018.2028	Manutenção do Departamento de Indústria e Comércio			15.000,00	15.000,00
22.661.0018.2029	Folha de Pagamento do Departamento de Indústria e Comércio			77.000,00	77.000,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>92.000,00</b>	<b>92.000,00</b>
<b>Total Órgão</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>187.000,00</b>	<b>187.000,00</b>
<b>08 - Secretaria de Esporte e Lazer</b>					
<b>001 - Dpto de Esporte</b>					
<b>Código</b>	<b>Especificação</b>	<b>Op. Especiais</b>	<b>Projetos</b>	<b>Atividades</b>	<b>Total</b>
27	Desporto e Lazer		116.010,00	530.500,00	646.510,00
27.812	Desporto Comunitário		116.010,00	530.500,00	646.510,00
27.812.0016	Esporte promovendo a integração da sociedade		116.010,00	530.500,00	646.510,00
27.812.0016.1010	Construção, Ampliação e Adequação de Estruturas Esportivas		35.000,00		35.000,00
27.812.0016.1011	Construção de Complexo de Quadra Esportiva na Av. das Nações		10,00		10,00
27.812.0016.1042	Construção de Pista de Skate no Bairro Samambaial		31.000,00		31.000,00
27.812.0016.1046	Cobertura da Quadra de Esportes do Samambaial		50.000,00		50.000,00
27.812.0016.2030	Manutenção do Departamento de Esporte			121.500,00	121.500,00
27.812.0016.2031	Folha de Pagamento do Departamento de Esporte			290.000,00	290.000,00
27.812.0016.2032	Incentivo à Prática de Atividades Físicas			55.000,00	55.000,00
27.812.0016.2033	Realização e Apoio a Eventos Esportivos			17.000,00	17.000,00
27.812.0016.2034	Manutenção e Reforma de Estruturas Esportivas			23.000,00	23.000,00
27.812.0016.2035	Incentivo ao Esporte Amador e Profissional			24.000,00	24.000,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>116.010,00</b>	<b>530.500,00</b>	<b>646.510,00</b>
<b>002 - Dpto de Lazer</b>					
<b>Código</b>	<b>Especificação</b>	<b>Op. Especiais</b>	<b>Projetos</b>	<b>Atividades</b>	<b>Total</b>
27	Desporto e Lazer		40.020,00	50.000,00	90.020,00
27.812	Desporto Comunitário		20,00		20,00
27.812.0016	Esporte promovendo a integração da sociedade		20,00		20,00
27.812.0016.1009	Construção e Revitalização de Praças Esportivas e de Lazer		20,00		20,00
27.813	Lazer		40.000,00	50.000,00	90.000,00
27.813.0016	Esporte promovendo a integração da sociedade		40.000,00	50.000,00	90.000,00
27.813.0016.1013	Projeto Verão		40.000,00		40.000,00
27.813.0016.2036	Manutenção do Departamento de Lazer			32.000,00	32.000,00
27.813.0016.2154	Gincama Esportiva, de Lazer e Cultural em Comemoração ao Aniversário de Itapoá			10.000,00	10.000,00
27.813.0016.2155	Incentivo à Prática de Lazer e Esporte			8.000,00	8.000,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>40.020,00</b>	<b>50.000,00</b>	<b>90.020,00</b>
<b>Total Órgão</b>		<b>0,00</b>	<b>156.030,00</b>	<b>580.500,00</b>	<b>736.530,00</b>
<b>09 - Secretaria de Agricultura e Pesca</b>					
<b>001 - Dpto de Agricultura</b>					
<b>Código</b>	<b>Especificação</b>	<b>Op. Especiais</b>	<b>Projetos</b>	<b>Atividades</b>	<b>Total</b>
20	Agricultura		200,00	400.300,00	400.500,00
20.608	Promoção da Produção Agropecuária		200,00	400.300,00	400.500,00
20.608.0012	Programa de incentivo ao agricultor familiar e ao pescador artesanal		200,00	400.300,00	400.500,00
20.608.0012.1014	Aquisição de Veículos, Equipamentos e Maquinários para a Agricultura		100,00		100,00
20.608.0012.1040	Construção do Mercado Público Municipal no Balneário Itapema do Norte		100,00		100,00
20.608.0012.2038	Manutenção do Departamento de Agricultura			58.500,00	58.500,00
20.608.0012.2039	Folha de Pagamento do Departamento de Agricultura			278.000,00	278.000,00
20.608.0012.2040	Implantação de Feiras Agrícolas			12.000,00	12.000,00



**MUNICIPIO DE ITAPOÁ**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo 06 - Programa de Trabalho (por Órgão e Unidade Orçamentária)  
Entidade: Consolidado  
Ano LOA: 2016

Pág 4 / 8

20.608.0012.2041	Transporte de Calcário e Aquisição de Adubos e Sementes			8.000,00	8.000,00
20.608.0012.2042	Horas Máquina			10.000,00	10.000,00
20.608.0012.2045	Serviço de Inspeção Municipal - Sim			3.000,00	3.000,00
20.608.0012.2149	Festa do Agricultor			10.000,00	10.000,00
20.608.0012.2151	Incentivo à Agricultura Familiar			6.800,00	6.800,00
20.608.0012.2152	Apoio ao Turismo Rural			3.000,00	3.000,00
20.608.0012.2167	CONTRATAÇÃO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA			11.000,00	11.000,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>200,00</b>	<b>400.300,00</b>	<b>400.500,00</b>
<b>002 - Dpto de Pesca</b>					
<b>Código</b>	<b>Especificação</b>	<b>Op. Especiais</b>	<b>Projetos</b>	<b>Atividades</b>	<b>Total</b>
20	Agricultura		36.900,00	137.600,00	174.500,00
20.608	Promoção da Produção Agropecuária		36.900,00	137.600,00	174.500,00
20.608.0012	Programa de incentivo ao agricultor familiar e ao pescador artesanal		36.900,00	137.600,00	174.500,00
20.608.0012.1015	Construção, Ampliação e Estruturação de Mercado de Peixe		6.900,00		6.900,00
20.608.0012.1016	Construção de Barracão para Oficina e Manutenção de Embarcação		10.000,00		10.000,00
20.608.0012.1017	Desassoreamento e Abertura do Canal do Rio Saí Mirim		20.000,00		20.000,00
20.608.0012.2047	Manutenção do Departamento de Pesca			39.600,00	39.600,00
20.608.0012.2048	Folha de Pagamento do Departamento de Pesca			67.000,00	67.000,00
20.608.0012.2050	Desenvolvimento da Pesca Artesanal			10.000,00	10.000,00
20.608.0012.2153	Apoio à Festa do Pescador			10.000,00	10.000,00
20.608.0012.2167	CONTRATAÇÃO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA			11.000,00	11.000,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>36.900,00</b>	<b>137.600,00</b>	<b>174.500,00</b>
<b>Total Órgão</b>		<b>0,00</b>	<b>37.100,00</b>	<b>537.900,00</b>	<b>575.000,00</b>
<b>10 - Secretaria Turismo, Meio Ambiente e Cult</b>					
<b>001 - Departamento de Turismo</b>					
<b>Código</b>	<b>Especificação</b>	<b>Op. Especiais</b>	<b>Projetos</b>	<b>Atividades</b>	<b>Total</b>
23	Comércio e Serviços		198.000,00	322.060,00	520.060,00
23.695	Turismo		198.000,00	322.060,00	520.060,00
23.695.0006	Itapoá turística "viva esta cidade"		198.000,00	322.060,00	520.060,00
23.695.0006.1018	Construção e Ampliação de Estrutura Turística		198.000,00		198.000,00
23.695.0006.2051	Manutenção do Departamento de Turismo			52.000,00	52.000,00
23.695.0006.2052	Folha de Pagamento do Departamento de Turismo			145.000,00	145.000,00
23.695.0006.2053	Divulgação Turística			5.050,00	5.050,00
23.695.0006.2054	Realização e Apoio a Eventos Turísticos			40.000,00	40.000,00
23.695.0006.2157	Apoio ao Evento Clube Trilheiros Italama			50.010,00	50.010,00
23.695.0006.2172	Apoio ao CTG Fronteira do Litoral			30.000,00	30.000,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>198.000,00</b>	<b>322.060,00</b>	<b>520.060,00</b>
<b>002 - Departamento de Meio Ambiente</b>					
<b>Código</b>	<b>Especificação</b>	<b>Op. Especiais</b>	<b>Projetos</b>	<b>Atividades</b>	<b>Total</b>
18	Gestão Ambiental		2.300,00	471.370,00	473.670,00
18.541	Preservação e Conservação Ambiental		2.300,00	471.370,00	473.670,00
18.541.0007	Desburocratização do sistema ambiental		2.300,00	471.370,00	473.670,00
18.541.0007.1021	Construção e Ampliação de Estruturas para Rotas Ecológicas		2.000,00		2.000,00
18.541.0007.1022	Desassoreamento e Dragagem de Rios		100,00		100,00
18.541.0007.1023	Implantação de Parques Ecológicos		100,00		100,00
18.541.0007.1044	Construção de Cerca nos Limites do Parque Carijós		100,00		100,00
18.541.0007.2055	Elaboração e Execução de Projetos			11.000,00	11.000,00
18.541.0007.2056	Manutenção do Departamento de Meio Ambiente			210.000,00	210.000,00
18.541.0007.2057	Folha de Pagamento do Departamento de Meio Ambiente			240.000,00	240.000,00
18.541.0007.2060	Projetos Integrados de Educação Ambiental			2.050,00	2.050,00
18.541.0007.2063	Manutenção e Segurança Estrutural de Parques			3.000,00	3.000,00
18.541.0007.2064	Monitoramento do Processo Erosivo			100,00	100,00
18.541.0007.2065	Monitoramento e Controle da Qualidade Ambiental			5.100,00	5.100,00
18.541.0007.2144	Implantação do Plano de Manejo do Parque Carijós			100,00	100,00
18.541.0007.2160	Implantação do Parque Linear de Preservação do Rio Saí Mirim e Saí Guaçu			20,00	20,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>2.300,00</b>	<b>471.370,00</b>	<b>473.670,00</b>
<b>003 - Dpto de Cultura</b>					
<b>Código</b>	<b>Especificação</b>	<b>Op.</b>	<b>Projetos</b>	<b>Atividades</b>	<b>Total</b>





**MUNICIPIO DE ITAPOÁ**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo 06 - Programa de Trabalho (por Órgão e Unidade Orçamentária)  
Entidade: Consolidado  
Ano LOA: 2016

Pág 5 / 8

13	Cultura	<b>Especiais</b>		215.150,00	215.150,00
13.392	Difusão Cultural			215.150,00	215.150,00
13.392.0008	Resgatando nossa cultura			215.150,00	215.150,00
13.392.0008.2067	Manutenção do Departamento de Cultura			39.000,00	39.000,00
13.392.0008.2068	Folha de Pagamento do Departamento de Cultura			110.000,00	110.000,00
13.392.0008.2069	Manutenção da Casa da Cultura			5.000,00	5.000,00
13.392.0008.2070	Promoção e Apoio a Eventos Culturais			56.000,00	56.000,00
13.392.0008.2071	Escola de Diversidade Cultural			100,00	100,00
13.392.0008.2072	Valorização do Artista e Artesão Local			5.050,00	5.050,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>215.150,00</b>	<b>215.150,00</b>
<b>004 - FMMA - Fundo Municipal do Meio Ambiente</b>					
<b>Código</b>	<b>Especificação</b>	<b>Op. Especiais</b>	<b>Projetos</b>	<b>Atividades</b>	<b>Total</b>
18	Gestão Ambiental			60,00	60,00
18.541	Preservação e Conservação Ambiental			60,00	60,00
18.541.0007	Desburocratização do sistema ambiental			60,00	60,00
18.541.0007.2166	MANUTENÇÃO DO FMMA			60,00	60,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>60,00</b>	<b>60,00</b>
<b>Total Órgão</b>		<b>0,00</b>	<b>200.300,00</b>	<b>1.008.640,00</b>	<b>1.208.940,00</b>
<b>11 - Secretaria de Obras e Servicos Publicos</b>					
<b>001 - Dpto de Obras</b>					
<b>Código</b>	<b>Especificação</b>	<b>Op. Especiais</b>	<b>Projetos</b>	<b>Atividades</b>	<b>Total</b>
15	Urbanismo		300,00	4.323.350,00	4.323.650,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana		300,00	4.323.350,00	4.323.650,00
15.451.0009	Administração e execução de obras e serviços públicos		300,00	4.323.350,00	4.323.650,00
15.451.0009.1026	Estação Rodoviária		100,00		100,00
15.451.0009.1027	Ciclovias		100,00		100,00
15.451.0009.1028	Pavimentação de Ruas		100,00		100,00
15.451.0009.2074	Manutenção do Departamento de Obras			742.350,00	742.350,00
15.451.0009.2075	Folha de Pagamento do Departamento de Obras			1.730.000,00	1.730.000,00
15.451.0009.2076	Ensaibramento de Vias Públicas			751.000,00	751.000,00
15.451.0009.2077	Aquisição e Manutenção de Veículos, Maquinários e Equipamentos			900.000,00	900.000,00
15.451.0009.2161	Horas Máquinas			200.000,00	200.000,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>300,00</b>	<b>4.323.350,00</b>	<b>4.323.650,00</b>
<b>002 - Dpto de Servicos Publicos</b>					
<b>Código</b>	<b>Especificação</b>	<b>Op. Especiais</b>	<b>Projetos</b>	<b>Atividades</b>	<b>Total</b>
15	Urbanismo			2.472.350,00	2.472.350,00
15.452	Servicos Urbanos			2.472.350,00	2.472.350,00
15.452.0009	Administração e execução de obras e serviços públicos			2.472.350,00	2.472.350,00
15.452.0009.2078	Manutenção do Departamento de Serviços Públicos			582.350,00	582.350,00
15.452.0009.2080	Estruturação e Manutenção do Cemitério da Jaca			90.000,00	90.000,00
15.452.0009.2081	Rede Pública de Iluminação			1.800.000,00	1.800.000,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.472.350,00</b>	<b>2.472.350,00</b>
<b>003 - Fundo Municipal de Saneamento Básico</b>					
<b>Código</b>	<b>Especificação</b>	<b>Op. Especiais</b>	<b>Projetos</b>	<b>Atividades</b>	<b>Total</b>
17	Saneamento			3.185.000,00	3.185.000,00
17.512	Saneamento Básico Urbano			3.185.000,00	3.185.000,00
17.512.0010	Saneamento básico			3.185.000,00	3.185.000,00
17.512.0010.2082	Manutenção do Fmsb			5.000,00	5.000,00
17.512.0010.2083	Limpeza Pública Urbana			800.000,00	800.000,00
17.512.0010.2084	Manejo de Resíduos Sólidos			1.950.000,00	1.950.000,00
17.512.0010.2086	Manutenção e Preservação do Rio Sai Mirim			100.000,00	100.000,00
17.512.0010.2156	Drenagem e Manejo das Águas Pluviais Urbanas			330.000,00	330.000,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.185.000,00</b>	<b>3.185.000,00</b>
<b>Total Órgão</b>		<b>0,00</b>	<b>300,00</b>	<b>9.980.700,00</b>	<b>9.981.000,00</b>
<b>12 - Fundo Municipal da Infância e Adolescência</b>					
<b>001 - Fundo Municipal da Infância e Adolescência</b>					
<b>Código</b>	<b>Especificação</b>	<b>Op. Especiais</b>	<b>Projetos</b>	<b>Atividades</b>	<b>Total</b>
08	Assistência Social			12.000,00	12.000,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente			12.000,00	12.000,00
08.243.0011	Programa de atenção às crianças e adolescentes			12.000,00	12.000,00



**MUNICIPIO DE ITAPOÁ**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo 06 - Programa de Trabalho (por Órgão e Unidade Orçamentária)  
Entidade: Consolidado  
Ano LOA: 2016

Pág 6 / 8

08.243.0011.2087	Capacitação de Conselheiros do Fia			1.000,00	1.000,00
08.243.0011.2088	Manutenção do Fia			2.000,00	2.000,00
08.243.0011.2089	Ação Direta com Crianças e Adolescentes			9.000,00	9.000,00
	<b>Total Unidade</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>12.000,00</b>	<b>12.000,00</b>
	<b>Total Órgão</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>12.000,00</b>	<b>12.000,00</b>
<b>13 - Fundo Municipal de Educacao</b>					
<b>001 - Ensino Fundamental</b>					
<b>Código</b>	<b>Especificação</b>	<b>Op. Especiais</b>	<b>Projetos</b>	<b>Atividades</b>	<b>Total</b>
12	Educação		550.020,00	19.089.350,90	19.639.370,90
12.361	Ensino Fundamental		550.020,00	19.089.350,90	19.639.370,90
12.361.0021	Educação fundamental e infantil		550.020,00	19.089.350,90	19.639.370,90
12.361.0021.1029	Desapropriação de Imóvel		10,00		10,00
12.361.0021.1030	Construção / Ampliação e Reformas		550.010,00		550.010,00
12.361.0021.2090	Manutenção da Secretaria de Educação			250.010,00	250.010,00
12.361.0021.2091	Folha de Pagamento dos Profissionais da Secretaria de Educação			2.723.000,00	2.723.000,00
12.361.0021.2092	Material de Distribuição Gratuita			60.000,00	60.000,00
12.361.0021.2093	Merenda Escolar			331.000,00	331.000,00
12.361.0021.2094	Transporte Escolar Municipal			360.000,00	360.000,00
12.361.0021.2095	Manutenção do Ensino Fundamental			3.254.330,90	3.254.330,90
12.361.0021.2096	Folha de Pagamento dos Profissionais da Educação Fundamental			12.031.000,00	12.031.000,00
12.361.0021.2097	Gestão Financeira Democrática das Escolas - Pdde			80.000,00	80.000,00
12.361.0021.2193	Projeto Ampliação da Jornada Escolar			10,00	10,00
	<b>Total Unidade</b>	<b>0,00</b>	<b>550.020,00</b>	<b>19.089.350,90</b>	<b>19.639.370,90</b>
				<b>0</b>	<b>0</b>
<b>002 - Ensino Infantil</b>					
<b>Código</b>	<b>Especificação</b>	<b>Op. Especiais</b>	<b>Projetos</b>	<b>Atividades</b>	<b>Total</b>
12	Educação		30,00	5.487.100,00	5.487.130,00
12.365	Educação Infantil		30,00	5.487.100,00	5.487.130,00
12.365.0021	Educação fundamental e infantil		30,00	5.487.100,00	5.487.130,00
12.365.0021.1031	Desapropriação de Imóvel		10,00		10,00
12.365.0021.1032	Construção / Ampliação e Reformas		20,00		20,00
12.365.0021.2098	Manutenção do Ensino Infantil			746.000,00	746.000,00
12.365.0021.2099	Material de Distribuição Gratuita			35.000,00	35.000,00
12.365.0021.2100	Transporte Escolar Municipal			111.100,00	111.100,00
12.365.0021.2101	Folha de Pagamento dos Profissionais da Educação Infantil			4.287.000,00	4.287.000,00
12.365.0021.2102	Merenda Escolar das Creches			135.000,00	135.000,00
12.365.0021.2103	Merenda Escolar da Pré-escola			148.000,00	148.000,00
12.365.0021.2104	Gestão Financeira Democrática das Escolas - Pdde			25.000,00	25.000,00
	<b>Total Unidade</b>	<b>0,00</b>	<b>30,00</b>	<b>5.487.100,00</b>	<b>5.487.130,00</b>
<b>003 - Ensino Fundamental / Eja</b>					
<b>Código</b>	<b>Especificação</b>	<b>Op. Especiais</b>	<b>Projetos</b>	<b>Atividades</b>	<b>Total</b>
12	Educação		4.000,00	784.390,00	788.390,00
12.361	Ensino Fundamental		4.000,00		4.000,00
12.361.0021	Educação fundamental e infantil		4.000,00		4.000,00
12.361.0021.1045	Cobertura da Quadra de Esporte da Escola Frei Valentim		4.000,00		4.000,00
12.366	Educação de Jovens e Adultos			784.390,00	784.390,00
12.366.0021	Educação fundamental e infantil			784.390,00	784.390,00
12.366.0021.2105	Transporte Escolar Municipal Eja			40.000,00	40.000,00
12.366.0021.2106	Folha de Pagamento dos Profissionais do Eja			683.390,00	683.390,00
12.366.0021.2107	Manutenção do Eja			43.000,00	43.000,00
12.366.0021.2108	Merenda Escolar do Eja			18.000,00	18.000,00
	<b>Total Unidade</b>	<b>0,00</b>	<b>4.000,00</b>	<b>784.390,00</b>	<b>788.390,00</b>
<b>004 - Ensino Médio</b>					
<b>Código</b>	<b>Especificação</b>	<b>Op. Especiais</b>	<b>Projetos</b>	<b>Atividades</b>	<b>Total</b>
12	Educação			710.000,00	710.000,00
12.362	Ensino Médio			710.000,00	710.000,00
12.362.0022	Ensino médio e superior			710.000,00	710.000,00
12.362.0022.2109	Transporte Escolar Municipal Ensino Médio			680.000,00	680.000,00



**MUNICIPIO DE ITAPOÁ**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo 06 - Programa de Trabalho (por Órgão e Unidade Orçamentária)  
Entidade: Consolidado  
Ano LOA: 2016

Pág 7 / 8

12.362.0022.2163	Convênio com a APP da Escola Estadual Nereu Ramos			30.000,00	30.000,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>710.000,00</b>	<b>710.000,00</b>
<b>005 - Ensino Superior</b>					
<b>Código</b>	<b>Especificação</b>	<b>Op. Especiais</b>	<b>Projetos</b>	<b>Atividades</b>	<b>Total</b>
12	Educação			938.000,00	938.000,00
12.364	Ensino Superior			938.000,00	938.000,00
12.364.0022	Ensino médio e superior			938.000,00	938.000,00
12.364.0022.2110	Manutenção do Transporte Universitário			938.000,00	938.000,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>938.000,00</b>	<b>938.000,00</b>
<b>006 - Ensino Especial</b>					
<b>Código</b>	<b>Especificação</b>	<b>Op. Especiais</b>	<b>Projetos</b>	<b>Atividades</b>	<b>Total</b>
12	Educação			150.000,00	150.000,00
12.367	Educação Especial			150.000,00	150.000,00
12.367.0021	Educação fundamental e infantil			150.000,00	150.000,00
12.367.0021.2164	SUBVENÇÃO SOCIAL EDUCAÇÃO ESPECIAL			150.000,00	150.000,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>150.000,00</b>	<b>150.000,00</b>
<b>Total Órgão</b>		<b>0,00</b>	<b>554.050,00</b>	<b>27.158.840,90</b>	<b>27.712.890,90</b>
<b>14 - Fundo Municipal de Saúde</b>					
<b>001 - Fundo Municipal de Saúde</b>					
<b>Código</b>	<b>Especificação</b>	<b>Op. Especiais</b>	<b>Projetos</b>	<b>Atividades</b>	<b>Total</b>
10	Saúde		20,00	15.232.295,75	15.232.315,75
10.301	Atenção Básica		20,00	15.040.575,75	15.040.595,75
10.301.0013	Assistência médica e saúde preventiva		20,00	15.040.575,75	15.040.595,75
10.301.0013.1033	Construção / Ampliação e Reforma de Unidades Básicas de Saúde		20,00		20,00
10.301.0013.2111	Manutenção da Saúde Bucal			25.000,00	25.000,00
10.301.0013.2112	Programa de Assistência Farmacêutica Básica			695.000,00	695.000,00
10.301.0013.2113	Manutenção das Unidades Básicas de Saúde da Família			843.000,00	843.000,00
10.301.0013.2114	Manutenção do Centro de Reabilitação			99.000,00	99.000,00
10.301.0013.2115	Manutenção do Pa 24 Horas			658.000,00	658.000,00
10.301.0013.2116	Repasse ao Cis / Amunesc			231.277,20	231.277,20
10.301.0013.2117	Plantões Médicos			1.000.000,00	1.000.000,00
10.301.0013.2118	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde			1.513.970,00	1.513.970,00
10.301.0013.2141	Manutenção e Desenvolvimento das Ações do Cms			15.000,00	15.000,00
10.301.0013.2142	Folha de Pagamento do Fms			9.960.328,55	9.960.328,55
10.303	Suporte Profilático e Terapêutico			10,00	10,00
10.303.0013	Assistência médica e saúde preventiva			10,00	10,00
10.303.0013.2158	Implantação, Estruturação e Manutenção do Caps			10,00	10,00
10.304	Vigilância Sanitária			135.000,00	135.000,00
10.304.0013	Assistência médica e saúde preventiva			135.000,00	135.000,00
10.304.0013.2120	Manutenção da Vigilância Sanitária			79.000,00	79.000,00
10.304.0013.2121	Convênio com Entidade Protetora de Animais			56.000,00	56.000,00
10.305	Vigilância Epidemiológica			56.710,00	56.710,00
10.305.0013	Assistência médica e saúde preventiva			56.710,00	56.710,00
10.305.0013.2119	Manutenção da Vigilância Epidemiológica			56.710,00	56.710,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>20,00</b>	<b>15.232.295,75</b>	<b>15.232.315,75</b>
<b>Total Órgão</b>		<b>0,00</b>	<b>20,00</b>	<b>15.232.295,75</b>	<b>15.232.315,75</b>
<b>15 - Fundo Municipal de Assistência Social</b>					
<b>001 - Fundo Municipal de Assistência Social</b>					
<b>Código</b>	<b>Especificação</b>	<b>Op. Especiais</b>	<b>Projetos</b>	<b>Atividades</b>	<b>Total</b>
08	Assistência Social			1.889.960,00	1.889.960,00
08.241	Assistência ao Idoso			64.339,00	64.339,00
08.241.0005	Assistência social			64.339,00	64.339,00
08.241.0005.2126	Manutenção do Centro de Convivência do Idoso			10.240,00	10.240,00
08.241.0005.2128	Programa de Atendimento Domiciliar ao Idoso/deficiente			13.099,00	13.099,00
08.241.0005.2165	REPASSE À ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL			41.000,00	41.000,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente			120.149,00	120.149,00
08.243.0005	Assistência social			120.149,00	120.149,00



**MUNICÍPIO DE ITAPOÁ**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo 06 - Programa de Trabalho (por Órgão e Unidade Orçamentária)  
Entidade: Consolidado  
Ano LOA: 2016

Pág 8 / 8

08.243.0005.2124	Manutenção do Abrigo Provisório			120.149,00	120.149,00
08.244	Assistência Comunitária			1.705.472,00	1.705.472,00
08.244.0005	Assistência social			1.705.472,00	1.705.472,00
08.244.0005.2122	Manutenção do Fmas			207.232,00	207.232,00
08.244.0005.2123	Manutenção do Cras			158.238,00	158.238,00
08.244.0005.2127	Benefícios Eventuais			174.196,00	174.196,00
08.244.0005.2129	Manutenção e Desenvolvimento das Ações dos Conselhos			9.706,00	9.706,00
08.244.0005.2130	Programa Ação Direta com as Famílias - Paif			78.000,00	78.000,00
08.244.0005.2132	Programa de Medida Sócia Educativa - Pmse			13.100,00	13.100,00
08.244.0005.2143	Folha de Pagamento do Fmas			1.060.000,00	1.060.000,00
08.244.0005.2173	Apoio à Associação de Moradores do Bairro São José			5.000,00	5.000,00
	<b>Total Unidade</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.889.960,00</b>	<b>1.889.960,00</b>
	<b>Total Órgão</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.889.960,00</b>	<b>1.889.960,00</b>
<b>16 - Ipesi-inst.prev.soc.serv.pub.mun.itapoa</b>					
<b>001 - Ipesi</b>					
<b>Código</b>	<b>Especificação</b>	<b>Op. Especiais</b>	<b>Projetos</b>	<b>Atividades</b>	<b>Total</b>
09	Previdência Social			3.215.000,00	3.215.000,00
09.272	Previdência do Regime Estatutário			3.215.000,00	3.215.000,00
09.272.0014	Previdência social do servidor municipal			3.215.000,00	3.215.000,00
09.272.0014.2134	Benefícios de Aposentadoria			2.500.000,00	2.500.000,00
09.272.0014.2135	Outros Benefícios Previdenciários			500.000,00	500.000,00
09.272.0014.2136	Manutenção do Ipesi			185.000,00	185.000,00
09.272.0014.2137	Capacitação de Servidores e Conselheiros			15.000,00	15.000,00
09.272.0014.2168	Preparação para Aposentadoria e Acolhimento do Inativo			15.000,00	15.000,00
99	Reserva de Contingência			7.946.000,00	7.946.000,00
99.997	Reserva do RPPS			7.946.000,00	7.946.000,00
99.997.0014	Previdência social do servidor municipal			7.946.000,00	7.946.000,00
99.997.0014.2138	Reserva de Contingência do Ipesi			7.946.000,00	7.946.000,00
	<b>Total Unidade</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>11.161.000,0</b>	<b>11.161.000,0</b>
	<b>Total Órgão</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>11.161.000,0</b>	<b>11.161.000,0</b>
<b>17 - Funrebom-fund.mun.c.bombeiros</b>					
<b>001 - Dpto do Funrebom</b>					
<b>Código</b>	<b>Especificação</b>	<b>Op. Especiais</b>	<b>Projetos</b>	<b>Atividades</b>	<b>Total</b>
06	Segurança Pública			260.000,00	260.000,00
06.182	Defesa Civil			260.000,00	260.000,00
06.182.0015	Corpo de bombeiros militar de itapoá			260.000,00	260.000,00
06.182.0015.2139	Manutenção do Funrebom			260.000,00	260.000,00
	<b>Total Unidade</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>260.000,00</b>	<b>260.000,00</b>
	<b>Total Órgão</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>260.000,00</b>	<b>260.000,00</b>
<b>26 - Reserva de Contingencia</b>					
<b>001 - Reserva de Contingencia</b>					
<b>Código</b>	<b>Especificação</b>	<b>Op. Especiais</b>	<b>Projetos</b>	<b>Atividades</b>	<b>Total</b>
99	Reserva de Contingência	200.000,00			200.000,00
99.999	Reserva de contingência	200.000,00			200.000,00
99.999.0019	Reserva de contingência	200.000,00			200.000,00
99.999.0019.9001	Reserva de Contingência	200.000,00			200.000,00
	<b>Total Unidade</b>	<b>200.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>200.000,00</b>
	<b>Total Órgão</b>	<b>200.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>200.000,00</b>
	<b>Total Geral</b>	<b>200.000,00</b>	<b>948.000,00</b>	<b>80.174.170,0</b>	<b>81.322.170,0</b>

ORDENADOR DA DESPESA  
Secretário

CONTADOR  
Contador

## ANEXO V DA LM 635/2015



## MUNICÍPIO DE ITAPOÁ

## Planejamento e Orçamento

## Anexo 07 - Programa de Trabalho por Função/Subfunção/Programa/Ação

Entidade: Consolidado

Ano LOA: 2016

Pág 1 / 5

ANEXO 7 da Lei 4.320/64 - ADENDO VI Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Funcional Programática

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
01	Legislativa			2.800.000,00	2.800.000,00
01.031	Acao Legislativa			2.800.000,00	2.800.000,00
01.031.0001	Gestão do poder legislativo			2.800.000,00	2.800.000,00
01.031.0001.2001	Manutenção da Câmara Municipal			2.800.000,00	2.800.000,00
02	Judiciária			640.000,00	640.000,00
02.061	Ação Judiciária			640.000,00	640.000,00
02.061.0017	Procuradoria jurídica			640.000,00	640.000,00
02.061.0017.2012	Manutenção da Procuradoria Jurídica			35.000,00	35.000,00
02.061.0017.2013	Folha de Pagamento da Procuradoria Jurídica			515.000,00	515.000,00
02.061.0017.2014	Honorários de Sucumbência			90.000,00	90.000,00
04	Administração		200,00	8.720.233,35	8.720.433,35
04.122	Administracao Geral		100,00	7.862.133,35	7.862.233,35
04.122.0002	Gestão de políticas públicas		100,00	1.811.230,00	1.811.330,00
04.122.0002.1001	Parceria C/ Estado P/ Implantação da Cia Polícia Militar		100,00		100,00
04.122.0002.2004	Manutenção do Gabinete do Prefeito			20.990,00	20.990,00
04.122.0002.2005	Folha de Pagamento do Gabinete do Prefeito			1.295.000,00	1.295.000,00
04.122.0002.2006	Contratação de Estagiários			175.000,00	175.000,00
04.122.0002.2007	Ciga - Consórcio de Informática na Gestão Pública			8.240,00	8.240,00
04.122.0002.2008	Convênio com a Secretaria de Segurança Pública			49.000,00	49.000,00
04.122.0002.2010	Manutenção do Gabinete do Vice-prefeito			10.000,00	10.000,00
04.122.0002.2011	Folha de Pagamento do Gabinete do Vice-prefeito			253.000,00	253.000,00
04.122.0003	Gestão gerencial e administrativa			6.050.903,35	6.050.903,35
04.122.0003.2009	Subvenção Social			5.000,00	5.000,00
04.122.0003.2015	Manutenção do Departamento de Administração			1.285.903,35	1.285.903,35
04.122.0003.2016	Folha de Pagamento do Departamento de Administração			1.650.000,00	1.650.000,00
04.122.0003.2017	Convênio da Legislação do Trânsito			130.000,00	130.000,00
04.122.0003.2018	Manutenção do Departamento de Finanças			80.000,00	80.000,00
04.122.0003.2019	Folha de Pagamento do Departamento de Finanças			1.660.000,00	1.660.000,00
04.122.0003.2169	PASEP E TARIFAS BANCÁRIAS			1.050.000,00	1.050.000,00
04.122.0003.2170	PARCELAMENTO DA DÍVIDA PREVIDENCIÁRIA RPPS			130.000,00	130.000,00
04.122.0003.2174	Convênio com o Lar dos Idosos			5.000,00	5.000,00
04.122.0003.2175	Cov com a Assoc Proteção da Reserva do mangue da Barra do Sai (APREMAI)			5.000,00	5.000,00
04.122.0003.2176	Conv Ass Moradores de Itapoá - Centro (AMIC)			5.000,00	5.000,00
04.122.0003.2177	Conv Ass Itapoense de Surf (AIS)			5.000,00	5.000,00
04.122.0003.2178	Conv Ass Comunitária do Pontal e Figueira (ACOPOF)			5.000,00	5.000,00
04.122.0003.2179	Conv com o Marumbi Futebol Clube do Pontal (MFC)			5.000,00	5.000,00
04.122.0003.2180	Con Ass Com Itapema do Norte (ACOIN)			5.000,00	5.000,00
04.122.0003.2181	Con Ass Catadores e Carroceiros de Itapoá (ACCI)			5.000,00	5.000,00
04.122.0003.2182	Conv Liga Itapoense de Futebol (LITA)			5.000,00	5.000,00
04.122.0003.2183	Conv Ass Protetora de Animais de Itapoá (ASOPAI)			5.000,00	5.000,00
04.122.0003.2184	Conv Grupo de Salvamento Aquático de Itapoá (GSAI)			5.000,00	5.000,00
04.122.0003.2185	Conv Ass Cultural, Esportiva, Recreativa e Assistencial dos Moradores da Gleba I de Itapoá (ACERANGI)			5.000,00	5.000,00
04.124	Controle Interno			123.000,00	123.000,00
04.124.0003	Gestão gerencial e administrativa			123.000,00	123.000,00
04.124.0003.2002	Manutenção da Controladoria Interna			3.000,00	3.000,00
04.124.0003.2003	Folha de Pagamento da Controladoria Interna			120.000,00	120.000,00
04.451	Infra-Estrutura Urbana		100,00	735.100,00	735.200,00
04.451.0004	Planejamento urbanístico		100,00	735.100,00	735.200,00
04.451.0004.1002	Implantação do Projeto de Revitalização da Av do Comércio		100,00		100,00
04.451.0004.2020	Manutenção do Departamento de Planejamento			13.000,00	13.000,00
04.451.0004.2021	Folha de Pagamento do Departamento de Planejamento			630.000,00	630.000,00
04.451.0004.2022	Manutenção do Departamento de Urbanismo			16.000,00	16.000,00
04.451.0004.2023	Folha de Pagamento do Departamento de Urbanismo			76.000,00	76.000,00
04.451.0004.2025	Calçadas e Acessibilidade para o Pedestre			100,00	100,00
06	Segurança Pública			265.000,00	265.000,00
06.182	Defesa Civil			265.000,00	265.000,00
06.182.0015	Corpo de bombeiros militar de itapoá			260.000,00	260.000,00
06.182.0015.2139	Manutenção do Funrebom			260.000,00	260.000,00
06.182.0020	Fundo municipal da defesa civil			5.000,00	5.000,00

IPM - Informática Ltda

Identificador: WPL291101-718-KZYGGQ-189679203 - Emitido por: WILMARA JAQUELINE MADEIRA PITTA

05/01/2016 08:39



**MUNICIPIO DE ITAPOÁ**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo 07 - Programa de Trabalho por Função/Subfunção/Programa/Ação  
Entidade: Consolidado  
Ano LOA: 2016

Pág 2 / 5

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
06.182.0020.2140	Manutenção do Fundo da Defesa Civil			5.000,00	5.000,00
08	Assistência Social			1.901.960,00	1.901.960,00
08.241	Assistência ao Idoso			64.339,00	64.339,00
08.241.0005	Assistência social			64.339,00	64.339,00
08.241.0005.2126	Manutenção do Centro de Convivência do Idoso			10.240,00	10.240,00
08.241.0005.2128	Programa de Atendimento Domiciliar ao Idoso/deficiente			13.099,00	13.099,00
08.241.0005.2165	REPASSE À ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL			41.000,00	41.000,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente			132.149,00	132.149,00
08.243.0005	Assistência social			120.149,00	120.149,00
08.243.0005.2124	Manutenção do Abrigo Provisório			120.149,00	120.149,00
08.243.0011	Programa de atenção às crianças e adolescentes			12.000,00	12.000,00
08.243.0011.2087	Capacitação de Conselheiros do Fia			1.000,00	1.000,00
08.243.0011.2088	Manutenção do Fia			2.000,00	2.000,00
08.243.0011.2089	Ação Direta com Crianças e Adolescentes			9.000,00	9.000,00
08.244	Assistência Comunitária			1.705.472,00	1.705.472,00
08.244.0005	Assistência social			1.705.472,00	1.705.472,00
08.244.0005.2122	Manutenção do Fmas			207.232,00	207.232,00
08.244.0005.2123	Manutenção do Cras			158.238,00	158.238,00
08.244.0005.2127	Benefícios Eventuais			174.196,00	174.196,00
08.244.0005.2129	Manutenção e Desenvolvimento das Ações dos Conselhos			9.706,00	9.706,00
08.244.0005.2130	Programa Ação Direta com as Famílias - Paif			78.000,00	78.000,00
08.244.0005.2132	Programa de Medida Sócia Educativa - Pmse			13.100,00	13.100,00
08.244.0005.2143	Folha de Pagamento do Fmas			1.060.000,00	1.060.000,00
08.244.0005.2173	Apoio à Associação de Moradores do Bairro São José			5.000,00	5.000,00
09	Previdência Social			3.215.000,00	3.215.000,00
09.272	Previdência do Regime Estatutário			3.215.000,00	3.215.000,00
09.272.0014	Previdência social do servidor municipal			3.215.000,00	3.215.000,00
09.272.0014.2134	Benefícios de Aposentadoria			2.500.000,00	2.500.000,00
09.272.0014.2135	Outros Benefícios Previdenciários			500.000,00	500.000,00
09.272.0014.2136	Manutenção do Ipesi			185.000,00	185.000,00
09.272.0014.2137	Capacitação de Servidores e Conselheiros			15.000,00	15.000,00
09.272.0014.2168	Preparação para Aposentadoria e Acolhimento do Inativo			15.000,00	15.000,00
10	Saúde		20,00	15.232.295,7	15.232.315,7
				5	5
10.301	Atenção Básica		20,00	15.040.575,7	15.040.595,7
				5	5
10.301.0013	Assistência médica e saúde preventiva		20,00	15.040.575,7	15.040.595,7
				5	5
10.301.0013.1033	Construção / Ampliação e Reforma de Unidades Básicas de Saúde		20,00		20,00
10.301.0013.2111	Manutenção da Saúde Bucal			25.000,00	25.000,00
10.301.0013.2112	Programa de Assistência Farmacêutica Básica			695.000,00	695.000,00
10.301.0013.2113	Manutenção das Unidades Básicas de Saúde da Família			843.000,00	843.000,00
10.301.0013.2114	Manutenção do Centro de Reabilitação			99.000,00	99.000,00
10.301.0013.2115	Manutenção do Pa 24 Horas			658.000,00	658.000,00
10.301.0013.2116	Repasse ao Cis / Amunesc			231.277,20	231.277,20
10.301.0013.2117	Plantões Médicos			1.000.000,00	1.000.000,00
10.301.0013.2118	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde			1.513.970,00	1.513.970,00
10.301.0013.2141	Manutenção e Desenvolvimento das Ações do Cms			15.000,00	15.000,00
10.301.0013.2142	Folha de Pagamento do Fms			9.960.328,55	9.960.328,55
10.303	Suporte Profilático e Terapêutico			10,00	10,00
10.303.0013	Assistência médica e saúde preventiva			10,00	10,00
10.303.0013.2158	Implantação, Estruturação e Manutenção do Caps			10,00	10,00
10.304	Vigilância Sanitária			135.000,00	135.000,00
10.304.0013	Assistência médica e saúde preventiva			135.000,00	135.000,00
10.304.0013.2120	Manutenção da Vigilância Sanitária			79.000,00	79.000,00
10.304.0013.2121	Convênio com Entidade Protetora de Animais			56.000,00	56.000,00
10.305	Vigilância Epidemiológica			56.710,00	56.710,00
10.305.0013	Assistência médica e saúde preventiva			56.710,00	56.710,00
10.305.0013.2119	Manutenção da Vigilância Epidemiológica			56.710,00	56.710,00
11	Trabalho			95.000,00	95.000,00
11.334	Fomento ao Trabalho			95.000,00	95.000,00





**MUNICIPIO DE ITAPOÁ**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo 07 - Programa de Trabalho por Função/Subfunção/Programa/Ação  
Entidade: Consolidado  
Ano LOA: 2016

Pág 3 / 5

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
11.334.0018	Desenvolvimento econômico do município			95.000,00	95.000,00
11.334.0018.2026	Manutenção do Departamento de Desenvolvimento			15.000,00	15.000,00
11.334.0018.2027	Folha de Pagamento do Dpto de Desenvolvimento			80.000,00	80.000,00
12	Educação		554.050,00	27.158.840,90	27.712.890,90
				0	0
12.361	Ensino Fundamental		554.020,00	19.089.350,90	19.643.370,90
				0	0
12.361.0021	Educação fundamental e infantil		554.020,00	19.089.350,90	19.643.370,90
				0	0
12.361.0021.1029	Desapropriação de Imóvel		10,00		10,00
12.361.0021.1030	Construção / Ampliação e Reformas		550.010,00		550.010,00
12.361.0021.1045	Cobertura da Quadra de Esporte da Escola Frei Valentim		4.000,00		4.000,00
12.361.0021.2090	Manutenção da Secretaria de Educação			250.010,00	250.010,00
12.361.0021.2091	Folha de Pagamento dos Profissionais da Secretaria de Educação			2.723.000,00	2.723.000,00
12.361.0021.2092	Material de Distribuição Gratuita			60.000,00	60.000,00
12.361.0021.2093	Merenda Escolar			331.000,00	331.000,00
12.361.0021.2094	Transporte Escolar Municipal			360.000,00	360.000,00
12.361.0021.2095	Manutenção do Ensino Fundamental			3.254.330,90	3.254.330,90
12.361.0021.2096	Folha de Pagamento dos Profissionais da Educação Fundamental			12.031.000,00	12.031.000,00
				0	0
12.361.0021.2097	Gestão Financeira Democrática das Escolas - Pdde			80.000,00	80.000,00
12.361.0021.2193	Projeto Ampliação da Jornada Escolar			10,00	10,00
12.362	Ensino Médio			710.000,00	710.000,00
12.362.0022	Ensino médio e superior			710.000,00	710.000,00
12.362.0022.2109	Transporte Escolar Municipal Ensino Médio			680.000,00	680.000,00
12.362.0022.2163	Convênio com a APP da Escola Estadual Nereu Ramos			30.000,00	30.000,00
12.364	Ensino Superior			938.000,00	938.000,00
12.364.0022	Ensino médio e superior			938.000,00	938.000,00
12.364.0022.2110	Manutenção do Transporte Universitário			938.000,00	938.000,00
12.365	Educação Infantil		30,00	5.487.100,00	5.487.130,00
12.365.0021	Educação fundamental e infantil		30,00	5.487.100,00	5.487.130,00
12.365.0021.1031	Desapropriação de Imóvel		10,00		10,00
12.365.0021.1032	Construção / Ampliação e Reformas		20,00		20,00
12.365.0021.2098	Manutenção do Ensino Infantil			746.000,00	746.000,00
12.365.0021.2099	Material de Distribuição Gratuita			35.000,00	35.000,00
12.365.0021.2100	Transporte Escolar Municipal			111.100,00	111.100,00
12.365.0021.2101	Folha de Pagamento dos Profissionais da Educação Infantil			4.287.000,00	4.287.000,00
12.365.0021.2102	Merenda Escolar das Creches			135.000,00	135.000,00
12.365.0021.2103	Merenda Escolar da Pré-escola			148.000,00	148.000,00
12.365.0021.2104	Gestão Financeira Democrática das Escolas - Pdde			25.000,00	25.000,00
12.366	Educação de Jovens e Adultos			784.390,00	784.390,00
12.366.0021	Educação fundamental e infantil			784.390,00	784.390,00
12.366.0021.2105	Transporte Escolar Municipal Eja			40.000,00	40.000,00
12.366.0021.2106	Folha de Pagamento dos Profissionais do Eja			683.390,00	683.390,00
12.366.0021.2107	Manutenção do Eja			43.000,00	43.000,00
12.366.0021.2108	Merenda Escolar do Eja			18.000,00	18.000,00
12.367	Educação Especial			150.000,00	150.000,00
12.367.0021	Educação fundamental e infantil			150.000,00	150.000,00
12.367.0021.2164	SUBVENÇÃO SOCIAL EDUCAÇÃO ESPECIAL			150.000,00	150.000,00
13	Cultura			215.150,00	215.150,00
13.392	Difusão Cultural			215.150,00	215.150,00
13.392.0008	Resgatando nossa cultura			215.150,00	215.150,00
13.392.0008.2067	Manutenção do Departamento de Cultura			39.000,00	39.000,00
13.392.0008.2068	Folha de Pagamento do Departamento de Cultura			110.000,00	110.000,00
13.392.0008.2069	Manutenção da Casa da Cultura			5.000,00	5.000,00
13.392.0008.2070	Promoção e Apoio a Eventos Culturais			56.000,00	56.000,00
13.392.0008.2071	Escola de Diversidade Cultural			100,00	100,00
13.392.0008.2072	Valorização do Artista e Artesão Local			5.050,00	5.050,00
15	Urbanismo		300,00	6.795.800,00	6.796.100,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana		300,00	4.323.450,00	4.323.750,00
15.451.0004	Planejamento urbanístico			100,00	100,00
15.451.0004.2162	Elaboração de Projeto e Implantação de Acessibilidade			100,00	100,00

IPM - Informática Ltda

Identificador: WPL291101-718-KZYGGQ-189679203 - Emitido por: WILMARA JAQUELINE MADEIRA PITTA

05/01/2016 08:39



**MUNICIPIO DE ITAPOÁ**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo 07 - Programa de Trabalho por Função/Subfunção/Programa/Ação  
Entidade: Consolidado  
Ano LOA: 2016

Pág 4 / 5

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
15.451.0009	Administração e execução de obras e serviços públicos		300,00	4.323.350,00	4.323.650,00
15.451.0009.1026	Estação Rodoviária		100,00		100,00
15.451.0009.1027	Ciclovias		100,00		100,00
15.451.0009.1028	Pavimentação de Ruas		100,00		100,00
15.451.0009.2074	Manutenção do Departamento de Obras			742.350,00	742.350,00
15.451.0009.2075	Folha de Pagamento do Departamento de Obras			1.730.000,00	1.730.000,00
15.451.0009.2076	Ensaibramento de Vias Públicas			751.000,00	751.000,00
15.451.0009.2077	Aquisição e Manutenção de Veículos, Maquinários e Equipamentos			900.000,00	900.000,00
15.451.0009.2161	Horas Máquinas			200.000,00	200.000,00
15.452	Serviços Urbanos			2.472.350,00	2.472.350,00
15.452.0009	Administração e execução de obras e serviços públicos			2.472.350,00	2.472.350,00
15.452.0009.2078	Manutenção do Departamento de Serviços Públicos			582.350,00	582.350,00
15.452.0009.2080	Estruturação e Manutenção do Cemitério da Jaca			90.000,00	90.000,00
15.452.0009.2081	Rede Pública de Iluminação			1.800.000,00	1.800.000,00
17	Saneamento			3.185.000,00	3.185.000,00
17.512	Saneamento Básico Urbano			3.185.000,00	3.185.000,00
17.512.0010	Saneamento básico			3.185.000,00	3.185.000,00
17.512.0010.2082	Manutenção do Fmsb			5.000,00	5.000,00
17.512.0010.2083	Limpeza Pública Urbana			800.000,00	800.000,00
17.512.0010.2084	Manejo de Resíduos Sólidos			1.950.000,00	1.950.000,00
17.512.0010.2086	Manutenção e Preservação do Rio Saí Mirim			100.000,00	100.000,00
17.512.0010.2156	Drenagem e Manejo das Águas Pluviais Urbanas			330.000,00	330.000,00
18	Gestão Ambiental		2.300,00	471.430,00	473.730,00
18.541	Preservação e Conservação Ambiental		2.300,00	471.430,00	473.730,00
18.541.0007	Desburocratização do sistema ambiental		2.300,00	471.430,00	473.730,00
18.541.0007.1021	Construção e Ampliação de Estruturas para Rotas Ecológicas		2.000,00		2.000,00
18.541.0007.1022	Desassoreamento e Dragagem de Rios		100,00		100,00
18.541.0007.1023	Implantação de Parques Ecológicos		100,00		100,00
18.541.0007.1044	Construção de Cerca nos Limites do Parque Carijós		100,00		100,00
18.541.0007.2055	Elaboração e Execução de Projetos			11.000,00	11.000,00
18.541.0007.2056	Manutenção do Departamento de Meio Ambiente			210.000,00	210.000,00
18.541.0007.2057	Folha de Pagamento do Departamento de Meio Ambiente			240.000,00	240.000,00
18.541.0007.2060	Projetos Integrados de Educação Ambiental			2.050,00	2.050,00
18.541.0007.2063	Manutenção e Segurança Estrutural de Parques			3.000,00	3.000,00
18.541.0007.2064	Monitoramento do Processo Erosivo			100,00	100,00
18.541.0007.2065	Monitoramento e Controle da Qualidade Ambiental			5.100,00	5.100,00
18.541.0007.2144	Implantação do Plano de Manejo do Parque Carijós			100,00	100,00
18.541.0007.2160	Implantação do Parque Linear de Preservação do Rio Saí Mirim e Saí Guaçu			20,00	20,00
18.541.0007.2166	MANUTENÇÃO DO FMMA			60,00	60,00
20	Agricultura		37.100,00	537.900,00	575.000,00
20.608	Promoção da Produção Agropecuária		37.100,00	537.900,00	575.000,00
20.608.0012	Programa de incentivo ao agricultor familiar e ao pescador artesanal		37.100,00	537.900,00	575.000,00
20.608.0012.1014	Aquisição de Veículos, Equipamentos e Maquinários para a Agricultura		100,00		100,00
20.608.0012.1015	Construção, Ampliação e Estruturação de Mercado de Peixe		6.900,00		6.900,00
20.608.0012.1016	Construção de Barracão para Oficina e Manutenção de Embarcação		10.000,00		10.000,00
20.608.0012.1017	Desassoramento e Abertura do Canal do Rio Saí Mirim		20.000,00		20.000,00
20.608.0012.1040	Construção do Mercado Público Municipal no Balneário Itapema do Norte		100,00		100,00
20.608.0012.2038	Manutenção do Departamento de Agricultura			58.500,00	58.500,00
20.608.0012.2039	Folha de Pagamento do Departamento de Agricultura			278.000,00	278.000,00
20.608.0012.2040	Implantação de Feiras Agrícolas			12.000,00	12.000,00
20.608.0012.2041	Transporte de Calcário e Aquisição de Adubos e Sementes			8.000,00	8.000,00
20.608.0012.2042	Horas Máquina			10.000,00	10.000,00
20.608.0012.2045	Serviço de Inspeção Municipal - Sim			3.000,00	3.000,00
20.608.0012.2047	Manutenção do Departamento de Pesca			39.600,00	39.600,00
20.608.0012.2048	Folha de Pagamento do Departamento de Pesca			67.000,00	67.000,00



**MUNICIPIO DE ITAPOÁ**  
 Planejamento e Orçamento  
 Anexo 07 - Programa de Trabalho por Função/Subfunção/Programa/Ação  
 Entidade: Consolidado  
 Ano LOA: 2016

Pág 5 / 5

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
20.608.0012.2050	Desenvolvimento da Pesca Artesanal			10.000,00	10.000,00
20.608.0012.2149	Festa do Agricultor			10.000,00	10.000,00
20.608.0012.2151	Incentivo à Agricultura Familiar			6.800,00	6.800,00
20.608.0012.2152	Apoio ao Turismo Rural			3.000,00	3.000,00
20.608.0012.2153	Apoio à Festa do Pescador			10.000,00	10.000,00
20.608.0012.2167	CONTRATAÇÃO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA			22.000,00	22.000,00
22	Indústria			92.000,00	92.000,00
22.661	Promoção Industrial			92.000,00	92.000,00
22.661.0018	Desenvolvimento econômico do município			92.000,00	92.000,00
22.661.0018.2028	Manutenção do Departamento de Indústria e Comércio			15.000,00	15.000,00
22.661.0018.2029	Folha de Pagamento do Departamento de Indústria e Comércio			77.000,00	77.000,00
23	Comércio e Serviços		198.000,00	322.060,00	520.060,00
23.695	Turismo		198.000,00	322.060,00	520.060,00
23.695.0006	Itapoá turística "viva esta cidade"		198.000,00	322.060,00	520.060,00
23.695.0006.1018	Construção e Ampliação de Estrutura Turística		198.000,00		198.000,00
23.695.0006.2051	Manutenção do Departamento de Turismo			52.000,00	52.000,00
23.695.0006.2052	Folha de Pagamento do Departamento de Turismo			145.000,00	145.000,00
23.695.0006.2053	Divulgação Turística			5.050,00	5.050,00
23.695.0006.2054	Realização e Apoio a Eventos Turísticos			40.000,00	40.000,00
23.695.0006.2157	Apoio ao Evento Clube Trilheiros Itapema			50.010,00	50.010,00
23.695.0006.2172	Apoio ao CTG Fronteira do Litoral			30.000,00	30.000,00
27	Desporto e Lazer		156.030,00	580.500,00	736.530,00
27.812	Desporto Comunitário		116.030,00	530.500,00	646.530,00
27.812.0016	Esporte promovendo a integração da sociedade		116.030,00	530.500,00	646.530,00
27.812.0016.1009	Construção e Revitalização de Praças Esportivas e de Lazer		20,00		20,00
27.812.0016.1010	Construção, Ampliação e Adequação de Estruturas Esportivas		35.000,00		35.000,00
27.812.0016.1011	Construção de Complexo de Quadra Esportiva na Av. das Nações		10,00		10,00
27.812.0016.1042	Construção de Pista de Skate no Bairro Samambaia		31.000,00		31.000,00
27.812.0016.1046	Cobertura da Quadra de Esportes do Samambaia		50.000,00		50.000,00
27.812.0016.2030	Manutenção do Departamento de Esporte			121.500,00	121.500,00
27.812.0016.2031	Folha de Pagamento do Departamento de Esporte			290.000,00	290.000,00
27.812.0016.2032	Incentivo à Prática de Atividades Físicas			55.000,00	55.000,00
27.812.0016.2033	Realização e Apoio a Eventos Esportivos			17.000,00	17.000,00
27.812.0016.2034	Manutenção e Reforma de Estruturas Esportivas			23.000,00	23.000,00
27.812.0016.2035	Incentivo ao Esporte Amador e Profissional			24.000,00	24.000,00
27.813	Lazer		40.000,00	50.000,00	90.000,00
27.813.0016	Esporte promovendo a integração da sociedade		40.000,00	50.000,00	90.000,00
27.813.0016.1013	Projeto Verão		40.000,00		40.000,00
27.813.0016.2036	Manutenção do Departamento de Lazer			32.000,00	32.000,00
27.813.0016.2154	Gincama Esportiva, de Lazer e Cultural em Comemoração ao Aniversário de Itapoá			10.000,00	10.000,00
27.813.0016.2155	Incentivo à Prática de Lazer e Esporte			8.000,00	8.000,00
99	Reserva de Contingência	200.000,00		7.946.000,00	8.146.000,00
99.997	Reserva do RPPS			7.946.000,00	7.946.000,00
99.997.0014	Previdência social do servidor municipal			7.946.000,00	7.946.000,00
99.997.0014.2138	Reserva de Contingência do Ipesi			7.946.000,00	7.946.000,00
99.999	Reserva de contingência	200.000,00			200.000,00
99.999.0019	Reserva de contingência	200.000,00			200.000,00
99.999.0019.9001	Reserva de Contingência	200.000,00			200.000,00
<b>Total Geral</b>		<b>200.000,00</b>	<b>948.000,00</b>	<b>80.174.170,00</b>	<b>81.322.170,00</b>

## ANEXO VI DA LM 635/2015



## MUNICÍPIO DE ITAPOÁ

## Planejamento e Orçamento

## Anexo 08 - Despesa por Função/Sub/Programa Conforme Vínculo de Recursos

Entidade: Consolidado

Ano LOA: 2016

Pág 1 / 2

Anexo 8, Lei 4320/64, Portaria SOF n.º 8 de 04/02/1985 - Adendo VII

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
01	Legislativa	2.800.000,00		2.800.000,00
01.031	Acao Legislativa	2.800.000,00		2.800.000,00
01.031.0001	Gestão do poder legislativo	2.800.000,00		2.800.000,00
02	Judiciária	550.000,00	90.000,00	640.000,00
02.061	Ação Judiciária	550.000,00	90.000,00	640.000,00
02.061.0017	Procuradoria jurídica	550.000,00	90.000,00	640.000,00
04	Administração	8.420.433,35	300.000,00	8.720.433,35
04.122	Administracao Geral	7.562.233,35	300.000,00	7.862.233,35
04.122.0002	Gestão de políticas públicas	1.811.330,00		1.811.330,00
04.122.0003	Gestão gerencial e administrativa	5.750.903,35	300.000,00	6.050.903,35
04.124	Controle Interno	123.000,00		123.000,00
04.124.0003	Gestão gerencial e administrativa	123.000,00		123.000,00
04.451	Infra-Estrutura Urbana	735.200,00		735.200,00
04.451.0004	Planejamento urbanístico	735.200,00		735.200,00
06	Segurança Pública	125.000,00	140.000,00	265.000,00
06.182	Defesa Civil	125.000,00	140.000,00	265.000,00
06.182.0015	Corpo de bombeiros militar de itapoá	120.000,00	140.000,00	260.000,00
06.182.0020	Fundo municipal da defesa civil	5.000,00		5.000,00
08	Assistência Social	1.625.000,00	276.960,00	1.901.960,00
08.241	Assistência ao Idoso	59.939,00	4.400,00	64.339,00
08.241.0005	Assistência social	59.939,00	4.400,00	64.339,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	109.349,00	22.800,00	132.149,00
08.243.0005	Assistência social	99.349,00	20.800,00	120.149,00
08.243.0011	Programa de atenção às crianças e adolescentes	10.000,00	2.000,00	12.000,00
08.244	Assistência Comunitária	1.455.712,00	249.760,00	1.705.472,00
08.244.0005	Assistência social	1.455.712,00	249.760,00	1.705.472,00
09	Previdência Social		3.215.000,00	3.215.000,00
09.272	Previdência do Regime Estatutário		3.215.000,00	3.215.000,00
09.272.0014	Previdência social do servidor municipal		3.215.000,00	3.215.000,00
10	Saúde		15.232.315,75	15.232.315,75
10.301	Atenção Básica		15.040.595,75	15.040.595,75
10.301.0013	Assistência médica e saúde preventiva		15.040.595,75	15.040.595,75
10.303	Suporte Profilático e Terapêutico		10,00	10,00
10.303.0013	Assistência médica e saúde preventiva		10,00	10,00
10.304	Vigilância Sanitária		135.000,00	135.000,00
10.304.0013	Assistência médica e saúde preventiva		135.000,00	135.000,00
10.305	Vigilância Epidemiológica		56.710,00	56.710,00
10.305.0013	Assistência médica e saúde preventiva		56.710,00	56.710,00
11	Trabalho	95.000,00		95.000,00
11.334	Fomento ao Trabalho	95.000,00		95.000,00
11.334.0018	Desenvolvimento econômico do município	95.000,00		95.000,00
12	Educação	1.343.000,00	26.369.890,90	27.712.890,90
12.361	Ensino Fundamental		19.643.370,90	19.643.370,90
12.361.0021	Educação fundamental e infantil		19.643.370,90	19.643.370,90
12.362	Ensino Médio	405.000,00	305.000,00	710.000,00
12.362.0022	Ensino médio e superior	405.000,00	305.000,00	710.000,00
12.364	Ensino Superior	938.000,00		938.000,00
12.364.0022	Ensino médio e superior	938.000,00		938.000,00
12.365	Educação Infantil		5.487.130,00	5.487.130,00
12.365.0021	Educação fundamental e infantil		5.487.130,00	5.487.130,00
12.366	Educação de Jovens e Adultos		784.390,00	784.390,00
12.366.0021	Educação fundamental e infantil		784.390,00	784.390,00
12.367	Educação Especial		150.000,00	150.000,00
12.367.0021	Educação fundamental e infantil		150.000,00	150.000,00
13	Cultura	215.150,00		215.150,00
13.392	Difusão Cultural	215.150,00		215.150,00
13.392.0008	Resgatando nossa cultura	215.150,00		215.150,00
15	Urbanismo	4.995.100,00	1.801.000,00	6.796.100,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana	4.322.750,00	1.000,00	4.323.750,00
15.451.0004	Planejamento urbanístico	100,00		100,00
15.451.0009	Administração e execução de obras e serviços públicos	4.322.650,00	1.000,00	4.323.650,00
15.452	Servicos Urbanos	672.350,00	1.800.000,00	2.472.350,00
15.452.0009	Administração e execução de obras e serviços públicos	672.350,00	1.800.000,00	2.472.350,00
17	Saneamento	2.755.000,00	430.000,00	3.185.000,00
17.512	Saneamento Básico Urbano	2.755.000,00	430.000,00	3.185.000,00
17.512.0010	Saneamento básico	2.755.000,00	430.000,00	3.185.000,00
18	Gestão Ambiental	473.730,00		473.730,00

IPM - Informática Ltda

Identificador: WPL271101-718-WZJKDJ-189679284 - Emitido por: WILMARA JAQUELINE MADEIRA PITTA

05/01/2016 08:41

**MUNICÍPIO DE ITAPOÁ**

Planejamento e Orçamento

**Anexo 08 - Despesa por Função/Sub/Programa Conforme Vínculo de Recursos**Entidade: Consolidado  
Ano LOA: 2016

Pág 2 / 2

<b>Código</b>	<b>Especificação</b>	<b>Ordinário</b>	<b>Vinculado</b>	<b>Total</b>
18.541	Preservação e Conservação Ambiental	473.730,00		473.730,00
18.541.0007	Desburocratização do sistema ambiental	473.730,00		473.730,00
20	Agricultura	575.000,00		575.000,00
20.608	Promoção da Produção Agropecuária	575.000,00		575.000,00
20.608.0012	Programa de incentivo ao agricultor familiar e ao pescador artesanal	575.000,00		575.000,00
22	Indústria	92.000,00		92.000,00
22.661	Promoção Industrial	92.000,00		92.000,00
22.661.0018	Desenvolvimento econômico do município	92.000,00		92.000,00
23	Comércio e Serviços	520.060,00		520.060,00
23.695	Turismo	520.060,00		520.060,00
23.695.0006	Itapoá turística "viva esta cidade"	520.060,00		520.060,00
27	Desporto e Lazer	736.530,00		736.530,00
27.812	Desporto Comunitário	646.530,00		646.530,00
27.812.0016	Esporte promovendo a integração da sociedade	646.530,00		646.530,00
27.813	Lazer	90.000,00		90.000,00
27.813.0016	Esporte promovendo a integração da sociedade	90.000,00		90.000,00
99	Reserva de Contingência	200.000,00	7.946.000,00	8.146.000,00
99.997	Reserva do RPPS		7.946.000,00	7.946.000,00
99.997.0014	Previdência social do servidor municipal		7.946.000,00	7.946.000,00
99.999	Reserva de contingência	200.000,00		200.000,00
99.999.0019	Reserva de contingência	200.000,00		200.000,00
<b>Total Geral</b>		<b>25.521.003,35</b>	<b>55.801.166,65</b>	<b>81.322.170,00</b>

ORDENADOR DA DESPESA  
SecretárioCONTADOR  
Contador

## ANEXO VII DA LM 635/2015

Pág 1 / 5

**MUNICÍPIO DE ITAPOÁ**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo 9 - Despesa por Órgão e Função  
Entidade: Consolidado  
Ano LOA: 2016



ANEXO 9 da Lei 4.320/64 - ADENDO VIII Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Despesa(Órgão/Função)

Órgão	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
00 - Registro inexistente necessário						
01 - Câmara Municipal de Vereadores	2.800.000,00					
02 - Controle Interno				123.000,00		
03 - Gabinete do Prefeito				1.811.330,00		5.000,00
04 - Procuradoria Jurídica		640.000,00				
05 - Secretaria de Administração e Finanças				6.050.903,35		
06 - Secretaria de Planejamento e Urbanismo				735.200,00		
07 - Secretaria de Desenvol., Indústria e Comércio						
08 - Secretaria de Esporte e Lazer						
09 - Secretaria de Agricultura e Pesca						
10 - Secretaria Turismo, Meio Ambiente e Cult						
11 - Secretaria de Obras e Serviços Públicos						
12 - Fundo Municipal da Infância e Adolescência						
13 - Fundo Municipal de Educacao						
14 - Fundo Municipal de Saude						
15 - Fundo Municipal de Assistência Social						
16 - Ipesi-inst.prev.soc.serv.pub.mun.itapoa						260.000,00
17 - Funrebom-fund.mun.c.bombeiros						
18 - Secretaria Municipal de Assistência Social						
23 - Excluir						
26 - Reserva de Contingencia						
<b>Total</b>	<b>2.800.000,00</b>	<b>640.000,00</b>		<b>8.720.433,35</b>		<b>265.000,00</b>

IPM - Informática Ltda

Identificador: WPL201101-718-BXTVEF-189679368 - Emitido por: WILMARA JACQUELINE MADEIRA PITTA

05/01/2016 08:42



Pag 2 / 5

**MUNICÍPIO DE ITAPOÁ**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo 9 - Despesa por Órgão e Função  
Entidade: Consolidado  
Ano LOA: 2016



Órgão	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
00 - Registro inexistente necessário						
01 - Camara Municipal de Vereadores						
02 - Controle Interno						
03 - Gabinete do Prefeito						
04 - Procuradoria Jurídica						
05 - Secretaria de Administracao e Financas						
06 - Secretaria de Planejamento e Urbanismo						
07 - Secretaria de Desenvol., Indústria e Comércio					95.000,00	
08 - Secretaria de Esporte e Lazer						
09 - Secretaria de Agricultura e Pesca						
10 - Secretaria Turismo, Meio Ambiente e Cult						
11 - Secretaria de Obras e Serviços Públicos						
12 - Fundo Municipal da Infância e Adolescência		12.000,00				
13 - Fundo Municipal de Educacao						27.712.890,90
14 - Fundo Municipal de Saude				15.232.315,75		
15 - Fundo Municipal de Assistência Social		1.889.960,00				
16 - Ipesi-inst.prev.soc.serv.pub.mun.itapoa			3.215.000,00			
17 - Funreborn-fund.mun.c.bombeiros						
18 - Secretaria Municipal de Assistência Social						
23 - Excluir						
26 - Reserva de Contingencia						
<b>Total</b>		<b>1.901.960,00</b>	<b>3.215.000,00</b>	<b>15.232.315,75</b>	<b>95.000,00</b>	<b>27.712.890,90</b>

IPM - Informática Ltda

Identificador: WPL201101-718-BXTVEF-188679368 - Emitido por: WILMARIA JAQUELINE MADEIRA PITTA

05/01/2016 08:42

Pag 3 / 5

**MUNICÍPIO DE ITAPOÁ**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo 9 - Despesa por Órgão e Função  
Entidade: Consolidado  
Ano LOA: 2016



Órgão	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
00 - Registro inexistente necessário						
01 - Camara Municipal de Vereadores						
02 - Controle Interno						
03 - Gabinete do Prefeito						
04 - Procuradoria Jurídica						
05 - Secretaria de Administracao e Financas						
06 - Secretaria de Planejamento e Urbanismo			100,00			
07 - Secretaria de Desenvol., Indústria e Comércio						
08 - Secretaria de Esporte e Lazer						
09 - Secretaria de Agricultura e Pesca						
10 - Secretaria Turismo, Meio Ambiente e Cult	215.150,00					473.730,00
11 - Secretaria de Obras e Serviços Públicos			6.796.000,00		3.185.000,00	
12 - Fundo Municipal da Infância e Adolescência						
13 - Fundo Municipal de Educacao						
14 - Fundo Municipal de Saude						
15 - Fundo Municipal de Assistência Social						
16 - Ipesi-inst.prev.soc.serv.pub.mun.itapoa						
17 - Funreborn-fund.mun.c.bombeiros						
18 - Secretaria Municipal de Assistência Social						
23 - Excluir						
26 - Reserva de Contingencia						
<b>Total</b>	<b>215.150,00</b>		<b>6.796.100,00</b>		<b>3.185.000,00</b>	<b>473.730,00</b>

IPM - Informática Ltda

Identificador: WPL201101-718-BXTVEF-188679368 - Emitido por: WILMARIA JAQUELINE MADEIRA PITTA

05/01/2016 08:42

Pag 4 / 5

**MUNICÍPIO DE ITAPOÁ**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo 9 - Despesa por Órgão e Função  
Entidade: Consolidado  
Ano LOA: 2016



Órgão	Ciências e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
00 - Registro inexistente necessário						
01 - Camara Municipal de Vereadores						
02 - Controle Interno						
03 - Gabinete do Prefeito						
04 - Procuradoria Jurídica						
05 - Secretaria de Administracao e Financas						
06 - Secretaria de Planejamento e Urbanismo						
07 - Secretaria de Desenvol., Indústria e Comércio				92.000,00		
08 - Secretaria de Esporte e Lazer						
09 - Secretaria de Agricultura e Pesca		575.000,00				
10 - Secretaria Turismo, Meio Ambiente e Cult					520.060,00	
11 - Secretaria de Obras e Serviços Públicos						
12 - Fundo Municipal da Infância e Adolescência						
13 - Fundo Municipal de Educacao						
14 - Fundo Municipal de Saude						
15 - Fundo Municipal de Assistência Social						
16 - Ipesi-inst.prev.soc.serv.pub.mun.itapoa						
17 - Funreborn-fund.mun.c.bombeiros						
18 - Secretaria Municipal de Assistência Social						
23 - Excluir						
26 - Reserva de Contingencia						
<b>Total</b>		<b>575.000,00</b>		<b>92.000,00</b>	<b>520.060,00</b>	

IPM - Informática Ltda

Identificador: WPL201701-718-BXTVEF-188679368 - Emitido por: WILMARIA JAQUELINE MADEIRA PITTA

05/01/2016 08:42

Pág 5 / 5

**MUNICÍPIO DE ITAPOÁ**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo 9 - Despesa por Órgão e Função  
Entidade: Consolidado  
Ano LOA: 2016



Órgão	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva do RPPS	Reserva de Contingência	Total
00 - Registro inexistente necessário							
01 - Câmara Municipal de Vereadores							2.800.000,00
02 - Controle Interno							123.000,00
03 - Gabinete do Prefeito							1.816.330,00
04 - Procuradoria Jurídica							640.000,00
05 - Secretaria de Administração e Finanças							6.050.903,35
06 - Secretaria de Planejamento e Urbanismo							735.300,00
07 - Secretaria de Desenvol., Indústria e Comércio							187.000,00
08 - Secretaria de Esporte e Lazer			736.530,00				736.530,00
09 - Secretaria de Agricultura e Pesca							575.000,00
10 - Secretaria Turismo, Meio Ambiente e Cult							1.208.940,00
11 - Secretaria de Obras e Serviços Públicos							9.981.000,00
12 - Fundo Municipal da Infância e Adolescência							12.000,00
13 - Fundo Municipal de Educacao							27.712.890,90
14 - Fundo Municipal de Saude							15.232.315,75
15 - Fundo Municipal de Assistência Social							1.889.960,00
16 - Ipesi-inst.prev.soc.serv.pub.mun.itapoa						7.946.000,00	11.161.000,00
17 - Funrebom-fund.mun.c.bombeiros							260.000,00
18 - Secretaria Municipal de Assistência Social							
23 - Excluir							
26 - Reserva de Contingencia						200.000,00	200.000,00
<b>Total</b>			<b>736.530,00</b>			<b>8.146.000,00</b>	<b>81.322.170,00</b>

ORDENADOR DA DESPESA  
Secretário

CONTADOR  
Contador

IPM - Informática Ltda

Identificador: WPL201101-718-BXTVEF-189679368 - Emitido por: WILMARA JAQUELINE MADEIRA PITTA

05/01/2016 08:42



Planejamento e Orçamento  
LOA - Quadro de Detalhamento da Despesa  
Entidade: Consolidado  
Ano LOA: 2016

1 - Câmara Municipal de Vereadores				
1 - Câmara Municipal de Vereadores				
0001.0031.0001.2001 - Manutenção da Câmara Municipal				
Fonte de Financiamento		Elemento	Descrição	Fonte
Fiscal		3319000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinários
Fiscal		3319100000000000	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades	1000000 - Recursos ordinários
Fiscal		3335000000000000	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	1000000 - Recursos ordinários
Fiscal		3339000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinários
Fiscal		3449000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinários
				Total Ação
				Total Unidade
				Total Órgão
2 - Controle Interno				
1 - Controladoria				
0004.0124.0003.2002 - Manutenção da Controladoria Interna				
Fonte de Financiamento		Elemento	Descrição	Fonte
Fiscal		3339000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinários
Fiscal		3449000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinários
				Total Ação
0004.0124.0003.2003 - Folha de Pagamento da Controladoria Interna				
Fonte de Financiamento		Elemento	Descrição	Fonte
Fiscal		3319000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinários
Fiscal		3319100000000000	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades	1000000 - Recursos ordinários
				Total Ação
				Total Unidade
				Total Órgão
3 - Gabinete do Prefeito				
1 - Gabinete do Prefeito				
0004.0122.0002.1001 - Parceria C/ Estado P/ Implantação da Cia Polícia Militar				
Fonte de Financiamento		Elemento	Descrição	Fonte
Fiscal		3339000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinários
Fiscal		3449000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinários
				Total Ação
0004.0122.0002.2004 - Manutenção do Gabinete do Prefeito				
Fonte de Financiamento		Elemento	Descrição	Fonte
Fiscal		3335000000000000	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	1000000 - Recursos ordinários
Fiscal		3339000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinários
Fiscal		3449000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinários
				Total Ação
0004.0122.0002.2005 - Folha de Pagamento do Gabinete do Prefeito				
Fonte de Financiamento		Elemento	Descrição	Fonte
Fiscal		3319000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinários
Fiscal		3319100000000000	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades	1000000 - Recursos ordinários
				Total Ação
				Total Unidade
				Total Órgão

IPM - Informática Ltda

Identificador: WPL231101-718-NNMJXW-189679489 - Emitido por: WILMARA JAQUELINE MADEIRA PITTA

05/01/2016 08:44

**MUNICÍPIO DE ITAPOÁ**  
Planejamento e Orçamento  
LOA - Quadro de Detalhamento da Despesa  
Entidade: Consolidado  
Ano LOA: 2016



<b>0004.0122.0002.2006 - Contratação de Estagiários</b>								
Fonte de Financiamento	Elemento		Descrição	Fonte	Total Ação	Valor Orçado		
Fiscal	3339000000000000	Aplicações Diretas		1000000 - Recursos ordinários		175.000,00		
<b>0004.0122.0002.2007 - Ciga - Consórcio de Informática na Gestão Pública</b>								
Fonte de Financiamento	Elemento		Descrição	Fonte		Valor Orçado		
Fiscal	3339300000000000	Aplicação direta decorrente de operação de órgãos, fundos e entidades dos OFSS com consórcio público do qual o ente participe		1000000 - Recursos ordinários		8.240,00		
<b>0004.0122.0002.2008 - Convênio com a Secretaria de Segurança Pública</b>								
Fonte de Financiamento	Elemento		Descrição	Fonte	Total Ação	Valor Orçado		
Fiscal	3339000000000000	Aplicações Diretas		1000000 - Recursos ordinários		45.000,00		
Fiscal	3449000000000000	Aplicações Diretas		1000000 - Recursos ordinários		4.000,00		
					Total Unidade	49.000,00		
						1.548.330,00		
<b>2 - Gabinete do Vice - Prefeito</b>								
<b>0004.0122.0002.2010 - Manutenção do Gabinete do Vice-prefeito</b>								
Fonte de Financiamento	Elemento		Descrição	Fonte		Valor Orçado		
Fiscal	3339000000000000	Aplicações Diretas		1000000 - Recursos ordinários		9.900,00		
Fiscal	3449000000000000	Aplicações Diretas		1000000 - Recursos ordinários		100,00		
					Total Ação	10.000,00		
<b>0004.0122.0002.2011 - Folha de Pagamento do Gabinete do Vice-prefeito</b>								
Fonte de Financiamento	Elemento		Descrição	Fonte		Valor Orçado		
Fiscal	3319000000000000	Aplicações Diretas		1000000 - Recursos ordinários		209.400,00		
Fiscal	3319100000000000	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades		1000000 - Recursos ordinários		43.600,00		
					Total Ação	253.000,00		
					Total Unidade	263.000,00		
<b>3 - Fundo da Defesa Civil</b>								
<b>0006.0182.0020.2140 - Manutenção do Fundo da Defesa Civil</b>								
Fonte de Financiamento	Elemento		Descrição	Fonte		Valor Orçado		
Fiscal	3339000000000000	Aplicações Diretas		1000000 - Recursos ordinários		4.000,00		
Fiscal	3449000000000000	Aplicações Diretas		1000000 - Recursos ordinários		1.000,00		
					Total Ação	5.000,00		
					Total Unidade	5.000,00		
						1.816.330,00		
<b>4 - Procuradoria Jurídica</b>								
<b>1 - Dpto Jurídico</b>								
<b>0002.0061.0017.2012 - Manutenção da Procuradoria Jurídica</b>								
Fonte de Financiamento	Elemento		Descrição	Fonte		Valor Orçado		
Fiscal	3339000000000000	Aplicações Diretas		1000000 - Recursos ordinários		30.000,00		
Fiscal	3449000000000000	Aplicações Diretas		1000000 - Recursos ordinários		5.000,00		
					Total Ação	35.000,00		
<b>0002.0061.0017.2013 - Folha de Pagamento da Procuradoria Jurídica</b>								
Fonte de Financiamento	Elemento		Descrição	Fonte		Valor Orçado		
Fiscal	3319000000000000	Aplicações Diretas		1000000 - Recursos ordinários		460.000,00		
Fiscal	3319100000000000	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades		1000000 - Recursos ordinários		55.000,00		
					Total Ação	515.000,00		

IPM - Informática Ltda

Identificador: WPL231101-718-NNMXIV-168679489 - Emitido por: WILMARIA JAQUELINE MADEIRA PITTA

05/01/2016 08:44





**MUNICÍPIO DE ITAPOÁ**  
Planejamento e Orçamento  
LOA - Quadro de Detalhamento da Despesa  
Entidade: Consolidado  
Ano LOA: 2016

Pág 3 / 23

<b>0002.0061.0017.2014 - Honorários de Sucumbência</b>					<b>Total Ação</b>	<b>515.000,00</b>
<b>Fonte de Financiamento</b>	<b>Elemento</b>	<b>Descrição</b>	<b>Fonte</b>			<b>Valor Orçado</b>
Fiscal	33390.000000000000	Aplicações Diretas	1002800 - Rec ordin honorarios de sucumbencia		<b>Total Ação</b>	90.000,00
					<b>Total Unidade</b>	90.000,00
					<b>Total Orgão</b>	640.000,00
<b>5 - Secretaria de Administracao e Financas</b>						
<b>1 - Departamento de Administracao</b>						
<b>0004.0122.0003.2009 - Subvenção Social</b>						
<b>Fonte de Financiamento</b>	<b>Elemento</b>	<b>Descrição</b>	<b>Fonte</b>			<b>Valor Orçado</b>
Fiscal	33350.000000000000	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	1000000 - Recursos ordinarios		<b>Total Ação</b>	5.000,00
						5.000,00
<b>0004.0122.0003.2015 - Manutenção do Departamento de Administração</b>						
<b>Fonte de Financiamento</b>	<b>Elemento</b>	<b>Descrição</b>	<b>Fonte</b>			<b>Valor Orçado</b>
Fiscal	33350.000000000000	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	1000000 - Recursos ordinarios		<b>Total Ação</b>	120.000,00
Fiscal	33390.000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinarios			975.903,35
Fiscal	33390.000000000000	Aplicações Diretas	1390000 - Fundo Especial do Petróleo			155.000,00
Fiscal	34490.000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinarios			20.000,00
Fiscal	34490.000000000000	Aplicações Diretas	1890000 - alienacoes de bens destinados a outros		<b>Total Ação</b>	15.000,00
						1.285.903,35
<b>0004.0122.0003.2016 - Folha de Pagamento do Departamento de Administração</b>						
<b>Fonte de Financiamento</b>	<b>Elemento</b>	<b>Descrição</b>	<b>Fonte</b>			<b>Valor Orçado</b>
Fiscal	33190.000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinarios		<b>Total Ação</b>	1.509.000,00
Fiscal	33191.000000000000	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades	1000000 - Recursos ordinarios			141.000,00
					<b>Total Ação</b>	1.650.000,00
<b>0004.0122.0003.2017 - Convênio da Legislação do Transito</b>						
<b>Fonte de Financiamento</b>	<b>Elemento</b>	<b>Descrição</b>	<b>Fonte</b>			<b>Valor Orçado</b>
Fiscal	33390.000000000000	Aplicações Diretas	1100000 - Convênio de Trânsito - Militar		<b>Total Ação</b>	40.000,00
Fiscal	33390.000000000000	Aplicações Diretas	1110000 - Convênio de Trânsito - Civil			40.000,00
Fiscal	33390.000000000000	Aplicações Diretas	1120000 - CONVÊNIO TRANSITO PREFEITURA			35.000,00
Fiscal	34490.000000000000	Aplicações Diretas	1100000 - Convênio de Trânsito - Militar			5.500,00
Fiscal	34490.000000000000	Aplicações Diretas	1110000 - Convênio de Trânsito - Civil			5.500,00
Fiscal	34490.000000000000	Aplicações Diretas	1120000 - CONVÊNIO TRANSITO PREFEITURA		<b>Total Ação</b>	4.000,00
						130.000,00
<b>0004.0122.0003.2174 - Convênio com o Lar dos Idosos</b>						
<b>Fonte de Financiamento</b>	<b>Elemento</b>	<b>Descrição</b>	<b>Fonte</b>			<b>Valor Orçado</b>
Fiscal	33350.000000000000	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	1000000 - Recursos ordinarios		<b>Total Ação</b>	5.000,00
						5.000,00
<b>0004.0122.0003.2175 - Cov com a Assoc Proteção da Reserva do mangue da Barra do Sai (APREMAI)</b>						
<b>Fonte de Financiamento</b>	<b>Elemento</b>	<b>Descrição</b>	<b>Fonte</b>			<b>Valor Orçado</b>
Fiscal	33350.000000000000	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	1000000 - Recursos ordinarios		<b>Total Ação</b>	5.000,00
						5.000,00
<b>0004.0122.0003.2176 - Conv Ass Moradores de Itapoá - Centro (AMIC)</b>						
<b>Fonte de Financiamento</b>	<b>Elemento</b>	<b>Descrição</b>	<b>Fonte</b>			<b>Valor Orçado</b>
Fiscal	33350.000000000000	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	1000000 - Recursos ordinarios		<b>Total Ação</b>	5.000,00
						5.000,00

Identificador: WPLZ23101718-NNMJXIV-168679489 - Emitido por: WILMARIA JAQUELINE MADEIRA PITTA

IPM - Informática Ltda

05/01/2016 08:44

**MUNICÍPIO DE ITAPOÁ**  
Planejamento e Orçamento  
LOA - Quadro de Detalhamento da Despesa  
Entidade: Consolidado  
Ano LOA: 2016



Fiscal	33350000000000000000	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	1000000 - Recursos ordinários	Total Ação	5.000,00
<b>0004.0122.0003.2177 - Conv Ass Itapoense de Surf (AIS)</b>					5.000,00
Fonte de Financiamento					
Fiscal	Elemento	Descrição	Fonte		Valor Orçado
	33350000000000000000	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	1000000 - Recursos ordinários		5.000,00
				Total Ação	5.000,00
<b>0004.0122.0003.2178 - Conv Ass Comunitária do Pontal e Figueira (ACOPOF)</b>					
Fonte de Financiamento					
Fiscal	Elemento	Descrição	Fonte		Valor Orçado
	33350000000000000000	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	1000000 - Recursos ordinários		5.000,00
				Total Ação	5.000,00
<b>0004.0122.0003.2179 - Conv com o Marumbi Futebol Clube do Pontal (MFC)</b>					
Fonte de Financiamento					
Fiscal	Elemento	Descrição	Fonte		Valor Orçado
	33350000000000000000	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	1000000 - Recursos ordinários		5.000,00
				Total Ação	5.000,00
<b>0004.0122.0003.2180 - Con Ass Com Itapema do Norte (ACOIN)</b>					
Fonte de Financiamento					
Fiscal	Elemento	Descrição	Fonte		Valor Orçado
	33350000000000000000	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	1000000 - Recursos ordinários		5.000,00
				Total Ação	5.000,00
<b>0004.0122.0003.2181 - Con Ass Catadores e Carroceiros de Itapoá (ACCI)</b>					
Fonte de Financiamento					
Fiscal	Elemento	Descrição	Fonte		Valor Orçado
	33350000000000000000	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	1000000 - Recursos ordinários		5.000,00
				Total Ação	5.000,00
<b>0004.0122.0003.2182 - Conv Liga Itapoense de Futebol (LITA)</b>					
Fonte de Financiamento					
Fiscal	Elemento	Descrição	Fonte		Valor Orçado
	33350000000000000000	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	1000000 - Recursos ordinários		5.000,00
				Total Ação	5.000,00
<b>0004.0122.0003.2183 - Conv Ass Protetora de Animais de Itapoá (ASOPAI)</b>					
Fonte de Financiamento					
Fiscal	Elemento	Descrição	Fonte		Valor Orçado
	33350000000000000000	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	1000000 - Recursos ordinários		5.000,00
				Total Ação	5.000,00
<b>0004.0122.0003.2184 - Conv Grupo de Salvamento Aquático de Itapoá (GSAI)</b>					
Fonte de Financiamento					
Fiscal	Elemento	Descrição	Fonte		Valor Orçado
	33350000000000000000	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	1000000 - Recursos ordinários		5.000,00
				Total Ação	5.000,00
<b>0004.0122.0003.2185 - Conv Ass Cultural, Esportiva, Recreativa e Assistencial dos Moradores da Gleba I de Itapoá (ACERANGI)</b>					
Fonte de Financiamento					
Fiscal	Elemento	Descrição	Fonte		Valor Orçado
	33350000000000000000	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	1000000 - Recursos ordinários		5.000,00
				Total Ação	5.000,00
<b>2 - Departamento de Finanças</b>					
				Total Unidade	3.130.903,35
					5.000,00
					5.000,00

IPM - Informática Ltda

Identificador: WPL231101-718-NNMJXIV-188679489 - Emitido por: WILMARA JAQUELINE MADEIRA PITTA

05/01/2016 08:44

**MUNICÍPIO DE ITAPOÁ**  
Planejamento e Orçamento  
LOA - Quadro de Detalhamento da Despesa  
Entidade: Consolidado  
Ano LOA: 2016



**0004.0122.0003.2018 - Manutenção do Departamento de Finanças**

<b>Fonte de Financiamento</b>	<b>Elemento</b>	<b>Descrição</b>	<b>Fonte</b>	<b>Valor Orçado</b>
Fiscal	3339000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinários	75.000,00
Fiscal	3449000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinários	5.000,00
			<b>Total Ação</b>	<b>80.000,00</b>
<b>0004.0122.0003.2019 - Folha de Pagamento do Departamento de Finanças</b>				
<b>Fonte de Financiamento</b>	<b>Elemento</b>	<b>Descrição</b>	<b>Fonte</b>	<b>Valor Orçado</b>
Fiscal	3319000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinários	1.495.000,00
Fiscal	3319100000000000	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades	1000000 - Recursos ordinários	165.000,00
			<b>Total Ação</b>	<b>1.660.000,00</b>
<b>0004.0122.0003.2169 - PASEP E TARIFAS BANCÁRIAS</b>				
<b>Fonte de Financiamento</b>	<b>Elemento</b>	<b>Descrição</b>	<b>Fonte</b>	<b>Valor Orçado</b>
Fiscal	3339000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinários	1.050.000,00
			<b>Total Ação</b>	<b>1.050.000,00</b>
<b>0004.0122.0003.2170 - PARCELAMENTO DA DÍVIDA PREVIDENCIÁRIA RPPS</b>				
<b>Fonte de Financiamento</b>	<b>Elemento</b>	<b>Descrição</b>	<b>Fonte</b>	<b>Valor Orçado</b>
Fiscal	3339000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinários	130.000,00
			<b>Total Ação</b>	<b>130.000,00</b>
			<b>Total Unidade</b>	<b>2.920.000,00</b>
			<b>Total Órgão</b>	<b>6.050.903,35</b>

**6 - Secretaria de Planejamento e Urbanismo**

**1 - Departamento de Planejamento**

**0004.0451.0004.2020 - Manutenção do Departamento de Planejamento**

<b>Fonte de Financiamento</b>	<b>Elemento</b>	<b>Descrição</b>	<b>Fonte</b>	<b>Valor Orçado</b>
Fiscal	3339000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinários	8.000,00
Fiscal	3449000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinários	5.000,00
			<b>Total Ação</b>	<b>13.000,00</b>

**0004.0451.0004.2021 - Folha de Pagamento do Departamento de Planejamento**

<b>Fonte de Financiamento</b>	<b>Elemento</b>	<b>Descrição</b>	<b>Fonte</b>	<b>Valor Orçado</b>
Fiscal	3319000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinários	572.000,00
Fiscal	3319100000000000	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades	1000000 - Recursos ordinários	58.000,00
			<b>Total Ação</b>	<b>630.000,00</b>
			<b>Total Unidade</b>	<b>643.000,00</b>

**2 - Departamento de Urbanismo**

**0004.0451.0004.1002 - Implantação do Projeto de Revitalização da Av do Comércio**

<b>Fonte de Financiamento</b>	<b>Elemento</b>	<b>Descrição</b>	<b>Fonte</b>	<b>Valor Orçado</b>
Fiscal	3339000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinários	50,00
Fiscal	3449000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinários	50,00
			<b>Total Ação</b>	<b>100,00</b>

**0004.0451.0004.2022 - Manutenção do Departamento de Urbanismo**

<b>Fonte de Financiamento</b>	<b>Elemento</b>	<b>Descrição</b>	<b>Fonte</b>	<b>Valor Orçado</b>
Fiscal	3339000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinários	13.000,00
Fiscal	3449000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinários	3.000,00
			<b>Total Ação</b>	<b>16.000,00</b>

**0004.0451.0004.2023 - Folha de Pagamento do Departamento de Urbanismo**

<b>Fonte de Financiamento</b>	<b>Elemento</b>	<b>Descrição</b>	<b>Fonte</b>	<b>Valor Orçado</b>
Fiscal	3319000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinários	75.000,00

**MUNICÍPIO DE ITAPOÁ**  
Planejamento e Orçamento  
LOA - Quadro de Detalhamento da Despesa  
Entidade: Consolidado  
Ano LOA: 2016



Fiscal	3319100000000000	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades	1000000 - Recursos ordinários	Total Ação	1.000,00
<b>0004.0451.0004.2025 - Calçadas e Acessibilidade para o Pedestre</b>					
Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte		Valor Orçado
Fiscal	3339000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinários		50,00
Fiscal	3449000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinários		50,00
				Total Ação	100,00
<b>0015.0451.0004.2162 - Elaboração de Projeto e Implantação de Acessibilidade</b>					
Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte		Valor Orçado
Fiscal	3339000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinários		50,00
Fiscal	3449000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinários		50,00
				Total Ação	100,00
				Total Unidade	92.300,00
				Total Órgão	735.300,00
<b>7 - Secretaria de Desenvol., Indústria e Comércio</b>					
<b>1 - Departamento de Desenvolvimento</b>					
<b>0011.0334.0018.2026 - Manutenção do Departamento de Desenvolvimento</b>					
Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte		Valor Orçado
Fiscal	3339000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinários		14.000,00
Fiscal	3449000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinários		1.000,00
				Total Ação	15.000,00
<b>0011.0334.0018.2027 - Folha de Pagamento do Dpto de Desenvolvimento</b>					
Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte		Valor Orçado
Fiscal	3319000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinários		79.000,00
Fiscal	3319100000000000	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades	1000000 - Recursos ordinários		1.000,00
				Total Ação	80.000,00
				Total Unidade	95.000,00
<b>2 - Departamento de Indústria e Comércio</b>					
<b>0022.0661.0018.2028 - Manutenção do Departamento de Indústria e Comércio</b>					
Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte		Valor Orçado
Fiscal	3339000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinários		14.000,00
Fiscal	3449000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinários		1.000,00
				Total Ação	15.000,00
<b>0022.0661.0018.2029 - Folha de Pagamento do Departamento de Indústria e Comércio</b>					
Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte		Valor Orçado
Fiscal	3319000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinários		76.000,00
Fiscal	3319100000000000	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades	1000000 - Recursos ordinários		1.000,00
				Total Ação	77.000,00
				Total Unidade	92.000,00
				Total Órgão	187.000,00
<b>8 - Secretaria de Esporte e Lazer</b>					
<b>1 - Dpto de Esporte</b>					
<b>0027.0812.0016.1010 - Construção, Ampliação e Adequação de Estruturas Esportivas</b>					
Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte		Valor Orçado
Fiscal	3449000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinários		35.000,00
				Total Ação	35.000,00

**MUNICÍPIO DE ITAPOÁ**  
Planejamento e Orçamento  
LOA - Quadro de Detalhamento da Despesa  
Entidade: Consolidado  
Ano LOA: 2016



<b>0027.0812.0016.1011 - Construção de Complexo de Quadra Esportiva na Av. das Nações</b>					
Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Total Ação	Valor Orçado
Fiscal	3449000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinários		10,00
					10,00
<b>0027.0812.0016.1042 - Construção de Pista de Skate no Bairro Samambai</b>					
Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Total Ação	Valor Orçado
Fiscal	3449000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinários		31.000,00
					31.000,00
<b>0027.0812.0016.1046 - Cobertura da Quadra de Esportes do Samambai</b>					
Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Total Ação	Valor Orçado
Fiscal	3449000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinários		50.000,00
					50.000,00
<b>0027.0812.0016.2030 - Manutenção do Departamento de Esporte</b>					
Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Total Ação	Valor Orçado
Fiscal	3339000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinários		119.000,00
Fiscal	3449000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinários		2.500,00
					121.500,00
<b>0027.0812.0016.2031 - Folha de Pagamento do Departamento de Esporte</b>					
Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Total Ação	Valor Orçado
Fiscal	3319000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinários		287.000,00
Fiscal	3319100000000000	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades	1000000 - Recursos ordinários		3.000,00
					290.000,00
<b>0027.0812.0016.2032 - Incentivo à Prática de Atividades Físicas</b>					
Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Total Ação	Valor Orçado
Fiscal	3339000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinários		55.000,00
Fiscal	3339000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinários		55.000,00
<b>0027.0812.0016.2033 - Realização e Apoio a Eventos Esportivos</b>					
Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Total Ação	Valor Orçado
Fiscal	3339000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinários		16.000,00
Fiscal	3449000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinários		1.000,00
					17.000,00
<b>0027.0812.0016.2034 - Manutenção e Reforma de Estruturas Esportivas</b>					
Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Total Ação	Valor Orçado
Fiscal	3339000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinários		22.000,00
Fiscal	3449000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinários		1.000,00
					23.000,00
<b>0027.0812.0016.2035 - Incentivo ao Esporte Amador e Profissional</b>					
Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Total Ação	Valor Orçado
Fiscal	3339000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinários		23.000,00
Fiscal	3449000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinários		1.000,00
					24.000,00
				Total Unidade	646.510,00
<b>2 - Dpto de Lazer</b>					
Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Total Ação	Valor Orçado
Fiscal	3339000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinários		10,00
Fiscal	3449000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinários		10,00
					20,00



**MUNICÍPIO DE ITAPOÁ**  
Planejamento e Orçamento  
LOA - Quadro de Detalhamento da Despesa  
Entidade: Consolidado  
Ano LOA: 2016

Pág 8 / 23

<b>0027.0813.0016.1013 - Projeto Verão</b>					
Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte		Valor Orçado
Fiscal	3339000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinários		38.000,00
Fiscal	3449000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinários	Total Ação	2.000,00
					40.000,00
<b>0027.0813.0016.2036 - Manutenção do Departamento de Lazer</b>					
Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte		Valor Orçado
Fiscal	3339000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinários		30.000,00
Fiscal	3449000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinários	Total Ação	2.000,00
					32.000,00
<b>0027.0813.0016.2154 - Gincama Esportiva, de Lazer e Cultural em Comemoração ao Aniversário de Itapoá</b>					
Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte		Valor Orçado
Fiscal	3339000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinários		10.000,00
				Total Ação	10.000,00
<b>0027.0813.0016.2155 - Incentivo à Prática de Lazer e Esporte</b>					
Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte		Valor Orçado
Fiscal	3339000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinários		8.000,00
				Total Ação	8.000,00
				Total Unidade	90.020,00
				Total Órgão	736.530,00
<b>9 - Secretaria de Agricultura e Pesca</b>					
<b>1 - Dpto de Agricultura</b>					
<b>0020.0608.0012.1014 - Aquisição de Veículos, Equipamentos e Maquinários para a Agricultura</b>					
Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte		Valor Orçado
Fiscal	3449000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinários		100,00
				Total Ação	100,00
<b>0020.0608.0012.1040 - Construção do Mercado Público Municipal no Balneário Itapema do Norte</b>					
Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte		Valor Orçado
Fiscal	3449000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinários		100,00
				Total Ação	100,00
<b>0020.0608.0012.2038 - Manutenção do Departamento de Agricultura</b>					
Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte		Valor Orçado
Fiscal	3339000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinários		56.000,00
Fiscal	3449000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinários		2.500,00
				Total Ação	58.500,00
<b>0020.0608.0012.2039 - Folha de Pagamento do Departamento de Agricultura</b>					
Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte		Valor Orçado
Fiscal	3319000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinários		268.900,00
Fiscal	3319100000000000	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades	1000000 - Recursos ordinários		9.100,00
				Total Ação	278.000,00
<b>0020.0608.0012.2040 - Implantação de Feiras Agrícolas</b>					
Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte		Valor Orçado
Fiscal	3339000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinários		11.000,00
Fiscal	3449000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinários		1.000,00
				Total Ação	12.000,00
<b>0020.0608.0012.2041 - Transporte de Calcário e Aquisição de Adubos e Sementes</b>					
Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte		Valor Orçado
Fiscal	3339000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinários		8.000,00

IPM - Informática Ltda

Identificador: WPL231101-718-NNMXIV-188679489 - Emitido por: WILMARIA JAQUELINE MADEIRA PITTA

05/01/2016 08:44





0020.0608.0012.2042 - Horas Máquina				Total Ação	8.000,00
Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado	10.000,00
Fiscal	3339000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinarios	10.000,00	10.000,00
0020.0608.0012.2045 - Serviço de Inspeção Municipal - Sim					
Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado	2.500,00
Fiscal	3339000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinarios	500,00	500,00
Fiscal	3449000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinarios	3.000,00	3.000,00
0020.0608.0012.2149 - Festa do Agricultor					
Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado	9.990,00
Fiscal	3339000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinarios	10,00	10.000,00
Fiscal	3449000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinarios	10.000,00	10.000,00
0020.0608.0012.2151 - Incentivo à Agricultura Familiar					
Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado	6.790,00
Fiscal	3339000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinarios	10,00	10,00
Fiscal	3449000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinarios	6.800,00	6.800,00
0020.0608.0012.2152 - Apoio ao Turismo Rural					
Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado	2.990,00
Fiscal	3339000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinarios	10,00	10,00
Fiscal	3449000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinarios	3.000,00	3.000,00
0020.0608.0012.2167 - CONTRATAÇÃO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA					
Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado	11.000,00
Fiscal	3339000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinarios	11.000,00	11.000,00
Total Unidade					400.500,00
2 - Dpto de Pesca					
0020.0608.0012.1015 - Construção, Ampliação e Estruturação de Mercado de Peixe					
Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado	6.900,00
Fiscal	3449000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinarios	6.900,00	6.900,00
0020.0608.0012.1016 - Construção de Barracão para Oficina e Manutenção de Embarcação					
Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado	10.000,00
Fiscal	3449000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinarios	10.000,00	10.000,00
0020.0608.0012.1017 - Desassorimento e Abertura do Canal do Rio Sai Mirim					
Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado	19.990,00
Fiscal	3339000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinarios	10,00	10,00
Fiscal	3449000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinarios	20.000,00	20.000,00
0020.0608.0012.2047 - Manutenção do Departamento de Pesca					
Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado	37.000,00
Fiscal	3339000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinarios	2.600,00	2.600,00
Fiscal	3449000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinarios	39.600,00	39.600,00

**MUNICÍPIO DE ITAPOÁ**  
Planejamento e Orçamento  
LOA - Quadro de Detalhamento da Despesa  
Entidade: Consolidado  
Ano LOA: 2016



**0020.0608.0012.2048 - Folha de Pagamento do Departamento de Pesca**

<b>Fonte de Financiamento</b>	<b>Elemento</b>	<b>Descrição</b>	<b>Fonte</b>	<b>Valor Orçado</b>
Fiscal	3319000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinários	55.650,00
Fiscal	3319100000000000	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades	1000000 - Recursos ordinários	11.350,00
			<b>Total Ação</b>	<b>67.000,00</b>
<b>0020.0608.0012.2050 - Desenvolvimento da Pesca Artesanal</b>				
<b>Fonte de Financiamento</b>	<b>Elemento</b>	<b>Descrição</b>	<b>Fonte</b>	<b>Valor Orçado</b>
Fiscal	3339000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinários	9.000,00
Fiscal	3449000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinários	1.000,00
			<b>Total Ação</b>	<b>10.000,00</b>
<b>0020.0608.0012.2153 - Apoio à Festa do Pescador</b>				
<b>Fonte de Financiamento</b>	<b>Elemento</b>	<b>Descrição</b>	<b>Fonte</b>	<b>Valor Orçado</b>
Fiscal	3339000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinários	9.990,00
Fiscal	3449000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinários	10,00
			<b>Total Ação</b>	<b>10.000,00</b>
<b>0020.0608.0012.2167 - CONTRATAÇÃO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA</b>				
<b>Fonte de Financiamento</b>	<b>Elemento</b>	<b>Descrição</b>	<b>Fonte</b>	<b>Valor Orçado</b>
Fiscal	3339000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinários	11.000,00
			<b>Total Ação</b>	<b>11.000,00</b>
			<b>Total Unidade</b>	<b>174.500,00</b>
			<b>Total Órgão</b>	<b>575.000,00</b>
<b>10 - Secretaria Turismo, Meio Ambiente e Cult</b>				
<b>1 - Departamento de Turismo</b>				
<b>0023.0695.0006.1018 - Construção e Ampliação de Estrutura Turística</b>				
<b>Fonte de Financiamento</b>	<b>Elemento</b>	<b>Descrição</b>	<b>Fonte</b>	<b>Valor Orçado</b>
Fiscal	3339000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinários	8.000,00
Fiscal	3449000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinários	190.000,00
			<b>Total Ação</b>	<b>198.000,00</b>
<b>0023.0695.0006.2051 - Manutenção do Departamento de Turismo</b>				
<b>Fonte de Financiamento</b>	<b>Elemento</b>	<b>Descrição</b>	<b>Fonte</b>	<b>Valor Orçado</b>
Fiscal	3339000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinários	45.000,00
Fiscal	3449000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinários	7.000,00
			<b>Total Ação</b>	<b>52.000,00</b>
<b>0023.0695.0006.2052 - Folha de Pagamento do Departamento de Turismo</b>				
<b>Fonte de Financiamento</b>	<b>Elemento</b>	<b>Descrição</b>	<b>Fonte</b>	<b>Valor Orçado</b>
Fiscal	3319000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinários	134.000,00
Fiscal	3319100000000000	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades	1000000 - Recursos ordinários	11.000,00
			<b>Total Ação</b>	<b>145.000,00</b>
<b>0023.0695.0006.2053 - Divulgação Turística</b>				
<b>Fonte de Financiamento</b>	<b>Elemento</b>	<b>Descrição</b>	<b>Fonte</b>	<b>Valor Orçado</b>
Fiscal	3339000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinários	5.000,00
Fiscal	3449000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinários	50,00
			<b>Total Ação</b>	<b>5.050,00</b>
<b>0023.0695.0006.2054 - Realização e Apoio a Eventos Turísticos</b>				
<b>Fonte de Financiamento</b>	<b>Elemento</b>	<b>Descrição</b>	<b>Fonte</b>	<b>Valor Orçado</b>
Fiscal	3339000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinários	39.990,00
Fiscal	3449000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinários	10,00

IPM - Informática Ltda

Identificador: WPL231101-718-NNMXIV-168679489 - Emitido por: WILMARIA JAQUELINE MADEIRA PITTA

05/01/2016 08:44



Descrição				Total Ação
2023.0695.0006.2157 - Apoio ao Evento Clube Trilheiros Italama				40.000,00
Fonte de Financiamento	Elemento	Aplicações Diretas		Valor Orcado
Fiscal	3339000000000000			50.010,00
				50.010,00
2023.0695.0006.2172 - Apoio ao CTG Fronteira do Litoral				
Fonte de Financiamento	Elemento	Aplicações Diretas		Valor Orcado
Fiscal	3339000000000000			30.000,00
				30.000,00
				520.060,00
2 - Departamento de Meio Ambiente				
2018.0541.0007.1021 - Construção e Ampliação de Estruturas para Rotas Ecológicas				
Fonte de Financiamento	Elemento	Aplicações Diretas		Valor Orcado
Fiscal	3339000000000000	Aplicações Diretas		1.000,00
Fiscal	3449000000000000	Aplicações Diretas		1.000,00
				2.000,00
2018.0541.0007.1022 - Desassoreamento e Dragagem de Rios				
Fonte de Financiamento	Elemento	Aplicações Diretas		Valor Orcado
Fiscal	3339000000000000	Aplicações Diretas		50,00
Fiscal	3449000000000000	Aplicações Diretas		50,00
				100,00
2018.0541.0007.1023 - Implantação de Parques Ecológicos				
Fonte de Financiamento	Elemento	Aplicações Diretas		Valor Orcado
Fiscal	3339000000000000	Aplicações Diretas		50,00
Fiscal	3449000000000000	Aplicações Diretas		50,00
				100,00
2018.0541.0007.1044 - Construção de Cerca nos Limites do Parque Carijós				
Fonte de Financiamento	Elemento	Aplicações Diretas		Valor Orcado
Fiscal	3339000000000000	Aplicações Diretas		50,00
Fiscal	3449000000000000	Aplicações Diretas		50,00
				100,00
2018.0541.0007.2055 - Elaboração e Execução de Projetos				
Fonte de Financiamento	Elemento	Aplicações Diretas		Valor Orcado
Fiscal	3339000000000000	Aplicações Diretas		11.000,00
				11.000,00
2018.0541.0007.2056 - Manutenção do Departamento de Meio Ambiente				
Fonte de Financiamento	Elemento	Aplicações Diretas		Valor Orcado
Fiscal	3339000000000000	Aplicações Diretas		200.000,00
Fiscal	3449000000000000	Aplicações Diretas		10.000,00
				210.000,00
2018.0541.0007.2057 - Folha de Pagamento do Departamento de Meio Ambiente				
Fonte de Financiamento	Elemento	Aplicações Diretas		Valor Orcado
Fiscal	3319000000000000	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos,		225.000,00
Fiscal	3319100000000000	Fundos e Entidades		15.000,00
				240.000,00
2018.0541.0007.2060 - Projetos Integrados de Educação Ambiental				
Fonte de Financiamento	Elemento	Aplicações Diretas		Valor Orcado
Fiscal	3339000000000000	Aplicações Diretas		2.000,00

**MUNICÍPIO DE ITAPOÁ**  
Planejamento e Orçamento  
LOA - Quadro de Detalhamento da Despesa  
Entidade: Consolidado  
Ano LOA: 2016



Fiscal	3449000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinários	Total Ação	50,00 2.050,00
<b>0018.0541.0007.2063 - Manutenção e Segurança Estrutural de Parques</b>					
Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte		Valor Orçado
Fiscal	3339000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinários		2.000,00
Fiscal	3449000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinários	Total Ação	1.000,00 3.000,00
<b>0018.0541.0007.2064 - Monitoramento do Processo Erosivo</b>					
Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte		Valor Orçado
Fiscal	3339000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinários		50,00
Fiscal	3449000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinários	Total Ação	50,00 100,00
<b>0018.0541.0007.2065 - Monitoramento e Controle da Qualidade Ambiental</b>					
Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte		Valor Orçado
Fiscal	3339000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinários		5.000,00
Fiscal	3449000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinários	Total Ação	100,00 5.100,00
<b>0018.0541.0007.2144 - Implantação do Plano de Manejo do Parque Carijós</b>					
Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte		Valor Orçado
Fiscal	3339000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinários		50,00
Fiscal	3449000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinários	Total Ação	50,00 100,00
<b>0018.0541.0007.2160 - Implantação do Parque Linear de Preservação do Rio Sai Mirim e Sai Guaçu</b>					
Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte		Valor Orçado
Fiscal	3339000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinários		10,00
Fiscal	3449000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinários	Total Ação	10,00 20,00
<b>3 - Dpto de Cultura</b>					
<b>0013.0392.0008.2067 - Manutenção do Departamento de Cultura</b>					
Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte		Valor Orçado
Fiscal	3339000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinários		35.000,00
Fiscal	3449000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinários	Total Ação	4.000,00 39.000,00
<b>0013.0392.0008.2068 - Folha de Pagamento do Departamento de Cultura</b>					
Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte		Valor Orçado
Fiscal	3319000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinários		103.000,00
Fiscal	3319100000000000	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades	1000000 - Recursos ordinários	Total Ação	7.000,00 110.000,00
<b>0013.0392.0008.2069 - Manutenção da Casa da Cultura</b>					
Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte		Valor Orçado
Fiscal	3339000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinários		5.000,00
Fiscal	3339000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinários	Total Ação	5.000,00
<b>0013.0392.0008.2070 - Promoção e Apoio a Eventos Culturais</b>					
Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte		Valor Orçado
Fiscal	3339000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinários		55.000,00
Fiscal	3449000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinários	Total Ação	1.000,00 56.000,00



**MUNICÍPIO DE ITAPOÁ**  
Planejamento e Orçamento  
LOA - Quadro de Detalhamento da Despesa  
Entidade: Consolidado  
Ano LOA: 2016

Pág 13 / 23

<b>0013.0392.0008.2071 - Escola de Diversidade Cultural</b>					
Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado	
Fiscal	3339000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinários	50,00	
Fiscal	3449000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinários	50,00	
			<b>Total Ação</b>	<b>100,00</b>	
<b>0013.0392.0008.2072 - Valorização do Artista e Artesão Local</b>					
Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado	
Fiscal	3339000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinários	5.000,00	
Fiscal	3449000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinários	50,00	
			<b>Total Ação</b>	<b>5.050,00</b>	
			<b>Total Unidade</b>	<b>215.150,00</b>	
<b>4 - FMMA - Fundo Municipal do Meio Ambiente</b>					
Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado	
Fiscal	3339000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinários	10,00	
Fiscal	3449000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinários	50,00	
			<b>Total Ação</b>	<b>60,00</b>	
			<b>Total Unidade</b>	<b>60,00</b>	
			<b>Total Órgão</b>	<b>1.208.940,00</b>	
<b>11 - Secretaria de Obras e Serviços Públicos</b>					
<b>1 - Dpto de Obras</b>					
<b>0015.0451.0009.1026 - Estação Rodoviária</b>					
Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado	
Fiscal	3449000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinários	100,00	
			<b>Total Ação</b>	<b>100,00</b>	
<b>0015.0451.0009.1027 - Ciclovias</b>					
Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado	
Fiscal	3449000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinários	100,00	
			<b>Total Ação</b>	<b>100,00</b>	
<b>0015.0451.0009.1028 - Pavimentação de Ruas</b>					
Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado	
Fiscal	3449000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinários	100,00	
			<b>Total Ação</b>	<b>100,00</b>	
<b>0015.0451.0009.2074 - Manutenção do Departamento de Obras</b>					
Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado	
Fiscal	3339000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinários	735.000,00	
Fiscal	3449000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinários	7.350,00	
			<b>Total Ação</b>	<b>742.350,00</b>	
<b>0015.0451.0009.2075 - Folha de Pagamento do Departamento de Obras</b>					
Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado	
Fiscal	3319000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinários	1.585.000,00	
Fiscal	3319100000000000	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades	1000000 - Recursos ordinários	145.000,00	
			<b>Total Ação</b>	<b>1.730.000,00</b>	
<b>0015.0451.0009.2076 - Ensaibramento de Vias Públicas</b>					
Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado	
Fiscal	3339000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinários	750.000,00	
Fiscal	3339000000000000	Aplicações Diretas	1070000 - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	1.000,00	

IPM - Informática Ltda

Identificador: WPL231101-718-NNMXIV-188679489 - Emitido por: WILMARIA JAQUELINE MADEIRA PITTA

05/01/2016 08:44

**MUNICÍPIO DE ITAPOÁ**  
Planejamento e Orçamento  
LOA - Quadro de Detalhamento da Despesa  
Entidade: Consolidado  
Ano LOA: 2016



<b>0015.0451.0009.2077 - Aquisição e Manutenção de Veículos, Maquinários e Equipamentos</b>		<b>Descrição</b>		<b>Total Ação</b>	<b>751.000,00</b>
<b>Fonte de Financiamento</b>	<b>Fiscal</b>	<b>Elemento</b>		<b>Fonte</b>	<b>Valor Orçado</b>
		3339000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinários	750.000,00
	<b>Fiscal</b>		Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinários	150.000,00
		3449000000000000			900.000,00
<b>0015.0451.0009.2161 - Horas Máquinas</b>		<b>Descrição</b>		<b>Total Ação</b>	<b>4.323.650,00</b>
<b>Fonte de Financiamento</b>	<b>Fiscal</b>	<b>Elemento</b>		<b>Fonte</b>	<b>Valor Orçado</b>
		3339000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinários	200.000,00
					200.000,00
					4.323.650,00
<b>2 - Dpto de Serviços Públicos</b>					
<b>0015.0452.0009.2078 - Manutenção do Departamento de Serviços Públicos</b>		<b>Descrição</b>		<b>Total Ação</b>	<b>582.350,00</b>
<b>Fonte de Financiamento</b>	<b>Fiscal</b>	<b>Elemento</b>		<b>Fonte</b>	<b>Valor Orçado</b>
		3339000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinários	580.000,00
	<b>Fiscal</b>		Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinários	2.350,00
		3449000000000000			582.350,00
<b>0015.0452.0009.2080 - Estruturação e Manutenção do Cemitério da Jaca</b>		<b>Descrição</b>		<b>Total Ação</b>	<b>90.000,00</b>
<b>Fonte de Financiamento</b>	<b>Fiscal</b>	<b>Elemento</b>		<b>Fonte</b>	<b>Valor Orçado</b>
		3339000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinários	15.000,00
	<b>Fiscal</b>		Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinários	75.000,00
		3449000000000000			90.000,00
<b>0015.0452.0009.2081 - Rede Pública de Iluminação</b>		<b>Descrição</b>		<b>Total Ação</b>	<b>1.250.000,00</b>
<b>Fonte de Financiamento</b>	<b>Fiscal</b>	<b>Elemento</b>		<b>Fonte</b>	<b>Valor Orçado</b>
		3339000000000000	Aplicações Diretas	1080000 - Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	1.250.000,00
	<b>Fiscal</b>		Aplicações Diretas	1080000 - Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	550.000,00
		3449000000000000			1.800.000,00
					2.472.350,00
<b>3 - Fundo Municipal de Saneamento Básico</b>					
<b>0017.0512.0010.2082 - Manutenção do Fmsb</b>		<b>Descrição</b>		<b>Total Ação</b>	<b>5.000,00</b>
<b>Fonte de Financiamento</b>	<b>Fiscal</b>	<b>Elemento</b>		<b>Fonte</b>	<b>Valor Orçado</b>
		3339000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinários	4.000,00
	<b>Fiscal</b>		Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinários	1.000,00
		3449000000000000			5.000,00
<b>0017.0512.0010.2083 - Limpeza Pública Urbana</b>		<b>Descrição</b>		<b>Total Ação</b>	<b>800.000,00</b>
<b>Fonte de Financiamento</b>	<b>Fiscal</b>	<b>Elemento</b>		<b>Fonte</b>	<b>Valor Orçado</b>
		3339000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinários	800.000,00
<b>0017.0512.0010.2084 - Manejo de Resíduos Sólidos</b>		<b>Descrição</b>		<b>Total Ação</b>	<b>1.950.000,00</b>
<b>Fonte de Financiamento</b>	<b>Fiscal</b>	<b>Elemento</b>		<b>Fonte</b>	<b>Valor Orçado</b>
		3339000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinários	1.950.000,00
<b>0017.0512.0010.2086 - Manutenção e Preservação do Rio Sai Mirim</b>		<b>Descrição</b>		<b>Total Ação</b>	<b>100.000,00</b>
<b>Fonte de Financiamento</b>	<b>Fiscal</b>	<b>Elemento</b>		<b>Fonte</b>	<b>Valor Orçado</b>
		3339000000000000	Aplicações Diretas	1002600 - Saneamento básico	95.000,00
	<b>Fiscal</b>		Aplicações Diretas	1002600 - Saneamento básico	5.000,00
		3449000000000000			100.000,00





**MUNICÍPIO DE ITAPOÁ**  
Planejamento e Orçamento  
LOA - Quadro de Detalhamento da Despesa  
Entidade: Consolidado  
Ano LOA: 2016

Pág 15 / 23

**0017.0512.0010.2156 - Drenagem e Manejo das Águas Pluviais Urbanas**

<b>Fonte de Financiamento</b>	<b>Elemento</b>	<b>Descrição</b>	<b>Fonte</b>	<b>Valor Orçado</b>
Fiscal	3339000000000000	Aplicações Diretas	1002600 - Saneamento básico	300.000,00
Fiscal	3449000000000000	Aplicações Diretas	1002600 - Saneamento básico	30.000,00
			<b>Total Ação</b>	330.000,00
			<b>Total Unidade</b>	3.185.000,00
			<b>Total Órgão</b>	9.981.000,00

**12 - Fundo Municipal da Infância e Adolescência****1 - Fundo Municipal da Infância e Adolescência****0008.0243.0011.2087 - Capacitação de Conselheiros do Fia**

<b>Fonte de Financiamento</b>	<b>Elemento</b>	<b>Descrição</b>	<b>Fonte</b>	<b>Valor Orçado</b>
Seg. Social	3339000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinarios	1.000,00
			<b>Total Ação</b>	1.000,00

**0008.0243.0011.2088 - Manutenção do Fia**

<b>Fonte de Financiamento</b>	<b>Elemento</b>	<b>Descrição</b>	<b>Fonte</b>	<b>Valor Orçado</b>
Seg. Social	3339000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinarios	1.500,00
Seg. Social	3449000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinarios	500,00
			<b>Total Ação</b>	2.000,00

**0008.0243.0011.2089 - Ação Direta com Crianças e Adolescentes**

<b>Fonte de Financiamento</b>	<b>Elemento</b>	<b>Descrição</b>	<b>Fonte</b>	<b>Valor Orçado</b>
Seg. Social	3339000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinarios	7.000,00
Seg. Social	3339000000000000	Aplicações Diretas	1090000 - FIA Imposto de Renda	2.000,00
			<b>Total Ação</b>	9.000,00
			<b>Total Unidade</b>	12.000,00
			<b>Total Órgão</b>	12.000,00

**13 - Fundo Municipal de Educacao****1 - Ensino Fundamental****0012.0361.0021.1029 - Desapropriação de Imóvel**

<b>Fonte de Financiamento</b>	<b>Elemento</b>	<b>Descrição</b>	<b>Fonte</b>	<b>Valor Orçado</b>
Fiscal	3449000000000000	Aplicações Diretas	1010000 - Receitas de impostos e de transf. de imp	10,00
			<b>Total Ação</b>	10,00

**0012.0361.0021.1030 - Construção / Ampliação e Reformas**

<b>Fonte de Financiamento</b>	<b>Elemento</b>	<b>Descrição</b>	<b>Fonte</b>	<b>Valor Orçado</b>
Fiscal	3339000000000000	Aplicações Diretas	1010000 - Receitas de impostos e de transf. de imp	10,00
Fiscal	3449000000000000	Aplicações Diretas	1010000 - Receitas de impostos e de transf. de imp	50.000,00
Fiscal	3449000000000000	Aplicações Diretas	2360000 - Salário-Educação	500.000,00
			<b>Total Ação</b>	550.010,00

**0012.0361.0021.2090 - Manutenção da Secretaria de Educação**

<b>Fonte de Financiamento</b>	<b>Elemento</b>	<b>Descrição</b>	<b>Fonte</b>	<b>Valor Orçado</b>
Fiscal	3339000000000000	Aplicações Diretas	1010000 - Receitas de impostos e de transf. de imp	250.000,00
Fiscal	3449000000000000	Aplicações Diretas	1010000 - Receitas de impostos e de transf. de imp	10,00
			<b>Total Ação</b>	250.010,00

**0012.0361.0021.2091 - Folha de Pagamento dos Profissionais da Secretaria de Educação**

<b>Fonte de Financiamento</b>	<b>Elemento</b>	<b>Descrição</b>	<b>Fonte</b>	<b>Valor Orçado</b>
Fiscal	3319000000000000	Aplicações Diretas	1010000 - Receitas de impostos e de transf. de imp	2.446.000,00
Fiscal	3319100000000000	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades	1010000 - Receitas de impostos e de transf. de imp	277.000,00
			<b>Total Ação</b>	2.723.000,00

**0012.0361.0021.2092 - Material de Distribuição Gratuita**

<b>Fonte de Financiamento</b>	<b>Elemento</b>	<b>Descrição</b>	<b>Fonte</b>	<b>Valor Orçado</b>
Fiscal	3319000000000000	Aplicações Diretas	1010000 - Receitas de impostos e de transf. de imp	2.446.000,00
Fiscal	3319100000000000	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades	1010000 - Receitas de impostos e de transf. de imp	277.000,00
			<b>Total Ação</b>	2.723.000,00

IPM - Informática Ltda

Identificador: WPL231101-718-NNMJXIV-18879489 - Emitido por: WILMARIA JAQUELINE MADEIRA PITTA

05/01/2016 08:44

**MUNICÍPIO DE ITAPOÁ**  
Planejamento e Orçamento  
LOA - Quadro de Detalhamento da Despesa  
Entidade: Consolidado  
Ano LOA: 2016



Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte	Total Ação	Valor Orçado
Fiscal	3339000000000000	Aplicações Diretas	1010000 - Receitas de impostos e de transf. de imp		60.000,00
<b>0012.0361.0021.2093 - Merenda Escolar</b>				<b>Total Ação</b>	<b>60.000,00</b>
Fiscal	3339000000000000	Aplicações Diretas	Fonte		Valor Orçado
Fiscal	3339000000000000	Aplicações Diretas	1010000 - Receitas de impostos e de transf. de imp		191.000,00
			2370100 - PNAE - FUNDAMENTAL		140.000,00
<b>0012.0361.0021.2094 - Transporte Escolar Municipal</b>				<b>Total Ação</b>	<b>331.000,00</b>
Fiscal	3339000000000000	Aplicações Diretas	Fonte		Valor Orçado
Fiscal	3339000000000000	Aplicações Diretas	1010000 - Receitas de impostos e de transf. de imp		300.000,00
Fiscal	3339000000000000	Aplicações Diretas	2370500 - PROG NAC TRANSP ESCOLAR FEDERAL		30.000,00
Fiscal	3339000000000000	Aplicações Diretas	2660100 - Programa Nac Transporte Escolar - Estadual		30.000,00
<b>0012.0361.0021.2095 - Manutenção do Ensino Fundamental</b>				<b>Total Ação</b>	<b>360.000,00</b>
Fiscal	3339000000000000	Aplicações Diretas	Fonte		Valor Orçado
Fiscal	3339000000000000	Aplicações Diretas	1010000 - Receitas de impostos e de transf. de imp		2.600.330,90
Fiscal	3339000000000000	Aplicações Diretas	2360000 - Salário-Educação		624.000,00
Fiscal	3449000000000000	Aplicações Diretas	2360000 - Salário-Educação		30.000,00
				<b>Total Ação</b>	<b>3.254.330,90</b>
<b>0012.0361.0021.2096 - Folha de Pagamento dos Profissionais da Educação Fundamental</b>					
Fiscal	3319000000000000	Aplicações Diretas	Fonte		Valor Orçado
Fiscal	3319000000000000	Aplicações Diretas	1010000 - Receitas de impostos e de transf. de imp		1.223.000,00
Fiscal	3319100000000000	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades	2180000 - Transf. de recursos do fundeb		9.713.000,00
			1010000 - Receitas de impostos e de transf. de imp		1.095.000,00
<b>0012.0361.0021.2097 - Gestão Financeira Democrática das Escolas - Pdde</b>				<b>Total Ação</b>	<b>12.031.000,00</b>
Fiscal	3339000000000000	Aplicações Diretas	Fonte		Valor Orçado
Fiscal	3339000000000000	Aplicações Diretas	1010000 - Receitas de impostos e de transf. de imp		80.000,00
<b>0012.0361.0021.2193 - Projeto Ampliação da Jornada Escolar</b>				<b>Total Ação</b>	<b>80.000,00</b>
Fiscal	3339000000000000	Aplicações Diretas	Fonte		Valor Orçado
			1010000 - Receitas de impostos e de transf. de imp		10,00
<b>2 - Ensino Infantil</b>				<b>Total Unidade</b>	<b>19.639.370,90</b>
Fiscal	3339000000000000	Aplicações Diretas	Fonte		Valor Orçado
<b>0012.0365.0021.1031 - Desapropriação de Imóvel</b>				<b>Total Ação</b>	<b>10,00</b>
Fiscal	3449000000000000	Aplicações Diretas	1010000 - Receitas de impostos e de transf. de imp		10,00
<b>0012.0365.0021.1032 - Construção / Ampliação e Reformas</b>					
Fiscal	3339000000000000	Aplicações Diretas	Fonte		Valor Orçado
Fiscal	3449000000000000	Aplicações Diretas	1010000 - Receitas de impostos e de transf. de imp		10,00
			1010000 - Receitas de impostos e de transf. de imp		10,00
				<b>Total Ação</b>	<b>20,00</b>
<b>0012.0365.0021.2098 - Manutenção do Ensino Infantil</b>					
Fiscal	3339000000000000	Aplicações Diretas	Fonte		Valor Orçado
Fiscal	3339000000000000	Aplicações Diretas	1010000 - Receitas de impostos e de transf. de imp		300.000,00
			2360000 - Salário-Educação		416.000,00

05/01/2016 08:44

Identificador: WPL231101-718-NNMJXIV-188679489 - Emitido por: WILMARIA JAQUELINE MADEIRA PITTA

IPM - Informática Ltda

**MUNICÍPIO DE ITAPOÁ**  
Planejamento e Orçamento  
LOA - Quadro de Detalhamento da Despesa  
Entidade: Consolidado  
Ano LOA: 2016



Fiscal	34490000000000000000	Aplicações Diretas	2360000 - Salário-Educação	Total Ação	30.000,00 746.000,00
<b>0012.0365.0021.2099 - Material de Distribuição Gratuita</b>	<b>Elemento</b>				<b>Valor Orçado</b>
Fiscal	33390000000000000000	Aplicações Diretas	1010000 - Receitas de impostos e de transf. de imp	Total Ação	35.000,00 35.000,00
<b>0012.0365.0021.2100 - Transporte Escolar Municipal</b>	<b>Elemento</b>				<b>Valor Orçado</b>
Fiscal	33390000000000000000	Aplicações Diretas	1010000 - Receitas de impostos e de transf. de imp	Total Ação	109.100,00 2.000,00
Fiscal	33390000000000000000	Aplicações Diretas	2370500 - PROG NAC TRANSP ESCOLAR FEDERAL	Total Ação	111.100,00
<b>0012.0365.0021.2101 - Folha de Pagamento dos Profissionais da Educação Infantil</b>	<b>Elemento</b>				<b>Valor Orçado</b>
Fiscal	33190000000000000000	Aplicações Diretas	1010000 - Receitas de impostos e de transf. de imp	Total Ação	410.000,00
Fiscal	33190000000000000000	Aplicações Diretas	2180000 - Transf. de recursos do fundeb	Total Ação	3.287.000,00
Fiscal	33191000000000000000	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades	1010000 - Receitas de impostos e de transf. de imp	Total Ação	590.000,00
<b>0012.0365.0021.2102 - Merenda Escolar das Creches</b>	<b>Elemento</b>				<b>Valor Orçado</b>
Fiscal	33390000000000000000	Aplicações Diretas	1010000 - Receitas de impostos e de transf. de imp	Total Ação	45.000,00
Fiscal	33390000000000000000	Aplicações Diretas	2370300 - PNAE - CRECHE	Total Ação	90.000,00 135.000,00
<b>0012.0365.0021.2103 - Merenda Escolar da Pré-escola</b>	<b>Elemento</b>				<b>Valor Orçado</b>
Fiscal	33390000000000000000	Aplicações Diretas	1010000 - Receitas de impostos e de transf. de imp	Total Ação	100.000,00
Fiscal	33390000000000000000	Aplicações Diretas	2370200 - PNAE - PRÉ ESCOLAR	Total Ação	48.000,00 148.000,00
<b>0012.0365.0021.2104 - Gestão Financeira Democrática das Escolas - Pdde</b>	<b>Elemento</b>				<b>Valor Orçado</b>
Fiscal	33390000000000000000	Aplicações Diretas	1010000 - Receitas de impostos e de transf. de imp	Total Ação	25.000,00 25.000,00
<b>3 - Ensino Fundamental / Eja</b>	<b>Elemento</b>				<b>Valor Orçado</b>
<b>0012.0361.0021.1045 - Cobertura da Quadra de Esporte da Escola Frei Valentim</b>	<b>Elemento</b>				<b>Valor Orçado</b>
Fiscal	34490000000000000000	Aplicações Diretas	1010000 - Receitas de impostos e de transf. de imp	Total Ação	4.000,00 4.000,00
<b>0012.0366.0021.2105 - Transporte Escolar Municipal Eja</b>	<b>Elemento</b>				<b>Valor Orçado</b>
Fiscal	33390000000000000000	Aplicações Diretas	1010000 - Receitas de impostos e de transf. de imp	Total Ação	40.000,00 40.000,00
<b>0012.0366.0021.2106 - Folha de Pagamento dos Profissionais do Eja</b>	<b>Elemento</b>				<b>Valor Orçado</b>
Fiscal	33190000000000000000	Aplicações Diretas	1010000 - Receitas de impostos e de transf. de imp	Total Ação	608.390,00
Fiscal	33191000000000000000	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades	1010000 - Receitas de impostos e de transf. de imp	Total Ação	75.000,00
<b>0012.0366.0021.2107 - Manutenção do Eja</b>	<b>Elemento</b>				<b>Valor Orçado</b>
Fiscal	33390000000000000000	Aplicações Diretas		Total Ação	683.390,00

Pág 18 / 23

**MUNICÍPIO DE ITAPOÁ**  
Planejamento e Orçamento  
LOA - Quadro de Detalhamento da Despesa  
Entidade: Consolidado  
Ano LOA: 2016



Fonte de Financiamento		Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
Fiscal	Fiscal	3339000000000000	Aplicações Diretas	10100000 - Receitas de impostos e de transf. de imp	40.000,00
Fiscal		3449000000000000	Aplicações Diretas	10100000 - Receitas de impostos e de transf. de imp	3.000,00
Total Ação					43.000,00
0012.0366.0021.2108 - Merenda Escolar do Eja					
Fonte de Financiamento		Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
Fiscal	Fiscal	3339000000000000	Aplicações Diretas	10100000 - Receitas de impostos e de transf. de imp	10.000,00
Fiscal		3339000000000000	Aplicações Diretas	2370400 - PNAE - EJA	8.000,00
Total Ação					18.000,00
Total Unidade					788.390,00
4 - Ensino Médio					
0012.0362.0022.2109 - Transporte Escolar Municipal Ensino Médio					
Fonte de Financiamento		Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
Fiscal	Fiscal	3339000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinarios	375.000,00
Fiscal		3339000000000000	Aplicações Diretas	2370500 - PROG NAC TRANSP ESCOLAR FEDERAL	5.000,00
Fiscal		3339000000000000	Aplicações Diretas	2660100 - Programa Nac Transporte Escolar - Estadual	300.000,00
Total Ação					680.000,00
0012.0362.0022.2163 - Convênio com a APP da Escola Estadual Nereu Ramos					
Fonte de Financiamento		Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
Fiscal	Fiscal	3335000000000000	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	10000000 - Recursos ordinarios	30.000,00
Total Ação					30.000,00
Total Unidade					710.000,00
5 - Ensino Superior					
0012.0364.0022.2110 - Manutenção do Transporte Universitário					
Fonte de Financiamento		Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
Fiscal	Fiscal	3339000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinarios	938.000,00
Total Ação					938.000,00
Total Unidade					938.000,00
6 - Ensino Especial					
0012.0367.0021.2164 - SUBVENÇÃO SOCIAL EDUCAÇÃO ESPECIAL					
Fonte de Financiamento		Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
Fiscal	Fiscal	3335000000000000	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	10100000 - Receitas de impostos e de transf. de imp	150.000,00
Total Ação					150.000,00
Total Unidade					150.000,00
Total Orgão					27.712.890,90
14 - Fundo Municipal de Saude					
1 - Fundo Municipal de Saúde					
0010.0301.0013.1033 - Construção / Ampliação e Reforma de Unidades Básicas de Saúde					
Fonte de Financiamento		Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
Seg. Social	Seg. Social	3339000000000000	Aplicações Diretas	1020100 - Receitas de impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	10,00
Seg. Social		3449000000000000	Aplicações Diretas	1020100 - Receitas de impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	10,00
Total Ação					20,00
0010.0301.0013.2111 - Manutenção da Saúde Bucal					
Fonte de Financiamento		Elemento	Descrição	Fonte	Valor Orçado
Seg. Social	Seg. Social	3339000000000000	Aplicações Diretas	2380200 - ATENÇÃO BÁSICA - PAB FIXO	20.000,00
Total Ação					20.000,00



Seg. Social	3449000000000000	Aplicações Diretas	2380200 - ATENÇÃO BÁSICA - PAB FIXO	Total Ação	5.000,00 25.000,00
0070.0301.0013.2112 - Programa de Assistência Farmacêutica Básica					
Fonte de Financiamento		Descrição	Fonte	Valor Orcado	
Seg. Social	3339000000000000	Aplicações Diretas	1020100 - Receitas de Impostos e de Saúde	Impostos -	550.000,00
Seg. Social	3339000000000000	Aplicações Diretas	2381100 - ASSIST FARMACÊUTICA BÁSICA FEDERAL		78.000,00
Seg. Social	3339000000000000	Aplicações Diretas	2670300 - ASSISTENCIA FARMACÊUTICA BÁSICA ESTADUAL	Total Ação	67.000,00 695.000,00
0070.0301.0013.2113 - Manutenção das Unidades Básicas de Saúde da Família					
Fonte de Financiamento		Descrição	Fonte	Valor Orcado	
Seg. Social	3339000000000000	Aplicações Diretas	1020100 - Receitas de Impostos e de Saúde	Impostos -	30.000,00
Seg. Social	3339000000000000	Aplicações Diretas	2380100 - NASF COFINACIAMENTO ATENÇÃO BÁSICA		110.000,00
Seg. Social	3339000000000000	Aplicações Diretas	2380200 - ATENÇÃO BÁSICA - PAB FIXO		160.000,00
Seg. Social	3339000000000000	Aplicações Diretas	2380300 - ATENÇÃO BÁSICA - PSF		1.18.000,00
Seg. Social	3339000000000000	Aplicações Diretas	2380500 - ATENÇÃO BÁSICA - PSE PROG SAUDE ESCOLAR		30.000,00
Seg. Social	3339000000000000	Aplicações Diretas	2380600 - ATENÇÃO BÁSICA PMAQ		146.000,00
Seg. Social	3339000000000000	Aplicações Diretas	2670100 - COFINACIAMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA		99.000,00
Seg. Social	3339000000000000	Aplicações Diretas	2670500 - NASF ESTADUAL		36.000,00
Seg. Social	3449000000000000	Aplicações Diretas	2380100 - NASF COFINACIAMENTO ATENÇÃO BÁSICA		30.000,00
Seg. Social	3449000000000000	Aplicações Diretas	2380300 - ATENÇÃO BÁSICA - PSF		20.000,00
Seg. Social	3449000000000000	Aplicações Diretas	2380500 - ATENÇÃO BÁSICA - PSE PROG SAUDE ESCOLAR		4.000,00
Seg. Social	3449000000000000	Aplicações Diretas	2380600 - ATENÇÃO BÁSICA PMAQ	Total Ação	60.000,00 843.000,00
0070.0301.0013.2114 - Manutenção do Centro de Reabilitação					
Fonte de Financiamento		Descrição	Fonte	Valor Orcado	
Seg. Social	3339000000000000	Aplicações Diretas	1020100 - Receitas de Impostos e de Saúde	Impostos -	50.000,00
Seg. Social	3339000000000000	Aplicações Diretas	2670200 - MAC / ESTADUAL		44.000,00
Seg. Social	3449000000000000	Aplicações Diretas	2670200 - MAC / ESTADUAL	Total Ação	5.000,00 99.000,00
0070.0301.0013.2115 - Manutenção do Pa 24 Horas					
Fonte de Financiamento		Descrição	Fonte	Valor Orcado	
Seg. Social	3339000000000000	Aplicações Diretas	1020100 - Receitas de Impostos e de Saúde	Impostos -	205.000,00
Seg. Social	3339000000000000	Aplicações Diretas	2380700 - MAC/SAMU		143.000,00
Seg. Social	3339000000000000	Aplicações Diretas	2380800 - MAC SE		250.000,00
Seg. Social	3449000000000000	Aplicações Diretas	1020100 - Receitas de Impostos e de Saúde	Impostos -	10.000,00
Seg. Social	3449000000000000	Aplicações Diretas	2380800 - MAC SE	Total Ação	50.000,00 658.000,00
0070.0301.0013.2116 - Repasse ao Cis / Amunesc					
Fonte de Financiamento		Descrição	Fonte	Valor Orcado	
Seg. Social	3317100000000000	Transferências a Consórcios Públicos	1020100 - Receitas de Impostos e de Saúde	Impostos -	10.000,00
Seg. Social	3337100000000000	Transferências a Consórcios Públicos	1020100 - Receitas de Impostos e de Saúde	Impostos -	221.277,20
				Total Ação	231.277,20
0070.0301.0013.2117 - Plantões Médicos					
Fonte de Financiamento		Descrição	Fonte	Valor Orcado	
Seg. Social					

Identificador: WPL231101-718-NNMJXW-189679489 - Emitido por: WILMARIA JACQUELINE MADEIRA PITTA

05/01/2016 08:44

**MUNICÍPIO DE ITAPOÁ**  
Planejamento e Orçamento  
LOA - Quadro de Detalhamento da Despesa  
Entidade: Consolidado  
Ano LOA: 2016



Seg. Social	3319000000000000	Aplicações Diretas	1020100 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	<b>Total Ação</b>	1.000.000,00
<b>0010.0301.0013.2118 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde</b>					
Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte		<b>Valor Orçado</b>
Seg. Social	3339000000000000	Aplicações Diretas	1020100 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde		1.508.970,00
Seg. Social	3449000000000000	Aplicações Diretas	1020100 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	<b>Total Ação</b>	5.000,00
					1.513.970,00
<b>0010.0301.0013.2141 - Manutenção e Desenvolvimento das Ações do Cms</b>					
Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte		<b>Valor Orçado</b>
Seg. Social	3339000000000000	Aplicações Diretas	1020100 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde		10.000,00
Seg. Social	3449000000000000	Aplicações Diretas	1020100 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	<b>Total Ação</b>	5.000,00
					15.000,00
<b>0010.0301.0013.2142 - Folha de Pagamento do Fms</b>					
Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte		<b>Valor Orçado</b>
Seg. Social	3319000000000000	Aplicações Diretas	1020100 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde		7.934.328,55
Seg. Social	3319000000000000	Aplicações Diretas	2380100 - NASF COFINACIAMENTO ATENÇÃO BÁSICA		100.000,00
Seg. Social	3319000000000000	Aplicações Diretas	2380200 - ATENÇÃO BÁSICA - PAB FIXO		223.000,00
Seg. Social	3319000000000000	Aplicações Diretas	2380300 - ATENÇÃO BÁSICA - PSF		290.000,00
Seg. Social	3319000000000000	Aplicações Diretas	2380400 - ATENÇÃO BÁSICA - PACS		461.370,00
Seg. Social	3319000000000000	Aplicações Diretas	2380600 - ATENÇÃO BÁSICA PMAQ		181.600,00
Seg. Social	3319000000000000	Aplicações Diretas	2380700 - MAC/SAMU		120.030,00
Seg. Social	3319100000000000	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades	1020100 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	<b>Total Ação</b>	9.960.328,55
<b>0010.0303.0013.2158 - Implantação, Estruturação e Manutenção do Caps</b>					
Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte		<b>Valor Orçado</b>
Seg. Social	3339000000000000	Aplicações Diretas	1020100 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde		10,00
				<b>Total Ação</b>	10,00
<b>0010.0304.0013.2120 - Manutenção da Vigilância Sanitária</b>					
Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte		<b>Valor Orçado</b>
Seg. Social	3339000000000000	Aplicações Diretas	1020200 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA MUNICIPAL		47.000,00
Seg. Social	3339000000000000	Aplicações Diretas	2381000 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE SANITÁRIA		12.000,00
Seg. Social	3449000000000000	Aplicações Diretas	1020200 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA MUNICIPAL	<b>Total Ação</b>	20.000,00
					79.000,00
<b>0010.0304.0013.2121 - Convênio com Entidade Protetora de Animais</b>					
Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte		<b>Valor Orçado</b>
Seg. Social	3335000000000000	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	1020100 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde		56.000,00
				<b>Total Ação</b>	56.000,00
<b>0010.0305.0013.2119 - Manutenção da Vigilância Epidemiológica</b>					
Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte		<b>Valor Orçado</b>
Seg. Social	3339000000000000	Aplicações Diretas	1020100 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde		5.000,00



**MUNICÍPIO DE ITAPOÁ**  
Planejamento e Orçamento  
LOA - Quadro de Detalhamento da Despesa  
Entidade: Consolidado  
Ano LOA: 2016



Seg. Social	3339000000000000	Aplicações Diretas	2380900 - VIGILANCIA EM SAUDE EPIDEMIOLOGICA	41.710,00
Seg. Social	3449000000000000	Aplicações Diretas	2380900 - VIGILANCIA EM SAUDE EPIDEMIOLOGICA	10.000,00
			<b>Total Ação</b>	56.710,00
			<b>Total Unidade</b>	15.232.315,75
			<b>Total Órgão</b>	15.232.315,75
<b>15 - Fundo Municipal de Assistência Social</b>				
<b>1 - Fundo Municipal de Assistência Social</b>				
<b>0008.0241.0005.2126 - Manutenção do Centro de Convivência do Idoso</b>				
<b>Fonte de Financiamento</b>				
Seg. Social	3339000000000000	Aplicações Diretas	<b>Fonte</b>	<b>Valor Orçado</b>
Seg. Social	3449000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinários	5.000,00
			1000000 - Recursos ordinários	5.240,00
			<b>Total Ação</b>	10.240,00
<b>0008.0241.0005.2128 - Programa de Atendimento Domiciliar ao Idoso/deficiente</b>				
<b>Fonte de Financiamento</b>				
Seg. Social	3339000000000000	Aplicações Diretas	<b>Fonte</b>	<b>Valor Orçado</b>
Seg. Social	3339000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinários	8.699,00
			2350300 - APOIO À PESSOA IDOSA - API	4.400,00
			<b>Total Ação</b>	13.099,00
<b>0008.0241.0005.2165 - REPASSE À ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL</b>				
<b>Fonte de Financiamento</b>				
Seg. Social	3339000000000000	Aplicações Diretas	<b>Fonte</b>	<b>Valor Orçado</b>
			1000000 - Recursos ordinários	41.000,00
			<b>Total Ação</b>	41.000,00
<b>0008.0243.0005.2124 - Manutenção do Abrigo Provisório</b>				
<b>Fonte de Financiamento</b>				
Seg. Social	3339000000000000	Aplicações Diretas	<b>Fonte</b>	<b>Valor Orçado</b>
Seg. Social	3339000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinários	95.000,00
Seg. Social	3449000000000000	Aplicações Diretas	2650100 - feas fundo estadual de assistência social	12.475,00
Seg. Social	3449000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinários	4.349,00
			2650100 - feas fundo estadual de assistência social	8.325,00
			<b>Total Ação</b>	120.149,00
<b>0008.0244.0005.2122 - Manutenção do Fmas</b>				
<b>Fonte de Financiamento</b>				
Seg. Social	3339000000000000	Aplicações Diretas	<b>Fonte</b>	<b>Valor Orçado</b>
Seg. Social	3339000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinários	165.900,00
Seg. Social	3449000000000000	Aplicações Diretas	2350400 - BOLSA FAMÍLIA	8.892,00
Seg. Social	3449000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinários	26.200,00
			2350400 - BOLSA FAMÍLIA	6.240,00
			<b>Total Ação</b>	207.232,00
<b>0008.0244.0005.2123 - Manutenção do Cras</b>				
<b>Fonte de Financiamento</b>				
Seg. Social	3339000000000000	Aplicações Diretas	<b>Fonte</b>	<b>Valor Orçado</b>
Seg. Social	3339000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinários	4.349,00
Seg. Social	3449000000000000	Aplicações Diretas	2350200 - SERV CONV E FORTAL VINCULO - SCFV	108.000,00
Seg. Social	3449000000000000	Aplicações Diretas	2350500 - IGD - SUAS	10.260,00
Seg. Social	3449000000000000	Aplicações Diretas	2650300 - FEAS PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	26.700,00
Seg. Social	3449000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinários	1.729,00
Seg. Social	3449000000000000	Aplicações Diretas	2350500 - IGD - SUAS	7.200,00
			<b>Total Ação</b>	158.238,00
<b>0008.0244.0005.2127 - Benefícios Eventuais</b>				
<b>Fonte de Financiamento</b>				
Seg. Social	3339000000000000	Aplicações Diretas	<b>Fonte</b>	<b>Valor Orçado</b>
Seg. Social	3339000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinários	170.736,00
Seg. Social	3339000000000000	Aplicações Diretas	2650200 - feas cofinanciamento de benefícios eventuais	3.460,00
			<b>Total Ação</b>	174.196,00
<b>0008.0244.0005.2129 - Manutenção e Desenvolvimento das Ações dos Conselhos</b>				

IPM - Informática Ltda

Identificador: WPL231101-718-NNMJXV-188679489 - Emitido por: WILLMARA JAQUELINE MADEIRA PITTA

05/01/2016 08:44

**MUNICÍPIO DE ITAPOÁ**  
Planejamento e Orçamento  
LOA - Quadro de Detalhamento da Despesa  
Entidade: Consolidado  
Ano LOA: 2016



<b>Fonte de Financiamento</b>	<b>Elemento</b>	<b>Descrição</b>	<b>Fonte</b>	<b>Valor Orçado</b>
Seg. Social	3339000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinarios	7.698,00
Seg. Social	3339000000000000	Aplicações Diretas	2350400 - BOLSA FAMÍLIA	468,00
Seg. Social	3339000000000000	Aplicações Diretas	2350500 - IGD - SUAS	540,00
Seg. Social	3449000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinarios	1.000,00
			<b>Total Ação</b>	<b>9.706,00</b>
<b>0008.0244.0005.2130 - Programa Ação Direta com as Famílias - Paif</b>				
<b>Fonte de Financiamento</b>	<b>Elemento</b>	<b>Descrição</b>	<b>Fonte</b>	<b>Valor Orçado</b>
Seg. Social	3339000000000000	Aplicações Diretas	2350100 - PBF - PISO BÁSICO FIXO	78.000,00
			<b>Total Ação</b>	<b>78.000,00</b>
<b>0008.0244.0005.2132 - Programa de Medida Sócia Educativa - Pmse</b>				
<b>Fonte de Financiamento</b>	<b>Elemento</b>	<b>Descrição</b>	<b>Fonte</b>	<b>Valor Orçado</b>
Seg. Social	3339000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinarios	13.100,00
			<b>Total Ação</b>	<b>13.100,00</b>
<b>0008.0244.0005.2143 - Folha de Pagamento do Fmas</b>				
<b>Fonte de Financiamento</b>	<b>Elemento</b>	<b>Descrição</b>	<b>Fonte</b>	<b>Valor Orçado</b>
Seg. Social	3319000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinarios	980.000,00
Seg. Social	3319100000000000	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades	1000000 - Recursos ordinarios	80.000,00
			<b>Total Ação</b>	<b>1.060.000,00</b>
<b>0008.0244.0005.2173 - Apoio à Associação de Moradores do Bairro São José</b>				
<b>Fonte de Financiamento</b>	<b>Elemento</b>	<b>Descrição</b>	<b>Fonte</b>	<b>Valor Orçado</b>
Seg. Social	3339000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinarios	5.000,00
			<b>Total Ação</b>	<b>5.000,00</b>
<b>16 - Ipesi-inst.prev.soc.serv.pub.mun.itapoa</b>				
<b>1 - Ipesi</b>				
<b>0009.0272.0014.2134 - Benefícios de Aposentadoria</b>				
<b>Fonte de Financiamento</b>	<b>Elemento</b>	<b>Descrição</b>	<b>Fonte</b>	<b>Valor Orçado</b>
Seg. Social	3339000000000000	Aplicações Diretas	1030000 - Contribuicao para rpps	2.500.000,00
			<b>Total Ação</b>	<b>2.500.000,00</b>
<b>0009.0272.0014.2135 - Outros Benefícios Previdenciários</b>				
<b>Fonte de Financiamento</b>	<b>Elemento</b>	<b>Descrição</b>	<b>Fonte</b>	<b>Valor Orçado</b>
Seg. Social	3339000000000000	Aplicações Diretas	1030000 - Contribuicao para rpps	500.000,00
			<b>Total Ação</b>	<b>500.000,00</b>
<b>0009.0272.0014.2136 - Manutenção do Ipesi</b>				
<b>Fonte de Financiamento</b>	<b>Elemento</b>	<b>Descrição</b>	<b>Fonte</b>	<b>Valor Orçado</b>
Seg. Social	3339000000000000	Aplicações Diretas	1030000 - Contribuicao para rpps	135.000,00
Seg. Social	3449000000000000	Aplicações Diretas	1030000 - Contribuicao para rpps	50.000,00
			<b>Total Ação</b>	<b>185.000,00</b>
<b>0009.0272.0014.2137 - Capacitação de Servidores e Conselheiros</b>				
<b>Fonte de Financiamento</b>	<b>Elemento</b>	<b>Descrição</b>	<b>Fonte</b>	<b>Valor Orçado</b>
Seg. Social	3339000000000000	Aplicações Diretas	1030000 - Contribuicao para rpps	15.000,00
			<b>Total Ação</b>	<b>15.000,00</b>
<b>0009.0272.0014.2168 - Preparação para Aposentadoria e Acolhimento do Inativo</b>				
<b>Fonte de Financiamento</b>	<b>Elemento</b>	<b>Descrição</b>	<b>Fonte</b>	<b>Valor Orçado</b>
Seg. Social	3339000000000000	Aplicações Diretas	1030000 - Contribuicao para rpps	14.000,00
Seg. Social	3449000000000000	Aplicações Diretas	1030000 - Contribuicao para rpps	1.000,00
			<b>Total Ação</b>	<b>1.000,00</b>

Pág 23 / 23

**MUNICÍPIO DE ITAPOÁ**  
Planejamento e Orçamento  
LOA - Quadro de Detalhamento da Despesa  
Entidade: Consolidado  
Ano LOA: 2016



0099.0997.0014.2138 - Reserva de Contingência do Ipesi				Total Ação	15.000,00
Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte		Valor Orçado
Seg. Social	3999000000000000	Reserva de Contingência	1030000 - Contribuicao para rpps	Total Ação	7.946.000,00
				Total Unidade	7.946.000,00
				Total Órgão	11.161.000,00
					11.161.000,00
17 - Funrebom-fund.mun.c.bombeiros					
1 - Dpto do Funrebom					
0006.0182.0015.2139 - Manutenção do Funrebom					
Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte		Valor Orçado
Fiscal	3339000000000000	Aplicações Diretas	1002500 - Funrebom		80.000,00
Fiscal	3449000000000000	Aplicações Diretas	1000000 - Recursos ordinarios		120.000,00
Fiscal	3449000000000000	Aplicações Diretas	1002500 - Funrebom		60.000,00
				Total Ação	260.000,00
				Total Unidade	260.000,00
				Total Órgão	260.000,00
26 - Reserva de Contingencia					
1 - Reserva de Contigencia					
0099.0999.0019.9001 - Reserva de Contingência					
Fonte de Financiamento	Elemento	Descrição	Fonte		Valor Orçado
Fiscal	3999900000000000	Reserva de Contingência	1000000 - Recursos ordinarios	Total Ação	200.000,00
				Total Unidade	200.000,00
				Total Órgão	200.000,00
				Total Geral	81.322.170,00

IPM - Informática Ltda

Identificador: WPL231101-718-NNMUDW-189679489 - Emitido por: WILMARIA-JAQUELINE MADEIRA PITTA

05/01/2016 08:44

# Jacinto Machado

## PREFEITURA

### DECRETO Nº. 108 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015.

DECRETO Nº. 108 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015.

NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL - CMPC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com Lei nº. 766, de 19 de dezembro de 2014 e Lei 797 de 18 de novembro de 2015.

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica instituído o Conselho Municipal Política Cultural - CMPC, como órgão colegiado vinculado à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, destinado a atuar com base nas diretrizes propostas pela Conferência Municipal de Cultura - CMC, na elaboração, acompanhamento da execução, fiscalização e avaliação das políticas públicas de cultura, consolidadas no Plano Municipal de Cultura - PMC.

Art. 2º - Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal de Políticas Culturais – CMPC:

I - Representação do Sociedade Civil no Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC:

· Um Representante da área de artes digitais ou artes visuais:

- Titular: Angélica dos Santos Antoneli, CPF: 087.957.949-80;  
- Suplente: Kamila da Silva Rovaris, CPF: 069.877.049-88.

· Dois Representantes das áreas de artesanato, moda e design:

- Titular: Sonia Maria Knob Caldieraro, CPF: 313.484.839-20;  
- Suplente: Yara Maria Amboni, CPF: 495.261.549-91;  
- Titular: Jaderson Machado Barbosa, CPF: 871.694.289-20;  
- Suplente: Nancy de Oliveira Barbosa Machado, CPF: 448.408.371-04.

· Dois Representantes da área de artes cênicas (circo, teatro e dança):

- Titular: José Diego Hipólito Pedro, CPF: 086.082.519-82;  
- Suplente: Renata Tritão Possamai, CPF: 072.849.729-80;  
- Titular: Jonas Batista Schilling, CPF: 519.538.700-15;  
- Suplente: Daniel Borges Martns, CPF: 046.718.549-29.

· Um Representante da área de culturas populares:

- Titular: Adejaime Valetim Casagrande, CPF: 448; 354.859-04;  
- Suplente: Clotilde Oriate Francisco Flores, CPF: 742.241.349-53.

· Dois Representantes da área da música:

- Titular: Manuel Magnus Roque, CPF: 376.892.319-34;  
- Suplente: Guilherme Manenti Votri, CPF: 044.857.609-01;  
- Titular: Willian Pereira Dal Pont, CPF: 074.037.657-40;  
- Suplente: Rodrigo Possamai Brigido, CPF: 075.342.519-07.

· Um representante da área de literatura, livro e leitura:

- Titular: Ulisses Abbatti Cechinel, CPF: 040.079.119-67;  
- Suplente: Volnei Manenti, CPF: 769.771.109-53.

Parágrafo Único: Os integrantes do Conselho Municipal de Políticas

Culturais – CMPC que representam a sociedade civil são eleitos democraticamente, conforme regulamento, pelos respectivos segmentos e têm mandato de dois anos, renovável, uma vez, por igual período.

II - Representação do Poder Público no Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC:

· Dois representantes da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte:

- Titular: Valmir Possamai, CPF: 636.973.199-49;  
- Suplente: Eligiane Matias, CPF: 016.862.929-10;  
- Titular: Noeci Borges Rosso, CPF: 378.750.009-04;  
- Suplente: Rubia Furlanetto de Souza, CPF: 008.634.619-99.

· Dois representantes do Departamento Municipal de Cultura:

- Titular: Marileide Just, CPF: 871.698.359-91;  
- Suplente: Zirlei Borges Cardoso, CPF: 675.134.849-53;  
- Titular: Terezinha Claudete Angelino, CPF: 557.836.009-20;  
- Suplente: Patricia Boff Graeff, CPF: 599.869.059-15.

· Um representante do Departamento Municipal de Esporte:

- Titular: Darlan Rosso Antonin, CPF: 085.128.709-31;  
- Suplente: Edio Leonidas Lopes Just, CPF: 066.510.989-00.

· Um representante da Secretaria Municipal da Indústria, Comércio e Turismo:

- Titular: Aline Matias Bernardo, CPF: 028235749-13;  
- Suplente: Angerson Zanatta de Souza, CPF: 048.047.199-11.

· Um representante da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças:

- Titular: Géssica Carolina Fröhlich Schilling, CPF: 917.302.280-20;  
- Suplente: Melânia Colares Paulo Martins, CPF: 065.068.319-60.

· Um representante da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente:

- Titular: Adelino Sartor, CPF: 245.177.129-15;  
- Suplente: José Carlos Possamai Dela, CPF: 732.438.509-59.

· Um representante da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e da Família:

- Titular: Dione Pacheco Prudêncio, CPF: 657.345.729-34;  
- Suplente: Susana Casagrande, CPF: 023.974.729-10.

Art. 3º - O funcionamento e outras deliberações do Conselho Municipal de Políticas Culturais – CMPC serão estabelecidos no Regimento Interno.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado – (SC), 10 de dezembro de 2015.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

MÁRCIO LUIZ ABATTI  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

**DECRETO Nº. 109 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015.**

DECRETO Nº. 109 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015.

SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 10º, da Lei nº 760 de 17 de dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a dotação orçamentária no Projeto/Atividade do Orçamento da Unidade Prefeitura Municipal, abaixo discriminado, por conta de transposições orçamentárias, no valor total de R\$ 2.850,00 (Dois mil, oitocentos e cinquenta reais), como segue:

ORGÃO: 11 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
UNIDADE: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
ATIVIDADE: 2.026 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social  
Modalidade de Aplicação: (01) – 3.1.90.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas ..... R\$ 2.850,00  
TOTAL ..... R\$ 2.850,00

Art. 2º - O recurso destinado à suplementação do artigo anterior ocorrerá por conta da anulação de dotação orçamentária, como segue:

ORGÃO: 11 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
UNIDADE: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
ATIVIDADE: 2.026 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social  
Modalidade de Aplicação: (03) – 3.3.90.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas ..... R\$ 2.850,00  
TOTAL ..... R\$ 2.850,00

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado – (SC), 10 de dezembro de 2015.  
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

MÁRCIO LUIZ ABATTI  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

**DECRETO Nº. 110 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2015.**

DECRETO Nº. 110 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA UNIDADE PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO EXERCÍCIO EM CURSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 11º, I, da Lei Municipal nº. 760 de 17 de Dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar na dotação orçamentária da Unidade Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, abaixo discriminada, por conta do provável excesso de arrecadação, provenientes de recursos próprios, no valor de R\$ 55.000,00 (Cinquenta e cinco mil reais), como segue:

Órgão: 05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE  
Unidade: 01 – DEPARTAMENTO DE ESPORTES  
Projeto: 1.017 – Construção de Equipamentos Esportivos e Lazer  
Modalidade de Aplicação: (56) – 4.4.90.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas....R\$ 55.000,00  
TOTAL ..... R\$ 55.000,00

Art. 2º - Os recursos destinados à suplementação do artigo anterior, correrão por conta do provável excesso de arrecadação de recursos próprios (vinculação 00.0080) da Unidade Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, creditados nas contas correntes da Prefeitura Municipal de Jacinto Machado.

Parágrafo Único: A suplementação de que trata o artigo 1º deste Decreto fica condicionada e limitada à arrecadação efetiva do recurso.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado – (SC), 11 de dezembro de 2015.  
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

MÁRCIO LUIZ ABATTI  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

**DECRETO Nº. 111 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2015.**

DECRETO Nº. 111 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2015.

SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 10º, da Lei nº 760 de 17 de dezembro de 2014.

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a dotação orçamentária no Projeto/Atividade do Orçamento do SAMAE de Jacinto Machado, abaixo discriminado, por conta de transposições orçamentárias, no valor total de R\$ 17.000,00 (Dezessete mil reais), como segue:

Órgão 13: SAMAE  
Unidade 01: SISTEMA DE ÁGUA E ESGOTO  
Atividade 2.047: Manutenção Operacional e Administrativa do Samae  
Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.0699(08) - Aplicações Diretas....R\$ 17.000,00  
TOTAL ..... R\$ 17.000,00

Art. 2º - Art. 2º Para suplementar a dotação acima anula-se a dotação abaixo especificada no mesmo valor.

Órgão 13: SAMAE  
Unidade 01: SISTEMA DE ÁGUA E ESGOTO  
Atividade 2.047: Manutenção Operacional e Administrativa do Samae  
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.0699(09) - Aplicações Diretas ..... R\$ 17.000,00  
TOTAL ..... R\$ 17.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado – (SC), 11 de dezembro de 2015.  
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

MÁRCIO LUIZ ABATTI  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

### **DECRETO Nº. 112 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2015.**

DECRETO Nº. 112 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2015.  
SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 10º, da Lei nº 760 de 17 de dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a dotação orçamentária no Projeto/Atividade do Orçamento da Unidade Prefeitura Municipal, abaixo discriminado, por conta de transposições orçamentárias, no valor total de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), como segue:

Órgão: 03 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, PLANEJ. E FINANÇAS

Unidade: 01 – DIRETORIA GERAL DA ADM. E PLANEJAMENTO

Atividade: 2.005 – Manutenção dos Serv., Administrativos e de Planejamento

Modalidade de Aplicação: (10) – 3.3.90.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas ..... R\$ 50.000,00

TOTAL ..... R\$ 50.000,00

Art. 2º - O recurso destinado à suplementação do artigo anterior ocorrerá por conta da anulação de dotação orçamentária, como segue:

Órgão: 03 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, PLANEJ. E FINANÇAS

Unidade: 01 – DIRETORIA GERAL DA ADM. E PLANEJAMENTO

Atividade: 2.005 – Manutenção dos Serv., Administrativos e de Planejamento

Modalidade de Aplicação: (08) – 3.1.90.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas ..... R\$ 50.000,00

TOTAL ..... R\$ 50.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado – (SC), 11 de dezembro de 2015.  
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

MÁRCIO LUIZ ABATTI  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

### **DECRETO Nº. 113 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015.**

DECRETO Nº. 113 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015.

APROVA O REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL (CMPC), DO MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com Lei nº. 766, de 19 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovado, como parte integrante deste Decreto, o Regimento Interno do Conselho Municipal de Política Cultural do Município de Jacinto Machado (CMPC), elaborado por seus Conselheiros nomeados pelo Decreto nº 108, de 10 de dezembro de 2015, sendo aprovado em reunião deste colegiado em 17 de dezembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado – (SC), 18 de dezembro de 2015.  
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

MÁRCIO LUIZ ABATTI  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

### **DECRETO Nº. 114 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015.**

DECRETO Nº. 114 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015.

SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 10º, da Lei nº 760 de 17 de dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a dotação orçamentária no Projeto/Atividade do Orçamento da Unidade Prefeitura Municipal, abaixo discriminado, por conta de transposições orçamentárias, no valor total de R\$ 37.979,50 (Trinta e sete mil, novecentos e setenta e nove reais e cinquenta centavos), como segue:

Órgão: 06 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Unidade: 01 – DIRETORIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Atividade: 2.033 – Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Públicos

Modalidade de Aplicação: (77) – 3.3.90.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas.....R\$ 37.979,50

TOTAL ..... R\$ 37.979,50

Art. 2º - O recurso destinado à suplementação do artigo anterior ocorrerá por conta da anulação de dotação orçamentária, como segue:

Órgão: 06 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Unidade: 01 – DIRETORIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Atividade: 2.033 – Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Públicos

Modalidade de Aplicação: (75) – 3.1.90.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas.....R\$ 37.979,50



TOTAL ..... R\$ 37.979,50

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado – (SC), 18 de dezembro de 2015.  
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

MÁRCIO LUIZ ABATTI  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

### DECRETO Nº. 107, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015.

DECRETO Nº. 107, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO, POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO EXERCÍCIO EM CURSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI, Prefeito Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições previstas na Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no Artigo 11º, I, da Lei Municipal nº. 760 de 17 de Dezembro de 2014.

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Jacinto Machado no exercício de 2015, na importância de R\$ 50.000,00(Cinquenta mil reais), por conta do provável excesso de Arrecadação no exercício em curso, na seguinte dotação orçamentária abaixo discriminada:

Órgão 10: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Unidade 01: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Atividade 2.020: Manutenção do Fundo Municipal de saúde  
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.0094(08) – Aplicações Diretas....R\$ 50.000,00  
TOTAL ..... R\$ 50.000,00

Art. 2º - Os recursos destinados à suplementação do artigo anterior, correrão por conta do provável excesso de arrecadação (vinculação 02.0094) do Fundo Municipal de Saúde de Jacinto Machado.

Parágrafo Único: A suplementação de que trata o artigo 1º deste Decreto fica condicionada e limitada à arrecadação efetiva do recurso.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado – (SC), 10 de dezembro de 2015.  
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

MÁRCIO LUIZ ABATTI  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

### PORTARIAS Nº. 454 A 469 DE 2015

PORTARIA Nº. 454 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

Art. 1º - Conceder Licença-Prêmio de 01 (um) mês a Servidora ROSIMÉRI FERREIRA, matrícula nº. 183, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, a serem gozadas no período de 07/12/2015 à 05/01/2016, período aquisitivo 30/05/2000 à 29/05/2005.

PORTARIA Nº. 455 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

Art. 1º - Prorroga os efeitos da Portaria nº. 428 de 10 de setembro de 2015, o período de contratação da servidora KATELYN LUZIA DOS SANTOS DABOIT, matrícula nº 4001, até 18/12/2015, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 456 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

Art. 1º - Licença saúde, conforme atestado médico, a Servidora Pública Municipal, por motivo de encaminhamento para benefício de auxílio doença junto a Previdência Social, conforme segue:

MAT.	NOME	CARGO
153	AUREA HAHN FERNANDES	Professora

PORTARIA Nº. 457 DE 17 DEZEMBRO DE 2015.

Concede Férias aos Servidores e dá Outras

Art. 1º - Conceder férias de 30 (trinta) dias aos servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, com respectivos números de matrícula, período de gozo e período aquisitivo, com pagamento de 1/3 (Um terço) a mais do que a remuneração normal, a saber:

NOME DO (A) SERVIDOR (A)	MATR.	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
ALAIDE HENRIQUE BORGES	1121	19/05/14 à 18/05/15	04/01/16 à 02/02/16
ALEX SANDRE DE SOUZA	2453	02/08/13 à 01/08/14	04/01/16 à 02/02/16
ALINE GABRIEL ZANATTA ACORDI	1532	07/05/14 à 06/05/15	04/01/16 à 02/02/16
ALINE MEZZARI SERAFIM	2694	04/01/15 à 03/01/16	04/01/16 à 02/02/16
ANDREIA REGINA ROSA DA SILVA	2350	08/03/14 à 07/03/15	04/01/16 à 02/02/16
ANDREIA RONCONI	991	09/02/14 à 08/02/15	04/01/16 à 02/02/16
ANTONIO ALBERTO DE OLIVEIRA	206	02/02/14 à 01/02/15	04/01/16 à 02/02/16
ANTONIO CARLOS SILVEIRA PAULINO	2230	06/06/14 à 05/06/15	04/01/16 à 02/02/16
ARLETE MARIA CARDOSO	127	27/02/14 à 26/02/15	04/01/16 à 02/02/16
AUREA HAHN FERNANDES	153	23/03/14 à 08/06/15	04/01/16 à 02/02/16
BARBARA REGINA NICOLETTI MEZZARI SARTOR	2505	05/01/14 à 04/01/15	04/01/16 à 02/02/16
CARMEN LUCIA WEIS RECCO	992	21/03/14 à 20/03/15	04/01/16 à 02/02/16
CLEONICE FONTANA POS-SAMAI	2339	08/03/14 à 07/03/15	04/01/16 à 02/02/16
CLEONICE MATEUS DA SILVA	2501	05/01/15 à 04/01/16	04/01/16 à 02/02/16
CLEUSA MARIA ELIAS PADILHA	156	01/06/14 à 31/05/15	04/01/16 à 02/02/16
CRISLEI FEIJÓ	155	17/04/14 à 16/04/15	04/01/16 à 02/02/16
CRISTIANE NICOLETTI MEZZARI TONETTO	1464	02/03/14 à 01/03/15	04/01/16 à 02/02/16

DANIELA DAGOSTIN RECCO	2358	16/03/14 à 15/03/15	04/01/16 à 02/02/16
DEBORA ABATTI PATRICIO	2504	05/01/15 à 04/01/16	04/01/16 à 02/02/16
DENICE PACHECO	129	14/07/14 à 10/09/15	04/01/16 à 02/02/16
DENISE MARTIGNAGO GUEL- LERE	2515	05/01/15 à 04/01/16	04/01/16 à 02/02/16
DIAIR GIUSTI PATEL	2340	08/03/14 à 07/03/15	04/01/16 à 02/02/16
DILCEIA PACHECO PAGANINI	157	02/03/14 à 01/03/15	04/01/16 à 02/02/16
DORALICE FABIANA POKO- MAIER DE BETIO	1453	09/02/14 à 08/02/15	04/01/16 à 02/02/16
EDNEIA GUETENER	1270	07/10/14 à 06/10/15	04/01/16 à 02/02/16
ELENISE BARBOSA DE OLI- VEIRA	1006	20/03/14 à 06/06/15	04/01/16 à 02/02/16
ELENITA VALDEMAR BORGES	2379	02/04/14 à 01/04/15	04/01/16 à 02/02/16
ELISABETE LUIZ	1310	14/03/14 à 13/03/15	04/01/16 à 02/02/16
ELIZANI LENTZ DE CARVA- LHO HOMEM	1241	05/07/13 à 04/07/14	04/01/16 à 02/02/16
ELIZETE TEREZINHA DE BORBA	274	01/07/14 à 01/08/15	04/01/16 à 02/02/16
ELIZEU DORIVIO DOS SANTOS	258	10/06/14 à 09/06/15	04/01/16 à 02/02/16
ELOISA CECHINEL DA ROSA	1032	20/03/14 à 19/03/15	04/01/16 à 02/02/16
ELZIRA TRAMONTIM CAN- DIOTTO	180	19/03/12 à 18/03/13	04/01/16 à 02/02/16
ERONI GIUSTI FERREIRA	2559	05/01/15 à 04/01/16	04/01/16 à 02/02/16
FABIANA ANTONELI CASA- GRANDE	1237	05/07/14 à 04/07/15	04/01/16 à 02/02/16
FABIANA PICOLO BORGES	2629	05/01/15 à 04/01/16	04/01/16 à 02/02/16
FERNANDA POKOMAIER DA ROLT PICOLO	2507	05/01/15 à 04/01/16	04/01/16 à 02/02/16
FERNANDA POKOMAIER DA ROLT PICOLO	2508	05/01/15 à 04/01/16	04/01/16 à 02/02/16
FERNANDO MAGGI RAUPP	2345	08/03/14 à 07/03/15	04/01/16 à 02/02/16
FLAVIO MATEUS DA SILVA	225	28/02/14 à 27/02/15	04/01/16 à 02/02/16
FRANCISCO MOLGARO	1226	01/12/13 à 30/11/14	04/01/16 à 02/02/16
ILIZETE JUST PAULINO	1534	07/05/14 à 06/05/15	04/01/16 à 02/02/16
IVANOR CASAGRANDE	2411	02/04/14 à 11/05/15	04/01/16 à 02/02/16
IONE DAS GRAÇAS GUETNER TOMASI	1240	05/07/14 à 04/07/15	04/01/16 à 02/02/16
ISABEL BORGES	2695	09/02/14 à 27/03/15	04/01/16 à 02/02/16
JANETE ANTONIO DE BRIT- TOS ANTONELLI	2348	08/03/14 à 07/03/15	04/01/16 à 02/02/16
JANICE DE FAVERI ELIAS MONTEIRO	1307	25/10/13 à 24/10/14	04/01/16 à 02/02/16
JANICE SPECK DA SILVA RAMOS	2045	24/01/14 à 23/01/15	04/01/16 à 02/02/16
JANICE VALDEMAR BORGES	2343	08/03/13 à 07/03/14	04/01/16 à 02/02/16
JOEDNA DE ARAUJO CAR- DOSO	2347	08/03/14 à 07/03/15	04/01/16 à 02/02/16

JORGENY CASTRO POSSAMAI	1040	26/06/13 à 25/06/14	04/01/16 à 02/02/16
JUCILENE FERNANDES GABRIEL	959	15/10/14 à 14/10/15	04/01/16 à 02/02/16
LEANDRA LAURINDO RECCO	2512	05/01/15 à 04/01/16	04/01/16 à 02/02/16
LEDA TRAMONTIN ZANATTA	2700	09/02/14 à 27/04/15	04/01/16 à 02/02/16
LEONORA MACHADO DE OLIVEIRA POSSAMAI	2510	05/01/15 à 04/01/16	04/01/16 à 02/02/16
LIANE HAHN FERNANDES	1935	09/08/13 à 08/08/14	04/01/16 à 02/02/16
LOURDES POSSAMAI	1343	01/04/14 à 31/03/15	04/01/16 à 02/02/16
LUCIANA CARDOSO DE SOUZA	136	05/03/14 à 04/03/15	04/01/16 à 02/02/16
LUCIMAR TAVARES LACERDA DA SILVA	2701	09/02/12 à 08/02/13	04/01/16 à 02/02/16
LUCINEIA ZANATTA	1039	12/06/14 à 11/06/15	04/01/16 à 02/02/16
LUCIR BORGES HILZENDE- GER	1535	07/05/14 à 06/05/15	04/01/16 à 02/02/16
LUIZA ALBINO	124	10/08/14 à 09/08/15	04/01/16 à 02/02/16
LORIZETE ANTONIO	3728	07/05/14 à 06/05/15	04/01/16 à 02/02/16
MANOEL MAGNUS ROQUE	993	21/03/14 à 20/03/15	04/01/16 à 02/02/16
MARIA DE FATIMA VALDATI	167	30/05/14 à 29/05/15	04/01/16 à 02/02/16
MARIA JOANA DOS SANTOS	162	28/02/14 à 27/02/15	04/01/16 à 02/02/16
MARIA SALETE GIASI FUR- LANETTO	169	01/09/14 à 31/08/15	04/01/16 à 02/02/16
MARIBEL HIPOLITO	152	09/03/14 à 08/03/15	04/01/16 à 02/02/16
MARILEIDE JUST	2513	05/01/15 à 04/01/16	04/01/16 à 02/02/16
MARLENE CARDOSO DE BRITTOS VALDATI	170	29/10/14 à 28/10/15	04/01/16 à 02/02/16
MARLI BORGES KOINASKI	2400	05/04/14 à 20/04/15	04/01/16 à 02/02/16
MERI TEREZINHA DE SOUZA	2338	08/03/14 à 07/03/15	04/01/16 à 02/02/16
NADIR BADA TRAMONTIN	2511	05/01/14 à 04/01/15	04/01/16 à 02/02/16
NAIR BADA TUON	987	20/03/12 à 22/03/14	04/01/16 à 02/02/16
NAIR VIEIRA BRAVO	173	20/03/14 à 19/03/15	04/01/16 à 02/02/16
NASILA DOS ANJOS	988	20/03/14 à 19/03/15	04/01/16 à 02/02/16
NAZARENO MEISTER	2579	18/03/14 à 17/03/15	04/01/16 à 02/02/16
ONESIA SILVA PAULINO	1122	02/04/09 à 01/04/14	04/01/16 à 02/02/16
PATRICIA BOFF GRAEFF	151	01/08/14 à 31/07/15	04/01/16 à 02/02/16
REJANI SERAFIM SILVESTRE	2554	05/01/15 à 04/01/16	04/01/16 à 02/02/16
ROSANGELA FERREIRA	2349	08/03/14 à 07/03/15	04/01/16 à 02/02/16
ROSANI VOLOSKI APOLINA- RIO DOS SANTOS	175	01/03/14 à 28/02/15	04/01/16 à 02/02/16
ROSANIA MONTOVANI DOS SANTOS CAMPOS	277	01/07/14 à 30/06/15	04/01/16 à 02/02/16

ROSENI BOZELLO DE VARGAS	142	14/01/14 à 13/01/15	04/01/16 à 02/02/16
ROSILEIA FERREIRA	2335	08/03/14 à 15/05/15	04/01/16 à 02/02/16
ROZIMAR PATRICIO	188	24/02/14 à 23/02/15	04/01/16 à 02/02/16
SALETE POSSAMAI DELLA FURLANETO	1236	20/09/14 à 19/09/15	04/01/16 à 02/02/16
SANDRA ANTONELLI POSSAMAI DELLA	1238	05/07/14 à 04/07/15	04/01/16 à 02/02/16
SANTA CECHINEL BORGES	2337	08/03/14 à 07/03/15	04/01/16 à 02/02/16
SILVANA FURLANETTO PASCOALI	996	20/03/14 à 19/03/15	04/01/16 à 02/02/16
SIMONETE PATRICIO VALDATI	1004	02/03/14 à 01/03/15	04/01/16 à 02/02/16
SIRLANE HOMEM DOS SANTOS	1533	12/05/14 à 11/05/15	04/01/16 à 02/02/16
SIRLEI ABBATTI	176	01/03/13 à 28/02/14	04/01/16 à 02/02/16
SIRLEI PEDRO	143	30/05/14 à 29/05/15	04/01/16 à 02/02/16
SIRLEIA RECCO BETERLI	2341	08/03/14 à 07/03/15	04/01/16 à 02/02/16
SOLANGELA DE NONI PADILHA POSSAMAI DELLA	2344	08/03/14 à 07/03/15	04/01/16 à 02/02/16
SONIA BEATRIZ HENRIQUE DE OLIVEIRA	989	20/03/14 à 19/03/15	04/01/16 à 02/02/16
SUSANA MARIA	2346	08/03/14 à 07/03/15	04/01/16 à 02/02/16
SUSANA MEZZARI	2719	25/02/14 à 24/02/15	19/01/16 à 17/02/16
TALITA AGUIAR DE MELLO MORGEROT	1523	27/05/13 à 26/05/14	04/01/16 à 02/02/16
TEREZINHA CLAUDETE ANGELINO	182	26/04/14 à 25/04/15	04/01/16 à 02/02/16
TEREZINHA DA LUZ BORGES	126	01/01/15 à 31/12/15	04/01/16 à 02/02/16
TEREZINHA ROSILETE CARARO CARDOSO	181	03/08/14 à 02/08/15	04/01/16 à 02/02/16
VALDIRENE DE NEZ DOS ANJOS	1088	25/01/14 à 24/01/15	04/01/16 à 02/02/16
VALMOR PAULINO	1246	16/06/14 à 17/06/15	04/01/16 à 02/02/16
VANILDA ANGELINO BORGES	1243	05/07/14 à 04/07/15	04/01/16 à 02/02/16

## PORTARIA Nº. 458 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2015.

Art. 1º - Conceder férias de 30 (trinta) dias aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, com respectivo número de matrícula, período de gozo e período aquisitivo, com pagamento de 1/3 (Um terço) a mais do que a remuneração normal, a saber:

NOME DO (A) SERVIDOR (A)	MATR.	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
ADRIANA BORGES DA SILVA	2468	13/08/14 à 03/09/15	04/01/16 à 02/02/16
ALINE MATIAS BERNARDO	3469	18/03/14 à 17/03/15	04/01/16 à 02/02/16
ANGELINO LAURINDO BORGES	2333	08/03/13 à 07/03/14	04/01/16 à 02/02/16
ANTONIO CARLOS PATEL	1225	05/07/14 à 04/07/15	04/01/16 à 02/02/16
AUGUSTINHA OLISETE MOLGARO POSSAMAI DELLA	3449	01/03/14 à 28/02/15	04/01/16 à 02/02/16

CLEIA BORGES DAL PONT	1542	19/05/14 à 18/05/15	04/01/16 à 02/02/16
ELIETE GOMES JUST	2377	02/04/13 à 01/04/14	04/01/16 à 02/02/16
EMERSON CECCONELLO BURIN	1558	21/06/13 à 22/07/14	04/01/16 à 02/02/16
JANE TEREZINHA PEREIRA POSSAMAI DELLA	2373	02/04/14 à 01/04/15	04/01/16 à 02/02/16
MARIA DE FATIMA FRAGA BORGES	264	01/11/14 à 02/01/16	04/01/16 à 02/02/16
MARIELI CECHINEL PIVA	3711	07/04/14 à 06/04/15	04/01/16 à 02/02/16
NOEMIA NICOLAU BROGNOLI	3455	12/04/14 à 16/06/15	04/01/16 à 02/02/16
RUI CARLOS GIUSTI	248	02/01/14 à 01/01/15	04/01/16 à 02/02/16
SERGIO POSSAMAI BORGES	1055	07/11/14 à 06/11/15	04/01/16 à 02/02/16
ZENILDA SILVEIRA DA COSTA	114	02/01/15 à 01/01/16	04/01/16 à 02/02/16

## PORTARIA Nº. 459 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2015.

Art. 1º - Prorroga os efeitos da Portaria nº. 278 de 07 de maio de 2014, o período de contratação da servidora LORIZETE ANTONIO, matrícula nº 3728, com os vencimentos estabelecidos em Lei, conforme estabilidade gravídica.

## PORTARIA Nº. 460 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2015.

Art. 1º - Prorroga os efeitos da Portaria nº. 418 de 01 de setembro de 2015, o período de contratação da servidora DAIANE DE MATOS FERREIRA, matrícula nº 3999, com os vencimentos estabelecidos em Lei, conforme estabilidade gravídica.

## PORTARIA Nº. 461 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2015.

Art. 1º - Prorroga os efeitos da Portaria nº. 048 de 10 de fevereiro de 2014, o período de contratação da servidora DILSÉIA SILVA SANTOS DE BORBA, matrícula nº 3563, até 29/02/2016, com os vencimentos estabelecidos em Lei ou até a nomeação do próximo processo seletivo.

## PORTARIA Nº. 462 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2015.

Art. 1º - Prorroga os efeitos da Portaria nº. 201 DE 02 DE MARÇO DE 2015, o período de contratação do servidor EDIO LEONIDAS LOPES JUST, matrícula nº 3914, até 29/02/2016, com os vencimentos estabelecidos em Lei, ou até a nomeação do próximo processo seletivo.

## PORTARIA Nº. 463 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2015.

Art. 1º - Prorroga os efeitos da Portaria nº. 199 de 02 de março de 2015, o período de contratação da servidora ELIGIANE MATIAS, matrícula nº 3912, até 29/02/2016, com os vencimentos estabelecidos em Lei, ou até a nomeação do próximo processo seletivo.

## PORTARIA Nº. 464 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2015.

Art. 1º - Prorroga os efeitos da Portaria nº. 213 de 04 de março de 2015, o período de contratação da servidora MICHELE MEZZARI LUCIETTI, matrícula nº 3922, até 29/02/2016, com os vencimentos estabelecidos em Lei, ou até a nomeação do próximo processo seletivo.

## PORTARIA Nº. 465 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2015.

Art. 1º - Prorroga os efeitos da Portaria nº. 414 de 24 de agosto de 2015, o período de contratação do servidor MARCOS DE FARIAS ZANATTA, matrícula nº 3998, até 29/02/2016, com os vencimentos estabelecidos em Lei, ou até a nomeação do próximo processo seletivo.

PORTARIA Nº. 466 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2015.

Art. 1º - Prorroga os efeitos da Portaria nº. 114 de 18 de fevereiro de 2015, o período de contratação da servidora ZIRLEI BORGES CARDOSO, matrícula nº 3850, até 29/02/2016, com os vencimentos estabelecidos em Lei, ou até a nomeação do próximo processo seletivo.

PORTARIA Nº. 467 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2015.

Art. 1º - Prorroga os efeitos da Portaria nº. 087 de 10 de fevereiro de 2014, o período de contratação da servidora ELETICIA DE NONI VEFAGO MONTOVANI, até 17/02/2016, com os vencimentos estabelecidos em Lei, conforme estabilidade gravídica.

PORTARIA Nº. 468 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2015.

Art. 1º - Prorroga os efeitos da Portaria nº. 042 de 10 de fevereiro de 2014, o período de contratação do servidor CARLOS ROBERTO PETERLE, até 31/01/2016, com os vencimentos estabelecidos em Lei, ou até a nomeação do próximo processo seletivo.

PORTARIA Nº. 469 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2015.

Art. 1º - Prorroga os efeitos da Portaria nº. 134 de 19 de fevereiro de 2015, o período de contratação da servidora DIONE PACHECO PRUDÊNCIO, matrícula nº 3865, até 29/02/2016, com os vencimentos estabelecidos em Lei, ou até a nomeação do próximo processo seletivo.



# Joaçaba

## PREFEITURA

### AVISO PRORROGAÇÃO PRAZO CREDENCIAMENTO 1/2014/FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO ALTERAÇÃO 2/PRORROGAÇÃO DE PRAZO

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 1/2014/FMS

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC), por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, representado neste ato por sua Gestora – PAULA GIOVANA KLEBER, torna público que houve alteração no item 11, no subitem 5.1., bem como, no subitem 6.1. do anexo III do Edital de Credenciamento 1/2014/FMS, permanecendo aberto durante o ano de 2016 o “credenciamento de EMPRESAS/CLÍNICAS PARA A REALIZAÇÃO DE CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS EM CARÁTER DE URGÊNCIA, TERAPIAS E EXAMES DE IMAGEM, com a finalidade de suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde no atendimento à população (pacientes) do Município de Joaçaba”, junto a Secretaria Municipal de Saúde, Setor de Licitações, na Avenida XV de Novembro, 223, centro, Joaçaba, SC, em dias úteis, no horário das 8h30min às 11h30min e das 13 às 17 horas. OBTENÇÃO DO EDITAL: A íntegra do Edital poderá ser obtida no endereço supracitado, ou no site do Município, [www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br). INFORMAÇÕES: Informações e esclarecimentos adicionais sobre este Credenciamento poderão ser obtidos na Secretaria Municipal de Saúde, Setor de Licitações, na Avenida XV de Novembro, 223, centro, Joaçaba, SC, ou pelo telefone 049 3521-1555 – ramal 236, no horário das 8h30min às 11h30min e das 13 às 17 horas

Joaçaba (SC), 30 de dezembro de 2015.

PAULA GIOVANA KLEBER

Secretária de Saúde

### CONTRATO 888/2012/PMJ - TA 04

CONTRATO Nº 888/2012/PMJ – TA 04

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede na Avenida XV de Novembro, nº 378, inscrito no CNPJ nº 82.939.380/0001-99, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE e a empresa RI SOLUÇÕES EM PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 12.665.060/0001-02, estabelecida na AV. SÃO JOÃO, 580 – SALA 201, bairro CENTRO, no Município de FAXINAL DOS GUEDES, SC, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo Sr. RAFAEL BENDER, portador da Carteira de Identidade nº 3.815.493 e CPF nº 009.584.779-06, residente e domiciliado na RUA BARRA GRANDE, S/Nº, na cidade de FAXINAL DOS GUEDES, SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 888/2012/PMJ, firmado em 17/01/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 1/2012/PMJ, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 1/2012/PMJ, homologado no dia 17/01/2012, cujo objeto é a elaboração e execução, pela contratada, do projeto de trabalho técnico social para a construção de 74 unidades habitacionais com mão-de-obra especializada no Loteamento Habitacional Armindo de Medeiros Haro, Bairro São Braz, no município de Joaçaba, conforme plano de trabalho e especificações técnicas, onde se ADITA a CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO

A vigência do contrato fica prorrogada para 30 de dezembro de 2016, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93

#### CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 18 de dezembro de 2015.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

RAFAEL LASKE - PREFEITO

RI SOLUÇÕES EM PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL LTDA.

RAFAEL BENDER

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_

### CONTRATO 914/2012/PMJ - TA 06

CONTRATO Nº 914/2012/PMJ – TA 06

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede na Avenida XV de Novembro, nº 378, inscrito no CNPJ sob nº 82.939.380/0001-99, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, e a empresa EMPREITEIRA DE CONSTRUÇÃO CIVIL OLIVEIRA LTDA – ME, inscrita no CNPJ sob o nº 07.178.641/0001-80, estabelecida na Rua Orlando Willi Lotermann, 390, Bairro Bela Vista, no Município de Joaçaba, SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Wilson da Rosa, inscrito no CPF sob nº 539.442.409-87 e CI nº 11/R 858.366, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 914/2012/PMJ, firmado em 22/03/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 34/2012/PMJ – Dispensa nº 4/2012/PMJ, homologado em 24/03/2012, cujo objeto é a execução e acompanhamento, com mão de obra especializada, pela CONTRATADA, de 74 unidades habitacionais, medindo 37,20 m2 cada, conforme especificações dos projetos de engenharia, onde se ADITA a CLÁUSULA SEGUNDA - DA FORMA DE EXECUÇÃO e a CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FORMA DE EXECUÇÃO

Diante da prorrogação constante na cláusula segunda deste Termo, o subitem 2.2 do contrato original passa a ter a seguinte redação:

2.2. A CONTRATADA deverá iniciar os serviços em até 10 (dez)

dias contados da data de recebimento da Ordem de Serviço Inicial e entregar a obra, completamente executada, até 30 de dezembro de 2016.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO

A vigência do contrato fica prorrogada para 30 de dezembro de 2016, em conformidade com o disposto no § 1º, II, do art. 57, da Lei 8.666/93.

#### CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 18 de dezembro de 2015.  
MUNICÍPIO DE JOAÇABA  
RAFAEL LASKE - Prefeito

EMPREENHEIRA DE CONSTRUÇÃO CIVIL OLIVEIRA LTDA  
CONTRATADA  
Vilson da Rosa

Testemunhas: 1 \_\_\_\_\_  
2 \_\_\_\_\_

#### EXTRATO CONTRATO 298/2015/PMJ

EXTRATO CONTRATO Nº 298/2016/PMJ  
PL 125/2015/PMJ – DL 24/2015/PMJ

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE JOAÇABA.

LOCADOR: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA.

OBJETO: Prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pela CONTRATADA, que disponibiliza:

1. Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na rede mundial de computadores – Internet, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP – Brasil);
2. Gestão de Obras: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação mediante disponibilização de programa desenvolvido em arquitetura web direcionado aos setores de planejamento e obras para o controle de convênios federais, contratos de empreitada, termos aditivos e andamento de obras de forma integrada com uma ferramenta de confecção de orçamentos, sendo estes nos padrões da Caixa Econômica Federal (DTB) e com disponibilidade de todas as tabelas SINAPI, SEOP, DER, DNIT, DEINFRA e outras que podem ser integradas sob solicitação;
3. Gestão Tributária – Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo

Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional;

4. Gestão Tributária – Gestão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – GNOTA: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação que permite a emissão de Nota Fiscal de Serviços com o intuito de registrar, de forma eletrônica, as operações de prestação de serviço de pessoas jurídicas estabelecidas no município, sendo integrado ao Sistema de Gestão do Simples Nacional;

5. Gestão Tributária – Registro Mercantil Integrado – REGIN: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais. Parágrafo Primeiro.

O detalhamento técnico, contendo as descrições pormenorizadas dos serviços prestados pela CONTRATADA, consta no "Caderno de Serviços" do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, disponível em seu sítio eletrônico.

Parágrafo Segundo.

A CONTRATADA disponibilizará, inicialmente, à CONTRATANTE, os seguintes serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação:

1. Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC;
3. Gestão Tributária - Gestão do Simples Nacional;
5. Gestão Tributária - Registro Mercantil Integrado - REGIN; VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 18.360,00 (dezoito mil e trezentos e sessenta reais) para os serviços previstos na Cláusula Primeira, Parágrafo Segundo, e para a totalidade do período mencionado na Cláusula Segunda, conforme segue:

1. Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC - R\$ 7.620,00;
3. Gestão Tributária - Gestão do Simples Nacional - R\$ 3.060,00;
5. Gestão Tributária - Registro Mercantil Integrado - REGIN - R\$ 7.680,00;

VIGÊNCIA: 31/12/2016.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Gestão Financeira

Unidade: 01 - Secretaria Municipal de Gestão Financeira

Proj/Ativ: 2094 – Transf. de recursos ao CIGA – Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

3.3.93.00.00.00.00.00.1.0000 – Aplicação Direta decorrente de Op. entre Órgãos.

FISCAL DO CONTRATO: Tatiane Marateu Borges.

DATA DE ASSINATURA: 04/01/2016.

RAFAEL LASKE

Prefeito

#### EXTRATO CONTRATO 299/2016/PMJ

EXTRATO DO CONTRATO Nº 299/2016/PMJ  
PROVENIENTE DO PL 85/2015/PMJ – CC 02/2015/PMJ

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA

CONTRATADA: EWALDO GRISNER

OBJETO: obteve por parte do Município de Joaçaba (SC) PERMISSÃO do ponto correspondente ao item 3 (três), do Anexo V do Edital de Concorrência nº 2/2015/PMJ, para a execução de serviço de transporte individual de passageiros, em veículos de aluguel providos de taxímetro, em conformidade com o disposto nas Leis Complementares Municipais nº 125/2006, nº 148/2007 e nº 170/2008 e de acordo com o estabelecido no referido Edital e seus Anexos.

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 405,00 (quatrocentos e cinco reais) MENSAL

VIGÊNCIA: 10 ANOS



DATA DE ASSINATURA: 05/01/2016

Joaçaba – SC, 05 de janeiro de 2016  
Rafael Laske  
Prefeito

**RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO 24/2015/PMJ - PL 125/2015/PMJ**

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 125 / 2015 / PMJ

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 24 / 2015 / PMJ

**1 – DO OBJETO**

Prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pela CONTRATADA, que disponibiliza:

1. Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na rede mundial de computadores – Internet, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP – Brasil);

2. Gestão de Obras: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação mediante disponibilização de programa desenvolvido em arquitetura web direcionado aos setores de planejamento e obras para o controle de convênios federais, contratos de empreitada, termos aditivos e andamento de obras de forma integrada com uma ferramenta de confecção de orçamentos, sendo estes nos padrões da Caixa Econômica Federal (DTB) e com disponibilidade de todas as tabelas SINAPI, SEOP, DER, DNIT, DEINFRA e outras que podem ser integradas sob solicitação;

3. Gestão Tributária – Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional;

4. Gestão Tributária – Gestão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – GNOTA: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação que permite a emissão de Nota Fiscal de Serviços com o intuito de registrar, de forma eletrônica, as operações de prestação de serviço de pessoas jurídicas estabelecidas no município, sendo integrado ao Sistema de Gestão do Simples Nacional;

5. Gestão Tributária – Registro Mercantil Integrado – REGIN: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais.

**2 – DA JUSTIFICATIVA**

De acordo com as Leis Municipais números 4.002 e 4.003 de 08 de julho de 2010 e Decreto Municipal nº 3.609 de 08 de julho de 2010.

**3 – DA CONTRATADA**

CONSORCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA), Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 09.427.503/0001-12, com sede na Praça XV de Novembro, nº 270, Centro, Florianópolis/SC.

**4 – DO VALOR CONTRATADO**

Para a execução do objeto deste contrato, o Município repassará à CONTRATADA o valor mensal de R\$ 1.530,00 (um mil, quinhentos e trinta reais), totalizando R\$ 18.360,00 (dezoito mil e trezentos e sessenta reais) para os serviços previstos, conforme segue:

1. Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC - R\$ 635,00/mês, sendo R\$ 7.620,00/ano;

3. Gestão Tributária - Gestão do Simples Nacional - R\$ 255,00/mês, sendo R\$ 3.060,00/ano;

5. Gestão Tributária - Registro Mercantil Integrado - REGIN - R\$ 640,00/mês, sendo R\$ 7.680,00/ano;

**5 – DO FUNDAMENTO LEGAL**

Atendimento aos pressupostos da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações introduzidas pela Lei 8.883/94, em especial o disposto no art. 24, inciso XVI.

**6 – DOS RECURSOS**

Os recursos necessários para atender a despesa gerada por esta contratação correrão por conta da seguinte modalidade de aplicação:

Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Gestão Financeira  
Unidade: 01 - Secretaria Municipal de Gestão Financeira  
Proj/Ativ: 2094 – Transf. de recursos ao CIGA – Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal  
3.3.93.00.00.00.00.00.1.0000 – Aplicação Direta decorrente de Op. entre Órgãos.

Joaçaba (SC), em 04 de janeiro de 2016.  
RAFAEL LASKE  
Prefeito

---

**PLASS**

---

**EXTRATO CONTRATO 01/2016/PLASS**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 01/2016/PLASS

Proveniente do PL 02/2015 – PP 01/2015

CONTRATANTE: PLANO DE SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-PLASS.

CONTRATADA: FARMÁCIA JOAÇABA LTDA

OBJETO: Fornecimento de medicamento, conforme o interesse dos segurados do PLASS para o exercício de 2016, mediante desconto em folha de pagamento.

DESCONTO TOTAL: 72 %

VIGÊNCIA: 31/12/2016, a contar da data de assinatura.

**EXTRATO CONTRATO 02/2016/PLASS**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 02/2016/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-PLASS.

CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA

OBJETO: fornecimento de licenças de uso, não exclusiva, mediante contratação de empresa para a locação de software do sistema de Compras, com acessos simultâneos, em ambiente Windows, utilizando banco de dados relacional, para o Plano de Saúde e Assistência Social dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba – PLASS.

VALOR TOTAL MENSAL: R\$ 182,00 (cento e oitenta e dois reais)

VIGÊNCIA: até 30 de junho de 2016.

JULIO CESAR BISSANI

DIRETOR EXECUTIVO - PLASS

---

**SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA**

---

**PORTARIA JHL 02/2016**

PORTARIA SIMAE JHL Nº - 02/2016 DE 04/01/2016

Paulo César Lamin, Diretor Adjunto do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º- Destituir, o servidor Murilo Girardi, Auxiliar de Operações, P-2, N-1, Ref. F-1, da Função de Condutor do veículo Strada, Placa MBH-0317 e;

Art. 2º- Designar, para exercer a atividade de Condutor de Veículo da Autarquia, estando autorizado a dirigir o veículo: Saveiro, placa QHQ-1178, a partir de 04 de janeiro de 2016, que será exercida cumulativamente com as atribuições de seu cargo, fazendo jus à um Adicional de 20% (vinte por cento) tendo por base de cálculo a Referência "A", do Nível 1, do Padrão 4, cujo adicional será pago juntamente com os vencimentos de seu cargo, de acordo com Art.36 da Lei Complementar 193 de 06/09/10, proporcional aos dias trabalhados.

Art. 3º- O servidor designado como condutor é responsável pela locomoção de servidores em serviço e no transporte de materiais/equipamentos devendo observar todas as regras do Código de Trânsito Brasileiro – CTB.

Art. 4º- Esta Portaria entrará em vigor a partir de 04 de janeiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 04 de janeiro de 2016.

Paulo César Lamin

Diretor Adjunto

# Lages

## PREFEITURA

**PE 21-2015 SMS E PP 51-2015 SMS****AVISO DE LICITAÇÃO**

Modalidade: PE 21-2015 SMS

Objeto: Aquisição de Gás de Cozinha, Mangueiras, Braçadeiras, Válvulas e Cascos.

Tipo: Menor Preço Por Item

Abertura: 18/01/2016 às 13:30

Valor Estimado: R\$ 26.459,20

Modalidade: PP 51-2015 SMS

Objeto: Aquisição de Água Mineral

Tipo: Menor Preço Por Item

Abertura: 15/02/2016 às 13:30

Valor Estimado: R\$ 34.036.50

A retirada obter-se-á no Setor de Licitações, ao custo de R\$ 10,00 ou pelo [www.lages.sc.gov.br](http://www.lages.sc.gov.br) sem ônus.

Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 05 de janeiro de 2016.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário da Administração

# Laguna

## PREFEITURA

**PORTARIA Nº 001/2016**

PORTARIA RH Nº 001/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO, FÁBIO KFOURI PALMA do cargo em comissão de Coordenador Especial de Gabinete, PG 1, com lotação no Gabinete do Prefeito, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 04 de Janeiro de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 002/2016**

PORTARIA RH Nº 002/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**RESOLVE:**

NOMEAR, RENATO DE OLIVEIRA, para exercer o cargo de Secretário Municipal de Transportes, Obras, Pesca, Desenvolvimento Rural e Aquicultura, NE, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 04 de Janeiro de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 003/2016**

PORTARIA RH Nº 003/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**RESOLVE:**

NOMEAR, RAQUEL XAVIER, para exercer o cargo de Secretário Municipal de Saúde, NE, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 04 de Janeiro de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 004/2016**

PORTARIA RH Nº 004/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**RESOLVE:**

NOMEAR, SIMONE BELMIRO, para exercer o cargo de Secretário Municipal de Educação e Esportes, NE, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 04 de Janeiro de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 005/2016**

PORTARIA RH Nº 005/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**RESOLVE:**

NOMEAR, RODOLFO MICHELS GODINHO, para exercer o cargo de Secretário Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico e Social, NE, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 04 de Janeiro de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 006/2016**

PORTARIA RH Nº 006/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**RESOLVE:**

NOMEAR, LORENA BARBOSA DE ANDRADE, para exercer o cargo de Secretário Municipal de Habitação e Assistência Social, NE, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 04 de Janeiro de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 011/2016**

PORTARIA RH Nº 011/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**RESOLVE:**

NOMEAR, CÉLIO DE MEDEIROS, para exercer o cargo de Secretário Adjunto de Transportes, Obras, Pesca, Desenvolvimento Rural e Aquicultura, NE 2, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 04 de Janeiro de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 012/2016**

PORTARIA RH Nº 012/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**RESOLVE:**

NOMEAR, CARLOS ALBERTO REMOR, para exercer o cargo de Secretário Adjunto de Planejamento e Desenvolvimento Econômico e Social, NE 2, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 04 de Janeiro de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 013/2016**

PORTARIA RH Nº 013/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**RESOLVE:**

NOMEAR, JOAO BATISTA DOS SANTOS, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Gabinete, CG 1, com lotação no Gabinete do Prefeito, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 04 de Janeiro de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 014/2016**

PORTARIA RH Nº 014/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**RESOLVE:**

NOMEAR, PATRÍCIA ESPÍNDOLA ROLDÃO DE CASTRO, para exercer o cargo em comissão de Assessor Especial, AS 2, com lotação no Gabinete do Prefeito, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 04 de Janeiro de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 015/2016**

PORTARIA RH Nº 015/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**RESOLVE:**

NOMEAR, MARIA HELENA HILÁRIO FERNANDES, para exercer o cargo em comissão de Assessor Especial, AS 2, com lotação no Gabinete do Prefeito, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 04 de Janeiro de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 016/2016**

PORTARIA RH Nº 016/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**RESOLVE:**

NOMEAR, DAYANE ADRIANO PRATES, para exercer o cargo em comissão de Assessor de Planejamento Governamental, AS 3, com lotação no Gabinete do Prefeito, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 04 de Janeiro de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 017/2016**

PORTARIA RH Nº 017/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**RESOLVE:**

NOMEAR, EDMAR DOS SANTOS FERNANDES, para exercer o cargo em comissão de Assessor de Planejamento Governamental, AS 3, com lotação no Gabinete do Prefeito, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 04 de Janeiro de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 018/2016**

PORTARIA RH Nº 018/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**RESOLVE:**

NOMEAR, RUTIMAR FERREIRA NOVAES, para exercer o cargo em comissão de Assessor Parlamentar, AS 3, com lotação no Gabinete do Prefeito, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 04 de Janeiro de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 019/2016**

PORTARIA RH Nº 019/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**RESOLVE:**

NOMEAR, MARIA KAROLINE DE ANDRADE, para exercer o cargo em comissão de Assessor de Gabinete II, AS 4, com lotação no Gabinete do Prefeito, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 04 de Janeiro de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 020/2016**

PORTARIA RH Nº 020/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**RESOLVE:**

NOMEAR, SÔNIA CÂNDIDO DA SILVA VIEIRA para exercer o cargo em comissão de Assessor de Recursos Humanos, AS 3, com lotação na Secretaria de Fazenda, Administração e Serviços Públicos, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 04 de Janeiro de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 021/2016**

PORTARIA RH Nº 021/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**RESOLVE:**

NOMEAR, ETHEL MARCON MENDES para exercer o cargo em comissão de Assessor de Recursos Humanos, AS 3, com lotação na Secretaria de Fazenda, Administração e Serviços Públicos, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 04 de Janeiro de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 022/2016**

PORTARIA RH Nº 022/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**RESOLVE:**

NOMEAR, IVAN CÉSAR FÃO para exercer o cargo em comissão de Assessor de Recursos Humanos, AS 3, com lotação na Secretaria de Fazenda, Administração e Serviços Públicos, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 04 de Janeiro de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal



**PORTARIA Nº 024/2016**

PORTARIA RH Nº 024/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**RESOLVE:**

NOMEAR, LAÉRCIO FREITAS CAMILO para exercer o Cargo em comissão de Assessor de Gabinete I, AS 3, com lotação no Gabinete do Prefeito, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 04 de Janeiro de 2016.  
EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 026/2016**

PORTARIA RH Nº 026/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**RESOLVE:**

NOMEAR, ANDREA RODRIGUES ESPÍNDOLA para exercer o Cargo em comissão de Assessor de Planejamento Tributário, AS 3, com lotação na Secretaria de Fazenda, Administração e Serviços Públicos, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 04 de Janeiro de 2016.  
EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 027/2016**

PORTARIA RH Nº 027/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**RESOLVE:**

NOMEAR, ALVARO SILVA MARTINS para exercer o Cargo em comissão de Diretor do Departamento de Apoio Administrativo, DS 3, com lotação na Procuradoria Geral, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 04 de Janeiro de 2016.  
EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 028/2016**

PORTARIA RH Nº 028/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**RESOLVE:**

NOMEAR, FILLIPE MACHADO BARZAN para exercer o Cargo em comissão de Diretor do Departamento de Controle Patrimonial, DS 3, com lotação na Secretaria da Fazenda, Administração e Serviços Públicos, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 04 de Janeiro de 2016.  
EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 029/2016**

PORTARIA RH Nº 029/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**RESOLVE:**

NOMEAR, ERICK REBELO FIGUEIREDO para exercer o Cargo em comissão de Diretor do Departamento de Informática, DS 3, com lotação na Secretaria da Fazenda, Administração e Serviços Públicos, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 04 de Janeiro de 2016.  
EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 030/2016**

PORTARIA RH Nº 030/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**RESOLVE:**

NOMEAR, ANDERSON SILVEIRA DE SOUZA para exercer o Cargo em comissão de Diretor do Departamento de Água e Saneamento, DS 3, com lotação na Secretaria de Transportes, Obras, pesca, Desenvolvimento Rural e Aquicultura, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 04 de Janeiro de 2016.  
EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 031/2016**

PORTARIA RH Nº 031/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**RESOLVE:**

NOMEAR, ROSILDA REBELO PATRÍCIO CORREA para exercer o Cargo em comissão de Assessor de Planejamento Governamental, AS 3, com lotação no Gabinete do Prefeito, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 04 de Janeiro de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 032/2016**

PORTARIA RH Nº 032/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**RESOLVE:**

NOMEAR, JEFERSON ASSUNÇÃO CARDOSO para exercer o Cargo em comissão de Diretor do Departamento de Inspeção e Bem Estar Animal, DS 3, com lotação na Secretaria de Transportes, Obras, pesca, Desenvolvimento Rural e Aquicultura, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 04 de Janeiro de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 033/2016**

PORTARIA RH Nº 033/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**RESOLVE:**

NOMEAR, CARLOS FELIPE SCHMIDT para exercer o Cargo em comissão de Assessor Especial de Educação, AS 1, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 04 de Janeiro de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 034/2016**

PORTARIA RH Nº 034/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**RESOLVE:**

EXONERAR, SINARA DO CARMO VARGAS do Cargo em comissão de Diretor de Escola na EEB Chiquinha Gomes de Carvalho, Bana-nal, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 04 de Janeiro de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 035/2016**

PORTARIA RH Nº 035/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**RESOLVE:**

NOMEAR, RAFAEL LEMOS ANDRADE, para exercer o cargo em comissão de Assessor Especial de Comunicação, AS 1, com lotação na secretaria de Turismo, lazer e Comunicação, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 04 de Janeiro de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 036/2016**

PORTARIA RH Nº 036/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**RESOLVE:**

NOMEAR, GRAZIELLE SITÔNIO DUARTE para exercer o Cargo em comissão de Assessor Especial de Planejamento, AS 1, com lotação na Secretaria de Planejamento Urbano e Desenvolvimento Econômico e Social, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 04 de Janeiro de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 037/2016**

PORTARIA RH Nº 037/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**RESOLVE:**

NOMEAR, GUSTAVO HENRIQUE para exercer o Cargo em comissão de Assessor Especial de Desenvolvimento Econômico, AS 1, com lotação na Secretaria de Planejamento Urbano e Desenvolvimento Econômico e Social, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 04 de Janeiro de 2016.  
EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 038/2016**

PORTARIA RH Nº 038/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**RESOLVE:**

NOMEAR, GILBERTO DOS PASSOS DE AGUIAR para exercer o Cargo em comissão de Assessor de Projetos, AS 3, com lotação na Secretaria de Planejamento Urbano e Desenvolvimento Econômico e Social, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 04 de Janeiro de 2016.  
EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 039/2016**

PORTARIA RH Nº 039/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**RESOLVE:**

NOMEAR, PAULO TEIXEIRA MACHADO para exercer o Cargo em comissão de Assessor de Projetos, AS 3, com lotação na Secretaria de Planejamento Urbano e Desenvolvimento Econômico e Social, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 04 de Janeiro de 2016.  
EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 040/2016**

PORTARIA RH Nº 040/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**RESOLVE:**

NOMEAR, RICARDO FELISARDO para exercer o Cargo em comissão de Diretor do Departamento de Assistência Social e Apoio Comunitário, DS 3, com lotação na Secretaria de Habitação e Assistência Social, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 04 de Janeiro de 2016.  
EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 041/2016**

PORTARIA RH Nº 041/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**RESOLVE:**

NOMEAR, MAXIMILIANO GONZAGA DAVID para exercer o Cargo em comissão de Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro de Fundos, DS 3, com lotação na Secretaria de Habitação e Assistência Social, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 04 de Janeiro de 2016.  
EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 042/2016**

PORTARIA RH Nº 042/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**RESOLVE:**

NOMEAR, SIMONE MENDES para exercer o Cargo em comissão de Diretor do Departamento de Museu, DAF 3, com lotação na Fundação Lagunense de Cultura, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 04 de Janeiro de 2016.  
EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1532/2015**

PORTARIA RH Nº 1532/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**RESOLVE:**

EXONERAR, LEANDRO SCHIEFLER BENTO do cargo de Procurador Geral, NE, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 31 de Dezembro de 2015.  
EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1533/2015**

PORTARIA RH Nº 1533/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**RESOLVE:**

NOMEAR LEANDRO SCHIEFLER BENTO para exercer o cargo em comissão de Procurador Administrativo, PG 1, com lotação na Procuradoria Geral, a partir de 01/01/2016.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 31 de Dezembro de 2015.  
EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1534/2015**

PORTARIA RH Nº 1534/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**RESOLVE:**

DESIGNAR ADRIANO TEIXEIRA MASSIH, Advogado, de provimento efetivo, para responder pelas atribuições do Cargo de Procurador Geral, a partir de 01/01/2016.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 31 de Dezembro de 2015.  
EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1535/2015**

PORTARIA RH Nº 1535/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**RESOLVE:**

EXONERAR, ETHEL MARCON MENDES do cargo em comissão de Assessor de Gabinete II, AS 3, com lotação no Gabinete do Prefeito, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 31 de Dezembro de 2015.  
EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1536/2015**

PORTARIA RH Nº 1536/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**RESOLVE:**

EXONERAR, IVAN CÉSAR FÃO do cargo em comissão de Assessor de Gabinete II, AS 3, com lotação no Gabinete do Prefeito, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 31 de Dezembro de 2015.  
EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1537/2015**

PORTARIA RH Nº 1537/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**RESOLVE:**

EXONERAR, SÔNIA CÂNDIDO DA SILVA VIEIRA do cargo em comissão de Assessor de Gabinete I, AS 2, com lotação no Gabinete do Prefeito, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 31 de Dezembro de 2015.  
EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

# Leoberto Leal

## PREFEITURA

### DECRETO N.º 153/2015

DECRETO N.º 153, DE 05 DE JANEIRO DE 2016.

“PRORROGA O HORÁRIO DE JORNADA DE TRABALHO DOS SERVIDORES DA SECRETARIA DE OBRAS E AGRICULTURA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe conferem o inciso VII do art. 66, da Lei Orgânica,

Considerando, o Decreto nº 121 de 26 de outubro de 2015, o qual convocou os servidores da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos e da Secretaria Municipal de Agropecuária, Turismo e Meio Ambiente, para retornarem a jornada normal de trabalho até 31/12/2015;

Considerando, os estragos causados pelas fortes chuvas, as quais ocasionaram danos às estradas do interior do município, queda de barreiras, bueiros entupidos, pontes danificadas, tifas e estradas de agricultores prejudicadas;

Considerando, a continuidade dos serviços da Secretaria Municipal de Agropecuária, Turismo e Meio Ambiente e Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, em especial à recuperação das estradas do interior do município para restabelecer o trânsito de pessoas, veículos, máquinas, transporte escolar, etc.;

Considerando, o Decreto 106 de 19 de setembro de 2015, e Decreto 129 de 09 de novembro de 2015, em que o município declarou Situação de Emergência decorrente das fortes chuvas ocorridas;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogada até 31/01/2016 a jornada de trabalho dos servidores lotados na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, e Secretaria Municipal de Agropecuária, Turismo e Meio Ambiente, que realizam trabalhos externos, para cumprirem o horário matutino das 07:30 às 11:30 e vespertino das 13:30 às 17:30, para trabalharem na recuperação das estradas do interior do município e acesso as propriedades rurais, em razão das fortes e constates chuvas que ocorreram nas últimas semanas.

Art. 2º Se houver necessidade, justificada por interesse público, este prazo poderá ser prorrogado.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

Leoberto Leal, 05 de janeiro de 2016.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

# Lindóia do Sul

## PREFEITURA

### EXTRATO PREGÃO 01/2016

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2016

PEDRO ARI PARIZOTTO – Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL na forma da Lei nº 10.520/02, para aquisição de forma parcelada de merenda escolar, no dia 19 de janeiro de 2016, as 08:30, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas até as 08:15 do mesmo dia, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site, [www.lindoiadosul.sc.gov.br](http://www.lindoiadosul.sc.gov.br), poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 04 de janeiro de 2016.

Pedro Ari Parizotto

Prefeito Municipal

### EXTRATO PREGÃO 02/2016

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2016

PEDRO ARI PARIZOTTO – Prefeito Municipal, de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, para contratação de Transporte Escolar em Linha do Interior do Município e para universitários para o ano letivo de 2016, no dia 20 de janeiro de 2016 as 08:30 horas, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas até as 08:15 horas do mesmo dia, na Secretaria Geral de Governo, situada na Rua Tamandaré, 98, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site [www.lindoiadosul.sc.gov.br](http://www.lindoiadosul.sc.gov.br), poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.1177.

Lindóia do Sul - SC, 05 de janeiro de 2016.

Pedro Ari Parizotto

Prefeito Municipal



# Luzerna

## PREFEITURA

### 3 TERMO ADITIVO AO CONTRATO 021.13/PML

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 021.2013/PML – CONTRATO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS DE EMPRESA, PARA A ELABORAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DE PROJETOS QUE VISAM A CAPTAÇÃO DE RECURSO JUNTO AO GOVERNO ESTADUAL E FEDERAL, BEM COMO ENTIDADES PRIVADAS, EM CONFORMIDADE COM OS TERMOS EM ANEXO.

Aos 30 (trinta) dias do mês de dezembro do ano de 2015, presentes de um lado, o MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de fevereiro, nº 151, em Luzerna/SC, representada neste ato por seu Prefeito Municipal, o Sr. MOISÉS DIERSMANN, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE; e de outro RI SOLUÇÕES EM PLANEJAMENTO URBANO DESENVOLVIMENTO, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 12.665.060/0001-02, com sede administrativa na Avenida São João Sul, nº 580, sala 201, Centro, no Município de Faxinal dos Guedes/SC, neste ato representada por seu sócio administrador, o Sr. RAFAEL BENDER, brasileiro, solteiro, empresário, portador de documento de identidade do tipo RG, de nº 3.815.493, inscrito no CPF sob o nº 009.584.779-06, residente e domiciliado na Rua Barra Grande, s/n, Casa, Centro, no Município de Faxinal dos Guedes/SC, doravante simplesmente denominada CONTRATADA; RESOLVEM, com supedâneo na Lei 8.666/93 e alterações posteriores, celebrar, na presença das testemunhas signatárias, o presente Termo Aditivo ao Contrato Administrativo em epígrafe, nos termos que segue:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA DA PRORROGAÇÃO

O presente Termo Aditivo tem por objeto, com a concordância de ambas as partes, sem reajuste, prorrogar o prazo de vigência do Contrato PML nº 021.2013, passando a vigorar até 31 de dezembro de 2016, nos termos da Cláusula Oitava do presente Contrato.

#### CLÁUSULA SEGUNDA DA SUPRESSÃO

Ainda, o presente Termo Aditivo tem por objeto, com a concordância de ambas as partes, a supressão de 25% (vinte e cinco por cento) no valor do Contrato PML nº 021.2013, passando a mesma a vigorar no valor mensal de R\$ 2.392,51 (dois mil trezentos e noventa e dois reais e cinquenta e um centavos), nos termos do art. 65, § 2º, da Lei 8.666/93.

#### CLAUSULA TERCEIRA DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas e condições firmados no Contrato e/ou Aditivos permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 30 de dezembro de 2015.

MOISÉS DIERSMANN  
PREFEITO DE LUZERNA  
CONTRATANTE

RAFAEL BENDER  
RI SOLUÇÕES EM PLANEJAMENTO URBANO DESENVOLVIMENTO  
CONTRATADA

#### TESTEMUNHAS:

1. \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_

### DECRETO 2168

DECRETO Nº 2168 de 29 de dezembro de 2015.

“NOMEIA O CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO/CMH DE LUZERNA(SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

#### RESOLVE:

Art.1º- NOMEAR o CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO/CMH DE LUZERNA(SC), ficando assim constituído:

#### REPRESENTAÇÃO GOVERNAMENTAL

I - Representantes do Poder Executivo:

Assessoria Jurídica:

Titular : MARIANA DE AZEVEDO RAMOS

Suplente: KÁTIA IOLANDA DEUERLING

Secretaria de Saúde e Bem Estar Social:

Titular : MICHELE LUCIANE TEDESCO

Suplente: MARIANA VIGANÓ

Assessoria de Planejamento:

Titular : ANDRÉ LUIS TOIGO DIESEL

Suplente: JULIANA CORBANI

II - Representante da Secretaria de Obras e Serviços:

Titular : ELISEU ROBERTO DORÉ

Suplente: ALCIR JOÃO DENARDI

#### REPRESENTAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL

I - Representante das Associações de Moradores do interior:

Titular : IVONE CASSEL DAHMER

Suplente: ILARIO SPIER

II - Representante das Associações de Moradores do Centro:

Titular : EUNICE GIACOMIN

Suplente: IRACEMA LAMB

III- Representante do Sindicato de Trabalhadores Rurais

Titular : DILETO PAGANINI

Suplente: MARIA INÊS MOTTA

IV - Representante de entidades patronais:

Titular : IVONETE DAL VESCO BOESING

Suplente: VITOR RECALCATTI

Art.2º- As atividades exercidas pelos membros titulares e suplentes do Conselho não serão remuneradas em razão de sua relevância social.

Art.3º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 29 de dezembro de 2015.

MOISÉS DIERSMANN  
Prefeito de Luzerna

**LICITAÇÃO DESERTA - PL 0130/2014 - CC 008/2014  
- REMOÇÃO E GUARDA DE VEÍCULOS - PML**

MUNICIPIO DE LUZERNA

Processo Licitatório nº 130/2014 - PML

Concorrência Pública nº 008/2014 – PML

EXTRATO DE LICITAÇÃO DESERTA

Denota-se que o presente certame foi publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, na edição do dia 21 de novembro de 2014; no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina em 21 de novembro de 2014 e no site do Município de Luzerna ([www.luzerna.sc.gov.br](http://www.luzerna.sc.gov.br)) a partir do dia 20 de novembro de 2014, para dar amplo conhecimento aos interessados e divulgação do presente certame. Aberta a Sessão Pública, a Comissão de Licitação, através de seus membros presentes constatou que até o presente momento nenhuma Empresa manifestou interesse em participar, caracterizando a licitação como DESERTA.

Luzerna/SC, 23 de dezembro de 2015.

Moises Diersmann

Prefeito

# Macieira

## PREFEITURA

### **PUBLICAÇÃO RESUMIDA\_ TERMO ADITIVO Nº 35/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA  
PUBLICAÇÃO RESUMIDA DE TERMO ADITIVO

Processo Licitatório nº 0003/2015  
Pregão Presencial nº 0003/2015  
1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0008/2015  
ADITIVO Nº 35/2015  
ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO E REDUÇÃO DE VALORES.  
Objeto: Contratação de serviços técnicos profissionais especializados de consultoria e assessoria na gestão de convênios junto ao Governo Federal, Estadual e outras fontes, com o objetivo de promover a realização de obras e serviços para a população do Município de Macieira, sempre em conformidade com as sistemáticas estabelecidas pelos diversos órgãos dos entes convenientes, conforme especificações no Anexo I do Edital.  
Contratada: ALEXSANDRA DOS SANTOS ME.  
Valor: R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) mensais.  
Vigência: 31 de dezembro de 2016, de acordo com a Cláusula Sexta do contrato original, bem como o Artigo 57 da Lei 8.666/93.  
Pagamento: De acordo com o Contrato Administrativo nº 0008/2015.

Macieira, 30 de dezembro de 2015.  
REJANE SPANHOLLO ABRAÃO  
Pregoeira

### **PUBLICAÇÃO RESUMIDA\_ TERMO ADITIVO Nº 36/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA  
PUBLICAÇÃO RESUMIDA DE TERMO ADITIVO

Processo Licitatório nº 0022/2015  
Pregão Presencial nº 0014/2015  
1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0026/2015  
ADITIVO Nº 36/2015  
ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO.  
Objeto: Contratação de empresa especializada, com a finalidade da prestação de serviços de assessoria em relação ao mercado financeiro ao Regime Próprio de Previdência Social Municipal, conforme especificações do Edital e seus anexos.  
Contratada: SMI PRIME – CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS LTDA,  
Vigência: 31 de dezembro de 2016, de acordo com a Cláusula Quarta do contrato original e art. 57 da Lei 8.666/93.  
Valor e Pagamento: De acordo com o Contrato Administrativo nº 0026/2015.

Macieira, 30 de dezembro de 2015.  
REJANE SPANHOLLO ABRAÃO  
Pregoeira

### **PUBLICAÇÃO RESUMIDA\_ TERMO ADITIVO Nº 37/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA  
PUBLICAÇÃO RESUMIDA DE TERMO ADITIVO

Processo Licitatório nº 0026/2015  
Pregão Presencial nº 0016/2015

1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0030/2015  
ADITIVO Nº 37/2015

ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO.

Objeto: Locação de sistema de monitoramento em comodato, compreendendo instalação de câmera de segurança e demais equipamentos, a ser instalada no centro da cidade, esquina entre as Ruas José Augusto Royer e Dona Maria Mendes, conforme especificações do Anexo I do Edital.

Contratada: C.S. NET INFORMÁTICA E TECNOLOGIA LTDA

Vigência: 31 de dezembro de 2016, de acordo com a Cláusula Quarta do contrato original e art. 57 da Lei 8.666/93.

Valor e Pagamento: De acordo com o Contrato Administrativo nº 0030/2015.

Macieira, 30 de dezembro de 2015.  
REJANE SPANHOLLO ABRAÃO  
Pregoeira

### **PUBLICAÇÃO RESUMIDA\_ TERMO ADITIVO Nº 38/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA  
PUBLICAÇÃO RESUMIDA DE TERMO ADITIVO

Processo Licitatório nº 0002/2013.  
Pregão Presencial nº 0001/2013.  
6º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0007/2013.  
ADITIVO Nº 38/2015

ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO E REAJUSTE.

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte escolar da rede municipal e estadual de ensino.

Contratada: ALAIANE TRANSPORTES COLETIVOS LTDA ME.

Vigência do Contrato: 31 de dezembro de 2016, conforme previsto no art. 57, II da Lei nº 8.666/93 e cláusula sexta do contrato.

Valor: R\$ 2,94 o km rodado, totalizando o valor de R\$ 367,50 (trezentos e sessenta e sete reais e cinquenta centavos) diários, sendo pago somente pela quilometragem percorrida, conforme planilha mensal apresentada na Secretaria Municipal de Educação.

Pagamento: De acordo com o Contrato Administrativo nº 0007/2013 e seus Aditivos.

Macieira, 30 de dezembro de 2015.  
REJANE SPANHOLLO ABRAÃO  
Pregoeira

### **PUBLICAÇÃO RESUMIDA\_ TERMO ADITIVO Nº 41/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA  
PUBLICAÇÃO RESUMIDA DE TERMO ADITIVO

ADITIVO Nº 41/2015

Processo Licitatório nº 0043/2014.

Tomada de Preços nº 0004/2014.

3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0050/2014

ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO.

Objeto: Contratação de empresa para execução de obra de construção de escola no "Espaço Educativo Rural", com 02 (duas) salas de aula, a ser executada na localidade do km 30, Interior, no Município de Macieira, através de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, conforme Projeto, Planilha

orçamentária e Memorial Descritivo, com fornecimento de material e mão-de-obra.

Contratada: VERONA ENGENHARIA LTDA.

Valor e Pagamento e prazo: De acordo com o Contrato Administrativo nº 0050/2014.

Prazo: Até 30 de abril de 2016, conforme justificativas do Termo Aditivo e solicitação do engenheiro fiscal da obra.

Macieira, 30 de dezembro de 2015.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO

Presidente da Comissão de Licitações.

### **PUBLICAÇÃO RESUMIDA\_ TERMO ADITIVO Nº 42/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

PUBLICAÇÃO RESUMIDA DE TERMO ADITIVO

ADITIVO Nº 42/2015

Processo Licitatório nº 0029/2014.

Tomada de Preços nº 0001/2014.

4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0035/2014.

ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO.

Objeto: Contratação de empresa para execução de obra de construção de pontes sobre os Rios São Pedro e Santo Antônio, através de recursos de convênio do Governo do Estado (FUNDAN), pelo Contrato nº 2014TR001736, conforme Projeto, Planilha orçamentária, cronograma físico financeiro e memorial descritivo em anexo ao Edital, em regime de empreitada por preço Global Por Item, com fornecimento de material e mão-de-obra.

Contratada: CONSTRUTORA JOSÉ REINALDO LTDA .

Valor e Pagamento e prazo: De acordo com o Contrato Administrativo nº 0050/2014.

Prazo: Até 30 de abril de 2016, conforme justificativas do Termo Aditivo.

Macieira, 30 de dezembro de 2015.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO

Presidente da Comissão de Licitações.

### **PUBLICAÇÃO RESUMIDA\_ TERMO ADITIVO Nº 43/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

PUBLICAÇÃO RESUMIDA DE TERMO ADITIVO

ADITIVO Nº 43/2015

Processo Licitatório nº 0037/2014.

Tomada de Preços nº 0003/2015

4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0043/2014.

ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO.

Objeto: Contratação de empresa para execução de obra de construção de quadra escolar coberta, poliesportiva, com área total de 980,40 m², a ser construída na sede do Município de Macieira, através de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, no âmbito do PAC 2, conforme Projeto, Planilha orçamentária, cronograma físico financeiro e memorial descritivo, com fornecimento de material e mão-de-obra.

Contratada: CONSEST PRE MOLDADOS LTDA ME .

Valor e Pagamento e prazo: De acordo com o Contrato Administrativo nº 0043/2014.

Prazo: Até 30 de abril de 2016, conforme justificativas do Termo Aditivo.

Macieira, 30 de dezembro de 2015.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO

Presidente da Comissão de Licitações.

### **PUBLICAÇÃO RESUMIDA\_ TERMO ADITIVO 39/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

PUBLICAÇÃO RESUMIDA DE TERMO ADITIVO

Processo Licitatório nº 0002/2013.

Pregão Presencial nº 0001/2013.

7º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0008/2013.

ADITIVO Nº 39/2015

ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO E REAJUSTE.

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte escolar da rede municipal e estadual de ensino.

Contratada: INOVA TRANSPORTES ESCOLAR LTDA ME.

Vigência do Contrato: Fica prorrogada a vigência até 31 de dezembro de 2016, conforme previsto no art. 57, II da Lei nº 8.666/93 e cláusula sexta do contrato.

Valor: R\$ 2,72 (dois reais e setenta e dois centavos) o km rodado, totalizando o valor de R\$ 375,36 (trezentos e setenta e cinco reais e trinta e seis centavos) diários para o item II e R\$ 394,40 (trezentos e noventa e quatro reais e quarenta centavos) diários para o item IV, sendo pago somente pela quilometragem percorrida conforme planilha mensal apresentada na Secretaria Municipal de Educação.

Pagamento: De acordo com o Contrato Administrativo nº 0008/2013 e seus Aditivos.

Macieira, 30 de dezembro de 2015.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO

Pregoeira

### **PUBLICAÇÃO RESUMIDA\_ TERMO ADITIVO Nº 40/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

PUBLICAÇÃO RESUMIDA DE TERMO ADITIVO

Processo Licitatório nº 0002/2013.

Pregão Presencial nº 0001/2013.

6º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0009/2013.

ADITIVO Nº 40/2015

ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO E REAJUSTE.

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte escolar da rede municipal e estadual de ensino.

Contratada: MACIOESTE LTDA

Vigência do Contrato: Fica prorrogada a vigência até 31 de dezembro de 2016, conforme previsto no art. 57, II da Lei nº 8.666/93 e cláusula sexta do contrato.

Valor: R\$ 2,72 (dois reais e setenta e dois centavos) o km rodado, totalizando o valor de R\$ 272,00 (duzentos e setenta e dois reais) diários, sendo pago somente pela quilometragem percorrida conforme planilha mensal apresentada na Secretaria Municipal de Educação.

Pagamento: De acordo com o Contrato Administrativo nº 0009/2013 e seus Aditivos.

Macieira, 30 de dezembro de 2015.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO

Pregoeira

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE MACIEIRA**

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Dezembro/2015**  
(Artigo 16 da Lei Nº: 8.666/93)

Página: 1/2

**RELATÓRIO COMPRAS MÊS 12/2015 - FMAS**

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Adaptador	341	1,000	6,000	6,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Corante verde	341	4,000	3,500	14,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Diazitop	341	1,000	4,500	4,50
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Pá	341	1,000	16,900	16,90
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Roda carinho de mão pneu e câmara	341	1,000	47,800	47,80
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Spray ouro	341	8,000	15,000	120,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Tampa	341	1,000	3,000	3,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Cesta	344	1,000	70,000	70,00
AMADEU MENDES KARPINSKI 13471155953	Caneleira	332	6,000	9,000	54,00
ELETRICISTA ABATI	Deslocamento	332	60,000	1,000	60,00
ELETRICISTA ABATI	Fio	332	15,000	2,500	37,50
ELETRICISTA ABATI	LAMPADA	332	1,000	49,000	49,00
ELETRICISTA ABATI	Lâmpada Fluor 20w	332	14,000	14,800	207,20
ELETRICISTA ABATI	MÃO DE OBRA	332	4,300	25,000	107,50
ELETRICISTA ABATI	Reator Sodio 150 W	332	1,000	70,000	70,00
ELETRICISTA ABATI	Soquete Fixo de Louça	332	7,000	6,000	42,00
ELETRICISTA ABATI	Tomada	332	5,000	8,500	42,50
ELETRICISTA ABATI	BALAS PECCIN 600G	328	1,000	5,860	5,86
EMBALAGENS CACADOR	Cestas de Natal	328	5,000	6,840	34,20
EMBALAGENS CACADOR	Pacote de balas	328	3,000	4,990	14,97
EMBALAGENS CACADOR	Pirulito	328	1,000	22,900	22,90
EMBALAGENS CACADOR	Pote de Pacoca	328	2,000	10,990	21,98
EMBALAGENS CACADOR	Saco Cromus	328	1,000	7,140	7,14
EMBALAGENS CACADOR	Sacola de Papelão decorada	328	185,000	2,750	508,75
IVANIR ZILIO	Brinquedos de Montar	338	1,000	55,000	55,00
IVANIR ZILIO	Cestas de Natal	343	2,000	131,000	262,00
IVANIR ZILIO	Coleção de Livros	338	2,000	118,450	236,90
IVANIR ZILIO	Jogo de Montar Infantil	338	15,000	7,000	105,00
IVANIR ZILIO	Jogo infantil com 3 peças de espelhos auriculares	338	50,000	3,400	170,00
IVANIR ZILIO	Livros para Colorir	338	45,000	5,700	256,50
KL LANCHONETE E PANIFICADORA	Bolo	347	26,000	19,000	494,00
KL LANCHONETE E PANIFICADORA	Cuca caseira com farofa, com cor e aroma característicos, bem cozida, livre de contaminantes, sem danos físicos oriundos de manuseio e transporte.	334	24,000	6,000	144,00
KL LANCHONETE E PANIFICADORA	Acondicionados em sacos plasticos apropriados.				
KL LANCHONETE E PANIFICADORA	Pizza Grande	334	1,000	42,000	42,00
MARCELO ANSILIERO ME	Copo plástico 180 ml - médio, pcts com 100 unidades	337	7,000	7,500	52,50
MARCELO ANSILIERO ME	Coca-cola	337	40,000	5,250	210,00
MARCELO ANSILIERO ME	Refrigerante	337	40,000	4,750	190,00
MC ESQUADRIAS	TOLDO	348	1,000	7,000,000	7,000,00
Samara Aparecida Roaris	Almoço	331	34,000	20,000	680,00
SANTINA MARIA GRITTI MEI	ALGODÃO DOCE	326	1,000	220,000	220,00
SANTINA MARIA GRITTI MEI	CAMA ELASTICA	326	2,000	150,000	300,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE MACIEIRA**  
Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Dezembro/2015**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 2/2

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
SANTINA MARIA GRITTI MEI	Kit Linha BABY	326	1,000	150,0000	150,00
SANTINA MARIA GRITTI MEI	Monitor	326	4,000	42,5000	170,00
SANTINA MARIA GRITTI MEI	PISCINA DE BOLAS	326	1,000	140,0000	140,00
SANTINA MARIA GRITTI MEI	Tobogã Pula Pula	326	1,000	220,0000	220,00
<b>Total Geral do Mês ----&gt;</b>					<b>12.665,60</b>



## RELATÓRIO DE COMPRAS - MÊS 12/2015 - FMS

Página: 1/4

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MACIEIRARelação das Compras Efetuadas no Mês de: Dezembro/2015  
(Artigo 16 da Lei Nº. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Bandeja	1107	1,000	15,9000	15,90
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Cadeado S35	1107	2,000	6,5000	13,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Caixa de descarga	1107	1,000	25,0000	25,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Extensão	1107	1,000	25,0000	25,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Fio	1107	1,000	24,7500	24,75
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	FITA CREPE	1107	4,000	3,5000	13,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	LAMPADA	1107	1,000	25,0000	25,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Lampada a vapor 400w de mercúrio	1107	4,000	6,5000	26,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Lata 3,6 de fundo fosco suvinil	1107	1,000	62,9000	62,90
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Pincel	1107	1,000	4,0000	4,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Rolo 23cm p/ pintura	1107	1,000	19,5000	19,50
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	T	1107	3,000	6,0000	18,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	TINNER	1107	1,000	12,5000	12,50
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Tinta acrílica sem brilho 18 litros	1107	1,000	64,0000	64,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Tinta esmalte sintético	1107	1,000	63,0000	63,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Tomada	1107	1,000	4,5000	4,50
AMADEU MENDES KARPINSKI 13471155953	Fichas de arquivo	1103	2,000	76,0000	152,00
AMADEU MENDES KARPINSKI 13471155953	Fronhas	1059	2,000	12,0000	24,00
AMADEU MENDES KARPINSKI 13471155953	Lençol 1,40 x 0,90 cm	1103	4,000	55,9000	223,60
AMADEU MENDES KARPINSKI 13471155953	Lençol Solteiro	1059	4,000	55,9000	223,60
AMADEU MENDES KARPINSKI 13471155953	Mantas	1059	2,000	49,9000	99,80
AMADEU MENDES KARPINSKI 13471155953	Mantas	1103	2,000	49,9000	99,80
AMADEU MENDES KARPINSKI 13471155953	Travesseiro Clínico. Descrição: Indicado para conforto do paciente durante os procedimentos, em hospitais, clínicas, consultórios, entre outros. Características: Estrutura ergonômica; Tamanho: grande; Altura: 0,16 m; Comprimento: 0,53 m; Largura: 0,33 m; Peso máximo suportado: 135 kg; Composição: Espuma em flocos de alta qualidade; Revestido com couvin; Cor Azul.	1059	4,000	39,9000	159,60
AMADEU MENDES KARPINSKI 13471155953	Travesseiro Clínico. Descrição: Indicado para conforto do paciente durante os procedimentos, em hospitais, clínicas, consultórios, entre outros. Características: Estrutura ergonômica; Tamanho: grande; Altura: 0,16 m; Comprimento: 0,53 m; Largura: 0,33 m; Peso máximo suportado: 135 kg; Composição: Espuma em flocos de alta qualidade; Revestido com couvin; Cor Azul.	1103	4,000	39,9000	159,60
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSUMO	Bico para mangueira	1120	2,000	12,0000	24,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSUMO	Cadeado S35	1120	1,000	15,6000	15,60
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSUMO	COLA	1120	2,000	12,5000	25,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSUMO	Dobradise	1120	1,000	17,8000	17,80
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSUMO	Extensão	1120	6,000	3,5000	21,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSUMO	Fio	1120	1,000	19,8000	19,80
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSUMO	Lâmpada 0,69 12v	1120	2,500	2,8500	7,13
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSUMO	Lâmpadas	1120	2,000	12,0000	24,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSUMO	Maçaneta de porta interna	1120	5,000	5,5000	27,50
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSUMO	PARAFUSO	1120	2,000	1,8000	3,60
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSUMO		1120	6,000	0,2500	1,50

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MACIEIRA**

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Dezembro/2015**  
 (Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 2/4

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONST	Sifão	1120	1,000	6,200	6,20
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONST	Suporte com 02 lâmpadas	1120	1,000	21,000	21,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONST	Tomada	1120	1,000	4,10	4,10
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONST	Válvula	1120	1,000	4,500	4,50
ELETRICISTA ABATI	Deslocamento	1060	30,000	1,000	30,00
ELETRICISTA ABATI	MÃO DE OBRA INSTALAÇÃO DE MATERIAL ELETRICO	1060	1,300	25,000	32,50
FARMACIA GEREMIAS LTDA	AC acetico Glacial	1098	1,000	12,000	12,00
FARMACIA GEREMIAS LTDA	AC Tridoroacetico	1098	1,000	14,500	14,50
FARMACIA GEREMIAS LTDA	DEFLAZACORT	1097	2,000	32,760	65,52
FARMACIA GEREMIAS LTDA	Femegam	1096	1,000	9,600	9,60
FARMACIA GEREMIAS LTDA	Idolo	1098	1,000	12,000	12,00
FARMACIA GEREMIAS LTDA	Neozine	1096	7,000	10,710	74,97
IVANIR ZILIO	Cartucho 670 Preto Hp Ink Advantage 4615	1100	2,000	69,000	138,00
IVANIR ZILIO	Mause ESB	1100	1,000	45,000	45,00
Jair Antonio Miryglod	CONCERTO DE PNEU	1061	2,000	10,000	20,00
Jair Antonio Miryglod	CONCERTO DE PNEU	1062	2,000	10,000	20,00
Jair Antonio Miryglod	CONCERTO DE PNEU	1063	1,000	10,000	10,00
Jair Antonio Miryglod	CONCERTO DE PNEU	1064	1,000	10,000	10,00
JS PNEUS LTDA	ALINHAMENTO	1082	1,000	13,000	13,00
JS PNEUS LTDA	Amortecedor	1092	2,000	170,000	340,00
JS PNEUS LTDA	Balanceamento	1082	4,000	13,000	52,00
JS PNEUS LTDA	Balanceamento	1084	4,000	13,000	52,00
JS PNEUS LTDA	Balanceamento	1086	4,000	13,000	52,00
JS PNEUS LTDA	Balanceamento	1087	4,000	13,000	52,00
JS PNEUS LTDA	Balanceamento	1092	4,000	13,000	52,00
JS PNEUS LTDA	Balanceamento	1094	4,000	13,000	52,00
JS PNEUS LTDA	Bucha	1082	2,000	25,000	50,00
JS PNEUS LTDA	Bucha	1092	2,000	70,000	140,00
JS PNEUS LTDA	Bucha bandeja	1092	4,000	25,000	100,00
JS PNEUS LTDA	Cambagem	1082	1,000	13,000	13,00
JS PNEUS LTDA	Cambagem	1084	2,000	25,000	50,00
JS PNEUS LTDA	Cambagem	1092	2,000	25,000	50,00
JS PNEUS LTDA	Cambagem	1094	1,000	23,000	23,00
JS PNEUS LTDA	CONCERTO DE PNEU	1082	1,000	13,000	13,00
JS PNEUS LTDA	CONCERTO DE PNEU	1094	2,000	13,000	26,00
JS PNEUS LTDA	Disco de freio	1082	1,000	170,000	170,00
JS PNEUS LTDA	Disco de freio	1087	1,000	170,000	170,00
JS PNEUS LTDA	Geometria	1084	1,000	50,000	50,00
JS PNEUS LTDA	Geometria	1092	4,000	13,000	52,00
JS PNEUS LTDA	Geometria	1094	1,000	50,000	50,00
JS PNEUS LTDA	Jogo de Pastilha de Freio	1082	1,000	138,000	138,00
JS PNEUS LTDA	Kit Batente Coifa	1092	2,000	35,000	70,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MACIEIRA**

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Dezembro/2015**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 3/4

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
JS PNEUS LTDA	LAMPADA	1082	2,000	10,0000	20,00
JS PNEUS LTDA	LAMPADA	1087	1,000	25,0000	25,00
JS PNEUS LTDA	LAMPADA	1094	1,000	10,0000	10,00
JS PNEUS LTDA	Lâmpada 69 24 v	1094	2,000	20,0000	40,00
JS PNEUS LTDA	LIMPEZA DE BICO	1082	1,000	148,0000	148,00
JS PNEUS LTDA	MÃO DE OBRA	1084	1,000	25,0000	25,00
JS PNEUS LTDA	MÃO DE OBRA	1087	1,000	30,0000	30,00
JS PNEUS LTDA	MÃO DE OBRA	1092	1,000	120,0000	120,00
JS PNEUS LTDA	MÃO DE OBRA	1094	1,000	63,0000	63,00
JS PNEUS LTDA	Mão de obra colocação de peças	1082	1,000	80,0000	80,00
JS PNEUS LTDA	MONTAGEM DE PNEU	1082	4,000	13,0000	52,00
JS PNEUS LTDA	MONTAGEM DE PNEU	1086	2,000	13,0000	26,00
JS PNEUS LTDA	MONTAGEM DE PNEU	1087	4,000	13,0000	52,00
JS PNEUS LTDA	PD 1346	1087	1,000	120,0000	120,00
JS PNEUS LTDA	PD 1346	1094	1,000	125,0000	125,00
JS PNEUS LTDA	Pivo	1084	1,000	65,0000	65,00
JS PNEUS LTDA	Terminal	1092	1,000	55,0000	55,00
JS PNEUS LTDA	TRAVA	1092	1,000	25,0000	25,00
MANENTI & CIA LTDA	Cilindro	1105	6,000	25,0000	150,00
MANENTI & CIA LTDA	Porta de Vidro	1105	1,000	790,5600	790,56
MANENTI & CIA LTDA	Vidros Incolor e linstalados	1105	1,000	2,845,0000	2,845,00
MECANICA FARENZENA LTDA	Geometria / Alinhamento	1099	2,000	20,0000	40,00
MECANICA FARENZENA LTDA	MONTAGEM DE PNEU	1099	2,000	20,0000	40,00
MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	Atuador embreagem - ford transit	1075	1,000	810,0000	810,00
MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	Batente fechadura porta lateral e dianteira - ford transit	1075	2,000	170,0000	340,00
MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	Braço articulador	1075	2,000	1,300,0000	2,600,00
MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	Bucha da bandeja traseira - ford transit	1075	2,000	450,0000	900,00
MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	Chapeação e pintura da lateral - Ford Transit	1075	30,000	75,0000	2,250,00
MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	Coxim traseiro cambio - Ford Transit	1075	1,000	703,0000	703,00
MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	Extintor para Ford transit	1075	1,000	275,0000	275,00
MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	Faixa refletiva para Ford Transit	1075	12,000	5,5000	66,00
MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	Fluido de freio - ford transit	1075	2,000	23,0000	46,00
MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	Mão de obra colocação de peças	1101	1,000	120,0000	120,00
MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	Óleo sintético 5W30 - para ford transit	1075	6,500	46,5000	302,25
MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	Palheta para-brisa - ford transit	1075	2,000	31,0000	62,00
MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	Para-brisa ford transit	1075	1,000	1,025,0000	1,025,00
MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	Pastilha de freio dianteiro - ford transit	1075	1,000	183,0000	183,00
MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	Pastilha Dianteira	1101	1,000	194,2100	194,21
MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	Pastilha Traseira	1101	1,000	178,6900	178,69
MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	Revisão sistema de ar condicionado - Ford transit	1075	14,000	75,0000	1,050,00
MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	Substituição de peças - Ford Transit	1075	18,000	75,0000	1,350,00
MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	Terminal de direção - Ford Transit	1075	2,000	1,325,0000	2,650,00

Página: 4/4

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MACIEIRA**

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Dezembro/2015**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
PAULO CEZAR CIVIDINI ME	Cabinho auto 750v 4,00mm	1110	80,000	5,0000	400,00
PAULO CEZAR CIVIDINI ME	Gas Clorodifluometano	1110	5,000	29,6000	148,00
PAULO CEZAR CIVIDINI ME	LAMPADA	1110	12,000	60,0000	720,00
PAULO CEZAR CIVIDINI ME	Luminarias para Lampadas Fluorescente	1110	4,000	147,0000	588,00
PAULO CEZAR CIVIDINI ME	Mão de Obra Manutenção do Ar Condicionado	1110	1,000	900,0000	900,00
SABOR DO SALTO	Picolé de Gelo Vários Sabores	1108	4,000	16,0000	64,00
VICENTE DE PIERI ME	Mesa Redonda	1104	1,000	95,0000	95,00
<b>Total Geral do Mês ----&gt;</b>					<b>27.071,58</b>

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA**

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Dezembro/2015**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 1/9

**RELATÓRIO DE COMPRAS- MÊS 12/2015 PREFEITURA**

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Cimento - saco com 50 kg	2155	2,000	32,0000	64,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	abraçadeira	2156	13,000	2,0000	26,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Abraçadeira de aço	2156	15,000	2,5000	37,50
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Abraçadeira plastica media	2156	1,000	14,0000	14,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Cabo 3 x 2,5 mm	2073	100,000	2,9000	290,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Cadeado S35	2156	1,000	19,0000	19,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Chave 11	2156	1,000	4,0000	4,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Cimento	2156	1,000	28,0000	28,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Cinta 40	2155	1,000	34,0000	34,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Cinta 40	2156	2,000	14,0000	28,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	COLA	2156	1,000	15,0000	15,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Corrente	2155	1,000	4,0000	4,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Desengripante	2155	1,000	7,9000	7,90
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Disco	2156	4,000	8,0000	32,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Disco de corte	2156	8,000	9,8100	78,50
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Emenda 100	2155	1,000	1,5000	1,50
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Enchada	2155	1,000	25,0000	25,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Esticador de arame	2156	1,000	9,0000	9,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Extensão	2073	2,000	15,0000	30,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Extensão	2156	4,000	25,0000	100,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Fio 2 x 2,5	2073	41,000	2,2500	92,25
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Fio p/ roçadeira	2116	2,000	150,0000	300,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Fone de Ouvido	2156	1,000	2,0000	2,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Guanchos	2073	27,000	0,2500	6,75
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Lima	2156	1,000	14,0000	14,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	LIXA	2156	13,000	3,5000	45,50
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Lona	2155	4,000	5,5000	22,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Multimetro Digital	2073	1,000	59,0000	59,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Parafuso com bucha	2156	20,000	0,1000	2,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Pé de cabra	2155	1,000	24,5000	24,50
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Plisca	2073	77,000	8,5000	654,50
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Porca	2155	10,000	0,2500	2,50
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Prego 16x24	2155	10,000	10,5800	105,80
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Solvente	2156	1,000	12,0000	12,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Tinta acrílex	2156	10,000	30,0000	300,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	TINTA BRANCA	2156	1,000	22,5000	22,50
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Tomada	2073	1,000	6,0000	6,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Tomada	2156	1,000	4,5000	4,50
ANSILIERO E NESI FRUTARIA LTDA	Melancia. Características: casca integra, sem manchas e amassados. Acondicionadas em caixas vazadas plásticas e não de madeira.		96,000	1,1000	105,60
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONST	Caneleira	2213	2,000	17,5000	35,00
COMAVEL COMERCIO DE MATERIAIS DE CONST		2212	10,000	6,0000	60,00

# ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Dezembro/2015**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 2/9

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONST	Extensão	2212	3,000	26,2500	78,75
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONST	Fio	2212	40,000	1,8000	72,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONST	Fita dupla face 20mmX12mm	2212	3,000	15,8000	47,40
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONST	Gandho	2212	29,000	0,6000	17,40
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONST	Goivo	2213	7,000	8,5000	59,50
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONST	MANITA ASFALTICA P/ GOIVOS	2213	20,000	9,6000	192,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONST	PARAFUSO	2212	12,000	0,6500	7,80
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONST	Prego	2212	7,000	9,8000	68,60
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONST	Telha	2213	10,000	2,1500	21,50
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONST	Tomada	2212	6,000	5,5000	33,00
COMERCIAL DIRLEI LTDA EPP	Bola de Futebol	2092	3,000	92,0000	276,00
COMERCIAL DIRLEI LTDA EPP	Colete m Brim	2092	21,000	11,0000	231,00
COMERCIAL DIRLEI LTDA EPP	Medalha	2154	60,000	3,0000	180,00
COMERCIAL DIRLEI LTDA EPP	Troféu 1º lugar	2154	1,000	275,0000	275,00
COMERCIAL DIRLEI LTDA EPP	Troféu 2º lugar	2154	1,000	260,0000	260,00
COMERCIAL KARPINSKI LTDA- ME	Pão Francês. - Características: 50g, tamanho uniforme, fabricado no dia da entrega. Embalagem: plástica, estéril e descartável contendo o número de pães conforme cronograma por escola fornecido pela Secretaria de Educação. Os pães deverão ser entregues em sacos plásticos transparentes, estéreis e descartáveis. O transporte deverá ser feito em caixas plásticas apropriadas e não em caixas de madeira ou papelão. Não serão aceitos pães amassados ou do dia anterior.	2158	14,800	8,9000	131,72
COOPERATIVA DE ARTESÃOS DE ARROIO TRINT	Cebola	2078	5,000	4,5000	22,50
COOPERATIVA DE ARTESÃOS DE ARROIO TRINT	Feijão preto tipo 1, selecionado, da última safra, constando no mínimo 90 % de grãos na cor característica. Embalagem de 1 Kg e conforme descrições do anexo I do Edital.	2078	4,000	5,2000	20,80
COOPERATIVA DE ARTESÃOS DE ARROIO TRINT	LARANJA	2078	62,860	2,5000	157,15
COOPERATIVA DE ARTESÃOS DE ARROIO TRINT	Embalagem contendo 1 dúzia cada, devendo estar intacta e contar prazo de validade.	2078	21,000	3,8000	79,80
COOPERATIVA DE ARTESÃOS DE ARROIO TRINT	Suco de uva 100% natural tipo colonial, sem conservantes, acondicionado em garrafa de vidro, contendo 500ml do produto e conforme descrições do anexo I do Edital.	2078	10,500	10,7000	112,35
DANIELA UNTEMBERGER ME	Diafragma da cuica	2115	1,000	16,0000	16,00
DANIELA UNTEMBERGER ME	DIAFRAGMA DE FREIO 7"	2119	1,000	16,8000	16,80
DANIELA UNTEMBERGER ME	Fusível	2119	8,000	0,5000	4,00
DANIELA UNTEMBERGER ME	Fusível	2138	8,000	0,5000	4,00
DANIELA UNTEMBERGER ME	Lona de freio	2119	1,000	140,0000	140,00
DANIELA UNTEMBERGER ME	Mão de obra colocação de peças	2119	2,000	65,0000	130,00
DANIELA UNTEMBERGER ME	Mola Cuica	2115	1,000	65,0000	65,00
DANIELA UNTEMBERGER ME	PARA BARRO	2138	1,000	150,0000	150,00
DANIELA UNTEMBERGER ME	PARAFUSO	2138	2,000	7,0000	14,00
DANIELA UNTEMBERGER ME	Rebite	2119	64,000	0,1500	9,60
DANIELA UNTEMBERGER ME	Retentor cubo traseiro	2119	1,000	35,0000	35,00
ELETRICISTA ABATI	Conserto Bomba	2108	1,000	400,0000	400,00



# ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Dezembro/2015**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 3/9

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ELETRICISTA ABATI	Deslocamento	2108	1,000	30,0000	30,00
ELETRICISTA ABATI	MÃO DE OBRA	2108	1,000	70,0000	70,00
EUCLIDES BOSCARI ME	Serviço de tomo	2187	1,000	1,200,0000	1,200,00
EUVALDO MARTIN SCHULZE E CIA LTDA	Adesivo com impressão digital, tamanho de 1180x1060 mm, sendo um com mapa urbano da sede do município e um com mapa do interior do município, que serão utilizados na Secretaria Municipal de Administração.	2173	2,000	290,0000	580,00
EUVALDO MARTIN SCHULZE E CIA LTDA	Placa de inauguração	2148	1,000	1,487,5000	1,487,50
EUVALDO MARTIN SCHULZE E CIA LTDA	Placa indicativa de estacionamento privativo, tamanho 600x400 mm em chapa de aço e uma haste de 2" x3000 mm e adesivo refletivo, que será fixada na garagem do Prédio da Prefeitura Municipal.	2173	1,000	442,0000	442,00
EUVALDO MARTIN SCHULZE E CIA LTDA	Placa indicativa de ruas e locais de grande fluxo, tamanho 2000x1200 mm, chapa de aço, adesivo refletivo, com haste de 6000 mm de altura com dobras de 3000 mm para o lado esquerdo da rua, sendo fixada na rodovia.	2174	1,000	3,147,7700	3,147,77
EUVALDO MARTIN SCHULZE E CIA LTDA	Placa luminosa, tamanho 2000x600x200 mm, quadro com cobertura de metalon 30x20, calha em chapa de aço galvanizado com dobras de 25 mm, chapa em acrílico branco com adesivo em impressão digital com recorte eletrônico e iluminação com lâmpadas fluorescentes de 40w, que será fixado no Prédio da Prefeitura Municipal.	2173	1,000	1,244,0000	1,244,00
EUVALDO MARTIN SCHULZE E CIA LTDA	Serviços de instalações e entrega das placas	2173	1,000	400,0000	400,00
G & C CONSTRUÇÃO DECORAÇÃO & ACABAMEN	Prestação de Serviço Conserto Porta	2122	1,000	80,0000	80,00
GUSTAVO RAHMEIER EPP	Óleo lubrificante multiviscosidade à base sintética SAE 15W40, classificação API SN (litro)	16,000	20,8900	334,24	
GUSTAVO RAHMEIER EPP	Óleo lubrificante multiviscosidade à base sintética SAE 15W40, classificação API SN (litro)	4,000	20,8900	83,56	
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Vassoura de nylon composta de material sintético, pigmento e cabo de metal, com proteção plástica que protege o encaixe do cabo na vassoura.	2175	1,000	10,9000	10,90
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Água mineral - 20 l.	3,000	10,4000	31,20	
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Balde - 20 l.	2,000	13,9000	27,80	
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Banana Caturra. Características: tamanho médio em processo de amadurecimento. Acondicionadas em caixas vazadas plásticas e não de madeira.	40,000	1,4500	58,00	
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Banana Caturra. Características: tamanho médio em processo de amadurecimento. Acondicionadas em caixas vazadas plásticas e não de madeira.	2157	80,000	1,4500	116,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Beterraba. Características: firme, tenra, razoavelmente madra, redondas de cor vermelho-vivo e com pele lisa. Embalados em plástico de polietileno transparente.	10,000	1,9900	19,90	
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Caixa de Bombom Lacta	2136	185,000	8,7000	1,609,50
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Canela em casca - 10 Gr o pacote	2175	4,000	1,9000	7,60
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Came bovina de primeira fresca para bife.	20,000	19,8500	397,00	
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Came bovina moída de primeira categoria (acém, músculo, ponta de agulha), fresca (moída na hora), isenta de cartilagem e nervo, deve apresentar odor característico, cor variando de vermelho cereja a vermelho escuro, acondicionado em embalagem de 1kg, íntegra, adequada e resistente, com rotulagem especificando o peso, tipo de carne, data de fabricação, data de validade, e com registro de inspeção animal. A quantidade embalada deverá ser de acordo com a solicitação da Secretaria de Educação.	15,000	15,9000	238,50	
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Cravo - 10 Gr o pacote	2175	4,000	1,8000	7,20
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Detergente - 500 ml	10,000	2,1500	21,50	
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Detergente - 500 ml	2175	10,000	2,1500	21,50

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA**

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Dezembro/2015**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 4/9

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Erva mate pacote de 1 kg		5,000	10,9000	54,50
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Escova de plástico para lavar roupa		2,000	3,5000	7,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Esponha aço		1,000	1,6000	1,60
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Lixeira plastico c/ tampa 30 litros		2,000	37,9000	75,80
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Mamão casca fina, lisa, amarela, sem manchas e não amassados, polpa macia. Embalados em plástico polietileno ou caixas vazadas.	2157	23,700	2,4000	56,88
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Papel higiênico branco c/ 60 m fardo c/ 64 rolos		2,000	64,4000	128,80
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Papel higiênico branco c/ 60 m fardo c/ 64 rolos		1,000	64,4000	64,40
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Papel higiênico branco c/ 60 m fardo c/ 64 rolos	2175	36,000	3,1500	113,40
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Papel toalha pct com 02 rolos		5,000	9,9000	49,50
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Rodo de borracha 40 cm	2175	5,000	2,6000	13,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Saco para lixo 100 litros - pacote com 5 unidades		2,000	4,4000	8,80
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Saponáceo pó 300 gs		4,000	15,9500	63,80
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Tapete tipo capacho anti derrapante tipo capacho 1,50mx0,60m		5,000	6,9000	34,50
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Toalha de banho.		8,000	9,4000	75,20
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Toalha de papel fardo c/ 1.000 folhas cor creme	2136	185,000	8,0000	1,480,00
IVANIR ZILIO	Vinho Bordo Seco	2075	1,000	110,0000	110,00
IVANIR ZILIO	Auto Trafo 700Kva	2134	1,000	35,0000	35,00
IVANIR ZILIO	Carregador Universal	2134	1,000	35,0000	35,00
IVANIR ZILIO	Cartão de Memória 4Gb	2149	5,000	176,0000	880,00
IVANIR ZILIO	FILMAGENS	2075	1,000	899,0000	899,00
IVANIR ZILIO	Impressora HP	2134	1,000	160,0000	160,00
IVANIR ZILIO	Memória RAM 2gb	2159	2,000	106,8000	213,60
IVANIR ZILIO	TONER P. IMPRESSORA XEROX 3550 (S208D10)	2177	2,000	35,0000	70,00
JACY CAMARGO	TONNER IMPRESSORA XEROX 3040	2127	1,000	25,0000	25,00
Jair Antonio Miryglod	CONCERTO DE PNEU	2094	1,000	10,0000	10,00
Jair Antonio Miryglod	CONCERTO DE PNEU	2125	1,000	30,0000	30,00
Jair Antonio Miryglod	CONCERTO DE PNEU	2126	1,000	30,0000	30,00
Jair Antonio Miryglod	CONCERTO DE PNEU	2151	1,000	40,0000	40,00
Jair Antonio Miryglod	CONCERTO DE PNEU	2223	1,000	20,0000	20,00
Jair Antonio Miryglod	Lavação Completa	2124	1,000	60,0000	60,00
Jair Antonio Miryglod	Lavação Completa	2144	1,000	30,0000	30,00
Jair Antonio Miryglod	Lavação Completa	2222	1,000	30,0000	30,00
Jair Antonio Miryglod	Troca de Pneu	2095	2,000	10,0000	20,00
JANDIR ELIZEU PIRAN ME	Prestação de serviços de trator de esteiras D-50 (horímetro), com peso mínimo de 13.000 kg e peso máximo de 15.000 kg, com lamina anisilho, com operador qualificado, conforme especificações do edital.	2179	53,000	170,0000	9,010,00
JS PNEUS LTDA	Balanceamento	2120	2,000	13,0000	26,00
JS PNEUS LTDA	Cambagem	2120	1,000	25,0000	25,00
JS PNEUS LTDA	Geometria	2120	1,000	50,0000	50,00
JS PNEUS LTDA	MÃO DE OBRA	2120	1,000	20,0000	20,00
JS PNEUS LTDA	MONTAGEM DE PNEU	2120	2,000	13,0000	26,00

# ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Dezembro/2015**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
JS PNEUS LTDA	PS 849 ( 1721)	2120	1,000	65,0000	65,00
KL LANCHONETE E PANIFICADORA	Rocambolê	2153	5,140	18,5000	95,09
LA INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO	TONER 285 A		6,000	31,0000	186,00
LA INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO	TONER TN 420 PARA IMPRESSORA BROTHER MFC 7360N		2,000	46,0000	92,00
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	Cabo de Aço	2145	335,000	3,0000	1,005,00
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	Corda	2145	300,000	0,3000	90,00
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	Esficador de Cabo de Aço	2145	5,000	13,0000	65,00
MADEIREIRA DALTOE LTDA ME	Prestação de Serviço Serragem de Madeira		31,000	180,0000	5,580,00
Maria Sirlei Marim	Mão de obra colocação de peças	2107	1,000	648,0000	648,00
MECANICA AUTO PECAS TRENTIN LTDA	Abraçadeira de nylon 28/30 cm	2069	14,000	0,8864	12,41
MECANICA AUTO PECAS TRENTIN LTDA	Abraçadeira de nylon 28/30 cm MJA 5641	2070	5,000	0,5041	2,52
MECANICA AUTO PECAS TRENTIN LTDA	Abraçadeira de nylon 40/50 cm	2069	5,000	0,5093	2,55
MECANICA AUTO PECAS TRENTIN LTDA	Abraçadeira de nylon p/ chassis MJA 5641	2070	2,000	2,1253	4,25
MECANICA AUTO PECAS TRENTIN LTDA	Abraçadeira de nylon p/ descarga 1/2 MJA 5641	2070	2,000	5,4400	10,88
MECANICA AUTO PECAS TRENTIN LTDA	Arnela lisa 6 mm	2069	2,000	0,4094	0,82
MECANICA AUTO PECAS TRENTIN LTDA	Arnela lisa 6 mm MJA 5641	2070	1,000	0,4448	0,44
MECANICA AUTO PECAS TRENTIN LTDA	Arnela lisa 8 mm	2069	54,000	0,5193	28,04
MECANICA AUTO PECAS TRENTIN LTDA	Arnela pressão 6 mm	2069	2,000	0,2696	0,54
MECANICA AUTO PECAS TRENTIN LTDA	Arnela pressão 8 mm	2069	2,000	0,7789	1,56
MECANICA AUTO PECAS TRENTIN LTDA	Barra do limpador longa MJA 5641	2070	2,000	38,5513	77,10
MECANICA AUTO PECAS TRENTIN LTDA	Bóia do tanque MJA 5641	2070	1,000	154,2051	154,21
MECANICA AUTO PECAS TRENTIN LTDA	Brucutu MJA 5641	2070	2,000	23,3779	46,76
MECANICA AUTO PECAS TRENTIN LTDA	Bucha da mola MJA 5641	2070	2,000	34,5973	69,19
MECANICA AUTO PECAS TRENTIN LTDA	Chapa de alumínio pé de galinha 2,70 mm	2069	7,000	52,9276	370,49
MECANICA AUTO PECAS TRENTIN LTDA	Chaveta elástica pressão 6,00 mm MJA 5641	2070	1,000	5,4367	5,44
MECANICA AUTO PECAS TRENTIN LTDA	Chaveta elástica pressão 8,00 mm MJA 5641	2070	2,000	3,8551	7,71
MECANICA AUTO PECAS TRENTIN LTDA	Chicote reparo 2 vias	2069	1,000	18,6745	18,67
MECANICA AUTO PECAS TRENTIN LTDA	Chicote reparo 2 vias sensor de temperatura	2069	1,000	20,7716	20,77
MECANICA AUTO PECAS TRENTIN LTDA	Cinto de segurança 2 p poltronas	2069	6,000	38,2477	229,49
MECANICA AUTO PECAS TRENTIN LTDA	Cola borracha 3 m	2069	1,000	5,9519	5,95
MECANICA AUTO PECAS TRENTIN LTDA	Conector p/ ter. macho 2 vias	2069	1,000	4,4939	4,49
MECANICA AUTO PECAS TRENTIN LTDA	Conjunto limpador do para-brisa	2070	1,000	1,489,6604	1,489,66
MECANICA AUTO PECAS TRENTIN LTDA	Eixo principal limpador MJA 5641	2070	1,000	130,9754	130,98
MECANICA AUTO PECAS TRENTIN LTDA	Emenda escanada p/ mangueira 6 mm	2069	1,000	6,7408	6,74
MECANICA AUTO PECAS TRENTIN LTDA	Espagete temoretratil	2069	0,500	4,9932	2,50
MECANICA AUTO PECAS TRENTIN LTDA	Espelho retrovisor Volvo	2069	1,000	89,3178	89,32
MECANICA AUTO PECAS TRENTIN LTDA	Faixa refletiva adesiva MJA 5641	2070	7,000	5,4367	38,06
MECANICA AUTO PECAS TRENTIN LTDA	Ferro Chapa	2069	4,500	8,5883	38,65
MECANICA AUTO PECAS TRENTIN LTDA	Fio instalação 1/1,5/2/2,5/3 mm	2069	1,800	2,8960	5,21
MECANICA AUTO PECAS TRENTIN LTDA	Fio instalação 2x1	2069	6,500	3,4952	22,72
MECANICA AUTO PECAS TRENTIN LTDA	Fita adesiva de led E1	2069	0,200	56,4228	11,28
MECANICA AUTO PECAS TRENTIN LTDA	Fita adesiva de led F1	2069	1,300	48,2340	62,70

# ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Dezembro/2015**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MECANICA AUTO PECAS TRENTIN LTDA	Fita adesiva especial MJA 5641	2070	1,000	1,9276	1,93
MECANICA AUTO PECAS TRENTIN LTDA	Fita isolante c/ 10 mis	2069	1,000	8,5883	8,59
MECANICA AUTO PECAS TRENTIN LTDA	Fita tecido especial	2069	1,500	4,0944	6,14
MECANICA AUTO PECAS TRENTIN LTDA	Flexível de freio MJA 5641	2070	2,000	31,6318	63,26
MECANICA AUTO PECAS TRENTIN LTDA	Fluido de freio DOT (frasco 500ml) MJA 5641	2070	1,000	13,1470	13,15
MECANICA AUTO PECAS TRENTIN LTDA	Fusível da lamina MJA 5641	2070	1,000	0,5437	0,54
MECANICA AUTO PECAS TRENTIN LTDA	Fusível lamina	2069	7,000	0,4793	3,36
MECANICA AUTO PECAS TRENTIN LTDA	Grampo de mola	2091	2,000	36,0000	72,00
MECANICA AUTO PECAS TRENTIN LTDA	Guia grampo TZ MJA 5641	2070	1,000	51,2534	51,25
MECANICA AUTO PECAS TRENTIN LTDA	Haste limpador MJA 5641	2070	1,000	127,9111	127,91
MECANICA AUTO PECAS TRENTIN LTDA	Interruptor luz alerta	2069	1,000	135,4147	135,41
MECANICA AUTO PECAS TRENTIN LTDA	Interruptor VW original	2069	1,000	126,8265	126,83
MECANICA AUTO PECAS TRENTIN LTDA	Lâmpada 0,69 12v	2069	1,000	3,0558	3,06
MECANICA AUTO PECAS TRENTIN LTDA	Lâmpada 02 polos 12v	2069	1,000	5,2928	5,29
MECANICA AUTO PECAS TRENTIN LTDA	Lâmpada 02 polos 24v	2069	2,000	5,7921	11,58
MECANICA AUTO PECAS TRENTIN LTDA	Lâmpada 11 41 12v 21v PH	2069	1,000	7,6895	7,69
MECANICA AUTO PECAS TRENTIN LTDA	Lâmpada 67	2069	1,000	9,4371	9,44
MECANICA AUTO PECAS TRENTIN LTDA	Lâmpada 69 24 v	2069	4,000	2,6364	10,55
MECANICA AUTO PECAS TRENTIN LTDA	Lâmpada H 3	2069	1,000	15,7784	15,78
MECANICA AUTO PECAS TRENTIN LTDA	Lâmpada H4 24v 75/70W MJA 5641	2070	2,000	30,9399	61,88
MECANICA AUTO PECAS TRENTIN LTDA	Lâmpada led verde/vermelha	2069	3,000	4,8933	14,68
MECANICA AUTO PECAS TRENTIN LTDA	Lâmpada pingo d'água 24v	2069	1,000	3,2456	3,25
MECANICA AUTO PECAS TRENTIN LTDA	Lanterna TZ acrílica MJA 5641	2070	1,000	28,1721	28,17
MECANICA AUTO PECAS TRENTIN LTDA	Luva p/ terminal encaixe fêmea	2069	4,000	0,3695	1,48
MECANICA AUTO PECAS TRENTIN LTDA	Mangueteira combustível 5 mm	2069	0,300	5,8919	1,77
MECANICA AUTO PECAS TRENTIN LTDA	Mangueteira lavador para-brisa MJA 5641	2070	1,300	5,2390	6,81
MECANICA AUTO PECAS TRENTIN LTDA	Massa calafetar filete	2069	5,000	2,6464	13,23
MECANICA AUTO PECAS TRENTIN LTDA	Microsirene universal 24v MJA 5641	2070	1,000	23,8227	23,82
MECANICA AUTO PECAS TRENTIN LTDA	Mola VW 1° folha MJA 5641	2070	1,000	192,6575	192,66
MECANICA AUTO PECAS TRENTIN LTDA	Palheta ônibus 31" MJA 5641	2070	2,000	33,8559	67,71
MECANICA AUTO PECAS TRENTIN LTDA	Para-barro 0,50 largura	2069	1,200	38,9467	46,74
MECANICA AUTO PECAS TRENTIN LTDA	Para-barro 0,70 largura	2069	1,000	54,7251	54,73
MECANICA AUTO PECAS TRENTIN LTDA	Parafuso 8x25 8.8	2069	14,000	0,6990	9,79
MECANICA AUTO PECAS TRENTIN LTDA	PARAFUSO 8X30 8.8	2069	5,000	0,6990	3,50
MECANICA AUTO PECAS TRENTIN LTDA	Parafuso 8x40 8.8	2069	11,000	1,1484	12,63
MECANICA AUTO PECAS TRENTIN LTDA	Parafuso 8X50 8.8 MJA 5641	2070	2,000	0,6425	1,29
MECANICA AUTO PECAS TRENTIN LTDA	Parafuso 8x60 8.8 MJA 5641	2070	2,000	0,7414	1,48
MECANICA AUTO PECAS TRENTIN LTDA	Parafuso soberba 4.8x16	2069	1,000	1,1684	1,17
MECANICA AUTO PECAS TRENTIN LTDA	Parafuso soberba 6.3x32	2069	3,000	1,5479	4,64
MECANICA AUTO PECAS TRENTIN LTDA	Porca	2091	4,000	1,6000	6,40
MECANICA AUTO PECAS TRENTIN LTDA	Porca 6 mm MA MJA 5641	2070	2,000	0,2965	0,59
MECANICA AUTO PECAS TRENTIN LTDA	Porca 8 mm MJA 5641	2070	3,000	0,2965	0,89

## ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Dezembro/2015**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MECANICA AUTO PECAS TRENTIN LTDA	Porca pressão 8 mm	2069	28,000	0,4993	13,98
MECANICA AUTO PECAS TRENTIN LTDA	Rolamento cardan 45 mm MJA 5641	2070	2,000	49,4247	98,85
MECANICA AUTO PECAS TRENTIN LTDA	Scanner - veículo do transporte escolar	2069	1,000	58,9194	58,92
MECANICA AUTO PECAS TRENTIN LTDA	Sensor indu. VW	2069	1,000	156,8754	156,88
MECANICA AUTO PECAS TRENTIN LTDA	Serviço de solda MIG	2069	1,000	45,9372	45,94
MECANICA AUTO PECAS TRENTIN LTDA	Serviço de substituição das peças MJA 5641	2070	9,000	60,2981	542,68
MECANICA AUTO PECAS TRENTIN LTDA	Serviço de substituição de peças -veículo do transp. escolar	2069	45,000	49,9317	2,246,93
MECANICA AUTO PECAS TRENTIN LTDA	Serviço de torno - veículos do transporte escolar	2069	2,000	49,9317	99,86
MECANICA AUTO PECAS TRENTIN LTDA	Silencioso 6,90 MJA 5641	2070	1,000	151,2396	151,24
MECANICA AUTO PECAS TRENTIN LTDA	Soquete completo p/ lanterna	2069	1,000	19,4734	19,47
MECANICA AUTO PECAS TRENTIN LTDA	Soquete lâmpada 69	2069	3,000	7,8193	23,46
MECANICA AUTO PECAS TRENTIN LTDA	Soquete luz painel moderno	2069	1,000	3,3854	3,39
MECANICA AUTO PECAS TRENTIN LTDA	Soquete p/ lâmpada 01 polo MJA 5641	2070	1,000	7,9080	7,91
MECANICA AUTO PECAS TRENTIN LTDA	Soquete p/ lâmpada 1 polo	2069	1,000	9,1874	9,19
MECANICA AUTO PECAS TRENTIN LTDA	spray antiferrugem	2069	0,250	11,4843	2,87
MECANICA AUTO PECAS TRENTIN LTDA	Terminal de encaixe c/ trava	2069	6,000	0,4793	2,88
MECANICA AUTO PECAS TRENTIN LTDA	Triângulo de segurança MJA 5641	2070	1,000	18,7814	18,78
MECANICA FARENZENA LTDA	Revisão e reparos da parte elétrica de veículos de transporte escolar pertencentes a frota municipal (ônibus e micro ônibus)	2160	1,280	52,0930	66,68
MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	Amortecedor dianteiro micro Ônibus MDC 0851	2071	2,000	215,5006	431,00
MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	Amortecedor traseiro micro ônibus MDC 0851	2071	2,000	179,7502	359,50
MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	Borrachas do estabilizador trazeiro micro ônibus MCB 5126	2071	4,000	12,8821	51,53
MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	Bucha de mola MDC 0851	2071	2,000	41,8319	83,66
MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	Cilindro mestre embreagem MDC 0851	2071	1,000	185,7419	185,74
MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	Embuchamento completo MDC 0851	2071	1,000	187,3696	187,37
MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	Flexível MDC 0851	2071	1,000	192,7322	192,73
MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	Flexível serpentina secador MDC 0851	2071	1,000	218,2967	218,30
MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	Grampo de mola	2152	2,000	23,9600	47,92
MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	Mangueira hidráulica MDC 0851	2071	1,000	195,2287	195,23
MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	Mola acelerador MDC 0851	2071	1,000	8,4183	8,42
MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	Mola dianteira MDC 0851	2071	1,000	293,2026	293,20
MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	MOLA MESTRE	2143	1,000	656,9000	656,90
MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	Parafuso 14x110 MDC 0851	2071	3,000	4,5437	13,63
MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	Parafuso 14x140 MDC 0851	2071	1,000	7,1800	7,18
MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	Pino de centro MDC 0851	2071	3,000	12,4327	37,30
MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	Porca 9x16 MDC 0851	2071	1,000	1,4480	1,45
MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	Porca Dupla 3/4	2152	4,000	3,1200	12,48
MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	Porca dupla 5x8 MDC 0851	2071	4,000	2,6763	10,71
MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	Porca pressão 14 mm MDC 0851	2071	3,000	1,8275	5,48
MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	Rolamento cubo dianteiro MDC 0851	2071	2,000	129,3203	258,64
MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	Suporte do motor micro ônibus MDC 0851	2071	2,000	109,3481	218,70
MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	Suporte mola dianteira MDC 0851	2071	1,000	389,4588	389,46

# ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Dezembro/2015**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 8/9

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	Suporte válvula termostática MDC 0851	2071	1,000	292,0941	292,09
MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	Válvula filtro secador MDC 0851	2071	1,000	454,3686	454,37
MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	Válvula reguladora de pressão MDC 0851	2071	1,000	494,3131	494,31
MEPITA MECANICA PESADA LTDA	Serviço de Limpeza de Tanque e Sistema de Combustível	2188	1,000	2.150,0000	2.150,00
MEPITA MECANICA PESADA LTDA	Bico Injetor da Unidade Injetora	2074	6,000	832,0000	4.992,00
MEPITA MECANICA PESADA LTDA	Mão de Obra tirar e colocar unidades Injetoras e teste com Scanner	2188	1,000	1.530,0000	1.530,00
MEPITA MECANICA PESADA LTDA	Serviço de Atendimento em Campo , verificar Falha	2188	1,000	650,0000	650,00
NITROGEN EQUIPAMENTOS AGROPECUARIOS L	Nitrogênio líquido	2093	95,000	4,5000	427,50
PAULO CEZAR CIVIDINI ME	Cabinho 50mm	2146	12,000	1,1500	13,80
PAULO CEZAR CIVIDINI ME	Caneleta	2146	2,000	4,2000	8,40
PAULO CEZAR CIVIDINI ME	Dijuntor 30 Hamperes	2146	2,000	48,5000	97,00
PAULO CEZAR CIVIDINI ME	Fio	2146	2,000	2,2000	4,40
PAULO CEZAR CIVIDINI ME	Lâmpadas	2146	10,000	75,0000	750,00
PAULO CEZAR CIVIDINI ME	Luminárias Curtas	2146	2,000	360,0000	720,00
PAULO CEZAR CIVIDINI ME	Luminárias Longa	2146	1,000	68,0000	68,00
PAULO CEZAR CIVIDINI ME	MÃO DE OBRA	2146	1,000	600,0000	600,00
PAULO CEZAR CIVIDINI ME	MÃO DE OBRA INSTALAÇÃO	2146	1,000	30,0000	30,00
PAULO CEZAR CIVIDINI ME	Placa Saída	2146	2,000	10,0000	20,00
PAULO CEZAR CIVIDINI ME	Plug	2146	2,000	3,9000	7,80
PAULO CEZAR CIVIDINI ME	Tomada	2146	1,000	6,0000	6,00
PAVIMAQUINAS COM PECAS E SERV	Dente Central	2142	3,000	65,0000	195,00
PAVIMAQUINAS COM PECAS E SERV	Dente Lateral	2142	2,000	65,0000	130,00
PAVIMAQUINAS COM PECAS E SERV	Pára - brisa	2141	1,000	500,0000	500,00
PAVIMAQUINAS COM PECAS E SERV	PARAFUSO	2142	10,000	3,5000	35,00
PAVIMAQUINAS COM PECAS E SERV	PINO TRAVA	2141	3,000	20,0000	60,00
PAVIMAQUINAS COM PECAS E SERV	Porca	2142	10,000	1,5000	15,00
PEÇAS E SERVIÇOS ABATITI LTDA	Prestação de serviços de motorizadora, com lâmina e escarificador dianteiro, peso mínimo de 12.350 kg, potência de 140 HP (horímetro), com operador qualificado, conforme especificações do edital.	2172	67,000	175,0000	11.725,00
R.N. LOGÍSTICAS & SOLUÇÕES TRANSPORTES F	Prestação de serviços de escavadeira hidráulica PC 160 (horímetro) com peso mínimo de 17.000 kg, com operador qualificado, conforme especificações do Edital.	2172	92,000	175,0000	16.100,00
R.N. LOGÍSTICAS & SOLUÇÕES TRANSPORTES F	Prestação de serviços de motorizadora, com lâmina e escarificador dianteiro, peso mínimo de 12.350 kg, potência de 140 HP (horímetro), com operador qualificado, conforme especificações do edital.	2139	1,000	48,3800	48,38
Retifica e Auto Peças doca Eireli me	Anel Calço Camisa	2139	2,000	15,7900	31,58
Retifica e Auto Peças doca Eireli me	ANEL DE CAMISA SCANIA	2139	1,000	96,0000	96,00
Retifica e Auto Peças doca Eireli me	Bronzina Lateral	2139	1,000	377,9300	377,93
Retifica e Auto Peças doca Eireli me	Bronzina mancal	2139	1,000	141,4200	141,42
Retifica e Auto Peças doca Eireli me	Camisa Cilindro MWM	2139	2,000	55,8700	111,74
Retifica e Auto Peças doca Eireli me	JUNTA CABEÇOTE	2139	1,000	46,0100	46,01
Retifica e Auto Peças doca Eireli me	Junta Carte Motor	2118	2,000	54,5400	109,08
Retifica e Auto Peças doca Eireli me	Junta de cabeçote	2118	1,000	8,0800	8,08
Retifica e Auto Peças doca Eireli me	Junta Flange de Agua Cabeçote				



Página: 9/9

# ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Dezembro/2015**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
Retífica e Auto Peças doca Eireli me	LIXA	2118	1,000	1,780	1,78
Retífica e Auto Peças doca Eireli me	Tubo Flange Cabeçote	2118	1,000	48,150	48,15
RODRIGO VARGAS 04594825990	Prestação de Serviço e Retauração de Peças da Decoração Natalina	2137	1,000	2,500,000	2,500,00
SAFRA DIESEL LTDA	Oleo diesel S10	2114	3,000,000	3,060	9,180,00
SAFRA DIESEL LTDA	Oleo diesel S10	2224	3,000,000	3,060	9,180,00
SCHADECK PNEUS	Câmara de ar 19-5 x 24	2106	1,000	350,000	350,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Água sanitária - 5 litro		3,000	14,650	43,95
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Copo plástico tamanho c/ 100/u 180 ml		10,000	4,050	40,50
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Copo plástico tamanho c/ 100/u 180 ml		4,000	4,050	16,20
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Copo plástico tamanho c/ 100/u 180 ml	2176	10,000	4,050	40,50
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Espunja de espuma e manta abrasiva de alta qualidade possui adesiva a base d'água e não contém solvente orgânico.		6,000	1,850	11,10
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Filtro p/ café nº. 103 c/ 40 unidades		3,000	4,000	12,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Sabão em pó- 1 kg contendo tensoativos biodegradáveis com efeito biodegradável com multi-ação e partículas extra de limpeza.		2,000	7,350	14,70
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Sapão líquido - frasco de 300 gramas		6,000	5,200	31,20
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Suco natural concentrado, diversos sabores: pessego, maracujá, laranja, abacaxi, sem conservantes. Acondicionado em embalagens contendo 500 ml. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação e prazo de validade.		4,000	3,900	15,60
UNIDAS S/A IND COM	Água-Raz 0.9	2135	3,000	8,260	24,80
UNIDAS S/A IND COM	Base acrílica	2135	2,000	244,250	488,52
UNIDAS S/A IND COM	Conjunto de Rolo	2135	1,000	23,560	23,56
UNIDAS S/A IND COM	FITA CREPE	2135	5,000	5,440	27,21
UNIDAS S/A IND COM	garfo	2135	1,000	5,670	5,67
UNIDAS S/A IND COM	Massa Acrílica 0.9	2135	2,000	10,520	21,04
UNIDAS S/A IND COM	Pincel	2135	1,000	3,180	3,18
UNIDAS S/A IND COM	Rolo de plástico	2135	1,000	14,440	14,44
UNIDAS S/A IND COM	Saladora para madeira	2135	3,000	56,430	169,29
UNIDAS S/A IND COM	Thimer	2135	2,000	16,960	33,93
UNIDAS S/A IND COM	Tinta Telha Cerâmica	2135	1,000	202,830	202,83
UNIDAS S/A IND COM	Verniz	2135	4,000	58,880	235,53
Viva Cor Grafica Impressão Rapida	Fotos	2150	50,000	1,460	73,00
ZUCCO PNEUS LTDA	Pneu 205/55 R 16	2167	2,000	500,000	1,000,00
ZUCCO PNEUS LTDA	Válvula	2167	2,000	10,000	20,00

Total Geral do Mês ----&gt;

118.635,59



# Mafra

## PREFEITURA

### CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MAFRA  
ESTADO DE SANTA CATARINA

#### CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber;

CNPJ: 09.465.889/0001-57

EXTRABRIT MINERAÇÃO LTDA

Nota Fiscal nº. 445 R\$ 31.481,28

VALOR TOTAL: R\$ 31.481,28

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do pagamento acima, tendo em vista que o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que a empresa contratada é a responsável pelo serviço de desmonte de rocha por explosivo, incluindo transporte, perfuração, carregamento de explosivos e detonação, dentro do Município de Mafra, através da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, não podendo sofrer descontinuidade.

Mafra (SC), 06 de janeiro de 2016.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

ENALTO DE OLIVEIRA GONDRIGE

Secretário da Fazenda e Planejamento

RODNEY LUIZ MEDEIROS

Secretário Municipal de Administração

# Maracajá

## PREFEITURA

### DECRETO 01/2016

DECRETO Nº 01 DE 05 DE JANEIRO DE 2016.

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2015 REALIZADO PELO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wagner da Rosa, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica do Município, e:

Considerando, a homologação do resultado final do Concurso Público pelo Decreto nº 55 de 22 de junho de 2015;  
Considerando, a necessidade do provimento de Cargos Públicos Efetivos;  
Considerando, o disposto no Edital de Concurso Público nº 01/2015;  
Considerando, que o ente público dispõe do prazo de 02 (dois) anos para a convocação dos candidatos aprovados no certame;  
Considerando, o relevante interesse público,

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam CONVOCADOS, em primeiro momento, os candidatos aprovados no concurso público, citados e relacionados no ANEXO I deste Decreto Municipal, fazendo parte integrante desta convocação, para comparecerem pessoalmente no Setor de Pessoal da Prefeitura Municipal de Maracajá, sito à Avenida Getúlio Vargas, 530, Centro, Cidade de Maracajá/SC, no prazo de 10 (dez) dias úteis após sua convocação pessoal, iniciando a partir do dia 06 de Janeiro de 2016, no horário das 14 h às 17 h, munido dos documentos necessários para a posse e dos exames médicos, cuja relação se encontra no Edital de Convocação e de Posse nº 01/2015, publicado na íntegra no Diário Oficial do Município de Maracajá e no site oficial cujo endereço eletrônico é: [www.maracaja.sc.gov.br](http://www.maracaja.sc.gov.br).

Art. 2º Fica Homologado o Edital de Convocação e de Posse nº 02, anexo a este Decreto.

Art. 3º Todos os candidatos aqui chamados deverão estar munidos da documentação especificada no Edital de Convocação e de Posse nº 02, para a pretendida admissão.

Parágrafo Único - Não serão admitidos os exames médicos exigidos, que tenham sido realizados há mais de 30 (trinta) dias, contados da publicação do presente Decreto e do Edital de Convocação e de Posse nº 02.

Art. 4º Se o candidato convocado não se apresentar para fazer a entrega de toda a documentação no prazo estabelecido, será considerado DESISTENTE do direito de ser nomeado para o cargo ao qual foi aprovado no Concurso Público.

Art. 5º Após a apresentação de toda a documentação, o candidato considerado apto será nomeado e empossado no cargo respectivo, devendo o servidor empossado no cargo público entrar em efetivo exercício no prazo improrrogável de 10 (dez) dias, contados da data da posse.

Art. 6º Se o candidato não tomar posse no cargo, a Portaria de nomeação será revogada, ficando caracterizado a desistência do candidato.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 05 de Janeiro de 2016.

Wagner da Rosa  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração em 05 de Janeiro de 2016.

Valmir Carradore  
Secretário de Administração

#### ANEXO I RELAÇÃO DE CONVOCAÇÃO DE APROVADOS - POR CARGO

##### ENSINO MÉDIO FISCAL EM VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Inscrição	Nome	Classificação
78492	Fábio Pereira Sabino	2º

##### NÍVEL ALFABETIZADO E FUNDAMENTAL COMPLETO E INCOMPLETO BORRACHEIRO E LUBRIFICADOR

Inscrição	Nome	Classificação
77412	Joel Pelizzari de Souza	1º

**FAXINEIRA/COPEIRA**

Inscrição	Nome	Classificação
69019	Patrícia de Melo Santos	1º
72198	Rosana Marques de Matos	2º

**GARI/SEPARADOR DE RESÍDUOS SÓLIDOS**

Inscrição	Nome	Classificação
70892	Victor Alves de Oliveira	1º
78368	Luiz Cláudio Rosa	2º
76623	Flávia Suzeti Rocha	3º
77035	Aline Luci Cardozo Lopes	4º
76849	Edinei de Souza	5º
76625	Marlene Mafioletti	6º
76627	Jorge Manoel Rocha	7º

**OPERADOR DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS**

Inscrição	Nome	Classificação
70285	Alex Moreira	1º
75751	André Zélio Pereira	2º

**OPERADOR DE TRATORES AGRÍCOLAS**

Inscrição	Nome	Classificação
76757	Aristeu José Macedo	1º
78399	Adenir Luiz Padilha da Silva	2º

**VIGIA**

Inscrição	Nome	Classificação
77559	João Carlos Machado Filho	1º
78323	Júlio César Peixoto Duarte	2º
78097	Ezequiel Bordignon Pezete	3º

Maracajá/SC, 05 de Janeiro de 2016.

Wagner da Rosa  
Prefeito Municipal  
Maracajá/SC

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO E DE POSSE Nº 02  
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2015**

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARACAJÁ, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e considerando a homologação do resultado do Concurso Público de nº 001/2015 para Provimento de Cargos Efetivos pertencentes ao Quadro de Pessoal do Município de Maracajá, CONVOCA os candidatos habilitados relacionados no Anexo I deste Edital com vistas à nomeação para os cargos efetivos, observadas as seguintes condições:

**DA ENTREGA DOS DOCUMENTOS E ASSINATURA DO TERMO DE INTERESSE NA VAGA**

1. Os candidatos relacionados no Anexo I do presente Edital deverão comparecer no Setor de Pessoal da Prefeitura Municipal de Maracajá, sito à Avenida Getúlio Vargas, 530, Centro, Cidade de Maracajá/SC, no prazo de 10 (dez) dias úteis após sua convocação pessoal e/ou através deste edital, iniciando a partir do dia 06 de Janeiro de 2016, no horário das 14 h às 17 h para a entrega dos documentos relacionados no Anexo II, exames relacionados no Anexo III deste Edital e para a assinatura do Termo de Interesse na Vaga.

1.1 Por ordem de chegada dos candidatos serão distribuídas senhas limitadas à capacidade de atendimento no período.

1.2 Não serão recebidos documentos de forma parcial, sendo que a falta de qualquer documento constante no anexo II e III acarretará o não cumprimento da exigência do item 1.

1.2.1 Caso algum exame solicitado não fique pronto em tempo hábil, o candidato deverá apresentar justificativa escrita e protocolo ou comprovante de que o exame está agendado ou realizado, faltando somente o resultado, sendo que a apresentação do(s) exame(s) faltante(s) deverá(am) ocorrer antes da data agendada para a Perícia Médica.

1.3 O não comparecimento nos termos do item 1 do presente edital, implicará na renúncia tácita do convocado e, conseqüentemente na perda do direito a nomeação ao cargo para o qual o candidato aprovado foi convocado.

**DOS EXAMES MÉDICOS**

2. Os candidatos deverão apresentar os exames constantes no Anexo III deste Edital. Na apresentação dos documentos constantes no Anexo II e III, o Setor de Pessoal agendará dia e horário para a Avaliação pela Junta Médica Oficial do município de Maracajá.

2.1 Todos os documentos constantes nos Anexos II e III ficarão de posse do Setor de Recursos Humanos do Município que arquivará em pasta individual de cada candidato.

2.2 O custo para a realização dos exames solicitados no Anexo III deste edital são de responsabilidade do candidato e o Atestado Médico para admissão do novo servidor de responsabilidade do município.

#### DA AVALIAÇÃO MÉDICA

3. A avaliação da Junta Médica Oficial dar-se-á, em momento anterior à posse, da seguinte forma:

3.1 Quanto à avaliação médica, para atestar a aptidão física e mental para o exercício do cargo, cada candidato deverá comparecer à Junta Médica Oficial do Município de Maracajá, em local, data e horário a ser informado quando da entrega dos documentos, munidos dos exames constantes no Anexo III deste edital para submissão à referida avaliação.

3.2 A não realização da avaliação médica ou não apresentação dos exames exigidos impedirá o exercício do cargo.

3.3 A não apresentação dos exames solicitados e a não avaliação pela junta médica, caracteriza renúncia tácita de direitos, ficando o Município de Maracajá devidamente autorizado a convocar outros classificados e aprovados no referido Concurso Público em sua substituição, obedecendo à ordem legal.

#### DOS ATOS DE NOMEAÇÃO

4. A publicação dos atos de nomeação se dará por meio de Portaria Municipal e será termo inicial para a posse do candidato, na forma da Lei Complementar nº 01/1997 (Estatuto dos Servidores) e da Lei nº 985/2014 (Plano de Cargos e Salários) do Município de Maracajá – SC, devidamente publicado no diário oficial do município de Maracajá.

#### DA POSSE

5. Cumpridas as exigências constantes neste Edital, será dada posse ao candidato, nos termos da Lei Complementar nº 01/1997 (Estatuto dos Servidores) e da Lei nº 985/2014 (Plano de Cargos e Salários) do Município de Maracajá – SC.

6. Empossado, o candidato terá o prazo de 10 (dez) dias para apresentar-se na Secretaria de Administração para receber instruções sobre o seu local de trabalho.

#### DA APRESENTAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DO CARGO

7. Salvo interesse do candidato em utilizar dos prazos legais, cumpridas todas as exigências do presente edital, deverá se apresentar para início das atividades conforme portaria individual de cada candidato, sendo que o ato oficial de nomeação ocorrerá no mesmo dia a todos os candidatos, em local, data e horário a ser informado a cada candidato.

Maracajá/SC, 05 de Janeiro de 2016.

Wagner da Rosa  
Prefeito Municipal  
Maracajá/SC

ANEXO I  
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 02  
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2015

#### RELAÇÃO DE CONVOCAÇÃO DE APROVADOS - POR CARGO

##### ENSINO MÉDIO

##### FISCAL EM VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Inscrição	Nome	Classificação
78492	Fábio Pereira Sabino	2º

##### NÍVEL ALFABETIZADO E FUNDAMENTAL COMPLETO E INCOMPLETO

##### BORRACHEIRO E LUBRIFICADOR

Inscrição	Nome	Classificação
77412	Joel Pelizzari de Souza	1º

##### FAXINEIRA/COPEIRA

Inscrição	Nome	Classificação
69019	Patrícia de Melo Santos	1º
72198	Rosana Marques de Matos	2º

**GARI/SEPARADOR DE RESÍDUOS SÓLIDOS**

Inscrição	Nome	Classificação
70892	Victor Alves de Oliveira	1º
78368	Luiz Cláudio Rosa	2º
76623	Flávia Suzeti Rocha	3º
77035	Aline Luci Cardozo Lopes	4º
76849	Edinei de Souza	5º
76625	Marlene Mafioletti	6º
76627	Jorge Manoel Rocha	7º

**OPERADOR DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS**

Inscrição	Nome	Classificação
70285	Alex Moreira	1º
75751	André Zélio Pereira	2º

**OPERADOR DE TRATORES AGRÍCOLAS**

Inscrição	Nome	Classificação
76757	Aristeu José Macedo	1º
78399	Adenir Luiz Padilha da Silva	2º

**VIGIA**

Inscrição	Nome	Classificação
77559	João Carlos Machado Filho	1º
78323	Júlio César Peixoto Duarte	2º
78097	Ezequiel Bordignon Pezete	3º

Maracajá/SC, 05 de Janeiro de 2016.

Wagner da Rosa  
Prefeito Municipal  
Maracajá/SC

**ANEXO II**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 02  
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2015

**RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA POSSE**

- 1) 01 (uma) Foto 3x4 recente e colorida;
- 2) Cópia da Carteira de Trabalho – CTPS (frente e verso);
- 3) Cópia do Pis/Pasep;
- 4) Apresentação do original e cópia legível dos seguintes documentos:
  - 4.1 CPF;
  - 4.2 Identidade (RG);
  - 4.3 Título de Eleitor;
  - 4.4 Comprovante de quitação eleitoral;
  - 4.5 Certidão de casamento;
  - 4.6 Certidão de nascimento ou RG de filhos com até 21 (vinte e um) anos;
  - 4.7 Carteira de vacinação dos filhos menores de 14 (quatorze) anos;
  - 4.8 Certificado de reservista para os homens;
  - 4.9 Comprovante de escolaridade exigida para o cargo;
  - 4.10 Comprovante de Residência atual;
  - 4.11 Carteira de Órgão de Classe Profissional no caso de carreira regulamentada;
  - 4.12 Quando exigido para o cargo, comprovante de habilitação em órgão profissional.
- 5) Declaração/Relação de Bens assinada (modelo em anexo), podendo ser substituída pela declaração de imposto de renda;
- 6) Declaração assinada de que o candidato não exerce outro cargo na Administração Pública ou que possui acumulação legal de cargos (modelos em anexo);
- 7) Termo de Interesse no Cargo preenchido e assinado pelo candidato (modelo em anexo);
- 8) Dados para contato: número de telefone e endereço eletrônico (cadastro de funcionário preenchido no momento da entrega dos documentos);



9) Declaração assinada de que o candidato não sofreu penalidades no exercício na Administração Pública (modelo em anexo);

10) Abertura de conta no Banco do Brasil ou dados de conta existente (caso não possua conta no Banco do Brasil, solicitar junto ao Setor de Pessoal documento de autorização);

#### DECLARAÇÃO DE BENS

Declaro, nos termos da Lei, que nesta data, possuo os seguintes bens:

( ) Não possuo bens a declarar

( ) Possuo bens a declarar, conforme segue abaixo:

Casa, Apartamento ou Terreno			
Endereço	Data da Aquisição	Valor de Aquisição	Valor de Venda Atual

Veículo				
Tipo	Ano	Data da Aquisição	Valor de Aquisição	Valor de Venda Atual

Outros				

Fontes de Renda				

NOME COMPLETO: \_\_\_\_\_

CARGO: \_\_\_\_\_

LOCAL E DATA: \_\_\_\_\_

Assinatura

#### D E C L A R A Ç Ã O

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro(a), portador (a) da Carteira de Identidade número \_\_\_\_\_, inscrito(a) no CPF sob o número \_\_\_\_\_, residente e domiciliado(a) na \_\_\_\_\_, número \_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_, cidade de \_\_\_\_\_, declaro nos termos do artigo 37, incisos XVI, XVII e §10 da Constituição Federal, não ocupar cargo, emprego e/ou função pública, bem como não receber proventos de aposentadoria decorrentes do artigo 40 ou dos artigos 42 e 142 da Constituição Federal, não comprometendo, desta forma, minha nomeação para o cargo de \_\_\_\_\_ deste Poder.

E por ser verdade, firmo a presente declaração para que surta seus efeitos legais.

Maracajá/SC, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016.

Assinatura do Candidato

#### D E C L A R A Ç Ã O

(acumulação legal de cargos)

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro(a), portador (a) da Carteira de Identidade número \_\_\_\_\_, inscrito(a) no CPF sob o número \_\_\_\_\_, residente e domiciliado(a) na \_\_\_\_\_, número \_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_, cidade de \_\_\_\_\_, declaro ocupar legalmente outro cargo, emprego e/ou função pública, conforme o artigo 37, incisos XVI, XVII da Constituição Federal, não comprometendo, desta forma, minha nomeação para o cargo de \_\_\_\_\_ deste Poder.

Segue informações desse:

Cargo: \_\_\_\_\_

Órgão: \_\_\_\_\_

Carga Horária: \_\_\_\_\_

Declaro ainda, que não percebo proventos de aposentadoria decorrentes do artigo 40 ou dos artigos 42 e 142 da Constituição Federal.



E por ser verdade, firmo a presente declaração para que surta seus efeitos legais.  
Maracajá/SC, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016.

Assinatura do Candidato

#### TERMO DE INTERESSE NO CARGO

Eu, \_\_\_\_\_, inscrito no CPF sob o número ... \_\_\_\_\_ frente à aprovação no Concurso Público da Prefeitura Municipal de Maracajá, confirmo o interesse de tomar posse no Cargo de ... \_\_\_\_\_, nos termos da legislação municipal em vigor.

Maracajá/SC, ... de ... de 2016.

Assinatura do Candidato

#### D E C L A R A Ç Ã O

\_\_\_\_\_, portador (a) da carteira de identidade número \_\_\_\_\_, inscrito (a) no CPF sob o número \_\_\_\_\_, declaro para os devidos que no exercício de cargo ou função pública, não sofri penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Maracajá/SC, \_\_\_\_/\_\_\_\_/2016.

Assinatura do Candidato

ANEXO III  
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 02  
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2015

#### RELAÇÃO DE EXAMES MÉDICOS

##### 1. EXAMES DE EXIGÊNCIA BÁSICA DE CARÁTER GERAL (Todos os cargos):

###### 1.1 EXAMES LABORATORIAIS:

- 1.1.1 Hemograma
- 1.1.2 Glicose
- 1.1.3 Parasitológico de fezes
- 1.1.4 Parcial de urina

###### 1.2 EXAMES PARA MAIORES DE 40 ANOS DE IDADE:

- 1.2.1 Exames Laboratoriais descritos no item anterior
- 1.2.1 Colesterol
- 1.2.2 Triglicerídeos
- 1.2.3 Eletrocardiograma com laudo
- 1.2.4 Acuidade visual

##### 2. EXAMES ESPECÍFICOS PARA CADA CARGO:

2.1 Borracheiro e Lubrificador: Audiometria;

2.2 Faxineira/Copeira: Raio X de Ombro Direito, Raio X de Ombro Esquerdo e Rx Coluna Lombop Sacra;

2.3 Gari/Separador de Resíduos Sólidos: Raio X de Ombro Direito, Raio X de Ombro Esquerdo e Rx Coluna Lombop Sacra;

2.4 Operador de Máquinas e Equipamentos: Audiometria, ECG Eletrocardiograma, EEG Eletroencefalograma, Glicemia em Jejum, Laudo Psicossocial NR35, Rx Coluna Lombo Sacra e Teste de Acuidade Visual;

2.5 Operador de Tratores Agrícolas: Audiometria, ECG Eletrocardiograma, EEG Eletroencefalograma, Glicemia em Jejum, Rx Coluna Lombo Sacra e Teste de Acuidade Visual;

Wagner da Rosa  
Prefeito Municipal  
Maracajá/SC

**DECRETO 02/2016**

DECRETO Nº 02 DE 05 DE JANEIRO DE 2016.

NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO ESPECIAL DE REALIZAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO REGIDO PELO EDITAL Nº 01/2016.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas no disposto do Inciso VII, do Artigo 73, da Lei Orgânica do Município;

**DECRETA:**

Art. 1º. Ficam nomeados os servidores abaixo relacionados para compor a Comissão Especial de Realização do Processo Seletivo nº 01/2016, ficando assim composta:

Presidente: Denner Lucas Casagrande;

Secretária: Aline Coêlho dos Santos;

Membro: Juliana Dassoler;

Membro: Cleiane Pereira de Souza;

Art. 2º A Comissão Especial ora constituída baixará instruções especiais sobre o processo seletivo, respeitando o Edital de Processo Seletivo e as disposições legais em vigor, tomando as providências necessárias à sua fiel execução e julgamento.

Art. 3º A Comissão Especial elaborará o Edital de Processo Seletivo, submetendo-o à homologação do Prefeito Municipal.

Art. 4º Os membros da Comissão Especial de Realização do Processo Seletivo 01/2016 será responsável pela fiscalização e deliberação sobre todos os casos omissos, de acordo com a legislação em vigor.

Art. 5º Compete a Comissão Especial de Realização do Processo Seletivo nº 01/2016, realizar reuniões, lavrar atas de todos os trabalhos da comissão, coordenar as inscrições e elaborar relatórios em conjunto com todos os membros da comissão.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 05 de Janeiro de 2016.

Wagner da Rosa  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração, em 05 de Janeiro de 2016.

Valmir Carradore  
Secretário de Administração

**DECRETO 102/2015**

DECRETO Nº 102 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2015.

DETERMINA SINDICÂNCIA PARA VERIFICAR A COMUNICAÇÃO Nº 1117/2015 DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA QUANTO A USO DE RECURSOS UTILIZADOS PARA CUSTEAR FESTA DE CONFRATERNIZAÇÃO NO DIA DO IDOSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica do Município; e,

Considerando, a comunicação nº 1117/2015, cadastrada na Ouvidoria do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e recebida no email gabinete@maracaja.sc.gov.br;  
Considerando, a recomendação em parecer jurídico;  
Considerando, os princípios da legalidade e moralidade que regem a administração pública;

**DECRETA:**

Art. 1º Cria Comissão de Sindicância para apuração de Notícia de Fato por meio da Comunicação nº 1117/2015 realizada na Ouvidoria do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina no dia 02 de dezembro de 2015 que trata da utilização de recursos públicos para custear festa de confraternização no dia do idoso, em 01 de outubro de 2015, promovido pelo Clube de Mães de Maracajá.

I – A Comissão terá vigência de 30 (trinta) dias contados da publicação.

Art. 2º A comissão de Sindicância é formada por três membros, que deverão organizar-se internamente para eventuais procedimentos e diligências, bem como, para emissão de relatórios e conclusão final.

Art. 3º Ficam nomeados para constituírem a presente Comissão de Sindicância, os seguintes servidores efetivos do quadro de pessoal do município de Maracajá:

I – Adenauer Espíndula Serafim - Presidente da Comissão de Sindicância;

II – Michelini Costa Francisco - Secretária da Comissão de Sindicância;

III – Vilmar Leandro - Membro da Comissão de Sindicância.

Art.. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 22 de Dezembro de 2015.

Wagner da Rosa  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração em 22 de Dezembro de 2015.

Valmir Carradore  
Secretário de Administração

**DECRETO 105/2015**

DECRETO Nº 105 DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015.

PRORROGA PORTARIAS NA FORMA QUE ESPECIFICA.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

**DECRETA:**

Art. 1º Considerando o excepcional interesse público e a continuidade dos serviços públicos e administrativos, ficam prorrogadas até o dia 29 de janeiro de 2016, as seguintes Portarias:  
§1º Portaria 112, 145 e 187, todas do ano de 2014;

Art. 2º Esse Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 31 de Dezembro de 2015.

Wagner da Rosa  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração Municipal em 31 de dezembro de 2015.

Valmir Carradore  
Secretário de Administração

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO E POSSE Nº 02 - CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2015**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO E DE POSSE Nº 02

CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARACAJÁ, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e considerando a homologação do resultado do Concurso Público de nº 001/2015 para Provimento de Cargos Efetivos pertencentes ao Quadro de Pessoal do Município de Maracajá, CONVOCA os candidatos habilitados relacionados no Anexo I deste Edital com vistas à nomeação para os cargos efetivos, observadas as seguintes condições:

**DA ENTREGA DOS DOCUMENTOS E ASSINATURA DO TERMO DE INTERESSE NA VAGA**

1. Os candidatos relacionados no Anexo I do presente Edital deverão comparecer no Setor de Pessoal da Prefeitura Municipal de Maracajá, sito à Avenida Getúlio Vargas, 530, Centro, Cidade de Maracajá/SC, no prazo de 10 (dez) dias úteis após sua convocação pessoal e/ou através deste edital, iniciando a partir do dia 06 de Janeiro de 2016, no horário das 14 h às 17 h para a entrega dos documentos relacionados no Anexo II, exames relacionados no Anexo III deste Edital e para a assinatura do Termo de Interesse na Vaga.

1.1 Por ordem de chegada dos candidatos serão distribuídas senhas limitadas à capacidade de atendimento no período.

1.2 Não serão recebidos documentos de forma parcial, sendo que a falta de qualquer documento constante no anexo II e III acarretará o não cumprimento da exigência do item 1.

1.2.1 Caso algum exame solicitado não fique pronto em tempo hábil, o candidato deverá apresentar justificativa escrita e protocolo ou comprovante de que o exame está agendado ou realizado, faltando somente o resultado, sendo que a apresentação do(s) exame(s) faltante(s) deverá(am) ocorrer antes da data agendada para a Perícia Médica.

1.3 O não comparecimento nos termos do item 1 do presente edital, implicará na renúncia tácita do convocado e, conseqüentemente na perda do direito a nomeação ao cargo para o qual o candidato aprovado foi convocado.

**DOS EXAMES MÉDICOS**

2. Os candidatos deverão apresentar os exames constantes no Anexo III deste Edital. Na apresentação dos documentos constantes no Anexo II e III, o Setor de Pessoal agendará dia e horário para a Avaliação pela Junta Médica Oficial do município de Maracajá.

2.1 Todos os documentos constantes nos Anexos II e III ficarão de posse do Setor de Recursos Humanos do Município que arquivará em pasta individual de cada candidato.

2.2 O custo para a realização dos exames solicitados no Anexo III deste edital são de responsabilidade do candidato e o Atestado Médico para admissão do novo servidor de responsabilidade do município.

**DA AVALIAÇÃO MÉDICA**

3. A avaliação da Junta Médica Oficial dar-se-á, em momento anterior à posse, da seguinte forma:

3.1 Quanto à avaliação médica, para atestar a aptidão física e mental para o exercício do cargo, cada candidato deverá comparecer à Junta Médica Oficial do Município de Maracajá, em local, data e horário a ser informado quando da entrega dos documentos, munidos dos exames constantes no Anexo III deste edital para submissão à referida avaliação.

3.2 A não realização da avaliação médica ou não apresentação dos exames exigidos impedirá o exercício do cargo.

3.3 A não apresentação dos exames solicitados e a não avaliação pela junta médica, caracteriza renúncia tácita de direitos, ficando o Município de Maracajá devidamente autorizado a convocar outros classificados e aprovados no referido Concurso Público em sua substituição, obedecendo à ordem legal.

**DOS ATOS DE NOMEAÇÃO**

4. A publicação dos atos de nomeação se dará por meio de Portaria Municipal e será termo inicial para a posse do candidato, na forma da Lei Complementar nº 01/1997 (Estatuto dos Servidores) e da Lei nº 985/2014 (Plano de Cargos e Salários) do Município de Maracajá – SC, devidamente publicado no diário oficial do município de Maracajá.

**DA POSSE**

5. Cumpridas as exigências constantes neste Edital, será dada posse ao candidato, nos termos da Lei Complementar nº 01/1997 (Estatuto dos Servidores) e da Lei nº 985/2014 (Plano de Cargos e Salários) do Município de Maracajá – SC.

6. Empossado, o candidato terá o prazo de 10 (dez) dias para apresentar-se na Secretaria de Administração para receber instruções sobre o seu local de trabalho.

**DA APRESENTAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DO CARGO**

7. Salvo interesse do candidato em utilizar dos prazos legais, cumpridas todas as exigências do presente edital, deverá se apresentar para início das atividades conforme portaria individual de cada candidato, sendo que o ato oficial de nomeação ocorrerá no mesmo dia a todos os candidatos, em local, data e horário a ser informado a cada candidato.

Maracajá/SC, 05 de Janeiro de 2016.

Wagner da Rosa  
Prefeito Municipal  
Maracajá/SC

ANEXO I  
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 02  
CONCURSO PÚBLICO N° 01/2015

#### RELAÇÃO DE CONVOCAÇÃO DE APROVADOS - POR CARGO

##### ENSINO MÉDIO

##### FISCAL EM VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Inscrição	Nome	Classificação
78492	Fábio Pereira Sabino	2º

##### NÍVEL ALFABETIZADO E FUNDAMENTAL COMPLETO E INCOMPLETO

##### BORRACHEIRO E LUBRIFICADOR

Inscrição	Nome	Classificação
77412	Joel Pelizzari de Souza	1º

##### FAXINEIRA/COPEIRA

Inscrição	Nome	Classificação
69019	Patrícia de Melo Santos	1º
72198	Rosana Marques de Matos	2º

##### GARI/SEPARADOR DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Inscrição	Nome	Classificação
70892	Victor Alves de Oliveira	1º
78368	Luiz Cláudio Rosa	2º
76623	Flávia Suzeti Rocha	3º
77035	Aline Luci Cardozo Lopes	4º
76849	Edinei de Souza	5º
76625	Marlene Mafioletti	6º
76627	Jorge Manoel Rocha	7º

##### OPERADOR DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

Inscrição	Nome	Classificação
70285	Alex Moreira	1º
75751	André Zélio Pereira	2º

##### OPERADOR DE TRATORES AGRÍCOLAS

Inscrição	Nome	Classificação
76757	Aristeu José Macedo	1º
78399	Adenir Luiz Padilha da Silva	2º

##### VIGIA

Inscrição	Nome	Classificação
77559	João Carlos Machado Filho	1º
78323	Júlio César Peixoto Duarte	2º
78097	Ezequiel Bordignon Pezete	3º

Maracajá/SC, 05 de Janeiro de 2016.

Wagner da Rosa  
Prefeito Municipal  
Maracajá/SC

## ANEXO II

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 02  
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2015

## RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA POSSE

- 1) 01 (uma) Foto 3x4 recente e colorida;
- 2) Cópia da Carteira de Trabalho – CTPS (frente e verso);
- 3) Cópia do Pis/Pasep;
- 4) Apresentação do original e cópia legível dos seguintes documentos:
  - 4.1 CPF;
  - 4.2 Identidade (RG);
  - 4.3 Título de Eleitor;
  - 4.4 Comprovante de quitação eleitoral;
  - 4.5 Certidão de casamento;
  - 4.6 Certidão de nascimento ou RG de filhos com até 21 (vinte e um) anos;
  - 4.7 Carteira de vacinação dos filhos menores de 14 (quatorze) anos;
  - 4.8 Certificado de reservista para os homens;
  - 4.9 Comprovante de escolaridade exigida para o cargo;
  - 4.10 Comprovante de Residência atual;
  - 4.11 Carteira de Órgão de Classe Profissional no caso de carreira regulamentada;
  - 4.12 Quando exigido para o cargo, comprovante de habilitação em órgão profissional.
- 5) Declaração/Relação de Bens assinada (modelo em anexo), podendo ser substituída pela declaração de imposto de renda;
- 6) Declaração assinada de que o candidato não exerce outro cargo na Administração Pública ou que possui acumulação legal de cargos (modelos em anexo);
- 7) Termo de Interesse no Cargo preenchido e assinado pelo candidato (modelo em anexo);
- 8) Dados para contato: número de telefone e endereço eletrônico (cadastro de funcionário preenchido no momento da entrega dos documentos);
- 9) Declaração assinada de que o candidato não sofreu penalidades no exercício na Administração Pública (modelo em anexo);
- 10) Abertura de conta no Banco do Brasil ou dados de conta existente (caso não possua conta no Banco do Brasil, solicitar junto ao Setor de Pessoal documento de autorização);

## DECLARAÇÃO DE BENS

Declaro, nos termos da Lei, que nesta data, possuo os seguintes bens:

- ( ) Não possuo bens a declarar  
( ) Possuo bens a declarar, conforme segue abaixo:

Casa, Apartamento ou Terreno			
Endereço	Data da Aquisição	Valor de Aquisição	Valor de Venda Atual

Veículo				
Tipo	Ano	Data da Aquisição	Valor de Aquisição	Valor de Venda Atual

Outros	

Fontes de Renda	



NOME COMPLETO: \_\_\_\_\_

CARGO: \_\_\_\_\_

LOCAL E DATA: \_\_\_\_\_

Assinatura

**D E C L A R A Ç Ã O**

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro(a), portador (a) da Carteira de Identidade número \_\_\_\_\_, inscrito(a) no CPF sob o número \_\_\_\_\_, residente e domiciliado(a) na \_\_\_\_\_, número \_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_, cidade de \_\_\_\_\_, declaro nos termos do artigo 37, incisos XVI, XVII e §10 da Constituição Federal, não ocupar cargo, emprego e/ou função pública, bem como não receber proventos de aposentadoria decorrentes do artigo 40 ou dos artigos 42 e 142 da Constituição Federal, não comprometendo, desta forma, minha nomeação para o cargo de \_\_\_\_\_ deste Poder.

E por ser verdade, firmo a presente declaração para que surta seus efeitos legais.

Maracajá/SC, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016.

Assinatura do Candidato

**D E C L A R A Ç Ã O**

(acumulação legal de cargos)

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro(a), portador (a) da Carteira de Identidade número \_\_\_\_\_, inscrito(a) no CPF sob o número \_\_\_\_\_, residente e domiciliado(a) na \_\_\_\_\_, número \_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_, cidade de \_\_\_\_\_, declaro ocupar legalmente outro cargo, emprego e/ou função pública, conforme o artigo 37, incisos XVI, XVII da Constituição Federal, não comprometendo, desta forma, minha nomeação para o cargo de \_\_\_\_\_ deste Poder.

Segue informações desse:

Cargo: \_\_\_\_\_

Órgão: \_\_\_\_\_

Carga Horária: \_\_\_\_\_

Declaro ainda, que não percebo proventos de aposentadoria decorrentes do artigo 40 ou dos artigos 42 e 142 da Constituição Federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração para que surta seus efeitos legais.

Maracajá/SC, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016.

Assinatura do Candidato

**TERMO DE INTERESSE NO CARGO**

Eu, \_\_\_\_\_, inscrito no CPF sob o número ... \_\_\_\_\_ frente à aprovação no Concurso Público da Prefeitura Municipal de Maracajá, confirmo o interesse de tomar posse no Cargo de ... \_\_\_\_\_, nos termos da legislação municipal em vigor.

Maracajá/SC, ... de ... de 2016.

Assinatura do Candidato

**D E C L A R A Ç Ã O**

\_\_\_\_\_, portador (a) da carteira de identidade número \_\_\_\_\_, inscrito (a) no CPF sob o número \_\_\_\_\_, declaro para os devidos que no exercício de cargo ou função pública, não sou penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Maracajá/SC, \_\_\_\_/\_\_\_\_/2016.

Assinatura do Candidato

ANEXO III  
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 02  
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2015

RELAÇÃO DE EXAMES MÉDICOS

1. EXAMES DE EXIGÊNCIA BÁSICA DE CARÁTER GERAL (Todos os cargos):

1.1 EXAMES LABORATORIAIS:

- 1.1.1 Hemograma
- 1.1.2 Glicose
- 1.1.3 Parasitológico de fezes
- 1.1.4 Parcial de urina

1.2 EXAMES PARA MAIORES DE 40 ANOS DE IDADE:

- 1.2.1 Exames Laboratoriais descritos no item anterior
- 1.2.1 Colesterol
- 1.2.2 Triglicerídeos
- 1.2.3 Eletrocardiograma com laudo
- 1.2.4 Acuidade visual

2. EXAMES ESPECÍFICOS PARA CADA CARGO:

2.1 Borracheiro e Lubrificador: Audiometria;

2.2 Faxineira/Copeira: Raio X de Ombro Direito, Raio X de Ombro Esquerdo e Rx Coluna Lombop Sacra;

2.3 Gari/Separador de Resíduos Sólidos: Raio X de Ombro Direito, Raio X de Ombro Esquerdo e Rx Coluna Lombop Sacra;

2.4 Operador de Máquinas e Equipamentos: Audiometria, ECG Eletrocardiograma, EEG Eletroencefalograma, Glicemia em Jejum, Laudo Psicossocial NR35, Rx Coluna Lombo Sacra e Teste de Acuidade Visual;

2.5 Operador de Tratores Agrícolas: Audiometria, ECG Eletrocardiograma, EEG Eletroencefalograma, Glicemia em Jejum, Rx Coluna Lombo Sacra e Teste de Acuidade Visual;

Wagner da Rosa  
Prefeito Municipal  
Maracajá/SC

# Maravilha

## PREFEITURA

### Decreto nº 004/2016

DECRETO Nº 4, DE 5 DE JANEIRO DE 2016

Nomeia servidor público municipal e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto nomeada NOÊMIA BREMM WEBER, brasileira, inscrita no CPF sob nº 016.018.599-88, para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio a partir da presente data até 4 de janeiro de 2017.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 5 de janeiro de 2016.

SANDRO DONATI

Registrado e publicado na data supra. Prefeito Municipal em Exercício

ELIANE BEDUSCHI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

### Decreto nº 1/2016

DECRETO Nº 1, DE 4 DE JANEIRO DE 2016

Nomeia servidor público municipal e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto nomeada TATIANE KNAK, brasileira, inscrita no CPF sob nº 108.550.879-00, para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio a partir da presente data até 3 de janeiro de 2017.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 4 de janeiro de 2016.

SANDRO DONATI

Registrado e publicado na data supra. Prefeito Municipal em Exercício

ELIANE BEDUSCHI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

### Decreto nº 2/2016

DECRETO Nº 2, DE 4 DE JANEIRO DE 2016

Nomeia servidor público municipal e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto nomeada LIA MARA MILLICH, brasileira, inscrita no CPF sob nº 040.741.569-62, para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio a partir da presente data até 3 de janeiro de 2017.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 4 de janeiro de 2016.

SANDRO DONATI

Registrado e publicado na data supra. Prefeito Municipal em Exercício

ELIANE BEDUSCHI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

### Decreto nº 330/2015

DECRETO Nº 330, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015

Prorroga contratação temporária por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

#### CONSIDERANDO,

A solicitação da Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Fazenda;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogado o contrato por tempo determinado, até 14 de abril de 2016, do servidor MARINO WEIZENMANN, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 386.505.509-59, em caráter de excepcional interesse público para exercer a função de Agente de Manutenção e Conservação, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, com carga horária de 40 horas.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 15 de dezembro de 2015.

Maravilha - SC, 30 de dezembro de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI  
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

### **Decreto nº 5/2016**

DECRETO Nº 5, DE 5 DE JANEIRO DE 2016

Nomeia servidor público municipal e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal e conforme Edital de Processo Seletivo nº 002/2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto nomeada GRAZIELA RICHTER, brasileira, inscrita no CPF sob nº 028.485.479-44, para ocupar o cargo de Agente Comunitário de Saúde – Micro Área nº 09 ESF CAIC, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio a partir da presente data até 4 de janeiro de 2017.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 5 de janeiro de 2016.

SANDRO DONATI

Registrado e publicado na data supra. Prefeito Municipal em Exercício

ELIANE BEDUSCHI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Maravilha – SC, 5 de janeiro de 2016.

SANDRO DONATI

Registrado e publicado na data supra. Prefeito Municipal em Exercício

ELIANE BEDUSCHI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

### **Decreto nº 6/2016**

DECRETO Nº 6, DE 5 DE JANEIRO DE 2016

Dispõe sobre contratação temporária por excepcional interesse público e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.694, de 7 de outubro de 2013 e Edital de Processo Seletivo nº 002/2015,

CONSIDERANDO,

A solicitação da Secretaria Municipal de Saúde,

Que foram chamados todos os classificados no Processo Seletivo, Edital nº 002/2015,

Que o Programa Melhor em Casa oferecido pelo Município está atualmente sem médico,

Que a saúde a saúde é serviço essencial e necessário,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratado por tempo determinado, pelo período de 5 de janeiro a 4 de abril de 2016, LAÉRCIO JOSÉ FORNASARI, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 306.856.800-53, para ocupar o cargo de Médico, com carga horária de 20 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio a partir da presente data.

# Meleiro

## PREFEITURA

### DECRETO 001/2016

DECRETO n.º 001/2016

ESTABELECE NOVO HORÁRIO DE EXPEDIENTE NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE MELEIRO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 51, inciso VI da lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

DECRETAR

Art. 1.º Fica estabelecido o novo horário de expediente na Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano do Município de Meleiro, das 07:00 horas às 13:00 horas, a partir do dia 04 de Janeiro de 2016, de Segunda à Sexta-feira.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 04/01/2016.

Art. 3.º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Meleiro, 05 de Janeiro de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

### EXTRATO TOMADA DE PREÇOS N° 001-2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS N.º 001/2016

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO torna público para conhecimento dos interessados que no dia 22/01/2016, às 08:30 horas estará realizando a reunião de recebimento das propostas referente a TOMADA DE PREÇOS N.º 001/2016, que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRIAGEM DO LIXO DOMÉSTICO E COMERCIAL URBANO DO MUNICÍPIO DE MELEIRO. A integral do Edital e maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Meleiro, sito a Rua Sete de Setembro, nº 371 – Centro, Meleiro/SC, no horário das 7:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, de Segunda a Sexta-Feira ou pelo fone 048-3537-8400.

Meleiro/SC, 05 de janeiro de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

# Modelo

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 002/2016

DECRETO Nº 002/2016 DE 04.01.2016.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FRANCIELI RAGAZZON PARA CARGO EM COMISSÃO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 2.198/2015, Lei Orgânica Municipal e demais disposições legais sobre a matéria,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada nesta data, a Sra. FRANCIELI RAGAZZON, portadora do CPF nº 099.058.609-08, RG nº 6.749.302 para desempenho do cargo em comissão de COORDENADORA DE PROGRAMAS/ATIVIDADES MUNICIPAIS, para atuação no Departamento Municipal de Saúde de Modelo/SC, com dedicação integral.

Art. 2º - A Servidora nomeada através deste decreto perceberá a remuneração do cargo de conformidade com as disposições legais, sendo nível CC - 02, do quadro de Servidores Cargos em Comissão do Município de Modelo – SC.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir desta data.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,  
aos 04 de janeiro de 2016.  
RICARDO LUIS MALDANER  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI  
Assessora de Departamento

### TERMO DE POSSE 001/2016

REFERENTE NOMEAÇÃO CONFORME DECRETO 002/2016

Cargo em Comissão: Coordenadora de Programas/Atividades Municipais

Aos quatro dias do mês de janeiro de dois mil e dezesseis, no Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo – SC, compareceu a Senhora FRANCIELI RAGAZZON, portadora do CPF nº 099.058.609-08, RG nº 6.749.302, a fim de tomar posse no cargo de COORDENADORA DE PROGRAMAS/ATIVIDADES MUNICIPAIS, conforme nomeação de que dispõe o Decreto nº 002/2016, com lotação e atribuição de exercício no Departamento Municipal de Saúde de Modelo – SC. Nesta oportunidade apresentou a declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio, declarou ainda, a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo.

Apresentou laudo médico expedido por profissional autorizado pelo município onde foi julgada apta física e mentalmente para o exercício do referido cargo e, em seguida, satisfeitos os requisitos, foi-lhe dado posse.

Comprometeu-se em desempenhar suas atribuições de acordo com as prescrições do Estatuto dos Serviços Públicos Municipais e demais normas pertinentes, cumprindo com eficiência funcional seus deveres e responsabilidades de acordo com os princípios de dignidade, disciplina, impessoalidade e moralidade, prestando o seguinte depoimento:

“Por minha honra e pela pátria, juro cumprir com exatidão, disciplina, honradez, dignidade e escrúpulos, os deveres inerentes ao cargo, aceitando as atribuições do cargo para o qual fui nomeada e sua respectiva lotação, prometendo cumpri-lo com dedicação e zelo, em respeito à Lei, a bem do Município e dos meus concidadãos”.

Nada mais a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse que vai assinado pelas partes.

Modelo - SC, aos 04 de janeiro de 2016.

FRANCIELI RAGAZZON  
Servidora

RICARDO LUIS MALDANER  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 003/2016

Decreto nº 003/2015 de 04/01/16

Dispõe sobre homologação do processo licitatório nº 667/2015, adjudica o objeto da licitação ao proponente vencedor e dá outras providências.

RICARDO LUIS MALDANER, prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais vigente, em especial com os preceitos legais preconizados na Lei Federal nº. 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94.

#### Decreta:

ART. 1º.- Fica homologado o resultado do julgamento proferido pela comissão de licitação, no processo Licitatório n.º. 667/2015, Modalidade Pregão, na sua exata ordem de classificação.

ART. 2º.- Fica adjudicado o objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO TERCEIRIZADO DE MÁQUINAS PARA CORTE E TRANSPORTE DE SILAGEM PARA AGRICULTORES DO MUNICÍPIO DE MODELO - SC, adjudicado a favor da empresa:

Empresa	Valor Total Homologado
VALDERES JANDT EIRELI ME	117.250,00

ART. 3º.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete Do Prefeito Municipal De Modelo, SC, Segunda-Feira, 04 de janeiro de 2016.

RICARDO LUIS MALDANER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI  
Assessora de Departamento



**DECRETO Nº 004/2016**

DECRETO MUNICIPAL Nº 004/2016 DE 05 DE JANEIRO DE 2016  
DISPÕE SOBRE A PERMISSÃO DE USO DE "PATRULHA AGRÍCOLA"  
EM CARÁTER PRECÁRIO, DA FORMA QUE ESPECIFICA.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial de conformidade com o Artigo 73, § 3º,

Considerando em especial o interesse público fundamentado na mecanização para o desenvolvimento das atividades agrícolas, objetivando o incremento da produção e desta forma a melhoria do movimento econômico do Município, a geração de emprego e renda, através do fomento a produção agropecuária, Considerando o chamamento dos interessados e aprovação pelo Conselho Municipal da Agricultura do Município dos beneficiários/permissionários de equipamentos para patrulha agrícola, para atendimentos dos produtores agrícolas do Município de Modelo SC,

resolve e DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a Permissão de Uso de "Patrulha Agrícola" composto das máquinas e equipamentos descritos no Anexo I deste Decreto, em favor da Associação de Agricultores Nossa Senhora da Salete e da Associação de Agricultores das Linhas Meneghetti e Spejorin, formada por Grupos de Produtores Rurais integrados pelas comunidades identificadas a seguir:

Grupo 01 – Comunidades: Linha Salete e Linha Nova  
Associação de Agricultores Nossa Senhora da Salete

Grupo 02 - Comunidades: Linha Meneghetti e Linha Spejorin  
Associação de Agricultores das Linhas Meneghetti e Spejorin

Art. 2º A permissão de que trata o artigo 1º se dá em caráter precário, a título de apoio aos pequenos agricultores do Município de Modelo/SC, que desenvolvem suas atividades na forma da agricultura familiar e na diversificação da produção agrícola.

§ 1º O período de vigência da permissão é de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado por igual, ou sucessivo período, limitado ao chamamento de interessados através de edital, ressalvada hipótese de rescisão decorrente do descumprimento contratual do Permissionário ou por razões de interesse público.

§ 2º A Permissão poderá ser revogada a qualquer tempo, independentemente de indenização, nem direito à retenção, de forma alguma, pelo grupo beneficiado, ou critério de conveniência e oportunidade do Município.

Art. 3º A permissão de uso de que trata este Decreto, será formalizada mediante a celebração do Termo de Permissão de Uso entre o Município de Modelo SC e cada um dos Grupos: Associação de Agricultores Nossa Senhora da Salete e Associação de Agricultores das Linhas Meneghetti e Spejorin descritas no Art. 1º.

Art. 4º Os Grupos de Produtores Rurais serão representados por Diretoria composta pelo membros eleitos em Assembleia, devidamente registrada em Ata.

Art. 5º A utilização da Patrulha Agrícola, atenderá o interesse público, na promoção e desenvolvimento da agropecuária desenvolvida pela agricultura familiar, em nosso Município de Modelo SC, deverá atender igualmente às normas estabelecidas no Regimento Próprio dos grupos que formam as associações, as recomendações que integra o Anexo II deste Decreto e também do Conselho Municipal da Agricultura, que poderá a qualquer tempo fiscalizar e orientar a utilização dos equipamentos, objeto da permissão de uso .

Art. 6º Ficará a cargo e sob a responsabilidade exclusiva de cada

Grupo de Produtores Rurais beneficiado, a contratação de profissional qualificado para operar os equipamentos, ou no interesse da associação, cada associado fica responsável pela operação do equipamento, quando se utilizar destes, para atendimento na sua propriedade rural, situada no município de Modelo SC.

Art. 7º A Permissão de Uso abrangida por esta norma se dará com ônus para as comunidades, grupos permissionários, conforme conta do artigo 1º deste Decreto, que deverão assumir o compromisso de zelar pela guarda, segurança, manutenção, abastecimento, troca de óleo, revisões, reparos, bem como pelo uso adequado e efetiva utilização dos respectivos bens, restritamente, para desenvolvimento de atividades agrícolas em favor dos grupos beneficiados, respondendo por todo e qualquer sinistro ou danos, porventura, causados aos bens recebidos do Poder Público Municipal, inclusive em relação a terceiros.

§ 1º A cobrança de taxas pelo uso dos bens objeto da Permissão deste Decreto, deverá ser de acordo com as disposições aprovadas pelas associações, objetivando a manutenção do equipamento, sendo o interesse público demonstrado, mediante previa concordância do Poder Público Municipal, através do Conselho Municipal da Agricultura.

§ 2º Toda e qualquer contratação de terceiro ou de empregado para prestar serviços de operação dos equipamentos da Patrulha Agrícola, é de exclusiva responsabilidade do grupo beneficiado, ficando o Município integralmente isento de quaisquer ônus decorrentes de tais vínculos contratuais firmados pelos permissionários, seja a que título for.

Art. 8º semestralmente os permissionários deverão apresentar à Secretaria Municipal Agricultura, relatório das atividades e serviços realizados, contendo as informações conforme solicitadas pela Secretaria Municipal da Agricultura e ou Conselho Municipal da Agricultura.

Art. 9º Anualmente os Permissionários deverão realizar reunião geral para prestação de contas dos serviços executados, discussão dos problemas, porventura, existentes e levantamento de prioridades para o próximo exercício, com a participação de representantes da Secretaria Municipal de Agricultura.

Art. 10 A Secretaria Municipal de Agricultura, ficará responsável pela coordenação e fiscalização do cumprimento no disposto neste Decreto, ficando os permissionários sujeitos à inspeção para avaliação das metas e situação dos equipamentos.

Art. 11 Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE Modelo SC, aos 05 de janeiro de 2016.

RICARDO LUIS MALDANER  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na data supra:

Francieli Pavalicini  
Assessora Departamento

DECRETO Nº 004/2016 – ANEXO I

RELAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS CEDIDOS A GRUPOS DE PRODUTORES RURAIS do MUNICIPIO DE MODELO SC  
Grupo 01 – Comunidades: Linha Salete e Linha Nova  
Associação de Agricultores Nossa Senhora da Salete

Equipamento
-------------

- |  |
|--|
| 1. Uma ensiladeira de uma linha com acoplagem para mais uma linha – marca noqueira, ano 2015 |
| 2. Um distribuidor de adubo sólido de 5 toneladas, ano 2015                                  |
| 3. Carretão agrícola marca Açomaq, ano 2015  |

Grupo 02 - Comunidades: Linha Meneghetti e Linha Spegorin  
Associação de Agricultores das Linhas Meneghetti e Spegorin

Equipamento

- |  |
|--|
| 1. Uma ensiladeira de duas linhas marca New Pecu 9004, ano 2015. |
|--|

Modelo SC aos 05 de janeiro de 2016

RICARDO LUIS MALDANER PREFEITO MUNICIPAL
---

MARCIW. RUDIGER SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA
--

DECRETO Nº 004/2016

ANEXO II

RECOMENDAÇÕES DE FUNCIONAMENTO DA PATRULHA AGRÍCOLA, documento integrante AO REGIMENTO INTERNO DA ASSOCIAÇÃO BENEFICIADA.

01 – Fica estabelecido que todos os itens constantes do Termo de Permissão de Uso de Patrulha, firmado entre o Município de Modelo SC e os Produtores Rurais das comunidades, abrangidas pela associação criada, deverão ser rigorosamente seguidos, fazendo parte igualmente deste termo, as condições estabelecidas nos regimentos internos aprovado pela respectiva associação.

02 – O uso dos equipamentos acima mencionados da patrulha agrícola, deverão ser utilizados pelos produtores das comunidades acima citadas.

03 – O preço estipulado para cobrir os custos de funcionamento e manutenção da patrulha será discutido em assembléia entre os beneficiários das comunidades envolvidas, de acordo com a operação que será efetuada em cada propriedade, bem como a forma de pagamento das horas utilizadas em cada propriedade. Para alteração de valores deverá ter aprovação dos beneficiários das comunidades.

04 – A sede onde ficarão guardadas as máquinas e equipamentos será na propriedade do agricultor, sendo definido e aprovado, registrado em ata pela associação, devendo ser em local coberto para a durabilidade dos mesmos.

05 – Cada comunidade indicará seus representantes que farão parte do fórum de discussão de administração da patrulha agrícola, que serão os membros da diretoria da associação do grupo permissionário.

06 – Ficam estabelecidos os membros dos cargos da diretoria da associação, para o fórum administrativo da patrulha mecanizada.

07 – As inscrições para utilização das máquinas e equipamentos deverão ser realizadas com o representante da associação ou operador, para a organização dos trabalhos, com o apoio da Secretaria Municipal da Agricultura e fiscalização do Conselho Municipal da Agricultura.

08 – A responsabilidade da operação e manutenção dos equipamentos e máquinas é do grupo, conforme disposições estatutárias.

09 – Em caso da não observância dos itens previstos para a manutenção, o custo será de responsabilidade do operador.

10 – O operador deverá zelar pelas máquinas e equipamentos da patrulha agrícola, bem como não consumir bebidas alcoólicas

durante o trabalho e condução dos mesmos.

11 – Os equipamentos e máquinas não poderão ser usados para questões particulares, não constantes das finalidades da Associação de promoção do desenvolvimento agropecuário, nem em transporte de passageiros, ou em locais impróprios como bares, bailes e outros que a diretoria definir.

12 – O valor recebido para manutenção do equipamento, será definido pela Associação e devidamente registrados com controle e prestação de contas ao grupo, com registro em ata e aplicado no objeto.

13 – Os beneficiários terão um prazo de trinta dias para efetuar o pagamento dos serviços, após isso acarretará na suspensão dos trabalhos dentro da propriedade.

14 – O pagamento dos serviços pelos produtores será feito através de depósito bancário em conta específica do grupo/Associação, conforme deliberado em Assembleia.

15 – As comunidades de produtores providenciarão o pagamento de um seguro para as máquinas e equipamentos e também um seguro de vida para o operador, caso houver a contratação deste, que deverá observar as normas legais previdenciárias, sociais e trabalhistas.

16 – A responsabilidade civil e criminal, social, trabalhista e previdenciária é de responsabilidade exclusiva da Associação, no caso de contratação e de uso, nos termos do regimento e estatuto e do respectivo usuário, na medida que retirar os equipamentos junto a associação para uso.

17 – As comunidades/grupos dos agricultores permissionários, providenciarão a compra de ferramentas e acessórios que farão parte da Patrulha Agrícola.

18 – Os casos omissos deste regimento, serão analisados pelo Fórum Administrativo que se posicionará por escrito que deverá notificar a Secretaria Municipal da Agricultura e o Conselho Municipal da Agricultura.

19 – Os produtores usuários dos serviços que não quitarem suas dívidas estabelecidas pela diretoria, ficam impedidos de utilizar as máquinas e equipamentos enquanto não saldarem as dívidas.

20 – E, por ser verdade, discutido e aprovado em todos os seus termos, fica aprovado o presente termo de recomendação ao Regimento Interno.

Modelo SC aos 05 de janeiro de 2016

MARCIA W RUDIGER

SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA

IRINEU HENKER

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DA AGRICULTURA

Cientes e de acordo: Representantes Associação:

Assinatura \_\_\_\_\_

Nome: Alceu Jacob Reinher – Presidente - CPF: 753.237.379-72

RG: 2.438.189 – Agricultor - Linha Salete – Modelo/SC

Grupo 01 – Comunidades: Linha Salete e Linha Nova

Associação de Agricultores Nossa Senhora da Salete

Assinatura \_\_\_\_\_

Nome: Felipe Naibo – Presidente - CPF: 092.242.459-43

RG: 5.838.015 – Agricultor - Linha Meneghetti – Modelo/SC

Grupo 02 – Comunidades: Linha Meneghetti e Linha Spegorin

Associação de Agricultores das Linhas Meneghetti e Spegiorin

#### ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES NOSSA SENHORA DA SALETE

Presidente: Alceu Jacó Reinher  
Brasileiro / Casado  
CPF: 753.237.379-72  
RG: 2.438.189  
Agricultor  
Linha Salete – Modelo/SC

Tesoureiro: Sergio Luiz da Cunha  
Brasileiro - Casado  
CPF: 824.709.879-20  
RG: 2.995.205  
Agricultor  
Linha Salete – Modelo/SC

Secretária: Cecília Geller  
Brasileira - Casada  
CPF: 579.357.699-15  
RG: 12C – 1.713.160  
Agricultora  
Linha Salete – Modelo/SC

#### ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES LINHAS MENEGHETTI E SPEGIORIN\_\_\_\_

Presidente: FELIPE NAIBO  
Brasileiro / solteiro  
CPF: 092.242.459-43  
RG: 5.838.015  
Agricultor  
Linha Menegheti – Modelo/SC

Tesoureiro: JOSEANO TOMALOK  
Brasileiro - solteiro  
CPF: 080.058.049-46  
RG: 5.770.245  
Agricultor  
Linha Menegheti – Modelo/SC

Secretário: AMARILDO FACCHINI  
Brasileira - Solteiro  
CPF: 690.978.879-68  
RG: 2.430.869  
Agricultora  
Linha Menegheti – Modelo/SC

#### DECRETO Nº 005/2016

DECRETO Nº 005/2016 DE 05.01.2016.

HOMOLOGA O DEFERIMENTO E INDEFERIMENTO DAS INSCRIÇÕES DOS CANDIDATOS RELATIVO AO CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2015, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 2.198/2015, Lei Orgânica Municipal e demais disposições legais sobre a matéria,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado o Deferimento e Indeferimento das inscrições dos candidatos, relativo ao Concurso Público nº 002/2015 do município de Modelo/SC, na forma do Anexo I integrante deste Decreto.

Art. 2º - Os candidatos com as inscrições indeferidas terão os dias 06 e 07 de janeiro de 2016 para interpor recurso pelo site da

empresa organizadora ICAP, conforme estabelecido no Edital de Concurso Público 002/2015.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir desta data.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,  
aos 05 de janeiro de 2016.  
RICARDO LUIS MALDANER  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI  
Assessora de Departamento

#### ANEXO I

#### CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 002/2015

Nos termos do Edital nº 002/2015, O ICAP – Instituto de Consultoria em Administração pública e a comissão de acompanhamento do concurso público, tornam público o DEFERIMENTO E INDEFERIMENTOS DAS INSCRIÇÕES, conforme abaixo:

#### INSCRIÇÕES DEFERIDAS

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE		
Inscrição	Candidato	Situação
64	ADRIANE EDINEIA JUNG TESCHE	DEFERIDO(A)
49	DANIELA SKIERZINSKI	DEFERIDO(A)
50	DANIELI SCHNEIDER	DEFERIDO(A)
30	EDIANE BORBA	DEFERIDO(A)
38	ELIANI BRUXEL	DEFERIDO(A)
48	HENRIQUE GABRIEL SAREMBA	DEFERIDO(A)
66	MARIA CLENIR FERREIRA EICHLER	DEFERIDO(A)
52	SILVIA FATIMA SPEGIORIN	DEFERIDO(A)
MÉDICO		
Inscrição	Candidato	Situação
53	ALOÍSIO HOFER BEGROW	DEFERIDO(A)
45	DOUGLAS NUNES DA ROSA	DEFERIDO(A)
36	MARCOS LUIZ BASSO VENDRUSCOLO	DEFERIDO(A)
PSICÓLOGO		
Inscrição	Candidato	Situação
31	ANY FRANCINY SCHMITT	DEFERIDO(A)
23	CAMILA BACH	DEFERIDO(A)
57	CAMILA VIER	DEFERIDO(A)
46	CAMILE HASLINGER	DEFERIDO(A)
61	CAMILLE KUHN	DEFERIDO(A)
29	CARINE BRUNETO	DEFERIDO(A)
15	CARINE DE ASSIS	DEFERIDO(A)
51	CARLA ANDREZA ZENI BAU	DEFERIDO(A)

13	CRISTIANE MARTINI	DEFERIDO(A)
16	DAIANE KLUGE	DEFERIDO(A)
58	DANIELI CRISTINA METDLER	DEFERIDO(A)
4	DIANES MOCELIN	DEFERIDO(A)
55	DOUGLAS HENRIQUE CASTANHA	DEFERIDO(A)
63	EDIANI DA CRUZ	DEFERIDO(A)
43	ELIANE ZAMARCHI	DEFERIDO(A)
20	FLAVIO NARDON	DEFERIDO(A)
12	FRANCIELE TUMELERO MARTINOTTO	DEFERIDO(A)
56	GIANA CARLA SCARATTI	DEFERIDO(A)
42	JHENIFER CRISTINA FEDERIZZI	DEFERIDO(A)
54	JULIANO SANTIN	DEFERIDO(A)
62	KARLA CARDOSO MIALSKI	DEFERIDO(A)
17	KELIN FRANCISCA DIAS	DEFERIDO(A)
1	KERLY MARIA MONTIEL	DEFERIDO(A)
2	MAÍÉLICA ALVES PINTO STACZAK	DEFERIDO(A)
9	MARLI TERESINHA FILIMBERTI	DEFERIDO(A)
14	NOELI FATIMA WILLENS SANTOLIN	DEFERIDO(A)
19	PAMELA KOCH	DEFERIDO(A)
65	RAFAELA LAÍS KLAUS	DEFERIDO(A)
27	RENATA LAIS SOLIVO	DEFERIDO(A)
3	ROSANA MORAIS DA SILVA HARLOS	DEFERIDO(A)
24	SHEILA CARINE BACH	DEFERIDO(A)
40	TAMANDRA CRISTINA LAZAROTO	DEFERIDO(A)
34	VALQUÍRIA FARIAS KIST	DEFERIDO(A)
41	VANESSA FICAGNA	DEFERIDO(A)

## INSCRIÇÕES INDEFERIDAS

Nº INSCRIÇÃO	SITUAÇÃO
5	INDEFERIDO(A). Não cumprimento com o item 2.4.2 do edital
6	INDEFERIDO(A). Não cumprimento com o item 2.4.2 do edital
7	INDEFERIDO(A). Não cumprimento com o item 2.4.2 do edital
8	INDEFERIDO(A). Não cumprimento com o item 2.4.2 do edital
10	INDEFERIDO(A). Não cumprimento com o item 2.4.2 do edital
11	INDEFERIDO(A). Não cumprimento com o item 2.4.2 do edital
18	INDEFERIDO(A). Não cumprimento com o item 2.4.2 do edital
21	INDEFERIDO(A). Não cumprimento com o item 2.4.2 do edital
22	INDEFERIDO(A). Não cumprimento com o item 2.4.2 do edital
25	INDEFERIDO(A). Não cumprimento com o item 2.4.2 do edital
26	INDEFERIDO(A). Não cumprimento com o item 2.4.2 do edital
28	INDEFERIDO(A). Não cumprimento com o item 2.4.2 do edital
32	INDEFERIDO(A). Não cumprimento com o item 2.4.2 do edital
33	INDEFERIDO(A). Não cumprimento com o item 2.4.2 do edital
35	INDEFERIDO(A). Não cumprimento com o item 2.4.2 do edital
37	INDEFERIDO(A). Não cumprimento com o item 2.4.2 do edital
39	INDEFERIDO(A). Não cumprimento com o item 2.4.2 do edital
44	INDEFERIDO(A). Não cumprimento com o item 2.4.2 do edital
47	INDEFERIDO(A). Não cumprimento com o item 2.4.2 do edital
59	INDEFERIDO(A). Não cumprimento com o item 2.4.2 do edital
60	INDEFERIDO(A). Não cumprimento com o item 2.4.2 do edital

Modelo, SC, 05 de janeiro de 2016.  
RICARDO LUIS MALDANER  
PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO DE ATA DE REGISTROS Nº032/2015**

Extrato de Ata de Registro de Preços  
ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO  
Processo Licitatório n. 654/2015  
Ata de Registros n. 032/2015  
Empresa: ICAP - Instituto de Consultoria em Administração Pública LTDA  
Valor: R\$ 69.500,00

O Senhor Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou Ata de Registro de Preços n. 032/2015 com o objetivo REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO E CONCURSO PÚBLICO, NO MUNICÍPIO DE MODELO - SC.

Modelo (SC), 29 de dezembro de 2015.  
RICARDO LUIS MALDANER  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 013/2016**

Extrato de Contrato Nº 013/2016  
ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO  
Processo Licitatório n. 407/2015  
Contrato n. 013/2016  
Contratada: LIGHT NIGHT MATERIAIS ELETRICOS E MANUTENÇÃO LTDA  
Valor: R\$ 63.071,00

O Senhor Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou contrato nº 013/2016 para, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS (EQUIPE ESPECIALIZADA), E FORNECIMENTO DE MATERIAL ELÉTRICO, PARA MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE MODELO - SC. DE CONFORMIDADE COM AS NORMAS, ESPECIFICAÇÕES E RIGOR TÉCNICO EXIGIDO PARA TRABALHOS DESTA NATUREZA, TERMO DE REFERENCIA E DEMAIS DISPOSIÇÕES LEGAIS DESTE EDITAL.

Modelo (SC), 04 de janeiro de 2016.  
RICARDO LUIS MALDANER  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO 042/2014**

Extrato de Termo Aditivo ao Contrato Nº 042/2014  
ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO  
Processo Licitatório n. 427/2014  
Contrato n. 042/2014  
Termo Aditivo n. 003/2015  
Contratada: Mhnet Empreendimentos Ltda

O Senhor Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou termo aditivo referente ao contrato n. 042/2014, objetivando a alteração da cláusula quarta do contrato supra citado, prorrogando o prazo de vigência por mais 12 (doze) meses. Sendo mantidas as demais cláusulas contratuais.  
Prazo de Vigência: 01 de Janeiro de 2016 à 31 de Julho de 2016.

Modelo (SC), 29 de Dezembro de 2015.  
RICARDO LUIS MALDANER  
Prefeito Municipal



**PORTARIA Nº 001/2016**

PORTARIA Nº 001/2016 de 04.01.2016

DISPÕE SOBRE A LOTAÇÃO E ATRIBUIÇÃO DE EXERCÍCIO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARLENE FRIDA OLDENBURG, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, de conformidade com as Leis Municipais nº: 971/90, 1.513/2002, 1.960/2010, 2.198/2015 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica atribuído à Servidora Pública Municipal MARLENE FRIDA OLDENBURG, nomeada pelo Decreto nº 0182/2015, o exercício das funções do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais Interinos, com lotação e atribuição de exercício no Departamento Municipal de Saúde, no período de 04.01.2016 a 24.01.2016.

Parágrafo Único: A servidora retorna ao Departamento Municipal de Educação a partir de 25.01.2016, de acordo com a Portaria nº 091/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir desta data.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),  
aos 04 de janeiro de 2016.  
RICARDO LUIS MALDANER  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI  
Assessora de Departamento

**PORTARIA Nº 002/2016**

PORTARIA Nº 002/2016 de 04.01.2016

DISPÕE SOBRE A LOTAÇÃO E ATRIBUIÇÃO DE EXERCÍCIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL GELSON SIMÃO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, de conformidade com as Leis Municipais nº: 971/90, 1.513/2002, 1.960/2010, 2.198/2015 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica atribuído ao Servidor Público Municipal GELSON SIMÃO, nomeado pelo Decreto nº 0181/2015, o exercício das funções do cargo efetivo de Motorista, com lotação e atribuição de exercício no Departamento de Saúde do Município de Modelo/SC, no período de 04.01.2016 a 31.01.2016.

Parágrafo Único: O servidor retorna ao Departamento Municipal de Educação a partir de 01.02.2016, de acordo com a Portaria nº 090/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir desta data.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),  
aos 04 de janeiro de 2016.  
RICARDO LUIS MALDANER  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI  
Assessora de Departamento

# Mondaí

## PREFEITURA

### EXTRATO CONTRATO Nº 001/2016

EXTRATO DO CONTRATO Nº 01/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ

CONTRATADA: NANE COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA ME.

OBJETO: O presente Contrato tem por objeto a contratação de serviço de transporte escolar de alunos do Ensino Fundamental do Município de Mondaí, Estado de Santa Catarina para o ano letivo de 2016, e/ou subsequentes, com estimativa de realização de 200 (duzentos) dias letivos por ano, conforme especificações contidas no gráfico que integra a Cláusula Quarta.

ORIGEM: Pregão nº 131/2015.

VALOR: R\$ 183.358,70 (Cento e oitenta e três mil, trezentos e cinquenta e oito reais e setenta centavos).

VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato é a partir de sua assinatura até 31 de dezembro de 2016.

Mondaí – SC, 05 de janeiro de 2016.

VALMOR CEMIN

Prefeito Municipal em Exercício

### EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2016

O MUNICÍPIO DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrito abaixo:

MODALIDADE: Pregão Presencial n.º 001/2016 – registro de preços

TIPO: menor preço (por item)

OBJETO: Registro de preços para eventual aquisição de tubos de concreto, brita, concreto usinado, massa asfáltica e serviços de detonação de rochas, destinado para manutenção atividades Secretarias Municipais do Município de Mondaí – SC.

ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: até 14h55min do dia 18 de janeiro de 2016.

SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS E LANCES VERBAIS: às 15h00min do dia 18 de janeiro de 2016.

INFORMAÇÕES: Maiores informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço acima ou pelo fone/fax (49) 3674-3125 ou pelo e-mail: [compras@mondai.sc.gov.br](mailto:compras@mondai.sc.gov.br)

MONDAÍ (SC), 05 de janeiro de 2016.

Valmor Cemin

Prefeito Municipal em exercício

### REABERTURA PRAZO PREGÃO Nº 132/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 186/2015

O MUNICÍPIO DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, torna público, para conhecimento dos interessados, que está reabrindo prazo para apresentação dos envelopes proposta e documentação do Edital de Licitação nº 186/2015 em virtude de alteração no referido edital no item 4.2 - Qualificação Técnica.

MODALIDADE: Pregão Presencial n.º 132/2015

TIPO: Menor Preço (por item)

OBJETO: Locação para o exercício de 2016 e subsequentes, de equipamentos (copiadora/impressor/scanner) para a reprodução de documentos com a locação de até 25 equipamentos multifuncionais.

NOVA DATA PARA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: até 08h55min do dia 18 de janeiro de 2016.

SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS E LANCES VERBAIS: às 09h00min do dia 18 de janeiro de 2016.

MONDAÍ (SC), 05 de janeiro de 2016.

Valmor Cemin

Prefeito Municipal em exercício



# Monte Carlo

## PREFEITURA

### PROCESSO LICITATÓRIO 129/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 129/2015

EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 68/2015

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação futura de pessoa jurídica para execução do objeto abaixo indicado. Os envelopes de "PROPOSTA DE PREÇOS" e "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser entregues no Setor de Licitações, localizado na sede deste Município – Rodovia SC 452 Km 24, nº 1551, Centro, Monte Carlo, SC. Os envelopes deverão ser entregues a partir das 12:00 horas do dia 06/janeiro/2016 até as 12:30 horas do dia 19/janeiro/2016. Abertura da sessão no dia 19/janeiro/2016 às 13:00 horas. A presente licitação será do tipo MENOR PREÇO - JULGAMENTO POR LOTE, As condições são as definidas neste Edital que será regido pela Lei nº 10.520, de 17/julho/2002, Decreto Federal nº 7892 de 23/Janeiro/2013, Decreto Municipal nº 0149 de 24/Novembro/2006, Lei Complementar Federal nº 123 de 14/12/2006, Lei Complementar Federal nº 147 de 07/agosto/2014, Decreto Municipal nº 113/2014 e 114/2014 de 22/Dezembro/2014, bem como aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666 de 21/junho/1993 e alterações posteriores, nos casos omissos e demais normas legais federais, estaduais e municipais vigentes.

#### 1-DO OBJETO

0.1 O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇO para futura aquisição DE ELETROELETRONICO ELETRODOMESTICOS, MATERIAL ESPORTIVO, EDUCATIVO E OUTROS nos casos especificados conforme delimitações constantes neste Edital, para exercício de 2016.

#### 2 – DA EXECUÇÃO

##### 1.1 – Do acesso aos mercados:

1.1.1 – O presente Processo Licitatório destina-se exclusivamente a contratação do objeto junto a Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte.

1.1.2 – Fica priorizado a contratação de empresa "nacional", assim definido no ANEXO XIII.

1.2 – As quantidades de unidades individuais do objeto licitado, que serão contratados parcial ou total durante o período de vigência da Ata, são os constantes do ANEXO VII.

1.3 - A licitante vencedora efetuará entrega dos objetos do presente processo mediante a solicitação formal única e exclusivamente do Chefe do Departamento de Compras deste município no prazo máximo 10 (dez) dias.

1.4 – As empresas que participarem desta licitação, se obrigam a emitir NF-e (Nota Fiscal Eletrônica), conforme dispõe § 6º, I, do art. 23, anexo XI, do Regulamento do ICMS catarinense, para as transações efetuadas, nos prazos fixados pela legislação vigente, quando assim se enquadrarem por força legal.

#### 2 DA PARTICIPAÇÃO

2.1 Poderão participar desta licitação as empresas interessadas que satisfizerem as condições de habilitação preliminar elencadas no presente Edital.

2.2 – Não poderá participar desta licitação, empresas temporariamente suspensa de licitar e impedida de contratar junto ao Município de Monte Carlo.

2.3 – Não poderá participar da licitação, empresa declarada inidônea para licitar junto a qualquer órgão ou entidade da Administração direta ou indireta Federal, Estadual ou Municipal, sob pena de incidir no previsto no parágrafo único do art. 97 da Lei Federal nº 8666/1993 e suas alterações.

2.4 – É vedada a participação nesta licitação, empresas das quais participem, seja a título de sócio-administrador ou sócio-cotista, servidor público do município de Monte Carlo.

3.5. – Não será permitida a participação nesta licitação de empresas em consórcio e sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, ou ainda, qualquer que seja sua forma de constituição.

2.6 – Não poderá participar da licitação empresa com falência decretada ou concordatária.

2.7 – Somente poderão participar da presente licitação as empresas cujo objeto social seja pertinente ao objeto licitado.

3.7.1 – Entende-se por pertinência, o objeto social da proponente que, mesmo não sendo idêntico ao objeto da licitação, seja ao menos apropriado a este, ou seja, o objeto social da licitante não deve ser totalmente estranho e incompatível com o objeto licitado.

2.8 - Por força do art. 9º, da Lei nº 8.666/93, e em honra ao princípio da moralidade, não poderão participar desta licitação, servidor público, efetivo ou não, ainda que licenciado do cargo, que mantenha vínculo de qualquer espécie com o Município de Monte Carlo, excetua-se destas vedações o servidor público municipal no gozo de licença não remunerada para tratar de interesses particulares, nos termos da legislação municipal vigente; bem como, não seja pessoa terceirizada cuja atividade esteja relacionada com os setores de Compras, Jurídico, Contábil, Financeiro, Obras, Educação ou qualquer outro setor cujo objeto licitado seja afeto.

2.9 - Estrangeiras que não funcionem no País.

2.10 Fica vedada a participação de empresas de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum.

2.11 – Não será admitida a participação de cooperativas e ou instituições sem fins lucrativos cujos os estatutos e objetivos sociais não prevejam ou não estejam de acordo com o objeto ora licitado.

### 3 DO CREDENCIAMENTO

A participação neste Processo Licitatório é reservada única e exclusivamente de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP).

Quando a interessada for representada por pessoa que estatutariamente tenha poder para tal, esta deverá apresentar Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial do Estado com data de emissão inferior a 30 (trinta) dias da abertura da sessão ou Contrato Social na forma da lei.

Caso seja representada por procurador, este deverá apresentar procuração (podendo utilizar o ANEXO I como modelo) ou documento equivalente, com firma reconhecida do Outorgante, cópia do respectivo RG - Registro Geral e CPF/MF - Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda, devendo apresentar, também, a mesma documentação constante do item 4.1 deste capítulo, a fim de comprovar os poderes do outorgante.

Não poderá atuar como procurador da proponente, servidor público efetivo ou não, ainda que licenciado do cargo, que mantenha vínculo de qualquer espécie com o Município de Monte Carlo, bem como, pessoa terceirizada cuja atividade esteja relacionada com os setores de Compras, Jurídico, Contábil, Financeiro ou qualquer outro setor cujo objeto licitado seja afeto. Excetua-se desta vedação o servidor público municipal no gozo de licença não remunerada para tratar de interesses particulares, nos termos da legislação municipal vigente.

Apresentar declaração de cumprimento de plenos requisitos da habilitação, modelo Anexo IV.

No caso das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, deverão apresentar Certidão Simplificada conforme definição mencionada no item 4.1 para fins de comprovação da situação, sob pena de desclassificação.

Os documentos de credenciamento de que tratam os itens 4.1, 4.2 e 4.3 deverão vir fora dos envelopes de documentação e/ou da proposta e ficarão retidos nos autos.

Havendo remessa via postal dos envelopes ou defeito no credenciamento pela ausência de algum dos documentos tratados no item "5 – Proposta de Preços", a licitante não poderá participar da fase de lances, permanecendo com sua proposta fixa, bem como não poderá se manifestar acerca da interposição de recurso quando declarado o vencedor.

Os documentos devem apresentar prazo de validade, conforme o caso, e poderão ser entregues em original, por processo de cópia devidamente autenticada, ou cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais para autenticação pelo Pregoeiro, ou membro da Equipe de Apoio ou servidor do Departamento de Compras.

### 4 DA PROPOSTA DE PREÇOS

4.1 - A proposta deverá ser entregue em envelope fechado, contendo a seguinte indicação:

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO/SC

PREGÃO PRESENCIAL Nº 68/2015

(RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE)

ENVELOPE Nº 01 - "PROPOSTA DE PREÇOS"

a) - A proposta necessariamente deverá preencher os seguintes requisitos: ser apresentada no formulário ANEXO II ou segundo seu modelo, com prazo de validade mínima de 60 (sessenta) dias, contendo especificação detalhada dos serviços e/ou produtos segundo as exigências mínimas apresentadas no Anexo VII deste Edital. Não serão permitidas alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas.

b) conter o nome do proponente, endereço, identificação (individual ou social), o nº do CNPJ;

c) suas folhas devem estar assinadas e rubricadas pelo seu representante legal;

d) conter o preço unitário e total de cada item, em moeda corrente nacional, em algarismo, limitado a 02 (duas) casas decimais para os centavos, respeitados os valores máximos trazidos pelo Termo de Referência.

e) as licitantes deverão apresentar proposta de preços contendo preços unitários iguais ou inferiores aos preços máximos admitidos pelo Edital.

f) conter prazo de validade da ata;

g) oferta firme e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

4.2 - Anexar à proposta, os dados bancários: nome do banco, nº da conta corrente, indicando a agência bancária para recebimento dos créditos (conforme modelo no ANEXO III).

4.3 - Anexar à proposta os dados do representante legal da empresa (aquele que assina a proposta): nome completo, cargo ou função, número de identidade e número do CPF/MF e endereço eletrônico; (conforme modelo no ANEXO III).

4.4 – Anexar a proposta, as Declarações solicitadas no presente Edital; que são:

4.4.1 - Declaração de inexistência de vínculo de sócio ou procurador com a administração pública municipal, modelo Anexo IX;

4.4.2 – Declaração de Idoneidade, modelo Anexo VIII;

4.4.3 - Declaração de inexistência de fato impeditivo, modelo Anexo X;

4.4.4 – Declaração de elaboração independente de proposta, conforme Instrução Normativa nº 02 de 16.Setembro.2009, modelo Anexo XI;

5.5.5– Havendo divergência entre a descrição dos produtos constantes no Anexo VII e a proposta eletrônica disponível no sistema, prevalece a constantes neste Edital.

## 6- DA HABILITAÇÃO

5.1 - Toda a documentação de habilitação deverá ser entregue em envelope fechado, contendo a seguinte indicação:

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO/SC PREGÃO PRESENCIAL Nº 68/2015 (RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE) ENVELOPE Nº 02 - "DOCUMENTAÇÃO"

5.2 - Para habilitação na presente licitação será exigida a entrega dos seguintes documentos:

5.2.1 – Quanto à habilitação Jurídica:

a) Contrato social na forma de lei (sê, não apresentado na fase de credenciamento).

5.2.2 – Quanto à regularidade Fiscal e Trabalhista:

a) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

b) Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual;

c) Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante;

d) Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS - CRF);

e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhista;

f) Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, modelo Anexo XII;

5.3 - Os documentos devem apresentar prazo de validade, e poderão ser entregues em original, por processo de cópia devidamente autenticada, ou cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais para autenticação pelo Pregoeiro/Equipe de Apoio. Não serão aceitas cópias de documentos obtidas por meio de aparelho fac-símile (FAX). Não serão aceitas cópias de documentos ilegíveis.

## 7- DAS OBRIGAÇÕES DA VENCEDORA

6.1 - Entregar o objeto do presente processo licitatório nas condições e formas previstas no presente Edital, vindo a responder pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar, em decorrência de descumprimento a quaisquer das cláusulas nele previstas;

6.2 - Realizar a entrega dos produtos, na sede do município, diretamente nos locais a que for indicado.

6.3 – Entregar os objetos licitados, somente com autorização expressa e formal única e exclusivamente do Chefe do Departamento de Compras do município, através de apresentação do documento emitido pelo Departamento de Compras, no dia e hora que o mesmo solicitar;

6.4 - Indicar na Nota Fiscal, o número da Autorização de Fornecimento – Ordem de Compra.

6.5 - Entregar os produtos licitados com qualidade e que cumpram as determinações da legislação vigente;

7.6- Manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme art. 55 inciso XIII, da Lei 8666/93.

## 8 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 – Cumprir com todas as obrigações em conformidade com as Disposições deste Edital, da Ata de Registro de Preços e/ou contrato e de seus Anexos.

7.2 – Aplicar as sanções administrativas, quando se façam necessárias.

especial quanto a aplicação de sanções, alterações e repactuações do mesmo.

8.3. – Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos á execução do objeto, em

7.4 – Acompanhar a execução do contrato, nos termos do inciso III do art. 58 e com art. 67 da Lei nº 8666/93, através dos fiscais do contrato, que exercerão ampla e irrestrita fiscalização e gestão do objeto, a qualquer hora, determinando o que for necessário a regularização

das faltas ou defeitos observados, inclusive às obrigações da contratada constantes deste Edital e contrato.

7.5 – Efetuar juntada aos autos do processo das irregularidades observadas durante a execução da relação contratual.

7.6 – Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidas em Contrato e Edital.

7.7 – Rejeitar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato em desacordo com as respectivas especificações.

7.8 – Comunicar à contratada as ocorrências ou problemas verificados para que efetue medidas corretivas.

7.9 – Verificar, durante toda a execução do contrato, a manutenção pela contratada, de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação em compatibilidade com as obrigações assumidas.

7.10 – Impedir que terceiros estranhos à contratação forneçam objeto licitado, ressalvados os casos de subcontratação admitidos no ato convocatório ou no contrato.

7.11 – Prestar informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pela contratada.

7.12 – Solicitar a reparação ou substituição do objeto que esteja em desacordo com a especificação apresentada e aceita, ou que apresente defeito.

7.13 – Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto, alertando a contratada das falhas que porventura ocorram, exigindo sua imediata correção. Tal fiscalização, em hipótese alguma, atenua ou exime de responsabilidade a contratada.

8.13.1 – Para fiscalização dos contratos oriundos do presente processo licitatório, será definida a pessoa responsável, na Ata de Registro de Preços em sua cláusula 7.13.1;

7.14 – Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas neste Edital e no Contrato.

7.15 – Rejeitar a execução do objeto do contrato, por terceiros, sem autorização, ou.

## 9 - DO RECEBIMENTO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOS

9.1 - No dia, hora e local designados no Edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes ao ato público, o Pregoeiro, juntamente com a Equipe de Apoio, executará a rotina de credenciamento, conforme disposto no Capítulo 4. receberá, em envelopes devidamente lacrados, a proposta e os documentos exigidos para habilitação.

9.2 - Verificadas as credenciais e declarada aberta a sessão, a Pregoeira solicitará e se houver, que seja aquele da informação constante na proposta apresentada.

8.3 - Em nenhuma hipótese serão recebidos envelopes contendo proposta e os documentos de habilitação fora do prazo estabelecido neste Edital.

8.4 - Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as propostas de preços, ocasião em que será procedida à verificação da conformidade das mesmas com os requisitos estabelecidos neste instrumento, com exceção do preço, desclassificando-se as incompatíveis.

8.5 - No curso da sessão, dentre as propostas que atenderem às exigências constantes do Edital, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços de até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer lances verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes.

8.6 - Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecerem lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

8.7 - A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra ao licitante, na ordem decrescente dos preços;

8.8 - Dos lances ofertados não caberá retratação.

8.9 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da fase de lances e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante.

8.10 - O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pelo Pregoeiro, os licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

8.11 - Finalizada a fase de lances e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o Pregoeiro verificará a compatibilidade dos preços ofertados com os praticados no mercado, desclassificando as propostas dos licitantes que apresentarem preço excessivo, assim considerados aqueles acima do preço de mercado.

8.12 - Neste momento, após finalizada os lances, será concedido a LICITANTE Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, que no início se credenciou como tal, o direito de preferência, conforme parágrafo 3º do Artigo 45 da LC Nº 123/2006, desde que esteja com proposta dentro do preço compreendido entre a menor proposta apresentada mais 5%(cinco por cento), apresentar no prazo máximo de 05(cinco) minutos, nova proposta menor que a menor proposta até então apresentada. O disposto neste item somente ser aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

8.13 - O Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente que apresentou o menor preço para que seja obtido preço ainda melhor.

8.14 - Será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que tiver formulado a proposta de menor preço, para confirmação das suas condições.

8.15 – Neste íterim será concedido novamente o direito de preferência, no caso de ter sido vencedora na etapa de lances uma Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, para havendo irregularidades na documentação de Regularidade Fiscal, apresentar as devidas correções e ou substituições no prazo máximo de 05 (cinco) dias, prorrogáveis por mais 05 (cinco), conforme parágrafo 1º do Art. 43 da LC 123/2006, e 147/2014 para regularização da documentação.

8.16 - No caso de inabilitação do proponente que tiver apresentado a melhor oferta, serão analisados os documentos habilitatórios do licitante da proposta de segundo menor preço, e assim sucessivamente, até que um licitante atenda às condições fixadas neste instrumento convocatório.

8.17 - Verificado o atendimento das exigências habilitatórias, será declarada a ordem de classificação dos licitantes.

9.17.1 - Será declarado vencedor o licitante que ocupar o primeiro lugar. Serão registrados os fornecedores na ordem de sua classificação, para fins de convocação remanescente na forma do art. 64, § 2º, da Lei nº 8.666/93.

8.18 - O Pregoeiro somente manterá em seu poder os envelopes com a documentação dos licitantes perdedores quando houver manifestação de recurso previsto no item 14.1 deste Edital;

8.19 - Da sessão pública será lavrada Ata circunstanciada, devendo esta ser assinada pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e por todos os licitantes presentes.

8.20 - Todos os documentos e as propostas deverão ser rubricados pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e pelos representantes das licitantes que estiverem presentes.

## 10 - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

10.1 - A presente licitação será adjudicada à licitante que apresentar proposta de MENOR PREÇO – JULGAMENTO POR ITEM, desde que atendidas às exigências deste Edital.

## 11 – DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

10.1 – Decairão do direito de impugnar os termos desta licitação perante à Administração, os licitantes que não o fizerem dentro do prazo legal, conforme art. 41, § 2º da Lei nº 8.666/93, hipótese que tal comunicação posterior não terá efeito de recurso.

10.2 – A propositura de impugnação ou esclarecimento por via postal, não impede a realização do certame, ficando a cargo da proponente, certificar-se que o pedido deverá ser entregue na sede da Prefeitura Municipal, até o prazo previsto no item 11.1, sob pena de não conhecimento do mesmo.

10.3 – Somente serão aceitos pedidos de esclarecimento ou impugnações, devidamente formalizados por escrito, pelos proponentes interessados, e regularmente protocolados perante o Setor de Compras e Licitações do Município de Monte Carlo – SC.

11.3.1 – Pelo recebimento do pedido de esclarecimento ou impugnação, terá o Presidente da Comissão de Licitações que promover sua resposta.

10.4 - Os pedidos de impugnação ou esclarecimento deverão indicar obrigatoriamente, um endereço eletrônico para onde serão remetidas as respostas e decisões, pelo Setor de Compras e Licitações.

10.5 - Pedidos de esclarecimento ou impugnações formuladas em desacordo com o previsto nos itens 11.1 a 11.4, e seus subitens, deste Edital, serão tidos como inexistentes, e não receberão resposta, sob nenhuma justificativa.

## 12 – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1 – As obrigações decorrentes da entrega dos produtos e serviços constantes no contrato a serem firmadas entre a Administração e o Fornecedor serão formalizadas através do Termo de Contrato, sendo que o prazo de validade será o da assinatura do termo até a data de 30/janeiro/2016.

11.2 - O fornecedor classificado em 1º (primeiro) lugar nos preços registrados, será convocado através de publicação no DOM – Diário Oficial dos Municípios ou através do endereço eletrônico (e-mail) informado no processo, a firmar contrato no prazo máximo de 3 (três) dias, devendo o proponente manter-se nas mesmas condições da habilitação elencadas no item 6 bem como as do item 19 no que couber.



11.3 – O licitante que, convocado para assinar a Ata, deixar de fazê-lo no prazo fixado, dela será excluído.

11.4 – No ato da assinatura da Ata de Registro de Preços, a licitante vencedora deverá apresentar os seguintes documentos:

12.4.1 – Certidão negativa de falência e concordata.

11.5 – Na hipótese do fornecedor primeiro classificado ter seu registro cancelado, não assinar, não aceitar ou não retirar o contrato no prazo e condições estabelecidas, poderão ser convocados os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação.

11.6 – Observados os critérios e condições estabelecidas neste Edital e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

11.7 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

### 13- DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

13.1 - Os preços poderão ser revistos durante a vigência da Ata de Registro de Preços, por motivo devidamente comprovado pelo contratado ou pelo contratante.

### 14 - DOS RECURSOS E PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

13.1 - Declarado(s) o(s) vencedor(es), qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contra-razão em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

13.2 - Não sendo interpostos recursos, o Pregoeiro adjudicará o objeto do certame à(s) empresa(s) declarada(s) vencedora(s), sendo submetido este resultado ao Prefeito Municipal para homologação.

13.3 - O(s) recurso(s), porventura interposto(s), não terá(ão) efeito suspensivo e será(ão) dirigido(s) ao Exmo. Prefeito Municipal, por intermédio do Pregoeiro, a qual poderá reconsiderar sua decisão, em 05 (cinco) dias úteis ou, nesse período, encaminhá-lo(s) ao Prefeito Municipal, devidamente informado(s), para apreciação e decisão, no mesmo prazo.

13.4 - Decididos os recursos eventualmente interpostos, será o resultado da licitação submetido ao Exmo. Prefeito Municipal para o procedimento de homologação com a devida adjudicação do objeto desta licitação à(s) vencedora(s).

13.5 - A recusa injustificada da adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo de 03 (três) dias a contar da convocação, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a adjudicatária às penalidades legalmente estabelecidas.

13.6 – Pela inexecução total ou parcial do objeto ou falha na execução do contrato e verificado ao nexo causal devido a ação ou à omissão da CONTRATADA, relativamente as obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei nº 10520/2002, no Decreto nº 5450/2005 e da Lei nº 8666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

a) advertência,

b) multa,

c) suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO,

d) declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública.

13.7 – As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO e de declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas a CONTRATADA juntamente com a multa e obedecerão ao disposto na legislação, no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

13.8 - A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da CONTRATADA.

13.9 – A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do CONTRATANTE, a critério da fiscalização, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

13.10 – O CONTRATANTE observará a boa-fé da CONTRATADA e as circunstâncias atenuantes ou agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, causado prejuízo a CONTRATANTE ou a terceiros.

13.11 – No caso de inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

a) 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, no caso de não entrega do objeto solicitado, incidente sobre o valor total do contrato até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 05 (cinco) dias;



b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 5,00% (cinco por cento) calculada sobre o valor total do contrato;

c) Transcorridos 06 (seis) dias do prazo de entrega estabelecido na Ordem de Compra e/ou Autorização de Fornecimento, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 25% (vinte e cinco por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

13.12 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do ajuste enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o seu rompimento, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

13.13 – Falha na execução do contrato prevista no item nº 14.6 estará configurada quando a contratada se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas na Tabela a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO
1	Não manter a documentação de habilitação atualizada
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, o fornecimento do objeto
3	Danificar ou destruir patrimônio do município por dolo ou culpa de seus agentes
4	Manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do contrato
5	Fornecer informação pérfida sobre execução do objeto do contrato
6	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais
7	Não emitir documento fiscal de forma condizente à ordem de fornecimento
8	Realizar serviço ou fornecimento de materiais sem autorização formal do encarregado do Dpto de Compras
9	Pelo não cumprimento da entrega dos produtos ou serviços no prazo determinado no Edital
10	Não efetuar reposição de funcionários faltosos
11	Recusar-se a efetuar serviço determinado pelo fiscal do contrato, sem motivo justificado
12	Não substituir empregado que se conduza de modo inconveniente
13	Executar serviço incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente ou deixar de providenciar recomposição complementar

14.15 – O valor da multa poderá ser descontado do pagamento ser efetuado à CONTRATADA.

13.16 – Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

13.17 – Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, este poderá ser encaminhado para inscrição em dívida ativa.

## 15 – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.1.1 - O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

14.1.2 - Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

I - convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

II - frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

III - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

14.1.3 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

I - liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

14.1.4 - Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

## 16 – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

15.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

I. - descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

II. - recusar-se a celebrar o contrato ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III. - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

IV. - tiver presentes razões de interesse público;

Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

VI - for impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

15.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

15.3 - O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

## 17 – DA DOTAÇÃO

O Objeto deste instrumento será executado mediante os recursos oriundos nas Dotações Orçamentária/2016 de cada secretaria que solicitar o serviço.

## 18 – DO PAGAMENTO

17.1 - O pagamento pela execução objeto da presente licitação, será feito em favor da licitante vencedora, mediante crédito em conta corrente de titularidade dos fornecedores devidamente identificados, após as publicações mensais, acompanhados da respectiva Nota Fiscal/Fatura.

18.1.1 – Conforme disposição legal contida no Decreto nº 7.507, art. 2º, § 1º, de 27 de junho de 2011, os fornecedores obrigam-se a informar a esta administração, caso sejam vencedores do certame, número de conta em agência de banco oficial federal (BANCO DO BRASIL OU CAIXA ECONOMICA FEDERAL), para receberem seus créditos sem custo adicionais. Caso apresentem número de contas em bancos não oficiais, do ramo privado, ARCARÃO com os custos provenientes da transferência do pagamento.

17.2 - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais/faturas deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação (item 5.2. letra a deste Edital).

17.3 – A forma de pagamento será mensal, sendo realizado até o dia 10 (dez) do mês subsequente a da emissão da nota fiscal.

17.4 - Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

## 19 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

18.2 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

18.3 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao Órgão Gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

18.4 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

18.5 - As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

18.6 - Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao presente Edital.

18.7 - O resultado desta licitação estará à disposição dos interessados, na sala do Setor de Compras e Licitações, logo após sua homologação.

18.8 - Detalhes não citados, referentes a prestação dos serviços, mas que a boa técnica leve a presumir a sua necessidade, não deverão ser omitidos, não sendo aceitas justificativas para sua não apresentação.

18.9 - O Prefeito Municipal poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

18.10 - A Pregoeira e a Equipe de Apoio prestarão os esclarecimentos necessários, bem como irão dirimir as dúvidas suscitadas, de segunda a sexta-feira, das 12:00 às 17:30 horas, pessoalmente no Departamento de Compras ou ainda pelo e-Mail: [compras@montecarlo.sc.gov.br](mailto:compras@montecarlo.sc.gov.br)

18.11 – São partes integrantes deste edital os seguintes ANEXOS:

- a) ANEXO I – Procuração;
- b) ANEXO II – Proposta de Preços;
- c) ANEXO III – Dados Bancários e Dados do Representante Legal;
- d) ANEXO IV – Declaração de Cumprimento Pleno aos Requisitos de Habilitação;
- e) ANEXO I – Procuração;
- f) ANEXO II – Proposta de Preços;
- g) ANEXO III – Dados Bancários e Dados do Representante Legal;
- h) ANEXO IV – Declaração de Cumprimento Pleno aos Requisitos de Habilitação;
- i) ANEXO V – Relação dos Órgãos Participantes;
- j) ANEXO VI – Relação das quantidades aproximadas
- k) ANEXO VII – Modelo Declaração de Idoneidade
- l) ANEXO VIII – Modelo de declaração de inexistência de vínculo de sócio ou procurador com a administração pública municipal
- m) ANEXO IX - Modelo de Declaração de fato superveniente e impeditivo da habilitação.
- n) ANEXO X – Declaração de elaboração independente de proposta.
- l) ANEXO XI - Declaração Inciso XXXIII art 7º da CF.
- m) ANEXO XII – Do acesso aos mercados.
- n) ANEXO XIII- Modelo de Ata

Monte Carlo – SC, 05 de JANEIRO de 2016  
OSMAR MARQUES DA SILVA  
PREFEITO

ANEXO I  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 68/2015

PROCURAÇÃO

<RAZÃO SOCIAL, CNPJ, ENDEREÇO COMPLETO>  
, por meio de

<NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL, RG, CPF E

QUALIFICAÇÃO NA EMPRESA>  
, constitui como suficiente PROCURADOR o Sr.

<NOME COMPLETO, RG, CPF>  
, outorgando-lhe poderes gerais para

representar a referida empresa no Processo Licitatório nº 68/2015 do Município de Monte Carlo - SC, outorgando ainda poderes específicos para efetuar lances, interpor recursos, assinar contratos e praticar todos os demais atos necessários a este procedimento licitatório.

<Cidade/Estado> , <data>

<nome completo do representante legal  
e qualificação na empresa>

OBS: Com assinatura do Outorgante reconhecida em Cartório.

ANEXO II  
PREGAO PRESENCIAL 68/2015

PROPOSTA DE PREÇOS

1. IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA:

2. CONDIÇÕES DA PROPOSTA:

Prazo de validade da proposta: 60 dias. Prazo de validade da Ata: 30/janeiro/2017.

3. DECLARAÇÃO:

Declaramos, para os devidos fins, que nesta proposta estão inclusos todos os custos e despesas necessários a total execução do objeto ora licitado, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, fretes, seguros, encargos sociais e trabalhistas, embalagens, lucro, honorários profissionais, despesas de hospedagem, alimentação, deslocamento dos profissionais e outros necessários ao cumprimento integral do objeto de Edital do Pregão acima indicado e seus anexos.

Carimbo do CNPJ:

Assinatura do representante

Carimbo da empresa

Continua...

ANEXO II - continuação

PREGÃO PRESENCIAL Nº 68/2015

PROPOSTA DE PREÇOS

4. – OBJETO DA PROPOSTA

ITEM	QTDAD	UN	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$/UND	R\$/TOTAL

Monte Carlo – SC, /22/

(representante legal)

ANEXO III

PREGAO PRESENCIAL 68/2015

1. DADOS BANCÁRIOS:

NOME DO BANCO:	
CIDADE:	
Nº DA AGÊNCIA:	Nº DA CONTA CORRENTE:
TITULAR DA CONTA CORRENTE:	

2. DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

NOME COMPLETO:
CARGO OU FUNÇÃO:
IDENTIDADE Nº :
CPF/MF Nº:
ENDEREÇO ELETRÔNICO (e-Mail)

ANEXO IV

PREGAO PRESENCIAL 68/2015

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO PLENO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA) CNPJ nº

, sediada em (ENDEREÇO

COMERCIAL) , declara, sob as penas da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, que cumpre plenamente os requisitos para sua habilitação no presente processo licitatório.

Obs.: Em se tratando de ME ou EPP, favor orientar-se pelo descrito no item 4.3 parágrafo único.

Monte Carlo (SC), < DATA>

Assinatura do representante legal da empresa

Carimbo da empresa Carimbo do CNPJ:

#### ANEXO V

ELETROELETRONICOS E ELETRODOMESTICOS LOTE 01					
ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UND	QTDADE	R\$ UNI	total
01	POLTRONA EM CORINO COM PÉS DE MADEIRA ASSEBTO FIXO EM ESPUMA D-26 SOBRE PERCINTAS ELÁSTICAS; ENCOSTO FIO EM ESPUMA D-23 SOBRE PERCINTAS ELÁSTICAS ; BRAÇOS ESPUMA D-23 PÉS EM MADEIRA NA COR TABACO (TB) OU EM MADEIRA REVESTIDO DE ALUMINIO ESTRUTURA MADEIRA REFLORESTADA DE EUCALIPTO OU PINUS COMPENSADO OU MDF; ALTURA 0,80 LARGURA 0,76 PROFUNDIDADE 0,75 NAS CORES VERMELHO COM DETALHES EM PRETO E DOURADO AMARELO COM DETALHES EM MARROM LILÁS COM DETALHES EM PRETO LARANJA COM DETALHES EM MARROM. (142563)	UND	20	597,00	11.940,00
02	FORNO ELÉTRICO 44L - TIMER ATÉ 2 HORAS COM AVISO SONORO DOURADOR LUZ INTERNA COM PROTEÇÃO CONTROLE AUTOMÁTICO DE TEMPERATURA TERMOSTATO DE 50°C A 320°C PORTA COM ABERTURA LATERAL FRONTAL EM TERMOPLÁSTICO GRADE CROMADA REMOVÍVEL (2 ALTURAS) BANDEJA ESMALTADA PARA RESÍDUOS CORPO INTERNO AUTOLIMPANTE CORPO EXTERNO EM AÇO INOX ESCOVADO PORTA COM VIDRO DUPLO ESPELHADO E SERIGRAFADO ISOLAMENTO TÉRMICO EM FIBRA CERÂMICA PÉS ANTIDERRAPANTES CONTROLE INDEPENDENTE DAS RESISTÊNCIAS PRODUTO CERTIFICADO PELO INMETRO (PORTARIA 371) ALTURA27,00 CENTIMETROSLARGURA39,00 CENTIMETROS PROFUNDIDADE43,00 CENTIMETROS PESO14,80 QUILOS(142562)	UND	10	643,00	6.430,00
18	MICRO-ONDAS ELETRICO 30 L COR CINZA ESPELHADO LARGURA 53,9 CM ALTURA 30,0 CM PROFUNDIDADE 39,8 CM PESO 16,4 KG VOLTAGEM 220V GARANTIA DE 12 MESES CAPACIDADE 30 LITROS FUNÇÃO GRATINAR PAUSA/CANCELAR LIGAR + 30 SEGUNDOS TRAVA DE SEGURANÇA (142737)		5	554,00	2.770,00
58	LIQUIDIFICADOR 450W EXCLUSIVO SISTEMA ALL-METAL DRIVE: ACOPLAMENTO MOTOR-LÂMINAS 100% METAL PROPORCIONA MAIOR RESISTÊNCIA E DURABILIDADE AO PRODUTO;CONJUNTO DE FACAS DESMONTÁVEL QUE FACILITA A LIMPEZA E GARANTE MELHOR HIGIENE;APARELHO EM POLIPROPILENO COM ACABAMENTO EM AÇO INOX ESCOVADO;ENROLADOR DE FIO NA BASE;12 VELOCIDADES E PULSAR;JARRA DE VIDRO DE 1,25 LITROS À PROVA DE CHOQUE TÉRMICO;TAMPA HERMÉTICA E INQUEBRÁVEL DE SILICONE COM SOBRETAMPA ACRÍLICA DESTACÁVEL. (37697)	UND	10	299,00	2.990,00
04	BATEDEIRA 250 WATTS TIGELA COM CAPACIDADE4,0 L BATEDEIRA COM TIGELA DE 4L E SUPORTE PARA GUARDAR OSBATEDORES.2 EM 1 PARA MAIOR FACILIDADE DE USO, PODE SER USADA COMOBATEDEIRA DE MÃO OU MONTADA NA BASE.TIGELA COM GRANDE CAPACIDADE POSSUI 4L E FEITA COM MATERIALMUITO RESISTENTEPOSSUI TRÊS VELOCIDADES + PULSAR.BATE MASSAS LEVES E MEDIAS E FACILITA O PREPARO DE SUASRECEITAS. (142564)	UND	10	230,00	2.300,00
05	FERRO DE PASSAR ROUPAS A VAPOR 220 VOLTS (38685)	UND	5	93,00	465,00
06	MAQUINA DE COSTURA COM PEDAL,COR BRANCA, COM LUZ DE LED E 18 TIPOS DE PONTO, CASEADOR 4 PASSOS, COM CARRETEL, PRENDEDOR DE RETRÓS, SAPATILHA PAEA USO ESPECIAL, SAPATILHA PARA CADA BOTÃO, SAPATILHA PARA PREGAR ZIPER, SAPATILHA PARA PREGAR BOTÕES PASSADOR DE LINHA, CARTELA DE AGULHA DUPLA, BOBINAS, FELTRO PARA PINO PORTA- RETRÓS, PINO PORTA RETRÓS, PINCEL PARA LIMPEZA , PLACA ISOLADORA DOS DENTES, VELOCIDADE 850 RPM. (36937)	UND	10	930,00	9.300,00
07	FOGÃO A GÁS 6 BOCAS 2 POTÊNCIAS DE QUEIMADORES: 2,0 E 1,7 KW - AGILIDADE NA COZINHA MAIS TEMPO PARA VOCÊ SE RENOVAR. GRADE MESA - FACILIDADE PARA MOVIMENTAR AS PANEAS ENQUANTO COZINHA. ACENDIMENTO AUTOMÁTICO TOTAL - PRATICIDADE E SEGURANÇA NO USO DOS QUEIMADORES E DO FORNO. 1 PRATELEIRA FIXA - PRÁTICA E SEGURA PARA RENOVAR SEU JEITO DE COZINHAR. PUXADOR ROBUSTO - MAIS SEGURANÇA E PRATICIDADE NA HORA DE CONFERIR SUA RECEITA. VÁLVULA DE SEGURANÇA NO FORNO - MAIS SEGURANÇA PARA VOCÊ E SUA FAMÍLIA COM O DISPOSITIVO QUE CORTA O GÁS SE AS CHAMAS DOS QUEIMADORES SE APAGAREM. FORNO AUTOLIMPANTE - SEU FORNO MUITO MAIS FÁCIL DE LIMPAR. PORTA DO FORNO EM VIDRO TOTAL TAMPA EM VIDRO TOTAL - MAIS BONITO E MODERNO. E MAIS FÁCIL DE LIMPAR. VIDRO DUPLO NA PORTA DO FORNO - MAIS SEGURANÇA PARA TODA A SUA FAMÍLIA. CAPAS DOS QUEIMADORES ESMALTADAS - NÃO RETÉM A SUJEIRA E COM ISSO SEU PRODUTO FICA LIMPO POR MAIS TEMPO.(38755)	UND	10	863,00	8.630,00

08	TV LED 42" TELA LED DE 43" E IMAGEM FULL HD COM RESOLUÇÃO 1920X1080 PIXELS, OFERECENDO IMAGENS DE QUALIDADE, CENAS COM MAIOR PROFUNDIDADE E RIQUEZA DE DETALHES. INTELIGENTE, ALÉM DE FUNCIONAR COMO UMA TV CONVENCIONAL, ELA FOI DESENVOLVIDA PARA ACESSAR A INTERNET E APLICATIVOS ON DEMAND (COM WI-FI INTEGRADO), SENDO IDEAL PARA USUÁRIOS QUE DESEJAM CONTROLAR, CONFIGURAR E PERSONALIZAR SUA PROGRAMAÇÃO. ESTE MODELO CONTA COM RECURSOS EXCLUSIVOS QUE TORNAM A EXPERIÊNCIA DO USUÁRIO INTERATIVA E INTERESSANTE:CONTENDO : 1 TV 431 CONTROLE REMOTO 2 PILHAS AAA 4 PARAFUSOS (M4XL14) • 2 BASES 1 CABO DE FORÇA 1 MANUAL DO USUÁRIO 1 ORGANIZADOR DE CABOS1 QUICK START GUIDE (WEBOS) (39695)	UND	10	2.100,00	21.000,00
09	MESA EM L MEDIDA 1,70 CM X 1,70 CM X 68 CM PROFUNDIDADE.TAMPO: MDF 25MM EM LAMINADO DECORATIVO DE ALTA PRESSÃO. BORDAS POST FORMADAS 180°, NO SENTIDO LONGITUDINAL, E FITA ABS NO SENTIDO TRANSVERSAL.PÉS: ESTRUTURA METÁLICA, CONFECCIONADA EM TUBO METÁLICO DE 30X30MM NA BASE SUPERIOR E OBLONGO DE 29X58MM NA BASE INFERIOR, CALHA PASSA FIOS NA VERTICAL DE 30X200MM. PONTEIRAS DE POLIPROPILENO DE ALTA RESISTÊNCIA, COM REGULAGEM DE ALTURA, COR CINZA. PINTURA EPÓXI A PÓ, COM SECAGEM EM ESTUFA A 180°. SAIA: MDF 15MM EM LAMINADO DECORATIVO DE BAIXA PRESSÃO. BORDAS REVESTIDAS POR FITA MELAMÍNICA DA MESMA COR. ACABAMENTOS: SOBRE OS PARAFUSOS APARENTES DEVERÃO SER APLICADOS TAPA FUROS DE PVC, DA MESMA COR. DEVERÁ SER ENTREGUE MONTADA E COM GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES. OBS.: CADA SOLICITANTE ESCOLHERÁ A COR NO MOMENTO DA COMPRA.OPÇÕES DE CORES: CINZA, BEGE, PRETO E/OU AZUL.(39683)	UND	10	576,00	5.760,00
10	FRUTEIRA DE CHÃO 79CM ALTURA 29 CM LATERAL 41 CM PROFUNDIDADE 79CM PESO 4,680 KG MATERIAL EM MADEIRA DESCRÇÃO DO TAMANHO 29X41X79 . (142568)	UND	3	295,00	885,00
11	CAMA BOX 138X188 COM COLCHÃO D MOLAS ENSACADAS INDIVIDUALMENTE COM NÍVEL DE CONFORTO FIRME, COMPOSTO POR MATÉRIA-PRIMA DE PRIMEIRA QUALIDADE, REVESTIDO COM TECIDO COM TRATAMENTO ANTIÁCAROS, ANTIFUNGOS E ANTIALÉGICO. SÃO 700 MOLAS ENSACADAS, DENSIDADE D-23, BORDADO MATELASSE E RESPIROS NAS LATERAIS PARA GARANTIR O CONFORTO NECESSÁRIO PARA UMA BOA NOITE DE SONO DESENVOLVIDO PARA ATENDER ADEQUADAMENTE PESSOAS COM O PESO APROXIMADO DE ATÉ 120 KG . PROFUNDIDADE 188 CM(142569)	UND	3	1.326,00	3.978,00
12	ROUPEIRO 2 PORTAS DE CORRER VOLUME 1: 1 TRILHO INFERIOR 1 TRILHO GUIA SUPERIOR 4 ANTIEMPENAMENTO 6 PERFIL 1 BASE 1 RODAPÉ FRONTAL 1 LATERAL DIREITA 1 APLIQUE 1 LATERAL ESQUERDA 4 FUNDOS 1 RODAPÉ CENTRAL 1 CHAPÉU 1 RODAPÉ TRASEIRO 4 FUNDO DE GAVETA VOLUME 2 4 CORREDIÇAS METAL 2 MANUAL DE MONTAGEM 1 KIT FERRAGEM 8 LATERIAS DE GAVETA 4 TRASEIRO GAVETA 2 CABIDEIROS 1040MM 1 CABIDEIRO 512 MM – 2 PUXADORES 1 DIVISÃO DIREITA 2 TAMPO GAVETA 1 PRATELEIRA 2 PRATELEIRAS 2 LATERAL GAVETA 4 FRENTE DE GAVETA 3 TRASEIRO GAVETA 6 LATERAL GAVETA 1 GAVETA TRASEIRA 2 COLUNAS 1 DIVISÃO ESQUERDA VOLUME 3: 8 PORTAS ALTURA 201 CM LARGURA 212 CM PROFUNDIDADE 50 CM PESO 52,4KG DIMENSÕES 68X610X-2105CM; (142626)	UND	3	874,00	2.622,00
19	TABLET 5 POLEGADAS OU MAIS ANDROID 4.4 OU SUPERIOR CAMERA TRASEIRA GPS CONECTIVIDADE 3G E WI-FI ARMAZENAMENTO DE NO MINIMO 16 GB	UND	6	1.116,00	6.696,00
13	Ventilador de coluna- 3 velocidade, voltagem 220v, potencia minima 45w	UND	6	215,00	1.290,00
14	Notebook, intel core, 14 polegadas, memoria RAM minimo de 4GB, HD 1TB, Áudio de alta definição, com dois alto-falantes estéreo, Placa de vídeo integrada, Wireless padrão - 802.11b/g/nEntrada padrão RJ-45 tipo Gigabit 10/100/1000, Leitor e gravador de DVD e CD, HDMI,USB, Leitor de cartão SD, Windows 8.1 - 64 bits; Microsoft Office 2013 Trial; McAfee® Internet Security; Adobe® Reader®; Entre outros disponíveis via Windows App Store, Bivolt, Notebook; Cabo de energia; Kit de manuais e termo de garantia; Fonte carregadora de bateria bivolt no padrão AC, com 12 meses de garantia.	UND	5	3.100,00	15.500,00
20	CAMA BERÇO COM COLCHÃO PARA BEBE ATE 3 ANOS	UND	60	680,00	40.800,00
15	COLCHÃO SOLTEIRO 1 QUALIDADE	UND	40	390,00	15.600,00
21	CADEIRINHA PARA ALIMENTAÇÃO DE BEBE	UND	40	350,00	7.000,00
16	CADEIRINHAS INFANTIS COLORIDAS PARA 4 E 6 ANOS	UND	50	98,00	4.900,00
22	BERÇO VIME 4 RODINHAS- TIPO MOISES	UND	20	680,00	13.600,00
	TOTAL PREVISTO LOTE				194.446,00
	LOTE 02				
17	GANGORRA DINOSSAURO- de polietileno DIMENSÕES Altura: 42 cm ;largura: 56 comprimento: 154 cm Idade sugerida: 1 a 3 anos.	UND	05	503,00	2.515,00
23	BALANÇO INFANTIL-Balanço ideal para crianças de 9 meses a 4 anos, produto de qualidade, bem seguro e sem cantos que possam machucar as crianças. Material resistente, durável e antitóxico, ideal para ambientes externos e internos • Tamanho: alt.25cm x larg.25cm x comp.37cm • Material: Plástico +Balanço + Cordas + Ganchos	UND	10	182,00	1.820,00



45	MIUDINHAS DREAMS - bonecas diversas, 190x140x100mm	UND	05	168,00	840,00
46	MINI FORMULA I- Faixa etária recomendada: À partir de 1 ano Dimensões do produto: 18x13x12 cm Dimensões do produto com embalagem: 20x15x14 cm Peso aproximado do produto: 200g Composição / Material: Plástico	UND	12	12,50	150,00
47	MINI CAÇAMBA- MATERIAL: PLÁSTICO RÍGIDO COLORIDO POSSUI 4 CM DE COMPRIMENTO	UND	12	12,50	150,00
48	MINI JIPE- material plastico, 5 cm de comprimento	und	12	12,50	150,00
49	SACOLAO ENCAIXES MAGICOS- é confeccionado em plastico polipropileno atoxico, de alto brilho, com cores vivas, contendo 700 peças com diversos encaixes, nos formatos: estrela com seis pontas arredondadas, pino com tres pontas arredondadas, pino com duas pontas, pino triplo com sete pontas, e anel com seis encaixes. Acondicionado em sacola de pvc cristal transparente, com bordas em vivo brilhante e alça de nylon.	UND	3	268,00	804,00
50	SACOLAO MULTI IDEIAS- confeccionado em plastico polipropileno atoxico, de alto brilho, com cores vivas, contendo 1000 peças com diversos encaixes, nos formatos, rodas livres com rolamento, semicirculo, chave de boca dupla e barras paralelas em tres tamanhos diferentes. Acondicionado em sacola pvc cristal.	UND	4	238,00	952,00
51	MINI CARREGADEIRA- a carregadeira é movido a pilha 4xaa1.5v nao incluídas, movido a controle remoto, dimensoes 45x17x20cm, funções do carrinho: para frente, para tras e para os lados.	UND	12	148,00	1.776,00
52	MINI CAR COM 48 PEÇAS- material plastico 10cm x 10cm x 10cm	UND	1	148,00	148,00
53	TRICICLO CHARME ROSA- Capacidade de Peso 21kg, Idade Recomendada A partir de 3 anos, Material Estrutura Tubular / Termoplástico	UND	10	87,00	870,00
54	TRICICLO XODO AZUL - material em plastico injetado, medidas 60,5 cm.	UND	10	87,00	870,00
24	TRICICLO XODO VERMELHO - material em plastico injetado, medidas 60,5 cm	UND	10	87,00	870,00
25	CASINHA TROPICAL PLUS ACOMPANHA CADEIRINHA MEDIDAS 158X126X158CM PLASTICO RESISTENTE COM ADITIVO UV	UND	02	3.100,00	6.200,00
26	TRENZINHO DA ALEGRIA COM 03 VAGÕES MEDIDAS 212X86X122CM, PLASTICO RESISTENTE COM ADITIVO UV	UND	02	2.325,00	4.650,00
27	PLAYGROUND MODULAR MEDIDAS 4,10X3,14X2,22CM PLASTICO RESISTENTE COM ADITIVO UV	UND	02	6.219,00	12.438,00
30	PLAYGROUND JUNIOR MEDIDAS 132X76X78,5 PLASTICO RESISTENTE COM ADITIVO UV	UND	02	1.097,00	2.194,00
28	GIRA GIRA PRODUTO ATOXICO, PROCESSO DE ROTOMOLDAGEM COM EIXO INTERNO METALICO, POSSUI ADITIVOS UV, MEDIDAS ALTURA 0,55CMX1M, PLASTICO RESISTENTE COM ADITIVO UV	UND	02	730,00	1.460,00
29	ESCORREGADOR COM BALANÇO, MEDIDAS 173X184X120CM, PLASTICO RESISTENTE COM ADITIVO UV	UND	02	1.840,00	3.680,00
55	KIT GIBITEKA II COM 140 VOLS	UND	02	614,00	1.228,00
56	KIT VOLEI MODELO I COM REDE DE 0,57X4,5 PRODUTO ATOXICO, PEÇAS RETO MOLDADAS E INJETADAS COM REGULAGEM DE ALTURA POSSUI ADITIVOS ANTI-UV DIMENSOES; ALT1,05X2,02X0,55.	UND	01	948,00	948,00
57	KIT BASQUETE MODELO I PRODUTO ATOXICO COMPOS DE PEÇAS RETO MOLDADAS PELO PROCESSO DE INJEÇÃO, ACOMPANHA REDE EM NYLON PARA CESTA E DUAS BOLAS. POSSUI ADITIVOS ANTI-UV DIMENSOES; 2,30X0,55.	UND	01	864,00	864,00
	TOTAL PREVISTO LOTE				45.577,00

	LOTE 03				
31	PAR DE REDE PARA TRAVE DE CAMPO FIO DE SEDA	UND	3	457,00	1.371,00
32	REDE DE PROTEÇÃO P/ QUADRA FIO DE SEDA, BITOLA Nº4 MALHA 10 INSTALADA NO LOCAL SOLICITADO	M	1.000	16,85	16.850,00
33	APITO PARA PROFESSORES FOX 40	UND	20	25,97	519,40
34	CONE PLASTICO COM 50 CM	UND	20	18,63	372,60
35	CONE PRATO PARA TREINAMENTO	UND	20	7,60	152,00
36	CARTAO PARA ARBITRAGEM	UND	10	9,90	99,00
37	PRANCHETA MAGNETICA PARA FUTSAL E FUTEBOL DE CAMPO	UND	04	146,00	584,00
38	REDES PARA CARREGAR BOLAS	UND	10	25,60	256,00
39	CRONOMETRO 1º QUALIDADE	UND	05	139,30	696,50
40	PLACAR DE MESA PARA JOGOS COM MARCADOR DE FALTAS	UND	03	148,30	444,90
41	BARALHO PARA JOGO DE TRUCO	UND	50	12,60	630,00
42	BARALHO PARA JOGO CANASTRA	UND	50	14,90	745,00
43	JOGO DE DOMINO EM MADEIRA COLORIDO C/ ESTOJO	UND	50	26,40	1.320,00
	TOTAL PREVISTO LOTE				24.040,40
	LOTE 04				
01	MOVEIS SOB MEDIDA PARA SALA DE VACINA CONFORME PROJETO: MATERIAL: MDF 15MM NA COR BRANCO, FUNDO 6MM NA COR BRANCO 2 FACES, PARA PORTAS DOBRADIÇA DE PRESSÃO, PARA GAVETAS TRILHOS TELESCOPICO, PUXADORES EM ALUMINIO, PARTE TAMPO EM MARMORE COM CUBA JA INCLUSO, RESTANTE DOS TAMPOS EM FORMICA BRILHO NA COR BRANCA.	conj	01	7.899,00	7.899,00
	TOTAL PREVISTO LOTE				7.899,00
	TOTAL PREVISTO LICITAÇÃO				271.962,40

## ANEXO VI

PREGÃO PRESENCIAL Nº 68/2015

## DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

A (nome da empresa), localizada no endereço (endereço completo-rua, bairro, cidade, estado), devidamente inscrita no cnpj sob o nº (especificar), com vistas ao credenciamento junto a Administração do Município de Monte Carlo no Processo Licitatório nº 129/2015 DECLARA sob as penas da lei que não está cumprindo penalidade de inidoneidade, suspensão ou impedimento de contratar com a Administração Pública.

xxxxxxxxxxxxxxxx-xx, xx de xxxxxxxxxxxx de xxxx

(nome/representante legal)

## ANEXO VII

PREGÃO PRESENCIAL Nº 68/2015

## DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO, SÓCIO OU PROCURADOR VINCULADO COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA) CNPJ nº

, sediada em (ENDEREÇO

COMERCIAL), declara, nos termos do art. 9º, da Lei nº 8.666/93, que não possui como sócio ou procurador, ou sendo pessoa física não é, servidor público efetivo ou não, ainda que licenciado do cargo, nem mantém vínculo de qualquer espécie com o Município de Monte Carlo, bem como, não é pessoa terceirizada cuja atividade esteja relacionada com os setores de Compras, Jurídico, Contábil, Financeiro ou qualquer outro setor cujo objeto licitado seja afeto.

Monte Carlo (SC), < DATA>

Assinatura do representante legal da empresa

Carimbo da empresa Carimbo do CNPJ:

## ANEXO VIII

PREGÃO PRESENCIAL Nº 68/2015

## DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE E IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO.

A (nome da empresa), localizada no endereço (endereço completo-rua, bairro, cidade, estado), devidamente inscrita no cnpj sob o nº (especificar), para efeito de participação junto a Administração do Município de Monte Carlo no Processo Licitatório nº 129/2015 DECLARA sob as penas da lei que não possui fato impeditivo que altere os dados para efetivação da sua habilitação e ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

xxxxxxxxxxxxxxxx-xx, xx de xxxxxxxxxxxx de xxxx

(nome/representante legal)

## ANEXO IX

PREGÃO PRESENCIAL Nº 68/2015

## MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

(Identificação completa do representante da licitante), como representante devidamente constituído de (Identificação completa da licitante) doravante denominado LICITANTE para fins do disposto no Edital do Processo Licitatório nº 129/2015, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- (a) a proposta apresentada para participar do presente processo licitatório foi elaborada de maneira independente pelo Licitante, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- (b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- (c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato quanto a participar ou não da referida licitação;
- (d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da licitação não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação) antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- (e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da licitação não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante de Administração Municipal antes da abertura oficial das propostas; e
- (f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

, em de de

(representante legal do licitante).

## ANEXO X

PREGÃO PRESENCIAL Nº 68/2015

## MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO NO DISPOSTO NO INCISO XXIII DO ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

(nome), portador do CPF N.º , na condição de preposto da empresa , inscrita no CNPJ sob o Nº , DECLARO, sob as penas da lei\*, que a pessoa jurídica acima nominada encontra-se em situação regular quanto ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

Por ser esta uma declaração da verdade, firmo o presente para os efeitos pretendidos, especialmente para comprovação de regularidade quanto ao cumprimento da norma constitucional de proteção ao trabalho do menor e do adolescente junto ao Sistema Federal de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego.

, em / / .

\*Código Penal, art. 299.

Representante da Licitante

## ANEXO XI

PREGAO PRESENCIAL 68/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº /1/

Aos /2/, presentes de um lado, O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, no uso de suas atribuições juntamente com os Órgãos Participantes, doravante designados simplesmente MUNICÍPIO, RESOLVEM Registrar o Preço da empresa: /3/ pessoa jurídica de direito privado, situada na cidade de /4/, inscrita no C.N.P.J. sob o nº /5/, neste ato representada por: /6/, cpf nº /7/, doravante denominado FORNECEDOR para entrega dos serviços e produtos descritos a seguir. As condições são as definidas neste Edital

que será regido pela Lei nº 10.520, de 17/julho/2002, Decreto Federal nº 7892 de 23/Janeiro/2013, Decreto Municipal nº 0149 de 24/Novembro/2006, Lei Complementar Federal nº 123 de 14/12/2006, Lei Complementar Federal nº 147 de 07/agosto/2014, Decreto Municipal nº 113/2014 e 114/2014 de 22/Dezembro/2014, bem como aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666 de 21/junho/1993 e alterações posteriores, nos casos omissos e demais normas legais federais, estaduais e municipais vigentes.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - REGISTRO DE PREÇOS para fornecimento de: REGISTRO DE PREÇO para futura aquisição DE ELETROELETRÔNICO ELETRODOMESTICOS, MATERIAL ESPORTIVO, EDUCATIVO E OUTROS nos casos especificados conforme especificações e delimitações constantes em Edital.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO

1.1 – As quantidades de unidades individuais dos objetos, que serão contratados parcial ou total durante o período de vigência da Ata, são os constantes do ANEXO VII.

1.2 - A licitante vencedora entregará os produtos solicitados, mediante a solicitação formal do Chefe do Departamento de Compras deste município no prazo máximo de 10 (dez) dias.

1.3 – O FORNECEDOR obriga-se a emitir NF-e (Nota Fiscal Eletrônica), conforme dispõe § 6º, I, do art. 23, anexo XI, do Regulamento do ICMS catarinense, para as transações efetuadas, nos prazos fixados pela legislação vigente, quando assim se enquadrarem por força legal.

#### 2 CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1 – Pela entrega do objeto o FORNECEDOR receberá a importância pelos itens abaixo descritos:

ITEM	QTD	UN	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$/UND	R\$/TOTAL

#### CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

4.1 – Os preços poderão ser revistos durante a vigência da Ata de Registro de Preços, por motivo devidamente comprovado pelo contratado ou pelo contratante.

5.1 - A forma de pagamento será mensal, sendo realizada até o dia 10 (dez) do mês subsequente a realização da emissão das notas fiscais.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

Será de responsabilidade da licitante vencedora:

5.1 - Entregar os objetos solicitados nas condições e formas previstas no Edital, vindo a responder pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar, em decorrência de descumprimento a quaisquer das cláusulas nele previstas;

5.2 – Fornecer os objetos solicitados, somente com autorização expressa e formal única e exclusivamente do Chefe do Departamento de Compras do município, através de apresentação do documento emitido pelo Departamento de Compras, no dia e hora que o mesmo solicitar;

5.3 - Indicar na Nota Fiscal, o número da Autorização de Fornecimento – Ordem de Compra.

5.4 - Entregar os produtos licitados com qualidade e que cumpram as determinações da legislação vigente;

5.5 - Manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme art. 55 inciso XIII, da Lei 8666/93.

#### 6 CLAUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1 – Cumprir com todas as obrigações em conformidade com as Disposições do Edital, da Ata de Registro de Preços e de seus Anexos.

6.2 – Aplicar as sanções administrativas, quando se façam necessárias.

7.3. – Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do objeto, em especial quanto a aplicação de sanções, alterações e repactuações do mesmo.

6.4 – Acompanhar a execução do contrato, nos termos do inciso III do art. 58 e com art. 67 da Lei nº 8666/93, através dos fiscais do contrato, que exercerão ampla e irrestrita fiscalização e gestão do objeto, a qualquer hora, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados, inclusive às obrigações da contratada constantes deste Edital e contrato.

6.5 – Efetuar juntada aos autos do processo das irregularidades observadas durante a execução da relação contratual.

6.6 – Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidas em Contrato e Edital.

6.7 – Rejeitar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato em desacordo com as respectivas especificações.

6.8 – Comunicar à contratada as ocorrências ou problemas verificados para que efetue medidas corretivas.

6.9 – Verificar, durante toda a execução do contrato, a manutenção pela contratada, de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação em compatibilidade com as obrigações assumidas.

6.10 – Impedir que terceiros estranhos à contratação forneçam objeto licitado, ressalvados os casos de subcontratação admitidos no ato convocatório ou no contrato.

6.11 – Prestar informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pela contratada.

6.12 – Solicitar a reparação ou substituição do objeto que esteja em desacordo com a especificação apresentada e aceita, ou que apresente defeito.

6.13 – Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto, alertando a contratada das falhas que porventura ocorram, exigindo sua imediata

correção. Tal fiscalização, em hipótese alguma, atenua ou exime de responsabilidade a contratada.  
7.13.1 – Fica definida a pessoa do Sr (a); /11/, portador do cpf nº /12/ como fiscal do presente contrato.

#### CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1 – Pela inexecução total ou parcial do objeto ou falha na execução do contrato e verificado ao nexo causal devido a ação ou à omissão da CONTRATADA, relativamente as obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei nº 10520/2002, no Decreto nº 5450/2005 e da Lei nº 8666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

- a) advertência,
- b) multa,

- c) suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO,
- d) declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública.

7.2 – As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO e de declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas a CONTRATADA juntamente com a multa e obedecerão ao disposto na legislação, no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

7.3 – A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da CONTRATADA.

7.4 – A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do CONTRATANTE, a critério da fiscalização, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

7.5 – O CONTRATANTE observará a boa-fé da CONTRATADA e as circunstâncias atenuantes ou agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado pela fiscalização e não tenha causado prejuízo a CONTRATANTE ou a terceiros.

7.6 – No caso de inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

- a) 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, no caso de não entrega do objeto solicitado, incidente sobre o valor total do contrato até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 05 (cinco) dias;
- b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 5,00% (cinco por cento) calculada sobre o valor total do contrato;
- c) Transcorridos 06 (seis) dias do prazo de entrega estabelecido na Ordem de Compra e/ou Autorização de Fornecimento, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 25% (vinte e cinco por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

7.7 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do ajuste enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o seu rompimento, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

7.8 – Falha na execução do contrato prevista no item nº 8.1 estará configurada quando a contratada se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas na tabela a seguir,

ITEM	DESCRIÇÃO
1	Não manter a documentação de habilitação atualizada
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, o fornecimento do objeto.
3	Danificar ou destruir patrimônio do município por dolo ou culpa de seus agentes
4	Manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do contrato
5	Fornecer informação pérfida sobre execução do objeto do contrato
6	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.
7	Não emitir documento fiscal de forma condizente à ordem de fornecimento
8	Realizar serviço ou fornecimento de materiais sem autorização formal do encarregado do Dpto de Compras
9	Pelo não cumprimento da entrega dos produtos ou serviços no prazo determinado no Edital
10	Não efetuar reposição de funcionários faltosos
11	Recusar-se a efetuar serviço determinado pelo fiscal do contrato, sem motivo justificado.
12	Não substituir empregado que se conduza de modo inconveniente
13	Executar serviço incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente ou deixar de providenciar recomposição complementar.

7.10 – O valor da multa poderá ser descontado do pagamento ser efetuado à CONTRATADA.

7.11 – Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

7.12 – Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, este poderá ser encaminhado para inscrição em dívida ativa.

#### 8 CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

9.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

10.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93 e demais regras conforme o Edital de origem da presente Ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR**

10.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) Tiver presentes razões de interesse público;

e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

§ 1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§ 2º. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1 - As despesas decorrentes da entrega do objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2016.

11.2 – O órgão gerenciador e o órgão participante, quando da contratação especificará a classificação orçamentária.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO**

13.1 - O presente Contrato está vinculado ao Processo Licitatório nº 129/2015, Pregão Presencial nº 68/2015.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VIGÊNCIA**

14.1 - O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será da data de assinatura até a data de 30/outubro/2016.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

14.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos/serviços que dele poderão advir.

14.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

14.3 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

14.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

14.5 – A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO**

15.1 - É competente o foro da Comarca de Fraiburgo para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.  
duas vias de igual teor e forma.

Monte Carlo - SC, /16/.

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO /3/ MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA /6/

Testemunhas:

Fiscal do Contrato: /11/ - /12/



# Morro da Fumaça

## PREFEITURA

### PROCESSO SELETIVO Nº 008/2015

Edital de Convocação Referente ao Processo Seletivo nº 008/2015

O senhor AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece a Lei Orgânica do Município:

Convoca os aprovados no processo seletivo, referente ao edital 008/2015, conforme lista abaixo, para no prazo de 30 dias a contar da data desta publicação a comparecerem a sede desta Prefeitura, situada a Rua 20 de Maio, nº 100 – Centro, no horário das 08:00h às 13:00h para início dos procedimentos relativos à contratação.

#### TÉCNICO DE ENFERMAGEM

COLOCAÇÃO	NOME CANDIDATO
1º	Sandra de Andrade
2º	Larici Sartor Comiciolli
3º	Elini Fratoni
4º	Giseli Sorato
5º	Márcio Gonçalves
6º	Claumecir Mendes
7º	Durcileia Montanha Perin

Morro da Fumaça, de 05 de Janeiro de 2015.

AGNALDO DAVID MACCARI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

FERNANDO DILTON TEIXEIRA

Secretário do Sistema Econômico

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

# Navegantes

## PREFEITURA

### ATA CONCORRENCIA 160/2015 PMN

CONCORRÊNCIA 160/2015 PMN

ABERTO O CERTAME CONFORME AGENDADO ANTERIORMENTE AS 9 HORAS, COM A PARTICIPAÇÃO DOS LICITANTES BALTT, CR ARTEFATOS, PACOPEDRA, MÚLTIPLOS, NA OCASIÃO SÓ ESTAVAM PRESENTES OS REPRESENTANTES DAS EMPRESAS CR, BALTT, PACOPEDRA, CONSTA AINDA QUE O REPRESENTANTE DA RBI CHEGOU ATRASADO 5 MINUTOS E NÃO CONSEGUIU PROTOCOLAR SEUS ENVELOPES. EM SEGUIDA APÓS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE, DEU-SE INÍCIO A ABERTURA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO; APÓS A VERIFICAÇÃO POR PARTE DOS LICITANTES PASSOU-SE OS DOCUMENTOS PARA OS LICITANTES PRESENTES (NA OCASIÃO RESTARAM PRESENTES O REPRESENTANTE DA BALTT E PACOPEDRA), NÃO HOUE APONTAMENTOS, EM SEGUIDA, APÓS O RECEBIMENTO DA RENÚNCIA DE RECURSOS POR PARTE DOS AUSENTES (MULTIPLUS E CR ARTEFATOS) FORAM ABERTOS OS ENVELOPES DE PROPOSTAS, CONFORME SEGUE:

Multiplus R\$ 395.151,69, pacopedra R\$ 401.677,32, baltt R\$ 387.160,66, cr artefatos R\$ 381.045,48;

Foi constatado que o licitante baltt segundo colocado errou na quantidade do item 33, alterando seu valor global de R\$387.160,66 para R\$ 388.572,03 SENDO DESCLASSIFICADO.

Foi finalizada a licitação conforme segue: 1º CR ARTEFATOS R\$ 381.045,48; 2º MULTIPLUS R\$ 395.151,69; 3º PACOPEDRA R\$ 401.677,32. Momento em que encerra a presente.

### AVISO CANCELAMENTO LICITAÇÃO PREGÃO 75/2015 FMS

PREGÃO 75/2015 FMS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÃO DE PRODUTOS (ALIMENTAÇÃO ESPECIAL) PARA SEREM UTILIZADOS PELOS PACIENTES ATENDIDOS PELA NUTRICIONISTA NO CENTRO ESPECIALIZADO DE SAÚDE - CES, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC

O Município de Navegantes informa aos interessados que o Pregão 75/2015 FMS foi CANCELADO, após tentativas de retificação e devido os orçamentos estarem defasados/ou pendentes o que já foi comunicado à secretaria competente.

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 151/2015 PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 151/2015 PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE KITS DE MATERIAL ESCOLAR, DEVIDAMENTE PERSONALIZADOS, PARA DISTRIBUIÇÃO AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO (EDUCAÇÃO INFANTIL/ENSINO FUNDAMENTAL) PARA O ANO LETIVO DE 2016, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 18/01/2016 até às 08:50 hs. Abertura envelopes: 18/01/2016 às 09:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br) link fornecedor. Navegantes, 5 de janeiro de 2016. ROBERTO CARLOS DE SOUZA- Prefeito.

### EXONERAÇÕES 3044,3352

PORTARIA 3044 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2015

EXONERA A PEDIDO O (A) SERVIDOR (A)

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I EXONERAR a pedido, o (a) servidor (a) senhor (a) ALEXANDRE DAMIÃO COSTA, do cargo de VIGIA, pertencente ao quadro dos servidores público municipais efetivos, com 40 horas semanais, a partir de 17/12/2015.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 17/12/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 17 DE DEZEMBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 17 de dezembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 3352 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015

EXONERA A PEDIDO O (A) SERVIDOR (A)

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE: I EXONERAR a pedido, o (a) servidor (a) senhor (a) VAGNER LUIZ DA SILVA, do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS DÓ ABRIGO, pertencente ao quadro dos servidores público municipais efetivos, com 40 horas semanais, a partir de 15/12/2015.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos retroativos a partir de 15/12/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE DEZEMBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de dezembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### EXONERAÇÕES COMISSIONADOS 3040,3043,3350,3364,3366,3365,004,011

PORTARIA Nº 3040 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015.

EXONERA, O (a) SERVIDOR (A) DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 062 de 01/04/2009,

RESOLVE:

Art. 1º Fica, por este ato, EXONERADO (a), da função de confiança

de SUPERVISOR DE ATIVIDADES , (a) senhor (a) MAIARA CAMPESTRINI.

Art. 2 ° Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 16 de dezembro de 2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE DEZEMBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de dezembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N ° 3043 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2015.

EXONERA, A PEDIDO O (a) SERVIDOR (A) DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 062 de 01/04/2009,

RESOLVE:

Art. 1 ° Fica, por este ato, EXONERADO (a) , a pedido da função de confiança de GESTOR PÚBLICO MUNICIPAL I , (a) senhor (a) LARISSA BATISTA ADRIANO.

Art. 2 ° Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos retroativos a partir de 15 de dezembro de 2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 17 DE DEZEMBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 17 de dezembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N ° 3350 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015.

EXONERA, O (a) SERVIDOR (A) DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 062 de 01/04/2009,

RESOLVE:

Art. 1 ° Fica, por este ato, EXONERADO (a) , da função de confiança de CHEFE DO DEPARTAMENTO DE CONTROLE E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, (a) senhor (a) GILÇA ONÉLIA DE JESUS.

Art. 2 ° Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 18 de dezembro de 2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE DEZEMBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de dezembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N ° 3364 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2015.

EXONERA, O (a) SERVIDOR (A) DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 062 de 01/04/2009,

RESOLVE:

Art. 1 ° Fica, por este ato, EXONERADO (a) , da função de confiança de SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE, (a) senhor (a) JEFERSON BELOTTO.

Art. 2 ° Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 23 de dezembro de 2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 22 DE DEZEMBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 22 de dezembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N ° 3366 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2015.

EXONERA, O (a) SERVIDOR (A) DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 062 de 01/04/2009,

RESOLVE:

Art. 1 ° Fica, por este ato, EXONERADO (a) , da função de confiança de DIRETOR DE POLÍTICAS DA JUVENTUDE, (a) senhor (a) JEFFERSON MACHADO MACARINI.

Art. 2 ° Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 23 de dezembro de 2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 22 DE DEZEMBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 22 de dezembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N ° 3365 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2015.

EXONERA, O (a) SERVIDOR (A) DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 062 de 01/04/2009,

RESOLVE:

Art. 1 ° Fica, por este ato, EXONERADO (a) , da função de confiança de SECRETÁRIO MUNICIPAL DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DA JUVENTUDE, (a) senhor (a) JULIANO NILDO DE MARIA.

Art. 2 ° Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 23 de dezembro de 2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 22 DE DEZEMBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 22 de dezembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N ° 004 DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

EXONERA, A PEDIDO O (a) SERVIDOR (A) DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 062 de 01/04/2009,

RESOLVE:

Art. 1 ° Fica, por este ato, EXONERADO (a) , A PEDIDO, da função de confiança de GESTOR PÚBLICO MUNICIPAL I, (a) senhor (a) MÔNICA ANGIOLETTI NEGRÃO.

Art. 2 ° Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação

tendo seus efeitos a partir de 04 de janeiro de 2016.  
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.  
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE JANEIRO DE 2016.  
Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 04 de janeiro de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 011 DE 04 DE JANEIRO DE 2016.  
EXONERA, A PEDIDO O (a) SERVIDOR (A) DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 075 de 08/03/2010,  
RESOLVE:

Art. 1 º Fica, por este ato, EXONERADO (a) , A PEDIDO, da função de confiança de DIRETORA ESCOLAR CEI EJA V, (a) senhor (a) LOURDES DE FÁTIMA WALTRICK DIAS CALDEIRA.

Art. 2 º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 04 de janeiro de 2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE JANEIRO DE 2016.  
Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO  
Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 04 de janeiro de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### **EXONERAÇÕES EDUCAÇÃO 3042,3050,3049, 3048, 007, 008,009**

PORTARIA 3042 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015.  
EXONERA A PEDIDO O (A) SERVIDOR (A)  
O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I – EXONERAR a pedido, o (a) servidor (a) ALINE LUISA SOUZA GONZALES, do cargo de MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, pertencente ao quadro dos servidores públicos municipais efetivos, com 30 horas semanais, a partir de 16 de dezembro de 2015.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 16 de dezembro de 2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.  
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE DEZEMBRO DE 2015.  
Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 16 de dezembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 3050 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2015.  
EXONERA A O (A) SERVIDOR (A) ADMITIDO (A) EM CARPATER TEMPORÁRIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I – EXONERAR, o (a) servidor (a) ISACK WELINGTON SILVA DOS SANTOS, do cargo de INSTRUTOR DE INFORMÁTICA ACT, pertencente ao quadro dos servidores públicos municipais temporários, com 40 horas semanais, a partir de 1º de dezembro de 2015.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 1º de dezembro de 2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.  
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 17 DE DEZEMBRO DE 2015.  
Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 17 de dezembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 3049 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2015.  
EXONERA A O (A) SERVIDOR (A) ADMITIDO (A) EM CARPATER TEMPORÁRIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,  
RESOLVE:

I – EXONERAR, o (a) servidor (a) RODRIGO BOHR, do cargo de INSTRUTOR DE INFORMÁTICA ACT, pertencente ao quadro dos servidores públicos municipais temporários, com 40 horas semanais, a partir de 1º de dezembro de 2015.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 1º de dezembro de 2015.  
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 17 DE DEZEMBRO DE 2015.  
Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 17 de dezembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 3048 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2015.  
EXONERA A O (A) SERVIDOR (A) ADMITIDO (A) EM CARPATER TEMPORÁRIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,  
RESOLVE:

I – EXONERAR, o (a) servidor (a) ROBERTO MACHADO, do cargo de INSTRUTOR DE INFORMÁTICA ACT, pertencente ao quadro dos servidores públicos municipais temporários, com 40 horas semanais, a partir de 1º de dezembro de 2015.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 1º de dezembro de 2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.  
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 17 DE DEZEMBRO DE 2015.  
Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO



Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 17 de dezembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 007 DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

EXONERA A O (A) SERVIDOR (A) ADMITIDO (A) EM CARPATER TEMPORÁRIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes, RESOLVE:

I – EXONERAR, o (a) servidor (a) EVANDRO LUIZ IGNÁCIO JÚNIOR, do cargo de ARTE EDUCADOR ACT, pertencente ao quadro dos servidores públicos municipais temporários, com 40 horas semanais, a partir de 04 de janeiro de 2016.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 04 de janeiro de 2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE JANEIRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 04 de janeiro de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 008 DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

EXONERA A O (A) SERVIDOR (A) ADMITIDO (A) EM CARPATER TEMPORÁRIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes, RESOLVE:

I – EXONERAR, o (a) servidor (a) BERENICE VALENÇA VIANNA, do cargo de ARTE EDUCADOR ACT, pertencente ao quadro dos servidores públicos municipais temporários, com 40 horas semanais, a partir de 04 de janeiro de 2016.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 04 de janeiro de 2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE JANEIRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 04 de janeiro de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 009 DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

EXONERA A O (A) SERVIDOR (A) ADMITIDO (A) EM CARPATER TEMPORÁRIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes, RESOLVE:

I – EXONERAR, o (a) servidor (a) KELY CRISTINA LOPES ARAÚJO, do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS ACT, pertencente ao quadro dos servidores públicos municipais temporários, com 40 horas semanais, a partir de 04 de janeiro de 2016.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 04 de janeiro de 2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE JANEIRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 04 de janeiro de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### EXTRATO CONTRATUAL Nº262/2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 262/2015.

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada...: CONSTRUTORA RENASCENCE LTDA EPP.

CNPJ: 10.786.502/0001-43.

Vigência: Início: 31/12/2015 Término:..30/12/2016.

Licitação: Tomada de Preço Nº.: 158/2013.

Recursos: Dotação: 1.019 4.4.90.00.00.00.

Objeto: SEGUNDO TERMO ADITIVO VISANDO A PRORROGAÇÃO DO PRAZO \*DE VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 225/2014, REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DE QUADRA ESCOLAR COBERTA E VESTIÁRIOS (COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS) DA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA ILKA MULLER DE MELLO, LOCALIZADA NO BAIRRO GRAVATÁ, MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, SOB TERMO DE COMPROMISSO PAC 206881/2013 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/FNDE, CONFORME TOMADA DE PREÇO Nº 158/2014.

\*conforme Secretaria de Educação e Engenheiro Fiscal da Obra.

Navegantes, 21 de dezembro de 2015.

### LICENÇA MATERNIDADE SEC.EDUCAÇÃO 3032,3047,3377

PORTARIA Nº. 3032 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

"CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO"

O Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 009 de 18/11/2003,

RESOLVE

I. Conceder Licença Gestação, a Sra. ELIANE ANÉZIA DIAS matrícula nº. 1798704, que exerce a função de MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, pertencente ao quadro dos servidores públicos municipais, pelo período de 11/12/2015 a 07/06/2016 totalizando 180 (cento e oitenta) dias.

II. A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 11/12/2015 a 07/06/2016, sendo que 60 (sessenta) dias referente a Lei Nº. 2088 de 21/11/2007.

III. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 11 de dezembro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO EM EXERCÍCIO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 15 de dezembro de 2015.

SILVANA MARIA MENDES FRANCISCO

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº. 3047 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2015.  
"CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO"

O Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 009 de 18/11/2003,  
RESOLVE:

I. Conceder Licença Gestação, a Sra. MARILDA FRANCO matrícula nº. 176904, que exerce a função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS , pertencente ao quadro dos servidores públicos municipais, pelo período de 18/12/2015 a 14/06/2016 totalizando 180 (cento e oitenta) dias.

II. A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 18/12/2015 a 14/06/2016, sendo que 60 (sessenta) dias referente a Lei Nº. 2088 de 21/11/2007.

III. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 18 de dezembro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 17 DE DEZEMBRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 17 de dezembro de 2015.

SILVANA MARIA MENDES FRANCISCO  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº. 3377 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2015.  
"CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO"

O Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 009 de 18/11/2003,  
RESOLVE:

I. Conceder Licença Gestação, a Sra. MARIA DE LOURDES DE LIRA SANTANA, matrícula nº. 63291401, que exerce a função de MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL , pertencente ao quadro dos servidores públicos municipais, pelo período de 17/12/2015 a 13/06/2016 totalizando 180 (cento e oitenta) dias.

II. A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 17/12/2015 a 13/06/2016, sendo que 60 (sessenta) dias referente a Lei Nº. 2088 de 21/11/2007.

III. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 17 de dezembro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 23 DE DEZEMBRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de dezembro de 2015.

SILVANA MARIA MENDES FRANCISCO  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**LICENÇA PREMIO 001,002,003,005,010**

PORTARIA 001 DE 04 DE JANEIRO DE 2016

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, ao (a) senhor (a) RÚBIA DOS SANTOS COSTA, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM , com carga horária de 40 horas semanais, para usufruir de 30 (TRINTA) dias, pelo período de 04/01/2016 a 02/02/2016, referente ao serviço público

prestado entre 2006/2011.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 04 de janeiro de 2016 a 02 de fevereiro de 2016. Fazendo gozo de 30 (trinta) dias deste período, restando 30 dias para gozo posterior.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir 04 de janeiro de 2016, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE JANEIRO DE 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 04 de janeiro de 2016.

SILVANA MARIA MENDES FRANCISCO  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 002 DE 04 DE JANEIRO DE 2016

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, ao (a) senhor (a) MARILANDI MARIN, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de agente de serviços administrativos , com carga horária de 40 horas semanais, para usufruir de 30 (TRINTA) dias, pelo período de 04/01/2016 a 02/02/2016, referente ao serviço público prestado entre 2010/2015.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 04 de janeiro de 2016 a 02 de fevereiro de 2016. Fazendo gozo de 30 (trinta) dias deste período, restando 30 dias para gozo posterior.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir 04 de janeiro de 2016, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE JANEIRO DE 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 04 de janeiro de 2016.

SILVANA MARIA MENDES FRANCISCO  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 003 DE 04 DE JANEIRO DE 2016

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, ao (a) senhor (a) JOSÉ CASTRO CRUZ, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de VIGIA , com carga horária de 40 horas semanais, para usufruir de 90 (NOVENTA) dias, pelo período de 02/01/2016 a 31/03/2016, referente ao serviço público prestado entre 2010/2015.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 02 de janeiro de 2016 a 31 de março de 2016. Fazendo gozo de 90 (noventa) dias deste período aquisitivo.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir 02 de janeiro de 2016, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.



PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE JANEIRO DE 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 04 de janeiro de 2016.

SILVANA MARIA MENDES FRANCISCO

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 005 DE 04 DE JANEIRO DE 2016

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, ao (a) senhor (a) MARIA ELIETE SOUZA DA LUZ, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS , com carga horária de 40 horas semanais, para usufruir de 60 (SESSENTA) dias, pelo período de 04/01/2016 a 03/03/2016, referente ao serviço público prestado entre 2003/2008.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 04 de janeiro de 2016 a 03 de março de 2016. Fazendo gozo de 60 (SESSENTA) dias restantes deste período aquisitivo.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir 04 de janeiro de 2016, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE JANEIRO DE 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 04 de janeiro de 2016.

SILVANA MARIA MENDES FRANCISCO

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 010 DE 04 DE JANEIRO DE 2016

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, ao (a) senhor (a) KATIA REGINA BENTO, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de AGENTE DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS , com carga horária de 40 horas semanais, para usufruir de 90 (NOVENTA) dias, pelo período de 04/01/2016 a 02/04/2016, referente ao serviço público prestado entre 2005/2010.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 04 de janeiro de 2016 a 02 de abril de 2016. Fazendo gozo de 90 (NOVENTA) dias deste período aquisitivo.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir 04 de janeiro de 2016, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE JANEIRO DE 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 04 de janeiro de 2016.

SILVANA MARIA MENDES FRANCISCO

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**LICENÇA SAÚDE 3034,3037,3038,3039,3360,3361**

PORTARIA N º 3034 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde ao (a) servidor (a) CLARICE MARIA ARAUJO TORRES, matrícula 6313201, ocupante do cargo de ENFERMEIRA, pertencente ao quadro de servidores públicos municipais, pelo período de 28/11/2015 a 07/12/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 28/11/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

Emílio Vieira

PREFEITO EM EXERCÍCIO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 15 de DEZEMBRO de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 3037 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde ao (a) servidor (a) OSVALDO GHIOTTO JUNIOR, matrícula 6337101, ocupante do cargo de OPERADOR DE EQUIPAMENTOS DE GP, pertencente ao quadro de servidores públicos municipais, pelo período de 29/09/2015 a 30/11/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 29/09/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

Emílio Vieira

PREFEITO EM EXERCÍCIO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 15 de DEZEMBRO de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 3038 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde ao (a) servidor (a) SILVANA APARECIDA DA CUNHA BUNDE, matrícula 416302, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, pertencente ao quadro de servidores públicos municipais, pelo período de 12/09/2015 a 08/12/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 12/09/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

Emílio Vieira

PREFEITO EM EXERCÍCIO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de

Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 15 de DEZEMBRO de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 3039 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE  
O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,  
RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde ao (a) servidor (a) TEREZINHA APARECIDA FERREIRA DE OLIVEIRA, matrícula 218702, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, pertencente ao quadro de servidores públicos municipais, pelo período de 28/10/2015 a 10/12/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 28/10/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

Emílio Vieira

PREFEITO EM EXERCÍCIO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 15 de DEZEMBRO de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA  
PORTARIA N º 3360 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2015  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,  
RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde ao (a) servidor (a) OFÉLIA SEBASTIANA VIEIRA, matrícula 71308, ocupante do cargo de TÉCNICA DE ENFERMAGEM, pertencente ao quadro de servidores públicos municipais, pelo período de 04/11/2015 a 17/12/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 04/11/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 21 DE DEZEMBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 21 de DEZEMBRO de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 3361 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2015  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE  
O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,  
RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde ao (a) servidor (a) EVA DE FÁTIMA CHAGAS WALDMANN, matrícula 1733602, ocupante do cargo de ATENDENTE DE POSTO , pertencente ao quadro de servidores públicos municipais, pelo período de 21/10/2015 a 18/12/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 21/10/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 21 DE DEZEMBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 21 de DEZEMBRO de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**LICENÇA SAÚDE SEC. EDUCAÇÃO 3029 A 3031,3035,3036,3046,3355 A 3359, 3374 A 3376**

PORTARIA Nº. 3029 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

"CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE"

O Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Complementar Nº. 007 de 11/11/2003,  
RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, o (a) Sr. (a) MATHEUS CAMARGO MARTINS, sob matrícula nº 401306, no cargo de PROFESSOR ACT , pertencente ao quadro de servidores temporários, pelo período de 24/11/2015 até 08/12/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 24 de novembro de 2015, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

Emílio Vieira

PREFEITO EM EXERCÍCIO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 15 de dezembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco  
Secretária Municipal de Administração e Logística

PORTARIA Nº. 3030 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

"CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE"

O Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Complementar Nº. 007 de 11/11/2003,  
RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, o (a) Sr. (a) NICOLLE CARAZZAI DA GAMA, sob matrícula nº 63300901, no cargo de AGENTE DE EDUCAÇÃO com 20 horas, pertencente ao quadro de servidores, pelo período de 07/11/2015 até 23/11/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 07 de novembro de 2015, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

Emílio Vieira

PREFEITO EM EXERCÍCIO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 15 de dezembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco  
Secretária Municipal de Administração e Logística

PORTARIA Nº. 3031 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

"CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE"

O Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Complementar Nº. 007 de 11/11/2003,  
RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, o (a) Sr. (a) ELIANE ANEZIA DIAS, sob matrícula nº 1798704, no cargo de MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL com 30 horas, pertencente ao quadro de

servidores, pelo período de 11/11/2015 até 10/12/2015.  
II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 11 de novembro de 2015, revogados as disposições em contrário.  
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.  
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 15 DE DEZEMBRO DE 2015.  
Emílio Vieira  
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 15 de dezembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco  
Secretária Municipal de Administração e Logística

PORTARIA Nº. 3035 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.  
"CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE"  
O Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Complementar Nº. 007 de 11/11/2003,  
RESOLVE:  
I - Conceder licença de tratamento de saúde, o (a) Sr. (a) PRISCILA ALVES, sob matrícula nº 1706807, no cargo de PROFESSORA, pertencente ao quadro de servidores, pelo período de 25/08/2015 até 08/12/2015.  
II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 25 de agosto de 2015, revogados as disposições em contrário.  
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.  
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 15 DE DEZEMBRO DE 2015.  
Emílio Vieira  
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 15 de dezembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco  
Secretária Municipal de Administração e Logística

PORTARIA Nº. 3036 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.  
"CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE"  
O Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Complementar Nº. 007 de 11/11/2003,  
RESOLVE:  
I - Conceder licença de tratamento de saúde, o (a) Sr. (a) ELISANGELA MARIA ANACLETO, sob matrícula nº 223106, no cargo de PROFESSORA, pertencente ao quadro de servidores, pelo período de 27/11/2015 até 12/12/2015.  
II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 27 de novembro de 2015, revogados as disposições em contrário.  
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.  
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 15 DE DEZEMBRO DE 2015.  
Emílio Vieira  
PREFEITO EM EXERCÍCIO  
Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 15 de dezembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco  
Secretária Municipal de Administração e Logística

PORTARIA Nº. 3046 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2015.  
"CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE"  
O Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Complementar Nº. 007 de 11/11/2003,  
RESOLVE:  
I - Conceder licença de tratamento de saúde, o (a) Sr. (a) MARILDA

FRANCO, sob matrícula nº 176904, no cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, pertencente ao quadro de servidores, pelo período de 02/11/2015 até 17/11/2015.  
II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 02 de novembro de 2015, revogados as disposições em contrário.  
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.  
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 17 DE DEZEMBRO DE 2015.  
Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO  
Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 17 de dezembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco  
Secretária Municipal de Administração e Logística

PORTARIA Nº. 3355 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2015.  
"CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE"  
O Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Complementar Nº. 007 de 11/11/2003,  
RESOLVE:  
I - Conceder licença de tratamento de saúde, o (a) Sr. (a) MAURO SERGIO DO NASCIMENTO, sob matrícula nº 211003, no cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, pertencente ao quadro de servidores, pelo período de 03/11/2015 até 16/12/2015.  
II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 03 de novembro de 2015, revogados as disposições em contrário.  
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.  
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 21 DE DEZEMBRO DE 2015.  
Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO  
Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 21 de dezembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco  
Secretária Municipal de Administração e Logística

PORTARIA Nº. 3356 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2015.  
"CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE"  
O Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Complementar Nº. 007 de 11/11/2003,  
RESOLVE:  
I - Conceder licença de tratamento de saúde, o (a) Sr. (a) MARCIA FERNANDES RODRIGUES, sob matrícula nº 128612, no cargo de ORIENTADORA ESCOLAR, pertencente ao quadro de servidores, pelo período de 21/11/2015 até 11/12/2015.  
II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 21 de novembro de 2015, revogados as disposições em contrário.  
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.  
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 21 DE DEZEMBRO DE 2015.  
Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 21 de dezembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco  
Secretária Municipal de Administração e Logística

PORTARIA Nº. 3357 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2015.  
"CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE"  
O Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Complementar Nº. 007 de 11/11/2003,



## RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, o (a) Sr. (a) CARLOS AUGUSTO MACIEL, sob matrícula nº 1977201, no cargo de PROFESSOR, pertencente ao quadro de servidores, pelo período de 05/09/2015 até 16/12/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 05 de setembro de 2015, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 21 DE DEZEMBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 21 de dezembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

Secretária Municipal de Administração e Logística

PORTARIA Nº. 3358 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2015.

"CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE"

O Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Complementar Nº. 007 de 11/11/2003,

## RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, o (a) Sr. (a) SILVIA PACHECO DE SOUZA, sob matrícula nº 6252201, no cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, pertencente ao quadro de servidores, pelo período de 25/11/2015 até 18/12/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 25 de novembro de 2015, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 21 DE DEZEMBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 21 de dezembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

Secretária Municipal de Administração e Logística

PORTARIA Nº. 3359 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2015.

"CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE"

O Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Complementar Nº. 007 de 11/11/2003,

## RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, o (a) Sr. (a) CRISTIANE FELÍCIO, sob matrícula nº 46301, no cargo de ORIENTADORA ESCOLAR, pertencente ao quadro de servidores, pelo período de 02/12/2015 até 18/12/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 02 de dezembro de 2015, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 21 DE DEZEMBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 21 de dezembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

Secretária Municipal de Administração e Logística

PORTARIA Nº. 3374 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2015.

"CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE"

O Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Complementar Nº. 007 de 11/11/2003,

## RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, o (a) Sr. (a) SEBASTIAO DELAMAR DE SOUZA TORRES, sob matrícula nº 404203, no cargo de PROFESSORA, pertencente ao quadro de servidores, pelo período de 02/12/2015 até 18/12/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 02 de dezembro de 2015, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 23 DE DEZEMBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de dezembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

Secretária Municipal de Administração e Logística

PORTARIA Nº. 3375 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2015.

"CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE"

O Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Complementar Nº. 007 de 11/11/2003,

## RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, o (a) Sr. (a) LINDAMAR DOS SANTOS RODRIGUES, no cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, pertencente ao quadro de servidores, pelo período de 18/08/2015 até 17/12/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 18 de agosto de 2015, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 23 DE DEZEMBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de dezembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

Secretária Municipal de Administração e Logística

PORTARIA Nº. 3376 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2015.

"CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE"

O Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Complementar Nº. 007 de 11/11/2003,

## RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, o (a) Sr. (a) LUCIANE GILDA DOS SANTOS, sob matrícula nº 6327002, no cargo de PROFESSORA, pertencente ao quadro de servidores, pelo período de 31/08/2015 até 30/11/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 31 de agosto de 2015, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 23 DE DEZEMBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de dezembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

Secretária Municipal de Administração e Logística

**LICENÇA SEM VENCIMENTO 3033**

PORTARIA N º 3033 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE ASSUNTOS PARTICULARES

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003,

RESOLVE:

I CONCEDER a pedido, a licença para tratamento de assuntos particulares a servidora CAROLINE BACCIN TESTA, PSICÓLOGA, pelo período de 05/12/2015 a 05/12/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos retroativos a partir de 05/12/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

Emílio Vieira

PREFEITO EM EXERCÍCIO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, de 15 de dezembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**NOMEAÇÕES COMISSIONADOS 3041, 3351, 3367, 3368**

PORTARIA N º 3041 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015

NOMEIA SERVIDOR (A) PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 062 de 01/04/2009,

RESOLVE:

Art. 1 º Fica, por este ato, nomeado (a) para exercer a função de confiança de CHEFE DE SEÇÃO, o (a) senhor (a) MAIARA CAMPES-TRINI.

Art. 2 º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 17 de dezembro de 2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE DEZEMBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de dezembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA N º 3351 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015

NOMEIA SERVIDOR (A) PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 062 de 01/04/2009,

RESOLVE:

Art. 1 º Fica, por este ato, nomeado (a) para exercer a função de confiança de AGENTE PÚBLICO MUNICIPAL III, o (a) senhor (a) ELIAS MIGUEL GONÇALVES E ALBINO.

Art. 2 º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 18 de dezembro de 2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE DEZEMBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de dezembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA N º 3367 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2015

NOMEIA SERVIDOR (A) PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 062 de 01/04/2009,

RESOLVE:

Art. 1 º Fica, por este ato, nomeado (a) para exercer a função de confiança de SERETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE, o (a) senhor (a) SAMUEL VIANEI PAGANELLI.

Art. 2 º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 23 de dezembro de 2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 22 DE DEZEMBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 22 de dezembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA N º 3368 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2015

NOMEIA SERVIDOR (A) PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 062 de 01/04/2009,

RESOLVE:

Art. 1 º Fica, por este ato, nomeado (a) para exercer a função de confiança de SERETÁRIO MUNICIPAL DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DA JUVENTUDE, o (a) senhor (a) JEFFERSON MACHADO MACARINI.

Art. 2 º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 23 de dezembro de 2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 22 DE DEZEMBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 22 de dezembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA 16 PRORROGA TRABALHOS COMISSÃO PAD**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n º 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N º 16 DE 5 DE JANEIRO DE 2016

PRORROGA TRABALHOS DE COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I - PRORROGAR por 60 (sessenta) dias os trabalhos da Comissão de Processo Administrativo instaurada pela Portaria n º 2835 de 26/10/2015 para apurar possível abandono de cargo.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 5 DE JANEIRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 5 de janeiro de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

## PORTARIA 24 COMISSÃO AVALIAÇÃO EDUCAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500  
CEP 88370-446 – Navegantes - SC  
CNPJ 83.102.855/0001-50  
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 24 DE 5 DE JANEIRO DE 2016  
INSTITUI COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE REMOÇÃO E PERMUTA DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL DE NAVEGANTES

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do município em seu art. 60, III, RESOLVE:

I INSTITUIR a Comissão que procederá à avaliação do processo de remoção e permuta do Magistério Público Municipal de Navegantes, referente ao Edital 031/2015, cujos Membros são os seguintes:

- a) Gislene Rodrigues – Secretaria Municipal da Educação;
- b) Graziela Cristiane Corrêa – Supervisora;
- c) Luiza Ramos de Lima Couto – Secretaria Municipal da Educação;
- d) Nerozilda Pinheiro Ferreira – Secretaria Municipal da Educação;
- e) Patricia Duarte Cidral – Secretaria Municipal da Educação.

II A Comissão instituída no item I será presidida pela senhora Gislene Rodrigues.

III Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 5 DE JANEIRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 5 de janeiro de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

## PORTARIA 3372 CONSELHO DO FUNDEB

PORTARIA N.º 3372 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2015  
NOMEIA MEMBROS PARA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO DE CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – FUNDEB.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do município em seu art. 60, e de acordo com a lei n.º 2043 de 14/05/2007, RESOLVE:

I - NOMEAR os membros para composição do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, cujos nomes são os seguintes:

a) Representante dos Professores da Educação Básica Pública Municipal

TITULAR : Lucimar Vequi Andreani

SUPLENTE: Marisa Corrêa

b) Representante dos Diretores das Escolas Públicas Municipais

TITULAR: Aline Wanna de Souza

SUPLENTE: Eusemarie Coelho de Souza

c) Representante dos Servidores Técnico-Administrativos de Escolas Públicas Municipais

TITULAR: Kariny Macuco Régis Vieira

SUPLENTE: Susana dos Passos de Souza

d) Representante de Pais de Alunos

TITULAR: Fabiano de Souza

SUPLENTE: Maria Izabel Emílio Rebelo

TITULAR: Márcia D´Oliveira Stefan

SUPLENTE: Marilúcia de Oliveira Said

e) Representante do Conselho Municipal de Educação de Navegantes – COMEN

TITULAR: Tereza Cristina Socorro dos Santos

SUPLENTE: Silvia Tais Alves Barbosa Silva

f) Representante do Conselho Tutelar Municipal

TITULAR: Flávio Roberto de Souza

SUPLENTE: Vera Ione Alves Barbosa Guerra

g) Representante dos Estudantes da Educação Básica Pública

TITULAR: Solange Aparecida Corrente

SUPLENTE: Giseli Maria Cardoso dos Santos

h) Representante da Educação Básica Pública – Indicado pela Entidade de Estudantes Secundaristas

TITULAR: Marizete André

SUPLENTE: Rosalina de Fátima de Oliveira

i) Representantes do Poder Executivo Municipal – Secretaria da Educação

TITULAR: Ana Lúcia Coelho

SUPLENTE: Margarete da Rosa Brustolin

j) Representantes do Poder Executivo Municipal

TITULAR: Nerozilda Pinheiro Ferreira

SUPLENTE: Gislene Rodrigues

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 23 DE DEZEMBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de dezembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA



**PORTARIA DE NOMEAÇÃO 1811**

PORTARIA 1811 DE 8 DE ABRIL DE 2014

NOMEIA SERVIDOR(A) POR CONCURSO PUBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei complementar nº 062 de 01/04/2009 –

**RESOLVE:**

I – NOMEAR , pelo concurso público 001/2011, a senhora ANGELA BASTIANELLO HORVATH para exercer o cargo de Enfermeiro ESF 40 horas semanais, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar nº 7 de 11/11/2003, a partir de 17/06/2015.

II – Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/04/2014

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 08 DE ABRIL DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

**PRORROGAÇÃO LICENÇA SEM VENCIMENTO 006**

PORTARIA Nº.006 DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

"CONCEDE PRORROGAÇÃO DA LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar Nº. 007 de 11/11/2003 Capítulo IV Seção III, Artigo 89.

**RESOLVE:**

I. Prorroga a Portaria Nº 938/2014 que Concede Licença Para tratar de Interesses Particulares, o (a) servidor (a) Srª. LUIZA TATIANA GAYA, que exerce o cargo de MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais.

II. A concessão de que trata o item I desta portaria será concedida a prorrogação da licença para tratar de interesses particulares a partir de 18 de fevereiro de 2016 a 18 de fevereiro de 2018.

III. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a 18 de fevereiro de 2016, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE JANEIRO DE 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 04 de janeiro de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**READAPTAÇÃO EDUCAÇÃO 3045**

PORTARIA Nº 3045 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2015.

"READAPTA SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar Nº. 007 de 11 /11/2003, Capítulo IV.

**RESOLVE:**

I Readaptar o (a) servidor (a) Sr.(ª). MÁRCIA MENDES, matrícula 1837/03, que exerce o cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, pertencente ao quadro dos servidores públicos efetivos, conforme ofício nº.63 da Junta Médica Oficial do Município de Navegantes.

XXIV. A concessão de que trata o item I desta portaria dar-se-á pelo período de 01 (um) ano, a partir de 23 de novembro de 2015.

XXV. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seu efeito retroativo a partir de 23 de novembro de 2015 , revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 17 DE DEZEMBRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 17 de dezembro de 2015.

SILVANA MARIA MENDES FRANCISCO

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA LEGISLATIVA Nº 01- 2016 - NOMEIA PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO**

PORTARIA LEGISLATIVA Nº 001/2016

NOMEIA PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

O Presidente da Câmara Municipal de Navegantes, vereador ALÍCIO JACOB RICOBOM FILHO, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, Nomeia:

Artigo 1º - Fica nomeado o senhor JOSÉ JOÃO DE SOUZA, portador do CPF nº 444.843.729-91, para exercer a função de PREGOEIRO da Câmara de Vereadores de Navegantes.

Artigo 2º - Ficam nomeados como Equipe de apoio os seguintes servidores:

- Sólon Manoel Costa - portador CPF nº 557.542.289-53

- Vanildo Telles - portador CPF nº 599.296.939-04

- Vilsemar Olimpio Duarte - portador CPF nº 540780.599-53

Artigo 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogando-se as disposições anteriores em contrário.

CÂMARA DE VEREADORES DE NAVEGANTES (SC), 4 de Janeiro de 2016.

ALICIO JACOB RICOBOM FILHO

Presidente da Câmara

**PORTARIA LEGISLATIVA Nº 02 - 2016 - NOMEIA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

PORTARIA LEGISLATIVA Nº 002/2016

NOMEIA MEMBROS PARA COMISSÃO DE LICITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

O Presidente da Câmara de Vereadores de Navegantes, vereador ALICIO JACOB RICOBOM FILHO, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, Nomeia:

Artigo 1º - Fica a partir desta data nomeado a COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO da Câmara de Vereadores de Navegantes (SC).

Artigo 2º - Os membros integrantes desta comissão são respectivamente:

Presidente: VILSEMAR OLIMPIO DUARTE - Portador CPF nº 540.780.599-53

Membros: Sólon Manoel Costa - portador do CPF nº 557.542.289-53

Vanildo Telles - portador do CPF nº 599.296.939-04

José João de Souza - portador CPF nº 444.843.729-91

Artigo 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições anteriores em contrario.

Câmara de Vereadores de Navegantes (SC), 4 de janeiro de 2016.

ALICIO JACOB RICOBOM FILHO

Presidente da Câmara

# Nova Trento

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 1008/2015

PORTARIA Nº 1.008/ 2015

Exonera Servidor

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de conformidade com o art. 17, inciso II, da Lei nº 1.207, de 30/08/92 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

#### RESOLVE:

EXONERAR o Servidor Público Municipal ANDERSON BERTOTTI PIAZZA, matrícula nº 5276, ocupante do cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Departamento Financeiro, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, do Quadro de Pessoal Comissionado desta Prefeitura, Município de Nova Trento, a partir de 14 de dezembro de 2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 14 de dezembro de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, em 14 de dezembro de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

### TERMO DE RETIFICAÇÃO DE OBJETO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 085/2015

TERMO DE RETIFICAÇÃO DE OBJETO DE LICITAÇÃO

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, Prefeito, no uso de suas atribuições legais, vem através deste RETIFICAR O OBJETO do Edital de Licitações nº 124/2015 – Pregão Presencial nº 085/2015, cujo objeto é o Registro de Preços para aquisição parcelada de LARVICIDA BIOLÓGICO BTI, (*Bacillus Turigiensis Israelensis*), concentração de no mínimo 1,2 % de princípio ativo, potência mínima de 1200 UTI/mg, embalagem contendo no mínimo 10 (dez) litros, com lacre de fábrica, prazo de validade de no mínimo 24 (vinte e quatro) meses contados da data de entrega, para atender as necessidades da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente de Nova Trento/SC, para o controle das larvas de Borrachudo (*Simulium pertinax*), que, visando a ampliação da concorrência, passa a vigorar com a seguinte descrição: Registro de Preços para aquisição parcelada de LARVICIDA BIOLÓGICO BTI, (*Bacillus Turigiensis Israelensis*), concentração de no mínimo 1,2 % de princípio ativo, potência mínima de 1200 UTI/mg, embalagem contendo no mínimo 10 (dez) litros, com lacre de fábrica, prazo de validade de no mínimo 12 (doze) meses contados da data de entrega, para atender as necessidades da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente de Nova Trento/SC, para o controle das larvas de Borrachudo (*Simulium pertinax*). As demais cláusulas do presente edital permanecem inalteráveis. Outras Informações: Fones (48) 3267-3213/3267-3211 ou através do e-mail [compras@novatrento.sc.gov.br](mailto:compras@novatrento.sc.gov.br)

Nova Trento/SC, 04 de janeiro de 2016.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito de Nova Trento

# Novo Horizonte

## PREFEITURA

### EXTRATO CONTRATUAL PM Nº 010-2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 010/2016  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
Contratada...: G.T. MARQUES ME  
Valor ..... : 17.500,00 (dezessete mil quinhentos reais)  
Vigência ..... : Início: 05/01/2016 Término: 31/01/2016  
Licitação ..... : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 16/2015  
Recursos ..... : Dotação: 2.018.3.3.90.00.00.00.00 (58) Saldo: 121.000,00  
Objeto ..... : O objeto do presente Contrato consiste na CONTRATAÇÃO DE SHOWS ARTÍSTICOS, INCLUINDO ESTRUTURA DE PALCO; FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA E SERVIÇOS DE DIVULGAÇÃO, PARA A REALIZAÇÃO DA COMEMORAÇÃO DO 24º ANIVERSÁRIO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICA ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE -SC, que será realizada no dia 09 de janeiro de 2016 neste município.

Novo Horizonte/SC, em 05 de Janeiro de 2016 – ELI MARIOTT - Prefeito

### EXTRATO DE CONTRATO 01-2016 CÂMARA

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE  
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREDORES DE NOVO HORIZONTE  
EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO ADMINISTRATIVO 01/2016  
CONTRATANTE: Câmara Municipal de Vereadores de Novo Horizonte  
CONTRATATO : Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA)  
VALOR: R\$ 2.808,00(dois mil e oitocentos e oito reais)  
OBJETO: Este contrato tem por objeto a contratação dos serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores (PGVC) aprovado pelo CIGA, nos termos da Resolução CIGA nº 16/2011, envolvendo as seguintes atividades:  
I - Promoção do governo eletrônico no Poder Legislativo municipal de Santa Catarina;  
II - Inclusão digital das Câmaras de Vereadores;  
III - Disponibilização de informações e serviços ao cidadão;  
IV - Acompanhamento on-line dos projetos de lei e demais atos normativos em tramitação nas Câmaras de Vereadores;  
V - Divulgação das potencialidades econômicas e culturais dos municípios;  
VI - Promoção da gestão transparente do Poder Legislativo municipal;  
VII - Economia dos recursos públicos.

Novo Horizonte-SC, 04 de janeiro de 2016  
José Ivanir Dallanora  
Presidente

### EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 01-2016 CÂMARA

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE  
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREDORES DE NOVO HORIZONTE  
Extrato de dispensa de licitação  
PROCESSO LICITATÓRIO 01/2016  
MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO 01/2016  
OBJETO: Contratação de prestação de serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação pela CONTRATADA, notadamente o Programa Gestão das Câmaras de Vereadores, que envolve as seguintes atividades:  
I – promoção do governo eletrônico no Poder Legislativo Municipal de Santa Catarina;  
II – inclusão digital das Câmaras de Vereadores;  
III – disponibilização de informações e serviços ao cidadão;  
IV – acompanhamento online dos projetos de lei e demais atos normativos em tramitação nas Câmaras de Vereadores;  
V – divulgação das potencialidades econômicas e culturais dos municípios;  
VI – promoção da gestão transparente do Poder Legislativo Municipal;  
VII – economia dos recursos públicos.  
VALOR R\$ 2.808,00(dois mil e oitocentos e oito reais)  
Fornecedor: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA),  
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 01.031.0001.2.001- 3.3.93. - Aplicação direta

Novo Horizonte-SC, 04 de janeiro de 2016  
José Ivanir Dallanora  
Presidente

### EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO PL Nº 048/2015 - PR Nº 021/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVO HORIZONTE  
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 048/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2015  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2015  
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DIA: 05-01-2016  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR, PROTETORES DE CÂMARAS NOVOS E SERVIÇOS DE RECAPAGENS DE PNEUS PARA ATENDER A NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO DA FROTA DE CAMINHÕES, MÁQUINAS E VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC.  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE  
CONTRATADO: FM PNEUS LTDA  
VALOR DA DESPESA: R\$ 2.850,00 (Dois mil oitocentos e cinquenta reais).  
DATA: 05/01/2016 - ELI MARIOTT - Prefeito Municipal.

**EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO PL Nº 061/2015 - CV Nº 016/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 061/2015  
CONVITE Nº 016/2015  
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 05/01/2016  
CONTRATADO: G.T. MARQUES ME  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
OBJETO: O objeto da presente licitação consiste na CONTRATAÇÃO DE SHOWS ARTÍSTICOS, INCLUINDO ESTRUTURA DE PALCO; FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA E SERVIÇOS DE DIVULGAÇÃO, PARA A REALIZAÇÃO DA COMEMORAÇÃO DO 24º ANIVERSÁRIO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICA ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE -SC, que será realizada no dia 09 de janeiro de 2016 neste município VALOR DA DESPESA: R\$ 17.500,00 (dezesete mil quinhentos reais)  
DATA: 05/01/2016 - ELI MARIOTT - Prefeito Municipal.

**EXTRATO DO PL PM Nº 001/2016-PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2016**

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 001/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2016

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

Objeto: A presente licitação tem como objeto a aquisição parcelada de Gêneros Alimentícios a serem utilizados na elaboração da merenda escolar para os alunos da Rede Municipal de Ensino do município de Novo Horizonte/SC, conforme quantitativos e especificações constantes do edital e seus anexos.

-Os envelopes contendo a documentação de habilitação e as propostas deverão ser entregues até as 08h50min, no dia 20/01/2016, na sala de Licitações, junto a Prefeitura Municipal, Rua José Fabro, 01, Centro – Novo Horizonte – SC, sendo a abertura dos envelopes e a etapa de lances ocorrerão a partir das 09:00 horas, no mesmo local e data estabelecida acima.

-O Edital e os esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Novo Horizonte, na Rua José Fabro, Nº 01, Centro, nos dias úteis, das 7:30h as 11:30h e 13:30h as 17:30h, pelo site [www.novohorizonte.sc.gov.br](http://www.novohorizonte.sc.gov.br) e informações pelo fone (49) 3362-0024.

Fundamentação legal: Lei Federal Nº 10.520/02 e subsidiariamente pela Lei Nº 8.666/93, alterada pela Lei Federal Nº 8.883 de 08 de Junho de 1994 entre outros dispositivos legais aplicados a espécie. Novo Horizonte (SC) em 06 de Janeiro de 2016. ELI MARIOTT - Prefeito Municipal.

**EXTRATO DO PL PM Nº 002/2016-CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

Processo Licitatório Nº 002/2016

CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2016

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

Objeto: A presente CHAMADA PÚBLICA visa o credenciamento de proposta para futura aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, destinado ao atendimento do programa nacional de alimentação escolar, das escolas municipais do município de Novo Horizonte, para 1º Semestre de 2.016, discriminados no ANEXO I deste edital.

A sessão de credenciamento objeto desta CHAMADA PÚBLICA ocorrerá na Sala de Licitações da Prefeitura, situada na Rua José Fabro, nº 01, Centro do Município de Novo Horizonte/SC, onde se efetuará o credenciamento dos interessados.

Data limite para entrega do envelope: 28/01/2016 até às 08h50.

Abertura: 28/01/2016 às 09h00.

-O Edital e os esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Novo Horizonte, na Rua José Fabro, 01, nos dias úteis, das 7:30h as 11:30h e 13:30h as 17:30h, ou pelo fone (49) 3362-0024 e pelo site [www.novohorizonte.sc.gov.br](http://www.novohorizonte.sc.gov.br).

Fundamentação legal: regida pelo princípio do art.37, da CF/88 da Lei Nº 11.947 de 16/06/2009 e da Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de Junho de 2.013 e Resolução /CD/FNDE nº 4, de 02 de Abril de 2.015, e demais Legislação no item 4 deste Edital.

Novo Horizonte (SC) em 06 de Janeiro de 2016. ELI MARIOTT-Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº. 01, DE 04 DE JANEIRO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 01, de 04 de janeiro de 2016.

NOMEIA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES E DE REGISTRO CADASTRAL DE FORNECEDORES E PRESTADORES DE SERVIÇOS, JUNTO A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE NOVO HORIZONTE/SC PARA O EXERCÍCIO DE 2016.

JOSÉ IVANIR DALANORA, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Regimento Interno, na forma do artigo 19, incisos II e III, cumulado com o artigo 18, inciso I, alínea d), e amparado pelo artigo 51 da Lei nº 8.666/93, com suas atualizações,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear, os servidores, JORGE ALEXANDRE CRISTANI, LOURDES DE MACEDO, e ZORAIDE FARIAS CANDIDO PREDDO, para, sob a Presidência do primeiro e, na sua ausência, do segundo, comporem a Comissão Permanente de Licitações e de Registro Cadastral de Fornecedores e Prestadores de Serviços, junto a Câmara Municipal de Vereadores de Novo Horizonte, SC.

Art. 2º - A Comissão terá competências para processar e julgar as licitações, bem como o recebimento de documentos e registro cadastral de fornecedores e prestadores de serviços.

Art. 3º - Aos trabalhos tratados nesta Portaria e desenvolvidos pela Comissão ora nomeada, não lhe será atribuída qualquer remuneração, por se tratar de relevantes serviços públicos.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Vereadores de Novo Horizonte/SC, em 04/01/2016.

JOSÉ IVANIR DALLANORA

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores



# Otacílio Costa

## PREFEITURA

### **DECRETO N. 2.179/2015 DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA E DESAPROPRIA TERRANO RURAL DE POSSE E DOMÍNIO DE KLABIN S.A., PARA FINS DE CONSTRUÇÃO DE ESTÁDIO DE FUTEBOL.**

DECRETO No 2.179/2015

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA E DESAPROPRIA TERRENO RURAL DE POSSE E DOMÍNIO DE KLABIN S. A., PARA FINS DE CONSTRUÇÃO DE ESTÁDIO DE FUTEBOL.

O PREFEITO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no da competência que lhe é atribuída pelos artigos 12, inciso XIII; 86, incisos VII e VIII; 113, inciso I, letra 'e'; 122, § 2º; e 165, § 3º, da Lei Orgânica Municipal, e com fundamento no artigo 5º, inciso XXIV, da Constituição da República, assim como nos artigos 2º, caput, 4º, 5º, alínea "i", e 6º, do Decreto-lei no 3.365, de 21 de junho de 1941,

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica declarado de utilidade pública e desapropriado terreno rural com área superficial de 30.000,00 m<sup>2</sup> (trinta mil metros quadrados), situado à margem da Estrada Municipal Fundo do Campo, na esquina formada com uma Estrada Municipal sem denominação, com as seguintes características e confrontações: ao Norte, com a distância de 200,00m com a Estrada Municipal sem denominação; ao Sul, com a distância de 209,88m com a Fazenda Westarp de propriedade da Klabin S.A.; ao Leste, com a distância de 148,16m com a Fazenda Westarp de propriedade da Klabin S.A.; e ao Oeste, com a distância de 150,00m com a Estrada Municipal Fundo do Campo, localizado nesta cidade de Otacílio Costa/SC.

Art. 2º. O valor total da indenização fica prejudicado tendo em vista o caráter de urgência, visto a necessidade do Município na construção de do estádio de futebol e pelo não acordo em valores entre as partes.

Art. 3º. A desapropriação objeto deste Decreto tem por finalidade a criação de um estádio de futebol.

Art. 4º. As despesas decorrentes deste Decreto serão cobertas com recursos consignados no Orçamento da Prefeitura Municipal de Otacílio Costa.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Otacílio Costa (SC), 17 de novembro de 2015.

LUIZ CARLOS XAVIER

Prefeito

Registrado e publicado o presente Decreto, na forma do art. 110 da Lei Orgânica Municipal. Em 17 de novembro de 2015.

LUIZ DONISETTE VALENTE

Chefe de Gabinete do Prefeito

### **DECRETO N. 2.180/2015 DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA E DESAPROPRIA TERRENO RURAL DE POSSE E DOMÍNIO DE KLABIN S. A., PARA FINS DE AMPLIAÇÃO DA ÁREA INDUSTRIAL.**

DECRETO No 2.180/2015

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA E DESAPROPRIA TERRENO RURAL DE POSSE E DOMÍNIO DE KLABIN S. A., PARA FINS DE AMPLIAÇÃO DA ÁREA INDUSTRIAL.

O PREFEITO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no da competência que lhe é atribuída pelos artigos 12, inciso XIII; 86, incisos VII e VIII; 113, inciso I, letra 'e'; 122, § 2º; e 165, § 3º, da Lei Orgânica Municipal, e com fundamento no artigo 5º, inciso XXIV, da Constituição da República, assim como nos artigos 2º, caput, 4º, 5º, alínea "i", e 6º, do Decreto-lei no 3.365, de 21 de junho de 1941,

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica declarado de utilidade pública e desapropriado terreno rural com área superficial de 240.145,00m<sup>2</sup> (duzentos e quarenta mil, cento e quarenta e cinco metros quadrados), matrícula nº 10.764 do 3º Ofício de Registro de Imóveis de Lages/SC, situado na esquina da Rodovia SC 114 com a Avenida Valério Ramos, com as seguintes medidas e confrontações: inicia-se no vértice denominado 'V1', georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM – SIRGAS 2000º MC-51ºW, coordenadas UTM: E= 586729.44 m e N=6961330.97 m; daí segue com o azimute de 171º58' e a distância de 28.51 m até o vértice 'B37-V-2320' (E=586733.22m e N=6961302.72m); daí segue o azimute de 170º55' e a distância de 26.32m até o vértice 'B37-V-2321' (E=586737.19m e N=6961276.71m); daí segue com o azimute de 170º18' e a distância de 25.09 m até o vértice 'B37-V-2322' (E=586741.24m e N=6961251.96m); daí segue com o azimute de 169º23' e a distância de 29.96m até o vértice 'B37-V-2323' (E=586746.55m e N=6961222.48m); daí segue com o azimute de 168º15' e a distância de 15.42m até o vértice 'B37-V-2324' (E=586749.58m e N=6961207.37m); daí segue com o azimute de 166º17' e a distância de 89,65m até o vértice 'B37-V-2325' (E=586770.21m e N=6961120.15m); daí segue com o azimute de 164º49' e a distância de 165.18m até o vértice 'B37-V-2326' (E=586812.30m e N= 6960960.47m); daí segue com o azimute de 164º43' e a distância de 265.22m até o vértice 'B37-V-2327' (E=586880.32m e N=6960704.21m); daí segue com o azimute de 164º48' e a distância de 215.47m até o vértice 'B37-V-2328' (E=586935.32m e N=6960495.95m); daí segue com o azimute de 168º19' e a distância de 64.09m até o vértice 'CAO-M-0095' (E=586947.84m e N=6960433.11m); daí segue com o azimute de 245º23' e a distância de 250.08m até o vértice V2' (E=586719.82m e N=6960330.60m); daí segue com o azimute de 345º07' e a distância de 104.88m até o vértice 'V3' (E=586693.61m e N=6960432.12m); daí segue com o azimute de 344º48' e a distância de 215.31m até o vértice 'V4' (E=586638.65m e N=6960640.23m); daí segue com o azimute de 344º43' e a distância de 265.27m até o vértice 'V5' (E=586570.61m e N=6960898.54m); daí segue com o azimute de 344º49' e a distância de 168.58m até o vértice 'V6' (E=586527.66m e N=6961059.50m); daí segue com o azimute de 346º17' e a distância de 97.12m até o vértice 'V7' (E=586505.31m e N=6961153.98m); daí segue com o azimute de 348º15' e a distância de 22.17m até o vértice 'V8' (E=586500.95m e N=6961175.71m); daí segue com o azimute de 349º22' e a distância de 34.47m até o vértice 'V9' (E=586494.84m e N=6961209.62m); daí segue com o azimute de 350º18' e a distância



de 28.44m até o vértice 'V10' (E=586490.25m e N=6961237.68m); daí segue com o azimute de 350°55' e a distância de 29.96m até o vértice 'V11' (E=586485.73m e N=6961267.29m); daí segue com o azimute de 351°58' e a distância de 31.10m até o vértice 'V12' (E=586481.61m e N=6961298.11m); daí segue com o azimute de 82°02' e a distância de 250.08m até o vértice 'V1' (E=586729.44m e N=6961330.97m), início desta descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área de 24,0145 ha. Azimutes, distâncias e áreas referenciadas ao Sistema Geodésico Local.

Art. 2o. O valor total da indenização fica prejudicado tendo em vista o caráter de urgência, visto a necessidade do Município da ampliação da área industrial e pelo não acordo em valores entre as partes.

Art. 3º. A desapropriação objeto deste Decreto tem por finalidade a ampliação da área industrial.

Art. 4o. As despesas decorrentes deste Decreto serão cobertas com recursos consignados no Orçamento da Prefeitura Municipal de Otacílio Costa.

Art. 5o. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Otacílio Costa (SC), 17 de novembro de 2015.

LUIZ CARLOS XAVIER  
Prefeito

-----  
Registrado e publicado o presente Decreto, na forma do art. 110 da Lei Orgânica Municipal.

Otacílio Costa (SC), 17 de novembro de 2015.

LUIZ DONISETE VALENTE  
Chefe de Gabinete do Prefeito

# Ouro

## PREFEITURA

### TERMO ADITIVO N. 01/2015 AO CONTRATO N. 066/2015

TERMO ADITIVO N. 01/2015 AO CONTRATO N. 066/2015  
Processo Licitatório N. 0049/2015  
Modalidade de Pregão Presencial n. 0027/2015  
CONTRATANTE: Município De Ouro  
CONTRATADO: ALF MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA – EPP  
OBJETO: MATERIAIS DESTINADOS À CONSTRUÇÃO DE CABECEIRA DE CONCRETO DE PONTES  
ALTERAÇÃO: Supressão.  
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Com Fundamentação Legal Na Lei Federal N. 8.666, De 21 De Junho De 1993.  
VIGÊNCIA: De 07/12/2015 Até 31/12/2015.  
DATA DE ASSINATURA: 07/12/2015

### TERMOS ADITIVOS 2016

TERMO ADITIVO N. 01/2015 AO CONTRATO Nº 049/2015  
Processo Licitatório N. 0021/2015  
Modalidade De Tomada De Preços Para Compras E Serviços Nº. 0001/2015  
CONTRATANTE: Município De Ouro  
CONTRATADO: Servioeste Soluções Ambientais Ltda  
OBJETO: Coleta, Transporte, Tratamento E Destinação Final De Resíduos De Serviços De Saúde  
ALTERAÇÃO: Prorrogação De Prazo.  
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Com Fundamentação Legal Na Lei Federal N. 8.666, De 21 De Junho De 1993.  
VIGÊNCIA: De 01/01/2016 Até 31/12/2016.  
DATA DE ASSINATURA: 29/12/2015

TERMO ADITIVO N. 01/2015 AO CONTRATO N. 052/2015  
Processo Licitatório N. 0036/2015  
Modalidade Tomada de Preço p/ Compra e Serviços n. 0002/2015  
CONTRATANTE: Município De Ouro  
CONTRATADO: CLINIMED – CLÍNICA MÉDICA CAPINZAL  
OBJETO: Prestação de serviços em obstetrícia.  
ALTERAÇÃO: Prorrogação De Prazo.  
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Com Fundamentação Legal Na Lei Federal N. 8.666, De 21 De Junho De 1993.  
VIGÊNCIA: De 01/01/2016 até 31/12/2016.  
DATA DE ASSINATURA: 29/12/2015

TERMO ADITIVO N. 01/2015 AO CONTRATO Nº 054/2015  
Processo Licitatório N. 0042/2015  
Modalidade Tomada de Preço p/ Compra e Serviços n. 0003/2015  
CONTRATANTE: Município De Ouro  
CONTRATADO: SERRA VALLE SERVIÇOS MEDICOS LTDA-ME  
OBJETO: Prestação de serviço especializado na área de pediatria  
ALTERAÇÃO: Prorrogação De Prazo.  
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Com Fundamentação Legal Na Lei Federal N. 8.666, De 21 De Junho De 1993.  
VIGÊNCIA: De 01/01/2016 Até 31/12/2016.  
DATA DE ASSINATURA: 29/12/2015

TERMO ADITIVO N. 01/2015 AO CONTRATO N. 035/2015  
Processo Licitatório N. 0038/2015  
Modalidade de Dispensa de Licitação n. 0008/2015  
CONTRATANTE: Município De Ouro  
CONTRATADO: ODETE SGARBOSSA VOSS  
OBJETO: Locação de um imóvel, para implantação de uma unidade

de saúde.  
ALTERAÇÃO: Prorrogação De Prazo.  
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Com Fundamentação Legal Na Lei Federal N. 8.666, De 21 De Junho De 1993.  
VIGÊNCIA: De 01/01/2016 Até 31/12/2016.  
DATA DE ASSINATURA: 29/12/2015

TERMO ADITIVO N. 02/2015 AO CONTRATO Nº 026/2014  
Processo Licitatório N. 0009/2014  
Modalidade de Dispensa de Licitação n. 0001/2014  
CONTRATANTE: Município De Ouro  
CONTRATADO: COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DE OURO – SULCREDI/OURO  
OBJETO: Prestação de serviço especializado na área de pediatria  
ALTERAÇÃO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL.  
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Com Fundamentação Legal Na Lei Federal N. 8.666, De 21 De Junho De 1993.  
VIGÊNCIA: De 01/01/2016 Até 31/12/2016.  
DATA DE ASSINATURA: 29/12/2015

TERMO ADITIVO N. 02/2015 AO CONTRATO Nº 098/2014  
Processo Licitatório N. 0055/2014  
Modalidade de Dispensa de Licitação n. 0009/2014  
CONTRATANTE: Município De Ouro  
CONTRATADO: IOLANDA THEREZINHA DAMBRÓZ  
OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL  
ALTERAÇÃO: Prorrogação De Prazo.  
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Com Fundamentação Legal Na Lei Federal N. 8.666, De 21 De Junho De 1993.  
VIGÊNCIA: De 01/01/2016 Até 31/12/2016.  
DATA DE ASSINATURA: 29/12/2015

TERMO ADITIVO N. 03/2015 AO CONTRATO Nº 009/2013  
CONTRATANTE: Município De Ouro  
CONTRATADO: AQUINO SCOPEL  
OBJETO: LOCAÇÃO DE TERRENO  
ALTERAÇÃO: Prorrogação De Prazo.  
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Com Fundamentação Legal Na Lei Federal N. 8.666, De 21 De Junho De 1993.  
VIGÊNCIA: De 01/01/2016 Até 31/12/2016.  
DATA DE ASSINATURA: 29/12/2015

TERMO ADITIVO N. 03/2015 AO CONTRATO Nº 050/2013  
Processo Licitatório N. 0040/2013  
Modalidade de Dispensa de Licitação n. 0022/2013  
CONTRATANTE: Município De Ouro  
CONTRATADO: D'AGOSTINI & CIA LTDA - ME  
OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL  
ALTERAÇÃO: Prorrogação De Prazo.  
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Com Fundamentação Legal Na Lei Federal N. 8.666, De 21 De Junho De 1993.  
VIGÊNCIA: De 01/01/2016 Até 31/12/2016.  
DATA DE ASSINATURA: 29/12/2015

TERMO ADITIVO N. 03/2015 AO CONTRATO N. 052/2013  
Processo Licitatório N. 0027/2013  
Modalidade de Pregão Presencial n. 0011/2013  
CONTRATANTE: Município De Ouro  
CONTRATADO: CLÍNICA MAGIA LTDA ME  
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DA SAÚDE COMO CLÍNICO GERAL  
ALTERAÇÃO: Prorrogação De Prazo.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Com Fundamentação Legal Na Lei Federal N. 8.666, De 21 De Junho De 1993.

VIGÊNCIA: De 01/01/2016 Até 31/12/2016.

DATA DE ASSINATURA: 29/12/2015

TERMO ADITIVO N. 03/2015 AO CONTRATO Nº 076/2013

Processo Licitatório N. 0052/2013

Modalidade de Dispensa de Licitação n. 0024/2013

CONTRATANTE: Município De Ouro

CONTRATADO: IVONEI FACIN

OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL

ALTERAÇÃO: Prorrogação De Prazo.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Com Fundamentação Legal Na Lei Federal N. 8.666, De 21 De Junho De 1993.

VIGÊNCIA: De 01/01/2016 Até 31/12/2016.

DATA DE ASSINATURA: 29/12/2015

TERMO ADITIVO N. 03/2015 AO CONTRATO Nº 077/2013

Processo Licitatório N. 0056/2013

Modalidade de Dispensa de Licitação n. 0025/2013

CONTRATANTE: Município De Ouro

CONTRATADO: Imir Miguel Zanesco

OBJETO: ALUGUEL DE UMA SALA COMERCIAL.

ALTERAÇÃO: Prorrogação De Prazo.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Com Fundamentação Legal Na Lei Federal N. 8.666, De 21 De Junho De 1993.

VIGÊNCIA: De 01/01/2016 Até 31/12/2016.

DATA DE ASSINATURA: 29/12/2015

TERMO ADITIVO N. 04/2015 AO CONTRATO Nº 036/2014

Processo Licitatório N. 0007/2014

, Modalidade Tomada de Preço p/ Compra e Serviços n. 0001/2014

CONTRATANTE: Município De Ouro

CONTRATADO: BONISSONI ADVOGADOS ASSOCIADOS

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA JURÍDICA

ALTERAÇÃO: Prorrogação De Prazo.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Com Fundamentação Legal Na Lei Federal N. 8.666, De 21 De Junho De 1993.

VIGÊNCIA: De 01/01/2016 Até 31/12/2016.

DATA DE ASSINATURA: 29/12/2015

TERMO ADITIVO N. 04/2015 AO CONTRATO Nº 078/2013

Processo Licitatório N. 0057/2013

Modalidade de Dispensa de Licitação n. 0026/2013

CONTRATANTE: Município De Ouro

CONTRATADO: J. MAESTRI & CIA LTDA - ME

OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL

ALTERAÇÃO: Prorrogação De Prazo.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Com Fundamentação Legal Na Lei Federal N. 8.666, De 21 De Junho De 1993.

VIGÊNCIA: De 01/01/2016 Até 31/12/2016.

DATA DE ASSINATURA: 29/12/2015

TERMO ADITIVO N. 01/2015 AO CONTRATO N. 042/2015

Processo Licitatório N. 0031/2015

Modalidade de Pregão Presencial n. 0018/2015

CONTRATANTE: Município De Ouro

CONTRATADO: KIDAUANA LEORATO ANTUNES EIRELI - ME

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FISIOTERAPIA

ALTERAÇÃO: Supressão.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Com Fundamentação Legal Na Lei Federal N. 8.666, De 21 De Junho De 1993.

VIGÊNCIA: De 07/12/2015 Até 31/12/2015.

DATA DE ASSINATURA: 07/12/2015

# Ouro Verde

## PREFEITURA

### EXTRATO CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 0001/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA

Objeto: Prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação.valor certo e ajustado de R\$:6.210,00(seis mil e duzentos e dez reais). Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93. Ouro Verde, 04 de janeiro de 2016.Rosane Minetto Selig - Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 0002/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE

CONTRATADO: Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina -Epagri

Objeto: Prestação de serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural.valor certo e ajustado de R\$:29.500,00 ( Vinte e nove mil e quinhentos reais ). Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93. Ouro Verde, 04 de janeiro de 2016.Rosane Minetto Selig - Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 0003/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE

CONTRATADO: DIGITAL TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA – ME

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços na manutenção em Equipamentos informatizados compreendendo: Microcomputador, monitor, servidor, impressoras, nobreak, softwares, modems, roteadores e redes de internet da estrutura administrativa do município de Ouro Verde/SC.valor certo e ajustado de R\$:24.000,00 (vinte e quatro mil reais). Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93. Ouro Verde, 04 de janeiro de 2016.Rosane Minetto Selig - Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 0004/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONTRATADO: DIGITAL TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA – ME

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços na manutenção em Equipamentos informatizados compreendendo: Microcomputador, monitor, servidor, impressoras, nobreak, softwares, modems, roteadores e redes de internet da estrutura administrativa do município de Ouro Verde/SC.valor certo e ajustado de R\$:4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais). Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93. Ouro Verde, 04 de janeiro de 2016.Rosane Minetto Selig - Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 0005/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADO: DIGITAL TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA – ME

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços na manutenção em Equipamentos informatizados

compreendendo: Microcomputador, monitor, servidor, impressoras, nobreak, softwares, modems, roteadores e redes de internet da estrutura administrativa do município de Ouro Verde/SC.valor certo e ajustado de R\$:13.200,00 (treze mil e duzentos reais). Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93. Ouro Verde, 04 de janeiro de 2016. Rosane Minetto Selig - Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 0006/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADO: EDIANE REGINA GOULART

Objeto: contratação de pessoa física formada na área farmacêutica para prestação de serviço junto a farmácia da unidade de saúde e responsável pelos programas com atendimento da população do município de Ouro Verde-SC, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de janeiro a dezembro de 2016.valor certo e ajustado de R\$:37.759,40 (trinta e sete mil setecentos e cinquenta e nove reais e quarenta centavos). Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93. Ouro Verde, 04 de janeiro de 2016.Rosane Minetto Selig - Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 0007/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE

CONTRATADO: PEDROZO & GALESKI ADVOGADOS ASSOCIADOS - ME

Objeto: Prestação de serviços em Assessoria Jurídica e Consultoria na área da administração pública, gestão de pessoas, tributária, na defesa dos interesses do município de Ouro Verde em processos judiciais, emissão de pareceres, acompanhamento técnico dos procedimentos legais e normativos, entre outras que o Município venha a necessitar, a ser executado por profissional habilitado, com caráter local, semanal e permanente.valor certo e ajustado de R\$:78.600,00 (setenta e oito mil e seiscentos reais). Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93. Ouro Verde, 04 de janeiro de 2016. Rosane Minetto Selig - Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 0008/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE

CONTRATADO: GNOATTO & MORESCO ADVOGADOS ASSOCIADOS - ME

Objeto: Prestação de serviços de consultoria, planejamento, orientação e assessoramento na recuperação de créditos previdenciários/tributários originários de pagamento a maior de SAT/RAT sobre a folha de pagamento, não atingidos pela prescrição, pela via administrativa e/ou judicial, visando a repetição do indébito ou compensação em competências futuras.valor certo e ajustado de R\$:19.200,00 (dezenove mil e duzentos reais). Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93. Ouro Verde, 04 de janeiro de 2016.Rosane Minetto Selig - Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 0009/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONTRATADO: ATILIO DE LIMA DE SOUZA

Objeto: Locação de uma Sala Comercial situada na Rua Divaldino de Defaveri Nº214 centro, da cidade de Ouro Verde/SC, Medindo no mínimo 152,40 m², conforme número 02 folha 131. No cartório registrado de imóveis da comarca de Abelardo Luz. Para programa do CRAS (centro de referência de assistência social). O locador é responsável pelo pagamento das despesas de luz e água.valor certo e ajustado de R\$:5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais). Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93. Ouro Verde, 04 de janeiro de 2016.Rosane Minetto Selig - Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 0010/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONTRATADO: CLEDENIRA GONZAGA BARRETA

Objeto: Locação de uma Sala Comercial situada na Rua João Maria Conrado,139,centro, da cidade de Ouro Verde/SC, Medindo 150 m², conforme especificações constantes na matrícula de imóvel Nº R6/254 e R4/254 Lº2 No Cartório de Regime de Imóveis da Comarca de Abelardo Luz. Para funcionamento do Programa de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. O locador é responsável pelo pagamento das despesas de luz e água.valor certo e ajustado de R\$:4.672,14 (quatro mil seiscentos e setenta e dois reais e quatorze centavos). Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93. Ouro Verde, 04 de janeiro de 2016.Rosane Minetto Selig - Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 0011/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE

CONTRATADO: VALDIR CANDEO GOULART

Objeto: Locação de uma Sala Comercial situada na Rua Divaldino esquina com Rua Augusto Simonetto, 130, centro, da cidade de Ouro Verde/SC, Medindo 131,80 m², conforme especificações constantes na matrícula de imóvel Nº 7.060. Livro número 19 folha 283/285. No Cartório de Regime de Imóveis da Comarca de Abelardo Luz. Para funcionamento da Biblioteca Pública Municipal. O locador é responsável pelo pagamento das despesas de luz e água. valor certo e ajustado de R\$:8.100,00 (oito mil e cem reais). Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93. Ouro Verde, 04 de janeiro de 2016.Rosane Minetto Selig - Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 0012/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE

CONTRATADO: CPL DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA-ME

Objeto: Locação Do Sistema de movimento econômico para o município Ouro Verde/SC.Para período de janeiro á dezembro de 2016. valor certo e ajustado de R\$:7.800,00 (sete mil e oitocentos reais). Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93. Ouro Verde, 04 de janeiro de 2016.Rosane Minetto Selig - Prefeita Municipal.

# Paial

## PREFEITURA

**DISPENSA 01/2016 FMS**

Processo licitatório: 01/2016

Contrato Nº.: 02/2016

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PAIAL

Contratada....: Mecânica Auto Posto Chapecó LTDA

Valor ..... : R\$ 4.474,80 (quatro mil quatrocentos e setenta e quatro reais e oitenta centavos).

Vigência ..... : Início: 05/01/2016 Término: 10/02/2016

Licitação ..... : Dispensa Nº.: 1/2016

Objeto ..... : Aquisição de gasolina comum em caráter de urgência para abastecimento da frota do Fundo Municipal de Saúde de Paial.  
Paial, 05 de janeiro de 2016



# Palhoça

## FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO N.º020/2015

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA.

TERMO ADITIVO N.º 020/2015, TERCEIRO TERMO DE PRORROGAÇÃO AO CONTRATO N.º 026/2014 – PARTES: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a pessoa jurídica ALINE CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA - EPP. OBJETO: – FICA PRORROGADO POR MAIS 150 (CENTO E CINQUENTA) DIAS O PRAZO CONTRATUAL ANUNCIADO NA CLÁUSULA QUARTA DO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS. DATA: 16/12/2015.

# Palmitos

## PREFEITURA

### PROCESSO 07/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

pREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 07/2016. Modalidade: Pregão Presencial 01/2016. Objeto: CONTRATAÇÃO DE TREINADOR PROFISSIONAL DE FUTEBOL DE CAMPO, TREINADOR DE FUTSAL E TREINADOR DE BOCHA RAFA VOLLO. Data da entrega dos envelopes: 19/01/2016 até as 08:30 horas. Data da abertura: 19/01/2016 até às 09:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura. Palmitos, 05 de Janeiro de 2016. Norberto Paulo Gonzatti – Prefeito Municipal.

# Passo de Torres

## PREFEITURA

### EXTRATO EDITAL PR 01/2016 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PASSO DE TORRES/SC

Licitação Nº 01/2016 Modalidade Pregão Presencial.

Objeto: Aquisição De Material Hospitalar Para Uso No Atendimento Ambulatorial Para Manutenção Da Unidade Sanitária Central E De Bella Torres, Para Atender O Exercício De 2016. A Integra Do Edital Está A Disposição Dos Interessados A Partir Dessa Data No Endereço Sede Da Prefeitura Municipal. Recebimento Das Propostas: Até Às 14:00 Horas do Dia 18 de Janeiro de 2016. Local: Setor De Licitações Da Prefeitura Municipal De Passo De Torres, Av. Beira Rio Nº 20, Cópias Do Edital Poderão Ser Obtidas No Endereço Acima Ou Informações Pelo Telefone (048) 35480035. No Horário Das 13:00 Às 19:00 Horas, De 2ª À 6ª Feira.

Passo De Torres, 05 de Janeiro de 2016.

Jean Luiz Wagner Da Silva

Presidente Da Comissão De Licitação

Lucia Alves Hespanhol

Pregoeira

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

### EXTRATO EDITAL PR 02/2016 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PASSO DE TORRES/SC

Licitação Nº 02/2016 Modalidade Pregão Presencial.

Objeto: Aquisição De Material Odontológico Para Uso No Atendimento Ambulatorial Para Manutenção Da Unidade Sanitária Central E De Bella Torres, Para Atender O Exercício De 2016. A Integra Do Edital Está A Disposição Dos Interessados A Partir Dessa Data No Endereço Sede Da Prefeitura Municipal. Recebimento Das Propostas: Até 16:30 Horas do Dia 18 de Janeiro de 2016. Local: Setor De Licitações Da Prefeitura Municipal De Passo De Torres, Av. Beira Rio Nº 20, Cópias Do Edital Poderão Ser Obtidas No Endereço Acima Ou Informações Pelo Telefone (048) 35480035. No Horário Das 13:00 Às 19:00 Horas, de 2ª À 6ª Feira.

Passo De Torres, 05 de Janeiro de 2016.

Jean Luiz Wagner Da Silva

Presidente Da Comissão De Licitação

Lucia Alves Hespanhol

Pregoeiro

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

# Penha

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 85/2015-PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 85/2015 – PMP

PREGÃO PRESENCIAL N° 44/2015 – PMP, PROCESSO ADMINISTRATIVO N 74/2015-PMP

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO REFERENTE A AQUISIÇÃO DE PARQUE INFANTIL PARA SER INSTALADO NO MUNICÍPIO DE PENHA/SC

ASSINATURA DA ATA: 19/12/2015.

VIGÊNCIA: 12 MESES A CONTAR DA DATA DA PUBLICAÇÃO.

EMPRESA: BRINQUEDOS CRIATIVOS WH LTDA

VALOR R\$: 19.500,00 (DEZENOVE MIL E QUINHENTOS REAIS)

A ATA COM OS PREÇOS E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES ENCONTRA-SE DISPONIBILIZADA PARA CONSULTA NESTA PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, NA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, SITO AVENIDA NEREU RAMOS, 190, CENTRO, PENHA/SC, OU NO SITE WWW.PENHA.SC.GOV.BR

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

PREFEITO MUNICIPAL

### PORTARIA N° 03/2016

PORTARIA N° 03/2016

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, Decreto nº 2042/2014

RESOLVE:

DESIGNAR: os servidores MARIZETE DA COSTA, JOSÉ ROBERTO DARUGNA JUNIOR, e JULIANA BUENO PERCIANI, para compor a COMISSÃO DE SINDICANCIA OU DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, para apurar o furto de uma escada de alumínio extensível – 18 degraus, no Pronto Atendimento 24 horas, conforme B.O nº 00464-2015-03901 no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da edição desta Portaria, instaurando-se o processo na forma da Lei.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Penha, 05 de janeiro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos cinco dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE

Secretária da Administração

# Peritiba

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO 01/2016 – PREGÃO PRESENCIAL 01/2016

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PERITIBA  
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações e nas condições do edital.

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 01/2016 – Pregão Presencial 01/2016.

Objeto: A presente licitação tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição materiais (baner, faixa, magnéticos, placas...) para divulgação visual de eventos/campanhas de cultura, saúde, educação, administração.

DATA DA REALIZAÇÃO: A Sessão Pública do Pregão Presencial será realizada a partir das 08h30min do dia 15/01/2016.

ENVELOPES: Os envelopes devem ser entregues no Protocolo da Prefeitura Municipal até às 08h45min do dia 15/01/2016.

LOCAL: A sessão Pública será realizada na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Peritiba sito a Rua Frei Bonifácio 63, Centro, Município de Peritiba.

Informações complementares:

O edital na íntegra está disponível no site <http://www.peritiba.sc.gov.br> e demais informações, poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, fone (49) 3453-1122 ou e-mail [compras@peritiba.sc.gov.br](mailto:compras@peritiba.sc.gov.br).

Município de Peritiba – SC em 06 de Janeiro de 2016.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

## CÂMARA MUNICIPAL

### PORTARIA Nº 1-2016

CONCEDE FÉRIAS A GUSTAVO DOS SANTOS BIGATON

Gilberto Maciel, Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Peritiba, usando das atribuições previstas no artigo 38, XXX do Regimento Interno desta Casa.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias ao servidor Gustavo dos Santos Bigaton, ocupante de cargo comissionado de Assessor Jurídico, no período de 4 de janeiro de 2016 a 3 de fevereiro de 2016, referente ao período aquisitivo de 11 de fevereiro de 2015 a 10 de fevereiro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões, 4 de janeiro de 2016.

Gilberto Maciel

Presidente da Câmara Municipal

### PORTARIA Nº 2-2016

CONCEDE FÉRIAS A GEOVANE PETTER

Gilberto Maciel, Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Peritiba, usando das atribuições previstas no artigo 38, XXX do Regimento Interno desta Casa.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias ao servidor Geovane Petter, ocupante de cargo efetivo de Contador, no período de 6 de janeiro de 2016 a 26 de janeiro de 2016, referente ao período aquisitivo de 04/01/2015 a 03/01/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões, 5 de janeiro de 2016.

Gilberto Maciel

Presidente da Câmara Municipal

### PORTARIA Nº 3-2016

CONCEDE FÉRIAS A CÉSAR CLAUDIR DA SILVA

Gilberto Maciel, Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Peritiba, usando das atribuições previstas no artigo 38, XXX do Regimento Interno desta Casa.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias ao servidor César Claudir da Silva, ocupante de cargo efetivo de Técnico Legislativo, no período de 6 de janeiro de 2016 a 26 de janeiro de 2016, referente ao período aquisitivo de 04/01/2015 a 03/01/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões, 5 de janeiro de 2016.

Gilberto Maciel

Presidente da Câmara Municipal

# Pinheiro Preto

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO - EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 001/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

AVISO DE LICITAÇÃO - EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 001/2016

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, faz saber a todos, que realizará na data de 19/01/2016, licitação modalidade Pregão Presencial nº 001/2016 visando A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LAVAÇÃO DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DA FROTA MUNICIPAL.

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTAS DE PREÇOS: 19/01/2016, até às 10:00hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 10:15hs.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone (49) 3562-2000, ou através do site [www.pinheiropreto.sc.gov.br](http://www.pinheiropreto.sc.gov.br)

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 05 DE JANEIRO DE 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 01, DE 04 DE JANEIRO DE 2016.**

PORTARIA Nº 01, DE 04 DE janeiro DE 2016.

EXONERA MARINES OLIVO BAGGIO DO EXERCÍCIO Da função temporária de Servente.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1.º Exonerar a pedido, MARINES OLIVO BAGGIO, brasileira, inscrita no CPF n.º 657.078.699-72, da função temporária de "Servente", lotada na Secretaria de Administração e Finanças, nomeada através da Portaria 240, de 01 de julho de 2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 01 de janeiro de 2016.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 04 de janeiro de 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 06, DE 04 DE JANEIRO DE 2016.**

PORTARIA Nº 06, DE 04 DE Janeiro DE 2016.

CONCEDE GOZO DE FÉRIAS A SERVIDORA GESLAINE RODRIGUES DA SILVA.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que dispõe a Lei Complementar 016/92,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a servidora GESLAINE RODRIGUES DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de telefonista, 30 (trinta) dias de FÉRIAS, referente ao período aquisitivo de 13/05/2014 a 12/05/2015, cujo gozo dar-se-á no período de 04 de janeiro de 2016 a 02 de fevereiro de 2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal, 04 de janeiro de 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 07, DE 04 DE JANEIRO DE 2016.**

PORTARIA Nº 07, DE 04 DE Janeiro DE 2016.

CONCEDE GOZO DE FÉRIAS A SERVIDORA GOUEMAR LOURDES MATTANA DALMOLIN.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que dispõe a Lei Complementar 016/92,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a servidora GOUEMAR LOURDES MATTANA DALMOLIN, ocupante do emprego público de AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE, 30 (trinta) dias de FÉRIAS, referente ao período aquisitivo de 04/01/2014 a 03/01/2015, cujo gozo dar-se-á no período de 04 de janeiro de 2016 a 02 de fevereiro de 2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal, 04 de janeiro de 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 08, DE 04 DE JANEIRO DE 2016.**

PORTARIA Nº 08, DE 04 DE Janeiro DE 2016.

CONCEDE GOZO DE FÉRIAS A SERVIDORA IVANETE SIMIONATO BADO

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que dispõe a Lei Complementar 016/92,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a servidora IVANETE SIMIONATO BADO, ocupante do emprego público de AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE, 30 (trinta) dias de FÉRIAS, referente ao período aquisitivo de 01/03/2014 a 28/02/2015, cujo gozo dar-se-á no período de 04 de janeiro de 2016 a 02 de fevereiro de 2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal, 04 de janeiro de 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal



**PORTARIA Nº 09, DE 04 DE JANEIRO DE 2016.**

PORTARIA Nº 09, DE 04 DE Janeiro DE 2016.

CONCEDE GOZO DE FÉRIAS A SERVIDORA IVONETE CRISTINA SCHMIT CORDEIRO.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que dispõe a Lei Complementar 016/92,

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER a servidora IVONETE CRISTINA SCHMIT CORDEIRO, ocupante do cargo efetivo de SERVENTE, 30 (trinta) dias de FÉRIAS, referente ao período aquisitivo de 02/06/2014 a 01/06/2015, cujo gozo dar-se-á no período de 04 de janeiro de 2016 a 02 de fevereiro de 2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal, 04 de janeiro de 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 10, DE 04 DE JANEIRO DE 2016.**

PORTARIA Nº 10, DE 04 DE Janeiro DE 2016.

CONCEDE GOZO DE FÉRIAS A SERVIDORA MADALENA APARECIDA DE BRITO.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que dispõe a Lei Complementar 016/92,

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER a servidora MADALENA APARECIDA DE BRITO, ocupante do cargo efetivo de OPERÁRIO BRAÇAL, 30 (trinta) dias de FÉRIAS, referente ao período aquisitivo de 16/10/2014 a 15/10/2015, cujo gozo dar-se-á no período de 04 de janeiro de 2016 a 02 de fevereiro de 2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal, 04 de janeiro de 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 11, DE 04 DE JANEIRO DE 2016.**

PORTARIA Nº 11, DE 04 DE Janeiro DE 2016.

CONCEDE GOZO DE FÉRIAS AO SERVIDOR SERGIO LUIZ BURIK.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que dispõe a Lei Complementar 016/92,

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER ao servidor SERGIO LUIZ BURIK, ocupante do cargo efetivo de motorista, 30 (trinta) dias de FÉRIAS, referente ao período aquisitivo de 26/08/2013 a 25/08/2014, cujo gozo dar-se-á no período de 04 de janeiro de 2016 a 02 de fevereiro 2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal, 04 de janeiro de 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 12, DE 04 DE JANEIRO DE 2016.**

PORTARIA Nº 12, DE 04 DE Janeiro DE 2016.

CONCEDE GOZO DE FÉRIAS A SERVIDORA SONIA TEREZINHA ZAGO.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que dispõe a Lei Complementar 016/92,

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER a servidora SONIA TEREZINHA ZAGO, ocupante do cargo efetivo de Agente de saúde pública, 30 (trinta) dias de FÉRIAS, referente ao período aquisitivo de 02/06/2014 a 01/06/2015, cujo gozo dar-se-á no período de 04 de janeiro de 2016 a 02 de fevereiro de 2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal, 04 de janeiro de 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

**TERMO ADITIVO Nº 01/2016**

TERMO ADITIVO Nº 01/2016

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS N.º 002/2015

Termo Aditivo de FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa POSTO VENETO LTDA, autorizado através do Processo nº 280/2014, Licitação nº 49/2014, modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: (sede): Avenida Mal. Costa e Silva, 111

Centro, Pinheiro Preto - SC.

Representada por: EUZÉBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: Empresa: POSTO VÊNETO LTDA

CNPJ-MF n.º 01.358.169/0002-61

Endereço: Acesso Guilherme Mattana, s/nº

Representada por: VALDEMIR VAILATTI

BASE LEGAL: O presente aditamento tem como amparo legal a Lei n. 8.666/93, art. 57, caput, e inciso IV, c/c art. 65, § 1º, Itens 4.6.11 e 7.1 do edital de licitação e do contrato de fornecimento 002/2015, respectivamente.

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO CONTRATO A SER ADITADO**

Contrato de fornecimento de combustível, Licitação nº 049/2014, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL, contrato nº 002/2015.

**CLÁUSULA SEGUNDA: DO ADITAMENTO**

3.1 Tendo em vista não ter sido ainda possível homologar a Licitação nº 058/2015, haja vista ter sido constatado que o preço cotado pela empresa vencedora está acima do preço de mercado, faz-se necessário, nos termos do art. 57, caput, e inciso IV, c/c art. 65, § 1º, efetuar acréscimo de 10% do valor do contrato, tendo em vista que o município está sem combustível tipo gasolina comum.

3.2. Diante contido no Item anterior, o contrato de fornecimento nº 002/2015 é acrescido de mais 10%, totalizando a quantia de 4.640 litros, pelo preço de R\$ 3,77 (três reais e setenta e sete centavos), ficando prorrogado o vencimento do contrato até 30/03/2016.

**CLÁUSULA TERCEIRA: DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Em razão do novo exercício financeiro, a despesa referente ao presente aditamento correrá a conta da seguinte dotação orçamentária:

Unidade Gestora: 2 – Município de Pinheiro Preto  
Órgão Orçamentária: 2000 – Poder Executivo  
Unidade Orçamentária: 2001 – Gabinete do Prefeito  
Função: 4 – Administração  
Subfunção: 122 – Administração Geral  
Programa: 2 – Gestão Administrativa Superior  
Ação: 2.21 – Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito  
3390-0000

Unidade Gestora: 2 – Município de Pinheiro Preto  
Órgão Orçamentária: 2002 – Poder Executivo  
Unidade Orçamentária: 2002 – Secretaria de Administração e Finanças  
Função: 4 – Administração  
Subfunção: 122 – Administração Geral  
Programa: 3 – Administração Geral  
Ação: 2.22 – Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças  
3390-0000

Unidade Gestora: 2 – Município de Pinheiro Preto  
Órgão Orçamentária: 2002 – Poder Executivo  
Unidade Orçamentária: 2003 – Secretaria de Educação e Cultura  
Função: 12 – Educação  
Subfunção: 361 – Ensino Fundamental  
Programa: 12 – Desenvolvimento Educacional  
Ação: 2.32 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental  
3390-0000

Unidade Gestora: 2 – Município de Pinheiro Preto  
Órgão Orçamentária: 2002 – Poder Executivo  
Unidade Orçamentária: 2003 – Secretaria de Educação e Cultura  
Função: 12 – Educação  
Subfunção: 361 – Ensino Fundamental  
Programa: 12 – Desenvolvimento Educacional  
Ação: 2.32 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental  
3390-0000

Unidade Gestora: 2 – Município de Pinheiro Preto  
Órgão Orçamentária: 2002 – Poder Executivo  
Unidade Orçamentária: 2005 – Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente  
Função: 20 – Agricultura  
Subfunção: 606 – Extensão Rural  
Programa: 20 – Assistência ao Produtor Rural  
Ação: 2.40 – Manutenção de Atividade de Apoio a Agricultura  
3390-0000

Unidade Gestora: 2 – Município de Pinheiro Preto  
Órgão Orçamentária: 2005 – Poder Executivo  
Unidade Orçamentária: 2006 – Secretaria de Transportes e Obras  
Função: 6 – Segurança Pública  
Subfunção: 243 – Assistência à Criança e ao Adolescente  
Programa: 4 – Segurança Municipal  
Ação: 2.42 – Manutenção Secretaria de Transporte e Obras  
3390-0000

Unidade Gestora: 03 – Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto  
Órgão Orçamentária: 3000 – Fundo Municipal da Saúde  
Unidade Orçamentária: 3001 – Fundo Municipal da Saúde  
Função: 10 – Saúde  
Subfunção: 301 – Atenção Básica  
Programa: 9 – Saúde com Qualidade  
Ação: 2.55 – Manutenção Vigilância Sanitária em Saúde Sanitária  
3390-0000

Unidade Gestora: 03 – Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto  
Órgão Orçamentária: 3000 – Fundo Municipal da Saúde  
Unidade Orçamentária: 3001 – Fundo Municipal da Saúde  
Função: 10 – Saúde  
Subfunção: 301 – Atenção Básica  
Programa: 9 – Saúde com Qualidade  
Ação: 2.50 – Manutenção Atividades da Saúde  
3390-0000

Unidade Gestora: 04 – Fundo Municipal de Assistência Social de Pinheiro Preto  
Órgão Orçamentária: 4000 – Fundo de Assistência Social  
Unidade Orçamentária: 4001 – Fundo Municipal de Assistência Social  
Função: 8 – Assistência Social  
Subfunção: 244 – Assistência Comunitária  
Programa: 5 – Assistência Social Geral  
Ação: 2.63 – Manutenção CRAS Recurso PAIF  
3390-0000

Unidade Gestora: 04 – Fundo Municipal de Assistência Social de Pinheiro Preto  
Órgão Orçamentária: 4000 – Fundo de Assistência Social  
Unidade Orçamentária: 4001 – Fundo Municipal de Assistência Social  
Função: 8 – Assistência Social  
Subfunção: 244 – Assistência Comunitária  
Programa: 5 – Assistência Social Geral  
Ação: 2.26 – Manutenção da Assistência Social Geral  
3390-0000

#### CLAUSULA QUARTA: DISPOSIÇÕES GERAIS

As demais cláusulas do contrato de fornecimento nº 02/2015 continuam inalteradas.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento de aditamento, em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto – SC, 05 de janeiro de 2016  
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA  
POSTO VENETO LTDA

#### TESTEMUNHAS:

1) .....  
Nome:  
CPF:

2) .....  
Nome:  
CPF:

# Ponte Serrada

## PREFEITURA

### EXTRATO PREGÃO 01/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 001/2016

PREGÃO PRESENCIAL N.º 001/2016

O Município de Ponte Serrada, torna público que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO, sob a forma PRESENCIAL, através do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, válido por 12 meses, para possível aquisição de gêneros alimentícios para compor a merenda escolar.

Recebimento de Envelopes: até as 08:50MIN do dia 18/01/2016. Abertura: às 09h00 horas do dia 18/01/2016.

Informações Complementares: Edital em inteiro teor e demais informações poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Setor de Licitações, na Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, Rua Madre Maria Theodora, n.º 264, Bairro Centro, no horário das 07h00min às 13:00min e pelo site [www.ponteserrada.sc.gov.br](http://www.ponteserrada.sc.gov.br), ou pelo telefone (0XX49) 34350122 e pelo e-mail: [comprasps01@gmail.com](mailto:comprasps01@gmail.com).

Ponte Serrada, 05 de janeiro de 2016.

EDUARDO COPPINI

# Porto Belo

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 1.395, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

DECRETO Nº 1.395, DE 15 DE DEZEMBRO de 2015.

“Regulamenta a Inspeção Municipal e estabelece normas para a elaboração, beneficiamento e comercialização de produtos de origem animal no Município de Porto Belo, e dá outras providências”.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica, bem como em conformidade com a Lei Municipal nº 2.146/2014,

Decreta:

Art. 1º A regulamentação da Inspeção Sanitária e Industrial dos Produtos de Origem Animal, nos seguintes termos:

#### CAPÍTULO I

##### SEÇÃO I

##### DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 2º O presente Regulamento tem por fundamento a Lei Federal nº 1.283, de 18/12/50, o Decreto Federal nº 30.691, de 29/03/52, e conforme dispõe a Lei Federal nº 7.889, de 13/11/89, que regula a obrigatoriedade da prévia inspeção e fiscalização de todos os produtos de origem animal, e destinado a consumo, nos limites de sua área geográfica.

Art. 3º O Serviço de Inspeção Municipal – SIM dos produtos de origem animal, produzidos no âmbito do Município de Porto Belo, reger-se-á pelos Artigos 89 à 105 da Lei Municipal 2.146/2014 e por este Decreto, e atuará na fiscalização e inspeção dos produtos de origem animal, em toda ou qualquer etapa da produção, manipulação ou processamento, sejam industriais ou artesanais.

Art. 4º Compete ao Serviço de Inspeção Municipal, a execução de ações pertinentes ao cumprimento das normas de implantação, registro, funcionamento, orientação, inspeção e fiscalização dos estabelecimentos.

§ 1º O Serviço de Inspeção Municipal para agroindústria de pequeno porte que produzam em pequena escala será composto por médicos veterinários e auxiliares com capacitação técnica, tantos quantos se fizerem necessários, sendo um médico veterinário o inspetor-chefe, responsável pelos trabalhos de fiscalização.

§ 2º O Serviço de Inspeção Municipal poderá estabelecer, a seu critério, as análises rotineiras necessárias para cada produto processado sem ônus para os produtores, bem como coletar novas amostras e repetir análises que julgar convenientes.

##### SEÇÃO II

##### DO REGISTRO

Art. 5º Compete a Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária a realização das inspeções e a emissão do certificado de registro dos estabelecimentos, que será expedido após o atendimento das normas constantes da Lei nº 2.146/2014 e neste Decreto.

Art. 6º Os estabelecimentos de abate ou de processamento de alimentos de origem animal deverão:

I - Efetuar seu registro junto ao órgão municipal de agricultura através de:

- a) requerimento de inscrição no SIM;
- b) registro no cadastro geral de contribuintes do ICMS ou inscrição de produtor rural na Secretaria de Estado da Fazenda;
- c) comprovante de cadastro fiscal no Município;
- d) alvará sanitário;
- e) outros atestados ou exames a critério do SIM.

II - Manter livro oficial onde serão registradas as informações, as recomendações e as visitas de Inspeção Municipal, para fins de controle da produção;

III - Manter em arquivo próprio, sistema de controle que permita confrontar, em qualidade e quantidade, o produto processado com lote que lhe deu origem.

IV - Outras formalidades exigidas em regulamento próprio.

Art. 7º Entende-se por estabelecimento de produtos de origem animal para efeitos deste Decreto, toda e qualquer instalação ou local nos quais são abatidos ou industrializados animais produtores de carnes, bem como onde são recebidos, manipulados, elaborados, transformados, conservados, armazenados, acondicionados, embalados e rotulados com a finalidade comercial ou industrial, a carne e seus derivados, o leite e seus derivados, mel, pescado, ovos e outros produtos de origem animal.

Art. 8º A simples designação "produto", "subproduto", "mercadoria" ou "gênero" significa para efeito do presente Decreto, que se trata de "produto de origem animal e suas matérias-primas".

Art. 9º Além do certificado de registro, todo o estabelecimento deverá atender as exigências técnico-sanitárias fixadas pelo SIM;

Art. 10 O certificado será requerido à coordenação do SIM, instruindo o processo com os seguintes documentos:

- a) fotocópia do CPF ou CNPJ e RG;
- b) Cadastro de Produtor Rural na Secretaria de Estado da Fazenda, quando produtor rural e quando pessoa jurídica apresentar Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica e Inscrição Estadual;
- c) Carteira Sanitária de manipulador de alimento;
- d) laudo de inspeção do terreno e/ou das instalações existentes (fornecido pelo SIM);
- e) Certificado de dedetização;
- f) plantas, croquis ou projetos do estabelecimento e anexos compreendendo:
  - c.1 - as plantas devem ser de fácil visualização e interpretação, declarando qual a escala utilizada;

c.2 - memorial descritivo das instalações;

c.3 - memorial econômico - sanitário, contendo informes de acordo com o modelo elaborado pelo SIM;

g) licença ambiental ou parecer favorável pelo órgão ambiental competente;

h) laudo do exame físico-químico e bacteriológico da água de abastecimento, salvo naqueles casos em que for fornecida por rede pública de abastecimento de água e/ou a critério do SIM; conforme disposto no Artigo 48 do Decreto Estadual nº 3.748 de 12/07/93 e cronograma de execução;

i) cadastro do estabelecimento detalhando atividades, formulações, origem da matéria-prima, processamento, conservação, validade e meio de transporte;

j) fluxograma de processamento.

Art. 11. Eventuais ampliações, reformas ou construções que interfira na área industrial dos estabelecimentos registrados, tanto de suas dependências como instalações, só poderão ser feitas após prévia liberação do SIM, com parecer da vigilância sanitária, além da observância as demais normas pertinentes.

Art. 12. Autorizados os registros, afora os documentos que instruíram o processo, ficarão retidas nos autos cópias reprográficas dos rótulos e embalagens que originaram o certificado de registro.

Art. 13. Satisfeitas as exigências constantes deste Decreto, será emitido o "Certificado de Registro", constando do mesmo o seu número, denominação social, classificação do estabelecimento e outras especificações que se fizerem necessárias.

Art. 14. O certificado terá validade pelo período de 12 (doze) meses, devendo ser renovado a cada novo período, ocasião em que o SIM fará uma vistoria no estabelecimento.

§1º O Certificado de Registro de que trata o "caput" deste artigo, terá validade enquanto não se modificarem quaisquer uns dos seus requisitos;

§2º Os estabelecimentos que não tiverem sofrido alteração física terão renovação automática de seu certificado, bastando que assim atestem no ato de renovação.

§3º Caso seja constatado incongruência entre a realidade e o que houver atestado, haverá a perda automática do alvará de funcionamento.

Art. 15. O estabelecimento que vier a interromper as suas atividades somente poderá reiniciá-las após a realização de vistoria prévia de todas as suas dependências, instalações e equipamentos pelo SIM. Quando o estabelecimento parar suas atividades definitivamente ou por período indeterminado/determinado o SIM deverá ser informado em forma de documento.

Art. 16. O estabelecimento registrado só poderá ser vendido ou arrendado após a competente transferência de responsabilidade do registro junto SIM.

Art. 17. Tratando-se de estabelecimentos reunidos em grupos e pertencentes à mesma firma, é respeitada, para cada um, a classificação que lhe couber, dispensando-se apenas a construção isolada de dependências que possam ser comuns.

### SEÇÃO III DA INSPEÇÃO

Art. 18. Todo estabelecimento detentor do certificado de registro, possuirá inspeção municipal, que abrange a inspeção industrial e sanitária realizada por profissional habilitado na área de medicina veterinária.

Art. 19. As instalações dos estabelecimentos de que trata o presente Decreto, respeitadas as normas de higiene e saúde, serão diferenciadas de acordo com as especificidades de cada atividade de processamento ou com a espécie de animais a serem abatidos, porém obedecerão a preceitos mínimos de construção recomendados pelo serviço de inspeção municipal, observando aspectos como:

I - Adequada aeração e luminosidade;

II - Vedação contra insetos e mosquitos;

III - Desinfecção de equipamentos e utensílios;

IV - Adequada destinação de resíduos e rejeitos;

V - Água potável encanada e sob pressão em quantidade compatível com a demanda do estabelecimento;

VI - Distância mínima de fontes de contaminação e mau cheiro, rios fontes de água e esgoto.

Art. 20. Os produtos resultantes do processamento de que trata esta lei deverão:

I - Possuir registro de formula específico junto ao Serviço de Inspeção Municipal, respeitada a legislação vigente.

II - Possuir embalagens adequadas, sendo que o rótulo deverá conter as informações preconizadas no Código de Defesa do Consumidor, indicação de que o produto é produzido em pequena escala e número de inscrição junto ao Serviço de Inspeção Municipal.

§ 1º Quando comercializados a granel, os produtos serão expostos ao consumo acompanhados de folhetos e cartazes contendo as informações previstas no caput deste artigo.

§ 2º Quando se tratar de convenio com o SIE ou SIF, a embalagem deverá vir acrescida desta informação.

Art. 21. Os técnicos em inspeção portarão Carteira de Identidade Funcional, sempre que o técnico em inspeção estiver desempenhando suas atividades profissionais.

Art. 22. Por ocasião do registro inicial ou da renovação do registro dos estabelecimentos, será exigido, sempre que necessário, de acordo com o volume de produção, que o requerente apresente um responsável técnico de nível superior, legalmente habilitado.

§1º Será dispensável a apresentação de responsável técnico os estabelecimentos constituídos em MEI, com manipulação artesanal ou de pequena monta, devendo apresentar apenas certificado de manipulação de alimentos.

§2º Para fins de dispensa de apresentação de responsável técnico, será considerado manipulação artesanal ou de pequena monta os estabelecimentos que manipulem até 12 toneladas ao ano.

### SEÇÃO IV DA CLASSIFICAÇÃO

Art. 23. Os estabelecimentos sujeitos a aplicação da Lei nº 2146/2014 e deste Decreto, classificam-se em:

I - estabelecimentos de carnes e derivados:

a) matadouros frigoríficos - são aqueles estabelecimentos destinados ao abate de animais de açougue, dotados de equipamentos para frigorificação de produtos, com ou sem dependências industriais;

b) estabelecimentos industriais: são aqueles estabelecimentos destinados a transformação de matéria-prima para a elaboração de produtos



cárneos destinados ao consumo humano ou animal. Aqui se inclui também as charqueadas, fábricas de produtos gordurosos, fábrica de produtos não comestíveis, etc;

c) entrepostos de carne e derivados: são aqueles estabelecimentos destinados ao recebimento, guarda, e conservação, acondicionamento e distribuição de carnes frescas ou frigorificadas das diversas espécies de açougues e outros animais.

II - estabelecimentos de leite e derivados:

a) propriedades rurais: são aqueles estabelecimentos localizados geralmente em zona rural, destinados a produção de leite obedecendo as normas especificadas para cada tipo;

b) entrepostos de leite e derivados: são aqueles estabelecimentos, destinados ao recebimento, resfriamento, transvase, concentração, acidificado, desnatado ou coagulação do leite, do creme, e outras matérias primas para depósito por curto tempo e posterior transporte para a indústria;

c) estabelecimentos industriais: são aqueles estabelecimentos destinados ao recebimento de leite e seus derivados para beneficiamento, manipulação, conservação, fabricação, maturação, embalagem, acondicionamento, rotulagem e expedição, incluídas as usinas de beneficiamento e/ou fábricas de laticínios.

III - estabelecimentos de pescado, derivados e afins que podem ser:

a) propriedade piscicultura: são aqueles estabelecimentos dotados de dependências e instalações adequadas ao abate, escamação, evisceração do pescados em geral fresco ou resfriado;

b) entrepostos de pescados e derivados: são aqueles estabelecimentos dotados de dependências, instalações adequadas ao recebimento, manipulação, frigorificação, distribuição e comércio de pescado;

c) estabelecimentos industriais: são aqueles estabelecimentos dotados de dependências, instalações e equipamentos adequados ao recebimento e industrialização de pescado por qualquer forma.

IV - estabelecimento de ovos e derivados, que podem ser:

a) granjas avícolas: são aqueles estabelecimentos destinados à produção de ovos que fazem a comercialização direta ou indireta de seus produtos;

b) estabelecimentos industriais: são aqueles estabelecimentos destinados ao recebimento e industrialização de ovos;

c) entrepostos de ovos: são aqueles estabelecimentos destinados ao recebimento, classificação, acondicionamento, identificação e distribuição dos ovos em natureza.

V - estabelecimentos de mel e cera de abelhas, que podem ser:

a) apiário: é o conjunto de colméias, materiais e equipamentos, destinados ao manejo das abelhas e à sua produção (mel, cera, própolis, pólen, geléia real etc.);

b) casas do mel: são aqueles estabelecimentos onde se recebe a produção dos apiários, destinada aos procedimentos de extração, centrifugação, filtração, decantação, classificação, envase e estocagem;

c) entrepostos de mel e cera de abelhas: são aqueles estabelecimentos destinados ao recebimento, classificação e industrialização do mel e seus derivados.

## SEÇÃO V

### DO FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DE INSPEÇÃO E REINSPEÇÃO

Art. 24. O Serviço de Inspeção Municipal – SIM para os Produtos de Origem Animal serão compostos respectivamente por Médicos Veterinários, agentes de inspeção e fiscais sanitários, com a coordenação daqueles primeiros, ressalvadas as exceções previstas nos §§ 1º e 2º do Art. 22 deste decreto.

Art. 25. O processo de registro dos estabelecimentos de que trata a Lei nº 2146/2014 e este Decreto serão encaminhados à Coordenação do SIM, emitindo pareceres sobre todos os processos de estabelecimentos de produtos de origem animal, localizados no âmbito do Município de Porto Belo.

Art. 26. A liberação para funcionamento dos estabelecimentos com inspeção dar-se-á após a realização de vistoria final, com a ratificação do Coordenador do SIM.

Art. 27. A inspeção sanitária será instalada nos estabelecimentos de produtos de origem animal, somente após o registro do mesmo no SIM, cabendo a este serviço determinar o número de inspetores necessários para realização das atividades.

Art. 28. Serão inspecionados todos os produtos de origem animal nos estabelecimentos com registro no SIM.

Parágrafo Único. Naqueles casos em que se trate de produtos condenados na forma do disposto na Lei nº 2146/2014, e neste Decreto, os estabelecimentos deverão atender as determinações da inspeção sanitária na destinação dos mesmos.

Art. 29. A Inspeção Sanitária Municipal de produtos de origem animal, será fiscalizada pela coordenação do SIM, que poderá ter apoio na estrutura da Secretaria Municipal de Saúde, junto à Vigilância Sanitária, para efetuar as análises de rotina, dos produtos inspecionados, realizadas periodicamente nos estabelecimentos, antes do produto ir para o comércio.

Art. 30. Os produtos e matérias-primas serão reinspecionados tantas vezes quanto forem necessárias, antes de serem expedidos para consumo.

§ 1º Naqueles casos em que a reinspeção verificar que os produtos e/ou matérias-primas forem julgados impróprios para o consumo, poderão a critério do SIM serem destinados para aproveitamento como subprodutos industriais, derivados não comestíveis e alimentação animal, depois de retiradas as marcas oficiais e forem submetidos à desnaturação, quando for o caso.

§ 2º Quando permitirem o aproveitamento condicional ou beneficiamento, poderão ser autorizados (liberados) pelo SIM, desde que submetidos aos processos apropriados.

Art. 31. Nenhum produto de origem animal que já tenha sido processado, poderá dar entrada em estabelecimento sob inspeção municipal sem que seja claramente identificado como oriundo de outro estabelecimento com inspeção municipal, estadual ou federal.

Parágrafo Único. É vedado o retorno ao estabelecimento de origem do produto processado que, na reinspeção, tenha sido considerado impróprio para o consumo, sendo obrigatória a sua transformação ou inutilização.

Art. 32. Nos estabelecimentos em que se encontrarem depositados produtos processados procedentes de estabelecimento sob inspeção municipal, estadual ou federal, bem como nos demais locais, a reinspeção terá por objeto principal:

I - identificar os rótulos com a composição e as marcas oficiais do produto, bem como a data de fabricação, prazo de validade, número de lote e informações sobre a conservação do produto;

II - verificar as condições de integridade dos envoltórios, recipientes e sua padronização;



III - verificar os caracteres organolépticos sobre uma ou mais amostras conforme o caso;

IV - coletar amostras para exame físico-químico, organoléptico e microbiológico.

Art. 33. Compete ao SIM à fiscalização das condições higiênicas e instalações dos veículos, vagões e de todos os meios de transporte utilizados.

Art. 34. A critério do SIM os estabelecimentos de origem das matérias-primas e/ou produtos apreendidos, poderão ser autorizados para aproveitá-las a título de rebeneficiamento ou utilização para fins não comestíveis.

Art. 35. No caso de suspeita de contaminação dos produtos e matérias-primas, será coletada amostra para exame laboratorial dos mesmos com a imediata suspensão da sua comercialização, ficando o responsável legal do estabelecimento ou seu preposto como fiel depositário dos mesmos até o resultado dos exames.

Art. 36. A mercadoria contaminada ou alterada, que não for passível de aproveitamento para consumo humano na forma do estabelecido na Lei nº 2146/2014, e neste Decreto, será destruída por processo de incineração ou agente físico/químico.

## SEÇÃO VI

### DOS ESTABELECIMENTOS

Art. 37. Os estabelecimentos que processarem produtos de origem animal deverão atender as seguintes condições, além daquelas já definidas na Lei nº 2.146/2014:

I - estar localizado distante o suficiente de fontes produtoras de odores desagradáveis ou de poluição de qualquer natureza, que possam vir a comprometer as características do produto;

II - dispor de área suficiente para a construção de todas as instalações necessárias ao seu funcionamento;

III - dispor de luz natural e/ou artificial abundante e com ventilação suficiente em todas as dependências do estabelecimento;

IV - possuir pisos convenientemente impermeabilizados com material adequado para esse fim;

V - ter paredes e/ou separações revestidas e impermeabilizadas, na altura compatível com a atividade exercida;

VI - possuir forro adequado em todas as suas dependências;

VII - dispor de dependências e instalações mínimas, que sejam adequadas para a industrialização, conservação, embalagem, e depósitos de produtos comestíveis;

VIII - dispor de mesas construídas de material adequado, que facilitem a higienização e a execução dos trabalhos;

IX - dispor de recipientes adequados para o acondicionamento de matéria-prima e/ou produtos de origem animal;

X - dispor de recipientes identificados pela cor vermelha para a colocação dos produtos não comestíveis;

XI - dispor de redes de abastecimento de água que atenda às necessidades do trabalho industrial e às dependências sanitárias e, quando for o caso, de instalações de tratamento de água;

XII - manter sistemas de cloração de água de abastecimento, sempre que necessário;

XIII - dispor de água fria e quente suficiente para manter higienizado o estabelecimento e, quando for o caso, de instalações de vapor, em todas as dependências de manipulação e preparo de produtos e subprodutos comestíveis e não comestíveis;

XIV - dispor de rede de esgoto em todas as dependências, bem como de sistema de tratamento de água servida, conforme normas estabelecidas pelo órgão competente;

XV - possuir janelas e portas de fácil abertura, dotadas de tela à prova de insetos;

XVI - possuir instalações de frio, quando necessário, de tamanho e capacidade adequadas;

XVII - possuir "jiraus", quando permitidos, com pé direito mínimo a juízo do SIM;

XVIII - dispor de equipamentos adequados e necessários à execução da atividade do estabelecimento e quando for o caso, inclusive para aproveitamento de subprodutos;

XIX - só possuir telhados de meia água quando mantido o pé direito à altura mínima exigida da dependência correspondente;

XX - dispor de local e tratamento com água em abundância para higienização dos veículos utilizados no transporte dos produtos;

XXI - os estabelecimentos deverão ser mantidos livres de moscas, mosquitos, baratas, ratos, camundongos e quaisquer outros insetos ou animais agindo-se cautelosamente quando ao emprego de venenos, cujo uso só é permitido nas dependências não destinadas à manipulação ou depósito de produtos comestíveis e mediante autorização da inspeção municipal, não sendo permitido o emprego de produtos biológicos.;

XXII - não possuir e/ou manter no local cães, gatos e outros animais de qualquer espécie no recinto do estabelecimento, locais de coleta da matéria-prima e adjacências;

XXIII - possuírem em conformidade com a legislação aplicável a matéria, vestiários e instalações sanitárias adequadamente funcionais, cujas dimensões sejam em número proporcional ao pessoal, com acesso indireto às dependências industriais quando localizadas no mesmo espaço físico;

## SEÇÃO VII

### DO PESSOAL

Art. 38. As pessoas envolvidas na manipulação de processamento de alimentos deverão portar carteira de saúde.

Art. 39. Ficam os funcionários do estabelecimento obrigados a fazerem anualmente pelo menos um exame de saúde, que deverá ser remeido ao Serviço de Inspeção Municipal.

Parágrafo Único. Mencionado exame médico poderá ser exigido sempre que necessário para qualquer funcionário, inclusive os seus proprietários, que também exerçam atividades no estabelecimento.

Art. 40. Os funcionários deverão utilizar uniforme completo, trocados diariamente, na cor clara e limpos, sendo compostos de calça, botas, avental e gorro.

§ 1º Os funcionários que exercem funções nas oficinas, setores de manutenção e outros, deverão utilizar uniformes com cores diferenciadas, ficando vedado o acesso ao interior do estabelecimento onde se processa a matança ou se manipulam produtos comestíveis;

§ 2º Os visitantes somente poderão ter acesso ao interior do estabelecimento quando devidamente uniformizados e autorizados pelo responsável do Serviço de Inspeção.

Art. 41. A existência de dermatoses, doenças infecto-contagiosas ou repugnantes e de portadores de salmonela, em qualquer pessoa que exerça atividade industrial no estabelecimento, implicará no seu afastamento do local de trabalho.

Parágrafo Único. O Serviço de Inspeção Municipal deverá de ser comunicado da ocorrência do exposto no "caput" deste artigo, que por sua vez cientificará as autoridades de saúde pública do fato.

Art. 42. Fica vedado aos funcionários:

I - ter adornos nas mãos, pulsos ou pescoço;

II - apresentar sintomas ou afecções de doenças infecciosas, abscessos ou supurações cutâneas;

III - cuspir, fumar ou realizar qualquer ato físico que de alguma maneira possa contaminar o alimento.

## SEÇÃO VIII

### DA ROTULAGEM

Art. 43. As matérias-primas ou produtos finais de origem animal que derem entrada em indústria e/ou no comércio municipal deverão proceder de estabelecimentos sob inspeção industrial e sanitária de órgão federal, estadual ou do SIM, devidamente identificados por rótulos, carimbos, documentos sanitários e fiscais pertinentes.

Parágrafo Único. Tratando-se de carnes "in natura", estas deverão ser submetidas a tratamento por frio no próprio estabelecimento de origem.

Art. 44. Todos os ingredientes, aditivos e outros produtos que venham a compor qualquer tipo de massa, deverão ter aprovação nos órgãos competentes do Ministério da Saúde e/ou Ministério da Agricultura.

Art. 45. Todos os produtos de origem animal, embalados na ausência do cliente, e encaminhado para comercialização deverá estar identificado por meio de rótulo, aprovadas previamente pelo SIM.

Parágrafo Único. Fica a critério do SIM a utilização em determinados produtos de rótulo sob a forma de etiqueta ou uso exclusivo do carimbo da inspeção.

Art. 46. Considera-se rótulo, para efeito do artigo anterior, qualquer identificação impressa, litografada ou gravada a fogo sobre a matéria-prima e/ou na embalagem.

Art. 47. Para fins de identificação na rotulagem da classificação dos estabelecimentos de produtos de origem animal, fica determinada a seguinte nomenclatura:

I - A - matadouros ou matadouros frigoríficos de aves;

II - C - matadouros ou matadouros frigoríficos de coelhos;

III - E - estabelecimentos industriais de produtos cárneos e seus derivados;

IV - L - estabelecimentos de leite ou derivados;

V - M - estabelecimentos de mel, cera de abelha e derivados;

VI - O - estabelecimentos de ovos e derivados;

VII - P - estabelecimentos de pescados, derivados e afins.

Art. 48. O rótulo dos produtos de origem animal deverão conter as seguintes informações:

I - nome verdadeiro do produto em caracteres destacados;

II - nome da firma responsável (razão social) e CNPJ;

III - natureza do estabelecimento, conforme classificação prevista neste regulamento;

IV - carimbo oficial da Inspeção Sanitária Municipal;

V - endereço e telefone do estabelecimento;

VI - marca comercial do produto;

VII - data de fabricação do produto;

VIII - "Prazo de validade" do produto ou "consumido até...";

IX - peso líquido;

X - composição (lista de ingredientes) e forma(s) de conservação do produto;

XI - indústria brasileira;

XII - informações nutricionais, se for o caso;

XIII - Identificação do lote;

XIV - e demais disposições legais aplicáveis à matéria.

Parágrafo Único. No caso da utilização de carne eqüídea ou produtos com ela elaborados parcial ou totalmente, exigir-se-á ainda, a declaração do rótulo "Carne de Eqüídeo" ou "Preparada com Carne de Eqüídeo" ou "Contém Carne de Eqüídeo".

Art. 49. Os produtos destinados à alimentação animal deverão conter em seu rótulo a inscrição "ALIMENTAÇÃO ANIMAL".

Art. 50. Os produtos que não forem destinados à alimentação humana ou animal deverão conter em seu rótulo a inscrição "NÃO COMESTÍVEL".

Art. 51. Quando se tratarem de produtos que por sua dimensão não comportem no rótulo todos os dizeres determinados pela legislação vigente, as informações poderão estar inscritas em embalagens coletivas devidamente higienizadas e adequadas ao produto, como caixas, latas, etiquetas etc.

Art. 52. É vedada à reutilização de embalagens, salvo àquelas que permitam completa higienização e desinfecção, com prévia autorização do SIM.

## SEÇÃO IX

### DO TRANSPORTE E TRÂNSITO

Art. 53. Os produtos e matérias-primas de origem animal, oriundos de estabelecimentos com inspeção municipal que atendam a Lei nº 2.146/2014 e neste Decreto poderão ser expostos ao consumo e constituir objeto de comercialização no Município de Porto Belo.

Art. 54. As autoridades públicas responsáveis pela vigilância sanitária de alimentos no centro de consumo, deverão comunicar ao SIM os resultados das ações fiscais e análises de rotina por elas realizadas, se dos mesmos resultar apreensão ou condenação dos produtos, subprodutos ou matérias-primas de origem animal.

Parágrafo Único. Na hipótese de se apresentar 3(três) análises fiscais (análise físico-química e microbiológica) consecutivas em desacordo com a legislação vigente, o estabelecimento será punido com a suspensão das atividades por tempo determinado à critério do SIM.

Art. 55. Todos os produtos de origem animal em trânsito no Município de Porto Belo, deverão estar devidamente embalados, acondicionados

e rotulados em conformidade com o disposto na Lei nº 2.146/2014, e este Decreto, ficando sujeitos a reinspeção pelos técnicos do SIM nos postos fiscais fixos ou volantes, bem como nos estabelecimentos de destino.

Art. 56. Os produtos de origem animal procedentes de estabelecimentos com inspeção permanente que estiverem em trânsito, deverão se fazer acompanhar obrigatoriamente do "CERTIFICADO SANITÁRIO", com o visto do Médico Veterinário responsável pela sua inspeção, excluído o leite a granel e aqueles constantes no Parágrafo Único do Art. 22.

Art. 57. Os produtos de origem animal procedentes de estabelecimentos com inspeção periódica que estiverem em trânsito, deverão se fazer acompanhar da "GUIA DE TRÂNSITO" com o visto do responsável técnico pela empresa nos estabelecimentos em que for exigido.

Art. 58. O transporte de produtos de origem animal deverá ser feito em veículo apropriado para este fim e que o mantenha em perfeito estado de conservação.

§ 1º Não poderão ser transportados produtos ou mercadorias de outra natureza com os produtos de origem animal destinados ao consumo humano.

§ 2º Para que possam ser transportados deverão estar acondicionados higienicamente em recipientes adequados independentes de sua embalagem (individual ou coletiva).

## SEÇÃO X DAS OBRIGAÇÕES.

Art. 59. Os Estabelecimentos deverão ter registros diários em livros e mapas próprios com base em modelos fornecidos pelo SIM, as entradas e saídas de matérias-primas e produtos, com a especificação da quantidade, qualidade e sua destinação.

§ 1º Em se tratando de matéria-prima procedente de outros estabelecimentos sob inspeção, deverá ser feito o registro nos livros e mapas indicados, da data de entrada, número do certificado sanitário e o registro do estabelecimento fornecedor.

§ 2º Na hipótese de cancelamento do certificado de registro, o estabelecimento deverá devolver ao SIM o material pertencente ao Município, incluídos aqueles de natureza científica, arquivos, carimbos oficiais do SIM, bem como as embalagens com o carimbo do SIM.

Art. 60. Cabe ao estabelecimento fornecer, sempre que necessário, aos empregados e funcionários da inspeção uniformes completos e adequados aos diversos serviços, em conformidade com as recomendações do SIM.

Art. 61. Fornecer material próprio, utensílios e substâncias adequadas para guarda, conservação e transporte de materiais e produtos normais e/ou peças fitopatológicas, a serem remetidos ao laboratório, bem como para os trabalhos de limpeza, desinfecção, esterilização de instrumentos, aparelhos ou instalações.

Art. 62. Ter local apropriado, a juízo da inspeção municipal, para recebimento e guarda de matérias-primas procedentes de outros estabelecimentos sob inspeção ou de retorno de centros de consumo, para serem reinspecionados, bem como para seqüestro de matérias-primas e produtos suspeitos. Quando condenados, devem ter destino específico e próprio imediatamente após sua condenação.

Art. 63. Possuir substâncias apropriadas para desnaturação de produtos condenados, quando não houver instalações para sua imediata transformação.

Art. 64. Manter atualizado o registro do recebimento de matérias-primas, especificando procedência e qualidade dos produtos fabricados, bem como saída e destino dos mesmos.

Art. 65. Aos proprietários de estabelecimentos com inspeção permanente, competem:

I - dar aviso antecipado de 24 horas, no mínimo, sobre a realização de quaisquer trabalhos nos estabelecimentos sob inspeção permanente, mencionando sua nobreza, hora de início e de provável conclusão;

II - avisar, com antecedência, a chegada de animais a serem abatidos e fornecer todos os dados que são solicitados pela inspeção municipal;

III - quando o estabelecimento funcionar em regime de inspeção permanente e estiver afastados do perímetro urbano, fornecer gratuitamente condução, no caso de não haver meio de transporte público fácil e acessível, condições que serão avaliadas pelo SIM.

IV - fornecer gratuitamente alimentação ao pessoal da inspeção quando os horários para refeições não permitir que os servidores as façam em suas residências, a juízo da inspeção, junto ao estabelecimento;

Art. 66. São ainda obrigações dos estabelecimentos que trata a Lei Municipal nº 2.146/2014, e este Decreto:

I - realizar o tratamento adequado das águas servidas;

II - dar o destino adequado ao lixo proveniente do estabelecimento;

III - apresentar a documentação sanitária necessária dos animais para o abate;

IV - apresentar a documentação sanitária atualizada de seus funcionários, quando solicitado;

V - acondicionar e/ou depositar de forma adequada os produtos e/ou matérias primas, em câmaras-frias e outras dependências, conforme o caso;

VI - transportar os produtos e/ou matérias-primas em condições de higiene e/ou temperaturas inadequadas;

VII - remover da área suja ou recepção às impurezas e detritos, após o recebimento, pesagem, seleção e pré-lavagem, de modo a evitar a formação de focos de contaminação e/ou fermentação;

VIII - marcar o maquinário, carros, tanques, vagonetes, caixas, mesas, equipamentos e demais utensílios, para o fim de evitar equívocos entre os destinos de produtos comestíveis e os usados no transporte ou depósito de produtos não comestíveis, ou ainda utilizados na alimentação de animais, com o uso das terminologias "comestíveis" e "não comestíveis";

IX - lavar antes e após o processamento dos produtos com o emprego substâncias registradas nos órgãos competentes, os pisos, paredes, equipamentos e utensílios utilizados na agroindústria, deixando-os devidamente desinfetados.

X - Descartar e repor utensílios e/ou equipamentos que não cumpram suas funções com mínima eficácia e segurança.

XI - Manter pessoal habilitado na direção dos trabalhos técnicos do estabelecimento;

XII - recolher as taxas de expediente previstas na legislação vigente;

XIII - dar aviso, com antecedência de 12 horas, sobre a chegada ou o recebimento de pescado.

## CAPÍTULO II SEÇÃO I INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 67. As penalidade descritas pela Lei Municipal 2.146/2014, serão aplicadas sem prejuízo de outras que, por lei, possam ser impostas por autoridades de saúde pública ou policiais.

Art. 68. Não pode ser aplicada multa, sem que previamente seja lavrado o auto de infração detalhando a falta cometida, o artigo infringido, a natureza do estabelecimento com a respectiva localização e a firma responsável.

Art. 69. O auto de infração deve ser assinado pelo servidor que constatar a infração, pelo proprietário do estabelecimento ou representante da firma, ou ainda, por duas testemunhas.

Parágrafo Único. Sempre que o infrator ou as testemunhas se neguem a assinar o auto, será feita declaração a respeito no próprio auto, remetendo-se uma das vias do auto de infração ao proprietário da firma responsável pelo estabelecimento, por correspondência registrada e mediante recibo.

Art. 70. O pagamento da multa poderá ser efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, por oitenta por cento do seu valor, apresentando ao SIM o competente comprovante de recolhimento à repartição arrecadadora municipal.

Parágrafo único. Não ocorrendo o pagamento da multa no prazo estabelecido, seu valor será atualizado à data do pagamento, pelo mesmo número de UFM-PB fixado por Lei.

Art. 71. Caberá recurso ao Secretário de Agricultura e Pecuária contra a imposição de multa que poderá ser interposto no prazo de 15 dias, sem o recolhimento do seu valor.

§ 1º No caso de não provimento do recurso, aplicar-se-á o estabelecido no parágrafo único do art. 74.

§ 2º Se o infrator recolher o valor da multa e apresentar recurso, se julgada improcedente a penalidade, ser-lhe-á devolvida a importância paga, atualizada em UFM-PB ou por índice legal de correção dos débitos fiscais.

Art. 72. Os prazos são contados a partir do dia em que o infrator tenha sido notificado da lavratura do auto de multa.

Art. 73. Julgada procedente a multa sem o devido recolhimento no prazo legal implica na cobrança executiva, mediante a documentação existente, podendo, neste caso ser suspensa a Inspeção Municipal junto ao estabelecimento.

Art. 74. São responsáveis pela infração frente às disposições do presente Regulamento, para efeito de aplicação das penalidades nele previstas, as pessoas físicas ou jurídicas;

I - produtores de matéria-prima de qualquer natureza, aplicável à indústria animal, desde a frente de origem, até o recebimento nos estabelecimentos registrados ou relacionados no SIM;

II - proprietários ou arrendatários de estabelecimentos registrados ou relacionados onde forem recebidos, manipulados, transformados, elaborados, preparados, conservados, acondicionados, distribuídos ou despachados produtos de origem animal;

III - proprietários, arrendatários ou responsáveis por casas atacadistas ou varejistas que receberem, armazenarem ou venderem produtos de origem animal;

IV - que expuserem à venda, em qualquer parte, produtos de origem animal;

V - que transportarem produtos de origem animal.

Parágrafo Único - A responsabilidade à que se refere o presente Artigo abrange as infrações cometidas por quaisquer empregados ou prepostos das pessoas físicas ou jurídicas que exploram a indústria dos produtos de origem animal.

Art. 75. A aplicação da multa não isenta o infrator do cumprimento de exigências que a tenham motivado, marcando-se-lhe, quando for o caso, novo prazo para o cumprimento, findo o qual poderá, de acordo com a gravidade da falta e a juízo do SIM, ser novamente multado no dobro da multa anterior, ser suspensa a Inspeção Municipal ou cassado a Certificado de Registro do estabelecimento.

## SEÇÃO II

### DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 76. O serviço de Inspeção Municipal divulgará todas as normas que forem expedidas, para conhecimento das autoridades e conforme o caso fará um comunicado direto aos órgãos envolvidos.

Art. 77. O SIM promoverá a mais estreita cooperação com os órgãos congêneres, no sentido de obter o máximo de eficiência e praticidade na inspeção industrial e sanitária.

Art. 78. O SIM deverá dispor de pessoal técnico em número adequado à realização da inspeção sanitária "ante-mortem" e "post-mortem" e "tecnológica", obedecendo a legislação vigente.

Art. 79. O SIM manterá atualizado dados estatísticos referentes ao abate, industrialização de produtos de origem animal, condenação de animais e outros dados julgados importantes.

Art. 80. Os rótulos e carimbos que estejam em desacordo com este regulamento poderão ser utilizados mediante autorização expressa do Serviço de Inspeção Municipal.

Art. 81. São parte integrante deste Decreto, os anexos nos I,II,III,IV,V,VI,VII e VIII, IX que tem por objeto a regulamentação de cada ramo de inspeção e as respectivas normas gerais para manipuladores, matérias-primas, equipamentos e instalações para todos os tipos de Produtos de Origem Animal, bem como as normas burocrática para registro e procedimento do Sistema de Inspeção Municipal.

Art. 82. Sempre que possível o SIM deve facilitar a seus técnicos a realização de estágios e cursos em laboratórios, estabelecimentos e escolas, visando o melhor aprimoramento técnico dos mesmos.

Art. 83. Nos pequenos abatedouros e fábricas de conserva de pescado, cujo volume de resíduos industrializáveis não justifique a instalação de aparelhagem para a sua transformação, fica a juízo do SIM, permitir o encaminhamento dessa matéria-prima a estabelecimentos dotados de maquinários próprios à finalidade.

Art. 84. É proibida a entrada de pessoas estranhas aos trabalhos no interior do estabelecimento.

Art. 85. Os servidores dos SIM, em serviço de inspeção, têm livre trânsito, em qualquer dia ou hora, a qualquer estabelecimento relacionado no Artigo 3º deste Regulamento.

Art. 86. Nos casos de cancelamento de registro a pedido dos interessados, bem como nos de cassação como penalidade, devem ser inutilizados os carimbos oficiais nos rótulos, e as matrizes entregues à inspeção municipal mediante recibo.

Art. 87. As autoridades civis e militares, com encargos policiais, darão todo apoio, desde que sejam solicitadas, aos servidores da inspeção municipal, ou seus representantes, mediante identificação, quando no exercício do seu cargo.

Art. 88. O presente Regulamento poderá ser alterado no todo ou parte, de acordo com o interesse do Serviço ou por conveniência administrativa, observando-se sempre a preservação do padrão sanitário da matéria-prima e dos respectivos produtos.

Art. 89. Estabelecimentos clandestinos, ou seja, aqueles que se encaixam dentro das especificações do Artigo 3º desse Regulamento, mas, que por qualquer motivo, não estão sob inspeção federal, estadual ou do SIM, também estão sujeitos às penalidades aqui previstas.

Art. 90. É de competência exclusiva da Secretaria de Agricultura e Pecuária a coordenação, a execução e a supervisão das normas contidas neste Regulamento, com apoio da Secretaria de Saúde, Vigilância Sanitária, Secretaria de Pesca e Aquicultura e Médico Veterinário.



Art. 91. As dúvidas de interpretação para aplicação dos dispositivos deste Regulamento serão resolvidas pelo Secretário da Agricultura e Pecuária.

Art. 92. Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho de Agricultura e Pesca.

Art. 93. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo – SC, aos 15 dias do mês de dezembro de 2015.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

PREFEITO DE PORTO BELO

## ANEXO I

### REGULAMENTO DE INSPEÇÃO SANITÁRIA E INDUSTRIAL PARA LEITE E DERIVADOS

#### LEITE “IN NATURA”

##### 1 - DA SANIDADE DOS ANIMAIS

Art. 1º Denomina-se “gado leiteiro” todo rebanho explorado com finalidade de produzir leite, segundo sua espécie.

Art. 2º O gado leiteiro será mantido sob Controle Sanitário nos estabelecimentos produtores de leite.

Art. 3º O controle a que se refere o artigo anterior será exercido por Médico Veterinário credenciado pelo SIM.

Art. 4º Só se permite o aproveitamento do leite de vaca, de cabra, de ovelha e de outras espécies, quando:

I - as fêmeas se apresentam clinicamente sãs em bom estado de nutrição;

II - não estejam no período final de gestação, nem na fase colostrar;

III - não reajam à prova de tuberculose (tuberculina) nem apresentem reação positiva às provas do diagnóstico da brucelose, obedecidos os dispositivos da legislação em vigor.

§ 1º - Qualquer alteração no estado de saúde dos animais, capaz de modificar a qualidade do leite, justifica a condenação do produto para fins alimentícios e toda a qualidade a que tenha sido misturado. As fêmeas em tais condições devem ser afastadas do rebanho, em caráter provisório ou definitivo.

§ 2º - Os animais suspeitos ou atacados de tuberculose ou brucelose serão sumariamente afastados da produção leiteira, incorrendo nas penas de lei, as pessoas físicas ou jurídicas e servidores ou não, que deixarem de dar cumprimento, ou embaraçarem os trabalhos.

Art. 5º É proibido ministrar alimentos que possam prejudicar a fêmea lactante ou a qualidade do leite, incluindo-se nesta proibição, substâncias estimulantes de qualquer natureza capazes de provocar aumento na produção láctea com prejuízo da saúde do animal e humana.

Art. 6º É obrigatório o afastamento da produção leiteira, as fêmeas que:

I - se apresentem em estado de magreza extrema ou caquéticas;

II - sejam suspeitas ou atacadas de doenças infecto-contagiosas;

III - se apresentem febris, com mamite, diarreia, corrimento vaginal ou qualquer manifestação patológica, a juízo da autoridade sanitária;

IV. estejam recebendo tratamento quimioterápico, com drogas cuja excreção seja possível pelo leite e que possam provocar danos a saúde ou prejuízos tecnológicos.

Parágrafo único - O animal afastado da produção só pode voltar à ordenha após exame procedido por veterinário credenciado.

Art. 7º São obrigatórias as provas biológicas para diagnósticos de tuberculose e brucelose, praticadas tantas vezes quantas necessárias nos estabelecimentos de produção de leite tipo A e B, e a juízo da inspeção naquelas que produzem outros tipos de leite.

Art. 8º Será interditada a propriedade rural, a que se refere para efeito de aproveitamento do leite destinado à alimentação humana, quando se verifique surto de doenças infecto-contagiosas que justifique a medida.

§ 1º Durante a interdição da propriedade, poderá o leite ser empregado na alimentação de animais, depois de submetido à fervura.

§ 2º A suspensão da interdição será determinada pelo SIM ou por órgão estadual de Defesa Sanitária Animal, depois do restabelecimento completo do gado.

##### 2 - DA ORDENHA

Art. 9º A ordenha deverá ser feita com regularidade e diariamente, conforme o registro de duas ou três ordenhas por dia.

§ 1º - A ordenha deve ser feita observando-se:

I - horário que permita a entrada de leite no estabelecimento de destino, dentro dos prazos previstos neste regulamento;

II - vacas limpas, descansadas, com úberes lavados e enxugados e a cauda presa;

III - ordenhador asseado, com mãos e braços lavados e unhas cortadas, de roupas/macacão e gorro limpos e de uso exclusivo para esta finalidade;

IV - rejeição dos primeiros jatos de leite, fazendo a ordenha total e ininterrupta com esgotamento das 04 (quatro) tetas.

§ 2º - É permitido a ordenha mecânica, e em tal caso é obrigatória a rigorosa lavagem e esterilização de todas as peças da ordenhadeira, as quais serão mantidas em condições adequadas.

§ 3º - Na ordenha manual é obrigatório o uso de baldes previamente higienizados.

Art. 10. Para o leite tipo A, B e INTEGRAL a ordenha deve ser feita em salas ou dependências apropriadas.

§ 1º - No caso de leite B e INTEGRAL, permite-se a ordenha no estábulo, desde que esta seja mecânica.

§ 2º - Para o leite tipo A, é obrigatória a ordenha mecânica, a pré-filtragem e o beneficiamento até o tanque de depósito em circuito fechado.

§ 3º - Para os demais tipos de leite a ordenha pode ser feita no próprio estábulo ou em instalações simples, porém higiênicas, de acordo com que se estabelece o presente regulamento.

##### 3 - DOS VASILHAMES

Art. 11. Logo após a ordenha o leite deve ser passado para vasilhame próprio, previamente higienizado através da tela apropriada

convenientemente limpa no próprio estabelecimento, momento antes do uso.

Art. 12. O vasilhame com leite deve ser mantido em tanque com água fria corrente ou preferentemente quando houver condições, a menos de 10°C (dez graus centígrados).

Art. 13. Todo vasilhame empregado no condicionamento de leite, na ordenha, na coleta ou para mantê-lo em depósito deve atender o seguinte:

I - ser de material com perfeito acabamento e sem falhas, com formato que facilita sua lavagem e esterilização, não devendo possuir, na parte interna ranhuras ou soldas que não permitam a boa higienização ou acumulem resíduos;

II - estar convenientemente limpo no momento da ordenha e ser devidamente lavado após utilizado;

III - Possuir tampa de modo a evitar vazamento ou contaminação;

IV - Ser destinado exclusivamente ao transporte ou ao depósito de leite, não podem ser utilizado no acondicionamento de soro ou de leite impróprio para o consumo;

V - Trazer identificação de procedência por meio de marca, numeração, etiqueta, ou outro sistema devidamente aprovado;

VI - No caso do leite tipo B, deverá ainda possuir na altura das alças dos latões, uma faixa pintada na cor verde.

Art. 14. O Vasilhame contendo leite deve ser resguardado da poeira dos raios solares e das chuvas.

#### 4 - DA CLASSIFICAÇÃO

Art. 15. São leites de consumo "in-natura": o integral, o padronizado, o magro e o desnatado, que devem ser devidamente identificados.

Parágrafo único - É proibido, nas propriedades rurais, a padronização ou o desnate parcial ou total do leite destinado ao consumo.

Art. 16. É permitida a produção e venda dos seguintes tipos de leite de consumo em espécie:

I - leite tipo A ou granja;

II - leite tipo B ou estábulo;

III - leite tipo C padronizado;

IV - leite tipo C integral;

V - leite magro;

VI - leite desnatado;

VII - leite esterilizado;

VIII - leite reconstituído.

#### 5 - DO BENEFICIAMENTO

Art. 17. Entende-se por beneficiamento de leite, seu tratamento desde a seleção, por ocasião da entrada em qualquer estabelecimento até o acondicionamento final, compreendendo as seguintes operações obrigatórias: filtração, pasteurização, refrigeração, acondicionamento e outras práticas tecnicamente aceitáveis.

§ 1º - É proibido misturar o leite sem a retirada de amostra de cada produtor, devidamente identificada para fins de análise.

§ 2º - É proibido o emprego de substâncias químicas na conservação do leite.

Art. 18. Entende-se por filtração a retirada por processo mecânico das impurezas do leite mediante centrifugação ou passagem em material filtrante próprio.

Art. 19. Entende-se por pasteurização o emprego conveniente do calor seguido de resfriamento, com o fim de destruir totalmente a flora microbiana patogênica sem alteração sensível da constituição física e do equilíbrio químico do leite, sem prejuízo dos seus elementos bio-químicos, assim como de suas propriedades organolépticas normais.

§ 1º - Permite-se os seguintes processos de pasteurização:

I - pasteurização lenta - consiste no aquecimento do leite entre 62º C (sessenta e dois graus centígrados) e 65º C (sessenta e cinco graus centígrados) por 30 (trinta) minutos, mantendo-o sob agitação lenta em aparelhagem apropriada seguido de rápido resfriamento a uma temperatura entre 2º C (dois graus centígrados) a 5º C (cinco graus centígrados);

II - pasteurização rápida ou de curta duração - consiste no aquecimento do leite em camada laminar a uma temperatura entre 72ºC (setenta e dois graus centígrados) a 75ºC (setenta e cinco graus centígrados) por 15 (quinze) a 20 (vinte) segundos, seguido de um rápido resfriamento a uma temperatura entre 2ºC (dois graus centígrados) e 5ºC (cinco graus centígrados). Este processo será realizado em aparelhagem própria que atenda às especificações técnicas exigidas.

§ 2º - Logo após a pasteurização o leite deve ser distribuído envasado ao consumo ou armazenado em câmara frigorífica a 5ºC (cinco graus centígrados) no máximo.

§ 3º - Para leite de consumo (leite pasteurizado e envasado), os pasteurizadores deverão apresentar-se convenientemente instalados, em perfeito funcionamento, possuir controle de temperatura e apresentar eficiência comprovada por órgão competente aceito pelo SIM.

Art. 20. Entende-se por refrigeração, a aplicação do frio industrial ao leite cru ou pasteurizado, baixando-se a temperatura a 4ºC ou menos, temperatura esta que inibe o crescimento microbiano.

Parágrafo único - Para diversos tipos de leite são fixados os seguintes limites superiores de temperatura:

I - refrigeração no posto, para ser transportado à usina ou entreposto - usina a 4ºC (quatro graus centígrados);

II - conservação no entreposto - usina antes da pasteurização, em tanques com agitador mecânico 4ºC (quatro graus centígrados);

III - refrigeração após a pasteurização a 5º C (cinco graus centígrados);

IV - conservação envasado, em câmara frigorífica, que deve ser mantida a 5º C (cinco graus centígrados);

V - entrega ao consumo, leite envasado a no máximo 10º C (dez graus centígrados);

VI - entrega ao consumo, leite esterilizado a temperatura ambiente.

Art. 21. Entende-se por congelação a aplicação intensa do frio ao leite, de modo a solidificá-lo periférica e parcialmente.

Parágrafo único: A congelação só pode ser realizada mediante as seguintes condições:

I - ser reconhecida pelo SIM a necessidade de sua aplicação;

II - ser aplicadas apenas ao leite que se destina aos tipos C, magro e desnatado ou de outras espécies animais com comprovação científica de não se alterar o valor alimentício e suas propriedades ou por fim industriais;

III - estar o leite devidamente filtrado, pré-aquecido ou não e refrigerado a 5ºC (cinco graus centígrados);

IV - A temperatura de congelação deve ser de -8ºC (oito graus centígrados negativos);

V - de mais situações a critério do SIM.



Art. 22. Entende-se por envasamento, a operação pela qual é embalado higienicamente, de modo a evitar a contaminação, facilitar sua distribuição e excluir a possibilidade de fraude.

§ 1º - O envasamento só pode ser realizado em propriedades leiteiras, estábulos, usinas de beneficiamento de leite, entrepostos-usinas e ainda nos casos previstos neste regulamento.

§ 2º - O envase do leite deverá ser feito mecanicamente em embalagens invioláveis de material estéril e eficiente de acordo com as normas deste regulamento, obedecido os critérios para cada tipo de leite.

Art. 23. Para estabelecimentos que beneficiem o leite "in natura" e que não comportem a instalação de equipamentos automáticos e/ou semi-automáticos poderá ser permitido a juízo do SIM, o seu envase manual.

Parágrafo único: Quando o envase do leite for manual, os fechos, tampos ou lacres e/ou a impressão dos rótulos seguirão a mesma padronização determinada para o leite envasado mecanicamente.

## 6 - DA ROTULAGEM

Art. 24. A impressão dos rótulos nas embalagens do leite "in natura" deve seguir a seguinte padronização:

I - ter a inscrição do "tipo" de fácil visualização;

II - ser impresso na cor;

"azul" para o leite tipo A

"verde" para o leite tipo B

"cinza" para o leite tipo C

"vermelho" para o leite magro

"amarelo" para leite desnatado

"marrom" para o reconstituído

"laranja" (tijolo) para o leite tipo C integral

## 7 - DO TRANSPORTE AO CONSUMO

Art. 25. O transporte do leite envasado deve ser feito em veículos higiênicos e adequados, que permitem sua entrega ao consumo com temperatura máxima de 10º C (dez graus centígrados).

## 8-QUEIJOS

Art. 26. Entende-se por "queijo", o produto obtido do leite integral padronizado, magro ou desnatado, pasteurizado, coagulado, natural ou artificialmente, adicionado ou não de substâncias permitidas na legislação vigente e submetido às manipulações necessárias para a formação de características próprias.

Art. 27. Para fins de padronização os queijos devem ser classificados em 3(três) categorias tendo por base:

a) consistência;

b) porcentagem de gordura no extrato seco total;

c) qualidade e processo de fabricação.

Art. 28. Quanto a consistência, os queijos podem ser classificados em moles, semiduros e duros.

§ 1º - Os queijos moles e semiduros, podem ser:

I - "frescos" quando não sofrem processo de cura, inclusive os de massa filada;

II - "maturados" quando forem submetidos a processos de cura, segundo a técnica própria do tipo.

§ 2º - Só é permitida a fabricação de queijos frescos a partir do leite pasteurizado.

Art. 29. Quanto a porcentagem de gordura no extrato seco total, os queijos se classificam em:

I - gordo: quando alcança no mínimo 40% (quarenta por cento);

II - meio gordo: quando esta porcentagem é superior a 25%(vinte cinco por cento);

III - magro: quando esta porcentagem é igual ou superior a 15%(quinze por cento);

IV - desnatado: quando esta porcentagem não atinge 15% (quinze por cento).

Art. 30. A classificação quanto a qualidade e processo de fabricação, e a nomenclatura de acordo com a consistência, para efeito de padronização dos queijos, obedecerão aos critérios estabelecidos em normas oficiais.

Art. 31. A classificação dos queijos será realizada pelas indústrias, nos próprios estabelecimentos, pelo SIM.

Art. 32. É permitido o emprego de nitrato de sódio até o limite de 0,05 g (cinco centésimo de gramas) por cento de leite, de cloreto de sódio, cloreto de cálcio, fermentos ou culturas de mofo próprios, bem como de especiarias e de substâncias vegetais inócuas, que tenham sido aprovadas pela legislação vigente.

§ 1º - Os sais e suas soluções devem estar devidamente esterilizados ao serem aplicados ao leite

§ 2º - Todos os preparados químicos expostos à venda para fabricação de queijo de procedência nacional ou estrangeira, só podem ser aplicados na indústria queijeira depois de aprovados pela legislação vigente.

Art. 33. São corantes permitidos, além de outros aprovados pela legislação vigente:

I – urucum (Bixa orellana) e cúrcuma (cúrcuma longa L.) para massa;

II - Carmin (coccus cacti L.) em solução amoniacal, tornassol e nova cocina e outras para crosta.

Art. 34. As águas utilizadas na fabricação nos diversos tipos de queijos devem atender os padrões de potabilidade.

Art. 35. As instalações equipamentos e utensílios utilizados nas diversas etapas ou elaboração dos queijos devem ser de materiais higiênicos e apropriados para a finalidade.

Art. 36. Os queijos frescos devem ser mantidos e estocados à uma temperatura máxima de 5ºC(cinco graus centígrados).

Art. 37. Os queijos duros, já maturados, devem ser estocados e mantidos à uma temperatura não superior à 15ºC (quinze graus centígrados).

Art. 38. Os queijos devem ser embalados em materiais apropriados, higiênicos e impermeáveis.

Parágrafo único – Os queijos que apresentem a crosta plenamente revestida podem ser comercializados sem embalagens desde que devidamente rotulados.

Art. 39. Todos os queijos independentemente do tipo, devem ser identificados através do rótulo com todas as informações exigidas na legislação vigente.

§ 1º - Para os queijos que utilizam embalagem, a rotulagem pode ser impressa na própria embalagem.

§ 2º - Para os queijos que possuam crosta, a identificação pode ser feita através do rótulo fixado diretamente no produto.

Art. 40. Considera-se "data de fabricação" dos queijos "frescos", "fundidos" e "requeijões" o dia de sua elaboração; para "queijos maturados" o dia do término da maturação.

Art. 41. Os queijos, de um modo geral, serão transportados em veículos isotérmicos e/ou frigoríficos quando for o caso, acondicionados em recipiente que ofereçam proteção contra deformação e contaminação do produto.

Art. 42. É considerado impróprio para o consumo o queijo que:

I - contenha substâncias conservadoras não permitidas ou nocivas à saúde;

II - apresente, disseminados na massa e na crosta, parasitas, detritos ou sujidade;

III - esteja contaminado por germes patogênicos;

IV - apresente caracteres organolépticos anormais, de qualquer natureza que torne desagradável;

V - contenha substâncias não aprovadas pela legislação vigente.

Art. 43. Considera-se fraudado o queijo quando nos rótulos constarem marcas dizes, desenhos ou outras informações que possam induzir o consumidor ao uma falsa indicação de origem e qualidade.

Art. 44. O queijo é considerado falsificado quando:

I - apresentar substâncias estranhas a sua composição normal, mesmo de valor alimentício;

II - as características próprias do tipo constantes do rótulo e sua composição química não correspondam aos exigidos para o padrão respectivo.

Art. 45. Os queijos defeituosos são considerados impróprios para consumo, podem ser aproveitados condicionalmente a juízo do SIM.

Parágrafo único - Considera-se aproveitamento condicional a filagem da massa de queijo fresco, obtendo-se queijo de massa filada e a fusão de queijos maturados para o preparo de queijo fundido.

Art. 46. Os queijos impróprios para o consumo podem ser aproveitados no preparo de alimentos para animais, depois de convenientemente tratados, de acordo com instrução da Inspeção Municipal.

## ANEXO II

Regulamento de Inspeção Sanitária e Industrial  
de Aves e Coelhos

### AVES E COELHOS

#### 1. - MATANÇA NORMAL

Art. 1º O processo de matança deve ser: insensibilização, seguindo de imediata sangria, a critério do SIM.

Parágrafo único: A insensibilização não deve promover, em nenhuma hipótese, a morte dos animais, e deve ser seguida de sangria no prazo máximo de 12 segundos, a critério do SIM.

Art. 2º A sangria será realizada em instalação própria e exclusiva voltada para a plataforma de recepção, totalmente impermeabilizada em suas paredes e teto.

§ 1º - A sangria poderá ser feita por qualquer dos seguintes processos:

I - incisão das jugulares, através da boca, seguida de destruição da medula alongada, quando se pretende realizar a depenagem a seco;

II - incisão das jugulares, externamente;

III - Provocando-se uma ferida de sangria de cada lado do pescoço, pela inserção de instrumento perfurocortante nessa região.

§ 2º - O emprego de qualquer outro processo de matança depende da autorização do SIM.

Art. 3º A sangria deve ser completa e realizada com o animal suspenso, com o tempo de sangria mínimo de 3 minutos.

Parágrafo único: Nenhuma operação pode ser iniciada antes que o sangue se tenha escoado ao máximo possível.

Art. 4º O sangue deverá ser recolhido em calha própria, de material inoxidável ou alvenaria, totalmente impermeabilizada, denominada "calha de sangria". O fundo ou piso da calha deverá apresentar declividade acentuada em direção aos pontos coletores, onde serão instalados 2 (rais) de drenagem: 1 (um) destinado ao sangue ou recipiente para coleta (balde) e outro à água de lavagem.

Art. 5º A partir da sangria, todas as operações deverão ser realizadas continuamente, não sendo permitido o retardamento ou acúmulo de animais em nenhuma de suas fases, até as entradas das carcaças nas câmaras frigoríficas.

Art. 6º A escaldagem deverá, obrigatoriamente, ser executada logo após o término da sangria, sob condições definidas de temperatura e tempo ajustados às características das aves em processamento (frango, galinha, galo, peru e etc.), não se permitindo a introdução de aves ainda vivas no sistema.

§ 1º - As aves poderão ser escaldadas pelos seguintes processos:

I - pulverização de água quente e vapor de uma temperatura entre 50 a 60º C;

II - imerso em tanque com água aquecida a uma temperatura entre 50 a 60º C;

III - outro processo aprovado previamente pelo SIM.

§ 2º - Deverá ser previsto equipamento adequado e/ou área destinada a escaldagem de pés e cabeças e retirada da cutícula dos pés, quando se destinarem a fins comestíveis.

Art. 7º A depenagem deverá ser executada em tempo adequado a velocidade de matança sendo proibido o seu retardamento.

§ 1º - As aves podem ser depenadas a seco ou logo após escaldagem, ou por outros processos que possam vir a ser autorizados pelo SIM.

§ 2º - Não será permitido o acúmulo de penas no piso, devendo para tanto haver uma canaleta para o transporte contínuo das mesmas, ou serem recolhidas em caixas apropriadas e retiradas periodicamente para fora das dependências.

Art. 8º A esfola dos coelhos deve ser realizada com o animal suspenso pelos membros posteriores.

Parágrafo único. Permite-se a insuflação de coelhos a fim de facilitar a esfola, devendo-se utilizar o ar convenientemente filtrado, após ser autorizado pelo SIM.

Art. 9º A evisceração deverá ser realizado sob as vistas do (s) funcionário (s) da inspeção oficial e compreende desde a operação de corte da pele do pescoço até a toaleta final das carcaças.

Parágrafo único. Sob pretexto algum pode ser retardada a evisceração.

Art. 10. Antes da evisceração, as carcaças deverão ser lavadas em chuveiros de aspersão dotados de água sob adequada pressão, clorada ou hipoclorada, com jatos orientados no sentido de que toda carcaça seja lavada, inclusive os pés. Esses chuveiros poderão ser localizados no início da calha de evisceração.

Art. 11. A evisceração poderá ser feita nas mesas de material inoxidável, com chuveiro para lavagem interna da carcaça, próximo ao inspetor, ou realizada com os animais suspensos pelos pés em ganchos de material apropriados, presos a trilhagem aérea mecanizada ou não, sob o qual deverá ser instalada uma calha de material impermeável, não corrosível, de superfície lisa e de fácil higienização, de modo que as vísceras não comestíveis sejam captadas e carregadas para os coletores, ou conduzidas diretamente para seção de não comestíveis (graxaria).

Art. 12. Todas as operações que compõem a evisceração e ainda "inspeção de linha", deverão ser executadas ao longo desta calha, cujo complemento deverá atender a normal execução do trabalho que nela se desenvolvem, a saber:

- I - corte da pele do pescoço e traquéia;
- II - extração de cloaca;
- III - abertura do abdômen;
- IV - eventração (exposição das vísceras);
- V - inspeção;
- VI - retirada das vísceras;
- VII - extração dos pulmões;
- VIII - "toilete" (retirada do papo, esôfago, traquéia, etc.);
- IX - lavagem final (externa e internamente).

Parágrafo único: Não será permitida a retirada dos órgãos e/ou partes da carcaça antes que seja realizada a inspeção "post-mortem".

Art. 13. As vísceras não comestíveis serão lançadas diretamente na calha de evisceração e conduzidas aos depósitos coletores ou diretamente para a seção de sub produtos não comestíveis (graxaria). As comestíveis serão depositadas em recipientes de aço-inoxidável, material plástico ou similar, contendo água gelada ou preferencialmente gelo, após previamente preparadas e lavadas.

Art. 14. Os pés e pescoço, com ou sem cabeça, quando retirados da linha de evisceração ou à entrada de tanques de pré-resfriados, deverão ser recolhidos em recipientes apropriados, contendo água gelada ou gelo, para pré-resfriamento.

Parágrafo único. Em matadouros de coelhos, as cabeças depois de tiradas são destinadas a dependências apropriadas para extração do cérebro, quando houver aproveitamento deste.

Art. 15. As Moelas deverão ser obrigatoriamente abertas, a fim de permitir perfeita lavagem interna e remoção da membrana visceral. Essas operações serão realizadas fora da calha de evisceração ou quando muito, num apêndice da mesma.

Art. 16. A gordura, cavitária e de cobertura da moela, poderá ser utilizada para fins cosméticos quando retirado durante o processo de evisceração, antes da retirada e abertura da moela e ainda sob o mesmo tratamento dos miúdos comestíveis.

## 2 - INSPEÇÃO "POST-MORTEM"

Art. 17. É efetuada rotineiramente nos animais abatidos, através de exame visual macroscópico de carcaças e vísceras e conforme o caso, palpação e cortes.

Art. 18. Os locais ou pontos da seção de matança onde se realizam esses exames são denominados LINHAS DE INSPEÇÃO e deve se localizar ao longo da calha de evisceração e dispor de condições de iluminação adequada.

Art. 19. Somente após o término da inspeção "post-mortem" haverá retirada e/ou processamento da cabeça e/ou partes e miúdos.

Art. 20. Permite-se a instalação de outros pontos da inspeção das carcaças fora da calha de evisceração.

Parágrafo único. Neste caso, deverá existir sistema de identificação dos animais que apresentarem problema de ordem sanitária e que necessitem de exames complementares a serem realizados na seção de inspeção final ou que, conforme o caso, poderá ser realizado imediatamente na linha de abate.

Art. 21. A inspeção de linha é realizada por pessoal auxiliar treinado especialmente para tal função, mas o juízo final sobre a comestibilidade das carnes e vísceras cabe única e exclusivamente ao Médico Veterinário Oficial.

Art. 22. Os exames realizados na linha de inspeção procedidos por uma fase dita preparatória, que tem por finalidade apresentar à inspeção, carcaças e vísceras em condições de serem eficientemente examinadas, facilitando a visualização interna e externa e, ainda, de preservar, sob os pontos de vista higiênicos, as porções comestíveis.

Art. 23. A inspeção "post-mortem" dos animais se realiza em três etapas, a saber:

I - Exame interno:

a) realiza-se através da visualização da cavidade torácica e abdominal (pulmões, sacos aéreos, rins, órgãos sexuais).

II - exame de vísceras:

a) visa o exame do coração, fígado, moela, baço, intestinos, ovários e ovidutos nas poedeiras;

b) realiza-se através da visualização, palpação, conforme o caso, verificação de odores e ainda incisão;

c) nos exames dos órgãos verifica-se se o aspecto (cor, forma, tamanho), a consistência e em certas ocasiões, o odor.

III - Exame externo:

a) realiza-se através da visualização das superfícies externas (pele, articulações, etc.). Nesta linha efetua-se a remoção de contusões, membros fraturados, abscessos superficiais e localizados, calosidade, etc.

Art. 24. Todas as aves que no exame "post-mortem" apresentem lesões de Tifo Aviário, Cólera, Varíola, Pulorose, Paratifose, Leucoses, Pestes e infecções estafilocócicas em geral, devem ser condenados.

Art. 25. Todos os coelhos que no exame "post-mortem" apresentem lesões de Pasteurelose, Pioemia, Pseudo-Tuberculose, Caquexia, Miomatose, Pneumonia, Tuberculose, Salmonelose, Necrobacilose, Linfadenite, Hepatite, má sangria, aspecto repugnante, contaminação (fezes), devem ser condenados.

Art. 26. Enfermidades tais como: Coccidiose, Entero-hepatite, Esperiquetose, Coriza infecciosa, Epitelioma contagioso, Laringotraqueite, Aspergilose, doença crônica respiratória, determinam rejeição total quando em período agudo ou quando os animais estejam em estado de magreza profunda.

Art. 27. Os animais caquéticos devem ser rejeitados, sejam quais forem as causas que estejam ligadas ao processo de desnutrição.

Art. 28. Em coelhos, a contaminação, abscessos, fraturas, contusões, nefrite, nefrose, cirrose, provocam condenação das vísceras ou das partes alteradas.

Art. 29. As endo e ecto-parasitoses, quando não acompanhadas de magreza, determinam a condenação das vísceras ou das partes alteradas.

Art. 30. Os abscessos e lesões supuradas ou de caráter septicêmico, ocasionarão rejeição total.

Art. 31. A presença de neoplasias acarretará rejeição total exceto no caso de melanomas, que determinará a retirada da parte lesada.

Art. 32. Quando os animais forem submetidos à ação de frio industrial a Inspeção Municipal controlará cuidadosamente o estado, tempo de permanência e funcionamento das câmaras a fim de prevenir dessecação excessiva e desenvolvimento da rancificação.

Parágrafo único. Após serem submetidas ao frio industrial, as carcaças deverão ter atingido no máximo, 7º C nas massas musculares mais espessas (conforme exigido pelo MAPA).

### ANEXO III

#### Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária para Estabelecimentos de Derivados Cárneos

#### DERIVADOS CÁRNEOS

Art. 1º Entende-se por Indústria de carnes e derivados, os estabelecimentos destinados à transformação da carne e derivados para a elaboração de produtos de origem animal destinados ao consumo humano ou animal, adicionados ou não com substâncias aprovadas para tal fim pelo órgão competente.

##### 1 - REGISTRO DE INSPEÇÃO

Art. 2º Todas as Indústrias de carnes e derivados somente poderão funcionar se estiverem devidamente registradas no SIM, bem como os rótulos e embalagens utilizadas nos produtos.

Art. 3º - Todos os estabelecimentos a que se refere este regulamento, deverão receber inspeção sanitária de forma rotineira e em caráter emergencial (sempre que se fizer necessário).

Art. 4º Todos os produtos das Indústrias de carnes e derivados deverão ser registrados no SIM. As formulações dos produtos devem obedecer às legislações vigentes.

Art. 5º Somente serão registrados produtos de origem animal oriundos de estabelecimentos que sejam previamente registrados no órgão competente, para fiscalização de sua atividade.

##### 2 – MATÉRIA-PRIMA

Art. 6º As matérias-primas a serem utilizadas pelas indústrias de carnes e derivados deverão ser oriundas de estabelecimentos com Inspeção sanitária oficial.

Art. 7º Só poderão ser adicionados aos produtos cárneos, os aditivos, coadjuvantes ou outras substâncias permitidas na legislação vigente. Parágrafo único. Os aditivos coadjuvantes utilizados na tecnologia de produção deverão possuir registro no órgão competente e formulados até as proporções máximas permitidas pela legislação vigente.

Art. 8º No preparo de embutidos não submetidos ao cozimento é permitida a adição de água ou gelo na proporção máxima de 3% (três por cento), calculado sobre o total dos componentes, com a finalidade de facilitar a trituração e a homogeneização da massa.

§ 1º - No caso de embutidos cozidos (salsichas tipo Viena e outras) a porcentagem da água ou gelo não deve ultrapassar 10% (dez por cento).

§ 2º - Só é permitido o emprego de gelo quando produzido com água potável.

Art. 9º É permitida a adição de fécula ou amido na fabricação de embutidos, a fim de dar melhor liga a massa, nas seguintes proporções máximas:

I - Em salsichas até 2% (dois por cento)

II - Em pasta até 10% (dez por cento)

III - Em outros embutidos até 5%(cinco por cento),"com exceção dos embutidos frescos".

Art. 10. As tripas e membranas animais empregadas como envoltórios devem estar rigorosamente limpas, conservadas salgadas se não forem imediatamente utilizadas e sofrer outra lavagem imediatamente antes do uso, com água clorada ou contendo ácido acético a 1%.

Parágrafo único. É permitido o emprego de películas artificiais no preparo de embutido desde que aprovados pelo órgão competente.

Art. 11. O preparo de embutidos de sangue será permitido quando a matéria-prima for colhida isoladamente de cada animal com equipamentos apropriados e recipientes separados, rejeitando-se o sangue procedente dos que venham a ser considerados impróprios para consumo.

##### 3. – DEPENDÊNCIAS

###### 3.1 - RECEPÇÃO DE CARNE:

Art. 12. Deve ser destinada exclusivamente ao recebimento da matéria-prima a ser industrializada e estar localizada em posições de fácil acesso.

Art. 13. Quando existir trilhagem aérea nesta dependência, bem como na câmara fria, a altura da mesma deverá ser compatível com a matéria-prima recebida (meias carcaças ou quarto de carcaças) de modo a que os cortes fiquem a uma altura mínima de 0,30 m (trinta centímetros) do piso.

###### 3.2 - SALA DE DESOSSA E FABRICAÇÃO:

Art. 14 .Na área de desossa deverá dispor das seguintes características:

I - gancheria, mantendo os cortes a 0,30 m (trinta centímetros) do chão e a 0,60 m (sessenta centímetros) das paredes;

II - água quente e fria em abundância para higienização dos equipamentos e dependências, bem como esterilização para os utensílios usados na desossa;

III - pia para lavagem de utensílios e higiene de manipuladores, com toalhas descartáveis;

IV - recipiente ou dependência apropriados para coleta de ossos.

Art. 15. Na área de fabricação deve dispor de superfície mínima que abrigue os equipamentos e materiais necessários, além dos equipamentos e utensílios adequados às operações, e a sala de manipulação deverá possuir lavatório e água corrente, escovas para as unhas e toalha de papel.

### 3.3 - SALA DE DEFUMAÇÃO

Art. 16. As paredes poderão ser de alvenaria rebocada ou de outro material impermeável e de fácil limpeza.

### 3.4 - SEÇÃO DE VAREJO

Art. 17. Quando o estabelecimento possuir dependências para o varejo, estas devem estar localizadas de forma a facilitar o atendimento público e que não possibilite o livre acesso ao interior da seção industrial.

### 4 - TRANSPORTE DE PRODUTOS

Art. 18. O transporte de produtos acabados deve ser feito de forma adequada e em veículos apropriados para tal fim, conforme regulamento do SIM.

### 5 - CONTROLE DE QUALIDADE

Art. 19. É recomendável que cada estabelecimento ou empresa, mantenha o controle de qualidade de suas operações e produtos, mediante a realização da análise de perigos e pontos críticos de controle, assegurando a inocuidade dos alimentos por ela produzidos, além dos exames de rotina efetuados pelos órgãos de fiscalização.

### ANEXO IV

Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária para Estabelecimentos de Abate De Bovídeos, Suídeos, Eqüídeos, Ovinos E Caprinos

Art. 1º Permitir o sacrifício dos animais somente após a insensibilização, seguida de imediata sangria. O espaço de tempo para a sangria nunca deve ser inferior a 3 (três) minutos e esta deve ser sempre realizada com os animais suspensos por no mínimo um dos membros posteriores. A esfolia só poderá ser iniciada após o término da operação de sangria.

Parágrafo único. É obrigatória a maturação das carcaças, em resfriamento, após o abate.

Art. 2º Em suínos, depilar e raspar, logo após o escaldamento em água quente, utilizando-se temperatura e métodos adequados, providenciando também a lavagem da carcaça antes da evisceração. Quando usados outros métodos de abate, os procedimentos higiênicos deverão ser atendidos rigorosamente, a ser autorizado pelo SIM.

Art. 3º Eviscerar a carcaça e proceder a colocação das vísceras passíveis de inspeção sobre uma mesa impermeável, preferencialmente inoxidável, à disposição do inspetor sanitário, que realizará a inspeção "Post-Mortem", com identificação destas com a carcaça e cabeça respectivas.

Parágrafo único. Sob pretexto algum pode ser retardada a evisceração, e para tanto não devem ficar animais suspensos, nos intervalos de trabalho, sendo que o tempo máximo de intervalo, entre a sangria e a evisceração deve ser de 30 minutos para animais de grande porte e 20 minutos para animais de porte menor.

Art. 4º Executar os trabalhos de evisceração com todo o cuidado a fim de evitar que haja contaminação das carcaças, provocada por operações imperfeitas, devendo o Serviço de Inspeção Sanitária, em casos de contaminação por fezes, conteúdo ruminal, abscessos e/ou quaisquer outros resíduos contaminantes, aplicar as medidas higiênicas preconizadas.

### INSPEÇÃO "ANTE-MORTEM" E "POST-MORTEM" E DA MATANÇA DE EMERGÊNCIA

Art. 5º Com relação a Inspeção "Ante-Mortem", cumprir no que couber o disposto nos artigos 106 a 109 do Regulamento de Inspeção Industrial e Sanitária dos Produtos de Origem Animal (RIISPOA) aprovado pelo Decreto nº 30.691/52 de 29.03.52, alterado pelo decreto nº 1.255, de 25.06.62.

Art. 6º Cumprir no que se refere à Inspeção "Post-Mortem" o disposto nos artigos 147 a 226 do retrorreferido regulamento.

Art. 7º Cumprir no que se refere à Matança de Emergência, o disposto nos artigos 130 a 134 do RIISPOA.

Art. 8º Considerar, quando da inspeção de animais, carcaças e vísceras previstas nos artigos 5º, 6º e 7º, deste anexo, as limitações do estabelecimento, admitindo o aproveitamento condicional de carcaças e/ou vísceras, apenas nos casos em que houver condições para tal.

### ANEXO V

Regulamento da Inspeção Sanitária e Industrial de Peixes e Afins

### PEIXES E AFINS

Art. 1º A denominação genérica "Peixe" compreende todos os peixes de água doce e salgada.

Art. 2º A denominação genérica "Afins" compreende a todos os animais aquáticos de sangue frio como rãs, escargot, camarão, mexilhão, siri, ostra e etc.

Art. 3º O peixe em natureza pode ser:

I - fresco;

II - resfriado;

III - congelado.

§ 1º - Entende-se por "fresco", o peixe dado ao consumo sem ter sofrido qualquer processo de conservação, a não ser a ação do gelo.

§ 2º - Entende-se por "resfriado", o peixe devidamente acondicionado em gelo e mantido em temperatura entre -0,5°C (cinco décimos de grau centígrado negativo) a -2°C (dois graus negativos).

§ 3º - Entende-se por "congelado", o peixe tratado por processo adequado de congelamento, em temperatura compatível a este processo, a critério do SIM.

§ 4º - O peixe "fresco" e "resfriado" deverá ser transportado de permeio a gelo em quantidade suficiente, a critério do SIM.



Art. 4º Depois de submetido à congelação, o peixe deve ser mantido sob frio a -15°C (quinze graus centígrados negativo).

Parágrafo único – O peixe uma vez descongelado, não pode ser novamente recolhido a câmaras frigoríficas.

Art. 5º A juízo do SIM, poderá ser obrigatória a evisceração do peixe e afins, qualquer que seja a forma de sua apresentação no consumo.

Art. 6º O peixe fresco, próprio para consumo, deverá apresentar as seguintes características organolépticas:

I - superfície do corpo limpa, com relativo brilho metálico;

II - olhos transparentes, brilhantes e salientes, ocupando completamente as órbitas;

III - guelras róseas ou vermelhas, úmidas e brilhantes, com odor natural, próprio e suave;

IV - ventre roliço, firme, não deixando impressão duradoura à pressão dos dedos;

V - escamas brilhantes, bem aderentes à pele e nadadeiras apresentando certa resistência aos movimentos provocados;

VI - carne firme, consistência elástica, de cor própria à espécie;

VII - vísceras íntegras, perfeitamente diferenciadas,

VIII - ânus fechado.

Art. 7º Os peixes de água doce, também poderão ser comercializados, filetados, desde que conservados e acondicionados em embalagens apropriadas, trazendo a identificação completa.

Art. 8º Os estabelecimentos de Pescados, Derivados e Afins, devem satisfazer as seguintes condições:

I - Nos estabelecimentos que recebam, manipulem e comercializem pescado e afins, resfriado e congelado e/ou se dediquem à industrialização para consumo humano, sob qualquer forma:

a) dispor de dependências, instalações e equipamentos para recepção, seleção, inspeção, industrialização, armazenagem e expedição do pescado e afins, compatíveis com suas finalidades;

b) dispor de mesas e cubas (pias) de aço inoxidável ou mármore, assim como utensílios de fácil higienização, como superfícies de corte em PVC e facas e bacias de materiais aprovados pelo SIM;

c) dispor de tanque de armazenagem, provido de água, para depósito de peixes e afins vivos, enquanto não é realizado o seu abate;

d) dispor de equipamento adequado à lavagem e à higienização de caixas, recipientes, bandejas e outros utensílios usados para o acondicionamento, depósito de pescado, afins e seus subprodutos;

e) dispor, nos estabelecimentos que elaboram produtos congelados, de instalações frigoríficas independentes para congelamento e estocagem do produto final;

f) dispor de abastecimento de água potável e clorada para atender suficientemente às necessidades de trabalho do estabelecimento e das dependências sanitárias. Quando for o caso dispor de instalações para tratamento de água;

g) dispor de equipamentos de fabricação de gelo, ou adquirir o mesmo de empresas passíveis de fiscalização por parte dos órgãos públicos.

## ANEXO VI

Regulamento da Inspeção Sanitária e Industrial de Ovos e Derivados

### OVOS E DERIVADOS

#### 1 – DISPOSIÇÕES E PRELIMINARES

Art. 1º Pela simples designação “OVOS” entendem-se os ovos de galinha.

Parágrafo único. Os demais serão acompanhados de designação da espécie de que procedem.

Art. 2º Consideram-se ovos frescos os que não forem conservados por qualquer processo.

#### 2 – REGISTRO

Art. 3º Estão obrigados a registro junto ao SIM os estabelecimentos produtores e as empresas (cooperativas, associações e entrepostos), que se enquadrem em um dos seguintes casos:

I - estabelecimentos produtores que possuem os processos de classificação e embalagem próprios e façam a entrega do produto diretamente ao comércio e a indústria;

II - estabelecimentos produtores que fazem a entrega do produto diretamente ao comércio ou à indústria em embalagens próprias ou não, mas não possuem o processo de classificação;

III - estabelecimentos que apenas prestam serviços de classificação aos produtores;

IV - estabelecimentos que recebem o produto das granjas e realizam a classificação, embalagem e comercialização.

#### 3 – INSPEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

Art. 4º Os ovos para consumo devem ser inspecionados e classificados em estabelecimentos oficiais ou particulares, denominados de entrepostos.

Parágrafo único. A produção de ovos destinada ao entreposto deverá ser oriunda apenas de granjas avícolas situadas no município de Içara.

Art. 5º Tratando-se de granjas comprovadamente sob controle sanitário, o SIM poderá permitir a inspeção e classificação de ovos na própria granja, desde que exista local apropriado para esse fim. Este local deve ser coberto; com paredes lisas e impermeáveis; com equipamentos necessários para a limpeza e manipulação dos ovos; com boa ventilação e, protegidos contra insetos e roedores.

Art. 6º A Inspeção Municipal adotará de identificação das partidas, agrupando-as em lotes convenientemente numerados, de modo a ser possível o reconhecimento da procedência, logo após a conclusão dos trabalhos de classificação.

Art. 7º Os ovos destinados ao comércio municipal serão classificados obedecendo a critérios de normatização oficial.

§ 1º - Os ovos classificados somente poderão sair dos entrepostos ou granjas, identificados com rótulos com carimbo de inspeção, mencionando sua quantidade, classificação, origem e prazo de validade, além de outros dizeres de rotulagem obrigatórios, sendo aplicados por embalagem comercializada (bandejas, caixas, etc.), sendo que estas não podem ser fracionadas;



§ 2º - Os ovos comercializados, serão providos apenas de granjas livres de salmonelose.

Art. 8º A Administração dos entrepostos comunicará obrigatoriamente aos fornecedores ou proprietários dos ovos, a classificação obtida pelas partidas que remeterem ou fizerem examinar no estabelecimento.

Art. 9º Os ovos enquadrados em uma classificação não podem ser vendidos em mistura com os de outra.

Art. 10. A inspeção de ovos indicará sobre as seguintes características:

I - a embalagem utilizada para ovos deverá ser de primeiro uso;

II - apreciação geral do estado de limpeza e integridade da casca, da partida em conjunto.

Art. 11. Os ovos serão reinspecionados tantas vezes quanto o SIM julgar necessário.

Art. 12. É permitido conservar ovos pelo frio industrial ou por processos aprovados pelo SIM.

Art. 13. As câmaras, depósitos ou quaisquer veículos, que recebem ovos para comercialização devem estar completamente limpos, livres de quaisquer produtos que, por sua natureza, possam transmitir-lhes odor ou sabor estranhos.

Art. 14 - O ovo conservado pelo frio recebe em sua embalagem um carimbo com a palavra "FRIGORIFICADO". Quando for adotado outro processo de conservação, o SIM determinará o sistema de sua identificação.

Art. 15. Os aviários, granjas e outras propriedades onde se faça avicultura e nas quais estejam grassando zoonoses que possam ser veiculadas pelos ovos e sejam prejudiciais a saúde humana, não poderão destinar ao consumo sua produção; ficam interditadas até que provem com documentação fornecida por autoridades de defesa sanitária animal de que cessou e está livre da zoonose que grassava.

Parágrafo único. Se forem muitos os estabelecimentos que se encontrem nessas condições, toda a região ficará interdita cabendo às autoridades sanitárias dar conhecimento aos entrepostos e fábricas de conservas de ovos da interdição determinada; os entrepostos e fábricas ficam proibidos de receber ovos dessa região enquanto não houver liberação definitiva.

Art. 16. As conservas ou outros derivados de ovos, terão a sua inspeção, classificação, normas de construção de estabelecimentos e tecnologia de produção, regulamentadas segundo legislação específica.

## ANEXO VII

Regulamento da Inspeção Sanitária e Industrial de Mel, Cera de Abelhas e seus Derivados

### MEL, CERA DE ABELHA E DERIVADOS

Art. 1º Entende-se por "MEL" o produto natural, elaborado pelas abelhas domésticas com o néctar das flores e por elas acumulados em favos, extraído através de centrifugação.

Art. 2º O mel deverá ser comercializado em embalagens de primeiro uso, devidamente rotulado, ou em favos desde que acondicionado em papel impermeável, de preferência celofane ou outro similar atóxico e devidamente identificado com rotulagem.

Art. 3º O mel somente poderá ser comercializado se atender as especificações vigentes, quanto a sua qualidade.

Art. 4º A cera de abelhas e derivados do mel, poderão ser comercializados desde que atendam as exigências quanto a sua qualidade, obedecendo rigorosa higiene, elaborado, manipulado e embalado em local adequado com materiais próprios.

## ANEXO VIII

Normas Gerais para Manipuladores, Matérias-Primas, Equipamentos e Instalações para todos os tipos de Alimento de Origem Animal.

### 1 - MANIPULADORES

- Asseio corporal;
- mão limpas, unhas curtas, sem esmalte;
- sem adornos nos dedos, pulsos ou outras partes (piercing no nariz, testa etc.);
- uniforme de trabalho completo;
- uniforme de tonalidade branca ou de cor clara;
- uniforme em bom estado e limpo;
- lavagem cuidadosa das mãos antes de manejar alimentos;
- lavagem cuidadosa das mãos depois de usar sanitário;
- não espirrar sobre alimentos;
- não falar ou tossir sobre os alimentos;
- não cuspir;
- não fumar;
- não manipular dinheiro;
- não executar durante o trabalho qualquer outro ato físico que possa contaminar os alimentos;
- ausência de afecções cutâneas, feridas, supurações;

- ausência de sintomas de afecções respiratórias (tosse).

## 2 - ALIMENTOS E MATÉRIAS-PRIMAS

- Com características organolépticas normais;
- provenientes de estabelecimentos autorizados;
- com embalagens, rótulos e explicação regulamentados do produto;
- proteção contra o pó, saliva, insetos, roedores, etc;
- perecíveis mantidos a temperatura de congelamento, refrigeração, ou acima de 70°C (setenta graus centígrados), de acordo com o tipo de produto;
- armazenamento de forma higiênica;
- exposição de forma higiênica;
- conservação de forma higiênica;
- operação manual de forma mínima e higiênica;
- uso de utensílios limpos;
- uso de utensílios em bom estado de conservação;
- eliminação imediata de sobras de alimentos;
- com embalagens intactas, sem amassados, furos ou ferrugem.

## 3 - MAQUINÁRIOS

- Com modelo e número adequado ao ramo;
- de material liso lavável e impermeável;
- superfície de contato com os alimentos lisa, lavável e impermeável;
- limpas e em bom estado de conservação e funcionamento.

### MÓVEIS (estantes, mesas e vitrines):

- Com desenhos que permitam a fácil limpeza;
- superfícies de contato com os alimentos lisas, laváveis e impermeáveis;
- em bom estado de conservação e limpos;

### UTENSÍLIOS:

- Lisos de materiais não contaminantes;
- tamanho e forma que permita uma fácil limpeza;
- refrigeradores, congeladores, câmaras frigoríficas, etc., adequados:
- ao ramo;
- aos tipos de alimentos;
- a capacidade de produção;
- a capacidade de expedição;
- superfície lisa, laváveis e impermeáveis;
- em bom estado:
- de conservação;
- de funcionamento;
- de limpeza.

### INSTALAÇÕES PARA A LIMPEZA DOS EQUIPAMENTOS:

- Dotadas de água:
- quente;
- fria;
- com detergentes e desinfetantes;
- panos limpos.

## 4 - LOCAL

- Ausência de focos de insalubridade;
- ausência de objetos em desuso;
- ausência de animais domésticos;
- ausência de moscas e/ou outros insetos ou roedores;
- acesso direto e independente;
- sem comunicação direta com a habitação.
- dependências:
- em número adequado ao ramo;
- com capacidade adequada ao ramo;
- distribuída de acordo com o ramo;
- pisos de:
- material liso lavável e impermeável;
- fácil limpeza;
- com ralos protegidos da entrada de insetos e roedores;
- em bom estado de conservação;
- limpos;

- pisos com declive de 2% para facilitar a limpeza;
- paredes e revestimentos:
  - de tonalidade clara;
  - lisos e laváveis;
- limpos;
- forros:
  - lisos;
  - de tonalidade clara;
- em bom estado;
- limpos;
- portas e janelas perfeitamente ajustadas em seus batentes;
- portas providas de molas para seu fechamento automático;
- janelas com vidros;
- portas e janelas:
  - em bom estado;
  - limpas e teladas;
- iluminação que permita boa visualização, sem zonas de sombras ou contrastes excessivos;
- fontes luminosas limpas;
- ventilados natural e artificialmente;
- isentos de fungos, bolores, gases, fumaça e condensação de vapores;
- eliminação de fumaças e vapores sem causar danos ou moléstias aos vizinhos;
- equipamentos de ventilação em bom estado de funcionamento;
- água potável ligada a rede pública ou poço profundo suficiente em volume e pressão;
- caixa de água;
- encanamento satisfatório;
- ausência de infiltrações e interconexões;
- presença de fossa ou ligação com rede de esgoto;
- caixa gordura em bom estado de conservação e funcionamento.

#### 5 - ACONDICIONAMENTO DO LIXO

- em recipiente lavável com tampa e devidamente identificado como recipiente para lixo;
- recipiente com fácil transporte;
- em local adequado;
- em número suficiente de acordo com a necessidade;
- destino adequado.

#### ANEXO IX

##### Normas Burocrática para Registro e Procedimento do Sistema de Inspeção Municipal

Os interessados na adesão ao SIM deverão iniciar o registro com o encaminhamento de Ofício requerendo a inscrição (modelo sugerido I) ao Secretário Municipal de Agricultura e Pesca. No ato da entrega receberá a lista de documentos necessários para registro (formulário I) e modelo descritivo das instalações (formulário II) elaborado e assinado pelo engenheiro responsável pelo estabelecimento e o memorial econômico sanitário do estabelecimento (formulário III).

Paralelamente o Médico Veterinário do SIM irá preparando o laudo de inspeção prévia do terreno (formulário IV). Ao fim da análise dos documentos as partes assinaram o termo de compromisso (formulário V) onde fica acordado que qualquer alteração na planta da empresa tem que ser previamente aprovada pelo SIM, assim se finaliza o registro da empresa no Sistema de Inspeção Municipal, e a empresa receberá o Certificado de Inspeção que deverá ser fixado em local visível (formulário VI)

Após finalizado o registro, o proprietário ou o responsável técnico da empresa apresenta o memorial descritivo de processo de fabricação, composição e de rotulagem dos seus produtos (formulário VII).

E para o processo de fiscalização, o SIM conta com o termo de advertência (formulário VIII), auto de infração (formulário IX), auto de multa (formulário X) e auto de apreensão (formulário XI).

##### Modelo sugerido I

Porto Belo(SC), \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2\_\_\_\_.

Senhor Secretário,

".....", inscrita no CNPJ/MF Nº ....., CPF nº .....  
 ..... ou Inscrição de Produtor Rural sob nº ....., na cidade de Porto Belo, à rua .....  
 ....., nº ....., bairro ....., CEP: ....., fone nº ( ..... )..... representada neste ato por seu proprietário  
 ou representante legal ....., CPF nº ....., desejando estabelecer-se no ramo de  
 ....., vem mui respeitosamente, à presença de vossa Excelência requerer a inscrição no Serviço de  
 Inspeção Municipal (SIM).

Termo em que pede deferimento.

Ass. do Requerente

## Formulário I

Secretaria de Municipal de Agricultura e Pesca  
S. I. M. – Serviço de Inspeção Municipal

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA OBTENÇÃO DO  
CERTIFICADO DE REGISTRO JUNTO AO SIM:

- A. Ofício requerendo a inscrição no Serviço de Inspeção Municipal.
- B. Fotocópia do CPF ou CGC e RG do proprietário.
- C. Cadastro de Produtor Rural na Secretaria de Estado da Fazenda, quando produtor rural e quando pessoa jurídica apresentar Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica e Inscrição Estadual;
- D. Carteira Sanitária de manipulador de alimento;
- E. Certificado de dedetização;
- F. Plantas do estabelecimento e anexos compreendendo:
  - As plantas devem ser de fácil visualização e interpretação, declarando qual a escala utilizada;
  - Memorial descritivo das instalações;
  - Memorial econômico-sanitário, contendo informes de acordo com o modelo elaborado pelo SIM;
- G. Licença Ambiental ou parecer favorável pelo órgão ambiental competente.
- H. Laudo do exame físico-químico e bacteriológico da água de abastecimento ou boletim da Companhia Águas de Itapema, naqueles casos em que for fornecida por rede pública de abastecimento de água.
- I. Fluxograma de processamento.
- J. Laudo de inspeção do terreno e/ou das instalações existentes (fornecido pelo SIM após a vistoria do mesmo).

AS PLANTAS OU PROJETOS DEVERÃO CONTER:

- A) Posicionamento da construção em relação as vias públicas e alinhamento do terreno.
- B) Orientação quanto aos pontos cardeais.
- C) Localização da captação e armazenamento de água do abastecimento.
- D) Localização dos equipamentos e utensílios a serem usados no estabelecimento.
- E) Localização dos pontos de escoamento da água.
- F) Localização das demais instalações como currais, pocilgas, casas e outros.
- G) Localização das lagoas de tratamento de águas residuais, quando exigidas.
- H) Localização do(s) curso(s) de água, quando for o caso.

Os projetos deverão ser apresentados devidamente datados e assinados por profissional habilitado com a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica ART/CREA.

## Formulário II

Secretaria de Municipal de Agricultura e Pesca  
S. I. M. – Serviço de Inspeção Municipal.

Memorial descritivo das instalações

Abaixo esta listada os itens a serem relatados no memorial descritivo das instalações:

- 1. Nome da firma interessada no projeto
  - 2. Localização do futuro estabelecimento
  - 3. Natureza do estabelecimento
  - 4. Responsável pelo projeto
  - 5. Área do terreno
  - 6. Área a ser construída
  - 7. Área útil
  - 8. Recuo do alinhamento da rua
  - 9. Duração provável da obra
  - 10. Argamassa
  - 11. Fundações
  - 12. Pé direito
  - 13. Madeiramento e coberturas
  - 14. Forros
  - 15. Portas (dimensões e material - especialmente das câmaras frias)
  - 16. Revestimento geral
  - 17. Pavimentação
  - 18. Esquadrias
  - 19. Impermeabilização (discriminar o material a ser empregado no piso e nas paredes das diferentes dependências)
  - 20. Instalações de água
  - 21. Sistema de esgoto (detalhes sobre o modo e processo de depuração antes de ser lançado na corrente d'água)
  - 22. Pintura geral
  - 23. Custo provável da obra.
- Porto Belo, \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / 2\_\_\_\_.

Assinatura do Engenheiro responsável  
CREA no \_\_\_\_\_

Formulário IV

Secretaria de Municipal de Agricultura e Pesca  
S. I. M. – Serviço de Inspeção Municipal

LAUDO DE INSPEÇÃO PRÉVIA DE TERRENO

01. Identificação do estabelecimento:

- a) Nome do estabelecimento: \_\_\_\_\_  
b) Classificação do estabelecimento: \_\_\_\_\_  
c) Nome do proprietário: \_\_\_\_\_  
d) Endereço: \_\_\_\_\_  
e) CEP \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_  
f) Fone: ( ) \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_ g) Fax: ( ) \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_  
g) E.mail: \_\_\_\_\_

02. Avaliação do terreno:

- a) Área total disponível: \_\_\_\_\_  
b) Área do terreno a ser utilizada na construção:  
Prédio industrial, de apoio compreendendo ventilação interna, circulação de veículos, almoxarifado, caldeira, etc  
c) – Perfil do terreno:  
( ) acidentado  
( ) natureza do terreno  
d) Exposto a inundação:  
( ) Sim ( ) Não

- e) Detalhes sobre facilidade de escoamento de águas pluviais: \_\_\_\_\_ ;  
f) Distância de prédios limítrofes especificando sua natureza: \_\_\_\_\_ ;

g) Localização:

- ( ) Urbana ( ) Rural

h) Existência nas proximidades de estabelecimentos industriais ou fontes que por sua natureza produzem odores indejáveis, fumaça, poeira e outros contaminantes poluidores:

- ( ) Sim ( ) Não

Tipo: \_\_\_\_\_

i) Distância aproximada entre o futuro estabelecimento e rios perenes ou lagoas para escoamento das águas residuais: \_\_\_\_\_ ;

j) Água de abastecimento:

- ( ) Rede Pública ( ) Poço Artesiano

( ) Poço Raso ( ) Água De Superfície(Fonte)

- l) Vias de acessos ao estabelecimento: \_\_\_\_\_ ;  
m) Região, distância da matéria prima: \_\_\_\_\_ ;

3) Avaliação das instalações existentes:

- a) Área construída (m2) \_\_\_\_\_ ;  
b) Área disponível para ampliação (m2) \_\_\_\_\_ ;  
c) Construção: Ótima ( ) Boa ( ) Regular ( ) Precária ( )  
d) Equipamento: Ótimo ( ) Bom ( ) Regular ( ) Precário ( )  
e) Modificações recomendadas: \_\_\_\_\_ ;  
4) Detalhes de importância que forem observados: \_\_\_\_\_ ;  
5) Conclusões finais:

Assinatura do Médico Veterinário do SIM

Porto Belo(SC), \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2\_\_\_\_.

Formulário V

Secretaria de Municipal de Agricultura e Pesca  
S. I. M. – Serviço de Inspeção Municipal

Termo de compromisso

A empresa \_\_\_\_\_ estabelecida no endereço \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, no Município Porto Belo(SC), através de seu proprietário \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_, e RG \_\_\_\_\_, concorda em acatar todas as  
exigências contidas na Lei 2.146/2014 e no Decreto nº 1.395/2015, sem prejuízo de outros que venham a ser determinados.  
Ficando ainda ciente que quaisquer obras a serem construídas só poderão concretizar-se após aprovação prévia do projeto pelo do Sistema

de Inspeção Municipal.

Porto Belo, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2\_\_\_\_.

Assinatura do proprietário

Assinatura do Médico Veterinário do SIM

Formulário VI

Certificado

Formulário VII

Secretaria de Municipal de Agricultura e Pesca  
S. I. M. – Serviço de Inspeção Municipal.

A FIRMA ABAIXO QUALIFICADA, ATRAVÉS DO SEU REPRESENTANTE LEGAL E DO SEU RESPONSÁVEL TÉCNICO, REQUER SEJA PROVIDENCIADO NO DEPARTAMENTO DO SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL, O ATENDIMENTO DA SOLICITAÇÃO ESPECIFICADA NESTE DOCUMENTO, COMPROMETENDO-SE A CUMPRIR A LEGISLAÇÃO EM VIGOR QUE TRATA DO ASSUNTO, ATESTANDO A VERACIDADE DE TODAS AS INFORMAÇÕES PRESTADAS E A COMPATIBILIDADE ENTRE AS INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS DO SEU ESTABELECIMENTO INDUSTRIAL ABAIXO DISCRIMINADO E A PROPOSTA AQUI APRESENTADA

REGISTRO DE MEMORIAIS DESCRITIVOS DE PROCESSOS DE FABRICAÇÃO, DECOMPOSIÇÃO E DE ROTULAGEM DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL S.I.M DO ESTABELECIMENTO

N.º SEQUENCIAL DO RÓTULO

DATA DE ENTRADA

..... / ..... / ..... APROVAÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO

RAZÃO SOCIAL			
C.N.P.J. :	INSCRIÇÃO PROD.RURAL:	INSCRIÇÃO ESTADUAL :	CLASSIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO:
ENDEREÇO:			
BAIRRO:	CEP :	MUNICÍPIO:	UF
FONE:	FAX:	E-MAIL	SC

NATUREZA DA SOLICITAÇÃO

☐ REGISTRO

☐ ALTERAÇÃO DE PROCESSO DE FABRICAÇÃO E/OU COMPOSIÇÃO DO PRODUTO

☐ ALTERAÇÃO DE CROQUIS DO RÓTULO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO

NOME:	MARCA:
-------	--------

CARACTERÍSTICA DO RÓTULO\* / DA EMBALAGEM\*\*

<input type="checkbox"/> IMPRESSO*	<input type="checkbox"/> GRAVADO EM RELEVO*	<input type="checkbox"/> LITOGRAFADO*	<input type="checkbox"/> VIDRO**
<input type="checkbox"/> ETIQUETA*	<input type="checkbox"/> GRAVADO A QUENTE*	<input type="checkbox"/> NATURAL**	
<input type="checkbox"/> LATA**	<input type="checkbox"/> PAPEL**	<input type="checkbox"/> PLÁSTICO**	

QUANTIDADE

QUANTIDADE DE PRODUTO ACONDICIONADO:	UNIDADE DE MEDIDA:
DATA DE FABRICAÇÃO OU EMBALAGEM:	LOCAL E FORMA DE INDICAÇÃO:



## COMPOSIÇÃO

INGREDIENTES / ADITIVOS	KG OU L	%
S U B - T O T A L		
MATÉRIA PRIMA	KG OU L	%
S U B - T O T A L		
T O T A L		

## - 01 -COMPOSIÇÃO

PROCESSO DE FABRICAÇÃO/SISTEMA DE ABATE / DE CORTES ESPECIAIS / BENEFICIAMENTO  
DESCRIÇÃO:

MÉTODO DE CONTROLE DE QUALIDADE E CONSERVAÇÃO, REALIZADO PELO ESTABELECIMENTO.

DESCRIÇÃO:

SISTEMA DE EMBALAGEM / ENVASAMENTO  
DESCRIÇÃO:

ARMAZENAMENTO / ESTOCAGEM  
MEIO DE TRANSPORTE DO PRODUTO PARA O MERCADO CONSUMIDOR  
AUTENTICAÇÃO

DATA	CARIMBO/ASS. DO REPRES. LEGAL DO ESTAB.	CARIMBO/ASS. DO RESPONSÁVEL TÉCNICO
DATA:	ASSINATURA E CARIMBO DO RESPONSÁVEL PELO S.I.M	

## PARECER TÉCNICO FINAL

ANEXO: MODELO DO RÓTULO DO PRODUTO COM INDICAÇÃO DE CORES.

## Formulário VIII

Secretaria de Municipal de Agricultura e Pesca  
S. I. M. – Serviço de Inspeção Municipal

## TERMO DE ADVERTÊNCIA

O Diretor do Serviço de Inspeção Municipal, da Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca, usando das prerrogativas que lhe confere o Regulamento do Serviço de Inspeção Municipal Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal, aprovado pelo Decreto no 1.395/2015, ADVERTE à \_\_\_\_\_ estabelecido(a) na cidade Porto Belo, em virtude da infração ao(s) Artigo(s) \_\_\_\_\_ do supra citado Regulamento, ocorrida em \_\_\_\_\_, quando \_\_\_\_\_, conforme Auto de Infração anexo.

Fica o(a) infrator(a) ciente de que a reincidência implicará nas penalidades previstas em lei.

(Assinatura do Médico Veterinário do SIM)

Ciente em: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

(Autuado)

Porto Belo(SC), \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2 \_\_\_\_.

## Formulário IX

Secretaria de Municipal de Agricultura e Pesca  
S. I. M. – Serviço de Inspeção Municipal

**AUTO DE INFRAÇÃO**

No \_\_\_\_\_ dia do mês de \_\_\_\_\_ do ano de dois mil e \_\_\_\_\_, na cidade de Porto Belo, eu \_\_\_\_\_, Médico(a) Veterinário(a) do Sistema de Inspeção Municipal, presentes as testemunhas abaixo assinadas, constatei a infração, pelo (a) \_\_\_\_\_, do(s) artigo(s) \_\_\_\_\_ do Regulamento do Serviço de Inspeção Municipal Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal, aprovado pelo Decreto no 1.395/2015, como abaixo se descreve: \_\_\_\_\_. Do que, para constar, lavrei o presente Auto de Infração, em três vias, dando cópia ao infrator, que fica sujeito às penas da lei.

(Autuante)

(Testemunha)

(Testemunha)

Ciente: \_\_\_\_\_

Autuado)

Porto Belo(SC), \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2\_\_\_\_, às \_\_\_\_\_ horas.

Formulário X

Secretaria de Municipal de Agricultura e Pesca

S. I. M. – Serviço de Inspeção Municipal

**AUTO DE MULTA**

No \_\_\_\_\_ dia do mês de \_\_\_\_\_ do ano de dois mil e \_\_\_\_\_, na cidade de Porto Belo, eu \_\_\_\_\_ Médico(a) Veterinário(a) do Sistema de Inspeção Municipal, confirmado a infração do(s) Artigo(s) \_\_\_\_\_ do Regulamento do Serviço de Inspeção Municipal Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal, aprovado pelo Decreto no 1.395/2015, em que incorreu a firma \_\_\_\_\_, como se vê do Auto de Infração, lavrado em \_\_\_\_\_, em anexo, que comprova a mencionada infração. Assim, baseado no Artigo \_\_\_\_\_ do referido diploma legal, faço lavrar contra a mencionada infratora, o presente Auto de Multa, em três vias, das quais se entrega uma para seu conhecimento, ficando a mesma citada a recolher na agência do Banco \_\_\_\_\_, na conta corrente nº \_\_\_\_\_ dentro de 30 dias, a partir da data do respectivo "ciente" da interessada ou, na falta deste, da data o recibo da correspondência registrada, mediante guia de recolhimento na quantia de R\$ \_\_\_\_\_ referente à multa estabelecida no dispositivo regulamentar citado, para que não seja cobrado judicialmente.

(Assinatura do Médico Veterinário do SIM )

Ciente:

(Autuado)

Porto Belo(SC), \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2\_\_\_\_, às \_\_\_\_\_ horas.

Formulário XI

Secretaria de Municipal de Agricultura e Pesca

S. I. M. – Serviço de Inspeção Municipal

**AUTO DE APREENSÃO**

No \_\_\_\_\_ dia do mês de \_\_\_\_\_ do ano de dois mil e \_\_\_\_\_, na cidade de Porto Belo, eu \_\_\_\_\_, Médico(a) Veterinário(a) do Sistema de Inspeção Municipal, presentes as testemunhas abaixo assinadas, apreendi da firma \_\_\_\_\_, estabelecida à \_\_\_\_\_ número \_\_\_\_\_, o(s) produto(s) \_\_\_\_\_, num total de \_\_\_\_\_, com base no(s) Artigo(s) \_\_\_\_\_ do Regulamento do Serviço de Inspeção Municipal Industrial e Sanitária dos Produtos de Origem Animal, aprovado pelo Decreto no 1.395/2015. O(s) produto(s) fica(m) sob custódia da Inspeção Municipal não podendo ser comercializado(s), transferido(s) ou devolvido(s), até posterior deliberação. Do que, para constar, lavrei o presente Auto de Apreensão, em três vias, dando cópia ao infrator, que fica sujeito às penas da lei.

(Autuante)

(Testemunha)

(Testemunha)

Ciente:

(Autuado)

**DECRETO Nº 1.396, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2015.**

DECRETO Nº 1.396, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2015.

ALTERA O VALOR DA UFM-PB, CONFORME ESPECÍFICA.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o disposto na Lei Complementar Municipal nº 052/2014 - Código Tributário,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica atualizado o valor da UFM-PB, com uma correção de 1,01% (um virgula zero um por cento), considerando o IPCA do mês de novembro de 2015, que passa a vigorar a partir de 04 de janeiro de 2015.

Art. 2º O valor da UFM-PB passará a ser de R\$ 2,5384.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo – SC, aos 28 dias do mês de dezembro do ano de 2015.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo

**DECRETO Nº 1.398, DE 04 DE JANEIRO DE 2015**

DECRETO Nº 1.398, DE 04 DE JANEIRO DE 2015.

ALTERA O DECRETO Nº 1.173, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013, QUE NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO DA CIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município,

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam alterados os seguintes membros nomeados pelo Decreto nº 1.173, de 12 de dezembro de 2013, que passará a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º [...]

**I – REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL****a) Poder Executivo:**

Titular: Almir Antonio Novello

1º Suplente: Larissa Goulart de Souza

2º Suplente: Rodrigo Schultz

Titular: Adilson Machiavelli

1º Suplente: Roberto Bayer Battistotti

2º Suplente: Valmor Guerreiro Filho

[...]

**II – REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL:****a) Segmento dos Trabalhadores:**

Titular: Jaluza Wille de Freitas

1º Suplente: Lucia Margarida Currin Japp

2º Suplente: Rosa Maria D'Avilla

**b) Segmento dos Empresários:**

Titular: Edson Luiz Fantini

1º Suplente: Alexandre Stodieck

2º Suplente: Marcelo Pasqualini Martins

**c) Segmento dos Movimentos Populares**

Titular: Marcos Venicius Marques

1º Suplente: Paulo Cesar D'Avilla

2º Suplente: Osni Perreira

**d) Segmento das Entidades Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa:**

Titular: Arno Baron

1º Suplente: Laura Adair Terezinha Couto Antonow

2º Suplente: Pedro Paulo de Souza Maciel

**e) Segmento das ONG'S:**

Titular: Soleci da Silva Ferreira

1º Suplente: Eduardo Adércio Pinheiro

2º Suplente: Úrsula Currin Japp

Art. 2º Os demais dispositivos do Decreto nº 1.173, de 12 de dezembro de 2013 permanecerão inalterados.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo – SC, aos 04 dias do mês de janeiro do ano de 2016.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 01/2016**

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 001/2016

Alterar, excepcionalmente para o exercício de 2016, os prazos para o pagamento da cota única com dez por cento (10%) de desconto; o pagamento da cota única com cinco por cento (5%) de desconto, bem como, os vencimentos do Imposto Propriedade Predial e Territorial Urbano de Porto Belo - IPTU.

**Art. 18**

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições legais, em especial a Lei Orgânica Municipal adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Fica, excepcionalmente para o exercício de 2016, alterados os prazos para pagamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano de Porto Belo – IPTU, previstos nos incisos I, II e III, do art. 18 da Lei nº 2143/2014, relativos à cota única com dez por cento (10%) de desconto; a cota única com cinco por cento (5%) de desconto, bem como, os vencimentos do IPTU para pagamento parcelado, passando a ter a seguinte redação:

I - para pagamento em cota única, com dez (10%) de desconto: 10 de fevereiro de 2016;

II - para pagamento em cota única, com cinco (5%) de desconto: 29 de fevereiro de 2016;

III - para pagamento parcelado: a primeira parcela em 10 de fevereiro de 2016, e as demais, todo dia 10 de cada mês subsequente.

Art. 2º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo, aos 05 dias do mês de janeiro de 2016.

**CÂMARA MUNICIPAL****RESOLUÇÃO Nº 001/2016**

RESOLUÇÃO Nº 001/2016

"NOMEIA ASSESSOR JURIDICO DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE PORTO BELO".

A MESA DIRETORA DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE PORTO BELO, no uso de suas atribuições asseguradas por lei, com o disposto no artigo 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal e o artigo 11, inciso VIII do Regimento Interno, resolve:

ART. 1º - Nomear João José da Cruz Neto, advogado inscrito na OAB/SC sob o nº 22.590, da Categoria Funcional de Diretor Jurídico, pertencente ao grupo de Assessoramento Técnico Comissionado com vencimentos estabelecidos na Lei Complementar nº 053/14.

ART. 2º - As despesas decorrentes da presente resolução, correrão por conta de dotação específica do Orçamento vigente.

ART. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 01 (primeiro) de janeiro de 2016, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, aos 04 dias do mês de janeiro de 2016.

Eduardo Prado  
PresidenteJoel Orlando Lucinda  
Vice-PresidenteElias Cabral  
1º SecretárioJonas Amadeu Raulino  
2º SecretárioPaço Legislativo Vereador Amadeu Serafim Raulino  
" Porto Belo Capital Catarinense dos Transatlânticos"**RESOLUÇÃO Nº 002/2016**

RESOLUÇÃO Nº 002/2016

"DELEGA PODERES A SERVIDOR PARA O FIM QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A MESA DIRETORA DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE PORTO BELO, no uso de suas atribuições asseguradas por Lei, na conformidade com o que dispõe o Regimento Interno, Lei Orgânica Municipal e a Lei Complementar nº 053/2014, RESOLVE:

ART. 1º - Fica designado o servidor Marcos Antônio Santiago, ocupante do cargo efetivo de Diretor de Secretaria, da categoria ocupacional de nível médio, para exercer a função de chefia no âmbito do Poder Legislativo, nos termos do artigo 23º da Lei Complementar nº 053/2014.

ART. 2º - A função de chefia tem por finalidade planejar, organizar e supervisionar a execução dos serviços administrativos e execução dos serviços de gestão de pessoal do Poder Legislativo Municipal.

ART. 3º - O Servidor ora investido no exercício de chefia fará jus ao pagamento de gratificação na importância de 40% (quarenta) por cento incidente sobre o seu vencimento base.

ART. 4º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 01 (primeiro) de janeiro de 2016, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, aos 04 dias do mês de janeiro de 2016.

Eduardo Prado  
PresidenteJoel Orlando Lucinda  
Vice-PresidenteElias Cabral  
1º SecretárioJonas Amadeu Raulino  
2º SecretárioPaço Legislativo Vereador Amadeu Serafim Raulino  
" Porto Belo Capital Catarinense dos Transatlânticos"**RESOLUÇÃO Nº 003/2016**

RESOLUÇÃO Nº 003/2016

NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A MESA DIRETORA DA CÂMARA DE VEREADORES DE PORTO BELO, no uso de suas atribuições asseguradas por Lei, na conformidade com o que dispõe o Regimento Interno, Lei Orgânica Municipal e a Lei 8.666/93, resolve constituir a seguinte Comissão de Licitação:

Art. 1º - Fica nomeada, nos termos do Regimento Interno, Lei Orgânica Municipal e Lei 8.666/93 a Comissão de Licitação do Poder Legislativo de Porto Belo para o exercício de 2016, com a função de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos à licitações e a seu cadastramento, na forma seguinte:

I – Presidente: Laureci Maurino Cabral;

II – Secretária: Adriane Fabiani de Almeida;

III – Membro: João Mendes.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 04 de janeiro de 2016.

Eduardo Prado  
PresidenteJoel Orlando Lucinda  
Vice PresidenteElias Cabral  
1º SecretárioJonas Amadeu Raulino  
2º Secretário

# Presidente Nereu

## PREFEITURA

### CHAMAMENTO PÚBLICO 01 2016

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU-SC  
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2016

A Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, pessoa jurídica de direito público, com sede à Praça Leão Dehon, n.º 50, inscrita no CNPJ sob n.º 83.02.699/0001-28, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, o Senhor ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI, no uso de suas prerrogativas legais, torna público para conhecimento dos interessados, que está realizando processo de chamamento público para cadastro de pessoas físicas e jurídicas, com interesse de contratar com a prefeitura municipal e seus demais fundos municipais no período de 2016, obedecidos os fundamentos legais constantes dos dispositivos da Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais legislações aplicáveis.

Presidente Nereu, 05 de janeiro de 2016.  
ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI  
PREFEITO MUNICIPAL

### DECRETO 02/2016

DECRETO N.º 02, de 04 de JANEIRO de 2016.

“ REESTABELECE TURNO ÚNICO DE ATENDIMENTO JUNTO A PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito Municipal de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a legislação em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica reestabelecido TURNO ÚNICO de atendimento junto a Prefeitura Municipal e respectivas Secretarias Municipais, das 13 horas às 18 horas, de segunda a sexta feira, a partir do dia 05 de Janeiro de 2016.

Art. 2º - Excetuam-se os atendimentos da Secretaria Municipal de Saúde (turno Normal), serviços de urgência e emergência, transporte escolar, transporte de estudantes para fora do município, transporte da APAE e demais modalidades de transportes, que terão prioridade no atendimento, através de jornada regular e escala de plantão, definidas pelas respectivas secretarias.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se o decreto nº 36/2015

Presidente Nereu (SC), em 04 de janeiro de 2016.  
ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI  
PREFEITO MUNICIPAL

### EXTRATO DE CREDENCIAMENTO 01/2016 - SAÚDE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE NEREU  
Departamento de Licitações e Compras  
CREDENCIAMENTO 01/2016

O Município de Presidente Nereu torna público que estará efetuando CREDENCIAMENTO a partir do dia 06/01/2015 às 12:30 horas até 22/01/2016, na sala de licitações da Prefeitura, para eventual Contratação de pessoas físicas e jurídicas que deverão prestar os serviços de ODONTÓLOGOS. O Edital que está amparado na Lei de Licitações encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal, localizada na Praça Leão Dehon, 50, Centro de Presidente Nereu/SC, de segunda a sexta-feira das 12:30 às 17:30 horas. Maiores Informações: pelo fone/fax (47) 3362-1108, com Departamento de Compras e Licitação da Prefeitura Municipal ou site [www.presidentenereu.sc.gov.br](http://www.presidentenereu.sc.gov.br), no link licitações.

Presidente Nereu, 05 de janeiro de 2016.  
BENITO BRAND  
GESTOR

EDITAL DE CREDENCIAMENTO PÚBLICO Nº. 01 / 2016

“OBJETIVANDO O CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS E/OU JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ODONTOLOGO.”

O MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU-SC, representado pelo seu Fundo Municipal de Saúde, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº. 14.488.313/0001-45, representado neste ato pelo Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Presidente Nereu, faz saber pelo presente EDITAL DE CREDENCIAMENTO PÚBLICO 01/2016 que, estará efetuando o CREDENCIAMENTO, a partir do dia 06/01/2016 às 12:30 horas até 22/01/2016 de interessados em prestar os serviços constantes no objeto desta licitação. Maiores

informações encontram-se à disposição dos interessados no horário das 12:30 às 17:30, no Centro Administrativo Municipal, na Praça Leão Dehon, nº. 50, centro, na cidade de Presidente Nereu/SC.

## 1 – OBJETO

1.1 - O presente Chamamento Público tem como Objetivo o credenciamento de pessoas físicas ou jurídicas que deverão prestar os serviços de ODONTOLOGO, com os valores constantes na tabela (anexo I).

## 2 -DO CREDENCIAMENTO

2.1 – Os interessados que desejarem efetuar o credenciamento deverão obrigatoriamente apresentar os seguintes documentos, em original ou por cópia autenticada em tabelionato ou, por servidor municipal.

2.2 - O credenciamento, para pessoas jurídicas, consistirá basicamente na apresentação dos seguintes documentos:

- a) – Registro comercial, no caso de empresa individual.
- b) – Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrada, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.
- c) – Cartão do CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ-MF), conforme Instrução Normativa da SRF nº. 200, de 13 de setembro de 2002. Será feita consulta on-line.
- d) – Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do credenciante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, (alvará de localização e/ou DIC documento de identificação de Contribuinte).
- e) – Prova de regularidade para com a Fazenda Federal;
- f) – Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do credenciante.
- g) – Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do credenciante.
- h) – Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
- i) – Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
- j) - Prova de regularidade relativa a Justiça do Trabalho.
- l) – Declaração da credenciante, de que não pesa contra si, declaração de inidoneidade, de acordo com o modelo constante no Anexo II e sob as penalidades cabíveis, a superveniência de fato impeditivo para contratar com o Poder Público, conforme prescreve o § 2º, Art. 32, da Lei 8.666/93 e Ofício Circular 040/94 – GEP.
- m) - Declaração da credenciante de cumprimento ao artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal (conforme modelo do Anexo III), assinada por representante(s) legal(is) da empresa.
- n) – Declaração de que se propõe a prestar os serviços de ODONTOLOGO bem como a capacidade máxima de atendimento diário, concordando com os valores constantes na tabela de exames em anexo V.

2.3 Em se tratando de pessoas físicas, ou seja, profissionais liberais, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- a) – Certidão Negativa Federal;
- b) – Certidão Negativa Estadual;
- c) - prova de regularidade perante a Fazenda Municipal do seu domicílio;
- d) - carteira de identidade e CPF.
- e) – Declaração da credenciante, de que não pesa contra si, declaração de inidoneidade, de acordo com o modelo constante no Anexo II e sob as penalidades cabíveis, a superveniência de fato impeditivo para contratar com o Poder Público, conforme prescreve o § 2º, Art. 32, da Lei 8.666/93 e Ofício Circular 040/94 – GEP.
- f) - Declaração da credenciante de cumprimento ao artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal (conforme modelo do Anexo III), assinada pela credenciante.
- g) – Declaração de que se propõe a prestar os serviços de ODONTOLOGO, bem como a capacidade máxima de atendimento diário, concordando com os valores constantes na tabela de exames em anexo V.
- h) – Comprovação de habilitação profissional (Diploma de Nível Superior) para desempenho da função para a qual pretende o credenciamento.
- i) – CRO(certificado de Registro Odontologo).

2.4 - As informações relativas à habilitação, são de inteira responsabilidade do credenciante, que responderá cível e criminalmente por estas.

2.5 - Os documentos expedidos pela INTERNET poderão ser apresentados em forma original ou, cópia reprográfica sem autenticação. Entretanto, estarão sujeitas as verificações de sua autenticidade através de consulta realizada pela Comissão de Licitações. Os demais documentos deverão ser cópias atualizadas e autenticadas por tabelião ou, por Servidor Municipal.

2.6 - Todos os documentos apresentados deverão ser correspondentes unicamente à matriz ou à filial da empresa que ora se habilita para este certame licitatório. Os documentos devem ser em nome de uma única empresa (razão social).

## 2 – DO CREDENCIAMENTO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE:

2.1 – De acordo com o artigo 199 da Constituição Federal, as instituições privadas poderão participar de forma complementar do Sistema Único de Saúde/SUS, seguindo suas diretrizes, mediante contrato de direito público, com a preferência de entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos;

2.2 – A prioridade do credenciamento será do prestador que melhor atender ao interesse público. A Secretaria Municipal de Saúde de



Presidente Nereu distribuirá o serviço de forma a garantir o atendimento ininterrupto à população, prevenindo-se de situações de impedimento do prestador por motivo imprevisível, optando pela distribuição do serviço entre os fornecedores que melhor preencherem os requisitos exigidos neste Edital, podendo ser credenciados vários prestadores, quantos forem necessários à boa distribuição e prestação dos serviços.

2.4 – As unidades contratadas deverão atuar em conformidade com os programas, metas e indicadores determinados pelo Ministério da Saúde e pela Secretaria Municipal de Saúde, atuais e futuros.

### 3 – DO EDITAL E ANEXOS

3.1 – São partes integrantes do presente Edital os seguintes Anexos:

Anexo I: Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação

Anexo II: Declaração de que atende o disposto no artigo 7º, XXXIII, da CF/88;

Anexo III: Formulário de Credenciamento;

3.2 – O Edital e os Anexos encontram-se disponíveis aos interessados na Divisão de Compras, Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, no endereço mencionado no preâmbulo deste edital, na internet no site do município, [www.presidentenereu.sc.gov.br](http://www.presidentenereu.sc.gov.br), link licitações

### 4 – DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO:

Poderão prestar serviços ao município de Presidente Nereu, em caráter complementar, as pessoas jurídicas, legalmente constituídas, com capacidade técnica comprovada, idoneidade econômico-financeira, regularidade jurídico-fiscal, que não estejam em processo de suspensão ou declaração de inidoneidade por parte do poder público, que satisfaçam as condições fixadas neste Edital e ANEXOS e que aceitem as exigências estabelecidas pelas normas do SUS, pela Lei Federal nº 8.666/93 e demais disposições legais aplicáveis.

4.1 – Estão impedidas de participar as instituições e/ou empresas:

4.1.1 – Que cumprirem, na data fixada para a apresentação dos envelopes, penalidade de suspensão temporária para licitar ou contratar com a Administração;

4.1.2 – Declaradas inidôneas pelo Poder Público e não reabilitadas;

4.1.3 – Constituídas sob a forma de Consórcio; e

4.1.4 – Que não tiverem infra-estrutura laboratorial e pessoal técnico específico para a prestação dos serviços pleiteados.

### 5 – A PARTICIPAÇÃO NESTE CERTAME OBRIGA A:

5.1 – Estar ciente das condições do credenciamento, assumir a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados e fornecer quaisquer informações complementares solicitadas pela Comissão Técnica de Avaliação da Secretaria Municipal de Saúde; Prefeitura de Presidente Nereu - SC

5.2 – Executar os serviços de acordo com o estabelecido pelo convênio entre o Serviço Social do Comércio – SESC, e pela Secretaria Municipal de Saúde;

5.3 – Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas no credenciamento.

5.4 – Os serviços serão prestados em um módulo móvel de atendimento odontológico, com 04 (quatro) gabinetes, totalmente equipados, inclusive com Raio – X.

### 6 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DA PREÇOS E DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

6.1. A proposta de Preços e a Documentação de Habilitação deverão ser apresentadas no local, dia e hora, determinados no Edital, em envelopes separados, devidamente fechados e rubricados no fecho, assim denominados:

a) Envelopes nº 1 : Proposta de Preços ; e

b) Envelope nº 2 : Documentos de habilitação

6.1.1. Os envelopes deverão conter, em suas partes externas, os seguintes dizeres:

Envelope nº 1 – Proposta de Preços

Entidade de Licitação

Edital de Credenciamento nº 01/2016

Razão Social do Proponente:

CNPJ nº: ..... Envelope nº 2 – Documento de Habilitação

Entidade de Licitação

Edital de Credenciamento nº 01/2016

Razão Social do Proponente :

CNPJ nº: ..... 7 - FORMA DE PAGAMENTO:

7.1 – Os pagamentos somente serão realizados mediante:

a) - Apresentação das autorizações para realização das consultas de SERVIÇOS ODONTOLOGO, emitida pelo Secretário da Saúde;

b) - Os valores serão postos à disposição da CREDENCIADA, junto à tesouraria do Município, mensalmente, até o quinto (5º) dia útil do mês subsequente àquele em que os serviços forem prestados.

c) - Os valores a serem pagos, somente serão liberados mediante a apresentação da fatura e/ou nota fiscal e/ou "RPA", que deverá ser apresentado à Secretaria da Saúde do Município de Presidente Nereu até o segundo (2º) dia útil, que deverá estar em conformidade com

os serviços realizados e devidamente comprovados, e estarão sujeitos às retenções previdenciárias e tributárias;  
d) - Os valores a serem pagos serão sempre os fixados em preço público a ser definido pelo Poder Público na forma da Lei;

#### 8 - VIGÊNCIA:

8.1 – O presente objetivo é a celebração de contrato, para realização dos serviços citados, tendo sua vigência a partir da assinatura do contrato de credenciamento, e tendo como prazo final o dia 26/04/2016.

8.2 - O credenciamento poderá ocorrer a qualquer tempo, de qualquer interessado, pessoa física ou jurídica, que preencha as condições mínimas exigidas no presente edital;

#### 9 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. Os recursos financeiros serão atendidos pela dotação do orçamento vigente, do município de Presidente Nereu.

#### 10 – DA ASSINATURA DO TERMO DE CREDENCIAMENTO

Após o credenciamento a Administração, no prazo de até 05 (cinco) dias, convocará a(s) pessoa credenciada para assinar o termo de credenciamento.

#### 10 - DISPOSIÇÕES FINAIS:

10.1 - Em nenhuma hipótese será concedido prazo diverso do fixado neste Edital, para o credenciamento.

10.2 – O(A) credenciado(a) que se recusar a executar os serviços ora credenciados, sofrerá as penalidades previstas no Art. 87, II, da Lei nº 8.666/93 e alterações, ficando sujeita, ainda ao desc credenciamento.

10.3 - Pelo atraso injustificado na realização dos serviços, será cobrada multa na razão de R\$ 5,00 (cinco reais), por dia de atraso, sem prejuízo da sujeição de desc credenciamento.

10.4 - Será concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentação de defesa prévia.

11.5 - Ao Gestor do Fundo fica assegurado o direito de preservando interesse do Município, revogar ou anular a presente edital de chamamento público, justificando a razão de tal ato, dando ciência aos partícipes.

11.6 – Fazem parte integrante deste Edital:

-Anexo I – Tabela de Valores dos serviços.

-Anexo II -Modelo de Declaração de Idoneidade.

-Anexo III -Modelo de Declaração (cumprimento ao artigo 7º.inciso XXXIII da CF).

-Anexo IV – Declaração de que concorda na prestação dos serviços.

-Anexo V – Minuta contrato (Termo de Credenciamento).

Presidente Nereu, 04 de janeiro de 2016.

BENITO BRAND

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

#### ANEXO I

#### VALOR DE REFERENCIA

#### ITENS QTDAD E UNID DESCRICÃO DO ITEM VL. UNIT.

1	3	MÊS	SERVICOS ODONTOLOGO PARA 40 (QUARENTA) HORAS SEMANAIS	6.100,00		
1	3	MÊS	SERVICOS ODONTOLOGO PARA 20 (VINTE) HORAS SEMANAIS	3.050,00		

Atesto como verdadeira e assumo qualquer responsabilidade, referente a proposta acima demonstrada, retirando-me o direito de reclamar sobre qualquer valor nela relacionado.

Data,

ASSINATURA

#### ANEXO II

#### MODELO

À Comissão de Licitações  
Declaração de Idoneidade

(Razão Social da Credenciante) ., através de seu Diretor ou Responsável Legal, declara, sob as penas da lei, que não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública.

Por ser expressão de verdade, firmamos o presente.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016.

Assinatura

ANEXO III

MODELO

À Comissão de Licitações

DECLARAÇÃO

A empresa (ou pessoa física) .....declara, para os fins de direito e sob as penas da lei, na qualidade de credenciante do procedimento licitatório sob a modalidade de Edital de Credenciamento Público nº. 04/2015, em cumprimento ao inciso XXXIII, do artigo 7º. da Constituição Federal de que não possuímos em nosso quadro funcional pessoas menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, de menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016.

Assinatura

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO

Ao  
Município de Presidente Nereu  
Comissão de Licitação

A empresa (ou pessoa física) ..... , inscrita no CNPJ/CPF sob o nº ....., declara que concorda em prestar os serviços de consultas médicas, com os valores constantes na tabela de valores anexa ao edital de Credenciamento Público nº 01/2016 e que atenderemos a demanda exigida pela Secretaria da Saúde, de segunda-feira a sexta-feira.

..... de ..... de 2015

Assinatura

ANEXO V

TERMO DE CREDENCIAMENTO

"REFERENTE AO EDITAL DE CREDENCIAMENTO PÚBLICO Nº 01/2016, "OBJETIVANDO O CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS E/OU JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ODONTOLOGO NOS TERMOS E CONDIÇÕES A SEGUIR":

Pelo presente instrumento, de um lado, o Município de Presidente Nereu, pessoa jurídica de direito público interno, com centro administrativo na Praça Leão Dehon, nº. 50, inscrito no CNPJ sob nº. 83.102.699/0001-28, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, doravante denominado simplesmente de CREDENCIANTE e, de outro, ....., (qualificação) inscrita no CNPJ/CPF sob nº. ...., estabelecida na Rua ..... em ..., neste ato representada pelo(a) Sr.(a) ..... , portador(a) da Carteira de Identidade com RG nº. ... e CPF nº. .... , residente e domiciliado na Rua ..... em..., doravante denominada simplesmente CREDENCIADA, acordam celebrar o presente Contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

A CREDENCIADA compromete-se a prestar os serviços de SERVIÇOS DE ODONTOLOGO. conforme tabela de valores abaixo discriminados:

VALOR DE REFERENCIA

ITENS QTDAD E UNID DESCRIÇÃO DO ITEM VL. UNIT.

1	3	MÊS	SERVICOS ODONTOLOGO PARA 40 (QUARENTA) HORAS SEMANAIS	6.100,00		
1	3	MÊS	SERVICOS ODONTOLOGO PARA 20 (VINTE) HORAS SEMANAIS	3.050,00		

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

A CREDENCIADA, responderá pela solidez, segurança e perfeição dos serviços executados, sendo ainda responsável por quaisquer danos

peçoais ou materiais, inclusive contra terceiros, ocorridos durante a execução dos serviços ou deles decorrentes.

A CREDENCIADA durante a vigência do presente contrato, obriga-se a manter todas as condições da habilitação e qualificação exigidas no Edital de Credenciamento Público nº 01/2016.

#### CLAUSULA TERCEIRA - DO EQUIPAMENTO E MÃO-DE-OBRA

- a) - Caberá a CREDENCIADA o fornecimento de mão-de-obra, necessários à plena execução dos serviços indicados na cláusula primeira deste termo.
- b) - Correrão por sua inteira conta e risco, as despesas de toda a mão-de-obra, igualmente se responsabiliza por encargos sociais decorrentes de contrato de trabalho de seus empregados, bem como do que vier a firmar com terceiros, nos termos da legislação trabalhista, civil, previdenciária ou penal em vigor, bem como indenizações por danos causados à CONTRATANTE e ou a terceiros.

#### CLÁUSULA QUARTA -VIGÊNCIA

O presente pacto tendo sua vigência a partir da assinatura do presente instrumento, e tendo como prazo final o dia 26.04.2016.

#### CLÁUSULA QUINTA -FORMA DE PAGAMENTO

Os pagamentos somente serão realizados mediante:

- a) - Apresentação de controle de prestação dos serviços emitida pelo Secretário da Saúde do Município de Presidente Nereu, ou por ele autorizado; emitida por funcionário da Secretaria da Saúde do Município de Presidente Nereu;
- b) - Os valores serão postos à disposição da CREDENCIADA, junto à tesouraria do Município, mensalmente, até o quinto (5º) dia útil do mês subsequente àquele em que os serviços forem prestados.
- c) - Os valores a serem pagos, somente serão liberados mediante a apresentação da fatura e/ou nota fiscal e/ou "RPA", que deverá ser apresentado à Secretaria da Saúde do Município de Presidente Nereu até o segundo (2º) dia útil, que deverá estar em conformidade com os serviços realizados e devidamente comprovados, e estarão sujeitos às retenções previdenciárias e tributárias;
- d) - Os valores a serem pagos serão sempre os fixados em preço público a ser definido pelo Poder Público na forma da Lei, sendo que qualquer alteração do preço deve ser comunicada à CREDENCIADA, para manifestar o seu interesse na continuidade ou não do credenciamento;

Parágrafo Único – Uma vez comunicada a CREDENCIADA sobre qualquer alteração, INCLUSIVE QUANTO AO PREÇO PÚBLICO FIXADO e, permanecendo ciente quanto à vigência do pacto, este permanecerá em vigor e com a alteração sofrida.

#### CLÁUSULA SEXTA –FISCALIZAÇÃO.

A CONTRATANTE exercerá ampla fiscalização sobre os serviços executados e em execução pela CREDENCIADA, podendo rejeitá-los quando estiverem fora das especificações, devendo se refeito sem ônus à CONTRATANTE.

A CONTRATANTE reserva-se o direito de fiscalizar, a qualquer tempo, o local de trabalho da CREDENCIADA, bem como seus equipamentos de trabalho, devendo esta fornecer todas as informações necessárias ao CONTRATANTE, bem como permitir a fiscalização em seu estabelecimento e equipamentos, quando esta julgar pertinente.

O responsável pelo contrato é o Senhor Benito Brand, secretário municipal de Saúde.

#### CLAUSULA SÉTIMA -DAS PENALIDADES.

O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas ou o cumprimento em desacordo com o pactuado acarretará, à CREDENCIADA, as penalidades previstas no Artigo 87, da Lei Nº 8666/93 e alterações, conforme a gravidade da infração e independentemente da incidência de multa e sem prejuízo de descredenciamento.

#### CLÁUSULA OITAVA -DA MULTA.

A CONTRATANTE, no uso das prerrogativas que lhe confere o inciso IV, do artigo 58 e artigo 87, inciso II, da Lei focada, aplicará multa:

- a) – Pela recusa em executar os serviços ora contratados, sofrerá as penalidades previstas no Art. 87, II, da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- b) - Pelo atraso injustificado, será cobrada multa na razão de R\$ 5,00 (cinco reais), por dia de atraso da consulta/seção encaminhada.

#### CLÁUSULA NONA -DA APLICAÇÃO DAS PENALIDADES E MULTAS.

No caso de incidência de uma das situações previstas neste instrumento, o CREDENCIANTE notificará a CREDENCIADA, para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento desta, justificar, por escrito, os motivos do inadimplemento.

#### CLÁUSULA DÉCIMA -RESCISÃO CONTRATUAL

O presente Termo de Credenciamento poderá ser rescindido:

- a) - Mediante acordo expresso, e firmado pelas partes, após um aviso premonitório, também expresso, feito com antecedência de 15 (quinze) dias pelo interessado.
- b) - Unilateralmente pela CREDENCIANTE, em qualquer tempo, independente de interpelação ou procedimento judicial ou extrajudicial, caso a CREDENCIADA:
- b1) - ceda ou transfira, no todo ou em parte, o objeto deste contrato ou delegue a outrem as incumbências e/ou as obrigações nele

consignadas, sem prévia e expressa autorização da CREDENCIANTE.

b2) - venha a agir com dolo, culpa, simulação ou em fraude na execução dos serviços contratados.

b3) - quando pela reiteração de impugnação dos serviços ficar evidenciada a incapacidade da credenciada para dar execução satisfatória ao contrato.

b4) - venha a falir, entrar em concordata, liquidação ou dissolução.

b5) - quando ocorrerem razões de interesse do serviço público e/ou na ocorrência de qualquer das disposições elencadas na Lei nº 8.666/93 e alterações.

Parágrafo Único - Havendo rescisão contratual, a CONTRATANTE pagará à CREDENCIADA, o numerário equivalente aos serviços efetivamente realizados, e aprovados pela Secretaria da Saúde, no valor avençado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

a) Os recursos financeiros serão atendidos pela dotação do orçamento vigente do município.

#### CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - CASOS OMISSOS.

Qualquer litígio judicial oriunda da aplicação do presente termo, será dirimida com base na legislação específica, especialmente no EDITAL DE CREDENCIAMENTO PÚBLICO N. 01/2016 e na Lei 8.666/93 e posteriores alterações.

A CREDENCIADA não poderá, sob qualquer hipótese, cobrar diferenças de valores aos beneficiários pelo atendimento, bem como, que este assine fatura ou guia de atendimento em branco.

#### CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – DO FORO.

As partes elegem o Foro da comarca de Rio do Sul/SC para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas deste ajuste, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acertados, firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, obrigando-se pelos termos do mesmo, por si e seus sucessores.

Presidente Nereu, ..... de ..... de 2016.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

### **EXTRATO QUARTO ADITIVO AO CONTRATO 31/2013**

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DO QUARTO ADITIVO AO CONTRATO Nº 31/2013  
MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU

Contrato que entre si celebram o Município de Presidente Nereu, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.699/0001-28 e a empresa Coleta de Lixo Schmitz LTDA ME, inscrita no CNPJ sob nº 17.660.348/0001-08. Objeto: Coleta seletiva com triagem do lixo do Município de Presidente Nereu com destino final no aterro sanitário da Serra São Miguel em Ibirama. Vigência: 04/01/2016 à 31/12/2016. Valor Global: R\$ 74.147,16

Presidente Nereu, 23 de dezembro de 2015.

Antônio Francisco Comandoli

Prefeito Municipal

# Rio do Sul

## PREFEITURA

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 01/2016

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO 01/2016

PELO PRESENTE EDITAL, FICAM OS CONTRIBUINTES ABAIXO RELACIONADOS DEVIDAMENTE CIENTIFICADOS, NOS TERMOS DO ARTIGO 119, § 6º, DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL, LEI COMPLEMENTAR 110/2003 DE 17/12/2003, DO LANÇAMENTO EM SEU DESFAVOR DE TRIBUTOS, PENALIDADES E NOTIFICAÇÕES DE IRREGULARIDADES, CONFORME RESPECTIVA NOTIFICAÇÃO.

FICAM TAMBÉM OS CONTRIBUINTES, CIENTIFICADOS DE QUE DISPÕEM DO PRAZO PREVISTO NO ARTIGO 147, § 1º (TRINTA DIAS), A CONTAR DA DATA MENCIONADA NO INCISO III DO § 2º DO ARTIGO 187 PARA IMPETRAR RECLAMAÇÃO CONTRA O LANÇAMENTO, NOS MOLDES DO ARTIGO 175, § 1º, TODOS DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL, LEI COMPLEMENTAR 110/2003 DE 17/12/2003.

NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO FISCAL Nº	DATA	CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ
24-A/2015- IPTU	03/11/15	ADRIANA AMANDA DIOGO	057.356.799-96
2-A/2015- IPTU	01/10/15	ALEXANDRE DEMETRIO	049.570.929-82
11-A/2015- IPTU	21/10/15	AMARILDO VICENTE	419.579.039-53
26-A/2015- IPTU	03/11/15	ANDRE AGUIAR LISBOA	081.572.527-25
18-A/2015- IPTU	27/10/15	CARLA CRISTIANE ALVES	058.297.329-55
14-A/2015- IPTU	26/10/15	CARLOS ALBERTO ADAMI	580.286.849-04
36-A/2015- IPTU	12/11/15	DANIELA IGNACIO	049.169.669-88
27-A/2015- IPTU	03/11/15	DIEGO FELIPE NUNES DA SILVA	362.563.368-01
22-A/2015- IPTU	28/10/15	EDER GUSTAVO JUNGES	039.539.629-81
25-A/2015- IPTU	03/11/15	EDER JUNIOR CAMBRUSI	946.826.829-20
23-A/2015- IPTU	03/11/15	ELLEN HEIDRICH	613.463.069-15
21/2015	20/10/15	IS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE PINTURAS E REFORMAS LTDA	08.311.184/0001-12
193/2015	21/08/15	JACQUELINE DEBIAZI ME	14.730.588/0001-43
4-A/2015- IPTU	13/10/15	JEAN MAESTRI RUOFF	032.760.139-67
7-A/2015- IPTU	13/10/15	JOEL BACHES	003.667.359-50
8-A/2015- IPTU	13/10/15	JOSEMAR VALANDRO	351.333.500-82
33-A/2015- IPTU	03/11/15	MAICON BENNERT	041.308.669-07
38-A/2015- IPTU	17/11/15	MARIA CRISTINA DE SOUZA	052.374.579-67
21-A/2015- IPTU	28/10/15	ROBERTO HOFFER	032.330.839-20
34-A/2015- IPTU	03/11/15	ROBSON FARIAS	069.336.499-89
6-A/2015- IPTU	13/10/15	ROSANGELA PAYERL	683.819.489-91
5-A/2015- IPTU	13/10/15	TIAGO PISETTA	047.786.099-05
AUTO DE INFRAÇÃO Nº	DATA	CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ
84/2015	14/09/15	ALEXSSANDRE MARTINS BORGES	18.402.496/0001-95
126/2015	23/11/15	ANA MATILDE WALDRICH ME	13.295.179/0001-01
128/2015	23/11/15	ANTONIO BOCA SANTA ME	11.610.738/0002-78
110/2015	16/11/15	BAR DO BOMBA LTDA ME	15.084.516/0001-39
129/2015	23/11/15	CARLOS CESAR PONTIOLLI JUNIOR 05726902904	22.715.607/0001-90
132/2015	23/11/15	FABIO FARIAS 05130178955	16.578.958/0001-02
133/2015	23/11/15	GERRI ADRIANI CONSOLI ME	00.245.882/0001-55
134/2015	23/11/15	JEAN CARLOS KINDLEIN ME	15.831.190/0001-66
136/2015	23/11/15	JUS INTERATIVO ALTO VALE CURSOS SS LTDA ME	15.757.726/0001-40
137/2015	23/11/15	LANCHONETE KRUGER LTDA ME	10.177.179/0001-00
112/2015	19/11/15	MINIMERCADO MENEGHELLI LTDA ME	17.636.845/0001-70
67/2015	06/08/15	RMC IND E COM DE CONFECÇÕES LTDA EPP	10.342.258/0003-91
121/2015	23/11/15	SCHEILA LAUBENSTEIN 05942214980	19.010.299/0001-93
122/2015	23/11/15	TECNOCARIBE SOLUCOES EM INFORMATICA LTDA ME	16.887.091/0001-69
123/2015	23/11/15	TRANSFUMO TRANSP RODOVIARIOS LTDA	79.232.062/0001-89



125/2015	23/11/15	ZETE CORRETORA DE SEGUROS LTDA	81.526.915/0005-60
CERTIDÃO DE BAIXA DE ATIVIDADES	DATA	CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ
120/2015	03/08/15	SILVIA CAPRISTANO	055.208.339-90
NOTIFICAÇÃO DE IRREGULARIDADE CADASTRAL	DATA	CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ
	04/09/15	ABRACADABRA DECRAÇÃO E EVENTOS LTDA ME – JOSIANE ANDREIA GASTAO	15.084.475/0001-80
	16/11/15	ALAN FERNANDES DE LIMA	22.948.371/0001-32
	07/12/15	ANDRESSA LUANA BECKER ME	20.319.412/0001-04
	11/11/15	CENTRO DE ESTETICA GISELI MACKOVIK LTDA – LEANDRO DA CONCEIÇÃO	15.694.618/0001-76
	11/11/15	DAIANE CRISTINA MAAS DA SILVA ME	21.017.767/0001-01
	05/10/15	IZOLETE MERENCIO MELO	19.348.229/0001-40
	05/10/15	JOAQUINA DA LANÇA REVES MARCON	475.649.549-49
	27/11/15	KS ATACADO DE SORVETES EIRELI ME	19.424.918/0001-96
	02/10/15	LUIZ HENRIQUE PEREIRA VILAÇA	18.839.330/0001-30
	10/12/15	LUNELLI SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA ME	20.764.028/0001-02
	16/11/15	MAURICIO ESPINOLA ME	13.822.806/0001-07
	28/10/15	MAURICIO LEITE EIRELI ME	06.877.548/0001-09
	05/10/15	MINIMERCADO MENEGHELLI LTDA ME	17.636.845/0001-70
	16/11/15	NIEHUES & NIEHUES CONSULTÓRIO MÉDICO ODONTOLÓGICO LTDA	07.954.271/0001-25
	05/10/15	POSTO RIO SUL LTDA	11.402.405/0001-72
	27/11/15	RAFAEL JUPPA POMPILIO	044.192.769-67
	05/10/15	SIDNEY DE SOUZA O NANINO ME	95.846.283/0005-27
	12/11/15	SONHEREALIZE COM DE COLCHÕES LTDA ME	12.594.886/0003-90
	19/10/15	TALLES SCHARPF PROJETOS ME	19.988.825/0001-94
	01/10/15	TENTAÇÃO PREÇO ÚNICO EIRELI ME	15.575.514/0001-42
	05/10/15	THAIS NATTAN DE MOURA BUENO	21.155.788/0001-85
	04/09/15	THIAGO REICHER ME	11.909.067/0001-60
	20/10/15	WANZIN LTDA ME	15.573.853/0001-90
	28/10/15	VERDUREIRA TOP FRUTAS LTDA ME – MARLISE HECK DE SOUZA	21.586.567/0001-61
		Rio do Sul, 05 de janeiro de 2016.	

Cristiano Contreira Dias Lopes Segatto  
Secretário Municipal da Fazenda  
Pref. Mun. de Rio do Sul

José Luiz do Nascimento  
Diretor do Departamento de Fiscalização  
Pref. Mun. de Rio do Sul

## PORTARIA Nº 0001/RH

PORTARIA Nº. 0001/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

### RESOLVE:

Art.1º Remover para o Centro de Educação Infantil Cobras, a partir de 04/01/2016, a servidora LIZETE MARTINS RENGEL, ocupante do cargo de provimento efetivo Cozinheiro, nível "B", lotada no CEI Santa Galo, em conformidade com o Art. 41, inciso II, da Lei Complementar n. 309, de 01 de dezembro de 2015, e Memorando SME/GAB nº 497/2015 da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 04 de janeiro de 2016.  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
Csvg

**PORTARIA Nº. 995/RH**

PORTARIA Nº. 0995/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Declarar vago, a partir de 04/12/2015, o cargo de provimento efetivo de Motorista de Caminhão da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, ocupado pelo servidor FLAVIO HAMILTON RAMOS, em virtude de seu falecimento em 04/12/2015, conforme Certidão de Óbito Matrícula nº 105262 01 55 2015 4 00046 290 0017294 97 da cidade e comarca de Rio do Sul – Santa Catarina, nos termos do Art. 38, inciso VI da Lei Complementar 207 de 28/09/2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 10 de dezembro de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Papf

**RESUMO DO CONTRATO 190/2015**

RESUMO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 190/2015

Dispensa de Licitação

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA)

Objeto: presente contrato é a prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pela CONTRATADA, que disponibiliza:

1. Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na rede mundial de computadores – Internet, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP – Brasil);

2. Gestão de Obras: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação mediante disponibilização de programa desenvolvido em arquitetura web direcionado aos setores de planejamento e obras para o controle de convênios federais, contratos de empreitada, termos aditivos e andamento de obras de forma integrada com uma ferramenta de confecção de orçamentos, sendo estes nos padrões da Caixa Econômica Federal (DTB) e com disponibilidade de todas as tabelas SINAPI, SEOP, DER, DNIT, DEINFRA e outras que podem ser integradas sob solicitação;

3. Gestão Tributária – Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional;

4. Gestão Tributária – Gestão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – GNOTA: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação que permite a emissão de Nota Fiscal de Serviços com o intuito de registrar, de forma eletrônica, as operações de prestação de serviço de pessoas jurídicas estabelecidas no município, sendo integrado ao Sistema de Gestão do Simples Nacional;

5. Gestão Tributária – Registro Mercantil Integrado – REGIN: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais.

Valor: R\$ R\$ 31.110,00 (trinta e um mil e cento e dez reais), em 12 (doze) parcelas, no valor de R\$ 2.592,50 (dois mil e quinhentos e noventa e dois reais e cinquenta centavos)

Prazo de Execução: 12 (doze) meses.

Condições de Pagamento: depositadas mensal, sucessiva e diretamente, até o último dia útil de cada mês

Recurso: Próprios

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 10 de dezembro de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL****CONTRATO DE ADITIVO Nº. 063/2015**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL

## EXTRATO DE CONTRATO

Processo nº: 54/2014 – Pregão Presencial

Espécie: Contrato de Aditivo nº. 063/2015

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul

Contratada: Minister Serviços de Vigilância EIRELI

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de serviços de vigilância humana para o prédio onde localiza-se a Policlínica de Referência Regional de Saúde de Rio do Sul - SC.

Amparo Legal: Lei Federal nºs. 8.666 , de 21/06/1993

Valor Mensal: R\$ 6.935,04 (Seis mil novecentos e trinta e cinco reais e zero quatro centavos)

Validade do contrato: 12 meses

Data da Assinatura: 06/11/2015

Signatários: Rodrigo Duarte, pela contratante, e Jorge Goetten de Lima, pela contratada.

# Romelândia

## PREFEITURA

### PORTARIA 7910

PORTARIA Nº 7910/2016

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

#### RESOLVE:

Conceder férias a Servidora Pública Municipal Srª. TEREZINHA MARIA FELIPE, referente ao período aquisitivo de 05 de março de 2014 à 04 de março de 2015, para serem gozadas de 04 de janeiro de 2016 à 02 de fevereiro de 2016.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 05 de janeiro de 2016.

Valdoci Saul

Prefeito Municipal de Romelândia

Valquiria Giotto Genz

Responsável Recursos Humanos

### PORTARIA 7911

PORTARIA Nº 7912/2016

CONCEDE LICENÇA PREMIO AO SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

#### RESOLVE:

Conceder LICENÇA PREMIO, ao Servidor Público Municipal ANTONIO VALDIR JORIS referente ao período aquisitivo de 24 de fevereiro de 2004 a 24 de fevereiro de 2009, para ser gozada de 04 de janeiro de 2016 a 02 de abril de 2016, conforme Lei Complementar Municipal nº 005/2009.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 05 de janeiro de 2016.

Valdoci Saul

Prefeito Municipal de Romelândia

Valquiria Giotto Genz

Responsável Recursos Humanos

### PORTARIA 7912

PORTARIA Nº 7913/2016

DESIGNA A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

#### RESOLVE:

Designar o Servidor Público Municipal Sra. VALQUIRIA GIOTTO GENZ, para chefiar o Departamento de Recursos Humanos,

percebendo FG- Função Gratificada num percentual de 30% (trinta por cento) sobre o vencimento base, a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 05 de janeiro de 2016.

Valdoci Saul

Prefeito Municipal de Romelândia

Valquiria Giotto Genz

Responsável Recursos Humanos

### PORTARIA 7913

PORTARIA Nº 7914/2016

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

#### RESOLVE:

Conceder férias ao Servidor Público Municipal Sr. MILTON AIMI, referente ao período aquisitivo de 02 de fevereiro de 2014 à 01 de fevereiro de 2015, para serem gozadas de 05 de janeiro de 2016 à 03 de fevereiro de 2016.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 05 de janeiro de 2016.

Valdoci Saul

Prefeito Municipal de Romelândia

Valquiria Giotto Genz

Responsável Recursos Humanos

### PORTARIA 7914

PORTARIA Nº 7915/2016

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

#### RESOLVE:

Conceder férias a Servidora Pública Municipal Srª. VERA LUCIA DASSOLER PEREIRA, referente ao período aquisitivo de 01 de junho de 2012 à 31 de maio de 2013, para serem gozadas de 04 de janeiro de 2016 à 02 de fevereiro de 2016.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário, em especial as disposições da Portaria de nº 7904 de 04 de janeiro de 2015.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 05 de janeiro de 2016.

Valdoci Saul

Prefeito Municipal de Romelândia

Valquiria Giotto Genz

Responsável Recursos Humanos

# Salto Veloso

## PREFEITURA

### ATO DE DESIGNAÇÃO

#### ATO DE DESIGNAÇÃO

Pelo presente, CLAUDEMIR CESCA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 194.719.989-72 e no RG sob nº 10/R- 326.814, Prefeito Municipal em exercício DESIGNA nos termos do art. 139 § 2º da Lei 8069/90 o senhor PEDRO SEZI SILVA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 753.177.709-63 e no RG sob nº 10/R-2. 970.205, Vice Prefeito Municipal a representa-lo na posse dos conselheiros tutelares do município de Salto Veloso, eleitos pelo processo unificado de 2015, no dia 10 de Janeiro de 2016, às 9h na sede da Prefeitura Municipal.

Salto Veloso, 05 de janeiro de 2016.

Claudemir Cesca  
Prefeito Municipal

### CONVÊNIO 001/2016

Convênio 001/2016

Conveniente – O Fundo Municipal de Saúde de Salto Veloso.

Conveniada – Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina.

Objeto – Cooperação financeira para prestação de serviço de pronto atendimento, com plantão emergencial e especialidades, com plantão a distância, através de escalas à população do Município de Salto Veloso, conforme Plano de Trabalho e Aplicação apresentado pela entidade.

Valor Mensal – R\$ 11.624,36 (onze mil, seiscentos e vinte e quatro reais e trinta e seis centavos).

Prazo – 01/01/2016 a 31/12/2016.

Salto Veloso/SC, 05 de janeiro de 2016.

Rudimar Cornelli

Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Salto Veloso

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPIO DE SALTO VELOSO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2016

A Prefeitura Municipal de Salto Veloso/SC, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 001/2016, que se realizará nos termos com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais legislação vigente e pertinente à matéria.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COMPOSIÇÃO DA MERENDA ESCOLAR, CESTAS BÁSICAS DO CENTRO DE REFERENCIA EM ASSISTENCIA SOCIAL E GÊNEROS DE COPA E COZINHA PARA DEMAIS SETORES DA PREFEITURA MUNICIPAL

Entrega dos Envelopes e Credenciamento: 18/01/2016 até as 08h00min.

Abertura: 18/01/2016, às 08h15min.

Maiores informações, e edital completo, junto à Prefeitura Municipal de Salto Veloso, no Setor de Licitações, sito à Travessa das Flores, 58, centro, Salto Veloso/SC, ou pelo telefone (49) 3536-0146.

Salto Veloso (SC), 04 de janeiro de 2016.

CLAUDEMIR CESCA  
Prefeito Municipal

### PORTARIA N. 001, DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

PORTARIA N. 001, DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO OBJETO DO PROCESSO LICITATÓRIO NA MODALIDADE TOMADA DE PREÇO, DO TIPO MELHOR TÉCNICA E PREÇO Nº. 001/2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso, no uso de suas atribuições legais,

#### RESOLVE

Art. 1º. Nomear comissão para avaliação de material didático objeto do Processo Licitatório na modalidade Tomada de Preço, do tipo melhor técnica e preço nº. 001/2016, que será composta pelos servidores:

I - Mônica Giacomini – Presidente;

II - Helene de Bortoli Soloi – Membro;

III - Marisa Trento – Membro;

IV - Marilde Paganini – Membro;

V - Juliana Basso Ansiliero – Membro.

Art. 2º. Os servidores nominados ficam dispensados de suas atividades durante o curso das atividades da Comissão, agindo, no âmbito do Município, com as prerrogativas e direitos inerentes ao mister que lhes é outorgado.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos imediatos, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso (SC), 04 de janeiro de 2015.

Claudemir Cesca

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios.

José Carlos Oneda

Secretário de Administração e Finanças

### PORTARIA Nº. 098/2016

PORTARIA Nº. 098/2016

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 04 de janeiro de 2016 a 02 de fevereiro de 2016, totalizando 30 dias de férias ao Servidor NADIR ZANESCO, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 02/03/2014 a 01/03/2015, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 04 de janeiro de 2016.

CLAUDEMIR CESCA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº. 099/2016**

PORTARIA Nº. 328/2015

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica do Município.

Resolve,

Artigo 1º. Fica exonerada, a partir desta data, a Sra. MARIA DO CARMO DE SOUZA VENTURIN, matrícula funcional nº 1128 do cargo de Auxiliar de Limpeza, 40h semanais, lotada na Secretaria de Administração.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 04 de Janeiro de 2016.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº. 100/2016**

PORTARIA Nº. 100/2016

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 04 de janeiro de 2016 a 02 de fevereiro de 2016, totalizando 30 dias de férias ao Servidor CLAUDEMIR SARTOREL, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 01/04/2014 a 31/03/2015, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 04 de janeiro de 2016.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº. 101/2016**

PORTARIA Nº. 101/2016

Autoriza a Averbação de Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição expedida pelo INSS sob o nº 20022080.1.00002/13-7, nos assentos funcionais do servidor Dalmir Zimmer, detentor da matrícula nº 70 e do cargo de provimento efetivo de Motorista Classe I, e dá outras providências.

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais do servidor Dalmir Zimmer, detentor da matrícula nº 70 e do cargo de provimento efetivo de Motorista Classe I, da Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição, expedida pelo INSS sob o nº 20022080.1.00002/13-7, correspondente a 14 anos 04 meses e 07 dias, para fins de concessão de aposentadoria voluntária.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Salto Veloso – SC, 04 de janeiro de 2016.

CLAUDEMIR CESCA

PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA Nº. 102/2016**

PORTARIA Nº. 102/2016

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica do Município.

Resolve,

Artigo 1º. Fica exonerada, a partir desta data, a Sra. MARIA DO CARMO DE SOUZA VENTURIN, matrícula funcional nº 1128 do cargo de Auxiliar de Limpeza, 40h semanais, lotada na Secretaria Administração e Finanças.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 04 de janeiro de 2016.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº. 103/2016**

PORTARIA Nº. 103/2016

Claudemir Cesca, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições em conformidade com a Lei Nº 1516 de 10/10/2014.

RESOLVE:

Artigo 1º. Admitir a Sra. ELIANE RIBEIRO SANTOS para prestar serviços em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, na função de Auxiliar de Limpeza, 40 horas semanais.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 04 de janeiro de 2016.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal



# Santa Rosa do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 058 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2015.

Decreto nº 058 de 29 de dezembro de 2015.

Nomeia servidores para movimentação financeira do Fundo Municipal de Saúde e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Santa Rosa do Sul, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 52, Inciso V, da Lei Orgânica Municipal,

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os servidores, RENATO SOUZA DE MATOS, CPF nº 030.215.919-30, Tesoureiro e MARIA CONCEIÇÃO DA ROSA EMERIM, Secretária da Saúde para movimentarem, sempre em conjunto, através de transferência por meio eletrônico, consulta de saldo, emissão de extratos e realizar pagamentos por meio eletrônico de todas as contas existentes, inclusive as que venham a ser abertas do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE de SANTA ROSA DO SUL sob o CNPJ nº 95.783.023/001-26 e do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL de SANTA ROSA DO SUL sob o CNPJ nº 15.424012/0001-10.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 29 de dezembro de 2015.  
NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se:

WILFRIED HEMMER  
Secretário da Administração e Finanças

### DECRETO Nº 057, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2015.

Decreto nº 057, de 29 de dezembro de 2015.

Decreta Luto Oficial no Município de Santa Rosa do Sul, em virtude do falecimento do Senhor José Aquino Isoppo e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Santa Rosa do Sul, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 52, Inciso V, da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando o falecimento do Senhor JOSÉ AQUINO ISOPPO, Ex-Prefeito Municipal,

Considerando ter sido o primeiro Prefeito do Município e por todos admirados, deixando uma lacuna na sociedade,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica decretado Luto Oficial neste Município por 03 (três) dias.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 29 de dezembro de 2015.  
NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria, publicado e afixado no Mural Público desta Prefeitura Municipal, aos vinte e nove dias do mês de dezembro de 2015.

WILFRIED HEMMER

Secretário da Administração e Finanças

### EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO\_DL Nº 105\_2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 105/2015 - DL

CONTRATADO: MARVI COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA.

CNPJ: 14.375.176/0002-13

Objeto: Aquisição de Gasolina Comum para consumo emergencial em veículos do Município, pelo prazo de 20 (vinte) dias, conforme abaixo especificado:

Item	Unid	Quant.	Especificação	Valor Unit.	Valor Total
1	Litros	5.000	Gasolina Comum	3,45	17.250,00

Da base legal: Inciso Artigo 24, inciso IV da Lei nº 8.666/93.

Da justificativa: Trata-se do processo anterior efetuado ter sido deserta, não obtendo proposta para o exercício 2016, pelo motivo dos preços estarem abaixo dos praticado mercado.

A dispensa de licitação se justifica para atender necessidade emergencial caracterizada pela urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, tais como: os serviços de Saúde; obras, agricultura, e outros cuja continuidade não possa ser interrompida.

Do valor: O valor global previsto importa em R\$ 17.250,00(Dezesse mil duzentos e cinquenta reais).

Assinatura: 30/12/2015

Vigência: 20 (vinte) dias

Presidente da CPL  
Nelson Cardoso de Oliveira  
Prefeito Municipal

# Santa Terezinha do Progresso

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 001/2016 COMISSÃO DE LICITAÇÃO

DECRETO Nº 001/2016, DE 05 DE JANEIRO DE 2016

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE PREGOEIRO E COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS;

JACOB GILMAR JUNGES, prefeito municipal de Santa Terezinha do Progresso/ estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 51 da Lei Nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada a Comissão Especial Permanente de Licitações, para o exercício 2016, conforme segue:

I – NELSON CARLOS LIEBERT (Presidente)

II – THAIS FLUCK ZANIN (Secretária)

III – ELISEU SPISCKER (Membro Titular)

IV – ELISANGELA SASSI (Membro 1º Suplente)

V – ERONI ALLEBRANDT (Membro 2º Suplente)

Art. 2º. O presidente, nas faltas ou ausências, será substituído pelo secretário e este, por sua vez, será substituído pelo membro titular e este pelo primeiro suplente, adotando-se a mesma ordem de substituição, nos casos de faltas ou ausências dos demais membros da comissão.

Art. 3º. Compete a comissão municipal permanente de licitações:

I: Julgar os pedidos de registros cadastrais dos fornecedores e prestadores de serviços;

II: Divulgar as relações dos fornecedores e prestadores de serviços com cadastros aprovados, cancelados ou alterados;

III: Processar e julgar os processos licitatórios do município;

IV: Cumprir as demais atribuições constantes na Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Parágrafo Único: Das reuniões da Comissão Municipal Permanente de Licitações deverá ser lavrada ata circunstanciada.

Art. 4º. Fica designado como pregoeiro, para atuação em Pregão Presencial no âmbito do Município de Santa Terezinha do Progresso, o servidor LARI JOÃO WESCHENFELDER.

Art. 5º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto Nº 007/2015.

Gabinete do prefeito de Santa Terezinha do Progresso|SC, em 05 de janeiro de 2016.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Sta. T. Progresso

Registrado e publicado em data supra.

### DECRETO Nº 152/2015

DECRETO Nº 152/2015

Dispõe sobre a regulamentação da autorização para crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, constante da Lei n. 1237, de 09 de Dezembro de 2014 e dá outras providências

JACOB GILMAR JUNGES, O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, principalmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei nº 1274/2015,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1237, de 09 de Dezembro de 2014, no valor de até R\$ 18.650,00 (dezoito mil e seiscentos e cinquenta reais).

03.00 Secretaria de Gestão e Desenvolvimento Econômico				
03.02 Depto de Fazenda				
041230009.0.001000 Pagamento de financiamentos e parcelamentos				
34	0100	4.6.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	1.100,00
04.00 Secretaria de Educação				
04.02 FUNDEB				
123610018.2.10000 Manutenção das atividades de Ensino Fundamental - FUNDEB				
58	0101	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	17.550,00

Art. 2º. Os recursos para a cobertura do suplementar de que trata o artigo 1º deste Decreto, serão provenientes de anulação de dotação orçamentárias constates do orçamento vigente, conforme Lei n. 1237, de 09 de Dezembro de 2014, no valor de até R\$18.650,00 (dezoito mil e seiscentos e cinquenta reais), a seguir especificados:

02.00 Gabinete do Prefeito	
----------------------------	--

02.01 Administração das atividades de Administração Superior do Município					
03.00 Secretaria de Gestão e Desenvolvimento Econômico					
03.02 Depto de Fazenda					
041230009.0.001000 Pagamento de financiamentos e parcelamentos					
33	0100	3.2.90.00.00.0000	Aplicações Diretas		1.100,00

04.00 Secretaria de Educação					
04.01Dpto de Educação					
123610018.2.008000 Manutenção das atividades da Secretaria de Educação					
47	0101	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas		7.400,00

04.00 Secretaria de Educação					
04.01Dpto de Educação					
123650018.2.013000 Manutenção de creche					
56	0101	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas		2.450,00
57	0101	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas		1.050,00

04.00 Secretaria de Educação					
04.02 FUNDEB					
123610018.2.10000 Manutenção das atividades de Ensino Fundamental - FUNDEB					
61	0101	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas		650,00

04.00 Secretaria de Educação					
04.02 FUNDEB					
123610018.2.11000 Manutenção do Transporte Escolar - FUNDEB					
62	0101	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas		1.500,00
64	0101	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas		4.500,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, em 30 de Dezembro de 2015.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ELISANGELA SASSI

DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS

MATRICULA Nº1300/5

## **PORTARIA Nº 001/2016 CONTRATA ELIAS J. WANTZ**

PORTARIA Nº 001/2016

CONTRATA TEMPORARIAMENTE SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

Considerando a necessidade de contratação imediata de um Técnico em Agropecuária;

Considerando que o Técnico em Agropecuária, lotado no setor encontra-se em licença em virtude de cargo eletivo de Prefeito Municipal;

Considerando a indisponibilidade de atuação do referido cargo junto a secretaria de Agricultura , onde a vaga existe e encontra-se aberta , necessário se faz a contratação temporária , para dar andamento das atividades junto a secretaria.

### **RESOLVE**

Art. 1º. Fica contratado temporariamente o Senhor Elias Jose Wantz, CPF nº 066.042.610, RG nº4091746811, para desempenha a função de Técnico em Agropecuária, carga horária de 40 horas semanais, cod. 040, do Quadro Geral de cargos permanentes dos Servidores Públicos Municipais , conforme Anexo I da Lei Complementar nº 11 de 21 de Janeiro de 2010, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura .

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 04 de Janeiro de 2016.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ELISANGELA SASSI

Diretora de Recursos Humanos

Matricula nº 1300/2

# Santiago do Sul

## PREFEITURA

### EDITAL DE CHAMAMENTO Nº001/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº001/2016

EDITAL DE CHAMAMENTO DE INTERESSADOS PARA INSCRIÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE CADASTRO DE FORNECEDORES

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal, do Município de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que estará realizando, junto a Secretaria Municipal de Administração e Finanças, sito a Rua Ângelo Toazza, nº 600, na cidade de Santiago do Sul, inscrição para novos fornecedores e atualização dos Cadastros já existentes, conforme dispõe o Art. 34 e seguintes da Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993, combinado com o Art. 7º da Lei Municipal nº011/97 de 29 de janeiro de 1997.

#### 1 - DO OBJETO

O presente edital destina-se a receber as inscrições de novos fornecedores e promover a atualização de dados, dos fornecedores já cadastrados, no Cadastro de fornecedores do Município de Santiago do Sul, para fins de habilitação em qualquer modalidade de licitação ou para contratação.

#### 2 - DA DOCUMENTAÇÃO

Para fins do cadastramento e atualização os interessados deverão apresentar a seguinte documentação:

##### 2.1 Para habilitação jurídica, conforme o caso:

I - Cédula de identidade;

II - Registro Comercial, no caso de Empresa Individual;

III - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

IV - Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

V - Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim exigir.

##### 2.2 Para a Qualificação Técnica:

I - Registro ou inscrição na entidade profissional competente;

II - Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com seu ramo de atividade, incluindo a qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.

##### 2.3 Para a Qualificação Econômico-Financeira:

I - Balanço Patrimonial e D.R.E., do último exercício social;

II - Certidão negativa de falência ou concordata;

III - Certidão negativa de Protesto.

##### 2.4 Regularidade Fiscal:

I - Prova de Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no cadastro Geral de Contribuintes (CGC);

II - Prova de Inscrição no Cadastro Estadual;

III - Prova de Inscrição no cadastro Municipal, quando for o caso;

IV - Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal;

V - Prova de Regularidade relativa à Seguridade Social.

2.5 A presente documentação poderá ser apresentada em original ou cópia autenticada em órgão oficial, ou seja, Tabelionato de Notas bem como, autenticidade poderá ser reconhecida por servidor Municipal designado para este fim.

2.6 Os documentos não poderão apresentar emendas, rasuras ou ressalvas.

#### 3 - DA VALIDADE.

O interessado que providenciar sua inscrição e/ou atualização receberá um Certificado de Registro Cadastral, que terá validade por 1 (um) ano.

#### 4 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.

4.1. As inscrições estarão permanentemente abertas aos interessados;

4.2. Os casos omissos no presente edital serão analisados sob os aspectos da Lei 8.666/93 e Lei 8.883/94 e regulamentos Municipais;

4.3. As empresas que não efetuarem a renovação do seu cadastramento, terão maiores dificuldades em negociar com o Município de Santiago do Sul;

4.4. O Certificado de Registro Cadastral, não dispensa a documentação prevista nos arts. 30 e 31 da Lei 8.666/93 e Lei 8.883/94;

4.5. O Município não exigirá, para a habilitação, prévio recolhimento de taxas ou emolumentos;

4.6. A qualquer tempo poderá ser alterado, suspenso ou cancelado o registro do inscrito que deixar de satisfazer as exigências do art. 27 da Lei 8.666/93, ou as estabelecidas para a classificação cadastral.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 04 de janeiro de 2016.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº001/2015

EDITAL DE CHAMAMENTO DE INTERESSADOS PARA INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE FORNECEDORES

VANDERCI ANTONIO PEDROTTI, Prefeito Municipal, em exercício, do Município de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que estará realizando, junto a Secretaria Municipal de Administração e Finanças, sito à Rua Ângelo Toazza, nº600, na cidade de Santiago do Sul, inscrição para novos fornecedores e atualização dos Cadastros já existentes, conforme dispõe o Artigo 34 e seguintes da Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993, combinado com o Art. 7º da Lei Municipal nº011/97, de 29 de janeiro de 1997. Maiores informações, bem como a íntegra da minuta do Edital, poderão ser obtidas pelo fone (049)3345-3000 e nas dependências da Prefeitura Municipal de Santiago do Sul.

Santiago do Sul(SC), em 05 de janeiro de 2015

VANDERCI ANTONIO PEDROTTI

Prefeito Municipal em exercício.

**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 002/2016 PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR COM DISPENSA DE LICITAÇÃO, LEI N.º 11.947, DE 16/07/2009, RESOLUÇÃO N.º 38 DO FNDE, DE 16/07/2009, E RESOLUÇÃO Nº 25, DE 04/07/2012.**

Edital de Chamamento Público n.º 002/2016 para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar com dispensa de licitação, Lei n.º 11.947, de 16/07/2009, Resolução n.º 38 do FNDE, de 16/07/2009, e Resolução nº 25, de 04/07/2012.

O Município de Santiago do Sul pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua Ângelo Toazza, inscrita no CNPJ sob o nº 01.612.781/0001-38, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Volmir Antonio Sotille suas prerrogativas legais, e considerando o disposto no art.21 da Lei 11.947/2009 e resoluções FNDE/ CD n.º 38/2009 e nº 25/2012, através da Secretaria Municipal da Educação vem realizar Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinado ao atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, durante o período do mês de Janeiro de 2016. Os Grupos Formais/Informais deverão apresentar a documentação para habilitação e Projeto de Venda até o dia 29/01/2016, às 17:00 horas, na Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, com sede à Rua Ângelo Toazza.

### 1. Objeto

O objeto da presente Chamada Pública é a de aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, conforme especificações dos gêneros alimentícios abaixo.

Produto e Descrição	Quantidade	Unidade de Comercialização	Valor Máximo(R\$) por Kg, dúzia, litro ou unidade	Total
Abobrinha verde, de primeira qualidade, grau médio de amadurecimento, casca sã, sem rupturas, tamanho médio, limpa, devidamente acondicionada.	15	Kg	R\$ 1,50	R\$ 22,50
Alface verde/ americana/ diversas, nova, de primeira qualidade, folhas sãs, sem rupturas, limpas, devidamente acondicionada.	1000	Un	R\$ 2,50	R\$ 2.500,00
Alho novo, tipo especial, sem réstia, devidamente acondicionado, limpo.	10	Kg	R\$ 10,95	R\$ 109,50
Açúcar mascavo (açúcar amarelo) - Embalagem plástica, transparente e atóxica, contendo 1 kg. Identificação do produto, com registro no Ministério da Agricultura. Deve constar tabela de informação nutricional, data de fabricação e prazo de validade, com no mínimo 12 meses.	20	Kg	R\$ 8,30	R\$ 166,00
Batata doce, nova, de primeira qualidade, tamanho de médio a grande, grau médio de amadurecimento, limpa, sem rupturas, devidamente acondicionada.	10	Kg	R\$ 1,50	R\$ 15,00
Bergamota/tangerina, nova, de primeira qualidade, tamanho de médio a grande, grau médio de amadurecimento, limpa, sem rupturas, devidamente acondicionada.	200	Kg	R\$ 1,25	R\$ 250,00
Couve-flor, nova, de primeira qualidade, sã, sem fungos, tamanho médio, flores de coloração branca, sem manchas, devidamente acondicionada.	30	Un	R\$ 1,65	R\$ 49,50
Chuchu, novo, de primeira qualidade, grau médio de amadurecimento, casca sem rupturas, tamanho médio, limpo, devidamente acondicionado.	20	Kg	R\$ 1,00	R\$ 20,00
Laranja in natura, nova, de primeira qualidade, grau de amadurecimento médio, com casca sã, sem rupturas, limpas, aspecto saudável, devidamente acondicionada.	300	Kg	R\$ 1,10	R\$ 330,00
Mandioca limpa sem casca e congelada, nova de primeira qualidade, tamanho médio, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, transparente e resistente com 1 ou 2 kg, no rótulo deve conter: informações do fabricante, especificações do produto data de fabricação e prazo de validade.	100	Kg	R\$ 4,50	R\$ 450,00
Pepino, novo, de primeira qualidade, grau de amadurecimento médio, com casca sã, sem rupturas, limpos, aspecto saudável, devidamente acondicionado.	10	Kg	R\$ 1,80	R\$ 18,00
Repolho, novo, de primeira qualidade, grau de amadurecimento médio, com casca sã, sem rupturas, limpos, aspecto saudável, devidamente acondicionado.	50	Un	R\$ 2,00	R\$ 100,00
Repolho roxo, novo, de primeira qualidade, grau de amadurecimento médio, com casca sã, sem rupturas, limpos, aspecto saudável, devidamente acondicionado.	30	Kg	R\$ 2,00	R\$ 60,00
Tomate, novo, de primeira qualidade, grau de amadurecimento médio, com casca sã, sem rupturas, limpos, aspecto saudável, devidamente acondicionado.	30	Kg	R\$ 5,00	R\$ 150,00
Tempero-verde in natura, composição, salsa e cebolinha, novo, de primeira qualidade, limpo, devidamente acondicionado, folhas sã.	10	Un	R\$ 2,50	R\$ 25,00
Bolacha caseira de manteiga, Biscoito de ótima qualidade, íntegro produzida de forma artesanal e que utilizam de insumos naturais, sem conservantes, corantes e outros aditivos utilizados nos produtos industrializados, em estabelecimentos certificados e autorizados pela Vigilância Sanitária. A embalagem deve ser plástico transparente atóxico, contendo peso, data de fabricação, prazo de validade, e a rotulagem nutricional de acordo com a legislação vigente. Em perfeito estado de conservação, serão rejeitados biscoitos mal cozidos, queimados e de caracteres organolépticos anormais, não podendo apresentar excessos de dureza e nem apresentar-se quebradiços.	10	Kg	R\$ 14,00	R\$ 140,00



Bolacha caseira sem lactose, Biscoito de ótima qualidade, íntegro produzida de forma artesanal e que utilizam de insumos naturais, sem conservantes, corantes e outros aditivos utilizados nos produtos industrializados, em estabelecimentos certificados e autorizados pela Vigilância Sanitária. A embalagem deve ser plástico transparente e atóxico, contendo peso, data de fabricação, prazo de validade, e a rotulagem nutricional de acordo com a legislação vigente. Em perfeito estado de conservação, serão rejeitados biscoitos mal cozidos, queimados e de caracteres organolépticos anormais, não podendo apresentar excessos de dureza e nem apresentar-se quebradiços, sendo isento de lactose.	10	Kg	R\$ 14,00	R\$ 140,00
Bolacha caseira de glacê, Biscoito de ótima qualidade, íntegro produzida de forma artesanal e que utilizam de insumos naturais, sem conservantes, corantes e outros aditivos utilizados nos produtos industrializados, em estabelecimentos certificados e autorizados pela Vigilância Sanitária. A embalagem deve ser plástico transparente e atóxico, contendo peso, data de fabricação, prazo de validade, e a rotulagem nutricional de acordo com a legislação vigente. Em perfeito estado de conservação, serão rejeitados biscoitos mal cozidos, queimados e de caracteres organolépticos anormais, não podendo apresentar excessos de dureza e nem apresentar-se quebradiços.	10	Kg	R\$ 14,00	R\$ 140,00
Grostoli, acondicionado em embalagens plásticas de polipropileno transparente e resistente com 1 kg. O grostoli devera ser fabricado a partir de matérias sãs e limpas, isentas de matéria terrosas, parasitos, livre de umidade, fragmentos estranhos e em perfeito estado de conservação, serão rejeitados biscoitos mal cozidos, queimados e de caracteres organolépticos anormais, não podendo apresentar excessos de dureza e nem apresentar-se quebradiços e sem corantes artificiais.	10	Kg	R\$14,00	R\$ 140,00
Esfirra, acondicionada em embalagens plásticas de polipropileno transparente e resistente com 1 kg. A esfirra deverá ser fabricada a partir de matérias sãs e limpas, isentas de matéria terrosas, parasitos, livre de umidade, fragmentos estranhos e em perfeito estado de conservação, serão rejeitados biscoitos mal cozidos, queimados e de caracteres organolépticos anormais, não podendo apresentar excessos de dureza e nem apresentar-se quebradiços, sem corantes artificiais, recheio de peito de frango desfiado ou carne moída bovina.	250	Un	R\$ 1,00	R\$ 250,00
Pão caseiro pra cachorro quente, com superfície, macia, não quebradiça, miolo consistente, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno, transparente e resistente, com 700g a unidade, no rotulo deve constar, especificações do produto dados do fabricante, data de fabricação e prazo de validade.	200	Kg	R\$ 11,00	R\$ 2.200,00
Cuca caseira com recheio, Cuca de ótima qualidade, íntegra produzida de forma artesanal e que utilizam de insumos naturais, sem conservantes, corantes e outros aditivos utilizados nos produtos industrializados, em estabelecimentos certificados e autorizados pela Vigilância Sanitária. A embalagem deve ser plástico transparente e atóxico, contendo peso, data de fabricação, prazo de validade, e a rotulagem nutricional de acordo com a legislação vigente.	15	Un	R\$ 12,00	180,00
Macarrão caseiro com ovos tipo espaguete/macarrão/talharim, A embalagem deve estar acondicionada, plástica transparente, íntegra, descartável, atóxica, corretamente fechada. No rótulo impresso deve constar no mínimo: a denominação do produto, a data de fabricação, data de validade, lista de ingredientes, procedência e informação nutricional. Deve constar data de fabricação e data de vencimento com no mínimo 30 dias. Contendo 500 g.	50	Kg	R\$ 11,00	550,00
Mini pizza (sabores frango/milho/calabresa), deverá ser fabricada partir de matérias primas sãs, limpas, isentas de matérias terrosas e parasitas. Acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente e transparente de 1 Kg, original do fabricante, com especificações do produtor informações do fabricante, data de fabricação e prazo de validade.	500	Un	R\$ 2,75	R\$ 1.375,00
MEL DE ABELHA - Caracterização do produto: mel de abelha é o alimento natural, elaborado por abelhas a partir de néctar das flores e /ou exudados sacarídeos de plantas. O alimento deve apresentar-se como líquido denso, viscoso, translúcido ou parcialmente cristalizado e sem caramelização, espuma superficial é indicio de fermentação. A extração do produto é feita através de processos tecnológicos adequados. Não é permitida a adição de edulcorantes, aromatizantes, conservantes, corantes e espessantes ou sintéticos bem como corretivos de acidez. Embalagem: O produto deverá estar acondicionado em potes de plástico ou de vidro de até 1 kg. Deverá conter rótulo com todas as informações obrigatórias. Prazo de validade: O prazo de validade mínimo será de onze meses a partir da data de entrega do produto. Data de fabricação: máximo de 60 dias anteriores ao ato de entrega.	5	Kg	R\$ 18,00	R\$ 90,00
Doce de UVA, doce de fruta de ótima qualidade, íntegro, produzido de forma artesanal e que utilizam de insumos naturais, isentos de insetos, sujidades ou corpos estranhos. Embalagem em potes de plásticos ou vidros transparente, lacrado, contendo peso, data de fabricação, prazo de validade, e a rotulagem nutricional de acordo com a legislação vigente. Embalagem de 700g	14	Um	R\$ 10,00	R\$ 140,00



Melado, elaborado a partir da cana de açúcar, acondicionado em embalagem plástica atóxica de 1 kg, Produto registrado no Ministério da Agricultura, inspecionado. Deve constar tabela de informação nutricional, nome e/ou marca, data de fabricação e prazo de validade, com mínimo de 06 meses.	5	Kg	R\$ 8,50	R\$ 42,50
Queijo, QUEIJO MUSSARELA – Ingredientes: leite pasteurizado, cloreto de cálcio, fermento lácteo, coalho e sal. A embalagem deve ser a vácuo em saco plástico transparente e atóxico, limpo, não violado, resistente, que garanta a integridade do produto até o consumo. A rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: peso, data de processamento, data de validade, ingredientes, carimbo de inspeção estadual ou federal, procedência, nome e/ou marca e informações nutricionais. O produto deverá apresentar validade mínima de 60 dias a contar da data de entrega. Embalagem contendo 1 kg.	20	Kg	R\$ 16,00	R\$ 320,00
SUCO DE UVA INTEGRAL - Caracterização do produto: Suco de uva integral sem adição de açúcar e na sua concentração natural, não fermentado, obtida do suco da fruta, polpa ou extrato vegetal de sua origem a partir de uvas frescas e maduras. Deverá ser submetido a processo tecnológico adequado e envasado assepticamente. O produto não deverá ser adoçado com açúcar ou outros aditivos ou edulcorantes. Não serão permitidas as adições de conservantes, nem de corantes artificiais e nem de aromas artificiais. Embalagem: O produto deverá estar acondicionado em embalagens de vidro, contendo até 1,5 litro; reembaladas em caixas de papelão, contendo até 15 litros. Será considerada imprópria e será recusada, a embalagem defeituosa ou inadequada, que exponha o produto à contaminação e/ou deterioração, ou que não permita o perfeito armazenamento do produto. Deverá conter rótulo com todas as informações obrigatórias. Prazo de validade: O prazo de validade mínimo será de dois anos a partir da data de entrega do produto.	200	Lts	R\$ 12,50	R\$ 2.500,00
LEITE PASTEURIZADO - Leite integral, tipo C, pasteurizado, embalagem tetra pak, contendo 1 litro, data de fabricação, prazo de validade mínima de 90 dias a partir da data de entrega, e a rotulagem nutricional de acordo com a legislação vigente, mantido em temperatura de 4°C.	100	Lts	R\$ 2,49	R\$ 249,00

## 2. Fonte de recurso

Recursos provenientes da Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte.

## 3. Envelope nº. 001 – habilitação do Grupo Informal

3.1. O Grupo Informal deverá apresentar no envelope nº 001 os documentos abaixo relacionados, sob pena de inabilitação:

- Cópia de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- Cópia da DAP principal (Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF), ou extrato da DAP, de cada Agricultor Familiar participante;
- Prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.
- Alvara de vigilância Sanitária.
- Negativa Municipal

## 4. Envelope nº. 002 – Projeto de Venda

4.1. No envelope nº. 002 segue a entrega do Projeto de Venda conforme anexo V da Resolução n.º 38 do FNDE, de 16/07/2009.

## 5. Local e periodicidade de entrega dos produtos

Os gêneros alimentícios deverão ser entregues na Escola Pequeno Cidadão situado á Rua Demétrio Moreira, Centro - Santiago do Sul, conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Educação até o mês de Dezembro de 2015, na qual se atestará o seu recebimento.

## 6. Pagamento

6.1. O pagamento será realizado até 07 (sete) dias após entrega do produto, por meio de depósito bancário mediante apresentação de documento fiscal correspondente ao fornecimento efetuado, vedada antecipação de pagamento, para cada faturamento.

## 7. DISPOSIÇÕES GERAIS

7.1. A presente Chamada Pública poderá ser obtida na Secretaria Municipal de Santiago do Sul no horário de 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, de segunda a sexta-feira, ou através do site [www.santiagodosul.sc.gov.br](http://www.santiagodosul.sc.gov.br);

7.2. Para definição dos preços de referência deverão observar o artigo 23 da Resolução nº 38 do FNDE;

7.3. Os gêneros alimentícios da agricultura familiar não poderão ter preços inferiores aos produtos cobertos pelo Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF), art. 23 § 6º, da Resolução nº 38 do FNDE, site: <http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas/alimentacaoescolar/2500755>;

7.4. Na análise das propostas e na aquisição dos alimentos, deverão ter prioridade as propostas locais;

7.5. Os produtos alimentícios deverão atender ao disposto na legislação de alimentos, estabelecida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária/ Ministério da Saúde e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

7.6. O limite individual de venda do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural para a alimentação escolar deverá respeitar o valor máximo de até R\$ 9.000,00 (nove mil reais), por DAP por ano civil;

7.7. A aquisição dos gêneros alimentícios será formalizada através de um Contrato de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, conforme o anexo IV, da Resolução nº 38 do FNDE.

Santiago do Sul-SC, 04 de Janeiro de 2016.

Volmir Antonio Sotille

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se. (no rádio, no diário oficial do município e outros)

Camila Pereira dos Santos

Diretora de Departamento

Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes

## **ERRATA N° 002 DO CONCURSO PÚBLICO N° 01/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO SUL

CNPJ:01.612.781/0001-38

ERRATA N° 02 AO EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO N° 01/2015

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, por meio da Secretaria Municipal da Administração, conjuntamente com a empresa CURSIVA Assessoria e Consultoria, torna público para o conhecimento dos interessados a errata nº 02 ao Edital do Concurso Público nº 01/2015, conforme segue:

1. Altera-se o CRONOGRAMA DO CONCURSO PÚBLICO N° 01/2015, que passa a vigorar com a redação abaixo:

### **CRONOGRAMA**

Publicação do Edital	20/11
Inscrições	23/12
Último dia para pagamento da inscrição	24/12
Recebimento do pedido dos candidatos que requererem a isenção de taxa de inscrição	05/12
Publicação da relação de isenção da taxa de inscrição	07/12
Último dia de pagamento da taxa de inscrição para os candidatos que tiveram pedido de isenção de taxa indeferida	24/12
Publicação do deferimento e indeferimento das inscrições	29/12
Prazo de recursos do deferimento e indeferimento das inscrições	29 a 30/12 29/12 a 06/01/2016
Resultado dos recursos do deferimento e indeferimento das inscrições e publicação definitiva da homologação das inscrições	04/01/2016 07/01/2016
Publicação do horário, local de Prova e relação de ensalamento	07/01 12/01/2016
Prova Escrita	16/01
Divulgação do Gabarito Provisório da Prova Escrita	16/01 – às 20h
Prazo para interposição de recurso – gabarito provisório	18 a 19/01
Divulgação do Resultado dos Recursos	19/01 21/01/2016
Divulgação do Gabarito Oficial/definitivo da Prova Escrita.	19/01 21/01/ 216
Sessão Pública para correção dos cartões respostas e classificação preliminar por cargo	20/01 às 10h 21/01/às 10h
Convocação para a prova prática	20/01 21/01
Prova Prática	23/01
Resultado dos Recursos da classificação preliminar.	25/01
Divulgação do Resultado da Prova Prática e Classificação Preliminar	25/01
Divulgação do Resultado dos Recursos da Prova Prática e Classificação Preliminar para os cargos de Motorista e Operador (todos)	28/01
Divulgação da Classificação Final e Homologação do resultado final	29/01

Município de Santiago do Sul, 04 de janeiro de 2016.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal

**RESOLUÇÃO EXECUTIVA Nº. 001/2015 - DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

RESOLUÇÃO EXECUTIVA Nº. 001/2015 - DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE O PROGRAMA ANUAL DE TRABALHO DA UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO PARA O EXERCÍCIO DE 2016.

CONSIDERANDO, a necessidade de desenvolver ações de controle interno do Município de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, previstas na Lei Municipal Nº. 011/2003 - de 27 de Novembro de 2003, e Decreto Nº. 165/2003 - de 05 de Dezembro de 2003, com fulcro nos princípios da LEGALIDADE, LEGITIMIDADE, EFICIÊNCIA, ECONOMICIDADE e EFICÁCIA,

**RESOLVE:**

Art. 1º Aprovar o Programa Anual de Trabalho do Sistema de Controle Interno, do Município de Santiago do Sul, para o exercício de 2016.

Art. 2º Todos os trabalhos de controle interno, independente da conclusão serão formalizados, com número de protocolo sequencial, síntese e descrição do objeto, conclusão e data de início e conclusão dos trabalhos.

Art. 3º Os trabalhos de auditoria serão registrados em pareceres e relatórios com indicações claras de eventuais falhas, deficiências, áreas críticas que mereçam atenção especial e outras questões relevantes.

Art. 4º O Técnico em Controle Interno, conforme a disponibilidade, dará maior ênfase para certas verificações.

Art. 5º O Técnico em Controle Interno, se assim entender solicitará ajuda técnica profissional de servidores Públicos Municipais para execução do programa anual de trabalho, e terá acesso livre à todas as informações e documentação necessários para o desempenho pleno de suas funções.

Art. 6º As atividades e auditorias serão desenvolvidas conforme cronograma do Anexo I e Anexo II, parte integrantes desta Resolução.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 30 de Dezembro de 2015.

Registrado e Publicado em data supra.

TATIANE CRISTINA GLUZEZAK SARETTO Diretora da Secretaria de Administração e Finanças	VOLMIR ANTONIO SOTILLE Prefeito Municipal
---	--

**RESOLUÇÃO EXECUTIVA Nº. 001/2015 - DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015 - ANEXOS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL  
CONTROLADORIA - SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

**ANEXO I**

(Resolução Executiva Nº. 001/2015 - de 30 de dezembro de 2015)

**CRONOGRAMA DE ATIVIDADES DO CONTROLE INTERNO PARA O EXERCÍCIO DE 2016**

Cronograma de atividades e procedimentos de controle a serem analisados e/ou implantados pelo Sistema de Controle Interno Municipal do Município de Santiago do Sul, para o exercício de 2016.

DESCRIÇÃO ATIVIDADE	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Acompanhamento da receita e despesa prevista com a realizada;	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Acompanhamento da execução das receitas próprias e renúncia por ação ou omissão;				X				X				X
Acompanhar e avaliar o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidas no Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentárias;	X											
Acompanhamento quanto ao cumprimento das metas físicas e financeiras - audiências públicas;		X			X				X			
Acompanhar a ordem cronológica de pagamentos feitos pela tesouraria;		X		X		X		X		X		X
Aplicação dos Recursos Próprios de Imposto e Transferências de Impostos em Educação;		X		X		X		X		X		X
Acompanhamento na aplicação dos recursos do FUNDEB;		X		X		X		X		X		X
Acompanhamento das movimentações do Fundo Municipal de Saúde de Santiago do Sul, e da aplicação dos Recursos Próprios de Imposto e Transferência de Impostos em Saúde;		X		X		X		X		X		X
Acompanhamento do cumprimento dos limites de gastos e despesas com pessoal do Poder Executivo e Legislativo;		X		X		X		X		X		X
Acompanhamento dos créditos adicionais suplementares;		X		X		X		X		X		X
Acompanhamento das despesas com a frota de veículos e máquinas;	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Acompanhamento de licitações e contratos;			X			X			X			X

Acompanhar a fiscalização, lançamento e cobrança da dívida ativa e sugerir procedimentos para que se obtenha controle da inadimplência;		X		X		X		X		X		X
Emissão de pareceres referentes os processos de adiantamento de numerais e de diárias;	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Acompanhamento dos atos de pessoal (admissão/contratação, exoneração/demissão, aumentos diferenciados, concessão de gratificações, frequência e outros), e emissão de pareceres referentes os atos de pessoal (contratações e admissões);	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Monitoramento do Portal da Transparência;		X		X		X		X		X		X
Acompanhar os processos de infrações de trânsito	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Envio de dados através do e-sfinge (incluindo o 6º bimestre de 2015)	X		X		X		X		X		X	
Acompanhamento do envio de dados através do e-sfinge obras	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Fiscalizar o envio ao TCE/SC, as declarações de bens dos gestores públicos;			X	X								
Acompanhar o licenciamento anual dos veículos	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Envio e acompanhamento da análise das contas anuais		X									X	X
Acompanhar o controle dos bens móveis e imóveis, com definição dos responsáveis pela guarda dos mesmos;		X		X		X		X		X		X
Acompanhar e exigir o cumprimento das leis e dos atos normativos do Governo Municipal;	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Acompanhar o cumprimento da destinação vinculada de recursos da alienação de ativos;	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Dar conhecimento ao Tribunal de Contas sobre irregularidades ou ilegalidades apuradas em Tomada de Conta Especial realizadas, das providências adotadas ou a adotar para ressarcimento de eventuais danos causados ao erário e para corrigir e evitar novas falhas;	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Sugerir aos chefes dos poderes a participação dos servidores em curso de capacitação voltados para melhoria do controle interno;	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Atualização contínua das rotinas e normas de controle interno;	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Acompanhar e controlar os limites da dívida para que seja assegurado a obtenção do resultado primário e nominal;	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Comprovar a legalidade dos atos de gestão de governo e avaliar, assim como a boa e regular aplicação dos recursos públicos por pessoas e entidades de direito público e privado;	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Acompanhar as vedações eleitorais e último ano de mandato.	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL  
CONTROLADORIA - SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

**ANEXO II**  
(Resolução Executiva Nº. 001/2015 - de 30 de dezembro de 2015)

**CRONOGRAMA DE AUDITORIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2016**

Nº.	Título Auditoria	Objetivos da Auditoria	Escopo do Trabalho (Período auditado, amostra, critérios de amostragem etc.)	Cronograma Execução
01	Transporte Escolar	Apurar os controles do transporte escolar (autorização do órgão estadual de trânsito, inspeção veicular, quilometragem percorrida, equipamentos de segurança).	Transporte escolar efetuado de 01/01/2016 à 30/05/2016	01/01/2016 à 31/06/2016
02	Merenda Escolar	Apurar os controles da merenda escolar da rede pública municipal	Merenda escolar distribuída no período de 01/05/2016 à 30/08/2016 Escolas Municipais.	01/05/2016 à 30/09/2016
03	Processos Licitatórios	Verificação dos aspectos legais dos processos licitatórios	Licitações homologadas de 01/06/2016 à 30/09/2016, amostra de 10% dos processos, critério de amostragem aleatória.	01/06/2016 à 30/10/2016

Santiago do Sul/SC, em 30 de dezembro de 2015.  
JOSEMAR LUIS LUMI  
Técnico em Controle Interno

## SEGUNDO EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO PRELIMINAR DAS INSCRIÇÕES DEFERIDAS E INDEFERIDAS AO EDITAL Nº012015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL  
CNPJ: 01.612.781/0001-38

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2015

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, por meio da Secretaria Municipal da Administração, conjuntamente com a empresa CURSIVA Assessoria e Consultoria, torna público para o conhecimento dos interessados a HOMOLOGAÇÃO PRELIMINAR DAS INSCRIÇÕES.

Para os candidatos que não constam na presente lista e que efetuaram o pagamento sem sua devida identificação, favor enviar comprovante do depósito com seu respectivo nome e cargo para o email [recursoscurativa@hotmail.com](mailto:recursoscurativa@hotmail.com), no prazo de dois dias, ou entrar em contato pelo telefone (49) 3327 00 89.

### AGENTE DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO

003923	CEZAR VALENTIM CARASEK
003579	FERNANDO OTTONI
003934	JULSIMAR GUERRA

### ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

002955	ALANA LOPES
003036	AMANDA REGINA SETTE
003812	ANA LUCI SAGAS NUNES
003918	ANA PAULA GUEDES MATIELLO
003348	ANARELI ROSSET
003940	DANIELA CORDAZZO RIBAS
003879	DEBORA HETKOWSKI
002910	EDIVAN MATTIELLO
003738	EDSON ANTONIO PALUDO
003819	FABIANA DE PARIS PACAZZA
004017	JOSIMAR CASAGRANDE
003983	MAIELI RAVANELLO
003515	PATRICIA FIORELI BRUNETTO
003458	PAULA DOS SANTOS CASAGRANDE
003997	PRISCILA DEMARTINI
003997	RODRIGO ANTONIO DE ALMEIDA
003991	TADEU PAULO TOAZZA
003955	TATIANE CRISTINA GLUZEZAK SARETTO
003459	TENILE CARLA DE LIMA
003987	VANESSA PAULA BAÚ

### AUXILIAR ADMINISTRATIVO

003843	AISLAN KERLI CENI
003410	ELISA SEGALIN
003622	GABRIELA GIACHINI RAVANELLO *PNE
003933	JULIANA REBELATTO FORTI
003830	MARIVANIA GHELLER
003921	PAULA PEDROTTI
003542	RODRIGO MARCOS SIMON
004018	ROGELSO SALVI
003928	TATIANE VERONÊSE
003229	VANESSA CRISTINA MAIA

### AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS- FEMININO

004014	ALCIONE SOTIL DOS SANTOS
003988	ANA PAULA BATISTI GUEDES
003816	ANA PAULA DELAI PACASSA
004007	CAMILA PEREIRA DOS SANTOS
003228	ELIANE TERESINHA LUNEDO MAIA
003943	ERIDIANE PEDROTTI BRUNETTO
003151	FABIA GARCEZ FARIAS
003915	FRANCIELI SPANHOL DOS SANTOS RIGO
003976	GABRIELA PEREIRA DOS SANTOS
003580	IVANETE FÁTIMA SOMAVILA
003931	IVANETE MARIA BEVILAQUA SANTIN
004019	JOVANIA CASAGRANDE BERTOLDO
002917	JUDILE BOLZAN
004024	MARIVANE LOURDES SOTILLE
003087	ROSELI MARIA GIRARDI CARARO
003932	SABINA MEIRA SAGAS
003769	SAMARA TALASKA CORREA DA SILVA
003936	SANDRA MARA BOTTEGA COBALCHINI TREVISOL
003450	TAINARA CRISTINA RIGO

### AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - MASCULINO

003475	EDUARDO FREITAS DOS SANTOS
004004	RUDINEI PEREIRA ANTUNES

### FISCAL DE TRIBUTOS E OBRAS

003945	ADRIANA RESTELATTO
003811	ANA CLAUDIA SAGAS PICOLI
003977	ANDRÉ VENTURIN
004010	BENHUR SUTIL ANTUNES
003989	CATIANE PIVA VANZIN
003541	CLAUDIA KELY ENDERLE
003951	DANIEL BAREA
004023	DANIMAR GUEDES
003245	FABRICIO BOTTEGA
003984	JAIR GILBERTO SOMAVILA
004005	JAISON LEANDRO LUNARDI
003941	JOSIANE APARECIDA DE LIMA
003939	JOSIANE SCUDELLA
004029	LUCAS ZATTERA MARTINELLO
003916	MARCELI REGINA ARALDI
003920	MARILENE VALCARENGHI TOAZZA
003085	MATEUS AUGUSTO RANZAN
003366	MONICLEIA DE CESARO GUEDES
003937	RUDINEI TOAZZA
003978	SIDINEI MOREIRA PEREIRA
003326	SUZIELI PAVÃO
004000	VANDERLEI BORDIGNON

### MECÂNICO

003197	GILMAR VALGOI
003277	JANDIR SADI MAIA
003288	JUNIOR PEDRO SERAGLIO
003845	LAUDIMAR DE CESARO
003544	MAYCON DOS SANTOS LOURENÇO
004032	VANDERLEI LUIS BAÚ

## MÉDICO VETERINÁRIO

003894	ANGELO ROMEU LUNEDO
003805	BRUNA PALAVICINI
003402	CÁSSIO GRIGOL
004020	CRISTIAN LUIS SCHWENGBER
003980	DAYANNA PASTAL
003925	DOUGLAS MICHEL MULLER FRITZEN
003423	EVANDRO VANSIN FORTI
004009	JEAN CARLOS DESCHAMPS
003981	JOÃO AUGUSTO SOLDI
004035	JONAS BETTANIN
003434	LAÍS MUNIZ ARRUDA PEREIRA
003194	LEANDRO OSOKOSKI HILLESHEIM
003534	MARISA NICARETTA ROSINA
002822	RAFAEL TOAZZA
004021	RENAN CAMILLO DE BORTOLI
003416	RODRIGO LANZARIN
003444	SANDRO LUIZ SAVOLDI
003935	TIAGO ANTONIO PEREIRA DA PAIXÃO

## MOTORISTA

003318	ADENILSON VIEIRA
003122	ALMIR BRUNETTO
003927	GILMAR SPANHOL DOS SANTOS
003776	JAIME CAMPANHOLO
003794	JOSIANO CARARO

## OPERADOR DE MÁQUINAS I

004006	ARNALDO ZAT
003748	CLAUDECIR TREVISOL
003761	JOSINEI CARLO LUNEDO

## OPERADOR DE MÁQUINAS II – MOTONIVELADORA

003762	ALEXSANDRO VERONESE
003275	ELDER CAMPANHOLO

## OPERADOR DE MÁQUINAS II – RETROESCAVADEIRA

004015	EDIVAN SOTIL DOS SANTOS
002835	EVANDRO RAVANELLO
003950	GELSON VIEIRA
003586	ITAMAR ROMEU AFONSO JANTSCH
003226	IVAN CARLOS GROLI
004001	JULIANO ISATON
002972	LEONAR PAULINO COMACHIO
003734	RANGEL SALVI

## PROFESSOR DE ARTES (1º AO 5º ANO)

003204	CÁSSIA SANTORE
003125	EDICLERI VANZIN PELINSON
003626	NEUSA PEREIRA DOS SANTOS
003553	ODETE FERREIRA DOS SANTOS RISSARDO
003044	VANUSA DA SILVA DE OLIVEIRA

## TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO

002954	ALCIONE DALLA RIVA
003826	ANA PAULA MARTINI
003211	DANIELA BRITES DE OLIVEIRA
003614	DANIELA FARINON
003917	DIANEI FORTTI
004011	DIOGO FABRIS
003979	ELISABETH ZANIN
004036	ERASMO JUNIOR DALZUCHIO
004016	FERNANDA CAPELARO CASAGRANDE
003938	FERNANDA FAREZIN
004031	FLAVIA FRANZOSI
003536	FRANCIELLE RODIGHIERI
003946	JHONATAN ALCEU VALCARENGHI
003764	JOÃO CARLOS DA SILVEIRA
004026	JUNIOR GREGOLON
003986	KAULY EMERSON BATISTI GUEDES
003172	LUANA PASINATO
003481	LUCIDIO CUCHI
003806	MAIKON TIAGO LUNEDO
003477	MAIQUELI CARLA DAL BELLO
004013	MICHELI CRISTINA FORTUNA
004003	MONIQUELI RAVANELLO
003944	ODAIR JOSE PRATI
003953	RAFAEL GEREMIA
003844	RAQUEL PEREIRA ANTUNES
003777	TRASSANI DOS SANTOS DE ALMEIDA
003996	VANESSA ANDREANE DA SILVA
003924	WAGNER DOUGLAS FRANZOSI

## TÉCNICO EM CONTABILIDADE

003993	KELI MARIA PRATI
004022	LUCIENE RODRIGUES DA SILVA
003994	VERIDIANA PEDROTTI

Município de Santiago do Sul, 04 de janeiro de 2016.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal



# São Bento do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 1204/2016

DECRETO Nº 1204, DE 05 DE JANEIRO DE 2016.

PRORROGA PRAZO DE VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 008/2014

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 008/2014

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogada por um ano, a partir de 07 de janeiro de 2016, a validade do Processo Seletivo Simplificado nº 008/2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 05 de janeiro de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

### EDITAL PROCESSO SELETIVO Nº 001/2016

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2016

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, através da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições que são conferidas pela legislação em vigor, torna pública a realização do Processo Seletivo Simplificado para a formação de cadastro de reserva admitidos em caráter temporário, conforme dispõe o art.37, inciso IX da Constituição Federal de 1988, Lei Orgânica do Município, art.61 Inciso VII e Lei nº 2.397 de 09 de Setembro de 2009, que regerá pelas normas estabelecidas neste Edital e seus anexos.

A organização do Processo Seletivo Simplificado, recebimento das inscrições, aplicação e avaliação das provas serão de responsabilidade da empresa Big Advice Assessoria e Consultoria, obedecidas as normas deste Edital.

#### I - DOS CARGOS

1.1 O Processo Seletivo Simplificado destina-se ao provimento de vagas do quadro de servidores da Prefeitura do Município de São Bento do Sul/SC, de acordo com a Tabela 1.3 e, ainda, das que surgirem no decorrer do prazo de validade do Processo Seletivo, que será de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período, a contar da data de homologação do certame, á critério da administração da Prefeitura do Município de São Bento do Sul/SC.

1.2 O Processo Seletivo Simplificado destina-se à formação de CADASTRO DE RESERVA, mediante contratação temporária pelo período de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado por até 02 (dois) anos, a critério da Administração.

1.3 Os cargos, salários e escolaridades estão estabelecidos na tabela que segue:

#### Ensino Fundamental Incompleto

Cargo	Jornada Semanal de Trabalho	Vencimento Inicial	Requisitos
Auxiliar de Serviços	40 horas	R\$ 876,75	Ensino Fundamental Incompleto
Auxiliar de Serviços – Zona Rural	40 horas	R\$ 876,75	Ensino Fundamental Incompleto

#### Ensino Médio de Nível Técnico

Cargo	Jornada Semanal de Trabalho	Vencimento Inicial	Requisitos
Atendente Educativo Especial	30 horas	R\$ 998,54	Ensino Médio Completo ou Magistério
Instrutor de Informática	40 horas	R\$ 1.927,63	Ensino de Nível Médio Técnico em Informática

#### Ensino de Nível Superior

Cargo	Jornada Semanal de Trabalho	Vencimento Inicial	Requisitos
Professor Anos Iniciais (Habilitado)	20/40 horas	R\$ 2.318,43	Licenciatura Plena em Pedagogia ou Normal Superior com habilitação na área de atuação.
Professor Anos Iniciais (Não habilitado)	20/40 horas	R\$ 1.894,71	Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena Pedagogia.
Professor Anos Iniciais – EMEJA (Habilitado)	20/40 horas	R\$ 2.318,43	Licenciatura Plena em Pedagogia ou Normal Superior com habilitação na área de atuação.
Professor Anos Iniciais – Zona Rural (Habilitado)	20/40 horas	R\$ 2.318,43	Licenciatura Plena em Pedagogia ou Normal Superior com habilitação na área de atuação.
Professor Anos Iniciais – Zona Rural (Não habilitado)	20/40 horas	R\$ 1.894,71	Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena Pedagogia.
Professor Artes (Habilitado)	10/20/30/40 horas	R\$ 2.318,43	Licenciatura Plena na área de atuação.
Professor Artes (Não habilitado)	10/20/30/40 horas	R\$ 1.894,71	Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na área de atuação.
Professor Artes – EMEJA - (Habilitado)	10/20/30/40 horas	R\$ 2.318,43	Licenciatura Plena na área de atuação,
Professor Artes (Não – EMEJA - habilitado)	10/20/30/40 horas	R\$ 1.894,71	Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na área de atuação.
Professor Ciências (Habilitado)	10/20/30/40 horas	R\$ 2.318,43	Licenciatura Plena na área de atuação.
Professor Ciências (Não habilitado)	10/20/30/40 horas	R\$ 1.894,71	Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na área de atuação
Professor Ciências – EMEJA - (Habilitado)	10/20/30/40 horas	R\$ 2.318,43	Licenciatura Plena na área de atuação.
Professor Ciências – EMEJA - (Não habilitado)	10/20/30/40 horas	R\$ 1.894,71	Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na área de atuação
Professor Educação Especial (Habilitado)	10/20/30/40 horas	R\$ 2.318,43	Licenciatura Plena em Pedagogia com habilitação em Educação Especial, ou Licenciatura Plena em Pedagogia, com Pós -Graduação em Educação Especial ou Psicopedagogia
Professor Educação Especial (Não habilitado)	10/20/30/40 horas	R\$ 1.894,71	Certidão de frequência a partir da 2ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia com habilitação em Educação Especial ou Licenciatura Plena em Educação Especial, ou Habilitação em Pedagogia cursando Pós-Graduação em Educação Especial ou Psicopedagogia.
Professor Educação Especial Intérprete de Libras (Habilitado)	10/20/30/40 horas	R\$ 2.318,43	Certificado de Conclusão do Curso de Licenciatura Plena Letras de LIBRAS/ ou Diploma e Histórico Escolar de Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia – em Educação Especial, com habilitação em Deficiência Auditiva com Comprovante de Proficiência em Interpretação em LIBRAS ou Certificado de Formação Continuada em LIBRAS, mínimo de 120 (cento e vinte horas)/ Licenciatura Plena em Pedagogia c/ Pós em LIBRAS.
Professor Educação Especial Intérprete de Libras (Não habilitado)	10/20/30/40 horas	R\$ 1.894,71	Certidão de Frequência a partir da 2ª FASE em Curso de Licenciatura Plena de LIBRAS /ou Certificado de Conclusão de Curso de Ensino Médio com Comprovante de mínimo de 120 (cento e vinte horas) de curso em LIBRAS, ou Habilitação em Pedagogia cursando Pós-Graduação em LIBRAS.
Professor Educação Física (Habilitado)	10/20/30/40 horas	R\$ 2.318,43	Licenciatura Plena na área de atuação com Registro no Conselho da Classe da Região
Professor Educação Física (Não habilitado)	10/20/30/40 horas	R\$ 1.894,71	Não Habilitado = Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na área de atuação
Professor Educação Física – EMEJA - (Habilitado)	10/20/30/40 horas	R\$ 2.318,43	Licenciatura Plena na área de atuação com Registro no Conselho da Classe da Região
Professor Educação Física – EMEJA - (Não habilitado)	10/20/30/40 horas	R\$ 1.894,71	Não Habilitado = Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na área de atuação
Professor Educação Infantil (Habilitado)	10/20/30/40 horas	R\$ 2.318,43	Licenciatura Plena em Pedagogia ou Normal Superior com habilitação em Educação Infantil.
Professor Educação Infantil (Não habilitado)	10/20/30/40 horas	R\$ 1.894,71	Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena Pedagogia com habilitação em Educação Infantil.
Professor Especialista em Educação (Habilitado)	40 horas	R\$ 2.318,43	Licenciatura plena em pedagogia
Professor Geografia (Habilitado)	10/20/30/40 horas	R\$ 2.318,43	Licenciatura Plena na área de atuação
Professor Geografia (Não habilitado)	10/20/30/40 horas	R\$ 1.894,71	Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na área de atuação
Professor Geografia – EMEJA - (Habilitado)	10/20/30/40 horas	R\$ 2.318,43	Licenciatura Plena na área de atuação
Professor Geografia – EMEJA - (Não habilitado)	10/20/30/40 horas	R\$ 1.894,71	Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na área de atuação
Professor História (Habilitado)	10/20/30/40 horas	R\$ 2.318,43	Licenciatura Plena na área de atuação

Professor História (Não habilitado)	10/20/30/40 horas	R\$ 1.894,71	Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na área de atuação
Professor História – EMEJA - (Habilitado)	10/20/30/40 horas	R\$ 2.318,43	Licenciatura Plena na área de atuação
Professor História – EMEJA - (Não habilitado)	10/20/30/40 horas	R\$ 1.894,71	Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na área de atuação
Professor Inglês (Habilitado)	10/20/30/40 horas	R\$ 2.318,43	Licenciatura Plena na área de atuação
Professor Inglês (Não habilitado)	10/20/30/40 horas	R\$ 1.894,71	Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na área de atuação
Professor Inglês – EMEJA - (Habilitado)	10/20/30/40 horas	R\$ 2.318,43	Licenciatura Plena na área de atuação
Professor Inglês – EMEJA - (Não habilitado)	10/20/30/40 horas	R\$ 1.894,71	Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na área de atuação
Professor Língua Portuguesa (Habilitado)	10/20/30/40 horas	R\$ 2.318,43	Licenciatura Plena na área de atuação
Professor Língua Portuguesa (Não habilitado)	10/20/30/40 horas	R\$ 1.894,71	Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na área de atuação
Professor Língua Portuguesa – EMEJA - (Habilitado)	10/20/30/40 horas	R\$ 2.318,43	Licenciatura Plena na área de atuação
Professor Língua Portuguesa – EMEJA - (Não habilitado)	10/20/30/40 horas	R\$ 1.894,71	Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na área de atuação
Professor Matemática (Habilitado)	10/20/30/40 horas	R\$ 2.318,43	Licenciatura Plena na área de atuação
Professor Matemática (Não habilitado)	10/20/30/40 horas	R\$ 1.894,71	Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na área de atuação
Professor Matemática – EMEJA- (Habilitado)	10/20/30/40 horas	R\$ 2.318,43	Licenciatura Plena na área de atuação
Professor Matemática – EMEJA - (Não habilitado)	10/20/30/40 horas	R\$ 1.894,71	Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na área de atuação
Professor Oficina Aprendizagem e Projetos (Habilitado)	10/20/30/40 horas	R\$ 2.318,43	Licenciatura Plena em Pedagogia ou Normal Superior com Habilitação na área de atuação
Professor Oficina Aprendizagem e Projetos (Não habilitado)	10/20/30/40 horas	R\$ 1.894,71	Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia
Professor Oficina Banda (Habilitado)	10/20/30/40 horas	R\$ 2.318,43	Licenciatura Plena em Música ou áreas afins.
Professor Oficina Banda (Não habilitado)	10/20/30/40 horas	R\$ 1.894,71	Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na área de atuação ou ensino médio completo com curso na área específica.
Professor Oficina Capoeira (Habilitado)	10/20/30/40 horas	R\$ 2.318,43	Licenciatura Plena em Educação Física com Registro no Conselho da Classe da Região.
Professor Oficina Capoeira (Não habilitado)	10/20/30/40 horas	R\$ 1.894,71	Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na área de atuação ou Ensino Médio completo com curso mínimo de 120 horas na área específica.
Professor Oficina Dança (Habilitado)	10/20/30/40 horas	R\$ 2.318,43	Licenciatura Plena em Educação Física com Registro no Conselho da Classe da Região.
Professor Oficina Dança (Não habilitado)	10/20/30/40 horas	R\$ 1.894,71	Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na área de atuação ou ensino médio completo com curso na área específica.
Professor Oficina Esportes (Habilitado)	10/20/30/40 horas	R\$ 2.318,43	Licenciatura Plena em Educação Física com Registro no Conselho da Classe da Região.
Professor Oficina Esportes (Não habilitado)	10/20/30/40 horas	R\$ 1.894,71	Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na área de atuação.
Professor Oficina Informática (Habilitado)	10/20/30/40 horas	R\$ 2.318,43	Licenciatura Plena em Ciências da Computação ou áreas afins.
Professor Oficina Informática (Não habilitado)	10/20/30/40 horas	R\$ 1.894,71	Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na área de atuação ou Ensino Médio/Magistério completo com curso no mínimo de 120 horas na área específica.
Professor Oficina Musica - Coral (Habilitado)	10/20/30/40 horas	R\$ 2.318,43	Licenciatura Plena em Música ou áreas afins.
Professor Oficina Musica - Coral (Não habilitado)	10/20/30/40 horas	R\$ 1.894,71	Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na área de atuação ou ensino médio completo com curso na área específica.
Professor Oficina Teatro (Habilitado)	10/20/30/40 horas	R\$ 2.318,43	Licenciatura Plena em Artes Cênicas, Artes Visuais ou Música.

Professor Oficina Teatro (Não habilitado)	10/20/30/40 horas	R\$ 1.894,71	Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na área de atuação ou ensino médio completo com curso na área específica.
---	-------------------	--------------	--

**Legenda:**

\* Inscrições para candidatos com deficiência observar o item III deste edital.

\* A carga horária prevista de 10/20/30/40 horas será comunicada ao candidato no momento de sua convocação, de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Educação.

\* A remuneração para os casos de 10/20/30/40 horas será proporcional.

1.3 Os salários dos cargos têm como base o mês de Dezembro de 2015.

1.4 O candidato aprovado e contratado deverá prestar serviços dentro do horário estabelecido pela Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, podendo ser diurno e/ou noturno, escala de revezamento em dias de semana, sábados, domingos ou feriados, obedecida a carga horária semanal de trabalho.

1.5 As atribuições a serem exercidas pelo candidato contratado encontram-se no ANEXO I – DAS ATRIBUIÇÕES.

**II – DAS INSCRIÇÕES**

2.1 A inscrição do candidato implicará o conhecimento e aceitação tácita das normas e condições do Processo Seletivo Simplificado, tais como se acham estabelecidas neste Edital e seus anexos, bem como em eventuais aditamentos, comunicados e instruções específicas para a realização do Processo Seletivo Simplificado, em relação às quais não poderá ser alegada qualquer espécie de desconhecimento.

2.1.1 Objetivando evitar ônus desnecessário, o candidato deverá orientar-se no sentido de recolher o valor de inscrição somente após tomar conhecimento de todos os requisitos e condições exigidas para o Processo Seletivo Simplificado.

2.2 A inscrição deverá ser efetuada das 10:00 horas do dia 06/01/2016 às 16:00 horas do dia 14/01/2016, exclusivamente pela internet nos sites [www.bigadvice.com.br](http://www.bigadvice.com.br) e [www.saobentodosul.sc.gov.br](http://www.saobentodosul.sc.gov.br).

2.2.1 No ato da inscrição o candidato deverá indicar o cargo pretendido, devendo observar o item 5.21.

2.2.1.1 Após a efetivação da inscrição não será permitida, em hipótese alguma, a troca do cargo pretendido.

2.2.1.2 O candidato poderá efetuar inscrição para mais de um cargo deste Processo Seletivo, desde que as provas aplicadas não sejam no mesmo período/horário.

1º Período	2º Período
Todos os cargos exceto Professor Educação Infantil	Professor Educação Infantil

2.2.1.2.1 O candidato que se inscrever para mais de 01 (um) cargo para as provas do mesmo horário será considerado presente na prova objetiva em que comparecer, sendo eliminado do Processo Seletivo quanto ao(s) outro(s) respectivo(s) cargo(s).

2.2.2. Não será permitida inscrição por meio bancário, pelos Correios, fac-símile, condicional ou fora do prazo estabelecido.

2.3 Para se inscrever, o candidato deverá preencher as condições para preenchimento do cargo e entregar, na data da contratação, uma fotografia 3x4, além da comprovação de:

- ser brasileiro nos termos da Constituição Federal;
- comprovar o grau de escolaridade exigido para o cargo;
- encontrar-se no pleno gozo de seus direitos civis e políticos;
- estar quite com obrigações civis, militares e eleitorais;
- ter certificado de reservista ou de dispensa de incorporação, em caso de candidato do sexo masculino;
- gozar de boa saúde, condição que será comprovada no processo de admissão através de laudo médico oficial, entregue no ato da contratação;
- não ter sofrido penalidades, quando no exercício de função ou cargo público, fato a ser comprovado no ato da contratação;
- Não ter antecedentes criminais, encontrando-se em pleno exercício de seus direitos civil e político, a ser comprovado no ato da contratação através de certidão de antecedentes criminais;
- apresentar, para fins de contratação nos cargos onde houver a exigência, a comprovação da inscrição ou a devida regularização junto aos órgãos de classe;
- possuir a idade mínima de 18 (dezoito) anos completos, no ato da contratação;
- e demais exigências contidas neste Edital.

2.4 O pagamento do boleto de inscrição poderá ser feito na Caixa Econômica Federal até o dia 14/01/2016.

Cargos	Valor
Ensino Fundamental Incompleto	R\$ 25,00

Ensino Médio de Nível Técnico	R\$ 30,00
Ensino de Nível Superior	R\$ 40,00

2.4.1 Se, por qualquer razão, o cheque usado para pagamento do boleto de inscrição for devolvido ou efetuado pagamento a menos do valor da taxa, a inscrição do candidato será automaticamente cancelada.

2.4.2 Não será aceito pagamento da taxa de inscrição por depósito em caixa eletrônico, pela ECT (correios), fac-símile, transferência eletrônica, DOC, ordem de pagamento ou depósito comum em conta corrente, condicional ou fora do período de inscrições ou por qualquer outro meio que não os especificados neste Edital.

2.4.2.1 O pagamento por agendamento somente será aceito se comprovada a sua efetivação dentro do período de inscrições.

2.4.3 O não atendimento aos procedimentos estabelecidos nos itens anteriores implicará o cancelamento da inscrição do candidato, verificada a irregularidade a qualquer tempo.

2.4.4 Para o pagamento da taxa de inscrição, somente poderá ser utilizado o boleto bancário gerado no ato da inscrição, até a data limite do encerramento das inscrições.

2.4.5 A efetivação da inscrição somente ocorrerá após a confirmação, pelo banco, do pagamento do boleto referente à taxa.

2.4.5.1 Caso seja detectada falta de informação, o candidato deverá solicitar a correção através do email [contato@bigadvice.com.br](mailto:contato@bigadvice.com.br), conforme Anexo III - Cronograma.

2.4.5.1.1 Caso seja detectada falta de informação, o candidato deverá acessar os sites [www.bigadvice.com.br](http://www.bigadvice.com.br) e [www.saobentodosul.sc.gov.br](http://www.saobentodosul.sc.gov.br), na opção fale conosco ☐ assunto ☐ Processo Seletivo e solicitar a correção.

2.4.6 Quando do preenchimento dos dados para inscrição, se o candidato não informar seu email, o mesmo não receberá as informações referentes ao andamento do Processo Seletivo pelo mesmo.

2.4.7 Mesmo que o candidato informe seu email no ato da inscrição, é obrigação dele acompanhar os atos e divulgação do Processo Seletivo através dos sites [www.bigadvice.com.br](http://www.bigadvice.com.br), [www.saobentodosul.sc.gov.br](http://www.saobentodosul.sc.gov.br) e/ou pelo mural da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul.

2.5 É recomendável ao candidato observar atentamente as informações sobre os cargos e aplicação das provas.

2.5.1 Considera-se inscrição efetivada aquela devidamente paga de acordo com o estabelecido no item 2.4 deste Capítulo.

2.6 O candidato que prestar declaração falsa, inexata ou, ainda, que não satisfazer todas as condições estabelecidas neste Edital, terá sua inscrição cancelada e, conseqüentemente, anulados todos os atos dela decorrentes, mesmo que aprovado e que o fato seja constatado posteriormente.

2.7 As informações prestadas na ficha de inscrição são de inteira responsabilidade do candidato, cabendo à Prefeitura Municipal de São Bento do Sul o direito de excluir do Processo Seletivo aquele que preenchê-la com dados incorretos ou que prestar informações inverídicas, ainda que o fato seja constatado posteriormente.

2.8 No ato da inscrição, não serão solicitados os documentos comprobatórios constantes no item 2.3, sendo obrigatória a sua comprovação quando da contratação, sob pena de exclusão do candidato do Processo Seletivo.

2.8.1 Não deverá ser enviada à Prefeitura Municipal de São Bento do Sul ou à Big Advice Assessoria e Consultoria qualquer cópia de documento.

2.9 Informações complementares referentes à inscrição poderão ser solicitadas através do email [contato@bigadvice.com.br](mailto:contato@bigadvice.com.br).

2.10 Para inscrever-se, o candidato deverá, durante o período das inscrições:

- a) acessar os sites [www.bigadvice.com.br](http://www.bigadvice.com.br) e [www.saobentodosul.sc.gov.br](http://www.saobentodosul.sc.gov.br);
- b) localizar no site o "link" correlato ao Processo Seletivo;
- c) ler, na íntegra, o respectivo Edital e preencher total e corretamente a ficha de inscrição;
- d) transmitir os dados da inscrição;
- e) imprimir o boleto bancário;
- f) efetuar o correspondente pagamento da taxa de inscrição de acordo com o item 2.4 deste Capítulo.

2.11 A Prefeitura Municipal de São Bento do Sul reserva-se no direito de verificar a veracidade das informações prestadas pelo requerente.



2.11.1 Caso alguma das informações seja inverídica, a Prefeitura Municipal de São Bento do Sul indeferirá o pedido, sem prejuízo da adoção de medidas judiciais cabíveis.

2.11.2 As informações prestadas pelo requerente são de sua inteira responsabilidade, podendo a Prefeitura Municipal de São Bento do Sul utilizá-las em qualquer época, no amparo de seus direitos, bem como nos dos demais candidatos, não podendo ser alegada qualquer espécie de desconhecimento.

2.12 Às 16 horas (horário de Brasília) do último dia do período das inscrições, a ficha de inscrição e o boleto bancário não estarão mais disponíveis nos sites.

2.13 O descumprimento das instruções para inscrição pela internet implicará a não efetivação da inscrição.

2.14 A Prefeitura Municipal de São Bento do Sul e a Big Advice Assessoria e Consultoria não se responsabilizam por solicitação de inscrição pela internet não recebida por motivo de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.

2.15 O candidato poderá, também, efetuar sua inscrição por meio do TELECENTRO, localizado na Rua Jorge Lacerda, nº 75, Centro, São Bento do Sul - SC.

2.16 As inscrições serão devolvidas aos candidatos em casos de suspensão, cancelamento do Processo Seletivo Simplificado ou alteração da data das provas.

2.16.1 A devolução do valor de inscrição prevista no item 2.16 deverá ser requerida por meio de formulário de solicitação disponibilizado nos endereços eletrônicos [www.bigadvice.com.br](http://www.bigadvice.com.br) e [www.saobentodosul.sc.gov.br](http://www.saobentodosul.sc.gov.br), em até 05 (cinco) dias úteis após a data de publicação do ato que ensejou a devolução.

2.16.2 O formulário de solicitação de devolução do valor da inscrição ficará disponível durante o prazo de 20 (vinte) dias úteis contados a partir da disponibilização do referido formulário.

2.16.3 Para obter a devolução, o candidato deverá informar nome e número do banco, nome e número da agência com dígito e número da conta corrente com dígito, bem como o nome completo e CPF do titular da conta, caso a conta seja de terceiros.

2.16.4 O formulário de restituição deverá ser entregue ou enviado pelo candidato ou por terceiro devidamente preenchido e assinado pelo candidato e acompanhado da cópia do documento de identidade em envelope fechado, em até 20 (vinte) dias úteis após a disponibilização do formulário de ressarcimento, por uma das seguintes formas:

a) Via ECT (Correio) – preferencialmente por SEDEX com AR para Big Advice Assessoria e Consultoria, localizada na Rua Coronel Joaquim Gabriel, 472 – Centro – CEP: 18.682-030 - Lencóis Paulista - SP, dentro do prazo previsto no subitem 2.16.4 deste Edital.

b) Através de protocolo do formulário na Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, localizada na Rua Jorge Lacerda, nº 75 – Centro – São Bento do Sul-SC das 09:00h às 16:00h (exceto sábados, domingos e feriados).

2.16.5 O envelope deverá conter a referência da seguinte forma:

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL-SC  
REQUERIMENTO DE DEVOLUÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO  
Nome completo  
Número da Inscrição  
Cargo

2.16.6 A devolução do valor de inscrição será processada em até 20 (vinte) dias úteis após o prazo previsto no item 2.16.4 por meio de depósito bancário na conta bancária indicada na solicitação.

2.16.6.1 É de inteira responsabilidade do candidato a informação correta e completa de todos os dados requeridos para a eventual devolução do valor da inscrição, não se podendo atribuir à Prefeitura Municipal de São Bento do Sul e à Big Advice Assessoria e Consultoria a responsabilidade pela impossibilidade de devolução caso os dados sejam insuficientes ou incorretos.

2.16.7 O valor a ser devolvido ao candidato será corrigido monetariamente pela variação do IGPM/FGV, ou por outro índice que vier a substituí-lo, desde a data do pagamento da inscrição até a data da efetiva devolução.

2.16.8 Será devolvido ao candidato o valor de inscrição pago em duplicidade ou fora do prazo ou com valor em desconformidade com o do valor de inscrição, desde que requerido por escrito pelo candidato e mediante comprovação da extemporaneidade ou da duplicidade do pagamento para o mesmo boleto.

2.16.8.1 Nos casos elencados no item 2.16.8, o candidato arcará com os custos bancários do boleto para o processamento da devolução.

2.16.8.2 No caso previsto no item 2.16.8 deste Edital, o candidato deverá requerer a restituição do valor de inscrição em até 10 (dez) dias úteis após o término das inscrições, por meio do envio do requerimento e da documentação comprobatória da duplicidade e extemporaneidade do pagamento, via e-mail para [contato@bigadvice.com.br](mailto:contato@bigadvice.com.br).



2.17 O candidato que necessitar de condições especiais, inclusive prova braile, prova ampliada, etc., deverá, no período das inscrições, encaminhar por SEDEX à Big Advice Assessoria e Consultoria ou Protocolar na Prefeitura Municipal de São Bento do Sul solicitação contendo nome completo, RG, CPF, telefone(s) e os recursos necessários para a realização da(s) prova(s), indicando, no envelope, o Processo Seletivo Simplificado Público para o qual está inscrito.

2.17.1 O candidato que não o fizer, durante o período das inscrições e conforme o estabelecido no item 2.17, não terá a sua prova especial preparada ou as condições especiais providenciadas.

2.17.2 O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da(s) prova(s) ficará sujeito, por parte da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul e da Big Advice Assessoria e Consultoria, à análise da viabilidade e razoabilidade do solicitado.

2.18 Para efeito dos prazos estipulados neste Capítulo será considerada a data da postagem fixada pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT ou do protocolo efetuado na Prefeitura Municipal de São Bento do Sul.

2.19 O candidato com deficiência deverá observar ainda o Capítulo III – DA PARTICIPAÇÃO DE CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA.

### III – DA PARTICIPAÇÃO DO CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA

3.1 A participação de candidatos com deficiência, no presente Processo Seletivo Simplificado Público, será assegurada nos termos do artigo 37, inciso VIII, da Constituição Federal e alterações e serão reservadas 20% (vinte por cento) das vagas a serem preenchidas em cada cargo, de acordo com o § 2º da Lei Municipal 228/2001.

3.1.1 Nos casos onde a aplicação do percentual de 20% (vinte por cento) sobre as vagas de cada cargo resultar em número fracionado, este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente, desde que o resultado não ultrapasse o limite máximo de 20% (vinte por cento) para as vagas reservadas.

3.1.2 Para o atendimento do item anterior, o primeiro candidato portador de deficiência classificado em cada cargo no Processo Seletivo será nomeado para ocupar a quinta vaga aberta na referida função, enquanto os demais serão nomeados a cada intervalo de vinte vagas providas na função.

3.1.3 O candidato, antes de se inscrever, deverá verificar se as atribuições do cargo, especificadas no ANEXO I – DAS ATRIBUIÇÕES, são compatíveis com a deficiência de que é portador.

3.2 O candidato deverá especificar, na ficha de inscrição, o tipo de deficiência que apresenta, observado o disposto no Art. 4º do Decreto Federal Nº 3.298/1999 combinado com o enunciado da Súmula 377 do Superior Tribunal de Justiça – STJ, assim definidas:

a) Deficiência física: alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho das funções.

b) Deficiência auditiva: perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibel (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500 Hz, 1.000 Hz, 2.000 Hz e 3.000 Hz.

c) Deficiência visual: cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,5 no melhor olho, com a melhor correção óptica; casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º, ou ocorrência simultânea de quaisquer condições anteriores. Visão monocular.

d) Deficiência mental: funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: no artigo 4º do Decreto Federal nº 3.298, de 20.12.99 e Lei Estadual nº 14.481, de 13 de julho de 2011 e, no período de inscrições, encaminhar por Sedex à Big Advice Assessoria e Consultoria ou via protocolo na Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, com a identificação do Processo Seletivo Simplificado Público para o qual está inscrito: comunicação, cuidado pessoal, habilidades sociais; utilização dos recursos da comunidade; saúde e segurança; habilidades acadêmicas; lazer e trabalho.

e) Deficiência múltipla: associação de duas ou mais deficiências.

3.2.1 O candidato com deficiência, quando da inscrição, além de observar os procedimentos descritos no item 2 deste Edital, deverá enviar (conforme modelos abaixo constante na letra “b” deste item) à Prefeitura Municipal de São Bento do Sul ou à Big Advice Assessoria e Consultoria as seguintes informações:

a) relatório médico (emitido a menos de 01 (um) ano) original ou cópia autenticada atestando a espécie, o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a causa da deficiência, inclusive para assegurar previsão de adaptação da sua prova;

b) dados pessoais: nome completo, RG e CPF constantes no relatório médico.

Modelo do envelope no caso de enviar via Sedex:

À Big Advice Assessoria e Consultoria  
Processo Seletivo nº 001/2016  
Prefeitura Municipal de São Bento do Sul  
Cargo: \_\_\_\_\_  
Participação de Candidato Portador de Deficiência  
Rua Coronel Joaquim Gabriel, 472 – Centro – CEP: 18.682-030 - Lençóis Paulista - SP

Modelo do envelope no caso de protocolar na Prefeitura:

À Big Advice Assessoria e Consultoria  
Processo Seletivo nº 001/2016  
Prefeitura Municipal de São Bento do Sul  
Cargo: \_\_\_\_\_  
Participação de Candidato Portador de Deficiência

3.2.2 O tempo para a realização da(s) prova(s) a que os candidatos deficientes serão submetidos, poderá, desde que requerido justificadamente conforme item 3.2, ser diferente daquele previsto para os demais candidatos, levando-se em conta o grau de dificuldade apresentado em decorrência da deficiência (artigo 40, § 2º, do Decreto Federal nº 3.298/99).

3.2.3 O candidato inscrito como portador de deficiência que necessitar de condições especiais para a realização da prova deverá observar os itens deste edital, inclusive o Capítulo III – Da Participação do Candidato com Deficiência.

3.2.4 O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que tange ao conteúdo e à avaliação da prova.

3.3 O candidato que, no ato da inscrição, não declarar ser deficiente ou aquele que se declarar e não atender ao solicitado no item 3.2.1, não será considerado portador de deficiência.

3.4 O candidato inscrito como deficiente, que atender ao disposto no item 3.2, caso seja aprovado, será convocado pela Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, em época oportuna, para perícia médica a fim de verificar a configuração e a compatibilidade da deficiência.

3.5 Caso a perícia conclua pela inaptidão do candidato ou pela não configuração da deficiência constituir-se-á, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da data da divulgação feita pela Prefeitura do resultado do respectivo exame, junta médica para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

3.5.1 O requerimento para participar da junta médica deverá ser entregue, pessoalmente ou por procuração, no Protocolo da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, localizado na Rua Jorge Lacerda, nº 75, Centro, São Bento do Sul-SC, em dias úteis, das 09:00h às 16:00h.

3.5.2 A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 05 (cinco) dias, contados da data da realização do exame e, caso seja constatado que o candidato não tenha configurado a deficiência declarada, o mesmo será desclassificado do Processo Seletivo.

3.6 Não ocorrendo inscrição no Processo Seletivo ou aprovação de candidatos com deficiência será elaborada somente a Lista de Classificação Definitiva Geral.

3.7 Será desclassificado do Processo Seletivo o candidato que não comparecer à perícia médica e/ou aquele que tiver deficiência considerada incompatível com as atribuições do cargo, mesmo que submetidos e habilitados em quaisquer das etapas do Processo Seletivo Simplificado Público.

3.8 Após o ingresso do candidato com deficiência, essa condição não poderá ser arguida para justificar a concessão de readaptação do cargo e de aposentadoria por invalidez.

3.9 Para efeito dos prazos estipulados deste Capítulo, será considerada a data do protocolo firmado na Prefeitura Municipal de São Bento do Sul ou data de postagem na ECT, se o caso.

3.10 Os documentos encaminhados fora da forma e dos prazos estipulados neste Capítulo não serão conhecidos.

#### IV – DAS PROVAS

4.1 O Processo Seletivo constará da(s) seguinte(s) prova(s):

Cargo	Prova(s)	Número de Questões
	Língua Portuguesa	15
Fundamental	Matemática	10
Incompleto	Atualidades	05
	Língua Portuguesa	10
Ensino Médio e	Matemática	05
Técnico	Atualidades	05

	Conhecimentos Específicos	10
	Língua Portuguesa	10
Ensino Superior	Matemática	05
	Atualidades	05
	Conhecimentos Específicos	10

4.2 A prova objetiva, para todos os cargos, de caráter eliminatório e classificatório, visa avaliar o grau de conhecimento teórico do candidato, necessário ao desempenho do cargo.

4.2.1 A prova objetiva será composta de questões de múltipla escolha, com 05 alternativas cada uma, e será elaborada de acordo com o conteúdo programático constante do ANEXO II.

4.2.2 A duração da prova objetiva será de 02 (duas) horas.

4.3 Para realização da prova deverá ser observado, também, o Capítulo V – DA PRESTAÇÃO DAS PROVAS, e o Capítulo VI – DO JULGAMENTO DAS PROVAS E DA HABILITAÇÃO.

#### V – DA PRESTAÇÃO DAS PROVAS

5.1 As provas serão realizadas no município de São Bento do Sul-SC no dia 24/01/2016.

5.1.1 O candidato que se inscrever para mais de 01 (um) cargo deverá observar o disposto no subitem 2.2.1.2.

5.2 A divulgação do local e horário da prova deverá ser acompanhada pelo candidato por meio de Edital de Convocação a ser disponibilizado no Mural da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul e nos sites [www.bigadvice.com.br](http://www.bigadvice.com.br) e [www.saobentodosul.sc.gov.br](http://www.saobentodosul.sc.gov.br), não podendo ser alegada qualquer espécie de desconhecimento.

5.3 Eventualmente, se, por qualquer que seja o motivo, o nome do candidato não constar do Edital de Convocação para prova objetiva, esse deverá entrar em contato com a Big Advice Assessoria e Consultoria pelo Telefone 14-981165050 (vivo), 11-978010048 (tim), 19-997202258 (claro) ou pelo email [contato@bigadvice.com.br](mailto:contato@bigadvice.com.br) a fim de verificar o ocorrido.

5.3.1 Ocorrendo o caso constante do item 5.3, poderá o candidato participar do Processo Seletivo e realizar a(s) prova(s) se apresentar o respectivo comprovante de pagamento, efetuado nos moldes previstos neste Edital, devendo, para tanto, preencher, datar e assinar, no dia da(s) prova(s), formulário específico.

5.3.2 A inclusão de que trata este item será realizada de forma condicional, sujeita à posterior verificação da regularidade da referida inscrição.

5.3.3 Constatada eventual irregularidade na inscrição, a inclusão do candidato será automaticamente cancelada, sem direito à reclamação, independentemente de qualquer formalidade, considerados nulos todos os atos dela decorrentes.

5.4 O candidato somente poderá realizar a(s) prova(s) na data, horário e local definido, não podendo ser alegada qualquer espécie de desconhecimento.

5.4.1 O horário de início da(s) prova(s) será(ão) definido(s) em cada sala de aplicação, após os devidos esclarecimentos sobre sua aplicação.

5.4.2 O candidato somente poderá retirar-se da sala de aplicação da(s) prova(s) objetiva depois de transcorrido 01 (uma) hora de duração, levando consigo somente o material fornecido para conferência da prova objetiva realizada.

5.5 O candidato deverá comparecer ao local designado para a(s) prova(s), constante do Edital de Convocação, com antecedência mínima de 60 minutos do horário previsto para seu início, munido de:

a) caneta esferográfica de material transparente de tinta de cor azul ou preta, lápis preto e borracha macia; e;

b) original de um dos seguintes documentos de identificação: Cédula de Identidade (RG), Carteira de Órgão ou Conselho de Classe, Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), Certificado Militar, Carteira Nacional de Habilitação, expedida nos termos da Lei Federal nº 9.503/97, Passaporte, Carteiras de Identidade expedidas pelas Forças Armadas, Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares.

5.5.1 Somente será admitido na sala ou local de prova(s) o candidato que apresentar um dos documentos discriminados na alínea “b” do item 5.5 deste Capítulo e desde que permita, com clareza, a sua identificação.

5.5.2 O candidato que não apresentar o documento, conforme a alínea “b” do item 5.5 deste Capítulo, não fará a(s) prova(s), sendo considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

5.6 Não serão aceitos protocolo, cópia dos documentos citados, ainda que autenticada, boletim de ocorrência ou quaisquer outros documentos não constantes deste Edital, inclusive carteira funcional de ordem pública ou privada.

5.7 Os portões serão fechados impreterivelmente no horário estabelecido para realização da(s) prova(s).

5.8 Não será admitido na sala ou no local de provas o candidato que se apresentar após o horário estabelecido para o seu início.

5.9 Durante a(s) prova(s) objetiva(s), não serão permitidas qualquer espécie de consulta a códigos, livros, manuais, impressos, anotações e/ou outro tipo de pesquisa, utilização de outro material não fornecido pela Big Advice Assessoria e Consultoria, de relógio, telefone celular ou qualquer equipamento eletrônico, protetor auricular, boné, gorro, chapéu e óculos de sol.

5.10 O telefone celular e/ou qualquer equipamento eletrônico, deverá ser desligado antes de entrar no prédio de aplicação e, durante a aplicação das provas, deverão permanecer desligados até a saída.

5.11 Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, para justificar o atraso ou a ausência do candidato, nem aplicação das provas fora do local, sala, turma, data e horário pré-estabelecidos.

5.12 O candidato não poderá ausentar-se da sala ou local de provas sem o acompanhamento de um fiscal.

5.13 Em caso de necessidade de amamentação durante as provas objetiva a candidata deverá levar um acompanhante maior de idade, devidamente comprovada, que ficará em local reservado para tal finalidade e será responsável pela criança.

5.13.1 Para tanto, a candidata deverá solicitar antecipadamente através do email [contato@bigadvice.com.br](mailto:contato@bigadvice.com.br).

5.14 A Big Advice Assessoria e Consultoria não se responsabiliza pela criança no caso de a candidata não levar o acompanhante, podendo, inclusive, ocasionar a sua eliminação do processo.

5.15 No momento da amamentação, a candidata deverá ser acompanhada por uma fiscal, sem a presença do responsável pela criança.

5.15.1 A candidata, neste momento, deverá fechar seu caderno de prova, se for o caso, e deixá-lo sobre a carteira.

5.15.2 Não haverá compensação do tempo de amamentação à duração da prova da candidata.

5.15.3 Excetuada a situação prevista no item 5.14 deste Capítulo, não será permitida a permanência de qualquer acompanhante, inclusive criança, nas dependências do local de realização das provas, podendo ocasionar inclusive a não participação do candidato no Processo Seletivo.

5.16 Não haverá prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em virtude de afastamento, por qualquer motivo, de candidato da sala ou local de provas.

5.17 É reservado à Big Advice Assessoria e Consultoria e à Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, caso julgue necessário, o direito de utilizar detector de metais e/ou proceder à coleta de impressão digital, durante a aplicação das provas.

5.17.1 Na impossibilidade de o candidato realizar o procedimento de coleta de impressão digital, esse deverá registrar sua assinatura, em campo predeterminado, por três vezes.

5.18 O candidato que, eventualmente, necessitar alterar algum dado cadastral, no dia da(s) prova(s), deverá solicitar através dos sites [www.bigadvice.com.br](http://www.bigadvice.com.br) e [www.saobentodosul.sc.gov.br](http://www.saobentodosul.sc.gov.br) formulário específico para tal finalidade, que deverá ser datado e assinado pelo candidato e entregue ao fiscal.

5.18.1 O candidato que não atender aos termos do item 5.18 deverá arcar, exclusivamente, com as consequências advindas de sua omissão.

5.19 São de responsabilidade do candidato, inclusive no que diz respeito aos seus dados pessoais, a verificação e a conferência do material entregue para a realização das provas.

5.20 O candidato que queira fazer alguma reclamação ou sugestão, deverá procurar a sala de coordenação no local em que estiver prestando as provas.

5.21 Será excluído do Processo Seletivo o candidato que:

a) não comparecer às provas objetiva e/ou prova prática, conforme convocação divulgada no mural da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul e nos sites [www.bigadvice.com.br](http://www.bigadvice.com.br) e [www.saobentodosul.sc.gov.br](http://www.saobentodosul.sc.gov.br), seja qual for o motivo alegado.

b) apresentar-se fora de local, sala, turma, data e horário estabelecidos no Edital de Convocação;

c) não apresentar o documento de identificação conforme o previsto na alínea "b" do item 5.5;

d) ausentar-se, durante o processo, da sala ou do local de prova (s) sem o acompanhamento de um fiscal;

e) estiver, durante a aplicação da(s) prova(s), fazendo uso de calculadora, relógio com calculadora e/ou agenda eletrônica ou similar;

f) estiver, no local de prova(s), portando qualquer equipamento eletrônico e/ou sonoro e/ou de comunicação ligados;

- g) for surpreendido em comunicação com outro candidato ou terceiros, verbalmente ou por escrito, bem como fazendo uso de material não permitido para a realização das provas;
- h) lançar meios ilícitos para a realização das provas;
- i) não devolver ao fiscal qualquer material de aplicação das provas;
- j) estiver portando arma, ainda que possua o respectivo porte;
- k) durante o processo, não atender a quaisquer das disposições estabelecidas neste Edital;
- l) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos;
- m) agir com incorreção ou descortesia para com qualquer membro da equipe encarregada da aplicação das provas;
- n) retirar-se do local de prova (s) antes de decorrido o tempo mínimo de permanência.

#### Da Prova Objetiva

5.22 A prova objetiva será realizada no dia 24/01/2016 a partir das 09:00 horas para o 1º período e a partir das 14:00 horas para o 2º período, horários em que serão fechados os portões.

5.22.1 A confirmação da data e local de realização da Prova será divulgada no mural da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul e nos sites [www.bigadvice.com.br](http://www.bigadvice.com.br) e [www.saobentodosul.sc.gov.br](http://www.saobentodosul.sc.gov.br), conforme Cronograma deste Processo Seletivo – Anexo III.

5.22.2 Havendo alteração da data prevista, as provas poderão ocorrer em domingos ou feriados. O acompanhamento da divulgação da data da prova é de responsabilidade exclusiva do candidato.

5.23 Para a realização da prova objetiva, o candidato receberá a folha de respostas e o caderno de questões da prova objetiva simultaneamente.

5.23.1 É de responsabilidade do candidato a leitura das instruções contidas na folha de respostas e no caderno de questões da prova objetiva, não podendo ser alegada qualquer espécie de desconhecimento.

5.23.2 Em hipótese alguma, haverá substituição da folha de respostas por erro do candidato.

5.23.3 A folha de respostas, cujo preenchimento é de responsabilidade do candidato, é o único documento válido para a correção eletrônica e deverá ser entregue, no final da prova, ao fiscal de sala, juntamente com o caderno de questões.

5.23.4 O candidato deverá transcrever as respostas para a folha de respostas, com caneta esferográfica de material transparente de tinta de cor azul ou preta, bem como assinar no campo apropriado.

5.23.5 O candidato que tenha solicitado fiscal transcritor, provas em braile ou ampliada, deverá indicar os alvéolos a serem preenchidos pelo fiscal designado para tal finalidade.

5.23.6 Não será computada questão com emenda ou rasura, ainda que legível, nem questão não respondida ou que contenha mais de uma resposta, mesmo que uma delas esteja correta.

5.23.7 Não deverá ser feita nenhuma marca fora do campo reservado às respostas ou à assinatura, sob pena de acarretar prejuízo ao desempenho do candidato.

5.23.8 Após o término do prazo previsto para a duração da prova, não será concedido tempo adicional para o candidato continuar respondendo questão da prova objetiva ou procedendo à transcrição para a folha de respostas.

5.23.9 Ao final da prova, o candidato deverá entregar o caderno de questões da prova objetiva e a folha de repostas ao fiscal da sala.

5.23.10 Os 03 (três) últimos candidatos presentes nas salas de aplicação da(s) prova(s) deverão aguardar o fechamento dos envelopes das provas e demais documentos e assina-los.

5.23.11 O caderno de questões da prova objetiva será disponibilizado, nos sites [www.bigadvice.com.br](http://www.bigadvice.com.br) e [www.saobentodosul.sc.gov.br](http://www.saobentodosul.sc.gov.br), conforme anexo III – Cronograma do Processo Seletivo.

5.23.12 O gabarito oficial da prova objetiva será divulgado no mural da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, nos sites [www.bigadvice.com.br](http://www.bigadvice.com.br) e [www.saobentodosul.sc.gov.br](http://www.saobentodosul.sc.gov.br), conforme anexo III – Cronograma do Processo Seletivo.

#### VI – DO JULGAMENTO DAS PROVAS E HABILITAÇÃO

##### 6.1 Da Prova Objetiva

6.1.1 A prova objetiva será avaliada na escala de 0 a 100 pontos.

6.1.2 A nota da prova objetiva será obtida pela fórmula:

$$NP = \frac{NA \times 100}{TQ}$$

Onde:

NP = Nota da prova

NA = Número de acertos

TQ = Total de questões da prova

6.1.3 Os candidatos serão classificados em ordem decrescente do total de pontos.

## VII – DA PONTUAÇÃO FINAL

7.1 A pontuação final do candidato será a nota obtida na prova objetiva.

## VIII - DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE E DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

8.1 Os candidatos aprovados, por cargo, serão classificados por ordem decrescente da pontuação final.

8.2 Em caso de igualdade da pontuação final, serão aplicados, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato:

- a) com maior idade;
- b) que obtiver maior pontuação nas questões Específicas, se o caso;
- c) que obtiver maior pontuação nas questões de Língua Portuguesa;
- d) que obtiver maior pontuação nas questões de Matemática, se o caso;
- e) que obtiver maior pontuação nas Questões de Atualidades.

8.2.1 Persistindo, ainda, o empate, poderá haver sorteio na presença dos candidatos envolvidos.

8.3 Os candidatos classificados serão enumerados, por cargo, em duas listas, sendo uma geral (todos os candidatos aprovados) e outra especial (candidatos portadores de deficiência aprovados), se for o caso.

## IX – DOS RECURSOS

9.1 O prazo para interposição de recurso será de 01(um) dia útil, contados a partir do 1º dia útil imediatamente seguinte ao da data de divulgação ou do fato que lhe deu origem.

9.2 Em caso de interposição de recurso, o candidato deverá enviar ao email [ao contato@bigadvice.com.br](mailto:ao contato@bigadvice.com.br) inserindo nome, Identificação do Processo Seletivo, CPF, RG, Telefone, Endereço, Bairro, Cidade, Estado, Redação do Recurso fundamentado.

9.2.1 O recurso especificado no “caput” deste item não será aceito por meio de fac-símile, email, protocolado, pessoalmente ou por qualquer outro meio, exceto o previsto neste Capítulo.

9.3 Quando o recurso se referir ao gabarito da prova objetiva, deverá ser elaborado de forma individualizada, ou seja, 01 (um) recurso para cada questão e a decisão será tomada mediante parecer técnico da Banca Examinadora.

9.3.1 No caso de provimento do recurso interposto dentro das especificações, esse poderá, eventualmente, alterar a nota/classificação inicial obtida pelo candidato para uma nota/classificação superior ou inferior, ou ainda poderá ocorrer a desclassificação do candidato que não obtiver a nota mínima exigida para habilitação.

9.3.2 A decisão do deferimento ou indeferimento de recurso contra o gabarito e contra o resultado das diversas etapas do Processo Seletivo será publicada no mural da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, nos sites [www.bigadvice.com.br](http://www.bigadvice.com.br) e [www.saobentodosul.sc.gov.br](http://www.saobentodosul.sc.gov.br).

9.3.3 O gabarito divulgado poderá ser alterado em função da análise dos recursos interpostos e, caso haja anulação ou alteração de gabarito, as provas serão corrigidas de acordo com o gabarito oficial definitivo.

9.4 A pontuação relativa à(s) questão(ões) anulada(s) será atribuída a todos os candidatos presentes na respectiva prova.

9.5 No caso de recurso em pendência à época da realização de alguma das etapas do Processo Seletivo, o candidato poderá participar condicionalmente da etapa seguinte.

9.6. A Banca Examinadora constitui última instância para os recursos, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.



9.7 O recurso interposto fora da forma e dos prazos estipulados neste Edital não será conhecido, bem como não será conhecido aquele que não apresentar fundamentação e embasamento, ou aquele que não atender às instruções constantes no item 9.2.

9.8 Não será aceito pedido de revisão de recurso e/ou recurso de recurso e/ou pedido de reconsideração.

9.9 Somente serão considerados os recursos interpostos para a fase a que se referem e no prazo estipulado, não sendo aceito, portanto, recursos interpostos em prazo destinado a evento diverso daquele em andamento. O candidato que não interpuser recurso no prazo mencionado será responsável pelas consequências advindas de sua omissão.

9.10 A interposição de recursos não obsta o regular andamento das demais fases deste Processo Seletivo.

#### X – DA CONTRATAÇÃO

10.1 A contratação para o cargo obedecerá, rigorosamente, a ordem de classificação dos candidatos neste certame, devendo apresentar a seguinte documentação:

- a) ABERTURA DE CONTA CORRENTE no Banco Caixa Econômica Federal – SBS;
  - b) Documentos necessários para abertura da conta corrente: Identidade, CPF, Comprovante de Residência (mês atual) e Comprovante de Renda (Expedido pelo Depto. de Recursos Humanos da PMSBS);
  - c) 01 Foto 3x4;
  - d) Laudo de inspeção de Saúde procedido por órgão oficial;
  - e) Declaração de não acumulação legal de cargo, função, emprego ou percepção de proventos, informar o cargo, o órgão ao qual pertence, a carga horária e o horário de trabalho;
  - f) Declaração quanto a receber, ou não, Aposentadoria ou Benefício proveniente de Regime Próprio de Previdência Social, e ou, Regime Geral de Previdência Social, relativo a cargo público. Em caso de recebimento de benefícios, informar detalhes: Instituto de Previdência de que percebe o benefício, data de início, cargo e órgão em que se deu a concessão do benefício;
  - g) Declaração de ter sofrido, ou não, no exercício de função pública, as penalidades previstas no art. 151 da Lei 228/2001;
  - h) Declaração de Bens que constituem o seu Patrimônio;
  - i) Certidões Negativas expedidas pelos cartórios de Crimes e Fiscais da Comarca de São Bento do Sul ([www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br));
- Obs: Todas as declarações devem ser redigidas de forma clara, legíveis, sem rasuras e devem ser assinadas pelo candidato.

##### 10.1.1 Fotocópias (Xerox):

- a) Cédula de Identidade;
- b) C.P.F.;
- c) Título de Eleitor;
- d) Comprovante de votação da última Eleição ou certidão de Quitação da Justiça Eleitoral;
- e) Certidão de Nascimento, e ou, Casamento;
- f) Certidão de Nascimento/Adoção e da Carteira de Vacinação dos Filhos menores de 14 anos;
- g) Atestado de Frequência Escolar dos filhos entre 06 e 14 anos;
- h) Certificado de Dispensa de Incorporação ou Certificado de Reservista, quando for o caso;
- i) Declaração de Residência conforme modelo fornecido pelo Depto. de RH, corretamente preenchida, datada, assinada e sem rasuras;
- j) Comprovante de Escolaridade (de acordo com a exigência do cargo) autenticado em cartório;
- k) Diploma do Curso Específico (na área em que irá atuar) – autenticado em cartório;
- l) Comprovante de regularidade com o Conselho de Classe, quando for o caso – Autenticado em cartório;
- m) Registro no Conselho de Classe, quando for o caso – autenticado em cartório;
- n) Carteira de vacina contra Rubéola (homens e mulheres até 39 anos) Lei 10.196 de 24 de julho de 1996;
- o) Nº do PIS/PASEP;
- p) Carteira de Trabalho onde constam a Foto e os dados Pessoais;
- q) Atender a todos os requisitos da Legislação Municipal pertinente para a investidura em cargo público.

10.2 As atribuições do cargo podem justificar a exigência de outros requisitos estabelecidos na lei de criação do cargo e neste Edital de Processo Seletivo Simplificado.

10.3 O candidato que, na data de admissão, não reunir os requisitos enumerados neste Capítulo e aqueles exigidos em lei, perderá o direito à contratação no referido cargo.

10.4 Caso não seja realizado a entrega correta dos documentos solicitados na admissão e no prazo estabelecido, ocorrerá a suspensão imediata da contratação.

10.5 O órgão promotor do Processo Seletivo e a empresa executora não se responsabilizam por contatos não estabelecidos em decorrências de mudanças de endereço e telefone dos candidatos, o candidato aprovado é responsável em manter atualizado seu telefone e endereço junto ao Depto. de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul.

10.6 Os candidatos classificados deverão aguardar a convocação, a qual será feita via ligação telefônica, e-mail ou, notificação via Correios (AR), em caso de não se obter contato via ligação telefônica.

10.7 O candidato convocado terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de assinatura da notificação para entregar a documentação exigida no Depto. de Recursos Humanos e assumir o cargo.

10.8 A não apresentação da documentação acima, por ocasião da contratação, implicará a impossibilidade de aproveitamento do candidato

aprovado, anulando-se todos os atos e efeitos decorrentes da inscrição no Processo Seletivo.

10.9 Caso o exame médico conclua negativamente ou não apto para o exercício da função/cargo quanto à compatibilidade e habilitação do candidato para o exercício do cargo, este não será considerado apto à contratação, seguindo-se para o próximo candidato, na ordem de classificação.

10.10 Por ocasião da contratação deverão ser comprovadas, mediante entrega dos devidos documentos, observados os termos do item 2.3 – DAS INSCRIÇÕES:

- a) ter, na data da contratação, os requisitos exigidos para o cargo, previstos na inscrição;
- b) firmar declaração de que não acumula remuneração proveniente de cargos públicos, conforme previsto na Constituição Federal de 1988;
- c) outras exigências que a Prefeitura Municipal de São Bento do Sul julgar necessárias.

10.11 O não atendimento à convocação ou a não contratação dentro do prazo estipulado ou a manifestação por escrito de desistência implicará a exclusão definitiva do candidato deste Processo Seletivo, sem qualquer alegação de direitos futuros.

## XI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 Os candidatos serão convocados em observância a ordem de classificação, a conveniência da Administração Municipal.

11.2 O candidato classificado e convocado para assumir a vaga disponível e que não aceitar nenhuma das vagas oferecidas no dia da escolha, será desclassificado automaticamente.

11.2.1 O candidato classificado e convocado que não se apresentar no dia e horário determinado para a escolha de vaga, perderá o direito de preenchimento da vaga.

11.3 O número de aulas oferecidas em uma Unidade Escolar não poderá ser fragmentado, exceto quando for maior que a carga horária permitida semanalmente.

11.4 O candidato que não comparecer na data agendada pelo Departamento de Recursos Humanos para realização do exame médico admissional, este não será reagendado, ficando o candidato desclassificado.

11.5 Não será permitido ao candidato contratado, e em exercício, desistir de parte de sua carga horária, exceto quando for de interesse da Administração Municipal.

11.6 Exercido o direito de escolha, não será permitido a transferência de Unidade Escolar ou Centro de Educação Infantil, ressalvo o interesse público ou retorno do titular da vaga.

11.7 Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, enquanto não consumada a providência do evento que lhes disser respeito, circunstância que será mencionada em Comunicado ou Aviso Oficial, oportunamente divulgado pela Prefeitura Município de São Bento do Sul no endereço eletrônico [www.bigadvice.com.br](http://www.bigadvice.com.br) e [www.saobentodosul.sc.gov.br](http://www.saobentodosul.sc.gov.br).

11.8 Qualquer inexistência e/ou irregularidade constatada nas informações e documentos do candidato, mesmo que já tenha sido divulgado o resultado deste Processo Seletivo e embora tenha obtido aprovação, levará a sua eliminação, sem direito a recurso, sendo considerados nulos os atos decorrentes da sua inscrição.

11.9 A Big Advice Assessoria e Consultoria não se responsabiliza por quaisquer cursos, textos e apostilas referentes a este Processo Seletivo.

11.10 O candidato que necessitar atualizar seus dados pessoais e/ou endereço residencial, poderá requerer através do e-mail [contato@bigadvice.com.br](mailto:contato@bigadvice.com.br), anexando documentos que comprovem tal alteração, com expressa referência ao Concurso, Cargo e número de Inscrição, até a data de publicação da homologação dos resultados, e após esta data, junto a Prefeitura Município de São Bento do Sul, situada à Rua Jorge Lacerda, nº 75, Centro, CEP 89280-902, São Bento do Sul/SC, telefone (47) 3631-6000, ou enviar a documentação via SEDEX com AR, para o mesmo endereço, aos cuidados da Comissão Organizadora do Processo Seletivo nº 001/2016.

11.11 Não serão fornecidas, por telefone ou e-mail, informações a respeito de datas e horários de realização das provas e demais eventos. O candidato deverá observar rigorosamente as formas de divulgação estabelecidas neste Edital e demais publicações nos endereços eletrônicos [www.bigadvice.com.br](http://www.bigadvice.com.br) e [www.saobentodosul.sc.gov.br](http://www.saobentodosul.sc.gov.br).

11.12 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Especial do Processo Seletivo ouvida a Big Advice Assessoria e Consultoria.

11.13 A inexistência e/ou irregularidades nos documentos, mesmo que verificadas a qualquer tempo, em especial por ocasião da contratação, acarretarão a nulidade da inscrição com todas as suas decorrências, sem prejuízo das demais medidas de ordem administrativa, cível ou criminal.

11.14 Caberá à Prefeitura Municipal de São Bento do Sul a homologação deste Processo Seletivo.

11.15 Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais atualizações ou retificações, enquanto não consumada a providência ou evento que

lhes disser respeito, circunstância que será mencionada em Edital e aviso a ser publicado no mural da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, nos sites [www.bigadvice.com.br](http://www.bigadvice.com.br) e [www.saobentodosul.sc.gov.br](http://www.saobentodosul.sc.gov.br).

11.16 A legislação com entrada em vigor após a data de publicação deste Edital e alterações posteriores não serão objetos de avaliação da(s) prova(s) neste Processo Seletivo.

11.17 As informações sobre o presente Processo Seletivo serão prestadas pela Big Advice Assessoria e Consultoria, por meio do telefone 14-981165050 (vivo), 11-978010048 (tim) e 19997202258 (claro) e pela internet, no site [www.bigadvice.com.br](http://www.bigadvice.com.br), sendo que após a classificação definitiva, as informações serão de responsabilidade da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul.

11.18 Em caso de alteração de algum dado cadastral até a emissão da classificação definitiva, o candidato deverá requerer a atualização à Big Advice Assessoria e Consultoria e, durante o prazo de validade deste Certame, pessoalmente, na Prefeitura Municipal de São Bento do Sul.

11.19 A Prefeitura Municipal de São Bento do Sul e a Big Advice Assessoria e Consultoria se eximem das despesas decorrentes de viagens e estadas dos candidatos para comparecimento a qualquer fase deste Processo Seletivo e de documentos/objetos esquecido ou danificados no local ou sala de prova(s).

11.20 A Prefeitura Municipal de São Bento do Sul e a Big Advice Assessoria e Consultoria não se responsabilizam por eventuais prejuízos ao candidato decorrentes de:

- a) endereço não atualizado;
- b) endereço de difícil acesso;
- c) correspondência devolvida pela ECT por razões diversas de fornecimento e/ou endereço errado do candidato;
- d) correspondência recebida por terceiros.

11.21 A Prefeitura Municipal de São Bento do Sul e a Big Advice Assessoria e Consultoria não emitirão Declaração de Aprovação no Processo Seletivo, sendo a própria publicação documento hábil para fins de comprovação da aprovação.

11.22 Todas as convocações, avisos e resultados referentes à realização deste Processo Seletivo serão divulgadas no mural da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, nos sites [www.bigadvice.com.br](http://www.bigadvice.com.br) e [www.saobentodosul.sc.gov.br](http://www.saobentodosul.sc.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios na internet [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), sendo de inteira responsabilidade do candidato o seu acompanhamento, não podendo ser alegada qualquer espécie de desconhecimento.

11.23 Toda menção a horário neste Edital e em outros atos dele decorrentes terá como referência o horário oficial de Brasília.

11.24 Os questionamentos relativos a casos omissos ou duvidosos serão julgados/analizados pela Comissão Especial do Processo Seletivo ouvida a Big Advice Assessoria e Consultoria.

11.25 Decorridos 90 dias da data da homologação e não caracterizando qualquer óbice, é facultada a incineração da(s) prova(s) e demais registros escritos, mantendo-se, porém, pelo prazo de validade do Processo Seletivo, os registros eletrônicos.

11.26 Sem prejuízo das sanções criminais cabíveis, a qualquer tempo, a Prefeitura Municipal de São Bento do Sul poderá anular a inscrição, prova(s) ou contratação do candidato, verificadas falsidades de declaração ou irregularidade no Certame.

11.27 O candidato será considerado desistente e excluído do Processo Seletivo quando não comparecer às convocações nas datas estabelecidas ou manifestar sua desistência por escrito.

11.28 Salvo as exceções previstas no presente edital, durante a realização de qualquer prova e/ou fase deste Processo Seletivo não será permitida a permanência de acompanhantes, terceiros ou candidatos que realizaram ou realizarão prova e/ou fase nos locais de aplicação, seja qual for o motivo alegado.

E, para que chegue ao conhecimento de todos, é expedido o presente Edital.

São Bento do Sul, 05 de Janeiro de 2016.

FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

#### ANEXO I – DAS ATRIBUIÇÕES

- Atendente Educativo Especial: É responsável pelo suporte ao Professor na execução de atividades pedagógicas junto a criança, bem como na coordenação de atividades básicas como: alimentação, higiene, lazer e segurança dos educandos, de modo a colaborar no cumprimento dos objetivos dos diversos programas desenvolvidos.

- Auxiliar de Serviços: É responsável pela realização de todos os serviços de limpeza e organização da unidade escolar, bem como também no preparo e auxílio da alimentação dos educandos da rede municipal de ensino.

- Auxiliar de Serviços (Zona Rural): É responsável pela realização de todos os serviços de limpeza e organização da unidade escolar, bem como também no preparo e auxílio da alimentação dos educandos da rede municipal de ensino.

- Instrutor de Informática: O instrutor de Sala Informatizada é responsável em articular as TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação nas Unidades Educacionais, seja em Sala Informatizada ou em outros ambientes da Unidade Escolar.

- Professor Especialista em Educação (Habilitado): É responsável pelo suporte pedagógico e administrativo da escola, subsidiados por todos os setores que envolvem o universo escolar. Assumir postura ética e respeitosa com alunos, pais, funcionários e demais profissionais, participar das discussões educativas/pedagógicas propostas pela escola e Secretaria Municipal de Educação, desenvolver atividades que estejam de acordo com o Projeto Pedagógico da escola. Executar outras atividades compatíveis com a função.

-Professor Anos Iniciais (Habilitado): É responsável pela preparação e aplicação de aulas para turmas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, da rede municipal de ensino, socializando conteúdos pertinentes de comunicação e expressão, desenvolvimento do raciocínio lógico, cálculos, geografia e história e iniciação às ciências, e acompanhando o desempenho, de modo a possibilitar construção do conhecimento.

-Professor Anos Iniciais (Não habilitado): É responsável pela preparação e aplicação de aulas para turmas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, da rede municipal de ensino, socializando conteúdos pertinentes de comunicação e expressão, desenvolvimento do raciocínio lógico, cálculos, geografia e história e iniciação às ciências, e acompanhando o desempenho, de modo a possibilitar construção do conhecimento.

-Professor Anos Iniciais - Zona Rural (Habilitado): É responsável pela preparação e aplicação de aulas para turmas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, da rede municipal de ensino, socializando conteúdos pertinentes de comunicação e expressão, desenvolvimento do raciocínio lógico, cálculos, geografia e história e iniciação às ciências, e acompanhando o desempenho, de modo a possibilitar construção do conhecimento.

-Professor Anos Iniciais - Zona Rural (Não habilitado): É responsável pela preparação e aplicação de aulas para turmas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, da rede municipal de ensino, socializando conteúdos pertinentes de comunicação e expressão, desenvolvimento do raciocínio lógico, cálculos, geografia e história e iniciação às ciências, e acompanhando o desempenho, de modo a possibilitar construção do conhecimento.

-Professor Artes (Habilitado): É responsável pela preparação e aplicação de aulas, para turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental, da rede municipal de ensino, possibilitando conteúdos pertinentes a disciplina ministrada, constantes no currículo escolar, e acompanhando o desempenho, de modo a promover construção do conhecimento.

-Professor Artes (Não habilitado): É responsável pela preparação e aplicação de aulas, para turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental, da rede municipal de ensino, possibilitando conteúdos pertinentes a disciplina ministrada, constantes no currículo escolar, e acompanhando o desempenho, de modo a promover construção do conhecimento.

-Professor Ciências (Habilitado): É responsável pela preparação e aplicação de aulas, para turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental, da rede municipal de ensino, possibilitando conteúdos pertinentes a disciplina ministrada, constantes no currículo escolar, e acompanhando o desempenho, de modo a promover construção do conhecimento.

-Professor Ciências (Não habilitado): É responsável pela preparação e aplicação de aulas, para turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental, da rede municipal de ensino, possibilitando conteúdos pertinentes a disciplina ministrada, constantes no currículo escolar, e acompanhando o desempenho, de modo a promover construção do conhecimento.

-Professor Educação Especial (Habilitado): É responsável pela preparação e aplicação de aulas para turmas de Educação Especial, da rede municipal de ensino, socializando conteúdos pertinentes de comunicação e expressão, desenvolvimento do raciocínio lógico, cálculos, geografia e história e iniciação às ciências, e acompanhando o desempenho, de modo a possibilitar construção do conhecimento.

-Professor Educação Especial (Não habilitado): É responsável pela preparação e aplicação de aulas para turmas de Educação Especial, da rede municipal de ensino, socializando conteúdos pertinentes de comunicação e expressão, desenvolvimento do raciocínio lógico, cálculos, geografia e história e iniciação às ciências, e acompanhando o desempenho, de modo a possibilitar construção do conhecimento.

-Professor Educação Especial Intérprete de Libras (Habilitado): É responsável pela preparação e aplicação de conteúdo para alunos do Ensino Fundamental com deficiência, da rede municipal de ensino, possibilitando aprendizagens pertinentes, acompanhando o desempenho, de modo a promover o avanço em seu conhecimento.

-Professor Educação Especial Intérprete de Libras (Não habilitado): É responsável pela preparação e aplicação de conteúdo para alunos do Ensino Fundamental com deficiência, da rede municipal de ensino, possibilitando aprendizagens pertinentes, acompanhando o desempenho, de modo a promover o avanço em seu conhecimento.

-Professor Física (Habilitado): É responsável pela preparação e aplicação de aulas, para turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental, da rede municipal de ensino, possibilitando conteúdos pertinentes a disciplina ministrada, constantes no currículo escolar, e acompanhando o desempenho, de modo a promover construção do conhecimento.

-Professor Física (Não habilitado): É responsável pela preparação e aplicação de aulas, para turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental, da rede municipal de ensino, possibilitando conteúdos pertinentes a disciplina ministrada, constantes no currículo escolar, e acompanhando o desempenho, de modo a promover construção do conhecimento.

-Professor Educação Infantil (Habilitado): É responsável pela preparação e aplicação de temas para turmas de Educação Infantil, da rede municipal de ensino, socializando conteúdos pertinentes de comunicação e expressão, natureza e sociedade, desenvolvimento do raciocínio lógico e acompanhando o desempenho, de modo a possibilitar construção do conhecimento.

-Professor Educação Infantil (Não habilitado): É responsável pela preparação e aplicação de temas para turmas de Educação Infantil, da rede municipal de ensino, socializando conteúdos pertinentes de comunicação e expressão, natureza e sociedade, desenvolvimento do raciocínio lógico e acompanhando o desempenho, de modo a possibilitar construção do conhecimento.

-Professor Geografia (Habilitado): É responsável pela preparação e aplicação de aulas, para turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental, da rede municipal de ensino, possibilitando conteúdos pertinentes a disciplina ministrada, constantes no currículo escolar, e acompanhando o desempenho, de modo a promover construção do conhecimento.

-Professor Geografia (Não habilitado): É responsável pela preparação e aplicação de aulas, para turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental, da rede municipal de ensino, possibilitando conteúdos pertinentes a disciplina ministrada, constantes no currículo escolar, e acompanhando o desempenho, de modo a promover construção do conhecimento.

-Professor História (Habilitado): É responsável pela preparação e aplicação de aulas, para turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental, da rede municipal de ensino, possibilitando conteúdos pertinentes a disciplina ministrada, constantes no currículo escolar, e acompanhando o desempenho, de modo a promover construção do conhecimento.

-Professor História (Não habilitado): É responsável pela preparação e aplicação de aulas, para turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental, da rede municipal de ensino, possibilitando conteúdos pertinentes a disciplina ministrada, constantes no currículo escolar, e acompanhando o desempenho, de modo a promover construção do conhecimento.

-Professor Inglês (Habilitado): É responsável pela preparação e aplicação de aulas, para turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental, da rede municipal de ensino, possibilitando conteúdos pertinentes a disciplina ministrada, constantes no currículo escolar, e acompanhando o desempenho, de modo a promover construção do conhecimento.

-Professor Inglês (Não habilitado): É responsável pela preparação e aplicação de aulas, para turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental, da rede municipal de ensino, possibilitando conteúdos pertinentes a disciplina ministrada, constantes no currículo escolar, e acompanhando o desempenho, de modo a promover construção do conhecimento.

-Professor Língua Portuguesa (Habilitado): É responsável pela preparação e aplicação de aulas, para turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental, da rede municipal de ensino, possibilitando conteúdos pertinentes a disciplina ministrada, constantes no currículo escolar, e acompanhando o desempenho, de modo a promover construção do conhecimento.

-Professor Língua Portuguesa (Não habilitado): É responsável pela preparação e aplicação de aulas, para turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental, da rede municipal de ensino, possibilitando conteúdos pertinentes a disciplina ministrada, constantes no currículo escolar, e acompanhando o desempenho, de modo a promover construção do conhecimento.

-Professor Matemática (Habilitado): É responsável pela preparação e aplicação de aulas, para turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental, da rede municipal de ensino, possibilitando conteúdos pertinentes a disciplina ministrada, constantes no currículo escolar, e acompanhando o desempenho, de modo a promover construção do conhecimento.

-Professor Matemática (Não habilitado): É responsável pela preparação e aplicação de aulas, para turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental, da rede municipal de ensino, possibilitando conteúdos pertinentes a disciplina ministrada, constantes no currículo escolar, e acompanhando o desempenho, de modo a promover construção do conhecimento.

-Professor - Oficina Banda (Habilitado): É responsável pela preparação e aplicação das aulas para alunos das Oficinas Pedagógicas ou período integral na rede municipal, da organização dos conteúdos curriculares anuais através da modalidade de ensino de projetos, assim como dos registros em diário de classe da frequência, conteúdos ministrados e anotações de acompanhamento do processo ensino aprendizagem, efetiva participação no Conselho de Classe e realizar avaliação conforme Resoluções nº 032/2009 (Programa Período Integral) e nº034/2009 (Projeto Oficinas Pedagógicas) do Conselho Municipal de Educação.

-Professor - Oficina Banda (Não habilitado): É responsável pela preparação e aplicação das aulas para alunos das Oficinas Pedagógicas ou período integral na rede municipal, da organização dos conteúdos curriculares anuais através da modalidade de ensino de projetos, assim como dos registros em diário de classe da frequência, conteúdos ministrados e anotações de acompanhamento do processo ensino aprendizagem, efetiva participação no Conselho de Classe e realizar avaliação conforme Resoluções nº 032/2009 (Programa Período Integral) e nº034/2009 (Projeto Oficinas Pedagógicas) do Conselho Municipal de Educação.

-Professor - Oficina Capoeira (Habilitado): É responsável pela preparação e aplicação das aulas para alunos das Oficinas Pedagógicas ou período integral na rede municipal, da organização dos conteúdos curriculares anuais através da modalidade de ensino de projetos, assim como dos registros em diário de classe da frequência, conteúdos ministrados e anotações de acompanhamento do processo ensino aprendizagem, efetiva participação no Conselho de Classe e realizar avaliação conforme Resoluções nº 032/2009 (Programa Período Integral) e nº034/2009 (Projeto Oficinas Pedagógicas) do Conselho Municipal de Educação.

-Professor - Oficina Capoeira (Não habilitado): É responsável pela preparação e aplicação das aulas para alunos das Oficinas Pedagógicas ou período integral na rede municipal, da organização dos conteúdos curriculares anuais através da modalidade de ensino de projetos, assim como dos registros em diário de classe da frequência, conteúdos ministrados e anotações de acompanhamento do processo ensino



-Professor - Oficina Teatro (Habilitado): É responsável pela preparação e aplicação das aulas para alunos das Oficinas Pedagógicas ou período integral na rede municipal, da organização dos conteúdos curriculares anuais através da modalidade de ensino de projetos, assim como dos registros em diário de classe da frequência, conteúdos ministrados e anotações de acompanhamento do processo ensino aprendizagem, efetiva participação no Conselho de Classe e realizar avaliação conforme Resoluções nº 032/2009 (Programa Período Integral) e nº034/2009 (Projeto Oficinas Pedagógicas) do Conselho Municipal de Educação.



-Professor - Oficina Teatro (Não habilitado): É responsável pela preparação e aplicação das aulas para alunos das Oficinas Pedagógicas ou período integral na rede municipal, da organização dos conteúdos curriculares anuais através da modalidade de ensino de projetos, assim como dos registros em diário de classe da frequência, conteúdos ministrados e anotações de acompanhamento do processo ensino aprendizagem, efetiva participação no Conselho de Classe e realizar avaliação conforme Resoluções nº 032/2009 (Programa Período Integral) e nº034/2009 (Projeto Oficinas Pedagógicas) do Conselho Municipal de Educação.

-Professor Anos Iniciais – EMJA (Habilitado): É responsável pela preparação e aplicação de aulas para turmas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, da rede municipal de ensino, socializando conteúdos pertinentes de comunicação e expressão, desenvolvimento do raciocínio lógico, cálculos, geografia e história e iniciação às ciências, e acompanhando o desempenho, de modo a possibilitar construção do conhecimento.

-Professor Artes – EMEJA (Habilitado): É responsável pela preparação e aplicação de aulas, para turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental, da rede municipal de ensino, possibilitando conteúdos pertinentes a disciplina ministrada, constantes no currículo escolar, e acompanhando o desempenho, de modo a promover construção do conhecimento.

-Professor Artes – EMEJA (Não habilitado): É responsável pela preparação e aplicação de aulas, para turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental, da rede municipal de ensino, possibilitando conteúdos pertinentes a disciplina ministrada, constantes no currículo escolar, e acompanhando o desempenho, de modo a promover construção do conhecimento.

-Professor Ciências – EMEJA (Habilitado): É responsável pela preparação e aplicação de aulas, para turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental, da rede municipal de ensino, possibilitando conteúdos pertinentes a disciplina ministrada, constantes no currículo escolar, e acompanhando o desempenho, de modo a promover construção do conhecimento.

-Professor Ciências – EMEJA (Não habilitado): É responsável pela preparação e aplicação de aulas, para turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental, da rede municipal de ensino, possibilitando conteúdos pertinentes a disciplina ministrada, constantes no currículo escolar, e acompanhando o desempenho, de modo a promover construção do conhecimento.

-Professor Educação Física – EMEJA (Habilitado): É responsável pela preparação e aplicação de aulas, para turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental, da rede municipal de ensino, possibilitando conteúdos pertinentes a disciplina ministrada, constantes no currículo escolar, e acompanhando o desempenho, de modo a promover construção do conhecimento.

-Professor Educação Física – EMJA (Não habilitado): É responsável pela preparação e aplicação de aulas, para turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental, da rede municipal de ensino, possibilitando conteúdos pertinentes a disciplina ministrada, constantes no currículo escolar, e acompanhando o desempenho, de modo a promover construção do conhecimento.

-Professor Geografia – EMEJA (Habilitado): É responsável pela preparação e aplicação de aulas, para turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental, da rede municipal de ensino, possibilitando conteúdos pertinentes a disciplina ministrada, constantes no currículo escolar, e acompanhando o desempenho, de modo a promover construção do conhecimento.

-Professor Geografia – EMJA (Não habilitado): É responsável pela preparação e aplicação de aulas, para turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental, da rede municipal de ensino, possibilitando conteúdos pertinentes a disciplina ministrada, constantes no currículo escolar, e acompanhando o desempenho, de modo a promover construção do conhecimento.

-Professor História – EMEJA (Habilitado): É responsável pela preparação e aplicação de aulas, para turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental, da rede municipal de ensino, possibilitando conteúdos pertinentes a disciplina ministrada, constantes no currículo escolar, e acompanhando o desempenho, de modo a promover construção do conhecimento.

-Professor História – EMEJA (Não habilitado): É responsável pela preparação e aplicação de aulas, para turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental, da rede municipal de ensino, possibilitando conteúdos pertinentes a disciplina ministrada, constantes no currículo escolar, e acompanhando o desempenho, de modo a promover construção do conhecimento.

-Professor Inglês – EMEJA (Habilitado): É responsável pela preparação e aplicação de aulas, para turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental, da rede municipal de ensino, possibilitando conteúdos pertinentes a disciplina ministrada, constantes no currículo escolar, e acompanhando o desempenho, de modo a promover construção do conhecimento.

-Professor Inglês – EMEJA (Não habilitado): É responsável pela preparação e aplicação de aulas, para turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental, da rede municipal de ensino, possibilitando conteúdos pertinentes a disciplina ministrada, constantes no currículo escolar, e acompanhando o desempenho, de modo a promover construção do conhecimento.

-Professor Língua Portuguesa – EMJA (Habilitado): É responsável pela preparação e aplicação de aulas, para turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental, da rede municipal de ensino, possibilitando conteúdos pertinentes a disciplina ministrada, constantes no currículo escolar, e acompanhando o desempenho, de modo a promover construção do conhecimento.

-Professor Língua Portuguesa – EMJA (Não habilitado): É responsável pela preparação e aplicação de aulas, para turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental, da rede municipal de ensino, possibilitando conteúdos pertinentes a disciplina ministrada, constantes no currículo escolar, e acompanhando o desempenho, de modo a promover construção do conhecimento.

-Professor Matemática – EMJA (Habilitado): É responsável pela preparação e aplicação de aulas, para turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental, da rede municipal de ensino, possibilitando conteúdos pertinentes a disciplina ministrada, constantes no currículo escolar, e acompanhando o desempenho, de modo a promover construção do conhecimento.

acompanhando o desempenho, de modo a promover construção do conhecimento.

-Professor Matemática – EMEJA (Não habilitado): É responsável pela preparação e aplicação de aulas, para turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental, da rede municipal de ensino, possibilitando conteúdos pertinentes a disciplina ministrada, constantes no currículo escolar, e acompanhando o desempenho, de modo a promover construção do conhecimento.

## ANEXO II – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

### CARGO: NÍVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO

Língua Portuguesa: Interpretação de textos. Significado das palavras. Identificação de vogais e consoantes. Escritas corretas.

Matemática: Operações fundamentais: adição, subtração, multiplicação e divisão. Juro simples. Sistema métrico. Razão e proporção. Problemas.

Atualidades: Questões relacionadas a fatos políticos, econômicos, sociais e culturais nacionais (São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina e Brasil) e internacionais, ocorridos a partir de 1º de Julho de 2015.

### CARGOS: NÍVEL MÉDIO E TÉCNICO

Língua Portuguesa: Leitura e análise do texto: compreensão e significado contextual das palavras e expressões do texto; interpretação do texto; gêneros e tipologias textuais. Fonética e Fonologia: ortografia; acentuação gráfica. Morfologia: as classes de palavras. Sintaxe: frase, oração, período; termos essenciais da oração; termos integrantes da oração (objeto direto, indireto, complemento nominal); termos acessórios da oração. Conjunções coordenativas (relação de sentido entre as conjunções e as orações do texto); conjunções subordinativas adverbiais (relação de sentido entre as conjunções e as orações do texto); concordância verbal e nominal. Suplemento ou Apêndice: crase; pontuação; funções do QUE e do SE; figuras de linguagem; vícios de linguagem.

Matemática: Números: naturais, inteiros, racionais, irracionais, reais, complexos; Álgebra: sequências, conceitos, operações com expressões algébricas; Equações e Inequações; Relações e funções; Geometria: elementos básicos, conceitos primitivos, representação geométrica no plano; Sistema de medidas: comprimento, superfície, volume, capacidade, ângulo, tempo, massa, peso, velocidade e temperatura; Estatísticas: noções básicas, razão, proporção, interpretação e construção de tabelas e gráficos; Matrizes; Progressão Aritmética / Geométrica; Noções de probabilidade.

Atualidades: Questões relacionadas a fatos políticos, econômicos, sociais e culturais nacionais (São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina e Brasil) e internacionais, ocorridos a partir de 1º de Julho de 2015.

#### Conhecimentos Específicos:

- Atendente Educativo Especial: Princípios constitucionais da educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e legislação complementar. Financiamento da educação. Fundamentos históricos, filosóficos e políticos da educação. Psicologia e educação. História da educação brasileira. Proposta pedagógica e autonomia da escola. Avaliação do processo educativo. Prática pedagógica: métodos e princípios. Educação especial. Parâmetros curriculares nacionais. Referenciais Curriculares Nacionais para Educação Infantil. Desenvolvimento infantil com base nas concepções de Vygotski e Piaget. Organização do tempo e espaço nas instituições de educação infantil. Conhecimentos básicos de higiene, saúde e nutrição infantil. Lei Orgânica do Município de São Bento do Sul/SC. Constituição Federal/88 (Artigos 37, 38, 39, 41).

- Instrutor de Informática: Utilização do Sistema Operacional Windows (XP, 7 e 8). Configurações Básicas do Windows (Xp, 7 e 8). Aplicativos Básicos (bloco de notas, calculadora, Paint, WordPad). Textos Microsoft Word (2010) Planilha Eletrônica Excel (2010). Recursos Básicos e utilização do Adobe Reader (Adobe Reader). Configuração de Impressoras. Noções básicas de Internet (Internet Explorer a partir da versão 6.0) Noções básicas de Correio Eletrônico – Outlook.

### CARGOS: NÍVEL SUPERIOR

Língua Portuguesa: Leitura e análise do texto: compreensão e significado contextual das palavras e expressões do texto; interpretação do texto; gêneros e tipologias textuais. Fonética e Fonologia: ortografia; acentuação gráfica. Morfologia: as classes de palavras. Sintaxe: frase, oração, período; termos essenciais da oração; termos integrantes da oração (objeto direto, indireto, complemento nominal); termos acessórios da oração. Conjunções coordenativas (relação de sentido entre as conjunções e as orações do texto); conjunções subordinativas adverbiais (relação de sentido entre as conjunções e as orações do texto); concordância verbal e nominal. Suplemento ou Apêndice: crase; pontuação; funções do QUE e do SE; figuras de linguagem; vícios de linguagem.

Matemática: Números: naturais, inteiros, racionais, irracionais, reais, complexos; Álgebra: sequências, conceitos, operações com expressões algébricas; Equações e Inequações; Relações e funções; Geometria: elementos básicos, conceitos primitivos, representação geométrica no plano; Sistema de medidas: comprimento, superfície, volume, capacidade, ângulo, tempo, massa, peso, velocidade e temperatura; Estatísticas: noções básicas, razão, proporção, interpretação e construção de tabelas e gráficos; Matrizes; Progressão Aritmética / Geométrica; Noções de probabilidade.

Atualidade: Questões relacionadas a fatos políticos, econômicos, sociais e culturais nacionais (São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina e Brasil) e internacionais, ocorridos a partir de 1º de Julho de 2015.

#### CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:

- Professor Especialista em Educação (Habilitado): Concepção de Currículo. Projeto Político Pedagógico: elaboração, organização e estrutura. Tendências pedagógicas contemporâneas. Fundamentos da Educação. História da educação brasileira. Políticas educacionais brasileiras contemporâneas. Tendências pedagógicas contemporâneas. Concepções de aprendizagem. Concepções de avaliação.

- Professor Anos Iniciais (Habilitado), Professor Anos Iniciais (Não habilitado), Professor Anos Iniciais - Zona Rural (Habilitado), Professor Anos Iniciais - Zona Rural (Não habilitado), Professor Anos Iniciais EMEJA (Habilitado), Professor Educação Infantil (Habilitado), Professor Educação Infantil (Não habilitado), Professor Oficina Aprendizagem e Projetos (Habilitado), Professor Oficina Aprendizagem e Projetos (Não habilitado): Fundamentos históricos, filosóficos e sociológicos da educação. Concepções Pedagógicas. A Leitura e a Escrita na Educação Infantil e no Ensino Fundamental. Psicologia da educação. Concepção de criança enquanto sujeito social e histórico. Concepções de aprendizagem. Avaliação da Aprendizagem. Aprendizagem significativa. Concepções de Educação. Correntes teóricas da Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem. Desenvolvimento Infantil.

- Professor Educação Especial (Habilitado), Professor Educação Especial (Não habilitado), Professor Educação Especial Intérprete de Libras (Habilitado), Professor Educação Especial Intérprete de Libras (Não habilitado): Necessidades educacionais especiais temporárias e permanentes. Educação Especial: aspectos históricos e pedagógicos. Deficiências física, mental, visual, surdez, condutas típicas de síndromes e quadros neurológicos, psicológicos graves e psiquiátricos, altas habilidades/superdotação. O desenvolvimento da criança nos aspectos: Biológico, emocional, cognitivo. Flexibilizações e adaptações curriculares, para o atendimento às necessidades educacionais especiais. Educação Especial. Educação Inclusiva. Avaliação da Aprendizagem. A Educação Especial no Sistema Educacional Brasileiro.

- Professor Artes (Habilitado), Professor Artes (Não habilitado), Professor Artes – EMEJA (Habilitado), Professor Artes – EMEJA (Não habilitado), Professor Oficina Teatro (Habilitado), Professor Oficina Teatro (Não habilitado): Teoria da Arte: História da arte-educação no Brasil; fundamentos da arte-educação; significados da arte. História da Arte: Origem, características; principais obras e artistas dos estilos da arte: renascentista, barroco, impressionista, expressionista e da arte brasileira (século XIX, moderna e contemporânea). Modalidades Artísticas – Desenho/Pintura: composição plástica e seus elementos, estudo das cores; Música: o som (fontes sonoras, qualidade do som, nomes dos sons musicais), a voz (classificação vocal, tipos de conjunto), música folclórica e popular brasileira (nacional e paraense); Teatro: história do teatro no Brasil. Noções Geométricas: ponto, linha, reta, plano; figuras geométricas: triângulo, quadrilátero e polígonos.

- Professor Ciências (Habilitado), Professor (Ciências) Não habilitado, Professor Ciências – EMEJA (Habilitado), Professor Ciências – EMEJA (Não habilitado): Ensino de Ciências. Conservação e Recuperação de Áreas de Preservação Permanente. Preservação, degradação e recuperação ambiental. Política Nacional de Educação Ambiental. Agenda 21. Atmosfera, hidrosfera e litosfera: características físicas e ambientais, interferência humana e suas consequências (Efeito estufa. Alterações Ambientais Globais). Solo e resíduos sólidos. Poluição atmosférica, das águas, do solo, visual, sonora. Biodiversidade. Seres vivos: características gerais, sistemática, classificação biológica e nomenclatura. Noções de evolução. Ecologia. Relação entre os seres vivos e o ambiente: o homem e a sua ação sobre o ambiente. Princípios básicos que regem as funções vitais dos seres vivos. Relação entre estruturas e funções dos sistemas e suas adaptações ao meio. Ciclos biogeoquímicos. Animais e plantas. Vírus, bactérias, fungos, algas e protozoários; importância ambiental e importância para os seres vivos. Doenças tropicais. Noções de genética. Fisiologia e anatomia do corpo humano. O homem enquanto ser social: Aspectos afetivos, cognitivos, psicológicos, culturais, ecológicos. Sexualidade: Educação sexual e seu desenvolvimento para a produção da vida. Fatores determinantes dos avanços científicos e tecnológicos. Utilização racional dos recursos naturais. Diversidade dos materiais extraídos da natureza, transformados e produzidos pelo homem. Astronomia. Propriedades da matéria: estados físicos, massa, volume, peso, densidade, empuxo. Relação da diversidade dos materiais na composição do ambiente. Energia. Misturas e separações, átomos e características. Elementos químicos e a tabela periódica. Fundamentos teóricos da Química: conceitos. Leis. Relações. Princípios básicos. Interações e transformações químicas. Fundamentos teóricos da Física: conceitos. Leis. Relações. Princípios básicos.

- Professor Educação Física (Habilitado), Professor Educação Física (Não habilitado), Professor Educação Física – EMEJA (Habilitado), Professor Educação Física – EMEJA (Não habilitado), Professor Oficina Esportes (Habilitado), Professor Oficina Esportes (Não habilitado), Professor Oficina Dança (Habilitado), Professor Oficina Dança (Não habilitado), Professor Oficina Capoeira (Habilitado), Professor Oficina Capoeira (Não habilitado): Concepção de Educação Física. Dança como: linguagem que permite exteriorizar sentimentos e emoções, expressão da própria vida. Educação Física Escolar e qualidade de vida, frente à realidade social econômica política e cultural, nos seus diferentes significados: Educação, Trabalho, Saúde e Lazer. Educação Física e Cidadania. Educação Física e Educação, Educação Física e Esporte, Educação Física e Motricidade Humana, Educação Física e Saúde, Educação Física e Sociedade, Educação Física Escolar na perspectiva interdisciplinar. Esporte como: Fenômeno sócio- cultural. Finalidades da Educação Física Escolar: Educação Infantil e Ensino Fundamental. Ginástica como: Forma de exercitação corporal. Jogo como: Produção social no processo ensino aprendizagem. Possibilidade de experiências corporais: Recreação e jogos. Iniciação ao desporto e a dança. Possibilidades de experiências prático-teóricas, cognitivas, sociais afetivas, atividades lúdicas: a competição/ cooperação/ sociabilizará a reflexão /análise/ compreensão / síntese da realidade física corporal

- Professor Geografia (Habilitado), Professor Geografia (Não habilitado), Professor Geografia – EMEJA (Habilitado), Professor Geografia – EMEJA (Não habilitado): A atmosfera e a dinâmica climática. A dimensão simbólica do espaço geográfico. Cultura e representações espaciais. A dinâmica populacional. A formação dos estados nacionais modernos. A formação geográfica das Sociedades Contemporâneas. A Geografia da Natureza. A Geografia no Tempo: o alargamento das fronteiras de apropriação do planeta pelas sociedades humanas ao longo da história. A hidrosfera, a água e sua importância. A industrialização e seus impactos na organização do espaço contemporâneo. A litosfera, composição e dinâmica. A modernização da agricultura e suas consequências. A urbanização e as transformações na relação cidade-campo. África. América Latina. Características gerais das atividades primárias, secundárias e terciárias e suas expressões no espaço geográfico. Conceito de Geografia. Ditadura militar brasileira. Divisões regionais do território brasileiro, histórico e situação atual. Grandes blocos econômicos (MERCOSUL, NAFTA, União Europeia, etc.). Os espaços da Produção, da Circulação e do Consumo no mundo e no Brasil. O Pantanal. Regionalização do Espaço Brasileiro. Rússia e Europa Oriental.

- Professor História (Habilitado), Professor História (Não habilitado), Professor História – EMEJA (Habilitado), Professor História – EMEJA (Não habilitado): Grécia e Roma Antiga. As Civilizações do Antigo Oriente: Hebreus, Fenícios e Persas. As Civilizações Mesopotâmicas: Sumérios, Acádios, Assírios, Amorritas e Caldeus. Escravidão na Antiguidade. O feudalismo. A Expansão Marítimo-comercial. Colonização europeia na América. Brasil e o Sistema Colonial. O escravismo no Brasil. O Fim do Antigo Sistema Colonial na América espanhola e portuguesa. As revoluções americanas e francesa. A Revolução Industrial. O Imperialismo e o neocolonialismo. A Primeira Guerra Mundial. A crise de 1929. As Revoluções Socialistas na URSS, África e América Latina. Nazismo e Fascismo. A Segunda Guerra Mundial. O populismo na América Latina. A Guerra Fria. A descolonização da Ásia e da África. A globalização e o neoliberalismo. BRASIL: Períodos Pré-Colonizador, Colonial, Imperial, República Velha, A Era Vargas, República Democrática (1946 a 1964), O Regime Militar (1964 a 1985) e a Redemocratização (A República de 1985 aos dias atuais). Os regimes militares na América Latina. Os Blocos e/ou Acordos Econômicos no Mundo. Atualidades: Econômicas, Sociais, Políticas, Culturais e Religiosas.

- Professor Inglês (Habilitado), Professor Inglês (Não habilitado), Professor Inglês – EMEJA (Habilitado), Professor Inglês – EMEJA (Não habilitado): VerbForms (affirmative/interrogative/negative): The presentsimple; thepresentcontinuous; thepastsimple; thepastcontinuous; thepresentperfect; thepresentperfectcontinuous ; thepastperfect; the future; thenear future; the future continuous .Modalsand auxiliary verbs. Phrasal Verbs. Used to/get used to/be used to. If clauses and other conditionals. The Infinitive and the “-ing” form. Reported Speech. Articles: indefinite and definite articles. Nouns: singular and plural; countable and uncountable nouns. Quantifiers: much, many, a lot, little, few etc. Pronouns: subjective and objective pronouns; demonstratives; reflexive and emphatic pronouns: indefinite pronouns; possessive pronouns. Adjectives: the use and position of adjectives; comparatives and superlatives; adjectives ending in “-ed” and “-ing”; possessive adjectives. Adverbs: of manner, of frequency, time and place; adverbs of degree; “too” and “enough”. Prepositions and Preposition Phrases. Prepositions/Link words. Relative clauses: with “who, which, that”; “where, whose, what”; defining and non-defining relative clauses; clauses with “-ing” or a past participle; “with” in identifying phrases. Word order. Vocabulary, antonyms, synonyms, false cognates, meanings, idioms, collocations, ambiguity . Pronunciation: vowel sounds, consonant sounds, “-ed sounds”, plural sounds. Reading Comprehension.

- Professor Língua Portuguesa (Habilitado), Professor Língua Portuguesa (Não habilitado), Professor Língua Portuguesa – EMEJA (Habilitado), Professor Língua Portuguesa – EMEJA (Não habilitado): Aprendizagem da língua materna: estrutura, uso e funções. Ensino e aprendizagem da gramática normativa. Linguagem: uso, unções, análise. Língua falada e escrita. Variações linguísticas. Norma padrão. O texto: tipologia textual. Intertextualidade. Coesão e coerência textuais. O texto e a prática de análise linguística. Leitura e produção de textos. Literatura brasileira. Fonologia. Estrutura e formação das palavras. Morfologia e Morfossintaxe. Sintaxe. Semântica. Acentuação gráfica. Crase. Concordância Nominal e Verbal. Regência Nominal e Verbal. Pontuação. Tipologia textual. Gênero textual. Interpretação e compreensão de texto. Ortografia. Coexistência das regras ortográficas atuais - em vigor desde janeiro de 2009 – com as antigas. Funções da Linguagem.

- Professor Matemática (Habilitado), Professor Matemática (Não habilitado), Professor Matemática – EMEJA (Habilitado), Matemática – EMEJA (Não habilitado): Funções: afim, quadrática, modular, exponencial e logarítmica. Razão e proporção. Regra de três simples e composta. Geometria plana e espacial: ponto, reta e plano, paralelismo e perpendicularismo, áreas, poliedros, volumes, superfícies e sólidos de revolução. Trigonometria: trigonometria no triângulo retângulo, Lei dos Senos e dos Cossenos, funções circulares, identidades trigonométricas, transformações, funções trigonométricas, equações e inequações trigonométricas. Matrizes, determinantes e sistemas lineares. Polinômios: função polinomial, equações polinomiais, operações e propriedades. Análise combinatória, probabilidade e estatística: combinações e permutações, números binomiais, espaço amostral, espaços de probabilidades, probabilidades condicionais, distribuição binomial, medidas de centralidade e de dispersão. Sequências e Progressões. Geometria analítica plana e espacial. Números Complexos: operações e propriedades. Resolução de situações-problema. Sequências e Progressões. Álgebra linear I: matrizes, determinantes e sistemas de equações lineares. Álgebra linear II: espaços vetoriais, produto interno, transformações lineares, autovalores e autovetores. Limites e funções contínuas: limites de funções, funções contínuas, descontinuidades, funções contínuas em intervalos. Derivada: derivada no ponto, funções deriváveis em um intervalo, fórmulas de derivação, regra da cadeia, regra de L’Hospital, fórmula de Taylor, série de Taylor. Integral: funções integráveis, o teorema fundamental do cálculo, métodos de integração, integrais impróprias. Resolução de situações-problema.

- Professor - Oficina Música – Coral (Habilitado), Professor - Oficina Música – Coral (Não habilitado), Professor - Oficina Banda (Habilitado), Professor – Oficina Banda (Não habilitado): História da música no Brasil. Influências da música africana e indígena na música nacional. Origem da música. Expressão musical aplicada a educação. Oficinas de expressão musical. Fontes sonoras. Construção de instrumentos musicais e objetos sonoros. Tipos de repertórios. Música da cultura infantil. Aspectos teóricos da música(som,partituras,timbre,voz,notas musicais). Construção de projetos e oficinas através de musicalização. Tipos de instrumentos musicais.

- Professor – Oficina Informática (Habilitado), Professor – Oficina Informática (Não habilitado): Modelagem de dados: diagrama de fluxo de dados, modelo entidade/relacionamento. Banco de dados: conceitos e arquitetura para sistemas de dados: características de SGBD, categorias de modelos de dados. Arquitetura cliente – servidor (conceitos). SQL SERVER 2000 e 2005. Redes de computadores - arquitetura de redes, topologias (lógica e física), tecnologias e projetos de redes locais e longa distância. Arquitetura TCP/IP (alguns protocolos que considero importantes: DNS, DHCP, SMTP, HTTP, HTTPS, FTP). Equipamentos: switches, roteadores, firewall, filtros de conteúdo. Redes sem fio, protocolos aplicados à voz (áudio) e vídeo em tempo real. Planejamento e Projeto de Cabeamento, sistemas operacionais (envolvendo instalação, configuração e administração de sistemas operacionais Windows, Unix e Linux), sistemas de arquivos (envolvendo direitos de acesso, segurança e integridade). Multitarefa, multiusuário, núcleo e dispositivos como arquivos. Gerenciamento de serviços de rede (servidor de arquivos, servidor de impressão e servidor de aplicação), ambiente de gerenciamento Microsoft e Linguagens de Script. Gestão de TI: gerenciamento de projetos (análise de viabilidade, estimativas de prazo e custo, processos da gerência de projetos, planos do projeto, gerenciamento do escopo). Análise de impactos, custos, riscos e benefícios de mudança. Segurança física e lógica - Firewall e Proxy. Protocolos certificação digital, criptografia. Políticas de segurança de informação (disponibilidade, integridade, confidencialidade, plano de contingência, controle de acesso, auditoria, rotinas de backup). A questão do vírus, spywares, rootkit, etc. Desenvolvimento de Sistemas: engenharia de software (requisitos, análise e projeto orientado a objetos, implementação, testes, etc). Rotinas de Backup.

### ANEXO III – CRONOGRAMA

- Publicação do Edital	05/01/2016
- Período de Inscrições	06/01/2016 a 14/01/2016
- Data limite para pagamento das inscrições	14/01/2016
- Divulgação da Relação de Candidatos Inscritos e Indicação do Local e Horário da realização das Provas	20/01/2016
- Prazo de Recursos com relação à Relação de Candidatos Inscritos	21/01/2016
Divulgação da Retificação (se houver) da Relação dos Candidatos Inscritos	23/01/2016
- Realização das Provas Objetivas	24/01/2016
- Divulgação do caderno de questões da Prova Objetiva	25/01/2016
- Divulgação de Gabarito das Provas Objetivas	25/01/2016
- Prazo de Recursos com relação ao Gabarito das Provas Objetivas	26/01/2016

Divulgação da Retificação do Gabarito (se houver)	28/01/2016
Divulgação do resultado final das Provas Objetivas	28/01/2016
- Prazo de Recursos com relação ao Resultado Final	29/01/2016
- Divulgação da Retificação do Resultado Final (se houver) e Publicação da Homologação do Processo Seletivo	02/02/2016

\* As datas acima poderão sofrer alterações com prévia divulgação.

\*\* Todas as divulgações referentes ao Processo Seletivo Simplificado serão realizadas nos sites [www.saobentodosul.sc.gov.br](http://www.saobentodosul.sc.gov.br) e [www.bigadvice.com.br](http://www.bigadvice.com.br) e no mural da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul e as publicações serão realizadas no Diário Oficial dos Municípios na internet [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), no mural da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul e nos sites [www.saobentodosul.sc.gov.br](http://www.saobentodosul.sc.gov.br) e [www.bigadvice.com.br](http://www.bigadvice.com.br).



# São Cristóvão do Sul

## PREFEITURA

**6/2016**

PORTARIA 006/2016

NOMEIA ELIANE GRANDO BORGES, APROVADA NO CONCURSO PÚBLICO 01/2015, PARA O CARGO DE TÉCNICO EM ENFERMAGEM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SISI BLIND, Prefeita Municipal de São Cristóvão do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Art. 79, inciso XII, da Lei Orgânica do Município de São Cristóvão do Sul e com fundamento nas Leis Complementares 13/2004 e 33/2007, com suas alterações posteriores, RESOLVE,

Nomear ELIANE GRANDO BORGES, para o Cargo de Técnico em Enfermagem – 40 Horas semanais, do quadro de Servidores desta Municipalidade, junto a Secretaria de Saúde em conformidade com o artigo 13 da Lei Complementar 13/2004.

A servidora ora nomeada deverá tomar posse no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta portaria, devendo neste prazo apresentar junto ao Departamento de Pessoal do Município a documentação necessária na forma da Lei vigente.

São Cristóvão do Sul, 04 de janeiro de 2016.

SISI BLIND

Prefeita Municipal



# São Domingos

## PREFEITURA

**CONTRATO 059/2015**

DADOS E TEXTO DE CONTRATO

MÊS/ANO: DEZEMBRO/2015

NÚMERO CONTRATO: PREFE n. 059 DE 15/12/2015

VALOR TOTAL CONTRATO: R\$ 8.520,00

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 15/12/2015

DESCRIÇÃO: O objeto é a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS ESTADO DE SANTA CATARINA, E O CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA).

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC 33076

CONTRATADO: CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA

CNPJ sob o n.º 09.427.503/0001-12

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31/12/2016

# São João do Oeste

## PREFEITURA

### **EXTRATO 1º TA DE PRAZO CONTRATAÇÃO DE CESSÃO DE DIREITO DE USO DE PROGRAMA APLICATIVO Nº 36/2015**

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO 1º TA DE PRAZO CONTRATAÇÃO DE CESSÃO DE DIREITO DE USO DE PROGRAMA APLICATIVO Nº 36/2015

PARTES: Município de São João do Oeste e Inovação Computação Móvel- Ltda- Me

ORIGEM: Pregão Presencial 107/2014

OBJETO: Aditivo de prazo ao contrato de aquisição de coletor de dados, impressora, bobina de papel e de sistema para efetuar a leitura do consumo de água, das residências ligadas as ETAS do Município de São João do Oeste.

VIGÊNCIA: 01.01.2016 até 31.12.2016

São João do Oeste – 22 de Dezembro de 2016

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal.

### **EXTRATO DO 1º TA DE PRAZO AO CONTRATO Nº 004/2015**

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO 1º TA DE PRAZO AO CONTRATO Nº 004/2015

PARTES: Município de São João do Oeste e Inovadora Serviços em Tecnologia da Informação Ltda.

ORIGEM: Pregão Presencial nº 18/2014

OBJETO: "Aditivo de prazo para licença de uso de software por prazo determinado com atualização e atendimento técnico".

VIGÊNCIA: 01.01.2016 até 31.12.2016

São João do Oeste – 22 de Dezembro de 2015

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal.

### **EXTRATO DO 1º TA DE PRAZO AO CONTRATO Nº 008/2015**

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO 1º TA DE PRAZO AO CONTRATO Nº 008/2015

PARTES: Município de São João do Oeste e E.B. Instalações Elétricas.

ORIGEM: Pregão Presencial 80/2015

OBJETO: "Aditivo ao contrato de fornecimento de mão de obra e materiais necessários para reforma da rede de iluminação pública do Município de São João do Oeste".

VALOR: R\$ 107.351,40

VIGÊNCIA: 02.01.2016 até 31.12.2016

São João do Oeste – 28 de Dezembro de 2015

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal

### **EXTRATO DO 1º TA DE PRAZO AO CONTRATO Nº 030/2015**

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO 1º TA DE PRAZO AO CONTRATO Nº 030/2015

PARTES: Município de São João do Oeste e Impacto Sistema de Informação- Ltda

ORIGEM: Pregão Presencial 11/2015

OBJETO: "Aditivo de prazo ao contrato de licença de uso de software de controle das atividades e serviços do meio rural".

VALOR: R\$ 4.560,00

VIGÊNCIA: 01.01.2016 até 31.12.2016

São João do Oeste – 23 de Dezembro de 2015

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal

### **EXTRATO DO 1º TA DE PRAZO AO CONTRATO Nº 037/2015**

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO 1º TA DE PRAZO AO CONTRATO Nº 037/2015

PARTES: Município de São João do Oeste e Empresa Lairton Reichert.

ORIGEM: Processo Licitatório 34/2015

OBJETO: "Aditivo de prazo ao contrato de divulgação de atos oficiais e institucionais do município de São João do Oeste".

VALOR: R\$ 12.591,00

VIGÊNCIA: 01.01.2016 até 31.12.2016

São João do Oeste – 22 de Dezembro de 2015

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal

### **EXTRATO DO 1º TA DE PRAZO AO CONTRATO Nº 040/2015**

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO 1º TA DE PRAZO AO CONTRATO Nº 040/2015

PARTES: Município de São João do Oeste e Hammes Papelaria e Informática- Ltda- Me

ORIGEM: Processo Licitatório 44/2015

OBJETO: "Aditivo de prazo ao contrato de locação de 04 impressoras multifuncionais, sendo 03 para secretaria da educação e uma para a saúde e mais um equipamento plotter para a sala de engenharia do do município de São João do Oeste".

VALOR: R\$ 11.004,00

VIGÊNCIA: 01.01.2016 até 31.12.2016

São João do Oeste – 23 de Dezembro de 2015

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal

### **EXTRATO DO 1º TA DE PRAZO AO CONTRATO Nº 057/2015**

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO 1º TA DE PRAZO AO CONTRATO Nº 057/2015

PARTES: Município de São João do Oeste e Neimar Trasel- Me

ORIGEM: Pregão Presencial nº 47/2015

OBJETO: " Aditivo de prazo ao contrato para realização do trajeto escolar".

VALOR: R\$ 48.500,00

VIGÊNCIA: 01.01.2016 até 31.12.2016

São João do Oeste – 28 de Dezembro de 2015

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal

### **EXTRATO DO 1º TA DE PRAZO AO CONTRATO Nº 31/2015**

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO 1º TA DE PRAZO AO CONTRATO Nº 31/2015

PARTES: Município de São João do Oeste e JV-Itch Informática Tecnologia Impressão- Ltda.

ORIGEM: Pregão Presencial nº 11/2015

OBJETO: "Aditivo de prazo ao contrato de locação de sistema de informática para o setor de RH, com 2 (dois) usuários".

VALOR: 1.980,00

VIGÊNCIA: 01.01.2016 até 31.12.2016

São João do Oeste – 22 de dezembro de 2015

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal.

**EXTRATO DO 1º TA DE PRAZO AO CONTRATO Nº 61/2015**

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO 1º TA DE PRAZO AO CONTRATO Nº 61/2015

PARTES: Município de São João do Oeste e Terranálises Laboratório de Análises Ambulatoriais- Ltda.

ORIGEM: Pregão Presencial nº 51/2015

OBJETO: "Aditivo ao contrato de análise de parâmetros de água bruta das estações de tratamento de água e pontos de rede de distribuição com frequência trimestral".

VALOR: R\$ 26.538,00

VIGÊNCIA: 29.12.2015 até 31.12.2016

São João do Oeste – 29 de dezembro de 2015

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal.

**EXTRATO DO 1º TA DE PRAZO AO CONTRATO Nº 62/2015**

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO 1º TA DE PRAZO AO CONTRATO Nº 62/2015

PARTES: Município de São João do Oeste e FK- Soluções Ambientais.

ORIGEM: Pregão Presencial nº 51/2015

OBJETO: "Aditivo ao contrato de análise de parâmetros de água bruta das estações de tratamento de água e pontos de rede de distribuição com frequência trimestral".

VALOR: R\$ 24.000,00

VIGÊNCIA: 29.12.2015 até 31.12.2016

São João do Oeste – 29 de dezembro de 2015

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal.

**EXTRATO DO 2º TA DE PRAZO AO CONTRATO Nº 011/2014**

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO 2º TA DE PRAZO AO CONTRATO Nº 011/2014

PARTES: Município de São João do Oeste e T.O.S Obras e Serviços Ambientais- LTDA

ORIGEM: Tomada de Preços nº 01/2014

OBJETO: "Aditivo de prazo ao serviço de coleta de lixo".

VALOR: R\$ 14.912,00

VIGÊNCIA: 01.01.2016 até 31.12.2016

São João do Oeste – 22 de Dezembro de 2015

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal.

**EXTRATO DO 2º TA DE PRAZO AO CONTRATO Nº 023/2014**

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO 2º TA DE PRAZO AO CONTRATO Nº 023/2014

PARTES: Município de São João do Oeste e Rádio Oeste LTDA.

ORIGEM: Processo Licitatório 20/2015

OBJETO: "Aditivo de prazo ao contrato de divulgação de atos oficiais e institucionais do município de São João do Oeste".

VALOR: R\$ 12.375,00

VIGÊNCIA: 01.01.2016 até 31.12.2016

São João do Oeste – 21 de Dezembro de 2015

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal.

**EXTRATO DO 2º TA DE PRAZO AO CONTRATO Nº 086/2015**

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO 2º TA DE PRAZO AO CONTRATO Nº 086/2015

PARTES: Município de São João do Oeste e Ricardo André Brandão &amp; CIA Ltda- Me

ORIGEM: Tomada de Preços nº 10/2014

OBJETO: "Aditivo de prazo ao contrato de prestação de serviços por regime de empreitada global, para confecção de projeto para implantação de loteamento de área industrial localizado ao lado da Rodovia SC 493, na Linha São João".

VIGÊNCIA: 01.01.2016 até 05.06.2016

São João do Oeste – 04 de Dezembro de 2015

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal

**EXTRATO DO 2º TA DE PRAZO AO CONTRATO Nº 24/2015**

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO 2º TA DE PRAZO AO CONTRATO Nº 24/2015

PARTES: Município de São João do Oeste e Esequiel Rodrigo Pasinato

ORIGEM: Processo Licitatório 20/2015

OBJETO: "Aditivo de prazo ao serviço de divulgação de matérias de caráter educacional, informativo e de orientação social, veiculando de forma eletrônica eventos oficiais e campanhas vinculadas ao município de São João do Oeste".

VALOR: R\$ 1.800,00

VIGÊNCIA: 01.01.2016 até 30.06.2016

São João do Oeste – 23 de Dezembro de 2015

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal.

**EXTRATO DO 2º TA DE PRAZO AO CONTRATO Nº 36/2014**

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO 2º TA DE PRAZO AO CONTRATO Nº 36/2014

PARTES: Município de São João do Oeste e Jair Paulo Welter- Me

ORIGEM: Pregão Presencial 54/2013

OBJETO: Aditivo de prazo ao contrato para realização do trajeto escolar nº 09 referente ao transporte de alunos.

VALOR: R\$ 72.416,00

VIGÊNCIA: 10.02.2016 até 31.12.2016

São João do Oeste – 23 de Dezembro de 2015

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal.

**EXTRATO DO 2º TA DE PRAZO AO CONTRATO Nº 37/2014**

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO 2º TA DE PRAZO AO CONTRATO Nº 37/2014

PARTES: Município de São João do Oeste e Gustavo Henrique Friedrich- Me

ORIGEM: Pregão Presencial 54/2013

OBJETO: Aditivo de prazo ao contrato para realização do trajeto escolar nº 08 referente ao transporte de alunos.

VALOR: R\$ 58.980,00

VIGÊNCIA: 10.02.2016 até 31.12.2016

São João do Oeste – 23 de Dezembro de 2015

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal.

**EXTRATO DO 2º TA DE PRAZO AO CONTRATO Nº 41/2014**

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO 2º TA DE PRAZO AO CONTRATO Nº 41/2014

PARTES: Município de São João do Oeste e Hammes e Cia- Ltda

ORIGEM: Pregão Presencial 54/2013

OBJETO: Aditivo de prazo ao contrato de serviços de transporte de alunos do município de São João do Oeste.

VALOR: 87.165,20

VIGÊNCIA: 10.02.2016 até 31.12.2016

São João do Oeste – 23 de Dezembro de 2015

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal.

**EXTRATO DO 2º TA DE PRAZO AO CONTRATO Nº 56/2013**

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO 2º TA DE PRAZO AO CONTRATO Nº 56/2013

PARTES: Município de São João do Oeste e Maisativo Intermediação de Ativos- Ltda.

ORIGEM: Processo Licitatório nº 48/2013

OBJETO: "Assessoria na estruturação de leilões públicos visando a alienação de ativos inservíveis".

VIGÊNCIA: 28.12.2015 até 31.12.2016

São João do Oeste – 28 de Dezembro de 2015

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal.

VALOR: R\$ 47.988,00

VIGÊNCIA: 29.12.2015 até 31.12.2016

São João do Oeste – 23 de dezembro de 2015

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal.

**EXTRATO DO 3º TA DE PRAZO AO CONTRATO Nº 024/2014**

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO 3º TA DE PRAZO AO CONTRATO Nº 024/2014

PARTES: Município de São João do Oeste e Rádio Itapiranga LTDA.

ORIGEM: Processo Licitatório 15/2014

OBJETO: "Aditivo de prazo ao contrato de divulgação de atos oficiais e institucionais do município de São João do Oeste".

VALOR: R\$ 40.351,20

VIGÊNCIA: 01.01.2016 até 30.06.2016

São João do Oeste – 21 de Dezembro de 2015

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal.

**EXTRATO DO 3º TA DE PRAZO AO CONTRATO Nº 35/2014**

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO 3º TA DE PRAZO AO CONTRATO Nº 35/2014

PARTES: Município de São João do Oeste e Rogério Lottermann-MEI

ORIGEM: Pregão Presencial 54/2013

OBJETO: Aditivo de prazo ao contrato para realização do trajeto escolar nº 11 referente ao transporte de alunos.

VALOR: R\$ 38.102,00

VIGÊNCIA: 10.02.2016 até 31.12.2016

São João do Oeste – 23 de Dezembro de 2015

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal.

**EXTRATO DO 3º TA DE PRAZO AO CONTRATO Nº 35/2014**

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO 3º TA DE PRAZO AO CONTRATO Nº 35/2014

PARTES: Município de São João do Oeste e Adelmo Halmenschlager- Me

ORIGEM: Pregão Presencial 54/2013

OBJETO: Aditivo de prazo ao contrato para realização do trajeto escolar nº 03 referente ao transporte de alunos.

VALOR: 71.714,00

VIGÊNCIA: 10.02.2016 até 31.12.2016

São João do Oeste – 23 de Dezembro de 2015

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal.

**EXTRATO DO 3º TA DE PRAZO AO CONTRATO Nº 024/2014**

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO 3º TA DE PRAZO AO CONTRATO Nº 024/2014

PARTES: Município de São João do Oeste e Rádio Porto Feliz Ltda.

ORIGEM: Processo Licitatório 13/2014

OBJETO: "Aditivo de prazo ao contrato de divulgação de atos oficiais e institucionais do município de São João do Oeste".

VALOR: R\$ 5.189,25

VIGÊNCIA: 01.01.2016 até 30.06.2016

São João do Oeste – 21 de Dezembro de 2015

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal.

**EXTRATO DO 3º TA DE PRAZO AO CONTRATO Nº 56/2014**

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO 3º TA DE PRAZO AO CONTRATO Nº 56/2014

PARTES: Município de São João do Oeste e Hammes e Cia- Ltda

ORIGEM: Pregão Presencial 13/2014

OBJETO: Aditivo de prazo ao contrato de serviços de transporte de alunos do município de São João Do Oeste.

VALOR: 73.316,40

VIGÊNCIA: 10.02.2016 até 31.12.2016

São João do Oeste – 23 de Dezembro de 2015

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal.

**EXTRATO DO 3º TA DE PRAZO AO CONTRATO Nº 13/2013**

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO 3º TA DE PRAZO AO CONTRATO Nº 13/2013

PARTES: Município de São João do Oeste e Informática Itapiranga- Ltda

ORIGEM: Tomada de Preços nº 10/2014

OBJETO: "Aditivo de prazo ao contrato de prestação de serviço de conectividade IP dedicado à rede de Internet Mundial".

VIGÊNCIA: 01.01.2016 até 31.12.2016

VALOR TOTAL: R\$ 23.377,72

São João do Oeste – 23 de Dezembro de 2015

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal

**EXTRATO DO 3º TA DE PRAZO E VALOR AO CONTRATO Nº 010/2013**

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO 3º TA DE PRAZO E VALOR AO CONTRATO Nº 010/2013

PARTES: Município de São João do Oeste e Biasi e Perin Advogados Associados.

ORIGEM: Processo Licitatório 34/2015

OBJETO: "Aditivo de prazo e valor ao contrato de prestação de assessoria jurídica".

VALOR ADITADO: R\$ 67.075,48

VIGÊNCIA: 01.01.2016 até 31.12.2016

São João do Oeste – 22 de Dezembro de 2015

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal

**EXTRATO DO 3º TA DE PRAZO AO CONTRATO Nº 33/2014**

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO 3º TA DE PRAZO AO CONTRATO Nº 33/2014

PARTES: Município de São João do Oeste e Darcisio Pedro Sehn- Me.

ORIGEM: Pregão Presencial nº 54/2013

OBJETO: "Aditivo de prazo ao contrato para realização do trajeto escolar nº 12 referente ao transporte de alunos."



**EXTRATO DO 4º TA DE PRAZO AO CONTRATO Nº 007/2013**

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO 4º TA DE PRAZO AO CONTRATO Nº 007/2013

PARTES: Município de São João do Oeste e Hammes e Cia Ltda- Me

ORIGEM: Processo Licitatório 073/2012

OBJETO: "Aditivo de prazo ao contrato de coleta e transporte de lixo domiciliar Urbano".

VIGÊNCIA: 01.01.2016 até 31.12.2016

VALOR: R\$ 190.090,44

São João do Oeste – 21 de Dezembro de 2015

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal.

**EXTRATO DO 4º TA DE PRAZO AO CONTRATO Nº 013/2013**

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO 4º TA DE PRAZO AO CONTRATO Nº 013/2013

PARTES: Município de São João do Oeste e Clínica Médica Soder e Lemos Ltda- Me

ORIGEM: Tomada de Preços nº 01/2013

OBJETO: "Aditivo de prazo e valor ao contrato de prestação de serviços médicos na área de ginecologia e obstetrícia".

VALOR: R\$ 62.192,54

VIGÊNCIA: 01.01.2016 até 31.12.2016

São João do Oeste – 23 de Dezembro de 2015

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal.

**EXTRATO DO 4º TA DE PRAZO AO CONTRATO Nº 032/2014**

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO 4º TA DE PRAZO AO CONTRATO Nº 032/2014

PARTES: Município de São João do Oeste e Empresa Jornalística Jornal Expressão- Ltda.

ORIGEM: Processo Licitatório 15/2014

OBJETO: "Aditivo de prazo ao contrato de divulgação de atos oficiais e institucionais do município de São João do Oeste".

VALOR: R\$ 6.549,72

VIGÊNCIA: 01.01.2016 até 30.06.2016

São João do Oeste – 21 de Dezembro de 2015

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal.

**EXTRATO DO 4º TA DE PRAZO AO CONTRATO Nº 034/2014**

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO 4º TA DE PRAZO AO CONTRATO Nº 034/2014

PARTES: Município de São João do Oeste e Empresa Lairton Reichert.

ORIGEM: Processo Licitatório 15/2014

OBJETO: "Aditivo de prazo ao contrato de divulgação de atos oficiais e institucionais do município de São João do Oeste".

VIGÊNCIA: 01.01.2016 até 30.06.2016

VALOR: R\$ 7.017,60

São João do Oeste – 21 de Dezembro de 2015

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal.

**EXTRATO DO 4º TA DE PRAZO AO CONTRATO Nº 039/2014**

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO 4º TA DE PRAZO AO CONTRATO Nº 039/2014

PARTES: Município de São João do Oeste e Empresa Klagenberg e Klagenberg- Ltda

ORIGEM: Processo Licitatório 15/2014

OBJETO: "Aditivo de prazo ao contrato de divulgação de atos oficiais e institucionais do município de São João do Oeste".

VIGÊNCIA: 01.01.2016 até 30.06.2016

VALOR: R\$ 2.587,44

São João do Oeste – 21 de Dezembro de 2015

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal.

**EXTRATO DO 4º TA DE PRAZO AO CONTRATO Nº 30/2014**

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO 4º TA DE PRAZO AO CONTRATO Nº 30/2014

PARTES: Município de São João do Oeste e Mário Eugênio Kunzler-Me

ORIGEM: Pregão Presencial 54/2013

OBJETO: Aditivo de prazo ao contrato para realização do trajeto escolar nº 07 referente ao transporte de alunos.

VALOR: R\$ 41.812,00

VIGÊNCIA: 10.02.2016 até 31.12.2016

São João do Oeste – 23 de Dezembro de 2015

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal.

**EXTRATO DO 4º TA DE PRAZO AO CONTRATO Nº 38/2014**

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO 4º TA DE PRAZO AO CONTRATO Nº 38/2014

PARTES: Município de São João do Oeste e Empresa Jornal Força do Oeste- Ltda

ORIGEM: Processo Licitatório 15/2014

OBJETO: "Aditivo de prazo ao contrato de divulgação de atos oficiais e institucionais do município de São João do Oeste".

VIGÊNCIA: 01.01.2016 até 30.06.2016

VALOR: R\$ 7.056,36

São João do Oeste – 21 de Dezembro de 2015

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal.

**EXTRATO DO 5º TA DE PRAZO AO CONTRATO Nº 31/2014**

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO 5º TA DE PRAZO AO CONTRATO Nº 31/2014

PARTES: Município de São João do Oeste e Transportes Celur- Ltda.

ORIGEM: Pregão Presencial nº 54/2013

OBJETO: "Aditivo de prazo ao contrato para realização do trajeto escolar nº 12 referente ao transporte de alunos."

VALOR: R\$ 200.489,46

VIGÊNCIA: 28.12.2015 até 31.12.2016

São João do Oeste – 23 de dezembro de 2015

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal.

**EXTRATO DO 5º TA DE PRAZO AO CONTRATO Nº 90/2014**

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO 5º TA DE PRAZO AO CONTRATO Nº 90/2014

PARTES: Município de São João do Oeste e Indústria de Esquadrias Feilfer- Ltda

ORIGEM: Tomada de Preços nº 11/2014

OBJETO: "Fornecimento de material e mão de obra em regime de empreitada global".

VIGÊNCIA: 01.12.2015 até 31.12.2015

VALOR ADITIVADO: R\$ 6.010,00

VALOR TOTAL: R\$ 68.981,75

São João do Oeste – 01 de Dezembro de 2015

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 01/2016**

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 01/2016

PARTES: Município de São João do Oeste e Betha Sistemas- Ltda

ORIGEM: Tomada de Preços nº 79/2015

OBJETO: "Constitui objeto do presente contrato o licenciamento do direito de uso de aplicativos de gestão pública, para uso temporário e não exclusivo. Conforme quantidades de usuários previstas no Edital".

VALOR: R\$ 115.750,00

VIGÊNCIA: 01.01.2016 até 31.12.2016

São João do Oeste – 23 de Dezembro de 2015

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal

**PP 05/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2016

Exclusivo para MPES, conforme Lei Complementar 147/14

OBJETO: O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, nº 005/2016, conforme descrito a seguir:

OBJETO: Aquisição materiais para o viveiro do município de São João do Oeste.

Tipo: menor preço por item.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 14:00 horas do dia 18 de janeiro de 2016. ABERTURA DOS ENVELOPES: às 14:00 horas do dia 18 de janeiro de 2016 no setor de compras e licitações da Prefeitura Municipal. Maiores informações e cópia do edital junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste e ou pelo fone (49) 3636.1122 no horário de expediente. São João do Oeste, SC, 04 de janeiro de 2.016. ERNANI MIGUEL HOFF – PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO.

**PP 06/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 08/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2016

OBJETO: O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, nº 006/2016, conforme descrito a seguir:

OBJETO: Aquisição unhas e fios de laminas para as retro escavadeiras e motoniveladoras do município de São João do Oeste.

Tipo: menor preço por lote.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 08:30 horas do dia 18 de janeiro de 2016. ABERTURA DOS ENVELOPES: às 08:30 horas do dia 18 de janeiro de 2016 no setor de compras e licitações da Prefeitura Municipal. Maiores informações e cópia do edital junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste e ou pelo fone (49) 3636.1122 no horário de expediente. São João do Oeste, SC, 04 de janeiro de 2.016. ERNANI MIGUEL HOFF – PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO.

**PP 07/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 09/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2016

OBJETO: O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, nº 007/2016, conforme descrito a seguir:

OBJETO: Contratação de empresa para animar os encontros das pessoas da terceira idade do município de São João do Oeste.

Tipo: menor preço por item.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 10:30 horas do dia 18 de janeiro de 2016. ABERTURA DOS ENVELOPES: às 10:30 horas do dia 18 de janeiro de 2016 no setor de compras e licitações da Prefeitura Municipal. Maiores informações e cópia do edital junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste e ou pelo fone (49) 3636.1122 no horário de expediente. São João do Oeste, SC, 04 de janeiro de 2.016. ERNANI MIGUEL HOFF – PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO.



# São João do Sul

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 001/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL  
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO  
REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2015  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 001/2015  
Objeto: Aquisição de combustíveis automotivos.  
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.  
CONTRATADA: MARVI COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA  
VIGÊNCIA: 1 (um) ano a contar de sua assinatura  
VALOR: R\$ 514.400,00  
Processo Licitatório nº. 067/2015 – Pregão Presencial nº 021/2015 de 17/11/2015

São João do SUL, 02 de Dezembro de 2015.  
JOÃO RUBENS DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 002/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL  
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO  
REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2015  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 002/2015  
Objeto: Aquisição de combustíveis automotivos.  
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.  
CONTRATADA: SÃO JOÃO AUTO POSTO LTDA  
VIGÊNCIA: 1 (um) ano a contar de sua assinatura  
VALOR: R\$ 384.500,00  
Processo Licitatório nº. 067/2015 – Pregão Presencial nº 021/2015 de 17/11/2015

São João do SUL, 02 de Dezembro de 2015.  
JOÃO RUBENS DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 01/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 01/2015  
REGISTRO DE PREÇOS 02/2015  
Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para o fornecimento de materiais médicos hospitalares para unidade de saúde central e Esf's municipais.  
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul, através do Fundo Municipal de Saúde.  
CONTRATADA: Hospcin – Comércio Atacadista de Mat. Hospitalares Eireli ME.  
VIGÊNCIA: 1 (um) ano a contar de sua assinatura  
VALOR: R\$ 155.522,00  
Processo Licitatório nº. 015/2015 – Pregão Presencial nº 002/2015 de 10/12/2015

São João do SUL, 23 de Dezembro de 2015  
REJANE ELIBIO BORBA  
Presidente do Fundo Municipal de Saúde

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 01/2015

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 01/2015  
REGISTRO DE PREÇOS 01/2015  
Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para o fornecimento de materiais odontológicos para unidade de saúde central e Esf's municipais.  
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul, através do Fundo Municipal de Saúde.  
CONTRATADA: Hospcin – Comércio Atacadista de Mat. Hospitalares Eireli ME.  
VIGÊNCIA: 1 (um) ano a contar de sua assinatura  
VALOR: R\$ 81.869,05  
Processo Licitatório nº. 014/2015 – Pregão Presencial nº 001/2015 de 04/12/2015

São João do SUL, 21 de Dezembro de 2015  
REJANE ELIBIO BORBA  
Presidente do Fundo Municipal de Saúde

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 02/2015

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 02/2015  
REGISTRO DE PREÇOS 01/2015  
Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para o fornecimento de materiais odontológicos para unidade de saúde central e Esf's municipais.  
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul, através do Fundo Municipal de Saúde.  
CONTRATADA: L A Dalla Porta Junior  
VIGÊNCIA: 1 (um) ano a contar de sua assinatura  
VALOR: R\$ 10.637,20  
Processo Licitatório nº. 014/2015 – Pregão Presencial nº 001/2015 de 04/12/2015

São João do SUL, 21 de Dezembro de 2015  
REJANE ELIBIO BORBA  
Presidente do Fundo Municipal de Saúde

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 02/2015

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 02/2015  
REGISTRO DE PREÇOS 01/2015  
Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para o fornecimento de materiais médicos hospitalares para unidade de saúde central e Esf's municipais.  
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul, através do Fundo Municipal de Saúde.  
CONTRATADA: L A Dalla Porta Junior  
VIGÊNCIA: 1 (um) ano a contar de sua assinatura  
VALOR: R\$ 23.575,00  
Processo Licitatório nº. 015/2015 – Pregão Presencial nº 002/2015 de 10/12/2015

São João do SUL, 23 de Dezembro de 2015  
REJANE ELIBIO BORBA  
Presidente do Fundo Municipal de Saúde

# São Joaquim

## PREFEITURA

### ERRATA PP 01/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM  
ERRATA EDITAL DA LICITAÇÃO

Na edição DOM/SC - Edição Nº 1899 Página 397 do dia 29/12/2015

Pregão presencial 01/2016

Processo n.º 01/2016 – contratação de empresa especializada na área de engenharia sanitária e ambiental para realizar a gestão dos resíduos sólidos urbanos, recicláveis e provenientes do serviço de saúde, produzidos no perímetro urbano do município de São Joaquim/SC

Onde lê-se:

18.6.1, que trata da visita técnica, o edital cita que a visita técnica deverá ser agendada com no mínimo 72 horas do dia 28/01/2016.

Leia-se:

18.6.1, que trata da visita técnica, o edital cita que a visita técnica deverá ser agendada com no mínimo 72 horas do dia 11/01/2016.

A Comissão

### RETIFICAÇÃO 03 SELETIVO

RETIFICAÇÃO Nº 03/2015

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 03/2015

Em cumprimento às determinações do senhor HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 37 da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, TORNA PÚBLICO a Retificação Nº 03/2015 ao Edital de Processo Seletivo nº 03/2015 conforme segue:

I – O conteúdo programático específico do cargo de 2º Professor é o mesmo do Cargo de Professor AEE, visto a mesma complexidade e habilitação mínima exigida.

II – Os demais itens do edital seguem inalterados.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Joaquim, 05 de janeiro de 2016.

HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI

Prefeito Municipal

ANA MARCIA DE SOUZA PEREIRA

Presidente da Comissão

# São José

## PREFEITURA

### CONVOCAÇÃO – RETIFICAÇÃO DE LOCAL E HORARIO

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CONVOCAÇÃO PARA POSSE – ELEIÇÕES UNIFICADAS 2015

CONVOCAÇÃO – RETIFICAÇÃO DE LOCAL E HORARIO

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José, órgão formulador, deliberativo e controlador das políticas e das ações de atendimento aos direitos da criança e do adolescente Município de São José, criado por força da Lei Federal 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), regido pela Lei Municipal nº 5.482 de 12 de maio 2015 e a Secretaria Municipal de Assistência Social, vem, em cumprimento à Seção VIII, em especial ao Art. 97, da aludida Lei Municipal, convocar os candidatos eleitos na condição de titulares, enumerados na Resolução CMDCA nº 028/2015, de 15/10/2015, para a Cerimônia de Diplomação e Posse, a qual foi alterada, passando a ocorrer dia 10 de janeiro de 2016, as 15h, no Hall de Entrada da Prefeitura de São José, localizado à Avenida Acioni de Souza Filho, s/n, Praia Comprida, neste Município.

São José, 10 de dezembro de 2015.

Cesar Maximiliano Simões

Conselheiro Presidente do CMDCA

Norma Warmling

Secretária Municipal de Assistência Social

### DECRETO Nº 5357/2015

DECRETO Nº 5357/2015

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado NATHAN MERIZE para o cargo em comissão de Chefe do Museu Histórico Municipal, CCM-03, com lotação na Fundação Municipal de Cultura e Turismo, nos termos da Lei Complementar nº 014/2004.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 04 de janeiro de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2015.

ORVINO COELHO DE ÁVILA

Prefeito Municipal em exercício

### DECRETO Nº 5358/2015

DECRETO Nº 5358/2015

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada ELOYNA RIBEIRO DE OLIVEIRA DE SOUZA para o cargo em comissão de Assessor I Administrativo – CCM 1, com lotação na Secretaria de Serviços Públicos, nos termos da Lei Complementar nº 014, de 06 de Dezembro de 2004.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 04 de janeiro de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2015.

ORVINO COELHO DE ÁVILA

Prefeito Municipal em exercício

### DECRETO Nº 5372/2015

DECRETO Nº 5372/2015

EXONERA SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado o servidor CARLOS EDUARDO FRANCISCO do cargo de COORDENADOR – DE GINÁSIO – CCM 5, com lotação na Fundação Municipal de Esporte e Lazer.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação produzindo seus efeitos no dia 26 de janeiro de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 31 de dezembro de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

### DECRETO Nº 5387/2015

DECRETO Nº 5387/2015

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, incisos I e IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado FERNANDO ARTUR RAUPP para exercer o cargo de Superintendente Adjunto da Fundação do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SMA, com lotação na Fundação do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, nos termos da Lei Complementar nº 032/2009.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 5539/2016**

DECRETO Nº 5539/2016

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Conceder à servidora LUCIANY APARECIDA CORREA MATOS, matrícula nº 1594-6, a função gratificada de Chefe de Divisão, nível FG-CH.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 05 de janeiro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 5540/2015**

DECRETO Nº 5540/2015

TORNAR SEM EFEITO O DECRETO 5343/2015.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO que o Decreto N.º 5343 de 22 de dezembro de 2015, publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina na edição N.º 1898 de 28 de dezembro de 2015, possui erro formal

DECRETA:

Art. 1º - Torna sem efeito o Decreto 5343 de 22 de dezembro de 2015, que nomeou o Sr. FRANCISCO ALFREDO LEAL DE MACEDO CAMPOS para o cargo em comissão de Procurador Geral Adjunto – SMA, com lotação na Procuradoria Geral do Município.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 05 de janeiro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 5541/2015**

DECRETO Nº 5541/2015

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso I, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado FRANCISCO ALFREDO LEAL DE MACEDO CAMPOS para o cargo em comissão de Procurador Geral Adjunto – SMA, com lotação na Procuradoria Geral do Município, nos termos da Lei Complementar nº 014, de 06 de dezembro de 2004.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 10 de janeiro de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 05 de janeiro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**ERRATA AO EXTRATO DO CHAMAMENTO PÚBLICO 026/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ERRATA AO EXTRATO DO CHAMAMENTO PÚBLICO 026/2015 – A Prefeitura de São José, por intermédio da sua Diretora de Compras, leva ao conhecimento dos interessados, que na publicação do dia 05/01/2016, ONDE SE LÊ: “Sessão de abertura das propostas, lances verbais e habilitação” LEIA-SE: “Sessão de abertura dos envelopes” e ONDE SE LÊ: “Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>” LEIA-SE: “Retirada do edital no link: <http://www.sao-jose.sc.gov.br/>”. Cláudia Schweitzer Pfleger / Diretora de Compras.

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 157/2015 – PROCESSO Nº 498/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 157/2015 – Processo nº 498/2015. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA SEREM DISTRIBUÍDOS PELA FARMÁCIA ESPECIALIZADA MEDIANTE PROCESSOS JUDICIAIS NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: De 06 de janeiro de 2015 às 18h00min até dia 19 de janeiro de 2016, às 13h30min. ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DA DISPUTA DE PREÇOS: Às 13h30min do dia 19 de janeiro de 2016. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810002.

**PREGÃO PRESENCIAL 156/2015 – PROCESSO Nº 493/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 156/2015 – Processo nº 493/2015: Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA (S) PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, DESTINADOS À UNIDADE DE ACOlhIMENTO MUNICIPAL PARA ADOLESCENTES/FEMININOS E À UNIDADE DE ACOlhIMENTO MUNICIPAL PARA CRIANÇAS/GRUPO DE IRMÃOS DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Data e período de recebimento dos envelopes de proposta e habilitação: dia 18/01/2016 às 14h30min. Sessão de abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 18/01/2016 às 15h00min. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0000.

**RESOLUÇÃO Nº 31/2015**

RESOLUÇÃO Nº 31/2015.

Dispõe sobre a lotação dos Conselheiros Tutelares eleitos através do Processo de Escolha regulado pelo Edital CMDCA 001/2015.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Federal nº. 8.069/90, de 13 de julho de 1990, bem como a Lei Federal nº 12.396 de julho de 2012, ainda pela Lei Municipal nº. 5.482/2015 de 12 de maio de 2015 e conforme aprovado em Reunião Plenária Ordinária do dia 14 de outubro de 2015.

CONSIDERANDO a Resolução nº170/2014, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA;

CONSIDERANDO que em cada unidade do Conselho Tutelar serão lotados 05 (cinco) Conselheiros Tutelares.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Os Conselheiros Tutelares eleitos na condição de titulares através do Processo de Escolha regulado pelo Edital CMDCA 001/2015 serão lotados em uma das unidades já existentes no município.

Parágrafo único - Cada Conselheiro poderá optar pelo local de trabalho de acordo com a sua ordem de classificação, podendo haver acordo entre as partes no que tange a lotação.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Art. 3º - Publique-se na forma da Lei.

São José (SC), 14 outubro de 2015.

CESAR MAXIMILIANO SIMÕES

Conselheiro Presidente

**RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 127/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 127/2015 - Processo nº 420/2015. Fornecedores: GELSON AUGUSTO RESENDE ME; LUGRAF GRAFICA E PAPELARIA EIRELI – EPP e NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS, PARA ATENDER AS SECRETARIAS E FUNDAÇÕES DA PREFEITURA DE SÃO JOSÉ/SC. Valor Total: R\$ 73.670,80 – setenta e três mil, seiscentos e setenta reais e oitenta centavos. Cláudia Schweitzer Pflieger - Diretora de Compras.

**RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 122/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 122/2015 - Processo nº 393/2015. Fornecedores: I - EDINHO COMÉRCIO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA – EPP e II – COMÉRCIO DE AUTO PEÇAS BADU LTDA - EPP. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) PARA EVENTUAL EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, DESTINADOS A FROTA DE VEÍCULOS

DA SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Percentual de desconto: I - vencedora do Lote: V, sendo o percentual de desconto no fornecimento das peças é de 22,00% (vinte e dois por cento) e II - vencedora dos Lotes: I, II, III, IV, VI, VII e VIII, sendo o percentual de desconto no fornecimento das peças de 20,00% (vinte por cento) para estes lotes. Valor para mão de obra e para peças por Lote: Lote I: mão de obra - R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e peças – R\$ 20.000,00 (vinte mil reais); Lote II: mão de obra - R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) e peças – R\$ 5.000,00 (cinco mil reais); Lote III: mão de obra - R\$ 7.000,00 (sete mil reais) e peças – R\$ 15.000,00 (quinze mil reais); Lote IV: mão de obra - R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais) e peças – R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais); Lote V: mão de obra - R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e peças – R\$ 20.000,00 (vinte mil reais); Lote VI: mão de obra - R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) e peças – R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais); Lote VII: mão de obra - R\$ 25.500,00 (vinte e cinco mil e quinhentos reais) e peças – R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais); Lote VIII: mão de obra - R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) e peças – R\$ 20.000,00 (vinte mil reais). Cláudia Schweitzer Pflieger - Diretora de Compras.

**TERMO ADITIVO Nº 272/2014-01 – PR 148/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo nº 272/2014-01 – PR 148/2014 - Processo 370/2014 – Contratado: ONITUR TURISMO E TRANSPORTE LTDA - ME. Objeto: LOCAÇÃO DE 03 (TRÊS) ÔNIBUS, TIPO URBANO, COM MOTORISTA E MONITOR, DESTINADO AO TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE ESTADUAL E MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO JOSÉ/SC. Prorrogação de Prazo: fica prorrogado o prazo do Contrato original por mais 12 (doze) meses, a contar do dia posterior ao término de sua vigência. Supressão Contratual: O Contrato nº 272/2014 sofrerá a supressão de 25% do valor original – R\$ 570.000,00 (quinhentos e setenta mil reais), representando a importância de R\$ 142.500,00 (cento e quarenta e dois mil, quinhentos reais), vigorando o valor total de R\$ 427.500,00 (quatrocentos e vinte e sete mil, quinhentos reais), com efeitos a partir de 30/11/2015. Renúncia de Reajuste: A Contratada renuncia ao reajuste oriundo dos últimos 12 meses do Contrato nº 272/2014. Data da assinatura: 17 de dezembro de 2015.

**TERMO ADITIVO Nº 342/2013-02 – PR 113/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo nº 342/2013-02 – PR 113/2013 - Processo 296/2013 – Contratado: INTELBRAS S/A. Objeto: Locação de sistema de telefonia híbrido TDM/IP, autônomo e configurável, com terminais telefônicos analógicos, digitais e/ou ip, prestação de serviços de manutenção da rede interna de telefonia e ampliação nas atuais centrais telefônicas, para atendimento da demanda de telecomunicações da Prefeitura Municipal de São José, compreendendo instalação e configuração do sistema de telefonia e os aparelhos telefônicos. PRAZO: fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato nº 342/2013 por 12 (doze) meses, a contar do dia posterior ao término da vigência do Termo Aditivo nº 342/2013-01. Data da assinatura: 09 de dezembro de 2015.



# São Lourenço do Oeste

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2016 - CC Nº 001/2016**

AVISO DE LICITAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 05/02/2016, às 08:30 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2016, MODALIDADE CONCORRÊNCIA P/ OBRAS E SERVIÇOS ENG. Nº 001/2016. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, BEM COMO O FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA SOB VIA CONSOLIDADA EM CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ), DRENAGEM PLUVIAL, SINALIZAÇÃO VIÁRIA E EXECUÇÃO DE PASSEIO PÚBLICO DA RUA MÁRIO PAGLIOSA, ENTRE O ACESSO INDUSTRIAL SUL E A RUA LINA DE MELLO MACHADO, COM ÁREA TOTAL DE 14.002,29 M² CONFORME PROJETOS ANEXOS E CONTRATO DE FINANCIAMENTO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, REFERENTE À EXECUÇÃO DE OBRAS/SERVIÇOS NO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC, NO ÂMBITO DO PROGRAMA PRÓ-TRANSPORTE DO MINISTÉRIO DAS CIDADES - CONTRATO DE FINANCIAMENTO Nº 2623.0414223-44/2013. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br).

São Lourenço do Oeste – SC, 04 de Janeiro de 2016.

GERALDINO CARDOSO

PREFEITO MUNICIPAL

### **DECRETO Nº 5.306, DE 05 DE JANEIRO DE 2016.**

DECRETO Nº 5.306, DE 05 DE JANEIRO DE 2016.

Estabelece o calendário de pagamentos de fornecedores e servidores públicos municipais para o exercício de 2016, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VII, do art. 55 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Os pagamentos a fornecedores do Município de São Lourenço do Oeste, a partir do mês de fevereiro do exercício de 2016, serão agrupados por período e serão efetuados pela tesouraria, junto à Contadoria Geral do Município, sendo que quando se referirem a fornecedores das entidades "Prefeitura, Fundo Municipal de Saúde, Comitê Desportivo Municipal e Instituto Cultural", os pagamentos serão efetivados nas datas estabelecidas no Anexo I deste Decreto, respeitando-se rigorosamente a ordem cronológica de liquidação e a disponibilidade financeira das fontes de recursos.

Parágrafo único. Na hipótese das datas constantes no Anexo I deste Decreto recaírem em finais de semana ou feriados, os pagamentos serão realizados no dia útil imediatamente posterior.

Art. 2º Ficam excetuados da previsão constante no art. 1º, os pagamentos relativos a:

I - obrigações com datas de vencimento fixas;

II - repasses de recursos financeiros, a qualquer título, a entidades conveniadas com o Município;

III - obrigações relativas a convênios firmados pelo Município com outros entes da Federação,

IV - auxílios sociais;

V - famílias acolhedoras;

VI - compras on-line de produtos, cujos pagamentos ocorram de forma antecipada;

VII - restituições de tributos pagos a maior ou indevidamente.

Parágrafo único. Os pagamentos das obrigações, previstas nos incisos de I a III, serão levados a efeito nas datas estabelecidas nos respectivos instrumentos, obedecidas as próprias fontes de recursos.

Art. 3º Ficam estabelecidas as datas limites para pagamento da Folha de Pagamento dos Servidores Públicos Municipais e do Vale Alimentação para o exercício de 2016, de acordo com a tabela constante do Anexo II deste Decreto.

§ 1º Na hipótese das datas constantes no Anexo II deste Decreto recaírem em finais de semana ou feriados, os pagamentos serão realizados no dia útil imediatamente posterior.

§ 2º A remuneração de servidor admitido após o dia 15 (quinze) do mês, relativamente aos dias trabalhados no mês de admissão, será paga no mês subsequente, de acordo com as datas constantes no Anexo II deste Decreto.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 05 de janeiro de 2016.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal



**ANEXO I**  
(Decreto nº 5.306, de 05 de janeiro de 2016).

**PAGAMENTOS DE FORNECEDORES**

RECEBIMENTO E LIQUIDAÇÃO DAS NOTAS FISCAIS	PREFEITURA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	COMITÊ DESPORTIVO E INSTITUTO CULTURAL
De 01/01 a 27/01/2016	12/02/2016	10/02/2016	08/02/2016
De 28/01 a 11/02/2016	26/02/2016	24/02/2016	22/02/2016
De 12/02 a 27/02/2016	12/03/2016	10/03/2016	08/03/2016
De 28/02 a 11/03/2016	30/03/2016	28/03/2016	26/03/2016
De 12/03 a 27/03/2016	12/04/2016	10/04/2016	08/04/2016
De 28/03 a 11/04/2016	28/04/2016	26/04/2016	24/04/2016
De 12/04 a 27/04/2016	12/05/2016	10/05/2016	08/05/2016
De 28/04 a 11/05/2016	30/05/2016	27/05/2016	25/05/2016
De 12/05 a 27/05/2016	12/06/2016	10/06/2016	08/06/2016
De 28/05 a 11/06/2016	29/06/2016	27/06/2016	24/06/2016
De 12/06 a 27/06/2016	12/07/2016	10/07/2016	07/07/2016
De 28/06 a 11/07/2016	28/07/2016	26/07/2016	25/07/2016
De 12/07 a 27/07/2016	12/08/2016	10/08/2016	08/08/2016
De 28/07 a 11/08/2016	30/08/2016	26/08/2016	25/08/2016
De 12/08 a 27/08/2016	12/09/2016	10/09/2016	08/09/2016
De 28/08 a 11/09/2016	29/09/2016	27/09/2016	25/09/2016
De 12/09 a 27/09/2016	12/10/2016	10/10/2016	07/10/2016
De 28/09 a 11/10/2016	27/10/2016	26/10/2016	25/10/2016
De 12/10 a 27/10/2016	12/11/2016	10/11/2016	08/11/2016
De 28/10 a 11/11/2016	29/11/2016	26/11/2016	24/11/2016
De 12/11 a 27/11/2016	12/12/2016	09/12/2016	08/12/2016
De 28/11 a 31/12/2016	Até último dia útil de dezembro	Até último dia útil de dezembro	Até último dia útil de dezembro

São Lourenço do Oeste - SC, 05 de janeiro de 2016.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

**ANEXO II**  
(Decreto nº 5.306, de 05 de janeiro de 2016).

**DATAS LIMITES PARA PAGAMENTO DA FOLHA DE PESSOAL**

MÊS DE REFERÊNCIA	DATA LIMITE PARA PAGAMENTO	DATA LIMITE PARA DEP. VALE ALIMENTAÇÃO
Janeiro	25	15/02/2016
Fevereiro	25	15/03/2016
Março	25	15/04/2016
Abril	25	15/05/2016
Maio	25	15/06/2016
Junho	25	15/07/2016
Julho	25	15/08/2016
Agosto	25	15/09/2016
Setembro	25	15/10/2016
Outubro	25	15/11/2016
Novembro	25	15/12/2016
Dezembro	25	Até 24/12/2016
13º salário	20/12	---XXX---

São Lourenço do Oeste - SC, 05 de janeiro de 2016.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

**EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 160/2015**

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 160/2015

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 160/2015 – Concorrência para Alienação Nº 010/2015.

OBJETO: DOAÇÃO COM ENCARGOS E CLÁUSULA DE REVERSÃO DOS IMÓVEIS: LOTE INDUSTRIAL Nº 10 (DEZ), COM ÁREA DE 1.658,76M<sup>2</sup>, SITUADO NA ÁREA INDUSTRIAL MOVELEIRA; LOTE RURAL Nº 41 (QUARENTA E UM), COM ÁREA DE 20.001,73M<sup>2</sup>, SITUADO NA LINHA TRÊS VOLTAS; LOTE INDUSTRIAL Nº 06 (SEIS), COM ÁREA DE 2.045,10M<sup>2</sup>, SITUADO NA ZONA INDUSTRIAL SÃO PAULINHO; LOTE INDUSTRIAL Nº 08 (OITO), COM ÁREA DE 1.854,24M<sup>2</sup>, SITUADO NA ZONA INDUSTRIAL SÃO PAULINHO; LOTE INDUSTRIAL Nº 09 (NOVE), COM ÁREA DE 10.446,59M<sup>2</sup>, SITUADO NA ZONA INDUSTRIAL SÃO PAULINHO; LOTE INDUSTRIAL Nº 02 (DOIS), COM ÁREA DE 5.225,34M<sup>2</sup>, SITUADO NA ZONA INDUSTRIAL SÃO PAULINHO; E LOTE URBANO Nº 07 (SETE), COM ÁREA DE 1.441,94M<sup>2</sup>, SITUADO NO CONDOMÍNIO INDUSTRIAL EFAISLO, TODOS A TÍTULO DE INCENTIVO ECONÔMICO.

EMPRESA: ORBEN MIOTTO &amp; CIA LTDA – EPP - CNPJ: 19.553.740/0001-83.

EMPRESA: MARAMADAN INDUSTRIA DE MOVEIS E ESTOFADOS LTDA – ME - CNPJ: 23.860.524/0001-58.

EMPRESA: MADEIREIRA FAVERO LTDA ME - CNPJ: 00.535.475/0001-82.

EMPRESA: PAZATTO INDUSTRIA DE ESTOFADOS LTDA ME - CNPJ: 13.442.000/0001-93.

EMPRESA: JOAO M SUTIL – ME - CNPJ: 07.910.314/0001-70.

DATA DE ASSINATURA: 30/12/2015.

VIGÊNCIA: 30/12/2015 à 31/12/2015.

INFORMAÇÕES: [licitacoes@saolourenco.sc.gov.br](mailto:licitacoes@saolourenco.sc.gov.br) ou (49) 3344-8588.

# São Miguel do Oeste

## PREFEITURA

**DECRETO Nº 8.536/2016 - FICAM REAJUSTADOS NA ORDEM DE 10,54% (DEZ VÍRGULA CINQUENTA E QUATRO POR CENTO) OS VALORES DO ISSQN REGULADOS NO ARTIGO 12 DA LEI COMPLEMENTAR N. 001/2009, CONF. ÍNDICE INFLACIONÁRIO ACUMULADO, AUFERIDO PELO IGPM/FGV, ÍNDICE GERAL DE PREÇOS DE MERCADO – FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS.**

DECRETO Nº 8.536/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VI, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

DECRETA:

Art. 1º Ficam reajustados na ordem de 10,54% (dez vírgula cinquenta e quatro por cento) os valores do ISSQN regulados no artigo 12 da Lei Complementar n. 001/2009, conforme índice inflacionário acumulado, auferido pelo IGPM/FGV, ÍNDICE GERAL DE PREÇOS DE MERCADO – FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS.

Art. 2º Os valores do ISSQN que incidirão reajustes são os constantes no artigo 12 da Lei Complementar n. 001/2009, na forma da tabela anexa, parte integrante deste Decreto.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 04 de janeiro de 2016.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

AIRTON LUIZ FAVERO

Secretário de Administração

Designado pela Portaria nº 1078/2015

Este Decreto foi publicado no

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnico Administrativo

### ANEXO I

RECEITA BRUTA	ISSQN (REAJUSTADO)
Até R\$ 60.000,00	R\$ 66,32
De R\$ 60.000,01 até R\$ 90.000,00	R\$ 110,54
De R\$ 90.000,01 até R\$ 180.000,00	R\$ 165,81
De R\$ 180.000,01 até R\$ 260.000,00	R\$ 287,40
De R\$ 260.000,01 até R\$ 360.000,00	R\$ 462,60

# São Pedro de Alcântara

## PREFEITURA

### PORTARIA N.º 001/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –  
Fone: 48-32770122 – R.222  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 001/2016

Concede Licença Prêmio a servidora MARIA IVONETE DA SILVA.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 111, da Lei Complementar 05/1997,

#### RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora MARIA IVONETE DA SILVA, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, Licença Prêmio referente ao período aquisitivo 2009 a 2014.

Art. 2.º- A servidora fará gozo da licença pelo período de trinta dias, a partir de 04/01/2016.

Art. 3.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 04 de janeiro de 2016.  
EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO  
Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2016.

### PORTARIA N.º 002/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –  
Fone: 48-32770122 – R.222  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 002/2016

Concede licença para tratamento de saúde a servidora JANETE MARTINS DA GAMA VEBER, ocupante do cargo de Agente de Vigilância Epidemiológica, lotada na Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

#### RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde à servidora JANETE MARTINS DA GAMA VEBER, pelo período de 90 (noventa) dias a contar da data de 17/12/2015, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 17/12/2015.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 04 de janeiro de 2016.  
EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO  
Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2016.

### PORTARIA N.º 003/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –  
Fone: 48-32770122 – R.222.  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 003/2016

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL A SERVIDORA ELENIR TERE-SINHA DE SOUZA.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Artigo 10 da Lei 19/97 e artigo 16 da Lei Complementar nº. 08/98,

#### RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder progressão funcional a servidora ELENIR TERE-SINHA DE SOUZA, ocupante do cargo efetivo de Professora II Horista, para o cargo de provimento efetivo de Professora III Horista, Letra E – carga horária de 14 horas/aulas semanais, haja vista, ter concluído o curso de Pós Graduação.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 04 de janeiro de 2016.  
EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO  
Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2016.

### PORTARIA N.º 004/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –  
Fone: 48-32770122 – R.222.  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 004/2016

NOMEIA, DÁ POSSE e determina o início do EXERCÍCIO de RODRIGO LAUTERTE para o Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no art. 45, VIII, da Lei Orgânica do Município bem como dos arts. 14 e 15, da Lei Complementar n.º 05/1997

#### RESOLVE:

Art. 1.º- Nomeia-se RODRIGO LAUTERTE para o Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, Grupo I, Atividade de

Nível Auxiliar – ANA, Letra A, com vencimento inicial de R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais), carga horária semanal de 40 horas, em virtude de sua classificação n.º. 01 no Concurso Público Municipal – Edital n.º 001/2015, homologado em 17 de julho de 2015.

Art. 2.º- Neste mesmo ato dá-se POSSE ao servidor acima nomeado.

Parágrafo único. O servidor aqui nomeado e empossado entre em exercício neste dia 04/01/2016.

Art. 3.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 04 de janeiro de 2016.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2016.

#### **PORTARIA N.º 005/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 005/2016

Concede licença para tratamento de saúde ao servidor JUCÉLIO FREIBERGER BAUNGARTEN, ocupante do cargo de Motorista II, lotado na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97 RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde ao servidor JUCÉLIO FREIBERGER BAUNGARTEN, pelo período de 60 (sessenta) dias, a contar da data de 17/12/2015, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 17/12/2015.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 04 de janeiro de 2016.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2016.

#### **RECLASSIFICAÇÃO PROCESSO SELETIVO EDITAL N.º 001/2015 CRISTIANE HAMES**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro.

PROCESSO SELETIVO EDITAL N.º 001/2015

Aos cinco dias do mês de janeiro do ano de 2016, CRISTIANE HAMES, foi colocada no final da lista dos aprovados no Processo Seletivo nº. 001/2015, relativo ao cargo de Enfermeira - ESF, classificação nº. 01, haja vista, não ter assumido o referido cargo.

São Pedro de Alcântara/SC, 05 de janeiro de 2016.

#### **TERMO DE POSSE DO SR. RODRIGO LAUTERTE 05.01.2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

TERMO DE POSSE do Sr. RODRIGO LAUTERTE para o Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais.

Aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezesseis, perante o Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e.e, EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, no Gabinete do Prefeito Municipal, compareceu o Sr. RODRIGO LAUTERTE, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado no Município de São José/SC, a fim de tomar posse no Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais em razão de sua aprovação na classificação n.º 01, no Concurso Público n.º 001/2015.

Tomou posse e entrou em exercício assumindo o seguinte compromisso:

“Por minha honra e pela minha Pátria, juro cumprir com exatidão e escrúpulo os deveres inerentes ao emprego em que sou investido, envidando todo esforço e tudo quanto em mim couber ao bem no Município e dos meus concidadãos.”

Do que para constar, foi lavrado o presente termo de posse que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pelo empossado.

São Pedro de Alcântara/SC, 04 de janeiro de 2016.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

RODRIGO LAUTERTE

Empossado

# Seara

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 1005

DECRETO n.º 1005, de 05 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre a adoção de turno único de trabalho na Casa da Cultura Biágio Aurélio Paludo.

O Prefeito Municipal em Exercício, de Seara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do pelo art. 108, inciso X, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o artigo 250 da lei complementar 18/2003, que estabelece o Estatuto dos Servidores Público Municipais,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica adotado turno único de trabalho, na Casa da Cultura Biágio Aurélio Paludo, das 7h às 13h, de segunda a sexta feira, no período de 05 à 31/01/2016.

Art. 2º Eventuais alterações no cumprimento do horário de expediente deverão ser comunicadas aos servidores, com antecedência.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, podendo ser revogado, se necessário e em razão de interesse público.

Seara-SC, 05 de janeiro de 2016  
HENRIQUE JOACIR CARLOS FABRIN  
Prefeito Municipal em Exercício

Registra-se e Publica-se  
Em 05 de janeiro de 2016

Vanderli Almeida Ramos  
Secretário de Administração

### PORTARIA Nº 001/2016 - FMES

Portaria nº. 001/2016. O Superintendente da Fundação Municipal de Esportes de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 129 da Lei Complementar 018/2003, que dispõe sobre o estatuto dos servidores públicos do município de Seara, das fundações municipais e dá outras providências, resolve,

#### Conceder,

Aos servidores públicos abaixo, 30 (trinta) dias de férias, no período de 04 de janeiro a 02 de fevereiro de 2016:

Matricula	Servidores	Período aquisitivo
162301	Graziela Mariani	01/03/2014 a 28/02/2015
160703	Marlisete Siqueira	02/02/2015 a 01/02/2016
150101	Neli Teresa Rizzo	16/09/2014 a 15/09/2016

A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.  
Seara - SC, 04 de janeiro de 2016.

ROGÉRIO ANDRÉ FRANCIO  
Superintendente da Fundação Municipal  
de Esportes de Seara – FMES

### PORTARIAS Nº 001/2016 E 002/2016 - FCS

Portaria nº. 001/2016. O Diretor Presidente da Fundação Cultural de Seara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 129 da Lei Complementar 018/2003, que dispõe sobre o estatuto dos servidores públicos do município de Seara, das fundações municipais e dá outras providências, resolve,

#### Conceder,

Aos servidores públicos abaixo, 30 (trinta) dias de férias, no período de 04 de janeiro a 02 de fevereiro de 2016:

Matricula	Servidores	Período aquisitivo
125601	Gisela Margarida Germendorff Plau-mann	02/01/2015 a 01/01/2016
161104	Toni Marcelo Alves Pereira	05/05/2014 a 04/05/2015

A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.  
Seara - SC, 04 de janeiro de 2016.

Portaria nº. 002/2016. O Diretor Presidente da Fundação Cultural de Seara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 129 da Lei Complementar 018/2003, que dispõe sobre o estatuto dos servidores públicos do município de Seara, das fundações municipais e dá outras providências, resolve,

#### Conceder,

Aos servidores públicos abaixo, 30 (trinta) dias de férias, no período de 11 de janeiro a 09 de fevereiro de 2016:

Matricula	Servidores	Período aquisitivo
162501	Anderson Luis Lemes da Silva	19/02/2015 a 18/02/2016
162202	Delize Ana Barrionuevo da Rosa	10/02/2015 a 09/02/2016
160305	Fernando Jose Battisti	19/02/2015 a 18/02/2016
161903	Franciele Carla Wertmann	19/02/2015 a 18/02/2016
160005	Gilberto Canossa	19/02/2015 a 18/02/2016
161803	Gilvandro Antonio Canossa	19/02/2015 a 18/02/2016
160604	Maiara Regina Benetti	19/02/2015 a 18/02/2016

A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, 04 de janeiro de 2016.  
Edemar Antonio Sunti  
Diretor Presidente



**PORTARIAS Nº 001/2016 À 007/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA – SC.

Portaria nº. 001/2016. O Prefeito Municipal em Exercício, de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do inciso IX, do artigo 2º da Lei Complementar nº 30/2008, que dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário e dá outras Providências, combinado com as disposições do Edital de Processo Seletivo nº. 46/2015, para a contratação temporária de pessoal no magistério público municipal para o ano letivo de 2016, resolve,

Contratar, Rosicler Fátima Mutzenberg Brust, em caráter temporário, para exercer a função de Auxiliar de Creche, constante no anexo I, da Lei Complementar nº. 56/2012, e vencimentos estabelecidos no anexo V, categoria Ensino Superior, nível inicial, do Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, Lei Complementar nº. 21/2003, na Educação Infantil, no Centro Educação Infantil Chapeuzinho Vermelho, com carga horária de 40 horas semanais, em vaga não ocupada por concurso, no período de 04 de janeiro a 16 de dezembro de 2016.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, 04 de janeiro de 2016.

Portaria nº. 002/2016. O Prefeito Municipal em Exercício, de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do inciso IX, do artigo 2º da Lei Complementar nº 30/2008, que dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário e dá outras Providências, combinado com as disposições do Edital de Processo Seletivo nº. 46/2015, para a contratação temporária de pessoal no magistério público municipal para o ano letivo de 2016, resolve,

Contratar, Simone Analice Brand, em caráter temporário, para exercer a função de Auxiliar de Creche, constante no anexo I, da Lei Complementar nº. 56/2012, e vencimentos estabelecidos no anexo V, categoria Ensino Superior, nível inicial, do Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, Lei Complementar nº. 21/2003, na Educação Infantil, no Centro Educação Infantil Chapeuzinho Vermelho, com carga horária de 40 horas semanais, em vaga não ocupada por concurso, no período de 04 de janeiro a 16 de dezembro de 2016.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, 04 de janeiro de 2016.

Portaria nº. 003/2016. O Prefeito Municipal em Exercício, de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do inciso IX, do artigo 2º da Lei Complementar nº 30/2008, que dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário e dá outras Providências, combinado com as disposições do Edital de Processo Seletivo nº. 46/2015, para a contratação temporária de pessoal no magistério público municipal para o ano letivo de 2016, resolve,

Contratar, Kelin Cristiane Artifon, em caráter temporário, para exercer a função de Auxiliar de Creche, constante no anexo I, da Lei Complementar nº. 56/2012, e vencimentos estabelecidos no anexo V, categoria Pós Lato Sensu, nível inicial, do Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, Lei Complementar nº. 21/2003, na Educação Infantil, no Centro Educação Infantil Chapeuzinho Vermelho, com carga horária de 40 horas semanais, em vaga não ocupada por concurso, no período de 04 de janeiro a 16 de dezembro de 2016.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, 04 de janeiro de 2016.

Portaria nº. 004/2016. O Prefeito Municipal em Exercício, de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do inciso IX, do artigo 2º da Lei Complementar nº 30/2008, que dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário e dá outras Providências, combinado com as disposições do Edital de Processo Seletivo nº. 46/2015, para a contratação temporária

de pessoal no magistério público municipal para o ano letivo de 2016, resolve,

Contratar, Dirléia Benetti, em caráter temporário, para exercer a função de Auxiliar de Creche, constante no anexo I, da Lei Complementar nº. 56/2012, e vencimentos estabelecidos no anexo V, categoria Ensino Superior, nível inicial, do Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, Lei Complementar nº. 21/2003, na Educação Infantil, no Centro Educação Infantil Chapeuzinho Vermelho, com carga horária de 40 horas semanais, em vaga não ocupada por concurso, no período de 04 de janeiro a 16 de dezembro de 2016.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, 04 de janeiro de 2016.

Portaria nº. 005/2016. O Prefeito Municipal em Exercício, de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do inciso IX, do artigo 2º da Lei Complementar nº 30/2008, que dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário e dá outras Providências, combinado com as disposições do Edital de Processo Seletivo nº. 46/2015, para a contratação temporária de pessoal no magistério público municipal para o ano letivo de 2016, resolve,

Contratar, Vanderleia Francescon, em caráter temporário, para exercer a função de Auxiliar de Creche, constante no anexo I, da Lei Complementar nº. 56/2012, e vencimentos estabelecidos no anexo V, categoria Ensino Superior, nível inicial, do Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, Lei Complementar nº. 21/2003, na Educação Infantil, no Centro Educação Infantil Chapeuzinho Vermelho, com carga horária de 40 horas semanais, em vaga não ocupada por concurso, no período de 04 de janeiro a 16 de dezembro de 2016.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, 04 de janeiro de 2016.

Portaria nº. 006/2016. O Prefeito Municipal em Exercício, de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do inciso IX, do artigo 2º da Lei Complementar nº 30/2008, que dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário e dá outras Providências, combinado com as disposições do Edital de Processo Seletivo nº. 46/2015, para a contratação temporária de pessoal no magistério público municipal para o ano letivo de 2016, resolve,

Contratar, Genifer da Silva Sinhorin, em caráter temporário, para exercer a função de Auxiliar de Creche, constante no anexo I, da Lei Complementar nº. 56/2012, e vencimentos estabelecidos no anexo V, categoria Ensino Superior, nível inicial, do Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, Lei Complementar nº. 21/2003, na Educação Infantil, no Centro Educação Infantil Chapeuzinho Vermelho, com carga horária de 40 horas semanais, em vaga não ocupada por concurso, no período de 04 de janeiro a 16 de dezembro de 2016.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, 04 de janeiro de 2016.

Portaria nº. 007/2016. O Prefeito Municipal em Exercício, de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do inciso IX, do artigo 2º da Lei Complementar nº 30/2008, que dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário e dá outras Providências, combinado com as disposições do Edital de Processo Seletivo nº. 46/2015, para a contratação temporária de pessoal no magistério público municipal para o ano letivo de 2016, resolve,

Contratar, Sandra Aparecida Antunes, em caráter temporário, para exercer a função de Auxiliar de Creche, constante no anexo I, da Lei Complementar nº. 56/2012, e vencimentos estabelecidos no anexo V, categoria Pós Lato Sensu, nível inicial, do Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, Lei Complementar nº. 21/2003, na Educação Infantil, no Centro Educação Infantil Chapeuzinho Vermelho, com carga horária de 40 horas semanais,

em vaga não ocupada por concurso, no período de 04 de janeiro a 16 de dezembro de 2016.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, 04 de janeiro de 2016.

Henrique Joacir Carlos Fabrin  
Prefeito Municipal em Exercício

Registra-se e Publica-se  
Em 04 de janeiro de 2016.

Vanderci Almeida Ramos  
Secretário de Administração

# Serra Alta

## PREFEITURA

### EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA  
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
AVISO DE LICITAÇÃO:  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2016

Tipo: Menor Preço por Item.

OBJETO: Aquisição pelo Município de Serra Alta/SC, através de suas unidades gestoras, de combustíveis do tipo: Gasolina, Diesel S-10 e S-500, para uso nos veículos, máquinas e equipamentos rodoviários dos departamentos, Secretarias e do Fundo Municipal de Saúde do Município de Serra Alta/SC, objetivando a manutenção de suas atividades no decorrer do ano de 2016.

Entrega dos Envelopes : 08:30 horas do dia 19 de janeiro de 2016.  
Abertura dos Envelopes : 09:00 horas do dia 19 de janeiro de 2016.  
O Edital encontra-se disponível no site do Município [www.serraalta.sc.gov.br](http://www.serraalta.sc.gov.br) e maiores informações no seguinte endereço e horário: Av.Dom Pedro II, nº 830, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas.

SERRA ALTA, 06 de janeiro de 2016.  
FRANCISCO ARTUR BOTH  
PREFEITO MUNICIPAL

### EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA  
AVISO DE LICITAÇÃO:  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2016

Tipo: Menor Preço/Por item.

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios em cumprimento a legislação do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), compreendendo o período de (Fevereiro a Julho de 2016). A referida aquisição visa o fornecimento de alimentos variados e seguros, que contribuam para o crescimento e desenvolvimento saudável dos alunos matriculados nas Unidades de Ensino e da Creche do município de Serra Alta.

Entrega dos Envelopes : 08:30 horas do dia 21 de janeiro de 2016.  
Abertura dos Envelopes : 09:00 horas do dia 21 de janeiro de 2016.  
O Edital se encontra disponível na Prefeitura e no site <http://www.serraalta.sc.gov.br> ou maiores informações no seguinte endereço e horário: Av.Dom Pedro II, nº 830, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

SERRA ALTA, 06 de janeiro de 2016.  
FRANCISCO ARTUR BOTH  
PREFEITO MUNICIPAL

### EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2016-FMS - REGISTRO DE PREÇOS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
AVISO DE LICITAÇÃO:  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2016 – FMS – SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2016 – FMS - SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS

Tipo: Menor Preço/Global.

OBJETO: Contratação de Empresa especializada na prestação de serviços de Laboratório para a realização e análise de Exames Clínicos, solicitados pelos profissionais vinculados a Unidade Municipal de Saúde de Serra Alta, para o atendimento a pacientes de nosso município.

Entrega dos Envelopes: 08:30 horas do dia 20 de janeiro de 2016.  
Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 20 de janeiro de 2016.  
O Edital se encontra disponível na Prefeitura e no site <http://www.serraalta.sc.gov.br> ou maiores informações no seguinte endereço e horário: Av.Dom Pedro II, nº 830, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas.

SERRA ALTA, 06 de janeiro de 2016.  
FRANCISCO ARTUR BOTH  
PREFEITO MUNICIPAL

# Tigrinhos

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO 002-2016 FMS

EXTRATO DE CONTRATO  
MUNICIPIO DE TIGRINHOS

Fundo Municipal de Saúde

Processo Licitatório nº. 001/2016

Inexigibilidade nº. 001/2016

O Fundo Municipal de Saúde do Município de Tigrinhos – torna público, para conhecimento dos interessados, que foi celebrado contrato nº. 002/2016 com a SOCIEDADE BENEFICENTE HOSPITALAR MARAVILHA – CNPJ: 85.197.077/0001-56, no valor total de R\$ 136.607,80 (anual) para prestação de serviço de plantão médico-hospitalar para atendimento em regime de urgência/emergência da população durante o exercício 2016.

TIGRINHOS/SC, em 05 de Janeiro de 2016.

NERI ARNOLDO NEU

Prefeito Municipal em Exercício

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATO 041-2015

EXTRATO DE TERMO ADITIVO  
MUNICIPIO DE TIGRINHOS

O MUNICIPIO DE TIGRINHOS – torna público, para conhecimento dos interessados, que foi celebrado termo aditivo para prorrogação de prazo de contratação referente o contrato nº. 041/2015, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para elaboração e aplicação de teste seletivo, por mais sessenta dias.

TIGRINHOS/SC, em 30 de Dezembro de 2015.

RUDIMAR FRANSCISCO GUTH

Prefeito Municipal

### EXTRATO DE CONTRATO 006-2016

EXTRATO DE CONTRATO  
MUNICIPIO DE TIGRINHOS

Processo Licitatório nº. 034/2015

Pregão Presencial nº. 021/2015

O MUNICIPIO DE TIGRINHOS – torna público, para conhecimento dos interessados, que foi celebrado contrato nº. 006/2016 com a Empresa DANIEL L. DREWS EIRELI - EPP – CNPJ: 01.622.771/0001-83, para aquisição de combustível, no valor de R\$ 3,85 (Litro de Gasolina Comum) e R\$ 2,93 (Litro de Óleo Diesel BS10).

TIGRINHOS/SC, em 05 de Janeiro de 2016.

NERI ARNOLDO NEU

Prefeito Municipal em Exercício

### EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE 001-2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE TIGRINHOS

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 001/2016

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 001/2016

O FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICÍPIO DE TIGRINHOS, na pessoa do Prefeito Municipal, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, e com fundamento no contido nos artigos 24 e 25 da Lei nº. 8.666/93 torna público para conhecimento geral a dispensa de licitação (INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO) no procedimento nº. 001/2016, para Contratação de Instituição Hospitalar destinada a prestação de Serviços de Plantão Médico-Hospitalar, 24 horas, e consultas médicas especializadas necessárias ao atendimento de pacientes do Centro Municipal de Saúde do Município de Tigrinhos/SC, em regime de urgência/emergência durante o exercício de 2016, tendo como Contratada a Sociedade Beneficente Hospitalar Maravilha – CNPJ: 85.197.077/0001-56.

Tigrinhos/SC, 04 de Janeiro de 2016.

NERI ARNOLDO NEU

Prefeito Municipal em Exercício

# Timbó

## PREFEITURA

### **AVISO TOMADA DE PREÇO N.º 130 2015 PMT**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE Tomada de Preço PARA Obras e Serviços de Engenharia Nº 130/2015

OBJETO: contratação de empresa especializada para a total execução (compreendendo material e mão-de-obra), da obra de reforma da cobertura e piso do ginásio da Escola Municipal Maurício Germer, localizada na Rua Saudades, n.º 555, Bairro Vila Germer, neste município, em atendimento às necessidades da Secretaria de Educação, em virtude da condição climática ocorrida em 16 de dezembro de 2015, conforme vistoria e relatório da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil, em conformidade com memorial descritivo, orçamento, cronograma físico-financeiro, projeto e demais anexos ao edital. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 08h00min do dia 22 de janeiro de 2016. ABERTURA: dia 22 de janeiro de 2016 as 08h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro – Timbó/SC, ou no site: [www.timbo.sc.gov.br](http://www.timbo.sc.gov.br).

TIMBO (SC), 05/01/2016

SERGI FREDERICO MENGARDA

Secretário de Educação

### **PRIMEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 89 2015 PMT**

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 89/2015 PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: Registro de preços para aquisição de lubrificantes, aditivos e combustíveis destinados à manutenção e abastecimento dos equipamentos (veículos e máquinas) da administração direta e indireta.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Posto Fratelli Ltda; Dyspef Com. e Repres. Ltda; Maucor Distribuidora de Lubrificantes Ltda; Agricopel Com. Deriv. De Petróleo Ltda; Siga Bem Distribuidora de Lubrificantes Ltda; e Júlio Silvestri Filho Me.

VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 156.562,84 (cento e cinquenta e seis mil quinhentos e sessenta e dois reais e oitenta e quatro centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 04/10/2015

Timbó, 05/10/2015

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária da Fazenda e Administração

# Treze Tílias

## PREFEITURA

### PORTARIA 01/2016

PORTARIA Nº 001/16 DE 04 DE JANEIRO DE 2016

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

#### RESOLVE:

Artigo 1º - NOMEAR o Sr. JACI ANTÔNIO BRANDALISE, CPF nº 196.360.329-04, residente e domiciliado neste município, para ocupar o cargo comissionado de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E OBRAS.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 04 DE JANEIRO DE 2016.

MAURO DRESCH

Prefeito Municipal

WERYDIANA FALCHETTI

Secretária Mun. de Administração e Fazenda

### PORTARIA 02/2016

PORTARIA Nº 002/16 DE 04 DE JANEIRO DE 2016

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

#### RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER férias regulares aos servidores municipais abaixo mencionados.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	DIAS
Aline Beatriz Gardino	01/10/2014 a 30/09/2015	04/01/2016 a 02/02/2016	30
Celoi Deggerone	02/07/2014 a 01/07/2015	04/01/2016 a 18/01/2016	15
Dairton Margreiter	02/03/2014 a 01/03/2015	04/01/2016 a 02/02/2016	30
Eduardo Camargo Flâmia	04/08/2014 a 03/08/2015	04/01/2016 a 18/01/2016	15
Gisele Jesus dos Santos	01/10/2014 a 30/09/2015	04/01/2016 a 02/02/2016	30
Gláucio Calixto de Oliveira	30/07/2014 a 29/07/2015	04/01/2016 a 02/02/2016	30
Inês Falchetti	11/06/2014 a 10/06/2015	04/01/2016 a 02/02/2016	30
José Léo Gonçalves	01/10/2014 a 30/09/2015	01/01/2016 a 30/01/2016	30
Kiomar Graef Bonadiman	01/09/2014 a 31/08/2015	04/01/2016 a 02/02/2016	30
Luciana Aparecida dos Santos	12/01/2015 a 11/01/2016	04/01/2016 a 02/02/2016	30
Marines Rodrigues da Silva	02/02/2014 a 01/02/2015	04/01/2016 a 02/02/2016	30
Valdirleene Piaia	25/09/2014 a 24/09/2015	04/01/2016 a 02/02/2016	30

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data sua publicação, revogando-se as portarias contrárias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 04 DE JANEIRO DE 2016.

MAURO DRESCH

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI

Secretária de Administração e Finanças



**PORTARIA 03/2016**

PORTARIA Nº 003/16 DE 04 DE JANEIRO DE 2016

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

**RESOLVE:****Artigo 1º - CONCEDER férias regulares aos servidores municipais abaixo mencionados.**

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	DIAS
Gabriela Rugere Jorge	11/06/2014 a 10/06/2015	04/01/2016 a 13/01/2016	10
Dirlei Barbieri Rofner	02/01/2015 a 01/01/2016	11/01/2016 a 20/01/2016	10
Veronica Neumayr Tiecker	25/04/2014 a 24/04/2015	06/01/2016 a 04/02/2016	30

**Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data sua publicação, revogando-se as portarias contrárias.**

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 04 DE JANEIRO DE 2016.

MAURO DRESCH

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI

Secretária de Administração e Finanças

**PORTARIA 04/2016**

PORTARIA Nº 004/16 DE 04 DE JANEIRO DE 2016

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

**RESOLVE:****Artigo 1º - CONCEDER férias regulares aos servidores municipais abaixo mencionados.**

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	DIAS
Adelina dos Santos Foidl	08/02/2015 a 07/02/2016	01/01/2016 a 30/01/2016	30
Andréia Cecília Fetz Viera	25/06/2014 a 24/06/2015		
Francine Rafaela Jorge	03/02/2015 a 02/02/2016		
Ivanilde Volpato	22/09/2014 a 21/09/2015		
Ivone Margreiter	03/02/2015 a 02/02/2016		
Jozani Guesser	01/02/2015 a 31/01/2016		
Luciane Aparecida Boising	18/02/2015 a 17/02/2016		
Marisa Ap. Pezzi	25/06/2014 a 24/06/2015		
Marisa Kubicke	18/02/2015 a 17/02/2016		
Mariza Frigieri	07/04/2015 a 06/04/2016		
Neusa Eli dos santos de Rós	04/08/2015 a 03/08/2016		
Regiane Branco da Silva	19/05/2014 a 18/05/2015		
Sarita Karla Juchen	21/03/2015 a 20/03/2016		

**Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data sua publicação, revogando-se as portarias contrárias.**

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 04 DE JANEIRO DE 2016.

MAURO DRESCH

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI

Secretária de Administração e Finanças

**PORTARIA 05/2016**

PORTARIA Nº 005/16 DE 04 DE JANEIRO DE 2016

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

**RESOLVE:**

Artigo 1º - CONCEDER férias regulares aos servidores municipais abaixo mencionados.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	DIAS
Aurélio João M. Neto	11/02/2015 a 10/02/2016	01/01/2016 a 30/01/2016	30
Adelinda T. Tasca	18/03/2015 a 17/03/2016		
Adriana Padilha	13/03/2014 a 12/03/2015		
Clarice Brandalise	02/01/2015 a 01/01/2016		
Cristiano Canalle	01/07/2014 a 30/06/2015		
Cristina Auer	13/02/2015 a 12/02/2016		
Danielle K. Hartmann	13/02/2015 a 12/02/2016		
Debora Margreiter	09/02/2014 a 08/02/2015		
Debora de Marco	23/05/2015 a 22/05/2016		
Deisy K. Juchen	03/02/2015 a 02/02/2016		
Dilvete Mateus	18/02/2015 a 17/02/2016		
Dulce M. Rabuski	02/02/2015 a 01/02/2016		
Ederli M. de Melo	01/07/2014 a 30/06/2015		
Edinéia Ap. Ansiliero	25/06/2014 a 24/06/2015		
Gicelda Rigo Froehlich	03/09/2014 a 02/09/2015		
Helga Feilstrecker	03/05/2014 a 02/05/2015		
Isabel Zanatto	05/02/2015 a 04/02/2016		
Ivete Tomazi Cordeiro	09/02/2015 a 08/02/2016		
Ivone Feiten de O. Bello	25/06/2014 a 02/08/2015		
Jeane Thaler	13/02/2015 a 12/02/2016		
Josiane Pessenti Mergener	27/08/2015 a 26/08/2016		
Juli Stockl	18/02/2015 a 17/02/2016		
Leonir Kayser	09/02/2015 a 08/02/2016		
Luciana Cardoso	30/07/2014 a 29/07/2015		
Maíra Cazarin Neves	03/02/2015 a 02/02/2016		
Malvina T. de Oliveira	19/01/2015 a 18/01/2016		
Marcelo L. Coelho	04/02/2015 a 03/02/2016		
Marciano Acordi Pereira	11/02/2015 a 10/02/2016		
Maria Pelentir	18/02/2015 a 17/02/2016		
Marisa Mergener	03/08/2015 a 02/08/2016		
Marli Mergener	01/07/2014 a 30/06/2015		
Matilde Zuffo	20/06/2014 a 19/06/2015		
Naiara Pontel de Oliveira	03/02/2015 a 02/02/2016		
Neiva Sbardella	08/02/2014 a 07/02/2015		
Nelceni Surdi	07/01/2015 a 06/01/2016		
Nelci Pessin	02/03/2014 a 01/03/2015		
Paula Unterberger Milani	01/06/2014 a 31/05/2015		
Rosa Maria Comunello	05/08/2014 a 04/08/2015		
Rotineia Trevisan	13/02/2015 a 12/02/2016		
Saete Karloh	08/02/2013 a 07/02/2014		
Sheila Arnt Gonçalves	18/02/2015 a 17/02/2016		
Silmara Ap. Alves Rodrigues	25/06/2014 a 24/06/2015	03/01/2016 a 01/02/2016	30

Talitta Marchioro	30/06/2013 a 29/06/2014	01/01/2016 a 30/01/2016	30
Vanda Hofsteter	06/01/2015 a 05/01/2016		
Vania Zanon Moraes	03/02/2015 a 02/02/2016		
Viviane Marangoni	01/07/2014 a 30/06/2015		
Zenir Zang	02/09/2014 a 01/09/2015		
Zenir Weber	17/01/2015 a 16/01/2016		

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data sua publicação, revogando-se as portarias contrárias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 04 DE JANEIRO DE 2016.

MAURO DRESCH

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI

Secretária de Administração e Finanças

# Trombudo Central

## PREFEITURA

### 001/2016

DECRETO 001/2016 DE 04 DE JANEIRO DE 2016.  
DESIGNA PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO PARA A OPERACIONALIZAÇÃO DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO, DENOMINADO PREGÃO.

SILVIO VENTURI, Prefeito de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e com base no Inciso IV do Artigo 3º da Lei Federal nº 10.520/2002 de 17 de Julho de 2002.

DECRETA:

Art. 1º - DESIGNA a Sra. MARIANE FERNANDES DA ROSA BONI, servidora pública Municipal, para exercer a função de PREGOEIRA, na operacionalização da modalidade de licitação denominado PREGÃO.

Art. 2º - Ficam igualmente designados os servidores públicos municipais Srta. BIANCA BARCHFELD, Sra. JESSICA FRANZ e Sr. ELIE-NAI DA SILVA, para em conjunto exercerem a função de equipe de apoio.

Art. 3º - As designações descritas nos Artigos 1º e 2º deste Decreto, terão vigência no exercício de 2016.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 04 de Janeiro de 2016.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi publicado e registrado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

MARIANE FERNANDES DA ROSA BONI

Secretária Municipal de Administração e Finanças (Interina)

### 002/2016

DECRETO 002/2016 DE 04 DE JANEIRO DE 2016.  
NOMEIA COMISSÃO PERMANENTE PARA AVALIAÇÃO E JULGAMENTO DE LICITAÇÕES.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas através da Lei Orgânica do Município e nos termos do art. 51 da Lei 8.666/93.

DECRETA:

Art. 1º - NOMEIA comissão permanente para em conjunto procederem à avaliação, discussão e julgamento de licitações para o exercício de 2016, conforme nominata abaixo descrita:

BIANCA BARCHFELD - (PRESIDENTE)  
MARIANE FERNANDES DA ROSA BONI  
JESSICA FRANZ  
DANIEL AUGUSTO PISETTA

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 04 de Janeiro de 2016.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi publicado e registrado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

MARIANE FERNANDES DA ROSA BONI

Secretária Municipal de Administração e Finanças (Interina)

### 007/2016

PORTARIA 007/2016 DE 05 DE JANEIRO DE 2016.  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas....

CONSIDERANDO aposentadoria concedida pelo INSS.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a servidora Pública Municipal Sra. ROSANGELA SAMAGIA FRONZA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora, a concessão de 01 (um) mês de licença prêmio por ASSIDUIDADE, referente ao período aquisitivo compreendido de 03 de junho de 2001/2006, e 03 (três) meses referente ao período aquisitivo compreendido de 03 de junho de 2006/2011. Totalizando 04 (quatro) meses de licença prêmio por ASSIDUIDADE em abono Pecuniário.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 05 de janeiro de 2016.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

### 008/2016

PORTARIA 008/2016 DE 05 DE JANEIRO DE 2016.  
EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

CONSIDERANDO a aposentadoria.

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR a servidora Pública Municipal Sra. ROSANGELA SAMAGIA FRONZA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora, a partir de 04 de janeiro de 2016.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 05 de janeiro de 2016.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

### 115/2015

DECRETO 115/2015 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL – SUPLEMENTAR –ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2015.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere...

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 20.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentaria(s):

08 – SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.02 – DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

08.02.08.244.0012.2.047-3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 20.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentaria(s):

08 – SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.02 – DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

08.02.08.244.0012.2.047-3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 20.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 01 de dezembro de 2015.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi publicado e registrado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

MARIANE FERNANDES DA ROSA BONI

Secretária Municipal de Administração e Finanças (Interina)

### 117/2015

DECRETO 117/2015 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL – SUPLEMENTAR –ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2015.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere...

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 189.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentaria(s):

04 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E ESPORTE

04.07 – CEI CINDERELA

04.07.12.365.0004.2.010-3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 30.000,00

04.08 – CEI GENTE MIÚDA

04.08.12.365.0004.2.011-3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 40.000,00

04.04 – CEI ERICA HASSE

04.04.12.361.0004.2.007-3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 40.000,00

04.14 – CEI ARTHUR KROENKE

04.14.12.365.0004.2.022-3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 24.000,00

04.11 – CEI JOHANNE SCHUTTE

04.11.12.365.0004.2.014-3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 5.000,00

04.05 – CEI ARTHUR BRUNO JANDT

04.05.12.365.0004.2.008-3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 20.000,00

04.08 – CEI GENTE MIÚDA

04.08.12.365.0004.2.011-3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 40.000,00

04.02 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO BÁSICA

04.02.12.361.0004.2.019-3.390.00.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 30.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentaria(s):

04 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E ESPORTE

04.07 – CEI CINDERELA

04.07.12.365.0004.2.010-3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 30.000,00

04.08 – CEI GENTE MIÚDA

04.08.12.365.0004.2.011-3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 40.000,00

04.04 – CEI ERICA HASSE

04.04.12.361.0004.2.007-3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 40.000,00

04.14 – CEI ARTHUR KROENKE

04.14.12.365.0004.2.022-3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 24.000,00

04.11 – CEI JOHANNE SCHUTTE

04.11.12.365.0004.2.014-3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 5.000,00

04.05 – CEI ARTHUR BRUNO JANDT

04.05.12.365.0004.2.008-3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 20.000,00

04.08 – CEI GENTE MIÚDA

04.08.12.365.0004.2.011-3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 40.000,00

04.02 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO BÁSICA

04.02.12.361.0004.2.019-3.390.00.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 30.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 07 de dezembro de 2015.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi publicado e registrado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

MARIANE FERNANDES DA ROSA BONI

Secretária Municipal de Administração e Finanças (Interina)

**118/2015**

DECRETO 118/2015 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL – SUPLEMENTAR –ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2015.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere...

## DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 1.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentaria(s):  
08 – SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL  
08.03 – DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL  
08.03.08.244.0012.2.048-3.3.50.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 1.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentaria(s):

08 – SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL  
08.03 – DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL  
08.03.08.244.0012.2.048-3.3.50.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 1.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 07 de dezembro de 2015.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi publicado e registrado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

MARIANE FERNANDES DA ROSA BONI

Secretária Municipal de Administração e Finanças (Interina)

**122/2015**

DECRETO 122/2015 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL – SUPLEMENTAR – NÃO ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2015.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere...

## DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 8.320,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentaria(s):  
04 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E ESPORTE  
04.01 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO  
04.01.12.361.0004.0.002-4.6.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 1.620,00  
05 – SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS  
05.01 – DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS  
05.01.15.451.0006.2033-3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 6.700,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentaria(s):

Excesso de Arrecadação 8.320,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 10 de dezembro de 2015.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi publicado e registrado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

MARIANE FERNANDES DA ROSA BONI

Secretária Municipal de Administração e Finanças (Interina)

**123/2015**

DECRETO 123/2015 (A) DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL – SUPLEMENTAR – NÃO ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2015.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere...

## DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 25.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentaria(s):  
07 – FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE  
07.01 – DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA  
07.01.10.301.0005.2.027-3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 25.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentaria(s):

Excesso de arrecadação 25.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 10 de dezembro de 2015.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi publicado e registrado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

MARIANE FERNANDES DA ROSA BONI

Secretária Municipal de Administração e Finanças (Interina)

**123/2015B**

DECRETO 123/2015 (B) DE 21 DE DEZEMBRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL – SUPLEMENTAR –ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2015.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere...

## DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 110.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentaria(s):  
03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
03.01 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
03.01.06.182.0003.2.006-3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 60.000,00



04 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E ESPORTE  
04.02 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO BÁSICA  
04.02.12.361.0004.2.019-3.390.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 50.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentaria(s):

04 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E ESPORTE  
04.02 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO BÁSICA  
04.02.12.361.0004.2.019-3.390.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 50.000,00  
Excesso de arrecadação 60.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 21 de dezembro de 2015.  
SILVIO VENTURI  
Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi publicado e registrado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

MARIANE FERNANDES DA ROSA BONI  
Secretária Municipal de Administração e Finanças (Interina)

### 123/2015C

DECRETO 123/2015 (C) DE 28 DE DEZEMBRO DE 2015.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL – SUPLEMENTAR –ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2015.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere...

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Credito no valor de R\$ 63.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentaria(s):

04 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E ESPORTE  
04.11 – CEI JOHANN SCHUTTE  
04.11.12.365.0004.2.014-3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 8.000,00  
04.13 – CEI CHARLOETE ILSE SCHINDLER  
04.13.12.365.0004.2.016-3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 5.000,00

06- SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE  
06.01 – DEPARTAMENTO DE FOMENTO Á AGRICULTURA  
06.01.20.601.0007.2.034-3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 45.000,00  
08 – SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL  
08.01 – DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA  
08.01.08.243.0012.2.057-3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 5.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentaria(s):

04 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E ESPORTE  
04.11 – CEI JOHANN SCHUTTE  
04.11.12.365.0004.2.014-3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 8.000,00  
04.13 – CEI CHARLOETE ILSE SCHINDLER  
04.13.12.365.0004.2.016-3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 5.000,00  
06- SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

06.01 – DEPARTAMENTO DE FOMENTO Á AGRICULTURA  
06.01.20.601.0007.2.034-3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 45.000,00

08 – SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL  
08.01 – DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA  
08.01.08.243.0012.2.057-3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 5.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 21 de dezembro de 2015.  
SILVIO VENTURI  
Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi publicado e registrado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

MARIANE FERNANDES DA ROSA BONI  
Secretária Municipal de Administração e Finanças (Interina)

### 124/2015

DECRETO 124/2015 (A) DE 21 DE DEZEMBRO DE 2015.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL – SUPLEMENTAR – NÃO ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2015.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere...

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Credito no valor de R\$ 141.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentaria(s):

07 – FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE  
07.01 – DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA  
07.01.10.301.0005.2.027-3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 120.000,00  
07.01.10.301.0005.2.027-3.3.50.00.00.00.00.00 – Transferência a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos 21.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentaria(s):

Excesso de arrecadação 141.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 21 de dezembro de 2015.  
SILVIO VENTURI  
Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi publicado e registrado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

MARIANE FERNANDES DA ROSA BONI  
Secretária Municipal de Administração e Finanças (Interina)

**124/2015B**

DECRETO 124/2015 (B) DE 28 DE DEZEMBRO DE 2015.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL – SUPLEMENTAR –ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2015.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere...

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 11.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentaria(s):  
02 – GABINETE DO PREFEITO E VICE  
02.01 – GABINETE DO PREFEITO  
02.01.04.122.0002.2.002-3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 11.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentaria(s):

Excesso de arrecadação 11.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 28 de dezembro de 2015.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi publicado e registrado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

MARIANE FERNANDES DA ROSA BONI

Secretária Municipal de Administração e Finanças (Interina)

**125/2015**

DECRETO 125/2015 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2015.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL – SUPLEMENTAR – NÃO ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2015.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere...

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 20.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentaria(s):  
07 – FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE  
07.01 – DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA  
07.01.10.301.0005.2.027-3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 20.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentaria(s):

Excesso de arrecadação 141.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 28 de dezembro de 2015.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi publicado e registrado no Diário Oficial dos

Municípios (DOM/SC).

MARIANE FERNANDES DA ROSA BONI

Secretária Municipal de Administração e Finanças (Interina)

**PREGÃO PRESENCIAL 01/2016 FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 01/2016

O Município de Trombudo Central, por intermédio do Prefeito Municipal Srº Silvio Venturi, com a autoridade que lhe é atribuída, torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002 e do Decreto Regulamentar nº 3.555/2000, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/1993, fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 01/2016, tipo de licitação MENOR PREÇO, regime de execução POR ITEM, visando o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL (ÓLEO DIESEL NOS PADRÕES NORMAIS DE CONSUMO, GASOLINA AMARELA COMUM MISTURADA COM ÁLCOOL, OLEO DIESEL BS 50 E ÁLCOOL) DE ACORDO COM AS NORMAS, PARA MANUTENÇÃO DA FROTA MECANIZADA DA SECRETARIA DE SAUDE DO MUNICIPIO DIRETAMENTE DA BOMBA DO FORNECEDOR. A documentação e propostas relativas à licitação serão recebidas, até as 11:00h. do dia 18 de janeiro de 2015, na Prefeitura Municipal de Trombudo Central, Secretaria de Administração – Setor de Licitações, Praça Arthur Siewerdt, 01, Bairro Centro, Trombudo Central - SC. A íntegra do presente edital poderá ser solicitada, no horário das 08:00 às 17:30 horas, pelo telefone (0XX47) 3544-0271 ou através da home page: [www.trombudocentral.sc.gov.br](http://www.trombudocentral.sc.gov.br).

Trombudo Central, 05 de janeiro de 2015.

Silvio Venturi

Prefeito Municipal

**PREGÃO PRESENCIAL 01/2016 PMTC**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

PREGÃO PRESENCIAL PMTC Nº 01/2016

O Município de Trombudo Central, por intermédio do Prefeito Municipal Srº Silvio Venturi, com a autoridade que lhe é atribuída, torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002 e do Decreto Regulamentar nº 3.555/2000, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/1993, fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL PMTC Nº 01/2016, tipo de licitação MENOR PREÇO, regime de execução POR ITEM, visando o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL (ÓLEO DIESEL NOS PADRÕES NORMAIS DE CONSUMO, GASOLINA AMARELA COMUM MISTURADA COM ÁLCOOL, OLEO DIESEL BS 50 E ÁLCOOL) DE ACORDO COM AS NORMAS, PARA MANUTENÇÃO DA FROTA MECANIZADA DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO, PLANEJAMENTO, OBRAS, AGRICULTURA E ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DIRETAMENTE DA BOMBA DO FORNECEDOR. A documentação e propostas relativas à licitação serão recebidas, até as 08:00h. do dia 18 de janeiro de 2015, na Prefeitura Municipal de Trombudo Central, Secretaria de Administração – Setor de Licitações, Praça Arthur Siewerdt, 01, Bairro Centro, Trombudo Central - SC. A íntegra do presente edital poderá ser solicitada, no horário das 08:00 às 17:30 horas, pelo telefone (0XX47) 3544-0271 ou através da home page: [www.trombudocentral.sc.gov.br](http://www.trombudocentral.sc.gov.br).

Trombudo Central, 05 de janeiro de 2015.

Silvio Venturi

Prefeito Municipal

# Tunápolis

## PREFEITURA

### **AVISO DE RETIFICAÇÃO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 143/2015 PREGÃO PRESENCIAL N.113/2015**

Aviso de retificação PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 143/2015 Pregão Presencial n.113/2015

Comunica Errata no Edital, publicado no dia 16/12/2015, onde se lê : "35.000,00 (trinta e cinco mil) horas de mão de obra especializada para execução de serviços de instalações e manutenções elétricas prediais e iluminação (internas), bem como assistência em bombas de água, rebobinagens, bem como todos os serviços de eletricidade para a 12ª EFACITUS mediante execução de manutenção corretiva e preventiva no Município de Tunápolis. Com abertura para o dia 8h45min do dia 07/01/2016. leia –se: "PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 143/2015 Edital de Pregão Presencial nº 113/2015, 1.000,00 horas (um mil) de mão de obra especializada para execução de serviços de instalações e manutenções elétricas prediais e iluminação (internas), bem como assistência em bombas de água, rebobinagens, bem como todos os serviços de eletricidade para a 12ª EFACITUS mediante execução de manutenção corretiva e preventiva no Município de Tunápolis.

Com abertura para o dia 8h45min do dia 19/01/2016

Informações no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22, Email:compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC, 06/01/2015.

SHEILA INÊS BIEGER

Pregoeira

### **DECRETO 1743/2016**

DECRETO Nº 1.743/16 de 04 de janeiro de 2016.

Designa os membros da Comissão Permanente de Licitações e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 63, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º A Comissão Permanente de Licitações do Município de Tunápolis passa a ser integrada pelos seguintes servidores titulares:

I – IVETE ORTH

II – SHEILA INÊS BIEGER EIDT

III – JOSÉLI TERESINHA BECKER HOFMANN

§ 1º A presidência da Comissão será exercida pelo servidor indicado no inciso I deste artigo e na ausência do mesmo estas funções serão exercidas pelo membro indicado no inciso III.

§ 2º A função de Pregoeiro e Leiloeiro Municipal será exercida pelo servidor indicado no inciso II deste artigo e na ausência do mesmo estas funções serão exercidas pelo membro indicado no inciso III.

Art. 2º Integrarão a Comissão de que trata este Decreto, na condição de suplentes, os seguintes servidores:

I – PAULO GROTH

II – DEISI FLACH

III – JULIANA SCHEREN

Parágrafo único. O membro suplente será convocado a atuar na Comissão na ausência do titular.

Art. 3º Os servidores nomeados através deste Decreto exercerão suas funções até 31 de dezembro de 2016.

Parágrafo único. O membro titular da Comissão Permanente de Licitação poderá ser reconduzido à função respeitando-se o disposto no artigo 51, § 4º da Lei nº 8.666/93.

Art. 4º As funções de membro da Comissão Permanente de Licitação serão exercidas no horário de expediente da administração, não sendo remunerada.

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando nesta data o Decreto 1691/2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis,  
em 04 de janeiro de 2016.

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado e registrado em data supra.

Elisabeth Inês Heberle Scherer

Secretária Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

### **EDITAL DE CHAMAMENTO DE FORNECEDORES ANO 2016 - CÂMARA DE VEREADORES**

Estado de Santa Catarina

Câmara Municipal de Vereadores de Tunápolis

#### **EDITAL DE CHAMAMENTO DE FORNECEDORES ANO 2016**

A Câmara Municipal de Vereadores de Tunápolis torna público que, para o fornecimento de materiais, serviços e obras a Câmara Municipal de Vereadores de Tunápolis, deverão os interessados proceder o seu registro cadastral de habilitação na Secretaria da Câmara, situada na Rua da Matriz, 53, centro, Tunápolis, mediante preenchimento da FICHA DE CADASTRO, e apresentação dos documentos abaixo relacionados:

1. Ato Constitutivo (Estatuto Social, Registro Comercial, Contrato Social Consolidado ou Contrato Social acompanhados das alterações);
2. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
3. Inscrição Estadual;
4. Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal.
5. Certidão atualizada de inexistência de débito para com o Instituto Nacional de Seguro Social – CND do INSS;
6. Certidões negativas de TODOS OS TRIBUTOS de competência Municipal, Estadual, Federal e Dívida Ativa da União;
7. Certidão Negativa de Falência e Concordata expedida pelo Distribuidor da sede da empresa;
8. Prova de inexistência de débitos inadimplentes perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituída pela Lei nº 12.440 de 07 de julho de 2011
9. Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do

ultimoexercício social, ou Declaração de Rendimentos – DRPJ/ Receita Federal, se MICROEMPRESA;

10. Comprovante de ter registro ou inscrição na Entidade ProfissionalPATRONAL: Conselho, Associação, Federação etc.

11. Certidão de Pessoa Jurídica emitida pelo CREA ( somente quando empresa de prestação de serviços de engenharia/obras )

12. ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA, (no mínimo de 02 (dois) Órgãos Públicos e/ou Empresas Privadas, especificando detalhadamente material (ais) fornecido(s), serviço(s) prestado(s) ou obra(s) civil (is) executada(s);

#### OBSERVAÇÕES:

☐ Todos os documentos citados deverão estar dentro do prazo de validade. Caso o prazo de validade não venha especificado, considerar-se a 180 ( cento e oitenta ) dias, contados a partir de sua emissão.

☐ Os documentos acima devem ser apresentados em cópia autenticada, com exceção das Certidões emitidas via internet.

☐ Os documentos exigidos nos itens 10 e 11, acompanharão o prazo de validade do CRC ( Certificado de Registro Cadastral )

ESTADO DE SANTA CATARINA  
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES  
FICHA DE CADASTRO

( ) Cadastro de Fornecedores ( ) Renovação de Cadastro

1. RAZÃO SOCIAL: \_\_\_\_\_

2. CNPJ/MF: \_\_\_\_\_

3. NOME FANTASIA: \_\_\_\_\_

4. ENDEREÇO: \_\_\_\_\_  
BAIRRO: \_\_\_\_\_

5. MUNICÍPIO: \_\_\_\_\_  
UF: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_

6. TELEFONE: \_\_\_\_\_  
FAX: \_\_\_\_\_

7. EMAIL: \_\_\_\_\_

8. INSCRIÇÃO ESTADUAL: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

9. INSCRIÇÃO MUNICIPAL: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

10. CAPITAL SOCIAL: \_\_\_\_\_  
PAT. LIQUIDO: \_\_\_\_\_

11. NOME DO CONTATO OU REPRESENTANTE: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

12. SÓCIOS : \_\_\_\_\_

NOME: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

NOME: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

13. RESUMO DOS PRODUTOS COMERCIALIZADOS: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

TUNÁPOLIS, \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_  
DE \_\_\_\_\_.

#### CARIMBO E ASSINATURA

#### PORTARIA Nº 01/2016 - CÂMARA DE VEREADORES

PORTARIA Nº 01/2016

Em 04 de Janeiro de 2016.

CONCEDE FÉRIAS PARA SERVIDOR DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ELÓI WINK, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal e o Regimento Interno Cameral, RESOLVE:

Art. 1º Ficam concedidas férias a servidora MADALENA BAUMGRATZ, ocupante do cargo efetivo: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo, referente ao período aquisitivo de 02 de janeiro de 2015 a 01 de janeiro de 2016, sendo o gozo de férias de 04 de janeiro de 2016 a 02 de fevereiro de 2016.

Art. 2º Anote-se o presente à folha funcional da respectiva servidora.

Art. 3º Esta portaria terá vigência na data de sua publicação.

Art.4º Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Vereadores de Tunápolis, SC.,  
Aos 04 de Janeiro de 2016.

ELÓI WINK  
Presidente

#### PORTARIA Nº 02/2016 - CÂMARA DE VEREADORES

PORTARIA Nº 02/2016

Em 04 de Janeiro de 2016.

CONCEDE FÉRIAS PARA SERVIDOR DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ELÓI WINK, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal e o Regimento Interno Cameral, RESOLVE:

Art. 1º Ficam concedidas férias a servidora LUCIANE SKRSYPCAK KIST, ocupante do cargo comissionado: ASSESSOR JURIDICO, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo, referente ao período aquisitivo de 02 de janeiro de 2015 a 01 de janeiro de 2016, sendo o gozo de férias de 04 à 24 de janeiro de 2016, e o restante de 10 dias, convertido em abono pecuniário, previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2º Anote-se o presente à folha funcional da respectiva servidora.

Art. 3º Esta portaria terá vigência na data de sua publicação.

Art.4º Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Vereadores de Tunápolis, SC.,  
Aos 04 de Janeiro de 2016.

ELÓI WINK  
Presidente

**PORTARIA Nº 03/2016 - CÂMARA DE VEREADORES**

PORTARIA Nº 03/2016

Em 04 de Janeiro de 2016.

CONCEDE FÉRIAS PARA SERVIDORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ELÓI WINK, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal e o Regimento Interno Cameral, RESOLVE:

Art. 1º Ficam concedidas férias à servidora LIANE JACINTA FINGER HECK, ocupante do cargo comissionado: SECRETARIA EXECUTIVA, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo, referente ao período aquisitivo de 02 de janeiro de 2015 a 01 de janeiro de 2016, sendo o gozo de férias de 06 à 25 de janeiro de 2015, e o restante de 10 dias, convertido em abono pecuniário, previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2º Anote-se a presente à folha funcional da respectiva servidora.

Art. 3º Esta portaria terá vigência na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Vereadores de Tunápolis, SC.,

Aos 04 de Janeiro de 2016.

ELÓI WINK

Presidente

**PROCESSO DE LICITAÇÃO N º 150/2015 PREGÃO PRESENCIAL N. 118/2015 FOI REVOGADO**

Aviso de Revogação

A Comissão de Licitação juntamente com o Prefeito Municipal comunica que o Processo de Licitação n º 150/2015 Pregão Presencial n. 118/2015 foi REVOGADO por equívoco na descrição do objeto. Informações no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22, Email:compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC, 05 de janeiro de 2016.

Enoi Scherer

Prefeito Municipal



# União do Oeste

## PREFEITURA

### CONVÊNIO N. 01/2016

TERMO DE CONVÊNIO Nº 01/2016

Termo de Convênio que entre si celebram o Município de UNIÃO DO OESTE/SC e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede no Município de Pinhalzinho /SC.

O MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de direito público interno, com endereço à Avenida São Luiz - 531, CNPJ nº 78.505.591/0001-46, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. EVERALDO LUIS CASONATTO, brasileiro, casado, portador do RG nº 12R 2.721.504, inscrito no CPF 758.156.999-34, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, representada pela sua Secretária Sra. JUSTINA PASA ORO, e a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE do Município de Pinhalzinho, CNPJ nº 75.437.053/0001-73, com sede na Rua São Salvador, nº 1258 - Bairro Efacip, denominada simplesmente ASSOCIAÇÃO, neste ato representado por seu Presidente Sr Mário Antonio Kich, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº 1.499.912 e CPF nº 526.182.009-00, residente e domiciliada na Av. Porto Alegre, nº 587, Bairro Divinéia de Pinhalzinho/SC, doravante denominados simplesmente PREFEITURA e APAE, celebram o presente convenio, de acordo com as cláusulas e condições seguintes.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – FUNDAMENTO LEGAL

Este convênio tem seu fundamento legal no artigo 174, XII, da Lei Orgânica Municipal, do artigo 211 da Constituição Confederativa do Brasil e na Lei Municipal nº 1.039 de 15 de dezembro de 2015.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto a transferência de recursos financeiros à APAE, visando o atendimento das necessidades de manutenção, coordenação e desenvolvimento das atividades descritas abaixo para alunos com deficiência do município de Pinhalzinho/SC matriculados e atendidos na APAE de Pinhalzinho no ano de 2016. Os recursos repassados poderão ser utilizados para fins de reforma, ampliação, manutenção e conservação do prédio e instalações da entidade.

A APAE de Pinhalzinho compromete-se em oferecer, conforme a necessidade do aluno, avaliação da equipe multiprofissional conforme disponibilidade de carga horária e os seguintes atendimentos na área da Assistência Social, Saúde e Educação regulamentada pelo Estatuto Social da Entidade, bem como os serviços abaixo elencados:

##### 1 – ASSISTÊNCIA SOCIAL:

- Serviço de atendimento domiciliar a pessoa com deficiência para orientações, acompanhamento e encaminhamentos necessários.
- Serviço de orientação jurídico social as famílias de pessoas com deficiência;
- Orientação e encaminhamento através do INSS do Benefício de Prestação Continuada – BPC e encaminhamento-reavaliação da pensão especial através da Fundação Catarinense de Educação Especial.
- Programa de qualificação e inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho;
- Serviço de inclusão e acompanhamento da pessoa com deficiência no mercado de trabalho;
- Serviço de doação de 40 fraldas descartáveis infantis e/ou geriátricas por mês a pessoas com deficiência que frequentam a APAE

e que fazem uso das mesmas;

- Encaminhamento da carteirinha de passe livre intermunicipal a pessoas com deficiência matriculada e demais usuários do município de União do Oeste/SC que preencham os requisitos do Decreto nº 1.792 de 21 de outubro de 2008, Decreto nº 3.403 de 15 de julho de 2010 da Fundação Catarinense de Educação Especial, Instrução Normativa nº 01/2009 do DETER e edital de credenciamento nº 05/2012 da Fundação Catarinense de Educação Especial.
- Serviço de apoio e atendimento a pessoa com deficiência em fase de envelhecimento;
- Apoio ao cuidador da pessoa com deficiência e fortalecimento dos vínculos familiares;
- Fortalecimento de vínculos – brinquedoteca;

#### ÁREA DA SAÚDE

##### 2 - Psicologia:

- Avaliação psicológica neuropsicológica dos alunos matriculados e/ou potenciais alunos;
- Psicoterapia individual e em grupo;
- Atendimento e orientação familiar;
- Orientações e/ou encaminhamentos a rede de serviço para a pessoa com deficiência;
- Cinoterapia;

##### 3- Fisioterapia: (ênfase neuroevolutivo):

- Equoterapia;
- Hidroterapia;
- Atendimento reabilitatório em solo com enfoque neurológico;
- Orientações e/ou encaminhamentos a rede de serviço para a pessoa com deficiência;
- Cinoterapia;

##### 4 - Fonoaudiologia:

- Orientações e/ou encaminhamentos a rede de serviço para a pessoa com deficiência;
- Terapia da linguagem;
- Atendimento individual e em grupo;
- Terapia de motricidade oral facial;
- Estimulação essencial;

##### 5 - Terapia ocupacional:

- Prescrição de cadeiras de rodas e construção de adaptações para alunos;
- Orientação a familiares;
- Atendimento individual e grupo;
- Reabilitação cognitiva e funcional;
- Treino de atividades de vida diária – AVDS e Atividades de Vida Práticas - AVPS;

##### a) Integração sensorial

##### 6 – Psiquiatria:

- Avaliação psiquiátrica;
- Orientação e acompanhamento psiquiátrico;
- Consulta psiquiátrica;

#### EDUCAÇÃO

- Atendimento pedagógico de estimulação essencial (0 a 6 anos);
- Serviço pedagógico específico;
- Serviço de atendimento educacional especializado - SAEDE para alunos com baixo nível funcional;
- Atendimento a pessoa com deficiência em processo de envelhecimento – SAE – Serviço de Atendimento Específico;
- Iniciação para o trabalho;
- Transtorno invasivo do desenvolvimento – TID;
- Informática educativa;
- Arte



- 9) Educação física, natação e atividades aquáticas recreativas;
- 10) Projeto Conto e Musica;
- 11) Projeto dança na escola
- 12) Projeto Capoeira;
- 13) Projeto jardim sensorial;

Parágrafo único – A APAE, até a data da assinatura deste convênio, confirmou matrícula para 10 alunos, conforme relação dos matriculados anexadas a este termo de convênio.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS E DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

Para execução do presente convenio a Prefeitura municipal de União do Oeste/SC destinara a APAE a importância de R\$ 2.835,72 (dois mil, oitocentos e trinta e cinco reais e setenta e dois centavos) por aluno ano, totalizando um montante de R\$ 28.357,20 (vinte e oito mil, trezentos e cinquenta e sete reais e vinte centavos) para o ano de 2016.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos previstos na cláusula terceira serão repassados pelo Município de União do Oeste/SC a APAE de Pinhalzinho em 03 (três) parcelas iguais de R\$ de R\$ 9.452,40 (nove mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais, quarenta centavos), sendo a primeira parcela até o ultimo dia útil do mês de março de 2016 e as demais parcelas até o ultimo dia útil dos meses de junho e setembro, depositados no BANCO SICOOB, agencia nº 3036, conta corrente nº 12.179-7.

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES

A prefeitura compromete-se:

- Destinar os recursos financeiros mencionados na clausula terceira.
- Prestar informações técnicas para elaboração da prestação de contas dos recursos financeiros repassados.
- Avaliar as prestações de contas dos recursos alocados no convênio.
- Fiscalizar a correta aplicação dos recursos liberados através da prestação de contas.
- Reajustar automaticamente ao final de cada ano segundo a variação do INPC durante os anos subsequentes em que alunos do município de Pinhalzinho/SC frequentarão a APAE de Pinhalzinho/SC.

A APAE compromete-se:

- Executar o objeto do presente convênio nos termos pactuado, aplicando corretamente os recursos.
- Prestar contas dos recursos recebidos em conformidade com o prazo determinado pelo setor de contabilidade da Prefeitura, acompanhado das cópias dos documentos das despesas pagas. Sendo que os documentos originais ficarão arquivados na contabilidade da APAE de Pinhalzinho/SC.
- Não utilizar os recursos em finalidade diversa da conveniada;
- Manter a documentação arquivada comprobatória das despesas realizadas, pelo prazo mínimo de 05 (cinco) anos, contados da aprovação da prestação de contas.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO

A Prefeitura e APAE poderão propor a qualquer tempo a rescisão do presente convênio, se ocorrer comprovado inadimplemento de qualquer de suas clausulas e condições pela superveniência de normas legais ou eventos que o tornem material e formalmente inexecutável por um mutuo consenso, ou ainda:

- I- Quando não for executado o objeto.
- II- Quando os recursos forem utilizados em finalidades diversas da estabelecida no convenio; e
- III- Quando não for apresentada a prestação de contas no prazo estabelecido.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O presente convênio terá vigência a partir da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2016.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A APAE fica obrigada a apresentar a prestação de contas até 60 dias após o recebimento de cada parcela repassada.

#### CLÁUSULA NONA – DOS TERMOS ADITIVOS

O presente convênio será aditado quando sofrer alterações no número de alunos matriculados, ou para ajustar o presente acordo. Obrigando a prefeitura a efetuar o pagamento a maior no mês imediatamente seguinte ao do aumento de alunos que frequentem a Escola.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DA ARBITRAGEM

Visto que as partes contratantes estão de comum acordo o presente convênio e que passa a ter caráter irrevogável e irretratável na forma da Lei, qualquer disputa, controvérsia ou demanda originada de ou relativa a este e a quaisquer de suas alterações subsequentes, incluindo, sem limitação, sua formação, validade, eficácia, interpretação, execução, descumprimento ou extinção, serão resolvidas por Arbitragem (Mediação ou Conciliação), nos termos da Lei 9.307/96.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Pinhalzinho, Estado de Santa Catarina, para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Convênio.

E por assim estarem acordes, assinam as convenientes o presente convênio, juntamente com duas testemunhas.

União do Oeste, SC, em 05 de janeiro de 2016.

-----  
EVERALDO LUIS CASONATTO

Prefeito municipal

-----  
Mário Antonio Kich

Presidente da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Pinhalzinho – SC

-----  
Alice Enzweiler

Vice Presidente da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Pinhalzinho – SC

Testemunhas

#### CONVÊNIO N. 02/2016

CONVÊNIO N.º 002/2016 DE 05 DE JANEIRO DE 2015.

"TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE – SC, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E A BENEFICÊNCIA CAMILIANA DO SUL – HOSPITAL SÃO BERNARDO DE QUILOMBO – SC.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, cadastrado no CNPJ/MF N.º 11.692.396/0001-00, doravante denominada PREFEITURA, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal Senhor EVERALDO LUIS CASONATTO, e a BENEFICÊNCIA CAMILIANA DO SUL – HOSPITAL SÃO BERNARDO DE QUILOMBO – SC, Inscrita no CNPJ/MF N.º 83.506.030/0007-97, com sede na Rua Duque de

Caxias, 329, Centro, Município de Quilombo - SC, doravante denominada CONVENIADA, neste ato representado pela sua Diretora LUCIENE BASSO MEURER, inscrita no CPF sob N.º 753.601.289-68, Portadora da Carteira de Identidade N.º 2.164.950, resolvem celebrar o presente convênio, mediante as Cláusulas e condições que seguem:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente convênio de cooperação financeira, fundamenta-se na Lei Municipal n. 1.035 de 14 de dezembro de 2015.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente convênio objetiva o repasse financeiro por parte da PREFEITURA à CONVENIADA, que terá por fim específico a realização por parte do Hospital São Bernardo de serviços médicos hospitalares, em caráter de retaguarda (plantão 24 horas) aos atendimentos de saúde, inclusive aos sábados, domingos e feriados, a serem prestados aos pacientes do Município que deles necessite, para qual haja emissão da Autorização de Internação Hospitalar (AIH) e realização de consultas de pacientes encaminhados pela Prefeitura Municipal, realização de 21 cirurgias eletivas e 07 cirurgias vasculares durante o ano de 2016, mediante autorização da Secretaria Municipal de Saúde de União do Oeste.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

Para a execução do objeto de que trata a Cláusula anterior, a PREFEITURA através do Fundo Municipal de Saúde, transferirá à CONVENIADA a importância de R\$ 119.088,00 (cento e dezenove mil, oitenta e oito reais), a serem liberadas conforme previsto no cronograma da Cláusula Quarta, correndo a despesas à conta da seguinte dotação orçamentária:

#### SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Projeto Atividade – 2 – Fundo Municipal de Saúde

Órgão: 11 Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade: 2025 – Manutenção das Atividades da Saúde ....

.....R\$ R\$ 119.088,00

Código reduzido: 05 -335000000000000010002

#### CLÁUSULA QUARTA - LIBERAÇÃO DE RECURSOS

A liberação dos recursos pela PREFEITURA à CONVENIADA, será procedida em nove parcelas, obedecido e seguinte cronograma

N.º da parcela	Data do pagamento	Valor
01	10/04/2016	R\$ 19.848,00
02	10/05/2016	R\$ 19.848,00
03	10/06/2016	R\$ 19.848,00
04	10/08/2016	R\$ 19.848,00
05	10/09/2016	R\$ 19.848,00
06	10/11/2016	R\$ 19.848,00
Total .....		R\$ 119.088,00

#### CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO

Caberá a CONVENIADA a execução do objeto a que se refere a Cláusula Segunda deste instrumento, vedada a aplicação diversa ao seu objeto.

#### CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA

A PREFEITURA obrigar-se-á:

I - Fiscalizar a correta aplicação dos recursos liberados através da Prestação de Contas encaminhada.

II - Transferir a CONVENIADA os recursos de que trata a Cláusula Terceira e Quarta.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DA CONVENIADA

A CONVENIADA obrigar-se-á:

I - Aplicar corretamente os recursos recebidos, de conformidade com o objeto do presente convênio vedada a utilização diversa.

II - Prestar contas a PREFEITURA, nos termos da Resolução TC-16 e Legislação Vigente.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

A PREFEITURA e CONVENIADA poderão propor, a qualquer tempo, rescisão do presente convênio, se ocorrer comprovado adimplemento de quaisquer de suas Cláusulas e condições, pela superveniência de normas legais ou eventos que o tornem material e formalmente inexecutável, ou, ainda, o mútuo consenso das partes.

PARÁGRAFO ÚNICO - Na hipótese de ocorrer a rescisão prevista nesta Cláusula, fica assegurado a PREFEITURA, a devolução do saldo dos recursos financeiros mencionados na Cláusula Terceira, não aplicados pela CONVENIADA.

#### CLÁUSULA NONA- DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste Convênio tem início na data de sua assinatura findando em 31/12/2016.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - CONDIÇÕES ESPECIAIS

O presente convênio poderá ser alterado, especialmente no que tange ao seu objeto mediante celebração de termo aditivo.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A CONVENIADA deverá prestar contas à PREFEITURA, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da liberação de cada parcela, com exceção da última que deverá ser prestada até o dia 31/12/2016, sempre instruído dos seguintes documentos:

- Ofício de encaminhamento.
- Balancete Financeiro, onde conste o valor recebido como contribuição e as despesas decorrentes.
- Cópia do Extrato bancário com a movimentação completa dos recursos recebidos.
- Original dos documentos de despesa;
- Declaração assinada pelo responsável da Conveniada que os recursos foram corretamente aplicados no objeto do convênio.
- Declaração do responsável, no documento comprobatório de despesa, certificando que o serviço foi prestado, e que está de acordo com as especificações nele consignadas.
- O saldo remanescente na data de encerramento da vigência do presente Convênio, deverá ser depositado em Conta Corrente da Prefeitura Municipal de União do Oeste, Agência 5430-5, Conta Corrente N.º 000.1122-3, Banco do Brasil.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Na impossibilidade de ser apresentado documento original da despesa, cujo original deve ser arquivado na entidade, poderá a despesa ser comprovada com cópia xerográfica autenticada.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A não aplicação dos recursos conforme determina o presente convênio, submeterá os responsáveis as penas da Lei, responsabilizando-se pelos valores recebidos.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A não prestação de contas no prazo determinado, implicará no repasse das próximas parcelas e sujeitara os responsáveis às penas da Lei.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS LICITAÇÕES

A CONVENIADA deverá sujeitar-se aos dispositivos da Lei de Licitações, quando couber.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA CONTABILIDADE

A CONVENIADA deverá manter a contabilidade regular, com registro completo de suas receitas e despesas, ficando a PREFEITURA autorizada a qualquer tempo conferir os documentos através de seu órgão competente.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução deste

convênio, fica eleito o Foro da Comarca de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, com a renúncia expressa de qualquer outro Foro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem acordes as partes, lavrou-se o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, assinado pelos seus representantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

UNIÃO DO OESTE - SC, 05 de janeiro de 2016.

EVERALDO LUIS CASONATTO Prefeito Municipal	LUCIENE BASSO MEURER Diretora
---	----------------------------------

VITÓRIO GUBERT  
Secretário Municipal de Saúde

TESTEMU- NHAS		
------------------	--	--

.....  
.....

### DECRETO N. 3066/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE  
DECRETO MUNICIPAL N.º 3066, de 30 de Dezembro de 2015.

Concede Férias de Direito ao Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

EVERALDO LUIS CASONATTO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei Complementar N.º 093, de 21 de setembro de 2015,

DECRETA:

Art.1º Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias ao Servidor Público Municipal, KLERISSON ROBSSON SARTORI, ocupante do cargo de Motorista, 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Transportes Obras e Serviços Públicos, a serem gozadas no período de 01/01/2016 à 30/01/2016, relativas ao período aquisitivo de 01/03/2014 à 28/02/2015.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto

correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 30 de dezembro de 2015.

EVERALDO LUIS CASONATTO  
Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal Nº 1010/2014.

### DECRETO N. 3067/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.067, De 30 dezembro de 2015.  
Dispõe sobre Atualização Monetária da Base de Cálculo dos Tributos Municipais e dá outras providências.

EVERALDO LUIS CASONATTO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Código Tributário Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica atualizada a base de cálculo dos tributos municipais, em 10,5443%, correspondente ao Índice Geral de Preços de Mercado – IGP-M, acumulado de janeiro a dezembro de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 30 de dezembro de 2015.

EVERALDO LUIS CASONATTO  
Prefeito Municipal

Registrado em da data supra e Publicado conforme Lei Municipal N.º 1010/2014.

## CÂMARA MUNICIPAL

### DECRETO N 01/2016

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 01/2016 DE 05 DE JANEIRO DE 2016.  
"DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO PARA A MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA DO LEGISLATIVO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Senhor ORIBERTO LUIZ GIACHINI, Presidente da Câmara de Municipal de Vereadores de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

Art. 1 º Designa o Sr. Claudio Balen, ocupante de cargo efetivo da Câmara Municipal de Vereadores, juntamente com o Presidente do Legislativo Municipal eleito, Sr. Oriberto Luiz Giachini, para exercer as funções de responsáveis financeiros do Legislativo Municipal de União do Oeste, com poderes amplos para realização de transações bancárias e financeiras no que se refere a pagamentos, recebimentos, assinatura de cheques, emissão de extratos e de documentos,

ou qualquer transação financeira tanto por meio presencial ou de forma eletrônica, objetivando o fiel cumprimento das designações.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ORIBERTO LUIZ GIACHINI

Presidente Municipal da Câmara Municipal de Vereadores de União do Oeste

# Videira

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 12.642/15

DECRETO Nº 12.642/16, DE 04 DE JANEIRO DE 2016.  
Exonera Servidora Pública.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 2.100/09 e suas alterações,

#### RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a partir de 31 de dezembro de 2015, SANTINA OLGA SCHNEIDER, Assessor de Almojarifado, símbolo DAS-8, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social, nomeada pelo Decreto nº 11.921/15.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 31 de dezembro de 2015.

Videira, 04 de janeiro de 2016.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 04 dias do mês de janeiro de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS  
Secretária de Administração

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 001/2016

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/16

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que ficam convocados os candidatos abaixo relacionados para, no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da convocação, comparecer no Departamento de Pessoal, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir o cargo para o qual foram nomeados, em razão de aprovação no Concurso Público- Edital nº 002/2014:

CONVOCADO	CARGO	DECRETO NOMEAÇÃO
1. NEREIDE GUARNIERI	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	12.577/15, DE 30/11/2015
2. DIANA CARDOSO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	12.590/15, DE 04/12/2015
3. VANDERLEI DA LUZ	AGENTE OPERACIONAL DE VIGILÂNCIA	12.595/15, DE 07/12/2015
4. GILSON LIRIA	AGENTE OPERACIONAL DE VIGILÂNCIA	12.596/15, DE 07/12/2015
5. ALFREDO FERMINO ROSSETE	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	12.605/15, DE 11/12/2015
6. RODOLFO OLIVEIRA MAZIERO	BIOQUÍMICO FARMACÊUTICO	12.606/15, DE 11/12/2015
7. LUCIANA DE SOUZA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	12.630/15, DE 21/12/2015

Os convocados deverão apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, dentro do prazo supramencionado, os seguintes documentos:

- Carteira de Trabalho;
- PIS/PASEP;
- 1 (uma) foto 3x4;
- Comprovante de Residência;
- Declaração de dependentes para Imposto de Renda;
- Cópias: Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor, Certificado de Reservista, Grupo Sanguíneo, Certidão de Casamento ou Nascimento, Certidão de Nascimento de filhos menores de 14 (quatorze) anos;
- Certidão Negativa de Antecedentes Criminais (Fórum);
- Comprovante de Escolaridade e requisitos (conforme exigido no Edital de Concurso);
- Comprovante de inscrição no órgão de classe (quando exigido no Edital de Concurso).

Apresentar os seguintes exames, para inspeção médica oficial.

- Avaliação Cardiológica;
- Avaliação Neurológica;
- RX Tórax;
- RX coluna lombo sacra ap.p. oblíquas;
- Hemograma;
- VDRL;
- ABO RH;
- Glicemia;
- Ex. Quant. Urina;
- EPF;
- Avaliação Audiométrica;
- Apresentar comprovante de vacina antitetânica;
- Exame Anti-HBS.

Os exames médicos e laboratoriais deverão ser providenciados com a necessária antecedência para possibilitar a realização da perícia médica dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da convocação.

O não atendimento a presente convocação importará na perda do direito à nomeação e no desfazimento do respectivo ato.

Videira, 04 de Janeiro de 2016.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 002/2016

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 002/16  
PROCESSO SELETIVO Nº 001/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que ficam convocada a candidata abaixo relacionada para comparecer no Departamento de Pessoal, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir as funções do cargo para o qual foi classificada no Processo Seletivo nº 001/2015:

CONVOCADAS	CARGO
1. JUCÉLIA ALMEIDA DE SOUZA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

A convocada deverá apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- Realização de Exame Médico Admissional;
- Carteira de Trabalho – Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- 1 (uma) foto 3x4;
- Cópia de Comprovante de Residência e Número de telefone;
- Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de



Eleitor e Carteira de Trabalho;

- f) Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- g) Comprovante do tipo sanguíneo;
- h) Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- i) Cópia de Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- j) Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- k) Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- l) Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- m) Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- n) Declaração de bens;
- o) Certidão negativa de antecedentes criminais;
- p) Convocação para contratação de acordo com o processo seletivo para o cargo.

Videira, 04 de Janeiro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

#### **EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0001/15**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0001/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: IZABEL DE GOES

CPF: 967.129.379-49

VIGÊNCIA: de 05 de janeiro de 2015 até 31 de maio de 2016

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

#### **EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0016/15**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0016/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ROSELI DE ASSIS HAUPT

CPF: 763.155.099-91

VIGÊNCIA: de 02 de fevereiro de 2015 até 30 de abril de 2016

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

#### **EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0061/14**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0061/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ZANETE ALVES DE SOUZA SILVA

CPF: 016.902.129-77

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 30 de janeiro de 2016

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

#### **EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0100/15**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0100/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ELIANE CRISTINA ANTUNES SALLES

CPF: 016.388.729-29

VIGÊNCIA: de 02 de fevereiro de 2015 até 21 de dezembro de 2016

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

#### **EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0104/15**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0104/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: LUCIANE BALESTIERI MOURA

CPF: 944.555.709-34

VIGÊNCIA: de 02 de fevereiro de 2015 até 29 de fevereiro de 2016

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

#### **EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0143/15**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0143/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ELIANE SCHUCK

CPF: 054.114.099-00

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2015 até 31 de março de 2016

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

#### **EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0168/15**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0168/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: SARA GONÇALVES RYBANDT

CPF: 763.271.409-04

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2015 até 01 de março de 2016

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

#### **EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0219/15**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0219/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: DIANA MEERHOLZ

CPF: 007.526.319-00

VIGÊNCIA: de 13 de abril de 2015 até 31 de março de 2016

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

#### **EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0245/15**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0245/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: EDIMARINA REOLON

CPF: 006.760.259-27

VIGÊNCIA: de 04 de maio de 2015 até 31 de março de 2016

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

#### **EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0279/15**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0279/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: CRISTIANE BRANCALEONI

CPF: 048.765.029-86

VIGÊNCIA: de 01 de junho de 2015 até 31 de março de 2016

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

#### **EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0286/14**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0286/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: IDETE MARCHETTI

CPF: 423.327.029-20

VIGÊNCIA: de 04 de fevereiro de 2014 até 30 de janeiro de 2016

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

#### **EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0323/14**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0323/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: CLARICE RAMOS DA CUNHA SOARES

CPF: 047.447.619-76

VIGÊNCIA: de 12 de fevereiro de 2014 até 12 de fevereiro de 2016

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

#### **EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0329/15**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0329/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: FRANCIELE SIRLEI DA SILVA NORDT

CPF: 058.788.399-54

VIGÊNCIA: de 01 de julho de 2015 até 31 de janeiro de 2016  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0334/15**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0334/2015  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: ADRIANA APARECIDA ALVES DE BORBA  
CPF: 678.999.199-91  
VIGÊNCIA: de 08 de julho de 2015 até 31 de janeiro de 2016  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0353/15**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0353/2015  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: SALETE TEREZINHA DE LIZ LIMA  
CPF: 422.346.899-53  
VIGÊNCIA: de 06 de agosto de 2015 até 31 de janeiro de 2016  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0374/15**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0374/2015  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: MARIANA PERAZZOLI  
CPF: 075.779.939-64  
VIGÊNCIA: de 18 de agosto de 2015 até 30 de junho de 2016  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0401/14**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0401/2014  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: ALESSANDRA RIBEIRO PONTES  
CPF: 017.726.999-50  
VIGÊNCIA: de 25 de março de 2014 até 25 de março de 2016  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0407/15**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0407/2015  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADO: LUCIANE RABUSKE  
CPF: 049.919.059-90  
VIGÊNCIA: de 01 de setembro de 2015 até 31 de maio de 2016  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0408/15**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0408/2015  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADO: VANESSA RIBEIRO SILVEIRA  
CPF: 061.104.929-57  
VIGÊNCIA: de 01 de setembro de 2015 até 31 de maio de 2016  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0426/15**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0426/2015  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADO: ALESSANDRA PERAZZOLI DE SOUZA  
CPF: 043.889.139-28  
VIGÊNCIA: de 02 de setembro de 2015 até 31 de março de 2016  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0436/15**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0436/2015  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADO: SONIA RODRIGUES DA SILVA  
CPF: 006.864.399-37  
VIGÊNCIA: de 07 de setembro de 2015 até 31 de maio de 2016  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0443/15**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0443/2015  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: IVONE FABER  
CPF: 423.285.519-04  
VIGÊNCIA: de 01 de outubro de 2015 até 31 de janeiro de 2016  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0445/15**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0445/2015  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: ANDREIA SANDRI  
CPF: 068.723.819-65  
VIGÊNCIA: de 01 de outubro de 2015 até 31 de janeiro de 2016  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0448/15**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0448/2015  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: ZENAIDE FERNANDES DA SILVA GARIPUNA  
CPF: 049.831.139-24  
VIGÊNCIA: de 01 de outubro de 2015 até 31 de janeiro de 2016  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0457/15**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0457/2015  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: DAIANE PADILHA  
CPF: 057.062.499-11  
VIGÊNCIA: de 15 de outubro de 2015 até 27 de fevereiro de 2016  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0541/14**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0541/2014  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADO: JOSIANE BISOL  
CPF: 010.105.119-04  
VIGÊNCIA: de 15 de julho de 2014 até 14 de julho de 2016  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0668/14**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0668/2014  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADO: ROSELI POLI  
CPF: 757.251.930-04  
VIGÊNCIA: de 01 de dezembro de 2014 até 31 de março de 2016  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0703/14**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0703/2014  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADO: JUCÉLIA FABRICIO DONATTI  
CPF: 794.011.209-00



VIGÊNCIA: de 02 de dezembro de 2014 até 31 de maio de 2016  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

**PORTARIA Nº 0938/15**

PORTARIA nº 0938/15

Designa Jurandi Costa para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

**RESOLVE**

Designar JURANDI COSTA, Agente de Pavimentação Pública, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Chefe de Equipe de Trabalho de Pavimentação Pública, símbolo FG-6, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2016.

Videira, 30 de dezembro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de dezembro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

**PORTARIA Nº 0939/15**

PORTARIA nº 0939/15

Nomeia Comissão de Processo Disciplinar para apurar os fatos referidos no Processo Administrativo nº 16209/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município, no art. 281 e seguintes da Lei Complementar nº 129/12,

**RESOLVE**

Art. 1º Designar os(as) servidores(as), MIRIAM PASTORE VIELLEI, EZEQUIEL WEGNER e SÔNIA EVELYN MYCHAYLYK REICHARDT para, sob a presidência do primeiro, comporem Processo Disciplinar, a fim de apurarem, no prazo de 90 (noventa) dias, os fatos referidos no Processo Administrativo nº 16209/2015.

Parágrafo único - Os servidores integrantes da comissão ficam dispensados de suas atividades normais nos dias de coleta e elaboração do relatório final.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 30 de dezembro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de dezembro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

**PORTARIA Nº 0940/15**

PORTARIA nº 0940/15

Designa Fiscal de Obra decorrente de Contrato Administrativo

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município e em conformidade com o art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

**RESOLVE**

Art. 1º Designar NADIR BIZZOTTO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 061.067.029-85, nomeado no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA, matrícula nº 15.050, para acompanhamento e fiscalização das obras decorrentes do contrato administrativo nº CT 272/2015, Tomada de Preços nº 04/2015-FMAS, cujo objeto é a contratação de empresa para construção de muro em alvenaria com gradil superior no centro do bem estar do menor, unidade vila verde, de acordo com os Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativo (ANEXOS ao PAL).

Art. 2º Incumbe ao fiscal acima designado acompanhar e fiscalizar a execução da obra acima referida, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogando-se as disposições em contrário.

Videira, 30 de dezembro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de dezembro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2016 - PMV**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2016 – PMV

REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 01/2016 - PMV. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE FERRAMENTAS PARA SEREM UTILIZADAS PELAS EQUIPES NA RECUPERAÇÃO E NA LIMPEZA DE RUAS DO PERÍMETRO URBANO E NAS ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO, PELA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 13h00min do dia 22/01/2016. Abertura da sessão no mesmo dia às 13h00min. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br). 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026/3566-9034.

Videira/SC, 05 de janeiro 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

# Xanxerê

## PREFEITURA

### 1 ADITIVO AO PROCESSO Nº 0183/2014

Extrato 1º Aditivo ao Processo nº 0183/2014

Contratante: Município de Xanxerê.

Contratado: N.N. Comércio de Produtos Ltda.

Objeto: Aquisição de refeições para os profissionais que prestam serviço no pronto atendimento 24 horas.

Fica prorrogado o prazo de vigência do Processo Licitatório até o dia 29/02/2016, contado a partir de 08/01/2016.

Xanxerê-SC, 05 de janeiro de 2016. Gelson Saibo – Prefeito Municipal em Exercício.

### 10º ADITIVO AO CONTRATO Nº 0009/2010

Extrato 10º Aditivo ao Contrato nº 0009/2010

Locatário: Município de Xanxerê, através do Fundo Municipal de Assistência Social

Locador: Zulmir Peretti

Objeto: Locação de duas salas destinadas ao Programa Social CRE-AS.

Fica prorrogado prazo para até 31/01/2016 vigorando a partir de 01/01/2016.

Xanxerê-SC, 18 de dezembro de 2015. Ademir Jose Gasparini - Prefeito Municipal.

### 8º ADITIVO AO CONTRATO Nº 0007/2011

Extrato 8º Aditivo ao Contrato nº 0007/2011

Contratante: Município de Xanxerê, através do Fundo Municipal de Saúde.

Contratada: Inovadora Sistemas de Gestão Ltda.

Objeto: Locação e Manutenção de sistema informatizado da Secretaria Municipal de Saúde.

Fica prorrogado o prazo de vigência até 31/12/2016, contados a partir de 01/01/16.

Xanxerê-SC 18 de dezembro de 2015. Ademir José Gasparini - Prefeito Municipal

### AVISO EDITAL CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 0001/2016

AVISO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO

Processo nº 0002/2016 – Edital de Chamamento nº 0001/2016

O Município de Xanxerê, através do Prefeito Municipal Sr. Ademir José Gasparini, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, torna público para o conhecimento dos interessados, que encontra-se aberto o Edital para cadastramento Público de empresas como fornecedores do Município, bem como a atualização dos cadastros já existentes. Informações complementares no Setor de Cadastros da Prefeitura Municipal, através do telefone: (49) 3441 8531 das 07:00 às 13:00 horas ou no site [www.xanxere.sc.gov.br](http://www.xanxere.sc.gov.br).

Xanxerê-SC, 04 de janeiro de 2016. Ademir José Gasparini - Prefeito Municipal.

### DECRETO Nº AJG 002/2016

DECRETO Nº GS 002/2016

NOMEIA COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, EDITAL Nº 007/2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GELSON SAIBO, Prefeito Municipal de Xanxerê, em exercício, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 69 incisos III e VII da Lei Orgânica Municipal, pela Lei Complementar Municipal nº AM 2907/06, de 12 de julho de 2006 e Lei Municipal nº 3402, de 14 de dezembro de 2011, e demais dispositivos legais,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados para compor a Comissão de Processo Seletivo Simplificado da Secretaria Municipal de Saúde, objeto do Edital N.º 007/2015, de 17.12.2015, os seguintes servidores:

I – Fernando Dal Zot;

II – Cleci Scheibel Zanin;

III – Mariana Carlos Grando.

Art. 2º. Fica designado como presidente da Comissão de Processo Seletivo o Sr. Fernando Dal Zot.

Art. 3º. Os membros da comissão terão a atribuição de acompanhar, controlar e avaliar o Processo Seletivo, bem como, resolver os casos omissos do Edital.

Art. 4º. Aos integrantes da Comissão, não será atribuída remuneração, sendo considerados serviços relevantes prestados à comunidade.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xanxerê/SC, 05 de janeiro de 2016.

GELSON SAIBO

Prefeito Municipal em Exercício

### DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0001/2016

Processo nº 0001/2016 – Dispensa de Licitação nº 0001/2016

O Município de Xanxerê, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Ademir José Gasparini, justifica a Dispensa de Licitação para Contratação do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para a publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do Município de Xanxerê no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), no valor mensal de R\$ 945,00 (novecentos e quarenta e cinco reais), para a Gestão Tributária do Simples Nacional, no valor mensal de R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais) e para a Gestão Tributária do Registro Mercantil Integrado – REGIN, no valor mensal de R\$ 702,50 (setecentos e dois reais e cinquenta centavos). Durante o período de janeiro a dezembro de 2016. De acordo com a Lei nº 8.666/93 e suas alterações em seu Art. 24, incisos XVI e XXVI.

Xanxerê/SC, 04 de janeiro de 2016 - Ademir J. Gasparini – Prefeito Municipal.

**EXTRATO ATA RP 0125/15**

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0125/2015

Órgão Gerenciador: Município de Xanxerê.

Detentor da Ata: AGROTER AGROPECUARIA E FERRAGEM LTDA

Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de Materiais de Construção, (processo complementar) destinados as pessoas que tiveram suas residências totalmente destruídas pelo Tornado

Valor total: R\$ 40.300,00

Vigência: 01 ano

Xanxerê-SC, 18 de dezembro de 2015. Ademir José Gasparini - Pref. Municipal.

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 0001/2016**

Extrato de Contrato nº 0001/2016

Contratante: Município de Xanxerê.

Contratado: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA)

Objeto: Publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do Município de Xanxerê no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC); Gestão Tributária do Simples Nacional e Gestão Tributária do Registro Mercantil Integrado – REGIN.

Valor mensal: R\$ 2.097,50 Prazo: Janeiro à dezembro de 2016.

Xanxerê-SC, 04 de janeiro de 2016. Ademir J. Gasparini - Prefeito Municipal.

# Xavantina

## CÂMARA MUNICIPAL

**PORTARIA 001/2016**

PORTARIA Nº 001/2016

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 19, do Regimento Interno.

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder 30 (Trinta) dias de férias à Servidor Público Municipal, GIAN CARLO POSSAN, ocupante do cargo de Assessor Jurídico referente ao período aquisitivo de 04/01/2015 à 03/01/2016, a contar de 04/01/2016 à 02/02/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina (SC), 04 de Janeiro de 2016.

CLAUDI BABINSKI

Presidente

## Consórcios

### ARIS

#### TERMO DE POSSE

##### TERMO DE POSSE

Toma posse, em 04 de janeiro de 2016, no cargo de Diretor Administrativo e Financeiro da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS) o Sr. ALEXANDRE LIMA GRAMS, brasileiro, casado e inscrito no CPF sob nº 343.180.709-72 e RG sob nº 642.381, cujas atribuições, direitos, deveres e responsabilidades encontram-se elencadas nos artigos 48 a 50 do Protocolo de Intenções de criação do Consórcio Público ARIS.

Ainda, o servidor empossado entra em imediato exercício de suas funções na presente data.

Florianópolis, 05 de janeiro de 2016.

ALEXANDRE LIMA GRAMS

Diretor Administrativo e Financeiro

ADIR FACCIO

Diretor Geral

### CIGA

#### PORTARIA Nº 02/2016, DE 05 DE JANEIRO DE 2016

Portaria nº 02/2016, de 05 de janeiro de 2016

Nomeia o Gerente de Tecnologias da Informação do CIGA.

O Diretor Executivo do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Art. 1º Nomear o Sr. Bruno Machado Soares, CPF nº 056.803.229-27, para o emprego de Gerente de Tecnologias da Informação do CIGA, de provimento em comissão, conforme atribuições definidas no art. 28 e no Anexo II do Contrato de Consórcio Público, regulamentado pelo art. 20 do Regimento Interno do CIGA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 11 de janeiro de 2016, devendo ser publicada no órgão oficial como condição de validade do ato.

Florianópolis, 05 de janeiro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA